ALVARO FERREIRA (PUC-Rio / UERJ) Pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR – UFRJ, doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Universitat de Barcelona.

JOÃO RUA (PUC-Rio) Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo.

SANDRA LENCIONI (USP / PUC-Rio) Pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Seus títulos de bacharel, licenciada, mestre e doutora são da Universidade de São Paulo e seu pós-doutorado da Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne).

GUSTAVO GODINHO BENEDITO (PUC-Rio) Realizou pós-doutorado em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É doutor, mestre e graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

ERNESTO GOMES IMBROISI (PUC-Rio) Realiza pós-doutoramento em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui graduação (2006), mestrado (2015) e doutorado (2022) em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

ISBN 978-65-83435-19-4

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ALVARO FERREIRA (PUC-RIO/UERJ)
ANA FANI ALESSANDRI CARLOS (USP)
ARLETE MOYSÉS RODRIGUES (UNICAMP)
BERNARDO AGUEDA (URAIS/PUC-RIO)
BRUNO MALHEIRO (UFPA)
DANILO VOLOCHKO (UFPR)
DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY (UFRGS)
ERNESTO GOMES IMBROISI (PUC-RIO)
FELIPE RANGEL TAVARES (UERJ)
FERNANDA SÁNCHEZ (UFF)
GUILHERME MOREIRA PETRELLA (UNIFESP)
GUSTAVO GODINHO BENEDITO (PUC-RIO)
HENRI ACSELRAD (UFRJ)
HUÁSCAR SALAZAR LOHMAN (CEESP - BOLÍVIA)
JEFFER CHAPARRO MENDIVELSO (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA – BOGOTÁ)
JEROEN JOHANNES KLINK (UFABC)
JOÃO FERRÃO (UNIVERSIDADE DE LISBOA)
JOÃO MONIZ (UNIVERSIDADE DE LISBOA)
JOÃO RUA (PUC-RIO)
JOÃO TONUCCI (UFMG)
JOÃO TRAJANO SENTO-SÉ (UERJ)
JOSÉ BORZACCHIELLO DA SILVA (UFC / PUC-RIO)
JOSÉ DUARTE RIBEIRO (UNIVERSIDADE DE LISBOA)
ORIOL NEL-LO (UNIVERSITAT AUTÓNOMA DE BARCELONA)
PAULO CÉSAR XAVIER PEREIRA (USP)
RAÚL ZIBECHI (DOUTOR HONORIS CAUSA PELA UNIVERSIDAD MAYOR DE SAN ANDRÉS – LA PAZ)
ROBERTO FALANGA (UNIVERSIDADE DE LISBOA)
RODRIGO HIDALGO DATTWYLER (PUC-CHILE)
ROGÉRIO HAESBAERT (UFF)
SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR (UFPA)
SANDRA LENCIONI (USP / PUC-RIO)
VALTER DO CARMO CRUZ (UFF)

CAPES

PUC RIO

NEPEM
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização

Departamento de Geografia e Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Alvaro Ferreira, João Rua, Sandra Lencioni, Gustavo Godinho Benedito, Ernesto Gomes Imbroisi (Orgs.)

ESPAÇO, VALOR E DESIGUALDADE

CONSEQUÊNCIA

Alvaro Ferreira I João Rua
Sandra Lencioni I Gustavo Godinho Benedito
Ernesto Gomes Imbroisi (Orgs.)

ESPAÇO, VALOR E DESIGUALDADE

Visibilizar o passado, compreender o presente e prefigurar futuros



CONSEQUÊNCIA

Um dos nexos aglutinadores que parece atravessar a maior das discussões deste livro diz respeito à teoria do valor em suas diversas manifestações categoriais: valor de uso, valor de troca, antivalor, não valor, renda e reserva de valor. Todas estas manifestações teóricas explicitam-se espacialmente, por exemplo, nas problemáticas relações sociedade-natureza, nas permanentes tensões para a delimitação de áreas protegidas e de terras indígenas e na constituição de precariedades, periferias e favelas como valor em reserva para o capital.

Temos uma perspectiva analítica bastante instigante sobre as noções de valor, não valor e mais especificamente antivalor como um elemento central de antagonismo à lógica capitalista. A tríade valor, antivalor e não valor, nesse contexto, desponta como um poderoso instrumento analítico para a compreensão das contradições da produção capitalista do espaço e, ao mesmo tempo, permite identificar e apontar caminhos e trajetórias possíveis para a sua superação. Se o valor representa a lógica dominante que subordina o espaço à acumulação e à reprodução do capital, o antivalor e o não valor apontam para as resistências e as alternativas que se desenvolvem nas fissuras e contradições do sistema, sem perder de vista o horizonte criativo dos diferentes sujeitos sociais que produzem cotidianamente outras espacialidades possíveis — outras socialidades possíveis. Nessa perspectiva analítica, o antivalor pode ser entendido como a possibilidade da negação ativa, bem como da luta contra a imposição do valor. É a expressão da rebelião e da resistência contra a mercadificação da vida e a subsunção da atividade humana à lógica do capital. Assim, na negação do valor prefigura-se, na sua essência, o futuro!

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ESPAÇO, VALOR E DESIGUALDADE

VISIBILIZAR O PASSADO, COMPREENDER O PRESENTE E PREFIGURAR FUTUROS

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ALVARO FERREIRA
JOÃO RUA
SANDRA LENCIONI
GUSTAVO GODINHO BENEDITO
ERNESTO GOMES IMBROISI
(Organizadores)

ESPAÇO, VALOR E DESIGUALDADE

VISIBILIZAR O PASSADO, COMPREENDER O PRESENTE E PREFIGURAR FUTUROS

CONSEQUÊNCIA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

© 2026, dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br
BlogdaConsequência

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial
Alvaro Ferreira
Carlos Walter Porto-Gonçalves *(In memoriam)*
João Ferrão
João Rua
Marcelo Badaró Mattos
Márcio Piñon de Oliveira
Marcos Saquet
Martina Neuburger
Ruy Moreira
Timo Bartholl

Coordenação editorial e projeto gráfico: Consequência Editora

Revisão: Cristiane Fogaça

Diagramação: Oliveira e Filho

Capa: Lívia Weyl

Imagem de capa: São Paulo, vista aérea, Pixabay.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

E77 Espaço, valor e desigualdade: visibilizar o passado, compreender o presente e prefigurar futuros / Alvaro Ferreira ... [et al.]. - Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2026.
840 p. ; 15,5 x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-83435-19-4

1. Geografia. 2. Espaço. 3. Desigualdade. 4. Valor. I. Ferreira, Alvaro. II. Lencioni, Sandra. III. Rua, João. IV. Benedito, Gustavo Godinho. V. Imbroisi, Ernesto Gomes. VI. Título.
2025-3385 CDD 910
CDU 91

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

SUMÁRIO

Visibilizar o passado, compreender o presente e prefigurar futuros: introduzindo o debate…..... 11
Alvaro Ferreira, João Rua, Sandra Lencioni, Gustavo Godinho Benedito, Ernesto Gomes Imbroisi

PARTE 1. NATUREZA E AMAZÔNIA: PRESENTE, PASSADO E FUTURO

CAPÍTULO 1. Natureza: passado, presente e futuro..... 19
Dirce Maria Antunes Suertegaray

CAPÍTULO 2. Amazônia: um olhar do futuro a partir do passado.. 45
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

CAPÍTULO 3. As Amazônias no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral 75
Bruno Malheiro

CAPÍTULO 4. Descolonizar a imaginação geográfica e política sobre a Amazônia: diálogos com Carlos Walter Porto-Gonçalves 99
Valter do Carmo Cruz

PARTE 2. MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: UM DEBATE AINDA EM CONSTRUÇÃO

CAPÍTULO 5. As relações socioecológicas e a reprodutibilidade das condições gerais da produção social..... 133
Henri Acselrad

CAPÍTULO 6. Inovações democráticas e sustentabilidade..... 153
Roberto Falanga, José Duarte Ribeiro, João Moniz

PARTE 3. AS INÚMERAS FACETAS DA ESPACIALIDADE NEOLIBERAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

CAPÍTULO 7. Las rutas del neoliberalismo en Chile. Posibilidades para interpretar la producción del espacio urbano 193
Rodrigo Hidalgo Dattwyler

CAPÍTULO 8. Breves notas acerca das diversas dimensões da espacialidade neoliberal na produção do espaço urbano..... 233
Fernanda Sánchez

CAPÍTULO 9. As múltiplas facetas da espacialidade neoliberal: empreendedorismo urbano, neoliberalismo e a anulação da política .. 251
Gustavo Godinho Benedito

CAPÍTULO 10. Capitalismo neoliberal: alterações e permanências na produção do espaço 267
Arlete Moysés Rodrigues

PARTE 4. SOCIEDADE DO CONTROLE, MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E INSEGURANÇA

CAPÍTULO 11. "Tentar nos desterritorializar é secular": corpos-territórios matáveis na metrópole fluminense 291
Felipe Rangel Tavares

CAPÍTULO 12. A militarização da política e o sequestro dos direitos humanos 309
João Trajano Sento-Sé, Paula Vieira Cotrim, Alberto Roger

PARTE 5. A FINANCEIRIZAÇÃO DAS PERIFERIAS E A PERSPECTIVA ATUAL DAS LUTAS SOCIAIS

CAPÍTULO 13. Periferias urbanas, cotidiano desigual e neoliberalização: entre controles e rupturas..... 337
Danilo Volochko

CAPÍTULO 14. Viver na periferia como ato de luta e resistência: a criação de um banco comunitário em Fortaleza – o Banco Palmas..... 357
José Borzacchiello da Silva

CAPÍTULO 15. Periferias e a financeirização da pobreza 383
Cibele Saliba Rizek

CAPÍTULO 16. Valor, renda, finança. Navegando direitos, reformas e o redesenvolvimento nas periferias..... 399
Jeroen Klink

PARTE 6. A PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE E OS HORIZONTES DA LUTA POLÍTICA

CAPÍTULO 17. Diez proposiciones sobre la segregación residencial y las políticas urbanas 423
Oriol Nel·lo

CAPÍTULO 18. Brasil: desigualdades e suas raízes..... 437
Sandra Lencioni

CAPÍTULO 19. Para uma Geografia das desigualdades socioterritoriais em Portugal..... 459
João Ferrão

PARTE 7. VALOR, ANTIVALOR E NÃO-VALOR: UMA TRÍADE PARA PENSAR A PRODUÇÃO DO ESPAÇO?

CAPÍTULO 20. Dimensões críticas do antivalor: a contradição entre capital, trabalho e terra na emergência do anarcoqueermetabolicocomum..... 485
Guilherme Moreira Petrella

CAPÍTULO 21. Lutas pelo espaço e lutas anti-identitárias: Aproximações teóricas entre Henri Lefebvre e John Holloway 511
Ernesto Gomes Imbroisi

CAPÍTULO 22. Valor-anti-valor-uso e a reprodução contraditória do espaço urbano 543
Ana Fani Alessandri Carlos

CAPÍTULO 23. Valor, antivalor e não-valor uma tríade para pensar a produção do espaço..... 561
Paulo Cesar Xavier Pereira

PARTE 8. DECOLONIALIDADE, ANARQUISMO E MARXISMO: CONSTRUINDO DIÁLOGOS POSSÍVEIS?

CAPÍTULO 24. Caminhando no debate entre marxismo e decolonialidade: uma sinfonia das diferenças 597
Bernardo Agueda

CAPÍTULO 25. ¿Es factible un pensamiento geográfico anarquista pacifista para el siglo XXI? Algunas ideas desde la prospectiva territorial y la utopía 637
Jeffer Chaparro Mendivelso

CAPÍTULO 26. Marx, anarquismo e pensamento decolonial: aproximações para pensar a produção do espaço 671
Alvaro Ferreira

PARTE 9. PENSAR-COM, FAZER-COM: REPENSANDO A POSSIBILIDADE DO COMUM

CAPÍTULO 27. Descentralización, dispersión y emancipación 707
Raúl Zibechi

CAPÍTULO 28. Moradia como direito, terra como mercadoria: tensionamentos da lógica proprietária nas ocupações urbanas 729
João Tonucci

CAPÍTULO 29. Lo común como horizonte de transformación en la metrópolis. Entre la reproducción de la vida y la lógica del capital 757
Huáscar Salazar Lohman

CAPÍTULO 30. Território(s) feito(s) comum(ns): implicações geográficas no sentirpensarfazer o(s) comum(ns) 781
Rogério Haesbaert

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 807

ÍNDICE REMISSÍVO 825

AGRADECIMENTOS

Agradecemos muitíssimo à PUC-Rio por colaborar com a realização da sétima edição do Simpósio Internacional Metropolização do Espaço e Gestão Territorial. Não nos referimos apenas ao sentido de sediá-lo, como tem ocorrido desde a sua primeira edição, mas gostaríamos de agradecer muitíssimo ao professor Marco Cremona (Coordenador Central da Pós-graduação) e à professora Marley Maria Bernardes Rebuzzi Vellasco (Vice-Reitora Acadêmica) por compreenderem a relevância e importância do simpósio e por terem concedido parte da verba necessária para a realização do evento.

Agradecemos também à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que mais uma vez colaborou com importante auxílio financeiro para a realização do VII SIMEGER.

É importante agradecer aos dedicados pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM PUC-Rio), que nos ajudaram, com afinco e carinho, e colaboraram para que o evento fosse mais uma vez um sucesso: Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo, Frederico Montanari, Alex de Amico, Felipe Silva, Bárbara Massot, Julia Rossi, Julia Rezende, Cícero de Aquino Costa Simões, Anderson Fontes, Bruna Viola, Diego Moreira, André Abreu, Laura Vidal, Vitória Costa Mesquita e Sabrina Candaten.

E não podemos deixar de agradecer aos nossos editores, Isabella Mota e Luís Octaviano, por todo apoio e pelo belíssimo trabalho à frente de sua editora engajada na luta pela divulgação do pensamento crítico, e que desde o primeiro momento esteve conosco nesta jornada.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Visibilizar o passado, compreender o presente e prefigurar futuros: introduzindo o debate…

Alvaro Ferreira, João Rua, Sandra Lencioni,
Gustavo Godinho Benedito, Ernesto Gomes Imbroisi

Ao debruçar-nos sobre os sete simpósios já realizados, podem ser observados alguns aspectos que merecem destaque: a qualidade das exposições, dos debates e das publicações; o ineditismo de muitas temáticas apresentadas; e a diversidade das propostas trazidas pelos participantes. Enfim, pode-se dizer que esses simpósios vêm se tornando um dos mais interessantes movimentos de reflexão e análise de problemas que afetam a sociedade do mundo contemporâneo, particularmente de um país periférico como o Brasil.

Apesar da diversidade, alguns temas aparecem quase como permanências ao longo dos sete eventos realizados. Não se trata de meras repetições monótonas, mas de preocupações que alimentam as reflexões dos organizadores e participantes. São problemas sociais, fundamentalmente em suas expressões espaciais, que vêm merecendo um refinamento aprofundado dos debates, numa perspectiva crítico-analítica predominante. Tais permanências apresentam-se como emergências para as quais vêm sendo apontadas ações possíveis na atualidade, mas, também, horizontes utópicos, os quais servem como possibilidades a alcançar.

É impressionante a sensação de que o tempo parece passar cada vez mais rápido… e essa velocidade nos coloca em uma desafiadora enrascada, coloca-nos diante de uma tensão entre urgências e utopia. E este foi o tema da sexta edição do nosso simpósio de 2022. Tendo como característica, desde sua primeira edição, a priorização do aprofundamento dos debates, não foi à toa que essa ideia do tema tenha surgido durante uma conversa entre Ana Fani Alessandri Carlos, João Ferrão e Alvaro Ferreira no ano de 2018.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Durante a conversa, enaltecíamos a importância de um projeto de futuro, mas também das ações mais imediatas. E a partir desse nosso debate durante o almoço – porque, como se vê, os encontros científicos continuam durante os almoços e os jantares – Ana Fani Alessandri Carlos afirmou que estávamos diante de um dilema, entre urgências e utopia. Nasceu ali o tema do simpósio de 2022.

Essas emergências e utopias vêm tendo sua análise atravessada por noções e conceitos como desigualdade espacial (que, obviamente, é também social), propriedade, privatismo e privação, para só apontar alguns dos alicerces que vêm marcando o caminho de nossa reflexão e de nossa perspectiva crítica. A desigualdade espacial explicita-se em questões de gênero, sexo, raça, etnia e idade, sempre entrecruzados pela estrutura de classes da sociedade. Portanto, a desigualdade é entendida como um produto social que se expressa em espacialidades distintas. Como bem sabemos, não se trata de espacialidades como reflexo da sociedade, já que se entrecruzam como produto, meio e condição umas das outras, pois não existem sociedades a-espaciais. A propriedade e o privado desenvolvem-se particularmente desde a modernidade setecentista, de onde provém a relação entre propriedade e cidadania. Ser considerado cidadão nas sociedades liberais e capitalistas que a partir daí se forjaram, teve como condição primeira tornar-se proprietário. O próprio sentido de Estado-nação já carrega o privado, e a partir dessa delimitação jurídico-política advém as outras formas de propriedade que se expressam individualmente (imóveis rurais ou urbanos), coletivamente ou na forma de propriedade estatal. Assim, a propriedade, em qualquer das formas apontadas, significa privação, o que vai realimentar a desigualdade como fundamento maior do capitalismo.

Para nós, aí reside o nó górdio das questões sociais, com as quais há muito viemos nos preocupando. Pensar em saídas para além dos questionamentos que temos levantado conduzem-nos à busca da superação do privatismo e, com isso, da principal coluna de apoio do capitalismo. Essa superação parece levar-nos ao comum como base para uma outra espacialidade pautada pela equidade e a outros cotidianos possíveis. Ao longo dos diversos simpósios, vem sendo apontadas algumas direções que podem ou poderiam nos encaminhar para uma espacialidade outra.

A temática "Entre urgências e utopia" ainda está no horizonte, mas trouxemos novos elementos fomentadores para nossas reflexões e debates. Nes-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

te livro, fruto do VII Simpósio Internacional Metropolização do Espaço e Gestão Territorial (VII SIMEGER), reafirmamos e desenvolvemos as reflexões sobre o espaço compreendendo-o como expressão do passado, do presente e do futuro dialeticamente integrados, ideia presente no pensamento de Milton Santos e Henri Lefebvre. Do passado, provém "progressos" técnicos, políticos e sociais relevantes, mas, tais "progressos", como vimos discutindo ao longo desse simpósio, explodem no presente como problemáticas produtoras de desigualdades, quer novas ou redimensionadas por contradições e atualizadas, que ao serem focalizadas nas discussões travadas apontaram para novos obstáculos que se somaram àqueles herdados e de difícil ultrapassagem. Isso nos coloca diante de múltiplas dimensões da ação, que se entrecruzam com as escalas temporal e espacial. E nesse sentido, incorporamos táticas de curto prazo e estratégias de médio e longo prazo. Incorporamos a dimensão da proximidade, mas com a certeza de que precisamos caminhar para além dela. Esse cenário revela e evoca a necessidade de pensar as lutas sociais como e na condição de lutas espaciais. Se reconhecemos o espaço como produto e produtor das relações sociais, todo projeto de transformação radical da sociedade passa inevitavelmente pela disputa ao redor da produção do espaço. Sob essa perspectiva somos obrigados a reimaginar novas formas de luta e de resistência e reelaborar o pensamento e os caminhos políticos para a emancipação, incorporando a espacialidade como dimensão constitutiva da práxis revolucionária.

Nesse sentido, a luta pelo direito à produção do espaço esteve vinculada a reflexões sobre a democratização da democracia a partir do tensionamento entre liberdade e emancipação, propriedade e apropriação, reprodução e produção, ideologia e utopia, dentre outros caminhos prático-teóricos presentes nos debates presentes neste livro, a partir de elementos teórico-conceituais e metodológicos inerentes a perspectivas heterodoxas do marxismo, ao giro espacial e ao diálogo com o que atualmente desdobra-se no giro decolonial e no giro periférico, dentre outros sentidos críticos da produção do conhecimento.

Tais encaminhamentos estiveram presentes nesse simpósio e propiciaram o desvendamento de novos horizontes da autogestão, permitindo, assim, a construção de múltiplos sentidos acerca do comum a partir da Geografia e de outras áreas do conhecimento, as quais são fundamentais à prefiguração de outros futuros desejados, propiciando que a religação dos

CONSEQUÊNCIA EDITORA

saberes desenvolvida no decorrer do evento tenha sido sobretudo uma religação política dos saberes.

Um dos nexos aglutinadores que parece atravessar a maior parte das discussões que tivemos neste evento diz respeito à teoria do valor em suas diversas manifestações categoriais: valor de uso, valor de troca, antivalor, não valor, renda e reserva de valor. Todas estas manifestações teóricas explicitam-se espacialmente, por exemplo, nas problemáticas relações sociedade-natureza, nas permanentes tensões para a delimitação de áreas protegidas e de terras indígenas e na constituição de precariedades, periferias e favelas como valor em reserva para o capital, não importando para estas duas últimas a sua localização no urbano. Se nos remetemos a essas expressões das manifestações da teoria do valor é por estarmos atentos às possibilidades que elas apresentam para outras formas de acumulação primitiva de capital e para as novas divisões territoriais de trabalho, territoriais e sociais, portanto, desenvolvendo outras possíveis espacialidades. Basta lembrarmos as constantes investidas para mudanças nas leis de proteção ambiental, na regularização da propriedade e nas pressões exercidas sobre as favelas e em muitas áreas periféricas.

Portanto, obviamente, o valor não é uma categoria neutra da produção econômica, mas a forma dominante de organização social nas relações capitalistas. Ele se manifesta principalmente através do trabalho abstrato, que é a atividade humana despojada de sua particularidade, universalizada e reduzida a uma medida universal de tempo de trabalho socialmente necessário. Esse trabalho abstrato é que constitui o valor e, consequentemente, o movimento do capital. O problema central é que o capital, em seu movimento, subordina o fazer humano (a atividade criativa, concreta e autodeterminada) à sua própria lógica de acumulação.

Pensando na corrente teórica denominada de Marxismo Aberto (Open Marxism), que ganhou proeminência a partir dos trabalhos de autores como Werner Bonefeld, John Holloway, Richard Gunn, Kosmas Psychopedis e Simon Clarke, temos uma perspectiva analítica bastante instigante sobre as noções de valor, não valor e mais especificamente antivalor como um elemento central de antagonismo à lógica capitalista. A tríade valor, antivalor e não valor, nesse contexto, desponta como um poderoso instrumento analítico para a compreensão das contradições da produção capitalista do espaço e, ao mesmo tempo, permite identificar e apontar caminhos e tra-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

jetórias possíveis (e potentes) para a sua superação. Se o valor representa a lógica dominante que subordina o espaço à acumulação e à reprodução do capital, o antivalor e o não valor apontam para as resistências e as alternativas que se desenvolvem nas fissuras e contradições do sistema, sem perder de vista o horizonte criativo dos diferentes sujeitos sociais que produzem cotidianamente outras espacialidades possíveis — outras socialidades possíveis. Nessa perspectiva analítica, o antivalor pode ser entendido como a possibilidade da negação ativa, bem como da luta contra a imposição do valor. É a expressão da rebelião e da resistência contra a mercadificação da vida e a subsunção da atividade humana à lógica do capital (Holloway, 2017, Ferreira, 2024, 2021, 2019).

O não valor se refere à existência de atividades, relações e formas de vida que não são subsumidas ou capturadas pela lógica do valor. Tratar-se-ia do potencial para criar algo diferente, para construir um mundo onde o valor não seria a categoria dominante. Ou seja, enquanto o antivalor enfatizaria a negação e a luta contra o que o valor representava (a destruição da autonomia e da criatividade), o não valor focaria na afirmação e na construção de outras formas de existência que não se baseariam nessa lógica. Ambos os conceitos são interdependentes, pois a negação do valor é o que abre caminho para a possibilidade de um mundo onde o valor não seja a categoria dominante e a existência de atividades de não valor é a prova de que a lógica do capital não é totalizante e pode ser superada.

Assim, a tomada do poder estatal não seria o caminho para a revolução, já que o Estado é uma forma social permeada pela lógica do valor. A transformação da sociedade reside na proliferação de ações e práticas de antivalor e, especialmente, na expansão dos espaços de não valor. Ambos ao subverterem o sentido do valor, têm a potencialidade de contribuir para a criação de fissuras no que é mais basilar no capitalismo ao permitir a superação da produção mercantil. Assim, na negação do valor prefigura-se, na sua essência, o futuro!

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

FERREIRA, Alvaro. It´s the property, stupid! But how can we get rid of it? *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n.44, e77180, 2024| DOI:10.12957/geouerj.2024.77180

FERREIRA, Alvaro. *A cidade que queremos*: produção do espaço e democracia. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. 282p.

FERREIRA, Alvaro. Produção do espaço, autogestão, comunidade e estado: provocações a partir de Karl Marx. *GEOgraphia*, v. 21, p. 48-57, 2019.

HOLLOWAY, John. *Uma lectura antiidentitaria de El Capital*: 18 clases de John Holloway. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2017. 270p.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 1

NATUREZA E AMAZÔNIA: PRESENTE, PASSADO E FUTURO

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 1

Natureza: passado, presente e futuro

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Para dar início à proposição deste tema, penso que uma pergunta se impõe: o que é natureza?

Certamente, não farei uma discussão filosófica sobre este conceito; apenas enunciarei algumas das concepções do passado e do presente, para podermos refletir sobre um possível futuro.

Aprendemos todos, na Geografia Física — eu, particularmente —, pela não problematização deste conceito, que a natureza é; é o que é. Entretanto, se questionarmos esta afirmação e se nos debruçarmos sobre a história da filosofia da Ciência, veremos contradição e movimento no entendimento de natureza, ao longo do processo de socialização do homem/humanidade ou da sua construção histórica.

Verificamos que, desde a Antiguidade (passado), havia concepções distintas das que encontramos no presente: a *physis* (natureza, em grego), por exemplo, concebia que os deuses também eram natureza (hoje, considerados mitologia), incidindo sobre esta visão a Metafísica/Lógica aristotélica, a partir da sistematização do conhecimento dos filósofos da natureza.

> Sabemos que os filósofos da natureza colocavam questões referentes às transformações que podiam observar na natureza, na tentativa de descobrir algumas leis naturais que fossem eternas. Eles queriam entender os fenômenos naturais, sem ter que para isto recorrer aos mitos. Interessava-lhes, sobretudo, tentar entender por si mesmos os processos naturais, por meio da observação da natureza. E isto era algo completamente diferente da tentativa de explicar raios e trovões, inverno e primavera por referência a acon-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> tecimentos no mundo dos deuses. E assim a filosofia se libertou da religião. Podemos dizer que os filósofos da natureza deram os primeiros passos na direção de uma forma científica de pensar. E com isto deram o pontapé inicial para todas as ciências naturais, surgidas posteriormente[1].

Com Aristóteles, rompe-se a ideia mítica da *physis*, pela qual os deuses eram também natureza, e se lhe atribui sua origem e sua transformação, logo a natureza humana adquire uma dimensão transcendental, cuja origem é externa a sua materialidade.

Esses filósofos acreditavam que as transformações da natureza eram determinadas pela existência de uma "substância básica"; seu entendimento era de que deveria haver uma substância primordial, que fosse a causa oculta de todas as transformações da natureza, ou seja, a interpretação da natureza se fundamentava numa origem metafisica.

Descartes (1996) será aquele que, no início do período moderno, vai construir a separação (metafísica) entre *res cogitans* e *res extensa*, ou seja, para ele, a alma que pensa é divina e o corpo é natureza, portanto, mundano. Aqui, temos as bases da separação natureza-homem, que se efetiva na Modernidade, através da qual tudo que é externo ao homem é entendido como natureza (seres bióticos e abióticos). Ainda que se compreenda o homem como ser natural, esse é distinguido pela dualidade alma (imagem e semelhança de Deus) – corpo (constituído de natureza). O contexto desta formulação metafísica busca romper com a unidade da natureza, separando dela o homem, para poder dela se apropriar e explorar seus recursos, assim permitindo a acumulação primitiva de capital (por exemplo, pelos processos de colonização) e, à continuidade, a constituição do modo de produção capitalista.

Tal concepção dual está associada a esta constituição ainda no presente, mesmo que o conhecimento dos tempos atuais questione e busque superar esta dicotomia. No que se refere a esta proposição dual, tem-se que seu fortalecimento vai ocorrer, a partir da hegemonia positivista na construção do conhecimento, que, ao conceber a Ciência, vai defini-la como dois

1 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/27/caderno_especial/4.html#:~:text=Os%20primeiros%20fil%C3%B3sofos%20gregos%20s%C3%A3o,natureza%20e%20pelos%20processos%20naturais.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

constructos distintos: Ciência Natural e Social; e, além disso, vai promover a fragmentação da natureza em diferentes campos específicos. Nesse período, a antiga Filosofia se separa da Ciência e a Filosofia da Natureza se esfacela. O propósito disto é a possibilidade de intervenção na natureza, para gerar a acumulação econômica. Contribui para isto a ideia metafísica de que a natureza é um produto de forças exteriores — e as leis metafísicas são eternas —, logo este movimento pode ser compreendido como aparente, apenas, e a natureza, como imutável.

Contraditoriamente, é também na Modernidade que outras concepções de natureza são trazidas ao debate. Aqui, aludimos à concepção de Marx e Engels (1998), que compreendiam a natureza como a materialidade inorgânica e orgânica do mundo, que precedeu ao homem e as suas formas de organização social e que constituiu a condição fundamental da existência, sem a qual não haveria a possibilidade da humanização; o homem não subsiste, sem sua interação com a natureza.

Prosseguindo no entendimento marxiano, essa compreensão indica que as condições históricas de existência do humano só ocorrem na relação deste com a natureza; relação esta mediada pelo trabalho, processo em que ocorre a socialização da natureza e do homem. Ou seja, a natureza e a natureza humana se transformam, mutuamente (Marx; Engels, 1998). Trata-se de uma visão materialista, que se contrapõe à metafísica e à dialética idealista. Na mesma lógica de não separação, dizia Reclus (1998, 2010): "[…] o homem é a natureza tomando consciência de si".

O **presente** se assenta, ainda, sobre o entendimento de uma natureza externa; uma natureza-máquina (newtoniana), vista como um sistema funcional ou complexo — um computador —, mesmo que, contemporaneamente, possamos traçar caminhos distintos, quanto ao modo de funcionamento desta máquina. Da natureza de origem divina/externa, com funcionalidade mecânica e eterna, passamos, hoje, à concepção de uma natureza sistêmica, cibernética, informacional, re-organizacional, em constante movimento e sujeita, na sua trajetória, à desordem criativa. Essa concepção está presente em Maturana e Varella (1996), com seu conceito de autopoiese, de 1974. Na percepção destes autores, a Natureza é auto-eco-re-organizacional.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Autopoiese

Poiesys[2] é um termo grego que significa produção. Autopoiese quer dizer autoprodução. A palavra surgiu pela primeira vez na literatura internacional em 1974, num artigo publicado por Varela, Maturana e Uribe, para definir os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos. Esses sistemas são autopoiéticos por definição, porque recompõem seus componentes desgastados de maneira incessante. Pode-se concluir, portanto, que um sistema autopoiético é, ao mesmo tempo, produtor e produto.

Para Maturana, o termo autopoiese[3] traduz o que ele chamou de "[…] centro da dinâmica constitutiva dos seres vivos". Para exercê-la de modo autônomo, eles precisam recorrer a recursos do ambiente. Em outros termos, são autônomos e dependentes, ao mesmo tempo. Trata-se, pois, de um paradoxo, condição que não pode ser bem entendida pelo pensamento linear, para o qual tudo se reduz às binariedades do sim/não, do ou/ou. Diante de seres vivos, coisas ou eventos, o raciocínio linear analisa as partes separadas, sem se empenhar na busca por relações dinâmicas entre elas. O paradoxo autonomia-dependência dos sistemas vivos é mais bem compreendido por um sistema de pensamento, que englobe os raciocínios sistêmico (que examina as relações dinâmicas entre as partes) e não linear, segundo os autores[4].

No constructo destes teóricos, trata-se de buscar a superação da natureza mecânica de outrora pela concepção contemporânea, compreendida como sistema complexo, que, por sua vez, supera o sistemismo funcional de origem na Biologia.

À continuidade, tem-se, na obra de Morin (1996), o entendimento de natureza como auto-eco-organizacional, compreendido como pensamento

2 MARIOTTI, Humberto. Autopoiese, cultura e sociedade. Disponível em: http://escoladedialogo.com.br/escoladedialogo/index.php/biblioteca/artigos/autopoiese-cultura-e-sociedade/#:~:text=Para%20Maturana%.

3 MARIOTTI, Humberto. Autopoiese, cultura e sociedade. Disponível em: http://escoladedialogo.com.br/escoladedialogo/index.php/biblioteca/artigos/autopoiese-cultura-e-sociedade/#:~:text=Para%20Maturana%.

4 MARIOTTI, Humberto. Autopoiese, cultura e sociedade. Disponível em: http://escoladedialogo.com.br/escoladedialogo/index.php/biblioteca/artigos/autopoiese-cultura-e-sociedade/#:~:text=Para%20Maturana%.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

complexo ou princípio da complexidade, a partir do qual Morin resgata a visão biológica de Maturana, indicando a possibilidade de uma leitura social, pensando o social como um super ou megassistema, que incluiria todos os demais numa cadeia de retroalimentação.

No entanto, Mariotti, Maturana e Varella (1996) admitem a argumentação no contexto biológico, pela qual:

> […] uma sociedade só poderia ser vista como autopoiética se satisfizesse a autopoiese para o conjunto da sociedade ou de todos os seus indivíduos. Admitindo que uma sociedade que distingue ou mesmo descarta indivíduos enquanto ainda estão vivos, e, potencialmente produtivos por meio de processos de produção de subjetividade, exclusão social, guerras, genocídios e outras formas de violência é automutiladora e, portanto, patológica. Admitem que se o homem fosse um ser apenas natural, sua autopoiese seria exercida como a dos demais seres vivos. No entanto, o fato de ele ser, também social e produzir cultura fazem com que a exerça de modo diferente. Diferente e patológico, porque autoagressor. A sociedade/cultura condiciona o indivíduo, que por sua vez a realimenta com essa influência, numa circularidade em que não é possível pensar em termos de causalidade linear.

No presente, da mesma forma, é resgatada a compreensão de natureza de Marx e Engels (Foster, 2010; Moore, 2022; Saito, 2021; Smith, 1988), buscando, através de seus escritos, indicar a presença da concepção de natureza dos autores no campo do materialismo histórico e dialético, como preceitos para compreender natureza e sociedade no campo ambiental, contemporaneamente. Trata-se de um resgate, que dá sustentação à análise crítica da construção do modo de produção capitalista no âmbito das relações de trabalho e de acumulação de capital, através da apropriação e da utilização de energia barata (Moore, 2022), seja a da natureza, seja a do homem, no processo produtivo (Foster, 2010). Nesse viés, os marxistas que buscam compreender as questões ambientais expressam que a acumulação de capital tem seu entendimento da decifração da relação capital-trabalho-natureza. Já para Smith (1988), a sociedade produz natureza e, da mesma forma, produz ambiente, portanto.

Assim, podemos visualizar, no presente, perspectivas que apontam para uma compreensão da natureza, que necessita ser pensada em interconexão

CONSEQUÊNCIA EDITORA

com a sociedade. Essa é uma questão dada, que vem de encontro à constituição em separado da Natureza e da Sociedade e que se expressa em diferentes campos científicos, desde a segunda metade do século XX, a exemplo de Serres (1991), na Filosofia, de Latour (2001), na Antropologia, de Morin (1990), na Filosofia/Ciências Sociais, de Maturana e Varela (1996), na Biologia, de Quaini (1979) e Smith (1988), na Geografia, entre outros. Na virada do milênio, tem-se a ampliação deste debate, com a presença de um conjunto aumentado de pensadores marxistas, como Foster (2010), Saito (2021), Moore (2022) entre tantos, que atuam no campo do Ecossocialismo.

Essa busca por articulação/mediação se expressa sob diferentes constructos, em oposição ao processo de transformação do mundo — e, nele, do conhecimento. Exemplar deste movimento é o estabelecimento da chamada Ecologia Natural, ciência que tem seu vínculo inicial com a Biologia, cuja concepção de natureza se revela em separado da sociedade e que busca analisar a relação entre os organismos e o meio — compreendido como sustentáculo da vida. Ela se constitui em uma perspectiva de análise naturalista. Begossi (1993), ao se referir à Ecologia Natural, indica:

> […] de acordo com Odum (1972), a aplicação de procedimentos de análise de sistemas em ecologia ficou conhecida como "ecologia de sistemas". Esta abordagem focaliza o estudo do ecossistema. Uma análise ecossistema expressa a interação entre os organismos e o ambiente num nível acima do indivíduo. Por exemplo, os nutrientes e a produtividade de florestas são modelados e medidos em hectares e grupos de espécies são vistos como produtores, consumidores ou decompositores[5].

Nesse constructo, o homem socialmente situado não faz parte da análise, o que revela uma concepção reducionista da interrelação sociedade x natureza, na medida em que atribui os problemas ambientais à ação antrópica.

Essa perspectiva evolui para as ecologias Humana e Política.

Sobre a **Ecologia Humana**[6], Begossi coloca:

5 Disponívelem:https://www.researchgate.net/profile/AlpinaBegossi/publication/11109051_Human_ecology_an_overview_of_man-environment_relationships/links/0f317.
6 Disponívelem:https://www.researchgate.net/profile/AlpinaBegossi/publication/11109051_Human_ecology_an_overview_of_man-environment_relationships/links/0f317.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Margalef (1977), considera dois enfoques: a) o homem como uma espécie a mais como componente dos ecossistemas; b) concepção de dois subsistemas (homem/natureza). O primeiro é enfatizado, como mais científico e o segundo como mais prático. Na realidade, o primeiro enfoque tem sido abordado pelas ciências biológicas e o segundo pelas sociais. Na linha de ecologia humana de sistemas destaca-se o estudo clássico de H. Odum (1972). A autora revela que de acordo com este autor, a natureza, em sua estrutura e função, consiste em animais, plantas, micro-organismos e sociedades humanas. As partes vivas são interligadas pelo fluxo de substâncias químicas e energia. A parte do sistema que envolve intercâmbios humanos inclui partes referentes à troca de informações (linguagem) e trocas econômicas (monetárias). H. Odum (1972) utiliza conceitos e modelos de ecologia de sistemas/energética para descrever, dentre outros, modelos de subsistência (caça/agricultura), políticos e religiosos. Ecologia humana[7].

A **Ecologia Política**, segundo Loureiro e Layrargues[8]:

[…] tem sua origem nos anos 1960, e se refere, à compreensão de que agentes sociais com diferentes e desiguais níveis de poder e interesses diversos demandam, na produção de suas existências, recursos naturais em um contexto ecológico, disputando-os e compartilhando-os. O seu objetivo, com isso, é gerar conhecimentos e a compreensão do próprio modo de funcionamento societário enquanto exigência para a intervenção política superadora ou reprodutora das condições estruturais que engendram modos específicos de produção e relações de propriedade dos bens criados ou naturais. A ecologia política, em resumo, focaliza a atenção nos modos pelos quais agentes sociais, nos processos econômicos, culturais e político-institucionais, disputam e compartilham recursos naturais e ambientais e em qual contexto ecológico tais relações se estabelecem.

7 Disponívelem:https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrrnHRF#:~:text=A%20ecologia%20pol%C3%ADtica%2C%20em%20resumo,ecol%C3%B3gico%20tais%20rela%C3%A7%C3%B5es%20se%20estabelecem.

8 Disponívelem:https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrrnHRF#:~:text=A%20ecologia%20pol%C3%ADtica%2C%20em%20res.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Ecologia Política e Economia Política[9]

O diferencial da Ecologia Política, em relação à Economia Política:

> […] não está na **aceitação da natureza como condição para a produção**, pois isso é inerente a qualquer análise econômica, mas no modo como ela é qualificada. Na Ecologia Política a natureza é vista não somente como fonte de recursos, mas como ontologicamente prioritária para a existência humana, aquilo que nos antecede e que de nós independe, cuja dinâmica ecológica, mesmo que por nós mediada e transformada, precisa ser conhecida e respeitada a fim de que o modo de produção seja compatível com sua capacidade de suporte e de regeneração (Foladori, 2001).

Na Economia Política, que busca a internalizar a natureza ao processo produtivo, temos desdobramentos assentados em diferentes discursos de valoração da natureza. Alier (2007) distingue:

> Capitalismo – Neoliberal: indica uma externalização da natureza (natureza barata ou de pouco custo) como necessária ao crescimento econômico e, na necessidade de aliviar a pobreza não mediante a redistribuição, mas com o crescimento a todo custo (Alier, 2007, p. 45).
> Capitalismo Verde – Ecologia da Eficiência – Economia Ambiental: há uma internalização da natureza como valor de troca. Crescimento econômico e valoração crematística (arte de produzir riqueza) das externalidades negativas, aludindo às análises de custo-benefício (Alier, 2007, p. 45).
> Economia Ecológica/Ecologia dos Pobres: valoriza, contrariamente às outras concepções, os discursos dos direitos humanos, o valor da natureza para a sobrevivência humana, os direitos territoriais indígenas e à sacralidade de alguns espaços de vida" (Alier, 2007, p. 45).

Para a Economia Ecológica, na discussão proposta por Alier (2007), a problemática ambiental implica:

9 Disponível em: https://beneweb.com.br/resources/Ecologia/Marxismo%20e%20meio%20ambiente.pdf.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> O reconhecimento de que, os problemas ambientais na grande maioria dos casos consistem no que denomina de conflitos ecológicos distributivos (conflitos entre apropriação e exploração de recursos). Aqui é passível verificar que, quando se trata de conflitos ecológicos distributivos tem-se uma relação intrínseca estabelecida entre de território/territorialidades e ambiente.

Transpondo para a Geografia

Entre as diferentes tendências analíticas, a Geografia Crítica busca uma reflexão, como o próprio nome indica, questionadora da realidade atual e, em particular, da forma de apropriação da natureza no contexto da sociedade capitalista — ou mais amplamente falando, da sociedade ocidental (já que é sob esta cultura, a ocidental, que fomos formatados). Ainda que este não seja um movimento novo mais recentemente surge um novo "subcampo" na Geografia, denominado Geografia Física Crítica (GFC). Em que pesem as críticas já enunciadas a este "subcampo", Lave, Wilson e Baron (2019) informam que:

> […] há importantes benefícios mútuos que derivam da integração ativa da Geografia Física e Humana críticas, como demonstrado no trabalho de geógrafos que combinam a atenção crítica às relações sociais de poder com o conhecimento profundo de um campo específico das ciências biofísicas ou da tecnologia a serviço da transformação social e ambiental. Chamamos esta prática intelectual integradora de Geografia Física Crítica (GFC). O princípio fundamental é que nós não podemos depender de explicações baseadas exclusivamente na Geografia Física ou Humana crítica, pois as paisagens sócio biofísicas são o resultado tanto de fatores sociais, tais como as relações desiguais de poder, do legado histórico do colonialismo e das disparidades raciais e de gênero, quanto de fatores físicos como a hidrologia, ecologia e alterações climáticas. A GFC é, portanto, baseada no trabalho cuidadoso e integrador necessário para dar sentido a esta coprodução (Lave; Wilson; Baron, 2019, p. 78).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Ainda sobre o presente, diante do constructo em debate sobre natureza, ambiente e sociedade, cabe fazer referência ao conceito de desenvolvimento sustentável, quanto a suas perspectivas futuras.

Para tratar deste "conceito", resgato brevemente a origem da expressão, indicando sua vulnerabilidade, enquanto conceito científico, e apresentando a leitura diferenciada e contraditória desta construção.

Sobre a origem do termo Sustentabilidade

Todos nós, quando nos referimos a desenvolvimento sustentável, remetemo-nos ao relatório *Nosso Futuro Comum* (1987-1988), sob coordenação de Gro Harlem Brundtland, no qual este termo é definido como um desenvolvimento capaz de "**[…] satisfazer nossas necessidades atuais sem comprometer os recursos naturais e a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas necessidades**".

Entretanto, é importante indicar que o termo, cunhado naquele momento histórico, é resultado de discussões e de questionamentos sobre o desenvolvimento feito às custas da natureza e dos homens, cuja emergência ocorre nos anos 60 do século XX.

Tomamos, como referência para esta breve história, o texto de Naredo (2004):

> *Cuando a principios de la década de los setenta el Primer Informe del Club de Roma sobre los límites del crecimiento, junto con otras publicaciones y acontecimientos, pusieron en tela de juicio la viabilidad del crecimiento como objetivo económico planetario, Ignacy Sachs (consultor de Naciones Unidas para temas de medioambiente y desarrollo) propuso la palabra "ecodesarrollo" como término de compromiso que buscaba conciliar el aumento de la producción, que tan perentoriamente reclamaban los países del Tercer Mundo, con el respeto a los ecosistemas necesario para mantener las condiciones de habitabilidad de la tierra. Este término empezó a utilizarse en los círculos internacionales relacionados con el "medioambiente" y el "desarrollo", dando lugar a un episodio que vaticinó su suerte. Se trata de la declaración en su día llamada de Cocoyoc, por haberse elaborado en un seminario promovido por las Naciones Unidas al más alto nivel, con la par-*

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> *ticipación de Sachs, que tuvo lugar en l974 en el lujoso hotel de ese nombre, cerca de Cuernavaca, en Méjico. El propio presidente de Méjico, Echeverría, suscribió y presentó a la prensa las resoluciones de Cocoyoc, que hacían suyo el término "ecodesarrollo". Unos días más tarde, según recuerda Sachs en una reciente entrevista [Sachs, I. 1994], Henry Kissinger manifestó, como jefe de la diplomacia norteamericana, su desaprobación del texto en un telegrama enviado al presidente del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente: había que retocar el vocabulario y, más concretamente, el término "ecodesarrollo" que quedó así vetado en estos foros. Lo sustituyó más tarde aquel otro del "desarrollo sostenible", que los economistas más convencionales podían aceptar sin recelo, al confundirse con el "desarrollo autosostenido" (self-sustained growth) introducido tiempo atrás por Rostow y barajado profusamente por los economistas que se ocupaban del desarrollo. Sostenido (sustained) o sostenible (sustainable), se trataba de seguir promoviendo el desarrollo tal y como lo venía entendiendo la comunidad de los economistas. Poco importa que algún autor como Daly matizara que para él "desarrollo sostenible" es "desarrollo sin crecimiento", contradiciendo la acepción común de desarrollo que figura en los diccionarios estrechamente vinculada al crecimiento* (Naredo, 2004, p. 8).

Tem-se, portanto, a construção de um termo que, na visão do autor, apresenta ambiguidade e, em razão disto, é de difícil operacionalização, resultando daí o debate e a controvérsia.

Para Leff (2000), a expressão desenvolvimento sustentável — ou a sustentabilidade a que se refere — aparece neste momento como uma necessidade de restabelecer o lugar da natureza na teoria econômica e nas práticas de desenvolvimento, internalizando condições ecológicas na produção, que assegurem a sobrevivência e o futuro para a humanidade. Indica, esse mesmo autor, que o desenvolvimento sustentável não apresenta consenso em *Nosso Futuro Comum*, ou seja, o discurso sobre sustentabilidade não é homogêneo. Essa contradição decorre da sua história de criação, aqui já indicada, e do arranjo político a ele associado. Nesse sentido, o geógrafo Milton Santos considerava que desenvolvimento sustentável não era um conceito, mas um acordo político entre cavalheiros ou diplomatas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Diferentes concepções e proposições para pensar o futuro

Para Leff (2000), pode se visualizar duas concepções distintas — e polarizadas.

Uma delas se sustenta na vontade de capitalizar a natureza, através do mercado, e se expressa nas construções diferenciadas da **Economia Ambiental** ou da **Economia Ecológica**. Essas, cada uma a sua maneira, buscam a internalização da natureza na produção, a partir da utilização de critérios, que permitam calcular, por exemplo, o valor de suas funções e/ou serviços, ou a descentralização da economia, construída a partir de uma racionalidade ambiental, baseada em princípios mercantis, que levem em conta o potencial ecológico, a equidade transgeracional, a justiça social, a diversidade cultural e a democracia.

A primeira visão se aproxima dos usos mais comuns do conceito de desenvolvimento sustentável, enquanto a segunda, defendida por Leff (2000), aproxima-se da constituição mais inicial, de Sachs.

Portanto, como vem sendo empregado, desenvolvimento sustentável é uma expressão dúbia, que encaminha a discussão sobre a necessidade de uso e de preservação dos recursos naturais, porém não abandona a ideia de desenvolvimento, nos moldes em que este vem sendo praticado.

Há um tempo, durante o evento Semana do Meio Ambiente em Porto Alegre, Ab'Sáber, ao se referir à sustentabilidade, questionava este conceito pensando na perspectiva das gerações futuras e indicando a impossibilidade de pensar em um futuro, sem limite temporal, isto é, o teórico questionava como pensar e como praticar desenvolvimento sustentável, sem definir o tempo. Do ponto de vista de escala geológica — e sabendo da dinamicidade da natureza —, torna-se inviável pensar em preservação, por exemplo, no tempo longo ou profundo, como trabalham os geólogos. Por outro lado, também não é viável definir uma dimensão possível no tempo curto (de um ou dois mandatos administrativos, por exemplo). Dizia Ab'Sáber que só se pode pensar em sustentabilidade e em preservação no tempo médio, de 30 anos, por exemplo, ou de uma geração para outra.

Essa dimensão indica a complexa questão que está por trás deste termo Sustentabilidade, entretanto esforços de construção conceitual vêm sendo feitos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O exemplo que trazemos é, mais uma vez, de Leff (2000), para quem a sustentabilidade é um projeto social e político, que aponta para o ordenamento ecológico, para a descentralização territorial da produção, para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e para a variação dos modos de vida. O termo remete, ainda, à democratização da sociedade e à participação direta das comunidades na apropriação e na transformação de seus recursos ambientais. Para ele, tal implica o reordenamento dos assentamentos urbanos e rurais e o estabelecimento de novas relações funcionais entre o campo e a cidade, igualmente.

O autor adianta que, para realizar esta proposta, seria necessário criar economias sustentáveis — ou seja, incorporar uma visão produtiva aos programas de desenvolvimento social — e promover a capacidade produtiva das comunidades fundadas na autogestão, a partir de programas nacionais de descentralização da economia e de ordenamento ecológico de territórios. Para isto, seria necessário que tais programas encaminhassem o desenvolvimento de ecotécnicas apropriadas aos produtores, como condição de fortalecer a autogestão e a transição da atual democracia representativa para a sua forma direta. Entretanto, a práxis revela contradições.

Estabelecendo um diálogo entre as referências aqui indicadas e uma atividade interdisciplinar da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROREX-UFRGS), realizada em parceria com o Ministério Público, visando a regularização fundiária de um bairro periférico de Porto Alegre, relata-se:

> Este processo partiu do estatuto da cidade. Este prevê em seu artigo 2º parágrafo I: "a garantia do direito as cidades sustentáveis". Ou seja, é entendido como direito à terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para presentes e futuras gerações.

No Estatuto da Cidade, tem-se, no art. 4, cap. 2, como instrumento da política urbana do planejamento municipal, entre outros indicativos, a gestão orçamentária participativa, e, como instituto jurídico político, entre outros, a regularização fundiária.

A partir desta experiência interdisciplinar, com vistas à regularização fundiária de uma área urbana, surgem algumas reflexões, sendo a centrali-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dade indicada pelo reconhecimento de que direito não é algo dado: é uma conquista — e o direito à cidade não foge à regra. O resultado deste processo revelou:

> Através de estudo antropológico, que o espaço-tempo de vivência (histórico) da população envolvida na demanda de regularização constituía uma luta de 30 anos pelo direito a propriedade da terra urbana, pela infraestrutura e serviços […]

A Geografia, através das análises e mapeamentos geográficos, dos serviços e da infraestrutura, desenhados a partir de levantamentos de campo e de dados disponibilizados pela prefeitura, indicou, ainda, as carências do espaço em regularização compreendido através da história de ocupação, da demanda de infraestrutura e das questões ambientais envolvidas. A compra ou ocupação da terra urbana, a conquista da infraestrutura consolida a luta pela regularização da propriedade, porém esta luta não foi suficiente para a regularização efetivamente.

O direito foi, neste processo jurídico, sustentado pelo mapeamento individual de lotes e pela construção de laudos técnicos, elaborados pela Engenharia Cartográfica, objetivando o pedido jurídico de propriedade, via Defensoria Pública, que se utilizou da prerrogativa do usucapião coletivo.

O projeto, na sua totalidade, previa, de acordo com o Estatuto da Cidade, pressupõe a conquista da moradia ambientalmente saudável, projetada para ser planejada, a partir das necessidades dos moradores, dentro da perspectiva de uma arquitetura social, construída pelo campo da Arquitetura. No exemplo em questão, tal premissa efetivamente não se realizou, pois a regularização ocorreu, mas as demandas comunitárias para além do registro da propriedade ficaram sem solução.

De todo modo, a experiência revelou as possibilidades e os limites da sustentabilidade presente no Estatuto da Cidade de Porto Alegre, cabendo algumas questões: a propriedade da terra urbana, a partir da regularização, através de processo jurídico, se efetivou na sua plenitude? A melhoria das moradias e infraestrutura poderiam ser pensadas através de autogestão? Em se tratando de autogestão, podemos pensar na escala da propriedade e/ou do bairro? Na escala da propriedade, a infraestrutura urbana até que nível é factível de autoconstrução? Na escala do bairro, quando nos referi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mos à infraestrutura e aos serviços, estes estão em estreita relação com o poder municipal, nesse caso, a autogestão se torna relativa. Há necessidade de diálogo, de luta, de conquista e, ao mesmo tempo, a necessidade do já indicado no Estatuto da Cidade, isto é, o planejamento municipal (territorial/ambiental). Esse, por sua vez, pode ser promovido de forma participativa, pela gestão orçamentária participativa, como está previsto?

Há outras perguntas: contemporaneamente, sustentabilidade urbana, segundo o Estatuto da Cidade de Porto Alegre, também pressupõe trabalho e lazer para as populações presentes e futuras. Nesse caso, trata-se de perguntar sobre os caminhos da superação dos atuais problemas. Dito de outro modo, estamos implicados, aqui, em uma escala ampla: a do mundo do trabalho. Nesse viés, pensando na sustentabilidade, a partir de Leff (2000), podemos ajuizar sobre economia solidária, autogestão e produção comunitária, sobre constituição de cooperativas, entre tantas alternativas? Constituiria este um caminho para a sustentabilidade na cidade? Em que escala? Ou constituiria a simples reordenação do espaço urbano, o "mudar para não mudar"?

E mais outras: o desenvolvimento sustentável poderá constituir uma meta? Para alcançá-lo, são necessárias estratégias? Podemos refletir sobre o planejamento urbano, pensado de forma diferenciada, a partir de um plano em articulação com a comunidade, em que seja possível promover o resgate das vocações produtivas das diferentes populações envolvidas (em particular, as de baixa renda)? Nesse caso, pensando na cidade, quais são as vocações produtivas dos trabalhadores urbanos? Esses poderiam ser autossustentáveis? Eles gerariam autonomia em que grau? Como resgatar o processo de retorno à integralidade do humano no espaço urbano, em que a ruptura metabólica com a natureza já se consolidou?

Vivemos uma contradição: a busca pela sustentabilidade "global" da cidade, para Naredo (1996), conduz à avaliação da sociedade capitalista, dado que não há como pensar na sustentabilidade interna da cidade, exclusivamente.

Leff (2000), por sua vez, constrói novas formas de pensar a sociedade. Em seus textos, em que trata de um novo paradigma ambiental, fica explícita a possibilidade da busca pela sustentabilidade, via autogestão. Esse caminho, que pareceria explicitamente aplicável à escala local em um primeiro momento, poderia reconstruir a sociedade em seu todo, se colocado

CONSEQUÊNCIA EDITORA

em rede? Esse desafio está posto à sustentabilidade; trata-se de um desafio, que implica a construção de práticas capazes de favorecer a construção de estratégias de transformação ou o contrário? Os usos indiscriminado e impensado deste termo constituem uma cilada, que poderá interessar a segmentos específicos da sociedade e, nunca, a seu conjunto, plural, diversificado e desigual; nem mesmo a transformação/superação do modo de produção capitalista.

Buscando refletir sobre o tema de outra forma

Mais recentemente — e após a experiência no Amazonas, trabalhando com ribeirinhos e com o ICM-Bio na FLONA de Tefé e associado ao diálogo com De Paula (2018a, 2018b, 2020) e com De Paula e Suertegaray (2018) sobre pesca artesanal, em particular —, o que produzi, em relação aos estudos da natureza, levaram-me à construção de constructo sobre a natureza e sobre a questão ambiental, centrados em três dimensões interconectadas[10].

Pensar a questão ambiental nos conduz a refletir sobre natureza, sobre sociedade e suas conexões. Chego a partir da experiência no campo da natureza e, do urbano e rural um construto interconectado entre o que compreendo sobre: natureza, meio, território e ambiente. Traduzido em três dimensões interconectadas:

Na primeira dimensão, a da **natureza da natureza**, a natureza, em sua natureza, pode ser compreendida como auto-eco-re-organizacional, concepção presente em Maturana e Varela (1996) e em Morin (2016). Esse entendimento é variável, conforme as diferentes sociedades e grupos humanos se organizam e configuram suas visões de mundo, podendo ser o que nos foi ensinado pela cultura ocidental — a natureza externa ao homem — ou por outras cosmovisões (dos povos originários), em que a natureza é a totalidade de todas as coisas e de todos os seres.

Para a nossa sociedade ocidental/capitalista, esse construto indica a natureza nas dimensões bióticas e abióticas da Terra, que sustentam todas as vidas, inclusive as humanas, nas suas produção e reprodução. Considero que a natureza possa ser concebida como tudo aquilo que é produzi-

10 Suertegaray (2021) aborda as questões no livro *Meio, Ambiente e Geografia*.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do (inclusive em nós), sem a intencionalidade humana; essa natureza se transforma, pela sua autopoiese, em conexão com as sociedades, mediadas sobretudo pelo capitalismo, pelo trabalho social, estabelecido pelas relações sociais de produção. Nessa perspectiva, a sociedade capitalista produz natureza transfigurada, que consiste na produção de ambiente.

A segunda dimensão, **o território da natureza**, é aquela em que a natureza é concebida, pelas sociedades/comunidades, como necessária à produção da vida. Essa natureza tem um valor: o valor de uso. Povos e comunidades, a exemplo dos brasileiros, vivem em relação simbiótica com a natureza; seus trabalhos estão associados aos ciclos e às transformações da natureza. Entendo esta dimensão como expressão de um meio orgânico-funcional indissociável, em que grupos humanos convivem e/ou coproduzem com a natureza e dela retiram, através do trabalho, o necessário à produção/reprodução de suas vidas. Nesse contexto, tem-se o metabolismo entre homem e natureza, indicado em Marx e Engels e explicitado contemporaneamente em Foster (2010).

A terceira dimensão, **a natureza do território**, engloba o momento histórico de ruptura entre sociedade e natureza, separação no âmbito da representação/dos conceitos, com valoração da natureza como recurso, que passa a se constituir em mercadoria e na promoção da alienação do homem social, em relação à natureza e a sua própria natureza, portanto. Nessas condições, a natureza é apropriada pelo trabalho humano e transformada em mercadoria, para compor o circuito produção-circulação-consumo e para produzir riqueza e acumulação de capital. Tal consiste na atribuição de valor de troca à natureza e, ao mesmo tempo, na ruptura metabólica entre produção social e natureza, indicada em Marx e Engels e resgatada em Foster (2010), entre outros. Para Marx, o homem é natureza, transformando-se, socializando-se e, contraditoriamente, dela se separando, dela se alienando, nesse processo.

As três dimensões aqui expostas estão presentes no mundo atual: a natureza da natureza está transfigurada em grande escala global, devido ao processo de socialização; o território da natureza, representado pelos povos originários e tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas e tantos outros) nesta lógica, corresponde às populações em conflito, que lutam pelos seus territórios de existência, contra a apropriação de seus espaços de reprodução de vida, pelos agentes do capital, intermediados pelas políticas

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de Estado; e a natureza do território é identificada politicamente com o neoliberalismo na atualidade, pela exploração e pela espoliação do planeta e do mundo ao limite — nesse processo, o confronto ocorre em grande escala (mundial), pois a degradação ambiental ou transfiguração da natureza avança, pela apropriação e pela expropriação praticadas pelos agentes do capital, sobre o território da natureza, fazendo-se confrontar, nas lutas pelas terras e pelos recursos, por exemplo, empresários, mineradores, agentes dos agronegócios agrícola e pastoril com povos originários e tradicionais, contradição que expressa as injustiças sociais e os conflito ambiental, agora colocado em escala global.

A questão ambiental se amplia, deixando de ser especificamente um processo de desequilíbrio na dinâmica da natureza para ser entendida de forma mais complexa, ou seja, para além da exploração da natureza enquanto recurso, compreendendo o acréscimo da degradação da vida humana, a pobreza, as doenças etc., e, no limite, o extermínio da diversidade destes povos. Produz-se cada vez mais, visando a acumulação de capital e pobreza cada vez maior, devido ao inacesso à terra ou, mesmo, à expulsão desta terra, à escassez de trabalho, à fome; trata-se do extermínio, trata-se da necropolítica[11]. Em síntese, as lutas são pela terra (propriedade/mercadoria), como meio de produção, e pela Terra (coletiva), como lócus de produção da existência e de reprodução da vida, conforme expressam as agendas dos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Metaforicamente, Serres (2011) explicita resumidamente este processo em *O mal limpo*, compondo um jogo dialético entre o sujo e o limpo, em que o sujo pode ser identificado com a expansão capitalista, na qual se degrada o espaço para dele se apropriar e a ele explorar, produzindo-se ambiente enquanto natureza transfigurada, e o limpo é o meio preservado, em coexistência e em coevolução entre humanidade e natureza. Contraditoriamente, segundo Serres (2011), o mal é o limpo para o capital, na medida em que o ambientalmente limpo permite o acesso de todos — é, portanto, democrático —, ao passo que o sujo é privado e degradado domínio da capital.

A exploração capitalista produz espaço, produz ambiente, e promove um movimento que explicita o que vivemos no Brasil, atualmente: desmatamen-

11 MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Disponível em: https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tos em todos os biomas e aumento de incêndios; subsidências de solo em Maceió (AL) pela exploração de sal-gema exigindo deslocamento de populações moradoras dos bairros afetados; desmatamento, contaminação da água, contaminação das populações por mercúrio pelos garimpos clandestinos em terras indígenas, sobretudo em território dos povos Yanomami; rompimentos de barragens (como em Mariana e Brumadinho – Minas Gerais); secas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste (com destaque para o Amazonas); enchentes sucessivas no Rio Grande do Sul; entre outros fenômenos. Esses exemplos, de repercussão global, indicam que é necessário um esforço de superação desta linha divisória entre o social e o natural. Esse é um debate contemporâneo, que pensa o futuro, já presente nas proposições, que se colocam nos diferentes campos do conhecimento. Frise-se que os exemplos aqui indicados remetem à segunda metade do século XX: Niel Smith aborda a produção da natureza em 1986; Michel Serres trata da necessidade de um contrato natural em 1990; Bruno Latour traz a ideia de híbridos em 1991 — e a proposta de câmbio do conceito de natureza pelo de terrestre em 2017/2020; Milton Santos fixa a ideia de natureza artificializada, cibernética, em 1996; Carlos Augusto F. Monteiro refere as derivações da natureza.

As evidências materializadas da produção do ambiente também se revelaram neste período, através do conceito de Tecnógeno/Quinário, divulgados em 1974 (Ter-Stepanian, 1988). Esse debate da virada do milênio se faz na interface com as Ciências Humanas, e conceitos outros passam a dominar a discussão na atualidade, a exemplo dos conceitos de Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000), de Capitaloceno (Moore, 2012), de Capitaloceno/Necroceno (McBrien, 2022), de Chthuloceno (Haraway, 2012, 2022, 2023), entre outros.

Enfim, deve-se resgatar a concepção de natureza dimensionada no presente, colocando-a no horizonte do futuro, certamente. Trata-se de explicitar, com base nos autores referidos, os conceitos que surgem e que se ampliam, desde a segunda metade do século XX, a partir do momento em que a materialidade do mundo não permite mais visualizar em separado as constituições natural e social, construídas na Modernidade, segundo Latour (2001). Desde então, são trazidos à discussão diferentes conceitos, que buscam compreender a realidade, que nos informa que, contrariamente, *Jamais fomos modernos*, ou seja, a separação entre natureza e sociedade não constitui a expressão da realidade.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Portanto, resgato estes significados como forma de apresentar a emergência do futuro no campo ambiental e premência da superação das leituras parcelares entre natureza e sociedade. Inicialmente, trato dos conceitos de Tecnógeno/Quinário que, além de sintetizar a materialidade de uma natureza socialmente produzida, objetivam identificar um período/época, em que a "atividade humana" promove a transformação do planeta em sua totalidade. Naquele momento, o conceito era proposto como uma ruptura do Período Quaternário, uma vez que representava um período em que a "atividade humana" se mostrava qualitativamente diferenciada, em termos de processos físicos e biológicos, desencadeando regimes tecnogênicos em maiores proporções do que os naturais (Oliveira, 1994; Peloggia, 1998; Rodhe, 1996). Foi Ter-Stepanian (1988) quem promoveu uma melhor visualização deste Período Tecnógeno ou Quinário, a partir da Geologia de Engenharia. O autor propôs que o Quinário sucedesse ao Quaternário na escala geológica, colocando que este teria iniciado há cerca de 10.000 A.P., com o advento da Revolução Agrícola (do Neolítico). Essa perspectiva vai permitir uma ampla discussão no campo científico, com a Geologia buscando indicadores do período de maior representatividade desta ruptura entre Quaternário (período de surgimento da espécie humana) e Quinário (período de prevalência de processos humanos (tecnógenos) sobre os naturais). Passerini, por sua vez, já expressava a ascensão do Antropoceno em artigo de 1984.

Essa discussão se mantém, até a atualidade, em que se observam indicações distintas de maior ou menor aceitação da modificação na escala geológica do tempo. Não obstante, as transformações efetuadas no planeta se fazem evidentes, sobretudo a partir do advento da questão ambiental, amplificando este debate com as contribuições das Ciências Humanas. Assim, é na virada para o século XXI (precisamente, no ano de 2000) que vai surgir o conceito de Antropoceno, formulado por Paul Crutzen e por Eugene Stoermer (2000)[12], o qual explica de que modo a biosfera foi transformada, de maneira fundamental, pela atividade humana, razão pela qual seria adequado renomear o período atual, relativamente ao tempo geológico.

Esse conceito é indicado, por Moore (2012), como uma proposta, que

12 Disponível em: https://revistas.uminho.pt/index.php/anthropocenica/article/view/3095/2989.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

expressa uma superação da concepção de natureza na Modernidade — e que promove uma nova síntese desta. Entretanto, para o autor, o estabelecimento do Antropoceno promoveu um alerta e trouxe perguntas, as quais ele é incapaz de responder: como ocorreram estas mudanças? Como compreender a interconexão natureza e sociedade e as soluções ambientais dela decorrentes como passíveis de superação, pela tecnociência?

Da crítica ao Antropoceno surge o conceito de Capitaloceno (Moore, 2012), que tem, como pressuposto, entender de que forma o capitalismo organiza a natureza como uma ecologia-mundo multiespécie, situada e capitalista. Para o teórico, nossa época corresponderia à Era do Capital, à Era do Capitaloceno, como ecologia-mundo de poder, de capital e de natureza. Nesse contexto, resgata-se a ideia de natureza barata (Moore, 2022), ou seja, a natureza de custo reduzido, interpretada como fonte de consumo de energia, incluindo a energia humana (enquanto força de trabalho) e a energia físico-biológica da natureza, que compõe o que hoje se denominam ecossistemas. São estas as condições fundantes da acumulação do capital, ou seja, o capitalismo está sustentado na relação capital-trabalho-natureza.

Sob outra perspectiva, Justin McBrien (2022) admite que vivemos o Capitaloceno, porém destaca a expansão capitalista, rumo à extinção global (ecologia-mundo); extinção que ultrapassa as transfigurações da natureza de maneira ampla, indo além de espécies biológicas e envolve a extinção de culturas e de linguagens. Para este autor, "[…] o genocídio e o espectro das mudanças biosféricas compreendidas como antropogênicas" (McBrien, 2022). O estudioso admite que o termo Antropoceno tem, como premissa, a exclusão do capitalismo como essência destas transformações, uma vez que a acumulação por extinção foi fundamental para o capitalismo, desde o seu começo. O Capitaloceno seria, na sua interpretação, também o Necroceno: "[…] a acumulação de capital é a extinção potencial — um potencial cada vez mais ativo nos tempos atuais" (McBrien, 2022).

No contraponto, tem-se uma leitura derivada dessas concepções – Antropoceno e Capitaloceno, com a proposição do conceito de Chthuloceno (uma ecologia-mundo socialista?), por Donna Haraway, em 2022. Esse é representado pelos seguintes pressupostos: humanos fazem parte da natureza da teia da vida; toda a natureza nos compõe; e a natureza se revela nas lutas dos movimentos sociais pela soberania alimentar, pela justiça climática, pelo direito à cidade, pelo decrescimento econômico, etc. Tal conceitua-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ção propõe uma distribuição mais igualitária das riquezas, com igualdade e com sustentabilidade na produção da vida (de toda a vida).

Em síntese

O tema não se esgota aqui, naturalmente, e o que desejei expressar foi a dimensão contraditória presente nas lutas de apropriação e de exploração da natureza, e, nesse contexto, os embates conceituais do presente, que indicam as possibilidades de futuro. Se a economia se tornou global, da mesma forma a natureza se globalizou. O capitalismo, nessa fase neoliberal, busca recursos nas últimas fronteiras internas ou externas dos territórios e, ao mesmo tempo, globaliza a exploração da natureza — e as suas transfigurações —, promovendo a produção de ambientes "tóxicos", na medida em que amplia as desigualdades social e econômica, restringindo direitos humanos em todas as esferas do viver.

Referências

ALIER, J. M. *O Ecologismo dos Pobres*: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.

ALTVATER, E. O capitaloceno, ou a geoengenharia contra as fronteiras planetárias do capitalismo. *In*: MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno*. Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 225-246.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia Humana: um enfoque das relações Homem-Ambiente. *Interciência* 18(1):121-132, 1993.

CRIST, E. A pobreza de nossa nomenclatura. *In*: MOORE, J. W. (org.) *Antropoceno ou Capitaloceno*: Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 35-64.

CRUTZEN, P.; STOERMER, E. O Antropoceno. *Global Change Newsletter*, v. 41, p. 17-18, 2000. Disponível em: https://revistas.uminho.pt/index.php/anthropocenica/article/view/3095/2989. Acesso em: 16 mar. 2024.

DE PAULA, C. Q. A epistemologia ambiental de Dirce Suertegaray: a natureza da natureza, o território da natureza e a natureza do território. *In*:

CONSEQUÊNCIA EDITORA

DE PAULA, C. Q.; PIRES, C. L. Z. (org.). *Dirce Suertegaray, a geógrafa na fronteira do pensamento*. Porto Alegre: IGEO-UFRGS, 2020. p. 201-226.

DE PAULA, C. Q. *Geografia(s) da pesca artesanal brasileira*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018a.

DE PAULA, C. Q. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 79-106, 2018b.

DE PAULA, C. Q.; SUERTEGARAY, D. M. A. Modernização e pesca artesanal brasileira: a expressão do "mal limpo". *Terra Livre*, v. 1, n. 50, p. 97-130, 2018.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

DROUIN, J-M. *Reinventar a natureza*: a ecologia e sua história. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

ELOGGIA, A. A ação do homem enquanto ponto fundamental da geologia do Tecnógeno: proposição teórica básica e discussão acerca do caso do município de São Paulo. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 27, n. 3, p. 257-268, set. 1997.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. 221 p.

FOSTER, J. B. *A Ecologia em Marx*: materialismo e natureza. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 418 p.

HARAWAY, D. J. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. *In*: MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno*: Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 67-125.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 149 p.

LAVE, R.; WILSON, M. W.; BARON, E. S. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, PPGG-UFRJ, v. 9, n. 1, p. 77-94, 2019.

LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 118 p.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. *El árbol del conocimiento*: las bases biológicas del entendimiento humano. 13. ed. Santiago: Editorial Universitária, 1996.

McBRIEN, J. Acumulando extinção; catastrofismo planetário no Necroceno. *In*: MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno*: Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 189-222.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

MONTEIRO, C. A. F. *Geossistemas, a história de uma procura*. São Paulo: Contexto, 2000. 127 p.

MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno*: Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022a.

MOORE, J. W. O surgimento da natureza barata. *In*: MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno*: Natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022b. p. 129-186.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. São Paulo: Instituto Piaget, 1990. 177 p.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, E. *Problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 2002.

MORIN, E. *O Método 1*: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2016. 477 p.

NAREDO, J. M. Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible. *Cuadernos de investigación urbanística*, Madri, n. 41. p. 7-18, 2004. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1333758.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

OLIVEIRA, A. M. S. *Depósitos tecnogênicos e assoreamento de reservatórios*: exemplo do reservatório de capivara, rio Paranapanema. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PASSERINI, P. The ascent of anthopostrone: a point of view on the man-made environment. *Environment Geology on water Science*, Nova York, v. 6, n. 4, p. 211-221, 1984.

PELOGGIA, A. *O homem e o ambiente geológico*: geologia, sociedade e ocupação urbana no Município de São Paulo. São Paulo: Xamã VM, 1998. 271 p.

QUAINI, M. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RECLUS, E. *L'Homme et la Terre (introduction et choix des textes par Béatrice Giblin)*. Paris: Maspero, 1998.

RECLUS, E. *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. São Paulo: Expressão e Arte; Imaginário, 2010. 95 p.

ROHDE, G. M. *Epistemologia ambiental*: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 234 p.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SAITO, K. *O Ecossocialismo de Karl Marx*: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. Tradução de Pedro Davoglio. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, l996. 308 p.

SERRES, M. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. 142 p.

SERRES, M. *O mal limpo*: poluir para se apropriar? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 112 p.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 242 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. *Meio, Ambiente e Geografia*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021. 145 p. ISBN 978-65-89013-04-4.

TER-STEPANIAN, G. Beginning of the Technogene. *Bulletin I. A. E. G.*, v. 38, p. 133-142, 1988.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 2

Amazônia: um olhar do futuro a partir do passado

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

1. Introdução

A preocupação com os destinos da Amazônia não é recente. No âmbito do planejamento regional foram várias as iniciativas de pensar os rumos da região de maneira a integrá-la ao território nacional e/ou aos mercados globais considerando seu potencial de riquezas e seu papel na divisão territorial do trabalho. Desde as políticas desenvolvimentistas, passando pelas ações de tendências neoliberais e, mais recentemente, as de cunho neodesenvolvimentistas, o futuro da região é colocado como uma preocupação que antecede a iniciativas com vistas ao seu ordenamento territorial e ao seu possível desenvolvimento pleno.

Há, nessas ações e diretrizes, uma visível inquietação com uma visão de futuro que se sobrepõe às demandas colocadas na sua história presente, a ponto mesmo de comprimir e/ou suprimir esta última. Do ponto de vista das elaborações acadêmicas e intelectuais, o diálogo crítico com essas ações e intervenções ocorridas ao longo de décadas sempre se fizeram presentes. Pode-se dizer que pensar os problemas da Amazônia esteve entre as prioridades de vários intelectuais de grande importância para a região. Daí a necessidade de recuperar tais sistematizações, de modo a situá-las e contextualizá-las diante das questões que afligem a região há algum tempo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Para efeito da presente discussão[1], elegemos as contribuições de um intelectual de grande destaque no cenário nacional, o geógrafo brasileiro Aziz Nacib Ab'Sáber, que em muito contribuiu para pensar de forma crítica os destinos da Amazônia e cuja atualidade de seu pensamento ajuda a problematizar questões contemporâneas que já haviam sido abordadas por ele em outras circunstâncias e contextos políticos e econômicos.

O texto encontra-se estruturado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente situa-se a Amazônia em três diferentes momentos, correspondentes, respectivamente, às políticas desenvolvimentistas e de forte intervenção do Estado na região, para, depois, abordá-la sob as diretrizes das políticas marcadamente neoliberais, e, finalmente, sob a perspectiva neodesenvolvimentista de desenvolvimento regional, chamando-se a atenção, em cada uma dessas perspectivas, para a preocupação com o futuro da região. Em seguida, busca-se mostrar, na obra do autor eleito para discussão, as suas contribuições com relação à Amazônia fazendo-se um breve percurso por sua produção científica, de maneira a mostrar como algumas questões levantadas hoje chamaram a sua atenção em outros momentos da história regional e a forma como o autor em referência procurou dialogar e se posicionar em face das políticas regionais em voga nesses diferentes momentos.

2. Desenvolvimento regional: preocupação com o futuro em detrimento do presente

Se considerarmos como um primeiro momento de integração da Amazônia ao território nacional aquele referente às políticas desenvolvimentistas articuladas como parte de estratégias de ação dos governos militares a partir da década de 1960, veremos que a região fora pensada principalmente como espaço a ser ocupado e dinamizado economicamente, de forma a garantir a segurança política das fronteiras internacionais e a promover o rompimento da lógica de "arquipélago regional" até então configuradora do território brasileiro.

1 A presente reflexão reúne resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado "Redutos, enclaves e zonas: contribuições a uma geografia regional da Amazônia", desenvolvido pelo autor como parte de suas atividades na condição de bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Nesse caso, as políticas que orientavam os projetos de ocupação se materializavam por meio da implantação de projetos econômicos e infraestruturais, muitos deles de grande extensão e proporção, como no caso das rodovias, das hidrelétricas e de grandes empreendimentos minerais que visavam à modernização econômica e territorial da Amazônia. Nesse momento, a ideia de futuro estava assentada sobretudo nessas obras de grande monta e nas políticas de povoamento e de formação de um mercado de trabalho que também seriam responsáveis pelo preenchimento de um suposto "vazio demográfico".

É com base nessas premissas que se buscou ativar polos de crescimento, em núcleos dinamizados por "atividades motrizes" e que promoveriam um "efeito de arraste", conforme sugeria a teoria dos polos de crescimento de François Perroux (1967). É nesse contexto que também passaram a surgir os projetos de colonização rural associados a polos de crescimento e à ação intensiva de empresas capitalistas na exploração dos recursos da região. Tais polos, configuradores de regiões polarizadas, através de investimentos e incentivos governamentais, seriam irradiadores de modernização e de desenvolvimento para seus respectivos entornos, responsáveis, em tese, por imprimir, em consequência, dinamismo à toda a região. Nesse particular, caberia ao Estado promover a infraestrutura, dar apoio burocrático por meio de órgãos de planejamento e financiamento e atrair as empresas com incentivos e subsídios fiscais e creditícios.

Nesse primeiro momento, priorizaram-se as rodovias, em detrimento da circulação tradicional ribeirinha; foram implantadas cidades novas, como bases logísticas de grandes projetos, e ao longo das estradas, como parte de um urbanismo dito rural a dar apoio aos projetos de colonização, subestimando-se o papel das cidades tradicionais existentes; assim como preteriu-se a mão de obra regional a pretexto da formação de uma força de trabalho atraída para a Amazônia e que contribuiria não apenas para a ocupação do espaço regional, mas, igualmente, daria dinamismo e apoio às novas atividades econômicas que se anunciavam.

Chamamos, em outro momento (Trindade Júnior; Madeira, 2016), essa expressão territorial do planeamento regional de "geometria dos polos". Isso porque o ordenamento territorial proposto deveria ser voltado notadamente para os polos de crescimento, rompendo em parte com as formas de ocupação territorial até então existente, largamente apoiadas em uma estrutura

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dendrítica de núcleos de povoamento e de circulação fluvial, conforme bem mostrou Corrêa (1987) em seu estudo sobre a rede urbana amazônica.

Essas ações, que perduraram desde o governo militar até a abertura democrática brasileira, só foram parcialmente redirecionadas a partir da década de 1990, quando então a Amazônia passou a ser objeto de outras formas de ordenamento territorial fruto de políticas inspiradas, em grande medida, em ideias marcadamente neoliberais que propalavam a presença de um Estado menos interventor e um comando das ações e de dinamismo territorial orientado de forma mais efetiva pelo mercado.

Trata-se, de acordo com estudos que abordaram o tema (Ablas, 2003; Galvão; Brandão, 2003) e conforme pudemos discorrer anteriormente sobre essa estratégia de desenvolvimento (Trindade Júnior; Madeira, 2016), de uma oposição discursiva ao desenvolvimento intervencionista, responsável por uma excessiva concentração social e regional de investimentos, sustentada em outra que priorizava o comércio exportador através da inserção competitiva em circuitos globais e que promovia a integração regional por meio da interiorização da economia e da abertura de novas fronteiras e corredores de desenvolvimento.

Nesse momento, aparece com mais clareza a concepção estratégica de ordenamento do território que vislumbrava a otimização sistêmica, a exploração de oportunidades com efeitos econômicos multiplicadores; e onde, cada vez mais, as ações consorciadas e a parceria entre a iniciativa pública e privada se fariam mais presentes, uma vez que o Estado intervencionista cedia espaço para ações de remoção de obstáculos e definidoras de novos horizontes de investimentos (Galvão; Brandão, 2003; Trindade Júnior; Madeira, 2016).

À concepção de regiões polarizadas, sobrepôs-se a de corredores de exportação e desenvolvimento. Nesse caso, a inovação e a modernização territorial passaram a ser assentadas em eixos e fluxos de bens/serviços, visando à racionalização de cadeias produtivas ligadas, por exemplo, à biodiversidade, aos agronegócios, aos econegócios, à mineração e ao turismo, conforme pode se verificar para o caso amazônico. Tratava-se, portanto, de um planejamento integrado, de natureza não setorial, pautado na sinergia entre setores (Trindade Júnior; Madeira, 2016).

Os elementos do desenvolvimento regional sob as diretrizes neoliberais se viam presentes na redução do tamanho e do âmbito de ação do Estado, no desmantelamento dos instrumentos tradicionais de intervenção e con-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

trole da economia regional, nos cortes orçamentários, nas reformas fiscais e liberalização comercial e financeira, assim como nas privatizações e desregulamentação do setor privado (Portugal; Silva, 2020).

Para a Amazônia, para além dos antigos polos de desenvolvimento já colocados em prática, o ordenamento territorial foi pensado por meio de corredores de desenvolvimento, como parte da política nacional que desenhava para o Brasil grandes Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs). Nesse espaço regional, três desses eixos passaram a se configurar de forma mais nítida e que incentivaram a configuração de outros posteriormente: o "Arco Norte", o mais setentrional, envolvendo os estados amazônicos com fronteiras internacionais ao norte do território brasileiro; o "Madeira-Amazonas"/"Oeste", interligando a Amazônia meridional com o Centro-Oeste brasileiro; e o "Araguaia-Tocantins", na Amazônia oriental (Trindade Júnior; Madeira, 2016).

Nessa perspectiva, o futuro da Amazônia passou a ser pensado notadamente a partir de sua integração não apenas nacional, mas em especial aos grandes mercados globais em formação e em consolidação, o que resultou, do ponto de vista regional, na concentração de investimentos em áreas atrativas, em reforço das desigualdades intra e interregionais e ao atendimento à lógica dos ENIDs (Affonso, 2017).

Chamamos a essa expressão territorial das políticas de planejamento no Brasil de "geometria dos eixos" (Trindade Júnior; Madeira, 2016), haja vista ter se voltado para a definição de corredores de dinamização econômica e de exportação que, por sua vez, não romperam com a geometria anterior, mas que, em grande medida, reconfiguraram territorialmente as formas de ocupação do espaço amazônico, tornando-o ainda mais complexo.

Em período mais recente, a retomada das políticas regionais, sobretudo a partir da década de 2000, colocaram acento em uma outra forma de planejamento que não necessariamente anulou as geometrias anteriores, mas que deu um tom diferenciado ao planejamento regional.

Inserida naquilo que ficou conhecido como políticas neodesenvolvimentistas, houve uma tendência dessa diretriz de desenvolvimento em fazer um contraponto ao pensamento macroeconômico, às políticas precipuamente neoliberais, à redução do papel do Estado e à pouca importância ao planejamento do período anterior. Nesse sentido, o foco passou a ser o fortalecimento do Estado, paralelo ao fortalecimento do mercado, a preo-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cupação com políticas econômicas integradas e em consonância com um sistema de proteção social e ambiental, no qual se pudesse ter crescimento econômico com diminuição das desigualdades sociais e territoriais (Peres; Chiquito, 2012).

Para a Amazônia, foram retomadas ideias de sustentabilidade, já sinalizadas anteriormente, mas pouco levadas efetivamente a termo até então. Tal como nos mostram Becker (1997, 2006) e Mello (2006), esse discurso de crescimento econômico sustentável passa a ser reforçado nas políticas territoriais visando a uma possível integração das dimensões econômica, social e ambiental de desenvolvimento. É nesse momento que podemos falar de uma "geometria zonal" do planejamento regional (Trindade Júnior; Madeira, 2016), cuja abordagem territorial tendeu a substituir a abordagem setorial até então mais marcante nas estratégias de planejamento.

A Amazônia, nesse caso, é pensada para além de uma fronteira econômica, definida pelas políticas desenvolvimentistas, e passou a se constituir, igualmente, conforme sugere Becker (1997, 2006), como fronteira tecnoecológica a partir da qual uma malha socioambiental foi concebida e/ou reforçada. Nesse momento, articulações entre desenvolvimento e sustentabilidade são feitas, assim como a elaboração de planos e projetos com participação do Estado e de grupos sociais, o maior envolvimento de órgãos e instituições nas ações territoriais, a mobilização de escalas geográficas diferenciadas e a integração rural-urbano, regional-ambiental (Peres; Chiquito, 2012).

Segundo Becker e Stenner (2008), a ideia de uma fronteira tecnoecológica se baseia no tripé ciência, tecnologia e inovação, visto enquanto estratégico para o controle e a utilização do território. Nessa perspectiva se pensa na "floresta urbanizada", tida como modelo espacial possível, com cidades interna/externamente articuladas como expressão do conhecimento regional (tradicional/inovador) a comandar cadeias produtivas da produção econômica regional; assim como na biodiversidade regional como referência de uma estrutura territorial com áreas de preservação – Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs), Reservas Extrativistas (RESEXs) etc. – e florestas produtivas com potencialidades econômicas sustentáveis.

Essas ideias ajudaram em muito a constituir/reforçar uma malha socioambiental na região, como uma geometria do desenvolvimento regional desenhada em formas de zonas, que pressupõe o zoneamento ecológico-e-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

conômico propriamente dito, mas, igualmente, o reconhecimento de áreas protegidas e de territórios diversos, que incluem territórios de populações indígenas, comunidades quilombolas, territórios de cidadania etc., e que tornou ainda mais complexo o ordenamento territorial regional.

Como se deu a recepção dessas estratégias de desenvolvimento no ambiente acadêmico? Objetos em grande parte de críticas contundentes, mas também motivações para diálogos diversos entre estruturas tecnocráticas de planejamento e meio científico, faz-se importante situar aqui a contribuição de um dos intelectuais que acompanharam de perto essas políticas de desenvolvimento voltadas para a Amazônia e cuja obra ajudou, por um lado, a problematizar os rebatimentos dessas estratégias de desenvolvimento no espaço e, por outro, contribuiu para avanços substanciais na forma de conceber e pensar o ordenamento territorial regional.

3. Um olhar sensível às particularidades e ao futuro da região

De forma a dialogar com essas diferentes estratégias de desenvolvimento regional brevemente apresentadas, iremos mobilizar aqui as ideias de Aziz Nacib Ab'Sáber[2], fazendo um rápido percurso por sua obra, especialmente no que diz respeito às suas contribuições em relação à Amazônia[3], subdivi-

2 Filho de imigrante libanês e de uma brasileira do Estado de São Paulo, Aziz Nacib Ab'Sáber – nascido em 24 de outubro de 1924 em São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo, e falecido em Cotia, na Região Metropolitana de São Paulo, no dia 16 de março de 2012 – tornou-se um dos mais reconhecidos geógrafos do Brasil. Concluiu a graduação em Geografia e História (1944) na Universidade de São Paulo (USP), tornando-se um dos mais expressivos nomes da ciência geográfica da USP; instituição na qual também obteve o título de Doutor em Geografia (1956), de Livre Docente (1968) e de Professor Titular de Geografia Física (1968), e onde, igualmente, estabeleceu sua carreira acadêmica no Departamento de Geografia. Mesmo aposentado, na mesma universidade continuou atuando no Instituto de Estudos Avançados (IEA). Além de sua atuação na USP, presidiu o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Dentre as honrarias recebidas, destaca-se o "Prêmio Jabuti", na categoria Ciências Humanas, em 1997, e o "Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia", em 1999 (Ab'Sáber, 2003, 2013; Modenesi-Gauttieri *et al.*, 2010; Dourado, 2015).

3 Para a presente análise, tomaremos como referência principalmente a obra *Amazônia: do discurso à práxis* (Ab'Sáber, 1996), por se tratar de uma coletânea de estudos, artigos e reflexões que reúne as principais contribuições do autor sobre a região e também por ser uma obra de referência, a que foi premiada com o Prêmio Jabuti, em 1997.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dindo-as em duas partes: a) as críticas aos modelos de ocupação direcionados à região; e b) suas proposições de ordenamento territorial com vistas à construção de uma malha socioambiental e a um futuro da região com o máximo de floresta-em-pé.

a) A crítica aos modelos de ocupação e de desenvolvimento

A discussão dos impactos dos polos e corredores de crescimento sobre o espaço regional está presente em vários textos de Aziz Ab'Sáber, que aborda com preocupação os destinos da Amazônia tendo em vista a instalação de alguns desses projetos.

Em uma de suas primeiras visitas à região, o autor pôde observar a cidade de Manaus nos anos 1950 para a qual teceu algumas considerações em relação a certos aspectos de sua geografia física e humana que lhe chamaram atenção antes que a cidade tivesse passado por grandes transformações em decorrência das políticas desenvolvimentistas. E, ao fazer considerações em momentos posteriores, é a Manaus em transformação que ele procura destacar, conforme se pode perceber no adendo que ele fez ao seu texto inicial intitulado "A cidade de Manaus: primeiros estudos [1953]" (Ab'Sáber, 1996).

Nesse momento, o que lhe chamou a atenção foi a expansão da cidade, o seu crescimento demográfico, a presença das "invasões" urbanas ao longo dos igarapés e seu processo de periferização, que revelavam as implicações das iniciativas de desenvolvimento para a Amazônia ocidental, com acentuação das disparidades regionais, o adensamento da pobreza urbana e os focos de violência, apesar do aumento da oferta de trabalho formal e informal com a instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e do Polo Industrial de Manaus (PIM). O impacto de ambos é observado pelo autor:

> o crescimento populacional de Manaus reflete diretamente a instalação do distrito industrial da Suframa [Superintendência da Zona Franca de Manaus] e o rápido e quase contínuo desenvolvimento comercial da Zona Franca… O mecanismo de produção de espaços urbanos na região do baixo planalto de Manaus foi relativamente complexo, já que comportou inicialmente um modelo de crescimento de bairros carentes em posição intra-ur-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> bana (sic) segundo a tradição das "invasões" ao longo dos igarapés e, logo depois, uma periferização semi-ordenada (sic), pelos quadrantes interiores do tabuleiro ondulado regional… Com o crescimento demográfico e o forte e complicado desdobramento do espaço urbano, a cidade acentuou as disparidades sociais, assistindo ao adensamento da pobreza intra-urbana (sic) e ao advento de focos de violência, aparecimento de comércio informal e subemprego (Ab'Sáber, 1996, p. 220).

A comparação entre o que viu no passado e o que constatou posteriormente tornou-se inevitável, conforme argumentou em entrevista concedida a Priscila Faulhaber em publicação do Museu Paraense Emílio Goeldi:

> […] quando eu vou lá agora, a devastação se expandiu muito. Já houve o enxugamento das populações beiradeiras para dentro da cidade. Antigamente a pobreza estava nos igarapés de boca larga, que é um componente paisagisticamente significativo para a vida de algumas comunidades. Agora existem outras áreas de pobreza em lugares muito ruins, dentro da terra firme, bem longe e com grandes problemas, para a sobrevivência e integração, como se fossem favelas. Apesar de ter a Zona Franca, que hoje já está um pouco decadente […] (Ab'Sáber, 2001, p. 578).

As consequências das políticas desenvolvimentistas aparecem em suas descrições sobre Manaus ao nível da paisagem, mas o autor vai além dela ao analisar tais políticas, como também se apreende ao tecer críticas a outros grandes empreendimentos instalados na região nesse mesmo período. É o que se constata, por exemplo, a partir de suas contundentes observações sistematizadas no texto "Documentos de críticas e contestação" (Ab'Sáber, 1996), dirigidas à instalação do Programa Grande Carajás (PGC), questionando argumentos do Secretário do Conselho Interministerial do PGC a favor das siderúrgicas instaladas com a implantação do Programa que optaram por um uso generalizado de carvão vegetal para abastecer tais unidades e que, supostamente, não provocariam danos à floresta e ao meio ambiente como um todo (Furtado, 2010); argumentos esses que se apoiavam, inclusive, em ideias suas de forma descontextualizada e equivocada em prol da defesa do Programa. Para Ab'Sáber:

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> quando o modelo de usinas produtoras de ferro-gusa a carvão foi proposto ao PGC existiam uns poucos projetos aprovados; atualmente, ao que nos consta, são 29 projetos aprovados, a serem instalados (dez. 1988). Acontece que após os aludidos dez anos […] teremos 50% do carvão vegetal a ser produzido oriundo de processos predatórios e rotineiros de produção, sem dizer que o saque generalizado às florestas da Amazônia Oriental, por outros processos, poderá continuar num ritmo talvez crescente […] O processo predatório será contínuo, progressivo, coalescente e geométrico, se não acontecerem medidas integradas e inteligentes para coibir de vez a marcha da predação, que está sendo feita por autoridades enérgicas nas palavras e complacentes nos atos (Ab'Sáber, 1996, p. 228).

Esse é o tom que o autor também confere em seu texto "Gênese de uma nova região siderúrgica: acertos e distorções de origem na faixa Carajás--São Luís" (Ab'Sáber, 1996), no qual argumenta sobre a precocidade de instalação das indústrias na sub-região de Carajás e da Ferrovia Carajás-São Luís, repetindo erros de projetos anteriores na Amazônia, conforme mostra Furtado (2010). Esta autora, analisando as contribuições de Ab'Sáber em relação à Amazônia, destaca suas observações relacionadas à facilidade de implantação das indústrias; à questão dos diversos tipos de poluição; à saturação demográfica; ao crescimento das cidades e dos problemas urbanos locais; ao fornecimento de energia da hidrelétrica de Tucuruí construída para atender a esse tipo de projeto; e à questão da mão de obra barata disponibilizada na região para servir ao grande projeto.

Ao analisar tais fatores, o autor vislumbra um cenário caótico para o referido polo siderúrgico; cenário esse que, em grande medida, veio a se confirmar posteriormente, dadas as tensões sociais e impactos socioambientais que passaram a acontecer. Nessa direção, argumentava o autor:

> indústrias de ferro-gusa utilizando carvão vegetal como redutor, ferrovias em projeto rápido de implantação e rodovias em um processo de expansão mais ou menos generalizado estão ameaçando de completar a obra dos machadeiros e madeireiros na predação irrefreável das florestas regionais. No desenrolar caótico desses processos de desmatamentos mal fiscalizados, paira uma grande ameaça para os núcleos de florestas pertencentes às reservas indígenas. Somente uma política coerente de organização do espaço

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> regional, comportando propostas de silviculturas para apoio da industrialização siderúrgica, pode evitar o grande desastre ecológico que um desenvolvimento caolho armou para os destinos do Sul do Pará e do Oeste-Sudoeste do Maranhão (Ab'Sáber, 1996, p. 126).

Os impactos ambientais na região são igualmente mencionados com destaque no texto "Impactos ambientais na faixa Carajás-São Luís" (Ab'Sáber, 1996), que também menciona esse polo econômico pensado para a região ainda sob o modelo desenvolvimentista, o polo Carajás, mas que, com o tempo, veio a compor um dos principais eixos nacionais de desenvolvimento, associado ao corredor Araguaia-Tocantins.

Nesse texto, conforme salienta Furtado (2010), o autor aborda as grandes lutas pela posse de terras e a valorização destas, a exploração da floresta, a garimpagem, a pressão política das populações e oligarquias locais, a inexistência de um plano para a previsão dos impactos da industrialização e o crescimento de cidades como Marabá – no Pará – e São Luís, Santa Inês e Imperatriz – no Maranhão –, a urbanização de baixo padrão que se anunciava e os problemas de preservação ambiental em decorrência das estradas.

Enfim, além dos perfis topográficos e geomorfológicos do corredor, são destacados aspectos socioambientais, geopolíticos e geoeconômicos, conforme se percebe em apreciações do próprio autor, que considerava, naquele momento, tratar-se de uma das áreas mais críticas da Amazônia:

> ocorrem aí os complicados impactos criados pela implantação do Projeto Ferro Carajás. Grandes lutas de fazendeiros, posseiros e madeireiros pela posse e pela exploração dos espaços florestados da região do Bico do Papagaio […] Um fator complicante, de ordem econômica, social e demográfica: a garimpagem de ouro na Serra Pelada, entre Marabá e Serra de Carajás. A pressão dos políticos regionais para soluções que redundem em benefício próprio ou familiar, e sua interferência oligárquica a favor de sua própria classe social, contra os interesses dos grupos mais carentes. Uma grande valorização das terras situadas à margem da recém-construída Estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira (São Luís) (Ab'Sáber, 1996, p. 91).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Nesse mesmo texto, alguns exemplos de questões urbanas, sociais e territoriais são apontados, como:

> a industrialização e o crescimento urbano de São Luís […] sob total ausência de um verdadeiro plano-mestre de ocupação do solo para o conjunto do tabuleiro insular. A incrível tendência de crescimento urbano das cidades de Marabá e Imperatriz, situadas a 700-800 km da costa. As ameaças, altamente predatórias, dos planos de implantação de indústrias de ferro-gusa. O baixo padrão de urbanização das cidades *relais* da Serra de Carajás, no entorno do maciço. E, sobretudo, a rústica urbanização das vilas de apoio e abastecimento dos garimpos de Serra Pelada. Enfim, uma enorme gama de problemas criados pela explosão concomitante e concorrente de impactos negativos. Sem falar nas graves questões que envolvem a preservação das reservas indígenas regionais ameaçadas ou parcialmente invadidas por posseiros, fazendeiros, agropecuárias, madeireiras, e sofrendo a interferência de múltiplas conseqüências (sic) provocada pela abertura de novas estradas (ferrovias, rodovias) e implantação de barragens (Tucuruí). A par da multiplicação de vilas e povoados e o crescimento demográfico explosivo das cidades (Marabá, Imperatriz, Santa Inês, São Luís) (Ab'Sáber, 1996, p. 91).

Ainda sobre essa mesma sub-região amazônica, o autor em seu texto "Da Serra Pelada à Serra dos Carajás: a rebelião (im)prevista dos garimpeiros" (Ab'Sáber, 1996) relata a situação de conflito que acompanhou entre os garimpeiros de Serra Pelada e a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), quando atuava nessa região como consultor do Grupo de Estudos e Assessoramentos sobre o Meio Ambiente (GEAMAM) da CVRD; conflito esse decorrente da decadência e iminente fechamento dos garimpos que levaram os seus trabalhadores a marchar em direção a Parauapebas, onde se encontravam as principais atividades mineradoras da empresa e sua cidade planejada para abrigar seus funcionários.

Nessa contribuição se faz presente uma das principais críticas ao modelo de desenvolvimento, responsável por alterações substanciais na geografia humana e regional dessa porção da Amazônia. Trata-se de um modelo, segundo o autor, a não ser replicado por várias razões: pelo fato de ser ultrapassado e inaceitável; pela ausência de consenso nas soluções colocadas em prática; por ter sido altamente prejudicial ao meio ambiente e aos tra-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

balhadores; pela ausência de criatividade do corpo tecnocrático envolvido; e por sua natureza de "enclave", representado pelas instalações modernas do projeto nos altos de uma Serra, em plena Amazônia, de forma tão distante das demandas sociais e culturais de seu entorno (Ab'Sáber, 1996).

Para ele, essa foi uma das implicações das ações inconsequentes de planejadores e tecnocratas, não preparados para entender as comunidades locais e suas demandas:

> um verdadeiro batalhão de garimpeiros se deslocou de Serra Pelada e Curionópolis para Rio Verde/Parauapebas com o objetivo de destruir instalações da Companhia Vale do Rio Doce. Era uma represália direta em face da notícia de que a CVRD não mais renovaria o direito de uma garimpagem manual na Serra Pelada. A Docegeo [Rio Doce Geologia e Mineração S.A. – subsidiária da CVRD para pesquisas e prospecção de recursos minerais] resolvera retomar as rédeas da exploração do ouro na área em que possuía legalmente o direito de pesquisa e lavra. Os garimpeiros e seus líderes resolveram discordar, na defesa de seus múltiplos e diferenciados interesses. Escudados na poderosa figura do legendário major Curió, planejaram levar pânico aos mentores do Projeto Ferro-Carajás, queimando instalações da Vale em Parauapebas e na própria Serra, onde o alvo principal era o aeroporto (Ab'Sáber, 1996, p. 271-272).

Conforme relata Furtado (2010) e o próprio Aziz Ab'Sáber (1996), na década de 1980 houve a descoberta de ouro na Serra das Andorinhas e a expansão da atividade garimpeira em Serra Pelada, desencadeando uma série de conflitos relacionados à produtividade dos garimpos, aos fluxos de garimpeiros e de trabalhadores que chegavam ao sudeste paraense. Na mesma década, tem-se o estabelecimento da infraestrutura urbana do que viria a ser a cidade de Parauapebas, com o surgimento do núcleo de Rio Verde, para trabalhadores em geral, no sopé da Serra de Carajás, e do Núcleo Urbano de Carajás, no alto da Serra; este último destinado aos funcionários da CVRD, especialmente os mais qualificados. A decadência e fechamento dos garimpos, a implantação da chamada Lei Curió da Cooperativa dos Garimpeiros, o crescimento demográfico dos núcleos e a liberação de mão de obra após a implantação dos núcleos e da infraestrutura para o projeto foram alguns dos elementos motivadores do movimento em direção a Parauapebas por garimpeiros:

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> buscava-se ouro e terra, na região de Curionópolis, Serra Pelada e Eldorado. Em Rio Verde [Parauapebas] a busca se desdobrava por três alvos, numa outra ordem: emprego, terra e ouro. Todas as buscas visando encontrar um meio de vida e sobrevivência, e algum patrimônio pessoal ou familiar. A luta por ascensão social, no nível econômico sobretudo, era uma constante na vida de todos os componentes da sociedade urbana (Ab'Sáber, 1996, p. 281).

Na apreciação da situação pelo autor, chama a atenção a desigualdade social que reforçava a natureza do conflito dos garimpeiros que se uniram aos trabalhadores desempregados ou mal remunerados do núcleo formador de Parauapebas, onde foram instaladas as bases de operação da CVRD para a exploração de minérios:

> qualquer projeto desenvolvimentista cria dois fluxos de homens e culturas. Ambos os fluxos envolvem uma busca similar de recursos para sobrevivência, porém sob ópticas totalmente diversas e desiguais. Engenheiros, arquitetos, geólogos e administradores tinham suas razões particulares para uma opção de trabalhos nos altos de uma Serra, encravada no coração das selvas. Em número bem maior, os que se empregaram nas empreiteiras que tocavam as obras do projeto exerciam um trabalho silencioso, em troca de um salário relativamente baixo, porém dotado de uma certa continuidade e alguma segurança. Sem se conhecer pessoalmente, os dois grupos de trabalhadores estiveram *vis-à-vis*, mantendo relações mínimas, indispensáveis. Os do topo têm pouco vínculo com a região, ainda que definitivamente ligados ao sucesso das obras que superintendem. Os da base acabam por estabelecer maiores afetividades com a área de trabalho, pois são participantes de uma sociedade em construção. Os dois fluxos de homens e famílias, justapostos na fase mínima do construtivismo de infra-estruturas (sic), acabam por ter destinos completamente diferentes. Enquanto uns retornam para os setores mais desenvolvidos do país, outros passam a constituir um resíduo demográfico sofrido e mal alojado. Ao mesmo tempo que muitos se vêem (sic) obrigados a aventurar-se para distintas áreas, de onde chegam notícias sobre a existência de trabalho ou ouro. Numa certa época no Brasil houve a legião dos barragistas e as legiões de trabalhadores da chamada construção civil. Nos últimos vin-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> te e cinco anos cresceram e se entrecruzaram legiões de construtores de rodovias, legiões de garimpeiros e legiões de trabalhadores em projetos desenvolvimentistas. Todas elas tendo um ponto máximo de encontro, na Amazônia, em um certo tempo (Ab'Sáber, 1996, p. 282).

Outros projetos desenvolvimentistas e de ocupação da Amazônia podem ainda ser mencionados como objetos de estudos, preocupações e críticas por parte de Ab'Sáber, como o referente à prospecção e exploração de petróleo e gás natural no Amazonas e que merecem ser lembrados quando, ultimamente, a questão da exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas vem novamente à tona.

No texto "Petróleo na Amazônia: notícias" (Ab'Sáber, 1996), conforme sintetiza Furtado (2010), o autor resgata a história da exploração de petróleo pela Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A), a descoberta nos anos 1970 e 1980 de campos petrolíferos na região de Urucu, na Bacia do Solimões, e a ampliação da produção de gás na região de Urucu-Tefé, na Amazônia ocidental. Nesse momento, o autor chama a atenção para os impactos dessa atividade, para a geopolítica mundial do petróleo, para os interesses dos países centrais no produto, bem como para as ideias de privatização de empresas estatais que já se anunciavam naquele momento:

> pode-se ter como certo que a descoberta e o aumento rápido da produção de petróleo, em estruturas paleozóicas (sic) na Amazônia, teve alguns impactos na geopolítica do petróleo. Trata-se de mais uma riqueza significativa que estava escondida no subsolo da Amazônia. Riquezas que, ao fim do século, despertam cobiças multivariadas por parte de empresas e governos de países do Primeiro Mundo. À cobiça internacional pelo minério de ferro de Carajás acrescenta-se a cobiça por um potencial incalculável de recursos em óleo e gás. Agora que o território inteiro de nossas bacias sedimentares páleo e mesozóicas (sic) ficou conhecido em relação às suas províncias petrolíferas, têm surgido numerosos arautos da privatização, totalmente ignorantes em matéria da problemática do petróleo em terras "gondwânicas": gente sem memória e sem conhecimento, destituída de senso de previsão de impactos, ao nível de diferentes profundidades do tempo (Ab'Sáber, 1996, p. 295).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A preocupação com os impactos sociais das atividades da Petrobrás é também colocada no texto "Carauari: vicissitudes de uma comunidade beiradeira – Médio Juruá, Amazonas (Ab'Sáber, 1996). Trata-se, como mostra Furtado (2010), de um estudo de um pequeno núcleo localizado nas margens do Rio Juruá em que o autor relata e analisa a chegada da Petrobrás, as transformações que provocou, o crescimento da população local, que também contribuiu para o aumento da pobreza, além de outros problemas relacionados à dinâmica fluvial e a questões ambientais decorrentes de intervenções antrópicas.

A exemplo de outras visitas que fez à Amazônia, o contato com a pequena cidade de Carauari, conforme mostra o autor (Ab'Sáber, 1996), deu-se em razão de compor uma equipe de cientistas que estiveram no local a convite da Petrobrás para realizar uma avaliação sobre o estado das clareiras abertas no coração da floresta, a possível regeneração das mesmas e a outras precauções relacionadas a desmatamentos desnecessários, à desperenização de cabeceiras de igarapés, a obras de oleodutos/gasodutos, a problemas fundiários etc.; precauções essas a serem tomadas após as sondagens petrolíferas feitas que sinalizaram para um potencial de gás natural e de campos de petróleo na região de Urucu, a algumas dezenas de quilômetros da sede do Município.

As atividades da Petrobrás são confrontadas por Ab'Sáber com a descrição da pequena cidade ribeirinha que se transforma, mas não a ponto de mudar de maneira positiva a condição de vida de seus moradores. Muito pelo contrário, o estado de pobreza parece, mais uma vez, ratificar aquilo que se viu em outros cantos da região onde foram implantados projetos desenvolvimentistas:

> todos os entrevistados foram unânimes em sublinhar que o recente crescimento demográfico da outrora marginalizada cidadezinha de Carauari não pôde ser acompanhado por qualquer ascensão social significativa. Paradoxos do desenvolvimento pela oferta de empregos setorizada: pequenas melhorias urbanas e aumento desmesurado da pobreza […] A antiga "cidade morta" da beira da lagoa […] agora cresceu à custa das operações regionais de uma grande empresa brasileira. Tem o aeroporto, um heliporto, a "base", um colégio ativo, um pequeno hospital, uma biblioteca recuperável; mas a maioria de sua população continua muito pobre (Ab'Sáber, 1996, p. 196).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Após avaliar o peso da presença de uma empresa estatal em uma cidade tida como tradicional, há menções e defesas contra os ataques a ela para forçar sua privatização e à necessidade de se ter compromisso social com a vida das populações que foram transformadas, apresentando, para isso, um rol de sugestões para pensar o futuro da pequena Carauari, mas sem que esta seja desvinculada de sua dinâmica ribeirinha:

> não se trata de criar uma ampla e custosa *new town*, mas de religar um núcleo urbano que nasceu e cresceu da fase linear e beiradeira de ocupação da Amazônia, recolocando-o em contato com o seu mundo habitual, enquanto sociedade e economia. O aeroporto recém-construído obedeceu à logística e aos interesses operacionais da Petrobrás, servindo eventualmente para colocar em contato pessoas mais abastadas e autoridades com o grande mundo de entornos distantes. Por muito tempo ainda, porém será o rio o grande elo das comunidades tradicionais, para viver, procurar apoio de saúde e educação, e manter relações humanas e econômicas na solidão dos grandes espaços interiores da Amazônia (Ab'Sáber, 1996, p. 200).

Preocupações como essas, voltadas para o futuro da região, também passaram a ganhar sistematizações mais gerais, conforme se pode perceber em outras contribuições do autor, voltadas para o desenho de um novo ordenamento territorial, de natureza socioambiental, e que se colocasse para além dos projetos econômicos desenvolvimentistas como os que foram alvos de contundentes críticas por parte do autor em comento. Tais preocupações, buscaremos mostrar no tópico seguinte.

b) A preocupação com a definição de uma malha socioambiental e com o futuro da região

Para além das críticas aos modelos desenvolvimentistas, neoliberais e neodesenvolvimentistas direcionados para a Amazônia, Ab'Sáber buscou contribuir com propostas de ordenamento territorial com forte teor social e ambiental, chamando a atenção para experiências e ações que pudessem sinalizar para um futuro mais promissor para essa região.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Em obra assinada com o atual Presidente Luís Inácio Lula da Silva – intitulada *Uma proposta para a Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo da floresta em pé* (Silva; Ab'Sáber, 2001) –, a quem acompanhou em caravanas pré-eleitorais pelo Brasil, são destacados pontos importantes que deveriam ser considerados para a definição de políticas regionais mais sintonizadas com as demandas da região, a saber: a) estudo da realidade e seu equacionamento com um macrozoneamento; b) compatibilização de ações entre preservação e produção; c) crítica aos equívocos das políticas governamentais colocadas em prática; d) diretrizes, critérios e gerenciamento em relação ao papel das rodovias; e) preocupação com a devastação e com a reconstrução da biodiversidade; f) precauções necessárias à agricultura; g) áreas de exceção voltadas para projetos de florestamento; h) necessidade de proteção das águas; i) projetos de reservas extrativistas; j) atenção às particularidades a serem observadas na reforma agrária no âmbito regional.

Suas propostas, dessa maneira, sinalizavam para a proteção ecológica e o desenvolvimento da Amazônia com o máximo de floresta-em-pé, assim como forneciam subsídios para pensar um zoneamento ecológico-econômico para a região. A respeito deste último, Ab'Sáber (1996) sugeria um olhar com base no foco da grande escala, mais detalhado, pormenorizado, portanto, assentado em conhecimento multidisciplinar da região, conforme expressa em seu texto "Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e de método" (Ab'Sáber, 1996):

> essa busca das vocações de cada componente ou célula espacial, inserida em conjunto maiores do espaço regional, exige um conhecimento do mosaico dos solos; a detecção das tendências de uso econômico ou especulativo dos espaços rurais, urbanos e rurbanos; o balanço da economicidade dos sistemas de exploração econômica; os tipos de módulos rurais passíveis de serem instalados nos espaços liberados à exploração econômica; os fatores de apoio às atividades agrárias e o balanço das carências ou das eficiências das infra-estruturas preexistentes. Por outro lado, implica o reconhecimento e a delimitação de espaços defendidos por legislações especiais: parques nacionais, reservas indígenas, reservas biológicas, estações ecológicas, setores críticos dos espaços ecológicos (cabeceiras de drenagem, florestas beiradeiras) e outras áreas de proteção obrigatória ou parcial. A amplitude das tarefas a

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> serem realizadas exige uma participação variada de especialistas pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, sob a batuta de pessoas treinadas em métodos de planejamento regional (Ab'Sáber, 1996, p. 11).

A proposta de zoneamento se colocava como um contraponto ao conhecimento genérico, olhado de cima e com foco em pequenas escalas cartográficas que não davam conta do detalhe, das particularidades e das singularidades regionais. A região, nesse caso, poderia ser visualizada por meio de células territoriais, em um total de 22 subespaços inicialmente (Ab'Sáber, 1996), e depois ampliado para 27 (Ab'Sáber, 2010a), recebendo nomenclatura referencial e mais tradicional possível, a fim de favorecer o seu reconhecimento e memorização. Seriam a base de uma espécie de mosaico ecológico-econômico, tido como pressuposto de zoneamento (Ab'Sáber, 1996, 2010a).

Isso permitiria, desde logo, contestar a suposta homogeneidade regional muitas vezes considerada em formas de planejamento e que pouco entendiam a diversidade ecológico-ambiental, econômica e sociocultural nela presentes, a começar pela ideia de tratá-la como um bioma restrito à floresta e à presença de terras baixas que se confundiam com a planície sedimentar, conforme mostra em seu texto "Paleoclima e paleoecologia da Amazônia brasileira: estudo introdutório" (Ab'Sáber, 1996):

> quem pensa que a Amazônia é apenas uma grande e homogênea planície rasa e topograficamente amorfa não tem condições para entender a importância dos fatores orográficos na diferenciação dos climas regionais, à altura do Pleistoceno Superior. De qualquer forma, a presença de compartimentos deprimidos, de grande extensão, alternados por faces úmidas ou faces mais secas, de relevos cuestiformes (o conjunto restando envolvido pelos rebordos interiores de maciços antigos e ladeiras de cordilheiras), teve grande importância para a diferenciação dos climas regionais das terras baixas amazônicas e das serranias envolventes. Foi essa compartimentação rasa que, a par de outros fatores topoclimáticos, criou mosaicos diferenciais de condições ecológicas, ora para condições associadas de calor e umidade (a exceção), ora para condições quentes ou subquente secas, capazes de favorecer a expansão de caatingas e/ou cerrados degradados (predominantes) (Ab'Sáber, 1996, p. 66).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Assim, pensar a sua diversidade seria a base para a proteção ecológica da Amazônia e seu desenvolvimento com o máximo de floresta-em-pé. Para isso, mais que a importância de um Código Florestal, pensava em um Código das Biodiversidades (Ab'Sáber, 2010b), que, a seu ver, ajudaria muito mais a pensar o atributo da diversidade de espaços complexos como a Amazônia e, ao mesmo tempo, identificar as particularidades de seus problemas:

> o essencial é que a listagem dos problemas emergentes, de cada uma das células espaciais identificadas e grosso modo delimitadas, inclua uma revisão das infra-estruturas (sic) instaladas, uma sondagem seletiva das aspirações das comunidades residentes, uma avaliação dos defeitos da organização humana dos espaços, das situações de conflitos e das propostas de melhorias progressivas e racionalizadas. E, através de tais procedimentos e posturas, obter um perfil concreto da conjuntura espacial, da tendência de utilização dos agrupamentos regionais de ecossistemas, dos recursos humanos e das potencialidades econômicas de cada região em estudo. Em última instância, reunir informes para os estudos futuros que visem à elaboração de um correto plano diretor para orientar o desenvolvimento progressivo de ações governamentais em cada uma das células espaciais, previamente definidas (Ab'Sáber, 1996, p. 21).

Sua ideia de zoneamento como forma de reconhecer a diversidade regional, ademais, incluía pensar as cidades como importantes pontos de referência das células que comporiam o grande mosaico amazônico e revelariam a diversidade socioespacial, assim como a identificação do que chamou de "áreas críticas" no interior dessas células, que seriam espaços vulneráveis a merecer atenção nas estratégias de planejamento e de desenvolvimento regional.

A sua ideia de zoneamento, portanto, pressupunha: a) um tipo de reflexão orientada para o desenvolvimento regional integrado, com conhecimento da natureza e de seus contrastes internos; b) uma metodologia ecodesenvolvimentista, com reconhecimento e utilização de espaços físicos/ecológicos em sintonia com o uso do solo e do subsolo; c) o cruzamento de fatos fisiográficos/ecológicos com os da conjuntura econômica, demográfica e social; d) o papel dos assentamentos e da rede urbana preexistente em relação aos processos de desenvolvimento incentivado;

CONSEQUÊNCIA EDITORA

e) consideração do acervo documental sobre a extensão, distribuição e tipologia das áreas de preservação e conservação existentes; e) informações sobre a infraestrutura instalada ou em processo de instalação; e f) conhecimento do mosaico de planos, programas e projetos propostos até então para a região (Ab'Sáber, 1996).

Para o autor, não se tinha como aceitar a simples ideia de que a determinados espaços ecológicos devessem corresponder espaços econômicos, em uma espécie de sobreposição plena e totalmente ajustável entre natureza e sociedade, como se esta última não fosse heterogênea: "é totalmente utópico pensar-se que o potencial dos recursos naturais de uma área possa ser avaliado em termos de uma sociedade homogênea na sua estrutura de classes e de padrões de consumo" (Ab'Sáber, 1996, p. 12).

O pensar o futuro para o autor pressupunha, antes de tudo, avaliar o passado e levar em conta o presente e suas experiências positivas quanto ao uso racional dos recursos e ao bem-estar coletivo de populações locais. É nesse sentido que destaca em suas proposições experiências como as do Projeto RECA (Reflorestamento Econômico, Consorciado e Adensado), conforme aborda em seu texto "Modelos de economias ecologicamente auto-sustentáveis na Amazônia" (Ab'Sáber, 2000), projeto aquele desenvolvido na divisa do Acre com Rondônia e tido pelo autor como original e de grande potencialidade pela sua natureza econômica ecologicamente sustentável, mesmo sem ter tido, à época, repercussão suficiente, se comparado a outras experiências também existentes:

> o projeto RECA desenvolvido na fronteira do Acre com Rondônia é de longe o exemplo de modelo de processo econômico ecologicamente sustentável. Com a vantagem de ter sido implantado por gente da terra com pouquíssimos recursos oficiais. Tudo partiu de reuniões comunitárias, diálogo entre atores sociais da região de Senador Guiomard, que já era uma sub-área (sic) do Acre, dotada de pequenas e médias propriedades rurais produtivas, por meio de plantações de café, frutíferas, cana e milho. Visitantes instruídos deslancharam o processo, entre professores, religiosos e camponeses. Um pouco do que aconteceu com o grupo de pioneiros das reservas extrativistas, empates de Chico Mendes, aconteceu através de estratégias diferentes com os professores e camponeses de Senador Guiomard e Nova Califórnia (Ab'Sáber, 2000, p. 120).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

As ideias básicas do projeto são destacadas em dois pontos:

> o primeiro pressupõe um avanço discreto sobre a floresta densa, a partir de uma borda-de-mata, com desmate do sub-bosque e preservação de todas as árvores mais altas e desenvolvidas. Paralelamente com a progressão do corte do sub-bosque resta um corredor sombreado de bosques primários, suficiente para a implantação de canteiros de espécie de valor alimentício e econômico. A opção inteligente que se constitui em um segundo ponto de estratégias, reside em plantar nos canteiros, plantas de ciclo curto, espécies de crescimento a médio prazo, e árvores de crescimento lento. Entre os cultivos anuais, adaptados ao ambiente sombreado, os líderes constataram um certo sucesso da cultura de abacaxi, mandioca e banana. A ênfase principal, nem tanto vem sendo dada à plantação de palmáceas dotadas de frutos comestíveis, tais como o açaí e a pupunha. No que tange às espécies arbóreas de crescimento relativamente lento, os colonos optaram pela castanheira. Neste último caso, em que se reduziu o tempo de crescimento das árvores, que era em média 70-80 anos, para um nível de apenas 12/13 anos (Ab'Sáber, 2000, p. 121-122).

Considerado como um verdadeiro projeto piloto pelo autor e de referência para a Amazônia brasileira, trata-se de uma iniciativa que pressupunha produtividade, sentimento comunitário e de preocupação com a biodiversidade regional e, a exemplo das Reservas Extrativistas, o RECA resguardava a premissa de uso econômico com o máximo de floresta-em-pé, sem qualquer apelo para desmatamento extensivo e generalizado (Ab'Sáber, 2000).

Diferentemente de outras ações e projetos pensados para a região de cima para baixo, com seu caráter econômico e devastador, a "geometria" de um projeto ecologicamente sustentável como o RECA não implicava em impactos negativos ao ambiente e era feito dentro da grande escala geográfica, sempre em benefício de produtores locais:

> o essencial, porém, no RECA é o corredor de eliminação do sub-bosque, segundo um eixo retilíneo, a partir do centro interno da clareira de apoio. Neste corredor "brocado", sob as sombras das altas árvores preservadas, implantam-se canteiros circulares de quinze metros de diâmetro, onde ficam plantados alguns pés espaçados de castanheiras obtidas por enxertias…, en-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> tremeadas por palmeiras de açaí e pupunha. No entorno do canteiro, como se fosse um "meio fio", enfileiram-se touceiras de abacaxi. É fácil perceber-se que se os canteiros, circulares ou quadráticos, fossem um pouco maiores, seria viável a plantação de bananeiras, além de tudo aquilo que já plantou, com grande sucesso. O caráter circular dos canteiros cria uma paisagem agrícola, em posição intra-florestal (sic), favorecendo através das trilhas envolventes, as operações de controle, limpeza e colheita da produção. Enfim, um sistema agrário de agrosilvicultura (sic), bastante criativo, implantado com arte, bom gosto e grande interesse social e cultural, no seio das florestas biodiversas (Ab'Sáber, 2000, p. 124).

O autor destaca também a importância das Reservas Extrativistas, apontando-as, juntamente com o projeto RECA, como experiências positivas para se pensar uma malha socioambiental, em contraponto a outras experiências deletérias de ocupação do espaço regional:

> no caso das reservas extrativistas havia uma herança cultural do seringalismo tradicional. Mas essa memória de um sistema primário foi redirecionada pelos companheiros de Chico Mendes para um empreendimento comunitário, de alto interesse social. Agora, não se tratava de seringais beiradeiros, sob condições de trabalho escravo ou semi-escravo (sic). Adoção de um ideário social comunitário representou um avanço extraordinário no sistema extrativista. Fato que se completou com os vínculos entre os seringais e as infraestruturas modernizantes, representadas por rodovias, ramais de acesso, caminhões de transporte da produção e apoio econômico e social de cidadezinhas ativas receptivas. De forma que foi possível realizar, sem predação significativa, um extrativismo em setores florestados, correspondentes àquilo que outrora era considerado "os centros", então inacessíveis e lendários […] Nas reservas extrativistas, com um mínimo *minimorum* de desgaste predominam processos de extração de látex e cotação (sic) sazonal de ouriços de castanheiras. O modelo dominante de penetração limitada na floresta, é aquele herdado da velha tradição dos seringais: um acesso por meio de trilhas rústicas, estabelecidas nos desvãos entre as árvores, para a sangria de espaçadas seringueiras. No caso, salvo a clareira onde eram instaladas as moradias simples dos seringueiros […] a preservação da biodiversidade regional *in situ*, era impecável e total (Ab'Sáber, 2000, p. 125-127).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Ponto em comum entre ambos era a presença de núcleos urbanos de apoio ao preparo, embalagens e comercialização de produtos, além de outras atividades; todas elas desenvolvidas no interior de pequenos empreendimentos urbanos sediados nesses pontos de apoio às atividades rurais e que, por estarem próximos das vias de circulação, viabilizavam o escoamento do produto, além de servirem como pontos de apoio à oferta de empregos neles existentes e no seu entorno, bem como à presença de diversas atividades complementares, como a de transporte da produção, vinculadas aos sistemas agroflorestais e agroindustriais (Ab'Sáber, 2000).

Para além dessas experiências, Ab'Sáber chama a atenção para outras formas de economias ecologicamente autossustentáveis, como a das reservas indígenas e a dos sistemas produtivos agrários ribeirinhos. Estes, vinculados às ricas terras aluviais amazônicas que, ao longo do tempo, passaram por transformações que definiram complementaridades entre comunidades varzeanas e comunidades urbanas da região, bem expressas por meio das feiras das cidades beiradeiras, mas que poderiam estar ameaçadas pelo interesse de grandes empresas que vêm adentrando na região mais recentemente (Ab'Sáber, 2000).

Suas apostas em desenvolvimento regional, portanto, são pautadas no reconhecimento de um mosaico da diversidade sociocultural, econômica e ambiental, mas, igualmente, nessas experiências, que não são definidas de cima para baixo, mas que atentam para a história, a criatividade e a necessidade de preservação, associadas ao atendimento das demandas econômicas locais. Tais experiências, por sua natureza, sinalizam para um futuro regional menos impactante sobre o ambiente amazônico e sobre a vida humana que nela se reproduz.

Suas ideias, em grande medida, ajudaram a reorientar, sem qualquer sombra de dúvida, algumas das ações que definiram as políticas de ordenamento territorial na região sobretudo a partir dos anos 2000, conforme se vê em alguns documentos oficiais (e.g. Brasil, 2006). Isso pode ser constatado em muitas ações que passaram a definir as novas políticas de desenvolvimento regional que, mesmo em uma abordagem neodesenvolvimentista, serviram de contraponto às políticas de polos e de eixos de desenvolvimento até então dominantes; ações aquelas que passaram a contemplar de forma mais efetiva o reconhecimento, o respeito e a proteção às terras indígenas, às reservas extrativistas, às unidades de conservação etc. Foram,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

assim, responsáveis por ampliar direitos das diversas populações com fortes vínculos regionais e que, em razão disso, têm, ainda que com dificuldades e a despeito de incursões de governos contrários a esses direitos e conquistas, conseguido manter parte significativa da floresta-em-pé e a integridade de suas vidas.

4. Considerações finais

As políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia ao longo de décadas tinham em vista pensar o futuro da região penalizando o seu presente. Isso pode ser visto em três momentos que demarcam as políticas de desenvolvimento regional: a fase desenvolvimentista, apoiada em polos de desenvolvimento; as políticas neoliberais, assentadas notadamente em eixos de desenvolvimento; e as políticas neodesenvolvimentistas, que combinaram projetos de impactos com um sistema de zonas de proteção socioambiental.

A atenção para um outro olhar em relação à região sempre esteve presente em sistematizações e proposições de importantes intelectuais preocupados com o presente e o futuro da Amazônia. Recuperar tais preocupações nos remete ao passado, de forma a entender as críticas estabelecidas a esses modelos de desenvolvimento, assim como visualizar as contribuições que sinalizavam outras diretrizes de desenvolvimento para essa fração do território brasileiro.

Algumas dessas preocupações e proposições podem ser encontradas na vasta e rica obra de um geógrafo como Aziz Nacib Ab'Sáber, que, em vários trabalhos, buscou entender e, ao mesmo tempo, sugerir caminhos que ajudassem a ver a Amazônia sob outros ângulos, vislumbrando outros horizontes para esse espaço regional. Era o olhar de um intelectual em um dado momento do passado, vislumbrando um futuro que hoje se tornou presente.

As políticas socioambientais e as novas formas de ordenamento territorial que tanto defendeu para o Brasil ganharam corpo nas últimas décadas quando novos arranjos políticos e territoriais buscaram superar a visão da Amazônia como simples reserva de recursos e de seu papel notadamente geopolítico no contexto territorial brasileiro; momento também em que suas contribuições começaram a ser mais mobilizadas e instrumentalizadas em políticas de desenvolvimento que passaram a se preocu-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

par com a preservação de recursos e com a integridade e os direitos das populações locais.

Concebendo a região como geossistema complexo, múltiplo e diverso, a heterogeneidade do espaço amazônico passou a ser levada mais em conta em face das intervenções que alteram as condições de vida e a sua dinâmica ambiental interna. Nesse sentido, os usos e as formas de apropriação de seus recursos, bem como a definição de uma gestão de menor impacto no sistema regional motivaram reflexões que incluem elementos da geografia física e humana como pontos de apoio a uma sorte de conhecimento acadêmico que se associa às preocupações pragmáticas e de defesa da vida em regiões como a Amazônia.

E isso passa a ser feito notadamente sob a orientação e através de um diálogo crítico com o paradigma da sustentabilidade, quando questões que envolvem os conflitos, o desenvolvimento, a gestão e as políticas de conservação ambiental despertam mais atenção no âmbito dos quadros do planejamento regional. É diante dessas preocupações que a obra de Ab'Sáber se torna inspiradora.

As contribuições desse autor em relação à Amazônia se destacam em vários aspectos: pelo seu olhar sobre a região a partir dela própria; pela densidade do conhecimento empírico sobre a mesma, revelada em trabalhos de campo, estudos e visitas a diferentes sub-regiões da Amazônia; pela leitura de autores de referência da própria região, sejam aqueles que se destacam por suas obras clássicas, sejam aqueles que atualizam o debate regional, atentando para temas e problemas atuais; pelo conhecimento sobre a região para além da ciência, dada a sua imersão e o conhecimento da literatura regional amazônica; pela valorização do saber popular e do conhecimento das populações locais sobre seus espaços de vivência imediata; dentre outras razões que o tornam um dos mais importantes intelectuais que contribuiu para o entendimento e para pensar o futuro da região.

Com base nisso, diferentemente das políticas territoriais estabelecidas pelo Estado desde a segunda metade do século XX, em relação às quais se tornou um dos principais críticos, Aziz Ab'Sáber buscou, por meio do entendimento profundo da região, estabelecer uma leitura consciente de sua história, de seu passado, para entender a sua geografia do presente, colocando-se na perspectiva das populações locais e regionais e, a partir dessa posição, pensar um futuro mais auspicioso para o espaço amazônico. Fez

CONSEQUÊNCIA EDITORA

isso reconhecendo a diversidade do quadro regional não apenas do ponto de vista natural e ambiental, mas também do ponto de vista econômico e sociocultural, revelando, com isso, em sua vasta obra, a complexidade de sua história natural, de sua geomorfologia, de sua biogeografia, da formação histórica e cultural de suas populações, dos saberes locais e das diferentes formas de uso e de apropriação do território.

No conhecimento cuidadosamente alinhavado sobre a Amazônia, chama atenção nos escritos desse intelectual brasileiro a incorporação das nomeações geográficas e representações espaciais das populações locais; as críticas contundentes aos impactos provocados pelos polos e eixos de desenvolvimento ativados em diferentes pontos do espaço regional; a denúncia dos processos destruidores decorrentes da abertura de frentes de expansão e de corredores de devastação; o reconhecimento de "áreas críticas" geradas por projetos e intenções desenvolvimentistas que não levaram em conta o espaço de vida e as vulnerabilidades do meio ambiente.

Foi esse profundo conhecimento sobre uma região de grande importância para o Brasil e o mundo, ainda pouco conhecida na sua diversidade e complexidade, que também lhe despertou a preocupação com o seu futuro. A necessidade de preservação de seus recursos, de sua dinâmica ambiental, mas sobretudo da vida que nela se reproduz, que o fez atentar para uma proposta de ordenamento territorial que estivesse mais sintonizada com a sua potencialidade física, humana e econômica; proposta esta traduzida, entre outras coisas, em premissas para se pensar em um zoneamento ecológico e econômico para a região. E isso foi feito de forma associada à valorização de vivências relacionadas às particularidades da história e da geografia regional, a exemplo da valorização de experiências de sucesso, como as das Reservas Extrativistas e a do projeto RECA.

Voltar às suas obras, significa não apenas retomar suas ideias sobre uma dada região em um dado recorte do tempo no passado, mas sobretudo ter em conta de que se trata de um conjunto de estudos que, mesmo datado, converte-se em um rol de proposições bastante atuais que servem de ponto de partida para pensar novos horizontes para uma região que, passados todos esses anos, ainda coloca para si dilemas que já foram insistentemente debatidos em um passado recente, mas que nem por isso deixaram de ser desafios que precisam ser enfrentados no presente e, quem sabe, desafios a serem enfrentados ainda pelos próximos anos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

AB' SÁBER, Aziz. Nacib. *Amazônia*: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Modelos de economias ecologicamente auto-sustentáveis na Amazônia. *In*: OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Humberto (org.). *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: Edua, 2000. p. 117-137.

AB'SÁBER, Aziz. Nacib. Aziz Nacib Ab'Sáber [Entrevista cedida a Priscila Faulhaber]. *In*: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (org.). *Conhecimento e fronteira*: história da ciência na Amazônia. Belém: MPEG, 2001. p. 565-579.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 15-24, 2010a.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Do código florestal ao código das biodiversidades. *In*: MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luisa (org.). *Direitos humanos no Brasil 2010*: relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2010b. p. 65-70.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *O que é ser geógrafo*: memórias profissionais de Aziz Ab'Sáber em depoimento a Cynara Menezes. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ABLAS, Luís Augusto de Queiroz. O "estudo dos eixos" como instrumento de planejamento regional. *In*: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões*: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 171-186.

AFFONSO, Simone. *O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988*: instituições, políticas e atores. São Paulo: Annablume, 2017.

BECKER, Bertha. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. *In*: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (org.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 421-444.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

BECKER, Bertha. *Amazônia*: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, Bertha; STENNER, Cláudio. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Projeto de Macrozoneamento da Amazônia Legal*: mapas temáticos selecionados (texto explicativo). Brasília, DF: MMA, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

DOURADO, Flávia. Aziz Ab'Sáber, geógrafo e ambientalista. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 2015. Disponível em: http://www.iea.usp.br/noticias/azizabsaber.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

FURTADO, Ana Maria Medeiros. Aziz Ab'Sáber e a Amazônia. *In*: MODENESI-GAUTTIERI, M. C. *et al*. (org.). *A obra de Aziz Nacib Ab'Sáber*. São Paulo: Beca-Ball, 2010. p. 102-110.

GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira; BRANDÃO, Carlos Antônio. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração. *In*: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões*: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 187-205.

MELLO, Neli Aparecida. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MONDENESI-GAUTTIERI, May Christine *et alii*. Professor Aziz Nacib Ab'Sáber: súmula biográfica. *In*: MONDENESI-GAUTTIERI, M. C. *et al.* (org.). *A obra de Aziz Nacib Ab'Sáber*. São Paulo: Beca-Ball, 2010. p.14-23.

PERES, Renata Bovo; CHIQUITO, Elisângela Almeida. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional: novas questões, possíveis articulações. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 71-86, nov. 2012.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso. *História das políticas regionais no Brasil.* Brasília, DF: IPEA, 2020.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SILVA, Luís Inácio Lula da; AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Uma proposta para a Amazônia*: proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo da floresta em pé. 2. ed. São Paulo: IEA-USP, 2001.

TRINDADE JÚNIOR. Saint-Clair Cordeiro da; MADEIRA, Welbson Vale. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. *PRACS*, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jul. 2016.

CAPÍTULO 3

As Amazônias no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral

Bruno Malheiro

"*O futuro é ancestral*"
Ailton Krenak

Introdução

Este ensaio pretende colocar a Amazônia no centro do debate sobre possíveis saídas ao atual colapso climático e metabólico em que vivemos no planeta. A provocação para que estas linhas tomassem esta forma que agora o leitor tem em mãos, veio dos organizadores do VII Simpósio Internacional de Metropolização do Espaço, para o qual o autor foi chamado para compor a mesa de debates intitulada "Amazônia: prefigurando futuros".

Desse modo, este texto aceita o desafio analítico proposto e se aproxima de um sentido geral inadiável: colocar as perspectivas de mundo dos povos amazônicos no centro das preocupações sobre a justiça climática no planeta; perspectivas essas que sustentaram o bioma mais importante ao equilíbrio metabólico planetário, a Amazônia, por, pelo menos, 19 mil anos até o atual caos climático que estamos vivendo.

Uma premissa e um alerta se fazem necessários a título de introdução: alimentamo-nos do conjunto de estudos e interpretações de arqueólogos, antropólogos, ecólogos e geógrafos que entendem que aquilo que chamamos de Amazônia – aqui pensada no plural, as Amazônias, como nos propõe Porto-Gonçalves (2002) –, em realidade, é uma produção sociobiocultural de uma diversidade de povos etnicamente diferenciados, o que nos permite dizer, como pressuposto, que há uma relação direta entre diversidade ecológica e diversidade territorial, étnica, linguística e cultural na formação do bioma amazônico, uma vez que são as múltiplas formas de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

manejo do mundo feita pelos mundos amazônicos que tornaram a Amazônia, Amazônias.

Entretanto, toda essa sabedoria responsável por tornar a Amazônia o bioma mais fundamental para o equilíbrio climático do planeta foi historicamente esquecida, negada e, portanto, vilipendiada por nossas escolhas como sociedade ocidental e ocidentalizada. Isso porque escolhemos transformar este espaço regional em zona de sacrifício de processos de expansão capitalistas, cujo núcleo das dinâmicas de acumulação são a pilhagem, a apropriação privada da terra, a violência e a devastação sistemáticas, bem como a difusão de uma subjetividade autoritária, que se espraia por relações sociais que matam, desmatam e naturalizam o colapso como forma de relação com a natureza. Escolhemos, portanto, por transformar em consenso político e econômico o desenvolvimento via exportação de *commodities* agrícolas e minerais em distintos países da América Latina, incluindo logicamente o Brasil; escolha essa que só alargou a ofensiva espoliadora sobre e contra esta região e interrompeu os ciclos vitais que sustentam o metabolismo da vida amazônida.

Dessa maneira, considerando o colapso metabólico expresso em dados alarmantes de desmatamento, queimadas, violência e ecocídio, é necessário restituir ao centro do debate a memória ancestral que nos legou a região hoje capaz de ainda adiar o fim do mundo: as Amazônias. Conectar-se à memória ancestral dos povos amazônicos significa pensar com os povos e não contra os povos, isto é, com e não contra a diversidade e a comunidade. Fazer isso significa considerar as agendas teóricas e políticas concretas que emergem da escuta dos saberes com a vida desses povos; daí só haver justiça climática com as Amazônias e, portanto, com a sabedoria de seus povos.

Este ensaio, portanto, pretende ter dois momentos de reflexão. Primeiramente, aceitaremos a tarefa de construir uma crítica potente, consistente e posicionada do capitalismo como modo de produção/destruição a partir da experiência amazônida desse sistema. Em um segundo momento, reposicionaremos o debate para colocar as Amazônias no centro explicativo e cognitivo do planeta, de modo a pensar os horizontes teóricos e políticos que emergem de uma real reconexão à memória ancestral de seus povos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O modo de produção/destruição capitalista: uma crítica amazônida

(…) para além do legado de desigualdade
e injustiça sociais profundos
do colonialismo e do imperialismo,
há um legado epistemológico do eurocentrismo
que nos impede de compreender o mundo
a partir do próprio mundo em que vivemos
e das epistemes que lhes são próprias

Carlos Walter Porto-Gonçalves

O capitalismo é um modo de produção ancorado em uma maneira de pensar e representar o mundo produzida a partir de experiências absolutamente distantes de nós, amazônidas. É um modo de agir por uma racionalidade refratária ao sistema vivo que nos abriga, a terra, ou seja, é um modo de generalizar a morte e confinar a vida. Por isso, é, também, um modo de produzir esquecimento e ruína, um modo de produzir normalidades absurdas, um modo de produzir racismo e patriarcado como lógicas estruturais de organização social, um modo de produzir guerras contra a vida…

Essa maneira de pensar nem sempre foi a do mundo inteiro, e, para se generalizar, precisou destruir comunidades, etnias, grupos sociais, cosmologias e distintos modos de sentir e pensar a terra. Não dá para pensar o capitalismo sem dizer que sua arrogante racionalidade se ancora em uma experiência eurocêntrica de ver o mundo, experiência essa que vai ganhando novos contornos ao longo da história, a partir de outros centros que inventa para si.

Portanto, o capitalismo também é um modo de produção de universalidades, que torna universal saberes e fazeres da destruição e provincializa saberes e fazeres da vida para que sua engrenagem funcione. Por que os planejadores que pensaram seus projetos de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, por exemplo, inspiraram-se na economia regional francesa, em vez de se inspirar nos saberes ancestrais dos Kayapó ou dos Yanomami? Por que resolvemos nos formar por conhecimentos produ-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

zidos majoritariamente em quatro países (França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos), a partir de suas línguas coloniais, e esquecemos completamente dos conhecimentos e línguas milenares dos povos indígenas de todas as Américas e dos outros continentes? Por que é exótico ter uma cestaria Guarani, ou um colar Apurinã, e é absolutamente normal guardarmos tudo em potes de plástico e usarmos bijuterias produzidas em condições aviltantes na China?

Escolhemos o que tornamos universal e o que queremos que continue local. Tornar universal é, também, provincializar e localizar. Há uma geopolítica do conhecimento que não podemos esquecer, pois ela nos explica que o lugar a partir do qual se fala interfere diretamente na capacidade de circulação daquilo que se diz. A colonialidade, constitutiva do capitalismo, conseguiu transformar uma região produzida por um patrimônio milenar de conhecimentos indígenas, afro/amazônicos e camponeses – as Amazônias – em um espaço vazio, atrasado e menos moderno. É necessário sim produzir uma crítica ao modo de produção capitalista que, a partir daqueles que estão em seu caminho, melhor poderia ser definido como modo de destruição capitalista, mas se quisermos construir alguma alternativa ao que está posto, precisamos também criticar essa colonialidade que provincializa saberes que nos legaram as Amazônias.

Nesse particular, iniciar com uma crítica ao capitalismo desde as Amazônias é reconhecer que somos atravessados por essa maneira colonial capitalista de pensar o mundo e que, por mais coisas que tenhamos a falar, chegou a hora de ouvir aqueles e aquelas que ainda conseguem pensar e agir por línguas, sonhos, práticas, fazeres e saberes mais além do capitalismo. Até porque uma crítica potente ao capitalismo, precisa ser, também, uma crítica às colonialidades que lhe são constitutivas, à colonialidade do saber (Lander, 2005), do poder (Quijano, 2005), do ser (Maldonado-Torres, 2007), de gênero (Segato, 2012), da natureza (Walsh, 2008) etc.[1]

1 Para Caterine Walsh (2008), a razão capitalista neoliberal se manifesta a partir de quatro formas distintas e integradas de colonialidade. A colonialidade do poder, que estabelece um sistema de classificação social hierárquico em termos de raça e gênero; a colonialidade do saber, que impõe o eurocentrismo como a perspectiva única de conhecimento, descartando a existência e a viabilidade de outras racionalidades epistêmicas; a colonialidade do ser, que se exerce por meio da inferiorização, des-humanização e fetichização do ser humano; e a colonialidade da mãe natureza que, ao dissociar razão, cultura, sociedade e natureza, impõe

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Com base nessa compreensão inicial, vamos indicar três caminhos de crítica ao capitalismo a partir da experiência amazônida; caminhos esses que nos parecem metodologicamente importantes para qualquer exercício de descolonização do pensamento e da ação, sobretudo diante do caos climático que vivemos. O primeiro caminho é a compreensão do capitalismo como modo de produção do esquecimento. O segundo concerne à compreensão do capitalismo como modo de produção de ruínas, enquanto o terceiro, por fim, refere-se ao entendimento do capitalismo como uma guerra constante e incessante contra a vida.

O capitalismo como um modo de produzir esquecimento

Vocês não conhecem nossa floresta e nossas casas.
Não compreendem nossas palavras.
Assim, era possível que acabássemos morrendo
sem que vocês soubessem.

David Kopenawa Yanomami

O mundo olha para a Amazônia com olhar de satélite,
por cima, só enxergam o verde e a beleza dos rios,
mas a vida dessas pessoas
que não conseguem ser olhadas
está sendo impactada.
As pessoas querem proteger as árvores e os rios,
mas não cuidam das pessoas (povos originários)
que protegem as árvores e os rios.
A gente precisa inverter os olhares.

Vanda Witoto

uma lógica de ver, sentir e pensar o mundo, tendo o humano como dissociado da mãe natureza. A essas quatro formas de colonialidade, Segato (2012) e outras autoras acrescentam a colonialidade de gênero, ao reconhecer que os processos acima descritos também são recortados por um patriarcado moderno e colonial, que reproduz estruturalmente uma hierarquia nas relações de gênero produzindo crueldade e desamparo às mulheres ao passo em que a modernidade e o mercado avançam.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Somos os povos da mercadoria, como assim nos define David Kopenawa (Kopenawa y Albert, 2016). Como povos da mercadoria, somos produtos de uma amnésia biocultural, pois esquecemos das energias, das relações, das forças que nos constituem em vida. Esquecemos, portanto, que a floresta amazônica, tal como a conhecemos, só se formou depois da última glaciação, entre 13 e 18 mil anos atrás. Antes disso, segundo Aziz Ab'Sáber (1977), ela estava reduzida a alguns refúgios e, só com o aumento da pluviosidade no planeta, tornou-se o que conhecemos. Entretanto, existem povos nessa região do globo há pelo menos 19 mil anos na formação Chiribiquete, na Amazônia colombiana; ou há, pelo menos, 11.200 anos no sítio de Serra Pintada, no Pará; ou, ainda, há pelo menos 8.600 mil anos na Serra dos Carajás, também no Pará; ou, se ainda restar dúvidas, há pelo menos 8.500 anos pelas bandas da Cachoeira de Santo Antônio, em Rondônia, como sugere Eduardo Góes Neves (2022).

Há, portanto, uma complexidade imensurável de vida, e vida em relação, antes da colonização. Porém, percebe-se que a história que conhecemos esquece tudo isso. Somos formados pelo esquecimento. Não são apenas povos vivendo há milênios. São povos coevoluindo com naturezas há pelo menos 19 mil anos. Há uma relação direta entre diversidade étnica, cultural e linguística e a diversidade ecológica da Amazônia. Há florestas plantadas, inumeráveis plantas tornadas úteis ao consumo humano pelo manejo milenar dos povos amazônicos; há produção de solos de terra preta e diversos outros indícios que nos fazem dizer que a Amazônia é uma produção sociobiocultural dos seus povos (Malheiro, Porto-Gonçalves y Michelotti, 2021), como já nos indicavam, antes de nós e por outros termos, Darell Posey e William Balée (1989) e muitos outros e outras. Quando, juntamente com autores como Vitor Toledo e Narciso Barrera-Bassols (2015), qualificamos nossa amnésia de tudo isso como amnésia biocultural, é justamente para expressar o esquecimento dessas sabedorias milenares que nos legaram a Amazônia.

Como filhos/filhas e netos/netas do esquecimento, construímos uma sociedade em que o apartamento da natureza se tornou a regra; em que a compreensão de uma humanidade que não se restringe aos humanos é considerada absurda; em que conversar com os espíritos da floresta e das águas é loucura; em que chamar o sistema vivo que nos abriga, a terra, de mãe é um despautério; em que falar línguas não coloniais é considerado estranho

CONSEQUÊNCIA EDITORA

(tendo sido, até mesmo, um crime de morte em momentos da história); em que a ciência da floresta responsável por tantos princípios ativos "descobertos" pela ciência convencional é considerada ineficaz; em que a produtividade biológica primária da floresta é substituída por monocultivos; em que, enfim, a arrogância humana substitui a complementariedade dos seres.

Mas, para essa reconexão-rememoração, ou seja, para lutarmos contra a nossa vontade de esquecer, é preciso que mudemos os nossos centros de referência. Nesse sentido, não se trata simplesmente de dar voz aos povos da floresta num mundo dominado por tantas outras vozes coloniais. Quando assim nos referimos, inclusive, o centro da relação continua sendo a gente: o povo da mercadoria. Os povos amazônicos não precisam de ninguém para falar; o problema é que, em alguns lugares, gritos se transformam em sussurros e, em outros lugares, sussurros se transformam em gritos.

O problema, assim, é uma injustiça cognitiva que confere privilégio de fala a alguns e coloca à sombra os dizeres de muitos outros. O nosso conhecimento das coisas é produzido, em muito, a partir deste privilégio que alguns têm diante de outros, ou seja, nossos pontos de vista e visões de mundo sempre carregam a influência de lugares que conseguiram falar para o país ou para o mundo, em detrimento de lugares cujas interpretações sempre se circunscreveram a eles próprios. Então, não se trata de dar voz, mas de ter a capacidade e a abertura cognitiva para ouvir.

Nunca as Amazônias foram tão saqueadas, sequestradas, mutiladas e devastadas como estão sendo nesse instante. Escrevemos essas linhas após quatro anos de um cortejo fúnebre que se fez governo e alargou todos os índices de destruição e violência na Amazônia. Escrevemos essas linhas, também, após uma vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Brasil, presenciando um governo que se chama de progressista, mas concede o maior percentual de recursos ao agronegócio via Plano Safra[2] da história, reativa o Programa de Aceleração do Crescimento[3] que tem colocado em

2 O Plano Safra é um programa do governo brasileiro que fornece recursos financeiros para a agricultura. O Plano Safra de 2024/2025 prevê o investimento de R$ 400,59 bilhões à agricultura empresarial no país, configurando-se no maior montante de investimento no agro brasileiro da história do país (Brasil, 2024).

3 Em 2023 o governo brasileiro lançou uma nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento com previsão de investimento, entre recursos públicos e privados, de R$ 1,8 trilhão em infraestrutura, logística, transporte e outros investimentos (Brasil, 2023). Diversas

CONSEQUÊNCIA EDITORA

prática verdadeiras engenharias do colapso amazônico, e abre discussão sobre a exploração de petróleo na foz do amazonas. Ao mesmo tempo, nunca vimos tanta gente gritando pela proteção da Amazônia aos quatro cantos do planeta. Parece haver um descompasso entre as palavras e as coisas. Muita gente quer a proteção da Amazônia, porém, é preciso lembrar que o verbo "proteger", que tem origem no latim, é uma junção entre o prefixo *Pro*, que significa "à frente", e *Tegere*, que quer dizer "cobrir ou tapar". Proteger, portanto, significa encobrir o que está à frente.

Esse alerta etimológico indica que a ideia de proteção sempre projeta uma relação em que uma das partes (a mais fraca) precisa da outra (a mais forte) para continuar a existir. Os tons messiânicos das palavras ditas ainda conseguem santificar aqueles que, de longe, lutam pela "salvação" da região. Enfim, fala-se muito sobre a Amazônia, mas quase nunca com as Amazônias e os amazônidas. Não dá mais para se contagiar com a vontade de proteção e produzir, ao mesmo tempo, esquecimento.

Nesse sentido, muito se sabe sobre a importância das Amazônias e de sua sociobiodiversidade para o planeta inteiro, mas o passo seguinte é ouvir os e as responsáveis por ela ainda existir. Esses e essas responsáveis estão gritando há muitos séculos, mas só conseguiremos ouvi-los se mudarmos nossa forma de receber as mensagens. Assim, em vez de grudá-las em nossas grades cognitivas coloniais, torna-se necessário que nos abramos ao exercício de descolonização que ouvir essas vozes nos indica.

O capitalismo como um modo de produzir ruínas

Nunca há um documento de cultura que não seja,
ao mesmo tempo, um documento de barbárie

Walter Benjamim

obras são previstas para a Amazônia, como a construção de ferrovias e portos para transformar a região definitivamente em um centro de expansão e exportação de soja e outros produtos agropecuários e minerais, com impactos profundos à natureza e seus povos, além da previsão do asfaltamento de diversas rodovias, o que alarga a violência e devastação, uma vez que as rodovias são comprovadamente os principais vetores de desmatamento e violência na Amazônia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Em distintos países e contextos, entre Brasil e Colômbia, Peru e Equador, assim como diversos outros países latino-americanos que possuem em seu território o bioma amazônico, as Amazônias estiveram historicamente fora do que se imaginou como nação e como Estado. Esse esvaziamento simbólico abriu o caminho para as mais horrendas experiências capitalistas e, pelo tão propalado progresso, acumularam-se ruínas por sobre ruínas. A experiência da Amazônia brasileira pode servir de base para entendermos o resultado concreto de externalizarmos as Amazônias e seus povos daquilo que nosso continente assumiu como desenvolvimento. Por aqui pelo Brasil, há pessoas que nasceram no seio deste país, mas nunca couberam nele. Povos ancestrais transformados em entraves à nação, por estarem no caminho do progresso, são refugiados dentro de um território que deveria ser sua casa.

Mas haveria alguma explicação para essa condição de externalidade da Amazônia em relação ao Brasil? Talvez nos ajude lembrar que, em 1621, no período da união ibérica entre Portugal e Espanha, a América Portuguesa foi dividida em duas unidades administrativas: o Estado do Brasil, parte sul dos domínios ibéricos na América, com capital em Salvador; e o Estado do Maranhão, parte norte da América Portuguesa, com capital em São Luís. Não sendo meramente administrativa, essa divisão expressa um fato primordial lembrado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (2016), segundo o qual a América Portuguesa não estava constituída em uma única colônia, mas sim em duas colônias distintas.

Dessa forma, no que hoje chamamos de Amazônia brasileira, a expropriação do corpo e do saber indígena pelos padres das missões definiu uma dinâmica colonial distinta da então usada no Brasil. Esse controle da riqueza pela igreja tornar-se-ia, já em meados do século XVIII, um risco aos ganhos do próprio Estado Português, o que vai transformar essa região em um risco à soberania. Esse lugar do risco, também representado como espaço selvagem, distante e desabitado, abriu a possibilidade para as mais violentas experiências de colonização em nome sempre da soberania do Estado (Malheiro, 2020).

Uma breve leitura da geografia histórica da Amazônia brasileira nos mostra que o capitalismo se efetiva nesta região como uma incessante produção de ruínas. Os métodos utilizados para a extração de riquezas passam pelo uso de guerras justas, que autorizavam a morte de indígenas não

CONSEQUÊNCIA EDITORA

convertidos no século XVII, mas também pela violenta subordinação ao Estado imposta aos povos amazônidas, a partir de meados do século XVIII; pelo uso de expedições punitivas organizadas para o extermínio e expulsão dos indígenas que estivessem nos caminhos dos seringais, entre os séculos XIX e XX; bem como, por um banditismo social do latifúndio impondo processos violentos de expansão de frentes econômicas legitimados durante os governos militares. Até mesmo no período de retomada da democracia formal, que poderia indicar bons ventos à Amazônia, a ideia de interesse nacional para algumas atividades econômicas continuou a conferir tons de normalidade a práticas absolutamente criminosas de empresas e do próprio Estado nesta região.

O Brasil, assim como as outras nações colonialmente inventadas na América Latina, transformou-se em máquina de produção de esquecimento, reservando violência e morte para aqueles que são esquecidos. Quem sabe seja por isso que as Amazônias sigam sendo conhecidas mais pelas pessoas que aqui morrem do que pelas pessoas que aqui vivem. Talvez, a morte como forma de sensibilização para a vida seja a síntese mais dolorida do capitalismo como produtor de ruínas.

O entendimento da história capitalista nas Amazônias a partir das ruínas produzidas pelo dito progresso – ou seja, a partir dos povos amazônidas que foram relegados a uma região do "não ser" (Fanon, 1979) e, assim, foram tornados matáveis e sacrificáveis para o progresso civilizatório colonial passar – imputa-nos a desnaturalizar as leituras historiográficas corriqueiras desta região; leituras essas que, reduzindo a complexidade étnica, social e cultural da mesma a um amontoado de produtos valorizados no mercado, por uma leitura de ciclos econômicos, conseguiu transformar violência em heroísmo, genocídio em civilização e brutalismo em desenvolvimento.

Nesse movimento, ler o capitalismo como produtor de ruínas nos ensina as linhas de força que definem a racionalidade das engrenagens capitalistas nas Amazônias. Por elas, encadeamos fragmentos de histórias para que o exercício de pensar o tempo não se reduza ao ato de colecionar fatos, nem de identificar regularidades e constâncias para definir períodos, mas seja um ato de salvar silêncios e juntar os cacos da história que, também, são (geo)grafias em ruínas, e aqui muito nos implica o pensamento de Walter Benjamim.

Entre guerras justas, tropas de resgate, correrias indígenas e grandes projetos de desenvolvimento, o capitalismo na Amazônia sempre foi e con-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tinua a ser uma guerra constante e incessante aos povos amazônidas. Na próxima seção, o esquecimento que produziu ruínas será mais bem definido e pensado como uma guerra.

O capitalismo como modo de produzir guerras contra a vida

Nós estamos em guerra.
O mundo dos brancos e o nosso mundo indígena,
estão em guerra.

Ailton Krenak

Se a geografia histórica amazônica nos mostra o capitalismo como um sistema permanente de produção de ruínas, observa-se que, quando acolhemos para a análise a contemporaneidade, as engrenagens de violência e devastação permanecem e se generalizam. Não sem razão, as escolhas políticas de distintos governos na América Latina, no início do século XXI, pelas exportações de *commodities* agrícolas e minerais como o caminho absoluto para a conquista do superávit primário aprofundaram uma forma peculiar de expansão capitalista; forma essa dada mediante processos de acumulação por espoliação (Harvey, 2005, 2013) em dinâmicas de territorialização guiadas por uma razão cínica, em que o exercício do poder se dá pela interdição da possibilidade de realização da vida de múltiplos grupos, comunidades e povos.

A escolha de distintos governos (não importando o espectro político-ideológico, de esquerda à direita) pela exportação de commodities em nosso continente, definida por Svampa (2013) como "consenso das commodities", expressa que a exportação de bens primários agrícolas e minerais torna-se definitivamente o motor de inserção dependente da América Latina na geoeconomia e na geopolítica global. O resultado prático dessa escolha é este: as Amazônias se transformam em zonas de sacrifício da dinâmica de expansão das commodities agrícolas e minerais. Resolvemos construir um projeto a partir de frentes econômicas que carregam uma racionalidade destrutiva pautada em sangue, fumaça, fogo, monocultivos, autoritarismos e veneno.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A expansão capitalista por essas distintas frentes melhor poderia ser compreendida como uma guerra constante aos povos amazônidas e seus territórios e territorialidades. Essa guerra possui algumas marcas de expressão dignas de nota: a pilhagem, a dominação privada da terra, a violência e devastação sistemáticas, bem como a emergência de relações e subjetividades autoritárias (Michelotti y Malheiro, 2020).

A pilhagem é um processo que identifica práticas de superexploração da natureza mediante o saque de recursos naturais para exportação. Identifica, assim, um geometabolismo do capital que torna possível a definição de "um regime de relações sociais que fagocita as energias vitais como meio para a acumulação pretensamente infinita do valor abstrato" (Machado Araóz, 2016, p. 461). Para a manutenção dos níveis e volumes de exploração e extração, faz-se necessário a criação de mecanismos legais que justifiquem processos ilegais, ou seja, a criação de formas de levar ao terreno da legalidade o roubo, a fraude e o saque.

Mas esses processos de transferência de valor, matéria e energia que definem o caráter estrutural dependente do desenvolvimento capitalista nas Amazônias só se realiza por uma permanente dinâmica expansiva de criação de novas fronteiras. A lógica de criação do valor é a transformação de bens comuns em mercadorias, tendo como ponto de partida a dominação da terra e, a partir dela, dos recursos a ela associados. Para completar o processo, há o estabelecimento de fluxos estáveis de circulação das mercadorias a serem pilhadas nos circuitos nacionais e mundiais de acumulação, o que exige uma ampla infraestrutura de energia, transporte, comunicação e toda uma cadeia de dominação territorial. A dominação privada da terra, portanto, é a segunda marca de expressão da guerra capitalista contra a vida nas Amazônias.

As dinâmicas de pilhagem e dominação privada da terra demarcam um processo de territorialização de distintas frentes econômicas nas Amazônias; frentes essas guiadas por uma razão cínica em que o exercício do poder e a geração de riquezas se dão pela interdição da possibilidade de realização da vida. A violência física contra povos e comunidades tradicionais e a devastação sistemática da natureza são subprodutos dessa razão sacrificial na qual o que se mercantiliza e se explora são as condições objetivas e as energias vitais de múltiplos grupos sociais, povos e populações (Michelotti y Malheiro, 2020).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Contudo, essa dinâmica de expansão capitalista marcada pela pilhagem, pela dominação privada da terra e pela violência e devastação sistemáticas carregam consigo práticas e modos de pensar o mundo absolutamente autoritários.

Os negócios que movimentam essa guerra nunca conseguiram conviver bem com a democracia, pois não se estruturam enormes áreas de monocultivos, grandes projetos de mineração, usinas hidrelétricas, estradas, hidrovias, ferrovias, sem mudanças traumáticas nos espaços nos quais essas dinâmicas se instalam, e sem a flexibilização e/ou o desrespeito às leis que assegurem qualquer direito aos territórios por elas afetados. Não é possível transformar uma terra indígena em garimpo, um território quilombola em um novo plantio de soja, sem violência, e como a violência legítima é monopólio do Estado, não é possível tais transformações sem Estado, nesse caso, sem um Estado de Exceção (Agambem, 2024).

Mas não é só essa a dimensão do autoritarismo que a guerra produz. É preciso entender que a expansão espacial dos negócios da guerra capitalista é, também, de um gosto musical, de um modo de comer, de um modo de se vestir e se comportar, de um modo de defender a propriedade, de um modo de adorar… Cada um desses modos de pensar e agir estão ancorados em alguns processos. Nos circuitos das festas agropecuárias e do sertanejo universitário, que monopolizam a agenda cultural de diversos municípios. Na efervescência da abertura de clubes de tiro, que se difundem onde está o gado, a soja e outros monocultivos, legitimando uma subjetividade armamentista. Na difusão de redes atacadistas, que unificam os pacotes do agronegócio como formas de alimentação barata, levando veneno à mesa. Na força política de sindicatos patronais na construção de discursos sobre emprego e renda. Na difusão da teologia da prosperidade pela expansão de igrejas neopentecostais que acompanham as frentes econômicas. Essa guerra capitalista se difunde carregando uma subjetividade que flerta com o autoritarismo[4] (Malheiro, 2023).

Ora, o uso de correntes em tratores para devassar a floresta, transformando árvores em empecilho; a ação de grilar terras, convertendo o ilegal em legal; o ato de jogar veneno em áreas de monocultivos rodeadas por

4 Ver análise mais detalhada em "Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil" (MALHEIRO, 2023).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

comunidades, fazendo de espécies que não interessam aos lucros – inclusive a humana – em pragas desprezíveis; a contratação de empresas de segurança privada para a proteção de imóveis, naturalizando a miliciarização da defesa da propriedade privada, enfim, são ações que carregam a lógica de uma guerra, pois normalizam a transformação da natureza em obstáculo, a conversão dos diferentes em inimigos, a organização miliciarizada da vida social, o culto à violência e à implosão de todas as formas de vida comunitária em nome da defesa da propriedade privada (Malheiro, 2023).

Nesse sentido, todas essas engrenagens de destruição de um capitalismo de guerra amplificam um projeto que ganha corpo na segunda metade do século XX: a ruptura com o metabolismo da vida amazônica (Malheiro, Porto-Gonçalves y Michelotti, 2021). Diante desse processo, a superfície florestal de 5,5 milhões de quilômetros quadrados sob incidência de sol, com 400 bilhões de árvores de variados tamanhos, levando ao ar cerca de 20 trilhões de litros de água por dia, passa a ser fraturada, segundo dados produzidos por Antônio Nobre (Chiaretti, 2014).

Ademais, aquilo que chamamos de eixos de integração (grandes sistemas técnicos e logísticos que cortam o bioma amazônico para a circulação de mercadorias), na verdade, são engenharias do colapso, pois articulam múltiplos processos de destruição em uma malha técnica e política que altera drasticamente a possibilidade de reprodução dos ciclos vitais da região, trazendo consequências globais. Conseguimos chamar de desenvolvimento essa engenharia do colapso, esse sistema logístico que interliga distintas frentes econômicas que engolem a biodiversidade amazônica e moem as populações que ainda nutrem uma ligação com a terra, a floresta, o rio, o mar…

Um mundo regido pela energia do Sol, transformada em matéria viva pelas plantas por meio da fotossíntese, fertilizado pelas fases da lua e enriquecido pelos saberes dos povos amazônicos, capazes de se conectar a esses fluxos de vida, passa a ser interrompido. A vida sai do centro da organização social, política e econômica e a morte assume seu lugar, sendo chamada de desenvolvimento.

A nossa escolha por nos desconectar da vida amazônica nos trouxe esquecimento, ruína e guerra, ou, diria Walter Benjamin (1983), a tempestade do progresso nos levou à catástrofe. Ouvir os povos amazônicos não nos parece apenas uma opção, mas uma necessidade para continuarmos a existir. É por onde caminharemos agora.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Por uma reconexão às memórias ancestrais amazônidas

A floresta está viva: os animais,
as árvores, os rios e até as rochas
falam em suas próprias línguas.

José Gualinga, povo Sarayaku

Se hoje temos a condição de continuar existindo
mesmo diante de toda a violência estrutural
que enfrentamos, não só no Brasil,
mas em toda a América,
é por conta da força
da nossa relação com a floresta,
com os rios e com a terra.

Vanda Witoto

No livro *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*, escrito por nós em parceria com Carlos Walter Porto-Gonçalves e Fernando Michelotti, apresentamos que, para os povos amazônicos, a floresta sempre foi um horizonte de liberdade. Não só a floresta, mas o conhecimento sobre a floresta e construído com ela pelos povos, sempre foi a principal arma contra qualquer cativeiro, bem como, para a produção social da autonomia.

Estamos falando de um ecossistema enriquecido milenarmente pelos saberes de muitos povos, capaz de uma produtividade biológica primária absolutamente impressionante. Aquilo que a floresta oferece de vida em abundância, nenhuma monocultura pode oferecer e essa relação entre diversidade étnica e diversidade ecológica confere aos saberes e fazeres amazônidas uma centralidade absolutamente necessária, principalmente em nosso atual contexto de crise climática em que o mundo vivencia uma fratura metabólica na qual as energias vitais desse sistema vivo que nos abriga, a terra, estão sendo drenadas por uma guerra capitalista contra a vida (Malheiro, Porto-Gonçalves y Michelotti, 2021).

Nos conhecimentos ancestrais que tanto reivindicamos a centralidade, não há um predomínio de uma espécie sobre a outra. Para a maioria dos povos amazônicos, tudo carrega uma humanidade, ou seja, a humanidade

CONSEQUÊNCIA EDITORA

não se restringe aos humanos, como bem lembra Eduardo Viveiros de Castro (1996) ao falar do perspectivismo ameríndio. Nossa arrogante norma culta talvez não compreenda exatamente essa forma de pensar, porque nossas línguas coloniais nos limitam.

Se pensarmos em uma língua indígena talvez compreendamos. No tronco linguístico indígena Tupi, por exemplo, o tempo não é indicado por verbos, por ações, mas em sufixos agregados a substantivos. Na língua em que o movimento é dado pelas coisas, a história carrega cheiro, sabor, visualidade, da mesma forma que os horizontes são concretos e expressivos, uma vez que é o mundo das coisas que nos apresenta o significado do tempo. Assim, ao passo que carregam as marcas de expressão do que foram, uma árvore, um rio e/ou uma montanha, também delineiam os horizontes do vir a ser! Portanto, não se pode pensar os distintos sabores e saberes amazônicos sem essa forma de pensar o mundo, a qual não restringe a humanidade aos humanos.

A partir dessas cosmologias, portanto, é o consórcio entre as espécies que produz força e diversidade aos sistemas produtivos, um consórcio que dialoga com os distintos percursos do Sol pelo território em diferentes épocas do ano, que dialoga com o regime de chuvas e de enchentes e vazantes do rio, que dialoga com as fases da lua, que não pensa o solo apenas por uma fórmula química, mas que não há solo sem vegetação, chuvas, rio, manejo… Hoje, a ciência já até reconhece esse jeito de pensar o mundo pela ideia dos Sistemas Agroflorestais ou como um modo agroecológico de produzir. Porém, antes que essas palavras se reduzam a mais uma técnica, precisamos afirmar que quem confere dignidade histórica a elas são os saberes ancestrais desses povos.

Se tivéssemos sido formados para entender o que chamamos de terra não por uma figura circular azul distante de nós, mas como Hutukara, como fazem os Yanomami (Kopenawa y Albert, 2016), talvez a entenderíamos como um sistema vivo, como um corpo/casa que é mãe e nos deixa nascer. Imaginem se tivéssemos sido formados por um modo de pensar a grandeza, não como tamanho, medida, como nos ensinam as ciências matemáticas, mas como ancestralidade, como fazem os povos Gavião, que habitam a região sudeste do Pará, na Amazônia brasileira. Imaginem se tivéssemos sido alfabetizados pela língua Añuu, dos povos Añuu do Lago de Maracaibo, na Venezuela (Quintero Weir, 2019), na qual não existe a

CONSEQUÊNCIA EDITORA

palavra "ser", pois tudo é definido por um fazer e, assim, todos os fazeres são fundamentais, da abelha ao homem, sem hierarquia. Imaginem, ainda, se entendêssemos os seres da natureza como parentes próximos que nos guiam e nos acolhem como o fazem tantos povos indígenas… Como será que pensaríamos a nossa relação com o que denominamos de natureza? Haveria, afinal, essa separação entre nós e ela?

Esses saberes ancestrais dialogam com um fato bastante objetivo: estamos falando da maior área de floresta tropical planetária sob incidência do Sol. Nesse sentido, a reprodução da vida pela fotossíntese, enriquecida por distintas formas de manejo dos povos, produz um metabolismo em que a autoprodução de vida da e na floresta é central. A vida em abundância, portanto, é a referência para se pensar a economia, não a escassez; a complementariedade e a reciprocidade dos seres são as referências para pensarmos as relações, não a competitividade; a incompletude dos seres em relação ao mundo é a referência para se pensar o planeta, não o antropocentrismo. Há nesses saberes e cosmologias amazônicas diversas filosofias políticas capazes de deslocar nossos centros de referência. Há nesses conhecimentos ancestrais, ainda, uma outra agenda teórica e política necessária de ser ouvida.

Nesses termos, se historicamente nossa sociedade ocidental e ocidentalizada tratou a Amazônia como um supermercado, relacionando-se com a natureza como quem vai às compras, esses povos nos oferecem a complementariedade e reciprocidade entre si e com a natureza como modo de diversificar a vida. Se só conseguimos imaginar Estados mononacionais (com as importantes exceções de Estados na América Latina que já se reconheceram plurinacionais), as lutas desses povos nos forçam a reconhecermo-nos como Estados plurinacionais. Se conseguimos ver democracia em uma sociedade em que o capitalismo é uma guerra contra a vida, em que frentes econômicas se alimentam da energia vital de povos e comunidades, os povos das Amazônias nos ensinam que não há democracia sem a restituição de suas capacidades decisórias sobre seus destinos e territórios.

Outrossim, se organizamos nossa vida pela propriedade privada, cercando e privando o outro das relações que estabelecemos com a terra, os saberes amazônicos nos apresentam diversas experiências de uso comum do território. Se o direito ocidental tem sua face mais crítica na noção de direitos humanos, esses povos nos oferecem a ideia da natureza como por-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tadora de direitos, pois se a humanidade não se restringe aos humanos, que também o direito não se restrinja; daí falarmos em direitos da natureza.

Se a propriedade privada também definiu nossas formas legais de reconhecimento fundiário, a luta pelas autodemarcações dos territórios indígenas e diversas outras lutas de marcação de diferenças na terra nos oferecem formas ágeis de reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados. Se o capitalismo na Amazônia se expressa como uma forma de masculinizar os espaços, a luta das mulheres indígenas nos aponta um modo de ver o mundo comum pela reprodução e pelo cuidado. Se a nossa sociedade envenenou a comida e construiu um sistema alimentar de envenenamento coletivo, por meio de uma rede de produção, distribuição e consumo de pacotes alimentares ultraprocessados e embebidos em agrotóxicos, esses povos nos ensinam técnicas milenares de produção de alimentos saudáveis e um saber-fazer comida como uma forma de reunião e não de individualização.

Enfim, se boa parte de nossa esquerda na América Latina anda gastando mais energia em combater o inimigo esquecendo-se de um projeto próprio, os povos amazônidas nos oferecem outras formas de usar, organizar, sentir e pensar o mundo radicalmente distintas da racionalidade necropolítica e necrocapitalista que ainda hoje nos é a regra.

Essa agenda emerge de um conhecimento construído, como nos ensina Emanuelle Coccia (2016) a partir de pontos de vida e não apenas de pontos de vista. Esses modos de pensar e agir, além de um outro legado teórico e político, apontam-nos outros horizontes éticos radicalmente distintos dos que agora matam o mundo. Ouçamos, portanto, Ailton Krenak (2019), quando nos alerta que o nosso descolamento da terra é a escolha por uma existência vazia. Ouçamos, também, David Kopenawa Yanomami, quando nos diz que não somos somente nós que vivemos nesta terra e que precisamos ouvir a floresta. Ou ouvimos esses conhecimentos ancestrais ou continuamos fazendo da nossa existência uma guerra contra a vida na terra.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Algumas palavras finais: pensar e agir a partir das Amazônias

Nós somos o começo,
o meio e o começo.
Nossas trajetórias nos movem,
nossa ancestralidade nos guia.
Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo)

Este ensaio pretendeu colocar no centro de qualquer reflexão sobre justiça climática global os saberes dos povos que nos legaram a região ainda capaz de garantir o equilíbrio metabólico do planeta, a Amazônia, aqui tratada sempre no plural: as Amazônias. Dois movimentos reflexivos foram propostos: o primeiro de construir, a partir do olhar amazônida, uma crítica ao capitalismo, entendendo-o como modo de produção/destruição que, além de mercadorias, produz esquecimento, ruínas e uma guerra incessante contra a vida. O segundo movimento foi mergulhar na memória ancestral amazônida para nela reconhecer marcas de expressão que nos propõem uma outra agenda teórica e política capaz de apontar saídas ao atual quadro dramático de caos climático que estamos vivendo.

Uma síntese possível desses dois movimentos reflexivos é a construção de alguns exercícios de descolonização decorrentes deles, de modo que não mais transformemos a sabedoria daqueles povos que nos legaram as Amazônias, em algo irrelevante nos nossos esquemas de pensamento e compreensão do mundo. Na construção de um caminho de descolonização do pensamento/ação, parece-nos necessário, primeiro, reler a nossa história por nossos próprios olhos, vendo ruínas onde sempre se viu grandes construções. Precisamos desmonumentalizar nossa análise e encadear fragmentos de histórias não ditas para que o exercício de pensar o tempo não se reduza ao ato de colecionar fatos grandiosos, mas seja um ato de salvar silêncios.

Percorrer a barbárie capitalista por suas ruínas, entendendo-a como uma guerra contra a vida nos indica uma segunda necessidade também histórica, qual seja: a de construirmos uma crítica a nossa amnésia biocultural, a fim de que consigamos nos reconectar a nossa memória ancestral,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

demonstrando a relação entre nossa diversidade étnica, linguística e cultural com nossa diversidade ecológica.

O terceiro movimento passa por uma crítica ao modo de produção de universalidades ou a essa geopolítica do conhecimento criada pela hegemonização do capital, que sempre provincializou os saberes da vida e universalizou os saberes da morte. Após velar os nossos mortos esquecidos pela história colonial e reconectarmo-nos a nossa memória ancestral, é preciso que digamos: precisamos colocar no centro do mundo os conhecimentos comprometidos com a vida.

O quarto movimento é, na verdade, um giro geoepistemológico que nos indica que precisamos conseguir pensar com os povos e não contra os povos; com a diversidade e a comunidade e não contra a diversidade e a comunidade. Isso só será feito se ouvirmos quem sempre pensou assim, pois, por mais coisas que tenhamos a falar, é a hora de ouvir.

O quinto movimento, então, é considerar as agendas teóricas e políticas concretas que emergem da escuta dos saberes com a vida, da escuta aos saberes milenares dos povos amazônicos. Esse movimento nos mostra que o exercício de escuta da sabedoria amazônida não é apenas um exercício epistemológico, mas fundamentalmente político.

A catástrofe climática está aí, presente no cotidiano de todos nós. Mas ela está ancorada em saberes e práticas, ou melhor, em uma racionalidade que normaliza o barramento de um rio por uma barragem, como um acerto de engenharia; que normaliza o atravessamento de corpos-territórios indígenas por uma estrada de ferro, como o acerto de construção de um "eixo de desenvolvimento"; que normaliza a destruição de uma montanha inteira por um projeto mineral, como um acerto dos cálculos geológicos; que, enfim, normaliza o envenenamento de uma paisagem inteira, como acerto de cálculos agronômicos.

Restituir ao centro do debate os saberes produzidos para e com a vida é conseguir desnaturalizar esses movimentos a partir daqueles que sempre re-existiram a eles, mas nunca tiveram suas vozes escutadas; vozes essas, por certo, capazes de nos indicar outros caminhos a seguir, ancorados em sabedorias, memórias, reflexões, descolonizações, horizontes éticos e políticos que resguardam o que ainda nos faz vivos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

Ab'Sáber, Aziz Nacib. Os domínios morfoclimáticos na América do Sul: primeira aproximação. *Revista Geomorfologia*, (52), 1-22. 1977.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo. 2004.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas:* magia e técnica, arte e política. 6a ed. São Paulo: Brasiliense. 1993.

BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. Governo lança Plano Safra 24/25. Publicado em 03/07/2024. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-agricultura-empresarial. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL, Casa Civil. Conheça o Novo PAC. Publicado em 2023. Disponível em : https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-programa/conheca-o-programa. Acesso em: 21 set. 2025.

CHIARETTI, Daniela. "Estamos indo direto para o matadouro", diz o cientista Antonio Nobre. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 3 de noviembre de 2014. Disponível em: https://mst.org.br/2014/11/03/estamos-indo-direto-para-o-matadouro-diz-o-cientista-antonio-nobre/. Acesso em: 21 set. 2025.

COCCIA, Emanuelle. *A vida das Plantas*: uma metafísica da mistura. Florianópolis: Cultura e Barbárie. 2016

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

HARVEY, David. *Para entender O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo. 2013

KOPENAWA, David y Albert, Bruce. *A queda do céu*: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso. 2005.

MACHADO ARÁOZ, Horácio. Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 12(34), 11-43. 2013.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

R. (org.). *El giro decolonial*: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, p. 127-168. 2007.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. Colonialismo interno e estado de exceção na Amazônia: a "emergência" da Amazônia dos grandes projetos. *Caderno de Geografia*, 30, 74-98. 2020.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes Amazônicos*: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo. 2021.

MALHEIRO, Bruno. *Geografias do Bolsonarismo:* entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2023, 97p.

MICHELOTTI, Fernando e MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. *Revista da ANPEGE*, 16(29), 641-680. 2020.

NEVES, Eduardo Goes. *Sob os tempos do equinócio*: oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: EDUSP/UBU. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A formação do Brasil e outros ensaios*: pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto. 2002.

POSEY, Darell y Balée, William (org.). *Resource management in Amazonia:* indigenous and folk strategies. New York: New York Botanical Garden. 1989

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-130. 2005.

QUINTERO WEIR, José Ángel. *Fazer comunidade:* notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo, Venezuela. Porto Alegre: Deriva. 2012.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, Coimbra, n. 18, p. 106-131. 2012.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SVAMPA, Maristela. "Consenso de las commodities" y linguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*. 2015. Disponível em: https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion- -en-america-latina/ Acesso em: 21 set. 2025.

TOLEDO, Vitor y Barrera-Bassols, Narciso. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2), 115-144. 1996.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insrgencias politico-epistêmicas de refundar el estado. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, v. 8, p. 131-152. 2008.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 4

Descolonizar a imaginação geográfica e política sobre a Amazônia: diálogos com Carlos Walter Porto-Gonçalves[1]

Valter do Carmo Cruz

Introdução

Vivemos um tempo em que se multiplicam conceitos e diagnósticos que procuram nomear o presente como um momento de colapso, catástrofe ou fim do mundo. Autores diversos têm denominado esse cenário por meio de expressões como *Antropoceno*, *Capitaloceno*, *necropolítica*, *necrocapitalismo*, "guerra à vida" ou "ponto de não retorno". Esse léxico — hoje central no pensamento crítico contemporâneo — é atravessado por um horizonte de ruína, marcado pela consciência da destruição acelerada de mundos.

No caso da Amazônia, esses conceitos e metáforas cumprem um papel importante: ajudam-nos a nomear o drama do presente, evidenciam a escala e a gravidade das transformações em curso. No entanto, é necessário afirmar: o pensamento crítico não pode restringir-se ao gesto de denúncia da catástrofe. Não basta diagnosticar a crise em termos apocalípticos. Se não formos capazes de abrir a escuta, os olhos e o pensamento às experiências que prefiguram outros mundos possíveis, corremos o risco de reproduzir, em nosso próprio discurso, a lógica fatalista do fim.

Para escapar dessa armadilha conceitual e política, é urgente descolonizar a imaginação — tanto geográfica quanto política. É preciso ampliar

1 Este texto foi elaborado a partir da minha intervenção na mesa-redonda "Amazônia Prefigurando Futuros", realizada durante o VII Simpósio Internacional de Metropolização dos Espaços e Gestão Territorial, promovido pela PUC-Rio. Partes deste texto foram publicadas na revista GEOGRAPHIA (UFF), v. 22, 2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nossa capacidade de pensar, sentir e agir diante de um mundo em crise, forjando uma sensibilidade que nos permita captar os sinais de vida que ainda insistem. Nesse sentido, ampliar a imaginação geográfica significa ultrapassar a visão da Amazônia como abstração — como espaço homogêneo, "reserva de recursos" ou "fronteira vazia" à espera de ocupação e desenvolvimento. É necessário deslocar as imagens que a circunscrevem como fronteira das *commodities*, da biodiversidade ou do carbono, para reconhecê-la em sua densidade e complexidade territorial, histórica, ecológica e política.

Ampliar a imaginação política implica, por sua vez, compreender a Amazônia como território de criação, resistência e reinvenção — e não apenas como cenário de uma tragédia anunciada. Trata-se de buscar, em meio ao colapso, as sementes de futuros já em germinação: nas aldeias, nos quilombos, nas roças, nas margens urbanas, nos coletivos periféricos, nos rios e nas florestas. O desafio do pensamento crítico, nesse contexto, não se resume a diagnosticar as forças que estruturam a dominação e produzem desigualdade, violência e destruição. É preciso, também, exercitar a imaginação de alternativas — não como gesto ingênuo ou escapista, mas como prática de escuta e atenção às experiências que, no presente, esboçam outras possibilidades de mundo.

Trata-se de um pensamento comprometido com a vida, capaz de se sintonizar com as experiências instituintes e de tecer alianças com formas de existência que resistem e re-existem. Um pensamento orientado não por promessas distantes, mas por práticas vivas, já encarnadas em corpos e territórios que insistem — apesar de tudo. Falar da Amazônia como território de prefiguração é reconhecer a força das vidas que nela habitam, das cosmologias que a sustentam, das alianças que a atravessam. É recusar a naturalização do colapso e afirmar, com radicalidade, que há outros mundos sendo gestados — mesmo sob os escombros de um mundo que desaba.

É nesse horizonte que propomos um diálogo com a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Um diálogo que não se restringe aos seus textos, mas que se dá com o seu modo de fazer pensamento, com a ética e a estética do conhecimento que sua trajetória encarna. Tomamos Carlos como um intercessor — no sentido deleuziano do termo: alguém com quem se estabelece um encontro fértil, um bom encontro, que amplia nossa potência de agir e

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pensar[2]. Sua obra oferece pistas e caminhos para a ampliação da imaginação geográfica e política sobre a Amazônia.

É com ele como intercessor que buscamos pensar a Amazônia como território de prefiguração de outros futuros — futuros que só se tornam inteligíveis, se compreendermos os passados invisibilizados e os presentes negados. Futuros que não são promessas distantes, mas práticas em curso, experiências que pulsam na contramão do colapso.

Gestos epistemológicos e pistas analíticas para a descolonização da imaginação geográfica e política sobre Amazônia

Carlos Walter Porto-Gonçalves foi um geógrafo e intelectual de referência, pensador das geo-grafias dos povos, comunidades e movimentos sociais, de suas territorialidades, saberes, lutas e r-existências. Desde o início de sua trajetória, esteve comprometido com a construção de uma geografia militante e com a produção de um pensamento crítico radical. Foi um pensador original e provocador, que abriu novos horizontes de sentido para se pensar a questão ambiental, agrária e a geografia dos movimentos sociais. Seus principais temas de pesquisa e militância envolveram os conflitos territoriais e ambientais, bem como as lutas dos povos e comunidades do campo, das águas e das florestas pelo direito à dignidade, ao território e à vida.

Embora tenha trabalhado em distintas realidades — da Amazônia ao Cerrado, das comunidades extrativistas à geopolítica latino-americana —, sua experiência com a floresta e com os povos amazônicos foi decisiva para

2 Essa ideia de intercessores é formulada por Gilles Deleuze: os intercessores são quaisquer encontros que fazem com que o pensamento saia de sua imobilidade natural, de seu estupor. Sem os intercessores, não há criação. Sem eles, não há pensamento: "O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores" (Deleuze, 2007 p. 156). O filósofo francês afirmava: "Eu preciso de meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê". Os intercessores funcionam como espécies de alavancas que potencializam e injetam vitalidade ao nosso pensamento, tirando-nos da imobilidade, da inércia diante do mundo, incitando-nos a pensar e a criar e, desse modo, ajudando-nos a enfrentar os problemas teóricos e práticos impostos pela nossa pesquisa.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

a constituição de um horizonte teórico-metodológico original no pensamento geográfico brasileiro.

Este ensaio tem como objetivo analisar a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves a partir de uma perspectiva temática e teórico-metodológica. Argumentamos que, a partir de seus diversos trabalhos sobre a Amazônia[3], o autor constrói um horizonte ético-político e teórico-metodológico potente. Nossa hipótese é que sua experiência de pesquisa e militância com os povos da Amazônia — seringueiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas — foi fundamental para forjar uma renovação da teoria crítica em Geografia e um novo horizonte metodológico para a leitura da geograficidade do social[4].

Propomos, assim, dialogar com sua obra a partir da sistematização de dois gestos epistemológicos e cinco pistas analíticas que nos ajudam a compreender como se constrói, em seu pensamento, uma concepção original de Geografia, ao mesmo tempo enraizada e descolonizadora. Os dois gestos epistemológicos são formas fundamentais de problematizar nossa relação com os saberes sobre e a partir da Amazônia: (i) combater o eurocentrismo e a invenção colonial da Amazônia e (ii) aprender com os horizontes amazônicos, isto é, pensar a Amazônia como centro do mundo.

A esses gestos somam-se cinco pistas analíticas (ou cinco teses) que indicam um caminho próprio de leitura do território e da vida na Amazônia: i) a Amazônia como acumulação desigual de tempos; ii) a ecologia polí-

3 Carlos Walter Porto-Gonçalves produziu e publicou dezenas de artigos e livros autorais e coletivos, sobre a temática amazônica dos quais destacamos: "Amazônia, Amazônias" (publicado em 2001); "Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)" (sua tese de doutorado publicada em 2003); "Amazônia- encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso" (publicado em 2017); "Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo" (publicado em 2021).

4 Essa hipótese é admitida pelo autor no seu memorial de professor titular quando afirma: "O final dos anos 1980 e sobretudo os anos 1990 consagrariam a perspectiva de uma formulação teórico-política crítica como geógrafo advinda, sobretudo, da aproximação que os movimentos sociais de grupos/classes sociais em situação de subalternização me proporcionaram a partir de uma região periférica – a Amazônia -, de países periféricos - Brasil - de um subcontinente periférico – América Latina, que me levariam, depois, a aprofundar minhas relações com duas regiões onde pude aprimorar a busca de uma teoria social crítica a partir da Geografia, a saber, os Cerrados e a América Latina. Afinal, a partir do movimento dos seringueiros do Acre ampliei minha relação com outras áreas da Amazônia brasileira, como os Cerrados em seus povos e também com a América Latina, nesse caso a partir dos camponeses de Pando e Beni na Bolívia" (Porto-Gonçalves, 2017e, p. 22).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tica das relações sociedade-natureza na Amazônia; iii) a geo-grafia como verbo — um olhar a partir dos de baixo e das r-existências amazônicas ; iv) as tensões territoriais: o conflito como chave de leitura da Amazônia; v) as lutas pela vida, pela dignidade e pelo território na Amazônia. Essas pistas formam um horizonte renovado de leitura da Amazônia — e, mais amplamente, da geograficidade do social — que amplia nossa imaginação geográfica e política em tempos de crise.

Gesto 1: Combater o eurocentrismo e a invenção colonial da Amazônia

A primeira das lições que podemos aprender com a obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves sobre a Amazônia é a necessidade de rompermos com uma visão de caráter colonial e eurocêntrica que existe sobre a região e que permeia os discursos, as representações e as imagens produzidas pela mídia, pela indústria cultural, pelo Estado, mas também em grande parte pelo pensamento acadêmico. Pensar a Amazônia começa pelo gesto de problematização da *colonialidade do saber* (Lander, 2005). Isso implica travar uma luta contra aquilo que Almeida (2008) chamou de *arquivo colonial sobre Amazônia.* Esse arquivo é um conjunto de imagens de pensamento, de esquemas cognitivos, de formas de problematização que desenham a Amazônia sempre como região periférica, como fronteira, como região atrasada, vista apenas como natureza ou reserva de recursos.

A desestabilização dessas imagens, desses esquemas cognitivos é o primeiro gesto epistemológico que a obra de Porto-Gonçalves nos ensina. Superar esse bloqueio cognitivo, esse obstáculo epistemológico e político, continua sendo uma tarefa essencial para quem se propõe a pensar a Amazônia criticamente em sua complexidade. Para descolonizar, é preciso interromper as imagens de pensamento que bloqueiam nossa imaginação e nossa capacidade de pensar para além da tradição eurocêntrica, desconstruir as formas convencionais de perguntar sobre a realidade amazônica, problematizar os sistemas de categorias e conceitos que nos aprisionam em uma via única de acesso à realidade. O exercício de descolonização é, em primeiro lugar, um exercício de interrupção. Assim, antes de construir novas ferramentas conceituais, novas linguagens sobre Amazônia, é preciso *interromper o arquivo colonial*, é preciso uma certa *desobediência epistêmica*

CONSEQUÊNCIA EDITORA

(Mignolo, 2008) para mudar os termos do debate naturalizado.

Esse é o exercício a que autor se propõe. Começa os seus trabalhos sobre a região, de maneira sistemática, na luta contra essas imagens simplificadoras realizando esse gesto de desconstrução e interrupção. No livro *Amazônia, Amazônias*, o autor nos fala da *invenção colonial da Amazônia*, da produção de um imaginário moderno colonial repleto de um repertório de imagens coloniais tais como: "a Amazônia como natureza imaginária", "a Amazônia como região periférica e atrasada", "a Amazônia como questão nacional", "a Amazônia como vazio demográfico", "a Amazônia como reserva de recursos", "a Amazônia como reserva ecológica do planeta" (Porto-Gonçalves, 2001a).

Nessas imagens, a diversidade cultural e territorial dos povos e comunidades da Amazônia, com suas identidades e saberes, é ignorada e invisibilizada. Como a região é vista como natureza, sua diversidade é vista apenas como biodiversidade, sendo conhecida e reconhecida unicamente como um conjunto de ecossistemas e como fonte de recursos naturais. Essas, sem dúvida, são as representações mais comuns sobre o espaço amazônico e se personificam em expressões tais como: "espaço vazio", "vazio demográfico", "terras sem homens", entre outras.

Essas construções reforçam a não-existência política e discursiva dos povos e comunidades em sua diversidade. Das drogas do sertão à biodiversidade, da colonização à globalização, a Amazônia é vista apenas como natureza (recurso). Essa visão desconsidera os processos históricos de territorialização dos diferentes grupos na sua sociodiversidade, negligenciando a diversidade territorial na sua dimensão humana e histórica, produzindo a não-existência e a invisibilidade dos povos e comunidades geo-historicamente comunalizados na região. Esse olhar produz a supressão, o silenciamento e, desse modo, produz uma geografia das ausências e uma história de silêncios.

Para além do silêncio e do apagamento, da produção da não-existência, o arquivo colonial traz a presença dos povos e comunidades a partir dos estereótipos racistas e coloniais marcados por preconceitos e estigmas sociais e culturais que têm como referência um imaginário e uma ideologia do progresso que se expressa pelas ideias de desenvolvimento, crescimento econômico, modernização e globalização, entre outras, que compõem a cosmovisão da modernidade ocidental.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Nesse imaginário moderno colonial, os lugares, os povos e as comunidades são tratados como se estivessem numa fila histórica que vai do estágio dos mais "selvagens" até os mais "civilizados", dos mais "atrasados" aos mais "avançados", dos mais "subdesenvolvidos" aos mais "desenvolvidos". Nessa forma de conceber e classificar as experiências sociais, os lugares, os povos e as comunidades geo-historicamente comunalizados são classificados como "atrasados" e "improdutivos", em detrimento dos tempos e espaços que são "modernos", "avançados" e "produtivos". Essa visão colonial caracteriza as expressões culturais dos povos e comunidades amazônicas como "tradicionais" ou "não modernas", como estando em processo de transição em direção à modernidade, negando-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou de cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade (Lander, 2005). Nessa leitura, a Amazônia é vista como "região periférica atrasada", "região de fronteira" e como "espaço não plenamente estruturado".

Problematizar, desestabilizar, ultrapassar essas imagens de pensamento, essas molduras, produzidas por enquadramentos cognitivos de caráter colonial e racista que produzem a não-existência ou existência estereotipada, é um gesto epistemológico, ético e político do trabalho de Carlos Walter Porto-Gonçalves para a construção de um pensamento crítico sobre Amazônia que considere a diversidade e a complexidade territorial, ambiental e cultural da região.

Gesto 2: Aprender com os horizontes amazônicos - a Amazônia como centro do mundo

Diante de um cenário de mudanças climáticas globais, pandemia, guerras, aumento brutal das desigualdades etc., Carlos Walter Porto-Gonçalves afirmava, de maneira recorrente, que estamos experimentando um caos sistêmico (Arrighi,1996), uma crise do padrão de poder e de saber que alicerça o sistema mundo moderno-colonial, estaríamos diante de uma *encruzilhada civilizatória* (Porto-Gonçalves, 2017). Diante desse quadro, é muito difícil se localizar, se situar e se posicionar no mundo contemporâneo. Isso porque não temos sistemas explicativos que sejam capazes de explicar coerentemente o que nós estamos vivendo, vez que as nossas bússolas políticas e

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ideológicas estão descalibradas e os nossos mapas cognitivos e epistêmicos rasurados. Estamos sem referências e coordenadas seguras, temos apenas um mapa incompleto com pistas e sinais precários que chegam das *margens e das periferias do sistema* apontando para *outros horizontes de sentidos* para onde devemos lançar o nosso olhar e nossa escuta.

Diante dessa crise de referências teóricas e políticas, cabe perguntar: de onde nós temos pensado o mundo e o Brasil? Quais são os territórios, os sujeitos, as lutas, os corpos, os saberes e as memórias que têm sido as referências para pensarmos em caminhos e horizontes? Quais realidades e experiências são o solo a partir do qual edificamos nossos repertórios cognitivo e político para enfrentarmos essa crise civilizatória?

No Brasil, temos um pensamento marcado pelo eurocentrismo e pela colonialidade do saber. Tomamos, quase sempre, as mesmas realidades e experiências como referências ou paradigmas para pensarmos o país: os bairros de elite e de classe média das metrópoles do sudeste, realidade a partir da qual construímos nossas ferramentas teóricas e políticas. Esse é um olhar e um pensar viciado. É preciso sair dos centros convencionais para as margens e para as periferias, fazer um deslocamento geográfico, mas também cognitivo, para reorientar nossas bússolas políticas e nossos mapas epistêmicos. Na atual geopolítica do conhecimento, as vozes dos centros, por mais que murmurem, têm uma força estridente no debate acadêmico e político nacional, outras precisam gritar desesperadamente para serem escutadas. É preciso mudar as referências para pensarmos o Brasil, romper com a geopolítica do conhecimento e o colonialismo interno (Casanova, 2006), mudar a frequência e a amplitude da nossa escuta, para começarmos a escutar vozes que não ouvimos até agora.

No livro *Horizontes amazônicos,* que Carlos Walter escreveu em parceria com Bruno Malheiros e Fernando Michelotti (Porto-Gonçalves *et al.*, 2021), os autores fazem uma provocação fundamental: sugerem colocarmos a Amazônia como centro da reflexão para um projeto de país e no enfrentamento da crise civilizatória[5]. Essa ideia de colocar os horizontes amazônicos como centro da reflexão é um deslocamento essencial, visto que a Amazônia, apesar de sua óbvia importância territorial, econômica, ambiental, para o Brasil e o mundo, quase nunca aparece com centralida-

5 Ver tese semelhante em Eliane Brum (2021).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de nos debates políticos e intelectuais sobre projeto de país. Raramente se coloca a região como uma plataforma para se pensar um projeto de futuro; normalmente ela aparece com alguma centralidade no pensamento conservador e militar. Já no pensamento crítico e de esquerda, ainda temos um longo caminho pela frente. Precisamos de muito esforço de descolonização para produzirmos novas referências e enquadramentos cognitivos, éticos e políticos capazes de mudar os sentidos de centralidade no debate intelectual e político brasileiro.

Por isso, a tese que coloca a Amazônia no centro do mundo é tão provocativa, pois isso significa reconhecer que a região tem um caráter geopolítico estratégico em termos de recursos naturais e territoriais, assim como crucial no equilíbrio-desequilíbrio metabólico do planeta, sendo um elemento de grande relevância no processo de mudanças climáticas e ambientais globais. Mas reconhecer a Amazônia como centro do mundo é reconhecer que a região não é rica apenas em recursos naturais, mas também em diversidade cultural e linguística, é reconhecer os povos e as comunidades que habitam e vivem na região há milhares de anos e acumularam uma memória biocultural, saberes e tecnologias ancestrais que são um repertório civilizatório e horizontes de sentidos alternativos diante da encruzilhada civilizatória que estamos vivendo. Desse modo, tomar a Amazônia como centralidade significa considerar seu papel geopolítico, ambiental, mas também seu papel civilizatório, reconhecer os saberes dos povos, das comunidades, dos intelectuais, artistas que produzem sobre e a partir da região e de seus múltiplos territórios.

Esse gesto de abertura, de escuta, um exercício de aprendizagem com os horizontes amazônicos, é uma das maiores contribuições da obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves, pois valorizar as experiências e os saberes dos povos, classes, comunidades ou movimentos em luta é um traço marcante do seu pensamento e práxis. Ele era um intelectual extremamente atento e sensível aos saberes das lutas e das r-existências, valorizava as epistemes, os saberes outros e o diálogo intercultural entre diferentes matrizes de racionalidade. Ele afirmava que não há territórios sem práticas sociais e não existem práticas sociais que não tenham saberes nelas inscritos. Como os saberes inscritos nas práticas e nos territórios nem sempre estão escritos, são pouco vistos, escutados e valorizados pela matriz de racionalidade ocidental-moderno-colonial.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O autor insistia que aprendera muito com esses saberes dos povos, classes, comunidades ou movimentos em luta. Reconhecia que muitas de suas formulações teóricas eram resultado do diálogo, de uma sintonia de escuta desses saberes da luta e da r-existência, produzido pelos seringueiros, indígenas, camponeses, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, especialmente na Amazônia[6]. Por isso, defendia que a produção do conhecimento científico e o pensamento crítico se realizasse em diálogo constante com as experiências de luta e r-existência. Isso o levou, nos últimos anos, a ampliar e aprofundar o debate sobre o diálogo de saberes e o diálogo entre matrizes de racionalidade e toda uma reflexão sobre a descolonização do saber e da ciência (Porto-Gonçalves, 2006b; 2017b).

É da luta dos movimentos indígenas, camponeses, quilombolas e dos mais diversos povos e comunidades geo-historicamente comunalizados na Amazônia que transformaram a luta pelo direito ao território em uma luta por dignidade e uma aposta na vida, sendo aí que a Geografia produzida por Carlos Walter Porto-Gonçalves se inspirou e se nutriu.

Pista 1: A Amazônia como acumulação desigual de tempos

Carlos Walter Porto-Gonçalves tinha, como uma característica marcante de seu trabalho intelectual, uma *forma profana*[7] de dialogar com as ideias e os conceitos de outros autores. Trata-se de uma forma de lidar com as heranças e com as tradições intelectuais de maneira mais livre e problematizadora; de colocar a herança no devir, reativar o seu legado à luz de novos problemas e inquietações do presente e do futuro. Assim, fazer uma *leitura profana* é ser "fielmente infiel" com as heranças, implica fazer uma

6 "É nesse contexto conflitivo que outras geografias vêm sendo engendradas. E desses lugares de r-existência é que tenho retirado grande parte de minha inspiração para esboçar uma teoria social crítica desde a Geografia a partir dos que vêm grafando a terra, geografando" (Porto-Gonçalves 2017e, p. 41).

7 Profanar, como afirma Agamben (2007), significa devolver à esfera humana o que tinha sido sacralizado, o que fora separado dos homens. Profanar é restituir ao uso humano. Nesse sentido, profanar nossas heranças intelectuais significa colocar autores e suas formulações no mundo terreno, colocar suas ideias em circulação no comércio dos homens e das mulheres, tirando-as do olimpo transcendental e devolvendo-as ao campo imanente da vida e da história (Cruz, 2022).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

leitura assinada dos clássicos, dos autores importantes, das tradições e das heranças intelectuais.

É dessa forma, fazendo *uma leitura assinada,* que ele tomou emprestada a ideia do *espaço como acumulação desigual de tempos* de Milton Santos e tornou uma pista analítica central no seu fazer geográfico nas últimas décadas. Milton Santos (1996) pensava as múltiplas temporalidades como resultado das sobreposições das divisões técnicas e territoriais do trabalho, coexistindo tempos de várias épocas, seja nas formas espaciais herdadas (sistema de objetos), seja nas formas de uso e ritmos (sistema de ações), coexistindo e convivendo, assim, várias temporalidades no mesmo espaço, tempos rápidos, tempos lentos etc. Carlos Walter articulava essa ideia do espaço como acumulação desigual de tempos de Milton Santos com a ideia de tempos longos, médios e curtos de Braudel (2013), apontando para uma leitura geo-histórica da geograficidade. Essa perspectiva analítica o autor mobilizou para pensar a Amazônia, instigando-nos a pensar como se articulam, se mesclam e se desencontram as diferentes temporalidades, ritmos, durações na constituição da complexidade do presente e do futuro da região.

Além desses diálogos com Milton Santos e Braudel, Carlos Walter também se inspirava metodologicamente no chamado pensamento descolonial para forjar a sua leitura geo-histórica, pois o autor compartilhava da premissa cara aos pensadores desse movimento intelectual de que o ponto de partida para compreender as nossas sociedades é a nossa experiência histórica de origem colonial e como essa experiência deixou marcas que estão vivas e atuantes no presente. Em cumplicidade com essa premissa, quando olhamos as grandes questões do Brasil e da Amazônia, tais como a desigualdade social, o monopólio da terra, a questão ambiental, a questão indígena, a violência, o autoritarismo, o racismo etc., podemos verificar que são claramente marcas de um passado colonial, uma herança histórica que permanece, *a colonialidade*[8]*,* que nos constitui e de muitas maneiras nos determina.

8 Aníbal Quijano (2005) vai conceituar como colonialidade a herança social, cultural e intelectual da experiência colonial que permaneceu nos países latino-americanos, mesmo após o fim do colonialismo com as independências políticas formais. Trata-se de um passado colonial que tem como fundamento um padrão de poder alicerçado no racismo que estrutura as relações sociais de produção, as relações institucionais, as subjetividades, a produção de conhecimento, as formas de sociabilidade em nossas sociedades etc.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Nesse sentido, se quisermos compreender quem somos nós, precisamos nos interrogar geo-historicamente, pensar na relação de mudanças e permanências, como o passado se modifica, mas também tem graus de permanência, de repetição, de reiteração na produção, organização, significação, governo e uso do território. Essa perspectiva questiona a ideia mais simplista de que a Geografia é uma ciência do presente ou, pelo menos, problematiza essa ideia, pois nos convoca a pensar a densidade e a espessura histórica do presente considerando os tempos de larga duração, ou seja, fazendo uma análise geo-histórica da formação socioespacial ou formação territorial.

A proposta do autor é articular essas pistas com a História Ambiental, em diálogo com a Geologia, a Geomorfologia, a Arqueologia para pensar a formação territorial da região. O autor aponta a existência de diversas camadas de tempos ambientais e sociais que coexistem e habitam o espaço amazônico. Assim, para ele, desvendar a complexidade da Amazônia implica considerarmos os tempos dilatados, tempos de larga duração, tais como o tempo geológico (a formação do anfiteatro amazônico), o tempo geomorfológico (relacionado com a formação da atual floresta amazônica), o tempo arqueológico/antropológico (tempo da formação da diversidade territorial), o tempo do antropoceno (tempo da relação sociedade-natureza), assim como os tempos sociais de larga, média e curta duração (o tempo das tensões de territorialidades) (Porto-Gonçalves, 2015c).

O referido autor vai afirmar que, para pensarmos a região e seus conflitos contemporaneamente, em sua complexidade e densidade, só é possível se pensarmos a formação territorial e ambiental da região e a acumulação desigual de tempos sem a qual não é possível compreender o passado, o presente e o futuro. Essa perspectiva geo-histórica de larga duração é essencial para a descolonização das leituras sobre a Amazônia porque justamente uma das características da visão colonial sobre a região é um tipo de enquadramento cognitivo que parte sempre do processo de ocupação moderno-colonial capitalista, especialmente, dos processos de modernização do território, da intervenção do capital e do Estado por meio das políticas de des-envolvimento e das ações geopolíticas sobre a região a partir da década de 1960 do século XX. Esse é um olhar a partir da ocupação dos de fora, o tempo e a perspectiva do colonizador. Assim, precisamos de outros recortes geo-históricos, de tempos mais dilatados, para conseguir compreender e dialogar com a formação territorial e ambiental na sua so-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cio(bio)diversidade, encontrar os tempos da memória e da ancestralidade dos povos que ocupam a região há milhares de anos.

Essa mirada da história em chave descolonial pensa as heranças coloniais como atuantes no presente. Sugere que, para descolonizarmos o nosso olhar sobre a Amazônia, precisamos pensar os tempos de mais larga duração, caso contrário, sempre começaremos a falar da Amazônia a partir da narrativa histórica da colonização e da modernização. Precisamos deslocar, fraturar a narrativa colonial e, para isso, é necessário adotar outras temporalidades para chegarmos a outras Amazônias. Então, é preciso pensar outros tempos. É preciso pensar o passado, a memória, a história vista de baixo (Thompson, 2001), a história dos vencidos lidas a contrapelo (Benjamin, 1985). Adotar essas premissas metodológicas implica lançar outras formas de problematização das narrativas triunfantes da colonização e da modernização. Superar esse obstáculo epistemológico e político continua sendo uma tarefa essencial para ampliarmos a imaginação geográfica e política para pensarmos a Amazônia em sua complexidade.

Pista 2: A ecologia política da relação sociedade-natureza na Amazônia

No pensamento crítico e na Geografia brasileira, Carlos Walter Porto-Gonçalves teve sua trajetória intelectual e de militância ligada à questão ambiental, às temáticas ambientais lidas pelas lentes da ecologia política. Ocupou-se de temas como as lutas pela terra, água, energia, os conflitos ambientais e territoriais, as lutas por reapropriação social da natureza etc., além de participar do debate mais epistemológico da relação sociedade-natureza, ao problematizar os conceitos de ambiente e de natureza.

O tema ambiental chegou para o autor a partir das lutas sociais por reapropriação social da natureza. Inicialmente, pelas lutas dos pescadores do norte-fluminense (em Campos de Goytacazes), posteriormente, pelas lutas dos seringueiros no Acre pela defesa da floresta em pé e criação das reservas extrativistas e, depois, pelas lutas dos povos dos cerrados no Centro-oeste e Nordeste brasileiro nas lutas pela água e pela agroecologia.

Em sua trajetória, o autor recusou a dicotomia sociedade x natureza, Geografia física x Geografia humana, tão marcantes no campo da Geografia, o que se reflete na sua leitura mais integradora da realidade espacial,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

territorial e ambiental. Ele nunca deixou de considerar a dimensão físico-ecológica ou metabólica da produção social do espaço e da constituição dos territórios e territorialidades. Ele nunca deixou de pensar a materialidade no sentido radical, incluindo a inscrição metabólica das relações sociais. O autor considerou a dimensão físico-ecológica como uma dimensão fundante da materialidade, das lutas e dos conflitos sociais.

Seus livros *Paixão da terra* (1984), *(Des)caminhos do meio ambiente* (1989), *O desafio ambiental* (2006), *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2008) e toda sua pesquisa sobre a Amazônia atestam seu sistemático esforço intelectual e político de refletir sobre o debate ambiental considerando a complexidade do tema.

Sua leitura da questão ambiental é feita pelas lentes da ecologia política. Assim, conceitos como natureza e ambiente são pensados e problematizados a partir das relações sociais de poder, desigualdades e conflitos entre classes, grupos étnico-raciais, gêneros, países e regiões considerando as formas diferenciadas de inserção dos territórios e grupos sociais no modo de produção, consumo e descarte dos recursos naturais, gerando o que o autor chamava de uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos (Porto-Gonçalves, 2008). Para o autor, as formas de apropriação social da natureza e seus benefícios, bem como os impactos, os riscos e as vulnerabilidades ambientais estão atravessados pelas desigualdades, conflitos e lutas sociais.

Na sua leitura da ecologia política se articulam as relações sociais de poder com as dinâmicas físico-ecológicas (os fluxos de matéria e energia), sendo a inscrição metabólica da sociedade atravessada pelas clivagens de poder e desigualdades. Na sua leitura, há uma crítica consistente ao processo capitalista de apropriação social da natureza e as suas consequências. Mas sua crítica vai para além dessa dimensão mais diretamente vinculada ao modo de produção, consumo e descarte capitalista. O autor fazia também uma crítica, de caráter mais filosófico, ao processo civilizatório e à racionalidade ocidental-moderno-colonial e sua *lógica de dominação da natureza*. Sua crítica incluía uma radical problematização das ideias de desenvolvimento, progresso e a crença no desenvolvimento da técnica e tecnologia (desenvolvimento das forças produtivas) como solução para todos os problemas sociais e ambientais (Porto-Gonçalves, 1989, 2008).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza! Portanto, aquilo que o ambientalismo apresentará como desafio é, exatamente, o que o projeto civilizatório, nas suas mais diferentes visões hegemônicas, acredita ser a solução: à ideia de dominação da natureza do mundo moderno-colonial, o ambientalismo coloca-nos diante da questão de que há limites para a dominação da natureza (Porto-Gonçalves, 2008, p. 61).

Essa crítica civilizatória questionava a obsessão pela ideia de crescimento econômico, industrialização e urbanização que atravessa tanto o pensamento conservador quanto o pensamento dito progressista. Isso porque, nessa visão moderno-colonial, ancorada numa racionalidade que prega *a dominação da natureza*, os povos originários, camponeses, quilombolas, povos das florestas e demais comunidades historicamente comunalizadas na Amazônia*, sociedades com a natureza e não contra a natureza,* são vistos como selvagens, inferiores e seus saberes, suas tecnologias ancestrais, sua memória biocultural são desvalorizadas ou invisibilizadas pela lógica capitalista moderno-colonial-utilitarista (Porto-Gonçalves, 2017c).

Diferentemente da crença de que a solução para a questão ambiental está no desenvolvimento das tecnologias moderno-coloniais de dominação, extração e colonização da natureza, o autor apostava nos saberes e nas tecnologias ancestrais de afirmação da vida construídos *na relação com a natureza e não contra a natureza*, um repertório de práticas e saberes acumulados pelos povos originários, camponeses, quilombolas e demais comunidades historicamente comunalizados que vivem da terra, do mar, da floresta, dos mangues, dos vales, montanhas, campos, chapadas, dos lagos, das várzeas etc. que têm muito a nos ensinar na maneira de bem viver e habitar esse planeta.

> E trata-se de um patrimônio de conhecimentos construídos em grande parte numa relação com e não contra natureza, o que abre perspectivas de diálogo, sobretudo num momento onde o acervo de conhecimento científico e tecnológico produzido sob o primado da dominação da natureza está sendo colocado em questão, como no caso das mudanças climáticas, da perda de solos, da erosão genética. Esse rico e diversificado patrimônio

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> de conhecimentos dos povos originários, dos camponeses e dos cimarrones/quilombolas nos convida a um diálogo com o conhecimento científico convencional. Aqui, mais uma vez, é preciso superar a colonialidade do saber e do poder que ao ver o outro, o diferente, como inferior, deixou como uma das suas piores heranças o "desperdício de experiência humana" (Porto-Gonçalves, 2012, p. 31).

Para Carlos Walter, as lutas desses povos e comunidades na Amazônia em defesa dos rios, das florestas, da terra, das riquezas minerais etc. constituem uma luta em defesa da vida, que tensiona e politiza os processos e os sentidos de apropriação social da natureza. A questão ambiental aponta que não nos parece haver horizonte de futuro sem debatermos como garantiremos as condições materiais de reprodução da vida. Essas lutas é que tensionam nossa atual crise civilizatória, fazem-nos repensar os processos de produção e consumo e os limites da natureza. Suas agendas, portanto, ultrapassam suas particularidades e, nelas, outros horizontes de sentidos se constroem como uma aposta na vida.

Sua leitura da Ecologia Política da questão ambiental na Amazônia implica articular três registros : 1) uma crítica ao modo de produção/consumo/descarte capitalista produtor de desigualdades ambientais; 2) uma crítica vinculada à dimensão civilizatória e à racionalidade moderno-colonial que está ancorada na *ideia de dominação da natureza* e, 3) por último, um aprendizado com os saberes, as tecnologias e as memórias bioculturais dos povos e comunidades que ancestralmente se constituíram como *sociedades com a natureza e não contra a natureza* (Porto-Gonçalves, 2017c; 2019).

Pista 3: Geo-grafias como verbo: um olhar desde os de baixo e das r-existências amazônicas

A Geografia como disciplina tem uma história vinculada ao Estado e aos poderes coloniais e capitalistas. O trabalho dos geógrafos, historicamente, esteve ligado aos processos geopolíticos de exploração, dominação, guerras e conquistas. O saber geográfico sempre foi um saber estratégico: pensar, organizar, planejar, dominar, governar o espaço sempre foi uma ferramenta, um instrumento e prerrogativa dos grupos dominantes (Lacoste, 1988; Por-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

to-Gonçalves, 2002a). Essa íntima história do saber geográfico com o Estado e os grupos dominantes forjou uma episteme, um saber produzido a partir de "um olhar de cima e de longe", uma "leitura de sobrevoo" ou de uma "visão de sobrevoo" *sobre* os espaços, territórios, paisagens e lugares (Souza, 2007)[9]. Carlos Walter Porto-Gonçalves, a partir de sua pesquisa de doutorado com os seringueiros no Acre[10], problematizou essa tradição e insistiu que a tarefa da construção de uma geo-grafia crítica deveria começar pelo deslocamento do seu lugar de enunciação do Estado e dos grupos dominantes para ser uma ciência que deveria ser pensada e construída a partir e com os *de baixo*[11], com suas lutas, saberes e territórios, uma geografia desde os grupos subalternizados ou, nas palavras do autor, uma *geografia desde os de baixo*, uma *geografia das r-existências* (Porto-Gonçalves, 2003b; 2016).

> Por meio dessa experiência, foi possível vislumbrar um novo sentido para a Geografia. Afinal, o que os seringueiros estavam fazendo era grafar a terra, marcar a terra, dando um outro sentido à terra, enfim, estavam geografando. Percebi, então, que a Geografia não é um substantivo, simplesmente. Que geografia pode significar, também, o ato de marcar a terra, enfim, ser um verbo, uma ação. Entrevi, então, que havia uma possibilidade teórica de fazer Geografia a partir daqueles segmentos da sociedade que se organizam para lutar por direitos. Senti que era possível uma Geografia que não fosse

9 "Tradicionalmente, as profissões espaciais, a começar pela Geografia, procedem a uma espécie de 'visão de sobrevoo' e nitidamente a privilegiam enxergando e analisando as sociedades e seus espaços quase sempre 'do alto' e 'de longe', como que em uma perspectiva de 'voo de pássaro' ou, no caso de fenômenos representáveis, por meio de escalas cartográficas muito pequenas (de planisfério, por exemplo), como um distanciamento ainda maior. Essa perspectiva é, de certa forma, aquela do olhar do Estado, ou do olhar que é próprio do Estado (e basta conhecer a história da disciplina para compreender que decerto isso não é mera coincidência); considerar os homens e os grupos 'de longe', sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu quotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos da libertação. É desse ângulo que se pode dizer que muitos pesquisadores têm negligenciado (ou banalizado) aspectos importantes do estudo dos produtores do espaço, mesmo no caso em que abraçam uma perspectiva de crítica social (anticapitalista e de oposição ao Estado capitalista)" (Souza, 2007, p. 103-104).
10 Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)" (sua tese de doutorado publicada em 2003);
11 Inspirado no historiador E. P. Thompson que formulou a proposta de uma "história vista de baixo".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> necessariamente "funcionária do rei". E que movimento social é, rigorosamente, a recusa de um lugar socialmente posto e, assim, a busca de uma nova organização do espaço, de uma nova ordem material-simbólica, de um novo magma de significações (Porto-Gonçalves, 2003b, p. 54).

Para pensar essa *geografia desde os de baixo,* uma *geografia das r-existências,* Carlos Walter Porto-Gonçalves propõe um outro deslocamento: pensar a geo-grafia não como substantivo, mas sim como verbo. É desse modo que podemos falar, na sua leitura, de geo-grafias, em que os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos, grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade.

A geo-grafia que o referido autor produziu foi uma geo-grafia da ação, das práticas socioespaciais, dos sujeitos. Por isso, podemos afirmar que ele foi um geógrafo, um pensador dos povos, das comunidades e dos movimentos sociais na luta pela afirmação de seus territórios e suas territorialidades na Amazônia, ou seja, uma *geografia das r-existências territoriais.* Mas o que significa fazer uma *geografia das r-existências territoriais*? Significa pensar que os povos, as comunidades, as classes e os movimentos sociais, quando lutam pelo direito aos seus territórios, não lutam somente para resistir contra os que os exploram, dominam, oprimem e estigmatizam, mas também lutam por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de conhecer, sentir, agir e pensar (Porto-Gonçalves, 2001a). A geo-grafia das r-existências de Carlos Walter Porto-Gonçalves é afirmativa da diversidade ontológica, epistêmica e das formas e modos de vidas amazônicas.

O estilo de pensamento crítico de Carlos Walter era marcado não só pela prática da denúncia, mas também por gestos de anúncios, para usar uma feliz expressão de Paulo Freire (2000). A partir de uma inspiração no pensamento de Cornelius Castoriadis (1982), sua obra é marcada por não só pensar os sujeitos, os processos e as práticas sociais que estão já instituídos e institucionalizados, mas privilegiar os processos, os sujeitos e as práticas instituintes. Ele insistia em suas reflexões para entendermos a geograficidade do social em sua historicidade. Mas pensar a historicidade não é só considerar a memória e a história como passado, mas também pensar como se instituem as práticas que inauguram, no presente, o futuro, germinado pelas experiências dos sujeitos e processos instituintes (Porto-Gonçalves, 2002a; 2006c).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Então, pensar, historicamente, a geograficidade do social é pensar o presente denso de historicidade, mas também aberto às possibilidades de futuro, a história e o espaço como criação aberta pela força das lutas dos de baixo. Carlos Walter Porto-Gonçalves estava, o tempo todo, atento a como nascia um novo, como se inscrevia, na realidade difícil de exploração, dominação e opressão, a potência de vida dos grupos subalternizados, valorizando processos instituintes de territórios e contra espaços de r-existência, utopia, emancipação e autodeterminação.

Pista 4: As tensões territoriais: o conflito como chave de leitura da Amazônia

Outra ideia-chave nos trabalhos de Carlos Walter Porto-Gonçalvez é o papel do antagonismo, do conflito e da conflitividade no entendimento da geograficidade do social e suas dinâmicas espaciais, ambientais e territoriais. Para o autor, precisamos pensar a geograficidade do social não a partir da ordem e dos ordenamentos, que é a tradição epistêmica e política da geografia como uma ciência conservadora, uma ciência que produziu seu saber, seu discurso a partir do lócus de enunciação do Estado e dos grupos dominantes. O discurso geográfico se estruturou por uma gramática do desejo de ordem, uma certa obsessão com o tema da organização do espaço, do planejamento e da gestão territorial, ambiental, urbana etc.

Mas, segundo o autor, fazer uma geografia crítica exige pensar em outro registro, a partir de uma outra gramática, de outro ângulo de problematização: pensar a geograficidade a partir das instabilidades, dos antagonismos, dos conflitos, da conflitividade, dos des-ordenamentos, ou melhor dizendo, da tensão dialética entre ordem-desordem.

O autor insistiu muito nos seus trabalhos sobre a Amazônia na tese de que o conflito é uma chave privilegiada de compreensão política e epistêmica para pensar a geograficidade. Assim, sua insistência era uma aposta teórica, metodológica e empírica (Porto-Gonçalves, 2003). Nas palavras do autor a centralidade da ideia de conflito em leitura da geograficidade:

> Começo a vislumbrar um possível caminho teórico onde vejo que as lutas sociais e os conflitos são momentos/lugares privilegiados do ponto de vis-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> ta epistemológico. Afinal, num conflito determinado existem, pelo menos, duas visões de um determinado problema que está sendo posto como questão por aqueles e aquelas diretamente interessados/as. Assim, a contradição deixa de ser uma lógica (dialética?) abstrata e passa a ser entendida como contradição em estado prático e, desse modo, aberta às vicissitudes históricas e geográficas por meio das quais os grupos/classes sociais se forjam (Porto-Gonçalves, 2017e, p. 16).
>
> Como indicamos, os conflitos ampliam o conhecimento da sociedade sobre seus problemas, basta que ouçamos as várias vozes que a partir deles se expressam. Vários conflitos recentes vivenciados pelas populações amazônicas ampliaram o conhecimento da sociedade como um todo sobre o destino desse enorme patrimônio que, cada vez mais, se vê como um patrimônio não só ecológico, mas também cultural e, ainda, por que não dizer, um patrimônio teórico-político pelas questões que os grupos/classes sociais que ali tradicionalmente vivem levantam e nos interpelam (Porto-Gonçalves, 2017c, p. 77).

Nos últimos 20 anos, ele realizou, com o apoio inestimável de investigadores de seu grupo de pesquisa, o LEMTO, um sistemático acompanhamento dos dados sobre os conflitos no campo brasileiro por meio de um trabalho em conjunto com a Pastoral da Terra-CPT, o que resultou em uma série de sistematizações e interpretações inovadoras sobre o debate da questão agrária, tentando identificar e cartografar tendências e padrões estruturais e conjunturais de conflitividade, oferecendo pistas para uma interpretação sobre a atual complexificação da questão agrária brasileira, com especial destaque na dinâmica dos conflitos na Amazônia (Porto-Gonçalves, 2006a; Porto-Gonçalves; Alentejano, 2010; Porto-Gonçalves; Cuin, 2014; Porto-Gonçalves; Leão, 2020).

Em seus textos, ele abordava não só a noção de conflitos agrários no sentido clássico, mas também de conflitos ambientais, conflitos territoriais, o que ele denominava de tensão de territorialidades. O conflito está no centro de sua leitura territorial da sociedade, pois é no conflito que se revelam *os diferentes sentidos de território*. Tais sentidos são as diferentes matrizes de racionalidades (horizontes ontológicos, epistêmicos, ético-políticos), materializadas em diferentes formas de governo, em diferentes práticas espaciais de uso-significação do território, as quais são muitas vezes incompatíveis

CONSEQUÊNCIA EDITORA

e incomensuráveis, uma vez que a forma de dominação, controle e uso do território por um agente pode implicar a impossibilidade da vida de outros (Cruz, 2020).

Os conflitos ou as tensões de territorialidades retratados em suas pesquisas eram uma tensão entre as geo-grafias do des-envolvimento e as geo-grafias comunitárias na Amazônia. Para o autor, podemos falar de uma geo-grafia do des-envolvimento em que os diferentes agentes capitalistas inscrevem lógicas territoriais, práticas e usos que re-significam o espaço tirando o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com o seu território; subvertendo o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens e mulheres entre si e destes com a natureza Trata-se não só de separar homens e mulheres da natureza, como também separá-los entre si, individualizando-os. Des-envolver é envolver cada um (os desterritorializados) em uma nova configuração societária, a capitalista, por meio de técnicas e dispositivos sociais e políticos empregados para promover esse des-envolvimento, tais como os novos cercamentos das terras e dos recursos naturais, ou melhor, a privatização das terras e dos recursos (Porto-Gonçalves, 2008).

A territorialização do capital na Amazônia por meio dos grandes projetos de des-envolvimento do agronegócio, os projetos mineiro-metalúrgicos, petroquímicos, as grandes usinas hidrelétricas, as estradas, os portos, as hidrovias, as ferrovias etc., todos são dispositivos territoriais capazes de suspender, em termos políticos, jurídicos e normativos, toda a complexidade e a diversidade territorial dos espaços nos quais se instalam. Na Amazônia o capital expande seu domínio territorial sobre espaços que não estavam até hoje plenamente incorporados aos circuitos da acumulação global. Esses verdadeiros "fundos territoriais" (Moraes, 2011) se transformam em novas fronteiras nas quais a acumulação se realiza por dispositivos e mecanismos de espoliação, o que significa, entre outras coisas, um violento processo de apropriação e expropriação de recursos naturais, terras e territórios (Harvey, 2013). Ao se constituírem pelos signos da modernidade capitalista, expressam, em intensidade, concentração e centralização de capital, os modos mais violentos de expansão de relações capitalistas. Assim, para se realizarem, esses projetos solapam as condições de realização de outras geo-grafias de povos, grupos e comunidades.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Esses projetos provocam processos de grandes rupturas e fraturas metabólicas que afetam paisagens, ecossistemas e toda a dinâmica geo-bio-física das áreas onde são implantados, promovendo mudanças e reestruturação socioespacial e ambiental na escala local e até regional, provocando desequilíbrios que destroem as condições materiais de reprodução da vida (Barcelos, 2018; Porto-Gonçalves, 2017a).

> Enfim, sobretudo a partir da década de 1960, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios-várzea-floresta e do "máximo controle de pisos ecológicos" do mundo andino-amazônico se vê subordinado por outro padrão que passa a se organizar em torno das estradas-terra firme, explorando seu solo e seu subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da piscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos (Porto-Gonçalves, 2017c, p. 35).
>
> O conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação. No conflito, pelo menos duas visões sobre um determinado problema se oferecem. Na Amazônia não é diferente: os grupos/ classes sociais em luta com/contra o padrão sociogeográfico de poder atual, voraz no consumo de energia, água e solo/subsolo está destruindo as bases de outro padrão sociogeográfico que tirava seu dinamismo da produtividade biológica primária – solo – fotossíntese/ floresta/água (Porto-Gonçalves, 2017c, p. 77).

Os conflitos ambientais/territoriais na Amazônia são resultantes do encontro entre territórios corporativos e territórios comunitários. São, portanto, resultantes da tensão de territorialidades, com diferentes sentidos ontológicos de território, diferentes lógicas de apropriação, controle, uso e significação existencial do espaço. De um lado, a lógica espoliativa, os regimes de expropriação e sua gramática de violência e, de outro, a afirmação da terra e dos recursos como expressão do comum, como território de vida (Cruz, 2023; Porto-Gonçalves, 2017a).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Pista 5: Lutas pela vida, pela dignidade e pelo território na Amazônia

Como afirmamos anteriormente, Carlos Walter Porto-Gonçalves estava, o tempo todo, atento a como nascia um novo, como se inscrevia, na realidade, a potência de vida dos grupos subalternizados, valorizando os processos e as práticas instituintes, a história e o espaço como criação aberta pela força das lutas dos de baixo que reinventam seus territórios num gesto de r-existência e autodeterminação.

Na busca de uma genealogia pela reinvenção dos territórios numa perspectiva dos subalternizados, o autor identificava como um momento constitutivo o final da década de 1980, quando, segundo ele, são identificadas sensíveis mudanças na dinâmica política dos conflitos sociais do mundo rural da América Latina/Abya Yala/Quilombola, sobretudo pela emergência de uma diversidade de "novas" vozes, de "novos" sujeitos políticos, protagonistas que emergem na cena pública e nas arenas políticas.

Nesse período, começam a ganhar força e objetivação, em forma de movimentos sociais, as reivindicações de uma diversidade de agentes e forças sociais, historicamente marginalizados e invisibilizados, que se tornam protagonistas na luta por direitos e justiça em todo o continente. Muitos desses "novos" personagens, agora protagonistas, eram tidos como forças sociais que pertenciam ao passado e que, inevitavelmente, seriam incorporados ou, simplesmente, desapareceriam no processo de modernização capitalista. Contrariando esse diagnóstico, camponeses, indígenas, afrodescendentes, povos e comunidades geo-historicamente comunalizados, longe de serem personagens anacrônicos, tornam-se protagonistas da reinvenção dos territórios e da invenção de outros possíveis futuros.

Nesse sentido, os movimentos indígenas ganham força em países como a Bolívia, Equador, México, Chile, Brasil; as comunidades afrodescendentes, também historicamente invisibilizadas, ganham força e expressão no Brasil, na Colômbia, no Equador; o movimento camponês reinventa-se com as lutas da Via Campesina e, no Brasil, ganha grande destaque a ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Esses novos/velhos protagonistas emergem no espaço público e inauguram novas agendas e bandeiras de lutas. A Marcha pela Dignidade e pelo Território, organizada pelo movimento indígena boliviano, em 1990, representa um dos marcos desse processo. No mesmo ano, no Equador, o movimento indígena equatoriano

CONSEQUÊNCIA EDITORA

também organiza uma marcha com o mesmo título. Quatro anos depois, em janeiro de 1994, o mundo assiste, atônito, ao levante zapatista em Chiapas, no México, um movimento que trazia, também, como prioridade na sua agenda de luta, o direito à dignidade, à autonomia e ao território.

Segundo Porto-Gonçalves (2001c), no caso brasileiro, especialmente na Amazônia, a partir de então, começa a se esboçar uma nova "geo-grafia" que aponta para um processo de emergência de diversos movimentos sociais (indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc.), que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como elemento de r-existência.

Esses movimentos apontam para um processo de politização da própria cultura e de modos de vida "tradicionais", ou seja, para um processo de politização dos "costumes em comum"[12], valorizando a memória, a ancestralidade e os saberes tradicionais na construção das identidades socioculturais e sociopolíticas, afirmando um duplo processo que, ao mesmo tempo, direciona-as para o passado, buscando, nas tradições e na memória, sua força e, sinalizando para o futuro, vislumbram projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política.

Nesse novo contexto, emerge a construção de 'novas' identidades coletivas surgidas de velhas condições sociais e étnicas, como é o caso das populações indígenas e negras, ou remetendo-se a uma determinada relação com a natureza (seringueiro, castanheiro, pescador, mulher quebradeira de coco) ou, ainda, expressando uma condição derivada da própria ação dos chamados "grandes projetos" de modernização implantados na região, como estradas, hidrelétricas, projetos de mineração, entre outros ("atingido", "assentado", "deslocado"). Trata-se de um processo de ressignificação política e cultural que esses grupos sociais vêm fazendo da sua experiência

12 Expressão usada por Thompsom (1998) para se referir à emergência de uma consciência política e de uma cultura plebeia rebelde que buscava, nos costumes e na tradição, a legitimidade das suas lutas para a afirmação de determinadas formas de direitos consuetudinários e da economia moral em oposição à economia capitalista e do direito liberal. Os camponeses resistem, em nome do costume, às racionalizações econômicas e inovações (como o cercamento de terras comuns, a disciplina no trabalho e os mercados 'livres' não regulados de grãos) que governantes, comerciantes ou patrões buscavam impor. Trata-se de atribuir um conteúdo emancipatório para as culturas tradicionais normalmente vistas como sinônimas de conservadorismo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cultural e da sua forma de organização política. Nesse contexto, as comunidades tradicionais organizam-se, ganhando visibilidade e protagonismo, constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais.

Nessas lutas, o território tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político. Essa categoria é uma espécie de catalisador das energias emancipatórias na luta por direitos e justiça. O direito ao território é uma espécie de condensador de outras formas de direitos, o direito à habitação, à produção, à terra, à água, aos recursos naturais, à soberania alimentar e hídrica, à afirmação dos modos de vida, das identidades, memórias, ancestralidades, dos sentidos ontológicos de ser e existir. O território é sustentação de um projeto de autodeterminação e autonomia do bem viver dos povos e comunidades (Cruz, 2013).

> A Luta pelo Território –Essa consigna retira o caráter substantivo desse conceito, até recentemente visto como base natural do Estado. Até então, o território estava naturalizado. Com a consigna "luta pela vida, pela dignidade e pelo território" o conceito de território é desnaturalizado. Ao ressignificarem o conceito de território, resolvem a velha demanda campesina por terra e, ao mesmo tempo, a demanda pelo reconhecimento étnico-cultural, onde muitos desses movimentos querem ser reconhecidos como povos, nacionalidades (Equador) ou comunidades (Bolívia). Enfim, Território é igual a Terra + Cultura através das relações de poder. O conceito de território é, assim, deslocado do seu sentido jurídico-político consagrado como "base do estado" e passa a ser disputado por diferentes segmentos da sociedade que portam diferentes sentidos para estar na terra, indicando que não há território sem territorialidade e, assim, desnaturalizam esse debate chamando a atenção para o processo de apropriação do espaço geográfico-processo de territorialização (Porto-Gonçalves, 2017d, p. 27).

Quando tais grupos reivindicam o direito aos seus territórios, estão reivindicando uma autonomia material e simbólica. O direito a um território próprio significa o direito às formas próprias de produzir materialmente sua existência e, também, a valorização e o respeito às suas peculiares formas de dar sentido ao mundo a partir de uma memória, de uma linguagem,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de um imaginário, de formas de saberes que constituem sua existência, sua cultura e cosmologia. O território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória, da ancestralidade e dos saberes acumulados ao longo do tempo.

Considerações finais

Carlos Walter Porto-Gonçalves construiu uma trajetória intelectual marcada por um pensamento crítico singular, profundamente implicado com a vida, com os territórios e com as lutas sociais. Sua obra não se inscreve nos moldes tradicionais de um sistema filosófico ou de uma teoria acabada. Pelo contrário, ela se constitui como um gesto contínuo de pensamento em movimento, em diálogo permanente com a experiência e com o mundo. Nesse sentido, sua prática intelectual aproxima-se daquilo que Stuart Hall (2003) denominou "pensamento sem garantias": um exercício crítico desprovido de amarras dogmáticas, que recusa o conforto de pressupostos metodológicos, epistemológicos ou ideológicos prévios.

Trata-se de um pensar e combater na imanência (Deleuze) ou, para usar uma imagem cara à Hannah Arendt (2023), um pensamento que caminha sem corrimão. Carlos Walter não buscava apoio em teorias universalizantes tampouco pretendia oferecer uma explicação totalizante do mundo. Sua aposta estava em escutar os sinais da vida, acolher as experiências instituintes e dialogar com os saberes forjados nos conflitos e nas r-existências amazônicas. Seu pensamento, assim, emergia da vida em sua potência concreta, alimentando-se das lutas de grupos, comunidades, povos e movimentos que, nas margens e fissuras da ordem dominante, afirmam outros modos de existir.

Essa recusa a métodos rígidos e sistemas fechados não deve ser confundida com ausência de rigor. Antes, revela uma forma alternativa de comprometimento com a crítica. Ao invés de propor um modelo teórico a ser aplicado à realidade, Carlos Walter produzia conceitos que nasciam do diálogo direto com os territórios, com os conflitos e com as contradições da vida concreta. Sua elaboração teórico-conceitual não se antecipava ao mundo amazônico, mas se deixava afetar e transformar por ele. Pensava-se com o mundo amazônico, não sobre ele.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

É por isso que sua contribuição não pode ser medida pelos critérios convencionais de sistematicidade. Carlos Walter foi, muitas vezes, acusado de não possuir um pensamento suficientemente estruturado. Contudo, essa suposta fragilidade revela-se, com o tempo, como uma escolha política e epistêmica: sua recusa a fechar o mundo em um arcabouço teórico é, na verdade, uma forma de mantê-lo aberto às suas múltiplas possibilidades. Sua obra nos oferece, assim, uma pedagogia da escuta e do inacabamento, convocando-nos a pensar a partir da vida e com ela.

Em tempos em que os desafios da crítica parecem exigir, mais do que nunca, imaginação política e sensibilidade ética, a obra de Carlos Walter é uma fonte fecunda de inspiração. Talvez a tarefa mais essencial do pensamento crítico contemporâneo seja, justamente, imaginar futuros. Mas imaginar futuros não como projeções idealizadas a partir de teorias abstratas e, sim, como construções enraizadas na imanência da vida vivida. Carlos Walter nos ensinou que é possível pensar com radicalidade e comprometimento sem renunciar à complexidade. Seu legado, marcado por uma atenção aguda ao presente e uma abertura generosa ao porvir, permanece como um convite a exercermos uma crítica viva, situada e sensível — uma crítica que, ao invés de pretender encerrar o mundo, propõe-se a abri-lo.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. (2008) *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas.

ARENDT, H. (2021) *Pensar sem corrimão: compreender* 1953-1975. Trad. Br.: B. Andreiuolo *et al* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

ARRIGHI, G. (1996) *O longo século XX*. São Paulo: UNESP.

BARCELOS, E. S. (2018) *Geografia e Grandes Projetos*: *ecologia, política e economia no capitalismo de fronteira*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói/RJ: POSGEO/UFF.

BENJAMIN, W. (1985) *Magia e técnica, arte e política*: *ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Trad. S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense. Obras escolhidas. Vol. 1.

BRAUDEL, F. (2013) História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história.* Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

BRUM, E. (2021) *Banzeiro òkòtó: Uma Viagem à Amazônia Centro do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

CAZANOVA, P. G. (2006) Colonialismo interno [una redefinición]. En: Atilio A. Boron, Javier Amadeo y Sabrina González (comps.). *La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

CASTORIADIS, Cornelius. (1982). *A instituição imaginária da sociedade.* 5. ed. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CORRÊA, D. S. (2021). Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, e3610505. https://doi.org/10.1590/3610505/2020

CRUZ, V. C. (2013) Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografia social, terra e território***.** 1ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 1, p. 119-176.

CRUZ, V. C. (2017) Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de (Orgs.). *Geografia e Giro Descolonial*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 15-36.

CRUZ, V. C. (2020) Da produção do espaço ao governo do espaço: deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. In: LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. (Orgs.). *Geografias, reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos.* 1ed. São Paulo: Max Limonad, v. 1, p. 143-169.8.

CRUZ, V. C. (2022) Profanação como gesto de desobediência epistêmica e descolonização na pesquisa em geografia. In: GOETTERT, J. D.; MOTA, J. G. B.; NUNES, F. G.; IORIS, A. A. R. (Orgs.). *Geografiando afetos*: *escritos, imagens, intensidades* [livro eletrônico]. 1ed.Porto Alegre: TotalBooks v. 1, p. 362-373.

CRUZ, V. C. (2023) Geografia do des-envolvimento na Amazônia: entre o governo bionecropolítico do território e as gramáticas de lutas e r-existências territoriais. In: BRINGEL, Fabiano de Oliveira; MACEDO, C. de O.; AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. (Orgs.). *As geografias agrárias a partir da panamazônia***:** *lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil*. 1ed. Ananindeua -PA: Editora Cabana, 2023, v. 1, p. 25-55.

CUIN, D. P.; PORTO-GONÇALVES, C. W. (2014) Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. *Conflitos no Campo Brasil -CPT*, v. 1, p. 18-26.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

DELEUZE, G. (2007) *Conversações.* Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (2010) *O que é a Filosofia?* 3.ed. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34.

FREIRE, P. (2020) *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

HALL, Stuart. (2003) *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HARVEY, D. (2005) *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.

LACOSTE, Y. (1988) *A Geografia isso serve, em primeiro lugar para fazer guerra*. Tradução Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus.

LANDER, E. (2005) Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntrico. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO.

MALHEIRO, B. C.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTI, F. (2021) *Horizontes Amazônicos***:** *para repensar o Brasil e o mundo.* 1ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1. 300p.

MIGNOLO, W. D. (2008) Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324.

MORAES, A. C. R. (2013) *Geografia Histórica do Brasil:* Capitalismo, território e periferia, São Paulo: Ed. Annablume.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (1984) *Paixão da Terra***:** ensaios críticos de Ecologia e Geografia. 1ed. Rio de Janeiro: Socii.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (1989) *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente.* São Paulo: Contexto.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (1999) A Territorialidade Seringueira. *GEOGRAPHIA* (UFF), v. 2, p. 67.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001a) *Amazônia, Amazônias***.** São Paulo: Contexto.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001b) *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad.* México, D.F: Siglo XXI.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2002a) Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). *La guerra infinita***:** *hegemonía y terror mundial.* Buenos Aires: Clacso.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2002b) O Latifúndio Genético e a R-Existência Indígeno-Camponesa**.** *GEOGRAPHIA (UFF),* v. 8, p. 39-60.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2003a) A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina***.** 1ed. Buenos Aires: Clacso-Osal, p. 261-277.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2003b) *Geografando nos Varadouros do Mundo***:** *da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. 2ed. Brasília: Edições Ibama.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2004b) *O Desafio Ambiental*. 1ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006a) Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 75, p. 139-169.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006b) A Colonialidade do saber. In: LANDER, E. (Org.). *A Colonialidade do Saber***:** *eurocentrismo e ciências sociais.* Buenos Aires: Clacso, v. 1, p. 09-15.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006c) A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado***.** 1ed. Buenos Aires: Clacso, p. 151-197.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2008) *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; ALENTEJANO, P. R. (2010) A Violência do Latifúndio Moderno-colonial e do Agronegócio nos Últimos 25 anos. *Conflitos no campo Brasil-CPT*, v. 1, p. 109-230.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2012) A Ecologia Política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios**.** *INTERthesis,* v. 9, n.1, p.16-50.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2013) *Territorialidades y lucha por el Territorio en América Latina***.** 1ed. Lima: UGI.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015a) Espaço e Poder em Questão: uma perspectiva desde a subalternidade. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (Orgs.). *A Questão Agrária no Século XXI***:** *Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais.* 1ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, p. 25-67.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015b) Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/ Abya Yala/Quilombola. *Polis,* Santiago, v. 14, p. 237-251.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015c) Amazônia Enquanto Acumulação Desigual de Tempos: uma contribuição à ecologia política da região. *REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS* JCR, v. 107, p. 63-89.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2016) Por una geografía desde abajo. In: PEREZ, G.; HIGUERA, L. (Orgs.*). Geografia por venir.* 1ed. Neuquén: EDUCO Universidad Nacional del Comahue, p. 15-22.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017a) Lucha por la tierra. Lucha por la Tierra. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTIN, F. (Orgs.). *Ecología política latinoamericana Pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica.* 1ed. Buenos Aires: Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, v. 2, p. 53-78.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017b) De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (Orgs.). *Geografia e Giro Descolonial*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 37-56.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017c) *Amazônia - Encruzilhada Civilizatória***:** *tensões territoriais em curso*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017d) De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala). *GEOGRAPHIA OPPORTUNO TEMPORE*, v. 3, p. 10-58.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017e) *Uma Geobiografia Téorico-Política: em busca de uma teoria social crítica a partir da Geografia* (Memorial). Niterói, Universidade Federal Fluminense- UFF.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2020a) De Caos Sistêmico e de Crise Civilizatória: tensões territoriais em curso. *TERRITORIUM (COIMBRA*), v. 27, p. 05-20.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C. R. (2020b) Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na Ruptura Política (2015-2019). *REVISTA DA ANPEGE*, v. 16, p. 712-767.

QUIJANO, A. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO/ UNESCO.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SANTOS, M. (1996*) A Natureza do Espaço*: *Técnica, Razão e Emoção.* 1ª Edição. São Paulo: Edusp.

SOUZA, M. L. (2007) Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial: a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6.

THOMPSON, E. P. (1998) *Costumes em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras.

THOMPSON, E. P. (2001) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizado por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 286 p.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 2

MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: UM DEBATE AINDA EM CONSTRUÇÃO

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 5

As relações socioecológicas e a reprodutibilidade das condições gerais da produção social

Henri Acselrad

"Sustentabilidade" é uma noção pouco investida pelo trabalho teórico. Pertence mais ao que Bourdieu chamou de "lógica das práticas" – relativa aos efeitos sociais desejados que o discurso pretende tornar realidade objetiva[1] – do que propriamente ao domínio dos conceitos científicos explicativos como parte de corpos teóricos. É uma inovação discursiva que tem servido para legitimar ou deslegitimar práticas, mas pouco trabalhada em sua capacidade explicativa de dinâmicas e processos socioecológicos.

Nas Ciências Sociais aplicadas, duas discussões paralelas são a considerar: uma relativa aos usos sociais do termo e suas implicações; e outra, relativa à sua construção conceitual como parte do campo das teorias do espaço. Trataremos aqui inicialmente das implicações sociais da sustentabilidade como inovação discursiva, para, em seguida, tentar delinear o campo da teoria social onde este debate poderia ser situado.

1. Os usos sociais de um discurso

"Se o bicho tem nome é porque ele existe'" – este é um ditado caboclo que converge com a moderna teoria linguística de Austin ao considerar os efeitos sociais performáticos da linguagem. Quando o termo é incorporado por atores sociais, haveria que considerar as implicações sociopolíticas de

1 BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*, Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand. 1989.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

seus usos. Sabemos que o discurso da sustentabilidade nasceu no seio da tecnoburocracia dos organismos multilaterais de desenvolvimento. Submetido a críticas sobre os efeitos de suas ações nas economias e ambientes periféricos, estes organismos trataram de relegitimar a ideologia do desenvolvimento, propondo a junção entre crescimento econômico e progresso técnico tal como exposta no relatório Brundtland[2]. Assim, seus formuladores pensavam poder reconciliar o desenvolvimento capitalista com as novas configurações geopolíticas e tecnológicas às quais se viram submetidas – desde a crise do petróleo e o relatório do Clube de Roma[3], nos anos 1970 – as bases materiais de sua reprodução. Após alguma resistência aos termos deste relatório, os agentes do desenvolvimentismo capitalista adotaram, a partir da conferência da ONU de 1992, estratégias ditas de "modernização ecológica", internalizando a questão ambiental através da celebração da economia de mercado, do progresso técnico e do consenso político. No Brasil, as trinta maiores empresas dependentes de recursos do território – mineração, petróleo e petroquímica, celulose e papel – por exemplo, criaram, no ano de 1992, ocasião em que foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma Fundação tendo por fim apresentarem tais corporações como legítimas portadoras da sustentabilidade. Prevaleceu, por sua vez, no campo do pensamento hegemônico, a perspectiva que reduz a Ecologia à Economia; o sentido que vigorou foi a partir de então o da busca de eficiência no uso de matéria e energia, de modo a dar maior durabilidade ao capitalismo tal como ele é, ou, numa etapa posterior, por volta dos anos 2000, criar instituições financeiras que pudessem fazer da resposta à crítica ambiental uma oportunidade de negócios. Através de fórmulas publicitárias, passaram a ser apresentadas como duráveis e sustentáveis as práticas as mais suspeitas de serem não-duráveis, irreprodutíveis no tempo, seja por degradarem as bases materiais de sua própria realização, seja por destruírem as bases materiais de reprodução das atividades de outros grupos sociais.

2 Para além da expressão banalizada referida à garantia de satisfação das demandas das gerações futuras, o Relatório Brundtland define o desenvolvimento sustentável como resultado de dois tipos de mecanismos associados: o crescimento econômico e a adoção de inovações tecnológicas poupadoras de recursos naturais.

3 DONELLA H. MEADOWS DENNIS L. MEADOWS JORGEN RANDERS WILLIAM W. BEHRENS Ill, *The Limits to Growth*, Universe Book, New York, 1972.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Na origem da noção, na Biologia, estava presente já uma representação economicista dos sistemas vivos: um "excedente" de biomassa seria aproveitável e passível de uso social, enquanto uma base desta biomassa poderia supostamente ser preservada por ser considerada essencial à sua própria reprodução[4] e das formas úteis de sua apropriação no campo da economia; ou seja, os biomas foram entendidos a partir da metáfora de economias produtoras de excedente. Os sistemas vivos seriam vistos como compostos por um "capital/estoque" a reproduzir e de um "excedente/fluxo" de biomassa passível de ser apropriado para fins úteis sem comprometer a massa de "capital" originário**.** Daí talvez a propensão à apropriação quantitivista do termo para justificar práticas supostamente eficientes no uso de matéria, espaço e energia; ou na lógica neomalthusiana da escassez, para sugerir também uma ação pelas quantidades, pelo controle do tamanho das populações ou do crescimento econômico, conjugando-se eficiência e suficiência.

Frente a tais estratégias de apropriação do debate pela razão utilitária, o esforço por fazer seria o de trazer a discussão para o campo das relações sociais[5], remetendo às relações entre as sociedades e as bases materiais de sua reprodução. Não se trataria, portanto, da sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e ambientes. Pensar dessa maneira implica tornar visível a vigência de disputas entre diferentes modos de apropriação e uso das bases materiais das sociedades. Para **se** deixar de lado a lógica utilitária e economicista, caberia considerar a pluralidade de práticas espaciais com seus modos próprios de apropriação material e simbólica do espaço e com seus muitos protagonistas atribuindo a seus ambientes incomensuráveis valores ao mesmo tempo práticos e intangíveis. A especificidade da questão ambiental estaria situada, assim, mais além do fenômeno convencional da escassez de recursos materiais diretamente produtivos. Ela envolveria relações que atravessam espaços não diretamente produtivos – por Marx chamados de "condições coletivas gerais

4 WORSTER, D. The Shaky Ground of Sustainability. *In:* SACHS. W. (Ed.), *Global Ecology*, Zed Books, London, p.132-148. 1993.

5 ACSELRAD, H. "Sustainability and Territory: meaningful practices and material transformations". *In:* E.BECKER – T.JAHN (eds.), *Sustainability and the Social* Sciences – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation, ZED Books, London, 37-57. 1999.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

da produção social"[6] – por meio das quais as práticas espaciais afetam-se reciprocamente, por impactos capazes de pôr em risco a reprodução de muitas delas; no caso da chamada acumulação primitiva ou por despossessão, por exemplo, práticas espaciais dominantes que põem em risco o exercício das práticas espaciais não dominantes.

A particularidade sociológica de tais tipos de impacto é a de que eles podem ser transmitidos sem que haja qualquer modalidade de acordo ou contrato entre as partes. As práticas espaciais afetam-se, pois, umas às outras por intermédio de um espaço de relações que é atravessado por dinâmicas materiais – físicas, químicas e biológicas – que podem, eventualmente, alterar as próprias condições de realização destas mesmas práticas. Embora não sendo portadores de valor econômico-monetário, o ar, as águas e os sistemas vivos são condição básica de realização e manutenção no tempo das práticas espaciais próprias a cada uma das formas sociais de apropriação do espaço por distintas atividades e grupos socioculturais.

Caberia não restringir, portanto, esta problemática à da relação entre sujeito (interior) e objeto (exterior), mas à relação de sujeitos entre si e de culturas entre si. "As construções, artifícios, instrumentos etc. que são a tradução de uma cultura, à imagem da biomassa, podem ser chamados de etnomassa" – sugere-nos Vieira[7]. Só que mesmo mediada materialmente por tal etnomassa, a intervenção humana no espaço biofísico não pode ser reduzida a seu aspecto quantitativo[8]. Caberia considerar as sociedades como entes por onde circulam não só fluxos de energia, mas também fluxos informacionais e simbólicos[9]. Até recentemente, dizia Marshall Sahlins, "a disciplina da ecologia cultural operou de forma míope como se

6 Ao se referir aos elementos que, embora situados fora do circuito de valorização do capital, são para este indispensáveis, Marx menciona a "relação específica do capital às condições coletivas, gerais da produção social". K. Marx, *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro. p. 376.

7 VIEIRA DA SILVA, J., Introduction à la Théorie Écologique, Paris, Masson, 1979, apud GUILLE-ESCURET, G., *Les Sociétés et leurs Natures*, Armand Colin, 1989, Paris.

8 GUILLE-ESCURET, G., *Les Sociétés et leurs Natures*, Armand Colin, 1989, Paris.

9 FRIEDBERG, C., "Ethnologie, Anthropologie: les sociétés dans leurs 'natures'". *In:* JOLLIVET, M. (org.), *Sciences de la Nature Sciences de la Société* – Les Passeurs de Frontières, CNRS Ed., Paris, 1992, p. 155-166.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

fosse ecologia biológica, sem referência à adaptação intercultural"[10]. As formas da apropriação territorial dão-se assim tanto com base em condições materiais, como em contextos e interações culturais. É de se supor, portanto, que os sujeitos que exercem a hegemonia sobre os territórios tenderão a impor sobre os demais sujeitos sua própria concepção sobre o ambiente. É a evidenciação da interação dos diferentes sujeitos que colocará assim a possibilidade do conflito entre distintos modos de apropriação do meio ambiente e afastará os riscos de que se tome por exclusiva a perspectiva dos atores sociais hegemônicos.

2. Interrogando as bases materiais da reprodução social

Alguns autores procurarão ressaltar as dimensões sociopolíticas e culturais associadas à problemática da base material do desenvolvimento. À pergunta "o que se quer sustentar?", eles discriminarão, ao lado da sustentabilidade ambiental, a questão da sustentabilidade de estruturas políticas e sociais, bem como de valores culturais[11]. É rara porém, a percepção da articulação intrínseca entre as formas técnicas e sociais e a consideração da pergunta dela decorrente: "qual a qualidade social da base material que se pretende fazer perdurar?". Nesta perspectiva, coloca-se não só a questão da eficiência relativa das técnicas mas das qualidades sociais e simbólicas distintas que são atribuídas aos elementos da base material do desenvolvimento. Considerando "os diferentes significados das árvores dados por conjuntos de interesses em competição por parte de proprietários fundiários, agricultores e agentes de desenvolvimento com relação à agro-silvicultura", como o faz Schroeder por exemplo[12], as análises poderão identificar os diferentes "modos de acesso à extração de recursos florestais e como estes modos são conformados pelos direitos costumeiros, formas locais de uso dos recursos, de mercados regionais e contestações legais", [..] "mais do que ver os sistemas 'tradicionais'

10 SAHLINS, M., "Culture and Environment: The Study of Cultural Ecology". *In*: Sol Tax, *Panorama of Anthropology*, 1966, p.132-147.
11 LÉLÉ, S., "Sustainable Development, a Critical Review". *In: World Development*, v. 19, n. 6, 1991, p. 607-621.
12 SCHROEDER, R. A., "Contested Boundaries: State Policies, Forest Classifications and Deforestation in the Gahrwal Himalayas", *Antipode*, v. 27, n. 4, 1995, p. 343-362.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

e 'indígenas' de gestão como práticas ossificadas do passado precolonial superiores à 'silvicultura científica ocidental'"[13]. Ou, como Moore[14], para quem os recursos ambientais são "um terreno contestado material e simbolicamente", consideradas as identidades culturais, tal como as relações de produção e de classe, como habilitadas a conformar interesses materiais. "As crenças populares são forças materiais", lembra ele, havendo interdependência mútua entre política e cultura quando as lutas simbólicas afetam as transformações materiais. Os sentidos culturais são forças constitutivas e não meros reflexos de base material. As lutas simbólicas são conflitos em torno às relações materiais de produção, distribuição de recursos e poder. As lutas por terra e recursos ambientais são simultaneamente lutas por sentidos culturais e as lutas por sentidos são parte dos processos de "alocação de recursos", como as lutas por excedente e processos de trabalho.

Numa perspectiva relacional, se considerarmos a noção de governamentalidade de Foucault[15] – que evoca o modo como se pensou o governo das coisas pela Economia Política e o governo dos homens pela Biopolítica –, podemos dizer que o debate ambiental colocou em pauta uma questão nova: a do governo das relações entre as pessoas mediadas pelas coisas. Só que estas "coisas" têm uma particularidade – não são mercadorias e não são objeto de apropriação privada. Seus usos são, portanto, compartilhados, e elas – ou melhor, estes espaços de relações socioecológicas – operam como intermediários de possíveis efeitos biofisicoquímicos entre as diferentes práticas. Tais efeitos ganham visibilidade na agenda pública quando alguns deles são apontados como responsáveis por comprometer as condições ecológicas do exercício das práticas de terceiros, seja por relações de contiguidade como na operação de uma barragem de rejeitos a montante da localização de comunidades, seja por efeitos à distância via mudanças climáticas associadas ao capitalismo fóssil, por exemplo. Abrem-se, assim,

13 RANGAN, H. "Local Challenges to Global Agendas: Conservation, Economic Liberalization and the Pastoralists' Rights Movement in Tanzania", *Antipode*, v. 27, n. 4, 1995, p. 356.

14 Moore, D., "Marxism, Culture and Political Ecology". *In*: PEET, R. – WATTS, M. (ed). *Liberation Ecologies* – environment, development and social movements, Routledge, NY, 1996, p. 125-141.

15 FOUCAULT, M. (1979) A Governamentalidade. *In*: *Microfísica do Poder*, ed. Graal, Rio de Janeiro, p. 277-293.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

disputas classificatórias pela redefinição da legitimidade das práticas, consideradas, a partir de então, ou como ambientalmente benignas ou como ambientalmente danosas.

Sustentabilidade seria, assim, a categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades passaram a problematizar as condições materiais da reprodução social, discutindo os princípios que regulam os efeitos recíprocos das práticas espaciais mediados pelo ar, as águas, os sistemas vivos e o clima. Ao longo do tempo, as perguntas foram sendo progressivamente melhor delineadas: por quais critérios certos usos das águas, da atmosfera e dos sistemas vivos são aceitos como socialmente legítimos e outros não? Que implicações estariam decorrendo do poder desigual exercido por certos agentes sociais sobre os espaços socioecológicos de uso compartilhado? Foi se tornando claro que, sendo estes espaços partilhados por usos múltiplos, há competição entre eles (do tipo das estabelecidas entre pescadores e petroleiras no mar), como também situações em que se transmitem impactos recíprocos – eventualmente indesejáveis – entre as distintas práticas espaciais conectadas e copresentes.

Entra então em discussão o modo como se distribuem no espaço as distintas formas sociais de apropriação dos recursos ambientais, e como nesta distribuição, a capacidade de reprodução, no tempo, de uma atividade, é afetada pela operação das outras atividades: como, por exemplo, a expansão da monocultura do eucalipto retira de quilombolas suas terras e fontes de água; como para a expansão da soja transgênica são inviabilizadas as atividades dos pequenos agricultores orgânicos; como para a produção de energia barata para as multinacionais do alumínio perdem os ribeirinhos sua capacidade de pescar; como para a produção de petroquímicos, perdem os trabalhadores sua saúde pela contaminação por poluentes orgânicos persistentes.

Portanto, não se trata da "sustentabilidade", como vimos, dos recursos ou do meio ambiente, mas das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e ambientes, ou seja, do que Henri Lefebvre e David Harvey chamam de práticas espaciais: aquelas referidas aos "fluxos, transferências e interações físicas e materiais que concorrem, no e ao longo do espaço, de maneira a garantir a produção e a reprodução social"[16]. Essas práticas, por sua vez,

16 HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 201.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

só se realizam e se reproduzem em interação umas com as outras e não isoladamente. As combinações espaciais de práticas é que serão reprodutíveis ou não reprodutíveis, ora vistas como compatíveis, ora como incompatíveis, quando deem lugar a conflitos ambientais.

A reprodutibilidade das práticas espaciais define-se em dois níveis: a) ao nível das condições materiais de sua concretização, atributos técnicos mediados pela política e b) ao nível dos princípios que lhes conferem legitimidade: no plano das representações, sentidos e justificativas que disputam, entre si, hegemonia. Isto porque a reprodutibilidade das combinações de práticas espaciais passa pela percepção que dela têm os próprios sujeitos sociais e não apenas pelos coeficientes técnico-quantitativos determinados objetivamente pelas ciências.

Pensar dessa maneira implica em nos debruçarmos sobre as lutas sociais, territoriais e ambientais, configuradas no plano material e da legitimidade. Formas não-capitalistas de apropriação e uso dos territórios – como as camponesas, de pesca artesanal, de comunidades indígenas e tradicionais – são frequentemente tornadas "insustentáveis" – irreprodutíveis no tempo – ao serem comprometidas ou destruídas por outras – no caso, por formas capitalistas que se expandem no tecido social à custa da destruição das formas pré-existentes. O extrativismo da borracha, por exemplo, pode se tornar insustentável não por sua relação técnica com a borracha, mas porque a especulação fundiária se apropria do seringal e destrói as árvores, põe-lhe fogo e produz a terra como mercadoria

Encontramos, assim, um espaço teórico pertinente a tal debate: o das teorias da reprodução social que incorporam a questão da reprodutibilidade das diferentes combinações de práticas espaciais. O que temos visto, no caso do capitalismo brasileiro, é um processo de reprodução das práticas espaciais requeridas para a acumulação, através da fuga para adiante de um modelo em que as práticas dos dominantes esgotam não só as próprias bases materiais de que necessitam, mas avançam pela expropriação das bases materiais de terceiros, não-dominantes, que a ela resistem. Conforme sugere o geógrafo Erik Swyngedouw, os processos socioecológicos estabilizam e instabilizam lugares e grupos sociais, sendo intrinsecamente conflituais[17].

17 SWYNGEDOUW, E.; HEYNEN, N., Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale. *In*: *Antipode*, 2003, p. 899-918.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Nesta perspectiva, a questão da sustentabilidade é fundamentalmente a questão política de determinar quem ganha e quem perde nos processos de mudança socioecológica.

3. O neocolonialismo metabólico

É disto exemplo elucidativo a iniciativa recentemente divulgada de que pesquisadores suíços estariam importando e estocando fezes coletadas em países menos industrializados para a constituição de um banco mundial de microbiota[18], sob a justificativa de buscar proteger o microbioma humano em geral[19]. Estes cientistas partem da constatação empírica de que não apenas as plantas e animais estariam ameaçados de extinção, mas também as bactérias, e entre elas, aquelas associadas às práticas alimentares. A flora intestinal dos humanos estaria, pois, empobrecendo ao longo do tempo, verificando-se uma grave redução da diversidade dos microrganismos presentes nos sistemas digestivos humanos. Frente a isto, pesquisadores criaram um "cofre-forte" contendo microbiota diversa para, eventualmente, compensar, no futuro, a drástica e prevista redução da variedade de microrganismos presentes no sistema digestivo de indivíduos habituados ao regime alimentar ocidental dominante.

O Laboratório de Microbiologia da Universidade de Lausanne, onde nasceu este projeto, alega visar, com ele, conservar a microbiota humana no longo prazo, a partir de matéria fecal de doadores saudáveis de outros países, tendo por fim preservar a microbiodiversidade para as gerações futuras. Mas quem são estes doadores de microbiota saudável? Para que segmentos

18 A microbiota é o conjunto de microrganismos que habitam um ecossistema, formado principalmente por bactérias que têm funções importantes na decomposição da matéria orgânica e na reciclagem dos nutrientes. A microbiota intestinal, em particular, conhecida como flora intestinal, é o complexo de espécies de microrganismos que vivem no trato digestivo dos seres humanos.

19 M. Andina e C. Raaflaub, Notre flore intestinale a désormais son coffre-fort suisse, *SWI swissinfo*.ch – succursale de la Société suisse de radiodiffusion et télévision, 27/2/2022. Conhecido pelo nome de Microbiota Vault, o projeto foi inspirado em uma iniciativa similar destinada ao campo da agricultura, quando se constituiu um banco de mais de 1,1 milhão de tipos de grãos provenientes de todo o planeta, que foi instalado em um arquipélago pertencente à Noruega.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sociais da geração futura serão assegurados os benefícios da preservação no longo prazo desta diversidade microbiológica?

Não por acaso grupos sociais e étnicos de países mais pobres são os que apresentam um microbioma bastante diverso comparativamente ao dos países ricos. O modo de vida dos países mais industrializados, onde a agricultura é monocultural e a alimentação, em grande parte, ultraprocessada, é tido como o grande responsável pela queda da diversidade microbiológica da flora intestinal no mundo. Nos países mais pobres, onde a agricultura em grande escala com espécies homogêneas ainda não ocupa todo o espaço rural e onde a alimentação ainda é, particularmente para certos grupos sociais, biodiversa, vigora uma vantagem comparativa biológica – mais precisamente biocultural – com relação aos países ricos[20]. Estima-se que os povos indígenas da Amazônia, por exemplo, transportem em seus intestinos quase o dobro da variedade de microrganismos do que aquela presente em indivíduos de uma grande cidade dos EUA[21].

A importação de excrementos dos países menos industrializados poderia se configurar como um meio dos laboratórios farmacêuticos multinacionais transformarem a circunstancial vantagem biológica remanescente dos países menos industrializados em fonte de lucro para as corporações dos países ricos. A tecnologia do transplante de matéria fecal entre indivíduos – no caso presente, transferida de comunidades de economias periféricas do capitalismo para ricos consumidores de microbiota – transformaria a diversidade biocultural, virtuosa do ponto de vista dos países pobres, em acumulação por espoliação em benefício dos países ricos[22]. A desigual-

20 Segundo conhecimento estabelecido, "o modo de vida influencia o enterotipo: a higiene alimentar tem um papel prepoderante na composição da microbiota" (Fabiani, 2019, p. 41). O enterotipo é uma classificação dos seres vivos com base em seu ecossistema bacteriológico intestinal. "Um regime alimentar nefasto é deletério pois existe uma relação estreita entre a alimentação e a microbiota intestinal. Os enterotipos bacterianos encontram-se sob influência dos hábitos alimentares do hospedeiro" (Fabiani, 2019, p. 110).

21 BIERNATH, André, Bactériologie: la "banque mondiale des selles" que des scientifiques créent en Suisse, *BBC News*, 11/2/2023.

22 Tem-se designado por acumulação por espoliação ou despossessão os mecanismos pelos quais o capitalismo incorpora novas riquezas para si através da privatização da terra e expulsão de camponeses, povos indígenas e tradicionais que nela vivem e trabalham, assim como por métodos neocoloniais de apropriação de ativos pré-existentes sob a forma de bens comuns, como água e sistemas vivos, entre outros; D. Harvey, The ´New` imperialism: accumulation by dispossession, *Socialist Register*, 2004, p. 63-87.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dade biológica vantajosa, expressa na microbiota diversa de países pobres da África, da Ásia e da América Latina, seria, assim, convertida em fator de uma desigualdade financeira viciosa, em detrimento dos países pobres. O intercâmbio desigual que até aqui caracterizou o processo de afastamento entre os níveis de vida de países mais industrializados e menos industrializados agora alcançaria também a relação entre as cadeias alimentares respectivas dos países do Norte e do Sul, estabelecendo um processo de transmutação da microrriqueza biológica dos pobres em macrorriqueza financeira dos ricos.

Esta transferência, portanto, não só não altera ou retifica os sistemas alimentares do ocidente, como permite que eles continuem aprofundando a redução de sua microbiodiversidade, garantindo, assim, a lucratividade das corporações nas duas pontas – a do sistema agroalimentar monocultural industrializado e a da indústria farmacêutica que venderia fármacos destinados a corrigir os resultados nefastos do sistema alimentar ocidental homogêneo. Mas isto só se mostra possível porque ainda existem fontes de diversidade microbiológica nos espaços ainda não totalmente despossuídos dos agroecossistemas dos países da periferia do capitalismo. Nestes países, a biodiversidade vem sendo destruída pelo avanço da produção de *commodities* exportáveis sobre áreas de pequena produção e de comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que o que resta de biodiverso no metabolismo socioalimentar das populações locais é pensado como matéria-prima a ser incorporada à cadeia produtiva de lucros do capitalismo extrativo multinacional. Configura-se assim um extrativismo disposto em duas frentes de expropriação: uma, a partir de áreas biodiversas transformadas em monocultoras e outra, a partir da diversidade microbiológica transformada em medicamentos, fechando a cadeia agroquimicofarmacêutica de despossessão dos ambientes de vida e trabalho dos povos do Sul global.

A técnica de transplante de microbiota fecal já existia, aplicada ao combate à infecção persistente da bactéria Clostridioides. No atual projeto de cofre-forte global de microbiota, esta técnica é pensada em um contexto internacional, inserida num quadro de relações internacionais desiguais no qual a matéria-prima para os fármacos, imaginados como meio de cura da crise intestinal dos consumidores do ocidente, seria coletada nas fezes dos povos tradicionais dos países do Sul – notadamente pastores da Etiópia e do Laos – certamente mais barata para os laboratórios farmacêuticos multi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nacionais do que aquela que poderia ser retirada dos insumos processados pela própria cadeia tecnológica do complexo químico-farmacêutico.

A desigualdade ambiental até aqui conhecida[23] veio sendo operada pela transferência para os países pobres, das práticas técnicas poluentes – como uso de agrotóxicos proibidos no Norte – e degradantes, baseadas na extração e exportação de bens comuns como água, fertilidade do solo e biodiversidade do Sul para o Norte. Ao lado da já conhecida condição de injustiça climática, resultante das emissões de gases pela indústria fóssil cujos efeitos penalizam populações vulnerabilizadas, o código técnico prevalecente no capitalismo vem gerando também uma injustiça biológica pela destruição da biodiversidade cultivada ao longo dos tempos pelos pequenos produtores e indígenas, ao mesmo tempo em que investe na produção de uma biodiversidade industrial artificializada, como é o caso do aqui referido projeto de banco mundial de microbiota, a partir da síntese metabólica – ou seja, de um processo biológico não pago – das práticas alimentares de populações que consomem bens biodiversos cultivados por pequenos produtores e indígenas.

Eis pois que o código técnico do capitalismo[24] – que embute as normas e valores que presidem a concepção de artefatos tecnológicos, tal como no caso deste concentrado de microbiota diversa cuja produção decorreria da coleta de matéria fecal junto a povos tradicionais – situa-se na interseção entre ideologia e tecnologia, exprimindo o poder de produzir e reproduzir situações de desigualdade ambiental entre os países do Norte e do Sul.[25] Sabe-se que, não por acaso, parte importante das inovações técnicas provém de pesquisas desenvolvidas para fins de guerra. As tecnologias de processamento de alimentos em conserva são um dos exemplos mais citados. Assim

23 Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental (2012), Desigualdades ambientais: conflitos, discursos, movimentos, e-cadernos CES, n. 17 e H. Acselrad, Desigualdade ambiental, economia e politica. (2013). *Astrolabio*, *11*. https://doi.org/10.55441/1668.7515.n11.5549

24 FEENBERG, A., Entrevista. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 7, n. 1, 2009, p. 168

25 Conforme foi sustentado num memorando interno do Banco Mundial, em 1992, por seu então economista-chefe Lawrence Summers, a racionalidade econômica justificaria a localização das atividades desenvolvidas com técnicas poluentes nos países de baixa renda, onde, sob esta mesma lógica, a carência de recursos de investimento concorreria para estimular maior tolerância para com a recepção de tais práticas; Let Them Eat Pollution, *The economist*, 8/2/1992, p. 66.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

é que os códigos técnicos do capitalismo contemporâneo não só produzem realidades no âmbito do trabalho e da exploração de recursos em acordo com a lógica e os objetivos dos atores cujos negócios dependem da competitividade das tecnologias, mas apoia-se também em uma interpretação estratégica das situações sociais existentes – no caso em questão, a situação de desigualdade biológica oriunda da diversidade cultural entre Norte e Sul globais – para exercer uma imaginação sociotécnica com possíveis fins lucrativos.

Segundo os promotores do referido projeto, as amostras colhidas nos países menos industrializados não deverão pertencer aos pesquisadores, nem à Suiça, não podendo a grande indústria farmacêutica delas vir a se servir, tratando-se de um projeto sem fins lucrativos[26]. Mesmo se assim vier a ser, salta aos olhos, do ponto de vista das estratégias de pesquisa, que a "solução" técnica que esteja prevalecendo não seja aquela que poderia contribuir para mudar a trajetória tecnológica do sistema agroalimentar ocidental ou proteger a riqueza microbiológica *in-situ* dos territórios tradicionais dos países periféricos. O caminho privilegiado pelos códigos técnicos dominantes é o de buscar ações compensatórias para modelos agroalimentares que se supõe pretender manter intocados, o que, no caso presente, significa fazer das desigualdades sociais, territoriais, biológicas e alimentares uma possível oportunidade de negócio.

4. As formas conflituais da duração

A redução tecnicista e normativa da categoria sustentabilidade tende a esvaziar o conteúdo político do embate que ela traduz. Sua politização passa pela observação dos conflitos ambientais como núcleo onde se põe em jogo a combinação – o acordo ou desacordo simbiótico – entre as distintas atividades que interagem no espaço. Ignorar os conflitos e supor que a sustentabilidade é consensual implica em contemporizar com a dominação efetiva dos que são fortes no mercado e no controle da máquina do Estado.

26 Des scientifiques suisses stockent des selles pour sauvegarder le microbiote humain, *RTS Radio Television Suisse*, 8/5/2023.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

É visível o fato que os capitais sempre operaram em seu benefício os espaços comuns das águas, da atmosfera e dos sistemas vivos: contaminação química e assoreamento de rios e lagoas, emissões gasosas lançadas na atmosfera, apropriação neocolonial da microbiota de povos tradicionais etc. Os espaços não-mercantis do ar, águas e sistemas vivos sempre funcionaram como uma espécie de equipamento usado gratuitamente pelas grandes corporações. Isto porque o capitalismo gera dois tipos de produtos – uns vendáveis e outros invendáveis, estes últimos sendo impostos como consumo forçado à população. Ninguém é consultado a respeito do material particulado, dos metais pesados etc. que se é obrigado a aspirar, dado o exercício de uma dominação de fato dos negócios privados sobre o modo de uso dos espaços comuns. Mas as grandes corporações costumam resistir às evidências. Exemplo disto é o caso recente da morte maciça de abelhas no mundo. Um grupo de pesquisadores franceses pôs em evidência o efeito deletério da associação de dois inseticidas com um parasita: a sinergia entre estes dois fatores mostrou-se causa da alta taxa de mortalidade destes animais, com sérias consequências para os processos de polinização e produção agrícola. A pesquisa conclamava a "um reexame das autorizações das moléculas fitossanitárias". As empresas agroquímicas reagiram negando as evidências e recusando a suspensão preventiva da venda, embora nos países em que isso foi feito, as abelhas pararam de morrer. Mais do que simples negacionismo, as corporações recorrem a procedimentos ativos de silenciamento das críticas e dos críticos. Foram recentemente revelados processos de perseguição a pesquisadores e agentes críticos do uso de agrotóxicos em matérias publicadas por um pool de órgãos da grande imprensa europeia – Le Monde, The Guardian[27]: as corporações agroquímicas operam uma plataforma de "registro policial" de dados sobre os supostos "detratores" da indústria agroquímica (segundo órgãos de imprensa, o mesmo foi feito pela agência nacional de mineração no Brasil no período 2019-2022[28]). Tais estratégias de silenciamento mostram que o que está em jogo neste tipo de debate é, inclusive, a própria "sustentabilidade" da liberdade

27 Stéphane Foucart, Elena DeBre (Lighthouse Reports) et Margot Gibbs (Lighthouse Reports), Révélations sur le fichage à grande échelle de personnalités gênantes pour l'industrie agrochimique, https://www.lemonde.fr/planete/article/2024/09/27/revelations-sur-le-fichage-a-grande-echelle-de-personnalites-genantes-pour-l-industrie-agrochimique_6336026_3244.html

28 Oficina da palavra, Mapeamento de Influenciadores Digitais, Relatório, Agência Nacional de Mineração, nov.dez.2020

CONSEQUÊNCIA EDITORA

acadêmica. Ou seja, o capitalismo extrativo adota tanto procedimentos de internalização das críticas – ambientalizando seu discurso – como promove ações no sentido de seu silenciamento.

Ante a dificuldade de obscurecer as rupturas que provocam nas relações socioecológicas e seu papel na produção de desastres, Estado e corporações buscam silenciar as críticas de modo a suavizar os impactos de mobilizações sociais não domesticadas e evitar a pressão resultante do inconformismo popular. Os lançadores de alerta, agentes que publicamente denunciam as ações estatais e corporativas degradadoras do meio ambiente e lesivas a direitos têm sido objeto de estratégias de silenciamento através de modos de reatualização da violência colonial e de processos de não-reconhecimento cultural. Para sufocar as críticas, coalisões de poder econômico e político costumam agir através de um contra-ativismo e de variadas táticas de diversão e desmobilização, tais como: afirmar que não há risco; negar que a crítica seja válida; semear a dúvida mobilizando uma contraciência; desqualificar os críticos e abalar sua reputação; disseminar dúvidas na percepção popular dos riscos; reconhecer o risco, sustentando que ele é controlável; reconhecer que problema existe, oferecendo a ele respostas limitadas; apelar para táticas diversionistas, desviando o foco para outros riscos; inverter a ordem das coisas, insinuando interesses oportunistas dos críticos; apontar problemas que adviriam da regulação das práticas; promover assédio judicial contra lançadores de alerta e pesquisadores; usar informação de fontes abertas para mapear "detratores"; levantar e fichar informações sobre a vida privada dos críticos para eventuais chantagens; elevar ao máximo o custo de emissão de alertas para seus porta-vozes; transferir responsabilidade para terceiros; fazer variar os porta-vozes da empresa, justificando descompromisso para com soluções**;** atribuir os riscos a apenas um aspecto menor das práticas empresariais; ganhar tempo, interpondo recursos; esgotar os ativistas em longas reuniões na tática do diálogo; gerenciar crise pela apropriação do discurso crítico; atenuar a força das críticas pelo recrutamento de ativistas; moderar a atenção dos lançadores de alerta, alegando que as ações deles são afinal positivas para a empresa; dividir as comunidades afetadas, levando parte das mesmas a constranger os críticos[29].

29 Elementos deste repertório de ações do contra-ativismo empresarial podem ser encontrados, entre outros autores, em BENSON, P. e Kirsch, S. Capitalism and the politics of resigna-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Dadas as evidências das dinâmicas de predação e espoliação, o capitalismo extrativo não tem prescindido do recurso combinado a instrumentos de força e de legitimidade para sua estabilização política. Ele não parece, portanto, conseguir configurar um "espírito", no sentido de Boltanski[30] – capaz de neutralizar as críticas, gerar níveis apropriados de consentimento e evitar o recurso direto à força: a combinação entre práticas de ordem neocolonial e contextos de vigência de esferas públicas que colocam em risco o chamado capital reputacional das corporações[31], configura limites às possibilidades de substituição suficiente de mecanismos de força por expedientes de legitimidade.

No fordismo do pós II Guerra, nas economias centrais, as lutas sociais tiveram como resposta um conjunto de instituições de regulação – seguro desemprego, negociações coletivas de salários etc.; no caso do capitalismo extrativo, a resposta às lutas tem tomado a forma de uma ambientalização do discurso empresarial – do "Grande Reinício", diz o pres. do Fórum de Davos[32] – , de políticas sociais privadas de desmobilização, processos de assédio judicial contra lançadores de alerta e pesquisadores que apontam irregularidades nos projetos empresariais. O que tem ocorrido é antes uma resposta às críticas – com ampliação simultânea de mercados, ativos financeiros e tecnologia que criam novos tipos de cercamentos[33] – do que ajustes do capitalismo em reação a uma suposta crise ecológica afetando o capital. Os elementos de crise associados, por exemplo, à ausência de coordenação autolimitativa da expansão capitalista estariam sendo sistematicamente resolvidos, para o capital, pelos mecanismos da acumulação por despossessão

tion. *Current Anthropology,* University of Chicago Press, v. 51, n. 4, p. 459-486. 2010. SCOTT, Parry, "Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no Rio São Francisco". *In*: ZHOURI, A. *Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais.* Brasília: ABA, 2012.

30 *BOLTANSKI,* Luc; CHIAPELLO, *Ève. O novo espírito do capitalismo.* Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

31 BOISTEL, Philippe. Reputation: un concept à définir. *Communication et organisation*, 46 | 2014, 211-224.

32 Klaus Schwab, Apresentação do relatório *"O Futuro da Natureza e os Negócios",* Fórum Econômico Mundial, Genebra, 17/7/2020.

33 "A modalidade de resposta à crítica ambiental que não põe em perigo o poder do capital nem a lucrtividad, significa financeirizar os motivos de indignação"; CHIAPELLO, Ève. "Le capitalisme ne semble pas capable d'intégrer sérieusement la critique", Entrevista, *Philonomist*, 02/07/2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

– ou seja, pela transferência dos danos do regime de acumulação aos mais despossuídos; pela reprodução e agravamento da desigualdade ambiental. A liberdade que as grandes corporações adquiriram de produzir desigualdades em várias escalas é o fator fundamental da manutenção do modelo espoliador de desenvolvimento. A predação e a arquitetura espacial do capitalismo extrativo que a sustenta tendem a continuar enquanto os que sofrerem seus efeitos forem os menos representados nas esferas do poder. Neste contexto, o que poderia vir a configurar um fator de crise para o capitalismo extrativo seriam as lutas territoriais e ambientais dos atores sociais que defendem o respeito a seus direitos, suas práticas espaciais e seus modos de vida.

O filósofo Gaston Bachelard aponta como as metáforas da duração e da continuidade são consideradas sinônimos de um bem, de um dom[34]. A noção de sustentabilidade surge marcada por essa "benignidade". Dar sustentação no tempo aos recursos ambientais de que a sociedade necessita – ar, água, sistemas vivos – é dar-lhes durabilidade … e isso é, por certo, considerado algo bom. O sentido do termo foi, porém, deslizando e passando a ser usado gradualmente como sinônimo de "tudo de bom". E isto se deu às custas de ele ir se tornando cada vez menos explícito em seu sentido, cada vez mais ambíguo e, consequentemente, mais passível de ser apropriado para fins publicitários – de propaganda enganosa, em particular.

Segundo Bachelard, só uma pluralidade pode durar: um processo homogêneo, diz ele, não é jamais evolutivo. Neste sentido, na ecologia das práticas espaciais – dos modos de uso dos recursos ambientais – só uma combinação diversa e compatível de práticas espaciais pode se reproduzir no tempo – à condição, por certo, de que umas não sacrifiquem as demais. O devir de uma pluralidade, lembra o filósofo, é polimorfo. A reprodutibilidade das práticas espaciais, portanto, só pode se dar numa combinação apropriada, simbiótica e não colonial das diferentes modalidades de produção e uso social do espaço.

34 BACHELARD, G. *La Dialectique de la Durée*, PUF, 1950, Paris.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e politica. *Astrolabio*, *11*. 2013. https://doi.org/10.55441/1668.7515.n11.5549

ACSELRAD, Henri, Sustainability and Territory: meaningful practices and material transformations. *In*: BECKER, E. – JAHN, T. (eds.*), Sustainability and the Social Sciences* – a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation, ZED Books, London, 37-57. 1999.

BACHELARD, Gaston, *La Dialectique de la Durée*, PUF, Paris. 1950.

BENSON, P. e KIRSCH, S. Capitalism and the politics of resignation. *Current Anthropology,* University of Chicago Press, v. 51, n. 4, p. 459-486. 2010.

BOISTEL, Philippe. Reputation: un concept à définir. *Communication et organisation*, 46, 211-224. 2014.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand. 1989.

CHIAPELLO, Ève. Le capitalisme ne semble pas capable d'intégrer sérieusement la critique, Entrevista, *Philonomist*, 02/07/2024.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL (2012), Desigualdades ambientais: conflitos, discursos, movimentos, *e-cadernos CES*, n. 17.

FABIANI, K. *Microbiote intestinal, immunité et transfert de microbiote*: vers um espoir vers un espoir thérapeutique?, Tese de Doutorado em Farmácia, Université d'Aix-Marseille, Marselha, 2019.

FEENBERG, Andrew. Entrevista. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 7, n. 1, 2009, p. 168. 2009.

FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. *In: Microfísica do Poder*, ed. Graal, Rio de Janeiro. 1979.

FRIEDBERG, C. Ethnologie, Anthropologie: les sociétés dans leurs "natures". *In*: JOLLIVET, M. (org.), *Sciences de la Nature Sciences de la Société – Les Passeurs de Frontières,* CNRS Ed., Paris, p.155-166. 1992.

GUILLE-ESCURET, Georges, *Les Sociétés et leurs Natures,* Armand Colin, Paris. 1989.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

GUILLE-ESCURET, Georges. The 'New' imperialism: accumulation by dispossession, *Socialist Register*, p.63-87. 2004.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*, Ed. Loyola, SP. 1992.

LÉLÉ, S. Sustainable Development, a Critical Review. *In: World Development*, v. 19, n. 6, p.607-621. 1991.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo. 2011.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L; RANDERS, Jorgen e BEHRENS Ill, William W. *The Limits to Growth*, Universe Book, New York, 1972.

MOORE, D. Marxism, Culture and Political Ecology. *In*: PEET, R. – WATTS, M. (ed) *Liberation Ecologies* – environment, development and social movements, Routledge, NY, p.125-141. 1996.

RANGAN, H. Local Challenges to Global Agendas: Conservation, Economic Liberalization and the Pastoralists' Rights Movement in Tanzania, *Antipode*, v. 27, n. 4. 1995.

SAHLINS, Marshall. Culture and Environment: The Study of Cultural Ecology. *In:* Sol Tax, *Panorama of Anthropology*, p. 132-147. 1966.

SCHROEDER, R. A. Contested Boundaries: State Policies, Forest Classifications and Deforestation in the Gahrwal Himalayas, *Antipode*, v. 27, n. 4, p.343-362. 1995.

SCOTT, Parry. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no Rio São Francisco. *In*: ZHOURI, A. *Desenvolvimento, Reconhecimento de Direitos e Conflitos Territoriais.* Brasília: ABA. 2012.

SWYNGEDOUW, Erik; HEYNEN, N. Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale, *Antipode*, p. 899-918. 2003.

WORSTER, Donald. The Shaky Ground of Sustainability. *In:* SACHS, W. (Ed.), *Global Ecology,* Zed Books, London, p.132-148. 1993.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 6

Inovações democráticas e sustentabilidade

Roberto Falanga, José Duarte Ribeiro, João Moniz

1. Participação cidadã

O conceito de participação cidadã passou por uma notável transformação, como testemunham os debates que tanto académicos como políticos têm vindo a promover para uma maior compreensão deste fenómeno tão complexo e plural. Regimes democráticos em diferentes latitudes articulam diversas formas de participação cidadã, implicando mudanças substanciais nas práticas democráticas e nos modelos de governação. Por isso, a conceção de participação cidadã acabou por exigir toda a nossa atenção, de modo a apreender as suas transformações, tanto do ponto de vista teórico como empírico.

Neste texto, focamo-nos nas formas de participação cidadã que se foram desenvolvendo para além dos momentos eleitorais, tipicamente considerados o pilar dos sistemas representativos por proporcionarem um direito universal de escolha dos representantes. A nível global, uma ampla gama de iniciativas de participação cidadã tem sido implementada com o objetivo de redistribuir o poder entre eleitores e eleitos, bem como de melhorar a governação democrática e alcançar um maior consenso sobre soluções para os desafios que as democracias têm vindo a enfrentar na sua implementação (Delli Carpini *et al.*, 2004; Sintomer *et al.*, 2008). De facto, um dos argumentos mais difundidos sobre estas iniciativas é o de que o envolvimento conjunto de atores sociais e decisores melhora a qualidade das políticas públicas e fortalece os valores democráticos (Chess e Purcell, 1999). King *et al.* (1998) discutem como o envolvimento dos cidadãos influencia a for-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mulação e implementação de políticas públicas, destacando a importância de uma participação autêntica na administração pública. Fung (2006) enfatiza as várias formas de participação em sistemas de governação complexos, ilustrando como estes processos participativos podem melhorar as práticas democráticas.

Segundo O'Flynn (2019), a democracia participativa enfatiza os princípios de inclusão democrática na tomada de decisão, promovendo princípios igualitários de envolvimento aberto entre participantes e partes interessadas. Em paralelo, as práticas deliberativas têm vindo a aprofundar o debate académico sobre as suas potencialidades e riscos, procurando aumentar a capacidade dos cidadãos de se expressarem em debates, por vezes controversos, sobre questões de difícil resolução, em contextos em que a comunicação seja livre de qualquer coerção (Habermas, 1989; Seifert, 2006; Fishkin, 2009). As práticas deliberativas inspiram-se nas teorias da democracia deliberativa, que enfatizam o mérito das decisões políticas tomadas através de intercâmbios abertos e fundamentados, contribuindo para a melhoria da capacidade de reflexão dos cidadãos enquanto agentes racionais, capazes de formular os seus interesses com base num estatuto igualitário e no respeito mútuo (Ryfe e Stalsburg, 2012; Bächtiger *et al.*, 2019).

De um modo geral, as teorias da democracia participativa e deliberativa podem ser entendidas como as principais correntes de pensamento que fundamentam a prática do envolvimento cívico para além dos mecanismos previstos pela democracia representativa. Estas teorias auxiliam na compreensão e avaliação da legitimidade democrática de um vasto leque de práticas que, no entanto, enfrentam múltiplos desafios. Por exemplo, Young (2000) identifica vários obstáculos que podem dificultar o envolvimento dos cidadãos, com ênfase nas desigualdades socioeconómicas, sublinhando a necessidade de uma maior justiça e inclusão social, a serem promovidas através deste tipo de processos. De forma semelhante, Ercan e Dryzek (2015) comentam que existem barreiras significativas relacionadas com a discriminação religiosa, racial e outras, que acabam por excluir largos estratos da população e/ou constranger a realização de uma comunicação verdadeiramente livre nestas práticas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

2. Inovações Democráticas

O debate sobre a participação cidadã nas suas múltiplas vertentes, com particular destaque para os princípios e práticas inspirados nas teorias da democracia participativa e deliberativa, tem vindo a crescer significativamente nos últimos anos. O conceito de Inovações Democráticas (IDs) permite identificar traços e trajetórias comuns a um conjunto de práticas diversas, mas que ambicionam, de forma semelhante, melhorar as nossas democracias. De um modo geral, as IDs são concebidas para fortalecer a qualidade da democracia representativa (Geissel, 2012), aprofundando e reimaginando o papel dos cidadãos na tomada de decisões políticas (Smith, 2009; Elstub e Escobar, 2019). Segundo Wright (2010), as IDs agregam um potencial transformador das relações de poder, permitindo o aprofundamento e alargamento da democracia. Ao enumerar as características do que o autor define como "utopias reais", argumenta contra as injustiças perpetradas pelo capitalismo. O aumento do poder social através da sua democratização pode enfraquecer as relações de poder capitalistas e gerar efeitos cumulativos.

O conceito de IDs foi apresentado de forma mais estruturada por Graham Smith em duas publicações. A primeira foi um estudo encomendado pelo *POWER Inquiry* em 2005, onde Smith (2005) cunhou o termo para se referir a práticas distintas através das quais os cidadãos participam na democracia. A segunda foi a sua obra fundamental *Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation* (2009). No primeiro estudo, Smith (2005) oferece uma análise abrangente de cinquenta e sete IDs, com foco em onze estudos de caso. As inovações são analisadas com base nos seus mecanismos de seleção, formas de envolvimento e papéis na tomada de decisões, avançando para uma análise pormenorizada da desconexão entre governantes e governados, não só no Reino Unido, mas também em várias democracias consolidadas. O estudo identifica ainda barreiras à participação, incluindo prioridades políticas conflitantes, programas de participação mal concebidos, falta de recursos, cepticismo quanto ao impacto da participação e resistência institucional. Além disso, sublinha a necessidade de mudança cultural dentro das autoridades políticas, o envolvimento de entidades independentes na facilitação da participação, a alocação de recursos dedicados e a criatividade nas estratégias participativas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Posteriormente, Smith (2009) aprimora a definição de IDs, reconhecendo-as como "instituições especificamente desenhadas para aumentar e aprofundar a participação cidadã no processo de tomada de decisão política" (ibidem, 1). O quadro analítico destas inovações assenta em quatro critérios: inclusão, controlo popular, julgamento ponderado e transparência. Smith distingue diferentes tipos de IDs, tais como assembleias populares, mini-públicos, orçamentos participativos, legislação direta e e-democracia. Mais recentemente, Elstub e Escobar (2019, p. 11) acrescentam que as IDs são tanto instituições quanto processos "novos para uma questão política, função política ou nível de governação, desenvolvidos para reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos nos processos de governação, aumentando as oportunidades de participação, deliberação e influência". Estes autores identificam quatro grandes famílias de IDs: mini-públicos deliberativos, orçamento participativo, governação colaborativa e referendos/iniciativas cidadãs, sendo que a participação digital é considerada uma categoria transversal, em vez de um tipo isolado de ID.

O contexto sociopolítico e institucional que levou ao desenvolvimento das IDs lançou as bases para um tema central que ainda estrutura este campo de estudo. Em síntese, assistimos a duas grandes abordagens teóricas que dialogam entre si de forma, a nosso ver, muito interessante. Por um lado, uma abordagem institucionalista, que destaca os esforços das instituições governamentais para convidar os cidadãos a participarem na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas (Smith, 2009). Warren (2009) propõe o conceito de *governance-driven democratization*, que descreve experiências políticas lideradas por elites para aumentar a influência dos cidadãos sobre as decisões coletivas. Por outro, uma abordagem *bottom-up*, que se concentra no papel dos cidadãos na promoção das IDs através de processos autónomos e auto-organizados (Blanco *et al.*, 2020). Della Porta e Felicetti (2022) sublinham o papel dos movimentos sociais como agentes das IDs, defendendo que a interação entre IDs e mobilizações sociais é essencial para enfrentar as tensões e desafios da democracia contemporânea. Bua e Bussu (2021) inovam neste modelo, introduzindo a distinção entre *governance-driven democratization*, uma abordagem *top-down* promovida por elites políticas para melhorar a formulação de políticas e fortalecer a legitimidade institucional, e *democracy-driven governance*, uma abordagem *bottom-up* liderada por cidadãos para promover justiça social e transformação política.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

2.1. Revisão histórica das IDs e o seu papel para a sustentabilidade

A revisão histórica das IDs e do seu papel para a sustentabilidade foi um dos produtos do projeto europeu INCITE-DEM – *Inclusive Citizenship in a World in Transformation: Co-Designing for Democracy*, o qual tem como objetivo estudar e fortalecer a participação inclusiva e a expansão das inovações democráticas em democracias representativas. Diante de desafios globais como a crise sócio-ecológica, as transformações digitais e a atual polarização política, o projeto tem procurado oferecer novas perspectivas sobre o futuro da democracia com foco na Europa. Assim, considerando a principal literatura científica produzida em torno da definição das IDs, procurou-se desenvolver uma análise longitudinal, analisando a evolução ao longo do tempo, as tipologias e a relação com a sustentabilidade social e ambiental das IDs no contexto europeu. Esta tarefa envolveu ainda a construção de uma base de dados robusta sobre práticas inovadoras de participação cidadã, permitindo um mapeamento detalhado das dinâmicas institucionais e sociais no âmbito das IDs.

A nossa metodologia juntou uma primeira fase exploratória com o fim de identificar as etapas mais significativas na história recente que nos permitem destacar padrões e tendências emergentes neste âmbito de estudos. Seguidamente, avançamos por uma *scoping review* (SR) que teve como objetivo mapear sistematicamente a literatura existente sobre IDs em relação à sustentabilidade ambiental e social. Esta metodologia foi escolhida por permitir uma abordagem estruturada, abrangente e replicável na revisão de um vasto corpo de trabalhos, minimizando os vieses frequentemente presentes em revisões tradicionais da literatura[1]. Para este efeito, selecionamos três categorias de IDs para análise – Mini-Públicos Deliberativos (DMP), Orçamento Participativo (OP) e Governação Participativa/Colaborativa (GP/GC). Esta seleção foi feita considerando as trajetórias históricas da participação cidadã apesar de reconhecer que um dos principais desa-

1 A SR seguiu um protocolo em três fases: (1) identificação e recolha de literatura, (2) seleção baseada em critérios predefinidos e (3) análise dos principais temas e lacunas existentes. As IDs foram classificadas em três grandes categorias — DMPs, OP e GP/GC — e foi também avaliado o papel da Participação Digital. Os resultados demonstram o potencial das IDs para fortalecer o envolvimento democrático e a eficácia da governança, embora persistam desafios, especialmente no que diz respeito à inclusividade e institucionalização a longo prazo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

fios enfrentados pelos académicos dedicados à teorização das IDs tem sido exatamente a criação de tipologias que classifiquem os diferentes formatos destas inovações (Elstub e Escobar, 2019; Geissel, 2012; Pogrebinschi, 2023; Smith, 2009)[2].

A SR resultou na identificação de 1441 documentos sobre sustentabilidade social (1976-2022) e 923 documentos sobre sustentabilidade ambiental (1994-2022). Após o refinamento, chegámos a um total de 347 referências para sustentabilidade social e 345 para sustentabilidade ambiental.

Para além das revisões descritas acima, entrevistámos um conjunto de 18 especialistas internacionais sobre esta matéria. O objetivo destas entrevistas foi, em primeiro lugar, de compreender melhor a disseminação histórica das três tipologias de IDs, procurando especialmente aspetos menos documentados ou conhecidos. Em segundo lugar, pretendemos refletir sobre o potencial de cada tipologia de ID para avançar a agenda da sustentabilidade social e ambiental.

Em paralelo, conduzimos também uma pesquisa arquivística para fornecer insights para a revisão histórica, através da análise de uma amostra de práticas exemplares de participação desenvolvidas em nove países-membros europeus, com o apoio de membros do nosso consórcio. Os materiais cobertos pela pesquisa arquivística documentam diferentes formas e casos de participação e envolvimento político ao longo da história contemporânea europeia, resvalando algumas tendências de mobilização cívica que merecem maior aprofundamento em futuras investigações[3].

Juntamente à revisão de literatura científica, às entrevistas com especialistas internacionais e a pesquisas de arquivo realizada com os mem-

2 A escolha baseou-se em dois critérios principais. Do ponto de vista teórico, procuramos produzir conhecimento sobre as trajetórias históricas das IDs, permitindo-nos compreender as origens e a evolução destas inovações na Europa. A literatura sugere que estas categorias proporcionam uma visão mais matizada das diferentes formas de participação e deliberação desenvolvidas até agora. Do ponto de vista pragmático, tomamos decisões com base no tempo e nos recursos humanos disponíveis.

3 Por exemplo, encontrámos que os casos de Espanha e Portugal focam nas transições democráticas; os de Alemanha e Itália centram-se nos movimentos antinucleares da década de 1970; o caso da Noruega destaca os protestos indígenas contra a energia eólica; a Finlândia e a Eslovénia têm casos que enfatizam a reivindicação da propriedade pública nas décadas de 1970-1980; e, finalmente, os casos da Estónia e dos Países Baixos analisam o envolvimento comunitário na promoção de valores sociais e na defesa do espaço público.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

bros do consórcio, foi realizada uma base de dados que junta informação de casos recolhidos através da consulta sistemática de plataformas de acesso aberto que disponibilizam dados sobre IDs: Participedia[4], a base de dados da OCDE sobre Processos e Instituições Deliberativas Representativas[5], a *Knowledge Network on Climate Assemblies* (KNOCA)[6], G1000[7] e o Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP)[8]. A informação sobre IDs fornecida por estas fontes foi compilada e tratada pela equipa de investigação, colecionando um total de 1045 casos, abrangendo o período desde o final da década de 1970 até ao presente, e cobrindo todos os países do continente europeu. Para este efeito, a equipa de investigação definiu um conjunto de dimensões relevantes para o mapeamento dessas IDs:

- Tipo de ID:
  - Orçamento Participativo (OP)
  - Mini-Públicos Deliberativos (DMPs)
  - Governação Participativa e Colaborativa (GP/GC)

4 Participedia é um dos principais recursos sobre IDs, tanto para investigadores como para profissionais. O projeto foi liderado por Archon Fung e Mark Warren (2011) e baseia-se numa rede global de investigadores e ativistas. A plataforma é colaborativa e permite que qualquer cidadão contribua para expandir o seu arquivo, seja adicionando novos casos ou editando os existentes.

5 A base de dados da OCDE sobre Processos e Instituições Deliberativas Representativas é baseada em pesquisa documental sobre práticas deliberativas em todo o mundo. Os investigadores da OCDE utilizam diversas fontes, incluindo submissões à OCDE *Innovative Citizen Participation Network* (ICPN), a rede internacional Democracy R&D de praticantes deliberativos, publicações académicas, literatura cinzenta e artigos de imprensa. Cada caso é analisado individualmente para garantir a qualidade dos dados.

6 KNOCA é uma rede de investigadores e ativistas que fornece conhecimento e aconselhamento a decisores políticos que procuram conceber e implementar IDs com foco em questões ambientais e climáticas. Como parte das suas atividades, a KNOCA arquiva IDs de todo o mundo.

7 G1000 é uma plataforma sediada na Bélgica, que presta apoio a cidadãos e decisores políticos na conceção e implementação de iniciativas de participação cidadã a nível local, regional e nacional. Tal como a KNOCA, o G1000 arquiva casos de IDs, com um foco específico na Europa.

8 O OIDP é uma rede internacional de organizações, administrações municipais e instituições de investigação dedicadas à promoção do conhecimento sobre práticas participativas. Uma das suas atividades é arquivar casos de IDs.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

- Participação Digital (não sendo uma categoria autónoma, foi incluída para abranger casos mais difíceis de classificar, como plataformas digitais para sugestões e comentários).
- As opções de categorização foram mutuamente exclusivas – um caso não podia ser classificado simultaneamente como OP e DMP, por exemplo.

➤ País e localidade onde a Inovação Democrática foi implementada:

- Para iniciativas de escala nacional, apenas o país foi registado, sem especificação da localidade.

➤ Número total de participantes envolvidos na ID.

- Duração total da Inovação Democrática, medida em dias.
- Isto foi calculado com base na diferença entre a data de início e a data de fim da iniciativa.

➤ Nível de governação em que a ID foi implementada:

- Local – restringida a um território específico, como um município.
- Regional – aplicada em várias localidades, sob administração de governos regionais ou metropolitanos.
- Nacional – implementada a nível estatal, muitas vezes por agências governamentais ou instituições representativas.
- As categorias foram tratadas como mutuamente exclusivas.

➤ Área de política pública à qual a ID está associada:

- As opções de categorização foram baseadas no esquema da Participedia e tratadas como mutuamente exclusivas.

➤ Presença de componentes digitais na ID:

- Exemplos: plataformas online para votação em propostas ou uso de videoconferências para deliberações.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

3. Aprendizagens sobre Inovações Democráticas e Sustentabilidade na Europa

3.1. O pós-guerra

No pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela descolonização e pelos movimentos pelos direitos civis sob a sombra da Guerra Fria, a literatura académica começou a focar-se cada vez mais na expansão das liberdades civis liderada por movimentos de base. Assim, o conceito e a defesa de uma democracia mais participativa começaram a ganhar palco. As mudanças nas atitudes sociais e políticas nas democracias ocidentais durante as décadas de 1960 e 1970, tanto a nível societal como institucional, desencadearam grandes debates sobre a teoria democrática, tanto dentro como fora da academia.

Fora do meio académico, pressões de base oriundas de ativistas estudantis, sindicatos e novos movimentos sociais – com causas como o feminismo, antirracismo e o ambientalismo – ofereceram críticas tanto à democracia representativa liberal no mundo capitalista como ao planeamento centralizado e burocrático de estilo soviético praticado nos países socialistas.

Nos Estados Unidos, a década de 1960 foi marcada pela publicação da Declaração de Port Huron, um documento redigido pelos ativistas estudantis do *Students for a Democratic Society* em 1962, para exigir uma democracia participativa na qual os cidadãos pudessem participar diretamente nas decisões que afetavam as suas vidas. No mesmo período, do outro lado do Atlântico, as circunstâncias sociopolíticas que levariam aos eventos de maio de 1968 estavam a desenrolar-se. Foi neste contexto que o teórico marxista urbano Henri Lefebvre publicou o influente ensaio "O Direito à Cidade" publicado em 1968, onde, entre outras propostas, defendia uma maior e mais significativa participação dos trabalhadores e dos habitantes marginalizados nas decisões de planeamento urbano, em oposição à crescente mercantilização dos espaços urbanos. O período pós-guerra, nomeadamente a ascensão dos movimentos pelos direitos civis e as mobilizações estudantis nos anos 1960, passou a ser amplamente reconhecido como um marco histórico a partir do qual as "práticas precursoras" das atuais IDs começaram a emergir nos países ocidentais. De um modo geral, estes movimentos exigiam uma redistribuição do poder na sociedade.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Paralelamente a estes desenvolvimentos, as instituições governamentais começaram a fazer os primeiros esforços para incorporar o que hoje conhecemos mais difusamente como IDs, sobretudo em iniciativas de planeamento urbano e combate à pobreza. Por exemplo, nos Estados Unidos, o programa *Model Cities* foi impulsionado pela crescente complexidade das sociedades industrializadas, que colocava novas exigências ao Estado e aos processos políticos. Embora a ideia de participação cidadã nas políticas sociais estivesse presente desde o final da década de 1950 (Marris e Rein, 1967), foi apenas com a "Guerra à Pobreza" do presidente Lyndon Johnson que surgiu uma iniciativa governamental abrangente para integrar e promover o envolvimento das comunidades vulneráveis na formulação de políticas sociais (Chertow, 1974).

Durante as décadas de 1960 e 1970, a participação foi operacionalizada principalmente através de iniciativas de consulta, que visavam fortalecer a capacidade das autoridades locais para conceber políticas sociais mais eficazes. Embora alguns autores tenham questionado a eficácia destas iniciativas para superar a exclusão social, outros destacaram os benefícios em termos de aumento da eficácia política das comunidades e do seu envolvimento geral no processo de formulação de políticas (Chertow, 1974). Apesar do relativo sucesso desses experimentos de participação cidadã, muitos destes programas foram significativamente reduzidos com a eleição da Administração Nixon em 1968.

3.2. As décadas de 1960 e 1970

Foi neste ambiente sociopolítico que a primeira grande vaga de debates académicos sobre a participação cidadã emergiu. Segundo Smith (2019), as obras de Arnstein (1969) e Pateman (1970) são dois marcos na evolução das IDs. A contribuição seminal de Arnstein (1969) continua fundamental para compreender diferentes níveis de participação cidadã e seus impactos para processos de tomada de decisões. A autora aborda este tema através de uma ótica crítica contra as tentativas de cooptação de manipulação que grupos mais poderosos em detrimento de um real envolvimento da sociedade civil. Assim, existem diferentes "gradientes" de participação cidadã em contextos sociopolíticos caracterizados por disputas de poder, remarcando

CONSEQUÊNCIA EDITORA

assim um dos temas mais debatidos no alvo da teoria da democracia participativa, relativamente à possibilidade real de partilha de poder entre elites e sociedade. Pateman, na sua obra de 1970, criticou as teorias democráticas elitistas da época, que reduziam a democracia a um conjunto de instituições destinadas apenas a garantir eleições livres e competitivas. Pateman argumentava que estas teorias falham ao não reconhecer o potencial transformador da participação cidadã na construção de valores democráticos e na promoção da eficácia política.

Este debate tornou-se fundamental para os desenvolvimentos das décadas seguintes, nomeadamente com o surgimento do OP e a viragem deliberativa na teoria democrática.

3.3. As décadas de 1980 e 1990

Embora as décadas de 1960 e 1970 tenham sido fundamentais para a revitalização da tradição participativa, as décadas seguintes testemunharam a proliferação de novas práticas participativas. Destaca-se, sobretudo, a explosão do OP no Brasil e a sua posterior disseminação global. Baiocchi (2005) define o OP como um mecanismo de tomada de decisões onde os residentes de uma cidade decidem diretamente, ou contribuem para a decisão, sobre a alocação do orçamento municipal. De forma geral, o OP refere-se a um conjunto de práticas que permitem aos cidadãos influenciar diretamente a distribuição de fundos públicos numa determinada jurisdição administrativa (Ganuza e Baiocchi, 2019). Segundo Sintomer *et al.* (2012), o OP caracteriza-se como um processo democrático no qual cidadãos e organizações da sociedade civil participam na preparação do orçamento, sublinhando a natureza colaborativa deste mecanismo, que visa promover a participação cidadã e a responsabilização dos governos. Embora haja uma grande diversidade de modelos de OP ao longo do tempo e em diferentes contextos (Ganuza e Baiocchi, 2012), os cidadãos são frequentemente convidados a participar na formulação do orçamento, podendo submeter propostas, deliberar sobre elas e votar (Smith, 2009).

A emergência do OP está firmemente enraizada no Brasil. Em 1985, Collares foi eleito presidente da câmara de Porto Alegre, com um programa baseado no fortalecimento das relações entre a administração pública e

CONSEQUÊNCIA EDITORA

os movimentos sociais urbanos. Em 1988, a nova Constituição Brasileira garantiu o direito à participação cidadã. No mesmo ano, a câmara municipal criou conselhos consultivos para debater políticas urbanas com os movimentos sociais. Contudo, foi apenas em 1989, com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de Porto Alegre, que o conceito de democracia participativa começou a ser implementado. O partido desenvolveu o OP como uma estratégia para fortalecer o envolvimento popular na gestão dos recursos públicos.

Entre os factores que permitiram o desenvolvimento do OP no Brasil, destacamos a transição da ditadura para a democracia nos anos 1980, que gerou intensa mobilização de movimentos sociais e sindicatos exigindo maior participação no processo decisório. Em conjunto, as reformas administrativas que garantiram maior autonomia e descentralização para os municípios, permitiram maior experimentação democrática (Falanga e Lüchmann, 2020).

À medida que o OP se consolidava em Porto Alegre, a prática começou a espalhar-se por outros municípios brasileiros e, eventualmente, pelo mundo (Ganuza e Baiocchi, 2012). Embora os objetivos do OP possam variar conforme o contexto, no Brasil o foco principal era redistributivo, visando empoderar comunidades tradicionalmente marginalizadas ao permitir-lhes influenciar diretamente as políticas públicas e o investimento em infraestrutura. Como relata De Sousa Santos (1998), em menos de 10 anos, o OP de Porto Alegre conseguiu expandir significativamente o acesso ao saneamento básico e melhorar a pavimentação das ruas, além de fortalecer o ensino formal para as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Numa recém-publicada entrevista a Yves Cabannes (Falanga *et al*., 2025) apresenta-se uma reflexão crítica sobre as transformações do OP ao longo das últimas décadas. Cabannes enfatiza que, embora o OP tenha sido inicialmente impulsionado por movimentos de base e por uma lógica redistributiva e de justiça social, a sua institucionalização em diferentes países muitas vezes levou a uma diluição de seu potencial transformador. A entrevista também explora a influência de distintos paradigmas na evolução do OP, incluindo a gestão pública neoliberal (*New Public Management*), a governança democrática e a instrumentalização da participação por parte de organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial. Cabannes sublinha que a essência do OP deveria residir na inversão de prioridades

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sociais, espaciais e políticas, garantindo que os cidadãos historicamente marginalizados tenham uma voz ativa na alocação orçamentária.

Após o sucesso do OP em várias cidades brasileiras e latino-americanas, a prática começou a espalhar-se globalmente, desde a Europa Ocidental até África e Ásia (Sintomer *et al*., 2012). Organizações internacionais como a OCDE, a ONU e o Banco Mundial viram no OP um instrumento para melhorar a governança (Ganuza e Baiocchi, 2012). Segundo Sintomer *et al*. (2008), a primeira vaga de adoção do OP na Europa ocorreu em países do Sul da Europa, como Espanha e Itália. À medida que os anos 2000 avançaram, o OP expandiu-se para Portugal, Reino Unido, França, Alemanha e países escandinavos (Sintomer *et al*., 2012). Contudo, alguns académicos observaram que o OP sofreu transformações significativas à medida que se difundia da América Latina para a Europa. Enquanto o OP no Brasil era explicitamente voltado para a justiça social e a redistribuição de recursos, na Europa foi implementado principalmente para fortalecer a transparência, modernizar a administração pública e legitimar decisões políticas (Ganuza e Baiocchi, 2019).

3.4. As décadas de 1990 e 2000

Enquanto o OP se espalhava globalmente, o debate académico começou a desenvolver-se em novas direções, desta vez a partir do Norte Global. Nos anos 1990, a legitimidade democrática passou a ser vista cada vez mais como dependente da capacidade dos cidadãos participarem em espaços deliberativos (Dryzek, 2000). Este desenvolvimento ficou conhecido como "viragem deliberativa" (Hansen, 2012). Segundo Dryzek (2000, p.1), a deliberação pode ser definida como "um processo social distinto de outros tipos de comunicação, no qual os participantes estão dispostos a mudar os seus julgamentos, preferências e pontos de vista ao longo das interações, que envolvem persuasão em vez de coerção, manipulação ou engano."

Duas ideias fundamentais moldam a teoria da democracia deliberativa. Por um lado, a esfera pública, conceito desenvolvido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (1989), que descreve o espaço onde os cidadãos participam politicamente através da ação comunicativa e do debate sobre preocupações comuns. Por outro, a razão pública, conceito de John Rawls

CONSEQUÊNCIA EDITORA

(1997), que enfatiza a necessidade de justificar preferências políticas e morais de forma aceitável para os demais cidadãos.

A partir dos anos 2000, os DMPs tornaram-se a principal aplicação prática da democracia deliberativa (Elstub, 2014). Os DMPs reúnem pequenos grupos representativos de cidadãos para deliberar sobre questões políticas específicas. Os participantes são selecionados aleatoriamente, procurando refletir a diversidade da população. Modelos notáveis de DMPs incluem sondagens deliberativas (*deliberative polling*) promovidas por James S. Fishkin pela primeira vez em 1988, Conferências de consenso promovidas pelo Conselho de Tecnologia da Dinamarca (1980s), e Assembleias de cidadãos, como a que foi promovida na Columbia Britânica em 2004. Os DMPs são vistos como um instrumento para aprofundar a democracia, mitigando as falhas da democracia representativa (Fung e Wright, 2003), reforçando a legitimidade das decisões públicas (Chambers, 2003) e combatendo a crise de confiança nas instituições democráticas (Gherghina e Geissel, 2020).

3.5. As décadas 2010 e 2020

O campo conceitual das IDs após os anos 2010 tem sido marcado por perspectivas e abordagens diversas. Embora haja um consenso sobre a centralidade da participação cidadã e sobre o potencial das IDs para enfrentar os desafios democráticos contemporâneos, surgem divergências entre os autores relativamente à definição do conceito, aos critérios de avaliação, ao foco no ciclo político e à predominância do paradigma deliberativo. Este debate reflete uma compreensão em evolução das IDs, abrangendo tanto abordagens *top-down* (governamentais) como *bottom-up* (cidadãs) e destacando a interação dinâmica entre inovação institucional e o papel dos cidadãos nos processos democráticos.

Ao caracterizar as IDs como instituições desenhadas para aumentar e aprofundar a participação cidadã na tomada de decisão política, Smith (2009) destaca a importância de envolver cidadãos não-partidários, em vez de especialistas ou grupos organizados. O autor propõe avaliar estas inovações com base em seis dimensões:

CONSEQUÊNCIA EDITORA

1. Inclusão – Quem participa e como?
2. Controlo popular – Até que ponto os cidadãos influenciam as decisões?
3. Julgamento ponderado – Há espaço para deliberação informada?
4. Transparência – O processo é aberto e compreensível?
5. Eficiência – Os resultados justificam o custo do processo?
6. Transferibilidade – A inovação pode ser replicada noutros contextos?

Brigitte Geissel (2012, p. 13), por sua vez, define as IDs como práticas e processos que melhoram a qualidade democrática, com enfoque na participação cidadã na tomada de decisão, deliberação e influência política. A autora propõe um modelo de avaliação baseado em quatro dimensões:

1. Legitimidade do *input* – Quem está envolvido e em que condições?
2. Processo democrático – Como é feita a deliberação?
3. Efetividade – As decisões são implementadas?
4. Educação cívica – Os cidadãos aprendem e se tornam mais politicamente ativos?

Elstub e Escobar (2019) alargam a definição de IDs para incluir processos de governação que procuram democratizar a formulação de políticas e reimaginar o papel dos cidadãos.

Mais recentemente, Pogrebinschi (2023) propõe centrar as IDs no ciclo político, enfatizando instituições, processos e mecanismos que fortalecem a democracia através da participação cidadã. Para esta autora, as IDs incluem instituições participativas, processos consultivos e mecanismos de decisão direta, como plebiscitos e referendos.

O desafio futuro das IDs será equilibrar inovação institucional e participação cidadã, garantindo que estes processos não se tornem meramente consultivos, mas promovam uma redistribuição efetiva do poder.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

4. Tipologias de Inovações Democráticas e Sustentabilidade

4.1. Sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são utilizados como quadro de referência para a sustentabilidade social e ambiental, permitindo desconstruir as diferentes dimensões destes conceitos ao longo do tempo. O conceito de sustentabilidade foi definido há mais de 40 anos com o objetivo de garantir uma boa qualidade de vida para as gerações futuras. Nas últimas décadas, o debate sobre sustentabilidade tem recebido atenção crescente, alimentando reflexões sobre que modelo de desenvolvimento é viável num contexto de destruição ecológica e privação socioespacial (UN, 2015). Assim, a sustentabilidade deve ser assegurada através de mudanças multiníveis, estruturadas em dois pilares principais: a sociedade e o ambiente.

O conceito de sustentabilidade passou por uma evolução notável, desde as suas raízes no movimento conservacionista do início do século XX até ao seu estatuto atual como um quadro abrangente que integra dimensões ambientais, económicas e sociais. A trajetória histórica da sustentabilidade destaca a interconexão entre ambiente e economia. O conceito evoluiu de um foco singular na conservação para uma abordagem holística, que inclui dimensões económicas e sociais. Atualmente, assiste-se a uma mudança de preocupações globais para ações locais, reforçando a importância das iniciativas comunitárias. Além disso, há uma tendência crescente de integração da sustentabilidade em políticas públicas e estratégias empresariais, promovendo responsabilidade social corporativa e práticas éticas. Este percurso reflete um reconhecimento crescente da necessidade de uma abordagem equilibrada, que garanta saúde ambiental, desenvolvimento económico sustentável e justiça social.

4.2. Sustentabilidade Social

Por sustentabilidade social, entende-se a capacidade de uma sociedade promover e preservar a justiça social, a equidade e a inclusão, garantindo que todas as pessoas, independentemente das suas características ou contextos, possam participar plenamente na vida comunitária e beneficiar equitativamente do progresso económico, social e político. Envolve ainda a criação

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de instituições eficazes e transparentes, o respeito pelos direitos humanos, a valorização da diversidade cultural e social, bem como o fortalecimento da coesão social e do sentimento de segurança colectiva, assegurando assim o bem-estar e a qualidade de vida das gerações atuais sem comprometer as futuras. Tendo este conceito como base, escolhemos os seguintes ODSs como exemplares da sustentabilidade social.

- ODS 1 – Erradicação da Pobreza: Objetiva "acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares" e reconhece a interseção entre pobreza e sustentabilidade ambiental, bem como a relação entre erradicação da pobreza e saúde ambiental (Barbier, 2010).
- ODS 2 – Erradicação da Fome: Defende "erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável", sublinhando a importância de práticas agrícolas sustentáveis na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade (Godfray *et al*., 2010).
- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: Procura "assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades", realçando o papel dos ecossistemas saudáveis no fornecimento de serviços essenciais, como ar puro, água potável e recursos medicinais (Whitmee *et al*., 2015).
- ODS 4 e 5 – Educação de Qualidade e Igualdade de Género: Destacam a importância da educação na promoção de práticas sustentáveis e o papel crucial das mulheres na gestão dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Tilbury, 2011; Leach, 2007).
- ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico: Enfatiza a necessidade de integrar considerações ambientais no crescimento económico, promovendo práticas verdes nos setores econômicos (Sen, 2013).
- ODS 10 e 11 – Redução das Desigualdades e Cidades Sustentáveis: Reforçam a importância da coesão social e do planeamento urbano sustentável como componentes essenciais da sustentabilidade (Holland *et al*., 2009; Revi *et al*., 2014).
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes: Visa "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável" e destaca a importância da paz e de instituições eficazes para a implementação de políticas ambientais sustentáveis (Bruch *et al*., 2016).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

4.3. Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental refere-se à capacidade de preservar e restaurar os ecossistemas naturais, garantindo o uso responsável dos recursos para que as necessidades das gerações presentes sejam satisfeitas sem comprometer a capacidade das futuras. Envolve a proteção da biodiversidade, a mitigação dos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente e a promoção de práticas regenerativas que favoreçam o equilíbrio ecológico. Também abrange a redução da pegada ecológica, a transição para modelos de produção e consumo sustentáveis, a gestão eficiente dos recursos naturais e a adaptação às alterações climáticas. Para garantir a integridade dos sistemas ambientais essenciais à vida, é fundamental adotar políticas e estratégias que incentivem uma economia circular, a descarbonização, a conservação dos habitats naturais e o uso sustentável dos solos, da água e dos oceanos. Tendo este conceito como base, escolhemos os seguintes ODSs como exemplares da sustentabilidade ambiental.

- ODS 6 – Água Potável e Saneamento: Pretende "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e do saneamento para todos", reconhecendo a importância da água nos ciclos ecológicos e o impacto da sua má gestão na biodiversidade (Biswas, 2008).
- ODS 7 – Energias Renováveis: Objetiva "assegurar o acesso a energia acessível, fiável, sustentável e moderna para todos", sendo essencial para reduzir emissões de gases com efeito de estufa e mitigar as alterações climáticas (Bridge *et al.*, 2013).
- ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis: Defende a necessidade de crescimento económico sem exploração excessiva dos recursos naturais (Lorek e Spangenberg, 2014).
- ODS 13 – Ação Climática: Apela a "ações urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos", dado que estas representam uma ameaça à estabilidade ecológica (Stern, 2015).
- ODS 14 – Vida Marinha: Foca-se na "conservação e uso sustentável dos oceanos", alertando para os impactos da sobrepesca, poluição e acidificação na biodiversidade marinha (Halpern *et al.*, 2008).

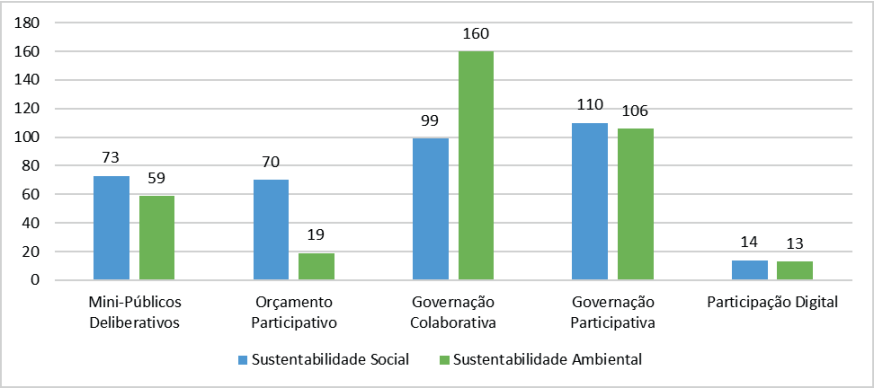
CONSEQUÊNCIA EDITORA

- ODS 15 – Vida Terrestre: Destaca a necessidade de proteger e restaurar os ecossistemas terrestres, essenciais para a estabilidade ecológica e o bem-estar humano (Foley *et al.*, 2005).

4.4. Resultados principais da revisão sistemática da bibliografia

Os dados recolhidos através da revisão histórica mostram que as IDs desempenham um papel fundamental no avanço da sustentabilidade ambiental. Este envolvimento abrange uma ampla gama de atividades, desde iniciativas de base até à participação em processos de formulação de políticas. A participação cidadã capacita indivíduos e comunidades para contribuírem ativamente para a proteção e gestão ambiental. O envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão ambiental pode conduzir a resultados mais sustentáveis, garantindo que as políticas e ações refletem as necessidades e valores locais. Além disso, esta participação promove uma maior consciencialização e compreensão das questões ambientais, incentivando a ação coletiva em direção a práticas sustentáveis.

Figura 1. Número de publicações sobre IDs e Sustentabilidade Ambiental & Social por tipologia de IDs



Fonte: Elaboração dos autores.

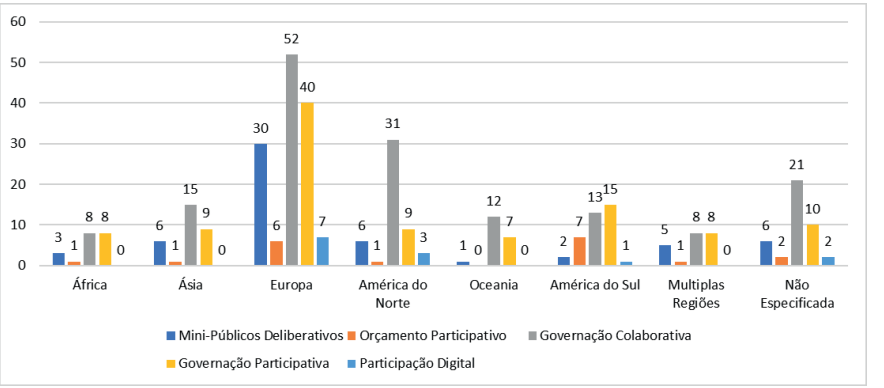
Como ilustrado na Figura 1, as práticas de GP&GC são as mais representadas nos artigos analisados, seguidas pelos DMPs e pelo OP. A

CONSEQUÊNCIA EDITORA

GP&GC tende a ter desenhos institucionais mais flexíveis, pois envolve múltiplos atores além dos processos de tomada de decisão conduzidos pelas autoridades públicas. Há um equilíbrio na distribuição da GP em relação à sustentabilidade social e ambiental, enquanto a GC se orienta mais para questões ambientais e climáticas, devido ao seu caráter *multistakeholder*. Esta característica parece ajustar-se melhor a contextos de conflito ou desacordo, como questões de gestão ambiental e mudanças climáticas.

Apesar do crescente interesse e debate em torno dos DMPs e das questões climáticas, evidenciado pela expansão das Assembleias Climáticas, os DMPs continuam mais ligados a temas de sustentabilidade social. Relativamente ao OP, este tem menor ligação à sustentabilidade ambiental quando comparado com questões sociais. Esta tendência está em conformidade com a literatura sobre a natureza redistributiva do OP, bem como com as tendências emergentes do seu carácter mais tecnocrático alinhado com o proposto pelos modelo *New Public Management* e *good governance*, que favorecem uma abordagem orientada para a prestação de contas e a eficiência financeira.

Figura 2. Número de publicações sobre IDs e Sustentabilidade Ambiental por regiões do globo



Fonte: Elaboração dos autores.

No que diz respeito à distribuição geográfica das publicações sobre IDs para a sustentabilidade ambiental, como espelhado na Figura 1, a Europa

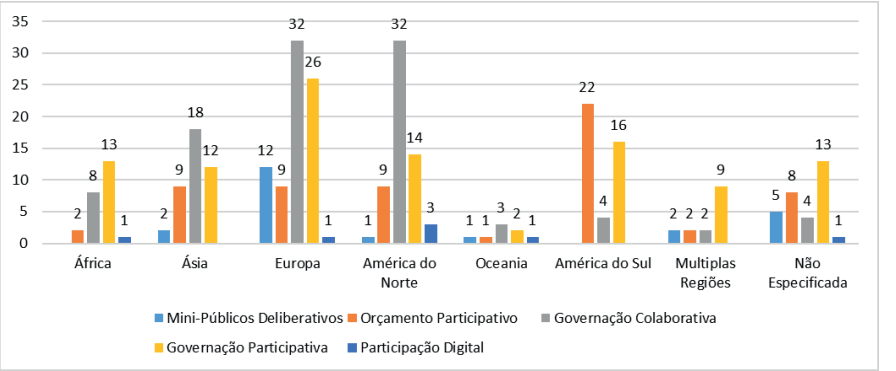
CONSEQUÊNCIA EDITORA

destaca-se como a região com o maior número de artigos nas três tipologias analisadas. O principal foco na Europa é a GC, seguida da GP. A América do Norte também apresenta um número significativo de publicações associadas ao estudo da GC. Na Ásia, as abordagens mais proeminentes na literatura são GC e GP. Na América do Sul, observa-se um equilíbrio entre GC e GP, com um número crescente de estudos sobre OP. Tanto a África como a Oceania apresentam um número menor de publicações no geral. Na África, há uma predominância de estudos sobre GC e GP. Na Oceânia, também se verifica uma distribuição maior entre GC e GP. Por fim, existe um número considerável de artigos que analisam múltiplas regiões. A categoria mais prevalente é GP&GC, com a GC presente em 160 artigos selecionados, refletindo um interesse amplo em todas as regiões. A GP está representada em 106 artigos, bem distribuídos globalmente. Os DMPs e os OPs têm menor representação, com mais investigação sobre DMPs na Europa e mais estudos sobre OPs na América do Sul.

A Participação Digital surge como uma dimensão transversal, sendo explicitamente referida em 13 artigos, com um foco predominante na Europa. A participação cidadã é igualmente crucial para a sustentabilidade social, pois promove a inclusão e garante que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas no processo de tomada de decisão. Esta inclusividade é essencial para construir comunidades resilientes e coesas, capazes de enfrentar desafios sociais. O envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento e implementação de políticas e iniciativas que afetam as suas vidas conduz a resultados mais justos e equitativos. Além disso, essa participação fortalece os laços sociais e fomenta um sentimento de pertença e responsabilidade para com a comunidade, elementos fundamentais para uma sociedade sustentável.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 3. Número de publicações sobre IDs e Sustentabilidade Social por regiões do globo



Fonte: Elaboração dos autores.

Relativamente ao âmbito geográfico das IDs e sustentabilidade social, conforme ilustrado na Figura 3. A maior parte da literatura sobre IDs e sustentabilidade social está concentrada na Europa e na América do Norte. Observa-se uma predominância da investigação sobre GC e diferenças significativas na distribuição das IDs entre estas duas regiões. A GP é mais prevalente na Europa em comparação com a América do Norte. O mesmo se verifica para os DMPs, que são pouco abordados na investigação sobre a América do Norte, enquanto na Europa a literatura sobre DMPs é mais presente. Esta distinção sugere diferenças estruturais nas relações entre Estado e sociedade em diferentes sistemas políticos, bem como nas formas como as autoridades públicas promovem a participação dos cidadãos na formulação de políticas.

No Sul Global, a região mais estudada é a América do Sul, seguida pela Ásia, enquanto a África surge com menor destaque. Na América do Sul, a literatura foca-se amplamente na articulação entre OP e sustentabilidade social. Estes resultados corroboram o papel da América Latina – e do Brasil, em particular – neste campo de prática (Cabannes e Lipietz, 2017). Na Ásia, a investigação centra-se sobretudo no papel da Governação Colaborativa (GC), com um número significativo de estudos sobre a República Popular da China.

Na África, a investigação está focada na GP e na GC, especialmente na sua relação com políticas de desenvolvimento. Por fim, no que diz respeito

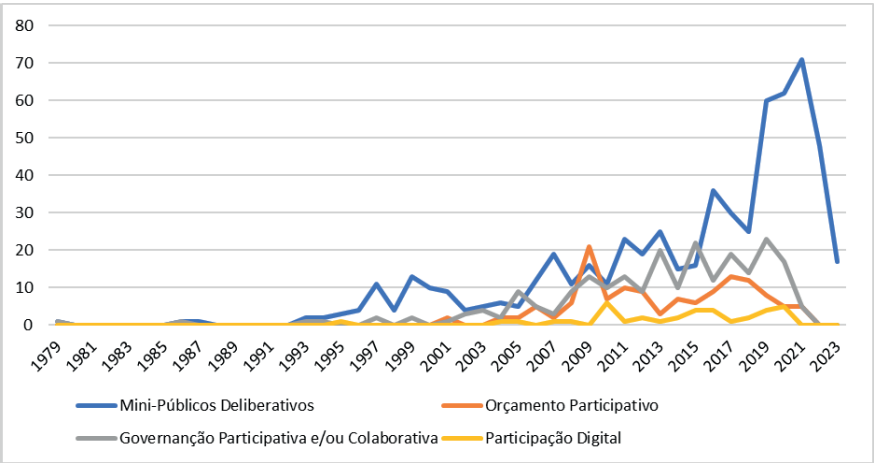
CONSEQUÊNCIA EDITORA

à Oceânia, encontrámos um número reduzido de estudos sobre IDs e sustentabilidade social. Tal como na abordagem à sustentabilidade ambiental, é importante aprofundar a articulação entre IDs e sustentabilidade social na Europa ao longo do tempo.

4.5. Resultados principais da revisão de dados sobre IDs

A Figura 4 representa a linha temporal da implementação de IDs na Europa durante todo o período para o qual temos dados disponíveis. Como é possível observar na Figura, a implementação de IDs na Europa remonta ao final da década de 1970 até aos dias de hoje. À medida que o tempo avança, um número crescente de IDs começa a ser implementado pelas autoridades públicas em todo o continente. Esta progressiva adoção é visível em todas as categorias de IDs, embora não da mesma forma.

Figura 4. Linha temporal das práticas de IDs na Europa



Fonte: Elaboração dos autores.

De forma esmagadora, o formato de ID mais disseminado são os DMPs, com 609 casos registados na base de dados ao longo do período de análise. Como se pode observar na Figura 4, estas IDs deliberativas estão presentes em todo o período, mas tornaram-se onipresentes desde o final da década de 1990, atingindo o nível máximo de adoção no período de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

2019-2021. O exemplo mais antigo registado desta ID é um *Planning Cells* em Solingen, Alemanha. Este foi um dos primeiros exemplos da aplicação do conceito de *Planning Cells* (ver Dienel, 1999) e tinha como objetivo recolher contributos dos residentes sobre como um aterro de resíduos deveria ser convertido em uma instalação de lazer para a comunidade. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, mais DMPs, através do conceito de Planning Cells, ocorreram em outras cidades alemãs, como Leverkusen (1986), Hanôver (1995) ou Baden-Württemberg (1996). Foi também durante este período que o Conselho de Tecnologia da Dinamarca experimentou com o formato de DMPs para inquirir sobre as preferências dos cidadãos em questões socialmente sensíveis, como os alimentos geneticamente modificados, bem como várias questões relacionadas com a sustentabilidade (Joss, 1998). O formato também se alastrou além da Europa Ocidental, começando a ser adotado por administrações locais em Espanha na década de 1990. Além disso, após a grave crise económica e as suas consequências políticas, que afetaram a Islândia no início da década de 2010, o parlamento islandês promoveu um fórum deliberativo de grande escala, no qual os cidadãos foram incumbidos de revisar a Constituição do país (Bergmann, 2016). No entanto, foi a Convenção Constitucional na Irlanda, em 2012-14, que fez disparar a visibilidade e popularidade do formato. Esta implementação bem-sucedida dos DMPs incumbiu 66 cidadãos irlandeses selecionados aleatoriamente de discutir e propor alterações à Constituição irlandesa. Na década de 2010, esta tipologia de ID começaria a ser adotada profusamente no Reino Unido, em muitos casos com um foco distinto em questões ambientais e climáticas.

O segundo formato de ID em termos de implementação são os arranjos de GP e GC. Com 252 casos registados na base de dados, este formato de ID está presente esporadicamente desde o início do período de análise, mas torna-se mais sistematicamente adotado no início dos anos 2000. Isso coincidiu com endossos oficiais de instituições internacionais, como a União Europeia, que viu o maior envolvimento dos cidadãos na formulação de políticas – tanto a nível dos Estados-Membros como da UE – como soluções para superar a crescente desconfiança dos cidadãos nas instituições e na política. O primeiro exemplo registado de GP e/ou GC na nossa base de dados é a implementação de um modelo de governança democrática participativa na pequena cidade espanhola de Marinaleda, na província de Sevilha, que ostensivamente

CONSEQUÊNCIA EDITORA

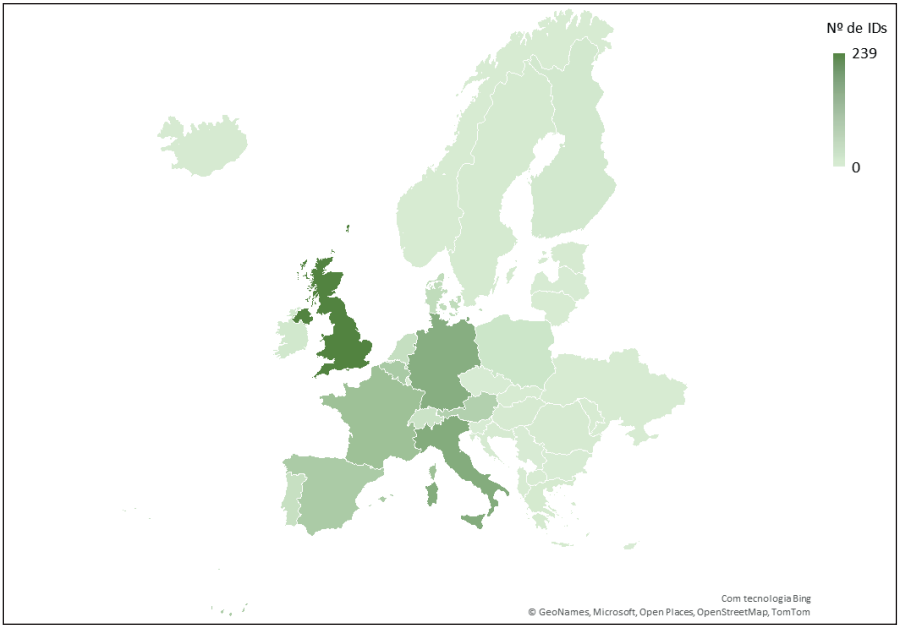
se tornou um território autogovernado e autogerido quando um prefeito de esquerda radical assumiu o cargo nas eleições locais de 1979. Apesar desses primeiros passos, a implementação sistemática desta ID na Europa só começou a tomar forma nos anos 2000, consolidando-se durante a década de 2010. Os anos com o maior número de casos registados de GP e/ou GC na nossa base de dados são 2019, 2015 e 2013.

A terceira ID mais implementada na Europa é o OP. De acordo com os dados recolhidos, o primeiro processo implementado e reportado desta ID na Europa ocorreu na cidade espanhola de Córdoba, em 2001 (o primeiro OP na Europa foi, na verdade, em 1994, na Itália). Desenvolvido e implementado pela administração da cidade, este OP inaugural seguiu de perto o modelo estabelecido em Porto Alegre – o berço original do OP. Desde o início dos anos 2000, o OP viu uma disseminação constante pelo continente. 2009 consolidou-se como o ano em que esta ID foi mais popular, com 200 casos registados na Europa. Não obstante o fato de a sua popularidade ter diminuído posteriormente, o OP manteve-se como um formato com implementação consistente.

Por fim, embora não seja uma ID plenamente consolidada, as práticas de Participação Digital são as menos presentes na nossa base de dados. O primeiro caso deste tipo de práticas registado na base de dados ocorreu em 1995, em Helsínquia, Finlândia, quando o Município desenvolveu uma plataforma online dedicada especificamente à submissão de iniciativas pelos residentes ao seu governo local. Apesar desses primeiros passos, a adoção de ferramentas de Participação Digital só começaria a consolidar-se na Europa, embora com números relativamente baixos, durante a década de 2010.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 5. Distribuição espacial das práticas de IDs na Europa



Fonte: Elaboração dos autores.

A Figura 5 acima apresenta a distribuição espacial das IDs. Diferentes tons de verde indicam o número de casos registados, sendo que o verde mais escuro representa uma maior concentração de IDs e o verde mais claro indica um menor número de casos. Não é possível identificar padrões regulares na distribuição das IDs na Europa, o que pode estar relacionado com abordagens distintas à governação nacional e regional. No entanto, fatores como a proximidade entre países vizinhos (por exemplo, Espanha, França e Itália, ou os países escandinavos), bem como a influência de organizações supranacionais (como a sede da Comissão Europeia na Bélgica), podem ter impacto no número de casos registados.

Apesar disso, não é de desconsiderar um potencial viés derivado do número de casos reportados em cada país resultante de organizações e/ou mecanismos mais bem estruturados no registo e publicação de casos, que pode afetar esta análise. Além disso, diferenças políticas, económicas e culturais entre os países europeus desempenham um papel na implementação das IDs. Por exemplo, o Reino Unido tem vindo a desenvolver práticas partici-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pativas no planeamento urbano e regional, e desenvolvimento comunitário desde os anos 1960, criando um cenário favorável à evolução destas práticas no país (Davidoff, 1965; Healey, 2006).

Os países com os tons de verde mais escuros tendem a ter tradições mais longas de inovação democrática ou esforços recentes significativos para promover a participação cidadã na governação. O Reino Unido (239 casos) destaca-se nesta categoria, refletindo o seu dinamismo na participação cidadã. Seguem-se a Alemanha (136 casos) e Itália (143 casos), ambos com um compromisso sólido com práticas democráticas inovadoras.

Os países num nível intermédio da escala, representados em verde médio, demonstram um interesse crescente nas IDs. Estes países podem estar a desenvolver gradualmente estas práticas, a experimentar diferentes modelos ou a expandir a sua aplicação. Nesta categoria encontramos uma diversidade geográfica, incluindo países do sul da Europa, como Espanha (72 casos) e França (94 casos), países da Europa Ocidental, como Países Baixos (28 casos), Bélgica (76 casos) e Áustria (56 casos), e também os países nórdicos, como Dinamarca (42 casos).

Os países com tons mais claros de verde podem ser mais recentes na adoção de IDs ou ter menos recursos para a sua implementação. Alternativamente, podem concentrar-se noutros formatos de participação democrática, como democracia direta, ou não dispor de mecanismos sistematizados para a recolha e divulgação destas práticas. Neste grupo encontram-se exemplos regionais muito distintos, como Portugal (27 casos), e os países nórdicos, como Suécia (6), Noruega (1), Dinamarca (38) e Finlândia (10), que, apesar de possuírem fortes tradições democráticas, não estão tão representados em termos de ID. Na Europa de Leste, países como Polónia (16 casos, o maior número nesta categoria), Hungria (4), Roménia (2) e os Estados Bálticos – Estónia (4), Letónia (2) e Lituânia (1) – apresentam menor incidência de IDs. Da mesma forma, nos Balcãs e Sudeste da Europa, países como Grécia (5 casos), Bulgária (2 casos) e as nações da ex-Jugoslávia, como Croácia (4 casos), também registam menos práticas documentadas de inovação democrática.

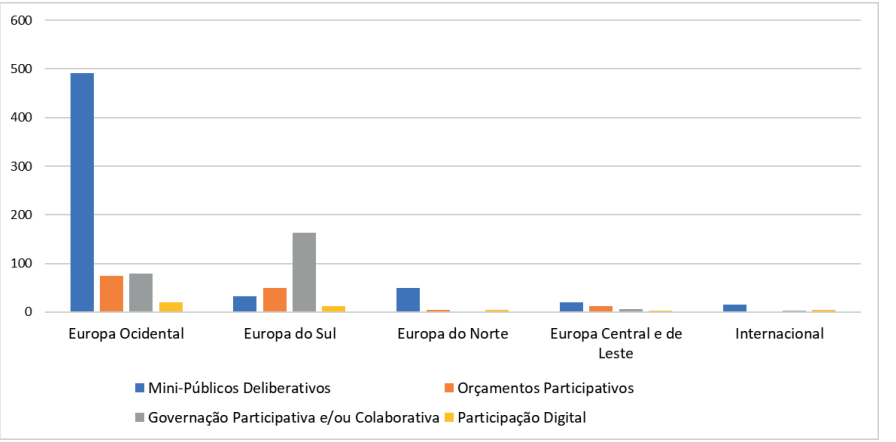
O mapa oferece uma visão geral útil da distribuição das IDs na Europa, indicando que os países com tons mais escuros podem servir como estudos de caso ou modelos para outros países. No entanto, uma análise mais aprofundada seria necessária para compreender melhor os fatores por trás dessa

CONSEQUÊNCIA EDITORA

distribuição e a evolução das práticas de ID ao longo do tempo. Relativamente às limitações da investigação, é importante salientar que o mapa carece de granularidade, pois não revela variações subnacionais nem a intensidade das práticas dentro de cada país. Além disso, o mapa apenas reflete o número de casos e não inclui informações sobre a qualidade ou impacto das IDs, que podem variar significativamente entre os diferentes países.

A Figura 6 apresenta uma análise detalhada do número de instâncias de IDs específicas, agrupadas por regiões do continente europeu, além de contabilizar os casos internacionais.

Figura 6. Distribuição espacial dos diferentes tipos de IDs na Europa



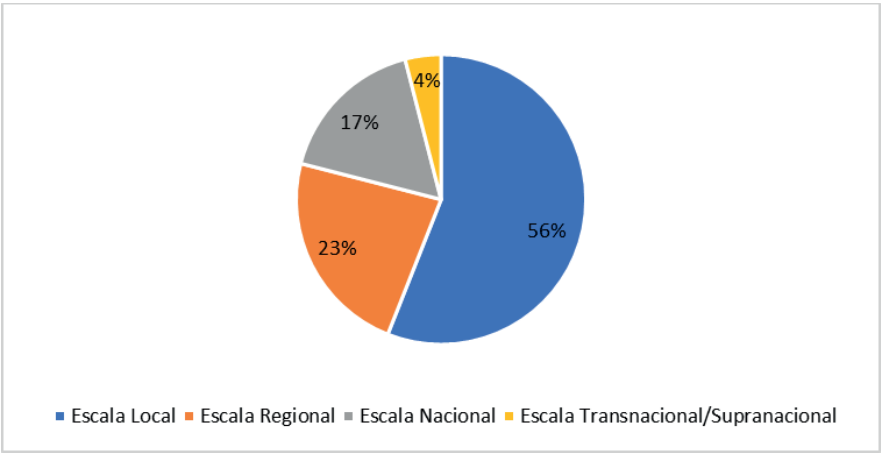
Fonte: Elaboração dos autores.

Os OPs são mais proeminentes na Europa Ocidental, com 75 casos registados, seguidos pela Europa do Sul com 49 casos. As outras regiões apresentam números mais baixos, com apenas 4 casos na Europa do Norte, 12 na Europa Central e de Leste, e um caso internacional. A Participação Digital mostra uma distribuição mais equilibrada entre as regiões. A Europa Ocidental lidera com 20 casos, seguida pela Europa do Sul com 12 e a Europa do Norte com 4. A Europa Central e de Leste tem 3 casos e a categoria internacional regista 4 casos. Os DMPs são de longe o formato mais prevalente na Europa Ocidental, com 491 casos registados, seguidos pela Europa do Norte com 49 e pela Europa Central e de Leste com 20.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A Europa do Sul apresenta 33 casos e há 16 casos internacionais. Por fim, a Governação Participativa e/ou Colaborativa é mais presente na Europa do Sul, com 163 casos, seguida pela Europa Ocidental com 79. As outras regiões têm números muito mais baixos, com apenas 1 caso na Europa do Norte, 6 na Europa Central e de Leste, e 3 casos internacionais. Este padrão revela uma clara predominância da Europa Ocidental em várias formas de ID, especialmente nos DMPs, enquanto a Europa do Sul destaca-se pela diversidade de formas de participação, particularmente no que se refere à Governação Participativa e/ou Colaborativa.

Figura 7. Práticas de IDs em diferentes escalas de governança



Fonte: Elaboração dos autores.

Uma das principais preocupações da literatura sobre IDs refere-se aos problemas de escala (Parkinson & Mansbridge, 2012). Existe a crença amplamente difundida de que a escala local funciona como um bom laboratório de práticas democráticas, uma vez que a proximidade entre as autoridades públicas eleitas e a sociedade civil organizada pode fomentar a inovação (Hirst, 2005; Smith, 2009). A investigação sobre Orçamento OP reflete esta tendência, identificando a escala local como o principal locus das IDs (Falanga, 2023). No entanto, alguns autores argumentam que esta propensão para o nível local pode limitar o alcance e o impacto das IDs, especialmente em questões complexas de sustentabilidade social e ambiental, que exi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

gem frequentemente ação política em escalas de governação mais amplas. Quando analisamos as IDs na Europa, esta questão torna-se ainda mais complexa, pois cada país tem diferentes arranjos administrativos. Alguns, como a Alemanha, são Estados federais, enquanto outros, como Portugal, são Estados unitários. Isto significa que as IDs operam em diferentes escalas consoante o país em questão.

Como mostrado na Figura 7, o nosso levantamento das IDs indica que a maioria destas iniciativas – mais de metade dos casos registados – são concebidas e implementadas à escala local. A escala regional surge como o segundo nível de governação mais comum para a implementação das IDs na Europa. Já as IDs a nível nacional são muito menos frequentes, de acordo com os dados recolhidos para este relatório, enquanto as iniciativas que ocorrem a nível supranacional ou transnacional são residuais.

No geral, a análise das IDs revela um problema persistente de ampliação de escala das iniciativas participativas. Apesar da existência de exemplos significativos de IDs que conseguiram expandir o seu alcance, os dados mostram que, de forma geral, estas iniciativas permanecem confinadas às comunidades locais.

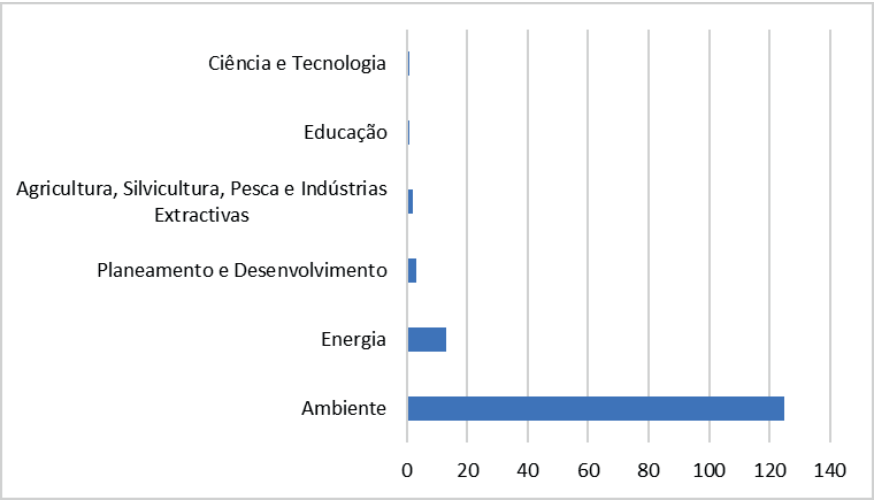
O próximo conjunto de figuras explora, com mais detalhe, a classificação dos casos por áreas de política, considerando separadamente os casos classificados como abordando questões ou temas que se enquadram nos ODS da Sustentabilidade Ambiental e da Sustentabilidade Social.

Relativamente à Figura 8 a seguir, não surpreende que a maior parte dos casos tenha sido classificada na área de política do Ambiente, com 152 casos, seguida por 13 casos na área da Energia e 3 na área do Planeamento e Desenvolvimento.

No que diz respeito aos casos classificados na categoria Ambiente, a base de dados revela que a maioria corresponde a mini-públicos, onde cidadãos são convidados a discutir e deliberar sobre formas de tornar as suas localidades, cidades e regiões mais preparadas para a crise climática. Estes processos abordam questões como resiliência climática, transição ecológica para a neutralidade carbónica, melhoria de infraestruturas (como planos de mobilidade verde) e estratégias para a gestão de recursos, incluindo o uso da água, sistemas de esgotos e gestão de resíduos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 8. Áreas de políticas públicas principais nas práticas de IDs e Sustentabilidade Ambiental



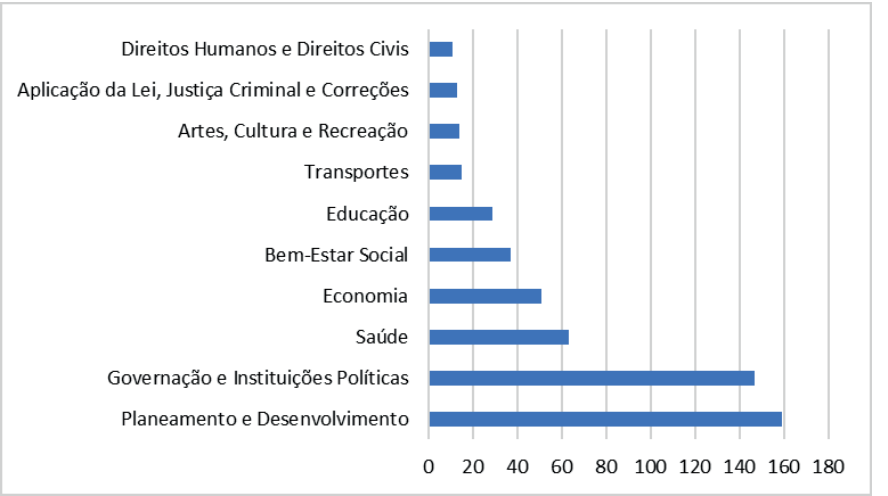
Fonte: Elaboração dos autores.

Na Figura 9 é demonstrada a preponderância da área de Planeamento e Desenvolvimento. Estes casos dizem respeito ao planeamento urbano e desenvolvimento regional. Igualmente preponderante é a área de Governação e Instituições Políticas, onde se destacam casos que representam uma forte ligação entre as Inovações Democráticas e a "democratização da democracia", promovendo uma tomada de decisão mais inclusiva.

Considerando as áreas de política pública com um número intermédio de casos, como Saúde e Educação, importa destacar que estas constituem a espinha dorsal do Estado Social. Estas áreas representam questões políticas fundamentais para os cidadãos (Finseraas, 2009; Schmidt-Catran & Spies, 2016), que tendem a ser mais afetados pelos impactos positivos e negativos das reformas nestes setores. Este fator pode explicar o interesse considerável no uso de IDs para incluir os cidadãos na discussão dessas políticas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 9. Áreas de políticas públicas principais nas práticas de IDs e Sustentabilidade Social



Fonte: Elaboração dos autores.

5. Conclusão

Este trabalho traçou uma trajetória crítica e aprofundada sobre o desenvolvimento e a diversidade das Inovações Democráticas (IDs) ao longo das últimas décadas, com especial enfoque no seu potencial para responder aos desafios contemporâneos da sustentabilidade social e ambiental. Através de uma análise histórica, teórica e empírica – suportada por revisão bibliográfica sistemática, entrevistas a especialistas e análise de dados de casos concretos na Europa – foi possível evidenciar como diferentes tipologias de IDs, como os Mini-Públicos Deliberativos, os Orçamentos Participativos, a Governação Participativa e Colaborativa, têm contribuído para ampliar os espaços de participação cidadã e aprofundar a qualidade da democracia representativa, melhorando-a através de apresentar soluções a défices democráticos específicos a determinados contextos geográficos.

Contudo, permanece o desafio da sua institucionalização efetiva, da expansão, em termos de escala, além do nível local e da resistência à sua instrumentalização tecnocrática com objetivos de cooptação política. O caso do Orçamento Participativo, como analisado na entrevista a Yves

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Cabannes (Falanga *et al*., 2025), ilustra bem os riscos de esvaziamento do seu potencial transformador quando descontextualizado das suas origens redistributivas. Assim, as IDs devem continuar a ser pensadas não apenas como mecanismos técnicos, mas como instituições e processos repletos de expressões políticas e culturais de resistência, de reimaginação democrática e de redistribuição de poder. O seu futuro dependerá da capacidade de equilibrar inovação institucional com enraizamento social, evitando que se tornem meros rituais consultivos e promovendo, antes, uma cidadania substantiva, inclusiva e orientada para a os desafios sócio-ecológicos com as sociedades de hoje se deparam.

Referências

ARNSTEIN, S. R. A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224. 1969.

BÄCHTIGER, A., DRYZEK, J. S., MANSBRIDGE, J., & WARREN, M. E. (Eds.). (2019). Deliberative democracy: An introduction. *In*: *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*. p. 1-31. Oxford University Press. 2019.

BAIOCCHI, G. *Militants and citizens*: The politics of participatory democracy in*:* Porto Alegre. Stanford University Press. 2005.

BARBIER, E. Poverty, development, and environment. *Environment and Development Economics*, 15(6), 635-660. 2010.

BERGMANN, E. Participatory constitutional deliberation in the wake of crisis: The case of Iceland. *In*: REUCHAMPS, M. & SUITER, J. (Eds.), *Constitutional deliberative democracy in Europe* (p. 15-31). ECPR Press. 2016.

BISWAS, A. K. Integrated water resources management: is it working? *International Journal of Water Resources Development*, 24(1), 5-22. 2008.

BLANCO, I., SALAZAR, Y., & BIANCHI, I. Urban governance and political change under a radical left government: The case of Barcelona. *Journal of Urban Affairs*, 42(1), 1-21. 2020.

BRIDGE, G., BOUZAROVSKI, S., BRADSHAW, M. J., & EYRE, N. Geographies of energy transition: space, place and the low-carbon economy. *Energy Policy*, 53, 331-340. 2013.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

BRUCH, C., MUFFETT, C., & NICHOLS, S. (Eds.). *Governance, Natural Resources and Post-Conflict Peacebuilding.* Routledge. 2016.

BUA, A., & BUSSU, S. Between governance-driven democratisation and democracy-driven governance: Explaining changes in participatory governance in the case of Barcelona. *European Journal of Political Research*, 60(3), 716-737. 2021.

CABANNES, Y., & LIPIETZ, B. Revisiting the democratic promise of participatory budgeting in light of competing political, good governance and technocratic logics. *Environment & Urbanization*, 30(1), 67-84. 2017.

CHAMBERS, S. Deliberative Democratic Theory. *Annual Review of Political Science*, 6(1): 307-326. 2003.

CHERTOW, D. Literature review: Participation of the poor in the war on poverty. *Adult Education*, 24(3), 184-207. 1974

CHESS, C.; PURCELL, K. Public participation and the environment: do we know what works? *Environmental Science &Amp; Technology*, 33(16), 2685-2692. 1999.

DAVIDOFF, P. Advocacy and pluralism in planning. *Journal of the American Institute of Planners*, 31(4), 331-338. 1965.

DE SOUSA SANTOS, B. Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy. *Politics & Society*, *26*(4), 461-510. 1998.

DELLA PORTA, D.; FELICETTI, A. Innovating democracy against democratic stress in Europe: Social movements and democratic experiments. *Representation*, 58(1), 67-84. 2022.

DELLI CARPINI, M. X., COOK, F. L.; JACOBS, L. R. Public deliberation, discursive participation, and citizen engagement: A review of the empirical literature. *Annual Review of Political Science*, 7, 315-344. 2004.

DIENEL, P. Planning Cells: The German Experience. *In*: KHAN, U. (Eds.), *Participation Beyond the Ballot Box*: European Case Studies in State-Citizen Political Dialogue. Routledge. 1999.

DRYZEK, J. S. *Deliberative Democracy and Beyond*: Liberals, Critics, Contestations. Oxford University Press. 2000.

ELSTUB, S. Mini-publics: Issues and cases. In: ELSTUB, S.; MCLAVERTY P. (Eds.), *Deliberative Democracy:* Issues and Cases (p. 166–188). Edinburgh University Press. 2014.

ELSTUB, S., & ESCOBAR, O. Defining and Typologising Democratic Innovations. *In*: ELSTUB, S.; ESCOBAR, O. (Eds.), *Handbook of Democratic Innovation and Governance*. Edward Elgar Publishing. 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ERCAN, S. A.; DRYZEK, J. S. The reach of deliberative democracy. *Policy Studies*, 36(3), 241-248. 2015.

FALANGA, R.; LÜCHMANN, L. H. H. Participatory budgets in Brazil and Portugal: Comparing patterns of dissemination. *Policy Studies*, 41(6), 603-622. 2020.

FALANGA, R. Scaling participatory budgets. Pitfalls and potentialities from multiple scales in Portugal. *Local Development & Society*, *5*(3), 639-655. 2023.

FALANGA, R.; DUARTE RIBEIRO, J.; MONIZ, J. "Smoke in the air?" Uma entrevista com Yves Cabannes sobre a democratização da democracia através do orçamento participativo. *Análise Social*, *60*(254), e25500. 2025.

FINSERAAS, H. Income inequality and demand for redistribution: a multilevel analysis of European public opinion. *Scandinavian Political Studies*, 32(1), 94-119. 2009.

FISHKIN, J. S. *When the people speak: Deliberative democracy and public consultation*. Oxford University Press. 2009.

FOLEY, J. A.; DEFRIES, R.; ASNER, G. P.; BARFORD, C.; BONAN, G. B.; CARPENTER, S. R.; SNYDER, P. K. Global consequences of land use. *Science*, 309(5734), 570-574. 2005.

FUNG, A. Varieties of participation in complex governance. *Public Administration Review*, 66(s1), 66-75. 2006.

FUNG, A.; WARREN, M. E. The Participedia Project: An Introduction. *International Public Management Journal*, *14*(3), 341-362. 2011.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. *Deepening democracy: Institutional innovations in empowered participatory governance*. Verso. (2003).

GANUZA, E., & BAIOCCHI, G. The power of ambiguity: How participatory budgeting travels the globe. *Journal of Public Deliberation*, 8(2). 2012.

GANUZA, E., & BAIOCCHI, G. The long journey of participatory budgeting. *In: Handbook of Democratic Innovation and Governance* (p. 77-89). Edward Elgar Publishing Ltd. 2019.

GEISSEL, B. Impacts of democratic innovations in Europe. *In:* B. GEISSEL; K. NEWTON (Eds.), *Evaluating democratic innovations: Curing the democratic malaise* (p. 163-183). Routledge. 2012.

GHERGHINA, S.; GEISSEL, B. Support for direct and deliberative models of democracy in the UK: understanding the difference. *Political Research Exchange*, 2(1), 1809474. 2020.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

GODFRAY, H. C. J.; BEDDINGTON, J. R.; CRUTE, I. R.; HADDAD, L.; LAWRENCE, D. P.; MUIR, J. F.; TOULMIN, C. Food security: the challenge of feeding 9 billion people. *Science*, 327(5967), 812-818. 2010.

HABERMAS, J. *Structural transformation of the public sphere*: An inquiry into a category of Bourgeoise society. MIT Press. 1989.

HALPERN, B. S.; WALBRIDGE, S.; SELKOE, K. A.; KAPPEL, C. V.; MICHELI, F.; D'AGROSA, C.; WATSON, R. A global map of human impact on marine ecosystems. *Science*, 319(5865), 948-952. 2008.

HANSEN, K.; MØLLER. Deliberative Democracy: Mapping Out the Deliberative Turn in Democratic Theory. *In:* C. KOCK; L. VILLADSEN (Ed.), *Rhetorical Citizenship and Public Deliberation* (p. 11-27). University Park, USA: Penn State University Press. 2012.

HEALEY, P. *Collaborative planning: Shaping places in fragmented societies*. Palgrave Macmillan. 2006.

HIRST, P. Q. *Space and Power*. Cambridge, UK: Polity Press. 2005.

HOLLAND, S. P.; HUGHES, J. E.; KNITTEL, C. R. Greenhouse gas reductions under low carbon fuel standards? *American Economic Journal*: Economic Policy, 1(1), 106-146. 2009.

JOSS, S. Danish consensus conferences as a model of participatory technology assessment: An impact study of consensus conferences on Danish Parliament and Danish public debate. *Science and Public Policy*. 1998.

KING, C. S., FELTEY, K. M., & SUSEL, B. O. The Question of Participation: Toward Authentic Public Participation in Public Administration. *Public Administration Review*, 58(4), 317-326. 1998.

LEACH, M. Earth mother myths and other ecofeminist fables: how a strategic notion rose and fell. *Development and Change*, 38(1), 67-85. 2007.

LEFEBVRE H. *Le droit à la ville*. Anthopos, Paris. 1968.

LOREK, S., & SPANGENBERG, J. H. Sustainable consumption within a sustainable economy – beyond green growth and green economies. *Journal of Cleaner Production*, 63, 33-44. 2014.

MARRIS, P., & REIN, M. *Dilemmas of social reform*. Atherton Press. 1967.

O'FLYNN, I. Democratic Innovations and Theories of Democracy. *In*: ELSTUB, S. & ESCOBAR, O. (Eds.), *Handbook of Democratic Innovation and Governance*. Edward Elgar Publishing. 2019.

PARKINSON, J., & MANSBRIDGE, J. (Eds.) *Deliberative Systems*: Deliberative Democracy at the Large Scale. Cambridge University Press. 2012.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PATEMAN, C. P*articipation and Democratic Theory*. Cambridge University Press. 1970.

POGREBINSCHI, T. *Innovating Democracy?* The Means and Ends of Citizen Participation in Latin America. Cambridge University Press. 2023.

RAWLS, J. The Idea of Public Reason Revisited. *The University of Chicago Law Review*, 64(3), 765-807. 1997.

REVI, A., SATTERTHWAITE, D.; ARAGÓN-DURAND, F.; CORFEE-MORLOT, J.; KIUNSI, R. B. R.; PELLING, M.; ROBERTS, D.; SOLECKI, W.; GAJJAR, S. P.; SVERDLIK, A. (2014). Towards transformative adaptation in cities: the IPCC's Fifth Assessment. *Environment and Urbanization*, 26(1), 11-28.

RYFE, D. M.; STALSBURG, B. The participation and recruitment challenge. *In:* NABATCHI, T. *et al.* (Eds.), *Democracy in Motion*: Evaluating the Practice and Impact of Deliberative Civic Engagement. Oxford Academic. 2013.

SCHMIDT-CATRAN, A. W.; SPIES, D. C. Immigration and Welfare Support in Germany. *American Sociological Review*, 81(2), 242-261. 2016.

SEIFERT, J. W. E-government in the United States. *In:* HERNON, P.; CULLEN, R.; RELYEA, H. C. (Eds.), *Comparative Perspectives on E-Government: Serving Today and Building for Tomorrow.* p. 25-54. Scarecrow Press. 2006.

SEN, A. The ends and means of sustainability. *Journal of Human Development and Capabilities*, 14(1), 6-20. 2013.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C.; RÖCKE, A. Participatory Budgeting in Europe: Potentials and Challenges. *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(1), 164-178. 2008.

SINTOMER, Y.; HERZBERG, C.; RÖCKE, A.; ALLEGRETTI, G. Transnational models of citizen participation: the case of participatory budgeting. *Journal of Deliberative Democracy*, 8(2). 2012.

SMITH, G. *Beyond the ballot*: 57 democratic innovations from around the world. Power Inquiry. 2005.

SMITH, G. *Democratic innovations*: Designing institutions for citizen participation. Cambridge University Press. 2009.

SMITH, G. Reflections on the theory and practice of democratic innovations, In S. Elstub & O. Escobar (Eds.), *Handbook of Democratic Innovation and Governance*. Edward Elgar Publishing. 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

STERN, N. Economic development, climate and values: making policy. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Science*s, 282(1812), 20150820. 2015.

TILBURY, D. Higher education for sustainability: A global overview of commitment and progress. In *Higher Education in the World 4*: Higher Education's Commitment to Sustainability from Understanding to Action (p. 18-28). Palgrave MacMillan. 2011.

UN. *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. United Nations Publications. Warren, M. E. (2009). Governance-driven democratization. *Critical Policy Studies*, 3(1), 3-13. 2015.

WHITMEE, S.; HAINES, A.; BEYRER, C.; BOLTZ, F.; CAPON, A.; DIAS, B. F. D. S.; YACH, D. Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of the Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health. *The Lancet*, 386(10007), 1973-2028, 2015.

WRIGHT, E. O. *Envisioning Real Utopias*. Verso. 2010.

YOUNG, I. M. *Inclusion and Democracy*. Oxford University Press. 2002.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 3

AS INÚMERAS FACETAS DA ESPACIALIDADE NEOLIBERAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 7

Las rutas del neoliberalismo en Chile. Posibilidades para interpretar la producción del espacio urbano

Rodrigo Hidalgo Dattwyler

Introducción

El neoliberalismo en el mundo se comprende como una corriente de pensamiento política y económica, que propende a la reducción del papel del Estado en la economía, la privatización de las empresas y servicios públicos, la desregulación del mercado, así como a la apertura del comercio global (Montes, 2021).

No obstante, el neoliberalismo se entiende también como una ideología (Hidalgo, Santana & Alvarado, 2016), la que es interpretada e identificada en distintos lugares del mundo a través de dos grandes rasgos. En primer lugar, como uma representación que abarca diferentes escalas sociales, que van desde el individuo hacia la sociedad y, en segundo lugar, como una forma de regulación del sistema socio económico que presenta un despliegue espacial, cuyas características definen que es geográficamente desigual, multiescalar y localmente variopinto (Smith, 2008; Laval y Dardot, 2010; Brenner, et al., 2010).

Asimismo, como se afirman en algunas concepciones críticas del concepto, el neoliberalismo suele teorizarse en términos espaciales a partir de elementos abstractos, los cuales, en un primer momento, desarrollan um ideario con principios espacio temporales diferenciados, sujetos a contradicciones entre sus proposiciones generales y su concreción práctica. Esto se puede ver en la contradicción de la liberación comercial y la tendencia hacia el monopolio, o como un proceso de instalación variado de formas regulatorias tanto en lo económico como en lo social, en las que se enfatiza

CONSEQUÊNCIA EDITORA

que el mercado es la instancia principal para la articulación social (Hidalgo, Santana y Alvarado, 2016).

Además de lo anterior, se observan fugas teóricas a la conceptualización del término, donde generalmente se despliega una concepción del neoliberalismo que tiende a poner la dimensión social de carácter macro escalar, que sitúa a la sociedad por encima de prácticas concretas, la que elabora, como conclusión, una escaza visualización de la espacialidad que produce aquella ideología, situada em verdadeiras convicciones más que em evidencias concretas en el espacio construido (Hidalgo, Santana y Alvarado, 2016). En América Latina, este aspecto está marcado a partir de la importación acrítica de algunos conceptos construidos para el ámbito anglosajón[1].

Ahora bien, la estructura histórica, social y política del neoliberalismo tiene múltiples orígenes. Para América Latina, esta se circunscribe en el proceso social y económico del experimento chileno, caso paradigmático o laboratorio de su instalación, desde mediados de la década de los setentas del siglo XX. Y es que, el neoliberalismo está profundamente arraigado -casi como un discurso aprendido- en donde se observan al menos tres dimensiones estructurantes, la primera de carácter económico, la segunda, la transformación institucional y, la tercera, la estrategia de corrección espacial (Hidalgo, Santana y Alvarado, 2016).

Sin embargo, este discurso aprendido mantiene una crítica sin someterse a una contra crítica, la cual se vincula esencialmente con los orígenes del neoliberalismo, de base conservadora, como algunos relatos casi mitológicos de los modelos germanos de la primera mitad del siglo XX. Lo mismo ocurre con las ideas del ordo-liberalismo, el cual opta por promover un modelo social de desarrollo económico que es capaz de precaver cualquier disconformidad social de base, que evita el ascenso de movimientos populistas.

Con ello, se constatan dos lógicas de ajuste: la primera económica, la cual amplía la contradicción Mercado-Estado a través del asistencialismo, lo que supone mistificar el crecimiento económico y la prosperidad so-

1 Sobre este aspecto, vale la pena observar la aplicación de conceptos como el de la *neoliberalización variopinta*, o también se puede ver a partir de procesos, como el de la *gentrificación* o en las formas de *regulación neoliberal*.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cial; y, en segundo lugar, la reestructuración de la propiedad privada -que tiene un papel fundamental en el espacio urbano-, ya que esta se dibuja como punta de lanza para estructurar la relaciones entre la sociedad y su territorio.

Por lo tanto, el sentido de este texto se basa en retomar este debate, pasando por una mirada a la literatura creada en Chile acerca del proceso neoliberal y la producción de espacio, con el fin de analizar a través de una estrategia crítica y contra critica, la dialéctica del surgimiento neoliberal y sus expresiones socioespaciales en el sistema de prácticas y relaciones en socio espaciales en Chile.

Por ello, se cuenta con la estructuración de tres apartados. El primero, se refiere a la producción académica en bases de datos especializadas sobre el tratamiento dado al neoliberalismo y lo socioespacial en Chile, por medio de un análisis bibliométrico. En segundo lugar, se analiza el proceso que vincula la producción del espacio con la modernización institucional a partir de la privatización y explotación de la naturaleza y, en tercer lugar, se describe la estructura crítica y contra crítica del neoliberalismo realizada em las últimas dos décadas. Finalmente, se realizan algunas alcances con el fin de apreciar el estado actual del modelo neoliberal y esbozar una agenda alternativa al estudio de este fenómeno social, económico y espacial.

El neoliberalismo y su aplicación en Chile: un análisis bibliométrico

Metodología de búsqueda

Una parte central del análisis para entender el neoliberalismo y su aplicación en el contexto latinoamericano, y partiendo de Chile como aplicación temprana, es el análisis de la producción científica, el que aborda el tema en distintos órdenes del saber. Para ello, se realiza un análisis bibliométrico que permite identificar una entrada a las investigaciones sobre el neoliberalismo en Chile, el que da resultados de la producción de investigaciones publicadas em revistas científicas seriadas del tema.

En este sentido, con el fin de aproximarse a una mirada más especializada, se elaboró una ruta metodológica que permitió analizar un volumen

CONSEQUÊNCIA EDITORA

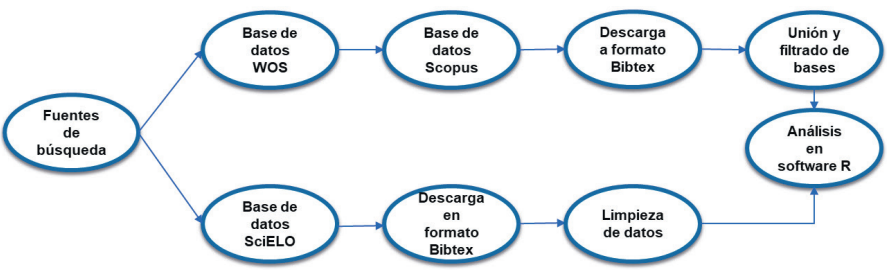
importante de información, recurriendo a este método. Esta forma de investigación se "[…] centra esencialmente en el cálculo y análisis de valores de lo que es cuantificable en la producción y el consumo de la información científica" (Ardunuy, 2012, p. 4).

De este modo, para desarrollar un abordaje sobre el neoliberalismo y su relación espacial en Chile, se realizó un esquema de búsqueda que consistió en una serie de pasos a partir de algunas herramientas informáticas (figura 1). Entre ellas, la creación de una ecuación de búsqueda, en la que se consideraron dos bases de datos especializadas en diversas ciencias -Web Of Science (WOS) y SCOPUS-, en formatos de descarga *ad hoc*, cuyo procedimiento consiste en una serie de análisis disponibles a partir del paquete de código abierto bibliometrix de R, el cual:

> "[…] proporciona un conjunto de herramientas para la investigación cuantitativa en bibliometría y cienciometría. […] La existencia de algoritmos estadísticos sustanciales y eficaces, el acceso a rutinas numéricas de alta calidad y las herramientas integradas de visualización de datos son quizás las principales ventajas de R a otros lenguajes para el cálculo científico" (Aria & Cuccurullo, 2017, p. s.p).

Dicha ecuación de búsqueda constó de tres palabras clave: neoliberalism AND Chile AND sociospatial. Estas, se eligieron con el fin de limitar la búsqueda a aspectos temáticos que estuvieran inmersos en el universo amplio de la pesquisa. El ingreso de estos términos en inglés obedece a que las bases de datos especializadas propenden a un mayor número de trabajos que están publicados en este idioma.

Figura 1. Flujo de trabajo para el análisis de datos



Fuente: elaboración propia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

En el primer marco de resultados, la base de datos de WOS arrojó un número total de 500 resultados. En la de SCOPUS, se constataron 138 resultados. A continuación, se realizó una limpieza de datos, dentro de las cuales se eliminaron aquellos artículos que aparecen repetidas en ambas bases y así desarrollar los primeros análisis. Vale decir que, dentro la búsqueda en la base de datos de WOS, se contó con la inserción de la base de datos de SciELO, la cual se usa con el fin de darle mayor existencia a fuentes latinoamericanas, debido a que en las dos primeras bases existe un predominio de autores y fuentes ubicadas en contextos exteriores a la región.

Para complementar los indicadores dichas bases de datos, se incorporó el índice H de Google Scholar de los autores más relevantes. Esta triangulación se justifica debido a que Google Scholar posee una cobertura más amplia que las bases mencionadas, al indexar tesis, repositorios institucionales y actas de congresos, lo que permite capturar el impacto académico en un ecosistema más diverso e inclusivo. De este modo, se obtiene una evaluación del índice H más holística y representativa del verdadero alcance de la obra de un investigador.

De este modo, a partir del análisis bibliométrico, se proporciona como resultados una serie de variables que permite la construcción de indicadores. De las diferentes variables que entrega el software Biblioshiny, es relevante el resultado de las disciplinas del conocimiento científico que se acercan al fenómeno, la frecuencia de la producción, autores y palabras clave.

La primera aborda las diferentes áreas de investigación donde se producen los trabajos asociados al tema del neoliberalismo; la segunda, permite observar la producción científica desde la década de 1990 hasta la actualidad, en la que es posible ver el volumen de trabajos publicados; la tercera, nos permite ver las fuentes de publicación donde se comunican las investigaciones, principalmente asociadas al tema de lo espacial. Luego, en cuarto lugar, se observan los principales autores que se encuentran en las bases de datos.

Finalmente, una variable fundamental es la que se refiera a las palabras claves, puesto que permite poner en diálogo los conceptos clásicos que son conexos a lo neoliberal, así como categorías que toman una mayor importancia a partir de los impactos generados en la sociedad chilena. Con ello, es posible ver como el neoliberalismo se abordó a lo largo de los años y cómo aparece la dimensión espacial en las bases de datos construidas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Tabla 1. Resumen de datos recolectados

Base de datos	Número de documentos
Web of Science (WOS)	500
Scopus	138
Unión de bases Scopus y WOS	626
SciELO	276

Fuente: elaboración propia.

Resultados: la centralidad del caso chileno.

Se debe enunciar que un análisis por disciplinas implica la comprensión del impacto que tiene el neoliberalismo en los diferentes nichos de estudio científico. Así, de acuerdo con los criterios de las bases de datos, se constata que las disciplinas en las cuales existe un mayor diálogo acerca del neoliberalismo y Chile son en las ciencias sociales.

De acuerdo con las áreas del conocimiento de WOS, se muestran aspectos sub disciplinares donde las investigaciones giran en torno a las ciencias políticas y la investigación en el campo educativo. Como afirman algunos autores, el modelo neoliberal impactó de manera importante en los derechos convertidos en una lógica de servicios, como lo es la educación, cuyos principales impactos se observan tanto en los cambios curriculares, como en una nueva lógica de educación al servicio de la producción, de acuerdo con las figuras de estratificación social, económica y geográfica. En otro nivel, se encuentran los estudios interdisciplinarios en ciencias sociales, como la historia, sociología y, finalmente, los estudios ambientales y los estudios urbanos (ver figura 2).

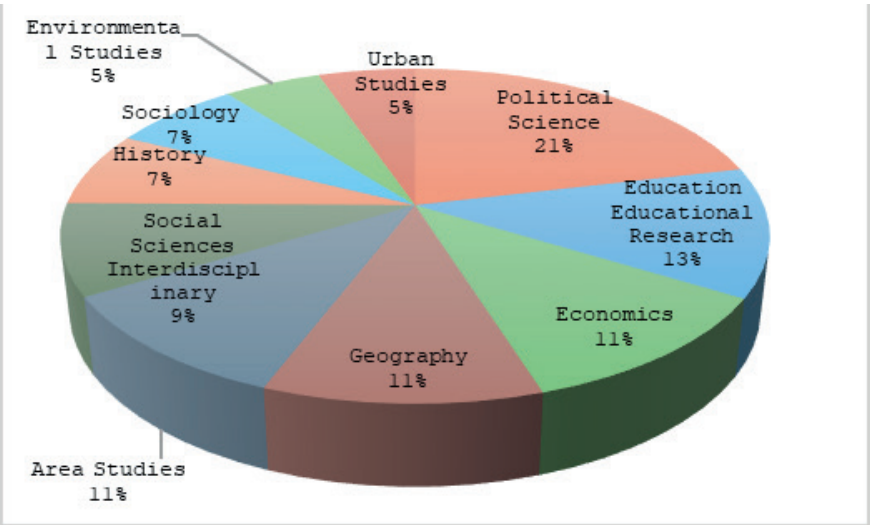
Asimismo, en la base de datos de SCOPUS, este aspecto se divide en subáreas. De ellas, la de mayor representación es la de ciencias sociales, seguido de ciencias de la tierra y del planeta y las ciencias ambientales. En otra fase se encuentran las artes y humanidades, los negocios, la economía, econometría y finanzas, la ingeniería, la energía y, finalmente, la agricultu-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ra y las ciencias biológicas, además de las ciencias de la computación (ver figura 3).

Finalmente, en SciELO, nuevamente las problemáticas de educación son fundamentales, además de los de ciencias sociales y los multidisciplinarios. En otra escala, se encuentra la sociología, las humanidades, los estudios interdisciplinarios y la antropología. Es particular que, en esta base de datos, las ciencias o áreas temáticas no se encuentre una producción importante en torno a investigaciones desde la disciplina espacial geográfica. No obstante, estos se encuentran dispuestos en los otros espacios disciplinares distribuidos (ver figura 4).

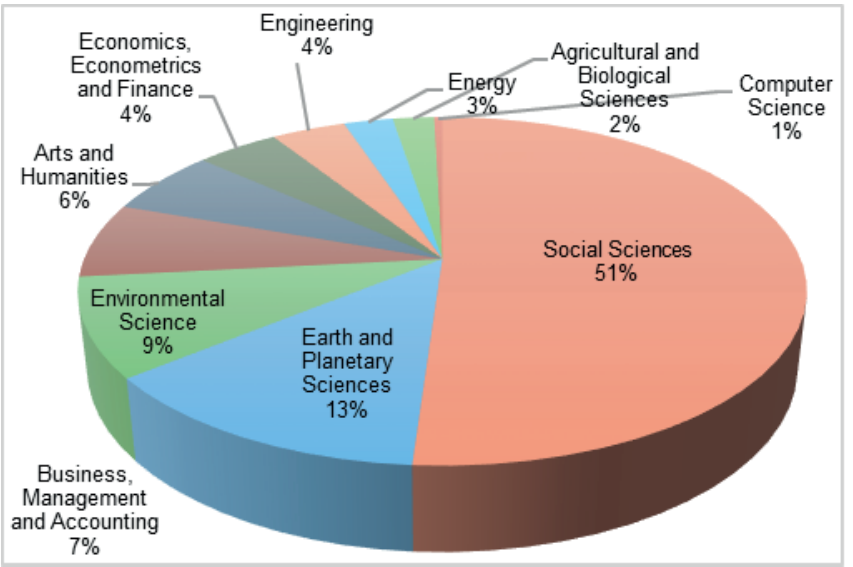
Figura 2. Distribución de disciplinas en WOS



Fuente: elaboración propia. N = 500

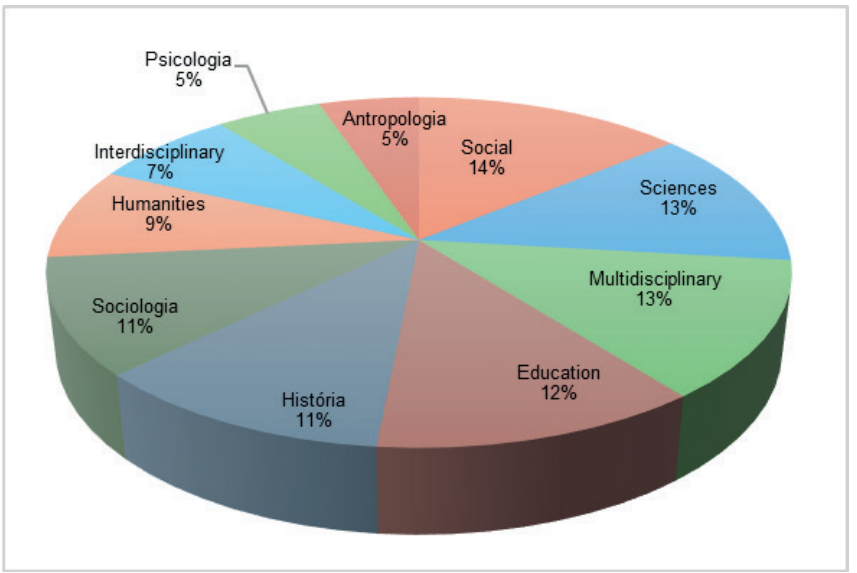
CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 3. Distribución de disciplinas en SCOPUS



Fuente: elaboración propia. N = 138

Figura 4. Distribución de disciplinas en SciELO

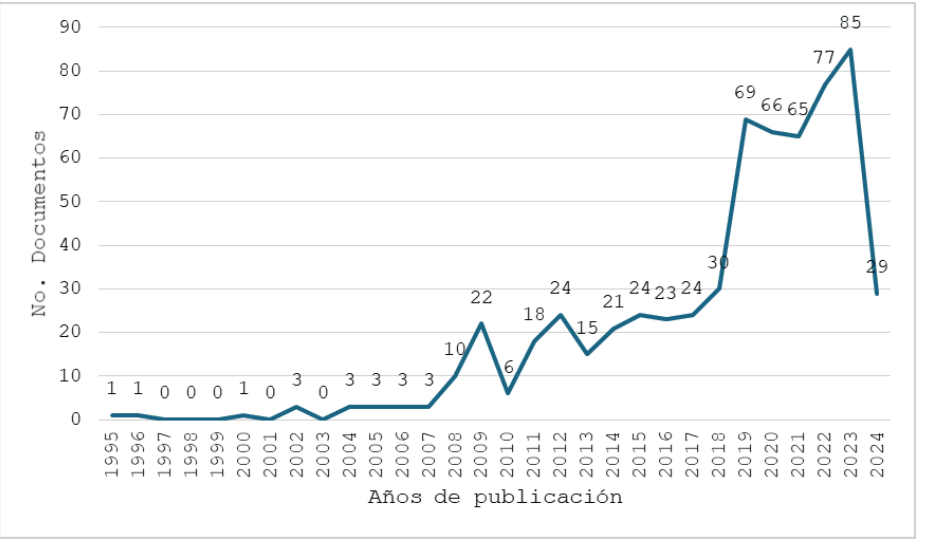


Fuente: elaboración propia. N = 276

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Un aspecto importante con respecto a esta gráfica es que sí bien el neoliberalismo ingresó en la década de los setenta y su modelo económico se profundiza en la década de los noventa, es una preocupación para la academia sólo a partir de la segunda mitad de la década de los dos mil. Asimismo, el aumento de la producción científica en este punto se empieza a observar con relativa fuerza desde el regreso de la democracia en Chile y, principalmente, a partir del año 2010, donde las grietas del modelo fueron exaltadas por los movimentos sociales desde 2006, lo que abrió un frente de análisis de las fisuras generadas y la consecuente validez del modelo.

Figura 5. Indicador de producción anual



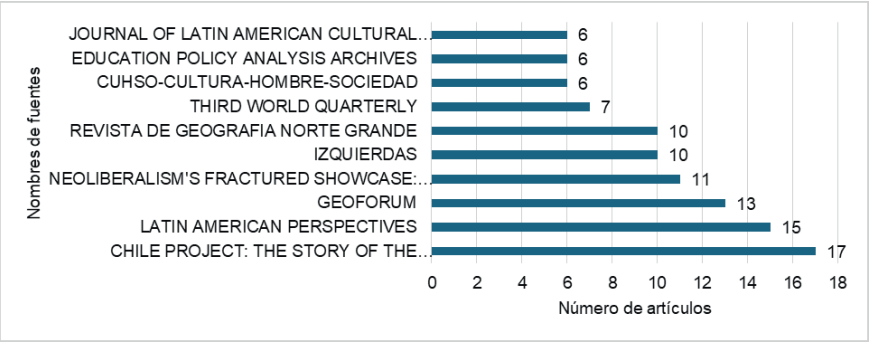
Fuente: elaboración propia

Asimismo, la base de datos que se refiere a lo socioespacial tiene sus voces en los autores de la *Revista de Geografía Norte Grande*, que comunica investigaciones acerca de los efectos geográficos del neoliberalismo chileno y en latinoamerica, cuyo especial énfasis está en la urbanización neoliberal.

Otras fuentes importantes, se ubican en espectros académicos como las revistas *Latin American Perspectives*, *Geoforum* e *Izquierdas,* con una clara tendencia hacia perspectivas críticas del neoliberalismo, sus impactos en diferentes espacios y criterios de análisis disciplinar, en donde lo espacial aparece con importancia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 6. Fuentes de divulgación relevantes



Fuente: elaboración propia.

Dentro de las fuentes más relevantes, se encuentra el libro The Chile Proyect: The Story of the Chicago Boys (2023), del autor Sebastián Edwards, que es, sin duda, una voz autorizada de quienes sustentan que el neoliberalismo chileno es un modelo de orden económico y progreso social. Ahora bien, en el marco de los autores con una mayor relevancia asociado a posturas críticas acerca de la relación entre neoliberalismo, lo socioespacial y Chile, se destacan diversos autores a partir de su impacto académico (ver figura 7).

Felipe Link y Luis Fuentes, intentan develar las transformaciones socioespaciales en ciudades chilenas, abordando fenómenos como la segregación, la verticalización, la inequidad y la gentrificación, demostrando como las políticas neoliberales, moldean la distribución urbana y la movilidad residencial. A su vez, Francisco Vergara-Perucich, explora la intersección entre lo urbano, el urbanismo y la acumulación capitalista, evidenciando las tensiones entre el desarrollo urbano y la justicia espacial.

Manuel Prieto, investiga acerca de la privatización del agua y los impactos sobre la naturaleza, la identidad política y los pueblos indígenas, conectando la geografía política con los estudios ambientales. Camilo Boano, por su parte, aporta desde una perspectiva internacional, aspectos como el derecho a la ciudad, la vivienda y el urbanismo crítico, permitiendo situar los casos chilenos en una vertiente de los estudios comparados.

Michael Janoschka, ofrece un análisis situado y de caso, acerca de la gentrificación, algunas miradas de la financiarización de la vivienda y la neoli-

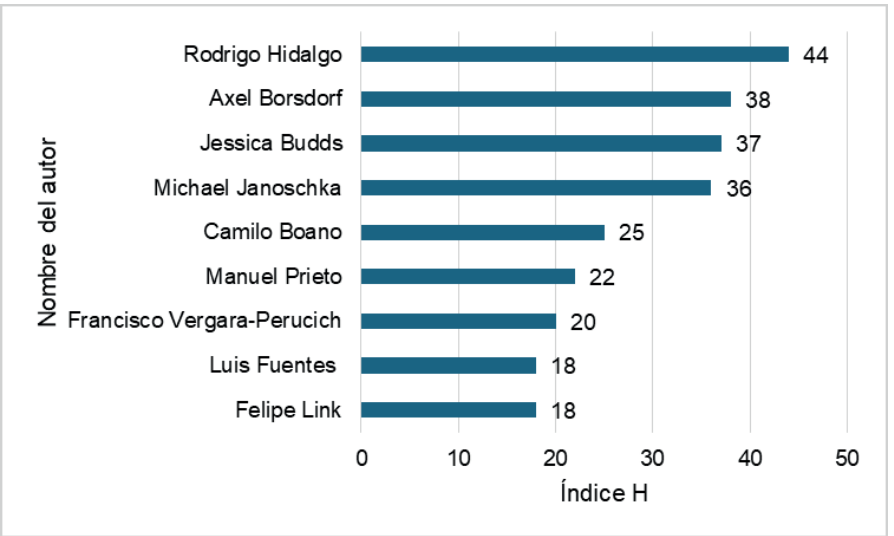
CONSEQUÊNCIA EDITORA

beralización de la vida urbana, integrando experiencias de América Latina -donde el caso chileno es abordado- y Europa. Jessica Budds, se especializa también en aspectos referidos a la política de agua, mercantilzación de recursos, evidenciando cómo estas reconfiguran los territorios y las relaciones de poder.

Alex Borsdorf en conjunto com otros autores analiza los procesos de metropolización y suburbanización en ciudades latinoamericanas, articulando dimensiones locales con tendencias regionales. Finalmente, Rodrigo Hidalgo -autor de este texto-, constituye un referente central en la geografía urbana critica en Chile, con estudios sobre el mercado inmobiliario, producción de vivienda -especialmente de tipología social- y la segregación urbana, mostrando como la política habitacional y el capital inmobiliario reestructuran las ciudades chilenas y latinoamericanas bajo lógicas neoliberales.

En conjunto, estos autores proporcionan un marco robusto que aporta en la comprensión de los impactos del neoliberalismo en la producción de espacio, la vivienda, los recursos naturales y las relaciones socioespaciales, principalmente en contextos urbanos y regionales.

Figura 7. Índice H de autores con mayor relevancia en relación a las consecuencias y critica socia espacial al neoliberalismo

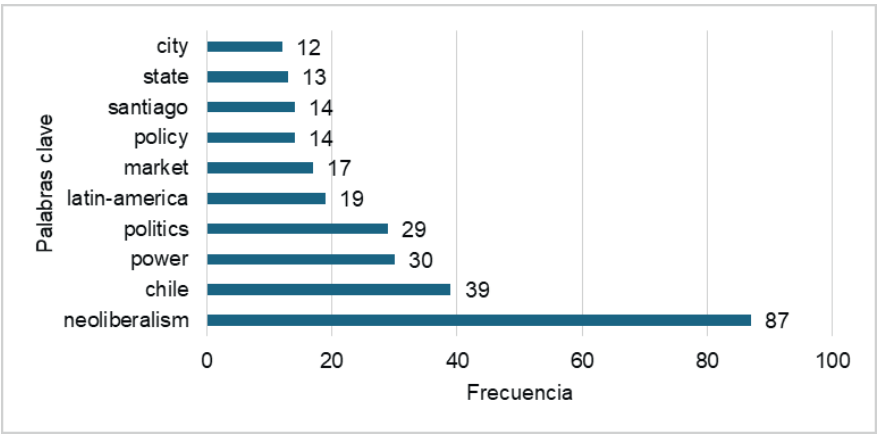


Fuente: elaboración propia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Complementario a lo anterior, se puede observar en la siguiente tabla de frecuencias, que los principales aspectos referidos al neoliberalismo tienen una expresión socioespacial y los trabajos de los autores mencionados así lo demuestran. La frecuencia en palabras claves referidas a fenómenos escalares – espaciales, como la ciudad, Latinoamérica y la ciudad de Santiago, son fundamentales en la comprensión de la forma en el que el neoliberalismo produce espacio a una escala urbano-regional. Asimismo, se despliegan elementos como el mercado, el Estado, las políticas y el poder, entre otros, cuyos aspectos conceptuales son fundamentales para la investigación de la reestructuración y consolidación de lo neoliberal.

Figura 8. Análisis de frecuencia de palabras clave



Fuente: elaboración propia

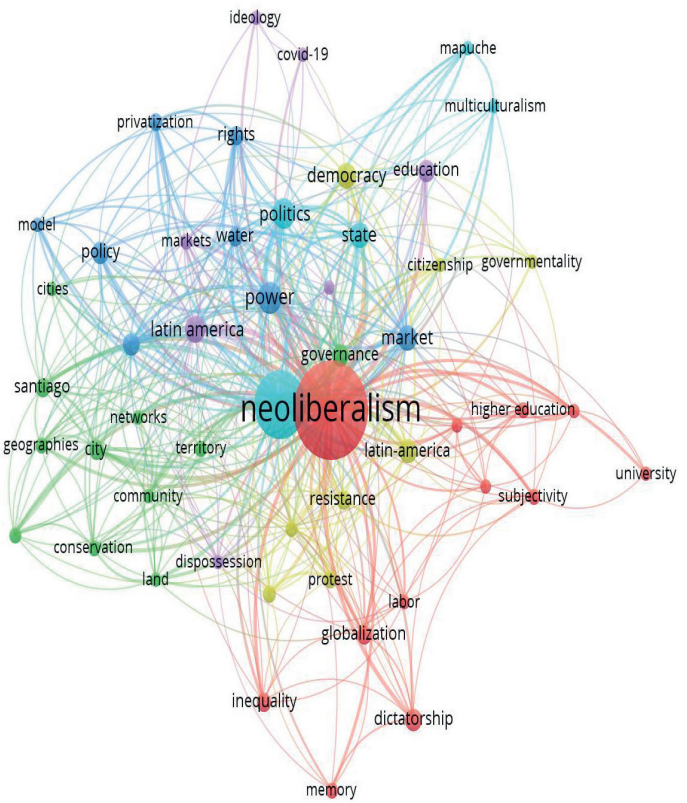
Asimismo, se destacan temáticas asociadas a la educación, la universidad –que se vieron profundamente trastocadas en la reestructuración neoliberal- y, finalmente, los temas de memoria histórica, las protestas, la resistencia, el periodo dictatorial y la restitución del poder de clase.

Al hacer un análisis de *co-ocurrencia* de palabras clave, donde se utiliza un número de 7 repeticiones, encontramos 52 palabras claves. Estas abarcan un variopinto número de temáticas. La base socioespacial, está presente en la mayoría de ellas. Entre estas se destacan los aspectos de territorio, geografía, ciudad, democracia, desposesión, comunidad y conservación, entre otras.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Estos aspectos nacen principalmente ante las formas territorializadas del impacto de las políticas neoliberales, en la que sus principales características se definen en la producción de naturaleza, desde la cual se inician actuaciones ideológicas y materiales que suponen una mayor descomposición del mismo territorio. Es así como se observa que la lógica de la propiedad, *commodities*, privatización de los bienes comunes, entre otros, suponen prácticas en el nivel socioespacial que se configuran como agencias políticas que permite que se aseguren futuros nichos de renta, ya que ingresan al mercado amplios sectores de servicios, así como espacios que no habían sido vinculados integralmente a la matriz neoliberal de producción.

Figura 9. Análisis de co-ocurrencia



Fuente: Elaboración propia.

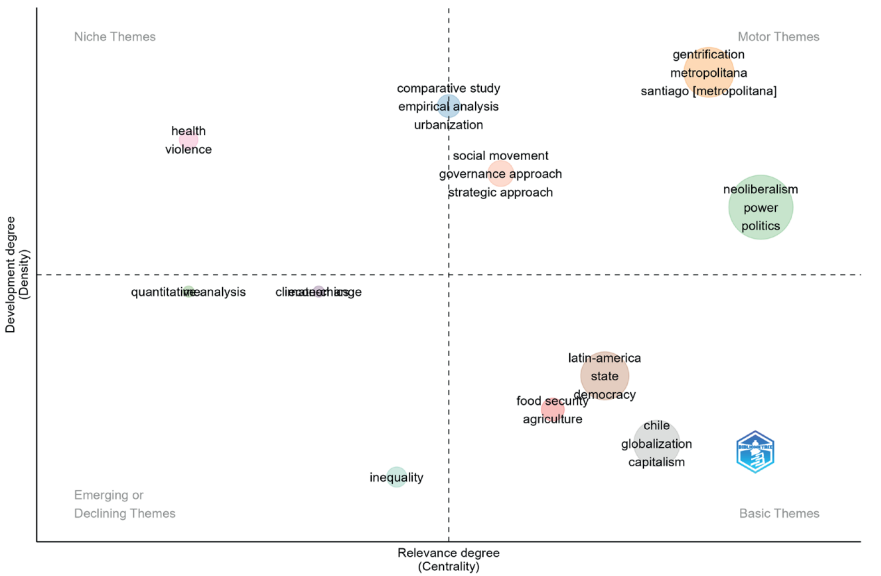
CONSEQUÊNCIA EDITORA

Un aspecto relevante para el análisis es la forma en que el neoliberalismo produce algunas categorías que denominan fenómenos que con anterioridad habían tenido impactos en las prácticas socioespaciales, pero que, en este momento, toman una relevancia fundamental en espacios urbanos y rurales. En ese orden de ideas, asuntos como el Estado, democracia y la globalización adquieren características relevantes a la hora de analizar cómo el neoliberalismo se despliega en el Chile contemporáneo.

También, es fundamental poner en tensión aquellas categorías como la de cambio climático, la que responde a las necesidades de representación social, política y económica en acción climática. Así, permite la comprensión de asuntos asociativos como lo es la seguridad alimentaria, la agricultura, la gobernanza y las estrategias neoliberales de acción política.

Finalmente, con respecto a este tipo de análisis, también se ponen en valor cambios, transformaciones o continuidades en las formas en las que la ciencia se acerca a este tipo de temáticas y problemáticas. De tal forma, aparecen categorías asociadas a los estudios comparados, los análisis cualitativos y el análisis empírico, los cuales guardan una escala que permite determinar el nivel de detalle de estas preocupaciones.

Figura 10. Análisis de co-ocurrencia: densidad y centralidad



Fuente: Elaboración propia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

De este modo, la ecuación de búsqueda permitió aproximarse a los temas de investigación, cuyas constelaciones conceptuales abarcan una serie de definiciones críticas sobre los efectos, procesos, problemas, fenómenos y prácticas asociadas a lo neoliberal y lo socioespacial en Chile.

Producción de espacio y territorialización del neoliberalismo en Chile

Una parte crucial del análisis del neoliberalismo se centra en el tránsito del monetarismo inicial —guiado por los "Chicago Boys" y los asesores de Friedman— hacia las políticas del Consenso de Washington en 1989, que en la década de 1990 adoptaron la mayoría de los países de América Latina. En este contexto, lo que hace particular a Chile es que a partir del Golpe de Estado del General Pinochet en 1973, Chile comienza a adoptar medidas enmarcadas en la puesta em marcha del modelo neoliberal, que posteriormente tomará a lugar en varios países de la región y del orbe entero. Lo anterior se materializará en diferentes momentos, pero con prácticas diferenciales de acuerdo a la realidad social y política de cada país[2].

De ellas se debe entender que su principal labor fue la instalación de una política de disciplina fiscal con un objetivo claro: el mantenimiento de reglas macroeconómicas que socavaron el desarrollismo latinoamericano (Alzate, 2019) o el Estado de bienestar (Martínez y Soto, 2012).

En el caso chileno, este viraje no fue simplemente técnico, sino espacial. Implicó la transformación de las ciudades, la liberalización del mercado del suelo y la articulación de mecanismos financieros que insertaron a Chile en los circuitos globales del capital. Además, fomentaron las formas emergentes de urbanización, refuncionalización y renovación de las ciudades, lo que conllevó una nueva racionalidad en la distribución del ingreso -fenómeno que espacialmente es tratado principalmente desde términos como *segregación socioespacial*-, pero que va de la mano con procesos de erosión y

2 La ruta latinoamericana comparte algunos aspectos coordinados. Uno de ellos es claramente la consigna del Consenso de Washington, sin embargo, sus métodos de implementación no necesariamente se contemplaron de la misma manera. En países como Colombia, no fue mediante una dictadura, sino mediante la actividad leonina y constante de la injerencia de Estados Unidos en las distintas guerras. Esto resulta, de manera excepcional, en la constitución política de 1991 (Vega Cantor, 2016).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sedimentación de las prácticas sociales que conlleva, las cuales, sin ninguna duda, produjeron el mejoramiento de las condiciones económicas para un sector en detrimento de otro (Rodríguez *et al.*, 2020).

Un ejemplo paradigmático al respecto fue la privatización del régimen de pensiones, cuyos fondos fueron redirigidos a la inversión en infraestructura, vivienda y centros comerciales. De igual manera, desde 1989 a 2008, el paquete de ajustes orientado por el Consenso de Washington facilitó en las ciudades chilenas la incorporación de agentes inmobiliarios en las políticas públicas desarrolladas por el Ministerio de Vivienda y Urbanismo, los que proporcionaron y fortalecieron a la banca como facilitadores financieros para grandes sectores sociales (Rodríguez *et al.*, 2020).

Del mismo modo, en el ámbito macroeconómico, esta política permitió una reconversión de la deuda externa en inversión interna, lo que marcó un punto de inflexión a través de la siguiente expresión: los inversionistas compraban deuda chilena depreciada en el mercado internacional y la canjeaban con rentabilidad en el país, bajo la condición de mantener la inversión por al menos diez años. Esta estrategia fortaleció el desarrollo de *commodities* como el vino, la minería y la agricultura de exportación. Esto se vio expresado a través de diferentes mecanismos: el disciplinamiento financiero fiscal a partir del ahorro nacional, la eficiencia en la inversión, la adquisición de préstamos a organismos multilaterales para la inversión en áreas estratégicas y la aplicación de conversión en el mercado secundario. (Lanz, 1988).

De acuerdo con Muñoz (1987), en Chile, esta política se inició con un acuerdo de reestructuración de la deuda externa pública y el sector financiero desde 1984 y 1986, donde se estableció la posibilidad de retirar los créditos cubiertos con la finalidad de utilizarlos en inversión en el país. El esquema de normas internacionales del Banco Central de Chile -especialmente los capítulos XVIII y XIX-, definen las operaciones para pagar la deuda en moneda nacional a instituciones financieras chilenas, o para adquirir activos de estas, así como también, permitió a residentes en el extranjero convertir la deuda de mediano y largo plazo en inversión. Finalmente, estos mecanismos tienen dos finalidades, por un lado, promover el ingreso de capitales -gran mantra del neoliberalismo periférico, el de facilitar la inversión extranjera- y reducir el endeudamiento externo en Chile (Daher, 1991).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Estos paradigmas de la actuación del neoliberalismo chileno, tuvo al menos tres dimensiones territoriales que son esenciales de comprender de cara a su consolidación en distintas fases. Como lo señalan Hidalgo, Santana & Alvarado (2016), la primera se refiere a una dimensión **socio-territorial** del neoliberalismo, la cual implicó una regulación orientada hacia el mercado, con distintas fases de experimentación regulatoria.

Esta fue influida por distintos agentes, los que fueron el Estado, el capital financiero, el capital inmobiliario y la sociedad civil. Sin embargo, las centrales fueron aquellas instituciones que definieron la necesidad de modernizarse con el fin de tejer redes, escalas de circulación política, entre las cuales se encuentra la inserción a un mercado monetario de capitales, la consolidación de un modelo de extracción territorial y, finalmente, la creación de un cumulo de oposiciones: *resistencias.*

Una segunda dimensión debe ser entendida como **temporal-territorial**, en la cual se experimentan procesos de reestructuración y ajustes constantes. Con base a ello, se debe afirmar que el neoliberalismo no es sólo una ideología fija, si no que se transforma, convirtiendo al proceso en algo dinámico que se desarrolla con los vaivenes del contexto, así como los que éste impone (Pradilla-Cobos, 2009).

Esto último marca una tendencia de dependencias múltiples, donde el mercado depende de la acción del Estado -tanto en el monopolio de la fuerza como en el de la creación de leyes-, pero, asimismo, el Estado depende del mercado para reforzar y distribuir bienes y servicios donde éste no alcanza a cubrir las demandas sociales, como es la vivienda, la educación y la salud. Esto cubre un asunto importante, y es que el neoliberalismo en Chile ha creado una tendencia hacia la profundización del modelo en donde se pueden ver distintas capas de *neoliberalización*.

Finalmente, la última dimensión es la **espacial-territorial**, en ella se observa una circulación de estrategias escalares, con modelos móviles y paisajes híbridos, los cuales no tienen un vector único. Es decir, no existe una sola agencia (llámese Estado, mercado, sociedad, etc.), sino que establece una multidireccionalidad territorial y escalar, en donde el neoliberalismo fija sus acciones. De esto, se desprenden criterios de despliegues geográficos desiguales, así como una neoliberalización regulatoria desigual, en donde su acción se concentra o se distribuye de forma inequitativa en el espacio geográfico. No obstante, aún a pesar de que el neoliberalismo en Chile se

CONSEQUÊNCIA EDITORA

expresa desigualmente, tiende hacia la homogenización de su acción, con lo cual, se puede enunciar, que cada estrategia neoliberal tiene una espacialidad (Hidalgo, Santana & Alvarado, 2016).

Comprender estos factores, implica observar que cada dimensión territorial del neoliberalismo en Chile estuvo marcada por distintas fases de consolidación. Hidalgo, Alvarado y Santana (2016), han establecido una serie de etapas en la trayectoria de producción espacial hasta su configuración final (Paulsen, 2024).

Entre estas, una primera etapa se le denomina *indefinición ideológica* (1973-1975). En ella, el sistema de acciones estuvo encaminado hacia la liberalización de precios, la devaluación de la tasa de cambio, la fijación de salarios, un primer ciclo de privatización y, finalmente, una actuación hacia la inflación como tema de la política monetaria.

Estas prácticas tuvieron como característica principal el debate sobre el modelo económico. Es aquí en donde aparece, en un primer momento, la figura del economista Milton Friedman, el cual de acuerdo con Montes (2020), así como por Lüders (2022), viaja a Santiago de Chile en el año de 1975 y se reúne con miembros del más alto calibre, e incluso con Augusto Pinochet, instancia en la que se asegura que el economista le habló acerca de la necesidad de relacionar la libertad económica y la libertad política.

Sobre este aspecto, para Friedman -en una conferencia ofrecida en 1975- afirmó que Chile tenía dos desafíos importantes, el primero, contener la inflación y, el segundo, establecer una economía de mercado vigorosa (Lüders, 2022). En esta misma conferencia afirmaba que los problemas de Chile no pasaban por los problemas exteriores, como la baja de los precios internacionales del cobre o el aumento de los precios del petróleo, si no que se debían a problemas fiscales propios de la nación.

De este periodo, se destaca la obra fundamental del neoliberalismo chileno – que, si bien fue publicada con posterioridad, esta resume las políticas económicas aplicadas en este periodo-, *"El Ladrillo: bases de la política económica del gobierno militar chileno"* (Centro de Estudios Públicos, 1992). En él, se describen los aspectos económicos, sociales e históricos, así como de contexto -como por ejemplo el convenio entre universidades chilenas y la Universidad de Chicago- que dieron origen al tránsito de ideas y teorías económicas que con posterioridad se aplicarían en el régimen militar (Gárate, 2012).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

De estos aspectos, se puede mencionar que "El ladrillo" postula que la suerte económica y social del país está mediada por una serie de problemas fundamentales promovidos por los gobiernos de las décadas de los treintas y cuarentas y que han arrastrado al país hacia una baja de crecimiento, un estatismo exagerado, una escasez de empleos productivos, un aumento desaforado de la inflación, un atraso agrícola, una prevalencia de condiciones de extrema pobreza, lo que provocó como efectos no deseados, un mala asignación de recursos productivos, un limitado desarrollo del sector externo, una baja tasa de crecimiento de recursos productivos, déficits fiscales, cambios frecuentes de políticas económicas, un mal uso del poder político y, finalmente, un déficit en el abastecimiento de alimentos (Centro de Estudios Públicos, 1992).

Para paliar esta situación, se instaló una base de política económica que estuvo dirigida a obtener una serie de metas entre las que se destacan: desarrollar una tasa económica alta "[…] y estable a través del tiempo, dentro de un régimen verdaderamente democrático que asegure el pleno goce de los derechos ciudadanos a mayorías y minorías" (Centro de Estudios Públicos, 1992, p. 52)[3]. También, erradicar la pobreza extrema con tratamientos importantes hacia la nutrición infantil y de los adultos mayores. Garantizar la igualdad de oportunidades, principalmente en educación, donde "[…] el acceso dependa de la capacidad y del potencial creativo de cada individuo, más bien que de factores accidentales como la riqueza y la cultura del medio familiar" (Centro de Estudios Públicos, 1992, p. 52).

En ese mismo aspecto, se pone en valor el acceso a la salud, la seguridad social y al empleo. Dicho acceso se garantiza, especialmente, mediante una reforma al sistema previsional. El pleno empleo depende de actividades productivas que contribuyan al desarrollo económico nacional. Esto será la punta de lanza del proceso de *modernización de las instituciones* y de la racionalidad neoliberal.

Una segunda fase obedece al *neoliberalismo económico* (1975-1978) en Chile, el cual enmarca su sistema de acciones a través de lo que Klein (2012)

3 Este aspecto no deja de presentar paradojas: ya que al igual que como lo afirmó Friedman, la aplicación del modelo debía presentar una condición basada en un régimen democrático, cuya condición *sine qua non* es imposible desarrollarlo. Son este tipo de paradojas las que con posterioridad van a minar la legitimidad política y moral del modelo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

denominó *la doctrina del shock*. Esta terapia en Chile constituyó una de las fases más agresivas de las distintas etapas del neoliberalismo, ya que, con las políticas monetarias instaladas, se reguló la oferta de dinero y los tipos de interés.

Esto redujo la demanda de manera abrupta, sobre todo de los servicios de primera necesidad, así como el crédito, con el fin de fomentar en la población el ahorro, a partir de programas iniciales del nuevo "modelo". Esta fase tuvo como principal característica una narrativa de revolución económica, la que enarboló la idea del libre mercado como distribuidor completo, eficiente y "justo" de los procesos económicos y sociales.

Con el fin de justificar teórica e ideológicamente estos aspectos, el Estado chileno aplicó una política de descentralización que supuso un esclarecimiento de las funciones del Estado, cuyo objetivo fue velar por el proceso de crecimiento que condujo a una distribución del ingreso. Asimismo, se postula al mercado como un actor para asignar eficientemente los recursos. En este aspecto, se pone en valor la necesidad de un modelo descentralizado del Estado, a la vez que se le restringe el consumo de bienes de consumo a la población toda vez que haya una propensión al ahorro e inversión para acrecentar la disponibilidad de esos bienes en el futuro (Centro de Estudios Públicos, 1992).

Este periodo viene acompañado por la visita de Friedrich Von Hayek a Chile (Lüders, 2022), donde recibió el Doctor Honoris Causa de la Universidad Técnica Federico Santa María y dictó una charla magistral. En una segunda visita el año de 1981, postuló aspectos de su teoría de la competencia de monedas. De acuerdo con Lüders (2022):

> […] si hay libre competencia internacional en la emisión de dinero, eventualmente predominará aquel emisor —público o privado— que emita lo necesario para garantizar la estabilidad de precios. Será él el que se beneficie con el señoreaje y por eso será él el que tendrá el mayor incentivo de emitir la cantidad óptima de dinero. En esta materia Milton Friedman fue mucho más conservador (s.p).

De estas visitas se desarrollaron disputas entre la corriente económica de Hayek y la de Friedman en el seno de los neoliberales chilenos. Como reconoce el propio Lüders (2022): "[…] al contrario de Milton Friedman, cuyas ideas sin duda influyeron por medio de sus alumnos y escritos en las

CONSEQUÊNCIA EDITORA

instituciones económicas adoptadas por Chile después de 1973, la marca específica de Von Hayek ha sido menor." (s.p.)

Una tercera fase se establece en virtud del *predominio del neoliberalismo global* (1979-1981), donde hay un repunte de la economía chilena, que emerge en torno al binomio comprendido entre economía y control social, contrario a lo que postulaba la utopía neoliberal igualitaria. Este control social constó de estrategias como la creación de un mercado independiente del Estado en lo económico, una revolución libertaria en lo político, y en lo ideológico un triunfo del monetarismo sobre otras teorías económicas, como lo puede ser el modelo keynesiano.

No obstante, estas tres fases anteriores mostraron un neoliberalismo agresivo, con grandes costos sociales y culturales. Por lo tanto, se hizo necesario generar una apertura hacia una cuarta fase que se denomina de *correcciones y subsidios* (1981-1994), en la cual el Estado si bien es cierto se aparta de la economía como un agente de intervención, se fortaleza desde un papel **garantista**. Esto hace que el Estado se constituya como la última línea de defensa de los riesgos del mercado (Alvarado, 2019).

Por lo tanto, se hizo necesario una transformación de la voracidad del mercado hacia un *neoliberalismo con rostro humano* (Atria, 2013), el cual se basó en corregir el proyecto político, mientras adoptaba disposiciones que eran aparentemente contradictorias. Por un lado, ingresó en un periodo de retorno a la democracia, pero esto vino acompañado de políticas como la expansión de subsidios con el fin de convertir a la economía en una sociedad de mercado.

A su vez, amplió sus mercados hacia nuevos *commodities,* y por medio de leyes de ajuste, se le concede a la banca comercial el otorgamiento de créditos, con lo cual se cierra el modelo de producción de vivienda que se exporta a América Latina, constituido por la arquitectura del ahorro -del primer neoliberalismo-, el subsidio -subvención estatal- y el crédito complementario de la banca.

Al principio de esta fase, nuevamente hubo una visita de Friedman (Lüders, 2022) en la cual se comprueba la labor de la *revolución liberalizadora* y *modernizadora* del modelo, especialmente en la responsabilidad fiscal y la política monetaria. Además de esta visita, los detentores del modelo, con posterioridad, defendieron sus virtudes a partir de ideas supuestamente comprobadas de libertad y es que, en palabras de Friedman (citado por Lüders, 2022):

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> La economía libre es una condición necesaria para una sociedad políticamente libre; desafortunadamente no es una condición suficiente. Creo que una economía libre será muy difícil de mantener por un periodo de tiempo prolongado, salvo que vaya acompañada por una sociedad verdaderamente libre.

Una cuarta fase se direcciona a hacer del espacio y, especialmente de la naturaleza, un bien de mercado. Esta fase constituyó la modernización -sin decir que antes no fuera una necesidad- del aparato institucional a través de la *oferta y planificación en obras públicas* (1994-2004), cuyas acciones se centraron en hacer del Estado un facilitador de la inversión internacional -control de cambios, emisión de bonos de deuda y exenciones fiscales- así como también a partir de la entrada cada vez más grande de figuras como las concesiones y las licitaciones en obras públicas, lo cual necesitó de una transformación del Ministerio de Obras Públicas y del Ministerio de Hacienda, este último, dictando una política económica con mayor independencia de los vaivenes políticos o de cambio de gobierno.

De este periodo cabe destacar que se inició un proceso agresivo de mercantilización de la naturaleza. Esto se dio a partir del antecedente de la División de Desarrollo Urbano, cuyos fundamentos fueron una política nacional que se basó en la urbanización acelerada que experimentaba el país, la necesidad de hacer de la urbanización un motor económico y social, promover una la economía social de mercado como modelo para la asignación de recursos y, finalmente, consolidar el rol subsidiario del Estado (Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 1979).

Esta piedra angular tuvo como efecto un cúmulo de consecuencias como, por ejemplo, en la política de suelos, se crearon condiciones de vulnerabilidad en las áreas de protección silvestre de alto interés inmobiliario: costas, lagos, ríos y bosques (Hidalgo, Paulsen, Alvarado, Vergara & González, 2021). Asimismo, se crearon condiciones de licitación de zonas de uso industrial, turístico y de expansión urbana en lugares con alto interés ambiental (Uribe-Sierra, Toscana-Aparicio & Mora-Rojas, 2024), bajo la perspectiva de inversión extranjera directa en áreas como la minería, con el fin de incrementar las divisas por la exportación de recursos (Vergara-Perucich, 2018).

Finalmente, existe una última fase, la que es posible definir en dos momentos: ajustes y expansión subsidiaria (2004-2012) y, ajustes y expansión

CONSEQUÊNCIA EDITORA

subsidiaria sostenible (2012-2020). En tanto acciones, es posible identificar un Estado corrector del modelo económico, en el cual se ampliaron las redes de protección social vía subsidios focalizados a la demanda no solvente, así como la diversificación en la oferta y cobertura de subsidios habitacionales -por ejemplo, subsidios al arrendamiento, a soluciones habitacionales producto de desastres socioambientales-, entre otros.

En lo que cambian, apenas levente, son en algunas características. Mientras el primero reaccionó a la crisis *subprime* en Estados Unidos y la burbuja inmobiliaria en España, lo que hizo que el Estado se blindara, así como también, a los terminales del ciclo dorado del cobre en Chile; el segundo, reacciona a los movimientos sociales como el *estallido social* de octubre del 2019 y la crisis sanitaria por el COVID-19 del 2020.

Finalmente, debemos señalar que el neoliberalismo en Chile no solo reconfiguró la economía y la sociedad, sino también el espacio (Santana, 2018). La liberalización de los límites urbanos, la promoción de los mercados de suelo y la planificación urbana basada en criterios de eficiencia y rentabilidad transformaron las ciudades en plataformas de acumulación. En este marco, economistas sin experiencia previa en urbanismo comenzaron a redactar planes de desarrollo urbano, consultorías y políticas públicas, marcando una profunda tecnocratización del ordenamiento territorial.

Los espacios urbanos se dividieron en "capas" funcionales —agua, suelo, mar—, cada una de ellas susceptible de ser mercantilizada. Esta lógica fragmentaria y funcionalista permitió una privatización diferenciada del espacio y facilitó su inserción en los mercados internacionales como activos financieros. Este proceso, aparentemente planificado, reflejó un proyecto ideológico de largo plazo que buscaba naturalizar la hegemonía del mercado como principio organizador del territorio, en lo que se conoce como proceso de *destrucción-producción* de naturalezas.

Critica, contra crítica y disputas ideológicas

Frente a esta racionalidad dominante, emergieron desde los años 70 diversas formas de crítica. Intelectuales como André Gunder Frank, asociado principalmente a la *teoría de la dependencia* denunció tempranamente la alianza entre libertad económica y represión política. En este primer ejem-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

plo de crítica académica, Gunder -quien también cursó estudios de postgrado en Chicago- expresó su inconformidad con la orientación de la Escuela de Chicago. Esto lo hizo a través de una carta denominada "Carta abierta sobre Chile a Arnold Harberger y Milton Friedman" escrita em 1975. En un extracto de esta menciona:

> Como su antiguo estudiante de doctorado, cuánta razón tenían en efecto, señores Harberger, Friedman & Cía. Inc. de EE.UU., cuando observaron y predijeron hace veinte años que yo no estaba a la altura de sus expectativas de normalidad; que yo carecía de la actitud, la mentalidad y la moralidad que ustedes comparten con la Junta; que yo no podía estar dispuesto a calcular las condiciones de equilibrio del asesinato masivo y el genocidio, ni estaba hecho a la medida de sus sanguinarios ejecutores. ¡Venceremos! (Castrillón Mora, 2005).

La crítica internacional al modelo chileno fue acompañada por una diáspora de académicos exiliados que visibilizaron el carácter autoritario y excluyente del neoliberalismo. Asimismo, vino acompañado de sendos reclamos al modelo -y hacia sus académicos-, principalmente desde la escuela económica y social europea. Estas críticas se radicalizaron después del asesinato de Orlando Letelier en 1976 (Casals y Estefane, 2021), economista chileno quien había sido ministro del gobierno del presidente Salvador Allende y el cual en el texto *Los Chicago Boys en Chile, "Libertad económica y represión política": las dos caras de un mismo modelo,* había precedido los riesgos de la implementación de un modelo tan agresivo en la sociedad chilena (Soto & Lawner, 2011).

En la década del 2000, especialmente tras la *crisis del modelo de la Concertación* (Atria, 2013), se empezó a hablar del "fracaso neoliberal". La crítica en este punto no solo revalorizó los disensos originales al modelo, sino que visibilizó las contradicciones entre mercado y democracia, desarrollo y justicia social, el modelo de libre mercado y la libertad *sui generis*.

La *Paz Transicional*, experimentó las primeras oposiciones a inicios del dos mil, con *el mochilazo* de los estudiantes secundarios. A mediados de la década, la Revolución Pingüina el año 2006, fue una masiva movilización de los estudiantes secundarios que pusieron en debate el modelo de la educación chilena, principalmente asociada a la Ley Orgánica Constitucional

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de Enseñanza (LOCE), en la que se diseñaron las políticas de mercado en la educación, bajo el principio de la libertad de enseñanza.

Dicha movilización puso en debate la neoliberalización del sistema educativo que se estableció en el país desde la década de los ochenta del siglo XX, en la que se definió el acceso a la enseñanza a partir de un modelo tripartito: la educación pública, para las clases más pobres; la educación particular-subvencionada, para los estratos medios y emergentes y, la educación privada, para las clases altas. En este sentido, la crítica se estableció debido a que el modelo educativo reproduce la estructura de clases de la sociedad chilena (Bellei, 2007).

La educación pública, bajo el principio de subsidiaridad y administrada por los municipios, había producido la precariedad de los establecimientos en tanto infraestructura y calidad, donde la matrícula disminuyó considerablemente y el dispositivo obedeció al orden financiero municipal, en la que muchas veces se prestó para prácticas fraudulentas (Cox, 2012).

La educación particular-subvencionada, núcleo del principio de libertad de enseñanza neoliberal, se articuló en un sistema cuyos establecimientos recibieron el subsidio del Estado y el pago de las familias, donde las matrículas se incrementaron y la lógica del lucro se expandió en la figura del sostenedor y el mercado educativo. A pesar de que dieron cobertura a la demanda solvente, la competencia por la matricula fue superior al de la calidad (Cox, 2012; Bellei, 2007), en un contexto en que las escuelas estaban saturadas de alumnos.

Finalmente, la educación privada se sostuvo por el financiamiento de las familias en las que se reproduce las relaciones sociales entre las elites políticas y económicas, donde operan las redes de contacto y el estatus. En este sentido, el sistema educativo se puso en el debate público debido a la movilización de los estudiantes secundarios. No obstante, fue rápidamente contenida por el sistema político, que por medio de diferentes performances cooptaron las críticas y definieron diagnósticos y soluciones para la educación pública (Bellei, 2018).

Asimismo, el año 2011, la movilización de estudiantes universitarios removió el escenario educativo y social, cuyas demandas se enfocaron al sistema de financiamiento educacional, especialmente por la aplicación del Crédito con Aval del Estado (CAE), instrumento financiero para la educa-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ción superior, en que las clases medias y empobrecidas tuvieron acceso a las universidades, especialmente privadas, con una deuda futura.

Esta movilización, desplazó su crítica del campo educativo hacia el modelo de la sociedad de mercado en el que se había mercantilizado la vida cotidiana, en donde la crítica al neoliberalismo en Chile se puso en tensión. En este sentido, desde inicios del 2010 hasta el estallido social de 2019 se pusieron en evidencia las fisuras del modelo y la creciente desigualdad que se estableció en la sociedad chilena (Canales, 2022).

Para los críticos contemporáneos del modelo neoliberal chileno, la estructuración económico social estuvo acompañada de ideologías que cambiaron y consolidaron los dispositivos institucionales del Estado durante los gobiernos de la Concertación[4], desde 1990 y 2010 (Rodríguez, 2022). En este sentido, una de las críticas sostenidas es que la coalición de gobierno que estuvo en el poder por 20 años (1990-2009) se alineó con las políticas neoliberales, profundizándose los mecanismos subsidiarios, financieros y de ahorro individual en los distintos sectores de "servicios", tales como el de vivienda, salud y educación, entre otros, instalándose inclusive un lenguaje para ello.

Así, los partidos de la Concertación no volvieron al modelo desarrollista anterior a la instalación del neoliberalismo, sino que se sumaron a él. En el gobierno, el período de *paz transicional* implicó la negociación del modelo económico en una democracia restringida, que se materializó en la permanencia de la expresión económica de la Constitución de 1980, cuyo gesto del presidente Ricardo Lagos consistió en colocar su firma en la Carta Constitucional el año 2005, extrayéndose principalmente los amarres políticos de la dictadura, como eran los senadores designados y la derogación del Consejo de Defensa del Estado, pero manteniéndose la constitución económica (Román, 2021).

En este sentido, los políticos de la Concertación, a pesar de tener la experiencia dictatorial y un discurso de distribución equitativa e igualdad que se materializó en base al subsidio dirigidos a las clases más pobres, expandieron los mecanismos de acumulación y privatización en la sociedad chi-

4 La Coalición de Gobierno de la Concertación de Partidos por la Democracia, estuvo conformada por el Partido de la Democracia Cristiana (DC), el Partido por la Democracia (PPD), el Partido Socialista (PS) de Chile y el Partido Radical (PR).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

lena, produciéndose una ciudadanía que se integraba en el mercado y que sobrevivía por medio de la deuda (Rodríguez, 2022).

A partir de ello, nuevas publicaciones cuestionan el rol de instituciones internacionales, como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, los cuales, en la fase del predominio del neoliberalismo global, dictaron la política económica en Chile con el fin de facilitar la consolidación del modelo, así como la romantización del legado de Friedman, Von Hayek y sus discípulos (Dardot, Guéguen, Laval & Sauvêtre, 2024).

Los miembros de la Concertación de Partidos por la Democracia, alianza de centro izquierda se ajustó a los cambios que se produjeron a nivel político y económico global. La tercera vía como se llamó a los cambios de la globalización de un neoliberalismo de izquierda, se produjeron en diferentes lugares del orbe, tales como las políticas del Partido Laborista Inglés, que tuvo en la figura de Tony Blair su expresión política y, de Bill Clinton, que en Estados Unidos movilizaron una agenda de mundialización con políticas sociales que se distanciaron de las economías de un Estado central planificado, con la caída de la Unión de República Socialista Soviética (URSS) (Dardot, Guéguen, Laval & Sauvêtre, 2024).

En el ciclo de la década de los noventa, los gobiernos de la Democracia Cristiana de Aylwin (1990-1994) y Frei Ruiz Tagle (1994-2000), condujeron una política tributaria que se encaminó a la recaudación fiscal, con el objetivo de aumentar la cobertura de las políticas sociales, sin tocar el modelo, y, con Frei, una agenda privatizadora, decenio en que el PIB se incrementó de manera sostenida a pesar de que a final de la década se manifestó la crisis asiática (French-Davis, 2018). Los intelectuales de CIEPLAN, que fueron parte del gobierno tuvieron redes académicas en Estados Unidos, los cuales sostuvieron una ácida crítica a la violencia de la dictadura, pero no cuestionaron las bases del modelo debido a que encontraron necesaria la aplicación de las políticas fiscales del Régimen Militar (Román, 2021)

Con el decenio socialista, cuyos presidentes fueron Ricardo Lagos (2000-2006) y Michelle Bachelet (2006-2010), la privatización y la política social fueron las agendas fundamentales de los gobiernos. En este sentido, la visión del Partido Socialista había cambiado completamente, ya que el cambio ideológico se produjo a inicios de la década de los noventa con lo que se denominó la *Renovación Socialista*, en la que se dejó la matriz teórica marxista-leninista y se incorporaron elementos plurales de la tradición la-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tinoamericana del socialismo. Además, se complejizó su diagnóstico de las contradicciones de la sociedad chilena, en la que se insertaron definiciones culturales, antes que la de los conflictos de clases (Rodríguez, 2022).

El inicio de las movilizaciones de mediados de la década del dos mil, no impidió que se usaran los dispositivos de contención y vigilancia del Estado. Y es que el neoliberalismo, a pesar de establecerse con una arquitectura institucional, no escatimó en el uso de la fuerza ante la resistencia de sus oposiciones. La crítica internacional demuestra ello. Un ejemplo reciente es el libro *La opción por la guerra civil. Otra historia del neoliberalismo* (Dardot, Guéguen, Laval & Sauvêtre, 2024), el cual argumenta que el neoliberalismo, para preservar su hegemonía, apela sistemáticamente al uso de los aparatos represivos del Estado, desvalorizando la democracia y reprimiendo los movimientos sociales.

A pesar de las movilizaciones de la década del 2010, el modelo se regeneraba a medida que las oposiciones se desarrollaron en la sociedad. A la vez que aparecía la crítica, la "batalla ideológica" encontró los defensores del modelo en la arena política, con el fin de afianzar y reinventar un modelo que se encuentra cuestionado por la excusión y desigualdade social en el acceso a sus beneficios. En este sentido, el sistema político de los neoliberales no dudo en usar todas sus fuerzas para contener a los movimientos sociales, artificios o simulacros políticos, cuyos resultados mantuvieran la efectividad de lo que venía produciéndose para la acumulación de la extrema riqueza del país, los cuales aumentaron su concentración (Fazio, 2016).

No obstante, más de cuatro décadas de neoliberalismo generaron una cultura en la sociedad que implicaba un conjunto de prácticas que produjeron una subjetividad competitiva en base al consumo y expectativas para salir de la pobreza. En este sentido, las promesas incumplidas del desarrollo generaron una atmósfera de malestar que se irradiaron por una sociedad hastiada, donde la política no tuvo efectividad y las instituciones no funcionaban. El diagnóstico general de la crítica era que el modelo mostraba fisuras institucionales que no se dirigieron a resolver las contradicciones y el abuso (Garretón, 2016, Mayol, 2012; Araujo, 2009).

Sin embargo, responden a ellas una serie de contra criticas neoliberales las cuáles a pesar del cúmulo de reproches que ha suscitado el neoliberalismo —especialmente en contextos marcados por la desigualdad estructural como Chile—, también cuentan con una defensa activa, tanto desde el ám-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

bito económico como desde espacios intelectuales liberales o tecnocráticos. Esta defensa se articula en torno a argumentos como la eficiencia económica, la estabilidad institucional y la modernización del Estado.

Sebastián Edwards, economista chileno y profesor de la UCLA, defiende una lectura más matizada del neoliberalismo chileno. En su libro *"El Chile de Pinochet"* (2019), Edwards sostiene que, si bien el régimen autoritario cometió violaciones sistemáticas a los derechos humanos, también implementó reformas que fueron clave para el posterior éxito económico de Chile. Según él, la Concertación -gobierno democrático de la postdictadura- no desmanteló las bases del modelo porque éstas permitieron el crecimiento, la reducción de la inflación y el fortalecimiento de la institucionalidad fiscal. Así, de acuerdo con esta perspectiva, el éxito económico no fue como se le denomina en varias ocasiones como *el milagro chileno,* si no que fue el resultado de políticas coherentes aplicadas con una disciplina excepcional.

Desde una postura más ideológica, Milton Friedman —referente clave del pensamiento neoliberal— defendió las reformas chilenas como un experimento exitoso de liberalización económica, aunque más tarde matizó su vínculo directo con la dictadura. En entrevistas posteriores, como la que dio al programa Commanding Heights de PBS (2000), afirmó que "el milagro económico chileno" demostró cómo un país podía pasar del socialismo al libre mercado con resultados positivos, aunque reconoció que el proceso debía ir acompañado de apertura democrática.

En un plano más contemporáneo, en el Instituto Libertad y Desarrollo (LyD) y el Centro de Estudios Públicos (CEP) sostienen que la economía chilena es más resiliente gracias al modelo implementado desde los años 70. Estudios recientes de LyD destacan cómo la apertura comercial, la regla fiscal y la autonomía del Banco Central son pilares de estabilidad frente a crisis externas; resaltan la capacidad del modelo para permitir una reducción sustancial de la pobreza, aun cuando persistan desafíos de equidad.

En *Subsidiaridad en Chile. Justicia y Libertad* (2016), texto editado por Claudio Arqueros y Álvaro Iriarte, en el marco de la Fundación Jaime Guzmán y el Instituto Res Pública, se defiende el principio de subsidiaridad que esta inserto en el Estado Chileno. Los artículos profundizan en cómo dicho principio permite la participación en la comunidad política y la autonomía en la vida social de los individuos y grupos intermedios, cuyas asociaciones no tienen una dependencia asistencialista del Estado y permiten el desar-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

rollo individual por medio de la justicia distributiva, concepto usado por los editores (Arqueros e Iriarte, 2016).

A lo largo de los artículos, se contribuye a una contra crítica que es coyuntural de la segunda mitad de la década de 2010, en la que se observa una confusión posmoderna y multicultural de grupos que sólo velan por su interés particular. En este sentido, el principio de subsidiaridad del Estado chileno se encuentra en debate como piedra angular de la relación entre el Estado y la sociedad, el cual gesta el desarrollo integral de los individuos y asociaciones, él que corre peligro en tiempos de populismo y demagogia (Arqueros e Iriarte, 2016).

Desde el ámbito internacional, Claudio Sapelli, economista de la Universidad Católica de Chile, defiende la estructura del modelo afirmando que los problemas sociales de Chile no se deben al neoliberalismo *per se*, sino a la falta de políticas redistributivas más agresivas. En Chile: ¿Más equitativo? (Sapelli, 2016), argumenta que los aumentos de ingreso fueron significativos para los sectores más pobres, pero que el sistema político no supo responder a las nuevas demandas de la clase media.

Finalmente, defensores contemporáneos del modelo como Axel Kaiser, desde la Fundación para el Progreso, promueven una defensa ideológica más explícita, ligando el neoliberalismo con la defensa de la libertad individual, la propiedad privada y el orden constitucional. En obras como La tiranía de la igualdad (Kaiser, 2015), el autor denuncia lo que él llama la "demonización ideológica" del neoliberalismo y, advierte, sobre los peligros de una regresión populista, que es justo, lo que, desde el principio, como se ve en esta ruta que describimos en este texto, constituye el campo de lucha, lo que el neoliberalismo pretende combatir.

La crítica y contra crítica se mantuvieron como banderas de lucha durante el segundo gobierno de Michelle Bachelet (2014-2018), donde se impulsó una agenda de gratuidad en la educación superior que fue muy polémica, debido a las orientaciones que tomaba dicha política, en la que el CAE -Crédito con Garantía Estatal en Chile, que era la forma de acceso a la educación superior para la demanda no solvente- se encontraba absolutamente cuestionado. Además, debido a las movilizaciones en diferentes campos de la vida social, entre ellos, las pensiones/jubilaciones, la salud y la vivienda, como los conflictos ambientales, pusieron en entredicho la Constitución de 1980, conocida como constitución de la dictadura. Durante el mencionado

CONSEQUÊNCIA EDITORA

gobierno Bachelet se desarrollaron una serie de ensayos constitucionales con la ciudadanía, por medio de los cabildos ciudadanos que, si bien lograron una adhesión relativa, no fueron vinculantes y no lograron una nueva carta magna (Ahumada y Soto, 2020).

Con el segundo gobierno de Sebastián Piñera (2018-2022), se produjeron una serie de contrarreformas tributarias en función de disminuir la tasa impositiva. Con una retórica de que Chile era un "oasis" en la región, el 18 de octubre de 2019 se produce el estallido social. Dicho acontecimiento marcó una disrupción para la clase política y la sociedad chilena. Las movilizaciones se expandieron por las diferentes ciudades del país y los actos de violencia destructiva se expandieron por el territorio nacional (Román, 2024).

Ante dichos acontecimientos, la violencia estatal no se dejó esperar y se desplegó para contener a los manifestantes, en la que se hizo uso del estado de sitio, instrumento para desplegar a las fuerzas policiales. El presidente Sebastián Piñera, declaró que estaba en guerra y se enfrentaba a un enemigo poderoso, sin nominación específica.

Sin embargo, la movilización derivó rápidamente en saqueos, destrucción de infraestructura pública y privada, y en la articulación de una resistencia que se enfrentó a carabineiros -fuerza policial chilena- por más de tres meses en las calles del centro de Santiago y en otras ciudades del país (Rodríguez y Duarte, 2023). El territorio practicamenye se militarizó y el daño ocular a varios jóvenes manifestantes fue la expresión de la violencia desatada para volver al orden.

Para salir de la coyuntura conflictiva, el 25 de noviembre de 2019, se firmó *El Acuerdo por la Paz Social y una Nueva Constitución* entre la clase política, a excepción del Partido Comunista. En dicha instancia se propuso una elección para el mantenimiento de la constitución política de 1980, o la redacción de una nueva. En este sentido, el escenario se abrió para un momento constituyente. Dicha elección se realizó el 25 de noviembre de 2020, en la que se decidió la redacción de una nueva carta magna, en conjunto con definir si los redactores fuesen la clase política o diferentes figuras de la sociedad civil, lo que tuvo como resultado la segunda opción. Con ello, la clase política que representaba a los electores perdió su adhesión tras años de profundización y consolidación del modelo que, por otra parte, tenía a una gran mayoría en la precariedad y sujeto al abuso del sistema institucional.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

El proceso constitucional siguió su curso con la elección de los miembros de la Convención Constituyente y el proceso de deliberación. Dicha instancia tuvo sus resultados en la formulación de un texto que se entregó de manera gratuita a la población. No obstante, el día 4 de septiembre de 2022, la elección no aprobó el texto redactado por la convención (Heiss, 2023).

En este nuevo escenario, el estallido social de octubre dejó estupefacta a la clase política. Sin embargo, la crítica venía sosteniendo que las condiciones de desigualdad por largo tiempo habían instalado el malestar en la sociedad. Ante ello, el estallido social fue difícil de definir, tanto así, como el proceso constituyente.

Las primeras críticas emanaron del rector de la Universidad Diego Portales, Carlos Peña, que definió que el estallido había sido producto de una generación que experimentó la modernización capitalista que era disruptiva ante la norma, y que se encontraba frustrada porque vió incumplida la promesa de desarrollo en base a la meritocracia, pero que en general, el país tuvo un crecimiento que se había expandido en la sociedad (Peña, 2022).

Asimismo, el escenario del estallido y los actos de los manifestantes, fueron fuente de expresión de la crítica debido a la destrucción que se produjo en las diferentes ciudades. Se argumentó que en la sociedad chilena se estaba gestando un sujeto lumpenconsumista y lumpenfacista que es altamente conflictivo sin norma social. Para Lucy Oporto (2019), la sociedad chilena había perdido el alma y el espíritu al volverse un individuo indiferente y altamente consumista, que por eso saqueaba supermercados y profanaba las iglesias.

La crítica de izquierda que se plegó al proceso constituyente fue también fuente de una contra crítica debido a que la redacción del texto propuesto contuvo derechos identitarios y valores posmodernos que respondían a intereses particulares. Que, incluso, los derechos de las clases trabajadoras se veían subsumidas a estas, lo que se les denominó maximalistas y partisanos (Alberto Mayol en medios, 2022).

En este sentido, a más de 3 años del fin del proceso constituyente, la sociedad chilena se encuentra en grado cero en relación a los momentos previos del estallido, aunque con una crisis más profunda debido a los efectos del COVID 19, el incremento del crimen organizado y una economía cuyo crecimiento es escaso.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Para Canales (2022), a pesar de las críticas y contra críticas, la profundidad del modelo evidenció una suerte de desigualdad estamental que hace referencia a la imposibilidad de la clases medias y profesionales a alcanzar las promesas que se dieron en un principio, debido a que la relación entre la gran masa de profesionales creció sostenidamente, cuestión que no sucedió con la matriz productiva. En este sentido, define que los empleos son insuficientes y que estos se obtienen por las relaciones de estatus y parentesco.

Asimismo, argumenta que más allá del acontecimiento del estallido social, la indignación de los manifestantes, las preguntas que se abren dicen relación con la transformación del modelo y las posibilidades del futuro.

Conclusiones

El neoliberalismo en Chile no solo representó una transformación económica profunda, sino que consolidó un proyecto político e ideológico que reconfiguró las bases materiales y simbólicas de la vida social. Lejos de ser únicamente una receta técnica de política pública, como vimos, este modelo ideológico-político-económico se impuso como un dispositivo de poder que reorganizó el espacio, desmanteló el rol del Estado como garante de derechos sociales, pero lo fortaleció, a diferencia de lo que muchos concluyen, desde la consolidación de una estructura ideológica que fungió, al estilo *althusseriano*, como la fase superior de un aparato de represión usando como base su ideología.

Asimismo, consolidó una lógica mercantil que permeó todas las esferas de la existencia. En este sentido, el caso chileno constituye un laboratorio -pero no el único, ya vemos que existen antecedentes en las democracias cristianas, en el ordo liberalismo alemán y algunas experiencias en modelos autoritarios como el fascismo italiano o el falangismo español- para observar cómo las políticas económicas de corte liberal —primero bajo dictadura y luego en democracia— se articularon con procesos de privatización, desregulación y financiarización de dimensiones claves del bienestar social: la vivienda, la educación, la salud, las pensiones, el agua y, de manera muy importante, en la planificación urbana.

La reconversión de la deuda externa en inversión interna, la integración de los fondos de pensiones a los mercados de capitales, y la apertura de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nichos para la acumulación —como la urbanización, la agricultura de exportación y los recursos naturales— dan cuenta de una racionalidad que no solo buscó eficiencia económica, sino también producir una subjetividad acorde con los valores del mercado: competencia, individualismo y autorresponsabilidad, que se ajusta a prácticas de disciplinamiento, si seguimos la idea *foucoltiana* de biopolítica. A través de esta arquitectura institucional, el neoliberalismo se inscribió territorialmente, segmentando el espacio en función del valor de cambio, desmantelando las nociones de justicia territorial y dificultando la reproducción de lo común.

No obstante, también es importante reconocer que el neoliberalismo ha sido objeto de múltiples defensas desde posiciones académicas, técnicas y políticas que destacan sus logros macroeconómicos, en lo que hemos denominado contra critica, puesto que su capacidad para controlar la inflación, atraer inversión extranjera y generar crecimiento sostenido, son incuestionables, aunque sus consecuencias sociales sin duda son agresivas.

Recientemente en esa dirección Deirdre McCloskey (Fundación para el progreso, 2021)[5], argumenta que el libre mercado contribuye al bienestar humano, la expansión de las libertades individuales y la reducción de la pobreza a escala global. Además, afirma que el modelo no hace a los ricos más ricos, ni a los pobres más pobres. Recalca que Friedman no asesoró personalmente al gobierno, ni tampoco ninguno recomendó la violación sistemática de derechos humanos. Así con el orden de cosas, la situación económica en Chile, a su juicio, ostenta claros signos de mejora. Estas defensas, sin embargo, tienden a obviar los efectos distributivos regresivos, los impactos socioespaciales y los costos políticos asociados a la consolidación de este modelo en contextos autoritarios como el chileno.

A más de cuatro décadas del golpe de Estado de 1973, y a más de tres décadas del retorno a la democracia, el neoliberalismo sigue siendo una estructura hegemónica en disputa. El estallido social de 2019, el proceso constituyente y las nuevas formas de movilización social han reabierto el debate sobre el modelo de desarrollo y la forma de Estado. En ese marco, la crítica al neoliberalismo no puede reducirse a una denuncia moral, sino que debe desplegarse como una lectura crítica de sus fundamentos

5 Se recomienda ver la entrevista a Deidre McClosey (2021) publicada en el portal web www.fppchile.org

CONSEQUÊNCIA EDITORA

epistemológicos, su arquitectura institucional y su despliegue territorial. Comprender su genealogía, su persistencia y sus fracturas es clave no solo para explicar el presente, sino para imaginar horizontes políticos y espaciales alternativos que pongan en el centro la vida, la justicia y el derecho a la ciudad, entre otros tantos criterios de representación a nivel de escala política.

Referencias

AHUMADA, P. y Soto, F. (2020). La Participación en los procesos de reemplazo constituyente. En Brito, S. *Desafíos para nuestro momento constituyente*. Santiago: Lom Ediciones. Pp. 17-26.

ALVARADO PETERSON, V. (2019). *La faceta espacial del Estado neoliberal chileno*: estructura subsidiaria residencial y propiedad en la región urbana central (1990-2016).? Tesis de doctorado, Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile. ttps://doi.org/10.7764/tesisUC/GEO/23541

ALVARADO PETERSON, V.; HIDALGO DATTWYLER, R.; ARENAS VÁSQUEZ, F. & PÉREZ-BUSTAMANTE, L. (2025). Kraken Urbano Chileno o cómo el Estado Neoliberal creó una megarregión subsidiaria en el siglo XXI. *Investigaciones Geográficas, (83),* 179-195. https://doi.org/10.14198/INGEO.27050https://doi.org/10.14198/INGEO.27050

ALZATE NAVARRO, A.M. (2019). Regímenes urbanos em Colombia: del urbanismo desarrollista al neoliberal. En: Santana, Alvarado e Hidalgo (Ed). *Las geografías del neoliberalismo en América del Sur. Ensayos descriptivos, críticos y necesarios*. p,p. 200-229. GEOlibros, Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago.

ARAUJO, K. (2009) *Habitar lo social*: usos y abusos en la vida cotidiana del Chile actual. Santiago: Lom Ediciones.

ARDUNUY, J. (2012) Breve Introducción a la Bibliometría. Universitat de Barcelona. https://www.docsity.com/es/docs/breve-introduccion-a-la-bibliometria/4641205/

ARIA, M. & CUCCURULLO, C. (2017). bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping análisis. In: *Journal of Informetrics Vol. 11, Issue* 4, p.p, 959-975.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ARQUEROS, C. & IRIARTE, A. (2016) *Subsidiaridad en Chile. Justicia y Libertad*. Santiago: Fundación Jaime Guzmán e Instituto Res Publica. https://www.fjguzman.cl/wp-content/uploads/2020/07/6-may-16-Libro-Subsidiariedd-v.-jacosta.pdf

ATRIA, F. (2013). *El neoliberalismo con rostro humano.* Santiago: Editorial Catalonia.

BELLEI, C. (2007) Expansión de la educación privada y mejoramiento de la educación en Chile. Evaluación a partir de la evidencia. *Revista Pensamiento Educativo*, 40, 1, pp.1-37.

BELLEI, C. (2018) Evolución y contexto de las políticas educacionales sobre la educación pública en chile. En Cristián Bellei (coord.) *Nueva Educación Pública: Contextos, contenidos y perspectivas de la desmunicipalización*. Santiago: Universidad de Chile-Lom Ediciones. Pp. 22-47

BRENNER, N.; PECK, J & THEODORE, N. (2010). Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global networks, N°10, vol .2,* pp. 182-222.

CANALES, M. (2022) *La pregunta de octubre. Fundación, apogeo y crisis del Chile neoliberal.* Santiago: Lom Ediciones.

CASALS, M., & ESTEFANE, A. (2021). *El "experimento chileno"*. Las reformas económicas y la emergencia conceptual del neoliberalismo en la dictadura de Pinochet, 1975-1983. Historia Unisinos, 25(2), 218-230. https://doi.org/10.4013/hist.2021.252.03

CASTRILLÓN MORA, A. (2005). In memoriam André Gunder Frank (1929-2005). *Revista de Economía Institucional*, 7(12), 273–278. Recuperado a partir de https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/151

CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS. (1992). *El Ladrillo: Bases para la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*. Santiago, Centro de Estudios Públicos.

COX, C. (2012) Política y políticas educacionales en Chile 1990-2010. *Revista Uruguaya de Ciencia Política,* 21, 1, pp. 13-21.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, P. & SAUVÊTRE, P.(2024*) La opción por la Guerra Civil. La otra historia del neoliberalismo*. Madrid: Tinta Limón Ediciones, Lom Ediciones y Traficantes de Sueños.

DAHER, A. (1991). Conversión de la deuda y conversión territorial. *Revista de la CEPAL, N°.43, p.p.* 121-132. Santiago. Disponible en: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/db0c8767-adfb-4837-8cb8-f51ecae315f0/content

CONSEQUÊNCIA EDITORA

EDWARDS, S. (2019). *El Chile de Pinochet: La economía en los años 1973–1990*. Santiago: Editorial Catalonia.

EDWARDS, S. (2023). *The Chile Project. The Story of the Chicago Boys and the Downfall of Neoliberalims.* Princenton: Princenton University Press.

FAZIO, H. (2016) *Los mecanismos fraudulentos de hacer fortuna. Mapa de la extrema riqueza.* Santiago: Lom Ediciones.

FFRENCH-DAVIS, R. (2018) *Reformas económicas en Chile. 1973-2017. Neoliberalismo, crecimiento con equidad e inclusión*. Santiago: Peguin Random House

FRIEDMAN, M. (2000). *Interview: Milton Friedman – The Commanding Heights*. PBS. Recuperado de: https://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitext/int_miltonfriedman.html

FUNDACIÓN PARA EL PROGRESO. (22 de agosto de 2021). Entrevista a Deirdre McCloskey: "Desafortunadamente la mayoría de las personas prefiere no ser libre". *Fundación para el Progreso*. https://fppchile.org/entrevista-a-deirdre-mccloskey-desafortunadamente-la-mayoria-de-las-personas-prefiere-no-ser-libre/

GÁRATE, M. (2012) *La revolución capitalista en Chile (1973-2003).* Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado.

GARRETÓN, M. A. (2016) La ruptura entre política y sociedad. Una introducción. En Manuel A. Garretón (Coord.) *La gran ruptura. Institucionalidad política y actores sociales en el Chile del siglo XXI.* Santiago: Lom Ediciones. Pp. 11-20.

HIDALGO, R.; SANTANA, L.D. & ALVARADO, V. (2016). Mitologías, ideologías y utopías neoliberales de la producción de espacio: hacia una agenda de investigación alternativa. En: Hidalgo, R., *et al.* (Eds.) *En las costas del neoliberalismo. Naturaleza, urbanización y producción inmobiliaria: experiencias en Chile y Argentina,* pp. 24-66. Santiago: Geolibros, Pontificia Universidad Católica de Chile.

HIDALGO DATTWYLER, R.; PAULSEN ESPINOZA, A.; ALVARADO PETERSON, V.; VERGARA CONSTELA, C. y GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. (2021). La vivienda social en los municipios costeros del norte de Chile: sostenibilidad subsidiaria e integración en el desarrollo urbano regional (2000-2018). Cuadernos de Geografía: *Revista Colombiana de Geografía*, 30(2), 336–358. https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n2.88730

CONSEQUÊNCIA EDITORA

HEISS, C. (2023). El proceso constituyente en Chile. Entre la utopía y la realidad cambiante. *Nueva Sociedad*, 305, pp.126-135.

INSTITUTO LIBERTAD Y DESARROLLO. (2021). *Informe económico anual 2021: Reforma tributaria y crecimiento*. Santiago: LyD. Recuperado de: https://lyd.org/

KAISER, A. (2015). *La tiranía de la igualdad*. Santiago: Ediciones El Mercurio.

KLEIN, N. (2012). *La Doctrina del Shock: El Auge del Capitalismo del Desastre*. Booket.

LANZ, C. (1988). Los mecanismos de conversión de deuda en Chile. *Puntos de referencia. Centro de Estudios Públicos, N°. 26,* 1-7. Disponible en: https://static.cepchile.cl/uploads/cepchile/2022/09/pder_001_1988_09_n26.pdf

LAVAL, C., & DARDOT, T. (2010). *La nueva razón del mundo.* Barcelona: Gedisa.

LÜDERS, R. (2022). Una crónica de cuatro viajes. *Revista Átomo*.

MARTÍNEZ, R. & SOTO, E. (2012). "El Consenso de Washington: La instauración de las políticas neoliberales en América Latina ". *Política y Cultura.* (37), 35-64.

MAYOL, Alberto en medios (14 de septiembre de 2022). Conversación de Rodrigo Baño y Manuel Antonio Garretón sobre el plebiscito de salida. https://www.youtube.com/watch?v=m7YhMjlR-vk

MAYOL, A. (2012) *El derrumbe del modelo: la crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo*. Santiago: Lom Ediciones.

MONTES, A. (2021). *¿Qué es el neoliberalismo?* El Orden Mundial – EOM.

MONTES, L. (2020). *El viaje que Milton Friedman no pudo olvidar.* Santiago: ideas, crítica, debate. https://revistasantiago.cl/historia/el-viaje-que--milton-friedman-no-pudo-olvidar/

MUÑOZ, ltalo. (1987). La conversión de la deuda externa en inversión. *THEMIS Revista De Derecho,* (8), 43-48. Recuperado a partir de https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/themis/article/view/10690

MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. Chile (1979). *Política Nacional de Desarrollo Urbano Chile.* https://catalogo.minvu.cl/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=1924

OPORTO, L. (2019) *Lumpenconsumismo, saqueadores y escorias varias*. Tener, poseer, destruir. http://letras.mysite.com/lopo171119.html

PAULSEN. A. (2024). *Espacio y política: luchas por la vivienda y tecnocracia urbana en el contexto neoliberal chileno*. Región metropolitana de San-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tiago de Chile. 1973 – 2019. Tesis de doctorado, Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile.

PEÑA, C. (16 de octubre de 2022) Carlos Peña: "Chile está convertido en un desastre. Yo no sé cómo no lo advierten". *La Tercera* https://www.latercera.com/la-tercera-domingo/noticia/carlos-pena-chile-esta-convertido-en-un-desastre-yo-no-se-como-no-lo-advierten/ZDHJPFQVDBAKHLOXVMJKXCH4IU/

PRADILLA COBOS, E. (2009). *Los territorios del neoliberalismo en América Latina*. México DF, México, Miguel Ángel Porrúa Editor / Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco

RODRÍGUEZ, S. (2022). *El gran Ensayo. Genesis social, consolidación y crisis del neoliberalismo en Chile*. Santiago: Tiempo Robado Editoras.

RODRÍGUEZ-VENEGAS, V., y DUARTE-HIDALGO, C. M. (2023). "Se está luchando por una vida más justa": Narrativas del estallido social en Chile, 2019. Prospectiva. *Revista de Trabajo Social e intervención social*, (35), e21312373.https://doi.org/10.25100/prts.v0i35.12373

RODRÍGUEZ, N.; VIEYRA, A.; MÉNDEZ-LEMUS, Y.; HIDALGO DATTWYLER, R.; ALVARADO PETERSON, V. & RODRÍGUEZ, J. (2020). Trayectorias de la periurbanización en Morelia, México: segregación espacial desde un enfoque relacional. *Revista de urbanismo*, (42), 88-104. https://dx.doi.org/10.5354/0717-5051.2020.54924

ROMÁN, E. (2021) *El Neoliberalismo en Chile. Volumen I. Desde el arribo de los Chicago Boys hasta el triunfo del NO. 1960-1990*. Santiago: Editorial Cuarto Propio.

ROMÁN, E. (2024) *Neoliberalismo en Chile. Volumen II. Desde el triunfo del No a la derrota del Apruebo 1989-2022*. Santiago: Editorial Ocho Libros.

SANTANA, D. (2018a). Geografías de la acumulación por urbanización en Chile (1975-2015): ¿utopías de la vivienda o distopías urbanas? Tesis de doctorado, Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile. https://repositorio.uc.cl/handle/11534/22326

SAPELLI, C. (2016). *Chile: ¿Más equitativo?* Santiago: Ediciones UC.

SOTO, M.; & LAWNER, M. (2011). *Orlando Letelier: el que lo advirtió – Los Chicago Boys en Chile*. Santiago: Lom Ediciones

SMITH, N. (2008). *Desarrollo desigual. Naturaleza, capital y producción del espacio.* Madrid: Traficante de sueños.

URIBE-SIERRA, Sergio Elías, Toscana-Aparicio, Alejandra, & Mora-Rojas, Alejandro Israel. (2023). Extractivismo minero en Chile: concentración

CONSEQUÊNCIA EDITORA

privada de riqueza y conflictos socioambientales. *Investigaciones geográficas*, (112), e60788. Epub 22 de abril de 2024.https://doi.org/10.14350/rig.60788

VEGA CANTOR, R. (2016). *Injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de estado en Colombia: informe presentado a la Comisión Histórica del Conflicto Armado y sus Víctimas (CHCAV) / Renán Vega Cantor*. Ocean Sur.

VERGARA-PERUCICH, J.-F. (2018). Aplicaciones de la teoría implosión/explosión: relación entre la Región Metropolitana de Santiago de Chile y los territorios productivos regionales. *Revista EURE – Revista De Estudios Urbano Regionales*, 44(133). https://doi.org/10.4067/s0250-71612018000300071

CAPÍTULO 8

Breves notas acerca das diversas dimensões da espacialidade neoliberal na produção do espaço urbano

Fernanda Sánchez

Neste artigo, que tem características de ensaio, procuramos alcançar, em breves notas, uma compreensão teórica do mundo que nos rodeia, e da espacialidade neoliberal das cidades, na produção do espaço urbano. Buscamos trazer alguns conceitos e orientações teórico-metodológicas acompanhados de uma narrativa visual, que iremos percorrendo, ao longo do texto, para promover a reflexão e os diálogos.

Partimos de uma perspectiva que permite entrelaçar as disputas narrativas com os conflitos socioterritoriais. Ou seja, as narrativas acerca da cidade nos importam, o modo como estas narrativas circulam também importa, pois com elas e mediante elas o espaço é produzido, assim como pela relação entre os sujeitos que produzem a cidade podemos identificar os seus conflitos (Maricato, 2000; Porto-Gonçalves, 2002; Mignolo, 2005; Haesbaert, 2021).

Os chamados *think tanks,* as plataformas de enunciação operadas pelas agências multilaterais como o Banco Mundial ou a U.N.Habitat precisam ser interpelados. O debate ideológico de ideias precisa atravessar esses *loci* institucionais, políticos e operativos. Se alguns modelos de cidades circulam muito mais do que outros, e se os mesmos se impõem *urbi et orbi* isso pode ser atribuído ao rol propulsor dessas instituições, que promovem as agendas neoliberais de renovação urbana, bem como pressionam governos para sua adoção (Sánchez, 1999; Arantes, 2000).

Os conflitos podem ser uma poderosa chave para entender as questões urbanas, para abrir brechas à democracia, para buscar alargar horizontes

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do (im) possível (Leal de Oliveira *et al*., 2016; Miraftab, 2016). Narrativas e materialidade do urbano andam juntas, uma não caminha sem a outra, e os sujeitos que produzem narrativa e materialidade têm um agir entrelaçado, motivações que constituem dimensões conectadas na produção do espaço (Coli *et al*., 2019; Santos, 2022). Por seu lado, é também o aspecto subjetivo da sociedade mercantil urbana que entrou em profunda crise na última década.

Na análise das dinâmicas mais atuais da crise urbano-ambiental, e das dinâmicas do capitalismo vemos que tem circulado a noção de "crise terminal", expressão que vem sendo debatida também. O capitalismo "é um sistema condenado a sua própria destruição" (Jappe, 2025). Mas isso não quer dizer que o mundo vai terminar em um dia. Pode-se dizer que o capitalismo entrou, há várias décadas, em uma fase de declínio. A crise interna, que o capitalismo não pôde superar desde suas próprias bases, foi reforçada, no tempo presente, pela crise energética e pela crise ecológica, que caminham junto com o descontentamento crescente pelas condições de vida criadas pelo próprio sistema (Costa, 2004; Acselrad, 2009, 2014).

A ascensão da extrema direita em diversos lugares e tecidos sociais tem provocado a diluição do horizonte da igualdade. O acirramento da desigualdade a tem tornado cada vez mais visível e mais normalizada, enquanto num mundo distópico os ideais de sucesso estão relacionados a comportamentos de *influencers*, bem distantes das lutas históricas por liberdade e igualdade (RIZEK, 2024).

Se a sociedade da mercadoria e do consumo conseguiu, em uma pequena parte do mundo e em algumas parcelas das cidades do mundo, assegurar a melhor satisfação das necessidades materiais, ao mesmo tempo criou, mais do que nunca, sensações de vazio, "colonizando todas as esferas da vida e transformando todas as atividades que dão sentidos à existência, convertendo-as simplesmente, em consumo de mercadorias", inclusive mediante processos de assetização, de transformação de recursos naturais em mercadorias (Jappe, 2025).

Então quando se fala em crise terminal não quer dizer, ou não se pode entender como uma profecia para o futuro, mas a descrição de algo que já está acontecendo e, em certos territórios, com feições irreversíveis. Podemos ver, identificar esse processo de colapso que se desenvolve no tempo. Mas de que territórios estamos falando? E de que ritmo, de que temporalidades? Será um processo longo? Podemos falar de um esgotamento do

CONSEQUÊNCIA EDITORA

motor fundamental do capitalismo, mas tal processo ocorre de diferentes formas em distintos territórios urbanos, em diferentes regiões e em ritmos distintos também (Nora, 1984) (Figuras 1, 2, 3, 4, 5).

Figura 1 – Crise climática – Inundação no centro de Porto Alegre



Figura 2 – Crise climática Porto Alegre



Figura 3 – Desastre em Valencia



Figura 4 – Crise climática Portugal



Figura 5 – Desastre em Valencia



CONSEQUÊNCIA EDITORA

Em algumas regiões do mundo, como na Palestina, existe alguma ideia de futuro enraizada nas pessoas, nas crianças, nas mulheres, nos idosos? Nestes territórios urbanos devastados pelo genocídio o mundo já acabou, ou quase acabou… (Figura 6).

Figura 6 – Criança palestina contempla os escombros e a devastação.



Em outras tantas cidades em crise, quais territórios e territorialidades têm emergência, e quais são, tendencialmente, essas formas urbanas da crise urbano-ambiental? Talvez possamos visualizar, cada vez de modo mais acentuado, estruturas como manchas de leopardo? Ilhas de riqueza, condomínios, enclaves fortificados de arquitetura hostil, com tecnologias de segurança, de autoisolamento, refúgios controlados, climatizados, com todas as tecnologias das chamadas *smart-cities*, prestadoras de serviços da chamada qualidade de vida urbana? E os demais citadinos? Todo esse imenso contingente de pessoas que fica do lado de fora dos enclaves do bem-viver? Serão sujeitos de direitos, na perspectiva do Direito à Cidade? (Lefebvre, 2009). Ou são deixados à própria sorte, na esteira do encolhimento do estado e dos projetos e políticas públicas de exclusão/inclusão? As populações urbanas que não mais podem produzir de forma regular, e não podem consumir, ao longo do tempo? Evidentemente, toda essa população excedente não fica

CONSEQUÊNCIA EDITORA

parada, não cruza os braços simplesmente esperando o colapso chegar (Figuras 7, 8).

Figura 7 – Arranha-céu em Santiago



Figura 8 – Trem de alta velocidade na China



Há por todos os lados experiências com as quais nós urbanistas, geógrafos, arquitetos, planejadores, pesquisadores de estudos urbanos podemos aprender, podemos reconhecer, refletir, e em alguns casos agir. Todos os terrenos abandonados, os vazios urbanos, "todos os campos arrasados que o capitalismo deixou, são terrenos onde poderiam nascer movimentos de emancipação" (Jappe, 2025), onde também poderiam nascer lutas que anunciem alternativas ao modelo dominante do capitalismo e do valor-mercadoria colapsante (Porto-Gonçalves, 2020; Zibechi, 2024a; 2024b).

E quais implicações teria esta crise, este colapso iminente, para os movimentos de emancipação? Como imaginar mundos – outros – neste mundo que está em franco processo de colapso? Como pensar e imaginar cidades junto com os movimentos sociais que constroem utopias de outros mundos urbanos possíveis? Como imaginar ou auscultar, na sociedade em movimento, nos grupos sociais diversos, fagulhas de utopias, de alternativas para mundos urbanos mais fecundos "em festa, trabalho e pão"[1]?

1 Gilberto Gil. Viramundo (1968). "Ainda viro esse mundo em festa, trabalho e pão".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Pensamos que um dos caminhos potentes é o do reconhecimento dos conflitos, do combate às desigualdades para reduzir as vulnerabilidades, das políticas públicas com foco na prevenção e na priorização das populações mais vulneráveis, para avançar de formas justas e efetivas, considerando as diversidades dos grupos sociais e as especificidades territoriais para adaptações climáticas inclusivas. Torna-se cada vez mais importante, no enfrentamento das desigualdades pelos agentes das políticas públicas, a defesa de ações preventivas para reduzir os efeitos perversos que recaem sobre as populações que vivem em favelas, territórios de baixa renda, e periferias, não só no Brasil, mas no mundo urbano todo (Governo Federal, 2025).

Não se trata somente de analisar a crise das cidades como expressão da crise do capitalismo. Trata-se mais de analisá-la a partir de uma perspectiva de lutas, de conflitos e de emancipação. Os movimentos de emancipação constituem a esperança em processos virtuosos que permitiriam criar alternativas, moldar outras realidades. A teoria da crise afirma que o capitalismo está fadado a desaparecer a médio prazo, a se autodestruir. Contudo, como observa Anselm Jappe (2025) "certamente há algo velado no esgotamento do capitalismo". Seguimos a linha de reflexão, há diversos véus sobre a crise do capitalismo nas cidades, embora as formas desse esgotamento sejam bastante tortuosas, e não haja, deveras, garantias acerca do que poderá ser reconstruído depois. Nada nos garante que, depois das cidades neoliberais com esteroides, depois do capitalismo tardio em colapso, depois da desigualdade abissal que paira sobre nossos tecidos urbanos, possa ter emergência uma forma de sociedade urbana emancipada. Essa é apenas uma possibilidade.

O conceito de espacialidade neoliberal na produção do espaço tem uma carga ideológica. Expressa, ao mesmo tempo, as espacialidades das empresas e aquelas referentes à espoliação da população. Percebemos que a produção do espaço, na vertente neoliberal, fundamenta-se num desenvolvimento imobiliário financeirizado, junto a uma urbanização destrutiva, produtora e reprodutora de desigualdades (Rolnik, 2019, 2022). Os investimentos neoliberais em grandes infraestruturas, somados à transformação em *commoditie*s dos produtos da mineração, da agricultura, ou dos ativos imobiliários, constroem a cena urbana da cidade neoliberal. Por seu lado, serviços de transporte, de provisão de água e de energia são crescentemente privatizados (Figuras 9, 10, 11).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figuras 9 e 10 – Desigualdades no tecido urbano – Bogotá e São Paulo/ Paraisópolis.





Figura 11 – Desigualdade no tecido urbano – Buenos Aires.



CONSEQUÊNCIA EDITORA

Trata-se do que alguns autores chamam de "vampirismo neoliberal", para designar o modo espoliativo e violento de relação dos sujeitos e das empresas com o território. O neoliberalismo nas cidades estaria produzindo uma contrarreforma, uma marcha regressiva das políticas que, há pouco mais de duas décadas, eram tendencialmente mais universalizadoras.

Como partes destes processos de neoliberalização é possível identificar (1) estruturas de poder e de dominação (coalizões de poder formadas por grandes empresas e seus braços armados personificados em poder paralelo, milícias e organizações narcotraficantes, em articulação com grupos e pessoas que ocupam cargos no poder instituído), (2) construção de hegemonia pelos sujeitos desses grupos de poder, que implica também num controle ideológico e territorial da população subalternizada.

Verificamos, de fato, a adoção, por parte dos sujeitos dominantes, de mecanismos e procedimentos que constituem regimes de visibilidade – aquilo que é mostrado e aquilo que é velado na imagem das cidades (Sánchez, 1999; Arantes, 2000). São construídos, assim, campos de subjetividade, de percepção da cidade, da realidade urbana e da própria política (Figuras 12, 13).

Figura 12 – Niterói, ***city marketing***



Figura 13 – Safari, turismo na favela, Rio



CONSEQUÊNCIA EDITORA

Se, em certas conjunturas políticas, emergem potências do agir, estas podem ser estimuladas ou refreadas a depender das estratégias de ajuste urbano dominantes. Dos modelos de "cidade empreendedora", "cidade global" ou "cidade neoliberal" tem sido afirmados mecanismos de negação da Democracia, de silenciamento da política e de controle social e violência urbana, travestida de "política da ordem".

Nas narrativas construtoras da cidade global pode ser percebido um "fetichismo do local" (Benedito, 2024), um localismo ontológico assim como metodológico e empírico, que cria modos de pensar e de agir endógenos, verdadeiras armadilhas de subjetivação. A construção de uma única identidade urbana, ou o manto aparentemente luminoso e suave da "imagem síntese" da cidade produz capturas ideológicas, raptos do agir comum e, muitas vezes, citadinos passivos, que reproduzem em rituais urbanos ações espaciais "orientadas pelos braços afáveis do senso comum" (Sánchez, 2010) (Figuras 14, 15).

Figura 14 – Souvenir da loja "Leve Curitiba"



Figura 15 – Frio na Loja "Leve Curitiba"



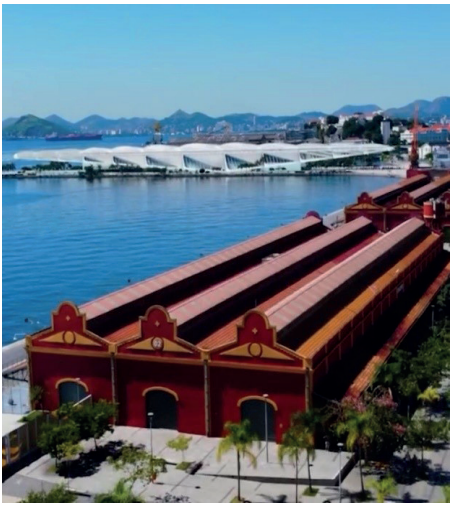
Eis que no pensamento crítico, na perspectiva dos estudos urbanos críticos, se multiplicam indagações e inquietações na história do tempo presente. Podemos identificar novas "formas-conteúdo" (Santos, 1981) nas territo-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

rialidades urbanas, mas – devemos nos perguntar em nossas pesquisas, em nossos debates – quais relações elas guardam com as forças produtivas, com as coalizões de poder, com as políticas urbanas, com os mundos do trabalho e da circulação de bens e serviços nas cidades?

A chamada "gestão neoliberal" das cidades tem aberto caminho, nas últimas décadas, para os Grandes Projetos Urbanos, os GPUs, que têm sido utilizados para a concretização dos negócios na cidade (Altshuler, 2003) (Figuras 16, 17).

Figuras 16 e 17 – Operação urbana Porto Maravilha: galpões do *waterfront,* Museu do Amanhã e novos empreendimentos imobiliários, Rio de Janeiro.





A cidade planejada para especular e lucrar, por meio de grandes operações urbanas e GPUs, tem avançado a passos largos nos períodos de realização de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo nas doze metrópoles sede do mundial de futebol, no Brasil, ou as Olimpíadas e os Jogos Pan-Americanos para a cidade do Rio de Janeiro em 2007, 2016 e, no futuro próximo, em 2030, com a reedição dos Jogos Pan-americanos, desta vez numa parceria entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói.

A contraface da urbanização glamorosa dos GPUs está na organização dos espaços da pobreza (Rolnik, 2022) onde podemos verificar que há permanências nas formas-conteúdo: loteamentos sem infraestrutura, favelas e

CONSEQUÊNCIA EDITORA

bairros populares distantes das regiões dinâmicas. Esses processos e formas estão entrelaçados com as contrarreformas trabalhistas, que expõem cada vez mais os citadinos à precariedade urbana, à economia informal, à uberização da vida.

A política de orientação neoliberal na cidade tem uma correspondente forma jurídica, bem como instrumentos institucionalizados, como o chamado planejamento estratégico e as operações urbanas consorciadas. Mantém seu vínculo, no plano narrativo e nas práticas de gestão, com as políticas de austeridade fiscal e cortes de gastos nos programas sociais.

Junto com Moysés Rodrigues (2024) identificamos as expressões dessa espacialidade neoliberal na produção do espaço: (1) condomínios fechados, muitas vezes enclaves fortificados de autossegregação, (2) uberização crescente, com mototáxis, vendedores de iFood, (3) *dark kitchens*, para produzir comida em larga escala e baixo custo, (4) Airbnb, com a transformação de produtos imobiliários em ativos financeiros e a consequente gentrificação de bairros inteiros, tomados pelos processos de turistificação.

O que antes era o chão da fábrica, como *locus* material da eventual organização política da classe trabalhadora, agora é a rua, base espacial que abriga os fluxos de trabalhadores informais, camelôs e ubers (Teles, 2006). A "vida nua" (Agamben, 2004), a vulnerabilidade dos modos de vida e de trabalho nas cidades, faz emergir movimentos como aquele liderado pelo ativista, hoje vereador eleito no Rio de Janeiro, Rick Azevedo. O movimento "Vida Além do Trabalho – VAT" tem base na luta contra a escala 6/1, muito comum nas relações de trabalho espoliadoras, que exigem do empregado trabalhar seis dias inteiros para folgar apenas um. Tal luta é movida pela ideia de direito à vida, direito ao tempo, direito ao descanso em família, direito à cidade e à vida urbana para além dos deslocamentos pendulares casa-trabalho de um cotidiano que oprime.

Muitas lutas, no passado e no presente, foram e são lutas por uma melhor e mais justa distribuição de bens, serviços, espaços e tempos para a vida. Há hoje um descontentamento muito forte pela devastação da vida provocada pela mercadoria. Felizmente, há muitos movimentos que buscam oferecer alternativas qualitativas ao capitalismo, baseadas na solidariedade, na colaboração, ao contrário da competitividade.

Há movimentos que buscam restabelecer a lógica da partilha, a circulação da partilha e a mobilidade de alternativas, por cima do intercâmbio

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de mercadorias. Grupos sociais e experiências territorializadas e em redes, com formas de vida que se opõem ao individualismo desenfreado da "sociedade de consumo dirigido" (Lefebvre, 1991). Tais movimentos e formas coletivas de vida nem sempre são espetacularizadas. Longe e para além do espetáculo, buscam modos de colocar em circulação suas práticas, no sentido de dialogar com outros movimentos, de trocar e expandir experiências, de resistir e mostrar possibilidades e futuros (Roy, 2017; Krenak, 2022) (Figuras 18, 19 e 20).

Figuras 18 e 19 – Movimentos de moradia, Lisboa, Portugal e Rio de Janeiro, Brasil.





Figura 20 – Movimento de ocupação, cidade do México DC, México



CONSEQUÊNCIA EDITORA

No tecido social urbano da cidade neoliberal podem ser reconhecidos movimentos importantes que recolocam, sob diferentes perspectivas, o direito à cidade. São movimentos de emancipação, pelos caminhos das lutas por moradia digna, por urbanização, por segurança na posse, por segurança climática, por cultura e serviços generificados, voltados aos cuidados, como creches, jardins de infância, projetos para a terceira idade, por saneamento, por meio ambiente e lazer nos bairros e periferias, por transporte mais inclusivo que conecte efetivamente os diversos mundos urbanos. São também lutas dos trabalhadores precarizados, lutas pelo descanso, como direito fundamental, pelo tempo de convívio com a família, contra a precarização do trabalho, contra a escala 6/1. São lutas pela vida, nas mais diversas expressões e formas organizativas. Essas lutas recuperam, em certas dimensões e por meio de sujeitos, articulações e redes, algum horizonte de reversão da desigualdade (Figuras 21, 22, 23, 24 e 25).

Figura 21 – Luta por moradia, RJ.



Figura 22 – Obra em ocupação, MNLM, RJ.



CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 23 – Luta por moradia, RJ.



Figura 24 – Luta por moradia, Portugal.



Figura 25 – Experiência coletiva em canteiro de obras MNLM, Rio de Janeiro.



CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades*. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Homosacer*: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte, UFMG, Humanitas, 2004.

ALTSHULER, A.; LUBEROFF, D. *The changing politics of urban Mega-Projects.* Land Lines, Lincoln Institute of Land Policy, Boston, v. 15, n. 4, Oct. 2003.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas regiões urbanas. In: ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único:* desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BENEDITO, Gustavo Godinho. Apresentação na Mesa 4: As inúmeras facetas da espacialidade neoliberal na produção do espaço urbano. NEPEM, *VII SIMEGER,* Simpósio Internacional Metropolização do Espaço e Gestão Territorial. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2024.

COLI, Luiz Régis; SANTOS, Renato Emerson. *Planejamento popular e ativismos cartográficos na cidade do Rio de Janeiro*: perspectivas recentes de afirmação simbólica e territorial. Sessão Livre. Natal: ENANPUR, 2019.

COSTA, Heloisa S.M., BRAGA, Tânia M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. *In*: ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Heinrich Boll, 2004

GOVERNO FEDERAL. Secretaria das Periferias/Ministério das Cidades. Documento para a Reunião do Grupo de Trabalho *Redução de Riscos de Desastres*. Durban, África do Sul, 08 a 11 de abril, 2025.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade*: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na « América Latina ». Buenos Aires: CLACSO, 2021.

JAPPE, Anselm. *Utopias pós capitalistas*. Ensaios e textos libertários. Entrevista com Anselm Jappe em Chiapas, San Cristóbal de las Casas, 2015, atualizada em abril 2025. https://utopiasposcapitalistas.com/2025/04/08/21045/ Acesso em: 21 set. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

KRENAK, Ailton.2022. *Futuro Ancestral.* São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEAL DE OLIVEIRA, Fabrício; SÁNCHEZ, Fernanda, TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. *Planejamento e Conflitos Urbanos*: experiências de luta. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no mundo moderno*. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo, Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. (1ª ed. 1968). São Paulo, Centauro, 2009.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. *In*: ARANTES, O, VAINER, C, MARICATO, E. *A cidade do Pensamento único*: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (online), Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, set.-dez. 2016.

NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire*: la problématique des lieux. In: Pierre Nora (org). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, v. 1 La République. p. XXIV, 1984.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades, uma reflexão sobre epistemes e territórios. CECEÑA, Esther; SADER, Emir (Orgs). *La Guerra Infinita:* hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *De saberes e de territórios*: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: Revista PósGeo UFF, 2020.

RIZEK, Cibele. Apresentação na Mesa 6: A financeirização das periferias e a perspectiva atual das lutas sociais. NEPEM, *VII SIMEGER,* Simpósio Internacional Metropolização do Espaço e Gestão Territorial. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2024.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Apresentação na Mesa 4: As inúmeras facetas da espacialidade neoliberal na produção do espaço urbano. NEPEM, *VII SIMEGER,* Simpósio Internacional Metropolização do Espaço e Gestão Territorial. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ROLINK, Raquel. *Guerra dos lugares.* A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo, 2019.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo*: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022.

ROY, Ananya; CARRASQUILLO, Andrés; BRESNER, Daniel *et al.* (Org). *Teach. Organize. Resist.* Los Angeles: University of California Los Angeles UCLA, 2017.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial.* Chapecó, Argos, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR),* n.1, v.1, 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*, São Paulo, Hucitec, 1981.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Territórios Negros: patrimônio e educação na Pequena África* [recurso eletrônico] / organização Renato Emerson *et al.*, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

TELLES, Vera da Silva; Cabanes, Robert (Org.). *Nas Tramas da Cidade – trajetórias urbanas e seus territórios.* São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomia. Os povos estão transitando por um novo caminho emancipatório*. Instituto Humanitas, abril 2024a.

ZIBECHI, Raúl. *Pensar o Estado a partir das resistências de baixo*. Instituto Humanitas, agosto 2024b.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 9

As múltiplas facetas da espacialidade neoliberal: empreendedorismo urbano, neoliberalismo e a anulação da política

Gustavo Godinho Benedito

Obras cinematográficas recentes têm sido fundamentais para ilustrar criticamente o neoliberalismo na vida social. Um exemplo marcante é o filme *Eu, Daniel Blake*, de 2016. A narrativa acompanha a trajetória de Daniel, um trabalhador inglês que sofre um infarto e, diante das burocracias do Estado, é impedido de acessar a direitos sociais. A obra denuncia como os mecanismos estatais, longe de oferecerem proteção, atuam no sentido de afastar os indivíduos de garantias mínimas de direitos. A resistência política de Daniel, protagonista deste longa-metragem, apresentada por meio de ações simbólicas como o grafite, revela a luta por dignidade frente à negação institucional de seus direitos. No entanto, essa luta é interrompida tragicamente com sua morte antes de conseguir o reconhecimento estatal de suas demandas, tornando o filme um símbolo das contradições do neoliberalismo.

Outro exemplo interessante é *O Conde*, de 2023, filme chileno que satiriza o ex-ditador Augusto Pinochet como um vampiro. A obra utiliza a metáfora do vampirismo para representar a continuidade das práticas de espoliação no período neoliberal. Ao retratar o capitalismo como um organismo vivo que se alimenta da decomposição social, o filme sugere que mesmo diante de uma aparente morte, o neoliberalismo é ampliado por novos sujeitos – abutres – que continuam a alimentar a construção de discursos e práticas as quais propiciam a negação de outros futuros possíveis. Tais filmes não somente ilustram criticamente o neoliberalismo, mas também introduzem questionamentos que motivam a presente reflexão.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Desvendar a complexidade do neoliberalismo a partir da Geografia pressupõe analisar os discursos neoliberais e os mecanismos de controle social e de subjetivação política engendrados por essa racionalidade. Essa abordagem exige ir além de interpretações economicistas do neoliberalismo, permitindo, assim, caminhar no entendimento da multidimensionalidade do processo de neoliberalização da sociedade.

Aqui, propõe-se analisar o neoliberalismo a partir de três abordagens interconectadas: como racionalidade, como período e como política espacial de afetos, visando, assim, desvendar os processos de subjetivação, controle social e produção do espaço urbano na atualidade, tendo como elemento central de análise a racionalidade de desenvolvimento intrínseca ao empreendedorismo urbano e a produção de discursos que propiciam a busca pela anulação da política.

Caminhos para o entendimento do neoliberalismo para além de uma perspectiva economicista

Para compreender o neoliberalismo como um período histórico, torna-se fundamental recorrer ao pensamento de Antonio Gramsci, em especial ao conceito de "revolução passiva", presente em seus *Cadernos do Cárcere (Gramsci, 2000).* Embora Gramsci não tenha vivido no período neoliberal, seu arcabouço teórico oferece instrumentos analíticos valiosos para pensar transformações sociais e políticas que envolvem concessões e restaurações no processo de instauração de modernizações conservadoras. O termo "revolução passiva" (originalmente apontado por Vincenzo Cuoco) é reelaborado por Gramsci para descrever momentos históricos nos quais mudanças estruturais ocorrem a partir "de cima", por meio de concessões limitadas das classes dominantes às classes subalternas, sem que isso implique uma ruptura com a ordem vigente.

Gramsci identifica nesse processo duas fases principais: uma de restauração – que atua como resposta conservadora à ameaça de uma transformação radical – e outra de renovação, na qual determinadas demandas populares são parcialmente incorporadas à ordem existente. Trata-se, portanto, de uma modernização conservadora que garante a continuidade do poder das elites, ao mesmo tempo em que controla socialmente pressões

CONSEQUÊNCIA EDITORA

por mudanças mais profundas. Essa dialética entre conservação e transformação define o que Gramsci chama de "revolução passiva".

Atualmente, o neoliberalismo pode ser interpretado como uma reconfiguração contrarreformista desse processo. Contrarreforma sendo um termo menos presente nos textos de Gramsci, mas não menos importante para o entendimento político da realidade. Diferentemente da revolução passiva, em que há algumas incorporações das reivindicações oriundas das camadas populares, a contrarreforma neoliberal opera através da negação sistemática dessas demandas. Ao mesmo tempo em que se apresenta discursivamente como inovação e modernização – frequentemente embasada em retóricas tecnocráticas e de eficiência – o neoliberalismo restaura as condições fundamentais do capitalismo pré-fordista. Essa dinâmica pode ser compreendida como uma tentativa de suprimir as conquistas da "economia política do trabalho", conforme formulado por Karl Marx, em favor de uma reafirmação da "economia política do capital" (Coutinho, 2008). O que se observa, portanto, é uma atualização das estruturas de exploração, mascaradas por discursos de progresso, inovação e liberdade de mercado: notadamente a construção de discursos ideológicos como condição *sine qua non* da conservação de uma determinada ordem social.

Neste quadro, emerge uma hipótese central: o neoliberalismo atual configura-se como uma contrarreforma sustentada por mecanismos sofisticados de controle ideológico e subjetivação, os quais operam por meio da constituição de uma racionalidade. Essa racionalidade neoliberal fundamenta-se na generalização da concorrência como princípio organizador da vida social e na figura da cidade-empresa e do sujeito neoliberal/empresarial como paradigma de subjetivação. Em outras palavras, não estamos apenas diante de um conjunto de políticas econômicas, mas de um regime de verdade/visibilidade que reorganiza afetos, práticas e modos de ser/estar no mundo.

Para além de um conjunto de medidas econômicas, o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade que permeia e organiza a vida social. O neoliberalismo institui uma nova forma de governamentalidade, isto é, um modo de conduzir ações e discursos. Tal racionalidade se caracteriza pela generalização da lógica empresarial e da competição a todas as esferas da vida: o sujeito neoliberal/empresarial – atrelado à constituição da cidade-empresa – é concebido como um "empreendedor de si",

CONSEQUÊNCIA EDITORA

constantemente levado a gerir seus recursos, riscos e capacidades com vistas à maximização de desempenho (Dardot; Laval, 2016).

Nesse sentido, a hegemonia pode ser entendida como um princípio organizador, ou seja, a hegemonia é construída por um conjunto de ideologias articuladas intencionalmente que incluem, no neoliberalismo, a validação do individualismo competitivo e o fetiche do saber especializado resultantes da racionalidade tecnológica. Aquilo que o filósofo Michel Foucault (Foucault, 2012) vai apresentar como atos sérios de discurso, tecnologias políticas as quais vão engendrar uma governamentalidade neoliberal, governamentalidade neoliberal associada a regimes no processo de construção dessa hegemonia na produção do espaço. Quando dizemos regimes, trazemos que esse processo de subjetivação neoliberal vai trazer algumas dimensões funcionais para que ele, de fato, se concretize. O primeiro seria a construção de campos de visibilidade.

Quando a produção ideológica do consentimento é construída, negando o uso comunal, negando outros sentidos de ser/estar no mundo, negando outros horizontes, nós temos a construção de regimes de visibilidade da realidade. Ou mesmo, como apresentado pelo autor, uma técnica de governo, que seriam os mecanismos, procedimentos e vocabulários que constituem a autoridade dominante. Uma episteme de governo que estaria associada à especialização, às estratégias e às racionalidades empregadas nas práticas governamentais ou mesmo as identidades por meio das quais os governantes operam. Identidade essa sendo vista como uma forma de se apresentar politicamente.

Ou seja, consubstancia-se uma visão ideológica na produção do espaço urbano em que discursos hegemônicos vão sendo produzidos, numa operacionalização do controle social através da produção de imaginários de desenvolvimento espacial.

Uma confusão que pode vir a ter ao tratar o neoliberalismo como ideologia é que ele vai criar uma representação totalmente enganosa de real. Na verdade, o discurso ideológico é aquele que se pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser. Dessa forma, engendra-se uma lógica da identificação que busca unificar pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais como uma imagem particular universalizada. É nesse sentido que eu conecto tais ideias com a ideia de que o neoliberalismo pode

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ser entendido como uma política espacial de afetos porque, quando a gente traz esses processos de subjetivação neoliberal no processo de construção da hegemonia, nós temos que ter em mente que, na produção do espaço, nós produzimos – naquilo que Espinosa (Espinosa, 2007) vai analisar em sua interação entre afecção e afetos – uma negação da potência de agir.

Para explicar especificamente esse termo, o termo afecção empregado por Espinosa define-se como sendo as afecções do corpo, pelas quais a sua potência de agir pode ser aumentada ou diminuída. Afecção significando, então, o efeito que um corpo produz sobre o outro, e afeto sendo as afecções do corpo, na qual você vai ter uma potência de agir aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, o que o autor vai chamar de paixões passivas, quando você tem a potência de agir diminuída.

Esses caminhos teórico-conceituais nos auxiliam para o entendimento da produção do espaço urbano na atualidade, no qual se observa a ascensão dos discursos promotores da cidade-empresa e do correlato sujeito neoliberal/empresarial, expressão de uma subjetivação social pautada por valores como produtividade, eficiência e atratividade econômica. A cidade torna-se, assim, uma marca a ser promovida na globalização, período no qual o neoliberalismo não apenas regula a economia, mas coloniza a própria subjetividade, transformando a ação política em gestão técnica e esvaziando a esfera pública de um sentido emancipatório.

Em outras palavras, não podemos interpretar o neoliberalismo como um conjunto de representações, um conjunto de imaginários sociais descolados de processos materiais, de processos concretos, os quais nós temos vivenciado nas cidades. Eu parto aqui também de uma afirmação: para entender essa construção hegemônica, para entender os múltiplos sujeitos produtores dessa subjetivação neoliberal, torna-se fundamental reconhecer que o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, condição para a existência de determinados processos, mas também produto de determinados processos.

No período neoliberal, observa-se a produção sistemática de paixões passivas – medo, insegurança, competição, ressentimento – que reduzem a potência coletiva de agir e desmobilizam politicamente os sujeitos. Essa captura afetiva, operada por meio de discursos hegemônicos e práticas espaciais, configura o que se pode chamar de **política espacial de afetos**: modos de controle que se realizam pela organização dos sentimentos e percepções dos corpos em relação à produção do espaço.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Essa política espacial de afetos se manifesta, por exemplo, na arquitetura hostil, na gentrificação, na segregação espacial etc., processos que não apenas organizam a cidade fisicamente, mas também condicionam modos de vida, relações sociais e horizontes de sentido sobre o urbano. Ao invisibilizar outros horizontes para a vida urbana, percebe-se, assim, a neoliberalização como consolidando de um controle hegemônico do espaço que, em termos de Gramsci, atuariam não somente pela coerção direta, mas pela produção do consentimento – um consentimento moldado por afetos, imagens, discursos e narrativas.

Michel Foucault já havia observado que o discurso não é apenas um veículo neutro de significação, mas um instrumento de poder. Em *A Ordem do Discurso* (Foucault, 2012), ele argumenta que os discursos válidos são produzidos dentro de condições específicas de legitimidade, reforçando as estruturas de dominação. Assim, slogans como *Think globally, act locally* ou políticas ancoradas na retórica da sustentabilidade e da participação cidadã podem funcionar como mecanismos de captura ideológica, cuja função é mais a de mascarar as desigualdades e reproduzir a ordem vigente do que de transformá-la.

Racionalidade neoliberal e empreendedorismo urbano: a construção de imaginários de desenvolvimento a partir da ideologia da cidade-global

Ao considerar o neoliberalismo como uma política espacial de afetos, torna-se indispensável situá-lo na produção do espaço urbano na atualidade. A metropolização do espaço – no bojo da racionalidade neoliberal – não apenas reconfigura materialmente as cidades, mas também promove a internalização de discursos e práticas que naturalizam formas de vida marcadas pela competição, exclusão e mercadificação do espaço.

Um dos vetores centrais dessas transformações é o chamado **empreendedorismo urbano**, conceito que designa a adoção, por parte dos governos locais, de estratégias inspiradas na lógica empresarial para planejarem e gerirem as cidades. Tal processo é frequentemente legitimado por discursos oriundos de instituições internacionais – como o Banco Mundial – e sustentado por uma ideologia que associa desenvolvimento urbano à capacidade de competir na globalização. Essa racionalidade implica a mobilização

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de instrumentos técnicos, jurídicos e comunicacionais que promovem uma visão empresarial da cidade – como marca, como produto e como capital simbólico. Nesse contexto, torna-se fundamental desvendarmos a produção da **ideologia da cidade global**, um imaginário urbano que idealiza determinados centros urbanos como nós estratégicos da economia mundial.

Na transição do capitalismo fordista para o pós-fordista, impulsionada pelas transformações tecnológicas, pela globalização e pela financeirização da economia, produziu-se uma nova geografia do capital, caracterizada por dispersão territorial e integração global. As metrópoles que lograram se inserir como centros de comando tornaram-se modelos a serem replicados, criando uma narrativa segundo a qual o sucesso urbano dependeria da adaptação local às exigências da economia global.

A difusão da ideologia da globalização neoliberal no espaço urbano contemporâneo manifesta-se por meio da construção teórico-discursiva do conceito de cidade global. Tal formulação surge com o propósito de destacar os denominados modelos de sucesso, representados por cidades centrais que exercem papel de liderança no capitalismo global diante das transformações oriundas da reestruturação produtiva. Embora seus pressupostos contribuam para a compreensão das alterações espaciais recentes, sustenta-se, aqui, que o conceito carrega uma expressiva carga ideológica, uma vez que sugere a inevitabilidade da globalização em curso e impõe a necessidade de adaptação das cidades aos seus imperativos. Assim, reitera-se que um conceito não é neutro: ele atua como instrumento de um discurso e guia para determinadas práticas.

Nesse contexto, o estatuto de cidade global transcende a condição empírica alcançada por algumas metrópoles e passa a integrar um projeto político: o de sustentação e reprodução do modelo de globalização neoliberal no urbano.

A gênese do conceito de cidade global está diretamente vinculada aos impactos da globalização sobre as metrópoles dos países centrais. As transformações na economia mundial resultaram em uma crise da centralidade econômica dessas cidades, que perderam o controle sobre as atividades industriais em função do novo padrão de flexibilidade espacial das empresas — viabilizado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação. Tais empresas, ao descentralizarem suas operações, passaram a se instalar em localidades mais vantajosas, desestabilizando a lógica tradicional de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

concentração industrial. Se, por um lado, esse processo parecia anunciar um futuro incerto para as metrópoles diante de um capitalismo em reconfiguração e em busca de soluções espaciais, por outro, essas cidades responderam à nova lógica ao se reposicionarem na economia mundial, sobretudo com a especialização no setor financeiro e no de serviços.

Nesse novo cenário, a geografia e a economia global passaram a ser reorganizadas, evidenciando uma dualidade complexa: uma estrutura econômica geograficamente dispersa, porém mundialmente integrada, impulsionada pelas transformações tecnológicas e pela expansão dos mercados financeiros e de serviços. Apesar da proliferação de mercados financeiros secundários, o controle e a coordenação da economia global permaneceram concentrados em poucos centros hegemônicos, como por exemplo Nova Iorque, Londres e Tóquio. Tais cidades ocupam posições-chave no comando da economia mundial, configurando-se como os epicentros de um novo tipo de urbanização resultante da globalização: a cidade global.

Essa reconfiguração urbana se torna visível na medida em que a articulação entre dispersão geográfica e integração mundial redefiniu o papel estratégico das grandes cidades. Em vez de sucumbirem à obsolescência, as metrópoles passaram a reconfigurar suas funções urbanas, tornando-se espaços de produção pós-industrial, com forte presença de setores especializados em serviços financeiros e empresariais de alto valor agregado. Essas transformações deram origem a uma nova lógica de aglomeração e reforçaram o papel central de algumas cidades na globalização.

Ao reconhecer que a globalização requer espaços especializados e adaptados às exigências da chamada Terceira Revolução Industrial, a teoria da cidade global sustenta que as cidades com perfil marcadamente terciário assumem uma posição estratégica na intensa competitividade internacional, adquirindo relevância significativa na condução da economia global contemporânea.

Se por um lado o início do conceito expõe transformações reais em algumas cidades de países centrais, decorrentes do processo de reestruturação produtiva, por outro lado o conceito de cidade global adquire uma forma típico-ideal, no momento em que se tenta transpor para outras realidades metropolitanas as interpretações baseadas nos primeiros estudos.

Nesse contexto, afirma-se aqui que a construção de uma racionalidade única revela-se inerente à intencionalidade subjacente ao conceito de ci-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dade-global. Tal racionalidade assume um caráter pragmático, ao mesmo tempo consequência e condição da manutenção dos fluxos de produção de espaços urbanos funcionalizados para garantir a competitividade global. Os atributos necessários à inserção das cidades na rede global, articulada pela lógica neoliberal da globalização, são diretamente vinculados às estratégias de ajuste urbano, que conformam um novo modelo de cidade.

Autores como Saskia Sassen (1991), por exemplo, já destacaram a necessidade sistêmica desses atributos para que uma cidade possa ser reconhecida como uma cidade-global. Segundo a autora, as cidades devem atender a uma série de requisitos: sediar um volume expressivo de negócios transnacionais; abrigar grandes corporações, sobretudo do setor financeiro; possuir bolsas de valores de relevância internacional; e demonstrar supremacia econômica, seja pela quantidade de empresas, seja pelo valor agregado às atividades terciárias, com destaque para os serviços "avançados", como finanças, contabilidade, publicidade, consultoria empresarial, serviços jurídicos internacionais, telecomunicações, informática, desenvolvimento de softwares, entre outros.

Além disso, essas cidades geralmente apresentam um declínio das atividades industriais fordistas e/ou de suas taxas de emprego industrial, enquanto desfrutam de infraestrutura avançada em telecomunicações e tecnologias da informação. Essa infraestrutura tende a se concentrar em distritos especializados, marcados por edifícios de alta tecnologia e elevada conectividade com sistemas globais de comunicação. Soma-se a isso a capacidade de sediar grandes eventos culturais e esportivos de projeção internacional — como espetáculos teatrais, exposições globais, olimpíadas e feiras universais — e a adoção de estratégias de planejamento de cidades alinhadas ao modelo globalizado.

Esses atributos funcionam como modelos de sucesso, orientando as práticas de governança urbana em diversas partes do mundo. O discurso que emana da teoria da cidade-global legitima ações urbanas que priorizam tais atributos, apresentando essas cidades como exemplos de superação dos problemas urbanos contemporâneos — como desemprego, desindustrialização, degradação e fragmentação urbana. Assim, como aponta Ferreira (2007), o modelo das cidades-globais estrutura-se em torno da ideia de que cabe às cidades prepararem-se para as novas forças da economia global, ideias postas como não problematizável/contestável, como se essas forças

CONSEQUÊNCIA EDITORA

fossem incontornáveis e irrefreáveis, ou mesmo que existissem naturalmente.

Cabe ressaltar, contudo, que as cidades sempre desempenharam papel central no funcionamento do sistema capitalista, o que relativiza a pretensa originalidade da teoria da cidade-global. A proposta dos discursos de desenvolvimento pautados nesta ideologia (e aqui mencionamos ideologia para salientar a transfiguração das preocupações conceituais originais por parte de autoras como Sassen) baseia-se na ideia de que, em uma economia globalizada, é imperativo que as cidades se adaptem para se tornarem mais competitivas, o que implica a necessidade de implementar ajustes urbanos. Mesmo aquelas cidades inicialmente excluídas da rede global poderiam, segundo essa lógica, ascender e integrar-se a essa nova dinâmica espacial.

Dessa forma, a teoria da cidade-global, embora possua uma dimensão analítica ao identificar novos atributos urbanos resultantes da globalização, assume simultaneamente um caráter normativo, propondo-se como modelo de desenvolvimento a ser seguido por todas as cidades. Tal ideologia incita uma concepção de cidade definida exclusivamente em função de sua inserção na ordem global. Nesse sentido, os discursos vinculados ao chamado pensamento único acabam por impor uma visão hegemônica de mundo, moldando também as subjetividades no cotidiano.

Identificar a dimensão ideológica desse discurso torna-se, portanto, essencial para compreender que a teoria da cidade-global, inicialmente concebida para analisar transformações espaciais decorrentes da reestruturação produtiva, converte-se em um projeto universal de reconfiguração das práticas de planejamento de cidades, pautados sob a égide do empreendedorismo urbano, na construção de uma subjetivação neoliberal. Sob a lógica da inserção na rede global e da intensificação da competitividade, exige-se das cidades e dos sujeitos uma postura empreendedora, levando à adoção de ferramentas como o planejamento estratégico e o marketing urbano. As cidades, assim, passam a ser pensadas como empresas, exigindo uma matriz teórica propositiva que ofereça a receita para sua incorporação à lógica global.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Empreendedorismo urbano, fetichização do local e a anulação da política

Essa adaptação das cidades através do marketing urbano e do planejamento estratégico de cidades – inerentes ao empreendedorismo urbano, no bojo de discursos que colocam a urgência de ajustes urbanos tomados como modelo único de desenvolvimento – engendram uma **fetichização do local, tendo a desmobilização política como meta a ser alcançada.**

Podemos identificar modos distintos de fetichização do local na construção dos discursos pautados no empreendedorismo urbano. Um deles teria o sentido de um localismo ontológico, no qual se negariam outros sentidos de governança; já partiria de um princípio único, que seria a governança neoliberal. O localismo metodológico seria um outro caminho interpretativo identificado nos discursos empreendedores, uma vez que negam a transescalaridade e a contraditoriedade dos processos espaciais. As cidades, segundo os ideólogos dessa fetichização do local, teriam consigo a ideia de que o embarque numa trajetória competitiva perante outras localidades seria uma urgência.

Nesse discurso, o local é apresentado como uma escala natural e imediata do desenvolvimento, descolada dos processos sociais, históricos e políticos que o constitui (Brenner, 2020). Tal fetichização invisibiliza as relações de poder que produzem o espaço e promove uma visão tecnocrática e essencialista do território, na qual o desenvolvimento é concebido como ajuste e adaptação diante do recrudescimento da competitividade em escala global, negando-se, assim, o desenvolvimento urbano posto como possibilidade para a justiça espacial e para a emancipação político-social.

Trata-se, portanto, de uma narrativa que busca despolitizar o planejamento urbano e reconfigurar a escala local como espaço de gestão eficiente, esvaziando-a de seu potencial de transformação social. A participação popular, quando indicada como possibilidade, por exemplo, é frequentemente limitada a formas consultivas, sem real poder de deliberação, servindo mais à legitimação simbólica do projeto neoliberal do que à democratização do espaço urbano. A produção de consensos e a construção de um "patriotismo de cidade" (Vainer, 2001) são as orientações mais emblemáticas do que se entende aqui por fetichização do local e sua relação com a anulação da política.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Assim como há uma estratégia discursiva que enfatiza as supostas vantagens da governança local sobre outras escalas, na dinamização econômica – por meio da inserção competitiva das cidades na economia global –, observa-se, também, a construção de uma narrativa que atribui à escala local uma posição privilegiada para a consolidação da política. Ora, se partimos da ideia de que política e escala são produções sociais, tais estratégias discursivas conjecturam-se como ideologia e fetichização do desenvolvimento do que caminhos para a democratização da democracia.

Como exemplificação, os *think tanks* neoliberais, nesse contexto, propalam que "os governos locais dispõem de uma maior capacidade de representação e de legitimidade com relação aos seus representados; são agentes institucionais de integração social e cultural" (Borja e Castells, 1997, p. 19). Com base nesse argumento, os defensores do empreendedorismo urbano como única saída para o desenvolvimento apropriam-se de práticas historicamente vinculadas aos movimentos sociais urbanos progressistas – como o desenvolvimento local, a participação popular, a gestão democrática e a descentralização política –, ressignificando-as como instrumentos de legitimação de agendas que, em essência, despolitizam o espaço urbano em nome de uma lógica de competitividade global.

Embora o discurso dominante evoque a participação cidadã como elemento estruturante do planejamento, tal participação tende a ser reduzida a uma adesão simbólica e acrítica ao projeto hegemônico, funcionando mais como uma forma de consagração do consenso do que como expressão de uma cidadania substantiva. A promoção de um "patriotismo de cidades" ou de uma identidade coletiva ancorada na ideia de cidade competitiva parece, assim, operar no sentido de neutralizar conflitos, suprimir dissensos e alinhar as expectativas sociais às exigências do capital transnacional. Trata-se menos de abrir possibilidades para projetos alternativos de sociedade e mais de consolidar uma imagem de harmonia urbana atrativa ao investimento internacional, reforçando, dessa forma, os contornos do pensamento único neoliberal no local.

Além disso, esse imaginário de desenvolvimento promove a disseminação de paisagens e arquiteturas hostis – expressão de uma cidade projetada para repelir os corpos indesejáveis e assegurar a ordem neoliberal. A estetização do espaço urbano, aliada à gentrificação e à segregação espacial, reforça o processo de subjetivação neoliberal, moldando desejos, compor-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tamentos e afetos em consonância com os imperativos do desenvolvimento apregoados pelos discursos do empreendedorismo urbano.

A cidade, assim, deixa de ser concebida como um bem comum ou como campo de disputa democrática para se tornar uma mercadoria: algo a ser vendido, promovido e consumido. Esse imaginário, o qual fetichiza tanto o urbano quanto o local, funciona como um dispositivo ideológico que mascara os antagonismos sociais e obscurece as alternativas políticas.

Na racionalidade neoliberal, as inúmeras possibilidades de participação política sofrem um esvaziamento deliberado. A ideia de participação cidadã é muitas vezes instrumentalizada como mecanismo de legitimação simbólica das estratégias de gestão urbana. Trata-se de um processo de **captura ideológica** das lutas sociais, no qual pautas historicamente ligadas à justiça social e à reforma urbana são capturadas, reconfiguradas e neutralizadas por meio de discursos e políticas públicas formuladas sob o imaginário de desenvolvimento apregoado como ajuste urbano.

Um exemplo emblemático desse processo pode ser observado nos planejamentos estratégicos recentes — como os do Rio de Janeiro — que incorporam termos e pautas associadas a movimentos sociais (como agroecologia, antirracismo e sustentabilidade), mas o fazem de maneira esvaziada, desprovida de potencial transformador, dissociada de uma percepção de democracia amparada na valorização do dissenso como caminho para outros horizontes de desenvolvimento urbano. A representatividade e participação popular são invocadas, transfiguradas de sentido emancipatório. As audiências públicas e reuniões com atores locais muitas vezes funcionam como meras consultas, sem poder deliberativo real, constituindo-se como momentos performáticos de escuta seletiva.

Essa **simulação de participação democrática** reforça uma política espacial de afetos baseada na criação de uma sensação de inclusão, que obscurece o controle das decisões por elites técnico-burocráticas. Trata-se de uma subjetivação neoliberal que engendra uma crença generalizada na individualização das responsabilidades e na despolitização dos conflitos sociais. A cidade, nesse quadro, é apresentada como um local para que se produzam consensos, onde não há espaço para contradições reais, mas apenas desafios técnicos a serem superados pela boa gestão empreendedora e consensual.

Essa racionalidade transforma o planejamento de cidades em **instrumento de governamentalidade**, promovendo um modo de controle que

CONSEQUÊNCIA EDITORA

opera não apenas sobre os corpos, mas também sobre os desejos e os afetos. O discurso competente torna-se a principal ferramenta dessa hegemonia discursiva, pois afirma-se como neutro, científico, inevitável — quando, na verdade, está profundamente imbricado em um projeto ideológico de manutenção da ordem neoliberal através do sujeito neoliberal/empresarial, inerente à constituição da cidade-empresa.

Nesse sentido, a produção do espaço é simultaneamente a produção de subjetividades. A produção da cidade neoliberal molda sujeitos que se veem como empreendedores de si mesmos, responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso, cada vez mais isolados das possibilidades de construção coletiva do comum. Esse modo de subjetivação esvazia o sentido de ação política emancipatória e promove a anulação da política, esta reconhecida em seu sentido utópico como uma arena de conflitos, como horizonte do dissenso e como possibilidade da justiça espacial.

O que se observa, portanto, é a busca incessante pela **anulação da política por meio de sua estetização e por meio de complexos mecanismos de captura simbólica e esvaziamento do outro.** A política torna-se espetáculo, narrativa, *branding* urbano. A cidade se transforma em um palco onde se representa a participação, enquanto as estruturas de poder seguem reproduzindo desigualdades profundamente enraizadas. O local é fetichizado como unidade de ação, desprovido de suas contradições internas e de sua potencialidade transformadora, destituído de qualquer análise transescalar complexa.

Diante da hegemonia neoliberal e da captura ideológica das lutas sociais, torna-se fundamental retomar o espaço urbano como campo de disputa simbólica, material e afetiva. A produção de subjetividades não se dá apenas pela imposição de discursos dominantes, mas também pela emergência de resistências que constroem outras formas de existir, de produzir o território e de imaginar o comum.

Os movimentos sociais urbanos, ao proporem práticas contra-hegemônicas de ocupação e ressignificação dos espaços, representam fissuras importantes na racionalidade neoliberal. Iniciativas como hortas comunitárias, ocupações, mobilizações contra a gentrificação ou pela memória dos territórios não apenas reivindicam direitos, mas produzem outras formas de vida e de sociabilidade, muitas vezes reivindicando uma outra socialidade possível. Elas apontam para uma reinvenção da política como práxis

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cotidiana, ancorada na solidariedade, na escuta, no diálogo e na produção do espaço urbano como obra e não como produto, na produção de horizontes futuros possíveis.

Pensar o neoliberalismo a partir da Geografia significa, portanto, compreender a espacialidade dos afetos, das ideologias e das subjetivações. É reconhecer que o espaço não é um dado neutro, mas uma construção política, marcada por disputas, contradições e (im)possibilidades. E é justamente por isso que resistir ao neoliberalismo exige mais do que denunciar seus mecanismos de controle social e de subjetivação política: exige também cultivar outras formas de afetar e de ser afetado, de estar junto e de construir uma outra realidade possível, balizadas na democratização da democracia e na produção desalienadora do espaço. Esses são alguns caminhos fundamentais para a reafirmação da política como produtora de horizontes da emancipação.

Referências

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia**.** *Cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global*: La gestión de las ciudades em la era de la información. Madrid: Habitat/Taurus, 1997.

BRENNER, Neil. Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala? *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *As metrópoles e o capitalismo financeirizado*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. Edição bilíngue. São Paulo: Autêntica Editora, 2007.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade-global*: o papel da ideologia da produção do espaço urbano. Petrópolis, RJ: 2007.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 10

Capitalismo neoliberal: alterações e permanências na produção do espaço

Arlete Moysés Rodrigues

Introdução

É um enorme desafio analisar as espacialidades da produção do espaço resultantes do capitalismo neoliberal, tema proposto para esta mesa-redonda. Para dar conta de uma análise que considere a totalidade da produção, da distribuição e do consumo, importa considerar alguns aspectos que permitam compreender a complexidade das formas e do conteúdo da produção do espaço na segunda década do século XXI, tendo como premissa que a cidade é força produtiva e que, como tal, cumpre um papel decisivo na estrutura social como um todo[1]. Pesquisas revelam permanências e mudanças na produção e no uso do espaço e essas modificações na produção, na reprodução e no uso do espaço urbano, ao mesmo tempo que fazem parte da vida cotidiana, alteram-na.

Analisar se as espacialidades estão difusas ou concentradas em determinados lugares implica averiguar diferentes escalas nas quais elas ocorrem, o que pode permitir compreender a universalidade de formas e conteúdo no contexto do desenvolvimento territorial desigual e combinado, como apresentam Cobos, Lopes e Herrera (2024). Nessa perspectiva, várias são as possibilidades de estudos com a expectativa de compreender a totalidade, considerando-se as transformações em um lugar, seja num bairro, numa cidade, numa região ou no mundo em si.

1 Sobre a cidade como força produtiva, ver Lefebvre (2013), Jaramillo (2009) e Rodrigues (2024).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Entre os elementos de análise sobre espacialidades, devem ser consideradas as relações sociais de produção, as forças produtivas, a propriedade da terra e dos meios de produção, o capital financeiro, o mundo do trabalho e o Estado capitalista, a fim de tentar averiguar se as novas formas-conteúdo aprofundaram e/ou transformaram as formas de produção e reprodução do espaço urbano em sua complexidade.

Na perspectiva de compreender como o Estado capitalista atua com os pressupostos neoliberais, é necessário analisar alterações de leis e de premissas de zoneamentos, de alteração das normas edilícias e de potencial construtivo, os grandes projetos urbanos e como eles se relacionam com as questões políticas, econômicas e sociais. Quando se trata de grandes projetos, eles são, em geral, "financiados" por organismos internacionais, o que indica a complexidade de um processo que, independentemente da escala de análise, concretiza a cidade como negócio para os negócios nas cidades, num ideário de se ter a cidade como sujeito da história.

Como diz David Harvey (2024), as cidades já não são planejadas para morar, senão especular e lucrar. O objetivo é o controle, tanto da produção quanto da distribuição dos excedentes. Esta é a problemática que é necessário desvendar para compreender a realidade da produção do espaço urbano no atual período histórico.

É preciso entender em sua complexidade quais mudanças, advindas do neoliberalismo, ocorreram nas relações de trabalho, implícitas no avanço técnico e em seu rebatimento nas espacialidades.

Na perspectiva de análise aqui adotada, é necessário considerar que o neoliberalismo cria e recria um pensamento único que obscurece as relações sociais, os agentes capitalistas, o mundo do trabalho, o Estado e a sociedade. Desaparece, no senso comum, as contradições e os conflitos, deslocando-se ou ocultando o mundo do trabalho, o Estado capitalista, e o capital (produtivo, financeiro, comercial etc.). O capital e o Estado continuam a ser vistos como os promotores do moderno e da modernização do urbano sem que o mundo do trabalho seja desvendado.

O objetivo do texto, portanto, é apresentar argumentos que possam auxiliar a construção de uma agenda de pesquisa que contribua para uma abordagem coerente e elucidadora que permita compreender o processo atual de criação de novas e antigas espacialidades.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Capitalismo neoliberal: alterações e permanências

No neoliberalismo, continua a predominar o modo de produção capitalista. Não é um outro modo de produção; é um projeto de classe para manter e aprimorar a acumulação do capital.

Desde a segunda metade do século XX, ocorreram alterações significativas nas condições gerais de produção: o avanço técnico e as plataformas digitais têm alterado a dinâmica geral; os financiamentos – capital portador de juros e capital fictício – apresentam-se ampliados e dominantes; e as relações de trabalho tipicamente capitalistas têm sido fragilizadas. Contudo, as categorias analíticas da estrutura do capital ainda permanecem, apesar de terem sofrido grandes modificações ao longo do processo de neoliberalização.

Evoluções, rupturas, alterações e até mesmo revoluções de forma e conteúdo ocorrem em cada modo produção, e não apenas na passagem de um modo de produção para outro. Há novas formas-conteúdos na produção do espaço que implicam alterações, mas também permanências de formas anteriores. Henry Lefebvre (2004) enfatiza que se trata de um processo de transformação das forças produtivas e de relações de produção, com profundas inter-relações nas mudanças sociais, espaciais, políticas e culturais, as quais foram intensificadas no século XXI.

As transformações em lugares e em escalas de empreendimentos implicam alteração de qualidade da produção, considerando, como explícito pelas leis da dialética, que a quantidade altera a qualidade. Dessa forma, as alterações que se espraiam pelo tecido urbano alteram a qualidade da produção em várias escalas, em vários lugares, criando-se tipologias de desenvolvimento territorial que precisam ser consideradas para se compreender o mundo produzido e vivido.

As mudanças na produção são visíveis em especial nas metrópoles, nas cidades de médio e grande porte e nas áreas de grande afluência turística[2]. Há um avanço avassalador de grandes conjuntos de edificações nas áreas infraestruturadas, precedido, quase sempre, da derrubada de extensão de

2 Na praia de Camboriú, em SC, os empreendedores disputam chegar mais perto do "céu" e criam, contraditoriamente, uma zona sem sol nas praias que é uma das atrações turísticas (Sheleder; Maier, 2024)

CONSEQUÊNCIA EDITORA

unidades familiares:[3] expandem-se os limites do urbano com loteamentos e condomínios verticais e horizontais; ocorre a expulsão de moradores de favelas; e há aumento de despejos individuais e coletivos. Em algumas cidades, como no Rio de Janeiro, ampliam-se as atuações das milícias armadas na produção imobiliária[4].

A legislação de regularização fundiária de interesse social é alterada, visando à regularização cartorial e, com isso, viabilizar o setor da construção em detrimento da regularização de interesse social (Rodrigues, 2022), aumentando, assim, a produção imobiliária com predomínio do valor de troca e o rentismo.

Em São Paulo, de janeiro a junho de 2024, foram comercializadas, em grandes edifícios, cerca de 50 mil unidades novas. Só em junho de 2024, foram 9.259 novas unidades. Entre julho de 2023 e junho de 2024, foram 88,9 mil unidades. Unidades comercializadas não querem dizer ocupadas, pois, de 2010 a 2020, o número de unidades desocupadas era de cerca de 18 milhões (Fundação João Pinheiro, 2024). Entre 2010 e 2020, o número de unidades vagas cresceu 87%. Ou seja, aumenta-se a produção imobiliária, com o predomínio do valor de troca, e, consequentemente, aumenta o número de pessoas que não têm onde morar.

Dentro da lógica da assetização, produção como ativos financeiros, proliferam unidades destinadas a aluguel de curta duração. Em São Paulo, de 2019 a 2020, o número de unidades construídas de um dormitório passou de 18,9 mil para 19,8 mil unidades (Secovi, 2020), correspondendo a 33% do total das unidades comercializadas. Os Imóveis na faixa em torno de 30 m² de área útil lideram em quase todos os indicadores. Trata-se de um mercado com grande crescimento (Secovi, 2024). A meta é o rentismo e não a moradia. São imóveis para locação de curta duração, denominados também de estúdios. Prédios de vários andares são edificados com esta finalidade, apontando novas espacialidades relacionadas ao avanço técnico, à financeirização, às condições gerais da produção e à cidade onde a produção é para o rentismo e não para a moradia.

3 Em alguns bairros de São Paulo, várias casas colocaram a placa: "Esta casa não está à venda", tentando barrar o assédio para venda das unidades.

4 Não abordaremos a atuação imobiliária das milícias, em que pese que é uma das espacialidades do neoliberalismo. A respeito disso, ver Kawahara (2024).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

No Brasil, sem distinguir se são produzidos ou não com esta finalidade, há 425 mil imóveis cadastrados para locação de curta temporada. A empresa *Housei Co. Ltd.*, de origem japonesa, com forte presença no mercado imobiliário, está presente em 125 cidades brasileiras e conta com 75 mil apartamentos em sua plataforma[5] de locação de curta duração, não sendo proprietária de nenhum deles.

As receitas dos aluguéis de curta duração cresceram 79% no mundo em 2022. A questão da propriedade é importante de ser analisada, pois, ao mesmo tempo em que obtém renda com a locação, uma parte dela se relaciona a plataformas que definem as normas de uso do imóvel. Entre 2013 e 2021, houve um aumento de quase 900% no lançamento de unidades de cerca de 30 m^2.[6] A produção se destina à obtenção de renda, lucros e juros. O uso dos imóveis, além da produção, altera as espacialidades no lugar onde se inserem e para além dele.

Os imóveis com unidades de cerca de 30 m^2 estão concentrados nas áreas que têm infraestrutura de circulação e de comércio e serviços. Uma parte deles utiliza a isenção da Outorga Onerosa do Direito de Construir. A isenção seria aplicável quando se ultrapassasse o coeficiente de edificação em moradias de pequenas dimensões destinadas à moradia de interesse social. Contudo, o que se observa é que muitas unidades, após obter a isenção, estão sendo comercializadas para locação de curta duração e/ou estúdios, e não para fazer cumprir a função social da cidade.

A intensificação da produção e do uso do espaço altera a qualidade do urbano e a vida cotidiana, como foi alertado por Jane Jacobs (2001) no final do século XX, com o aumento da violência e do individualismo. No século XXI, essa alteração tem sido intensificada com as portarias remotas, ou seja, sem porteiros e com leitura facial dos moradores. O avanço dos setores produtivos implica alterações na dinâmica da produção, na circulação e no uso do espaço.

Os grandes projetos urbanos se expandem, aumentando a despossessão, a espoliação e, ao mesmo tempo, incrementando o preço da terra, das edificações e da cidade em geral, considerando, como já dito, que a cidade é força produtiva. Harvey (2024) mostra o que ocorreu com a entrada em

5 IMOBI Report (2023).
6 Idem.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

massa do setor financeiro na incorporação imobiliária em Nova Iorque, promovida em conjunto com a Prefeitura, isto é, a concretização da aliança Estado e capital.

Na Paraíba, o projeto João Pessoa Sustentável, pretende criar áreas para os negócios, fazendo com que o neoliberalismo avance a partir das premissas dos negócios e da liberdade do mercado. Há altos investimentos e empréstimos promovidos pela Prefeitura e pelo BNDES. Dialeticamente e contraditoriamente, para que se implantem os negócios e seja aparentemente sustentável, remove-se a população moradora (Nascimento; Dieb, 2024). No Estado de SP, além de um processo de privatização das empresas públicas, o governador tem o projeto de mudar o palácio do Governo para a área central, por meio de Parcerias Público Privadas (PPS), uma das formas de privatização (Vick, 2024). O capital "externo" representa a relação do Estado capitalista aos ditames da chamada modernização com a financeirização do neoliberalismo.

O processo de intervenção do Estado e sua aliança com setores do capital não é novo. As intervenções em Paris no final do Século XX, na escala da cidade, a de Nova Iorque na escala metropolitana, na década de 1960, assim como o Plano de Avenidas de Prestes Maia, na década de 1930, propunham a modernização do espaço urbano. As intervenções de modernização do espaço urbano, relacionadas à indústria automobilística, alteraram a infraestrutura de circulação, numa fabricalização das cidades (Ferrari, 2012).

No século XXI, embora permaneçam as premissas de modernização, com ênfase nas vias de circulação e na indústria automobilística (Norton, 2023), a hegemonia do capital financeiro e do setor produtivo estimula as alterações pelas quais o Estado se entrega ao capital. Introduz-se a ideia de cidades sustentáveis, cidades inteligentes, entre outras tantas denominações. A cidade parece ser o sujeito da história, ocultando-se, assim, as relações em toda a sua complexidade. A cidade como força produtiva, a cidade dos negócios e para os negócios parece assumir o devir histórico. Nesse sentido é que afirmamos no início do texto que o neoliberalismo cria/recria o pensamento único, no qual a cidade moderna, "inteligente", com edifícios "inteligentes", resolveria os problemas, sem atentar para as necessidades e os direitos da população citadina. No senso comum, as relações sociais de produção não mais estão presentes, o neoliberalismo é a chave para explicar (ou não) as condições gerais de produção, o avanço

CONSEQUÊNCIA EDITORA

técnico, a financeirização, ou seja, as formas que o moderno e a modernização atual assumem.

É preciso considerar que as transformações relacionadas à produção do espaço, no capitalismo neoliberal, não atingiram diretamente todos os lugares e nem todos os setores da produção do espaço urbano. Há grandes loteamentos sem infraestrutura, com poucas unidades construídas e/ou vendidas, na lógica de esperar a valorização para a venda dos demais lotes; tem-se a produção de casas para aluguel nas periferias; a produção estatal de moradia, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com aumento das favelas e de áreas encortiçadas.

Como se trata do mesmo modo de produção, permanece a separação entre os que detêm os meios de produção (proprietários da terra, dos meios de produção e do capital portador de juros), e os que vendem sua força de trabalho, em sua multiplicidade de formas as quais obscurecem a existência de classes sociais. O empreendedorismo, a plataformização, as contrarreformas trabalhistas, as ideias e os ideais de cidades verdes, de cidades do futuro, de cidades inteligentes entre outras denominações ocultam as espacialidades reais e concretas. Dados da OIT apontam que a economia informal tem crescido no mundo todo, em especial nos países em desenvolvimento (Smith, 2024), demonstrando as transformações no mundo do trabalho.

O processo de terceirização implica também transformações nas espacialidades. A terceirização das atividades econômicas é a submissão do trabalho que produz mudanças no uso e na produção do espaço (Smith, 2024). A terceirização global da produção se expande após 1970, com o deslocamento da produção para países que oferecem baixos salários, juntamente com uma geração de capitalistas comerciais (que vai do cafezinho aos celulares e à produção de grandes galpões no espaço) que define "marcas" que não produzem as mercadorias por elas vendidas e que é parte integrante do mercado internacional.

No neoliberalismo, como diz Neil Brenner, as formas "são espacialmente desiguais, temporalmente descontínuas e permeadas por tendências experimentais híbridas" (Brenner, 2018, p. 174) e, desse modo, transformadas pela quantidade de alterações em sua qualidade.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Breves apontamentos históricos

O neoliberalismo surge na década de 1940, concretiza-se na de 1980, com a criação de consensos e o estabelecimento de leis e normas nas formas jurídica e política e torna-se hegemônico no século XXI. "O neoliberalismo efetivamente atingiu o mundo como uma poderosa vaga de reforma institucional e ajustamento discursivo, e, embora seja grande a evidência de seu desenvolvimento geograficamente desigual, nenhum lugar pode proclamar-se plenamente imune a ele" (Harvey, 2007, p. 1).

Essa doutrina política e econômica tem como objetivos gerais atender às necessidades de acumulação do capital, evitar a tendência da queda da taxa de lucros e impedir as lutas dos trabalhadores por condições adequadas. É um contraponto ao fordismo, ao Estado de Bem-estar Social, à social-democracia e ao socialismo. Nela, o "Estado não saiu de cena, só mudou de função: ele deixou de amparar as pessoas, mediante a criação de estruturas de bem-estar social – como saúde, educação e um amplo leque de serviços sociais –, e passou a amparar o capital" (Harvey, 2024, p. 43).

O neoliberalismo dá continuidade à política de austeridade introduzida após a 1ª Guerra Mundial, visando à sustentação do capitalismo moderno, com a meta de conter as ideias anticapitalistas e a difusão do socialismo e impedir a organização da classe trabalhadora. Visa, ainda, manter a ordem do capital que poderia ser abalada por convulsões sociais. Dessa forma, funcionou, e ainda funciona, para prevenir o colapso do capitalismo e recriar as condições gerais de produção. "Foi uma contraofensiva às greves e a outras formas de conflitos da década de 1920 que explodiram em uma escala sem procedentes depois da 1ª guerra mundial" (Mattei, 2023, p. 20).

Sua ênfase é na austeridade das contas nacionais e na diminuição dos gastos públicos. Os recursos que são retirados da saúde e da educação são utilizados para o pagamento de juros, sempre elevados, e para a amortização das dívidas que nunca diminuem. Essa política de austeridade enfatiza cortes de gastos que incidem sobre os direitos sociais, no entanto, não há austeridade de gastos supérfluos que movimentam a economia do setor privado, que acontecem no urbano (Carraza, 2024).

A "reestruturação produtiva", o aumento das privatizações, os ajustes fiscais e monetários, as contrarreformas trabalhistas e a ênfase ao indivíduo

CONSEQUÊNCIA EDITORA

em detrimento do coletivo no neoliberalismo estão relacionados às condições gerais de produção, com o avanço da técnica e da tecnologia.

Na lógica do capitalismo neoliberal de cercamento de espaços privados, expandem-se as periferias ricas com os loteamentos murados e os condomínios fechados, numa nova forma-conteúdo. E a ideia de cidade sustentável, inteligente, moderna, é vendida como ideia geral e seus pedaços são comercializados. Em decorrência de lutas sociais tentando obter o direito a ter direitos, o Estado neoliberal pensa estratégias de contrainsurgência, devido ao descontrole sobre os movimentos da sociedade (Viana, 2008). No mesmo processo relacionado com as estruturas sociais, políticas e econômicas, a pobreza e a miséria crescem, produzindo vários processos sociais (Davis, 2006). Com isso, há um aumento das favelas: o Censo de 2022 indica que, **atualmente, o Brasil tem quase 16,4 milhões de pessoas morando em áreas de favela, o que representa 8,1% da população do país** (IBGE, 2024); ocorrem ocupações em prédios deteriorados e desocupados e em ocupações coletivas em áreas não urbanizadas; e ampliam-se as periferias pobres, com mutirões e autoconstruções, que mostram a permanência de formas-conteúdo. A desigualdade socioespacial se expande, assim como a concentração de riqueza em poucas mãos[7].

São, portanto, formas-conteúdo de produção dos espaços contemporâneos no tempo e numa diversidade de espaços. Não há uma única forma, ainda que possamos abstratamente, em escala geral, falar em espacialidades neoliberal, pois elas se entrecruzam nos conteúdos.

Os Estados, para se livrarem dos encargos sociais, "concede-os" para o setor privado, ou seja, privatiza-os. Ampliam-se os seguros-saúde. A educação privada se expande. A moradia é produzida pelo setor empresarial. Os transportes coletivos, a coleta e a deposição de resíduos sólidos, a gestão de escolas públicas, dos cemitérios e de outros tantos serviços são entregues sob a forma de concessão. A política de austeridade, com o deslocamento da produção e das classes sociais para as contas públicas e para as bolsas de valores parece se perpetuar como pensamento único. O ideal neoliberal é "contra" o Estado assumir a produção e a distribuição, mas as reinvindicações da maioria se dirigem ao Estado, pois, constitucionalmente, é sua atribuição, embora agora mediadas não pelos direitos, mas pelos serviços.

7 OXFAM Brasil (2021).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O neoliberalismo é contrário ao trabalho formal e, nele, as associações da classe trabalhadora são rechaçadas. O avanço técnico possibilita a separação mais radical entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. São agora setores amplos que financiam este processo. A plataformização implica novas formas de produzir e consumir o espaço. As lutas pelos transportes coletivos perdem força com a proliferação das plataformas uberizadas. Deslocam-se as lutas, pois o setor privado, aparentemente, resolve os deslocamentos, em que pese as condições de exploração dos "uberizados". O empreendedorismo oculta o patrão, o poder, o mando e as formas de opressão e dominação (Souza, 2024).

Ricardo Antunes (2024) afirma que se trata de devastação das condições do trabalho que não se dão apenas no âmbito do trabalho, mas que se espraia no urbano. Desse modo, é preciso compreender a dinâmica do processo, que sugere que a espacialidade do capitalismo neoliberal não está apenas na produção imobiliária do e no espaço, mas, também, na complexidade das relações sociais.

A rua se transforma no chão da fábrica, como se constata com os entregadores e os motoristas relacionados às plataformas digitais. As *Dark Kitchens*, cozinhas precárias, se expandem em áreas de consumo[8]. São diferentes expressões da espacialidade que não se resume ao espaço produzido, mas também ao uso do espaço.

As formas do e no urbano atuais

No urbano, permanecem as três formas de acumulação do capital (renda, lucro e juros), de fundamental importância para entender o conteúdo do urbano na hegemonia do neoliberalismo, com o acirramento da desigualdade socioespacial e o aumento dos riscos de mudança climática. O setor imobiliário, desde a década de 1970, tem primazia na produção e no uso do espaço.

8 As *dark kitchens*, ou cozinhas fantasmas, podem ser encontradas em áreas comerciais ou industriais, onde é possível compartilhar espaços de produção para economizar custos. São projetadas para atender à demanda *online* de aplicativos de entrega. Sob o ponto de vista da produção em geral e da produção do espaço, precisam ainda ser analisadas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> Reúne, numa única atividade produtiva, as três formas pelas quais a mais-valia aparece: o lucro (valor excedente produzido no canteiro de obras, o juro (parcela do valor excedente que remunera, quem fornece o *funding*, ou seja, os valores monetários, para a produção) e a renda (sobrevalor futuro capitalizado embutido no preço da terra) (Fix; Paulani, 2019, p. 639).

A terra e as edificações urbanas, dado o monopólio da propriedade, enredam-se em alto "preço", numa relação direta com o setor financeiro, com o capital portador de juros, seja financiando a produção, seja considerando o tempo das edificações, o preço da terra, os materiais da indústria de construção e o financiamento ao consumidor final, por meio de um processo de crédito realizado pelo setor bancário. A terra tem seu preço que é elevado no mercado alicerçado nas rendas – de monopólio, diferencial e absoluta – e alavancada pela produção da e na cidade.

A tendência decrescente da taxa de lucro é relativizada em função da renda da terra e também as características das edificações, a qual utiliza grande quantidade de mão de obra, possibilitando extração de mais-valia, com manutenção de taxa de lucros elevada, o que pode explicar como o urbano se tornou o centro da aplicação dos excedentes de capitais. Uma força produtiva que se expande, na medida em que a renda, os lucros e os juros são sempre crescentes e que qualquer alteração no espaço provoca o aumento do preço da terra e das edificações.

O Estado fornece subsídios tributários ao setor imobiliário urbano diretamente ligado à produção. Desde 2005, o setor imobiliário conta com isenção tributária sobre os rendimentos de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII). O FII era composto sobretudo por imóveis urbanos e logísticos, como centros de distribuição que se ampliam com as empresas de logísticas, além dos certificados de recebíveis (CRI) e Letras de Crédito imobiliárias (LCI). Desde 2022, a isenção tributária se estendeu aos imóveis rurais (Rech, 2024).

Sedimenta-se no campo das ideias que a liberdade econômica "é um elemento vital do pensamento neoliberal" (Harvey, 2005, p. 17). A liberdade é do mercado, difundido como quem sabe lidar com todas as questões e pode atender a todos, transformando direitos em serviços (Vadell; Carvalho, 2014).

Em que pese que as três formas (renda, lucro e juros) são inerentes à produção do espaço, com o neoliberalismo, tem-se a primazia do capital

CONSEQUÊNCIA EDITORA

portador de juros e do capital fictício, o qual se expande na abertura de capital das empresas de edificação, das empresas de construção civil e que se denomina financeirização. Trata-se de capital portador de juros, pois um empréstimo de capital dinheiro, para uma determinada atividade, significa que, ao fim do período do empréstimo, tem-se de volta o dinheiro emprestado mais os juros.

Esta é uma modalidade de financeirização de um capital portador de juros relacionado diretamente ao setor imobiliário. "A financeirização diz respeito a disseminação profunda e geral das características do capital portador de juros" (Chesnais, 2005). O capital portador de juros mantém a relação com a produção, com o financiamento, mas aprofundou-se no capitalismo financeirizado do século XXI com a escalada das dívidas das corporações.

A produção do mais valor no urbano ou do recebimento dele está alicerçado em capital-dinheiro. Então, ficam os questionamentos: qual o preço dessa mercadoria? Como são fixados os preços da terra e as taxas de juros? Há uma ideia de ganho futuro atribuída aos juros e aos bancos. No Brasil, o Banco Central define as taxas de juros como uma das mais altas do mundo e isso acaba por comandar a economia, ampliando o rentismo mais direto dos empreendimentos habitacionais e dos fundos imobiliários.

A relação do Estado com o capital financeiro é visível com a ampliação dos fundos imobiliários, tidos como poupança para se obter renda, com investimento em imóveis, como *shoppings*, loteamentos, prédios ou em parcelamentos do solo, loteamentos que contam com os Certificados de recebimentos de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), os quais representam "basicamente, formas de emprestar dinheiro, com a garantia de que este será devolvido acrescido de juros" (Fleury, 2023). O CRI é um tipo de título de crédito, uma promessa formal de pagamento, ligado a algum tipo de negócio imobiliário, é um "adiantamento de dinheiro para uma empresa de construção". A LCI é similar, porém, quem vende é um banco e não uma empresa. Como já dito, desde 2005, o setor imobiliário conta com isenção tributária sobre os rendimentos de Fundos de Investimentos Imobiliários.

Os fundos imobiliários são chamados fundos de papel, porque o que garante sua "rentabilidade" não é a realidade, não é a produção do espaço, mas os valores atribuídos a cada um desses fundos no futuro. E o rendimento futuro é atribuído pelos seus controladores.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Os "fundos de papel", mesmo que invistam em CRI e LCI, são considerados ativos de renda variável. Ou seja, tem-se a assetização, a transformação em ativo financeiro. Os fundos imobiliários predominam em investimento em hospitais, *Shoppings centers*, residenciais de grande porte, galpões logísticos, hotéis, lajes corporativas. Vinicius Nakama (2023) mostra que os Fundos de Investimento Imobiliário (FI), em São Paulo, embora se concentrem no que se denomina eixos corporativos (quadrante sudoeste), são encontráveis em toda a cidade. É uma forma patrimonial, um regime específico de propriedade do capital, condensado em algumas áreas, isto é, numa produção do espaço específica e localizada.

Daniel Sanfelici (2017) apresenta as características dos fundos e suas espacialidades ao analisar a territorialização e apontar para a assetização. Leda Paulani afirma que a assetização "diz respeito aos processos que transformam os mais variados tipos de coisas em ativos, de modo que ativos a assetização podem ser, por proveito, colocados em primeiro plano para se entender o caráter e os movimentos do capitalismo financeirizado de hoje" (Paulani, 2024, p. 104).

As diferentes formas de tornar o espaço produzido em ativo imobiliário (com a financeirização), implica que algumas áreas das cidades são "espacializadas" e "especializadas" no rentismo atual e apresentam, talvez, o que possamos chamar de intensificação de renda, lucro e juros, calcados na hegemonia neoliberal na sua ênfase financeira.

É o capitalismo mesmo, não um outro modo de produção, contudo, houve mudanças profundas, pois aumentou a quantidade de empréstimos, de alianças dos proprietários de terras, da incorporação imobiliária com o capital portador de juros, ou seja, com o capital financeiro. Portanto, como dito no início, há aspectos revolucionários dentro do mesmo modo de produção.

As obrigações para atender às necessidades e aos direitos expressos na maioria, como já dito, tornam-se serviços, e são repassadas para o setor privado, em que pese que continuam a ser explicitadas como direitos. No Brasil, desde o final da década de 1960, as alterações nas relações de trabalho e o fim da estabilidade no emprego propiciam a criação de recursos, provenientes do mundo do trabalho, e se investe no urbano com grandes conjuntos do BNH, alterando a dinâmica do espaço urbano. A abertura de capitais, com a criação do Sistema Financeiro Imobiliário em 1997 (Brasil, 1997), e a regulamentação

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dos Fundos de Investimento Imobiliário em 1993 (Brasil, 1993) propiciaram a ampliação do capital financeiro, a redução do tempo de rotação de capitais, a ampliação do capital fictício e a remuneração dos "investidores", deslocando a produção de valor de uso e troca para ativos financeiros sem vínculos diretos com a produção de unidades. Desde o início do século XXI, para estimular a oferta de créditos habitacionais, há nova regulamentação da Alienação Fiduciária que permite ao credor manter a posse do imóvel até o devedor quitar sua dívida, implicando avanço da financeirização.

A produção em larga escala, advinda do Programa Minha Casa Minha Vida, além dos recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e do Fundo de Compensação de Variações Salariais em empréstimos imobiliários, amplia os recursos financeiros (Fanton, 2024) e entrega toda a organização ao setor privado. O Estado renuncia à produção direta de moradia de interesse social que continua a se localizar nas áreas periféricas e com problemas de infraestrutura. São as múltiplas formas de espacialidade relacionadas ao capitalismo neoliberal.

O Estado, aparentemente, desonera-se de sua responsabilidade ao regulamentar o setor privado. Porém, as filas nos postos de saúde aumentam, as escolas públicas padecem de recursos, as cercas e muros se expandem, os carros além do ar-condicionado são equipados com vidros que impedem que se vejam quem está dentro, as casas têm alarmes e, dessa forma, tem-se uma nova vivência em todas as partes do urbano.

Apontamentos para agenda de pesquisa.

O objetivo do texto foi ponderar sobre algumas problemáticas e contribuir para a elaboração de estudos que considerem as condições gerais de produção do espaço urbano no século XXI, o avanço das forças produtivas, as alterações do capital portador de juros e capital fictício e a assetização como um processo que transforma moradia em ativo de capital e tentar compreender as diversidades de formas da espacialidade neoliberal.

As condições gerais de produção no espaço urbano se alteraram ao longo do tempo e do espaço (Lencioni, 2021). Em que pese que no setor da construção civil, em especial no de edificações, os trabalhadores, comparados a outros setores, são em grande número, houve alterações, nas últimas déca-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

das devido aos materiais pré-moldados, ao uso de máquinas para edificação em geral, às infraestruturas, às redes de comunicação, à internet etc. embora, nos canteiros de obras, a superexploração dos trabalhadores permaneça, bem como a terceirização no setor produtivo em geral tem se intensificado. Os terceirizados, além de ganhar menos, não têm nenhuma proteção trabalhista.

O avanço do urbanismo neoliberal promoveu o avanço da financeirização do espaço urbano com arranjos políticos (Fanton, 2024), com permanências e mudanças, ao longo de um espaço de tempo e não como uma ruptura imediata.

Há uma organização da produção com computadores, utilização de plataformas para a capitalização, para os fundos imobiliários, impressão de folhetos, uso de QRcod para que os interessados tenham acesso. A Sociedade de Propósitos Específicos (SPE), é difundida para os financiamentos de produção[9] e os financiamentos individuais se conectam com o setor bancário.

O setor da produção imobiliária alia-se ao capital portador de juros, organizando também os fundos de Letras de Crédito Imobiliário. Nos fundos imobiliários, são os proprietários de créditos que propiciam juros, embora lastreados na renda e nos lucros.

A assetização caracteriza uma forma de tornar ativo financeiro as formas de produção da e na cidade. Entre 1980 e 2010, o valor dos ativos financeiros cresceu 16,2 vezes, enquanto no mesmo período o PIB mundial aumentou pouco menos de cinco vezes (Paulani, 2010). O Imobiliário se transfigura em ativos financeiros, na assetização, no rentismo calcado em parte do título de propriedade, com os fundos imobiliários, que gerarão juros, calcados nas rendas e nos lucros futuros.

Ainda que permaneça o financiamento direto da produção de imóveis para moradia, a produção se revela mais potente em grandes empreendimentos, em infraestrutura, em equipamentos de consumo coletivo. A forma-conteúdo se altera com os diversos tipos de fundos imobiliários, com as PPPs. "As PPS são compreendidas como mecanismo de reforma do Estado com o argumento de falta de recursos financeiros. As PPPs criam novas classes de ativos em educação, saúde, transporte, energia, habitação" (Rolnick; Guerreiro; Santoro, 2024). Uma das formas não aparentes de privatização do setor público (Miranda, 2025).

9 Sobre os diferentes instrumentos utilizados, ver Silva e Vania (2016).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A produção, com o predomínio do valor de troca, apresenta-se como ativo financeiro, abandonando a perspectiva do valor de uso. A tomada do setor habitacional pelo setor financeiro representa um novo complexo urbanístico, imobiliário e financeiro, com impacto profundo no redesenho das cidades e na vida dos cidadãos.

Lena Lavinas e Guilherme Gonçalves nos instigam a pensar na relação da assetização com a expropriação coletiva. No urbano, estão concentradas as políticas sociais que cada vez mais estão sendo repassadas para o setor privado, transformadas em ativos financeiros. Impõe-se uma produção acelerada e, ao mesmo tempo, um vazio dos imóveis. A política social pensada como universalização do acesso transformou-se "na virada neoliberal, em instrumento de inclusão financeira (facilitando acesso ao mercado de crédito e seguros) e canal de 'democratização' do controle de propriedade de ativos (moradia, aposentadoria, diploma de curso superior etc.)" (Lavinas; Gonçalves, 2024, p. 423). Os autores ainda indagam

> se não estaríamos também num processo de assetização dos direitos propriamente ditos, com estes tomando a forma de ativos que podem ser propriedade ou controlados, negociados ou capitalizados na expectativa de fluxos de rendimentos futuros, que supõe a formalização desse processo também em termos jurídicos, através da ação do Estado (Lavinas; Gonçalves, 2024, p. 423).

A conquista de direitos como moradia, saúde, educação, transportes, constantes na Constituição Brasileira, estão apenas no papel. Sua realização parece estar num horizonte cada vez mais distante com as privatizações e a assetização.

Como alerta Neil Brenner (2018), o neoliberalismo é mais uma síndrome do que uma entidade única e singular e que, portanto, é necessário entender como ele se viabiliza em lugares, locais, territórios e escalas.

Não há uma única forma-conteúdo no espaço urbano, pois é necessário considerar a heterogeneidade de articulação do "mercado", a institucionalidade de leis e normas. Trata-se, assim, de diferentes espacialidades do urbano na hegemonia do capitalismo neoliberal. É preciso entender as condições gerais de produção do espaço urbano para averiguar as formas de espacialidade neoliberal, implicando novas espacialidades na vida cotidiana.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

É um desafio estabelecer uma linha que dê conta das transformações, as quais diferem de lugar para lugar e de entender as transformações mais gerais, mas só assim podemos compreender a totalidade das transformações e das permanências. Há alterações profundas na produção do espaço em determinadas áreas que se relacionam diretamente com o capital financeiro, na destruição de unidades domiciliares, na expansão dos limites do urbano, na precarização das relações de trabalho. Há permanências de produção, da autoconstrução, do parcelamento do solo em grandes extensões.

Mas há, também, profundas alterações na vida cotidiana, como a questão das contrarreformas trabalhistas e a urbanização, com as privatizações que interferem na espacialidade. Se o neoliberalismo não é outro modo de produção, ele provoca, ao mesmo tempo, alterações profundas na produção e no uso do espaço.

Enfim, o objetivo do texto foi o de provocar o debate sobre as alterações na produção e no uso do espaço urbano em suas espacialidades, visto serem muitas as questões para se compreender a produção e o uso do espaço urbano na hegemonia do capitalismo neoliberal.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Se a gente não lutar nossos filhos e netos serão escravos digitais*. [Entrevista] Instituto Humanitas Unisinos, 12 set. 2024. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/643545-se-a-gente-nao-lutar-nossos-filhos-e-nossos-netos-serao-escravos-digitais-entrevista-com-ricardo-antunes. Acesso em: dez. 2024.

BRASIL. Lei 8.668 de 25 de junho de 1993. Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais. Brasília: *Diário Oficial da União:* 25 jun. 1993.

BRASIL. Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997. Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, Institui a Alienação Fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União,* 20 nov. 1997.

BRENNER, Neil. *Espaços da Urbanização*. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das metrópoles, 2018.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CARRAZA, Bruno. *O País dos privilégios*. Volume 1. Os novos e os velhos donos do poder. São Paulo: Cia das Letras, 2024.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In*: Chesnais, François *et al*. (org.). *A Finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

COBOS, Emílio Pradilla; Lopes, Lisett Márquez; Herrera, Mercedes de Castillo. *El desarrollo territorial desigual en América Latina*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2024.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FANTON, Hugo. O consenso de Wall Street na produção das cidades e emergência do urbanismo neoliberal-autoritário no Brasil. *In*.: LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto M.; GONÇALVES, Guilherme L.; VAN WARYENBERGE, Elisa (orgs.). *Financeirização*. Crise, Estagnação e Desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

FERRARI, Terezinha. *A Fabricalização das Cidades e a ideologia da circulação*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FIX, Mariana; PAULANI, Leda. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de economia política*, v. 39, n. 4, 2019.

FLEYRY, Lucas. *Fundos Imobiliários.* De uma forma que ninguém nunca explicou. São Paulo: Actual, 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios*. Fundação João Pinheiro Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2024. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/. Acesso em: jul. 2024.

HARVEY, David. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O neoliberalismo como destruição criativa. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 2, n. 4, Ago. 2007. Disponível em: https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf. Acesso em: set. 2024.

HARVEY, David. *A loucura da Razão Econômicas*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. *Crônicas anticapitalistas: Um guia para a luta de classes no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2024.

IBGE. *Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas.* Agência IBGE Notícias – Censo 2022, 8 nov. 2024. Disponível

CONSEQUÊNCIA EDITORA

em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas. Acesso em: janeiro de 2025.

IMOBI Report. *Valorização dos imóveis de locação por temporada*: confira 4 motivos que explicam o movimento. IMOBI Report, texto de Rodrigo Arend, 26 out. 2023. Disponível em: https://imobireport.com.br/valorizacao-dos-imoveis-de-locacao-por-temporada-confira-4-motivos-que-explicam-o-movimento/. Acesso em: ago. 2024.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JARAMILLO, Samuel Gonzáles. *Hacia uma teoría de la renda del suelo urbano*. 2. ed. Bogota: Ediciones Uniandes, 2009.

KAWAHARA, Ivan Zanatta. Os grupos armados e a organização do trabalho no mercado imobiliário. *Cadernos da Metrópole*, v. 26, n. 61, Ilegalismos e a produção da Cidade, São Paulo: EDUC, 2024.

LAVINAS, Lena; Gonçalves, Guilherme Leite. A expropriação dos direitos universais no lastro da assetização do bem-estar. Cap. XII. *In.*: LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto M.; GONÇALVES, Guilherme L.; VAN WARYENBERGE, Elisa (orgs.). *Financeirização*. Crise, Estagnação e Desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

LEFEBVRE, Henry. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henry. *La Producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção e espaço-tempo nos processos de valorização e capitalização. *In.*: RUFINO, Beatriz; FAUSTINO, Raphael; WEHBA, Cristina (orgs.). *Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço*: análises em uma perspectiva crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

MATTEI, Clara. *A ordem do capital.* Como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o Fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

MIRANDA, Leianne. *Da Expansão da Produção Imobiliária sob forma de PPP à efetivação da forma PPP*: Contradições e Disputas pelo uso do Espaço Urbano na Cidade De São Paulo. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

NAKAMA, Vinicius. Os Fundos de Investimento Imobiliário na reestruturação ampliada da metrópole de São Paulo. *In*.: RUFINO, Beatriz; BORGES, Isadora; NAKAMA, Vinicius (orgs.). *Financeirização e metropolização do Espaço*: imobiliário e infraestrutura sob o domínio de grandes grupos econômicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

NASCIMENTO, Alexandre; DIEB, Paula. João Pessoa: uma cidade na contramão do desenvolvimento urbano sustentável. *Brasil de Fato*, 10 de julho de 2024. Disponível em: https://www.brasildefatopb.com.br/2024/07/10/joao-pessoa-uma-cidade-na-contramao-do-desenvolvimento-urbano-sustentavel. Acesso em: ago. 2024.

NORTON, Peter. *Autonorama*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

OXFAM Brasil. *Entenda as causas da desigualdade social e como afeta a população*. Oxfam Brasil, notícias, 06 jul. 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-as-causas-da-desigualdade-social-e-como-afeta-a-populacao/. Acesso em: nov. 2024.

PAULANI, Leda Maria. O Brasil na crise da acumulação financeirizada. *IV Encuentro Internacional de Economia política e Derechos Humanos*, Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo, Buenos Aires, 9 a 11 de set. 2010. Disponível em: https://livrozilla.com/doc/998197/o-brasil-na-crise-da-acumula%C3%A7%C3%A3o-financeirizada---leda-maria. Acesso em: jan. 2025

PAULANI, Leda Maria. Sobre acumulação, financeirização, rentismo e assetização. Cap. II. *In*.: LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto M.; GONÇALVES, Guilherme L.; VAN WARYENBERGE, Elisa (orgs.). *Financeirização*. Crise, Estagnação e Desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

RECH, Lucas Trentin. A financeirização do Agro — e sua crise. *Boletim Outras Palavras*, 30 set. 2024. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-financeirizacao-do-agro-e-sua-crise/. Acesso em: 2 out. 2024.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Bases Teóricas sobre a produção imobiliária: a moradia como necessidade, como direito e como mercadoria. Rio de Janeiro, *Geocrítica*, Edição Especial XVII, Geo UERJ, n. 46, 2024.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *O direito à Moradia e as Políticas Públicas de Moradia no Brasil*. Sociedade e memória. Coordenador Rui Jacinto, Portugal: Ancora Editora, 2022.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ROLNIK, Raquel; GUERREIRO, Isadora e SANTORO, Paula. A moradia popular entre o extrativismo financeiro, a necessidade e o direito. Cap. XXI. *In.*: LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto M.; GONÇALVES, Guilherme L.; VAN WARYENBERGE, Elisa (orgs.). *Financeirização*. Crise, Estagnação e Desigualdade. São Paulo: Contracorrente, 2024.

SANFELICI, Daniel. La industria financeira y los fondos imobiliários em Brasil: logicas de inversión Y dinamicas territoriais. *Economia, Sociedad y territorio*, vol. XVII, n. 54, 2017. p. 367-397.

SECOVI. *Anuário do mercado imobiliário 2020*. Secovi-SP, São Paulo, 2020. Disponível em: https://secovi.com.br/wp-content/uploads/2023/05/anuario-mercado-imobiliario-2020.pdf. Acesso em: ago. 2024.

SECOVI. *Pesquisa de mercado imobiliário, Junho de 2024*. Secovi-SP, São Paulo, 2024. Disponível em: https://secovi.com.br/wp-content/uploads/2024/07/202406-pmi.pdf. Acesso em: ago. 2024.

SHELEDER, Carolina; MAIER, Jefferson. Camboriú cúmulo da segregação brasileira. *Outras Palavras*, 22 nov. 2024. Disponível em: https://outraspalavras.net/sem-categoria/camboriu-cumulo-da-segregacao-brasileira/. Acesso em: jan. 2025.

SILVA, Vania. *A Dinâmica da Incorporação Imobiliária na produção espacial em Cuiabá-MT*. Tese de doutoramento. Instituto de Geociências. Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2016.

SMITH, John. *Imperialismo no século XXI, Globalização da Produção e a Crise do Capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

SOUZA, Ilan Fonseca de. *Dirigindo o Uber*. A subordinação Jurídica de uma Atividade de um Motorista de Aplicativo. Curitiba: Juruá, 2024.

VADELL, Javier; CARVALHO, Pedro Henrique Neves. Neoliberalismo na América do Sul: A Reinvenção por Meio do Estado. *Contexto internacional*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan./jun. 2014. p. 75-111. Disponível em: https://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v36n1a03.pdf. Acesso em: janeiro de 2025.

VIANA, Nildo. Breve História do Neoliberalismo. *Revista Enfrentamento*, v. 3, n. 5, jul./dez. 2008. Disponível em: https://redelp.net/index.php/renf/issue/view/93. Acesso em: set. 2024.

VICK, Mariana. *O que está em jogo na ida da sede do governo de SP para o centro*. Nexo Jornal, 7 abr. 2024. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/04/07/sede-governo-sp-centro-da-cidade-de-sao-paulo. Acesso em: agosto de 2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 4

SOCIEDADE DO CONTROLE, MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E INSEGURANÇA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 11

"Tentar nos desterritorializar é secular": corpos-territórios matáveis na metrópole fluminense

Felipe Rangel Tavares

Tentar nos derrubar é secular,
hoje eles chegam pelas avenidas,
mas já vieram pelo mar.
Emicida.

Introdução

A epígrafe apresenta um trecho da música "Mandume" do rapper brasileiro Emicida, que demonstra a longa duração do projeto de genocídio do povo negro, outrora, pela brutal desterritorialização oriunda da escravização e, atualmente, através da militarização do espaço urbano, marcada pelas operações policiais. "Chegar pelas avenidas" põe centralidade no urbano, mais especificamente, no processo de metropolização do espaço: a necessidade de reprodução do capital coloca tudo em circulação – dinheiro, informações, automóveis, pessoas e, até mesmo, a violência. Todavia, essa última, costuma circular com mais frequência, evidência e intensidade em determinados territórios, caracterizados pela presença de determinados corpos… Assim, poderíamos parafrasear o trecho da canção, enfatizando a dimensão espacial do genocídio: "*tentar nos desterritorializar é secular*". O presente capítulo busca debater a atualidade da negação do direito à territorialização/territorialidade negra na metrópole.

Ao considerar o processo de metropolização do espaço, verifica-se que os serviços de ordem superior da esfera pública e privada se debruçam, cada vez mais, sobre questões relacionadas ao controle dos fluxos, seja com

CONSEQUÊNCIA EDITORA

a utilização de tecnologias informacionais (Centro de Operações Rio, Centro Integrado de Comando e Controle), seja através de equipamentos e materiais bélicos, como armamento terrestre, aeronaves, munição e explosivos. Num contexto marcado por "urbanismo militar" e neoliberal, as medidas de controle e segurança, incluindo a aplicação da violência letal, são indispensáveis à gestão da reprodução do capital, tanto para assegurar a circulação de bens, informações e pessoas quanto para interditar esses fluxos, sobretudo dos corpos-territórios racializados.

Em Tavares (2020), discutimos a dimensão desse fenômeno denominando-o como "metropolização bio/necropolítica colonial". *"Bio/necropolítica colonial"* refere-se aos trabalhos de Michel Foucault, Achile Mbembe e Aníbal Quijano, cuja noção ou dispositivo de raça/racismo emerge (ainda que partindo de abordagens epistemológicas distintas[1]), como um nexo aglutinador capaz de revelar uma matriz de poder direcionada à vida biológica da população, estabelecendo uma cesura entre aqueles cuja vida deve ser preservada ("fazer-viver") e aqueles cuja vida é marcada pela matabilidade ("deixar-morrer").

Observamos, no que diz respeito à vida (e não apenas biológica) da população cuja matabilidade se torna um traço existencial, que a circulação dos corpos negros sofre interdições e os territórios racializados sofrem intervenções. Afirmamos, portanto que há um projeto de inviabilização da existência de corpos-territórios negros, engendrado pelo processo de metropolização que não prescinde de estratégias militares para assegurar a reprodução do capital financeiro.

Deste modo, discutiremos que a desumanização do negro é um processo espacial que se expressa, no contexto de militarização do espaço urbano, na impossibilidade de construção de suas próprias geo-grafias, provocando uma "ruptura corpo-territorial" – a problemática central sobre a qual nos debruçamos nas próximas linhas. Compreendemos que o processo de militarização do espaço:

a) trata-se de uma expressão da metropolização bio/necropolítica colonial – da tentativa de controle e gestão de um espaço constituído na dispersão;

1 Grosfoguel (2012) discute as teorizações acerca do racismo em Michel Foucault e Frantz Fanon, traçando as diferenças geo-epistêmicas de cada abordagem.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

b) apoia-se sobre o racismo, uma ideologia que recai sobre os corpos-territórios negros, promovendo sua desumanização e extermínio em nome da segurança, ou, em "defesa da sociedade".

O presente texto está subdividido em três partes. Na primeira, intitulada *Corpos-territórios marcados pela violência mortífera,* apresentaremos o lastro conceitual que a discussão se ancora. Na segunda, *Uma condição corpo-territorial insuportável*, discutimos uma série de dados e informações para examinar os principais dispositivos de poder que interditam a territorialização/territorialidade negra no espaço em metropolização, provocando uma "ruptura corpo-territorial". Relacionamos essas informações com pensamento de Milton Santos, Achile Mbembe e Frantz Fanon para compreender os efeitos da matabilidade enquanto traço que constitui a experiência corpo-territorial negro-brasileira. Por fim, falaremos sobre algumas possibilidades de desfazer as rupturas geo-ontológicas, construindo uma relação entre Axé e biopotência.

Corpos-territórios marcados pela violência mortífera

A obra *O terreiro e a cidade*, do intelectual brasileiro Muniz Sodré, publicada em 1988, apresenta a elaboração da forma social negro-brasileira a partir da dimensão espacial. Sodré (2019) discute a relação entre espaço e modernidade, a partir da imposição europeia de um *nomos universal* que ordenou cientificamente os espaços terrestres, sinalizando que a Modernidade termina por decretar o "*fim da vivência de uma certa concepção do espaço*" (Sodré, 2019, p. 49), a saber, a morte de uma concepção de sagrado. Contudo, há uma notável resistência a essa morte: Para Sodré, foi através do terreiro – associação litúrgica organizada – que grande parte do patrimônio negro-africano se transferiu para o Brasil. Patrimônio, nesse contexto, deve ser concebido como *herança*, *memória coletiva* e *território*, diz o autor. Assim "o patrimônio simbólico do negro-brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui como *território político-mítico-religioso*, para a sua transmissão e preservação" (Sodré, 2019, p.52).

Sodré pontua que "pouco importa a pequenez (quantitativa) do espaço topográfico do terreiro, pois ali se organiza, por intensidades, a simbologia

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de um Cosmos em que a terra integra *a dimensão do sagrado* e cuja *fertilidade liga o ciclo da vida e o ritmo do universo*". Ainda em tempo, Sodré observa que a territorialidade do corpo sempre foi evidente ao africano: o corpo é o mundo em escala reduzida; com o desenvolvimento dos rituais, por exemplo, o "território físico-interacional" se amplia, chegando às mais elevadas dimensões cósmicas. "O homem é um microcosmo que reflete o grande mundo – o macrocosmo, e este, por sua vez, reflete o homem" (Sodré, 2019, p. 64). Percebe-se, portanto, que não há divisão entre o corpo e o mundo, ou, corpo e espaço. O mundo é o corpo, o corpo é espaço/mundo.

Suas contribuições são muito importantes para pensar a relação indissociável entre corpo e território, uma vez que, ao iluminar os modos de produzir o espaço provenientes dos povos banto (África Centro-Ocidental e Oriental) e nagôs (África Ocidental; Yorubá na Nigéria), ele revela como corpo, mundo, comunidade, terra, plantas e divindades são elementos intrínsecos. Existe, portanto, um "modo negro de organização espacial", que sobrevive à diáspora africana e re-existe às imposições político-culturais da modernidade/colonialidade.

Podemos perceber em Sodré, linhas do pensamento descolonial e da abordagem teórico-metodológica dos feminismos latino-americanos denominada *cuerpo-territorio* (corpo-território). Considerando a problemática central sobre a qual nos debruçamos, debateremos a "*Desumanização do negro*" e a *impossibilidade de construção de suas geo-grafias* a partir das contribuições de Sodré e do Pensamento descolonial, numa interlocução com Frantz Fanon (2020), Anibal Quijano (1992; 2005), Arturo Escobar (2015), Rogério Haesbaert (2021), Malcom Ferdinand (2022), Sofía Zaragocin e Martina Caretta (2021).

Quijano (2005) aponta que a ideia de raça articulou um processo de codificação das diferenças biológicas entre conquistadores e conquistados, encerrando os povos dominados numa situação natural de inferioridade, sobretudo os negros – já que parte principal da economia dependia de seu trabalho. Assim, afirma Quijano (2005, p. 116):

> Todos os povos [*dominados*] foram despojados de suas próprias singularidades e identidades históricas; A nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade. [Grifo nosso].

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Para Fanon (2020), o racismo corresponde a uma hierarquia global de superioridade e inferioridade, demarcando uma linha divisória entre a zona do ser e a zona do não-ser. O negro, diz Fanon, não é um homem – portanto, ocupa a zona do não ser (do sub-humano ou não-humano). O autor define como colonizado, "todo povo em cuja seio se originou um complexo de inferioridade (econômico e epidérmico) em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local" (Fanon, 2020, p.32). O racismo é um processo de questionamento e desqualificação da humanidade do negro.

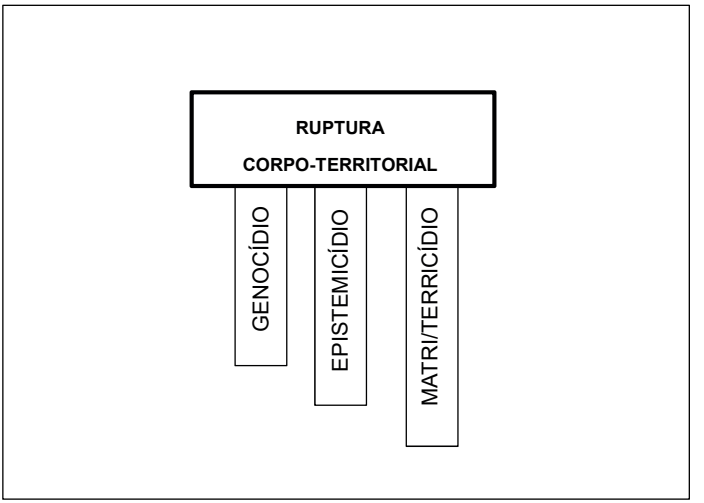
Sobre a "*impossibilidade de construir suas geo-grafias*", utilizamos como referencial a Ecologia Política, com autores como Malcom Ferdinand (2022) e o Pensamento Feminista latino-americano, com a ideia de corpo-território, como trabalhado Sofia Zaragocin e Martina Caretta. De acordo com Sofía Zaragocin e Martina Caretta (2021) corpo-território pode ser definido como a relação ontológica inseparável entre corpo e território: o que é vivido pelo corpo é simultaneamente vivenciado pelo território numa relação codependente. Essa perspectiva corrobora com a "ontologia política do território" proposta por Arturo Escobar (2015), quando verifica a defesa de outros modelos de vida a partir das comunidades indígenas e afrodescendentes: "As lutas pelos territórios se convertem em luta pela defesa dos muitos mundos que habitam o planeta" (Escobar, 2015, p. 93).

> O feminismo descolonial latino-americano propõe priorizar epistemologias indígenas, afro-descendentes, diaspóricas e outras subalternas a partir do lugar geopolítico Abya Yala (…) que é o território pré-conquista da atual América do Sul (Zaragocin e Caretta, 2021, p. 1508).

Deste modo, o bio/necropoder que se inscreve na produção do espaço moderno/colonial é responsável pelo que Malcom Ferdinand (2022) denominou como "ruptura ecumenal": uma ruptura na relação geográfica e ontológica da humanidade com a extensão terrestre. Essa ruptura ecumenal pode ser entendida como "ruptura do corpo-território", portanto, uma *mutilação* ou *desmembramento*, como trataremos mais à frente. Afirmamos que a "ruptura corpo-territorial" é um projeto que se apoia na tríade: genocídio-epistemicídio-matri/terricídio.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 1. A tríade que compõe a "ruptura corpo-territorial"



Fonte: Organização do autor (2025)

Na trilha de Abdias do Nascimento (2016), genocídio refere-se tanto à violência que objetiva a eliminação física, impetrada pelos castigos e punições, quanto pelos projetos de branqueamento da população, através da miscigenação, da política imigratória e das remoções. Seguindo o entendimento de Sueli Carneiro (2005), epistemicídio é tanto um processo de deslegitimação das formas de conhecimento do Outro, isto é, de destituição da racionalidade dos povos subjugados, como também um processo de "indigência cultural": pela negação do acesso à educação; pela inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento; pelo rebaixamento da capacidade cognitiva. O epistemicídio, aponta Carneiro, "fere de morte a racionalidade do subjugado, ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender". Matricídio diz respeito à destruição das relações matriciais dos grupos ameríndios que ocupavam as ilhas caribenhas antes de 1492. Malcom Ferdinand (2022) utiliza o conceito para iluminar a relação desses povos com a terra: "A Terra é a boa Mãe". Trata-se da destruição dos vínculos afetivos com a terra (alimentares, sagrado e de abrigo). O matricídio produz filhos órfãos da Mãe-terra. Já o terricídio, como discutido por Haesbaert (2021), numa concepção mais restrita, diz respeito à brutal desterritorialização de "povos que vivenciam

CONSEQUÊNCIA EDITORA

seu território como uma extensão do corpo individual/comunitária em direção ao corpo da t/Terra".

Podemos constatar que aos corpos negros sempre foi negado o *direito à territorialização/territorialidade*, isto é, as tentativas de apropriação (material e simbólica) do espaço são terminantemente interditadas, e até mesmo, criminalizadas, por meio das variadas formas que o racismo assume: racismo ambiental, racismo institucional, racismo religioso, racismo epistêmico, racismo recreativo. Embora essas adjetivações possam sugerir uma autonomia ao fenômeno do racismo, não podemos nos enganar: Malcom X dizia que não se pode ter capitalismo sem racismo. Tanto para Quijano (2005) quanto para Fanon (2020) a raça e divisão do trabalho sempre estiveram estruturalmente associadas.

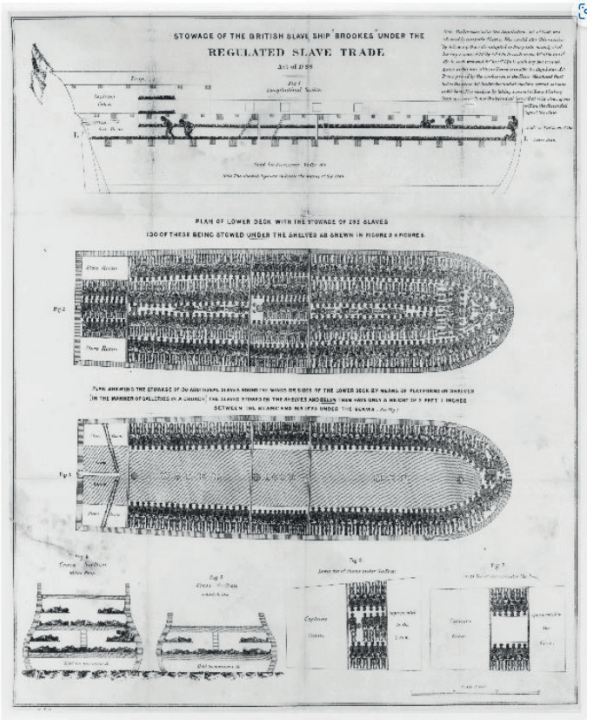
Portanto, quando falamos em corpos-territórios negros, denunciamos e evidenciamos a existência de processos concretos de dominação e opressão, muito mais do que a naturalização ou concepção essencialista de uma identidade racial – não se trata de identitarismo. Corpos-territórios negros existem porque há um sistema de poder pautado na branquitude (Bento, 2022), pois como afirma Fanon (2020, p.125), "o negro não tem resistência ontológica aos olhos do branco (…) o negro precisa sê-lo diante do branco". Fanon também vincula o corpo no negro ao mundo, todavia, *um mundo branco*, onde os corpos negros encontram dificuldade em elaborar seu "esquema corporal", isto é, uma lenta construção do "eu" enquanto corpo no interior de um mundo espacial e temporal. O esquema corporal é uma noção que vincula corpo ao território e, no caso do negro, ilumina os obstáculos no desenvolvimento de seu "ser-estar" num mundo moderno-colonial.

Uma experiência corpo-territorial insuportável

A desumanização dos corpos negros em relação à *territorialização* se perpetua na contemporaneidade, assumindo formas sofisticadas, mas não menos violentas. A dimensão ontológica do território para os corpos negros é atravessada pelo racismo. Faremos um breve percurso sobre alguns dispositivos de poder que foram e são utilizados para interditar a territorialização/territorialidade negra a fim de demonstrar como tal experiência corpo-territorial negra é insuportável.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 2. A organização dos corpos negros no navio britânico Brooks.



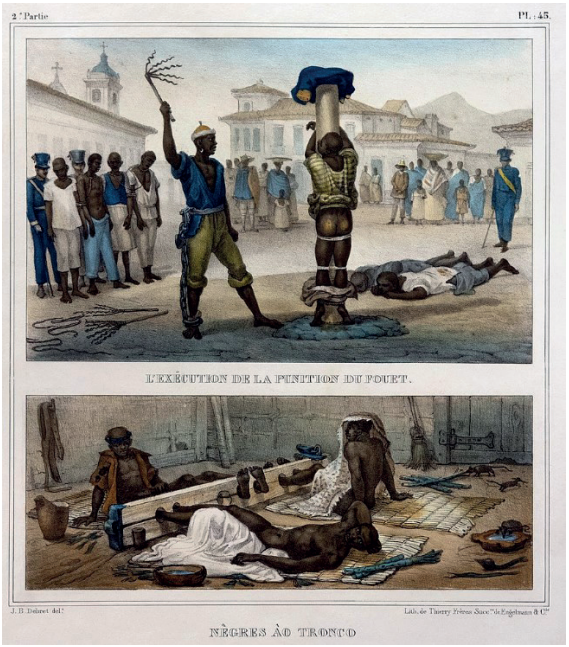
Fonte: Projeto Banco de Dados do Tráfico de Escravos transatlântico, Slave Voyages (2024).

A Figura 2 demonstra uma espécie de planta do navio britânico Brooks. A embarcação era utilizada para transportar pessoas negras escravizadas e revela o modo como estes corpos deveriam ser "armazenados" no interior do navio. O filme Amistad (1997), do diretor Steven Spielberg, exibe cenas angustiantes do porão dos navios negreiros, proporcionando à imaginação, reflexões acerca da insalubridade, do sofrimento e da mais cruel inferiorização e desqualificação da humanidade do negro. De acordo com Ferdinand (2022), do século XVI ao XIX, pelo menos 12,5 milhões de africanos foram embarcados em navios negreiros, inseridos no porão do convés interior, da África até as Américas. Para o autor, o porão simboliza uma relação com o mundo e um modo de relação com o outro, denominada "política do porão" e tem como finalidade "manter seres humanos fora do mundo" (Ferdinand, 2022, p.72).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> O escravizado colonial é mantido numa relação de alienação com o mundo. A política do porão representa essa linha traçada através dos humanos que recusa a alguns as mesmas qualidades que confere a outros, que de imediato exclui alguns da dignidade de uma existência em que se compartilham uma cena, uma Terra, um mundo. (…) O escravizado Preto é aquele cuja qualidade de outro humano foi negada. *Aquele escravizado não é o outro, ele é "o fora"*. (Ferdinand, 2022, p.72). [Grifo do autor].

Figura 3. O castigo e a senzala nas pinturas de Jean-Baptiste Debret



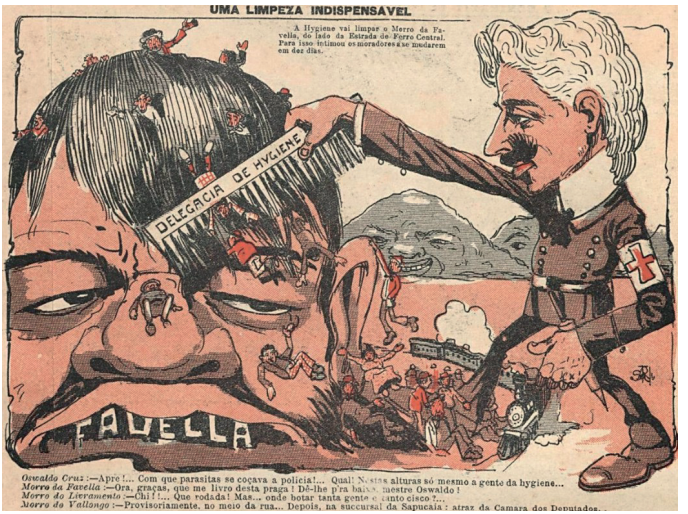
Fonte: Google Arts & Culture, 2025.

O pintor francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) retratou em suas obras a ecravidão no Brasil. A figura 3 apresenta duas de suas pinturas, *L'exécution de la punition du fouet* (A execução da punição por chicoteamento) e *Négres ào tronco* (Negros no tronco). As cenas revelam dois dispositivos de poder, na perspectiva de Foucault em Vigiar e Punir (1975): o chicoteamento mostra o suplício, castigos físicos e públicos, de caráter espetacular para

CONSEQUÊNCIA EDITORA

gerar um efeito de intimidação coletiva; a senzala traz elementos do poder disciplinar – desde a organização do espaço até o adestramento do corpo – todavia, ainda com traços evidentes de violência explícita. No momento do desembarque dos porões – após as primeiras e duradouras experiências "fora do mundo" – aqueles que sobreviviam às longas viagens, estariam destinados a condições brutais de "existência"…

Figura 4. Charge de Oswaldo Cruz "limpando" o Morro da Favela.



Fonte:Jornal O Malho (1907); Wikimedia Commons, 2025.

É sabido que a abolição da escravidão no Brasil não resultou na melhoria das condições de vida da população negra, seja em termos de dignidade humana, seja em termos mais objetivos como ocupação/trabalho, renda, moradia, direitos. Tanto que no início do século XX e em diante, as políticas de remoção de cortiços e favelas no Rio de Janeiro seriam a estratégia de reproduzir essa experiência corpo-territorial insuportável. É o que representa a figura 4, que traz uma charge do médico e sanitarista Oswaldo Cruz realizando uma limpeza do Morro da Favela (atual morro da Providência), localizado na área central da capital fluminense. Com o título "uma limpeza indispensável", a charge representa os moradores da favela como piolhos, ou seja, parasitas, uma população indesejada.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Dos porões às senzalas, das senzalas às favelas e das favelas às prisões – o processo de epidermização da inferioridade (Fanon, 2020) relega aos corpos negros uma experiência espaço-temporal hostil e desumana. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, dos mais de 850 mil presos no Brasil, cerca de 70% são negros, um universo de 470 mil pessoas. Violência, humilhação, desrespeito, desconforto são marcas da experiência corpo-territorial negra no Brasil.

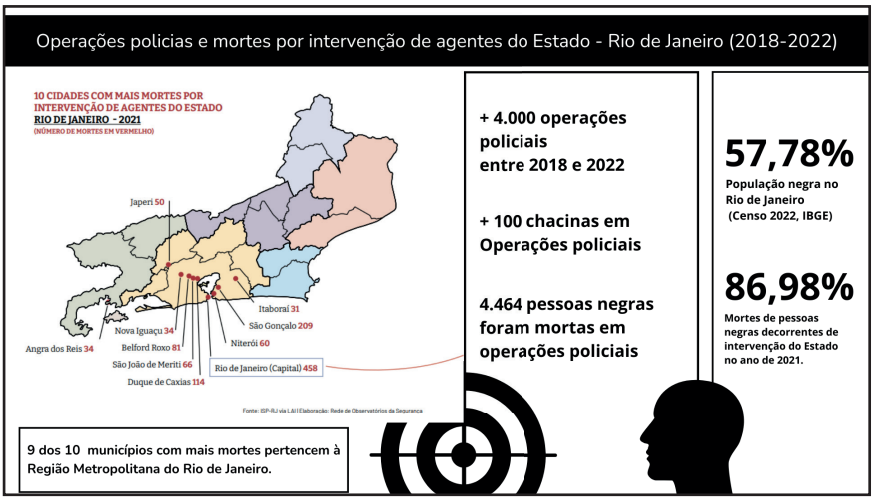
No contexto das sociedades biopolíticas de in-segurança (Haesbaert, 2014) e da metropolização do espaço, as operações policiais também se revelam como tentativa de impossibilitar a população negra de construir suas geo-grafias. O Infográfico 1 foi construído a partir de relatórios da Rede de Observatórios da Segurança e do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC)[2], que trazem informações sobre a quantidade de operações policiais realizadas entre 2018 e 2022, o número de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado e os municípios com maior número de mortes relacionadas às operações policiais.

No Infográfico 2, sistematizamos informações sobre o Orçamento Anual da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (2020-2024), sobre a aquisição de equipamentos e armamentos para a Polícia Militar do Rio de Janeiro e o apoio de instituições financeiras à indústria de armas, sugerindo que as operações policiais se apresentam enquanto recurso material e simbólico para manutenção do medo em relação aos corpos-territórios negros. Ainda em tempo, há uma correlação de tecnologias ou dispositivos jurídico-legais (poder soberano) e disciplinares coordenadas pelos dispositivos de controle ou segurança (biopolíticos), percebida nessa brutal *condição "desterritorializadora", que marca a experiência espaço-temporal dos corpos negros no mundo moderno, uma experiência geo-ontológica rompida.*

2 As informações foram extraídas dos seguintes relatórios: A cor da violência policial (2021); Máquina de moer gente: a responsabilidade da branquitude (2022); Intervenção federal no Rio de Janeiro: 5 anos depois; Pele alvo: a bala não erra o negro (2023).

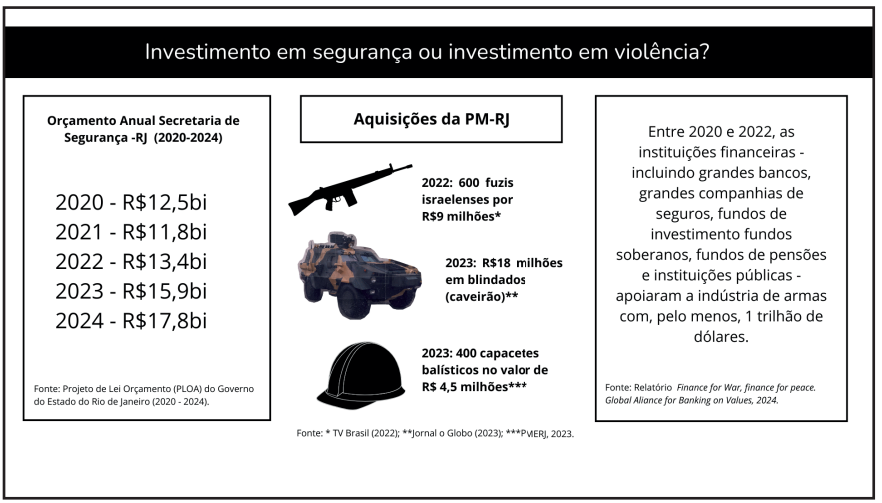
CONSEQUÊNCIA EDITORA

Infográfico 1. Operações policiais e mortes por intervenção de agentes do Estado



Fonte: Relatórios da Rede de Observatórios de Segurança Pública. Organização do autor (2025).

Infográfico 2. Investimento em segurança ou investimento em violência?



Fonte: Organização do autor (2025).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A matabilidade é um traço que constitui a experiência ontológico-territorial do negro, suprimindo seu conteúdo político, cultural, epistemológico, territorial, etc. Podemos considerar o processo de *desumanização do negro* e *a impossibilidade de construção de suas geo-grafias* enquanto "tripla perda" (Mbembe, 2020), "mutilação territorial" (Santos, 2020) e "desmembramento do corpo" (Fanon, 2020), pois a ruptura corpo-territorial é uma ruptura geo-ontológica.

A necropolítica, para Mbembe (2020), diz respeito à forma contemporânea de subjugar a vida ao poder da morte, em que vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de "mortos-vivos". Ao abordar a condição de escravo como uma das primeiras experimentações biopolíticas, Mbembe aponta para uma tripla perda, a saber: "a perda de um lar, a perda dos direitos sobre seu corpo e a perda do estatuto político" (Mbembe, 2020, p. 27). Podemos compreender esses termos como perda do corpo-território, uma vez que a perda de um lar representa a ruptura com do corpo com a terra e a perda dos direitos do corpo e do estatuto político, representam a perda do corpo com o território, uma vez que, destituídos da humanidade, não há relação social de poder (o estatuto político) possível de ser desempenhada, sobretudo para controlar territórios.

Numa interlocução com Milton Santos (2020, p. 59), essa tripla perda gera um *espaço sem cidadãos* – "como se as pessoas nem lá estivessem", quando versa sobre uma cidadania mutilada. E, nesta direção, torna-se possível compreender a dimensão espacial do que Fanon (2020, p.) revela ao se perceber enquanto homem negro num mundo branco: "meu corpo me era devolvido desmembrado, desmantelado, arrebentado, todo enlutado naquele dia branco de inverno". Para Mbembe, Santos e Fanon, há uma relação indissociável entre corpo e espaço, determinada por relações (espaciais) de poder que criam interdições, privações e ausências, seja no campo do sensível-afetivo, seja na esfera pública, do reconhecimento de direitos, e até mesmo na possibilidade de ir e vir, de deslocar-se no espaço.

Sendo assim, verificamos que aos corpos negros nega-se o direito à territorialidade/territorialização, isto é, a possibilidade de construir suas próprias geo-grafias. A ruptura corpo-territorial se dá a partir da criação de "espaços fora-do-mundo" ou "Mundos de morte" (Mbembe, 2020). Trata-se de uma "reterritorialização fora do mundo": porões, senzalas e prisões são espaços bio/necropolíticos hostis, indignos, preenchidos pelos sub-huma-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nos. As favelas, são "territórios condenados" – onde é legítimo "fazer morrer" ou "deixar morrer"… Além disso, a violência mortífera é a "linguagem política" direcionada aos corpos negros – desde a escravidão colonial até as operações policiais da metropolização bio/necropolítica territorial. A esta violência soma-se o fenômeno do "narcopentecostalismo"[3], que tem promovido a destruição de terreiros e a expulsão de sacerdotes de religiões de matriz africana das favelas comandadas por narcotraficantes que afirmam professar a fé evangélica. Observamos, portanto, a promoção de uma condição permanente de alienação dos vínculos com a terra, impossibilitando a construção plena e digna de territorialidades. Uma experiência marcada pelo não-ser, não-estar, não-pertencer; Constante insegurança, desconfiança, terror, hostilidade, medo e violência. Encontrar caminhos para a superação de tal experiência insuportável faz-se urgente.

Para desfazer as rupturas geo-ontológicas: o axé como biopotência

Pois bem, mesmo sendo alvo dessa tentativa secular de desterritorialização, alienados de suas condições objetivas de produção e vítimas de uma ruptura geo-ontológica, o povo negro buscou reconstruir sua territorialidade…

O filósofo húngaro Peter Pál Pelbart (2002), apresentando uma mudança semântica e política do termo biopolítica, aponta que o conceito "deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder tendo por objeto passivo da população e suas condições de reprodução, sua vida". A noção de vida passa a incluir "*a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. Vida significa inteligência, afeto, cooperação, desejo*". Daí a inversão que o filósofo propõe, de biopolítica não mais como o poder *sobre a vida,* mas como a *potência da vida*.

3 *Narcopentecostalismo* é um fenômeno sociopolítico que combina elementos do pentecostalismo com o narcotráfico, especialmente em áreas de favelas. Nele, grupos criminosos adotam discursos e símbolos religiosos para justificar suas ações, obter legitimidade e exercer controle social. Essa fusão permite tanto a moralização interna dos traficantes quanto a construção de uma ordem religiosa paralela ao Estado. Para um maior aprofundamento, ver: ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo e crime no Brasil: um olhar antropológico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2018.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Essa inversão da biopolítica para a biopotência, é uma tentativa de responder à pergunta que o próprio filósofo faz: "*que possibilidades restam de criar laço, de tecer um território existencial e subjetivo na contramão da serialização e das reterritorializações propostas a cada minuto pela economia material e imaterial atual? (…) territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades?"* Repito aqui outra questão que Pál Pelbart toma de empréstimo de Maurizio Lazzarato: "que capacidade social de produzir o novo está disseminada por toda parte, sem estar essa capacidade subordinada aos ditames do capital, sem ser proveniente dele e nem depender de valorização?"

Como "prefigurar futuros" é uma dimensão fundamental na construção do VII SIMEGER, penso que "produzir o novo" deve ser uma atitude que deve perseguir o que Ailton Krenak afirma quando enuncia que "o futuro deve ser ancestral". Sendo assim, para tentar responder às questões, gostaria de propor uma relação entre biopotência e Axé a fim de propor reflexões para desfazer as rupturas geo-ontológicas.

De acordo com Sodré (2019), axé é o elemento mais importante do patrimônio simbólico preservado e transmitido pelo grupo litúrgico de terreiro no Brasil. O axé é força de vida, poder de transformação e realização. É autoridade de uma vontade coletiva, do consenso atingido por uma comunidade. A fundação de um terreiro, diz Sodré, começa com o plantio do Axé… E continua: o Axé é capaz de *gerar espaço*. Neste sentido, será que poderíamos encontrar no Axé essa possibilidade de *criar laços, de tecer territórios existenciais*?

Acredito que sim, porque as experiências são muitas, todavia, nem sempre são levadas a sério, sobretudo por conta das dificuldades epistemológicas e metodológicas que as ciências sociais modernas, ainda impregnadas pelo eurocentrismo, exibem ao não reconhecer a possibilidade: 1) de produzir conhecimento; e 2) de fazer política a partir de outros saberes, outras epistemologias, outras cosmologias.

Reconheço aqui, nas várias formas que o axé se manifesta – nas giras, no samba, nas batalhas de rap, nas rodas de slam, nos bailes de charme ou funk – um modo de produzir outros sentidos e possibilidades de apropriação do espaço, àquelas mais próximas do que Henri Lefebvre abordou quando falou da Festa: apropriação improdutiva do espaço-tempo; felicidade,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

fruição, gozo, alegria. Encontro, mas também encanto; Vinculação afetiva e transformadora. Vida – em sentido amplo, humana e não humana – em circularidade, superando também a ruptura metabólica/ecumenal.

O axé como biopotência pode ser compreendido enquanto prática espacial insurgente, de territorialidades negras em re-existência, em cada uma dessas manifestações culturais – e também políticas. Para Sodré:

> O território como patrimônio simbólico não dá lugar à abstração fetichista da mercadoria nem à imposição poderosa de um valor humano universal, porque aponta o tempo inteiro para a abolição ecológica da separação entre natureza e cultura, para a simplicidade das condutas e dos estilos de vida, e para a alegria concreta do tempo presente. A presença do júbilo, tanto na raridade do valor de uso, quanto no vazio da onipotente acumulação do capital, coincide com a atitude em que conhecer implica abraçar (Sodré, 2019, p. 166).

É preciso, portanto, abraçar: abraçar outros modos de produzir conhecimento, os "saberes dos territórios", que falou Carlos Walter Porto-Gonçalves, para superar a produção necropolítica de mundos da morte. Sobretudo para que sejamos capazes de enxergar e reconhecer que se há ginga no corpo, se há corpos em roda, há vida nos territórios.

Considerações finais

As discussões apresentadas ao longo deste estudo evidenciam como a necropolítica se manifesta na metrópole fluminense, tornando determinados corpos matáveis em função de dinâmicas estruturais de segregação e violência. A interseccionalidade entre raça, classe e território desempenha um papel central na compreensão desse fenômeno, revelando a seletividade da violência e a forma como políticas públicas e discursos de segurança legitimam a marginalização de populações racializadas.

Diante dos desafios levantados, torna-se fundamental questionar a naturalização da violência e a omissão estatal na reprodução desse cenário. A segregação territorial e a invisibilização das vítimas reforçam um ciclo de exclusão que impede a formulação de soluções efetivas. Assim, torna-se

CONSEQUÊNCIA EDITORA

urgente a implementação de políticas públicas que considerem a complexidade do problema e promovam alternativas que não sejam baseadas na militarização e repressão das periferias.

Além disso, as reflexões aqui propostas apontam para a necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre resistência e agência das populações afetadas. Estudos comparativos internacionais podem fornecer subsídios importantes para a formulação de políticas públicas eficazes, ao passo que a análise crítica do discurso midiático pode contribuir para a desconstrução de estereótipos que perpetuam a violência institucional.

Por fim, este artigo ressalta a importância de abordagens interdisciplinares para a compreensão da violência urbana e da seletividade da morte em espaços periféricos. A produção de conhecimento crítico e engajado é essencial para romper com a lógica da matabilidade e construir alternativas que assegurem a vida e dignidade das populações historicamente violentadas.

Referências

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontologia política de los "derechos al território". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial*: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, p.115-147, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite*: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

HAESBAERT, Rogério. A corporificação "natural" do território: do territícídio à multiterritorialidade da terra. *GEOgraphia*, v.23, n.50, 2021.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PÉLBART, Peter Pál. *Biopolítica e Biopotência no coração do Império*. 2002. Acesso em: 30 de março de 2025. Disponível em: https://desarquivo.org/sites/default/files/pelbart_peter_pal_biopolitica_biopotencia.pdf.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidade/racionalidade. *Perú Indígena*, 13(29), p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). *A coloniadade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. 2019.

TAVARES, Felipe Rangel. *Metropolização do espaço e enredamentos de rebeldia e resistência*: da biopolítica espacial de negação do ser político às tramas políticas de ação rebelde. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.

ZARAGOCIN, Sofia; CARETTA, Martina Angela. Cuerpo Territorio: A Decolonial Feminist Geographical Method for the Study of Embodiment. *Annals of the American Association of Geographers*, 2021, 111:5, 1503-1518.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 12

A militarização da política e o sequestro dos direitos humanos

João Trajano Sento-Sé
Paula Vieira Cotrim
Alberto Roger

Apresentação do problema

Nos últimos anos, os debates públicos com vieses políticos e/ou sociológicos sobre segurança pública no Brasil têm apontado para o fortalecimento de abordagens pautadas pelo uso excessivo da força e pelo predomínio de uma lógica militarizada para o setor. A chamada militarização da segurança pública parece ganhar força e, a despeito de sua baixa efetividade e violação sistemática dos preceitos legais em sua aplicação, apresenta um número crescente de defensores no campo político. Um cenário que por si só já seria preocupante, traz consigo uma outra tendência que potencializa os efeitos deletérios para a democracia no Brasil. Chamamos essa tendência de militarização da política que, em nosso entender, se imiscui em nichos importantes do sistema político, ameaçando em suas bases a ordem constitucional fundada em 1988. As páginas a seguir são uma tentativa de explicitar o que chamamos de militarização da política, suas relações com a militarização da segurança pública e alguns de seus efeitos potenciais em curto e médio prazos. Assumindo-as como tentativa, esperamos evidenciar sua natureza provisória e ensaística.

Direitos humanos como base do pacto político de 1988

A assunção dos direitos humanos como princípio jurídico, político e moral de ordenação da nova ordem que deveria tomar o lugar do regime

CONSEQUÊNCIA EDITORA

autoritário instaurado em 1964, e que se desmantelava lentamente desde o final dos anos de 1970, jamais chegou ao consenso mínimo necessário para orientar a vida coletiva no Brasil. Desde então até os dias atuais o respeito aos direitos humanos foi objeto de disputa e gradativamente teve seu conteúdo político e jurídico minado não somente por seus detratores, mas, também, por sucessivos deslocamentos semânticos de que foi objeto.

Politicamente, o apelo ao respeito aos direitos humanos como preceito de articulação política se dá a partir de dois movimentos. O primeiro deles é externo e é acionado a partir de uma mudança radical da política externa para a América Latina do governo Jimmy Carter. Da orientação focada no combate à expansão do comunismo e do alinhamento compulsório no contexto da Guerra Fria, que predominara desde meados dos anos de 1940, o governo Carter passa a priorizar o respeito a normas básicas de ordenamento democrático. Acenava, desse modo, aos regimes militares que na maior parte das vezes alçaram ao poder violentamente e sob os auspícios dos Estados Unidos, que a violência de Estado não mais seria tolerada por seu aliado mais importante (Skidmore, 1989; Gaspari, 2003).

A mudança na política externa dos Estados Unidos foi importante para as mudanças políticas da América Latina ao longo do último quarto do século XX, mas ela não foi o único vetor para a ascensão dos direitos humanos a um inédito lugar de centralidade no debate público na região. No Brasil, desde o início dos anos 1970, com o recrudescimento da violência de Estado alavancada em larga medida pela promulgação do AI-5, setores civis começam a se articular tendo como preceito mobilizador a denúncia às violações de direitos e à brutalidade das agências de segurança contra os chamados inimigos do Estado, identificados como os comunistas e militantes de resistência armada à ditadura. Nesse sentido, cabe destacar que mesmo setores conservadores, como a CNBB, ou historicamente moderados, como a OAB e a ABI, que chegaram mesmo a apoiar o golpe de Estado em 1964 e o governo autoritário militar em seus momentos iniciais, passam a esgrimir a bandeira dos direitos humanos como instrumento de ação política e de posicionamento crítico ao regime e seu *modus operandi* (Debald, 2007; Mota, 2008; Reis e Rothen, 2015).

A ascensão dos direitos humanos no Brasil se dá, portanto, como um processo originalmente político que se ergue contra a violência de Estado

CONSEQUÊNCIA EDITORA

e a práticas que, sob o argumento de superar o inimigo interno, passavam ao largo das normas em vigor (Starlet, 2018). Nesse aspecto, dá-se no Brasil, em particular, e na América Latina, de maneira geral, algo semelhante ao que se deu nas origens da ideia de direitos humanos. Como se sabe, é no contexto de luta pela independência das treze colônias da América do Norte e da revolução na França que a ideia dos direitos humanos é forjada e toma lugar. Seu nascedouro é, portanto, predominantemente político e é como instrumento de luta política que ele se torna central.

A centralidade originalmente política dos direitos humanos não se revela apenas em sua mobilização como princípio articulador de movimentos sociais se batendo por novos ordenamentos político-institucionais. Para ter consequência e efetividade normativa, forjada em contextos de guerra civil, guerra de libertação ou luta revolucionária, os direitos humanos se consagram também como base jurídica, princípio original de novas ordens constitucionais levadas a termo em estados de exceção. Há na enunciação original dos preceitos atinentes aos direitos humanos uma evidente pretensão fundadora. A expectativa de que confiram força de lei à ordem instituída como afirmação de uma vontade soberana (Hunt, 2009).

Não à toa os documentos originais relativos aos direitos humanos encontram-se em declarações de independência (as conhecidas declarações das colônias da América do Norte), ou em propostas de textos constitucionais (os inúmeros documentos produzidos no contexto da Convenção, dentre os quais destacam-se aqueles escritos por Syeyes, Robespierre, além dos incontáveis textos coletivos e/ou anônimos), figurando minoritariamente entre tratados filosóficos com indisfarçáveis pretensões de orientação político institucional, como o tratado de Paine (1791 [1999]). A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 pode ser vista como uma exceção a essa regra, como veremos a seguir. Antes disso, cabe ressaltar que a despeito das crenças predominantes e dos credos políticos dos atores envolvidos na elaboração da Constituição brasileira de 1988, a adesão aos preceitos dos direitos humanos é assumida logo na abertura do texto em sua redação final.

Embora seja temerário, para dizer o mínimo, comparar a configuração política e jurídica que a nova constituição brasileira pretende superar àquelas que vigoravam na América do Norte e na França do século XVIII, cabe lembrar que os próprios protagonistas do regime autoritário brasi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

leiro tratavam o cenário em que atuavam como um estado de exceção, que justificaria, em tese, sua brutalidade. Desse modo, o uso da violência seria não somente justificável, mas inevitável para a instituição da ordem. Os críticos do regime militar convergiam, nesse aspecto. O autoritarismo instituído em 1964 teria implantado um estado de exceção que deveria ser superado por uma ordem constitucional democrática pautada pelo Direito. A ideia de fundação está presente na retórica e no conteúdo dos constituintes brasileiros, tanto quanto sua positividade jurídica e sua base política.

Subjacente a seus fundamentos políticos e jurídicos, a ideia de direitos humanos traz em si um forte componente moral. Ele se revela em toda sua força não propriamente nas movimentações motivadas e formulações originais dos direitos humanos, mas naquele que será o seu mais famoso e citado documento: a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Há também nessa peça uma pretensão fundadora, inspirada no contexto de sua formulação, o imediato pós-guerra e a revelação desconcertante da escala de destruição e morte nela implicada.

A despeito da magnitude incomparável do horror e brutalidade a que a movimentação expressa nesse documento pretende se contrapor, seu poder de imposição jurídica e política é incomparavelmente menor do que todos os seus antecedentes. Essa fragilidade provavelmente decorre de sua ambição e de sua própria marca de origem. Faz parte da vaga dos direitos humanos, e dos documentos que os traduzem e sistematizam, uma clara pretensão de universalidade. Tal pretensão está ancorada na percepção moderna da universalidade do homem e sua consequente titularidade de direitos, forjada no contexto do pensamento anglo-saxão do século XVII e consagrada filosófica e politicamente pelo iluminismo francês no século seguinte. A pretensão à universalidade nesses casos, contudo, se expressa num movimento de expansão que se origina circunscritamente, é encorpado na figura do cidadão titular de direitos e, a partir daí, transbordaria, por sua exemplaridade, para além das fronteiras originais. Ou seja, em suas origens, a consagração dos direitos humanos afirma-se em seu provincianismo para, pela exemplaridade, realizar sua vocação cosmopolita.

Em 1948 os direitos declarados universais se erigem numa perspectiva já cosmopolita. Eles não partem de um lugar político, um ordenamento jurídico para, daí, se expandirem. Falta aos direitos humanos de 1948 a figura

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do cidadão, livre e titular dos direitos postulados. Sem os recursos coercitivos necessários para ao menos tentar instituir uma ordem jurídico política sob sua égide, o que, em tese, segundo suas pretensões normativas abarcaria basicamente a humanidade inteira ou uma boa parte dela, a declaração de 1948 acaba evidenciando sua dimensão mais frágil: o caráter moral nela embutido.

O aspecto moral dos direitos humanos foi o mais recorrente foco de críticos como Burke (2017 [1790]), (Marx 2010 [1844]), e Arendt (1989 [1950]). Ele é, também, e por paradoxal que possa parecer, a brecha através da qual a própria titularidade doméstica de seus portadores fosse posta em questão. Dito de outra forma, como observa Macintyre (1981), moralidades, quando destituídas de um lastro objetivo que as fundamente, são invariavelmente passíveis de contestação e objetos de confrontos insolúveis em que perspectivas irredutíveis entre si, gozando da mesma legitimidade, postulam sua superioridade sobre todas as demais, sendo, simultânea e igualmente, confrontadas por todas elas. Se reduzida a sua dimensão estritamente moral, a ideia de direitos humanos é frágil e dispõe de baixa capacidade de imposição.

Aqui temos o quadro de referências que podem nos ajudar a entender, ao menos parcialmente, o cenário contemporâneo brasileiro a que pretendemos conferir alguma inteligibilidade. O processo político brasileiro balizado a partir da promulgação da Constituição de 1988, compreendido sob o batismo de Nova República, enfrenta, entre outros desafios, os desdobramentos decorrentes do esvaziamento das dimensões política e jurídica dos direitos humanos. Relegado a um conjunto de valores morais a que o respeito pode ser tratado como questão de escolha e cujo sentido está aberto a múltiplas interpretações, a ideia de direitos humanos passa por uma crise que se confunde e, de certa forma, qualifica alguns dos dramas políticos e embates jurídicos com que lidamos. Tais dramas estão atrelados à ascensão de grupos e lideranças de extrema direita com preocupantes ressonâncias eleitorais. Associada a essa percepção, defenderemos nas próximas páginas a ideia de que os debates em torno da segurança pública, bem como os mecanismos de formulação política para esse campo, foram e são um campo em que tal crise é dramatizada, assim como se constituem como um espaço em que essa mesma crise é engendrada.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Direitos humanos e segurança pública

Um dos campos cujos debates mais mobilizaram os preceitos dos direitos humanos foi a segurança pública. É verdade que os direitos humanos, sua natureza e configuração foram objeto de um largo e variado campo de abordagens, desde o final dos anos de 1970 no Brasil (SOARES, 2010). Eles se tornaram não somente eixo articulador de movimentos políticos pela redemocratização do regime de maneira geral, mas objeto de reflexão intelectual e princípios estruturantes para a formulação de políticas em diferentes setores. Sua incorporação ao campo da segurança pública, contudo, guarda peculiaridades que, vistas retrospectivamente, seguem dando muito o que pensar.

Mudanças na abordagem da segurança pública tendo por preceito orientador o respeito e a promoção dos direitos humanos são tentadas por duas das principais lideranças de oposição ao regime militar eleitas governadores em 1982. Desde que assumem o governo dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente, Franco Montoro e Leonel Brizola anunciam a ambição de reformar as polícias, alterar seu modo de atuação e fazer com que o respeito a procedimentos básicos alinhados às normas legais sistematicamente ignorados pelas agências de segurança fossem levadas a sério. Não somente no nível retórico, mas também na prática, o que os então recém-eleitos governadores do Rio de Janeiro e de São Paulo faziam era ampliar o escopo da defesa dos direitos humanos. Até então restrita ao modelo do regime e ao tratamento conferido a seus críticos e oposicionistas, a nova abordagem estendia o imperativo às camadas mais pobres da população, vítimas contumazes da violência de Estado e historicamente privadas do acesso a direitos garantias básicas de proteção (Buarque de Hollanda, 2005; Sento-Sé, 1999; Mingardi, 1992).

O deslocamento dessa perspectiva para o campo da segurança pública marca também a origem de um confronto que vai atravessar o novo regime e perdurar até os dias atuais (Neto, 2006). Lidar com as forças de segurança, segundo os novos termos e preceitos, equivaleu a um movimento de dupla inflexão frente a posturas convencionais à direita e à esquerda do espectro político. Significou um confronto com a direita porque significou implementar políticas fundadas em preceitos de resistência ao regime exatamente ali onde ele operava de forma mais virulenta e em que preservava suas

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mais sólidas trincheiras ideológicas e operacionais, mesmo nos estertores do autoritarismo. A resistência, contudo, também se levantava à esquerda, para quem a necessária aproximação àquelas instâncias de uso da força, pelas mesmas razões citadas anteriormente, parecia algo inócuo, inconcebível e indesejável.

Olhando-se retrospectivamente, devemos admitir que a história das políticas de segurança no Brasil pós redemocratização expressa os efeitos desastrosos da combinação destacada no parágrafo anterior. Os rumos da segurança pública, tanto nos termos em que o debate se desenrolou quanto nas políticas que têm predominado, são uma espécie de expressão metonímica dos dilemas e fragilidades da democracia que se segue ao colapso do regime autoritário militar. Alguns episódios importantes podem ser encarados como sintomas dessas fragilidades ali expressas. O tratamento dado ao tema na Constituição de 1988 é um deles.

Reconhecida, e muitas vezes criticada, pela alta pretensão reguladora, excesso de controle e detalhamento para diferentes áreas de atuação, a Constituição de 1988 dispensa um espaço irrisório à segurança púbica. Ela está restrita na Carta às poucas linhas que compõem os artigos 142 e 144. Ainda assim, o exíguo conteúdo destinado ao tema tem sido apontado como uma das principais fontes das configurações retrógradas e do que se convencionou chamar de militarização da segurança pública no Brasil. Vejamos brevemente como está fundada tal interpretação e como ela fundamenta uma das mais influentes compreensões sobre o processo de militarização da segurança no Brasil.

Há, segundo analistas, uma ambiguidade de base na definição de atribuições e linhas de subordinação institucional das agências de segurança pública. Por um lado, esse é um setor que surpreendentemente escapou da sanha centralizadora que deu o tom na redação final da Constituição. Embora houvesse correntes políticas favoráveis à adoção de um sistema político mais descentralizado, com definição ampliada de competências às unidades federativas, sobretudo em áreas que compõem as chamadas políticas sociais, o resultado se restringiu à esfera da execução, reservando-se à União as prerrogativas de formulação e controle financeiro das políticas para setores como educação, saúde e assistência social (Arretche, 2013). Esse não foi o caso da segurança pública. Segundo os artigos 142 e 144, que regulamentam seu funcionamento, as instituições policiais estão subordi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nadas aos executivos estaduais e do Distrito Federal. São também os governos estaduais os responsáveis pela formulação de políticas e organização do aparato administrativo das agências de segurança, segundo definição de suas respectivas constituições e sem entrar em conflito com o previsto na Constituição federal.

Com o passar das décadas, ficou evidenciado que uma série de aspectos legais que incidem nos debates sobre segurança e em seus parâmetros ficaram sob a competência federal. Os marcos etários de imputabilidade penal e a regulamentação do acesso e porte de armas de fogo são dois dos motes de debates mais candentes que atestam essa tendência. Ainda assim, a linha hierárquica que enquadra as agências policiais diretamente responsáveis pela segurança pública sob a autoridade do poder civil dos executivos estaduais foi claramente estabelecida. Há, no entanto, uma passagem minúscula no texto do artigo 144, na definição da natureza das polícias militares e corpos de bombeiro, que introduz a ambiguidade e, justificadamente, mobiliza críticos e analistas: a concepção segundo a qual estas instituições são força de reserva e auxiliares do Exército.

A passagem do parágrafo seis do artigo 144 é apontada como o elemento que introduz sorrateiramente na definição constitucional do campo da segurança pública a lógica militarizada e associada às doutrinas de defesa nacional que articularam forças armadas e polícias, propiciando que a lógica e as doutrinas das primeiras colonizassem o *modus operandi* e desenhos institucionais das segundas. Essa tendência, verificada ao longo da história das polícias no Brasil, se aprofundou e foi "aprimorada" no correr de nosso último ciclo autoritário, e funcionaria como seu foco de resistência frente ao processo de superação representada pela redemocratização política e consagrada na nova Carta Constitucional.

Estaria nessa ambiguidade a base que faria das agências policiais um dos focos privilegiados de resistência à consagração dos direitos humanos e de sua extensão ao campo da segurança pública. Subordinadas simultaneamente ao poder civil, na figura dos governadores, e ao poder militar, pelo vínculo ao Exército, as polícias militares estaduais reproduziriam nos seus cursos de formação, na sua rotina nas casernas e em sua atuação ordinária das ruas, os elementos próprios da lógica militar, colonizando, com isso, seu campo de atuação como um todo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Embora consideremos que o peso atribuído aos artigos 142 e 144 seja excessivo, parece-nos irrefutável que a forma de abordagem da segurança pública que predominou e que parece prevalecer em todo o Brasil é, de fato, tributária às doutrinas e desenhos institucionais próprios das forças militares. Com o passar do tempo, as mudanças imaginadas no início dos anos de 1980 por lideranças políticas relevantes como Brizola e Montoro não somente foram esquecidas, mas, pior, foram desacreditadas por sucessivas críticas, desqualificação e sabotagens advindas de setores contrários a elas. Em lugar das inovações, ganharam corpo as percepções que tratam as políticas como verdadeiras estratégias de luta armada e guerra contra inimigos da ordem pública (Adorno & Lamim, 2006). Em lugar da extensão dos direitos humanos a todos os setores da população, tivemos um deslocamento da figuração do inimigo, antes encarnados em agentes da oposição política ao regime militar, para as populações das periferias, pretas e pobres das metrópoles. As políticas de segurança se tornaram versões atualizadas de políticas de guerra.

Segurança pública e guerra permanente

Como sugerimos anteriormente, consideramos que o peso dado aos artigos 142 e 144 para a definição dos rumos da segurança pública no Brasil é excessivo. Julgamos, contudo, que a concepção expressa na formulação final de ambos os artigos é sintomática da persistência do *ethos* militar no tratamento desse campo. Fazemos esse destaque apenas para indicar que ao final da análise defenderemos a tese segundo a qual a militarização da segurança pública está associada a um processo de militarização da política, gozando de prestígio e adesão, inclusive, entre segmentos civis da elite dirigente. Antecipamos nosso ponto aqui apenas para destacar que os vínculos institucionais ao Exército previstos constitucionalmente se restringem às policiais militares e bombeiros. Eles não abarcam os órgãos de segurança pública em sua totalidade. Além disso, não há muitas evidências que o Exército tenha se interessado muito pelas polícias e pela segurança pública nas últimas décadas. Ao contrário, quando entraram em ação, foi em resposta ao chamado do poder civil. Ainda assim, consideramos pertinente a expressão em voga segundo a qual o Brasil em geral, e o Rio de Janeiro, em particular,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

passaram por um processo que levou à militarização da segurança pública num movimento que atravessa vários órgãos do sistema de justiça criminal.

Por militarização da segurança pública entendemos um processo pelo qual a lógica de atuação, os princípios doutrinários e a estrutura dos órgãos de segurança replicam em seu funcionamento e seu contato com a sociedade aqueles que presidem o funcionamento das Forças Armadas. Dito de forma objetiva e direta, trata-se de uma abordagem da segurança pública pautada pela lógica da guerra. Nesse caso específico, uma guerra travada contra um inimigo interno que se encontra no interior da própria sociedade em que as políticas são adotadas e a quem tais políticas deveriam proteger. Essa tendência se expressa de várias maneiras e em vários nichos institucionais, e se traduz na configuração de políticas para o setor fundadas no princípio geral da guerra contra o crime (Musumecci, 2023; Soares, 2019; Leite, 2012).

Embora possa ter ficado despercebido, o processo que resulta na chamada guerra contra o crime passou por redefinições ao longo das últimas quatro décadas. Desde aqueles longínquos tempos em que, nos momentos intermediários da redemocratização, Montoro e Brizola tentavam (e fracassavam) pautar suas respectivas políticas de segurança sob a égide do respeito aos direitos humanos, muitos passos foram dados em direção contrária àqueles dos então governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Lei e ordem era o mote adotado por aqueles que sub-repticiamente postulavam que as políticas pautadas pelo respeito aos direitos humanos eram frouxas e coniventes com o crime e os criminosos. Em contraposição a esta alegada complacência, os defensores da lei e ordem propunham posturas em que firmeza e autoridade eram associadas ao uso da força sem restrições prévias ou externas às dinâmicas policiais (Sento-Sé, 1998). Com o passar do tempo, o apelo à lei e à ordem foi substituído retoricamente pelo mote de guerra às drogas.

O deslocamento semântico não deve passar despercebido. A afirmação de um estado de guerra implica a definição de um inimigo e a assunção de que nos encontramos em estado de exceção. Sendo assim, o uso da força deve ser medido pela régua do risco em que estamos envolvidos. Inicialmente acionada como metáfora, a associação das políticas de segurança à ideia da guerra se firmou no cenário público nacional e, por conseguinte, fluminense (Leite, 2012) Por seu uso repetido e consagrado, todo o inves-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

timento nas agências de segurança, toda a doutrina difundida em seu interior e todas as estratégias por elas adotadas são marcadas pela perspectiva do enfrentamento e aniquilação do inimigo.

Difuso, inicialmente, o rosto daquele que personificou o inimigo a ser combatido e, finalmente, aniquilado, ganhou contornos rapidamente: jovem, negro, pobre e morador de periferias ou favelas das grandes metrópoles brasileiras. A guerra às drogas não somente consolidou as bases de um processo de militarização da segurança pública, mas instituiu a paradoxal condição de estado de exceção contínuo, uma condição de guerra permanente. Sob a mira das agências de segurança, o inimigo preferencial dessa guerra, portador dos traços anteriormente descritos, se consolida e migra para um outro lugar mediante nova torção semântica: a guerra às drogas se transforma em guerra ao crime. O deslocamento da guerra contra as drogas para a guerra contra o crime pode soar apenas como uma mudança que torna menos específico o objeto a ser combatido. Isso é verdade, mas tal alteração traz consigo uma outra consequência: a radicalização da lógica da guerra e sua expansão para além de um aspecto específico da segurança pública. Tendo por foco um objeto mais geral, a lógica da guerra transborda para todo o campo da segurança, prevalecendo como princípio geral a orientar as políticas para o setor como um todo. A abordagem da segurança pela via das operações policiais forma quase exclusiva de atuação policial no Rio de Janeiro dos últimos anos, por exemplo, é o atestado das consequências desastrosas dessa tendência.

É evidente que os artigos 142 e 144 podem ter a ver com essa tendência. Mas ela é resultado de algo muito mais amplo e estrutural. A militarização da segurança, hoje em vigência, enseja um fenômeno ainda mais perigoso e perturbador: a militarização da política.

A crise do pluralismo democrático e a militarização da política

Em seu conhecido e fartamente citado estudo sobre o político, Chantal Mouffe formula sua concepção agonística da política como forma de confrontar simultaneamente as abordagens que postulam o fim da política e a política como guerra (Mouffe, 1999). No primeiro caso, Mouffe critica as alegações de autores como Anthony Giddens e Ulrich Beck e sua postu-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

lação de que os outrora mais fundamentais conflitos que atravessavam as sociedades modernas teriam sido superados. Tal superação teria levado à exaustão da política e a transformação das tensões e eventuais divergências sociais em meros objetos de administração e mediação de conflitos. As técnicas de gestão e administração tomam o lugar da política, obsoleta na nova ordem.

Esse cenário, de certa forma tributário dos mesmos processos que teriam inspirados as teorias do fim da história, seria decorrente, entre outras razões, do colapso do chamado socialismo real, do alegado fim da guerra fria e do suposto triunfo da sociedade de bem-estar social. Mouffe aponta para o caráter falacioso de tais argumentos, enfatizando que o discurso do fim da política mascara uma série de conflitos de base das sociedades pluralistas. Não somente a erradicação dos conflitos é uma falácia como ela é infactível e indesejável se pensarmos a diversidade e a liberdade como preceitos importantes e inarredáveis das sociedades modernas. Confrontando a perspectiva do fim da política, Mouffe formula uma concepção agonística da política. Segundo ela, a política é uma esfera central em contextos em que diferentes concepções de mundo, interesses contraditórios e valores morais irredutíveis entre si confrontam e disputam a hegemonia. A teoria agonística da política reconhece a vigência de conflitos na vida social, reconhece que são múltiplos e inerradicáveis, e postula que é exatamente no campo do político que tais conflitos podem se confrontar sem que as partes envolvidas não se destruam mutuamente. Ou seja, o político é entendido como o campo em que o pluralismo seria garantido, experienciado e preservado, a política seria o arranjo que viabiliza tais dinâmicas sem que as partes se destruam entre si.

Em sua formulação da concepção agonística do político, Mouffe interpela não somente as teorias do fim da política, mas uma outra noção muito prestigiada: a ideia de política enquanto campo de antagonismos irredutíveis entre si. É exatamente essa interpelação que nos interessa e nos faz trazer a autora para nossa discussão. Tomando por referência as proposições do jurista alemão Carl Schmitt, Mouffe chama de antagonística a concepção que entende a política como guerra. Segundo esse entendimento, a política seria confronto em que os atores em disputa se alinhariam numa lógica dualista de amigos e inimigos que, na prática política, se enfrentariam com a intenção concreta, declarada e factível de destruir o opositor. Em oposição

CONSEQUÊNCIA EDITORA

à lógica pluralista, identificada e reconhecida positivamente por Mouffe, a teoria antagonística tenderia a reduzir os conflitos sociais a dinâmicas dualistas, ao enfrentamento e perspectiva de destruição do outro.

A adoção de uma perspectiva dualista da política, em que o outro é demonizado e tornado foco de uma expectativa de destruição total, tem sido frequentemente apontada como um dos traços dos movimentos e partidos de direita e extrema direita que têm crescido em várias partes do mundo (Horchild, 2016; Illouz, 2023; Duber, 2020). Esta nos parece uma evidência difícil de se refutar. Não estamos seguros, contudo, de que seja uma exclusividade desses grupos. É plausível postular que a visão antagonística da política é extensível a todos que não professam o pluralismo e/ou não o vêm como um traço sociologicamente inevitável e moralmente desejável em sociedades abertas e que preservem algum apreço pelas liberdades fundamentais consagradas na modernidade.

No caso brasileiro, percebemos que a lógica que preside as abordagens militarizadas da segurança pública tem exercido um papel importante, e ao mesmo tempo perturbador, de colonização da política pela retórica da guerra, do confronto e da negação do outro. É exatamente a esse processo, que se dá e pode ser observado de diferentes maneiras, que propomos aqui chamar de militarização da política. É evidente que esse processo não explica por si só a alegada ascensão da direita e da extrema direita ao centro do cenário político brasileiro. Também não consideramos que esse campo e a atuação política de atores a ele vinculados seja suficientemente forte para dar conta das dinâmicas verificadas no Brasil a partir da segunda metade da década de 2010. Por outro lado, é inevitável reconhecermos que atores das fileiras das instituições de segurança, sua agenda pública, a retórica por eles encampada e, principalmente, a lógica de sua atuação política têm ganhado peso, espaço e relevância simultaneamente se expandindo para além das fronteiras do campo estrito da segurança, ocupando espaços na política como um todo.

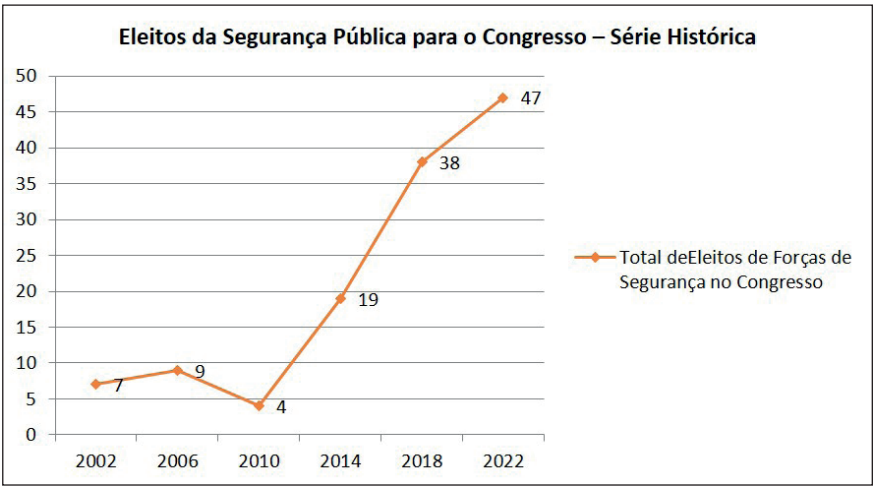
Uma sequência de pesquisas realizadas pelo Observatório de Favelas, Laboratório de Estudos de Violência Política da UFF e Laboratório de Análise da Violência da UERJ sobre as dinâmicas políticas locais na região metropolitana do Rio de Janeiro e Baía da Ilha Grande (Rodrigues e Alli, 2023; Rodrigues e Alli, 2022) mostram como a violência é um recurso competitivo largamente difundido e utilizado nessas áreas. O repertório é variado, e são

CONSEQUÊNCIA EDITORA

diversos os casos que vão de violências como agressões, intimidações, violências simbólicas, até o recurso à violência letal contra adversários e desafetos, tendo disputas políticas como motivação. Na antiga capital federal do país e em seus arredores, a lógica pluralista parece em vias de superação pelos preceitos antagonísticos levados ao pé da letra. Mais do que isso, a violência não somente é mobilizada como instrumento político, como seu uso é chancelado e estetizado em construções de personagens públicos travestidos de guerreiros, vingadores e combatentes que se opõem a difusas "falanges do mal".

Aparentemente esse processo se espalha pelo país como um todo. Rigorosamente, o tratamento militarizado da segurança pública extrapola fronteiras nacionais, tem servido em vários países como plataforma para performances políticas pautadas pela cultura do medo (Soares, 1995), pelo cultivo do ódio à diferença, pelo desrespeito às identidades não hegemônicas, por aquilo que Michel Misse definiu como sujeição criminal do outro (2010). Entendemos melhor esse fenômeno numa perspectiva macro quanto mais prestamos atenção às suas configurações micro sociais, como aquelas observadas no Rio de Janeiro, a partir das pesquisas anteriormente destacadas.

Gráfico 1



Fonte: TSE. Produção própria.

No âmbito nacional, essa tendência de militarização da política tem uma expressão evidenciada pela política institucional. O Gráfico 1 mostra a

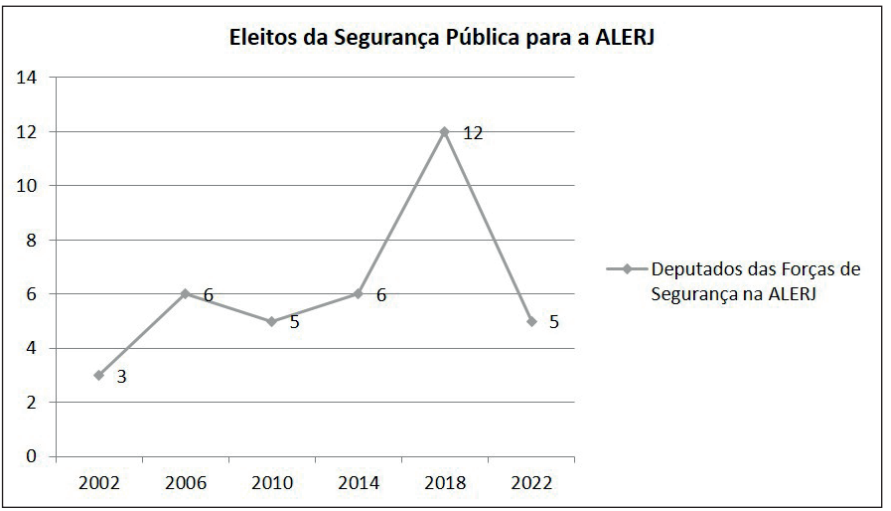
CONSEQUÊNCIA EDITORA

série histórica da eleição de representantes no Congresso nacional egressos das forças de segurança, Forças Armadas incluídas, nas eleições realizadas no século XXI.

Como pode ser observado, os últimos três pleitos apresentam um crescimento constante e consistente de deputados federais e senadores eleitos vinculados a órgãos de segurança ou Forças Armadas. Levando-se em consideração que o Congresso nacional dispõe de 584 cadeiras (513 na Câmara dos deputados e 81 no Senado), temos que esses profissionais ocupam pouco mais de 8% das cadeiras, o que, convenhamos, está longe de ser inexpressivo.

Na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, o quadro é próximo, embora não tão dramático.

Gráfico 2



Fonte: TSE, produção própria

Depois da votação que levou profissionais de segurança/Forças Armadas a ocuparem doze das setenta cadeiras da ALERJ, em 2018, na esteira, provavelmente, da onda puxada pelo bolsonarismo, os números voltam, em 2022, para padrões eleitorais anteriores. Os 7,14% de deputados atualmente com assento nem são proporcionalmente tão distantes do percentual observado no âmbito nacional, mas a tendência de queda (os 12 anteriores

CONSEQUÊNCIA EDITORA

representavam 17,14% das cadeiras) dá algum alento sobre o que está por vir. Ainda assim, não faltam razões para apreensão.

O crescimento da participação na política de profissionais de segurança pública e egressos das Forças Armadas é um sintoma importante da tendência e da magnitude do que chamamos de militarização da política. Afinal, ainda que possa haver eventuais exceções, investidas da condição de parlamentares, essas figuras levam para as casas legislativas (há boas razões para supormos que o que se dá no âmbito nacional e ocorreu no Rio de Janeiro em 2018 pode ser observado em outras unidades federativas) uma retórica e uma agenda alinhadas ao que foi atribuído até recentemente ao campo exclusivo da segurança pública: dualismo político, discurso do ódio, desqualificação do diferente, foco no aniquilamento de alteridades e retórica do medo.

Essas ferramentas, porém, não são mobilizadas exclusivamente pelos agentes vinculados ou egressos de instituições especializadas no uso da força. Tampouco é de uso exclusivo da extrema direita, ainda que contemporaneamente seja esse o segmento que tem feito uso mais extenso, barulhento e bem-sucedido política e eleitoralmente desses arranjos. É importante reconhecer, contudo, que a militarização da política cumpre percurso semelhante àquele que testemunhamos na área da segurança pública e, por ação ou omissão, é vastamente encampada por variados segmentos das elites civis.

A militarização da política e o poder civil

Como sugerimos anteriormente, a militarização da política está longe de se resumir a maior acorrida de militares e agentes das instituições de segurança aos espaços políticos de representação e decisão. Ela está associada a difusão do que Mouffe chamou de lógica antagonística da política, pela qual o pluralismo é esvaziado de seu valor normativo e as diferenças políticas e sociais são reduzidas a um dualismo de polos irredutíveis entre si cujo objetivo final é destruir, fisicamente inclusive, o outro.

De novo, o campo da segurança pública é o espaço privilegiado de observação e as casas legislativas estaduais fontes preferenciais de informações, uma vez que são elas que estão mais diretamente em contato com as rotinas da vida do cidadão médio, e é a esfera estadual a responsável pelas

CONSEQUÊNCIA EDITORA

políticas do setor. Vejamos algumas passagens que são expressivas de nosso argumento.

No dia 11 de maio de 2021, cinco dias após uma operação policial realizada na favela do Jacarezinho, coordenada pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, da Polícia Civil, que resultou em 29 mortos, dentre os quais um policial, o deputado estadual Rodrigo Amorim profere o seguinte discurso na tribuna da assembleia do estado:

> E aqui, mais uma vez, fica o meu aplauso ao Governador Cláudio Castro, ao Secretário Chefe da Polícia Civil Dr. Allan Turnowsky, a todos os guerreiros da Polícia Civil, da Core, que efetivamente enfrentaram a marginalidade em defesa da nossa sociedade.
>
> A Deputada que me antecedeu (refere-se, aqui, a deputada do PSOL que fizera críticas à operação), vou ter que ensinar. V.Exa. Definitivamente não conhece o nosso vernáculo, haja vista que inventa suas próprias palavras, como "mandata" – deve ser fruto de consumo de drogas da Esquerda, que criou um vocabulário próprio. Vou ensinar, Deputada: chacina é diferente de faxina. O que aconteceu no Jacarezinho foi uma faxina que ceifou do nosso convívio, das nossas famílias, marginais que nos afrontam diariamente.[1]

A operação a que se refere o deputado foi justificada pela necessidade de conter a prática de aliciamento de menores por uma facção criminosa que controlava o tráfico local. Foi, portanto, uma ação de "proteção". Logo em seu início, um policial civil foi morto. Posteriormente, ao longo das sete horas em que a operação se desenrolou, vinte oito civis tiveram o mesmo destino, muitos dos quais com evidentes sinais de execução, segundo a perícia. Ao parabenizar o chefe da Polícia Civil e o governador, o deputado saúda a ação policial, (des)qualificando as vítimas fatais como bandidos e, consequentemente, merecedores do destino que tiveram, independentemente das circunstâncias em que foram mortos. A utilização do termo faxina para definir a ação desempenha um duplo papel. A palavra é um trocadilho

1 Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi9kMWRjYjlmZmYyMWFkMDA4MDMyNTg2ZDIwMDY1NzEyOT9PcGVuRG9jdW1lbnQ=

CONSEQUÊNCIA EDITORA

fartamente utilizado pelos defensores das operações policiais com o termo chacina, que em geral caracteriza, pela forma em que as polícias atuam e pelo volume de execuções que nelas ocorrem, o tipo de procedimento nelas adotado. O trocadilho tem uma clara conotação jocosa (recurso retórico bastante utilizado por esses mesmos atores) e funciona como uma desqualificação moral das vítimas. Ao aproximar as operações como uma ação de limpeza, o deputado legitima a ação, sua brutalidade e associa diretamente as vítimas à sujidade.

No mesmo discurso, um pouco antes do trecho anteriormente destacado, o deputado declara:

> (…) são aqueles que há muito tempo incluem nas suas bandeiras de luta a extinção da Polícia Militar, a extinção da polícia, sempre a tachando de vilã, como aconteceu na operação no Jacarezinho, que, infelizmente, vitimou um herói da Polícia Civil. Foi mais uma ação que ceifou do nosso convívio 27 marginais que são defendidos. Na verdade, são 27 eleitores a menos para essa turma que defende bandido dentro da Assembleia Legislativa. (Idem)

A sentença do deputado é rápida, assertiva, não deixa espaço para dúvidas. As vítimas, exceção ao policial, eram todos marginais, "vagabundos" que, consequentemente, mereceram a morte. Não há espaço para dúvidas ou qualquer consideração acerca da legalidade da operação, ao cumprimento de protocolos ou qualquer coisa que o valha. Ao mesmo tempo, veicula eventuais críticas àqueles mesmos que, segundo ele, defendem o fim da Polícia Militar, ainda que a operação em questão tenha sido protagonizada pela Política Civil. Atribui as críticas, enfim, a supostos interesses eleitorais, associando diretamente os "marginais" aos eleitores de seus adversários políticos.

As torções argumentativas são evidentes demais e parecem seguir uma cartilha. A operação se justifica pelo resultado contabilizado nas mortes de "sujeitos desqualificados". Suas mortes correspondem a uma ação de limpeza, uma vez que eles são o lixo da sociedade que ameaça a vida dos homens honestos e de seus defensores. Colocar essa equação em questão só pode ser obra daqueles que guardam vínculos de interesse e de ideologia com os "marginais". Quando acompanhamos os debates travados na assembleia ficamos a par de quem são estes últimos, os "aliados dos bandidos". Eles têm

CONSEQUÊNCIA EDITORA

partidos e alinhamento político-ideológico: trata-se dos e das parlamentares do PT e do PSOL (é inevitável perceber o quanto há de misoginia nos ataques sistemáticos a parlamentares mulheres), representantes da "esquerda" na assembleia.

A lógica antagonística de que fala Mouffe é encenada rotineiramente na assembleia legislativa do Rio de Janeiro pelas performances de um conjunto nada irrelevante de deputados. A cada ação policial com mortos, não somente pessoas privadas do direito à vida são executadas, mas, simbolicamente, também aqueles que se batem contra as execuções e enfrentamentos armados. Os primeiros são submetidos a uma segunda morte, perpetrada pela desqualificação e criminalização automática. Seus supostos defensores são desqualificados moralmente, por supostamente se nutrirem eleitoralmente desse segmento. É estabelecida, assim, uma conexão pela qual correntes políticas são anatematizadas moralmente.

A desqualificação das vítimas da ação policial e daqueles que defendem o respeito aos marcos legais nas operações se estende, contudo, para além das filiações partidárias. Em discurso proferido em doze de fevereiro de 2019, logo após uma operação na favela do Fallet-Fogueteiro com quatorze mortes, o deputado Alexandre Knoploch faz a seguinte declaração na ALERJ:

> Deixo a minha gratidão à Polícia Militar do Rio de Janeiro, que fez o seu trabalho, mandando 13 vagabundos – como dizia o saudoso Deputado Wagner Montes – para o lado do capiroto. Estão lá. (…) E é um absurdo a Anistia Internacional vir falar que a Polícia agiu com truculência. A Anistia estava lá? Eu gostaria de saber se alguém da anistia estava no Fallet e Fogueteiro? A Anistia sabe o que vive um Policial quando está com o seu fuzil na mão, tendo que enfrentar um vagabundo? Não. Não sabe. Mas vem aqui encher o saco. E é isso que temos que falar.
>
> (…) O Dr. Luciano Bandeira, presidente da OAB, criticou o Governador Wilson Witzel por ter falado que vai abater marginais armados com fuzil. Ora, o que ele sugere? Que peçamos: 'Por favor, não carregue fuzil'? Ou: 'Saia da criminalidade, meu amigo, porque você está incomodando a sociedade fluminense'?
>
> O Dr. Luciano Bandeira, com todo respeito, parece que não conhece a situação crítica do Estado do Rio de Janeiro, onde não cabe outra medida que

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> não seja o combate enérgico da criminalidade. Quando um cidadão que não é das forças armadas ou das forças policiais carrega um fuzil, tem que saber que seu fim será a cova rasa.[2]

Em sua intervenção, também ocorrida após uma operação policial em favela com número elevado de mortos (são tantas as operações policiais com elevado número de mortes no Rio de Janeiro…), o deputado estende suas críticas para além do espectro político partidário. Interpelando a Anistia Internacional, ele coloca em xeque a legitimidade da ação de uma das principais agências internacionais de defesa dos direitos humanos. Questionando a OAB, inclui uma associação civil de garantia de direitos na mesma esfera de questionamento.

Na mesma ocasião, o deputado Felipe Poubel faz coro ao colega:

> Os policiais sabem que vivem uma guerra difícil de vencer. Hoje mesmo, próximo à rodoviária, um policial foi baleado numa tentativa de assalto, e um cidadão de bem também foi baleado. E a Anistia não se manifestou. Basta matar vagabundo que os defensores dos direitos humanos, a Anistia Internacional, os falsos moralistas vêm atacar a instituição da Polícia Militar do Rio de Janeiro. É incrível como esse desejo de denegrir a imagem da corporação se perpetua no discurso de esquerda.

Aqui, não se trata de endereçar críticas a instituições ou partidos. A associação dos direitos humanos aos "vagabundos" e de ambos à esquerda é explicitada para além dos marcos político partidários. É importante observar, no entanto, que a desqualificação dos preceitos dos direitos humanos se dá por uma argumentação de natureza exclusivamente moral. É no campo da moral que se trava a disputa. Ela se dá na confrontação entre aqueles que defendem o indefensável, os "vagabundos", contra os direitos daqueles que são seus merecedores exclusivos: os cidadãos de bem. Essa percepção é sintetizada de forma eloquente em intervenção sobre a chacina do Jacarezinho, de 2022, de novo por Rodrigo Amorim:

2 Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=57&url=L3RhcWFsZXJqLm5zZi81ZDUwZDM5YmQ5NzYzOTFiODMyNTY1MzYwMDZhMjUwMi83NWUxNWI1YTg5YTBjOGRkODMyNTgzOWYwMDZhMDljNj9PcGVuRG9jdW1lbnQ=

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> Fica claro para mim, nos discursos apresentados, que essa turma insiste em dizer que, dentre os 27 com condenações judiciais, a Polícia Civil cumpria ali mandados de prisão. Eles não defendem as famílias. Falamos de Deputados desse grupo político defensor de marginal. Famílias são dizimadas pelo tráfico de drogas, pelo consumo de drogas e me espanta, Sra. Presidente, um Deputado aqui na Casa, líder da minoria, dizer sobre consumo controlado de drogas, consumo abusivo de drogas, como se houvesse consumo saudável de drogas. É a mesma política de defender os marginais e colocar as famílias em situação de perigo, como as que famílias são constantemente afrontadas pelo tráfico de drogas – e nós pudemos observar isso na operação: dezenas de marginais, entrando nas casas de pessoas inocentes, de cidadãos de bem no Rio de Janeiro, afrontando essas famílias que, infelizmente, esse mesmo grupelho não protege. Como fazem sempre, eles insistem em sapatear na desgraça humana, na tragédia, como estão fazendo agora.

As duas citações anteriores evidenciam que, na percepção dessas lideranças, trava-se no Rio de Janeiro uma guerra moral, em que os combatentes podem ser enfeixados em apenas um dos lados de enfrentamento: os falsos defensores dos direitos que criticam as polícias, alinhados à esquerda e à "bandidagem", e os defensores das famílias e dos homens de bem, representados pelos policiais, invariavelmente pintados como heróis destemidos que combatem o mal diuturnamente. A real defesa dos direitos é encampada por estes últimos, vítimas que são dos detratores imorais das polícias e do combate ao crime.

O cenário que observamos a partir daí não é dos mais alvissareiros. Já não se trata mais de lidar com defensores da militarização da segurança pública que criticam os preceitos dos direitos humanos. Importante destacar: os parlamentares aqui citados são todos civis, sem qualquer passagem profissional por instituições policiais ou militares. Outros parlamentares, igualmente civis, poderiam ser citados e suas intervenções destacadas. Os aqui presentes são todos do Rio de Janeiro, mas certamente encontraremos similares em outras unidades federativas brasileiras. Esses setores se apresentam, hoje, como os verdadeiros defensores dos direitos, acrescentando o requisito de exclusivismo moral ao acesso a tais prerrogativas. Os "vagabundos", os "marginais", bem como os esquerdistas que são seus defensores, estão excluídos dessas franquias, daí estarem legitimamente condenados a

CONSEQUÊNCIA EDITORA

exclusão do acesso à proteção da lei, tendo a vala como destino inevitável. Eles são igualmente despojados de seus atributos propriamente humanos. Sua morte é celebrada como mais um "cpf cancelado", chiste pelo qual, como aponta Cotrim (2023), morte e desumanização se encontram pela mão vingadora da polícia, duplicada pelo desprezo do "homem de bem" investido da autoridade civil do parlamentar distrital.

A militarização da política e o sequestro dos direitos humanos

Desde os anos de 1980, a defesa dos direitos humanos e os esforços de profissionalização e humanização das forças policiais acumula críticos e detratores. A despeito do empenho dos atores engajados nessa última perspectiva, havia algo de folclórico em figuras como o Deputado Estadual Sivuca e sua máxima "bandido bom é bandido morto". Ele angariava chancela e apoios. Provocava risos também. Mas por maior que fosse a adesão à frase de efeito e a seu autor, a política de uma forma geral parecia preservada e protegida de um assédio mais direto dessa lógica.

Não acreditamos que seja o caso atual. Nos estertores do primeiro quarto do século XXI, a militarização parece ter fincado raízes profundas no campo da segurança pública e parece dispor de potencial para almejar mais. Seus representantes criticam abertamente as agências de defesa do cidadão e arrogam para si a titularidade real da prerrogativa de defender direitos. Fazem troça, humilham vítimas e seus familiares, negando-lhes qualquer reconhecimento ou proteção jurídica. Sequestram e deformam a compreensão dos direitos humanos, insulando-os à esfera estritamente moral. Generalizam a lógica aplicada à segurança para a política como um todo e, evidentemente, põem sob risco as bases jurídicas e políticas fundadoras da ordem constitucional que se pretendia erigir em 1988.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

ADORNO, Sérgio & LAMIM, Cristiane. Medo violência e insegurança. *In*: Vários autores; *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto. 2006

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1989 [1950].

ARRETCHE, Martha. Quando instituições federativas fortalecem o governo central?. *Novo estudos Cebrap*, 95; p 39-57; 2013.

BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina. *Polícia e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2005.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: VIDE Editorial. 2017 [1790].

COTRIM, Paula Vieira. *CPF Cancelado*: uma análise discursiva das Operações Policiais na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889/1960. *Pleiade*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2007.

DUBER, François. *O tempo das paixões tristes*. São Paulo/Belo Horizonte: Vestígio. 2020.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras. 2003.

HORCHILD, Arlie. *Strangers in their own land*: anger and mourning on the American Right. New York: The New Press. 2016.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos do homem*. São Paulo: Cia. Das Letras. 2009.

ILLOUZ, Eva. *The Emotional Life of Populism*. Cambridge: Polity Press. 2023.

LEITE, Marcia Pereira. Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Rev. bras. segur. pública* | São Paulo v. 6, n. 2, 374-389 Ago/Set 2012.

MACINTYRE, Alasdair. *After justice*. A study in moral theory. London: Duckworth. 1981.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo. 2013 [1844].

MINGARDI, Guaracy. *Tiras, gansos e trutas*. Cotidiano e reforma na Polícia Civil. São Paulo, Scritta. 1992

CONSEQUÊNCIA EDITORA

MISSE, Michel Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

MOTTA, Marly. Dentro da névoa autoritária acendemos a fogueira…- a OAB na redemocratização brasileira (1974-80). *Revista Culturas Jurídicas*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.1-29, jan./jun.2008.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político*. Barcelona/Buenos Aires/Mexico: Paidós. 1999.

MUSUMECCI, Leonarda. *Armas menos letais, uso da força policial e militarização da segurança*. São Paulo: ANPOCS/Hucitech. 2023.

NETO, Paulo Mesquita. Segurança, justiça e direitos humanos. Medo violência e insegurança. *In*: Vários autores: *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto. 2006.

PAINE, Thomas. *Rights of man*. New York: Dover Publications. 1999 [1792].

REIS, Egberto Pereira dos; ROTHEN José, Carlos ROTHEN. O regime militar, os direitos humanos e a Igreja (1972-1986). *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 3, p. 27-49, dez. 2015.

RODRIGUES, André; ALBERNAZ, Elizabete; SENTO-SÉ, João Trajano WILLADINO, Raquel; del RIO, Andrés, OTAVIANO, Daniel; MARINHO, Leandro POMPEU, José Mauro; GOMES, Thais. *Violência política na Baixada e na Baía da Ilha Grande*. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas. 2022.

RODRIGUES, André; ALBERNAZ, Elizabete; SENTO-SÉ, João Trajano; del RIO, Andrés, OTAVIANO, Daniel; MARINHO, Leandro ANJOS, Isabela. Violência política na Medo violência e insegurança. *In*: Vários autores; *Segurança pública e violência*. São Paulo: Contexto. 2023.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV/Espaço e Tempo. 1999.

SENTO-SÉ, João Trajano. Imagens da ordem, vertigens do caos. O debate sobre segurança pública nos anos 80 e 90. *Revista Arché*, ano VII, n. 19, p. 41 a 107, Rio de Janeiro, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar*. São Paulo: Boitempo. 2019

SOARES, Luiz Eduardo. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1996.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SOARES, Luiz Eduardo. *Direitos humanos e ciências sociais no Brasil*. Horizontes das ciências sociais no Brasil. Ciência política. São Paulo: ANPOCS/Ciência Hoje/Discurso editorial/Barcarola. 2010.

STARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais, democracia entre reforma e mutação constitucional – uma análise da perspectiva da Constituição federal de 1988. *In*: MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *Estado, democracia e direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma/Cebrad. 2018.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 5

A FINANCEIRIZAÇÃO DAS PERIFERIAS E A PERSPECTIVA ATUAL DAS LUTAS SOCIAIS

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 13

Periferias urbanas, cotidiano desigual e neoliberalização: entre controles e rupturas

Danilo Volochko

Introdução

O presente texto aborda as questões que apresentamos e discutimos no VII Simpósio Internacional Metropolização do Espaço e Gestão Territorial[1]. A financeirização das periferias e a perspectiva atual das lutas sociais é um tema que nos coloca, sem dúvida, diante do grande desafio de compreender a enorme complexidade dos processos que ocorrem atualmente nas periferias urbanas, e que articulam tais espaços e seus sujeitos a uma trama de relações socioespaciais em constante movimento, em permanente disputa, e que mostram a constituição daquilo que Prieto & Verdi (2023) chamaram de hegemonia compartilhada, e que nos mostram que as periferias têm indicado processos sociopolíticos decisivos, tanto de controle como de ruptura, ou seja, tanto de reprodução hegemônica como contra-hegemônica, operados de modo frequentemente entremeado e contraditório.

Assim, a gestão da pobreza pela violência de Estado via política necrodemográfica de segurança pública, ao lado e muitas vezes atrelada à mer-

1 VII SIMEGER, ocorrido entre 04 e 09 de novembro de 2024 no Rio de Janeiro. Nossa participação se deu na Mesa 6 – A financeirização das periferias e a perspectiva atual das lutas sociais. Tratou-se de importante evento, desses que retomam o tempo qualitativo da reflexão e do debate coletivo, cuidadoso e profundo de ideias, em um contexto em que somos submetidos cotidianamente ao tempo abstrato das métricas crescentes da chamada "produção acadêmica", entendida *strictu sensu* como sinônimo de publicações, muitas publicações. Uma reunião e um encontro que caminham em uma outra direção são, assim, cada vez mais necessários e urgentes para o avanço do conhecimento e de propostas criticamente embasadas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cantilização e financeirização do espaço e do cotidiano das periferias, convive e se relaciona com movimentos sociais que se organizam nas periferias, com grupos de jovens que integram coletivos culturais, de rap, hip hop, com movimentos de luta por moradia e muitos outros. Então Estado, empresas, movimentos sociais, facções criminosas, igrejas, ONGs, vêm se compondo e atuando no exercício de poder nas periferias de modo contraditório, demarcando práticas socioespaciais conflituosas, de conformismos e resistências conforme apontado por Chauí (1986).

Este texto desenvolve alguns aspectos destes elementos por meio de dois momentos principais:

1) No primeiro momento, procuramos reconstituir um capítulo e uma face da neoliberalização e financeirização das periferias com recorte estabelecido a partir do segundo governo Lula (2007 em diante), retomando o contexto e alguns elementos daquele período, que apontaram a noção de cotidiano desigual reproduzido a partir do conjunto de transformações que ocorriam no país há pouco menos de vinte anos e que levaram a uma rodada intensiva de valorização imobiliária-financeira dos espaços periféricos. É importante reconhecer neste momento alguns dos pilares de um projeto político que vivia seu apogeu e que estipulava, nas periferias urbanas, a centralidade da sua reprodução.

2) No segundo momento, vamos refletir sobre outro capítulo e outra face da financeirização das periferias, que se desdobra a partir da articulação entre o autoritarismo, o racismo e a violência histórica da sociedade e do Estado brasileiro voltados aos sujeitos periféricos. O neoliberalismo autoritário (cf. Safatle *et al*., 2020) recente relaciona elementos como o empreendedorismo, os diversos ilegalismos, a atuação de organizações do terceiro setor, igrejas e empresas privadas à continuidade e intensificação da mercantilização das periferias e da violência nesses espaços. Neste momento, traremos breves notas de preocupações e de pesquisas de campo realizadas nos últimos anos nas periferias de Curitiba e da Região Metropolitana de Curitiba, em ocupações organizadas pelo Movimento Popular por Moradia[2] para apontar conteúdos que nos permitam entender como se realizam as mercantilizações desses e nesses espaços, a gestão necropolítica

2 Com as quais vimos trabalhando a partir de projetos no âmbito do Laboratório Dinâmicas Metropolitanas (LaDiMe) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

das suas populações empobrecidas por parte do Estado, e também como são construídas possibilidades de resistência e de luta popular em meio a tais processos.

Primeiro momento: financeirização, cotidiano e produção da habitação nas periferias

Entre 2008 e 2011 realizamos uma interpretação da produção do espaço periférico (Volochko, 2012) que buscava articular de modo mais incisivo o debate da produção e reprodução das periferias urbanas com o debate da cotidianidade e da economia política de uma urbanização neoliberal financeirizada. A hipótese que norteava a pesquisa apontava que a reprodução imobiliária, financeira e estatista, envolvendo o espaço, produzia a moradia homogênea (os enormes condomínios habitacionais) e um cotidiano desigual por meio da capitalização e valorização dos espaços metropolitanos periféricos (que foram analisados na metrópole de São Paulo naquele momento), um processo urbano ajustado à reprodução financeira nacional e internacional. Tratava-se de pensar que a reprodução das periferias analisadas já se dava no seio de uma periferia terciária, amplamente precarizada, pós-industrial, apontando todos os processos de transformação neoliberal do mundo do trabalho e de um horizonte, ainda que tênue, de integração aos direitos sociais que começava a ruir desde a década anterior e que tentaria ser recomposto por um pacto via aumento do consumo e endividamento das classes trabalhadoras.

A financeirização, entendida como a dominância das finanças no atual regime de acumulação capitalista, se apoia fortemente na produção do espaço, e com mais força ainda na produção do espaço urbano. Este processo leva, conforme apontam diversos autores e autoras, entre eles Rolnik (2015), a uma questão central operada e potencializada pela financeirização econômica e da produção do espaço: a passagem da posse para a propriedade privada da terra como norma de acesso entre aspas "formal" à moradia, como apontam diversos autores.

A financeirização, como forma de aumentar a circulação do capital, de flexibilizar a terra e as habitações enquanto mercadorias que circulam nos mercados mundiais – via finanças globais, negociação de dívidas nas bol-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sas etc., por meio de vários instrumentos financeiros – tal financeirização, quando pensada com uma preocupação espacial urbana, procura dar mobilidade à imobilidade da terra e dos imóveis. A financeirização permite essa mobilidade da propriedade e, além disso, permite produzir uma insegurança estrutural, pois manter os financiamentos envolve o sacrifício geral das famílias levando via de regra ao sobre-endividamento, à perda dos imóveis e consequentemente a uma nova rodada de circulação dessa propriedade imobiliária, possibilitando o aumento de lucros, juros e rendas de um lado e espoliação e expropriação do lado das famílias, em um processo de acumulação do capital via espoliação das classes trabalhadoras.

Naquela segunda metade dos anos 2000, as periferias começam a abrigar com mais intensidade novas ordens ligadas à financeirização imobiliária, à periferização e capitalização dos investimentos imobiliários. O cotidiano desigual seria justamente a expressão de uma reprodução, permitida pelo urbano e pelo contexto econômico-político, da valorização do capital no plano imobiliário e financeiro, enredando certas camadas sociais e mobilizando-as para novos espaços habitacionais nas periferias. O Programa Minha Casa Minha Vida pôde ser lido então como a produção de empreendimentos que visavam sobretudo a reprodução do negócio habitacional-imobiliário das empresas construtoras nas periferias, incorporando precariamente uma população urbana até então em grande parte mantida à margem dos circuitos de financiamento imobiliário e da propriedade privada formal do solo no local onde moravam. Populações que autoconstruíam suas moradias, que moravam pagando aluguel ou em casa de parentes.

Este processo de reprodução urbana desloca camadas da população entre periferias menos e mais distantes. Nesse sentido, uma anterior configuração do espaço periférico (aquela da autoconstrução e da informalidade do ponto de vista da propriedade privada do solo, mas também a do "viver de aluguel") vai se tornando fonte para uma nova mercadoria habitacional, que se resolve produzindo, na maioria das vezes, condomínios e loteamentos murados e/ou fechados.

A propriedade entre aspas "ilegal", "irregular", "informal" do solo, enfim, as ocupações, que pautam as periferias até por volta dos anos 2000 – e que é claro continuam pautando – constituía uma certa unidade do ponto de vista da produção do espaço às periferias. Essa unidade relativa da produção do espaço das periferias, dada pela "informalidade", passa a ser mais fragmen-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tada pela fabricação habitacional-imobiliária dos meados dos anos 2000 até os dias atuais. A habitação popular de mercado fragmentava, recentralizava e reperiferizava espaços periféricos. O que nos permitiu avançar para uma segunda hipótese: a de que reprodução social de parte das populações periféricas, envolvendo o espaço e as estratégias políticas e econômicas, era incluída na produção formal de novos espaços, onde um cotidiano desigual emergia para as frações populares e para as frações inferiores das classes médias, ao mesmo tempo que situando novas fronteiras de valorização/capitalização imobiliária nas periferias metropolitanas.

Dentro dessas novas frentes periféricas metropolitanas figuravam famílias que estavam vislumbrando a possibilidade de obter uma casa própria legalizada/formalizada – mas cuja permanência na condição de proprietários nunca esteve plenamente assegurada – famílias que naqueles anos foram objeto de expansão do crédito imobiliário e que com isso ampliariam seu consumo (endividamento) mas sem ter acesso pleno a direitos sociais. Lazzarato (2019) escreve a respeito do processo de financeirização dos pobres e do que ele identifica como governamentalidade lulista:

> […] O projeto do PT, operar uma "redistribuição" da riqueza através das "despesas sociais", acabou por financeirizá-las e, em parte, privatizá-las. A transformação dos pobres e de uma fração dos assalariados em "homens endividados" [ ] terá consequências desastrosas após a crise de 2008 [ ]. Uma das chaves do "desenvolvimentismo social" do PT, junto ao aumento do salário mínimo, dos salários em geral e da Bolsa Família, foi o incentivo ao consumo. Ela rebentou graças ao acesso dos pobres e das camadas inferiores dos assalariados ao crédito [ ]. O acesso ao crédito, que tinha como objetivo reduzir a pobreza, funcionou também como o "cavalo de Troia" com o qual a financeirização se introduziu na vida cotidiana de milhões de brasileiros, sobretudo os mais pobres ("a inclusão pela finança"). A relação credor-devedor como técnica para conduzir e controlar os comportamentos é transversal aos grupos sociais, já que funciona tanto com o pobre quanto com o desempregado, o assalariado e o aposentado. Não é apenas um meio para se chegar a um objetivo qualquer, mas uma técnica tremendamente eficaz que desloca o terreno da luta de classe para um espaço onde as organizações dos assalariados não sabem se posicionar [ ]. Essa estratégia de mercantilização dos serviços sociais estabelece a um só tempo uma máquina de captura das

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> riquezas que ainda escapavam à valorização do capital financeiro, um poderoso dispositivo de produção de uma subjetividade para o mercado e um projeto de redefinição das funções do Estado [ ] a finança tomou o controle da "reprodução social" e de seus financiamentos. Nem o movimento operário nem o movimento feminista foram capazes de opor verdadeiras alternativas a essa apropriação/privatização da "reprodução" [ ]. As consequências foram desastrosas: endividamento, individualização e despolitização, sem que o "crescimento" e a redistribuição [ ] alterassem, mesmo que marginalmente, a estrutura de classe do Brasil [ ].

Diante desse contexto, a noção de cotidiano desigual caminhava no sentido de perceber não apenas o cotidiano como nível da práxis desigualmente desenvolvido, mas como reprodutor das desigualdades sociais em patamares renovados, para aquelas famílias que estavam morando em novos espaços habitacionais, e para quem a propriedade privada do solo era algo contingente, onde faltavam equipamentos, faltava a vida urbana, a centralidade, e sobravam novas e grandes distâncias. Um cotidiano também transformado para as famílias moradoras dos bairros vizinhos aos novos condomínios populares, bairros estes bastante transformados do ponto de vista do seu ritmo, de suas proporções e da sua vizinhança que se "multiplica por dez" e que traz para o lugar demandas novas, atendidas ou não pelos poderes públicos. Também, para os mais pobres entre os empobrecidos, a permanência nas proximidades daqueles novos espaços sempre esteve ameaçada pela valorização do espaço, mesmo que mais pontual.

Tratava-se da reprodução de um cotidiano desigual, que já carregava desigualdades e produzia desigualdades renovadas, a partir de espacialidades específicas, nos espaços metropolitanos periféricos. A integração-desintegrante dos moradores revelava o cotidiano como sentido, horizonte da reprodução, mas um cotidiano crítico. Esta noção sinalizava um novo ciclo de realização das desigualdades para as classes trabalhadoras, em que os novos espaços produzidos pelas estratégias imobiliárias e financeiras com a mediação do Estado nas periferias realizavam um papel dialético, aquele possibilitar/impossibilitar pedaços formalizados do tecido urbano e da propriedade privada do solo para os envolvidos, movendo o fundo público e a valorização imobiliária e financeira do espaço nas periferias.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Certamente esse momento não inaugura o que poderíamos entender por financeirização das periferias ou das populações empobrecidas, mas representa um avanço substancial de um processo mais amplo de mercantilização e neoliberalização desses espaços urbanos e da vida dos sujeitos periféricos. A partir do desmoronamento, a partir de 2013 com seu apogeu no golpe de 2016, do denominado reformismo fraco das gestões que marcaram o lulismo, as crises econômica, política e social se avolumam e se sobrepõem, levando a ascensão de um novo momento de política crescentemente autoritária e antidemocrática, num projeto social ultrarreacionário alinhado a uma radicalização neoliberal com o governo Bolsonaro (2019-2022), que se estrutura e se reproduz também nas periferias, nas quebradas, nas favelas e ocupações.

Sabemos que a relação entre violência, autoritarismo e neoliberalismo não é atual. Segundo escreve Lazzarato (2019), o nascimento político do neoliberalismo é essencialmente violento. Ele precisou das ditaduras da América Latina para suas primeiras experimentações. Conceitos como empreendedor de si, concorrência, liberdade, governamentalidade, têm o pressuposto de que a subjetividade política do governado se erija sobre uma derrota, que o tornou de adversário político em vencido. Foi preciso soterrar as subjetividades revolucionárias com as ditaduras sangrentas da América Latina, com a eliminação, a destruição e o desaparecimento físico de revolucionários que iam contra o capitalismo e o neoliberalismo nascente. Assim, este autor nos mostra como a guerra civil é um intervencionismo prévio do neoliberalismo, apontando ainda que no chamado "Norte Global", no contexto do pós-guerra, sobretudo na Europa, os movimentos de 68 foram anticapitalistas mas muitos foram também antissocialistas, mais do que aconteceu na América Latina, onde o espectro revolucionário naquele contexto era maior e mais intenso. Para o autor, na Europa o neoliberalismo não chegou a se enfrentar com verdadeiros inimigos políticos, mas sobretudo com contestadores. Em nossa realidade latino-americana, o neoliberalismo precisou já em sua gênese se aliar a fascistas, militares, torturadores, criminosos. Caberia a nós agora decifrarmos as novas articulações, processos e sujeitos envolvidos na rodada atual de radicalização autoritária e violenta do neoliberalismo, compreendendo quais papéis a produção dos espaços urbanos periféricos tem tido nessa reprodução.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Segundo momento: a violência da rodada atual da neoliberalização das periferias

A leitura dos espaços periféricos hoje não é nada simples (o que não significa que tenha sido fácil algum dia). Muito vem sendo dito, escrito e pesquisado sobre as periferias. Em particular, consideramos importante uma leitura de corte etnográfico, de perto e de dentro, como aquela feita por trabalhos como os de Feltran (2011; 2014; 2018; 2020) e muitos outros em relação a uma mudança de estatuto do conflito nas periferias, da passagem (nunca completa) de um paradigma da integração dos sujeitos pelo trabalho – sujeitos se constituindo como tal enquanto trabalhadores e de certa forma se entendendo como sujeitos de direitos – para um momento mais crítico de esgotamento da possibilidade de integração social e de estabelecimento e multiplicação de inúmeras modalidades de empreendedorismo de um lado, e de outro, de uma gestão ou da administração desses espaços e populações pela segurança pública, com aumento da disposição de violência e de violência extralegal em diversas direções.

Hoje a identidade dos sujeitos periféricos não se coloca mais, ou pelo menos não mais com a mesma força, enquanto trabalhadores, mas enquanto população periférica, em grande parte empreendedora, que participa de projetos sociais, ONGs, de movimentos de cultura, com pautas mais identitárias, como gênero, como raça, e que apresenta formas de comunicação, de mobilização e de politização da condição periférica diferentes de algum padrão clássico de um momento anterior, marcadamente industrial, em que o emprego ainda era mais estável apesar dos baixos salários, em que o Estado não havia ainda se retirado da responsabilidade de capitanear programas sociais e não havia ainda terceirizado para ONGs esse papel público.

É incontornável também, para pensarmos as periferias urbanas em um contexto neoliberal financeirizado e autoritário, a reflexão sobre o mundo do crime e como ele vem se compondo como instância normativa de justiça, organizando muitas dinâmicas nas favelas, ocupações e periferias. E também sobre a violência policial crescentemente letalizada como política de segurança pública, em um contexto de circulação e comercialização legal e ilegal de armamentos, da constituição de discursos de ódio, seja contra dependentes químicos, seja com relação à diferentes orientações religiosas, afetivas, sexuais etc. Há uma complexidade nova em construção e em dis-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

puta nas periferias urbanas, da vida cotidiana e das práticas socioespaciais dos sujeitos moradores das periferias.

Pensamos que o exemplo da metrópole de Curitiba é pertinente para entendermos de modo mais direto e de perto o atual processo de neoliberalização das periferias realizado por meio de vários agentes: o Estado, por meio das suas políticas urbanas neoliberais, os mercados, por meio da expansão das suas formas de atuação e de valorização, e as organizações, instituições e movimentos sociais diversos, entre movimentos de luta por moradia, universidades, facções criminosas diversas, igrejas, ONGs, por meio de suas tentativas de organizar e também de dominar o cotidiano periférico.

Dentre as inúmeras políticas urbanas empresariais curitibanas, comentaremos sobre alguns aspectos da política habitacional de interesse social, envolvendo as políticas de regularização fundiária e de intervenção em favelas e suas articulações. Também vamos trazer, ao final, alguns elementos de práticas socioespaciais que procuram romper o controle imposto pelo Estado, pelos mercados, pelos agenciamentos diversos, em direção a um horizonte de acesso a direitos sociais. Algo muito importante de ser frisado é que as tentativas de ruptura do controle não são absolutas, são contraditórias, muitas vezes elas se compõem e interpõem de modo dinâmico, a ponto do movimento social disputar e ao mesmo tempo ter que conviver com territorialidades do crime, das igrejas, se articular com a atuação de ONGs e empresas privadas, reivindicar políticas públicas do Estado.

Não vamos reconstituir a historicidade e as particularidades do planejamento urbano de Curitiba, toda a imagem estratégica construída em torno dos mitos da cidade-modelo: modelo de planejamento, modelo ecológico, modelo de inovação etc. Mas é importante retomar a ideia de que desde os anos 1970 Curitiba inova na construção de um modelo não apenas de planejamento urbano mas de governo urbano e de um modo de ser do Estado em que o poder público tem, na venda da cidade, a constituição de um fundamento, uma espécie de matriz empresarial da ação do Estado em tudo o que diz respeito ao espaço urbano de Curitiba. Alianças contínuas entre grupos de poder solidários a este projeto, nos âmbitos estadual e municipal, permitiram a aplicação e o desenvolvimento de uma matriz empresarial conservadora.

Podemos afirmar que o planejamento urbano produziu e intensificou a periferização em Curitiba, pois o empresariamento da cidade, já nos anos

CONSEQUÊNCIA EDITORA

1970, que vem se reforçando e se atualizando, tem sido o fundamento da produção da cidade e da metrópole, agravando, com isso, o problema habitacional. O trabalho de Albuquerque (2007) analisa como, nessa estratégia de espetacularização do planejamento urbano de Curitiba, a questão habitacional, por exemplo, está ausente. O discurso do planejamento curitibano exitoso é, portanto, um discurso com lacunas e omissões intencionais, que oculta de modo funcional os problemas da habitação, o que, seguramente, oculta a existência das periferias da metrópole de Curitiba com seus muitos problemas e também com algumas potencialidades.

Com base no trabalho de Madianita Silva *et al*. (2022) a respeito da política de intervenção e de urbanização de favelas em Curitiba, podemos entender que a trajetória dessa política e da forma como o poder público municipal lidou historicamente com as contradições urbanas seria assim resumida: primeiro, a negação absoluta pelo poder público da existência das favelas e da possibilidade de sua permanência no espaço urbano. Com isso, como nos mostram as autoras, a política prevalecente é a remoção em detrimento da consolidação das favelas, e também a produção de lotes e habitações para reassentamentos nas periferias. Políticas de "erradicação de favelas" e "planos de desfavelamento" foram executados e até hoje podemos dizer que esta visão tem sido hegemônica na administração municipal e estadual. A visão da favela não como expressão de contradições, conflitos e desigualdades, não como lugares legítimos de vida e de trabalho na cidade, mas sim como uma disfuncionalidade e ameaça, tem imperado. Os despejos forçados nas reintegrações de posse violentas sempre estiveram presentes, e poderíamos dizer que eles seguem como uma política pública na senda do planejamento urbano neoliberal autoritário de Curitiba.

Naquela metrópole, paralelamente às remoções de favelas, o Estado passa também a exercer algumas ações de urbanização de favelas. As mesmas autoras escrevem, ainda sobre a política de intervenção em favelas, que:

> […] no final da década de 1990 […] a favela torna-se uma oportunidade para a captação de recursos em organismos multilaterais, com intervenções articuladas a grandes projetos de intervenção urbana. Condizente com a proposta neoliberal que conduziu a gestão, observa-se a incorporação do empreendedorismo como solução para o enfrentamento da pobreza nesses projetos […] (p. 283).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Vemos então que a neoliberalização da política urbana habitacional dirigida às periferias, ocupações e favelas, a neoliberalização como forma de atuação do Estado diante das desigualdades socioespaciais na cidade, estava em gestação desde a década de 1970 e que se realiza de modo mais sistemático desde a década de 1990.

As ocupações periféricas para as quais dirigimos nossas pesquisas e nossa atuação apresentam inúmeros elementos que podem atestar as diferentes conjunturas locais e nacionais, as diferentes políticas e as diversas estratégias dos grupos e movimentos sociais na luta pela moradia na metrópole curitibana. Podemos observar que, não obstante a longa história da constituição das favelas, ocupações e periferias na cidade, há uma retomada, no início dos anos 2010, de uma série de ocupações, algumas inclusive reivindicando sua solução por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, como foi o caso da Ocupação Nova Primavera[3]. Podemos também verificar que a solução para o acesso à moradia, no caso da maioria das ocupações, oscilava entre as modalidades de inserção no Programa Minha Casa Minha Vida inicialmente, e, posteriormente, se voltam também à realização da política municipal de habitação de interesse social por meio dos processos de regularização fundiária.

Olhando com mais atenção para a regularização fundiária em Curitiba, precisamos entender que falar da existência de uma política de regularização fundiária em Curitiba é falar também no empresariamento e na governança urbana como modos de encontrar e fazer mercado através das desigualdades materializadas nas periferias urbanas. Segundo Meirinho, Rocha e Auler (2015):

> […] a responsabilidade por promover a regularização fundiária em Curitiba reside na Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab-CT) […]. A Cohab-CT atua, majoritariamente, na política de reassentamento das famílias e na construção de casas, em projetos vinculados a programas de governo […]. Em raras ocasiões, a Cohab-CT fala em regularização fundiária. Mas, nesses casos, sua atuação se limita a propor a compra e venda dos terrenos ocupados

3 Ocupação localizada na Regional da Cidade Industrial de Curitiba, nos limites municipais entre Curitiba e Araucária, nas periferias oeste e sudoeste. Foi uma ocupação organizada pelo Movimento Popular por Moradia em 2012. Conta atualmente com cerca de 350 famílias.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> entre os moradores e os proprietários, geralmente com avaliações imobiliárias que supervalorizam os terrenos, inviabilizando a negociação, o que prejudica os moradores. Em decorrência disso, nas poucas situações em que há proposta de regularização fundiária em Curitiba, o resultado é a cobrança de valores dos moradores, o que inviabiliza a própria permanência das famílias no local em que residem há anos e ajudaram a construir […] (p. 102-103).

Ou seja, os negócios privados envolvendo a produção e o pagamento como condição para a regularização fundiária e para a apropriação da habitação de interesse social deixam evidentes as bases de um mercado fundiário e imobiliário nas periferias estruturado como política urbana municipal de interesse social. As dimensões tanto de uma produção quanto de um consumo capitalistas da moradia das classes e categorias sociais sem teto e sem terra aparecem como condição de acesso ao direito à moradia. Então, a violência estatista sob a forma de uma regulamentação urbanística privatizante, aqui presente, evidencia a venda da política habitacional como um serviço, a moradia da população periférica e das favelas como um produto, uma mercadoria, encontrando um sentido lucrativo como gestão mercadológica das desigualdades.

A regularização fundiária como negócio resulta claramente na e da proliferação de empresas com foco de atuação na regularização fundiária nas periferias urbanas. O caso da *Terra Nova Regularizações Fundiárias*[4], sediada em Curitiba, exemplifica bem. De acordo com o que é informado em sua página esta empresa seria:

> […] a primeira empresa social do Brasil especializada em mediação de conflitos humanos para a Regularização Fundiária de Interesse Social em áreas urbanas ocupadas irregularmente, garantindo que a propriedade cumpra a sua função social. Respeitando o ordenamento jurídico, as diretrizes urbanísticas e ambientais ditadas pela legislação vigente e os órgãos públicos fiscalizadores, a Terra Nova faz a mediação entre proprietários e ocupantes […], e resolve pacificamente conflitos relacionados à posse da terra, permitindo que as famílias moradoras do local obtenham por esforço próprio o título de propriedade dos lotes onde vivem, e os proprietários sejam indenizados pela perda da propriedade […] (página da empresa na internet).

4 Para um maior detalhamento, consultar https://grupoterranova.com.br

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Sobre empresas regularizadoras privadas, Prieto & Verdi (2023) apontam que:

> [ ] a empresa opera a prospecção de territórios com conflitos imobiliários em articulação direta com o poder público, em especial com representantes dos poderes Legislativo e Executivo. A descoberta de terras em conflito é a alma do negócio [ ]. Em termos jurídicos, um dos principais negócios da empresa é o acordo judicial que impede o processo de reintegração de posse pelo dito proprietário. No que tange à dimensão urbanística e ambiental, a empresa vende o atendimento às legislações municipais para que os serviços e infraestruturas de água, esgoto, luz, cabeamentos e pavimentação possam ser realizados pelo Estado [ ] busca mercantilizar a privação do urbano e abocanhar nas margens do Estado (DAS; POOLE, 2004) uma parcela da hegemonia periférica com a formalização da propriedade privada da terra. Ademais, capitaliza a gestão das precariedades como um ativo financeiro que não se reduz apenas à titulação, mas envolve uma série de mercadorias e negócios. O conflito fundiário e o papel, em si, de agente expulsor do próprio Poder Judiciário são condições necessárias para a expansão do mercado fundiário e imobiliário de regularização fundiária privada assentado na constituição plena da propriedade privada. A regularizadora privada vende também uma série de mercadorias ligadas à organização social da comunidade: cursos para o fortalecimento do protagonismo das lideranças, identificação e capacitação de agentes comunitários que realizam a cobrança de parcelas, cadastro censitário e diagnóstico socioeconômico das famílias, formalização jurídica da Associação de Moradores, quando necessário [ ]. Em síntese, de acordo com Milano, Petrella e Pulhez (2021), a empresa regularizadora funciona como um agente conciliador em situações de irregularidade de ocupação. Tal conciliação, no fim, é um acordo de compra e venda mediado pela empresa [ ] (p. 65-66).

Em conversa recente com uma liderança da Ocupação Tiradentes[5] – ocupação que enfrentou alguns pedidos de reintegração de posse e enfrenta uma batalha judicial com uma empresa vizinha que exerce uma atividade de aterro sanitário na área – soubemos que após um acordo de doação de

5 Esta ocupação integra o complexo de quatro ocupações de moradia do qual também faz parte a aqui citada Ocupação Nova Primavera. A Ocupação Tiradentes foi iniciada em 2015 e conta com mais de 500 famílias.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

parte do terreno desta empresa para a Associação dos Moradores da Nova Tiradentes – CIC o imóvel foi protocolado para ser incluído no Programa Moradia Legal (Programa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná). Tal Programa, de alcance estadual, busca facilitar e agilizar os processos judiciais envolvendo a regularização fundiária, sendo uma parceria entre o Poder Judiciário, o Ministério Público, Municípios e sociedade, com base em modelos de execução público-privado. Diante dos dados do relatório 2023 do Programa, menos de 2% da execução das iniciativas de regularização eram municipais, o restante era executado por empresas privadas de regularização fundiária, como *Propriedade Legal*, *Solium*, *Solo Seguro*, *Tributceh*, *Formana*, *Bana Engenharia*.

Portanto, os moradores das áreas ocupadas que contam com a atuação de empresas como as citadas financiam, via pagamentos, a regularização fundiária, mesmo que com valores a princípio tidos como módicos. Uma regularização da terra urbana que não é reconhecida e exercida plenamente como direito, mas como serviço e negócio privado. Por outro lado, o direito de propriedade é resguardado, via indenização dos supostos proprietários. Isto revela a capitalização dos terrenos, das moradias, dos espaços e das famílias empobrecidas nas periferias, onde o poder público vem crescentemente terceirizando e empresariando a chamada política de interesse social urbana e, com isso, vem capitalizando e mercantilizando as desigualdades socioespaciais.

Como assinalamos, o neoliberalismo e a governança urbana financeirizada buscam impor a propriedade privada da terra como forma exclusiva de acesso das populações periféricas à moradia, como dívida financeira e como propriedade privada – eventual e precária – do solo urbano para as classes trabalhadoras. Não podemos deixar de enfatizar que tais famílias são potencialmente expropriáveis pela execução das dívidas em caso de não pagamento. Então, o combate às ocupações na cidade e a execução de um modelo de regularização fundiária que se dá sob os termos aqui expostos se revela um combate contra quaisquer apossamentos que questionem, mesmo que de modo efêmero, a propriedade privada da terra.

Esse horizonte proprietário é reforçado constantemente por uma mercantilização ampliada da vida cotidiana: são os empreendedorismos ligados às formas de trabalho precarizado, às capitalizações da política urbana neoliberal financeirizada, às porosidades entre lutas sociais, igrejas neo-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pentecostais, mundo do crime, clientelismos políticos e projetos sociais via ONGs e outras organizações. Violências e empreendedorismos vêm, assim, compondo hoje uma relação estreita e um arranjo complexo com políticas públicas e espaços periféricos, disputando e compondo hegemonias nesses espaços.

Como escreve Feltran (2014), as estratégias de governo dos pobres atualmente estão assentadas no estabelecimento de recortes populacionais precisos, aos quais se destinam políticas distintas (e precisas). Variando entre códigos normativos distintos, como a lei do Estado (encarceramento, programas sociais neoliberais, punitividade policial), como o crime, como a moralidade religiosa, os sujeitos sociais moradores das periferias são integrados entre si, com e pelo Estado, por meio do neoliberalismo e pela mediação da monetarização, do consumo, da propriedade, por meio de uma lógica mercantil monetarizada ampliada via políticas públicas.

Pode-se argumentar que o neoliberalismo autoritário brasileiro atualizou e aprofundou a governança dos sujeitos periféricos pelo regime estatista em duas direções: de um lado, a necropolítica e a necrodemografia[6] como políticas de segurança pública para os tidos como "bandidos" e mesmo para os tidos como não integráveis (ou integráveis parcialmente) ao consumo monetário e à extração de formas de mais-valia cujo limite é a própria morte, e de outro, a neoliberalização das políticas sociais urbanas, como a política de habitação de interesse social a enredar periferias, favelas e ocupações em circuitos mercantilizados e financeirizados.

Alguns apontamentos

E o que se pode fazer e o que se tem feito diante de tudo isso? Que alternativas se abrem? Exemplos de ações de luta e resistência no contexto do Paraná e da metrópole de Curitiba existem. É o caso das cozinhas coletivas ligadas a movimentos sociais e outras associações. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deu início, durante a pandemia, a um projeto chamado Marmitas da Terra, que é uma resistência situada em algum lugar entre a urgência do estar vivo e a luta pela construção da utopia

6 Ver Volochko (2022).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

da transformação social, articulando de forma intensa e nova mobilizações nas periferias e ocupações urbanas a assentamentos de reforma agrária. Existe aí uma mediação que é a politização da fome, das condições urbanas, de trabalho e de vida, que merece ser ressaltada e refletida.

Muitos trabalhos instigantes vêm sendo conduzidos na intersecção entre a universidade – com projetos de pesquisa, ensino e extensão – e os sujeitos periféricos, coletivos e movimentos sociais. É o caso, por exemplo, da pesquisa "Agenda Propositiva das Periferias"[7], realizada pelo Centro de Estudos Periféricos coordenado pelo professor Tiaraju D'Andrea da Unifesp. Trata-se de uma pesquisa engajada e situada, como seus próprios autores a identificam, realizada por estudantes e pesquisadores com vivência nas periferias urbanas de São Paulo, que partiu da realidade das periferias para conduzir o desenvolvimento de eixos temáticos como cultura, gênero, habitação, participação popular, transporte, educação, infâncias, saúde, trabalho, violência, racismo e genocídio, proposições não apenas para políticas públicas mas para uma reinvenção das quebradas, como afirmam. Segundo é afirmado, este trabalho aponta a consciência de que as periferias estão em movimento entre os tempos históricos e as ações de seus moradores e moradoras, na busca por sobrevivências e por soluções realizadas com um pé dentro e outro fora do Estado, ou, como afirmam, com proposições radicais para nosso tempo histórico. A relação com o Estado, assim, transita entre uma não negação do Estado e propostas de organização territorial autonomistas, buscando radicalizar, por dentro e por fora das instituições públicas, as lutas periféricas.

As práticas socioespaciais periféricas implicam o cotidiano dos seus moradores em todos os entrecruzamentos e disputas que mencionamos neste texto. Certamente, o direito à vida se coloca hoje como uma perspectiva radical de luta social para e nas periferias, diante das inúmeras violências dirigidas aos seus moradores. Desde a violência do próprio processo de urbanização (cf. Sampaio, 2015) enquanto reprodução capitalista de fundamentos desiguais como a propriedade privada da terra e a segregação – como visto nas políticas urbanas neoliberais – até a mortalidade produzida como política de segurança pública apontada para jovens negros favelados. Entre estas políticas de controle das periferias persistem ações que se coletivizam

7 Disponível em: https://rosalux.org.br/agenda-propositiva-das-periferias/

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nesses territórios e que tensionam tais controles pelas tentativas de ruptura dessas formas de dominação. Do cotidiano das periferias e ocupações podem emergir centralidades lúdicas, centralidades de luta de pequeno e médio escopo, mais imediatas, e também lutas de longo alcance em escalas mais amplas, lutas mais estruturais e duradouras. Tais lutas incorporam e reproduzem inúmeras contradições e atravessamentos, ainda assim buscam propor, a partir das periferias urbanas, experiências coletivas de politização cotidianas, seja articulando novas formas de informação e comunicação, novas formas de expressão e representação, lutas por melhores condições em relação às formas atuais de trabalho, de moradia, apontando lutas por direitos, justiça e igualdade social, racial, de gênero, sexual, geracional e territorial na sociedade brasileira.

Referências

ALBUQUERQUE, A. F. de. *A questão habitacional em Curitiba*: o enigma da "cidade modelo". 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Habitat) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-20052010-092803/pt-br.php. Acesso em: 24 mar. 2025.

ALVAREZ, I. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. *In*: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 65-80.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CANETTIERI, T. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CHAUÍ, M. de S. *Conformismo e resistência*: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 545p.

DAS, V.; POOLE, D. State and its margins: comparative ethnographies. *In*: DAS, V.; POOLE, D. (Org.). *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 3-33.

FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão*: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2011.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, set.-dez. 2014.

FELTRAN, G. *Irmãos*: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, G. Das prisões às periferias: coexistência de regimes normativos na "Era PCC". *Revista Brasileira de Execução Penal*, v. 1, n. 2, 2020, p. 45-71.

HIRATA, D. *Sobrevivendo na adversidade*: mercados e forma de vida. São Carlos: UFSCAR, 2022.

LAZZARATO, M. *Fascismo ou Revolução?* O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MEIRINHO, B. C. D; ROCHA, L. S.; AULER, M. M. Regularização fundiária: política pública ou negócio? Como Curitiba propõe a regularização de assentamentos autoconstruídos. *In*: COELHO, L. X. P. (org.). *O mito do planejamento urbano democrático*: reflexões a partir de Curitiba. Curitiba: Terra de Direitos, 2015.

MILANO, G.; PETRELLA, G.; PULHEZ, M. *O anjo caído na terra prometida*. Novos Estudos Cebrap, v. 40, n. 1, jan.-abr. 2021, p. 80-100, 2021.. https://doi.org/10.25091/s01013300202100010003

PRIETO, G.; VERDI, E. F. *Irmãos na Terra Prometida*: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, 1(85), 55-73, 2023. https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i85p55-73.

ROCHA, L. M. *O repertório dos projetos sociais*: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: BIRMAN, P. *et al.* (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Acesso em: 24 mar. 2025.

SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAMPAIO, R. A violência do processo de urbanização. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.) *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 55-84.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SILVA, M. N. *et al*. Os projetos de cidade e a cidade das favelas: revisitando a experiência de Curitiba a partir da trajetória da política de intervenção em favelas. In: SILVA, M. N.; CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. *Urbanização de favelas no Brasil*: trajetórias de políticas municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

VOLOCHKO, D. *Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10082012-183616/. Acesso em: 24 mar. 2025.

VOLOCHKO, D. Lutas urbanas na metrópole de Curitiba: moradia popular, ocupações de terra e resistências. *GeoTextos*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 37-50, jul. 2016.

VOLOCHKO, D. A necrodemografia neoliberal no Brasil contemporâneo. *In*: CARLOS, A. F. A.; RIZEK, C. S. (org.). *Direito à cidade e direito à vida*: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade. São Paulo: USP, 2022. v. 1, p. 98-125.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 14

Viver na periferia como ato de luta e resistência: a criação de um banco comunitário em Fortaleza – o Banco Palmas

José Borzacchiello da Silva

"À memória de Yves Cabannes, incansável na luta pelos direitos sociais e pela emancipação humana"

1. Introdução

Na periferia de Fortaleza, ainda na década de 1990, surge uma novidade gregária capaz de mostrar conquistas das organizações populares e a valorização do saber e do conhecimento que emerge nas bases em busca de melhores condições da vida comunitária. Foi no longínquo Conjunto Palmeiras[1] que a associação de moradores focada na busca de driblar a carestia, criou o Banco Palmas, iniciativa pioneira, replicada, posteriormente, em várias cidades brasileiras e do mundo.

Carência e carestia estão presentes nas cidades brasileiras e, em seu interior enormes porções territoriais bem diferentes estabelecem históricas relações de dependência. As porções desiguais compõem uma paisagem que a olho nu revelam deficiências e faltas de políticas públicas voltadas às necessidades essenciais. Habitação e saneamento básico são os mais visíveis. Marcam a desigual composição da renda familiar. No Brasil, esses territórios não precisam ser procurados, eles aparecem nas encostas dos morros, nas dunas, em áreas alagáveis, nos cortiços, em áreas desmatadas e ao longo de estradas e vias principais. Alguns, remanescentes, que permanecem em bairros mais equipados, são, na maioria das vezes, testemunhos de lutas e de resistências. Essa diferenciação espacial inquie-

1 O Conjunto Palmeiras se localiza ao Sul de Fortaleza e dista 18 km em relação ao centro da cidade.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ta pesquisadores das ciências humanas. O geógrafo, por formação, tem experiência de pesquisa empírica fundada em trabalhos de campo, onde as teorias são ou devem ser testadas. Minhas pesquisas sobre a cidade e o urbano, são voltadas à apreensão da dinâmica dos movimentos sociais, especialmente, aqueles de caráter reivindicatório que expunham a precariedade da vida cotidiana, em Fortaleza. Dos muitos bairros da cidade, o Conjunto Palmeiras há muito despertava o meu interesse, especialmente, a criação do Banco Palmas. Seu caráter pioneiro marca um divisor de águas nas discussões e análises em torno do enfrentamento das condições de extrema pobreza dos moradores. Era impensável que num ambiente de urbanismo hostil ou às avessas, emergisse a criação de uma instituição de perfil popular voltada ao mercado conforme os moldes impostos pela financeirização da economia em contexto em que a globalização, já ajustada aos novos fluxos de capital e de mercadorias, reestruturava a cidade, já institucionalizada enquanto metrópole.

As péssimas condições de vida nas cidades têm sido tema recorrente dos geógrafos, Milton Santos publicou o livro Pobreza Urbana, em 1978, pela Editora HUCITEC. Bem antes, abordando um problema mais amplo, Josué de Castro, publicou em 1946, pelo *O Cruzeiro*, o livro Geografia da Fome: a fome no Brasil e, em 1967, publica Homens e Caranguejos pela Editora Brasília, do Porto, tendo a cidade do Recife como pano de fundo. A discussão da fome e das condições precárias em que vivia a maioria da população brasileira despertou também interesse de estrangeiros, como foi o caso de Janice Perlman[2], autora do livro O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro, editado pela Paz e Terra. Souza (2005, p. 89),[3] analisando o livro de Janice Perlman, assim se refere

> Dotada de razoável senso crítico, mas sem ser uma intelectual marxista, Perlman demonstrou, com seu trabalho, que os favelados não eram, de for-

2 PERLMAN, Janice, *Myth of Marginality*, Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro, 1976.

3 SOUZA, M.L. Revisitando a crítica ao mito da marginalidade: a população favelada do Rio de Janeiro em face do tráfico de drogas. *In*: ACSELRAD, G. (org.). *Avessos do prazer*: drogas, Aids e direitos humanos [online]. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 89. Disponível em: https://books.scielo.org/id/bgqvf/pdf/ascelrad-9788575415368-07.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> ma alguma, 'marginais', no sentido de estarem à margem do sistema. Muito pelo contrário, os favelados estariam integrados ao sistema – o que, obviamente, não significa negar a sua situação objetiva de segmento desprivilegiado e oprimido.

As autoridades responsáveis pelas políticas públicas mais emergentes e essenciais aos chamados "marginais", que teriam que resolver a seu modo os problemas habitacionais, entre outros. Onde o Estado não entrava como provedor, a empresa chegava. Mesmo que precariamente, as áreas desprovidas de estrutura e de equipamentos eram abastecidas de água e energia. O mercado voltado à produção de material de construção, de mobiliário e de eletrodomésticos, criava linhas de crédito pautadas em "prestações" e atraía enormes contingentes de consumidores.

As inovações tecnológicas rapidamente alcançaram as chamadas "comunidades" com a chegada dos computadores, telefones celulares, internet. No plano da mobilidade, as motocicletas lideram como meio de transporte. Através delas os moradores utilizam os serviços oferecidos pela economia informacional plataformizada – *Uber*, entrega de alimentos, compras online. No site Consumidor Moderno, há a confirmação: "Sim, o consumo *on-line* caiu no gosto da favela e está em expansão", diz Emilia Rabello, CEO da Outdoor Social. De acordo com a Pesquisa Persona Favela, desenvolvida pela Outdoor Social Inteligência, braço da *holding* Outdoor Social, a média de compras virtuais nas 15 maiores favelas do país é de 38%, onde 82% desses produtos são entregues nas portas das residências.[4]

4 BRANDÃO, M., Como é o comportamento de consumo online nas favelas? *Consumidor Moderno* Disponível em: https://consumidormoderno.com.br/comportamento-consumo-online-favelas/, Acesso em 19 fev. 2025, julho 6, 2022.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

2. CONJUNTO PALMEIRAS – um bairro construído por seus moradores

Para começar, nada melhor que Matias (2019)[5] quando, a propósito de sua dissertação de mestrado, diz: "Intitulo esse trabalho parafraseando o que está sobre a maquete exposta na Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, que diz: Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras.

Essa afirmativa revela um campo de força característico de todos os sujeitos sociais produtores de espaço e guardiões do território do Conjunto Palmeiras. Implantado de forma incompleta em 1973, o que gerou sérios problemas aos novos moradores que se viram diante de péssimas condições de moradia, obrigando-os a reconstruir o que não havia sido construído. Surgia uma possibilidade de organização e de mobilização sinalizando o surgimento de vínculos comunitários.

Figura 1 – Conjunto Palmeiras – trecho da Avenida Valparaiso

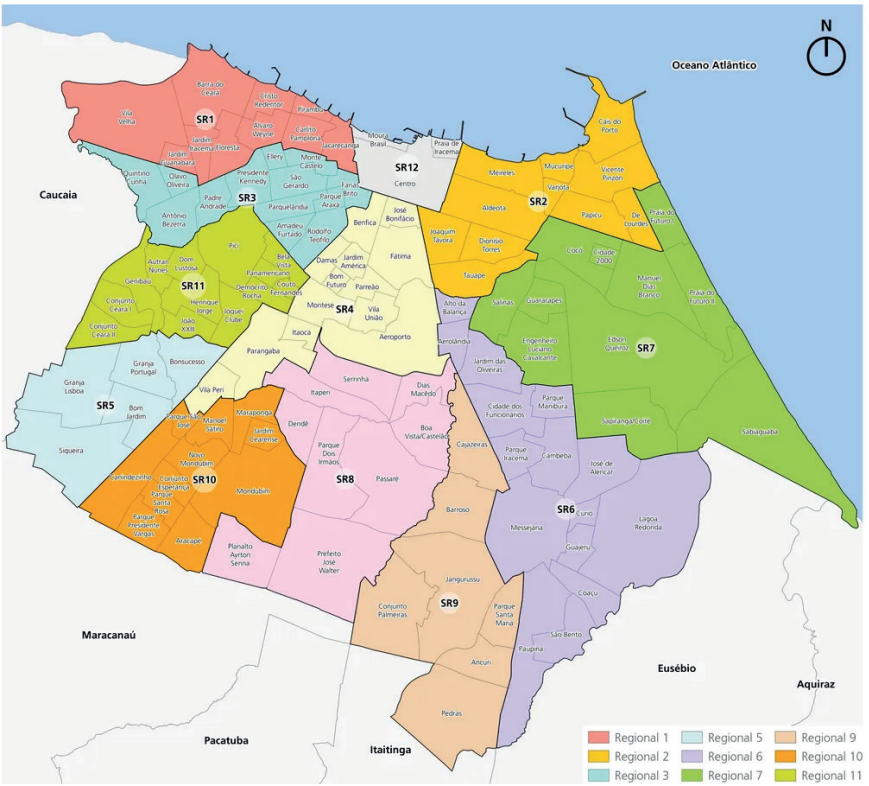


Foto do autor – 2025.

5 MATIAS, Emanuela Ferreira. *Deus Criou o Mundo e Nós Construímos o Conjunto Palmeiras*: Quilombismo Urbano de Populações Afrodescendentes em Fortaleza-Ceará. 2019. 127f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 2 – Mapa da divisão administrativa de Fortaleza-CE (2025)[6]



Fonte: site G1.globo.com (2025).

O novo bairro deveria acolher 1.500 famílias de baixa renda, conforme política oficial que removia para a periferia da cidade, milhares de pessoas que ocupavam áreas que passavam por fase de renovação da infraestrutura urbana, imprimindo o aumento do preço da terra e anunciava uma maior pressão sobre o uso do solo e luta pelo espaço. Aos poucos os pobres eram deslocados para precários conjuntos habitacionais ou para loteamentos que não passavam de um parcelamento das glebas que não contavam com o essencial como ruas pavimentadas, posteamento para o fornecimento de energia e iluminação pública, rede de abastecimento de água. No tocante às

6 O bairro Conjunto Palmeiras integra a Regional 9 e corresponde ao Território 32: Conjunto Palmeiras e Jangurussu.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

escolas, postos de saúde e transporte coletivo, a carência era geral. A remoção era compulsória e todos os moradores tiveram que abandonar as suas habitações nas favelas centrais e foram transferidos para a periferia da cidade, distante a 22 quilômetros do centro da cidade e do litoral. No Conjunto Palmeiras, conforme Paulino (2019)[7],

> na história do movimento organizado no Conjunto Palmeiras, a noção de comunidade foi incorporada à linguagem cotidiana com a presença da Igreja Católica – representada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – e de organizações que se definem como atores externos ao território, a exemplo da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Mas perceber essa influência não significa dizer que o aprendizado acumulado a partir das lutas locais aportou de fora para dentro. O bairro foi construído pouco a pouco pelos moradores, com ousadia, criatividade e celebração autônoma diante das conquistas alcançadas.

O momento político não era propício às reinvindicações populares e aos conflitos sociais. Na década de 1970, Fortaleza planejava o que viria a ser a sua região metropolitana[8] e as primeiras ações voltadas as atividades do turismo e do lazer começavam a tomar corpo. Difícil conciliar a cidade onírica do turismo com o elevado número de favelas que eram e continuam sendo vistas como um grande entrave para os gestores e planejadores das cidades brasileiras. Negligenciam que elas são estruturais em nossa realidade social, política e econômica e que decorrem do quadro de extrema desigualdade social e pobreza. Escondê-las não significa erradicar a pobreza. Ao alinhar a cidade de forma mais estreita com as atividades do turismo e do lazer, a política urbana não foi capaz de enfrentar os problemas estruturais e sociais que afetaram os moradores remanescentes e os realocados. A

7 PAULINO, Antônio George Lopes. Entre o diálogo e a resistência: o movimento social de bairro no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE), *Caderno CRH*, v. 32, núm. 87, p. 659-677, 2019, Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3476/347663003014/html/, Acesso em 07 mar. 2025.

8 A Região Metropolitana de Fortaleza, foi criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. É formada por 19 municípios e conta com uma população em torno de 4 milhões de habitantes.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nova área destinada a eles estava distante de tudo, dos postos de trabalho e das escolas, com acesso precário ao transporte urbano e sem abastecimento de água, saneamento ou eletricidade. O Conjunto Palmeiras, por sua vez, exprime a saga de uma comunidade ansiosa em solucionar problemas. Inserida num quadro social que se repete pelo país afora. São consumidores, inseridos na rede do consumo, totalmente financeirizada, com operações bancárias avançadas em termos tecnológicos e disponibilizadas aos consumidores através dos telefones celulares que facilitam as operações, tornando-os cativos da creditização, conforme depoimentos de várias lideranças comunitárias que conheci e com as quais tive oportunidade de trabalhar em cursos de formação ministrados na Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular, mantida pelo CEARAH Periferia[9], com apoio da Oxfam[10], Trócaire[11] e Banco do Nordeste[12].

9 CEARAH Periferia – O Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos – CEARAH Periferia – é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em 1991, que atua principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana (CE-Brasil). Filiado à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e membro do Conselho Nacional das Cidades. Seu principal objetivo é o apoio ao Movimento Popular Urbano em suas lutas, visando a melhoria das condições de vida nos assentamentos humanos por meio do desenvolvimento e fortalecimento de ações coletivas no âmbito da habitação, geração de renda e capacitação de lideranças comunitárias. Fonte: Cearah Periferia. *Sobre nós*. Disponível em: https://landportal.org/organization/cearah-periferia. Acesso em: 17 fev. 2025.

10 OXFAN – A Oxfam é uma organização global que luta contra a desigualdade para acabar com a pobreza e a injustiça. Oferecemos suporte vital em tempos de crise e defendemos a justiça econômica, a igualdade de gênero e a ação climática. Exigimos direitos e tratamento iguais para que todos possam prosperar, não apenas sobreviver. O futuro é igual. Fonte: Oxfam. *Quem somos*. Disponível em: https://www.oxfamamerica.org/about-us/. Acesso em: 17 fev. 2025.

11 Desde 1973, a Trócaire desafia a injustiça e oferece apoio às pessoas que convivem com seus efeitos. Das guerras civis na América Central à campanha para acabar com o apartheid na África do Sul, Trócaire tem se manifestado em nome dos oprimidos e marginalizados.
Esta linha do tempo destaca alguns dos principais momentos da história da organização. Fonte: Trócaire. *Nossa História*. Disponível em: https://www.trocaire.org/about/our-history/. Acesso em: 17 fev. 2025.

12 O Banco do Nordeste foi criado pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, para atuar no chamado Polígono das Secas, designação dada a perímetro do território brasileiro atingido periodicamente por prolongados períodos de estiagem. A empresa assumia então a atribuição de prestação de assistência às populações dessa área, por meio da oferta de crédito. Fonte: Banco do Nordeste. *Institucional*. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/institucional. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Foram muitos os cursos. Chamava a minha atenção o enorme interesse dos participantes, todos militantes dos movimentos populares. Tive a oportunidade de dar aulas para diferentes grupos. Constatei em algumas ocasiões ao longo dos anos, a presença de três gerações de uma mesma família, estando juntos ou em turmas diferentes, avós, pais e filhos. Isso trazia uma enorme satisfação. Quando discutíamos problemas e propostas de soluções para Fortaleza e juntos construíamos mapas com listagem e localização dos problemas nos distintos bairros, os grupos discutiam com entusiasmo. Constatar os diferentes territórios no espaço da cidade considerando a infraestrutura, os equipamentos e serviços, provocava momentos de acirrados debates e de tomada de posição pelo fortalecimento das associações que eles representavam e nas quais atuavam. Bairros que apresentavam toda gama de problemas e a quase total ausência do Estado, enunciavam discursos de indignação e de revolta. Os cursos da Escola de Planejamento eram organizados com muito esmero e dedicação. A busca por metodologias capazes de despertar interesse nos participantes, especialmente entre os jovens, resultava em múltiplas atividades voltadas à formação, tendo em vista a sua qualificação, como explorar mapas mentais, representação cartográfica dos principais problemas que afligiam a comunidade. A experiência de produzir ilustrações de fundamentação cartográfica produzida em grupo provocava muita discussão e resultava em material de grande expressão didática. As primeiras atividades reuniam todos os animadores que iriam integrar o grupo responsável por cada módulo. A atividade de campo, na fase inicial consistia em percorrer vários bairros da cidade de Fortaleza. Essa era uma das tarefas mais importantes. Noções de escala eram abordadas com a preocupação de favorecer a distinção entre as escalas gráfica, geográfica e social. Importante também era traduzir as diferentes concepções de absoluto e de relativo. O trabalho de campo aproximava os participantes, estimulava a curiosidade e os questionamentos. A participação das comunidades e movimentos organizados de Fortaleza era o ponto fulcral para intervenção propositiva no processo de desenvolvimento urbano integrado e solidário. Dentre os vários bairros que mereciam a nossa atenção, o Conjunto Palmeiras despontava como um dos mais carentes e esquecidos pela administração pública.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

3. A Cidade: Fortaleza

O Ceará midiático é vendido nas agências de turismo com vistas de paisagens paradisíacas, maravilhas das belezas naturais do seu litoral, além dos apelos à culinária e ao artesanato. Muito distante das lamúrias de um tempo em que o Ceará era frequentemente dominado pelas secas prolongadas, o sol ocupa, hoje, excepcional lugar de destaque no trade turístico que explora com minúcias a luminosidade do litoral cearense, uma extensa faixa seletiva, em frequente transformação com investimentos de alto custo na construção de hotéis, pousadas de luxo, parques temáticos, condomínios-clube, campos de golfe, bares e restaurantes, além de serviços sofisticados. A implantação desses equipamentos e atividades voltadas ao turismo e ao lazer tem sido feita à base de sucessivos conflitos centrados na luta pela posse e permanência na terra de vários grupos de pescadores, agricultores sem-terra, marisqueiras, pequenos comerciantes. A remoção desses trabalhadores tem sido frequente.

A cidade de Fortaleza é o portão de entrada desse Ceará midiático que adquiriu lugar de destaque no contexto do turismo brasileiro. Dentre outras atividades, o turismo contribuiu, sobremaneira, no processo de crescimento da cidade. Uma pequena recuperação da história urbana de Fortaleza, mostra que ela se consolidou como cidade a partir da Segunda Guerra Mundial, terminada em 1945. Já no início dos anos 50, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil[13], com o objetivo de intervir no chamado Polígono das Secas, designação dada a perímetro do território brasileiro atingido periodicamente por prolongados períodos de estiagem. Logo em seguida foi a Universidade Federal do Ceará[14], instituição que fincou suas bases na cidade, se legitimou e alcançou reconhecimento nacional. O DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS – foi transferido para Fortaleza em 1963. Esses órgãos exerceram acentuado papel na afirmação de Fortaleza, como polo cultural, político e econômico, atraindo um expressivo corpo de técnicos para a cidade. O DNOCS perdeu a expressão que tinha, principalmente quando construía enormes açudes e implantava perímetros de irrigação pelo inte-

13 O BNB foi criado pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952.
14 Foi criada pela Lei nº 2.373, em 16 de dezembro de 1954.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

rior do Nordeste. A cidade já vinha acusando um crescimento demográfico acelerado, com a transferência de enormes contingentes de sertanejos assolados pelas secas.

A capital, mesmo precariamente, foi acomodando as levas e levas de migrantes. Aumentava a pobreza urbana e a cidade expandia as suas fronteiras o que foi correspondido na sua funcionalidade urbana que ultrapassou os limites do Estado e já em 1973 compôs a lista das recém-criadas metrópoles brasileiras[15]. Fortaleza adquiriu grande destaque por sua força metropolitana, inibidora do crescimento de cidades do interior. Grande centro de negócios e inovações, Fortaleza adquire destaque nacional e, à custa de um processo excessivo de macrocefalia urbana, impõe seu peso de capital e centro de excelência no Estado, em latente competição urbana com cidades mais consolidadas, como Recife, São Luiz e Belém. Fortaleza tem um tamanho urbano ímpar. Localizada em pleno Semiárido, onde ostenta galhardamente o título de maior cidade desta imensa faixa climática, Fortaleza marca com firmeza a significativa diferença de tamanho urbano, de qualidade de vida e possibilidades de emprego e renda quando compara-se a *capital* com as *demais* cidades do interior.

Com uma estrutura multipolar a cidade se transmuta em função de grandes e novos empreendimentos públicos e privados em vários setores – porto, aeroporto, metrô, novos distritos industriais.

4. A Economia Solidária

A pobreza em Fortaleza ocupa expressiva porção do território e, apesar de todo esforço do capital imobiliário de empurrá-la para o entorno, numa faixa onde os conjuntos habitacionais expressam essa forma de moradia produzida em série a partir de um modelo.

15 As primeiras regiões metropolitanas do Brasil foram criadas em 1973, por meio da Lei Complementar nº [14] As cidades que compuseram essas regiões foram: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro data de 1974.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 3 – Cidade de Fortaleza



Foto: Fabiane de Paula
Fonte: Diário do Nordeste, 10 de janeiro de 2023.

A constatação do contexto de carência de várias ordens aliadas à organização da cotidianidade, tornou-se foco gerador de trocas e de solidariedades. Rocha (2021)[16], afirma que a

> A Economia Solidária se apresenta como um fenômeno social em oposição a esse arsenal de maldades que o sistema tenta impor. Baseado em um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção e sistema de troca solidária, justo e democrática e no cooperativismo, procura resolver o problema do desemprego, do acesso à renda e do controle aos meios de produção. É um movimento carregado de contradições por conviver dentro do capitalismo, mas que, em oposição a ele, guarda o embrião de uma nova sociedade com as relações sociais que se propõe construir.

É no contexto da Economia Solidária que surgem os bancos comunitários. Ao perguntar "o que é um Banco Comunitário", o boletim do Instituto

16 ROCHA, H., Os Bancos Comunitários contra a extorsão do sistema financeiro *Rumo a Assis*: na direção da Economia de Francisco. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609478-os-bancos-comunitarios-contra-a-extorsao-do-sistema-financeiro. Acesso em 13 mar. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Banco Palmas[17] dá a resposta, afirmando que os "Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares".

5. Falando de financeirização

No século XXI o mundo mostra-se acelerado com mudanças que alteram sobremaneira a dinâmica global. A emergência da China enquanto potência econômica tem provocado alteração de rotas em função de novos mercados que se consolidam. Dentre as várias facetas desse mundo em mutação, o processo de financeirização desponta como o que tem provocado uma reviravolta em vários setores de atividade e forte implicação no consumo e no mercado de trabalho. O impacto da financeirização atinge a todos, entretanto, no Brasil, os dados indicam que os mais pobres ficaram mais pobres e precarizados. São os efeitos das políticas globais comandadas pelo capital em sua terceira etapa, conhecida como a da financeirização da economia, tendo os bancos e as grandes corporações como os principais agentes e através do capital financeiro, obtém seus lucros ao contrário da etapa anterior pautada na produção de bens e de serviços. Para a economia popular, as elevadas taxas de juros oneram, sobremaneira, a produção da habitação, de alimentos, do vestuário aos serviços de saúde e de educação. Os serviços financeiros instituídos numa teia interminável de atividades norteiam o cotidiano de toda a sociedade. Ele se integra na vida das pessoas, tornando-as dependentes, sendo as camadas populares as mais vulneráveis à sua ação.

17 INSTITUTO BANCO PALMAS. *O que é um banco comunitário?*. Disponível em: https://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/. Acesso em: 29 jan. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Conclaves internacionais reúnem representantes de vários países em busca de medidas globais capazes de alcançar modelo de crescimento econômico chamado de sustentável, pautado em pressupostos socioambientais capazes de reduzir as desigualdades sociais. Nas mesas de discussão, representantes do capital financeiro recusavam essas propostas, de cunho social mais inclusivo.

Lá na ponta, nas periferias das cidades brasileiras, especialmente, nas do Nordeste, extensos territórios ocupados por conjuntos habitacionais e por loteamentos sem a devida infraestrutura, as carências são percebidas na paisagem. Diferentes formas gregárias animam a vida cotidiana em forma de associações de moradores, grupos organizados em torno da religião ou do esporte e também como forma de driblar a carestia. O Banco Palmas decorre desse contexto. É provável que a palavra financeirização nunca tenha sido dita nas discussões dos grupos preocupados em encontrar uma forma mais exequível para minimizar os efeitos do aumento do custo de vida. Entretanto, ela atravessa o cotidiano e interfere na vida do conjunto da sociedade.

Sob a perspectiva teórica, são várias as explicações plausíveis, como a de Dowbor (2020)[18] quando afirma que

> a financeirização provoca um desastre ambiental planetário, uma desigualdade explosiva, e uma paralisia econômica que se explica de maneira simples: para haver produção e expansão econômica, não basta brincar com papéis financeiros, os recursos financeiros precisam ser investidos na produção.

As mudanças são bruscas. O conceito e aplicação da IA – Inteligência Artificial – revoluciona o mundo da tecnologia da informação e provoca mudança no mundo da Internet e da robótica. São muitas as abordagens voltadas sobre esse tema que refletem e elencam os efeitos da financeiri-

18 DOWBOR, Ladislau. O fluxo financeiro integrado. *In*: *A era digital e o trabalho bancário*. CONCEIÇÃO, Jefferson José da II; NORONHA, Cláudio Pereira (orgs.). Santo André: Coopacesso, 2020. 465 p., p. 3. Disponível em: https://www.bancariosabc.org.br/images/PDF_diversos/livro-qrcode.pdf. Acesso em: 03 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

zação na escala global, Souza[19] (S/D) diz que um fator preponderante na diferença entre a financeirização nos países centrais e periféricos é que enquanto nos primeiros a desregulamentação e a liberalização foi um movimento de origem interna que impulsionou o desenvolvimento dos mercados financeiros, nos últimos esse movimento foi marcado por uma grande pressão internacional por liberalização de um sistema financeiro nacional que ainda era incipiente. Enquanto nos países centrais este processo teve início a partir da década de 1970, nos países periféricos foi a partir da década de 1980 e 1990 que tal processo ganhou força. A inserção dos países periféricos ao novo sistema monetário e financeiro internacional se deu através do desdobramento de antigas formas de dominação, que tiveram como síntese a financeirização subordinada.

O quadro não é nada animador. A financeirização está presente em tudo. As elevadas taxas de juros incidem sobre o preço do combustível, dos alimentos, do vestuário, dos serviços essenciais como as taxas e tarifas sobre o consumo de água, luz e gás, planos de saúde e educação. Difícil livrar-se, o cerco é muito grande.

Entre os geógrafos, Sanfelici D. (2013)[20] discute essa questão dizendo que

> quando se fala em financeirização não está se falando, exclusivamente, das instituições e agentes que compõem o núcleo do sistema de crédito (bancos, fundos de investimento, etc…), em que pese o papel central desses agentes na formulação do conceito. A noção de financeirização, que ganhou maior atenção nas ciências sociais nos últimos anos, repousa sobre uma compreensão de que as finanças se encontram cada vez mais associadas com uma vasta gama de atividades econômicas e sociais que ultrapassam a esfera financeira *strictu sensu,* e de que sua intrusão em todos os interstícios da sociedade reflete uma situação peculiar do capitalismo nos últimos vinte a trinta anos.

19 SOUZA, Cinthia de. *Financeirização subordinada*: A inserção da periferia no sistema monetário internacional frente ao poder do dólar. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1277_1583716237_ENEP_com_nome_pdf_ide.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.
20 SANFELICI, Daniel. *Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil*: uma contribuição ao debate. *EURE (Santiago)*, Santiago, v. 39, n. 118, set. 2013.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

6. FALANDO EM PERIFERIA: Conjunto Palmeira, mais pobre entre os pobres

Segundo o IBGE[21], "os valores dos rendimentos domiciliares per capita referentes a 2023 para o Brasil e unidades da federação, calculados com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostra que o rendimento domiciliar per capita para o Brasil foi de R$ 1.893, variando de R$ 945 no Maranhão a R$ 3.357 no Distrito Federal". Na pesquisa, o rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente no Ceará foi de R$ 1.166, valor inferior ao do Piauí, R$ 1.342 e do Rio Grande do Norte, R$ 1.373.

O resultado é compatível com as condições de vida observadas no Ceará, especialmente, em Fortaleza, cidade extremamente contrastante quanto à composição da renda de seus habitantes. Se o rendimento nominal mensal domiciliar per capita aparece entre os mais baixos do país, o Ceará ostenta uma lista de bilionários. Segundo o Portal IN, publicado no dia 28/08/2024, a mais recente edição da Lista Forbes de Bilionários Brasileiros de 2024, revela um forte domínio dos paulistas entre os ultrarricos do país.

De acordo com o levantamento, 97 dos 239 bilionários brasileiros são do estado de São Paulo, representando 40,6% do total. Esse número impressionante faz de São Paulo o estado com a maior concentração de bilionários no Brasil. O Ceará é o sexto estado brasileiro com mais bilionários, mas ocupa a primeira posição no ranking da região Nordeste.[22] Esses dados e informações são reveladores da concentração de renda no estado e a permanência da transferência de renda oficial. Dados da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República[23] mostram que no Ceará, 1.464,323 famílias dependem do Programa Bolsa Família.

21 IBGE. *IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2023 para Brasil e unidades da federação*. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao. Acesso em: 17 fev. 2025.

22 PORTAL IN. *Ceará é o 6º do país e primeiro do Nordeste em número de bilionários*. Disponível em: https://www.portalin.com.br/negocios/ceara-e-o-6o-do-pais-e-primeiro-do-nordeste-em-numero-de-bilionarios/. Acesso em: 17 fev. 2025.

23 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Bolsa Família chega a 20,77 milhões de famílias em novembro com 42 mil novos beneficiários*. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/bolsa-familia-chega-a-20-77-milhoes-de-familias-em-novembro-com-42-mil-novos-beneficiarios. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O grau de dependência das políticas de transferência de renda é muito alto. Os dados de janeiro de 2024 indicam que Fortaleza é a terceira cidade do Brasil em número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao todo, são 347.408 núcleos familiares que recebem o benefício. Os números são da plataforma da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e atualizados mensalmente, contabilizando novas adesões e saídas de beneficiários do Bolsa Família.[24]

O nível de carência é visível em todas as dimensões do cotidiano sobressaindo-se nas condições de moradia, na alimentação, na frequência de jovens que interrompem a escolaridade formal, condições gerais de saúde. Na cidade e nos demais municípios da região metropolitana uma enorme extensão do território é caracterizada pela escassez. No plano da organização da vida comunitária evidencia-se uma valorização de variadas práticas culturais e inventivas formas associativas pautadas em ações inclusivas, abertas sobretudo às questões de raça e gênero, bem diferentes das dominantes anteriormente, focadas em movimentos reivindicativos preocupados com a satisfação das necessidades básicas. A valorização das práticas culturais cotidianas se concretiza nos festejos juninos, nos grupos de teatro, na valorização da música, da capoeira, das cozinhas comunitárias e nas casas de acolhimento. É parte do novo presente com inovadoras formas organizativas das comunidades.

D'Andrea (2020)[25] diz que nesse ponto, cabe ressaltar o surgimento de uma consciência periférica calcada em uma experiência urbana de vivência local e de percepção de desigualdade entre distintos territórios da cidade. Os principais divulgadores dessa consciência foram os coletivos artísticos e culturais.

24 RODRIGUES, Luciano. Por que Fortaleza é a terceira cidade do País com maior número de beneficiários do Bolsa Família? *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 7 fev. 2024. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/por-que-fortaleza-e-a-terceira-cidade-do-pais-com-maior-numero-de-beneficiarios-do-bolsa-familia-1.3475369. Acesso em: 4 mar. 2025.

25 D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan.-abr. 2020.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A periferia toma corpo, ganha voz e se manifesta expondo-se, mostrando a sua realidade e condição. Pestana, 2023[26], assim se coloca, dizendo que a primeira vez que ouviu o termo foi lá mesmo na periferia, sentindo não apenas o peso da palavra, mas o sentido real do que a mesma queria dizer: lugar distante, carente, desprovido de muitos serviços públicos como saúde, educação, cultura, segurança e lei.

7. E na periferia de Fortaleza, nasce um Banco Popular

A periferia é marcada pela precariedade. Sucessivas crises sociais e econômicas repercutem na ampliação dos territórios periferizados. As tentativas de conceituar ou nomear o que é periferia incorrem, na maioria das vezes, no erro de considerar essa maior porção das cidades do sul global como totalmente dependente do centro de comando e controle. A periferia, compreendendo diferentes formas de moradia como as dominantes nas favelas, conjuntos habitacionais deteriorados, loteamentos mal estruturados, pulsa cada vez mais, revelando-se múltipla e vibrante. A periferia não pode ser encarada apenas como refúgio da marginalidade, caracterizada como local de embate com tiroteios e mortes constantes. As frequentes pelejas entre narcotraficantes, milicianos e a polícia criam um clima de pavor e desespero entre os moradores. Apesar desse aspecto que é real e verdadeiro, a periferia se legitima com criatividade e vigor. Sons e ritmos musicais inusitados conquistam o mercado musical. Ao lado de ações inovadoras, a comunidade se organiza e cria grupos teatrais, orquestras sinfônicas, constrói salas de cinema, teatros, quadras de esporte, além de outras formas de manifestação que estimulam a vida social, fomenta a pequena produção e mantém um comércio vivo e dinâmico.

Foi nesse universo que segundo Candido (2023)[27], na década de 1990, a associação de moradores do Conjunto Palmeiras, na periferia de For-

26 PESTANA, Mauricio. o significado real da palavra periferia. *CNN Brasil*. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mauricio-pestana-o-significado-real-da-palavra-periferia/. Acesso em: 24 set. 2024.

27 CANDIDO, Valentina. A história do primeiro banco comunitário do Brasil. *Nexo Jornal*, 31 mar. 2023. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/03/31/A-hist%C3%B3ria-do-primeiro-banco-comunit%C3%A1rio-do-Brasil. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

taleza, constatou que tinha que buscar solução para a carestia que sobrecarregava as despesas na compra dos itens essenciais e diziam que viver no bairro tinha ficado caro demais. Era preciso, portanto, achar saídas para evitar que famílias se mudassem dali em busca de um custo de vida menor. A comunidade, então, teve a ideia de criar sua própria instituição financeira a fim de aumentar a renda das pessoas por meio do desenvolvimento econômico local. O Banco Palmas é administrado pelos próprios moradores. Primeira iniciativa do gênero no Brasil, ele usa moeda virtual e concede microcrédito. Foi criado Instituto Banco Palmas, constituindo-se no primeiro banco comunitário do Brasil. Essa iniciativa do Banco da Periferia teve e tem por objetivo democratizar o acesso a serviços financeiros e bancários para a população da periferia de Fortaleza, com ampla participação e controle social, mobilização de associações locais, buscando o desenvolvimento socioeconômico de bairros e favelas. Estão diretamente vinculados ao caráter gregário que reúne forças e dá voz aos pleitos populares.

Cabe destaque o forte desempenho da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP). A organização dos moradores mobilizou um bairro inteiro com os seus mais de 30.000 habitantes. O objetivo financeiro do Banco constituía uma ampla frente voltada à implementação de ações de desenvolvimento local e de inclusão social. Por essa razão, logo o Banco Palmas passou a ser considerado como uma das principais experiências de economia solidária no Brasil.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 4 – Conjunto Palmeiras – Sede do Banco Palmas



Foto do autor (2025).

Esse fato inédito da economia solidária que emerge na periferia de Fortaleza, vem despertando interesse de estudiosos e pesquisadores. Conforme Pupo (2023)[28]

> em 1998, é criado o primeiro banco comunitário, o Banco Palmas, no Ceará. Logo depois, em 2003, há o fomento da Senaes dentro do MTE, com a direção do professor Paul Singer. Em 2006, ocorreu a primeira parceria formal entre a Senaes e o Instituto Palmas. Esta parceria tinha por objetivo fazer com que os bancos comunitários fossem correspondentes bancários. Havia um custo operacional para esses bancos comunitários tornarem-se correspondentes, pois precisavam ter telefone fixo, o que acabou sendo um entrave operacional em alguns locais.

28 PUPO, Carolina. Bancos comunitários e moedas locais. *In*: BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine (orgs.). *Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2023. p. 71-72. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12513. Acesso em: 6 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A autora prossegue dizendo que:

> O Banco Palmas foi criado em 1998 no Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza (Ceará). Mesmo antes de o banco existir no local, melhorias urbanas haviam sido feitas na periferia do Conjunto Palmeiras, financiadas por um órgão bilateral alemão que está na lista dos principais financiadores globais de microfinanças. A primeira moeda utilizada na comunidade foi o Palmacard, e o banco e os comerciantes faziam anotações no verso da moeda de entradas e saídas. Joaquim Melo aponta que era um desespero para fazer a contabilidade, não entendiam "aqueles garranchos". Os primeiros R$ 2 mil emprestados pelo Banco Palmas para as pessoas da comunidade vieram de uma ONG, a Ceará Periferia, vinculada também a um financiador global de microfinanças – a Agência Francesa de Desenvolvimento. Depois houve a moeda Palmares, que durou apenas quatro meses e foi muito influenciada pelos Trueques na Argentina, porque Heloísa Primavera, uma professora brasileira que mora na Argentina, ligada ao tema das moedas e da economia solidária, conheceu o Joaquim e eles criam em conjunto o Palmares, que não durou muito tempo porque os prossumidores (consumidores e produtores) que pertenciam à rede precisavam comprar aquilo que iriam consumir, entretanto havia falta de bens e produtos dentro da rede. Pupo (2023)[29]

Figuras 5 e 6 – Espaço reservado à realização de feiras e eventos



Fotos do autor (2025).

29 PUPO, Carolina. Bancos comunitários e moedas locais. *In*: BALBIM, Renato; ARROYO, Mónica; SANTIAGO, Cristine (orgs.). *Brasil popular, circuitos da economia urbana e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2023. p. 71-72. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12513. Acesso em: 6 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O Presidente Lula afirma que, no Brasil, a economia popular e solidária surgiu no final dos anos 1980 como resposta à crise econômica e ao desemprego em massa. Trabalhadores começaram a se organizar coletivamente por meio de cooperativas e associações, criando alternativas baseadas na colaboração e na autogestão.[30]

Esse pressuposto aparece com muita clareza em Singer (2002)[31], quando diz que "a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais".

Figuras 7 e 8 – O Banco Palmas presente nas ruas do bairro





Fotos do autor (2025)

30 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Presidente Lula sanciona Lei Paul Singer de Economia Solidária*. Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Dezembro/presidente-lula-sanciona-lei-paul-singer-de-economia-solidaria]. Acesso em: 5 mar. 2025.

31 SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 9.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

8. Reencontros: a construção social do comum

O Banco Palmas é considerado um bem comum pelos moradores do Conjunto Palmeiras. Nas ruas do bairro todos sabem dizer onde fica a sua sede e demais equipamentos ligados ao Banco. Se a economia do país se ajusta às condições impostas pelo mercado globalizado, o Banco Palmas também dá as mesmas respostas, guardando as devidas proporções, como pode ser constatado com a substituição das cédulas, do início das atividades financeiras do Banco e o atual e-Dinheiro, totalmente digital, marca da capacidade de gestão de se inserir no mundo virtual dos negócios. O Banco Palmas mostra vitalidade, atesta a importância dos bancos comunitários no país, comprovando o importante papel que eles exercem no desenvolvimento local e na inclusão financeira. Além de fomentar ações solidárias, os bancos comunitários ganharam reconhecimento das comunidades onde estão inseridos. O Banco Palmas foi pioneiro inaugurando no Brasil esse modelo de instituição voltado a oferta de serviços financeiros de baixo custo, a exemplo dos empréstimos a pessoas de comunidades empobrecidas. Com forte impacto local, eles contribuem para a redução da desigualdade social.

Figuras 9, 10 e 11 – Da moeda física à moeda digital ajustada aos telefones celulares através do Programa e-dinheiro. [32]



(9)

32 Fonte: OLIVEIRA, Bárbara Magalhães de Aguiar. A (r)evolução das Moedas Sociais: Do Palmacard ao E-dinheiro. *Instituto Banco Palmas*. Disponível em: https://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

(10)

e-dinheiro
Rede de Bancos Digitais Solidários
Brasil

(11)



Os bancos comunitários são instituições que oferecem serviços financeiros de baixo custo e contribuem para a redução da desigualdade social e para o desenvolvimento local.

A criação e consolidação do Banco Palmas é expressão do poder da comunidade em busca de soluções para os seus problemas mais prementes.

Dardot e Laval (2017)[33] afirmam que

> O comum é uma construção política, ou melhor, uma instituição da política neste momento de perigo que ameaça a humanidade. Dizer que o comum, como indica sua etimologia, é político já de imediato significa que ele obriga a conceber uma nova instituição dos poderes na sociedade.

33 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 585.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Considerações finais

O Banco Palmas permanece fiel aos princípios que balizaram a sua criação.

O livro *Bairros Pobres, Ricas Soluções – Banco Palmas – Ponto a Ponto*, de João Joaquim de Melo Neto e Sandra Magalhães, conta que o Conjunto Palmeiras, na zona sul de Fortaleza, surgiu com 1.500 famílias.

Eram pessoas que tinham sido colocadas ali após desapropriações em outras localidades, num processo de reforma urbana. No novo bairro, o transporte público era escasso, não havia abastecimento de água, coleta de esgoto, nem eletricidade.

O Banco Palmas é um sistema financeiro solidário que trabalha em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo.

Os Bancos Comunitários brasileiros são pautados, em sua maioria, na experiência do Banco Palmas, usado como modelo para criação de outros bancos comunitários no Brasil. Em 2022, existiam 148 instituições desse tipo em atividade no país. Pupo (2018)[34] diz que "é no lugar que existe um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, onde também há cooperação e conflito, que são a base da vida em comum".

A comunidade do Conjunto Palmeiras é ciosa de ter criado o primeiro banco comunitário do Brasil, conseguindo cumprir o seu principal objetivo que consistia em democratizar o acesso a serviços financeiros e bancários para a população da periferia de Fortaleza, com ampla participação e controle social, mobilização de associações locais, buscando o desenvolvimento socioeconômico de bairros e favelas.

O Banco Palmas ultrapassa os limites de um Banco Comunitário e prossegue inovando, propondo um Programa Bairro Carbono Zero, cujo desafio é zerar a emissão de gás carbônico no bairro focado na Agricultura Urbana; na Produção de energia comunitária e na produção de biocombustível. Outros Projetos despertam forte interesse na comunidade e na

34 PUPO, Carolina Gabriel de Paula. Banco Comunitário Palmas: metodologia e análise geográfica do fenômeno. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 102, p. 115, 2019. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1157. Acesso em: 11 mar. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sociedade de Fortaleza a exemplo do Palma Fashion, produção 100% local e participativa, pensado e realizado por mulheres do bairro, que puderam expressar todas as suas ideias e energias em belas roupas que podem ser utilizadas por todos os corpos. O Projeto Palmas Lab consiste na criação e desenvolvimento de experiências de finanças solidárias através de soluções em TI. Completa a cesta de projetos as Cooperativas envolvendo várias cooperativas, dentre elas: Prato Colorido, Cooperativa de trabalho em serviços alimentícios, Renda Básica Comunitária (o Consórcio Palmeiras lançou o programa Renda Básica Comunitária que pretende auxiliar famílias em extrema pobreza do Conjunto Palmeiras). Também oferece cursos em ação conjunta com o Consórcio Palmeiras, tendo em vista o desenvolvimento social e econômico da comunidade, voltados para a capacitação e o crescimento pessoal dos moradores.[35]

35 Banco Palmas. Projeto Bairro Carbono Zero. Disponível em: https://bancopalmas.com/carbonozero/. Acesso em 11.03.2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 15

Periferias e a financeirização da pobreza

Cibele Saliba Rizek

As periferias e a noção de periferias urbanas foram elementos centrais para a compreensão da urbanização desigual vinculada às especificidades do processo de acumulação do capital capitaneado pela industrialização no Brasil, como atestam alguns dos textos clássicos no âmbito do que foi nomeado como o campo dos estudos urbanos em São Paulo, apesar de um certo incômodo com a extensão por vezes exagerada da situação paulistana no âmbito do contexto nacional[1] (Kowarick: 1975 e 1979; Oliveira: 1972 e 1982). A questão da urbanização e da expansão urbana por meio da constituição e agregação de periferias, ao se conformar como tema imprescindível para conferir visibilidade para a desigualdade – cada vez mais e de modo crescentemente irreversível – urbana, acabou por se converter numa das chaves de leitura dos processos de extração de valor e sobrevalor no interior mesmo da produção do espaço remodelando questões que povoaram a literatura sobre o desenvolvimento, o subdesenvolvimento e suas marcas, as teorias da modernização e da dependência e as abordagens críticas às chaves de leitura que acabavam por incidir nas dualidades arcaico/moderno, subdesenvolvido/desenvolvido, entre outras categorias que se desdobravam em pares que acabaram por perder poder explicativo.

As periferias acabaram então por ganhar centralidade sobretudo na discussão que assentava as relações entre as especificidades do capitalismo

1 Ver CAMARGO *et al. São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza*. Ed. Loyola, São Paulo 1976 e KOWARICK, Lucio, *Espoliação Urbana*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1980. OLIVEIRA, Francisco de, *Crítica à Razão Dualista/ Ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003. O Estado e o Urbano no Brasil. Espaço e *Debates*, n. 6 1982, São Paulo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

brasileiro e de seus processos de acumulação que se enredavam nas formas pelas quais produção e reprodução do capital e da força de trabalho se entrelaçavam. Essas singularidades e especificidades teriam imprimido seus traços nos processos também imbricados de formação urbana e industrial. Assim as periferias foram lidas como momentos e como formas urbanas resultantes dos processos de extração de valor e sobrevalor, no âmbito das especificidades dos processos de acumulação tal como se realizavam no país e em suas condições, incidindo e desenhando parcelas indeléveis das formas de urbanização, o que ganhava visibilidade, tanto durante o período de discussão do par desenvolvimento/ subdesenvolvimento, como no período da luta contra a ditadura (1970-1985).

Recentemente a noção de periferias – cada vez mais reconhecidas em suas pluralidades e singularidades, vêm passando por novos crivos seja na instalação profícua das formas mais flexíveis de acumulação capitalista (os mercados ilícitos, o contrabando e o roubo de carro, altamente lucrativos dada a muito menor mediação institucional) seja em função de mutações e transformações que apontam para o esgotamento dos processos que vinculavam os momentos da industrialização com as formas características de exploração e reprodução da força de trabalho. Assim, é nas periferias ou nos bairros que congregam a população trabalhadora e pobre que é possível reconhecer mutações e modulações muito significativas em um conjunto constelado de atores e práticas permeados por exemplo pelo que se reconhece como uma lógica do empreendedorismo (econômico, social, cultural, dos negócios de impacto etc.) que atravessa reconfigurações significativas de atores como os chamados "evangélicos", os negócios vinculados aos mercados ilegais, atores e programas estatais, operadores de mercados de todos e dos mais diversos tipos, incluindo o que venho denominando como "mercado do bem"[2]. Empresas e empresariamentos de todos os tipos se constituíram como mutações importantes nesses cenários, conformando novos contextos vinculados a outros modos de viver e sobretudo de sobreviver.[3]

2 Ver RIZEK, C. S. e GONÇALVES, A. L. V. e SUMI, C. *Novos e velhos atores em cena*: ocupações, reconfigurações e modulações. Encontro Nacional da ANPOCS, Campinas, 2024

3 Esses processos não se circunscrevem ao Brasil – Ver V. Gago, por exemplo, e a noção de pragmática vitalista ou de "neoliberalismo desde abajo" (GAGO, Verónica. *A razão neoliberal*: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Editora Elefante. 2018).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Se essas mutações e modulações são fenômenos que se escancaram diante dos olhos de pesquisadores e observadores, a hipótese e a aposta desse texto é a de que nem mutações mais ou menos silenciosas, nem as modulações mais evidentes são tributárias apenas (apenas?) de mudanças no ethos da pobreza ou nas formas de leitura do mundo. Evidentemente são de fato transformações nas relações sociais e nas formas de representação desse novo conjunto de práticas, como momentos de processos de transformação nas formas de acumulação, nos arranjos que se articulam no seu interior e nos entremeios que resultam de um novo amálgama que nasce do que Paulani identifica como os efeitos da financeirização sobre os países periféricos ao longo das últimas três décadas.[4] L. Paulani nomeia o momento em que nos encontramos como ***financeirização 2.0.***

Recupero aqui alguns dos argumentos desse texto para fundamentar as dimensões e aspectos que me cabe discutir. Paulani dá início à sua argumentação observando o lugar do capital portador de juros, assim como o lugar do capital fictício. Essas observações permitem que o texto apresente o que denomina como financeirização 2.0, nomeada como *assetização*. Por outro lado, Paulani indica o caráter rentista desse processo de financeirização, que teria se originado da sobreacumulação que se iniciava nos anos 1970. Utilizando seus termos de invejável clareza para compreender o que se entende por esse conjunto de transformações, é preciso ter em conta a autonomização do dinheiro que o petrifica por meio do entesouramento o que, por sua vez, resulta no fato de que esse "montante de dinheiro é 'surrupiado da circulação".[5] A autora teceu sua argumentação no sentido de demonstrar que o capital se transforma numa mercadoria *sui generis* em um percurso que vai da mercadoria ao capital e deste à sua transformação em uma nova mercadoria de caráter bastante específico. Trata-se então do capital como mercadoria. Assim tanto os juros como o capital fictício se entrelaçam e ganham "direitos" derivados da mera propriedade sobre o valor futuro, ainda a ser gerado, como resultado direto da valorização capitalista

4 Ver, entre outros textos, PAULANI, L Sobreacumulação financeirização rentismo e assetização, *in*: LAVINAS, L. *Financeirização, Crise estagnação e desigualdade*, São Paulo: Contracorrente, 2024. Importante observar aqui que o uso da expressão periferia ou espaço periférico por Paulani diz respeito às áreas periféricas em relação aos centros da acumulação capitalista.

5 PAULANI, 2024, p. 85.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ou do poder de monopólio de tributação do Estado. Esses capitais que ganham o estatuto de mercadoria *sui generis* trazem a marca de sua externalidade em relação à produção de valor e, assim o capital fictício tem sua existência condicionada à transformação de capital em capital mercadoria.

Leda Paulani recorre ainda a Chesnais que nos avisa que há uma "disseminação profunda e geral do capital portador de juros, organicamente incorporada à fabricação da vida social"[6]. Essa disseminação e capilarização do capital portador de juros, sua concentração e centralização no processo de acumulação se desdobram no agigantamento dos mercados financeiros, no crescimento da riqueza financeira maior do que o da riqueza real e na absorção da lógica financeira no interior da valorização produtiva. Desta feita, por esse conjunto de fatores, o capital portador de juros acaba se incorporando aos processos de fabricação do social.

Colonizando a vida cotidiana[7]

Vários autores se tornaram referência na discussão dos processos de financeirização que se ancoram e se originam nas crises que se instalaram num vai e vem permanente desde os anos 1970. D. Harvey, G. Arrighi, F. Chesnais entre outros apontaram esse conglomerado de elementos que ganharam densidade desde os anos 1990, tais como o crescimento do endividamento, o baixo crescimento dos salários, o endividamento público, que foram fazendo com que parcelas do capital financeiro fossem irrigando a vida cotidiana assim como colonizando o *modus operandi* das empresas financeiras ou não. Vimos assim, crescentemente, tanto a vida cotidiana quanto as políticas e programas sociais – especialmente os de transferência de renda – passarem para o âmbito dos processos identificados por Paulani e outros autores como financeirização. Essa extensão nada desprezível ganharia novas dimensões com a colateralização de empréstimos, os processos de securitização e outros serviços, além de uma redução em quantidade e qualidade de bens e serviços públicos que, a partir de uma onda severíssima de privatizações do mundo e da vida, se transformam em mercadorias cujo acesso se dá pelos mecanismos

6 F. CHESNAIS, *Finance capital today* Leiden Brill 2016 apud Paulnani, *op. cit*. p. 95.
7 Ver P. CINGOLANI. *La colonisation du quotidien*. Editions Amsterdam: Paris, 2021.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de mercado. Uma das consequências dessa extensão de fenômenos que se encontram sob a égide dos processos de financeirização advém do fato de que o comportamento dos setores estritamente financeiros se estendem, se entrelaçam e se misturam com o comportamento dos demais setores produtivos. Espalham-se assim a elaboração e a importância dos rankings, das avaliações, das formas de remuneração de gestores que acompanham o comportamento das ações nas bolsas ou a distribuição de dividendos, entre outras práticas que caracterizam as finanças. A partir da predominância dos rendimentos da propriedade sobre os rendimentos da produção, a dominância financeira acaba por efetivar uma crescente terceirização da produção propriamente dita por parte de grandes grupos proprietários de capital, dedicados então à gestão direta apenas de seus ativos tangíveis e intangíveis. Acrescente-se a isso, ainda de acordo com Paulani, a importância crescente das rendas do conhecimento e de monopólio, de ativos intangíveis que se mesclam à dominância do capital fictício, assim como um "distanciamento" cada vez mais significativo entre propriedade e produção no âmbito do que vem sendo nomeado como Indústria 4,0. Dessa perspectiva cabe apontar novas formas de identificação de eixos de articulação entre finanças, *bigtechs*, *fintechs* como elemento visível do que se pode reconhecer, com Bucci, como uma "superindústria do imaginário".[8]

Desse modo, o que vem se desenhando como ativos – sobretudo os chamados ativos intangíveis – acabam por nos remeter para os processos de crescente abstração que perpassam o dinheiro e a forma dinheiro – mercadoria que exprime a abstração desde seu nascimento – e que recebeu, especialmente de Simmel[9], um conjunto de caracterizações dos quais faziam parte a reificação dos meios em detrimento dos fins, sua crescente autonomização, sua capacidade de dissolução de relações sociais, suas dimensões inerentemente vinculadas ao que outros autores identificaram como violência, uma violência intrínseca à moeda.[10] Talvez pudéssemos, então, pensar circuitos em que a moeda, o dinheiro – qualquer que seja sua expressão – e a finança,

8 BUCCI, Eugênio. *A superindústria do Imaginário. Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível.* Autêntica, São Paulo, 2021. Ver também ANTUNES, Ricardo (org.), *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo: São Paulo, 2020.

9 Ver G. SIMMEL. *La philosophie de l´argent.* Paris: PUF. 1987.

10 M AGLIETTA e A. ORLÉAN. *A Violência da Moeda.* Editora Brasiliense. São Paulo 1990

CONSEQUÊNCIA EDITORA

no interior dos processos de financeirização, se conectam numa vertigem de abstrações e violências entrelaçadas. Nesse quadro, ganha sentido considerar, de um lado, o valor e o dinheiro dos pobres[11] e, de outro, os elementos e formas pelos quais os pobres e seus locais de vida e moradia se transformam em importantes nichos de negócios de todos os tipos, alvos de programas e políticas que transformam acesso a serviços e vouchers, alvos privilegiados de negócios sociais ou negócios de impacto de fundações empresariais e de ONGs das mais variadas posições dentro do espectro político. Cabe mencionar ainda que, de passagem, os liames que atam finanças e tecnologias da informação, mediação indispensável para a transformação dos mais variados tipos de bens e de serviços em ativos ou ***assets***[12]. Haveria assim, de acordo com os autores já mencionados uma proliferação de ativos intangíveis que se mesclam com o capital fictício na forma de ativos financeiros. Assim, apenas como glosa, cabe então reproduzir o que Paulani entende como processo de financeirização para que possamos chegar à questão da financeirização da pobreza e de seus locais de moradia: as periferias.

> *Financeirização é a face mais visível de um processo de escopo muito maior que transforma o processo de acumulação num processo cada vez mais rentista na base dos rendimentos que vem da propriedade ao invés dos processos que têm sua base nas relações de produção, produção de novo valor e extração de mais valia (Paulani: 2024, p. 104).*

11 FELTRAN, G O valor dos Pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Cadernos CRH 72*, 2014. Nesse texto, fortemente inspirado por G Simmel os sentidos do dinheiro e seu valor aparecem em formulações como a que se segue: "O dinheiro passa a mediar a relação entre os grupos recortados e suas formas de vida que, sob outras perspectivas – a lei ou a moral – estariam em alteridade radical; o consumo emerge como forma de vida comum e a expansão mercantil, aposta de todos, conecta mercados legais e ilegais, inclusive fomentando a violência urbana que pretensamente controlaria."

12 P. LANGLEY apud PAULANI: 2024. *Esse processo identificado pela palavra assetização tal como vem sendo utilizada pelos economistas principalmente descreve um processo que transforma ativos pensados como propriedade* capitalizada com proeminência desde a crise de 2008. O processo mais claro de assetização estaria vinculado ao setor imobiliário e diz respeito a imóveis cuja destinação é investimento, monetizando renda, o que é diferente do clássico apartamento de aluguel para obtenção ou complementação de rendimentos. Paulani aponta para o caráter de riqueza financeira desses imóveis, avaliados pelo valor presente do fluxo esperado de renda.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A extensão desse processo é gigantesca, sobretudo na medida em que essa nova face da financeirização e assetização se imbrica, provoca e pressupõe uma corporativização ou privatização de bens públicos, tal como se observa nos processos de privatização de equipamentos, infraestrutura urbana, serviços públicos, combinando formas de expropriação inclusive de terras comuns e terras públicas. Dito isso, é preciso então se dar conta de que as privatizações são o braço armado da acumulação por espoliação, foco de interesse e de reflexão indispensáveis em âmbito mundial ainda que guarde especificidades nas regiões do planeta que permanecem sem remissão na periferia do capitalismo. No contexto do Brasil – e da América Latina – estabeleceu-se um vínculo genérico, um elo de continuidade entre uma acumulação primitiva estrutural e o que é possível reconhecer como acumulação por espoliação nesse momento de esgotamento e fim do fordismo como forma de regulação nos países centrais. Esse elo que interliga uma acumulação primitiva que permaneceu expropriando violentamente populações, terras, recursos e uma acumulação por espoliação que se aprofunda pela entrega do patrimônio do Estado, dos fundos públicos, ao assim chamado "mercado", varre domínios como os da propriedade intelectual, material genético – a vida patenteada, recursos naturais, bens e dimensões que são apropriados privadamente e crescentemente mercadorizados. Assim como os processos que são passíveis de serem reconhecidos como parcelas da acumulação primitiva estrutural que desenhou as especificidades brasileiras[13], os processos que lhe dão densidade e continuidade no âmbito da dominância financeira são também recobertos por uma espessa camada de violência: endividamento, surtos de desvalorização financeira, regressão dos mecanismos de regulação das relações de trabalho, encolhimento de direitos cuja face privatizada e corporativizada se transforma em novos nichos de mercado. O que os economistas, tal como Paulani, identificam sob o nome desconfortável de assetização diz respeito à caça incessante por novos ativos, à compra de fluxos futuros de rendimento e, finalmente, à formação de capital proveniente desses ativos que acaba, então, por substituir o capital que cria valor por meio da extração de mais-valia. Esse imbricamento de mutações parece apontar mudanças bastante significativas na dinâmica da produção de valor e reprodução ampliada do capital e da

13 Ver F. de OLIVEIRA. *Crítica à Razão Dualista/ Ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo 2003.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

força de trabalho, o que permite introduzir e explorar, ainda que inicialmente, a questão da financeirização das periferias como locais de moradia das camadas de baixa renda, locais de moradia dos trabalhadores empobrecidos e crescentemente endividados das cidades e regiões metropolitanas brasileiras. Também é preciso observar que esse movimento que constitui os processos identificados como financeirização 2.0 não se restringem à movimentação da finança circunscrita aos "mercados", já que uma de suas faces é inevitavelmente aquela que depende e que se efetiva por meio da forte participação do Estado e de suas políticas econômicas, por um lado, e sociais, por outro.

Em São Paulo, Deus é uma nota de cem[14]

A primeira observação a respeito dos textos e análises a respeito da financeirização da vida e de sua capilaridade nas periferias é seu caráter ainda bastante preliminar. Trata-se então de observar processos e interconexões que são relevantes para apreender não apenas uma das formas pelas quais a finança invade a vida cotidiana, mas sobretudo uma teia de interconexões, uma constelação de elementos que parecem indicar uma espécie de colonização do cotidiano pelas dimensões financeirizadas que passam por dentro e por fora de programas sociais, da nova filantropia, dos empreendedorismos de todos os tipos, inclusive o empreendedorismo social, cultural, feminino[15], negro, das favelas, que desenham algumas das faces contemporâneas e das modulações presentes nos movimentos sociais. A extensão *ad infinitum* do ideário e de uma suposta "cultura do empreendedorismo" e sua dinâmica (inclusive bancarização e empréstí-

14 Racionais MC's, 2002, in: FELTRAN, G. O valor dos Pobres. *Cadernos CRH 72*, 2014

15 Ver, por exemplo, PORÉM, M. E., CARVALHO, T. F. e BRAZ, Michelle, M. Empreendedorismo feminino e feminismo neoliberal: uma perspectiva comunicacional e crítica a partir de perfis de empreendedoras no Instagram. *In*: Organicom v. 20 n. 41 (2023): *Mulheres e Feminismos*: mundo do trabalho, organizações e sociedade. Ver também: AMERICO, Juliana. Black money: conheça o movimento que fomenta o empreendedorismo negro. *Voces/a,*, 2020. Disponível em: https://vocesa.abril.com.br/empreendedorismo/black-money-movimento-fomenta-empreendedorismo-negro. Acesso em: março de 2025. Ver ainda CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação in: *Revista USP 127* in https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180045. Acesso em: março de 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mos necessários à concretização dos negócios) atravessa assim processos muito diversificados do trabalho e do cotidiano dos bairros periféricos das cidades e regiões metropolitanos.[16]

A primeira dimensão a destacar nessa teia de elementos imbricados é o que Lavinas entre outros autores apontou como colateralização das políticas sociais – bolsa família, Programas de promoção de habitação social, especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida, bem como outros programas de âmbito estadual e municipal que acabam por funcionar como caução ou garantia de empréstimos por exemplo, mas também uma espécie bem sucedida e cortina de fumaça que nubla um processo persistente e sem retorno de encolhimento de direitos – transformados em privilégios na formação de um consenso perverso – além do encolhimento e privatização de serviços públicos e sua de substituição por sucedâneos privados e/ou privatizantes[17].

Também se observa que houve a produção, reprodução e reforço das formas de segregação por meio da formação do que se pode reconhecer como bairros inteiros formados pelos conjuntos Faixa I do Programa Minha Casa Minha Vida, sobretudo em contextos não metropolitanos, onde os terrenos mais baratos propiciaram a produção de um número expressivo de moradias, tornando os escassos serviços públicos crescentemente insuficientes pelo aumento da demanda. Assim um programa de produção de habitação de interesse social incidiria sobre as formas de segregação socioespacial reforçando a produção periférica de moradias para trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda.

Ao mesmo tempo, seguindo a trilha dessa constelação de elementos, é possível apontar a fortíssima bancarização de favelas e periferias pela extensão dos bancos digitais e de seus aplicativos, como apontam os dados mencionados a seguir: 61% dos moradores de favelas têm conta digital; 59%

16 Cabe notar aqui uma aproximação de sentidos entre essa "cultura" empreendedora e uma profunda despolitização da pobreza sobretudo por meio da responsabilização moral e individual relativa à precariedade das condições de vida. Ver: LAUTIER, B. O Governo Moral dos Pobres. In: *Cadernos CRH* dez. 2014 in https://www.scielo.br/j/ccrh/a/kxB3zn6rKqs4vNgxpDtwSwL/?lang=pt. Acesso em: março de 2025.

17 Ver, entre outros textos: LAVINAS, L e ARAÚJO, E. Transferências de renda e dívida das famílias. O avanço da colateralização da política social em meio a crises de reestruturação. *In: Brazilian. Journal of Political Economy 44* (2) • Apr-Jun 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/hNsfKPGZS6tjH4FYJPcZbJg/?lang=en. Acesso em: março de 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

têm conta-corrente; 61% usam o Nubank; 44% a Caixa Econômica Federal – note-se aqui a defasagem entre o uso de banco virtual e de banco público; 39% utilizam o PicPay e aplicativos de bancos; 77% abrem o app todos os dias; 89% preferem acessar o banco online; 43% consideram a facilidade de uso como fator de escolha do banco; o pix é o meio de pagamento mais utilizado (77%), seguido de cartão de débito (55%), cartão de crédito (42%), dinheiro em espécie (17%), boleto bancário (9%) e transferência/doc (5%).[18] É preciso observar aqui os vínculos entre as formas de empreendedorismo, o endividamento, as formas de bancarização e o que se pode reconhecer como processos de ativação[19] de matrizes subjetivas constituídas a partir dessas novas configurações. Isso significa um desdobramento entre essas condições objetivadas – auxílios e programas sociais, bancarização, acesso a equipamentos como telefones celulares e serviços como aplicativos – e um conjunto de processos de subjetivação que se transformam numa forte homogeneização e normalização do chamado "empreededorismo popular", da empresarização de suas práticas[20] que transformam a precariedade em um campo crescente de "oportunidades" na mesma senda aberta pela leitura moral da condição de pobreza e pelo que foi possível reconhecer como "governo moral dos pobres" (Lautier, 2014).

Nesses elementos, é preciso sobretudo notar as associações entre *assetização*, bancarização, indústria 4.0 e o intensíssimo uso de redes sociais instituídas e governadas por algoritmos, o que confere enorme destaque para as tecnologias da informação, para as grandes empresas que as implementam como máquinas de subjetivação onipresentes na vida cotidiana de pobres e não pobres, configuradas como o que Bucci identifica como a "superindústria do imaginário", sucedâneo do petróleo como novo eixo dos processos de acumulação sob dominância financeira.[21]

18 Dados extraídos do relatório de Tendências 2024, com foco nas periferias brasileiras, elaborado pela NÓS – Pesquisas de Inteligência e Inovação Social) Disponível em: https://exame.com/esg/bancos-nas-favelas-nubank-lidera-seguido-por-caixa-e-picpay/. Acesso em: novembro de 2024.

19 HIBOU, Béatrice. *La bureaucratisation du monde à l'ère néolibérale*, Paris, La Découverte, coll. « Cahiers libres » 2012

20 Ver, a esse respeito, RANGEL, Felipe. *A empresarização dos mercados populares*: trabalho e formalização excludente. Fino Traço, Belo Horizonte, 2021.

21 Ver E. BUCCI. *A Superindústria do Imaginário*. Como o Capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível. Autêntica: BH. 2021.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Esse complexo de traços e elementos vem produzindo, reproduzindo, propagando e normalizando relações e formas de governo privadas ou privatizantes que se misturam e ganham sentido enoveladas a negócios, negociatas permanentemente repostas, atravessando as linhas frágeis que separam e interconectam legalidades e ilegalismos[22] . Essas formas de governo atravessam o Estado e seu aparato se estendendo por suas margens territoriais e institucionais. Essas formas de governo tentaculares testadas permanentemente nas margens acabam por lhes escapar em direção à constituição de um social revisitado, um social que deixa de ser pressuposto e se constitui em produção e reprodução permanentes conformando e ampliando um mundo constituído como negócio.

Haveria, assim, uma face produtiva dessas novas dimensões que transformaram a produção social dos espaços da pobreza em espaços de assimilação e ativação[23], de inserção plena nas dimensões do "mercado" e do negócio, do empreendimento, auto-empreendimento e empresariamento de si, processos que passariam necessariamente por políticas urbanas e sociais, por programas de combate à pobreza, pela focalização e constituição de demandas e de públicos-alvo, pela contagem, mapeamento, localização territorial da pobreza, pelo cálculo e modos de investimento. Ou seja, talvez possamos reconhecer modulações e mutações[24] tais como é possível constatar nos momentos de realização de incursões etnográficas nas periferias, favelas e ocupações de terra na Região Metropolitana de São Paulo.[25] Essas modulações ou mutações passariam então por uma reconfiguração das relações sociais e formas de subjetivação por meio de uma combinação nem

22 TELLES, V. da S. e HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito in Dossiê Crime Organizado. *Estudos avançados 21* (61). Dez 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/pbNxJjhLk36N87KFwDjGvTK/. Acesso em: novembro 2024.

23 Ver, a esse respeito: SOLD, K. – *L´évolution du rôle des acteurs sociaux*: la gouvernance de l´emploi et le paradigme de l´activation au Mahgreg. Disponível em: http://www.ifre.fr/c/1790 Acesso em: 7 set. 2017.

24 Ver a esse respeito BIRMAN, P, PEREIRA LEITE, M., MACHADO, C., CARNEIRO, S. de SÁ (0rgs) Dispositivos urbanos e trama dos viventes. FGV editora: Rio de Janeiro, 2015

25 Ver RIZEK, C. S. GOLÇALVES, A. L. V. e NOGUEIRA, L. A. *Cenas da periferia* – incursões etnográficas e registros de campo. Enanpur 2023. Disponível em: chrome extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st14-03.pdf. Acesso em: março de 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sempre imediatamente compreensível entre formas de sobrevivência e a emergência de mercados, entre formas de governo e códigos morais, entre práticas e formas de atuação dos movimentos sociais e programas de governo, assim como entre formas de violência simbólica, violência de Estado e violência que perpassa as formas de sociabilidade cotidiana. Seria então possível pensar e reconhecer um fazer-se governo e um fazer-se Estado nas margens[26] e, ao mesmo tempo, um desmanche de ancoragens e dimensões coletivas, um desmanche da gramática e da luta pelo direito a ter direitos[27].

Nesses elementos e processos interconectados, cabe ainda enfatizar alguns destaques que podem elucidar, por um lado, e ilustrar, por outro, o diagnóstico que se procurou realizar. O primeiro deles é a transformação dos processos de regularização fundiária em mercado e nicho para empresas privadas que atuam largamente pelas periferias urbanas. Esse caminho que transformou uma reivindicação histórica dos movimentos de moradia em lucrativo negócio foi aberto pela mudança de legislação em 2017 (Lei Federal nº 13.465/2017). Os processos privados de regularização, além de contribuírem para o esvaziamento do caráter público da regularização fundiária, tem como ponto de partida uma negação da moradia como direito, uma vez que implicam em acordos nos quais os ocupantes pagam pelo terreno, pela construção da casa e, em muitos casos, pela própria urbanização, além da constituição de um mercado de regularizações para empresas que a empreendem como avesso do imaginário dos direitos, longe dos elos entre acesso e luta pela moradia. O entrelaçamento entre associações e movimentos de moradores e as práticas dessas empresas parece atestar a existência de uma forte reconfiguração nas práticas e representações da moradia como direito, como momento de disputa e de politização promovida pelo que então era possível reconhecer como novos personagens[28] que entravam em cena no longo processo de conquista da redemocratização pós ditadura militar. Esse parece ser um dos exemplos que permite apontar e necessaria-

26 Ver DAS, V & POOLE, D. (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State* (p. 3-33). Santa Fe: SAR Press, 2004.

27 Ver PAOLI, M. C. O mundo do indistinto. *In:* OLIVEIRA, F. e RIZEK , C. S. *A Era da Indeterminação*. Boitempo São Paulo, 2006.

28 Cf. título do livro de SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mente refletir a respeito da anulação do caráter pendular Estado/Mercado e suas configurações, tanto pelo que se pode reconhecer com Gago como "pragmática vitalista" e suas urgências, quanto, numa outra escala, por destituições que se realizam fora e dentro de políticas sociais, suas colateralizações que alimentam o surgimento e/ou o fortalecimento de mercados de todos os tipos, potencializados pelos processos de privatização – da água, do chão, das formas de trabalho, da segurança, da produção e do financiamento da cultura, das práticas sociais, das *voucherizações* em detrimento de direitos. Alguns dos programas sociais recentes parecem atestar esse emaranhado de processos. Pode-se mencionar, a título de exemplo, o Incentivo-Matrícula (pagamento anual de R$ 200, recebido assim que o aluno efetua a matrícula na EJA), o Incentivo-Frequência (valor total de R$ 900, pago semestralmente em quatro parcelas, desde que o estudante mantenha uma frequência mínima de 80% nas aulas), o Incentivo-Enem (um bônus de R$ 200 para os alunos que participarem do Exame Nacional do Ensino Médio), valores depositados em conta poupança na Caixa E. Federal para estudantes dos Programas ProUNI FIES. Ainda é possível mencionar os Programas de equidade de gênero tais como o Mulher cidadã, programa social Magazine Luiza (Mulheres do Brasil) ou os programas promovidos por outras empresas, para não retomar o exaustivo conjunto de textos a respeito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Finalmente é necessário compreender a onipresença de ONGs, fundações empresariais e todos os tipos de parcerias. Note-se então que de acordo com

> *a OCDE, 89% das instituições filantrópicas realizam aportes por meio de doações; 49% implementam seus próprios projetos; 40% fazem match de seus recursos (quando se aporta um montante equivalente ao de um parceiro financiador); 28% trabalham com equity; 26% trabalham com empréstimos e 15%, com garantias*[29].

29 Cf. se pode verificar em https://www.google.com/search?q=financeiriza%C3%A7%C3%A3o+da+filantropia&oq=financeiriza%C3%A7%C3%A3o+da+filantropia&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigAdIBDDIyODQ2MjlqMGoxNagCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-817. Acesso em: mar. de 2023,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Um conjunto de textos e de pesquisas vêm ainda apontando que ao longo dos últimos dez anos as práticas filantrópicas no Brasil contribuíram para um crescimento significativo do "investimento de impacto" em âmbito nacional. Assim, por meio desses investimentos,

> *filantropos e outros investidores institucionais e individuais investem em 'negócios de impacto', que prometem* ***gerir tanto o impacto social quanto o retorno financeiro****. Com essa prática, a virada empreendida … no âmbito dos regimes financeirizados de suas atividades corporativas e de investimento reflete-se na financeirização de sua abordagem filantrópica,* ***facilitando a expansão do mercado financeiro rumo ao desenvolvimento social.*** *Porém, a financeirização da filantropia brasileira traz uma mudança na forma pela qual … (se) aborda o desenvolvimento social, visto na* ***substituição de um modelo filantrópico baseado na integração dos pobres ao mercado produtivo por um modelo alicerçado na sua integração ao mercado financeiro, através do consumo com base no endividamento de produtos e serviços sociais.***[30]

Tais investimentos de impacto operariam então como meio de trazer o problema da redução da pobreza para dentro dos processos mais abrangentes da financeirização, na busca de modos de resolução do "problema da pobreza" sem enfrentar as desigualdades estruturantes das formas de sociabilidade urbana no Brasil. A pobreza transformada em problema a ser resolvido por meio de um conjunto de soluções e dimensões filantrópicas se financeiriza na medida mesma em que se transforma em dimensão passível de solução mitigadora, na medida mesma em que, de certo modo, se normaliza e se despolitiza.

Gostaria ainda de mencionar dois exemplos que parecem ter relevância para as guinadas que os locais de moradia e de sociabilidade dos trabalhadores mais empobrecidos, cujo perfil se distanciou da parcela dos trabalhadores cujas práticas foram lidas como um fazer-se classe dentro e fora das fábricas nos longínquos anos 1980. Um primeiro exemplo fartamente

30 Ver CORREA, Jessica Beth Sadie Sklair. *Investimento de Impacto e a Financeirização da Filantropia Brasileira* XIV RAM Niterói, 2023. Disponível em: https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=7387. Acesso em: 11 set. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

presente nas mídias e redes sociais é o Instituto Gerando Falcões – tal como aparece em seu site – vem se definindo do modo como se segue:

> *Atuamos com a força de uma **Rede de ONGs** com mais de 2 mil líderes sociais em todo o Brasil, unidos por uma missão audaciosa: **transformar a pobreza das favelas em peça de museu antes de Marte ser colonizado**. Fazemos isso por meio de programas e tecnologias sociais escaláveis e de alto impacto, capazes de gerar resultados de longo prazo como a Falcons University, Favela 3D, Decolagem e ASMARA*.[31]

Uma outra frente de atuação que ainda carece de análise mais aprofundada foi configurada pela Central Única das Favelas – C.U.F.A, com sedes que se distribuem na Região Metropolitana de São Paulo, da seguinte maneira: C.U.F.A Heliópolis; C.U.F.A Guarapiranga; C.U.F.A Diadema; C.U.F.A Piracuama; C.U.F.A Osasco; C.U.F.A Barueri; C.U.F.A São Bernardo; C.U.F.A Jaçanã; C.U.F.A M´boi, além da sede do instituto na Brasilândia.

> *Em sua página, a C.U.F.A. se define como "uma organização social brasileira com mais de 25 anos de atuação, reconhecida mundialmente por sua liderança nos campos político, social, esportivo e cultural. Presente em mais de 60*

31 Disponível em: https://falcoesetalentos.gupy.io/. Acesso em: março 2025. Ver também: https://exame.com/colunistas/edu-lyra/o-projeto-ambicioso-da-gerando-falcoes-para-criar-a-primeira-favela-3d/ "Fundada em 2011 na Cidade Kemel, bairro periférico de Poá, na região metropolitana de São Paulo, a organização Gerando Falcões começou como uma iniciativa que oferecia atividades extracurriculares a crianças e adolescentes, além de cursos de qualificação profissional a jovens e adultos da região. Dez anos depois, cresceu exponencialmente e se converteu numa aceleradora de desenvolvimento social, que apoia hoje mais de 100 líderes e organizações de favelas em 19 estados do Brasil. O que ela quer, agora, é ainda maior, mas está longe de ser inviável: implementar a primeira Favela 3D — digna, digital e desenvolvida — do país. Os 14 milhões de brasileiros que vivem em favelas estão habituados a ser ignorados pelo poder público, vistos como problema ou ter seu potencial desperdiçado por falta de oportunidades. O método para alcançar esse objetivo é o mesmo que consolidou a Gerando Falcões como uma das principais iniciativas sociais do país: localizar as lideranças capazes de gerar mudanças locais na quebrada, investir em treinamento e capacitação para a população e acompanhar os resultados com afinco, usando sistemas como o SROI (sigla em inglês para retorno social do investimento), que quantifica o impacto social em valores financeiros. Uma análise feita com apoio do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) mostrou que, a cada 1 real investido nas iniciativas avaliadas, 3,50 reais são gerados na forma de benefício para a sociedade."

CONSEQUÊNCIA EDITORA

países, a CUFA segue mostrando a potência da favela, conectando comunidades, desenvolvendo soluções e promovendo transformações sociais em escala global.

Exibe ainda, entre outras manchetes, notícias como a que se segue:

Expo Favela Innovation Brasil 2024 é encerrada com anúncio dos 10 melhores empreendedores do Brasil, que participarão do Reality Show: O Desafio no programa É de Casa da Rede Globo [32]

Para além da proximidade dos nomes – Central Única dos Trabalhadores e Central Única das Favelas, as diferenças entre essas duas "centrais" parece marcar uma guinada dos tempos e modos de organização dos trabalhadores e moradores. Favelados, habitantes dos bairros de baixa renda, beneficiários de programas de combate à pobreza, fundamente associados às formas de empreendedorismo, inclusive no âmbito dos movimentos sociais, assim como aos negócios de alto impacto, ao mundo da inclusão financeira tanto pelas doações de caráter privado, distantes das disputas pelos fundos públicos, quanto pelas marcas de uma rede nada desprezível de empresas que fazem dos negócios sociais (como regularização e/ou remoção) [33] seus alvos de atuação, conexões e elos de uma complexa cadeia de interações sociais e econômicas, parecem ter reconfigurado tanto as práticas quanto as representação da pobreza crescentemente contabilizada, territorializada. Essa pobreza vem se transformando em alvo de governo por expedientes morais e crescentemente privatizados, tanto quanto em objeto de processos de ativação, tornando-se então protagonista de sua própria admissão no âmbito dos processos e formas contemporâneas de acumulação do capital sob hegemonia ou dominância financeira.

32 Disponível em: https://cufa.org.br/. Acesso em: nov. 2024.

33 Ver MILANO, G. PETRELA, G PULHEZ, M. O anjo caído na terra prometida: Propriedade, regulação e conflitos na reurbanização periférica da São Paulo do século XXI, *in: Novos Estudos Cebrap* 40 jan-abril 2021.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 16

Valor, renda, finança. Navegando direitos, reformas e o redesenvolvimento nas periferias[1]

Jeroen Klink

1. Introdução

O debate sobre a financeirização não deve ser visto como um modismo, como provocou Christophers (2015) na célebre polêmica com Aalbers (2015) sobre o tema. Ao mesmo tempo, neste ensaio, defendo que essa chave analítica não deveria ser o ponto de partida para compreender as transformações que ocorrem nas cidades de maneira geral, e nas periferias brasileiras em particular.

É necessário, primeiramente, revisitar uma das definições mais flexíveis do conceito, amplamente disseminada, proposta por Aalbers (2015, p. 214):[2]

> A crescente dominância de agentes, mercados, práticas, métricas e narrativas financeiros, nas múltiplas escalas, o que tem gerado uma transformação estrutural das economias, das corporações (incluindo instituições financeiras), dos Estados e das famílias.

A referida formulação é útil, pois aponta para o caráter amplo das dinâmicas em questão, mas não contribui para a compreensão das relações

1 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2022/15132-9.

2 Tradução nossa, do original: "*the increasing dominance of financial actors, markets, practices, measurements and narratives, at various scales, resulting in a structural transformation of economies, firms (including financial institutions), states and households*".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

espaço-temporais entre o dinheiro, o crédito e a finança, nem dos projetos e estratégias de agentes específicos – como capitalistas industriais e financeiros, trabalhadores, prefeituras etc. – que se entrelaçam no próprio processo constitutivo da financeirização. Nesse sentido, a financeirização urbana não é imanente, mas emerge, de maneira contingente, a partir de disputas entre agentes sociais sobre a geração e apropriação do valor e do espaço urbano.

Além disso, como também observou Christophers, a definição acima não aprofunda as especificidades geográficas e históricas do processo de financeirização, nem no contexto geral, nem na América Latina em particular. Mais especificamente, gerar novos conhecimentos sobre a suposta dominância financeira no Sul Global requer mediações analíticas complementares, que envolvem o papel dos proprietários em geral e do rentismo em particular. A natureza social-mercantil da propriedade, assim como as rendas a ela associadas, representam um objeto privilegiado para investigar tanto o avanço quanto os obstáculos enfrentados pela finança na penetração das cidades e periferias brasileiras, além das disputas entre agentes públicos e privados sobre a apropriação dos espaços urbanos.

Este ensaio foi recortado para explorar a suposta aproximação entre o capital financeiro e as plataformas imobiliárias com as favelas, um tema que começa a circular nas literaturas especializadas nos campos de planejamento e urbanismo (veja, por exemplo, Hirata *et al.*, 2024). Argumentarei que a renda (e o rentismo) constitui uma chave analítica fundamental para estabelecer as mediações necessárias entre a ideia de financeirização e os espaços periféricos no Sul Global. Além disso, essa chave permite avançar na compreensão dos impasses que envolvem as políticas de urbanização nas favelas contemporâneas, entendendo-as como um projeto político-intelectual baseado no ideário dos direitos e na integração dessas áreas à cidade.

Após esta introdução, o ensaio está organizado em três seções complementares. Na primeira, desenvolvemos uma epistemologia da renda e da propriedade que articula as contribuições de Marx (e da economia política clássica) com os mercados, oferecendo uma compreensão da heterogeneidade e complexidade das favelas contemporâneas. Na segunda seção, utilizamos essa epistemologia para explorar a formulação de teorias, em nível intermediário e ajustável, que permitam dialogar com as evidências empíricas sobre a produção e a apropriação do espaço nas favelas atualmente. Por fim, na conclusão, analisamos como nossa abordagem contribui

CONSEQUÊNCIA EDITORA

para explicar os limites das políticas de urbanização enquanto dispositivo da reforma urbana, e discutimos as margens de manobra para um projeto político-intelectual alternativo.

2. Do Marx para os mercados imobiliários (e de volta) para compreender as favelas e os impasses da política de urbanização hoje[3]

Desde as primeiras iniciativas pioneiras de urbanização nos anos 1970, os assentamentos precários brasileiros passaram por diversas transformações socioespaciais. Atualmente, o ambiente urbano nas favelas consolidadas das áreas metropolitanas é marcado por alta densidade demográfica e construtiva, além de dinâmicas de reocupação de espaços comuns anteriormente destinados a áreas de uso coletivo e regiões próximas aos córregos, que apresentam riscos socioambientais iminentes e grande potencial para desastres (Denaldi, 2025). Esse cenário também resultou em uma maior complexidade nas intervenções urbanísticas, que frequentemente exigem a articulação de estratégias como reassentamento de moradores, produção habitacional para redução da densidade populacional, recuperação socioambiental e investimentos em macrodrenagem – processos que, muitas vezes, exigem a remodelação de bairros inteiros. A limitada capacidade do Estado e a complexidade dessas intervenções dificultam a conclusão dos programas dentro do escopo e do cronograma inicialmente estabelecidos. Como consequência, a evolução das favelas é marcada por sucessivas camadas de intervenções.

Portanto, para gerar novos conhecimentos acerca dos processos de produção e apropriação do espaço nas favelas, hoje é necessário articular, simultaneamente, uma compreensão do Estado, das formas de promoção profissionalizada que mobilizam novos agentes, e do funcionamento dos mercados informais de concorrência imperfeita na alocação dos espaços nas favelas.

A chave analítica da renda pode contribuir para construir esta articulação. Por isso, revisitamos a síntese do debate sobre a natureza da renda econômica conforme autores como Christophers (2020), Haila (2016) e Harvey (2013).

3 Esta seção é adaptada de Klink (2025).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Christophers (2020) discute duas escolas teóricas importantes no debate sobre a natureza da renda econômica. A primeira é a economia política, na tradição de autores como Marx e Ricardo no séc. XIX, com influência significativa sobre os campos da geografia crítica e dos estudos urbanos. O ponto de partida da economia política é que o valor emerge na esfera da produção. A renda expressa uma relação social entre o proprietário individual e o conjunto dos produtores e trabalhadores, e é objeto de uma disputa entre este proprietário e a sociedade em torno da apropriação do valor que foi produzido coletivamente. O fio condutor da noção clássica da renda é o direito individual do proprietário, que foi constituído socialmente, de cobrar de terceiros uma renda pelo acesso aos insumos necessários ao processo produtivo.

A escola neoclássica representa tradição teórica muito diferente, de acordo com a qual o valor surge a partir da circulação em mercados. Cabe destacar que, nesta vertente, a renda está atrelada à existência de mercados com uma estrutura de concorrência imperfeita. Ou seja, ela emerge como uma remuneração acima dos custos, o que reflete o pagamento de um excedente para manter determinados fatores de produção (ou insumos no processo produtivo) na circulação em mercados não competitivos. Considerando a ausência de relações sociais, a existência da propriedade individual não é objeto de análise e, de certa forma, representa um fato consumado. O tema central dos neoclássicos é o arcabouço institucional transparente para nortear a alocação da propriedade em mercados, e a emergência da renda quase como um desvio, uma exceção à regra dos mercados competitivos com muitos produtores e consumidores.[4]

Haila (2016) elabora uma classificação semelhante, organizada em torno da teoria neoclássica/institucionalista da propriedade (*property theory*) e da teoria clássica da renda. A teoria institucionalista da propriedade parte do pressuposto do individualismo metodológico e das escolhas racionais dos

4 Coase (1960), vencedor do Prêmio Nobel, por exemplo, discute a problemática do custo social associado à poluição industrial de uma represa que é utilizada pela comunidade de pescadores. Desde que a titulação seja equacionada de forma transparente e exequível, através de tribunais, seja via o direito de poluição por meio de pagamentos pela empresa (no caso da propriedade pertencer à comunidade de pescadores), seja via o pagamento por serviços ambientais viabilizados pela compensação da empresa em função da preservação da represa (no caso da propriedade pertencer à empresa), as escolhas individuais garantem uma eficiência coletiva e utilização adequada da represa.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

agentes que comercializam propriedades. Esta tradição é influenciada por pioneiros como Coase (1960), que preparou o terreno para a teoria econômica do direito, a nova economia institucional e a teoria dos custos transacionais. De acordo com todas estas vertentes, a renda se entrelaça com falhas do mercado. Um exemplo é a externalidade negativa de vizinhança associada à utilização da propriedade individual (por exemplo, verticalização excessiva que gera custos sociais para a comunidade). A teoria institucional da propriedade reconhece o papel do Estado no equacionamento destas falhas, mas situa o próprio campo do planejamento como uma relação contratual entre governos e indivíduos, estruturada em torno do direito de construir e/ou utilizar os espaços comuns da cidade em troca de pagamento de rendas fundiárias e imobiliárias (Lai, 1997; Moulaert, 2005).

A teoria clássica da renda está enraizada nas relações sociais. Aprofunda questões relacionadas como a fonte e justificativa do pagamento da renda, a classe social que a recebe, e as relações de poder e controle social que acompanham estas questões. Existem também diversos arranjos socioinstitucionais para organizar a propriedade urbana em geral, e a terra em particular. Na visão de Haila (2016, p. 58): "*These can be arranged in different ways: land can be private, common, public, collective, state, municipal, and shared. Different arrangements have different consequences. Property relations create inequalities and need justification and differ among different cultures*".[5]

Parafraseando Christophers (2014, p. 12), a teoria da renda nos permite um movimento dialético de "Marx para os mercados (imperfeitos) e de volta". Mais particularmente, para compreender os desafios da urbanização contemporânea e a dinâmica socioespacial nas favelas hoje, é preciso articular as duas perspectivas, isto é, a renda que emerge da posição social privilegiada do proprietário na apropriação do valor que foi produzido coletivamente (economia clássica), e a renda que surge a partir do pagamento de um excedente acima dos custos dos insumos em mercados imperfeitos (economia neoclássica). Assim, a realização e a apropriação do valor sempre precisam de mercados. No entanto, ironicamente, e por razões diferentes, nem Marx nem

5 Em tradução livre: "Estas podem ser organizadas de diferentes maneiras: as terras podem ser privadas, comuns, públicas, coletivas, estaduais, municipais e partilhadas. Arranjos diferentes têm consequências diferentes. As relações de propriedade criam desigualdades e necessitam de justificativas e diferem entre diferentes culturas".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

os neoclássicos efetivamente priorizaram a investigação dos mercados sem concorrência perfeita. Para Marx, porque o tema central era a geração, e não a circulação do valor em mercados. Em vários momentos das suas análises, ele assume a existência de mercados competitivos. Para os neoclássicos, a estrutura de mercado imperfeita representa uma exceção incômoda – porque gera maiores complexidades teóricas para formalizar os modelos matemáticos – à regra epistêmica de equilíbrio competitivo entre demanda e oferta, cuja mediação é garantida pelo mecanismo anônimo de preços.

Há três aspectos a serem considerados neste exercício metodológico de articular as teorias clássica e neoclássica na busca pela compreensão da dinâmica territorial da cidade e da favela contemporâneas.

Primeiramente, como também lembra Harvey (2013), as diversas formas de renda econômica se entrelaçam com as dimensões sociais e mercantis da propriedade. Isto é, a existência da propriedade, como uma construção social de barreiras à criação e circulação do valor (Fratini, 2018), está associada à renda absoluta. A qualidade da propriedade, em termos da localização e/ou possibilidade jurídico-tecnológica de sua utilização, está atrelada à renda diferencial, que gera disputas entre as diversas frações do capital. A renda monopolista se relaciona com a exclusividade do produto ou a própria escassez da terra, o que permite ao proprietário da terra extrair rendas.

Em segundo lugar, nas favelas brasileiras, a especificidade geográfica, histórica e socioinstitucional da categoria "propriedade", no sentido da economia política, tende a ofuscar a relevância de quem, de jure e de acordo com o arcabouço institucional em vigor, detém a propriedade formal nesses territórios. No prisma da econômica política, isso implica que os mercados (chamados informais) e as rendas econômicas, de fato, existam, mesmo considerando a falta de clareza, transparência e previsibilidade acerca da titulação da propriedade perante o direito urbanístico. Da mesma forma, a trajetória brasileira da urbanização de favelas é marcada pela práxis de efetuar investimentos em infraestrutura urbana e melhorias habitacionais, frequentemente independente da natureza (pública/privada) e da clareza acerca da propriedade jurídica. Além disso, o Estado brasileiro muitas vezes atua sem resolver pendências de regularização fundiária. Nesse sentido, cabe também investigar, de forma mais aprofundada, como esta atuação do Estado brasileiro em favelas não regularizadas se diferencia do padrão de intervenções em outros países do Sul

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Global.[6] Portanto, nossa discussão no âmbito da teoria econômica (clássica e neoclássica) sobre as relações imbricadas entre renda (absoluta, diferencial e monopolista), propriedade, Estado e mercados acabam problematizando o debate "essencialista" – principalmente no campo do direito urbanístico – a respeito do papel da titulação como mecanismo necessário e suficiente para proporcionar o direito à terra e à moradia.

Em terceiro lugar, a renda, como projeto político-intelectual para dialogar com problemas específicos que ocorrem nas sociedades ao longo do tempo (Haila, 2016), reflete uma tensão espaço-temporal e disputa social em torno da cidade e da favela. Nesse sentido, gera conhecimentos a respeito dos limites da agenda urbana redistributiva-reformista em geral, e dos programas de urbanização e integração das favelas à cidade em particular.

Não cabe aqui revisitar em detalhes o deslocamento do projeto político do direito à cidade, ancorado na concepção de justiça substantiva e de acesso à cidade, ex-ante e a priori, como o espaço privilegiado para a reprodução da vida, para a agenda da reforma urbana (Klink; Denaldi, 2016; Klink; Ignatios, 2024). O que nos interessa ressaltar aqui é que o pilar da reforma urbana brasileira é o reconhecimento da propriedade privada como âncora do pacto social-constitucional. Em termos da teoria microeconômica, isso consolida o direito individual à propriedade como fato consumado. Ao mesmo tempo, nesta pactuação socioinstitucional no modo brasileiro, a propriedade precisa cumprir sua função social, o que significa que ela deve ser utilizada no sentido de contribuir para os objetivos de interesse comum, ou para a eficiência coletiva, por exemplo, por meio da produção de moradia social e infraestruturas urbanas.

6 Por exemplo, no que diz respeito ao contexto indiano, Bahn (2013) menciona que, até recentemente, o poder público não investia infraestrutura urbana nas chamadas áreas irregulares, isto é, áreas não previstas pelo plano diretor. Antes do ano 2015, o programa nacional de urbanização de favelas e a política nacional de saneamento ambiental sinalizaram uma mudança embrionária nesta abordagem. Da mesma forma, na análise da cidade de Nairóbi, Gulyani e Talukdar (2008, p. 1920) afirmam que "Because government agencies see slums as temporary or illegal, they are reluctant to invest in extending public services—water supply, electricity, drainage, sewerage, garbage removal, and street lighting—to them (UN-HABITAT, 2003)" [Em tradução livre: Considerando que as agências governamentais tratam as favelas como fenômeno temporário ou ilegal, se mostram resistentes à possibilidade de efetuar investimentos em serviços públicos — água, eletricidade, drenagem, esgotamento, coleta de resíduos sólidos e iluminação pública (UN-HABITAT, 2003)].

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Historicamente, o princípio da função social da propriedade está enraizado no ideário da reforma agrária, que buscava proporcionar incentivos para o proprietário utilizar sua terra de forma produtiva para reduzir a fome e/ou o fluxo migratório do campo para a cidade. Ironicamente, enquanto apresenta um viés constituinte "produtivo", isto é, contra o rentismo e a especulação fundiária, no contexto urbano-metropolitano, marcado por territórios consolidados, o princípio desencadeia a circulação de propriedades e rendas em mercados urbanos de redesenvolvimento, nos quais agentes transacionam propostas de mudança do uso de solo existente para um ambiente construído alternativo. Este quadro gera desafios para o projeto reformista-redistributivo. O motivo é que a viabilidade financeira deste projeto requer a apropriação estatal, a posteriori, de uma parcela das rendas que circulam no ambiente construído com o objetivo de financiar serviços de interesse comum. De certa forma, o próprio projeto reformista gera uma tensão em torno da renda que acaba sendo atrelada à justiça procedimental da eficiência (coletiva) através do mercado. Referida tensão reside no fato de que a realização do valor de uso para o direito à cidade, hoje, depende da constituição do valor de troca, e da circulação e apropriação do valor em mercados formais e informais de redesenvolvimento urbano, a posteriori. Neste cenário, o alcance do interesse público ou da eficiência coletiva por meio do planejamento redistributivo-reformista na esfera da propriedade privada é aberto e contingente, e não pode ser garantido a priori. E, como veremos, as tensões se agravam à luz da emergência de diversos novos agentes que disputam com o Estado o monopólio sobre o campo do planejamento e o próprio uso da violência.

3. Propriedade, rendas e as favelas contemporâneas[7]

A chave analítica das rendas econômicas permite uma leitura dialética que articula a economia política marxiana com a dinâmica de mercados com estrutura de concorrência imperfeita. Gera uma agenda de pesquisa que abre a possibilidade de tratar, ao mesmo tempo, dinâmicas mais amplas da propriedade e geração de valor e as especificidades geográficas e históricas que acompanham a variedade de mercados informais, assim como as

7 Esta seção é adaptada de Klink (2025).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

disputas dos agentes estatais e não estatais em torno da apropriação dos espaços nas regiões metropolitanas brasileiras.

No que diz respeito à renda absoluta, a efervescência dos mercados informais de venda e aluguel e a "intermitência" dos programas de urbanização deslocaram os debates do séc. XX sobre a invasão/ocupação-autoconstrução e a titulação das propriedades nos mercados informais – isto é, debates sobre o direito apriorístico sobre o estoque de propriedades individuais existentes – para a (i)legitimidade das múltiplas reivindicações sociais para serviços (habitacionais, infraestruturais, fundiários etc.) e, concomitantemente, para o fluxo de rendas associado à utilização destas propriedades ao longo do tempo (Zuquim; Mazo, 2017).

No ambiente construído consolidado das favelas de hoje, a urbanização tende a gerar uma variedade de intervenções e reivindicações, como a produção de conjuntos habitacionais para reassentamento – frequentemente envolvendo financiamentos subsidiados –, programas de aluguel emergencial para famílias em áreas de risco e/ou áreas ambientalmente sensíveis, e investimentos seletivos e diferenciados em melhorias habitacionais (Chiavoni, 2022), infraestruturas urbanas, áreas comuns e regularização fundiária, entre alguns exemplos, para viabilizar a permanência de famílias na área. Estas intervenções "customizadas" assumem maior complexidade em termos de escopo e estratégia, demoram, e frequentemente sofrem interrupções em função tanto da troca das administrações locais como da falta de recursos financeiros em tempos de austeridade fiscal. Nesse sentido, as sucessivas camadas de programas de urbanização não finalizadas também se entrelaçam com as reivindicações sociais históricas para a utilização das propriedades, incluindo as garantias de oferta de serviços infraestruturais, ambientais e de regularização fundiária atreladas a elas. Por exemplo, o direito real de laje, mais conhecido como o solo criado nas favelas, surgiu no âmbito da Regularização Fundiária Urbana, a Reurb (Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017) e não pode ser dissociado da efervescência da dinâmica imobiliária informal.[8] A lei, aprovada em tempos de austeri-

8 No campo do direito urbanístico existe o que chamamos anteriormente de uma visão essencialista acerca do efetivo alcance da referida lei. Em entrevista, a Profa. Dra. Cláudia Franco Corrêa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) argumenta que a regularização do direito de laje reduziria a influência das milícias nas favelas. Disponível em: https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/regularizacao-do-direito-de-laje-reduziria-influencia-de-milicias-diz-professora. Acesso em: 12 set. 2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dade fiscal, marcou também uma emergente práxis estatal de regularização fundiária, frequentemente mediada por empresas privadas, que não garante a alocação de investimentos complementares em melhorias habitacionais, saneamento básico, e redução de riscos. Curiosamente, esta práxis parece inverter a sequência de intervenções que marcavam os programas municipais pioneiros dos anos 1980, de acordo com os quais os governos locais viabilizavam investimentos em melhorias habitacionais, saneamento básico e ruas de acesso, sem se preocupar, ao menos inicialmente, com questões de regularização fundiária. Nesse sentido, a práxis da urbanização informal no modo brasileiro se distanciou da circulação de ideias internacionais de autores como De Soto a respeito "do capital morto" das propriedades não registradas nas favelas; no caso brasileiro, a atuação do Estado, a efervescência do mercado informal e a emergência de um circuito de rendas absolutas nunca dependeram da consolidação dos títulos. Isso talvez também explique por que a emergente indústria privada de regularização fundiária, objeto de uma literatura recente (Prieto; Verdi, 2023), (ainda) não deslanchou.

Outro exemplo desta dissociação de direito aos *estoques* de terra, infraestrutura e moradia e as reivindicações sociais sobre o *fluxo* de serviços e rendas associadas à utilização das propriedades se refere aos programas de reassentamento de famílias em áreas de risco socioambiental com pagamento de aluguel emergencial. Guerreiro *et al.* (2022), por exemplo, analisam o desafio dos municípios brasileiros propriamente finalizarem estas intervenções, que são marcadas por "transitoriedade permanente". Para agravar, as autoras ainda geram a hipótese de que a renda (absoluta) e o fluxo de recursos financeiros, associados ao pagamento de aluguel emergencial e à contratação de serviços habitacionais de apoio aos moradores nas intervenções de risco, se transformam em objeto de financeirização e opção lucrativa de investimento para as plataformas imobiliárias populares (ver, também, Stiphany *et al.*, 2024).

A literatura internacional também captou este deslocamento nos debates que marcavam o séc. XX, isto é, sobre o "urbanismo de ocupação" e a autoconstrução dos espaços, de um lado, e a alocação-titulação-regulação dos espaços pelos mercados informais, de outro, para um recorte temático estruturado em torno da legitimidade das reivindicações sociais contingentes para serviços atrelados à utilização das propriedades e às diversas rendas absolutas que circulam nos mercados imobiliários das favelas con-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

solidadas. Upadhya e Rao (2023, p. 428) discutem, no contexto das intervenções de redesenvolvimento e reurbanização das favelas na Índia, o que chamam de processos de "despossessão sem remoção" ou "*in-situ* remoção". Os programas de reurbanização de favelas criam certificados de posse que proporcionam limites concretos ao direito de uso, transferência, venda, ou sublocação das propriedades constituídas, gerando barreiras à oportunidade de geração de renda via promoção imobiliária informal. Em outra experiência indiana, nas favelas densas e consolidadas de Mumbai, Baliga e Weinstein (2022) mostram como a exigência jurídica de que no mínimo 70% das famílias da comunidade concordem com o reassentamento no âmbito dos programas de redesenvolvimento e reurbanização de favelas gera sucessivas reivindicações dos moradores *(claims-making*) para compensação financeira nas negociações com empreendedores imobiliários.

Por fim, a perda do monopólio estatal sobre a utilização da violência e do controle urbanístico, a fragilidade do sistema de titulação, assim como a existência de múltiplas reinvindicações sobre a propriedade implicam a necessidade de formas alternativas de mediação de conflitos territoriais. Já no início do séc. XXI o próprio Abramo (2007, p. 32) parece se deparar com os limites da teoria microeconômica para descrever a alocação do espaço nos assentamentos precários. O autor introduz uma figura externa ao mercado, que ele chama de "autoridade de mediação contratual", cuja legitimidade pode ser de natureza religiosa, política, cultural ou a partir do uso da ameaça, extorsão e violência. Na perspectiva de Lacerda e Telles (2024), o caso específico dos loteamentos clandestinos na zona norte da Cantareira, na cidade de São Paulo, simboliza "a produção e negociação ilícita da cidade", de acordo com a qual o Primeiro Comando da Capital (PCC) centraliza esta mediação e a arbitragem dos conflitos em torno da terra. Mas o exemplo específico não pode ser generalizado. A heterogeneidade das favelas representa uma soberania territorial disputada e legitimada por uma multiplicidade de agentes – moradores; milícias e o tráfico; agentes que representam o aparelho de controle urbanístico-ambiental e de repressão do Estado, ou, mais recentemente, as empresas privadas que mediam os conflitos fundiários entre os proprietários, as famílias e o Estado (Milano *et al.*, 2021) –, o que acaba gerando uma variedade de reinvindicações sobre a renda absoluta, o uso e ocupação do solo e a apropriação do espaço urbano nos assentamentos precários contemporâneos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A *renda diferencial* está relacionada com a utilização e as qualidades locacionais da propriedade e gera disputas entre os diversos grupos sociais pela apropriação do espaço nas favelas. A literatura não priorizou a investigação de como os mercados informais capitalizaram e absorveram as diversas camadas de investimento público em programas de urbanização que ocorreram ao longo do tempo.[9]

Portanto, a renda diferencial assume papel central na agenda de pesquisa sobre a produção e apropriação do espaço na favela contemporânea.[10] Isso não se deve apenas à proliferação dos programas de urbanização, cuja escala foi além "da fase de incubação" (Denaldi; Cardoso, 2021) a partir do protagonismo do governo federal por meio do PAC-UAP. Cabe destacar também que a consolidação e a densificação das favelas desencadearam uma variedade de rendas diferenciais relacionadas com a disponibilidade de infraestruturas como saneamento, mobilidade, gás canalizado, e serviços como internet, TV a cabo, pequenas reformas nas casas ("da porta para dentro") (Chiavoni, 2022) e serviços condominiais. A disponibilidade de infraestruturas e serviços não apenas gera rendas periódicas, mas também oportunidades de novos agentes relacionados com a economia do crime controlarem determinados territórios. O Estado representa apenas *um* dos agentes – que inclusive na trajetória da urbanização brasileira nunca conseguiu realizar seu suposto monopólio sobre a regulação e controle do território, e sobre a utilização da violência para preservar a ordem urbana – que disputam a apropriação da renda diferencial, hipoteticamente para alocar recursos escassos para contribuir para o financiamento dos programas de urbanização de favelas e qualificação dos espaços. Em alguns casos, os agentes ligados à economia ilícita exercem sua capacidade de regulação e "monetizam" a externalidade da liberdade construtiva, como uma espécie de solo criado informal, por meio da cobrança de taxas (Hirata *et al.,* 2024).

No entanto, a circulação das rendas diferenciais, o aumento dos preços fundiários e a prevalência de liberdades construtivas nas favelas geram um

9 Por exemplo, nas fichas elaboradas por Baltrusis (2005) durante a pesquisa em campo, o grau de consolidação das áreas, que está intrinsecamente relacionado com os sucessivos programas de urbanização de favelas que foram implantados ao longo do tempo, emerge como variável exógena na explicação microeconômica do gradiente dos preços nas favelas.
10 Harvey (2013) argumenta que a categoria da renda diferencial representa uma inovação importante de Marx.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cenário contraditório, que se caracteriza pela proliferação de *externalidades negativas*. Estas últimas se refletem na (re)ocupação de espaços comuns de lazer/recreação ou de áreas próximas aos córregos e/ou marcadas pela iminência de riscos e desastres socioambientais. A literatura recente discute exemplos desta iminente reprecarização das favelas metropolitanas (Stiphany *et. al.*, 2024). A pesquisa de Meyer *et al.* (2017) em Paraisópolis (São Paulo), por exemplo, mostra a proliferação de espaços irregulares para vaga de estacionamento privado, a utilização de taludes e áreas comuns para moradia, e a implantação de pequenos estabelecimentos de comércio e serviços para dinamizar as oportunidades de geração de trabalho e renda. Na mesma linha, as pesquisas em campo em Heliópolis (São Paulo), coordenadas pela equipe do Cefavela, revelam dinâmicas de apropriação de espaço semelhantes e o lançamento de produtos imobiliários alternativos como as quitinetes verticalizadas.[11] Portanto, a combinação de redesenvolvimento e reprecarização de áreas gera maior complexidade gerencial e financeira para viabilizar, no escopo originalmente planejado, os programas de urbanização de favelas e, de certa forma, o próprio projeto político-intelectual da *reforma urbana* que vislumbra a integração destas áreas à cidade.

Por fim, a renda diferencial não pode ser dissociada das transformações que ocorrem no próprio regime de provisão e financiamento das infraestruturas metropolitanas. Considerando que o novo marco institucional, em vigor desde o ano 2020, prevê incentivos específicos para o setor privado assumir o planejamento e gestão do segmento, cabe um destaque para o saneamento ambiental. Há indícios de que a mudança institucional neste segmento gerará maior fragmentação de agentes, projetos e agendas, reduzindo ainda mais as garantias para a apropriação de parcelas adequadas da renda diferencial para avançar na universalização do acesso aos serviços (Klink *et al.*, 2020, Klink, 2023). Para agravar o cenário, em casos específicos como a região metropolitana do Rio de Janeiro, os investimentos na ampliação dos serviços de água e esgoto nas favelas a serem efetuados pela concessionária privada são condicionados à garantia de segurança pública e regularização fundiária.

11 Mais particularmente, trata-se dos resultados preliminares do projeto de pesquisa intitulado "Favelas urbanizadas em São Paulo: ambiente construído e apropriação no pós-obra", coordenado pela Profa. Rosana Denaldi e apoiado pela FAPESP.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A *renda monopolista*, que emerge da exclusividade da propriedade, representa a chave analítica estratégica para avançar na compreensão da complexidade e heterogeneidade da favela contemporânea a partir da perspectiva de uma variedade de estruturas de mercado. Cabe primeiramente relembrar a dupla origem da renda monopolista, isto é, a partir do mercado do produto – parafraseando o economista Ricardo, "o preço da terra está alto porque o preço do milho está elevado" –, ou atrelado à escassez absoluta da terra, que se relaciona com a demanda reprimida por moradia precária nas favelas ou a capacidade do proprietário reter o estoque de terra.[12] No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, Kawahara (2023) argumenta que a capacidade dos novos promotores imobiliários extraírem rendas fundiárias e imobiliárias se relaciona, entre outros fatores, com o volume desta demanda reprimida e do déficit habitacional, o que facilita a substituição de inquilinos inadimplentes por famílias que estão no topo da lista de espera por moradia precária na favela.

Nesse sentido, o caráter duplo da renda monopolista gera uma categoria útil que permite investigar uma variedade de trajetórias que entrelaçam Estado, mercado e agentes novos "na construção ilícita" da cidade em geral (Lacerda e Telles, 2024, p. 5; Moncada, 2016), e dos territórios das favelas em particular (Hirata *et al.*, 2024). Por exemplo, há indícios de que a liquidez que circula em torno do tráfico de armas e drogas no caso do PCC em São Paulo gera uma governança territorial regulatória, de acordo com a qual os agentes ligados à economia ilícita não se envolvem, ao menos de forma ostensiva, com a dinâmica imobiliária informal (Muniz e Dias, 2022). Ao mesmo tempo, no caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Canettieri (2024) analisa uma estrutura concorrencial, marcada pela presença de múltiplas gangues urbanas menores, compostas por jovens das diversas comunidades, que disputam de forma violenta os territórios. Diferente do caso paulistano, a atuação direta das gangues no mercado imobiliário nas favelas gera a renda monopolista utilizada para financiar as atividades ligadas ao tráfico de drogas e armas e impulsionar a expansão territorial violen-

12 De qualquer forma, como argumenta Harvey (2013), as duas formas de renda monopolista – seja via a exclusividade do produto, seja em função da escassez da terra – pressupõem a capacidade de praticar preços do produto acima dos custos marginais em mercados competitivos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ta. O caso carioca, por sua vez, chama a atenção pelo envolvimento direto das milícias na exploração dos serviços urbanos e rendas infraestruturais.

Por fim, mesmo reconhecendo a heterogeneidade das favelas metropolitanas, a renda monopolista dialoga com a tendência destas áreas passarem por um processo gradativo de verticalização e emergência de uma promoção imobiliária de maior escala e mais profissionalizada. Esta dinâmica mobiliza agentes ligados à indústria da construção civil e à economia ilícita, mas que convivem com processos de "autoprodução" por agentes tradicionais e pelos próprios moradores (Kawahara, 2023).[13] Nesse sentido, a realização da renda monopolista não se relaciona necessariamente apenas com a existência de barreiras à entrada – impostas pelo tráfico ou por motivos econômicos, como por exemplo a necessidade de efetuar altos investimentos iniciais – mas pode emergir em estruturas de mercado concorrenciais que mobilizam diversas empresas-incorporadoras. Tais empresas buscam diferenciar seus produtos imobiliários por meio de aspectos como a localização; o tamanho e o padrão construtivo do imóvel; as condições de entrega e financiamento das unidades (por exemplo, negociando com proprietários-moradores existentes o pagamento de aluguel durante o período de construção e redesenvolvimento de áreas, e a entrega de novas unidades habitacionais como forma de pagamento em espécie no término de projetos); e as estratégias de marketing e venda.

4. Conclusão

Encerramos este ensaio com duas conclusões. Primeiramente, a lente analítica da renda econômica proporciona uma articulação entre as dimensões sociais e de mercado da propriedade privada – ou seja, sua existência, suas qualidades e sua exclusividade – ao mesmo tempo em que reflete uma tensão espacial e temporal iminente. Essa tensão media o direito à cidade, no aqui e agora, e uma reivindicação social contingente, ainda não resolvida, sobre a geração e apropriação de valor no futuro. Nesse contexto, a renda

13 As pesquisas em campo efetuadas pelas equipes do Cefavela em Heliópolis (São Paulo) apontam para um padrão de mercado imobiliário concorrencial, mas com diferenciação de produtos e segmentos (quitinetes, prédios populares etc.).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

econômica e as finanças se entrelaçam. Vale ressaltar que o próprio projeto intelectual e político das finanças corporativas está centrado na capitalização, o que viabiliza a promessa de "trazer o futuro para o presente" (Chiapello; Walter, 2016), por meio, por exemplo, da antecipação das diversas formas de renda imobiliária e fundiária discutidas ao longo deste ensaio. Isso também ecoa a análise anterior de Harvey (2013) sobre o tratamento da terra como um ativo financeiro, o que tende a transformá-la em capital fictício. Esse comportamento possibilita a capitalização e antecipação das rendas da terra associadas à propriedade, projetando o futuro para calcular os preços da terra no presente.

Dito isso, no entanto, não seguimos a tendência recente na literatura que afirma que os mercados imobiliários em favelas estão sendo inseridos em um processo de financeirização (Klink; Barcellos de Souza, 2017; Guerreiro *et al*., 2022; Rolnik, 2015; Stiphany *et al*., 2024; Simoni Santos, 2023). Além da falta de evidências empíricas robustas para sustentar tal afirmação, os altos riscos, custos transacionais e a ausência de liquidez e escala criam um ambiente socioinstitucional que ainda não é particularmente favorável à penetração das finanças no ambiente construído das favelas, tampouco à formação de mercados de crédito secundário originados nesses territórios. Ao mesmo tempo, analisar as rendas e a busca por rendas nos mercados imobiliários das favelas oferece uma aproximação mais precisa dos entrelaçamentos entre as finanças e o ambiente construído (Guerreiro, 2024); não como um fato previamente estabelecido, mas como um processo social constitutivo, no qual o capital financeiro precisa superar barreiras políticas, institucionais e econômicas para circular na terra e nas redes de infraestrutura urbana das cidades e favelas (Royer, 2014). Nesse sentido, em vez de assumir a financeirização como ponto de partida para a pesquisa, uma abordagem mais promissora seria investigar detalhadamente os mecanismos de crédito e financiamento habitacional prevalentes nas favelas, assim como sua interconexão com os mercados de aluguel – um mecanismo alternativo para diluir ao longo do tempo as elevadas despesas familiares iniciais associadas à moradia. Assim, embora o mercado nas favelas seja evidentemente caracterizado por um descompasso entre preços e níveis de renda das famílias, as evidências iniciais em Heliópolis sugerem que as práticas de crédito adotadas neste segmento – em termos de prazo de empréstimo, valor nominal do empréstimo, taxa de juros efetiva, mecanismos de garantia,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

procedimentos em caso de inadimplência, etc. – diferem significativamente do sistema de financiamento habitacional em vigor na cidade formal (Mioto; Aruto, 2015; Simoni Santos, 2023).

Na verdade, essa mediação espacial-temporal dos conflitos nas favelas não se relaciona apenas com dinheiro, crédito e finanças, mas também com a terra (como ilustrado pela mudança mencionada anteriormente na prática de regularização fundiária mediada por empresas privadas), o regime de trabalho (transformando o emprego assalariado com carteira assinada em empreendedorismo comunitário flexível) e outros bens comuns, como os recursos naturais não renováveis, que fazem parte da cidade como um espaço privilegiado para a reprodução da vida. O que está efetivamente em jogo na disputa pelo direcionamento do projeto de reforma urbana nas favelas é a constituição de mercados que transformam os bens comuns urbanos em rendas periódicas, passíveis de apropriação privada ou, quando entrelaçadas com o projeto político da financeirização, de capitalização de "quase tudo" (Leyshon e Thrift, 2007).

Isso nos leva ao segundo ponto, ou seja, à possibilidade de articular a reflexão crítica delineada neste ensaio com contribuições para um projeto de planejamento que contemple dimensões espaço-temporais alternativas para as periferias (Randolph, 2007). Vamos analisar, primeiramente, a dimensão temporal. Enquanto o futuro desejado pelo urbanismo progressista e pelo planejamento reformista parece nunca se concretizar (o que se reflete, por exemplo, nas sucessivas camadas de urbanização de favelas ainda inacabadas), o planejamento em tempos de financeirização possibilita aproximar o futuro do presente, mas não sem gerar custos em relação às reivindicações sobre uma parcela do valor que será criado pela coletividade no futuro. Como Santos (2003) observou em outras ocasiões, um projeto alternativo consiste em dilatar o presente e comprimir o futuro, a partir de uma queixa sobre a cidade que temos e da constituição social de uma demanda por algo melhor, aqui e agora. Em segundo lugar, a dimensão espacial desse projeto vai além da simples reivindicação do direito à cidade abstrata que já existe; ela implica preenchê-la com as aspirações, cartografias e mapeamentos alternativos que emergem dos conhecimentos tácitos e não codificados acumulados nas comunidades, entrelaçados com os espaços da vida cotidiana nas favelas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

AALBERS, M.B.. The potential for financialization. *Dialogues in Human Geography,* v. 5, n. 2, p. 214-219, 2015.

ABRAMO, P. *Mercado e ordem urbana*: do caos à teoria da localização urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ABRAMO, P. A Cidade Com-fusa. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, p. 25-54, 2007.

ABRAMO, P. Mercado imobiliário informal: a porta de entrada nas favelas brasileiras. *In*: ABRAMO, P. (org.). *Favela e mercado informal*: a nova porta de entrada. Porto Alegre: Antac, 2009a, Introd, p. 4-13. (Coleção Habitare, v. 10).

ABRAMO, P. O mercado informal de solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. *In*: ABRAMO, P. (org.). *Favela e mercado informal*: a nova porta de entrada. Porto Alegre: Antac, 2009b. cap. 1, p. 14-47. (Coleção Habitare, v. 10).

ABRAMO, P. A cidade informal com-fusa: mercado informal em favelas e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *In*: ABRAMO, P. (org.). *Favela e mercado informal*: a nova porta de entrada. Porto Alegre: Antac, 2009c. cap. 2, p. 48-79. (Coleção Habitare, v. 10).

BALIGA, A.; WEINSTEIN, L. Grounding urban production: Resident´s claims-making as financialization in Mumbai´s ´slum´ lands. *Economy and Society*, v. 51, n. 2, p. 283-306, 2022.

BALTRUSIS, Nelson. *Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade*: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na Região Metropolitana de São Paulo. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.16.2005.tde-18112024-115609.

CANETTIERI, T.P.R. Peripheral urbanization, informal real estate markets and criminal activities in Belo Horizonte (MG, Brazil). *Journal of Illicit Economies and Development*, v.6, n. 1, p. 129-144, 2024.

CHIAPELLO, E.; WALTER, C. The three ages of financial quantification: A conventionalist approach to the financiers´ metrology. *Historical Social Research*, v. 41, n.2, p. 155-177, 2016.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CHIAVONI, J. de A. *A estruturação em curso dos negócios de impacto habitacional:* reorganização das finanças, moradia como ativo e moradores como cliente. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP, São Paulo, 2022.

CHRISTOPHERS, B. *Rentier capitalism*: Who owns the economy, and who pays for it? London: Verso, 2020.

CHRISTOPHERS, B. The limits to financialization. *Dialogues in Human Geography*, v. 5, n. 2, p. 183-200, 2015.

COASE, R.H. The problem of social cost. *The Journal of Law & Economics*, v. 3, p. 1-44, 1960.

DENALDI, R. *et al.* Favelas urbanizadas em São Paulo: Ambiente construído e apropriação no pós-obra. *Relatório de Pesquisa.* Projeto Fapesp n.º 2022/15132-9. UFABC/PGT: São Bernardo do Campo, 2024.

DENALDI, R.; CARDOSO, A. L. Slum upgrading beyond incubation. Exploring the dilemmas of nation-wide large scale policy interventions in Brazil´s growth acceleration programme (PAC). *International Journal of Urban Sustainable Development*, v.13, n. 3, p. 530-545, 2021.

FRATINI, S.M. Is Marx´s absolute rent due to a monopoly price? *The European Journal of the History of Economic Thought*, v.25, n. 5, p. 961-985. 2018.

GUERREIRO, I. A.; ROLNIK, R.; MARÍN-TORO, A. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguelresidencial como nova fronteira de financeirização da moradia. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 24, n. 54, p. 451-475, 2022.

HAILA, A. *Urban Land Rent*. Singapore as a property state. West Sussex: Wiley Blackwell, 2016.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRATA, D.; ROCHA, L. de M.; SANTOS Jr. O. A de. Ilegalismos, controle territorial armado e a cidade: reflexões na perspectiva de uma agenda de pesquisa. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 26, n. 61, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6168000-pt. Acesso em: 15 nov. 2024.

KAWAHARA, I. Z. *Mercado imobiliário em favelas*: um estudo sobre os promotores imobiliários. 2023. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-UFF, Niterói, 2023.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

KLINK, J; BARCELLOS DE SOUZA, M. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), v. 19, n. 39, p. 379-406, 2017.

KLINK, J; EMPINOTTI, V. L.; AVERSA, M. On contested water governance and the making of urban financialisation: Exploring the case of metropolitan São Paulo, Brazil. *Urban Studies*, v. 57, n. 8, p. 1676-1695, 2020.

KLINK, J. Do financial models reshape un-cooperative cities? On urban founder's profit and collaborative-communicative planning in times of austerity. *Urban Studies*, v. 60, n.2, p. 213-237, 2023.

KLINK, J. *Estado, mercado imobiliário e apropriação do espaço nas favelas brasileiras contemporâneas*. Nota de Pesquisa Nº 1 – Cefavela. São Bernardo do Campo: Centro de Estudos da Favela, 2025.

KLINK, J.; DENALDI, R. On urban reform, rights and planning challenges in the Brazilian metropolis. *Planning Theory*, v. 15, n. 4, p. 402-417, 2016.

KLINK, J.; IGNATIOS, M.F. Reform, redevelopment and rent: Dilemmas of the social function of property in the private domain of the Brazilian metropolis. *Geoforum*, v. 148, p. 1-9, 2024.

LACERDA, L.G; TELLES, V. da S. Urban borders, markets in dispute: power games in the production of spaces. *Cadernos Metrópole* (PUC-SP) v. 26, n. 61, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6164684-en. Acesso em: 15 nov. 2024.

LAI, L.W.C. Property rights justifications for planning and a theory of zoning. *Progress in Planning*, v. 48, n. 3, p. 161–245, 1997.

LEYSHON, A.; THRIFT, N. The Capitalization of Almost Everything: The Future of Finance and Capitalism. *Theory, Culture & Society,* v. 24, n. 7-8, 97-115, 2007.

MEYER, J.; HADDAD, E.; AMORE, C. S.; ZUQUIM, M. de L.; SANTOS, G. M.; SILVA, A. P.; BARBON, A. L.; MINORU, R. Mercado imobiliário na favela de Paraisópolis: aproximando-se ao mercado formal. *In:* 16ª *Conferência Internacional da LARES* (Latin American Real Estate Society), São Paulo: LARES, 2017.

MILANO, G. B; PETRELLA, G. M.; PULHEZ, M. M. O anjo caído na terra prometida. Propriedade, regulação, e conflitos na reurbanização periférica da São Paulo do século XXI. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 40, n. 1, 81-100, 2021.

MIOTO, B. T.; ARUTO, P. C. Notes on the contradictions of housing policy in Latin America today: the situation in Brazil and Venezuela. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, p. 81-98, 2015.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

MONCADA, E. Urban violence, political economy, and territorial control. Insights from Medellín. *Latin American Research Review*, v. 51, n. 4, 226-248, 2016.

MOULAERT, F. Institutional economics and planning theory: A partnership between ostriches? *Planning Theory,* v. 4, n.1, p. 21-32, 2005.

PRIETO, G.; VERDI, E. F. Irmãos na Terra Prometida: crime, igreja e regularização fundiária em São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 1, p. 55-73, 2023.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. XI, n. 245, 2007. http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24517.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, L. O. *Financeirização da política habitacional*: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014. v.1. 209p.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In:* SANTOS, B. S. (Org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

SIMONI SANTOS, C. R. Espaços penhorados: expansão e captura da vida nas franjas da metrópole. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 43, n.1, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/201933/191540. Acesso em: 15 nov. 2024.

STIPHANY, K.; WARD, P. M.; Perez, L. P. Informal Settlement Upgrading and the Rise of Rental Housing in São Paulo, Brazil. *Journal of Planning Education and Research*, v. 44, n. 3, p. 1367-1385, 2024.

UN-HABITAT. *The challenge of slums*: global report on human settlements. United Nations Human Settlements Programme. London : Earthscan Publications Ltd, 2003.

UPADHYA, C.; RAO, D.M. Disposession without displacement: Producing property through slum redevelopment in Bengalure, India. *EPA: Economy and Space*, v. 55, n.2, p. 428-444, 2023.

ZUQUIM, M. L.; MAZO, L. M. S. (ed.). *Barrios populares Medellín:* favelas São Paulo. São Paulo: Editora FAUUSP, 2017.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 6

A PERSISTÊNCIA DA DESIGUALDADE E OS HORIZONTES DA LUTA POLÍTICA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 17

Diez proposiciones sobre la segregación residencial y las políticas urbanas

Oriol Nel·lo

La desigualdad social constituye uno de los principales rasgos de las ciudades contemporáneas. La desigualdad se encuentra asociada a una multitud de factores diversos, como la renta, el patrimonio, el género, la racialización, la edad, la lengua o el lugar de origen. Entre este conjunto de factores, la distribución de la renta y el patrimonio inciden de manera particularmente determinante en los cursos vitales de las personas. Como es sabido, en el espacio urbano la desigualdad se plasma a través de la segregación residencial y urbana, es decir, la tendencia de los grupos sociales a separarse entre ellos en el espacio y a utilizar de forma diferenciada la ciudad en función de sus recursos.

Ahora bien, la segregación residencial no solo refleja la desigualdad, sino que contribuye de manera decisiva a mantenerla y a reproducirla. Esto es así porqué las condiciones de vida y las oportunidades con las que cuentan las personas no son solo el resultado de sus ingresos, sino también de la calidad de su entorno: la accesibilidad del lugar donde residen, los servicios y equipamientos, la dotación de espacio público, los riesgos ambientales, la seguridad personal. Por ello, toda política que tenga por objetivo mejorar y hacer más equitativas las condiciones de vida en la ciudad deberá plantearse necesariamente como lidiar con las causas y los efectos de la segregación. Para hacerlo resulta imprescindible, por una parte, comprender la naturaleza y las consecuencias de este fenómeno y, por otra, contar con las condiciones materiales y la voluntad política para enfrentar los retos que del mismo se derivan.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

En la presente aportación se formulan diez proposiciones sobre la segregación residencial y las políticas urbanas destinadas a hacer frente a sus causas y sus efectos. Se trata de diez aserciones derivadas de los estudios académicos y de la práctica política que hemos podido desarrollar a lo largo del último cuarto de siglo en relación a esta cuestión crucial. Como se verá, las cuatro primeras se refieren a la naturaleza y los efectos de la segregación. Postulan que ésta constituye un rasgo característicos y definitorio del proceso de urbanización capitalista, que afecta a todos los grupos sociales, tiende a alcanzar dimensiones metropolitanas y supone un factor coadyuvante de primer orden en el mantenimiento y la reproducción de las desigualdades sociales.

Las proposiciones siguientes tratan de las potencialidades y las limitaciones de las políticas urbanas destinadas a hacer frente a la segregación y sus efectos. La experiencia muestra que, para ser efectivas y equitativas, dichas políticas deben ser fruto de la cooperación entre diversos niveles de gobierno, puesto que los recursos necesarios para acometerlas no pueden proceder solamente de las comunidades locales concernidas. Las políticas urbanas frente a la segregación deben tener, además, un carácter transversal y estable, basado en el impulso y la participación de la ciudadanía. Finalmente, se expone que las políticas urbanas son una condición necesaria, pero no suficiente para hacer frente a la desigualdad económica, puesto que esta se deriva de factores estructurales, como el mercado de trabajo, el acceso a la educación, el derecho a la vivienda o el sistema fiscal. Sin embargo, si cuentan con los recursos adecuados, el impulso colectivo y la voluntad de gobernar las transformaciones, las políticas urbanas pueden mejorar de manera efectiva las condiciones de vida de la población más vulnerable y fomentar una mayor justicia espacial en la ciudad.

1. La segregación residencial es un fenómeno consubstancial al proceso de urbanización capitalista

La concentración de los grupos sociales más vulnerables en algunas áreas de la ciudad tiene su origen en la dinámica de segregación residencial, es decir, la tendencia de los grupos sociales a separarse sobre el espacio urbano en función de su capacidad de escoger lugar de residencia. A su vez,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

esta capacidad se halla condicionada principalmente por dos factores: los ingresos de las personas y las familias, por un lado, y los precios del suelo y la vivienda, por otro. Lejos de ser un fenómeno coyuntural en el tiempo, específico de algunas áreas urbanas y concerniente solo a los sectores más desfavorecidos de la población, la segregación urbana y la segregación residencial constituyen rasgos consubstanciales del proceso de urbanización capitalista. Así, la segregación condiciona el comportamiento de todos los grupos sociales y se deriva no solo del confinamiento de los grupos más vulnerables en las áreas donde la vivienda resulta relativamente más accesible, sino también de la voluntad de secesión de los sectores más acomodados. De este modo, la estructura y el funcionamiento de nuestras ciudades se explica, en buena medida, por las dinámicas de segregación en el acceso a la vivienda y el uso del espacio urbano (Harvey, 1973; Secchi, 2013; Oberti & Preteceille, 2016).

2. Las relaciones entre la desigualdad social y la segregación residencial son complejas y no lineales

La segregación está estrechamente ligada a las desigualdades sociales, pero dicha relación no es necesariamente lineal ni inmediata. En primer lugar, la relación entre desigualdad y segregación es mediada por el régimen urbano y por la planificación urbanística, de modo que la aplicación de políticas urbanas y de vivienda más liberales o más social-demócratas, por ejemplo, pueden condicionar la ubicación de los grupos sociales sobre el espacio. Por otra parte, los efectos de la desigualdad sobre la segregación se producen en ocasiones de forma retardada en el tiempo, hasta en lapsos de una década. Así, el incremento de la desigualdad no necesariamente resulta en un aumento inmediato de la segregación: por el contrario, pueden darse casos en que el incremento de la primera favorezca la reducción de la segunda. Esta paradoja puede producirse, por ejemplo, a través de procesos de gentrificación que comporten el asentamiento de población acomodada en barrios de renta baja, de tal modo que, al menos de forma temporal, se produce una reducción de la separación física entre hogares con niveles de ingresos diversos. Finalmente, debe tenerse en cuenta que la aplicación de políticas públicas de vivienda muy activas, aun cuando favorezcan la reducción de la desigualdad en

CONSEQUÊNCIA EDITORA

el derecho a la casa, pueden incrementar la segregación si las operaciones de vivienda social se realizan de forma concentrada sobre el espacio (Tammaru el al., 2016; Van Ham et al., 2022 ; Nel·lo & Sabatini, 2022).

3. La segregación es un fenómeno estructural, que afecta a todos los grupos sociales, presenta notables continuidades espaciales, tiende a agravarse y a alcanzar la escala metropolitana

En cualquier caso, se puede afirmar que hoy, en las ciudades españolas (Ariño & Romero, 2016; Blanco & Nel·lo, 2018; Nel·lo, 2021; Blanco & Gomà, 2022) y del conjunto de Europa (Tammaru et al. 2016; Van Ham et al. 2022), la segregación residencial es un fenómeno caracterizado por cinco rasgos principales:

a) Se trata de una dinámica *estructural* que ha estado presente a lo largo del todo el proceso de urbanización contemporáneo. Así, la segregación residencial precede de lejos a las crisis recientes -la gran recesión posterior a 2008 y la pandemia Covid-19- aunque éstas hayan podido contribuir a exacerbar las causas y agravar los efectos del fenómeno.

b) La segregación, según los estudios comparativos disponibles para las grandes ciudades europeas y españolas, ha *tendido a profundizarse* en la mayoría de casos. La financiarización del mercado de la vivienda, las restricciones de los créditos hipotecarios, la irrupción de los alojamientos para uso turístico y la parvedad (o la concentración) de las políticas destinadas a promover vivienda asequible contribuyen de manera destacada a agravar la situación.

c) Lejos de afectar sólo a los hogares más vulnerables, la segregación *concierne a todos los grupos sociales*. De hecho, en muchas ocasiones, la separación entre los grupos sobre el espacio urbano es debida tanto a la voluntad de los sectores acomodados de asentarse en áreas exclusivas y excluyentes como a la concentración de los sectores más desfavorecidos allí donde los precios son más bajos o donde hay mayor oferta de vivienda social.

d) La segregación presenta unas acusadas *continuidades espaciales y temporales*, de modo que los barrios o áreas que se han visto espe-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cializadas como ámbito residencial de población de un determinado nivel de renta tienden a mantener esta especialización a lo largo de períodos muy largos. En las áreas urbanas españolas, los barrios donde se concentra las situaciones de mayor vulnerabilidad y exclusión social corresponden de manera muy mayoritaria por tres tipos de tejidos: centros históricos degradados, polígonos de vivienda de masa y áreas surgidas de procesos de urbanización espontánea y de autoconstrucción.

e) Por último, la segregación, al conjugarse con la expansión de las áreas urbanas y la integración del territorio, ha alcanzado hoy decididamente una *escala metropolitana*. De este modo, los territorios que se ven especializados socialmente ya no son sólo las calles de un barrio, o los barrios de un municipio, sino municipios y ejes metropolitanos enteros respecto al conjunto de la metrópolis.

4. El "efecto barrio": la segregación, no es solo reflejo y sino también causa de la desigualdad.

El debate sobre el denominado "efecto barrio" ha confrontado los argumentos de los autores que consideran que la segregación no es más que el reflejo espacial de las desigualdades (Cheshire, 2007) y aquellos que han afirmado que la segregación contribuye también a mantenerlas y reproducirlas (Atkinson & Kintrea, 2001; Soja, 2010; Secchi, 2013). Las evidencias aportadas por los estudios realizados en las grandes ciudades españolas -en relación a temas diversos como la educación, la salud, las oportunidades y el acceso a la energía- ponen de relieve la importancia de los factores espaciales en el mantenimiento y la reproducción las desigualdades sociales (Nel·lo, 2021; Blanco & Gomà, 2022). Así, por ejemplo, recientes trabajos sobre el impacto social y territorial de la pandemia Covid-19 han confirmado la relación entre la vulnerabilidad social de los barrios y la extensión de los contagios (Nel·lo & Checa, 2022). El "efecto barrio" incide pues en las condiciones de vida y las oportunidades de la población, pero también en las actitudes políticas de la ciudadanía y su capacidad de organización. Esto es así porque la predisposición y la habilidad de la población a la hora de organizarse, depende no sólo de sus necesidades, sino también de sus capacidades, las

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cuales están condicionadas, a su vez, por el capital social del que el vecindario dispone (Blanco et al., 2016).

5. Para hacer frente a las causas y efectos de la segregación se requieren tanto políticas estructurales como políticas urbanas específicas

La evidencia de que la segregación no es sólo un síntoma o un reflejo de la desigualdad sino un problema en sí mismo, indica la necesidad de hacer frente a sus causas y sus efectos. Para ello, son necesarias, primer lugar, políticas estructurales -como las fiscales, de regulación del mercado laboral y de acceso a la vivienda- destinadas a incidir en la distribución general de la riqueza y a reducir las desigualdades sociales en términos de ingresos y de patrimonio. Ahora bien, para combatir la segregación y sus efectos deben llevarse a cabo, también, políticas urbanas de carácter específico en los barrios donde se concentra la población más vulnerable y con mayores necesidades de atención social. Dichas políticas, para ser efectivas, deben proponerse alcanzar dos objetivos. En primer lugar, deben tratar de mejorar las condiciones de vida en los barrios vulnerables, incidiendo de forma directa en las desigualdades sociales y territoriales. En segundo lugar, han de actuar sobre las causas de la segregación, a través de la ecualización de los niveles de servicios, accesibilidad y dignidad urbana de la ciudad en su conjunto (Soja, 2010; Porcel, Antón-Alonso & Muñoz, 2020). Se concretará así aquella que Bernardo Secchi consideraba una de las aportaciones más relevantes del urbanismo contemporáneo: conseguir que las condiciones de vida de los distintos grupos sociales en la ciudad sean menos diversas de la distancia que les separa en términos de renta y patrimonio (Secchi, 2013).

6. La desigual distribución de los recursos locales supone un obstáculo primordial para las políticas de rehabilitación.

Desde el ámbito local, el primer problema para el desarrollo de las políticas de rehabilitación son los recursos disponibles. Los ámbitos metropolitanos se caracterizan, en la gran mayoría de casos, tanto por la integración e interdependencia del territorio como por la fragmentación administrativa. Esto

CONSEQUÊNCIA EDITORA

les priva de instrumentos de gobierno integrado y también de sistemas de consolidación fiscal entre las diversas localidades que las conforman. En este contexto, los recursos per cápita de los que disponen los municipios metropolitanos son muy desiguales. Para poner un ejemplo, estudios recientes referidos a los ámbitos metropolitanos españoles, muestran que en las áreas metropolitanas de de Barcelona (Checa, Donat & Nel·lo, 2022) o de València (Nel·lo & Donat, 2023) los recursos per cápita de algunas localidades doblan los de las localidades vecinas. El origen de estas desigualdades se deriva, en buena medida, de la dependencia de la financiación local de una serie de impuestos estrechamente relacionados con el valor del suelo y la vivienda (Vilalta, 2015). Así, los municipios donde, debido a los precios de la vivienda relativamente más asequibles, se asientan los grupos sociales más vulnerables son aquellos que disponen, en términos relativos, de una menor base fiscal. Se da así la paradoja de que la población más necesitada de servicios sociales acaba asentándose en las localidades con menor capacidad para prestarlos.

7. Para desarrollar políticas de rehabilitación frente a la segregación es imprescindible la cooperación interadministrativa y la consolidación fiscal a escala metropolitana

La combinación entre las dinámicas metropolitanas, la segregación residencial y la fragmentación administrativa hace imprescindible que las políticas de rehabilitación tengan un alcance, al menos, metropolitano o regional. Para comprobarlo basta tomar, por ejemplo, el caso del ámbito metropolitano de Barcelona, donde las políticas de rehabilitación han alcanzado desde hace años un vigor y alcance excepcional en el contexto iberoamericano (Nel·lo, 2018). Cataluña había contado en la primera década del presente siglo con un Ley de Barrios que permitía a los municipios realizar políticas de rehabilitación en las áreas urbanas más vulnerables, a través de aportaciones substantivas de recursos por parte del gobierno de la Generalitat. Esta política, que se desarrolló entre 2004 y 2010, fue interrumpida el año 2011, con la aplicación de las políticas de austeridad. Ante la persistencia de la problemática y la falta de apoyo por parte de la administración autonómica y estatal, el Ayuntamiento de Barcelona decidió emprender por su cuenta

CONSEQUÊNCIA EDITORA

un Plan de Barrios referido únicamente a su término municipal. Este Plan se ha ejecutado a partir de 2016 con resultados favorables y una inversión total de 300 millones de € (Nel·lo, Cruz & Blanco, 2020). Como es obvio, a la hora de mejorar las condiciones de vida en los barrios más vulnerables, esta política ha debido contar no sólo con la voluntad política del consistorio, sino con los recursos de toda la ciudad. Pues bien, este mismo ejercicio resulta imposible de realizar en la mayoría de barrios vulnerables del área metropolitana de Barcelona. Buena parte de estos barrios se encuentran en situaciones similares o peores que los de la capital, pero se hallan en municipios que no cuentan con los mismos recursos, lo cual hace imposible que puedan emprender políticas de rehabilitación por su cuenta. En el resto de las áreas metropolitanas españolas la situación es todavía más precaria. Por ello, se puede concluir que sin cooperación interadministrativa y mecanismos de perecuación fiscal de escala metropolitana o regional resulta hoy muy difícil llevar a cabo políticas efectivas de rehabilitación urbana.

8. Las políticas de rehabilitación deben contar con recursos específicos, intervenir de forma transversal, implicar al vecindario, aplicarse de manera continuada y basarse en el principio de subsidiariedad

La experiencia acumulada a lo largo de los años -a través de los programas europeos URBAN, los Contrats de Ville en Francia, la Ley de Barrios o el Pla de Barris en Catalunya y otros- indica que plantear las políticas de rehabilitación a la escala adecuada es una condición necesaria, pero no suficiente para su eficacia. Así, las luces y las sombras que a lo largo del tiempo han conocido los programas de rehabilitación muestran que estos, para tener alguna posibilidad de éxito, deben reunir una serie de condiciones básicas (Cremaschi, 2005; Nel·lo, 2010 y 2011; Tosics, 2015, Esteve, Nel·lo & Blanco, 2024). Pese a la dificultad de establecer reglas generales en este campo, dichas condiciones pueden resumirse en las cinco siguientes:

a) Disponer de *recursos específicos* suficientes para hacer frente a las necesidades de los barrios que forman parte del programa a través de proyectos de rehabilitación integral (como término de referencia es bueno recordar que la media de recursos asignados a cada barrio a través de la Ley catalana de Barrios en el período 2004-2010 fue de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

9,4 M€; en el caso del Plan de Barrios de Barcelona en el período 2016-2020 fue de 13M€).

b) Tener la voluntad de *intervenir de forma transversal* sobre todos los aspectos que inciden en las condiciones de vida del barrio: de la educación al espacio público, de la vivienda a la accesibilidad y el medio ambiente, de los equipamientos a la salud y al empleo. Las aproximaciones sectoriales -ya sean de vivienda, de medio ambiente o de energía- han mostrado de forma reiterada sus limitaciones a la hora de conseguir mejoras de conjunto.

c) Ser diseñadas, aplicadas y evaluadas con la *implicación directa del vecindario*. Para conseguir éxito las políticas de rehabilitación deben tener a los vecinos como protagonistas y no solo como destinatarios. Así, la ciudadanía de cada barrio además de participar en el diseño de las actuaciones, ha de ejercer un papel determinante en la definición del diagnóstico de partida, el establecimiento de los objetivos, la gestión de las iniciativas, su seguimiento y su evaluación.

d) Disponer de un *modelo de gestión* caracterizado por tres rasgos: en primer lugar, proponerse la consecución de resultados a medio y a largo plazo; en segundo lugar, aplicar el principio de subsidiariedad, de modo que todo lo que pueda gestionarse eficientemente por la administración más cercana al barrio no lo sea por una instancia superior; y por último, disponer de mecanismos de evaluación interna y externa, tanto durante la ejecución de las actuaciones como al final de las mismas.

9. El riesgo de los efectos indeseados o perversos de las políticas de rehabilitación no puede ser excusa para aceptar las malas condiciones de vida en los barrios

Las políticas de rehabilitación urbana son sólo uno de los factores que inciden en la evolución de la ciudad y sus barrios. Estas políticas tienen un alcance forzosamente limitado y deben hacer frente a menudo a tendencias socioeconómicas de fondo o eventos generales que empeoran las condicio-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nes de vida en los barrios, pese a la aplicación de programas integrales de mejora. Por eso hay barrios que, a pesar de haber sido objeto de reiterados proyectos de rehabilitación, siguen sufriendo graves problemas sociales. Sin embargo, los riesgos de las políticas de rehabilitación pueden derivarse no sólo de su alcance limitado, sino también de su éxito. Así, la mejora del entorno y de las condiciones de vida en un barrio puede ser percibidas por el mercado, de manera que se produzca allí un incremento de los precios inmobiliarios que hagan más difícil acceder a la vivienda, tanto a través de la compra como del alquiler (Albet & Benach, 2017). Ello entraña el riesgo de que las políticas de rehabilitación – muy a menudo emprendidas a partir de justificadas reivindicaciones vecinales- puedan acabar teniendo el efecto indeseado de desplazar la población a la que se proponían favorecer (Harvey, 2013). Ante esta disyuntiva, la opción correcta no puede consistir, obviamente, en aceptar el mantenimiento de las malas condiciones de vida en los barrios, por temor a los efectos negativos que pudiera acarrear su mejora. La alternativa debe consistir en conjugar las políticas de rehabilitación con la voluntad de gobernar sus efectos (Indovina & Nel·lo, 2017).

10. Es necesario gobernar las transformaciones suscitadas por las políticas de rehabilitación conjugándolas con otras políticas, especialmente las destinadas a garantizar el derecho a la vivienda

La segregación residencial es uno de los rasgos distintivos de las áreas urbanas que, en muchos casos, tiende a mantenerse y a agravarse (López-Gay, Andújar-Llosa & Salvati, 2020). La segregación constituye no sólo un reflejo, sino una de las causas del mantenimiento y la reproducción de las desigualdades sociales. En este contexto, las políticas de rehabilitación de barrios pueden ser un instrumento eficaz para hacer frente a sus causas y efectos, impulsando la equidad, social y territorial, en la ciudad. Para ser efectivas, las actuaciones de rehabilitación -además de contar con la escala, los recursos y características adecuadas- tendrán que coordinarse estrechamente con otras políticas urbanas. Solo así, podrá desarrollarse todo su potencial y será posible gobernar sus efectos, incluidos eventualmente los perversos e indeseados. En particular, resulta imprescindible conjuntar las políticas de barrios con las políticas destinadas a proteger el derecho a la

CONSEQUÊNCIA EDITORA

vivienda (a través de la promoción directa de vivienda pública o de reservas obligatorias de suelo de vivienda protegida, el ejercicio del derecho de tanteo y retracto, la rehabilitación con fines sociales, la regulación del alquiler o la limitación del alojamiento turístico). Finalmente, para el impulso de las políticas de barrios es necesaria la voluntad política de reconocer la centralidad de la problemática y las potencialidades transformadoras de las áreas vulnerables. No es posible desarrollar una política para las periferias urbanas, sin poner las periferias en el centro de la política urbana.

Referencias

ALBET, A. & BENACH, N. (2017); *Gentrification as a Global Strategy: Neil Smith and Beyond*. Londres & Nueva York: Routledge.

ARIÑO, A. & ROMERO, J. (2016); *La secesión de los ricos.* Barcelona: Galaxia de Gutemberg.

ATKINSON, R. & KINTREA, K. (2001). Disentangling Area Effects: Evidence from Deprived and Non-deprived Neighbourhoods. *Urban Studies*, 38(12).

BLANCO, I.; CRUZ, H.; MARTÍNEZ, R. & PARÉS, M. (2016). El papel de la innovación social frente a la crisis. *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, 48 (188),

BLANCO, I. & NEL·LO, O. eds. (2018); *Barrios y crisis. Crisis económica, segregación urbana e innovación social en Cataluña*. Valencia: Tirant lo Blanch.

BLANCO, I. & GOMÀ, R., eds. (2022); *¿Vidas segregadas? Reconstruir fraternidad*. València: Tirant lo Blanch.

CHECA, J.; DONAT, C. & NEL·LO, O. (2022); *La segregación residencial y los recursos municipales*, en I. Blanco & R. Gomà, coord., *¿Vidas segregadas? Reconstruir fraternidad*. Valencia: Tirant lo Blanch.

CHESHIRE, P. (2007); *Segregated Neighbourhoods and Mixed communities. A Critical Analysis* York: Joseph Rowntree Foundation.

CREMASCHI, M. (2005); *L'Europa delle città: accessibilità, partnership, policentrismo nelle politiche comunitarie per il territorio*. Milano: Alinea.

ESTEVE, M.; NEL·LO, O. & BLANCO, I. (2024), Shared challenges, divergent practices. The impact of institutional frameworks on area-based

CONSEQUÊNCIA EDITORA

initiatives in Barcelona and Paris, *Urban Research and Practice*, juliol 2024.

HARVEY, D. (1973). *Social Justice and the City.* Baltimore, Johns Hopkins University Press.

HARVEY, D. (2012). *Rebel Cities : From the Right to the City to Urban Revolution.* Londres, Verso.

INDOVINA, F. & NEL·LO, O. (2017). Gentrification: disaster, necessity, opportunity. Notes for a critical use of the concept. En A. Albet & N. Benach, *Gentrification as a Global Strategy: Neil Smith and Beyond*. Londres & New York, Routledge.

LÓPEZ-GAY, A.; ANDÚJAR-Llosa, A. & SALVATI, L. (2020). Residential mobility, gentrification and neighborhood change in Spanish cities: A post-crisis perspective. *Spatial Demography*, 8 (3).

NEL·LO, O. (2010). The challenges of urban renewal. Ten lessons from the Catalan experience. *Análise Social*, 48 (197).

NEL·LO, O. (2011): The Five Challenges of Urban Rehabilitation. The Catalan Experience, *Urban Research and Practice*, vol. IV, 3.

NEL·LO, O. (2017). "El proceso de urbanización: motor y expresión de las transformaciones sociales y territoriales", en Romero, J., coord., *Geografía Humana de España.* València: Tirant lo Blanch.

NEL·LO, O. (2018). Hacer la ciudad metropolitana: segregación residencial y políticas urbanas en el ámbito metropolitano de Barcelona. *Ciudad y territorio: Estudios territoriales*, 198, 697-715.

NEL·LO, O. ed. (2021). *Efecto Barrio. Segregación residencial, desigualdad social y políticas urbanas en las grandes ciudades ibéricas*. Valencia: Tirant lo Blanch.

NEL·LO, O. & CHECA, J. (2022). El binomio imprescindible. Políticas públicas e iniciativas solidarias en España en la pandemia Covid-19. En O. NEL·LO et al., eds. *El apoyo mutuo en tiempos de crisis: la solidaridad ciudadana durante la pandemia COVID-19*. Buenos Aires: CLACSO.

NEL·LO, O.; CRUZ, H. & BLANCO, I. (2020). Les polítiques de rehabilitació enfront la segregació: el Pla de Barris de Barcelona. *Papers. Regió Metropolitana de Barcelona*, 63.

NEL·LO, O. & DONAT, C. (2023) Segregación residencial y recursos locales en el área urbana de Valencia: la necesidad de gobernanza metropolitana. *Cuadernos de Geografía*, 110.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

NEL·LO, O. & SABATINI, F. (2022). Segregación residencial y políticas urbanas: convergencias y contrastes entre Barcelona y Santiago de Chile. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 68 (3)

OBERTI, M., & PRETECEILLE, E. (2016). *La ségrégation urbaine*. Paris, La Découverte

PORCEL, S.; ANTÓN-ALONSO, F. & MUÑOZ, I. (2021) "Les polítiques de millora de barris a debat". *Papers. Regió Metropolitana de Barcelona*, 63.

SECCHI, B. (2013); *La città dei ricchi e la città dei poveri*. Bari: Laterza.

SOJA E. W. (2010); *Seeking spatial justice*. *An innovative new way of understanding and changing the unjust geographies in which we live* Minneapolis: University of Minnesota Press.

STIGLITZ, J.E. (2012); *The Price of Inequality. How Today's Divided Society Endangers Our Future*. Londres: W. W. Norton & Company.

TAMMARU, T., MARCIŃCZAK, S., VAN HAM, M.; MUSTERD, S., eds. (2016); *Socio-Economic Segregation in European Capital Cities: East Meets West*. Nueva York: Routledge.

TOSICS, I. (2015). *Integrated regeneration of deprived areas and the new cohesion policy approach*: An urban contribution to the European Urban Agenda. Bruselas: URBACT.

VAN HAM, M.; Tammaru, T.; Ubarevičienė, R.; Janssen, H., eds. (2021); *Urban Socio-Economic Segregation and Income Inequality. A Global Perspective*. Cham: Springer.

VILALTA, M. (Ed.). (2015). *Autonomía y equidad en la financiación municipal: dos principios compatibles*. Barcelona: Publicacions i edicions de la Universitat de Barcelona.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 18

Brasil: desigualdades e suas raízes

Sandra Lencioni

Introdução

O tema proposto para a mesa-redonda: "A persistência da desigualdade e os horizontes da luta política" dirige o pensamento a refletir sobre a desigualdade social e as possíveis estratégias para minimizá-la ou de projetar a sua superação. Uma reflexão espinhosa porque requer esclarecer não só o que a desigualdade é, mas as razões da sua emergência e da sua persistência. A raiz da questão encontra-se na formação da sociedade brasileira, no nosso passado colonial assentado no tripé basilar: latifúndio, monocultura e escravidão que subsistiu, praticamente, como única economia relevante, por quase 300 anos. Um passado colonial envolto na brutalidade e opressão autoritária da monarquia portuguesa, que fincou as bases de uma sociedade extremamente hierarquizada que chega aos dias atuais acobertando a desigualdade estrutural sob o manto da violência.

O desafiante assunto proposto exige, também, refletir sobre os horizontes da luta política, o que nos traz um repto maior, pois somos avessos ao caminho fácil de se projetar sonhos e fantasias que se quer realidade. Pelo contrário, trata-se de esboçar um contra sonho que busque vislumbrar possibilidades de superação das desigualdades por meio da luta política. Tarefa tão difícil que a pretensão aqui é apenas a de iniciar uma discussão, refletir sobre a relevância do tema e menos a de que formular respostas.

Na primeira parte desse texto mostramos que embora o Brasil ocupe o décimo lugar entre as maiores economias do mundo, ele figura em 14º

CONSEQUÊNCIA EDITORA

lugar entre os países mais desiguais do mundo.[1] Um contraste socialmente construído que equaliza um país de natureza diversa. Se a Amazônia se diferencia do pantanal, do cerrado, do semiárido, da mata Atlântica e dos pampas, em termos de natureza, são semelhantes quando a referência é a desigualdade social.

O tripé basilar da formação da nação: latifúndio, monocultura de exportação e escravidão de alguma maneira se mantém, pois em nenhum momento da história brasileira foi totalmente destruído. A grande mudança está na escora relativa à escravidão, abolida em 1888, e na diversificação de nossas culturas, num quadro de persistência da exportação de produtos pela grande propriedade territorial. Essas com mais de 10.000 hectares correspondem a 0,04% das propriedades rurais do país e ocupam 14,8% das áreas produtivas. Considerando-se as propriedades rurais com mais de 2.500 hectares, elas representam 0,3% dos estabelecimentos ocupando 32,8% da área de estabelecimentos rurais do país. Já as propriedades rurais com até 50 hectares, correspondente a 81,3% das propriedades rurais ocupam somente 12,8% do total da área rural produtiva do país. Numa síntese de fácil apreensão, 2 mil propriedades de mais de 10.00 hectares, ou seja, os latifúndios, ocupam área maior do que a de 4,1 milhões de propriedades rurais.[2]

Desse tripé, vamos tecer algumas considerações sobre a escravidão que foi abolida há mais de um século. Essa escravidão, denominada de moderna para se diferenciar de outras formas históricas de escravidão, como a escravidão na Antiguidade, perdurou por quase 4 séculos. No entanto, resquícios dela, presente na desigualdade racial, bem como na escravidão contemporânea, se fazem presentes e isso não deixa de serem fatos inconcebíveis do humano. Esse inimaginável cenário será apresentado na segunda parte deste texto.

Na última parte, tecemos considerações gerais sobre as desigualdades mostrando que elas são de diversas naturezas e que todas elas se fazem presentes nas nossas vidas. Afirmamos que os diversos tipos de desigualdades

1 Credit Suisse Research Institute. *Global Wealth Report, 2024.* Dados elaborados da riqueza, 2024. Zurique: Credit Suisse Research Institute, 2024.

2 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário, 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em https://www.ibge.gov.br/apps/atlas-rural/#/home. Acesso em 16 fev. 2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

são entrelaçados e que é fundamental compreender a totalidade deles para projetar a superação de cada desigualdade em particular.

Por fim, com um fio de esperança de superar essa triste história, tecemos algumas projeções acerca do futuro, falamos, assim, de utopia, não como um sonho, mas como um contra sonho, propondo o desafio de se pensar uma utopia criadora, uma utopia possível de se realizar e que não seja simplesmente uma quimera, uma fantasia.

1. Brasil: um país extremamente desigual

A desigualdade tal como a pobreza e a concentração da riqueza são inerentes à produção capitalista. Portanto, a desigual distribuição da riqueza na sociedade capitalista pode até ser minimizada, mas não inteiramente aniquilada. Dados recentes, de 2023, indicam que 84,9% do volume total da riqueza global está nas mãos de 12,2% dos adultos mais ricos do mundo e que apenas 1,3% do total da riqueza no mundo fica com os 55% mais pobres. Para completar essas cifras, 1,1% das pessoas do mundo, correspondendo àquelas que tem ganhos superiores a 1 milhão de dólares ao ano, detém cerca de 45,8% de toda riqueza global. Dos 1% mais ricos, quase a metade (44%) moram nos Estados Unidos e no Canadá enquanto que quase cerca de 25% moram na Europa Ocidental.[3] Em resumo, cerca de quase 70% dos adultos mais ricos do mundo moram nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa Ocidental.

Nos últimos anos o crescimento da riqueza global desacelerou, uma vez que passou de uma média anual de 7% entre os anos 2000 e 2010, para pouco mais de 4,5% entre 2010 e 2023. Esse decréscimo foi mais acentuado no Brasil, nos Emirados Árabes e na Austrália.[4]

Esses são dados gerais, que apenas comprovam como é grande a concentração de riqueza no mundo. Dentre o 1% dos países mais ricos do mundo é o Brasil que tem a maior concentração de renda. Os milionários brasileiros estão à frente dos milionários do Oriente Médio. O rendimen-

3 Credit Suisse Research Institute. *Global Wealth Report, 2024*. Dados elaborados da riqueza, 2024. Zurique: Credit Suisse Research Institute, 2024.
4 Idem.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

to mensal do 1% mais rico da população nacional foi 39,2 vezes maior que o rendimento dos 40% mais pobres, em 2023.[5] Um quadro desolador, embora a renda dos mais pobres tenha tido um crescimento maior que a dos mais ricos entre 2022 e 2023, uma vez que entre os 5% mais pobres o rendimento médio que era de R$ 91 em 2022 passou a R$ 126, revelando um aumento de 38,5%.[6]

A menção que fazemos aqui a esses dados tem o sentido de apenas indicar que a desigualdade e a concentração de renda são espantosas e ainda se tornam mais chocantes quando se sabe que o Brasil se situa dentre as 10 maiores economias do mundo, segundo dados de 2023. Como dissemos, o legado da estrutura colonial se constitui num espectro que se faz presente obsedantemente e que permite compreender por que um país rico como o Brasil tem tantos pobres.

O PIB – Produto Interno Bruto –, em 2023, foi de US$ 2,18 trilhões. Uma cifra muito distante da dos Estados Unidos, que ocupa a primeira posição com um PIB de US$ 29,16 trilhões e da China, com US$18,27 trilhões, que ocupa a segunda posição mundial. Porém, não tão distante do Reino Unido e da França (US$ 3,58 trilhões e US$ 3,17 trilhões, respectivamente) e empatado com o PIB da Rússia e um pouco acima da Coreia do Sul. Seguem a lista, o México, a Austrália e a Espanha.[7]

5 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNAD*, 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
6 Idem.
7 FMI -International Monetary Fund, *World Economic Outlook Apr24*. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/07/16/world-economic-outlook-update-july-2024. Acesso em: 10. fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Maiores Economias do Mundo – 2024

Posição	País	PIB (dólares)
1	Estados Unidos	29,16 trilhões
2	China	18,27 trilhões
3	Alemanha	4,7 trilhões
4	Japão	4,07 trilhões
5	Índia	3,88 trilhões
6	Reino Unido	3,58 trilhões
7	França	3, 7 trilhões
8	Itália	2,37 trilhões
9	Canadá	2,21 trilhões
10	Brasil	2,18 trilhões
11	Rússia	2,18 trilhões
12	Coreia do Sul	1,86 trilhões
13	México	1,84 trilhões
14	Austrália	1,80 trilhões
15	Espanha	1,73 trilhões
16	Indonésia	1,40 trilhões
17	Turquia	1,34 trilhões
18	Holanda	1,21 trilhões
19	Arábia Saudita	1,10 trilhões
20	Suíça	942,20 bilhões

Fonte: FMI -International Monetary Fund, World Economic, 2024.[8]

8 Idem.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Essa posição revela um país rico, de pujante economia, mas com 60,4 milhões de pessoas (28% da população) vivendo em situação de pobreza e 9,5 milhões (4,40%) em situação de extrema pobreza em 2023.[9] Pobres e muito pobres somam 33,2% da população brasileira.

De 2022 a 2023, o percentual da população do país com rendimento domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza caiu de 31,6% para 27,4%. É a menor proporção registrada desde 2012. Numericamente, a população na faixa da pobreza recuou de 67,7 milhões para 59 milhões, menor contingente desde 2012. Em um ano, 8,7 milhões de pessoas saíram dessa condição.[10]

Quanto à população brasileira vivendo em condições de extrema pobreza, no mesmo período, essa recuou de 5,9% para 4,4%, também a menor proporção desde 2012 e pela primeira vez abaixo de 5%. Esse recuo nos dados expressa uma diminuição da população pobre, que passou de 12,6 milhões para 9,5 milhões de pessoas. Em apenas um ano, 3,1 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza[11]. O que mostra que alguma coisa pode ser feita.

Sem dúvida, esses dados contrastam com a posição do Brasil ocupar um lugar entre as dez maiores economias do mundo. E, por outro lado, estão em consonância com o fato de ele se posicionar entre os países mais desiguais do mundo, ocupando a 14ª posição em 2022 entre 15 países.[12] Por essa classificação, a grande concentração de países com maior desigualdade social ocorre na África, aonde se situa o país mais desigual do mundo, que é a África do Sul. Na África os países mais desiguais são em número de 9, na América do Sul, além do Brasil temos a Colômbia que ocupa o 6º lugar. Os

9 Os parâmetros de mensuração da pobreza no Brasil, elaborados pelo IBGE, seguem os calculados e recomendados pelo Banco Mundial, que estima a população vivendo na pobreza, aquela que vive com até R$637,00 por mês e a população vivendo na extrema pobreza, a que vive com menos de R$200,00 por mês.

10 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)*, 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf. Acesso em 12 fev. 2025.

11 Idem.

12 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano (2021/2022)*, 2023. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22. Acesso em 9 fev. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

demais, em número de 4, situam-se na América Central e Antilhas.[13] Mas, nenhum desses países, com exceção do Brasil, estão entre as 10 maiores economias do mundo, a revelar o quanto é profunda a desigualdade social e como esta independe da riqueza nacional.

A apresentação desses dados não tem o sentido de constituir uma análise minuciosa, tem o de apenas mostrar que a desigualdade e a concentração da riqueza, embora sejam constitutivas da história econômica no Brasil, mostram-se chocantes dada a grandeza atual da sua economia. Essas reflexões têm outro sentido, o de abordar a desigualdade mostrando que ela não se constitui um monólito, pois apresenta várias facetas e que é importante apreender suas configurações para projetar políticas e ações que possam minimizá-la em direção a utopia de sua superação, uma vez que embora percebamos que seu aniquilamento não seja possível no capitalismo, entendemos, também, que a desigualdade pode ser bastante minimizada, a exemplo dos países nórdicos, os menos desiguais no mundo.

Nossas ponderações têm como referência o tempo presente, do agora, das primeiras décadas do século XXI, um tempo em que as diversas formas da vida social ficaram muito vulneráveis às distorções da globalização e do neoliberalismo dada nossa condição de nos situarmos na periferia do capitalismo. Um tempo em que às fragilidades atuais da condição de periferia capitalista se somam às dificuldades de um passado que, longe de se dissolver, insiste em permanecer e em influir.

Aqui, nesta condição, não temos uma nostalgia do passado, a nostalgia de um mundo de grandeza desaparecido, pois sempre fomos o avesso disso. Aqui não é raro ouvirmos o mote de algum incansável otimista de que esse país é o país do futuro. Aqui, não é raro que nós não nos sintamos igual ao outro, uma vez que convivemos com uma fratura social na qual a desigualdade se constitui como um resultado da própria reprodução

13 Os 15 países mais desiguais do mundo são, em ordem: África do Sul, Namíbia, Zâmbia, República Centro Africana, Essuatíni (antiga Suazilândia), Colômbia, Moçambique, Botsuana, Angola, Santa Lúcia, Zimbabué, Panamá, Costa Rica, Brasil e Congo e, por último, Guatemala.
Fonte: ONU – Organização das Nações Unidas. *Relatório de Desenvolvimento Humano, 2021/2022*. Tempos incertos, vidas instáveis: a construir o nosso futuro num mundo em transformação. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2022. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22. Acesso em: 20 jan. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

da vida. Embora essa fratura seja secular e bastante profunda, ela parece, muitas vezes, indecifrável. Sua compreensão é necessária e não deve ser reduzida à compreensão de uma situação social decorrente de uma circunstância, uma vez que ela tem raiz histórica e geográfica que precisa ser compreendida como resultado de um processo lógico e estrutural decorrente da história de uma sociedade fundada no latifúndio, na monocultura e na escravidão.

Em primeiro lugar cabe destacar que desigualdade não pode ser confundida com diferença (entre as pessoas, as regiões, as cidades, as áreas urbanas etc.), embora aparentemente se possa dizer que algo é desigual porque é diferente. Desigualdade e diferença não são o mesmo, elas são essencialmente distintas, diversas. São fundamentalmente distintas porque a diferença é inerente ao ser, intrínseco a ele, constituinte dele. Por essa razão a diferença se institui até como um direito: o de ser diferente. Já a desigualdade se constitui como "resultado da própria reprodução da vida social" (Assusa; Benza, 2024, p. 9). Nesse sentido, a desigualdade se estrutura e se reestrutura historicamente como um produto social, político e moral. Isso significa dizer que as pessoas são diferentes e têm o direito de serem diferentes, no entanto, não podem ser vistas ou tratadas como desiguais, como enfatizou Lefebvre (1970), em sua obra *Manifesto Diferencialista*.

A desigualdade de renda, a mais consequente no cotidiano e evidente da qual já nos referimos, é uma dentre tantas outras desigualdades. A desigualdade é multidimensional, herdada e estrutural ou é nova. Ela é, ainda, entrelaçada a outras desigualdades, como se referiu Costa (2019, p. 55). Elas podem ser de diversas naturezas, podem ser espaciais, de gênero, de sexo, de cor, de etnia, de classe, de acesso ao saneamento básico e tantas outras mais. Portanto, a desigualdade deve ser pensada no plural e compreendida de modo socioespacial em suas diversas escalas e investigada historicamente nas suas variadas manifestações sociais e espaciais ou nas suas deliberadas máscaras e ocultações, muito além do tradicional e limitado enfoque na distribuição de renda.

Não há nenhuma dúvida de que há uma relação histórica e estrutural entre o processo de reprodução do capital e a produção das desigualdades sociais. Não há dúvida alguma de que o que somos é produto do que fomos, por isso, voltar ao passado se constitui numa regressão analítica essencial para compreender a origem de processos e de relações que estão no presen-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

te. Ou seja, um passo atrás permite compreender o presente porque propicia compreender o tempo atual.

Por essa razão prosseguimos essa discussão pinçando na história, os elementos estruturais da desigualdade, que é nossa marca, o nosso traço, que é, certamente, o mais característico desse país tão rico e tão desigual. Em seguida, discutimos algumas das várias formas de propor desdobramentos enfrentando o desafio de refletir sobre os horizontes da luta política que possam superar a sensação de que tudo parece estar obstaculizado e que é irremediável.

2. A raiz de nossa desigualdade

Na carta ao El Rei Dom Manuel, o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha, expressa o quanto a terra descoberta, que viria a ser o Brasil, poderia ser cultivada.[14] Disse ele:

> Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (Caminha, 1500).

De fato, pisava numa terra tropical na qual "dar-se-à nela tudo", uma terra que seria estruturada historicamente no latifúndio e na monocultura, que por cerca de 300 anos contou com o trabalho escravizado. Persiste, até hoje, o latifúndio e diferenciam-se as culturas fazendo desse país um grande exportador agrícola, de minério e de pecuária. O Brasil é o maior exportador mundial de soja, milho, café, açúcar, suco de laranja, carne bovina e carne de frango.

14 A ideia de descobrimento do Brasil se constitui numa ideia etnocêntrica, no caso europeia. Historiadores têm se debruçado sobre o tema e criticamente indicam que foi uma descoberta para os portugueses, mais para eles, pois aqui viviam, segundo estimativas, de 3 a 5 milhões de pessoas. Muito provavelmente nem foi uma descoberta, mas um achamento, uma vez que os portugueses sabiam da existência de terras após a travessia do Atlântico.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Como dissemos no início deste texto, embora a escravidão tenha sido abolida há mais de um século, resquícios dela, numa nova roupagem, retorna. Como Fênix, a escravidão ressurge das cinzas e assombra nossos dias trazendo o espectro do medo dada a consciência de que estamos muito distantes do humano. A escravidão atual, a escravidão de hoje, não é igual a do passado, assentada num ativo mercado de pessoas escravizadas vindas do além-mar, e nem da escravização dos indígenas, que aqui foi abolida em 1755 e em 1758[15]. A atual diz respeito à *escravidão indireta por dívida*, relativa a uma forma escravista de trabalho, que se constitui como uma "anomalia resultante das contradições sociais de um modelo de sociedade que tem um nome: a sociedade capitalista mutilada e insuficientemente realizada" (Martins, 2023, p. 16). Essa escravidão contemporânea é e não é de hoje, pois na nossa história sempre se fez presente e continua existindo personificada nos agregados do latifúndio, nos mateiros, nos peões, dentre tantos outros personagens de nossa triste história. Uma escravidão na qual o trabalhador deve ao patrão o custo de sua alimentação, de seu transporte, de suas ferramentas e de tudo mais. Repetindo, uma escravidão que se pereniza, que perdura na sua forma indireta e, vale insistir, que sempre se fez presente em continuidade a outra, a que foi suprimida legalmente em 1888.

Convém chamar atenção para o fato de que a escravidão contemporânea, a escravidão indireta por dívida, tem como característica principal o fato de ser temporária. Ela não é particular ao Brasil, existe em várias partes do mundo, inclusive há ocorrência dela em países centrais. Segundo estimativas, há cerca de 30 milhões de trabalhadores no mundo na condição de trabalho forçado.[16] Importante é deixar claro que a escravidão não é "apenas expressão de atraso econômico e histórico, mas aproveitamento e reinvenção de formas atrasadas de vida e trabalho" (Martins, 2023, p. 41).

15 Em 1755 foi abolida a escravidão indígena no Estado do Grão Pará e Maranhão e em 1758 já estava abolida em todo país. Os aldeamentos indígenas, que eram administrados pelos jesuítas, passaram a ser administrados por agentes públicos e foram alçados à condição de povoados ou aldeias.

16 Segundo a *Global Estimated of Modern Slavery and Forced Marriage*, no mundo havia, em 2022, 27,6 milhões de trabalhadores vivendo em situações análogas à escravidão. International Labour Organization, Wlak Free and International Organization for Migration. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/ILO-GEMS-2022.pdf. Acesso em 10 out. 2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Apenas para enfatizar a atualidade da questão, a título de ilustração, em 2023 veio à luz o caso da vinícola Aurora, de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, que se utilizava, por meio de empresa terceirizada, cujo proprietário era natural de Valente, na Bahia, de trabalho escravizado por dívida na colheita da uva. Esses trabalhadores haviam sido cooptados por aliciadores de mão de obra, na Bahia, e viviam em alojamentos precários, com problemas de segurança, superlotação e graves problemas de higiene. A jornada de trabalho era de 15 horas, se estendendo da 5 da manhã até as 20 horas. Os trabalhadores só podiam adquirir produtos em um dado mercadinho, no qual os preços eram superfaturados, sendo o valor gasto descontado do salário. Como resultado, ficavam devendo, pois o que ganhavam no mês não dava para saldar a conta. Por decorrência não podiam sair do local, salvo se saldassem suas "dívidas" e, além do mais, ouviam ameaças em relação à família deixada na Bahia.

Em 2023, no Brasil, foram denunciados 251 casos de trabalho análogo à escravidão que significou o resgate de 2.663 pessoas, o maior número da última década e esse número representa quase 3 vezes mais que a média anual observada nos últimos 10 anos. Mesmo que fosse um ser humano nessa condição já seria demais. Os estados que mais se destacaram nessa prática foram: Minas Gerais (58), Pará (21), Goiás (17), Piauí (14), Paraná (14), Rio Grande do Sul (13) e São Paulo (13). Em relação ao número de trabalhadores, em Goiás foram 699 trabalhadores retirados dessa condição de trabalho, seguido de Minas Gerais, com 472, Rio Grande do Sul com 323, São Paulo e Piauí com 150 casos cada um. A atividade que mais registrou casos foi a dos trabalhadores da cana-de-açúcar, seguida da dos trabalhadores envolvidos na cultura do café e da uva. Considerando os 5 primeiros estados com maior número de casos, a escravidão contemporânea se concentra nas atividades ligadas ao agronegócio.[17]

Estamos apresentando dados de 2023 e se sabe que nem todos os casos são registrados. Sabe-se que os momentos de expansão da fronteira econômica, de "porteira aberta" para incorporação de terras à lógica desenfreada do capital, a qual expulsa da terra as populações tradicionais são os mo-

17 Relatório Anual Conflitos no Campo, Brasil, 2023. Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/images/2024/Numero%20de%20resgatados%20do%20trabalho%20escravo%20e%20o%20maior%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20aponta%20publicacao%20da%20CPT_.pdf. Acesso em 10 out. 2024.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mentos em que mais se expande a escravidão por dívida. Esses momentos são reveladores da intensidade brutal em relação à exploração do trabalhador e da condição de vida desumana a qual essas pessoas estão sujeitas.

Essa escravidão indireta por dívida se combina com outros tipos de exploração aviltantes do trabalho a prolongar no tempo as relações de produção não capitalistas de produção engendradas pelo capital que agudizam, ao infinito, as desigualdades de toda ordem. Revela-se, assim, o ritmo de um capitalismo truncado que se reproduz, também, pelo seu avesso. Como resultado temos no século XXI um "capitalismo de insuficiências, sempre aquém do que pode ser, com setores de forças produtivas muito desenvolvidos, anomalamente combinados com setores econômicos atrasados, retidos em condições ainda de tempos pretéritos do desenvolvimento brasileiro" (Martins, 2023, p. 121).

A marca desse capitalismo de insuficiências foi e continua sendo as desigualdades, a pobreza e a falta dos direitos mais básicos da população em conjunção com a intensa exploração do trabalhador. Essa lógica que tem suas raízes históricas na escravidão é lamentavelmente estrutural e intrínseca à sociedade brasileira. Na figura de um semicírculo, a escravidão relacionada ao tráfico de africanos escravizados se situa numa ponta e, na outra, se situa a escravidão contemporânea representando um tempo em que o velho se reformula e o novo se firma renovando, no limite, a dinâmica capitalista de uma sociedade profundamente desigual. Entre essas duas pontas do semicírculo, dessas formas extremas, situam-se tantas outras relações sociais que expressam desigualdade, opressão e discriminações de toda ordem.

Somos o que somos, um país que se situa dentre as 10 maiores economias do mundo, mas que se constitui num país extremamente desigual, em grande parte, devido ao seu passado colonial, como colônia de exploração assentada, vale reiterar, no tripé: latifúndio, monocultura e escravidão. Fomos uma colônia "precisamente de exploração em benefício de uma elite metropolitana e depois interna", como advogam uns, ou, como advogam outro…".[18] (Monasterio; Ehrl, 2015, p. 5).

18 O texto de Leonardo Monasterio e Philipp Ehrl, intitulado: *Colônias de povoamento versus colônia de exploração: de Heeren a Acemoglu*, "examina a evolução da tese que sustenta que o tipo de colonização determina ou condiciona, o futuro das sociedades" (Monasterio e Ehrl, 2015, p. 5).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

3. Algumas formas de sermos desiguais

Compreender a combinação entre o velho e o novo ilumina o presente pela compreensão histórica do agora. Um aqui e agora em que o país regride à condição de exportador de produtos primários, assentado em tecnologias modernas e em setores inovadores e de alta tecnologia, a exemplo da importante prospecção de gás e de petróleo em águas profundas. Um agora que vê multiplicar o contrato de trabalho intermitente, conhecido como de zero horas, que significa que no contrato de trabalho não é estabelecida a quantidade de horas trabalhadas e nem os dias e horários de trabalho, ficando o empregado à mercê do empregador e sem uma renda fixa. Ou seja, o trabalhador é convocado para prestar o serviço em determinados períodos recebendo, proporcionalmente, pelo desempenho das horas trabalhadas.

Esse é um exemplo da desregulação e flexibilização no mundo do trabalho, que se juntam a tantas outras formas de precarização sobejamente analisadas. Todas essas anômalas relações de trabalho, das limitações desse capitalismo do atraso, ao terem como centro a superexploração da força de trabalho atualizam esse capitalismo de insuficiências que à primeira vista parece contraditório com a posição do país ser a décima economia do mundo. Trata-se de uma aparência e, ao contrário do que se pensa, é por isso mesmo, por meio dessas condições precárias de trabalho que esse capitalismo se reproduz.

Dissemos, até agora, que esse capitalismo que se expressa em riqueza e pobreza tem como fundamento sua triste história. A desigualdade que apresenta não é única, mas diversa, de vários tipos. Como aponta Costa (2019), as desigualdades devem ser vistas em sua multiplicidade. Há aquelas relativas às desigualdades *de que*, bem como as desigualdades *entre quem*, além das desigualdades que dizem respeito ao *quando* e, por último as desigualdades relacionadas ao *onde*. A nosso ver a análise de cada uma delas tem por objetivo compreender uma perspectiva da desigualdade, mas a análise, seja de qualquer uma delas, deve procurar estabelecer elos, mesmo que frágeis, com as demais no sentido de não segmentar o que por sua natureza sempre se apresenta em relação umas com as outras. Só assim é possível capturar a essência totalizante delas.

Se no plano analítico a reflexão sobre a desigualdade não deve descuidar de uma visão de conjunto, por mais opaca que essa visão possa ser, no pla-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

no político deve prospectar a possibilidade de romper com ela; ou seja, de emancipação. Se não se compreender a totalidade das desigualdades, a sua essência, todas as estratégias de superação delas serão infrutíferas.

Por exemplo, não basta uma melhor política de distribuição de renda para tornar mais equânime a sociedade brasileira; é fundamental que essa distribuição deva estar acompanhada do enfrentamento de outras desigualdades. Por isso, o foco em relação às desigualdades não pode ser segmentado, exclusivamente temático, devendo ser visto em suas multiplicidades contextuais. Dizendo de outra maneira e exemplificando, "enxergar a luz no túnel" que possa dirimir a desigualdade não pode se resumir ao estabelecimento de políticas sociais distributivas, isso é necessário, mas também é redutor. É preciso ir mais além, pois só assim se consegue desenvolver uma sociedade mais justa, em direção à superação das desigualdades entrelaçadas, por exemplo, as desigualdades de que, entre quem, quando e onde, dentre outras que não serão objeto de comentários.

Reiterando, todo o esforço deve ser feito para o enfrentamento do atraso e dos diversos tipos de desigualdade e, cada um deles, deve enxergar os demais buscando estabelecer conexões com os outros. Claro que no enfrentamento às desigualdades, a conjuntura positiva do momento conta muito; por exemplo, uma conjuntura econômica favorável que permita "dinheiro em caixa" ou a que vê a valorização da moeda cria mais possibilidades. Fundamentalmente, é facilitador um contexto democrático que permita discussão, pactos e ajuste de direções. Em contraposição, momentos de maior dificuldade econômica ou política são os de menores possibilidades de se enfrentar as desigualdades, muito embora não deva ser abalado pelo esmorecimento, uma vez que o horizonte de resposta sempre deve estar presente.

Tratemos, então, de uma das desigualdades apontadas: a desigualdade *de que*, que é muito cara aos geógrafos, pois nos remete, de imediato, a refletir, por exemplo, acerca das desigualdades socioecológicas, àquelas que se referem ao ambiente e ao acesso aos bens da natureza, como o ar despoluído, a água potável e, também, relativa aos mecanismos de proteção em relação às intempéries e escorregamento de vertentes ou de qualquer outro infortúnio relacionado à natureza.

Como disse Dietz (2018), existe uma relação entre a forma com que as sociedades transformam a natureza, enquanto recurso natural, bem como a forma com que regulam o uso dela e sua acessibilidade e de como tudo

CONSEQUÊNCIA EDITORA

isso se relaciona à forma com que as relações sociais de desigualdade se desenvolvem. Isso significa dizer que as desigualdades relacionadas à natureza também acabam se constituindo como desigualdades sociais. Esse é um dos vários sentidos de se entender a natureza, não mais como em si, mas como natureza social. A partir de uma perspectiva dialética da relação sociedade e natureza, Dietz (2018) diz que "não precisamos apenas ver o nexo natureza-desigualdade do ponto de vista da distribuição desigual dos efeitos ecológicos adversos, mas também que os problemas ambientais e formas historicamente específicas de apropriação e/ou conservação da natureza precisam ser vistos como articulações de desigualdades sociais" (Dietz, 2018, p. 89).

Outro aspecto da desigualdade, o segundo que registramos e que também é cara aos geógrafos, diz respeito à desigualdade do onde, que tem dimensão espacial. O enfoque varia desde análises que têm referência no imperialismo, na teoria da dependência, no sistema-mundo, no desenvolvimento desigual e combinado, quer relativo a Estados ou regiões, dentre tantos outros exemplos. Enfocando o desenvolvimento desigual na sua relação com o *onde* o centro analítico se situa no exame das macroestruturas, a exemplo das análises sobre o colonialismo, portanto abrangendo uma longa história, até a atual globalização, ou mesmo relativa ao colonialismo interno dos países.

No colonialismo interno regiões nacionais (o *onde)* são subjugadas por meio da mobilidade interna territorial do capital que, nesse processo, altera e desenvolve novas desigualdades. A título de exemplo, lembremos da mobilidade territorial do capital industrial paulista em direção ao nordeste, em meados do século XX, apoiada por políticas federais que, em grande parte, decorreu na não retenção dos excedentes obtidos no nordeste e que, também, devido a sua maior competitividade comprometeu a dinâmica e o desenvolvimento do capital industrial local. Numa leitura equivocada e ligeira parece ser uma região explorando outra, quando o sujeito não é a região, mas a exploração entre classes sociais e dominação de frações de uma mesma classe.

As desigualdades *entre quem* se constitui no nosso terceiro exemplo de desigualdades e tem sido objeto de abordagens bastante amplas e, cada vez mais, minuciosas. Ao tradicional enfoque da desigualdade entre pobres e ricos e entre classes foi se acrescentando de maneira significativa as de sexo,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

as de etnia, as de cor, as de gênero, as de orientação sexual, as relativas à origem dos migrantes, nacionais ou estrangeiros, dentre outras. Essas desigualdades expressam a complexidade da vida social e, por meio de uma análise específica, denominada de interseccionalidade, se "investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutualmente" (Collins; Bilge, 2020, p. 6).

Por último, seguindo a classificação de Costa (2019), temos a desigualdade relativa ao *quando*. Essa desigualdade permite relacionar as estruturas sociais de hoje às do passado e propicia relacionar o que somos com o que fomos. Ao possibilitar cotejar as desigualdades de hoje com as de ontem esclarecemos não só o que somos, mas porque somos assim. Além do mais, numa linha temporal podemos perceber as desigualdades que persistem com força, como resíduos de um tempo passado que perduram no presente, agora com outra roupagem.

Por exemplo, a desigualdade relativa ao *quando* viabiliza um olhar a respeito da época da escravidão relacionada ao tráfico negreiro, a qual guarda relação com a escravidão contemporânea, bem como com o racismo estrutural e com a desigualdade racial. Particularmente no caso da escravidão contemporânea, essa desigualdade revela de forma profunda a falta de liberdade do ser humano, aprisionado por grilhões imaginários e fantasmagóricos representados pelas dívidas que os trabalhadores adquirem. Essa forma contemporânea de trabalho, análoga à escravidão moderna, revela o nexo entre as desigualdades do passado com as do presente, a continuidade da desumanização da opressão e do aviltamento da dignidade do ser humano.

Tudo parece indicar que todas essas desigualdades relativas ao: *de que*, do *entre quem*, do *quando* e do *onde*, estão ancoradas numa mesma questão: a da propriedade. A leitura pode ser feita da seguinte maneira: a propriedade *de que* se relaciona aos que tem acesso à propriedade e aos que não a tem; a *entre quem* divide os proprietários dos não proprietários; a do *quando* localiza no tempo histórico o acesso à propriedade e, a do *onde*, diz respeito à localização da propriedade. Propriedade da terra, propriedade do escravizado na escravidão moderna marcam diferenças estruturais de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

quem é proprietário de um e de outro e de quem não tem propriedade ou é propriedade de outro.

Na história brasileira se antes era o trabalhador escravizado uma propriedade do senhor, posteriormente, com a Lei de Terras de 1850, cujo acesso a ela só poderia ser efetivado por meio da compra do título de propriedade, foi a terra que se tornou aprisionada. Um dos termos, ou terra ou a propriedade do outro se constitui no fundamento desse capitalismo de insuficiências.

Segundo Lima e Spelmann, a questão fundiária pauta "a questão racial, a propriedade da terra, a dinâmica de classes, a cultura e a própria formação do espaço territorial brasileiro" (Lima, Spellmann, 2022, p. 6). Por isso, afirmamos que a questão agrária ou urbana, de qualquer ângulo que for examinada, por assim dizer, nas suas diversas manifestações, tem tudo a ver com a questão da propriedade.

Expressa-se, assim, uma lógica de apropriação e privação em que ora é o escravizado que é propriedade, ora é a terra. O que importa é que um dos termos imprescindíveis à produção, o trabalhador ou a terra, esteja aprisionado pela propriedade, garantindo, assim, a loucura da reprodução desmedida do capital nesse país tropical.

Considerações finais

As desigualdades são visíveis, persistentes e renovadas e, aparentemente, mais indecifráveis. A mais brutal delas é a que se revela na escravidão contemporânea que submete, pela dívida, os homens livres a um cativeiro moral e de fato. Recompõem-se, assim, no presente, a nossa história, um *continuum* de agruras aviltantes do humano. A escravidão moderna e as formas de trabalho análogas à escravidão moderna, denominada de escravidão contemporânea, são expressões máximas das desigualdades de poder, na qual emergem com força os Senhores dos mandos e desmandos.

Diante dessa realidade e da compreensão do germe de nossa desigualdade e da sua continuidade ao longo do tempo, como podemos enfrentar a questão das desigualdades de toda ordem? Como responder à sua redução, já que ela é inerente ao capitalismo? Na medida em que seu aniquilamento só se mostra possível com uma outra forma de sociedade, a ser, ainda, construída, o que pode ser feito no sentido de diminuir as desigualdades?

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Lefebvre (1986) propõe a projeção de uma utopia criadora. Ele entende a utopia criadora como aquela que não se lança no imaginário passadista senão no possível-impossível, a que ocupa o lugar do que não tem lugar (Lefebvre, 1986, p. 203). Reafirmando, projetando uma utopia que ocupará o lugar do que agora não tem lugar.

Lefebvre é um europeu e tem como lugar a França. Adverte que qualquer projeto não deve ter como referência um imaginário passadista, um apogeu que já se foi. Ora, nós, aqui na periferia do capitalismo, nunca fomos magnânimos, nunca fomos a "voz da vez" e estamos longe de pensar que tivemos um passado de glória, por isso não corremos o risco de projetarmos um imaginário saudosista, passadista. Pelo contrário, nosso passado nunca foi altivo, uma vez que fomos ungidos numa sociedade escravista. O que importa dizer é que nessa utopia criadora temos que arquitetar o possível-impossível. Avançar no possível mirando o impossível. Avançar na redução de todos os tipos de desigualdade (o possível), tendo como horizonte último, o impossível.

Isso significa dizer que temos, obrigatoriamente, de projetar uma utopia, pois ela é "indispensável para estimular a mudança" (Lefebvre, 1991, p. 19). Isso passa, necessariamente, pela garantia da democracia e pela ação política que transcenda à ideia de que se resolvendo a ignóbil distribuição de renda alcançaremos maior equidade social. A distribuição de renda é apenas um passo e se constitui num passo de suma importância que deve vir acompanhado dos esforços de superação de tantos outros tipos de desigualdades que temos, como procuramos discutir nesse texto. Porém, esse passo é fundamental e está prescrito na nossa Constituição de 1988.[19]

Porém, é preciso mais, é necessário garantir a democracia. Somos escolados na falta de liberdade pelo nosso passado e pelas ditaduras que vivemos. A última que começou em 1964, no primeiro de abril (dia da mentira) foi

19 Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira), Capítulo I (Princípios Gerais da Atividade Econômica), O Art.170, diz que: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social observado os seguintes princípios…" No inciso VII, desse artigo, está registrado: redução das desigualdades regionais e sociais. (BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 mar. 2025

CONSEQUÊNCIA EDITORA

propalada como sendo de 31 de março, tendo desdito que ela era mentira, pois foi impiedosa realidade que durou 21 anos. Nos anos 1970 olhávamos para Portugal que vivia a Revolução dos Cravos e sonhávamos que um dia chegaríamos lá, chegaríamos à democratização. Projetávamos um futuro livre e lutamos de diferentes formas planejando e construindo caminhos para que esse dia chegasse.

Como dizia Chico Buraque e Ruy Guerra, olhando a Revolução dos Cravos, um dia viraríamos um grande Portugal. No canto alegre e triste do "Fado Tropical" está dito:

> Oh, musa do meu fado
> Oh, minha mãe gentil
> Te deixo consternado
> No primeiro de abril
> Mas não sê tão ingrata
> Não esquece quem te amou
> E em tua densa mata
> Se perdeu e se encontrou
> Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
> Ainda vai tornar-se um imenso Portugal

Sim, nos tornamos um imenso Portugal no sentido de termos conquistado a redemocratização, mas ela tem se mostrado frágil e constantemente ameaçada. Há pouco tempo ela quase foi solapada pelos ataques à democracia que vandalizaram com violência as sedes do executivo, do legislativo e do judiciário, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O coração simbólico de nossa democracia foi ferido e, nesse contexto, até uma minuta de golpe foi encontrada. Anteriormente a isso, a legitimidade da presidente Dilma Rousseff, no seu primeiro mandato (2011-2014) foi questionada e, no seu segundo mandato, em 2016, ela foi destituída do poder por um golpe parlamentar.

Após 16 anos de termos nos tornado um imenso Portugal, houve golpe parlamentar, questionamento de uma eleição à Presidência e ataque ao coração simbólico da democracia, inclusive, como dissemos, com minuta de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

golpe de Estado. Esses acontecimentos se fazem acompanhar de um contexto social de frágil defesa dos valores democráticos pela população. Castro e Castillo (2021), em pesquisa recente, concluíram que a cultura política dos brasileiros é autoritária, conservadora e antidemocrática. E como lembra Nunes (2016) as classes dominantes só apoiam a democracia quando lhes é conveniente. O traço mais marcante da democracia brasileira é que ela é uma combinação de valores democráticos com atitudes clientelistas e antipopulares, respaldadas por uma prática patrimonialista.

Conquistamos a redemocratização, mas vivemos um pacto democrático que mantém intacto o patrimonialismo, no qual a administração pública se constitui num dos meios que eterniza privilégios e vantagens a certas camadas e grupos sociais acentuando desigualdades, quer tradicionais ou novas.

Um patrimonialismo que se serve historicamente do Estado, aliado, em grande parte, à propriedade, que outrora foi do escravizado, depois, da terra, ambas mescladas com a propriedade do dinheiro, que na fase atual se mesclam progressivamente e se transfiguram nos negócios financeiros, nas finanças.

Qualquer futuro menos aterrorizador passa, necessariamente, pelo desafio em fazer do impossível, o possível. Necessariamente, essa perspectiva do possível requer a garantia da democracia e de ação política que busque enfrentar as desigualdades em todas suas transfigurações. Não há um caminho virtuoso, que se resuma numa melhor distribuição de renda. A questão é plural e não singular e qualquer que seja a trilha a se perseguir, dois obstáculos fantasmagóricos sempre se fazem presentes: o da propriedade e a do patrimonialismo. Obstáculos constitutivos de desigualdades em uma nação ungida pela escravização, historicamente, de africanos, mas também de indígenas. Uma escravização que não é coisa do passado, que se renova e se apresenta de outra forma e, embora pequena em números e infinitamente diferentes daquela, é incomensurável no que significa: o aviltamento do humano, como se abaixo do Equador não houvesse pecado. Isso tudo se desenrola "num país tropical, abençoado por Deus, e bonito por natureza, mas que beleza, em fevereiro… em fevereiro, tem carnaval..."[20]

20 Música de Jorge Bem Jorge intitulada País Tropical, 1969.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

ASSUSA, G.; BENZA, G. Introdución. *In*: ASSUSA, G.; BENZA, G.(org.) *America Latina desigual*: preguntas, enfoques y tendencias recientes. Argentina, México e Espanha: CLACSO, Siglo Veintiuno, 2014, p. 9-31.

CAMINHA, P. V. *Carta a El Rei D. Manuel.* Dominus, São Paulo, [1500], 1963. Disponível em: https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/carta-pero-vaz.pdf. Acesso em 17 fev. 2025.

CASTRO, H. C. O; CASTILLO, S. I. V. Uma democracia frágil e sem valores democráticos: o Brasil do século XXI. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 45-73, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/110968/64241. Acesso em 19 out. 2024.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, S. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. *In*: PIRES, R. R. C. (org.) *Implementando desigualdades:* reprodução de desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. p. 53-78.

DIETZ, K. *Researching inequalities from a socio-ecological perspective.* Disponível em: https://www.land-conflicts.fu-berlin.de/_media_design/Dietz_2018_Researching-inequalities-from-a-social-ecological-perspective.pdf. Acesso em: 13 out. 2024.

LEFEBVRE, H. *Conversation avec Henri Lefebvre*. Paris: Messidor, 1991.

LEFEBVRE, H. *La violência y el fin de la historia*. Buenos Aires: Ed. Leviatan, 1986

LEFEBVRE, H. *Manifeste differentialiste*. Paris: Gallimard, 1970.

LIMA, M. C.; SPELLMANN, S. Desigualdade glogal, crise multidimencional e as falácias do desenvolvimento. *Cadernos CRH*, n. 35, p. 1-15. Disponível em: https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.47583e. Acesso em: 10 out. 2024.

MARTINS, J. de S. *Capitalismo e escravidão na sociedade pós-escravista*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2023.

MONASTERIO, L.; EHRL, E. Colônias de povoamento *versus* colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu. *Texto para discussão*. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

NUNES, E. O. *A gramática política do Brasil*: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 19

Para uma Geografia das desigualdades socioterritoriais em Portugal

João Ferrão

Introdução

A existência de desigualdades é um traço estrutural de todas as sociedades. No entanto, a sua natureza e intensidade variam conforme os contextos históricos e geográficos. Nos últimos anos têm sido desenvolvidas análises da evolução das desigualdades, quer entre países quer entre regiões de um mesmo país, numa ótica de longa duração, isto é, para períodos de cerca de dois séculos. Nesse contexto, destacam-se os vários trabalhos elaborados ou coordenados por autores como Branko Milanovic ou Thomas Piketty a partir da construção de extensas séries temporais de dados. Esses estudos permitiram a publicação de sínteses (por exemplo, Milanovic, 2024; Piketty, 2021) que são de grande utilidade para uma contextualização geo-histórica das realidades atuais, contribuindo para evitar leituras simplistas, assentes em generalizações efetuadas a partir de análises demasiado circunscritas em termos temporais ou espaciais.

A desigualdade é um fenómeno com múltiplas dimensões, que interagem entre si e desencadeiam efeitos cumulativos. Os processos de formação de desigualdades assentam num jogo complexo de diferentes formas de discriminação com base na classe social, género, origem etno-racial, orientação sexual, idade, religião e outros fatores. Ao mesmo tempo, dependem do grau de exposição, suscetibilidade e vulnerabilidade em relação quer a transições estruturais (produtiva, tecnológica), quer a crises sistémicas globais (financeira, climática, geopolítica), ambas com impactos assimétricos do ponto de vista social e geográfico.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A compreensão dos processos de desigualdade implica, portanto, uma abordagem historicamente contextualizada, interseccional e territorial, capaz de averiguar o modo como esses processos refletem e provocam disparidades em domínios como as condições de trabalho, os níveis de rendimento, os graus de pobreza e privação (material, energética, alimentar, cultural etc.), ou o acesso a serviços de utilização universal (saúde, educação, segurança social) e a moradia digna. É, no entanto, difícil compatibilizar essa visão abrangente dos processos de desigualdade com análises de natureza histórica e de âmbito territorial, dada a exigência de disponibilidade de informação comparável no tempo e suficientemente desagregada do ponto de vista geográfico.

A forma mais habitual de analisar a evolução das desigualdades sociais e territoriais baseia-se na repartição de rendimentos, não apenas por questões pragmáticas (existência de dados), mas sobretudo por razões conceptuais: os regimes de acumulação e as relações de trabalho continuam a ser elementos centrais dos processos de geração de desigualdade, pelo que uma leitura cruzada da distribuição vertical (entre grupos sociais) e horizontal (entre territórios) dos rendimentos constitui uma boa aproximação às desigualdades na sua aceção mais abrangente.

Uma visão de longa duração das desigualdades ao nível dos países

É a partir da análise da evolução da desigualdade de rendimentos verificada após a revolução industrial que Milanovic (2024) propõe uma periodização em três eras, correspondentes a períodos com um comportamento relativamente homogéneo no que diz respeito à evolução das disparidades entre países e dentro dos países, em ambos os casos medidas através do coeficiente de Gini[1].

Durante a primeira era (1820 a 1950) verifica-se um aumento das desigualdades quer entre países, quer no interior dos países (pelo menos nos mais desenvolvidos, em relação aos quais existe informação). O impacto

1 O coeficiente de Gini é um indicador que avalia a desigualdade na distribuição do rendimento, variando entre 0 (situação em que todas as pessoas têm o mesmo rendimento) e 100 (situação em que todo o rendimento é detido apenas por uma pessoa).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

da revolução industrial e a expansão e o aprofundamento dos processos de colonização contribuíram para a afirmação de um modelo global centro--periferia, em que os países da Europa ocidental e, mais tarde, da América do Norte se destacam de forma positiva dos restantes, dando lugar ao que o autor designa por período da Grande Divergência: essa é a era dos impérios e da ascensão do Ocidente.

A segunda era inicia-se após o final da Segunda Guerra Mundial e estende-se até à última década do século XX. Durante esse período, a desigualdade global mantém-se a um nível elevado e relativamente estável, mas com as disparidades entre países a aumentar e, pelo contrário, a diminuir no interior dos países mais desenvolvidos. Esses anos correspondem ao que Milanovic (2024) classifica como a era dos três mundos: o primeiro mundo, constituído pelos países capitalistas mais avançados; o segundo mundo, que engloba os países do leste europeu e a União Soviética, com níveis de rendimento inferiores aos do grupo anterior; e o terceiro mundo, formado pelos países, mais pobres e muitos deles ex-colónias, dos continentes asiático e africano e, de forma menos acentuada, da América Latina. Ao longo desta era as desigualdades tendem a diminuir no interior dos países dos dois primeiros mundos, no primeiro caso como consequência de políticas progressistas de impostos e transferências sociais, no segundo como resultado da instauração de regimes comunistas.

A terceira era, que se estende do final do século XX a 2018 (último ano analisado), caracteriza-se por uma nova combinação da evolução das duas componentes de desigualdade global: a desigualdade entre países diminui, como consequência da subida rápida dos rendimentos, a partir de níveis muito baixos, verificada na China e mais tarde em outros países asiáticos (Índia, Indonésia, Bangladesh etc.); e, pelo contrário, a desigualdade no interior dos países mais desenvolvidos (Europa, América do Norte) ou de maior dimensão (Rússia, China, Índia) agrava-se. Como a primeira tendência é mais forte do que a segunda, verifica-se uma diminuição da desigualdade global. A ascensão da China e de outros países asiáticos, que começa a colocar em causa o mundo tripartido da era anterior a partir dos anos 1980, introduz, segundo o autor, uma alteração com uma intensidade apenas comparável à que se verificou na sequência da revolução industrial. É importante sublinhar que para os países do ex-primeiro mundo (o "Ocidente") esta tendência corresponde a um "declínio posicional", isto é, a um

CONSEQUÊNCIA EDITORA

recuo relativo dos níveis de rendimento por comparação com os países em ascensão, mesmo quando os rendimentos se mantêm elevados ou beneficiam até de um aumento real, o que, no entanto, nem sempre sucede.

Piketty (2021) também desenvolve uma análise de longa duração das desigualdades, mas utilizando fontes, critérios e procedimentos diferentes, e centrando a sua atenção sobretudo na Europa e, dentro desta, no caso de França. Nesta análise o autor confere particular destaque ao que designa por "a Grande Redistribuição" (de rendimentos) ocorrida entre 1914 e 1980, uma fase que corresponde, no essencial, à segunda era de Milanovic (2024).

A grande redistribuição de rendimentos verificada nos países capitalistas mais avançados, sobretudo europeus, coincidiu com um período de rápido crescimento económico e assentou em dois pilares principais: a construção e consolidação do estado social (universalização de acesso a serviços públicos básicos, como o ensino, a saúde e a segurança social) e o desenvolvimento de mecanismos redistributivos através de políticas de rendimento, emprego e salários (fiscalidade progressiva sobre rendimentos e heranças, salário mínimo nacional, transferências sociais etc.). A conjugação desses fatores, e ainda o impacto das lutas sociais e políticas desencadeadas sobretudo por sindicatos, contribuíram para a desmercadorização de serviços básicos de educação e saúde, o aumento de justiça social e fiscal, e a diminuição da concentração de riqueza e das disparidades salariais, em suma, para uma maior socialização da riqueza e, por consequência, para uma diminuição das desigualdades socioeconómicas.

Ao mesmo tempo, e como Milanovic (2024) também realça, a instauração de regimes comunistas na União Soviética e nos países do leste europeu permitiu, igualmente, uma diminuição das desigualdades, nesse caso não através de uma mudança sistémica do capitalismo mas sim da adoção de um modelo não-capitalista baseado na propriedade dos meios de produção pelo Estado e numa planificação centralizada da economia.

Tendo como referência os três mundos da segunda era de Milanovic (2024), podemos afirmar que a Grande Redistribuição de rendimentos beneficiou, ainda que através de modalidades distintas e com impactos diversos, o primeiro e o segundo mundos. No final da década de 1980, contudo, serão vários os fatores que irão concorrer para alterar profundamente essa tendência positiva: queda do muro de Berlim (1989), ascensão da globalização neoliberal e consequente crescente financeirização da economia mun-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dial, e rápida ascensão, a partir de níveis de rendimento muito baixos, da China e de outros países asiáticos. Inicia-se, então, a fase de transição para a terceira era de Milanovic (2024), dando origem a uma outra organização do sistema mundial e a uma nova ordem geoeconómica que se afastam quer do modelo centro-periferia da primeira era, quer do modelo tripartido da segunda era, sem que isso signifique, no entanto, que as formas de desigualdade atuais não continuem a reproduzir desigualdades originadas durante esses dois períodos.

Desigualdades territoriais: tendências recentes em países da Europa e da América do Norte

Como salienta Piketty (2021) a propósito do caso francês, uma visão de longa duração (no caso, 1780-2020) sugere a existência de uma tendência não linear para uma maior igualdade, com múltiplos avanços e recuos. Ora diversos estudos sobre a evolução recente das desigualdades em vários países europeus e da América do Norte apontam para o que Cagé e Piketty (2023) classificam como "o regresso das disparidades territoriais" a partir dos anos 1980/90. Ainda que com diferentes tempos e intensidades, em grande parte do chamado Ocidente verifica-se, de facto, uma inversão da propensão, prevalecente durante o período da Grande Convergência, para uma maior igualdade territorial no interior desses países.

As análises minuciosas desenvolvidas por Cagé e Piketty (2023) para França permitem identificar uma hierarquia de disparidades, em que as disparidades de rendimento do trabalho são inferiores às disparidades de riqueza (medida através do PIB por habitante), essas são menores do que as disparidades associadas à propriedade e ao capital imobiliário, e as últimas, por sua vez, ficam aquém das disparidades territoriais. De modo mais genérico, o facto de o aumento dos rendimentos do capital (lucros, rendas fundiárias, remuneração de ativos financeiros) ser superior ao aumento dos rendimentos do trabalho (salários, pensões) e, ao mesmo tempo, existir uma crescente diferenciação no interior do mercado de trabalho associada a uma degradação relativa dos salários de base e a uma hipervalorização dos salários de topo, aponta para uma dupla desvalorização salarial que penaliza os segmentos da população mais pobre, mas também da classe

CONSEQUÊNCIA EDITORA

média, e os jovens em geral. Esta evolução negativa foi particularmente evidente entre os anos 1980 e a crise financeira de 2008/9, acompanhando a inflexão neoliberal das economias e das sociedades então ocorrida.

O processo que Gaubert *et al.* (2021) designam, de forma irónica, por "concentração da riqueza, democratização da pobreza" é um dos principais fatores explicativos da emergência de geografias da desigualdade mais polarizadas no interior de diversos países. Na verdade, as desigualdades inter-regionais têm vindo a acentuar-se na América do Norte e na Europa ocidental desde a década de 1980 (Bathelt *et al*., 2024); e, ao mesmo tempo, as desigualdades intrarregionais agravaram-se sobretudo nas regiões mais ricas, isto é, as que concentram um maior número de empresas com elevada produtividade, trabalhadores mais qualificados e remunerações mais altas (Mann, 2023). No mesmo sentido, Bauluz *et al*. (2024) salientam, com base na análise da evolução dos mercados de trabalho locais entre 1975 e 2019, que no Reino Unido e na Alemanha existe um claro contraste entre os grupos com remunerações mais elevadas, caracterizados por uma crescente concentração geográfica em áreas economicamente mais dinâmicas, e os grupos com remunerações inferiores, com uma distribuição geográfica mais homogénea e uma diversidade de níveis salariais menos marcada.

O facto de o aumento da dualização do mercado de trabalho ser acompanhado por uma concentração espacial dos detentores de salários de topo explica, portanto, o essencial da tendência de agravamento das desigualdades inter-regionais. Mas o aumento global de disparidades entre regiões nesses países inclui, na verdade, duas componentes de sentido oposto: uma componente de convergência entre áreas no que se refere aos assalariados com remunerações mais baixas, um resultado que se deverá, pelo menos em parte, à implementação de políticas nacionais de salário mínimo; e uma outra de divergência entre áreas no que diz respeito aos que possuem salários mais elevados. E se aos salários forem adicionados os vários tipos de rendimento associados ao capital (lucros, rendas fundiárias, remuneração de ativos financeiros), a diferença entre estas duas componentes, de convergência e de divergência, seria ainda mais intensa, o mesmo sucedendo, como consequência, em relação às disparidades dos valores globais das desigualdades entre áreas com perfis de rendimento cada vez mais semelhantes na base, mas mais diferenciados no topo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Tapia *et al*. (2024), num estudo sobre a evolução dos níveis de rendimento na Europa do Norte (Dinamarca, Finlândia, Islândia Suécia, ilhas Faroé) entre 2005 e 2022, distinguem os conceitos de desigualdade social, desigualdade territorial e desigualdade geral. A desigualdade social refere-se às diferenças de rendimento que ocorrem dentro de uma mesma área (região, município), enquanto a desigualdade territorial diz respeito às diferenças de rendimento entre áreas. A desigualdade geral traduz o efeito conjugado das desigualdades social e territorial.

A desigualdade social está a aumentar em todos os territórios nórdicos, numa trajetória que teve início nos primeiros anos da década de 1990. Verifica-se uma associação geral entre rendimento médio e desigualdade de rendimento (isto é, quanto mais elevada é a riqueza média de uma determinada área, maiores são as desigualdades), sendo que essa associação tende a ser mais forte nas cidades e em áreas intermédias e tanto mais fraca quanto mais acentuado for o grau de ruralidade.

A desigualdade territorial, por sua vez, tem uma evolução mais diversificada: agravamento na Dinamarca, Suécia e Islândia, e diminuição na Noruega e, de forma menos marcada, nas Ilhas Faroé. Sendo a desigualdade territorial, em geral, menos intensa do que a desigualdade social, o seu contributo para a desigualdade geral é inferior, mas o seu crescimento é mais elevado em várias regiões, o que sugere que poderá vir a ganhar importância no futuro próximo.

Os resultados obtidos levam os autores a afirmar que é possível reconhecer a existência de diferentes regimes territoriais de desigualdade nas várias escalas geográficas (nacional, regional, local). Desse ponto de vista, é importante identificar os fatores que poderão concorrer para situações mais favoráveis no que diz respeito às desigualdades tanto sociais como territoriais. A esse propósito, Tapia *et al.* (2024) relembram as conclusões de um estudo de Angell *et al.* (2016), em que são apontados três fatores essenciais para explicar os níveis relativamente reduzidos, e ainda assim em diminuição durante o período analisado, das disparidades regionais na Noruega: existência de um estado social com um forte papel redistributivo; localização de empresas com salários elevados em muitas áreas rurais (produção de energia, piscicultura de salmão, atividades relacionadas com o petróleo); e um setor público robusto, que garante bons níveis salariais e desempenha um papel importante na dinamização dos mercados locais de emprego em áreas rurais e geograficamente remotas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Aproximação ao caso de Portugal

Há uma longa tradição, sobretudo na Europa, de estudos empíricos sobre disparidades regionais, em geral com base na comparação dos valores do PIB por habitante de cada região. Esses estudos visam detetar padrões de convergência ou divergência entre regiões de um mesmo país ou de países distintos, um tópico de particular relevância no âmbito das políticas de coesão territorial da União Europeia[2] e que ganhou uma importância ainda maior nos últimos anos em torno do debate sobre a relação entre os "lugares que ficam para trás" e a ascensão de movimentos populistas de extrema-direita (Pike *et al.*, 2024).

Uma análise recente desenvolvida no âmbito da OCDE sobre desigualdades geográficas dos rendimentos individuais e dos agregados domésticos (Königs *et al.*, 2022) avança bastante em relação a pesquisas anteriores ao considerar, a um nível geográfico muito desagregado (sub-regional e municipal) e para 29 dos países que integram aquela organização, as disparidades tanto entre áreas como no interior de cada uma delas, ou seja, o que na análise de Tapia *et al.* (2024) é designado, respetivamente, por desigualdade territorial e desigualdade social. O estudo de Königs *et al.* (2022) é relevante pelos resultados em si, dado que vão para além dos que resultam de análises tradicionais sobre disparidades geográficas de rendimento ou riqueza procurando identificar tendências de convergência/divergência entre (sub) regiões, mas também para enquadrar o caso de Portugal. O período analisado varia de país para país de acordo com a informação disponível, mas, genericamente, abarca o conjunto de anos compreendidos entre o início ou meados da década de 2000 e 2019/2020.

Analisados à luz das designações sugeridas por Tapia *et al.* (2024), os resultados obtidos permitem salientar quatro aspetos principais:

- As desigualdades territoriais (medidas através da relação entre os rendimentos medianos das áreas com valores mais e menos elevados) são relevantes, alcançando um valor 2 no caso de Portugal, uma proporção semelhante à de vários países escandinavos (Dinamarca, Finlândia, Suécia) e que contrasta favoravelmente com o caso de Espanha, onde esse valor é 4, ou seja, o dobro;

2 Para uma síntese recente de vários pontos de vista sobre esta questão, ver Erfurth (2024).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

- As desigualdades territoriais revelam uma tendência para diminuir quando avaliadas com base na relação entre os rendimentos medianos das áreas com melhor e pior resultado, mas a aumentar, ainda que ligeiramente, quando calculadas através do PIB por habitante (riqueza económica). Ao contrário da maior parte dos países analisados, em Portugal verificou-se um processo de convergência dos níveis de riqueza económica (PIB por habitante). Por outro lado, o valor do rendimento mediano da sub-região portuguesa mais pobre (Alto Tâmega) é apenas 19% inferior à mediana nacional, o que contrasta com a realidade observada em muitos dos outros países analisados, onde esse valor é superior a 30%;
- As regiões metropolitanas tendem a combinar rendimentos medianos elevados e níveis de desigualdade também altos. Como em quase todos os países, a área mais desigual em Portugal é a que inclui a capital (Lisboa), mas, em termos comparativos e ao contrário do padrão prevalecente na quase totalidade dos países analisados, a diferença entre a área socialmente mais desigual e o valor nacional não é muito elevada;
- As desigualdades territoriais são inferiores às desigualdades sociais (desigualdades de rendimento em cada área, medidas através do índice de Gini), pelo que o seu contributo para o valor nacional de desigualdade é reduzido enquanto o das desigualdades sociais é elevado.

Os resultados de Portugal por comparação com os restantes países analisados parecem bastante favoráveis, na medida em que apontam para valores moderados tanto de desigualdade territorial como de desigualdade social. Num estudo recente do Planapp (2023), identifica-se mesmo uma melhoria, embora ligeira, da evolução do índice de coesão territorial[3] entre 2010 e 2021, o que reforça esta visão positiva. E a análise que é feita, nesse mesmo estudo, da evolução da componente "coesão" do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, mais robusto porque inclui vários indicadores para além do PIB por habitante, revela oscilações pouco marcadas nos últimos anos.

3 Dispersão média do PIB por habitante em paridades de poder de compra (PPC) das 25 sub-regiões (NUTS III) do país em relação ao índice nacional 100.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Uma leitura superficial desse conjunto de resultados sugere que, do ponto de vista da geografia das disparidades, a situação de Portugal é relativamente benigna, isto é, caracterizada por valores de desigualdade pouco elevados e estáveis ou até em diminuição ligeira. A verdade é que os resultados obtidos se devem, em grande medida, ao comportamento da Área Metropolitana de Lisboa, a qual, como relembra o estudo do Planapp (2023), tem vindo desde 2017 a baixar em relação ao valor de referência nacional, passando, no que diz respeito à componente "coesão" do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, da primeira para a terceira posição entre as 25 sub-regiões do país. Ou seja, e ao contrário do que sucede em vários outros países europeus, verifica-se uma convergência negativa por recuo relativo da área da capital. Assim sendo, a diminuição do grau de desigualdade territorial não se deve apenas, ou sequer sobretudo, à existência, nas restantes sub-regiões, de dinâmicas de desenvolvimento suficientemente positivas para as conduzir, de forma generalizada, a níveis de prosperidade simultaneamente mais elevados e equitativos (convergência positiva).

Por outro lado, o grau de desigualdade social estatisticamente pouco acentuado calculado para a Área Metropolitana de Lisboa no âmbito do estudo desenvolvido por Königs *et al.* (2022) parece ser mais o resultado do critério usado (rendimentos medianos) do que a tradução de uma situação real. Malheiros *et al.* (2024), por exemplo, mostram como a área metropolitana de Lisboa se evidencia, em simultâneo, pelo reforço do segmento de salários de topo, pelo declínio relativo da classe média, que se aproxima dos grupos socioprofissionais menos desfavorecidos, e pela manutenção de elevadas taxas de pobreza.

Tendo como objetivo contribuir para um conhecimento mais sistemático da geografia das desigualdades em Portugal, na secção seguinte apresenta-se uma tipologia de desigualdades socioterritoriais construída para os municípios do país em função da sua evolução recente em termos de desigualdade social, desigual territorial e convergência/divergência relativa.

Tipologia municipal das desigualdades socioterritoriais em Portugal

A construção de uma tipologia municipal de desigualdades socioterritoriais em Portugal foi efetuada a partir de sete indicadores organizados

CONSEQUÊNCIA EDITORA

em três domínios de análise: rendimentos, salários e transferências sociais (subsídios associados a situações de desemprego e pobreza) (Quadro 1).

Para cada indicador foi considerado o valor correspondente à média do triénio com dados mais recentes (2020-2022), de modo a minimizar o impacto de eventuais ocorrências anómalas de caráter pontual. Esses dados têm como fonte o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Adicionalmente, cada indicador foi ainda caracterizado em termos de dinâmica, de acordo com os critérios utilizados no portal da Plataforma ODSlocal[4] no âmbito do seu sistema de indicadores de monitorização dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. A dinâmica corresponde à projeção para o ano 2030 da trajetória percorrida entre 2015 e 2022, visando averiguar se o valor-meta nacional definido para aquele ano para cada um dos indicadores será alcançado caso se mantenha a tendência verificada durante esse período. Foram consideradas quatro situações: dinâmica negativa (a afastar-se do valor-meta definido para 2030), positiva, excelente e irá alcançar (ou já alcançou) o valor-meta de 2030.

Os indicadores foram calculados para 273 dos 278 municípios de Portugal continental, dado que não há informação para cinco deles nem para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No Quadro 1 pode ver-se a relação entre os sete indicadores selecionados e as dimensões de desigualdade social (interna aos municípios), de desigualdade territorial (entre municípios) e de convergência/divergência entre municípios tendo em conta a evolução ocorrida entre 2015 e 2022 e consequente grau de aproximação ou afastamento em relação ao valor-meta nacional definido para 2030.

4 Ver: https://odslocal.pt/perguntas-frequentes#sinaletica_indicadores

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Quadro 1. Indicadores utilizados para a construção de uma tipologia municipal de desigualdades socioterritoriais em Portugal (Continente)

Domínios de análise	Indicadores	Descrição	Desigualdade social	Desigualdade territorial	Convergência / divergência
Rendimentos	Grau de desigualdade de distribuição de rendimento	Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado por agregado fiscal (%)	Valor médio 2020-2022	–	Projeção para 2030 da dinâmica 2015-2022
	Grau de concentração de distribuição de rendimento	Desigualdade na distribuição do rendimento bruto declarado dos sujeitos passivos (P80/P20)[5]	Valor médio 2020-2022	–	Projeção para 2030 da dinâmica 2015-2022
Salários	Salário médio	Ganho médio mensal no município em relação ao valor nacional (%)	–	Valor médio 2020 – 2022	Projeção para 2030 da dinâmica 2015-2022
	Desigualdade salarial homens / mulheres	Disparidade no ganho médio mensal (Entre sexos – %) da população empregada por conta de outrem	Valor médio 2020-2022	–	Projeção para 2030 da dinâmica 2015-2022
	Desemprego	Proporção de população desempregada e inscrita nos centros de emprego e de formação profissional (%)	Valor médio 2020-2022	–	Projeção para 2030 da dinâmica 2015-2022

5 Esse indicador corresponde ao rácio entre a proporção do rendimento recebido pelo quintil (20%) das pessoas com rendimentos mais elevados e a proporção do rendimento recebido pelo quintil (20%) das pessoas com rendimentos mais baixos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Transferências sociais (subsídios)	Pobreza	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (‰)	Valor médio 2020-2022	–	Projeção para 2030 da dinâmica 2015-2022
	Desemprego	Proporção de novas/os beneficiárias/os de subsídios de desemprego da segurança social em relação à população em idade ativa (15-64 anos) (%)	Valor médio 2020-2022	–	Projeção para 2030 da dinâmica 2015-2022

Valores médios do triénio 2020-2022 – Fonte: INE.
Dinâmica: distância entre o valor expectável do indicador em 2030 com base na projeção da regressão linear dos valores observados entre 2015 e 2022 e o valor-meta nacional definido para esse ano – Fonte: portal da Plataforma ODSlocal[6].

Antes de expor os resultados da tipologia dos 273 municípios de Portugal continental para os quais há informação disponível, convém contextualizar o período em observação (2015-2022). A evolução das desigualdades de rendimento em Portugal durante as duas primeiras décadas do presente século aponta para a existência de três fases (Abreu, 2023; Planapp, 2024): entre 2000 e 2009 (ano da crise financeira internacional), verifica-se uma diminuição das desigualdades; entre 2010 e 2014, as desigualdades aumentam num contexto marcado pelo impacto das políticas de ajustamento impostas pela designada Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional); finalmente, a partir daquele ano verificou-se, de novo, uma diminuição das desigualdades de rendimento como consequência da adoção pelo governo de políticas de reversão de várias das medidas de austeridade impostas no período anterior, apenas pontualmente interrompida durante o período de pandemia (2020, 2021). Ou seja, a tipologia que será apresentada refe-

6 Agradeço à 2adapt, entidade responsável pela gestão do portal da Plataforma ODSlocal, a disponibilização da informação relativa a esta dimensão de análise.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

re-se a um período globalmente caracterizado por uma diminuição das desigualdades de rendimento à escala nacional, mas as médias relativas ao triénio 2020-2022 incluem os dois anos em que o impacto da pandemia se traduziu por uma suspensão pontual dessa tendência positiva. Esse facto é relevante porque sabemos que o referido impacto, assim como o que decorre de outros tipos de crises sistémicas, é geograficamente diferenciado, dado que os municípios têm níveis distintos de exposição e suscetibilidade em função dos seus perfis de especialização económica, estrutura empresarial, mercado de trabalho e vulnerabilidade social (Marques e Matos, 2016; Maia *et al.,* 2017; Pinto *et al*., 2019; Ferrão *et al.*, 2023; Ferreira e Marques, 2024).

A tipologia municipal das desigualdades socioterritoriais em Portugal foi construída em duas etapas metodológicas. Em primeiro lugar, e tendo por base a matriz de dados 273 municípios x 7 indicadores, efetuou-se uma análise de componentes principais seguida de uma análise de *clusters* que permitiu agregar os vários municípios de acordo com o seu grau de similitude em função do perfil constituído pelos valores médios do triénio 2020-2022 de cada um dos sete indicadores selecionados. Foram, assim, identificados 6 grupos, que se distinguem entre si sobretudo pelo tipo de indicadores que mais se afastam, positiva ou negativamente, da média dos 273 municípios. Em segundo lugar, analisou-se em que medida as quatro categorias de dinâmica se associam a cada um desses grupos. No Quadro 2 assinalam-se os indicadores que mais se destacam em cada um dos grupos, conferindo-lhes, assim, unidade interna e distinção externa. A distribuição espacial desses grupos pode ser vista na Figura 1. A leitura conjunta da informação do Quadro 2 e da Figura 1 permite compreender os traços essenciais de cada um dos grupos da tipologia construída.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

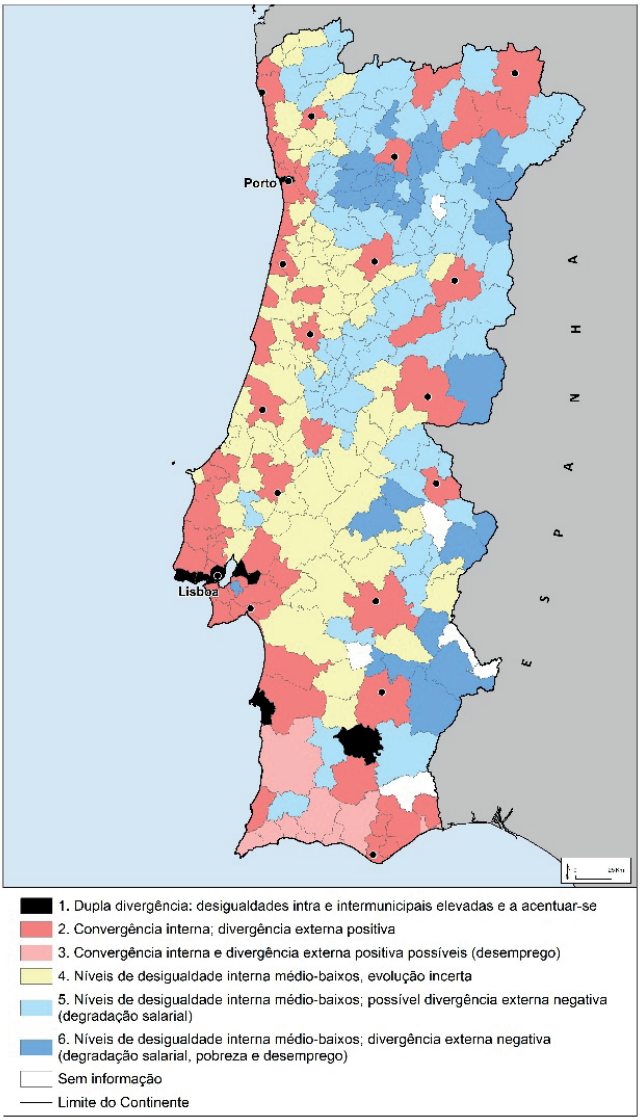
Quadro 2. Caracterização dos seis grupos da tipologia municipal de desigualdades socioterritoriais, Portugal (Continente): indicadores mais distintivos de cada grupo

Indicadores (ver Quadro 1)	**Grupo 1**	**Grupo 2**	**Grupo 3**	**Grupo 4**	**Grupo 5**	**Grupo 6**
Salário médio em relação ao valor nacional	++				-	
Grau de desigualdade de distribuição de rendimento (coeficiente de Gini)	+	+		-	-	
Grau de concentração de distribuição de rendimento (P80/P20)	+	+		-		
Desigualdade salarial homens / mulheres	+			+	-	
Desemprego				-		++
Pobreza				-		++
Importância relativa de novos desempregados			++		-	

Fonte: Elaboração própria
Legenda:
++ Valor bastante superior à média
+ Valor significativamente superior à média
- Valor significativamente inferior à média

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 1. Tipologia municipal de desigualdades socioterritoriais, Portugal (Continente)



Fonte: Elaboração própria.
Créditos: Tratamento estatístico: Fernando Honório; Cartografia: Gabriela Ribeiro.

Analisemos, então, as características essenciais de cada um dos seis grupos da tipologia construída.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Grupo 1. Dupla divergência: desigualdades intra e intermunicipais elevadas e a acentuar-se

Esse grupo distingue-se dos restantes pelo elevado valor do salário médio em relação ao valor nacional (desigualdade territorial), pelos valores significativamente superiores à média no que se refere aos graus de desigualdade e de concentração de distribuição de rendimento e ainda de desigualdade salarial homens/mulheres (indicadores de desigualdade social) e, finalmente, pela relevância das dinâmicas de agravamento desses vários indicadores entre 2015 e 2022. Inclui apenas sete municípios, ou seja, menos de 3% do total (Figura 1): municípios centrais da área metropolitana de Lisboa, cidade do Porto e dois municípios com elevado peso de emprego industrial – Sines (atividades portuárias, indústria petroquímica e metalomecânica) e Castro Verde (extração mineira). Esses municípios caracterizam-se por uma dupla divergência: interna (aumento da desigualdade social) e externa (afastamento positivo em relação aos restantes municípios do país).

Grupo 2. Convergência interna, divergência externa positiva

Os 65 municípios (24% do total) deste grupo destacam-se dos restantes por terem graus de desigualdade e de concentração de distribuição de rendimento significativamente superiores à média, mas com dinâmicas positivas de desagravamento durante o período 2015-2022. Também os valores do salário médio tendem a ser superiores ao valor nacional, ainda que de forma não muito acentuada, sendo que a dinâmica prevalecente durante aquele período sugere que atinjam ou fiquem próximo do valor-meta nacional definido para 2030. Embora os municípios deste grupo se aproximem do grupo anterior por possuírem níveis elevados de desigualdade social ao nível da distribuição dos rendimentos, as dinâmicas recentes de evolução apontam para uma convergência interna (diminuição das desigualdades sociais) e para uma divergência externa positiva, como resultado de uma trajetória expectável mais favorável do que a média nacional (aumento das desigualdades territoriais). Os municípios incluídos neste grupo correspondem a três tipos de situações (Figura 1): áreas sob influência funcional de Lisboa, Porto e Sines; cidades de média dimensão, tanto do litoral como

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do interior (estando as principais assinaladas com um pequeno círculo); e áreas urbano-industriais ou turísticas do litoral.

Grupo 3. Convergência interna e divergência externa positiva possíveis

O terceiro grupo tem características semelhantes ao anterior. Apresenta o mesmo tipo de fatores distintivos e de tendências, mas de forma menos acentuada e com uma evolução muito dependente de fatores externos, dada a elevada presença de atividades associadas ao turismo. O peso alcançado pela percentagem de novos desempregados em relação à totalidade de desempregados reflete o impacto da pandemia, já que, relembre-se, os valores se referem ao triénio 2020-2022. O grupo inclui apenas nove municípios (cerca de 3% do total), todos localizados no sul do país: Algarve e Sudoeste alentejano, duas áreas com forte expressão turística (Figura 1). A sua evolução dependerá do impacto futuro de fatores exógenos, o que significa que a sua diferenciação em relação ao grupo anterior tenderá a esbater-se ou mesmo a tornar-se irrelevante em face de contextos externos favoráveis, mas poderá manter-se ou até acentuar-se caso o perfil de especialização económica desses municípios não se altere de forma substancial e a procura turística externa diminua de forma drástica.

Grupo 4. Níveis de desigualdade interna médio-baixos, com evolução incerta

Este é, claramente, um grupo de charneira, tanto do ponto de vista socioeconómico como geográfico (Figura 1), entre os três anteriores, de natureza metropolitana ou urbano-industrial, e os dois que se seguem, de prevalência rural. À exceção do indicador de desigualdade salarial homens/mulheres, que tende a ser significativamente superior à média nacional, os indicadores de desigualdade social, interna a cada um dos municípios, revelam uma situação relativa favorável. Em termos genéricos, as dinâmicas observadas durante o período 2015-2022 indicam um afastamento positivo do salário médio em relação ao valor nacional e uma diminuição dos

CONSEQUÊNCIA EDITORA

graus de desigualdade e de concentração de distribuição de rendimento, bem como de pobreza. No interior do grupo, que é o mais numeroso (82 municípios, 30%) mas também o menos coeso, observam-se, no entanto, dinâmicas contrastadas, pelo que a sua evolução enquanto universo autónomo é incerta. Na verdade, não é improvável que uma parte deste grupo possa vir a integrar o grupo 2, no caso de municípios onde prevaleça uma dinâmica de convergência interna e divergência externa positiva, ou o grupo seguinte (grupo 5), no caso de municípios em que predomine uma dinâmica de convergência interna mas de divergência externa negativa, isto é, de desaceleração da evolução positiva do salário médio em relação ao valor nacional.

Grupo 5. Níveis de desigualdade interna médio-baixos, com possível divergência externa negativa por degradação salarial

Baixos salários, reduzida desigualdade social. Esta poderá ser uma forma simples de caracterizar os municípios deste grupo, que se destaca dos restantes por ter valores inferiores à média nacional no que se refere quer aos salários médios, quer a vários dos indicadores de desigualdade social. Ocupa, de certa maneira, uma posição simétrica à do grupo 1, onde salários médios mais elevados são acompanhados por desigualdades sociais também mais acentuadas. As dinâmicas de evolução ocorridas durante o período 2015-2020 indiciam uma melhoria moderada do salário médio em relação ao valor nacional, insuficiente para garantir uma aproximação clara ao valor-meta nacional definido para 2030, e, ao mesmo tempo, uma diminuição relevante dos graus de desigualdade de distribuição de rendimento, de desigualdade salarial homens/mulheres e de novos desempregados, já de si relativamente baixos. Igualdade na pobreza poderia ser a caracterização genérica deste grupo, o segundo mais numeroso (78 municípios, perto de 29% do total), que tem particular incidência em grande parte da Região Norte, numa parte significativa do interior da Região Centro e ainda ao longo da fronteira com Espanha na Região Sul (Figura 1).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Grupo 6. Níveis de desigualdade interna médio-baixos, com divergência externa negativa por degradação salarial e sobretudo por desemprego e pobreza

De acordo com os resultados da análise efetuada este é o grupo mais crítico da tipologia municipal de desigualdades socioterritoriais. Em função dos valores calculados e das tendências identificadas, parece ser uma versão mais acentuada do grupo anterior, dada a incidência relativa das situações de desemprego e de pobreza. De facto, enquanto no grupo 5 a divergência externa negativa é provável, mas não inevitável, e se associa sobretudo a processos de degradação salarial, no presente grupo a incidência relativa dos casos de desemprego e pobreza, em muitos casos com tendência para melhorar apenas de forma ténue ou até para se agravar, sugere que está em curso um processo de divergência externa negativa de difícil reversão. Os municípios deste grupo (31, ou seja, mais de 11% do total) localizam-se sobretudo na área vinhateira do Douro e, de forma mais dispersa, ao longo da fronteira com Espanha (Figura 1).

É verdade que estes seis grupos têm graus distintos quer de homogeneidade interna (coesão), quer de diferenciação em relação aos que lhes são mais próximos (autonomia). Também em termos de estabilidade correspondem a situações diversificadas, sendo que, como se referiu, alguns grupos, no seu conjunto ou parcialmente, parecem corresponder a situações mais ou menos transitórias. Ou seja, os vários grupos são desigualmente "fortes". Mas se entendidos não de forma rígida ou estática, mas sim como posições relativas e dinâmicas no contexto de trajetórias de evolução não predeterminadas, ainda que previsíveis caso persistam as mesmas condições estruturais, estes grupos constituem um relevante referencial do ponto de vista analítico e da ação.

Comentários finais

A tipologia apresentada suscita algumas observações quanto às suas limitações e vantagens.

Em primeiro lugar, e apesar da inclusão de uma componente de dinâmica de evolução, o facto de se analisar um período temporalmente

CONSEQUÊNCIA EDITORA

circunscrito e genericamente marcado por uma diminuição das desigualdades para o conjunto do país não permite avaliar o grau de severidade das disparidades identificadas em relação quer a períodos anteriores, quer a outros países. O tipo de análise desenvolvida exige, por isso, aprofundamentos posteriores que permitam contextualizar os resultados obtidos através do recurso a estudos comparativos mais extensos do ponto de vista histórico e geográfico.

Em segundo lugar, os resultados são parcialmente convergentes com os que foram alcançados em análises sobre as desigualdades territoriais em países da Europa e da América do Norte. Essa convergência é sobretudo evidente no que diz respeito à diferenciação entre, por um lado, realidades urbanas e sobretudo metropolitanas, com desigualdades mais acentuadas e em que o peso relativo da riqueza dos grupos de topo se traduz estatisticamente por valores médios superiores ou até bastante superiores ao valor nacional, e, pelo outro, territórios marcados por diferentes tipos de ruralidade, em que a menor desigualdade existente traduz uma maior "socialização" da pobreza. Ainda assim, a tipologia construída, ao diferenciar desigualdade social, desigualdade territorial e trajetórias de divergência negativa (os municípios que "ficam para trás"), convergência (os que melhoram, aproximando-se do valor-meta nacional definido para 2030) ou divergência positiva (os que tomam a dianteira e se afastam dos demais), acrescenta informação e conhecimento útil para uma leitura mais fina das dinâmicas de desigualdade socioterritorial e das suas geografias.

Em terceiro lugar, é necessário sublinhar que a tipologia construída tem uma natureza sobretudo descritiva. A análise da distribuição social e espacial de rendimentos, salários e transferências sociais (neste caso, subsídios associados a situações de desemprego e pobreza) permite uma aproximação razoável à questão das desigualdades. Mas ela é limitada em termos interpretativos, porque não incorpora uma explicação interseccional dos padrões encontrados (classe social, género, idade, nacionalidade e origem étnico-racial etc.), nem estabelece relações sistemáticas com fatores relacionados com os perfis de especialização produtiva, a estrutura empresarial e o mercado de trabalho de cada um dos territórios. Saliente-se, a esse propósito, que Yeung (2023) tem razão quando apela à necessidade de uma renovação das geografias do trabalho para uma melhor compreensão das espacialidades dos tipos de trabalho e de condições laborais, conferindo-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

-lhes, assim, uma maior centralidade na explicação dos processos de desenvolvimento desigual entre regiões e entre países.

Finalmente, e porque "a escala é fundamental para compreender a espacialidade das desigualdades" (Nijman e Wei, 2020:4, tradução nossa), conhecer a geografia das desigualdades socioterritoriais a níveis espacialmente desagregados (neste caso, 273 municípios) é um passo crucial para a formulação de intervenções de erradicação de desigualdades sensíveis à diversidade de contextos locais e sub-regionais e à sua diferente exposição a fatores externos, tanto nacionais como internacionais. De facto, a análise das desigualdades socioterritoriais a nível municipal adiciona valor interpretativo em relação às escalas privilegiadas em estudos sobre disparidades: as escalas internacional, nacional e regional, por um lado, e as escalas intraurbanas e intrametropolitanas, pelo outro. Este reforço de capacidade interpretativa permite estabelecer inter-relações entre conhecimento e ação que são cruciais do ponto de vista social e político.

Referências

ABREU, Alexandre. Portugal's Inequality regime: many contradictions, multiple pressures. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2023, 130: 127-156.

ANGELL, Elisabeth; FLO, Yngve; GRIMSRUD, Gro Marit. *The rural and regional policy of Norway:* Institutions, development features and current instruments. 2016.

BATHELT, Harald; BUCHHOLZ, Maximilian; STORPER, Michael. The nature, causes, and consequences of inter-regional inequality. *Journal of Economic Geography*, 2024, 24.3: 353-374. https://doi.org/10.1093/jeg/lbae005

BAULUZ, Luis, *et al*. *Spatial wage inequality in North America and Western Europe*: changes between and within local labour markets 1975-2019. 2024.

ERFURTH, Philipp. Is income inequality converging at the regional level? Evidence from LIS data. *Journal of Economic Geography*, 2024, 24.3: 375-392. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/267040/1/1814415777.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

FERRÃO, João; PINTO, Hugo; CALDAS, José Maria Castro; CARMO, Renato Miguel do. Vulnerabilidades territoriais, pandemia e emprego: Uma análise exploratória de perfis socioeconómicos municipais e impactos da COVID-19 em Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 2023, 63: 161-182. DOI: https://doi.org/10.59072/rper.vi63.72

FERREIRA, Márcio; MARQUES, Teresa Sá. A Resistência e Recuperação Económica das Regiões Portuguesas em Períodos de Crise. *RPER*, 2024, 68: 81-101. https://doi.org/10.59072/rper.vi68.542

KÖNIGS, Sebastian, *et al*. *The geography of income inequalities in OECD countries-Evidence from national register data*. OCDE. 2022. Disponível em: https://www.ecineq.org/wp-content/uploads/2023/06/EcineqAM-SE-159.pdf Acesso em: 22 set. 2025.

MAIA, C., RIBEIRO, D., HONÓRIO, F., & MARQUES, T. S. Perfis de vulnerabilidade social em Portugal. *In*: *As dimensões e a responsabilidade social da Geografia*: XI Congresso da Geografia Portuguesa: livro de atas, 2017. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111474/2/241029.pdf Acesso em: 22 set. 2025.

MALHEIROS, Jorge; SILVA, Diogo Gaspar; JÚNIOR, Leandro Basílio. The Contemporary Geographies of Urban Inequality: Insights from Portugal and the Lisbon Metropolitan Area. *In*: *Urban Change in the Iberian Peninsula: A 2000–2030 Perspective*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. p. 69-85.

MANN, Lukas. Spatial sorting and the rise of geographic inequality. *Technical report*, 2023. Disponível em: https://lfmann.github.io/files/papers/2023/mann_jmp.pdf Acesso em: 22 set. 2025.

MARQUES, Teresa Sá; MATOS, Fátima Loureiro de. Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial. *Geografia, paisagem e riscos*: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa, 2016. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/87998/2/148012.pdf Acesso em: 22 set. 2025.

MILANOVIC, Branko. The three eras of global inequality, 1820-2020 with the focus on the past thirty years. *World Development*, 2024, 177: 106516. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106516

NIJMAN, Jan; WEI, Yehua Dennis. Urban inequalities in the 21st century economy. *Applied Geography*, 2020, 117: 102188. https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2020.102188

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PIKE, Andy, et al. 'Left behind places': a geographical etymology. *Regional Studies*, 2024, 58.6: 1167-1179. https://doi.org/10.1080/00343404.2023.2167972

PIKETTY, Thomas. *Une brève histoire de l'égalité*. Paris: Éditions du Seuil, 2021.

PINTO, Hugo; HEALY, Adrian; CRUZ, Ana Rita. Varieties of capitalism and resilience clusters: An exploratory approach to European regions. *Regional Science Policy & Practice*, 2019, 11.6: 913-933. https://doi.org/10.1111/rsp3.12183

PLANAPP. *Relatório sobre as desigualdades – 2023*. Disponível em: https://www.planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2023/11/PlanAPP_Relatorio-Desigualdades_2023.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

TAPIA, Carlos; DZHAVATOVA, Kamila; NORLÉ, Gustaf; CHILVERS, Myriam; LUNDGREN, Anna; GASSEN, Nora Sánchez. *Moving together or drifting apart?* Territorial differences in household wealth across the Nordic Region. Nordregio working paper 2024:2 http://doi.org/10.6027/WP2024:2.1403-2511

YEUNG, Henry Wai-chung. Troubling economic geography: new directions in the post-pandemic world. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 2023, 48.4: 672-680. Disponível em: https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdfdirect/10.1111/tran.12633. Acesso em: 22 set. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 7

VALOR, ANTIVALOR E NÃO-VALOR: UMA TRÍADE PARA PENSAR A PRODUÇÃO DO ESPAÇO?

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 20

Dimensões críticas do antivalor: a contradição entre capital, trabalho e terra na emergência do anarcoqueermetabolicocomum

Guilherme Moreira Petrella

Introdução

Este texto é um desdobramento do diálogo com a mesa intitulada "Valor, antivalor e não valor: uma tríade para pensar a produção do espaço", realizada no VII SIMEGER, Simpósio Internacional Metropolização do Espaço e Gestão Territorial[1]. Esses três termos apresentam, por assim dizer, uma contradição *interna* ao circuito do valor: o Valor como momento de realização do capital e da mercadoria; o Antivalor como sua negação determinada; e o Não-valor, simultaneamente, como relações preexistentes ao valor e sua eventual superação positiva, como sua desmercantilização. Uma contradição que é posta à luz por meio da relação do valor com o corpo e o espaço, isto é, como relação contraditória entre capital, trabalho e terra.

Trata-se de uma relação que é forjada na medida em que se concebe um *objeto virtual* (Lefebvre, 1999), um possível da superação das relações capitalistas de produção e reprodução, na medida em que essa superação positiva poderia negar o valor, negar a forma mercadoria (Marx, 1985-1986). Essa superação positiva do capitalismo deve se dar tanto por meio dessa contradição interna ao valor quanto por meio da negação política do capitalismo, de lutas práticas, do movimento social, que se constituem com esse

1 Mesa composta por Ana Fani Alessandri Carlos (USP), Ernesto Imbroisi (PUC-Rio), Guilherme Moreira Petrella (Unifesp) e Paulo César Xavier Pereira (USP), realizada em 7 de novembro de 2024, na Geografia PUC-RIO.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

fim. Desse modo, "valor, antivalor e não valor" são aqui concebidos como momentos de uma contradição teórico-prática do capital. Dito isso, podemos apontar alguns desdobramentos.

O primeiro deles é com relação ao próprio Valor. A "produção total" inclui os momentos particulares de "produção, distribuição, troca e consumo" individuais, tal como a exposição de Marx nos *grundrisses* (2001). Isto é, ela apresenta modos como a produção se determina pelo consumo, como a troca se determina pela distribuição, o consumo pela troca, a distribuição pela produção e etc. A produção total, portanto, é iluminada pela dimensão social do valor, o que inclui, necessariamente, a reprodução social – e não apenas pela justaposição de seus momentos particulares, vistos separadamente. A *fetichização* de cada um desses momentos particulares totaliza ilusoriamente um determinado "capitalista individual" e seu processo produtivo particular, contribuindo com o obscurecimento da dimensão social. Nesta relação individual-social, nos diz Marx, o que *aparece* na produção em particular se *realiza* de modo invertido no social. Inversão causada por esse fetichismo: a não-identidade entre lucro individual e a mais-valia socialmente constituída, entre as relações de produção do valor e os modos desiguais como ele é distribuído segundo relações de propriedade (Grespan, 2019).

A "produção total" põe em relevo, portanto, a dimensão social para além da justaposição dos momentos particulares, para além da totalização industrial e fabril. Inclui os momentos da reprodução social, da reprodução das relações de produção e da própria produção do espaço. Isso nos interessa na medida em que, particularmente em nosso processo histórico, a produção e a distribuição do valor se apresentam, ainda, na combinação de relações capitalistas com "relações não capitalistas", por assim dizer. Ou, dito de outro modo, na produção capitalista de relações não capitalistas, o "arcaico no moderno, o desigual e combinado". Essas relações "não capitalistas" também poderiam ser lidas como dimensões do antivalor, ou mais, como manifestações práticas do não-valor. Nesse sentido, a "produção total" depende da produção e reprodução capitalista dessas relações "não capitalistas".

Assim, podemos pensar, então, em um segundo desdobramento. Da relação da "produção total" do valor que se desdobra em uma espécie de "produção total do antivalor", isto é, na combinação dos momentos particulares e desiguais do antivalor, de produção, de distribuição, de troca e de consu-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mo. O antivalor relacionado ao valor, mas exaltando seu aspecto negativo. Algo que poderia ser ensaiado do seguinte modo:

a. a produção do antivalor como algo relacionado a processos de expropriação;

b. a distribuição do antivalor como algo relacionado aos modos pelos quais sujeitos e espaços determinados são preferencialmente expropriados;

c. a troca do antivalor como algo relacionado ao regime de equivalências entre situações de produção, de apropriação-propriedade e de expropriação;

d. o consumo do antivalor como algo necessário à reprodução social. Ainda que o consumo não esteja localizado imediatamente nas relações de produção, essas relações são e dão as condições de reprodução das relações de produção (Lefebvre, 1999). Elas realizam a produção e circulação do valor.

Nesse sentido, a relação entre Valor e Antivalor, entre produção total e expropriação, ganha outras formas na dinâmica social: nas coisas com valor, mas que aparecem socialmente sem preço; e nas coisas sem valor, mas que aparecem socialmente com preço. Entendendo o "preço" como uma expressão monetária equivalente a um quantum de trabalho socialmente necessário, na relação do Valor entre o valor de uso e o valor de troca (Marx, 1985-1986), na equivalência a um quantum de trabalho socialmente necessário, para um agente, e as necessidades, desejos e vontades que ele pode satisfazer, que ele pode realizar, para outro. Essa relação "invertida" entre cada um dos agentes da relação de troca se manifesta como relação fetichista da forma-mercadoria. As "coisas com valor, mas sem preço" e as "coisas sem valor, mas com preço" refletem, também de modo invertido – e relacionado – dinâmicas da expropriação da riqueza social. Sendo que a "expropriação" é aqui entendida em sua contradição com as relações de "apropriação" e de "propriedade", que medeiam as relações de produção e reprodução.

Essa relação acima exposta aparece nas relações intensificadas de exploração do trabalho produtivo; de espoliação do trabalho reprodutivo e de despossessão do trabalho improdutivo. Dinâmicas que vão intensificar a extra-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ção da natureza, no esgotamento de sua "fertilidade" material, por assim dizer, na extração exponencial dos recursos naturais; e no esgotamento das energias humanas, do trabalho e do corpo. Movimento que intensifica a "ruptura metabólica" (Foster, 2023; Saito, 2021) na divisão social e espacial do trabalho entre campo e cidade. Elementos que se deterioram no movimento da industrialização e da urbanização total. Neste sentido, se faz necessário, ainda, mais um desdobramento da relação do "valor, antivalor, não valor", lidos até aqui como momentos, por assim dizer, internos à contradição do capital.

O terceiro desdobramento visa estabelecer sua relação, também contraditória, com o trabalho e a terra. Relação que é iluminada a partir da fórmula trinitária, exposta nos últimos capítulos d'O Capital (Marx, 1985-1986). Aqui, o capital, o trabalho e a terra, aparecem como formas especificamente capitalistas da relação, por assim dizer, trans histórica entre técnica, produção humana e natureza. Neste sentido, a relação contraditória entre capital, trabalho e terra pode ser lida como a relação contraditória entre a produção do valor, a produção do corpo e a produção do espaço. Cabe enfatizar, ainda, que estamos pensando a "produção do corpo" e a "produção do espaço" como unidades contraditórias entre sociedade e natureza, ou seja, a produção do corpo como um "corpo-histórico-natural" e a produção do espaço como um "espaço-histórico-natural" – recolocando a noção de interações metabólicas, das trocas de matérias, energias e saberes, que medeiam a produção do corpo e a produção do espaço. Essa noção emerge como um desdobramento da relação valor-antivalor na natureza da sociedade e na sociedade da natureza.

Seguindo esses passos, a relação triádica "capital, trabalho e terra" poderia encontrar, por assim dizer, as contradições internas a cada um de seus momentos, na identidade entre produção do valor, produção do corpo e produção do espaço. Passamos a nomeá-las, ainda que provisoriamente.

a. a primeira como Valor, antivalor, não-valor; momentos gerais do capital;

b. a segunda como naturalização das diferenças do corpo (ou o corpo reduzido à "pura natureza"), a maquinização do corpo (ou corpo reduzido a "puro capital"), e a emergência do "trabalho livre" para além do "puro dispêndio de energia"; momentos gerais do trabalho;

CONSEQUÊNCIA EDITORA

c. a terceira como segunda natureza, ruptura metabólica, e "terceira natureza", no metabolismo comum, momentos gerais da terra.

Esses momentos de afirmação, de negação determinada e, virtualmente, de superação positiva, resultam em uma construção histórica do possível-impossível da práxis social. É possível concebê-la na medida em que se pratica socialmente o germe dessa superação, mas que se torna impossível pela mesma prática social (Lefebvre, 1999), pelas relações de produção, propriedade e expropriação. Esse possível-impossível constitui um movimento regressivo-progressivo (idem), que encontra na contemporaneidade uma práxis social que está sob domínio do neoliberalismo e da financeirização, que, por sua vez, acentua a dimensão fictícia e rentista do capital. Essa dimensão, por sua vez, ganha realidade através dos modos seletivos de ação estatal, que amparam a intensificação da exploração do trabalho produtivo, da espoliação do trabalho reprodutivo, da despossessão do trabalho improdutivo; além da extração da natureza. Faces de um esgotamento, do corpo e do ambiente, realizado para dar "corpo e espaço" às pressuposições fictícias do valor.

A relação contraditória entre a "produção do valor", a "produção do corpo" e a "produção do espaço" conforma uma tríade, que se desdobra da relação exposta n'*O Capital* (Marx, 1985-1986, p. 269; 317) entre capital, trabalho e terra. Tríade que apresenta o *valor* como relação de produção e de propriedade, o *corpo* como trabalho produtivo, reprodutivo e improdutivo e o *espaço* como terra e natureza. Essas relações, ainda, apresentam suas contradições "internas". Como *capital,* a relação entre produção e reprodução do valor e do antivalor. Como *trabalho,* a relação entre trabalho abstrato e socialmente necessário, constituinte das relações de exploração de *classe*, e as singularidades de raça, gênero e sexualidade, constituintes das relações *interseccionais* de opressão. Dimensões do trabalho que interagem de modo desigual e combinado no valor e antivalor, bem como na produção do espaço. Como *terra,* a produção capitalista do espaço, a partir de trabalhos "*na* e *da* casa, *na* e *da* cidade", sua inserção desigual e combinada nas condições de produção e reprodução capitalista. Na combinação entre relações de produção (técnicas, materiais, energias) e relações de propriedade (monopólio jurídico, renda). Essa formulação "tríptico-triádica se apresenta, ainda que provisoriamente, pelas relações entre valor e "antivalor", entre corpo e "anticorpo" e entre espaço e "antiespaço".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Valor e antivalor

Uma primeira concepção de antivalor vem de "Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita" de Francisco de Oliveira (1998). Onde podemos entender o Antivalor como uma "não valorização". É o antivalor significar a possibilidade de negação da capacidade "autorreflexiva" do capital de gerar riqueza através da mediação da "forma-mercadoria" (Marx, 1985-1986). Ou seja, no âmbito da produção, D-M-D'[2], mediado pela taxa média de lucro, da circulação e da concorrência. Essa não valorização aparece por meio do uso seletivo do fundo público, simultaneamente, ao lado da *reprodução do capital* e ao lado da *reprodução da força de trabalho*. Do lado da reprodução do capital, isso se dá no investimento público em setores oligopolistas (monopolista). Setores produtivos que se situam exteriores à concorrência mercantil, onde se realiza o antivalor. Do lado da reprodução da força de trabalho, isso se dá no controle político dos preços de equipamentos, serviços, taxas sociais e coletivos, onde se realizam as "antimercadorias".

Do lado do capital, o fundo *público* se torna o padrão de investimento e intervém no aumento *privado* da força produtiva do valor. Aumenta no privado porque há um montante maior de investimento financeiro disponível para essa produção. Mas a parte do excedente, relativa ao fundo público, deve retornar ao fundo público após essa produção, não figurando, efetivamente, como acumulação industrial-privada. Trata-se, portanto, de um aumento *excepcional* que é garantido pelas condições monopolistas desses setores. Mas é um montante financeiro que não se constitui efetivamente como *força produtiva*. Isso permite um salto, por assim dizer, fictício dessa valorização. Aparece no âmbito privado como "mais valor", mas se realiza no âmbito social como "menos valor", isto é, como "antivalorização". Um antivalor social que decorre dessa "valorização fictícia" individual, ao aumentar, relativamente, a parte *improdutiva* da produção social (Oliveira, 1998).

Do lado da reprodução da força de trabalho, o fundo público intervém no consumo de equipamentos, infraestruturas e serviços públicos e sociais. São "antimercadorias" na medida em que sua produção e reprodução imediatas também são mediadas por essas relações de antivalor, e se realizam

2 Dinheiro, que compra mercadorias para a produção, as realiza e gera mais dinheiro (cf. Marx, 1985-1986).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

como "salário indireto". O salário indireto (Kowarick, 1993) rebaixa o salário direto, dado que parte da reprodução da força de trabalho é realizada por mercadorias provenientes do fundo público e não do montante específico em dinheiro. Ao rebaixar o salário direto, rebaixa o custo de produção e de reprodução *da força de trabalho*, proporcionando um maior acúmulo industrial. Desse modo, a acumulação industrial se realiza por meio da *relativa* alta da exploração da força de trabalho e do baixo incremento tecnológico (Oliveira, 2003). Uma acumulação privada que se realiza, portanto, às custas da riqueza social; mediada pelo Estado e pelas políticas públicas (uma condição que intensifica, sob domínio da financeirização e do neoliberalismo, a seletividade de utilização do fundo público, fazendo o setor oligopolista operar de modo análogo ao monopólio de propriedade).

Ainda que a finalidade dessas "antimercadorias" não seja a de gerar lucro privado em sua produção imediata (dado sua necessária condição de "capital desvalorizado", como se verá mais adiante), elas dão as condições de realização da mercadoria força de trabalho, condições estas que rebaixam o salário direto e permitem a acumulação privada. Portanto, de modo análogo ao investimento do fundo público nos setores oligopolistas, a reprodução da força de trabalho, mediada pelo salário indireto, *aumenta a produtividade do trabalho* na medida em que rebaixa seu custo (Oliveira, 2003). Mas não aumenta em *função de um aumento real de força produtiva,* com o uso de energias, maquinaria, tecnologia, por exemplo. Aumenta de modo "fictício", relativamente, como superexploração.

Esses elementos intervêm para *reduzir custos de produção* ou para *aumentar a produtividade do trabalho*. O fundo público "agiliza a circulação do capital", em um movimento que é análogo ao *crédito* (que acelera o tempo de rotação do capital, da mercadoria) mas é posto e reposto sem ser efetivamente força produtiva. Ele opera de modo equivalente a capital, ao representar "valor que se valoriza", mas escapa das determinações do valor e da forma mercadoria, apresentando-se como um "valor que não se valoriza", mas que contribui com o aumento fictício da produção. Sinalizando, ao menos aparentemente, para uma *desmercantilização* das relações sociais de produção e reprodução.

Essa desmercantilização, na verdade, é uma ilusão: ao se permanecer na totalização do ponto de vista privado, individual, a efetiva dimensão social, sua forma "invertida", é obscurecida. A tendência da desmercantilização da

CONSEQUÊNCIA EDITORA

força de trabalho, que aparece na mediação do salário indireto, contribuiria para a "anulação do fetiche da mercadoria" ao tornar a remuneração do trabalho "transparente e calculável", no sentido de que seus componentes passam a ser, não apenas conhecidos, mas *determinados politicamente*. O cálculo privado ofusca a dimensão variável do trabalho (emprego-desemprego, produtividade etc.). Ofusca, portanto, eventuais momentos de superexploração, bem como sua relação com os lucros extraordinários, com a ascensão de formas de renda, com relações de expropriação realizadas em outros lugares (não estritamente relacionados à produção imediata).

Se o processo de valorização é composto por capitais variáveis e constantes (Marx, 1985-1986) e, com a presença do antivalor e da antimercadoria, o salário também aparece *como se fosse* um capital constante (ao ser determinado politicamente e não por uma "autorreflexão" do capital), qualquer variação real da produtividade do trabalho e, por consequência, do lucro e do sobrelucro individuais, tornam-se "invisíveis". Desse modo, a aparente "transparência do cálculo" obscurece, ainda mais, a exploração da força de trabalho, *intensificando o caráter fetichista da mercadoria.* Uma transparência privada que obscurece a nebulosa expropriação social. Do ponto de vista da produção imediata, constituem formas de trabalho que parecem não se inserir nas relações de produção de valor, nas relações tipicamente capitalistas. Mas, do ponto de vista da reprodução social, são formas de trabalho que produzem e reproduzem trabalhadores, além de realizar mercadorias. São uma condição, uma necessidade capitalista, pois "no modo de produção capitalista, a reprodução social, com ou sem remuneração, refere-se à totalidade das atividades necessárias para criar, manter e restaurar a força de trabalho mercantilizada" (Mohandesi, Teitelman, 2023, p. 74).

Ao se iluminar esse "campo cego", podemos conceber que o aumento fictício do valor, empreendido pelo antivalor, produz um intervalo entre o "valor fictício" e o "valor real" e esse intervalor deve ser "preenchido", por assim dizer, por formas de expropriação do valor socialmente produzido. Isso se dá com a desvalorização da moeda, com o encarecimento das condições gerais de vida, com o endividamento, com o aumento da renda da terra. Sendo assim, podemos conceber o Valor (V) na identidade, entre Antivalor (AV) e Expropriação (E):

$$V = \frac{\mathrm{AV}}{\mathrm{E}}$$

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Isto é, quanto maior o salto fictício de valorização, na figura do antivalor (AV), maior a necessidade real de expropriação (E) da riqueza social, seja pela riqueza produzida no passado, como momento de espoliação, seja pela riqueza a produzir no futuro, pelo endividamento. Esse *gap* entre o antivalor (a expectativa) e a expropriação (a realidade), ainda se desdobra como possibilidade de *desvalorização*, de perda do valor fictício-financeiro que pode se realizar na circulação do capital.

Isso vem a se somar com uma segunda concepção de antivalor, que vem de *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI* de David Harvey (2018). Onde podemos entender o Antivalor como uma "desvalorização". É o antivalor significar perda de valor, que ocorre na circulação do capital. Condição que é acentuada na medida em que a reprodução capitalista contemporânea se apoia, primordialmente, em circuitos e instrumentos fictícios e financeiros, que visam amparar um crescimento exponencial da acumulação (Harvey, 2017). Deste modo, há sempre a possibilidade dessas *pressuposições*, dessas expectativas originais, não se realizarem no decorrer do tempo de giro do capital, desvalorizando parte dele na circulação. Como esse risco é iminente, são criadas cada vez mais formas financeiras de postergar essa desvalorização, que se resolvem temporariamente no presente, mas que intensificam a possibilidade de desvalorização no futuro.

Para Harvey (2018), o Antivalor aparece "em tudo que contra-arresta, paralisa ou desacelera os movimentos do capital" (p. 79). O risco e a ameaça de desvalorização, que existe em potencial a partir de barreiras que atravessam a produção e a circulação do capital: lutas anticapitalistas (greves, boicotes, espaços heterotópicos etc.), resistência política à precarização dos meios de subsistência ou pela simples recusa de trabalhar, pela desmercantilização das relações de produção e reprodução e, principalmente, pela economia do endividamento, do crescimento exponencial. Nesse sentido, a "realização" desse antivalor implica na destruição de valores já produzidos ou na captura do a produzir. Uma destruição que significa racionalização do capital e sua recentralização. Por outro lado, essa parte do valor socialmente produzido e destruído como expropriação é realizado alhures, onde e sobre quem essa crise "estoura".

Assim podemos buscar uma aproximação entre esses dois sentidos de antivalor. O crescimento fictício do setor oligopolista do capital com sua

CONSEQUÊNCIA EDITORA

reprodução proporcional à expropriação do trabalho e sua reprodução (Oliveira, 1998), vai se reproduzir como necessidade de um crescimento exponencial (Harvey, 2017), que intensifica a possibilidade de eclosão de crise, de quebra de parte do ciclo financeiro e de desvalorização de parte do capital (Harvey, 2018). Isto é, extrair "ficticiamente" valor em excesso, no primeiro caso, produz antivalor em excesso, no segundo caso. A soma da "não valorização" (Oliveira, 1988) com a "desvalorização" (Harvey, 2018) resulta na perda de valor socialmente produzido em outras situações socioespaciais (bônus privado, ônus social).

A ilusão da previsibilidade do valor, reforçada pelo reconhecimento ou definição arbitrária de "taxas médias de lucro", que se tornam evidentes, transparentes e "confirmáveis" pela prática social, obscurece desvios e oscilações da produção do valor internamente e entre diferentes setores produtivos. Do mesmo modo, torna-se obscurecido onde se centraliza o excedente de capital e onde se lhe extrai. Um movimento cegante que se intensifica sob o neoliberalismo e financeirização, na mercantilização (ou mercadorização) das condições de reprodução da vida, que se precariza. É a partir dessa formulação que podemos pensar em um desdobramento do *antivalor* para as relações de *trabalho* e de *terra*. Imaginando que ele se realiza no trabalho como "coisas com valor, mas sem preço", nos trabalhos não pagos ou estruturalmente mal pagos; e na terra, como "coisas sem valor, mas com preço", na produção rentista de propriedades.

Com relação ao trabalho, isso se dá na combinação de trabalhos produtivos, reprodutivos e improdutivos. O trabalho doméstico na casa e da casa, na cidade e da cidade. Trabalhos que aparecem, do ponto de vista do valor e da mercadoria tipicamente capitalistas, como "dispêndio improdutivo de energias vitais", de energias humanas, porque não participam da produção *imediata* do valor, ao não serem atravessados por relações típicas de trabalho assalariado. Contudo, embora sejam improdutivos, do ponto de vista do valor e da mercadoria, *não são inúteis* do ponto de vista da produção das condições sociais de produção e reprodução da classe trabalhadora. Trabalhos úteis produtores de valores sociais úteis.

Com relação à terra, o antivalor aparece na produção de propriedades, que monopoliza elementos necessários à produção, reprodução e "improdução" social, ao mercantilizar valores de usos capazes de satisfazer necessidades e desejos. Isso se dá na metamorfose de *valores de uso* que não são

CONSEQUÊNCIA EDITORA

valores propriamente, por não terem sido resultantes de trabalho humano, produtos de trabalho. São valores "gratuitos", presentes, dádivas da natureza. Porém, ao satisfazer uma necessidade ou desejo social, historicamente determinado, ainda que não sejam produtos do trabalho humano, socialmente assumem um *preço:* aqui, uma representação de valor ausente, que é compensada pela negação de um valor, alhures.

Nesse sentido, a relação do *trabalho* e da *terra* se estabelece de modo análogo ao do Valor, Antivalor e Expropriação. De um lado, como trabalho socialmente não valorizado, que, embora produza concretamente valores de uso e, portanto, valor socialmente necessário, pode não ser correspondido a salário (ou compensados por salário indireto), figurando-se como sobretrabalho – coisas com valor, mas sem preço. De outro lado, como terra, mesmo não sendo produto de trabalho, representa valor na forma de preço – coisas sem valor, mas com preço. Uma expressão monetária, que se metamorfoseia em mercadoria, produto da monopolização da propriedade. Assim, a combinação do *antivalor do trabalho* com o *antivalor da terra* dá então as condições de reprodução fictícia do valor propriamente dito. Um processo de expropriação que se corporifica na renda imobiliária: a passagem do *capital fictício* para o *capital real* pela produção do espaço. Daí pode-se concluir que, no "antivalor", a relação entre corpo-trabalho e espaço-terra, o trabalho doméstico (TD), mal ou não remunerado, é proporcional à renda da terra (RD) (Jaramillo, 1980). Uma "não-des-valorização", de todas as formas de valor, que se metamorfoseia em elementos que não têm valor, mas que circulam *representando valor*, funcionando de modo *equivalente a capital* (Grespan, 2019).

$$V = \frac{\text{TD}}{\text{RT}}$$

Corpo e "anticorpo"

As noções de antivalor relatadas linhas acima, como não valorização e desvalorização, se assentam na necessidade de um regime estrutural de expropriação do trabalho, que combina o produtivo, o reprodutivo e o improdutivo a relações salariais desiguais ou ausentes. É um regime de expropriação que dá corpo ao antivalor. Nesse sentido, podemos desdobrar mais uma

CONSEQUÊNCIA EDITORA

noção de antivalor ao significar *negação do valor*. Essa noção de negação do valor, contudo, pode ser identificada, simultaneamente, a relações pré-capitalistas, com a produção e reprodução sem a mediação da forma mercadoria; a relações capitalistas, que repõem relações não capitalistas nas formas estruturalmente mal ou não assalariadas; e, por fim, na virtualidade de relações "pós-capitalistas", na superação da mediação do valor e da mercadoria, restituindo a relação imediata entre produção, produtor e produto. Esses momentos "pré-e-pós-capitalistas" figuram como problema histórico e político mais amplo, a ser enunciado em seguida. Pelo momento, centraremos a análise nas relações de negação do valor do capitalismo, que ocorre nos assim chamados *trabalhos domésticos* (Davis, 2016; Federici, 2017, 2019; Gonzalez, 2020).

Esses trabalhos, embora possam não ser mediados por relações salariais efetivas, são necessários à reprodução da classe trabalhadora assalariada, bem como para a reprodução social como um todo. Essa não ou mal remuneração, contudo, é atravessada por questões de exploração de classe e de diferentes formas de opressão de raça, gênero e sexualidade. Questões que produzem um *rebaixamento estrutural do salário* e que se expressam como uma *condição de acumulação capitalista*. Esse "doméstico" é aqui evidenciado tanto como um trabalho *na casa e na cidade,* relativo aos cuidados necessários para a reprodução da classe trabalhadora (Bhattacharya org., 2023), como o trabalho *da casa e da cidade,* relativo à "autoconstrução" da moradia e da infraestrutura que é empreendida sem equivalente de salários (Oliveira, 2003; Maricato, 1979; Kowarick, 1993; Pereira, 1988).

Além das questões salariais, os trabalhos domésticos são socialmente reconhecidos como trabalhos secundários ou indesejados. Sua realização deve ser "necessariamente" empreendida por trabalhadores menos especializados, "racializados", "generificados" e "sexualizados". Nesse sentido, as noções de raça, gênero e sexo são diferenciações de corpo, produzidas historicamente na luta e no conflito social (Honneth, 2003), e que buscam naturalizar desigualdades sociais, vinculando relações de opressão interseccional (Collins, Bilge, 2021) a relações de exploração da força de trabalho. Essa produção histórica da diferença do corpo, produz, ainda, sua hierarquização: no topo, a instauração da norma, que subordina o trabalho; abaixo, o reconhecido como "anormal", o corpo sacrificado que legitima a

CONSEQUÊNCIA EDITORA

norma da subordinação (Petrella, 2024b). Passemos então a analisar a produção da diferença da raça, do gênero e do sexo.

A diferença da raça se produz na colonização moderna, onde se estabelece a norma da branquitude e o "anormal" do não branco (Fanon 2020; Souza, 2021; Carneiro, 2023). A colonização de territórios se realiza através da subordinação do trabalhador nativo e do comércio internacional de mercadorias e de escravizados, o trabalhador cativo. Na experiência brasileira, o indígena e o negro africano são aqueles socialmente reconhecidos como o "anormal", os sujeitos não-brancos "destituídos de humanidade", reduzidos a puro dispêndio de energia para o *trabalho produtivo*. Um trabalho que produz a condição de rebaixamento estrutural na experiência formativa do Brasil até meados do século XIX. Condição que se repõe na virada para o século XX, na expansão das relações capitalistas, com a adoção do trabalho imigrante assalariado, e a reposição do trabalhador nacional despossuído (Pereira, 2004; Angatu, 2017) como agente dos trabalhos não pagos, mal pagos e indesejados. Condições precárias de produção que são essenciais ao desenvolvimento das relações formais de trabalho, ao germe da proletarização e do desenvolvimento das cidades, na produção de edifícios, infraestruturas e serviços. A Renovação Urbana do Séc. XIX-XX, que antecede a industrialização e urbanização.

A diferença de gênero se produz na passagem do matriarcado para o patriarcado (Engels, 2019; Anderson, 2019), no desenvolvimento da modernidade onde se estabelece a norma do masculino e o "anormal" do não masculino. Na emergência da ciência moderna, do controle sobre o trabalho e o excedente de trabalho, o controle sobre os próprios trabalhadores, seus corpos e sobre sua reprodução (Federici, 2017). Domínios de um poder separado que antecede o controle sobre o espaço de trabalho e de reprodução social, momentos da acumulação primitiva (Marx, 1985-1986). Na experiência brasileira, a generificação se soma à racialização, somando relações de *trabalho reprodutivo e produtivo*, evidenciadas na experiência da urbanização e industrialização intensificadas e estendidas em meados do século XX, com a extensão do mundo industrial e fabril para a reprodução social, para a produção do espaço na periferização da metrópole, que repõe as relações de subalternização do trabalho "na casa (e na cidade), da casa (e da cidade)".

Ainda, a diferença de sexo e da sexualidade, se produz desde a antiguidade, no desenvolvimento de moralidades e de religiões monoteístas, onde

CONSEQUÊNCIA EDITORA

se estabelecem a norma heterossexual, vinculada à procriação da espécie[3], e o "anormal" das relações de necessidades e desejos não-reprodutivos, não-produtivos (Miele, 2023; Butler, 2019; Preciado, 2020, 2022a, 2022b). Nesse sentido, a produção da diferença do sexo e da sexualidade estabelece o controle sobre o dispêndio *improdutivo* de energias vitais, assentados sobre necessidades e desejos que insistem em escapar da forma-valor e da forma-mercadoria. Na experiência brasileira recente, em conexão com a contemporaneidade mundializada, a sexualização do trabalho se relaciona com a despossessão de modos de vida, que vem se somar à generificação e racialização do trabalho. Soma relações de *trabalho improdutivo, reprodutivo e produtivo*, evidenciadas na generalização da renovação urbana do século XXI. Uma renovação marcada pelo domínio do neoliberalismo e da financeirização, a intensificação da dimensão fictícia imobiliária e financeira, cuja dimensão "improdutiva" do capital se desenvolve paralelamente a processos de expropriação. Nesse sentido, o "improdutivo" tem aqui um duplo sentido: de um lado, como manifestação da centralidade rentista e financeira, assentada sobre a expropriação da riqueza social já produzida, ou pela captura da produção futura, pelo endividamento; de outro lado, como "sexualidade", como dispêndio de energias vitais, de necessidade, desejo ou vontade, não estritamente funcionais à produção e reprodução do valor.

Na produção dessas diferenças do corpo-trabalho, como raça, gênero e sexualidade, há o processo de sua "animalização" e "maquinização". Momentos de redução de parte do trabalho humano, socialmente necessário, à "pura natureza" e à "puro capital". Uma subordinação objetiva que se desdobra como subordinação subjetiva, como subordinação das necessidades e desejos ao capital. Ou seja, trabalhos não pagos, mal pagos, indesejados, subordinados ao "espírito do capitalismo" (Weber, 2001). Nesse sentido, ao combinar relações de *exploração da força de trabalho* a *opressões interseccionais*, possibilita uma aproximação, objetiva e subjetiva, da noção de classe à

3 "O dogma da procriação como único fim verdadeiro da sexualidade surgiu historicamente como coroamento ideológico da efetiva redução de Eros à heterossexualidade monogâmica e, ao mesmo tempo, como justificativa para a condenação emitida pelas sociedades contra todas as outras tendências libidinais, de modo que elas foram sublimadas na esfera econômica. Era preciso deixar claro que a sexualidade tinha como objetivo a *reprodução*, para ocultar o propósito autêntico da repressão sexual: a exploração de mulheres e homens na produção" (Miele, 2023, p. 70).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de raça, gênero e sexualidade. Isto é, uma *classe social* que se forma a partir das marcações das diferenças e hierarquias do *corpo*, que, por sua vez, permitem um rebaixamento estrutural na produção, reprodução e "improdução" do valor – constituintes do antivalor. Essa relação entre *produção do valor* e *produção do corpo*, expostas linhas acima, ainda vão se encontrar com a *produção do espaço*, a seguir.

Espaço e "antiespaço"

As noções de antivalor se assentam na necessidade de converter pressuposições fictícias em realidade. Conversão que se assenta na expropriação da riqueza socialmente produzida, e que dá corpo à ficção ou desvalorização do valor. Assim, podemos identificar mais uma aproximação de antivalor, ao significar a "enunciação fantasmagórica" da renda. A presença da renda da terra se estabelece, inicial e predominantemente, em determinados setores cuja produção do valor se realiza a partir da baixa composição orgânica do capital (Jaramillo, 1980). Essa baixa composição indica a presença massiva de força de trabalho, na forma de *capital variável*, em face à relativa pequenez de maquinaria e energias, na forma de *capital constante*, circulante e fixo. Neste sentido, renda da terra aparece mais onde é possível intensificar a exploração da força de trabalho assalariada e, por consequência, onde pode se realizar a "produção do antivalor", a partir das relações de trabalhos mal pagos, não pagos, indesejados.

De um lado, a renda da terra que decorre de vantagens produtivas excepcionais, de condições diferenciais de produção que permitem um sobrelucro individual e que são, por sua vez, capturados pelo monopólio de propriedade. Esse sobrelucro individual se metamorfoseia em *renda diferencial,* por meio do pagamento pelo acesso a uma terra de qualidade excepcional, que produz um produto excepcional. Produto que pode ser vendido bem acima de seu preço de produção, por um *preço de monopólio*. Preço de monopólio que produz a renda. De outro lado, a renda que decorre da monopolização da propriedade da terra em geral. Independente das relações imediatas de produção. Essa monopolização captura parte da riqueza produzida socialmente, na forma de *renda absoluta*, para se ter acesso produtivo, reprodutivo ou improdutivo dessas terras em geral. Quanto maior a difusão de ter-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ras nessas condições, maior a parcela da riqueza social que será capturada improdutivamente pela propriedade. Uma renda que encarece em geral os produtos. Renda que produz o preço de monopólio.

A existência da Renda Diferencial e da Renda Absoluta em geral é condicionada pela privatização de parte da riqueza constituída para além das fronteiras imediatas dessas propriedades. Uma privatização, improdutiva, que obriga que seus produtos sejam vendidos com preços de monopólio, acima do custo de produção e do próprio valor. Em setores de baixa composição orgânica, isso indica que o montante improdutivo que se converte em renda é resultado da captura de parte da riqueza socialmente produzida *que poderia ter sido investida no desenvolvimento tecnológico*, no capital constante, circulante ou fixo. Como a existência da renda depende da propriedade privada moderna, forma juridicamente instituída, isso explicita uma *dimensão política* da propriedade. Indica uma forma de construção política dessa propriedade, construção do preço dessa propriedade e, por consequência, do preço do produto decorrente dessa propriedade. Uma espécie de antivalor da renda absoluta.

Outra dimensão é a forma como se distribui a riqueza socialmente produzida. Forma que não corresponde imediatamente às relações de produção do valor. Os setores com maior presença de capital variável produzem maior massa de valor excedente, se comparados aos de uma produção onde predomina capital constante. Porém, ao serem "medidos" por uma taxa média de lucro, "transparente e calculável", suposta pelos diversos capitalistas, há uma maior distribuição da riqueza, por assim dizer, para os setores com maior presença de capital constante, do que para os setores de maior presença de capital variável. Isso, *aos olhos privados*, decorre desses capitais constantes entrarem no cálculo do preço de produção – ainda que efetivamente *não produzam valor:* apenas transferem para a mercadoria a parte do valor relativa à depreciação desse capital constante. Obscurecendo, ao nível social, que a fonte maior desse excedente de valor vem dos setores onde predomina o capital variável. A exploração da força de trabalho nesses setores aparece ainda mais intensificada, quanto mais riqueza socialmente produzida é capturada improdutivamente pela propriedade privada.

Nesse sentido, a renda é situada entre um teto do preço do produto e um piso do preço de produção, disputando com o valor, também situado entre ambos, a parcela de sua existência. O preço da terra passa a ser o

CONSEQUÊNCIA EDITORA

preço de acesso a uma renda (Pereira, 1988), cujo investimento, realizado na expectativa de retorno financeiro, é improdutivo, pois é custo de acesso ao monopólio da terra e não a uma força produtiva. Uma *renda territorial capitalizada* (Martins, 1986). O preço do terreno é, portanto, análogo ao antivalor, um custo improdutivo que deve ser posto na produção e reposto, de modo ampliado, na reprodução, permitindo saltos produtivos de modo fictício. Condição que se intensifica com a urbanização e a verticalização. A primeira, estende a monopolização do espaço, produz a escassez e a difusão espacial da renda. A segunda, intensifica a parcela da riqueza socialmente produzida que deve ser investida improdutivamente no mesmo espaço. Ambas encarecem, em geral, as condições de vida, condição que deve ser compensada pela desvalorização, também, em geral, do trabalho e da natureza.

A combinação dos processos desiguais de *extensão do espaço para a construção* e a *intensificação da construção para o espaço* (Petrella, 2023) se estabelece na relação com as condições gerais da urbanização. Um conjunto de valores de uso, composto por edifícios, equipamentos, infraestruturas e serviços, que são produzidos socialmente como "antimercadorias". Condições gerais que são apropriadas de modos desiguais em função da extensão ou da intensificação do espaço e da construção, como produção de propriedades.

> (…) a conversão de terrenos urbanos requer a criação concertada de uma porção de valores de uso que um capitalista individual não pode produzir simultaneamente, além disso, esse processo requer a ação do Estado em função da magnitude das obras e sua baixa rentabilidade, que exige a ação do *capital estatal em qualidade de capital desvalorizado* (Jaramillo, 1980, p. 201, *grifos meus*).

Isto é, um capital estatal desvalorizado, não valorizado, cujo excedente de valor é capturado por meio da renda da terra, em sua forma diferencial e absoluta em geral combinadas. Nesse sentido, pode se conceber que o antivalor se metamorfoseia em renda, em remuneração da propriedade (imobiliária, financeira, informacional). Uma metamorfose que poderia ser confirmada com a aproximação da noção de "setor oligopolista" da produção ao "monopólio da terra" por meio da propriedade. Por outro lado, esse capital desvalorizado, não valorizado, é assegurado pela presença de traba-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

lhos domésticos, fontes do antivalor, como "coisas com valor e sem preço". A terra, que não é produto de trabalho humano, é reproduzida como se fosse capital, capturando o antivalor do trabalho e transformando em produção do espaço, em "coisas sem valor e com preço". A produção estatal desvalorizada, não valorizada e a intensificação da produção, que aumentam a renda, dão as condições de metamorfosear, de modo fictício, preços de monopólio acima do preço de produção e de seu valor, capturando antivalor. A indústria de propriedades como estrutura da urbanização.

A emergência do anarcoqueermetabolicomum

A reflexão até aqui exposta se apoia na relação dialética entre a produção do valor, a produção do corpo e a produção do espaço. Constitui uma unidade contraditória desdobrada da relação entre capital, trabalho e terra (Marx, 1985-1986). Uma unidade que apresenta, por sua vez, contradições "internas" a cada um desses momentos. Ao capital, a relação entre produção e reprodução do valor e do antivalor. Ao trabalho, a relação entre trabalho abstrato, socialmente necessário, e as singularidades de gênero, raça e sexualidade, que interagem de modo desigual na relação do valor e do antivalor. À terra, a relação da produção do espaço, a partir de trabalhos e localizações desiguais, que dão as condições de produção e reprodução capitalista. Formas que ganham realidade em detrimento das relações sociais de produção e reprodução humanamente desenvolvidas. Produção e reprodução subordinadas ao capital, constituindo uma condição anti-humana e antiurbana.

Nesse sentido, o movimento acima apresentado, pretende contribuir criticamente ao pensamento, particularmente no campo dos estudos urbanos. Uma contribuição ao nível das aproximações entre campos teóricos que habitualmente se apresentam separados – ou mesmo, colocados frente a frente, em posição antagônica. Assim, se mostra a necessidade de estabelecer a relação entre "valor" e "antivalor", entre "classe, gênero, raça e sexualidade", entre "espaço metropolitano e fragmentos desse espaço". Nesse sentido, a contradição da produção do valor, do corpo e do espaço (e suas contradições internas) busca conduzir a uma visão de totalidade. E, nessa construção, pretende-se valer das potências particulares de cada um desses momentos "particulares" do pensamento (do valor, antivalor, classe, gênero,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

raça, sexualidade, espaço metropolitano, fragmentos desse espaço etc.): não restando em seus respectivos campos cegos (Lefebvre, 1999). Campos que se iluminam por meio dessas aproximações, na medida em que elas revelam suas eventuais "incompletudes" ou parcialidades. Revelam seus movimentos de "totalização de um campo parcial", seu particular "fetichismo".

Contudo, nessa aproximação, busca-se evitar a vulgarização de cada um desses momentos particulares. Busca-se evitar a subordinação de cada um deles a uma forma de pensamento pretensamente dominante, que teria a função de "totalizar" a relação valor-corpo-espaço. Isso acarretaria, também, em uma (pretensa) subordinação de suas respectivas práticas e lutas políticas, que são experimentadas na contemporaneidade. Nesse sentido, valor, antivalor, classe, gênero, raça, sexualidade, espaço metropolitano, fragmentos desse espaço etc., se autodeterminam na sua contradição dialética. E essa dialética, que almeja ser teórica e prática, pretende se valer da elucidação de dimensões da experiência vivida, que possibilitam a convergência, a confluência (Bispo dos Santos, 2023), o entrelaçamento (Tsing, 2024) de lutas políticas concretamente diferenciadas. Uma convergência "abstrata" entre experiências particulares e "concretas" de opressão interseccional, de exploração de classe. Na produção e circulação do valor, mediadas pelas noções de produção do espaço.

Portanto, ao lado do pensamento, dessas relações entre categorias mais abstratas, pretende-se contribuir com a luta política de emancipação social. Na possibilidade de convergência dessas lutas parciais – necessárias – para a formação de uma "unidade diferenciada" dessas experiências. Constituídas à luz da resistência à expropriação (Petrella, 2021). Resistência que, eventualmente, se mede e se medeia por meio da concepção de um projeto, de um devir, de um fim (finalidade, sentido, acabamento): a luta anticapitalista, o fazer-mundos. Ou seja, o resistir a algo, o resistir a formas de expropriação que condicionam a experiência contemporânea, pela espoliação e pelo endividamento, é orientado pelos possíveis mundos que se pode construir, mas cuja possibilidade, ainda que materialmente realizável, permanecesse impossível na prática social do presente (Lefebvre, 1999).

Além disso, essa luta anticapital é, necessariamente, uma luta socioespacial. Uma produção de relações sociais em identidade à produção do espaço, que deve ser atravessada pela negação da mediação social do valor e da mercadoria. Pela negação prática do fetichismo e da alienação capitalista,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

que fazem com que os objetos se relacionem como se fossem sujeitos e os sujeitos como se fossem objetos. Pela negação da produção capitalista do corpo e do espaço, a natureza, que os reduzem, de modo invertido, a componentes do capital. Uma luta que é (ou que deve ser) orientada pela construção de uma interação metabólica consciente (Foster, 2023; Saito, 2021), imediata, global e total, entre trabalho e espaço, entre corpo e ambiente (a produção da natureza).

Uma dialética que enriquece ambos os sentidos.

Assim, a fim de contribuir com os estudos urbanos, com as formas de pensamento e de ação, essa reflexão pretende enunciar, ao longo de seu desenvolvimento, uma formulação teórica e histórica. Teórica, no que se refere à necessidade de negação das mediações sociais do valor e da mercadoria. Mediação que impõem a separação das relações de produção, entre seus produtores e produtos decorrentes, que constitui as bases daquilo que se chama de "ruptura metabólica" (Marx, 1985-1986; Foster, 2023; Saito, 2021) entre trabalho-corpo, técnica-saber, espaço-natureza. Esse trabalho, apreendido como trabalho produtivo, reprodutivo e improdutivo, se vale da diferenciação de corpos e de sua instrumentalização hierárquica como raça, gênero e sexualidade. A separação entre produtor, produção e produto se dá em paralelo à hierarquização do corpo, entre a marcação do "ser-normal" e de todos aqueles que emergem como o "outro-abjeto".

Ao lado da naturalização e maquinização desses corpos, há a colonização de suas formas de produção, reprodução e "improdução" na relação com a produção do território. Nesse sentido, em um movimento regressivo-progressivo (Lefebvre, 1999), faz-se necessário a compreensão histórica dessa relação. No que se refere à necessidade de compreensão de experiências "pré-capitalistas", "orientais", "ameríndias" – ambas situadas em oposição à modernidade capitalista ocidental colonizadora, do capital, do valor, da mercadoria – ou as virtualidades que essas experiências nos apresentam, na prática social, para a recombinação das relações residuais entre "valor, corpo e espaço", relações que escapam ou que ainda não foram submetidas à forma capitalista. Interações metabólicas práticas que contém, eventualmente, o germe da superação, de sua ruptura (Anderson, 2019; Clastres, 2020).

Nesse sentido, a expectativa do "não valor", da negação prática do valor, é um objeto virtual dessa luta anticapitalista. Um objeto que aponta teórica e praticamente para a desmercantilização da vida, do corpo e do ambiente,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

da produção, reprodução e "improdução" da natureza. O "devir não valor" deve participar ativamente na e da produção e negação práticas do valor para existir. Ou seja, no reconhecimento da produção socioespacial que se situa para além das fronteiras das "coisas com valor e sem preço" e das "coisas sem valor em com preço". No reconhecimento da instituição de práticas socioespaciais nas quais *o valor não seja sua força motriz*, da produção, reprodução e "improdução", nas atividades humanas assim orientadas. O "não valor" é entendido como a negação do valor, como a negação da forma mercadoria, como superação positiva da separação entre relações de produção, entre produtores e seus produtos. A superação da separação do espaço empreendida por meio da indústria de propriedades (Petrella, 2024a, 2024b). A superação da ruptura metabólica, das trocas de energias, matérias e saberes orientados para a extração de riquezas, o esgotamento das energias vitais na formação do valor. Superação desse metabolismo subsumido às relações capitalistas que mercantilizam a vida e a reduzem à reprodução do capital, a reduzem ao capital morto. Morto-motor.

Essa reflexão se constitui, portanto, à luz de um devir orientado pela totalidade que pode ser restituída imediatamente (sem mediação). Uma totalidade vislumbrada a partir do processo de constituição de um "comum" (Dardot, Laval, 2017; Anderson, 2019; Wright, 2019). De uma relação socioespacial de produção, reprodução e "improdução", não mediadas pelo valor, nem pela mercadoria, realizadas por corpos diferenciais e suas habilidades práticas e teóricas diferentes. Em uma relação não-hierárquica. Uma "produção total" que supere a ruptura metabólica, que reproduz as condições sociais de alienação (Marx, 2004; Mészáros, 2006). A especulação sobre esse "devir-comum", contudo, deve considerar experiências históricas e práticas de interações sociais e natureza que escapam, ao menos virtualmente, da marcha capitalista, ocidental e colonizadora que propulsiona a expansão das relações capitalistas. Práticas socioespaciais residuais a essas relações[4]. Nesse sentido, essa luta anticapitalista, socioespacial, é, necessa-

4 Virtualmente, experiências pré-capitalistas, orientais, ameríndias etc.: o "quilombo" (Nascimento, 2022; Bispo dos Santos, 2023; Carnevalli et.al, org., 2023), a "aldeia" (Clastres, 2020; Kopenawa, Albert, 2015; Danowski, Viveiros de Castro, 2017; Krenak, 2019, 2020, 2022), que nos permite formular, ainda que nos imponham uma condição de escala, uma abordagem dialética que relaciona o momento da abstração teórica à concretude de práticas sociais empíricas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

riamente, uma luta de desalienação do corpo-trabalho e da natureza-espaço contra o valor-capital. Técnica, trabalho e natureza em uma unidade restituída. Interações metabólicas conscientes com vistas ao horizonte do comum.

Um anarcoqueermetabolicocomum.

Referências

ANDERSON, Kevin B. *Marx nas margens:* nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANGATU, Casé (Carlos José Ferreira dos Santos). *Nem tudo era italiano*: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 2017.

BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da reprodução social*: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. 352p.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *A terra dá, a terra quer.* São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam:* os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1, 2019. 400p.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 432p.

CARNEVALLI, Felipe, *et al.* (org.). *Terra*: antologia afro-indígena. São Paulo, Belo Horizonte: Ubu, 2023.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado.* São Paulo: Ubu Editora, 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade.* São Paulo: Boitempo, 2021. 288p.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins.* Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 545p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum*: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça, classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. 248p.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019. 195p.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320p.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. 460p.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos*: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERRARA, Luciana Nicolau; DATTWYLER, Rodrigo Hidalgo; LIMA, Bruno Avellar de. *Natureza e metabolismo urbano*: reestruturação do espaço no Brasil e no Chile. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. 365p.

FOSTER, Jhon Bellamy. *A ecologia de Marx*: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375p.

GRESPAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2019. 453p.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016. 436p.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018. 224p.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JARAMILLO, Samuel. Renta absoluta y composición orgânica del Capital. *Revista Desarrollo Y Sociedad*, 1(4), 281-305. https://doi.org/10.13043/dys.4.3, 1980.

JARAMILLO, Samuel. Las formas de producción del espacio construido en Bogotá. *In*: PRADILLA, Emilio (org.). *Ensayos sobre el problema de la vivienda en México*. Cidade do México: Latina UNAM, 1982, p. 149-212.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 204p.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 212p.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Ômega, 1979. 166p.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986. 3v.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisses) 1857-1858*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001. 493p.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx.* São Paulo: Boitempo, 2006.

MIELI, Mario. *Por um comunismo transexual: elementos de crítica homossexual*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MOHANDESI, Salar; TEITELMAN, Emma. Sem reservas. *In*: BHATTACHARYA, Tithi. *Teoria da Reprodução Social*: remapeamento de classes, recentralização da opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 235-272.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *O negro visto por ele mesmo:* ensaios, entrevistas e prosa. São Paulo: Ubu, 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998. 231p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. 150p.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Espaço, Técnica e Construção*: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988. 169p.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *São Paulo*: a construção da cidade: 1827-1914. São Carlos: RiMa, 2004. 174p.

PETRELLA, Guilherme Moreira. Níveis e dimensões da renovação urbana da Região da Luz: da experiência da espoliação à luta de classes socioespacial. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* (Online), v. 19, p. 1-20, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/1984-450619

PETRELLA, Guilherme Moreira. *A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI.* São Paulo: Annablume, 2023. 360p.

PETRELLA, Guilherme Moreira. *A cidade é o monstro que vos fala: – "Eu sou a indústria da propriedade. Eu sou a produção do corpo!". Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 44, 2024a. DOI: https://doi.org/10.12957/geouerj.2024.83492

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PETRELLA, Guilherme Moreira. *O boi de piranha da travessia do capital*: a submissão do trabalho, a dominação do corpo e a indústria da propriedade na produção do espaço. PosFAUUSP, 31(59), 2024b. e221427. https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.posfauusp.2024.221427

PETRELLA, Guilherme M.; FERRARA, Luciana. *Considerações sobre a recente produção imobiliária em São Paulo: conflito e contradição entre indústria da propriedade e a relação corpo-cidade-natureza. In*: RUFINO, Beatriz; BORGES, Isadora; NAKAMA, Vinícius. *Financeirização e metropolização do espaço:* imobiliário e infraestrutura sob domínio de Grandes Grupos Econômicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano*: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 320p.

PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala:* relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022a. 96p.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*: práticas subversivas de identidade sexual. Rio de Janeiro: Zahar, 2022b. 232p.

SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx*: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP, Espaço, Tempo*, São Paulo, n. 11, p. 15-31, 2007.

SMITH, Neil. *Gentrificación urbana y desarollo desigual*. Barcelona: Icária Editorial, 2015. 376p.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 176p.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O cogumelo do fim do mundo*: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: N-1 Edições, 2024.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.

WRIGHT, Eric Olin. *Como ser anticapitalista no século XXI?* São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 21

Lutas pelo espaço e lutas anti-identitárias: Aproximações teóricas entre Henri Lefebvre e John Holloway

Ernesto Gomes Imbroisi

Introdução

Estamos em um momento histórico de grande refluxo para a política radical e emancipatória. Exceto por algumas experiências muito particulares como os Zapatistas, esse sintoma marca praticamente todos os lugares e organizações sociais do mundo. A falta de fôlego histórico das esquerdas e do movimento comunista impõe dificuldades no enfrentamento das heranças e das contradições do socialismo real e, consequentemente, compromete a reconstrução de um projeto político centrado na igualdade radical e na soberania popular[1]. Esse diagnóstico se explica (e é explicado), pelo menos em parte, por duas situações: i) a acomodação das esquerdas aos contornos do progressismo[2] e sua subordinação à ordem burguesa e ii) a

1 Vladimir Safatle tem defendido em um conjunto de entrevistas e de podcasts que o que deveria definir a esquerda radical hoje são as bandeiras políticas da igualdade radical e da soberania popular.

2 Na nossa tese de doutorado desenvolvemos uma concepção de progressismo (política progressista) para diferenciar do que queríamos denominar de política radical no contexto das reflexões sobre produção do espaço e emancipação social. "O progressismo e os progressistas acreditam no progresso do capitalismo. Ou melhor, acreditam no progresso material – no avanço técnico, científico e tecnológico – do capitalismo como potencialmente transformador na vida das pessoas; acreditam no progresso como sinônimo de crescimento econômico, ou seja o econômico se sobrepujando ao social, ao político, ao cultural e ao ecológico; acreditam na linearidade temporal do desenvolvimento a partir, e pautado, pela narrativa histórica europeia e estadunidense; acreditam nos modelos espaciais do ocidente, geralmente cidades da Europa, EUA ou intensamente ocidentalizadas, que servem, suposta-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

força contemporânea do capital (financeirização da vida, as atuais formas de precarização do trabalho etc.) que institui para todos os aspectos, esferas e dimensões da vida o domínio da forma valor.

O primeiro fato demonstra a incapacidade das esquerdas em promover dignidade e/ou qualquer tipo de melhora significativa e estruturante na qualidade de vida das pessoas (mesmo nos limites da política progressista e no quadro dos direitos humanos). Isso evidencia uma outra camada na análise. A conformação (ou melhor, a deformação) das políticas de esquerda à lógica formal (consequentemente, a lógica do valor) revela o abandono da radicalidade enquanto um horizonte de luta e de transformação social. Essa questão provoca uma mudança na atuação de cada campo político. Se desloca da esquerda para a extrema direita o questionamento ao atual ordenamento jurídico, as instituições, ao Estado de direito (burguês) etc. Nesse contexto, a extrema direita e os fascistas assumem para si, enquanto movimento de massa, o papel histórico de ruptura sistêmica (é bom salientar, lugar esse, muito caro às esquerdas, aos marxistas e aos comunistas na história). O segundo elemento é relativo ao atual momento do capitalismo. Seus códigos, sua lógica (da mercadoria) estão tão presentes e imbricados na cotidianidade das pessoas; seu nível de violência, exploração e dominação impacta o lazer, a vida privada, a família, a natureza, o espaço e até nossa subjetividade.

Esse cenário nos coloca, aparentemente, em um beco sem saída – um problema que se revela prático, político e, inevitavelmente, teórico-metodológico. Diante desse impasse, e buscando inspiração para além (e com) Marx, este artigo recorre às contribuições teóricas de Henri Lefebvre e John Holloway, propondo uma articulação entre suas perspectivas para revitalizar o pensamento crítico e reconstruir novos (e talvez outros) caminhos para a revolução no século XXI. Faremos um movimento de

mente, de referência no campo da saúde, segurança, educação, serviços, democracia etc. para os outros lugares do mundo; e acreditam na mediação do Estado e do mercado como partícipe e regulador de todas as questões e dimensões relativas a normatização e reprodução da sociedade. Então, a política progressista, ou melhor a política espacial progressista, mesmo regulando e impondo limites à acumulação e à reprodução das relações de produção capitalistas, segue mantendo, legitimando, reproduzindo e muitas vezes fortalecendo os pilares e os fundamentos do capitalismo: o mercado e o Estado; as relações de trabalho assalariadas; a propriedade privada e pública; a lógica formal; o poder-sobre; etc" (Imbroisi, 2022, p. 113).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

aproximação teórica e política entre esses dois autores no sentido de buscar formulações teóricas e metodológicas para pensar a emancipação na contemporaneidade. Enquanto para Lefebvre a produção do espaço é a dimensão central e essencial para emancipação humana, para Holloway ela se dá pela criação de novas (outras) relações sociais – ou seja, pela criação de novas/outras formas de subjetividade. Isso nos permite afirmar que, para Lefebvre, a revolução comunista é uma revolução na forma da produção do espaço, como um processo/fenômeno inerentemente espacial (não somente temporal) (Lefebvre, 1991 e 2019). Já para Holloway, a revolução é um movimento de desidentificação das lutas políticas. Em outras palavras, trata-se de um processo de recusa ativa às determinações impostas pelas formas sociais capitalistas — como a forma mercadoria, a forma capital, a forma valor e a forma Estado (Holloway, 2003 e 2017).

Nosso desafio será demonstrar como esses aspectos não são somente complementares, mas formam e compõem de modo unitário o processo de movimento ao comunismo. Por isso, definimos que o objetivo central deste trabalho é, portanto, demonstrar, a partir de uma articulação teórica entre Henri Lefebvre e John Holloway, que as lutas pelo espaço carregam um potencial singular para romper com a tendência identitária que marca e limita as lutas sociais e políticas contemporâneas, apontando assim para novas perspectivas de uma política emancipatória radical no século XXI. Para desenvolver este argumento, o artigo se estrutura em quatro seções: a primeira intitulada "Enlaces iniciais entre Lefebvre e Holloway: buscando e construindo alguns (possíveis e potentes) pontos de partida", estabelece as bases teóricas para a articulação entre os dois autores, identificando convergências fundamentais em suas abordagens sobre luta de classes. A segunda seção, cujo título é "O princípio da identidade como produção capitalista do espaço", examina como a lógica formal e o princípio da identidade se materializam na produção do espaço, revelando os mecanismos através dos quais o capitalismo subordina a espacialidade à lógica do valor. Já a terceira seção, "Perenidade e transitoriedade: valor e antivalor na produção do espaço", investiga a dialética entre as lógicas da perenidade e da transitoriedade na produção espacial, analisando como as contradições entre valor e antivalor se manifestam na configuração dos espaços capitalistas. E por último temos a quarta seção, chamada de "O lugar da negatividade na produção do espaço: do não valor ao antivalor e

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do antivalor ao não valor", explora as potencialidades revolucionárias que emergem da negatividade espacial, demonstrando como as lutas pelo espaço podem constituir práticas de negação do valor e de desidentificação do mundo.

Enlaces iniciais entre Lefebvre e Holloway: buscando e construindo alguns (possíveis e potentes) pontos de partida

Em uma primeira tentativa de articulação entre os autores, a luta de classes emerge como um eixo — ou, mais precisamente, como uma ponte promissora. Ambos a repensam no contexto do capitalismo contemporâneo, ao mesmo tempo em que a mantêm como elemento central em suas abordagens. Nessa perspectiva, enquanto Lefebvre compreende a luta de classes como lutas pelo espaço (Lefebvre, 1991), Holloway transforma a luta de classes em lutas anti-identitárias. Na verdade, luta de classes como lutas anti-identitárias (Holloway, 2017). Porém, é importante ressaltar que ambos alargam a visão tradicional de sujeito revolucionário. Não negligenciando o operário fabril e a luta sindical, são incorporados outros (novos) sujeitos e outras (novas) formas de luta. Estendendo e ampliando a luta de classes para além do local de trabalho e para além da objetividade da luta corporativa. Agora, dado que o controle do espaço – através e mediado pela propriedade – e a própria produção de subjetividades são pilares da dominação capitalista, esses elementos também se tornam campos centrais de conflito e disputa para o projeto revolucionário. Ou seja, a luta de classes incorpora todas as dimensões, aspectos e esferas da vida social, manifestando-se nas lutas pelo espaço, nas lutas anti-identitárias e em todas as formas de resistência à lógica do capital.

As lutas pelo espaço e as lutas anti-identitárias são lutas contra a forma mercadoria. Na verdade, sendo mais específico, são lutas contra o valor e sua lógica instituinte. A lógica formal. A questão central aqui é que a lógica formal, na sociedade capitalista, se torna um fim em si mesma. Se transforma no principal mecanismo não só de interpelação do mundo, mas também de criação de realidades. E isso tem como principal consequência a preeminência e a superioridade do princípio da identidade – como elemento constituinte e base da lógica formal – em relação ao princípio da

CONSEQUÊNCIA EDITORA

contradição. Sendo mais preciso, o domínio e hegemonia da lógica formal sobre a lógica dialética. Isso tem consequências políticas para o fazer e para o processo de intelecção do mundo. A diferença é suprimida e apagada e os indivíduos, grupos, classes sociais e o espaço são classificados e hierarquizados. O capitalismo opera através da identificação e da classificação (da lógica formal), transformando toda a atividade criativa e autodeterminada do ser humano (o trabalho concreto em Marx e o fazer em Holloway) em trabalho abstrato.

Nessa dinâmica o capital impõe para cada pessoa uma identidade fixa e separada (Holloway, 2017), reduzindo, limitando, restringindo e oprimindo a atuação de cada pessoa ao lugar social que ocupa na dinâmica capitalista. Esse é um ponto importante. Não é a questão moral que importa e muito menos as atitudes individuais de cada pessoa, como, por exemplo: se a pessoa é boa ou má; feia ou bonita; bom pai ou mau pai; um filho amoroso ou não; um funcionário competente ou incompetente. Nas palavras de Marx, "(…) aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes (p. 80, 2017). Viver e existir sob o capitalismo, sob as imposições do valor, é viver e existir em um mundo de identidades e de personificações. Há um processo de abstração no enquadramento dos seres humanos à lógica formal. Suas particularidades, suas atividades práticas, sua liberdade e criatividade ficam subsumidas a formalização (abstração) do mundo a partir da sua mercadificação. Traduzindo: "o capital impõe aos seres humanos papéis sociais específicos, usando as máscaras que lhes são atribuídas. Os capitalistas tornam-se personificações do capital, os trabalhadores convertem-se personificações de sua mercadoria força de trabalho"[3] (Holloway, 2017, p. 157).

Essa situação para os trabalhadores se torna um pouco mais complicada do que para o capitalista. A correspondência do trabalhador com o seu papel social no capitalismo o coloca numa situação, no mínimo, bem estranha e complicada. Na relação com o capitalista no mercado de trabalho

3 Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho: "El capital es la imposición de la personificación de los humanos como portadores de la máscara que les corresponde. Los capitalistas se vuelven personificaciones del capital, los trabajadores se convierten en personificaciones de su mercancía fuerza de trabajo" Holloway, 2017, p. 157).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

e no processo produtivo, o trabalhador está no lugar do não proprietário dos meios de produção. Essa situação específica o obriga, no processo de troca, a vender a única mercadoria que possui no contexto das relações capitalistas: a sua força de trabalho. Nos limites da lógica formal e da lógica do valor o trabalhador atua como representante dessa mercadoria. Limitando sua prática e reduzindo suas ações a mero vendedor de sua força de trabalho. Há, nessa perspectiva, uma identidade (aparente) entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Isso tem, pelo menos, duas consequências políticas e práticas para a dinâmica da luta de classes: i) a luta de classes é achatada, acomodada e deturpada aos limites do direito burguês, da luta sindical e do progressismo. O trabalhador age, no melhor dos casos, na defesa de um preço mais justo (ou menos injusto) para a sua mercadoria (a força de trabalho) (Holloway, 2017); e ii) o trabalhador como a única mercadoria que produz valor e mais-valor, colabora de forma direta para a manutenção do capitalismo através da acumulação e reprodução do capital e, principalmente, da reprodução das relações sociais de produção. Nesse cenário o trabalhador se encontra totalmente enredado na armadilha das formas capitalistas (Holloway, 2013). Sua forma de pensar, de agir, de trabalhar e de existir é determinada pela forma dinheiro, pela forma mercadoria, pela forma valor, pela forma Estado etc. Isso demonstra que não produzimos um mundo para a vida, mas para a existência da mercadoria. Produzimos um mundo que restringe, impede e bloqueia nossa autoderminação.

Porém, há esperança. O fato de que produzimos essa realidade, de que somos produtores desse mundo, implica, necessariamente, no seu contrário. No seu negativo. Ou seja, de que temos, pelo menos em potência, a possibilidade de desfazê-lo (Holloway, 2013). De produzir outras histórias e outras geografias. Como sujeitos históricos, sociais e práticos, temos, pelo menos, a responsabilidade de sonhar, imaginar e projetar um mundo para além do capital e de lutar por essa mudança.

Em relação ao espaço a situação é semelhante. E há também consequências políticas. A produção capitalista transforma o espaço em mercadoria, operando, nesse cenário, um processo de abstração do espaço. Fruto e resultado do fazer humano e cristalização do trabalho morto passado, o espaço torna-se estrategicamente o lugar e o meio para a generalização do mundo da mercadoria e para a realização do valor e do mais-valor. O conteúdo

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do espaço, seu valor de uso, e resultado do trabalho concreto, é dissolvido, diluído e abstraído no movimento de transformação do espaço em mercadoria. O valor de uso se subordina ao valor de troca e o trabalho abstrato domina o processo. O espaço entra no jogo e no esquema do valor. No jogo e no esquema da lógica formal.

No contexto da reprodução capitalista, ocorre, então, um duplo processo de abstração: se por um lado, o fazer humano (a atividade prática), com toda sua diversidade de utilidades, qualidades e finalidades, é dissolvido e reduzido a trabalho abstrato, medido apenas como tempo de trabalho socialmente necessário; o espaço, também como produto direto desse fazer (do trabalho concreto) é progressivamente transformado em espaço abstrato. Nesse processo, as necessidades, desejos e experiências humanas são suprimidas quando o espaço se transforma em mercadoria. Suas múltiplas dimensões (afetivas, culturais, ambientais etc.), as histórias, simbologias, significados, representações e utilidades que esse espaço tem (ou deveria ter) para a classe trabalhadora e para as pessoas comuns são apagadas e desconsideradas. O objetivo é o lucro e a reprodução do valor.

Notadamente há conexões diretas e umbilicais entre trabalho abstrato e espaço abstrato. Procedem da mesma fonte: o valor e seu processo de valorização. O valor para se expandir precisa subsumir e subordinar tanto a atividade humana quanto o espaço a sua lógica homogeneizante e quantificadora. A redução do trabalho à sua forma abstrata é a condição fundamental para a produção de valor e de mais-valor, enquanto a produção do espaço como espaço abstrato é funcional para a mobilidade do capital, para a disciplinarização, controle e, com isso, maior exploração da força de trabalho e, principalmente, para a reprodução das relações sociais de produção capitalistas. É importante, portanto, não compreender que há somente uma analogia entre o espaço abstrato lefebvriano e o trabalho abstrato em Marx. Eles têm uma conexão muito mais profunda. O espaço abstrato é a forma de manifestação espacial necessária a dominação do valor, e é sobre a qual a abstração do trabalho, na contemporaneidade do capitalismo, se realiza, se reproduz e se perpetua (Lefebvre, 1991).

Mas há contradições. Apesar da força totalizante e homogeneizante do espaço abstrato, sua dominação nunca é absoluta. A lógica do valor e seu processo de valorização produzem contradições e encontram resistências

CONSEQUÊNCIA EDITORA

herdadas de modos de produção do passado e geradas no seio do próprio capitalismo. Basicamente, a produção do espaço abstrato nega a diferença, a diversidade e a heterogeneidade da vida social, engendrando, com isso, sua própria negatividade: o que Lefebvre intitula de espaço diferencial (Lefebvre, 1991). Marcado pela lógica da contradição, a emergência do espaço diferencial representa o nascimento de uma outra socialidade e a possibilidade de existência social para além da forma mercadoria e da forma valor. Na verdade, representa a produção do espaço balizada por outras formas sociais e pela lógica dialética.

A personificação no capitalismo e a mercadificação do espaço constituem mecanismos essenciais tanto para a reprodução do capital quanto para a dominação. É crucial compreender um pouco mais essas dinâmicas no sentido de entender que ambas compartilham a mesma filiação e integram o mesmo movimento: embora processos distintos, são expressões da lógica do valor e atuam sob a égide da lógica formal.

Para se materializar e exercer sua influência social – condicionando e criando relações, práticas, pensamentos e subjetividades –, a forma valor, enquanto determinação social, requer suportes humanos e materiais. Sendo uma relação social abstrata, ela opera na transformação, na conversão e na redução: i) dos objetos concretos (fruto do fazer humano) em valores de troca; ii) dos seres humanos à mercadoria força de trabalho (trabalho abstrato); e iii) do espaço (originalmente valor de uso e dimensão essencial para a existência humana) em mercadoria (espaço abstrato e, agora, dimensão essencial para a realização do lucro).

Consideramos que o processo de personificação impacta profundamente a formação da subjetividade humana e, consequentemente, na forma como as relações sociais se manifestam sob o capitalismo. Como um fenômeno enigmático, até porque refratário da forma valor, as relações humanas assumem a forma nebulosa da mercadoria, desencadeando um duplo movimento: a objetificação do humano – fetichização, conforme Marx (2017) e sua simultânea desumanização – alienação, segundo Marx (2004). Com a cisão do caráter social do trabalho, as relações entre pessoas convertem-se em relações entre coisas. Assim, a forma abstrata do valor encobre o fazer e a atividade humana, produzindo, simultaneamente, estranhamento – do sujeito perante os objetos e o mundo – e sujeição – do sujeito ao mercado e à lógica da mercadoria.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Dado que a produção de objetos, produtos e até mesmo da subjetividade dos sujeitos sob a forma-mercadoria possui um caráter inerentemente alienado e fetichizado, conclui-se que esse mesmo processo se estende à produção do espaço. De fato, se o trabalho e as relações que produziram (e produzem) o espaço se caracterizam e se apresentam também como formas fetichizadas e alienadas, o fenômeno da alienação e do fetiche da mercadoria não podem se restringir e se limitar ao chão da fábrica. Eles ganham e incorporam a totalidade do espaço (Santos, 2015).

É crucial sinalizar e ressaltar que o espaço não é uma mercadoria convencional. O espaço, ou melhor, a produção do espaço, é a dimensão elementar e substancial para a existência humana e para a reprodução da sociedade. Contudo, como o espaço é produzido como mercadoria, sua realização se efetiva "(…) pelo aprofundamento da cisão entre criador (a sociedade sujeito da produção do espaço) e sua criação (…) atualizando a alienação no mundo moderno" (Carlos, 2017, p. 33) – atualizando, também, sua fetichização[4].

Embora o espaço seja resultado direto do trabalho, sob o capitalismo esse espaço não reflete os anseios, as necessidades e os desejos daqueles que o criaram. A classe trabalhadora e as pessoas comuns não se sentem pertencentes, não encontram realização e nem reconhecimento nesse espaço; ao contrário, o espaço capitalista os confronta diariamente, sistematicamente e cotidianamente com brutalidade, individualismo, consumismo exacerbado, degradação ambiental, miséria e segregação espacial. O espaço capitalista – o espaço abstrato – é um espaço fetichizado, ou seja, adquire a condição de sujeito. Passa a desempenhar um papel ativo na configuração dos processos sociais, na reprodução das relações de produção e, inclusive, na criação de novas relações sociais. Em suma, a produção capitalista do espaço revela-se como o resultado direto dá lógica do valor e da mercadoria.

Mais do que uma origem comum no valor e no processo de valorização, há uma unidade dialética entre personificação e mercadificação do espaço. Além de complementares, um fator é condição para/e nutre a existência do outro. Nesse contexto, Henri Lefebvre vai ao encontro de John Holloway e John Holloway se apresenta a Henri Lefebvre.

4 Para uma visão mais profunda entre produção do espaço e os processos de alienação e de fetichização, ver nossa tese de doutorado (Imbroisi, 2022).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Lefebvre situa a produção do espaço como uma dimensão estratégica para a sobrevivência e longevidade do capitalismo enquanto um sistema civilizatório. A mera reprodução dos seus fatores econômicos – os meios de produção e a força de trabalho – não era (e não é) capaz de garantir sua continuidade histórica. Ele precisa incorporar para sua lógica as outras dimensões que formam a vida e as sociedades: a cultura, a política, a natureza, o lazer, a festa, o cotidiano etc. É através da produção do espaço que o capital realiza essa tarefa. É através da produção do espaço que a lógica do valor e suas relações sociais na atualidade do capitalismo se efetivam e se materializam. Isto quer dizer, que Lefebvre entende que a produção capitalista do espaço não se reduz a um produto como outro qualquer e/ou um

> (…) objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção (Lefebvre, 2008, p. 48).

A durabilidade do capitalismo encontra um de seus pilares nos processos ideológicos, culturais e políticos que se desenrolam através da produção no espaço. Para compreender essa dinâmica, é preciso superar interpretações limitadas, de algumas correntes do pensamento marxista, que veem a produção apenas como fabricação de objetos e coisas. Ela deve ser entendida, de forma mais ampla, como um processo civilizatório, um sistema que produz não só coisas, mas também valores, subjetividades e modos de vida, sustentado pela (re)produção incessante de relações sociais mercantilizadas. É nesse sentido que a totalidade do espaço, e não somente a sociedade em si, se revela como o verdadeiro lugar para a reprodução das relações de produção (Lefebvre, 1977). Nesse cenário, a mercadificação do espaço modela os sujeitos conforme a lógica do valor, (re)produzindo subjetividades alienadas e fetichizadas, reforçando a própria lógica da personificação e, com isso, reproduzindo as relações sociais de produção.

Ao mesmo tempo, a lógica da personificação, para Holloway, opera como um processo de formação de como cada pessoa deve se portar no contexto do capital e no sentido de reforçar a lógica do valor, se efetivando como um movimento de identificação e, consequentemente, de classificação. A

CONSEQUÊNCIA EDITORA

personificação reduz cada indivíduo, de acordo com seu lugar no processo produtivo, a suporte para as funções econômicas e, consequentemente, condição para a produção capitalista do espaço. O capitalista, como personificação do capital, transforma o espaço em mercadoria e o trabalhador, como personificação do trabalho assalariado, é forçado a vender sua força de trabalho para ter acesso ao espaço – aluguel, compra de imóvel, acesso a equipamentos públicos e privados etc. – e, com isso, colabora e participa da acumulação e reprodução do capital a partir da produção do espaço como mercadoria.

Nesse cenário, mas indo além dessa abordagem mais econômica, Holloway, especificamente sobre a classe trabalhadora faz o seguinte apontamento: "a constituição da classe trabalhadora se dá, justamente, no processo de ser incorporada e moldada pelas dinâmicas do capital. O processo de nos assumirmos como elementos na produção e reprodução das relações sociais capitalistas" (Holloway, 2017, p. 158)[5]. Nesse sentido, há uma identificação "do trabalhador com seu papel no capitalismo, como vendedor de sua força de trabalho, como trabalhador-abstrato e, portanto, como engrenagem do capital" (Holloway, 2017, p. 158).[6] Objetivamente, a classe trabalhadora introjeta (nunca de forma absoluta) os valores, a lógica, os discursos, a simbologia e a racionalidade econômica e empresarial no seu entendimento do mundo, na sua forma de viver, de compreender e de experimentar o espaço e o tempo; e também nas suas concepções de indivíduo, de família, de trabalho e de natureza. Essa perspectiva conforma e modela nosso cotidiano, nosso discurso, nossa cultura e a nossa subjetividade nas fronteiras do valor e da lógica formal, condicionando e produzindo sujeitos sociais que operam a partir do seu papel social na dinâmica do capital, participando ativamente na produção do espaço capitalista e, consequentemente, reproduzindo as relações sociais de produção. Portanto, a personificação não ocorre em um espaço neutro e vazio (sem conteúdo e funcionalidade), ela

5 Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho: "la formación de la clase trabajadora es, precisamente, el proceso de estar digerido por el capital. El proceso de asumirnos como elementos en la producción y reproducción de las relaciones sociales capitalistas" (Holloway, 2017, p. 158).

6 Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho: "(…) del trabajador con su rol en el capitalismo, como vendedor de su fuerza de trabajo, como trabajador-abstracto, por lo tanto como "accesorio del capital" (Holloway, 2017, p. 158).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

se desenvolve em um espaço específico, produzido de acordo com a lógica da mercadoria. Simultaneamente, a produção capitalista do espaço não é um processo automático ou mecânico, produzido por sujeitos a-históricos e sem intencionalidade, ela exige a participação ativa dos sujeitos que performam e atuam de acordo com as categorias econômicas que representam.

Ao articular Henri Lefebvre e John Holloway até agora, situamos como a problemática da dominação social se efetiva na atual conjuntura do capitalismo e qual é o atual lugar da luta de classes para pensar na (re)construção da política radical. Nessa perspectiva, a emancipação – a superação do capitalismo – passa pela superação das personificações sociais e pela superação do espaço abstrato (espaço-mercadoria). Estamos falando, respectivamente, nos movimentos de lutas anti-identitárias e de lutas pelo espaço. A unidade da luta para os dois autores transpassa (e é transpassada) pela superação da lógica formal pela lógica dialética. Ou seja, a questão do método é central e entra como um elemento da luta. Quando Marx e Engels, no livro *A ideologia Alemã*, afirmam que "(…) para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado" (Marx e Engels, 2007, p. 30), eles estão apontando para a ideia da revolução enquanto um processo/momento radical de ruptura onto-epistemólogica. O comunismo não é só a mudança de um regime político por outro e/ou não se reduz (e não pode se reduzir) ao controle do poder pela classe trabalhadora. É muito mais do que isso. Transformar o atual estado de coisas, como exalta o postulado materialista, envolve um outro/novo fazer e um outro/novo entendimento do mundo. Do tempo e do espaço. Do indivíduo e da natureza. Do lazer e do trabalho. Envolve a criação de novas relações sociais e a produção de novas condições materiais de existência. Isso requer dois movimentos (que se imbricam mutuamente): negar, lutar contra e romper/superar o princípio da identificação e, simultaneamente, negar, lutar contra e romper/superar a forma de produzir o espaço como mercadoria.

Nossa dificuldade reside no fato de que questão da identificação do mundo e da mercadificação do espaço apresentam uma dialetização muito mais profunda da que foi apresentada até agora. O problema é mais amplo do que uma simples relação de complementariedade, de condicionalidade mútua ou de retroalimentação entre os fenômenos. A produção capitalista do espaço é a forma como o mecanismo de identificação se processa. Na

CONSEQUÊNCIA EDITORA

verdade, o processo de mercadificação do espaço é em si mesmo o movimento de identificação da realidade e das relações sociais.

O princípio da identidade como produção capitalista do espaço

John Holloway faz uma leitura muito particular e até alternativa de *O Capital* de Karl Marx. Contrariando, talvez, o próprio autor, ele afirma que Marx não começa o livro I pela mercadoria, mas sim pela riqueza. Sua apreciação da frase: "a **riqueza das sociedades** onde reina o modo de produção capitalista aparece [*erscheint*] como uma 'enorme coleção de mercadorias' (…)[7], [8]" (Marx, 2017, p. 113), inverte o entendimento tradicional, e talvez até virtuoso, de interpretar essa obra como uma simples análise do funcionamento do capitalismo e suas contradições, para uma visão mais arrojada e sofisticada. Holloway lê "O Capital" como parte da luta anticapitalista. Isso parece óbvio – é necessário compreender a dinâmica do capital para desenvolver as melhores formas de luta contra ele. Mas não é tão simples assim. A radicalidade de Holloway está na sua premissa e no seu objetivo: ele tem como pressuposto um certo antropocentrismo radical presente no próprio Marx, e seu objetivo é buscar/revelar o lugar da luta em cada linha, página e categoria do livro (Holloway, 2017).

Esta frase inaugural de Marx expressa, na visão de Holloway, uma clara dissociação entre riqueza e mercadoria, no sentido de que não há uma equivalência natural entre os termos. São fenômenos e processos distintos. A questão central apontada pelo autor – que na verdade, é o grande problema da humanidade – é que a riqueza das sociedades, no capitalismo, está limitada, contida e retida na forma mercadoria. Ou seja, a mercadoria, enquanto forma, determina o conteúdo, a riqueza (Holloway, 2017). A dinâmica do capital e a lógica do valor naturaliza e força uma associação entre riqueza e mercadoria. Ou melhor, uma identidade entre riqueza e mercadoria.

Quando a lógica do valor ascende a posição de comando da sociedade capitalista, o humano é destituído e seus desejos e interesses são desprezados e deixados de lado. Esta inversão estrutural e fundante, onde há a

7 O trecho em negrito é de nossa responsabilidade.
8 Só para deixar registrado é literalmente a primeira frase do livro.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

primazia da mercadoria sobre o que é humano, foi precisamente capturada por Karl Marx: "com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*)" (Marx, 2004, p. 80). A forma valor e a forma mercadoria não são meros arranjos externos a vida e a própria subjetividade; elas penetram profundamente no tecido social e moldam indivíduos à sua imagem e semelhança. O resultado? A desumanização e sujeição do ser humano. As pessoas tornam-se cada vez mais egoístas, competitivas e individualistas.

Porém, a identidade entre riqueza e mercadoria, entre forma e conteúdo nunca é absoluta. Se a identidade fosse total não haveria possibilidade de luta e transformação. A riqueza transborda, pois não cabe totalmente na sua forma (Holloway, 2017). Sempre há um resíduo de resistência e de força subversiva. Esse enfoque anti-identitário permite a consideração de que se a riqueza existe como mercadoria, ela simultaneamente só existe como mercadoria porque existe como não-mercadoria. Essa é a nossa abertura para a luta: não se deixar reduzir à forma, não se deixar identificar. Esse movimento, que é teórico e prático, é o que Holloway busca empreender para revelar os antagonismos sociais (a luta) que estavam ocultos em cada categoria e em cada contradição[9] presente na obra *O Capital* de Karl Marx (Holloway, 2017).

Mas o que Karl Marx realmente entende por riqueza? Esse conceito estava claro e bem delimitado em sua obra? É um conceito relevante para o pensamento marxista e para o próprio Marx? Começamos a tentar situar essa resposta com uma passagem dos Grundrisse.

> (…) O que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerada pela troca universal?

9 John Holloway faz uma distinção entre contradição e antagonismo. Porém, é uma distinção relativa ao lugar em que ela se dá. Na dimensão da lógica ou na dimensão social (da existência humana). A contradição situa-se no nível das formas. Tem um caráter mais lógico. Exemplo, há contradições entre valor e valor de uso e entre trabalho concreto e trabalho abstrato. O antagonismo se realiza quando experimentamos no nosso cotidiano, à nível pessoal, essas contradições. Por isso, o autor se esforça em nos mostrar que devemos entender as contradições como antagonismos sociais, e que é somente nesse movimento que aprofundamos metodologicamente a dialética, e, nesse processo, conseguimos descortinar os processos de luta (de luta de classes) que estão embutidos e involucrados nas formas e nas contradições (Holloway, 2017).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> [O que é senão o] pleno desenvolvimento do domínio humano sobre as forças naturais, sobre as forças da assim chamada natureza, bem como sobre as forças de sua própria natureza? [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente, que faz dessa totalidade do desenvolvimento um fim em si mesmo, i.e., do desenvolvimento de todas as forças humanas enquanto tais, sem que sejam medidas por um padrão predeterminado? [O que é senão um desenvolvimento] em que o ser humano não se reproduz em uma determinabilidade, mas produz sua totalidade? Em que não procura permanecer como alguma coisa que deveio, mas é no movimento absoluto do devir? (Marx, p. 647, 2011).

A riqueza, na concepção de Marx, não se refere à acumulação de coisas, de objetos ou de propriedades, ou seja, à posse e o ajuntamento de mercadorias, mas trata-se de uma categoria que está para além (e ultrapassa) a materialidade imediata e vincula-se diretamente à atividade humana: sua criatividade, sua capacidade de se autodeterminar e ao desenvolvimento de todas as suas potencialidades. Ou seja, estamos falando do momento em que a humanidade do ser humano se realiza em toda a sua plenitude e extensão. Em toda a sua genericidade. A riqueza da humanidade é a sua vida genérica. E a vida genérica é o momento quando o fazer e a atividade produtiva se efetivam de forma totalmente livre, consciente e autônoma. Ou seja, quando há o encontro do ser humano com o seu ser genérico. Sobre isso, Marx assinala que

> a vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesmo aparece só como meio de vida (Marx, 2004 p. 84).

Ao assumirmos a tese lefebvriana da emancipação humana como, a partir e através da produção do espaço, estabelecemos como premissa que a plena realização da humanidade depende fundamentalmente da dimensão espacial. O espaço não atua simplesmente como palco para a emancipação humana – é seu próprio fator estruturante. Lefebvre nos convida a pensar a revolução comunista como um fenômeno-processo eminentemente espa-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cial, no sentido de que a humanidade só se completaria na apropriação total e integral do espaço (Lefebvre, 1991 e 2019). Em outras palavras, quando o ser genérico encontra no espaço, na produção do espaço, sua plena expressão. No grande xadrez da luta de classes, o espaço é peça decisiva para o destino da humanidade. Esse entendimento nos obriga a pensar no espaço como a principal e a grande riqueza da humanidade, no sentido de ser a única riqueza capaz de alterar radicalmente a forma coma a existência social se realiza materialmente.

Reconhecer o espaço como principal riqueza da humanidade significa compreender que o espaço dá forma à vida. Essa afirmação não pretende simplesmente sugerir que há vida no espaço e/ou que no espaço contém vida. Mas que é através/e a partir do espaço, da produção do espaço, que a vida se molda, se institui, se define e se possibilita. O espaço não é apenas uma base passiva sobre a qual a vida se desenrola ou palco para as relações sociais, mas é a própria condição material e simbólica para a existência do ser humano. Ou seja, somos seres espaciais por natureza e por essência. Nessa perspectiva, coadunamos com Carlos quando afirma que "(…) as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais (…)" (Carlos, 2011, p. 14). Essa posição desafia a concepção capitalista de riqueza que a reduz a mercadoria e a lógica do valor e nos intima e provoca a compreender a existência humana (e, consequentemente, a riqueza) de modo radical: não há sociabilidade descolada e sem relação com o espaço, e não há existência humana possível sem uma determinada espacialidade.

Em nossa proposição pretendemos ajustar, conjugar, recompor e remodelar o conceito de riqueza em Marx (recuperado por Holloway) a partir da concepção lefebvriana de espaço. A perspectiva espacial de Henri Lefebvre nos permite compreender e, com isso, potencializa, o reconhecimento da riqueza de modo mais significativo e relevante, pois o espaço não é um mero recurso e/ou somente a localização física de um dado fenômeno, é o lugar e o meio pelo qual todas as potencialidades humanas criativas e autodeterminadas podem florescer e se desenvolver de forma não alienada e não fetichizada.

Porém, no capitalismo o espaço capturado pela lógica da mercadoria, se realiza enquanto espaço abstrato, condicionando formas específicas de sociabilidade marcadas pela fragmentação e hierarquização social, pela alienação e por relações fetichizadas. O espaço abstrato enquanto expressão

CONSEQUÊNCIA EDITORA

material, simbólica e representacional da identidade entre espaço e mercadoria, enquadra, reduz e conforma a principal riqueza da humanidade – o espaço – à mercadoria. Há, nessa identificação, o domínio praticamente total do espaço abstrato sobre outras formas e lógicas produtoras de espaço. Assim, o espaço abstrato não é apenas um resultado dos processos capitalistas (produto), mas opera como meio e condição (produtor) das relações capitalistas, como uma engrenagem estruturante e fundamental para a reprodução da lógica do valor e para a manutenção da identidade entre riqueza e mercadoria. Este espaço abstrato, através da sua configuração espacial, das suas funcionalidades, simbologias e representações sociais nos induz, estimula e/ou impõe formas de agir, de sentir, de perceber e de produzir o espaço (as personificações sociais atribuídas a cada indivíduo, grupo, camada e classe social). Portanto, reforçam, estimulam e reproduzem relações sociais de produção capitalistas. A identidade entre espaço e mercadoria não se refere a uma simples retórica teórica, mas se manifesta como um elemento vivo da realidade que organiza e ordena o nosso cotidiano, determinando as possibilidades e as formas de existência social.

A identidade entre espaço e mercadoria e os processos de personificação resultantes dessa relação não podem se reduzir a consciência do indivíduo – como um resultado livre e consciente de cada pessoa – e nem se restringir somente ao campo da ideologia – como mecanismo de legitimação, justificação e normalização do espaço abstrato –, é um processo que está totalmente enraizado nas relações materiais de produção. Holloway sintetiza esse movimento com a posição de que o sistema capitalista "(…) é um sistema de identificação", ou seja, é necessário reconhecer a "(…) a acumulação de capital como um processo massivo de identificação" (Holloway, 2017, p. 135), e, simultaneamente, compreender, nesse processo, o papel central e inerente da produção do espaço como fator ativo na produção dessas identidades.

A produção do espaço capitalista – do espaço abstrato – força, compele e constrange uma identidade que não é natural entre o espaço (enquanto riqueza) e a mercadoria. Essa violência ocorre porque o espaço (na forma do espaço abstrato) é submetido a lógica das equivalências. O mecanismo da equivalência dá sentido e nexo lógico ao princípio da identidade. Sem equivalência não há identidade e é a identidade que garante a equivalência. Ambos dão sustentação racional a lógica formal.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Para que o espaço-mercadoria possa ser comprado e vendido (e até especulado como ativo financeiro), ou seja, para que dê sentido ao capital, ele precisa ser destituído e despojado de toda e qualquer particularidade e, simultaneamente, homogeneizado e transformado em algo mensurável (matematizável) e comparável (com unidade, coerência e coesão). Nessa perspectiva a lógica da equivalência opera enquanto um processo de realização social da abstração e da formalização da lógica da mercadoria (Nasser e Fumagali, 1996). Marx identificou esse processo quando descortinou a mercadoria no primeiro capítulo de *O Capital*. Ele nos mostra que

> esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias" (MARX, 2017a, p. 115).

A contradição entre valor de uso e valor de troca se expressa no espaço quando o espaço como valor de uso: um lugar que abriga nossas memórias, afetos, histórias e que permite e tem a capacidade de realizar a vida humana em toda a sua plenitude é sacrificado para dar lugar ao espaço como valor de troca: um lugar onde a materialidade torna-se apenas um receptáculo para abrigar o trabalho abstrato e para a realização do valor e do mais-valor.

Para ser mercadoria, inclusive o espaço, um objeto precisa ter utilidade social (valor de uso), que expressa suas características físicas e seu conteúdo material. Contudo, essa sua utilidade concreta torna-se secundária, porque o que realmente importa é a dimensão do valor. O corpo-mercadoria (corpo-espaço-mercadoria) transforma-se em um mero recipiente para a cristalização do trabalho abstrato (trabalho médio socialmente necessário). O valor de troca, como expressão do valor, equipara (torna equivalente) produtos com características e utilidades distintas, viabilizando assim a troca. Marx demonstra que a mercadoria estabelece a primeira cadeia de equivalências no capitalismo. Na troca, a mercadoria A (forma relativa) expressa seu valor no valor de uso da mercadoria B (forma equivalente). Enquanto A manifesta seu valor em algo diferente de si, B tem seu corpo-mercadoria transformado em expressão de valor. Este processo oculta as relações so-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ciais subjacentes, pois o produtor de B não produz propriedades físicas específicas, mas um corpo capaz de reconhecer valor como massa indiferenciada de trabalho (Marx, 2017). O caráter místico e fantasmagórico dessa dinâmica está no ocultamento das relações sociais. A lógica da equivalência reduz os trabalhos concretos e os distintos fazeres (reduz a qualidade na quantidade) em uma única expressão e medida: o trabalho abstrato.

Fica evidente que a realização da troca no capitalismo tem como fundamento o processo de formação das equivalências. O ato da troca constitui um ato de poder e violência, pois transforma os não-equivalentes em equivalentes (Nasser e Fumagali, 1996). As heterogeneidades, as diferenças qualitativas e os valores de uso são diminuídos, ocultados, suprimidos e abstraídos pela força homogeneizadora da mercadoria. Na sociedade capitalista, as relações sociais se efetivam como relações de troca, tendo a forma mercadoria como principal mediador social. Essas relações carregam enorme potencial conflitivo, gerando instabilidade e crises. É precisamente nessa dinâmica contraditória que devemos compreender como tais processos se materializam na produção do espaço.

Perenidade e transitoriedade: valor e antivalor na produção do espaço

A questão central que se coloca diante de qualquer projeto revolucionário é compreender como a espacialidade capitalista se perpetua, se reproduz e resiste transformações mais profundas e radicais. Henri Lefebvre nos oferece um ponto fundamental sobre essa questão: se não há a criação de novas formas e se não há a produção de outro/novo espaço, não há movimento ao comunismo (Lefebvre, 1991). Esse apontamento demonstra e revela o lugar da problemática espacial na luta anticapitalista.

A persistência das formas espaciais capitalistas não é um fator insignificante e nem isolado, mas é um elemento estrutural do ordenamento capitalista. Milton Santos demonstra que "o modo como o espaço se organiza não é somente o resultado de uma escolha política e econômica. Ele se torna posteriormente um elemento fundamental da reprodução das relações econômicas e sociais (…)" (Santos, 2003, p. 158). Essas configurações espaciais pretéritas convertem-se não apenas em impedimentos consideráveis à mudança de regime e/ou sistema societário, mas constituem igualmente

CONSEQUÊNCIA EDITORA

em estruturas centrais de dominação social. Através do espaço construído – suas morfologias e arranjos espaciais – materializam-se os valores, signos, símbolos e representações da sociedade capitalista. O espaço, para além de abrigar uma dada função econômica e política e um conteúdo social, ele colabora, reforça, induz e cria personificações sociais e, simultaneamente, reproduz as relações sociais de produção. Nessa perspectiva, "um regime político-econômico novo herda estas taras. Ele só chegará a eliminá-las se modificar o pano de fundo espacial de suas novas concepções a respeito da ordem social" (Santos, 2003, p. 158).

Milton Santos nos oferece uma outra reflexão importante. O seu conceito de rugosidade é uma importante chave interpretativa para compreender essas persistências espaciais do passado. Definidas como "(…) ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares" (Santos, 1996, p. 113), as rugosidades representam "(…) o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço" (Santos, 2002, p. 173). São, portanto, "(…) o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo" (Santos, 2002, p. 173). Contudo, nossa reflexão sobre rugosidade visa ampliar o uso corriqueiro e mais banal que associa o conceito a meros vestígios históricos. As rugosidades funcionam como estruturas espaciais de dominação e coerção ativas, que condicionam, limitam e bloqueiam as possibilidades de transformação social e operam, ao mesmo tempo, como veículos de determinadas relações sociais.

A força dessa herança espacial manifesta-se de forma concreta no cotidiano: "o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos" (Santos, 2002, p. 172). O espaço expressa através da sua materialidade uma determinada configuração espacial – o que Henri Lefebvre intitula de design espacial e/ou textura do espaço (Lefebvre, 1991). Por exemplo, "a casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos (…) que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social" (Santos, 2002, p. 172). Essa materialidade do espaço permite uma certa durabilidade temporal (geralmente de longa duração) de um dado sistema societário. O que

CONSEQUÊNCIA EDITORA

acontece é que essa perenidade do espaço não se refere (não que isso não seja um ponto importante) a durabilidade em si dos materiais e recursos utilizados em cada construção. Essa perenidade garante que determinadas características do modo de produção que a produziu se perpetuem ao longo do tempo e garantam sua continuidade histórica, impondo para toda a sociedade uma experiência espacial específica, reproduzindo determinadas relações de produção.

A espacialidade capitalista coagula trabalho morto passado, transformando esse espaço na condição material fundante e estruturante para os novos momentos do desenvolvimento histórico. Como Santos observa, esse "(…) trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer" (Santos, 1996, p. 113), estabelecendo ritmos, padrões, momentos, condutas e relações sociais que normatizam e legitimam a lógica do valor. O desafio revolucionário torna-se ainda mais complexo quando consideramos que a luta política revolucionária deve ter que lidar com a herança espacial capitalista. Santos esclarece que "quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se" (Santos, 2002, p. 174). Isso significa que a revolução não pode simplesmente ignorar as condições espaciais preexistentes. É precisamente nessa condição de perenidade do espaço que reside um dos maiores desafios para a emancipação humana e para a política radical. Porém, como veremos mais adiante, essa perenidade é sempre relativa.

David Harvey, com o objetivo de entender o funcionamento da produção do valor e da valorização do capital a partir da produção do espaço, estabelece uma relação interessante e importante para refletir sobre a espacialidade das contradições da dinâmica do capital e o potencial emancipador que emerge desse cenário. Inspirado pela teoria do valor de Marx, Harvey estabelece uma dialética entre valor e antivalor. Para ele o valor só existe em relação e em contraposição ao antivalor, revelando que a negatividade constitui elemento inerente ao próprio movimento do capital. Na verdade, o antivalor representa a negação da identidade entre riqueza e mercadoria, ou seja, é a própria anti-identidade intrínseca aos processos econômicos, políticos e sociais no contexto produtivo do próprio capitalismo.

O movimento constante e ininterrupto de valorização do capital em busca de sua valorização encontra obstáculos em momentos de estagna-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ção, latência e imobilidade do próprio capital. Nesse contexto, o capital não opera como capital – torna-se capital negado – é antivalor (Harvey, 2018). Exemplos dessa condição específica incluem "(…) Um produto à espera de ser vendido, uma mercadoria circulando nas mãos de capitalistas comerciais ou dinheiro à espera de ser transferido ou reinvestido" (Harvey, 2018, p. 81). Esses momentos de predominância da lógica do antivalor representam ameaças constantes ao processo de valorização, exigindo combate sistemático pelos capitalistas para evitar as crises, os momentos de fragilidade e as aberturas políticas para contestações sociais. Como observa Harvey: a burguesia precisa sistematicamente se mobilizar para produzir valor e, simultaneamente, lutar contra o antivalor (Harvey, 2018), em outras palavras, necessita constantemente desenvolver estratégias e/ou mediações para tentar reforçar os – já frágeis – laços de identidade entre riqueza e mercadoria. Há uma incapacidade "natural", inerente e estrutural do mercado em submeter todos os componentes sociais e naturais que dão sentido à vida e que formam e fundamentam as bases daquilo que compõe a riqueza da humanidade à mercadoria. Por isso que o processo de identificação opera de forma extremamente opressiva e violenta.

A dimensão espacial revela-se como campo privilegiado para compreender essa dialética. A produção do espaço constitui o momento em que o antivalor e o valor se manifestam de forma mais evidente no atual momento histórico do capitalismo. Essa centralidade deriva da necessidade do capital de construir espaço tanto para acumular capital quanto para reproduzir as relações de produção. A perenidade das formas espaciais (sua imobilidade) expressa um momento histórico específico do capital (um dado regime de acumulação, por exemplo). Essa espacialidade possibilita a valorização e a realização do mais-valor em conjunturas históricas específicas, mas, ao mesmo tempo, pode representar riscos e potenciais momentos de crise. É necessário explicar esse apontamento a partir da própria circulação do capital através da produção do espaço. Em uma primeira abordagem, o espaço que possibilitou acumulação em uma determinada temporalidade é o mesmo que, em regimes de acumulação futuros limita e impede as novas condições de valorização. Produzindo crises. Segundo, a imobilização do capital no espaço, para um determinado empreendimento ou operação financeira sempre é capital imobilizado. Essa situação de imobilidade do capital independentemente sempre constitui um momento para o estabeleci-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mento do antivalor e uma possibilidade de risco para a formação de crises.

Essa problemática conecta-se diretamente à contradição entre capital fixo e capital circulante. Harvey pontua que o capital apresenta natureza fluida, necessitando movimentar-se constante para se realizar. Para identificar-se através da produção do espaço. Para realizar o valor. Paradoxalmente, para circular, a imobilidade torna-se elemento essencial. Esse movimento dialético entre fluidez e fixidez – entre identificação e desidentificação / entre valor e antivalor – realiza-se através da produção do espaço, processo no qual o capital se reestrutura sistematicamente, superando entraves a sua valorização, e, com isso, superando, inclusive, os limites criados pelo próprio capital fixo (espaço construído), retornando sucessivamente à condição de capital circulante (HARVEY, 2014). Porém, se nesse movimento do capital, por algum motivo há uma falha e uma determinada parcela do espaço deixa de realizar a fruição do valor, esse capital não se valoriza e nós temos uma trava no ciclo expandido de acumulação. Quando esse cenário se desloca e abarca um único setor produtivo e/ou se expande para vários ramos da economia nós temos, possivelmente, um ambiente de crise. O espaço – que em momento anterior funcionou como facilitador para a circulação do capital e para a realização do valor, em um outro momento histórico, esse mesmo espaço, emperra o ciclo do capital travando a acumulação. O antivalor se instaura e há um ruído (talvez uma quebra) na identidade entre espaço-riqueza e a mercadoria.

Tal dinâmica revela como o espaço desempenha duplo papel: de estímulo e de obstáculo a acumulação de capital, explicitando a natureza contraditória da produção espacial no capitalismo. A (suposta) perenidade da espacialidade capitalista se mostra não tão persistente (e resistente) assim. A transitoriedade também é sua marca. A necessidade de superar o antivalor – ampliando e acelerando os ciclos de rotação do capital, superando as crises (cada vez mais) periódicas do capitalismo e até modificando os regimes de acumulação – o espaço anterior é refuncionalizado e/ou ressimbolizado e/ou reconfigurado e/ou transformado para atender as novas exigências para a realização do valor. Portanto, é imperativo para a reprodutibilidade do capitalismo buscar (e forçar) a identificação através da produção do espaço. Nesse contexto, as transições históricas se efetivam e o espaço faz a passagem (e a transição) de um momento da história para outro, de um regime de acumulação para outro e/ou de um modo de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

produção para outro. O perene e o transitório são elementos fundantes da produção do espaço e sua natureza é contraditória. A perenidade do espaço garante estabilidade (sempre provisória) porque é através da produção do espaço que as condições materiais de uma determinada sociedade se estruturam. Já a transitoriedade do espaço é a dimensão da mudança. É a dimensão que revela o caráter dinâmico, processual e histórico da produção do espaço.

Entretanto, como nossa projeção aponta para a revolução comunista, a lógica da transitoriedade do espaço se enquadra no espectro temporal da longa duração. Para a transição espacial do capitalismo para o comunismo se materializar e poder se efetivar, a transitoriedade se transforma em (ou opera como) negatividade. Mas uma negatividade radical e profunda (para além dos circuitos do capital – da dialética valor e antivalor). É quando o antivalor e o não valor se encontram na produção do espaço. Transformando o espaço, a produção do espaço, no fator disruptivo (negativo) da realidade.

O lugar da negatividade na produção do espaço: do não valor ao antivalor e do antivalor ao não valor

Para pensarmos na dimensão espacial da revolução, no sentido lefebvriano, é necessário reivindicar toda a radicalidade do potencial revolucionário do espaço. As considerações de Harvey acerca da espacialidade das contradições entre valor e antivalor, por mais potentes e promissoras que sejam, não garantem que se atinja esse horizonte político e teórico e correm o risco de permanecer circunscritas à lógica da identidade (a lógica formal). É claro que reconhecemos, como Harvey, que o antivalor pode gerar aberturas para a luta política e para a contestação social, mas como o antivalor é uma contradição produzida pelo próprio processo de valorização do valor, ele está delimitado pelas formas sociais do capital. Nesse caso, as lutas de classe que se desenvolvem a partir desse contexto ainda podem estar aprisionadas pelo progressismo, pela mercadoria e pela lógica da identidade. Mesmo se essa mobilização social tiver sucesso nas demandas e, por exemplo, conseguir regular e impor algum tipo de limite à acumulação de capital, os pilares e os fundamentos do capitalismo continuam sendo reproduzidos,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

legitimados e fortalecidos: o mercado e o Estado; as relações de trabalho assalariadas; a propriedade privada etc.

Essa perspectiva de luta de classes se associa ao que na Geografia chamamos de lutas no espaço. Essa ideia se refere ao conjunto de lutas, movimentos e reivindicações que se encontram submetidas ao ordenamento político e jurídico do Estado e, geralmente, subordinadas às práticas e mecanismos do mercado, evidenciando limites claros para a transformação social e revelando uma imaginação espacial que reduz o espaço a uma simples plataforma e a um substrato inerte, passivo e sem conteúdo, aonde a intervenção Estatal e do capital garantiriam, supostamente, o uso mais racional, otimizado e planejado.

Nesse contexto, podemos verificar alguns desdobramentos: essa espacialidade converte-se no local onde os objetos e produtos elaborados na perspectiva da racionalidade econômica se encontram localizados, concentrados e ordenados e, por isso, é também o local onde a divisão do trabalho se concretiza. Essa concepção de espaço atua para a reprodução da força de trabalho (visando o consumo) e, simultaneamente, para a reprodução dos meios de produção. Estamos nos referindo especificamente à produção dos objetos no espaço e não à produção do espaço propriamente dita.

É precisamente dessa espacialidade que se utilizam os capitalistas e o próprio Estado. Por suas características de mensurabilidade matemática, delimitação clara, possibilidade de classificação, hierarquização e controle, serve aos interesses do mercado e do poder estatal. Isto é, o espaço-riqueza está totalmente submetido aos princípios da lógica formal e a forma mercadoria. É o espaço dos negócios, do dinheiro, das finanças, das empresas e do aparelho estatal. É o espaço abstrato.

Nossa existência e o lugar onde a luta política ocorre está situado no contexto da produção das identidades (da lógica formal) e da imposição do espaço abstrato (vivemos impetrados sob as formas sociais produzidas no capitalismo). Nesse cenário, as lutas no espaço são importantes, mas é necessário transpassar – incorporando as lutas no espaço – para as lutas pelo espaço. Transformar o antivalor – nas ocupações, nos movimentos sociais e em todas as formas de contestação à lógica do capital – em resistência ativa e não só ser o lugar onde o valor está ausente pelas contradições inerentes ao processo de valorização, mas de ter o poder de ser sua negação determinada, que aponta para o futuro. Para isso, é necessário incorporar um outro

CONSEQUÊNCIA EDITORA

termo ao binômio valor e antivalor e transformá-lo em uma tríade dialética: valor, antivalor e não valor.

Quando Harvey afirma que "o antivalor que surge de panes e falhas técnicas na circulação do capital se metamorfoseia em antivalor ativo de resistência política à privatização e à mercadorização" (Harvey, 2018, p. 83) e "(…) o antivalor constitui o solo subterrâneo no qual o anticapitalismo pode florescer, tanto na teoria quanto na prática" (Harvey, 2018, p. 84), ele está reconhecendo que as possibilidades revolucionárias se originam da própria contradição entre valor e antivalor. As fraturas e brechas expostas pelo próprio movimento do capital criam condições objetivas para a resistência e para a luta política e devem ser aproveitadas por nós. Mas para que essas fissuras se tornem enormes rachaduras, o elemento do não valor é fator determinante. O não valor refere-se a todo o fazer humana que não está enredado pela lógica formal e que não se identifica com a mercadoria. São todas as comunidades, coletivos, organizações e movimentos sociais que escapam e/ou não são determinados pela lógica da valorização. O valor de uso, o trabalho cooperativo, a autogestão e a autodeterminação são seus pilares constitutivos. Na dialética entre valor, antivalor e não valor as tensões estabelecidas pelo não valor em relação aos outros termos, principalmente em relação ao antivalor, é que oferece as reais possibilidades de superação da lógica do capital. É como se o não valor animasse o antivalor no sentido da não-identidade e permitisse projetar o horizonte comunista. Portanto, para o antivalor funcionar como negação ativa do valor – na construção de alternativas ao capital – ele precisaria estar em contradição permanente com o não valor. Isso ocorre porque o não valor não é simplesmente a negação do valor, mas é também a sua superação positiva. Trabalha na lógica da criação de novas formas de socialidade que prefiguram, potencialmente, uma sociedade para além do capital. A sociedade comunista. Nessa perspectiva, concordamos com o Harvey de que o antivalor pode funcionar sim como um prelúdio para a revolução, evidenciando a produção do espaço como um campo estratégico para a transformação social e para a luta anti-identitária.

No contexto da produção do espaço Harvey associa o momento de repouso do capital no espaço – por exemplo, no processo de construção de alguma infraestrutura o empreendimento imobiliário – como antivalor. Nessa situação o capital se encontra alocado e parado em um determinado

CONSEQUÊNCIA EDITORA

espaço. Ou seja, ele não está se reproduzindo. Não está realizando o valor. É capital negado. É exatamente nesse momento que o autor identifica o caráter disruptivo e negativo do espaço (Harvey, 2018). Porém, o perigo é grande. Corremos o risco de ainda nos movimentarmos politicamente no cenário da lógica da identidade e do espaço abstrato. O caráter disruptivo do espaço – a sua negatividade imanente – existe porque o espaço é uma força produtiva (Lefebvre, 1991 e 2008). A partir da produção do espaço podemos criar novas (outras) configurações espaciais (criação de outras perenidades) com a capacidade de negar a espacialidade preexistente e permitir a transição de um modo de produção para outro.

Alçar o espaço à condição de força produtiva reconhece no espaço o elemento central para a reprodução da sociedade. É a partir e através da produção do espaço que se dá a reprodução das relações sociais de produção. Por exemplo, o espaço como força produtiva entra em contradição com as relações de produção capitalistas. Nessa perspectiva, a lógica da propriedade privada e pública do espaço impede que o espaço seja produzido de forma a atender todas as satisfações, necessidades e desejos do ser humano. Produzir o espaço capitalista reforça a identificação do mundo com a mercadoria, reproduz uma existência alienada e fetichizada e impede a realização da vida genérica. Essa contradição nos mostra que a produção do espaço não tem só a capacidade de reproduzir as relações sociais de produção já existentes, ela também tem o poder e a possibilidade de criar e produzir novas relações sociais (o espaço como não valor). Em outros termos, tem a capacidade e a potencialidade de transformar a realidade. Por isso que a luta anti-identitária – o processo de desidentificação da mercadoria – só poderia se efetivar plenamente através e como luta pelo espaço. Porque é somente através da produção do espaço que podemos criar novas (outras) relações sociais, portanto uma socialidade onde o ser humano se conecta com a sua humanidade. É somente nesse contexto que novas (outras) subjetividade são instituídas e constituídas. Uma subjetividade não identificada com a mercadoria.

As contradições entre valor, antivalor e não valor reforçam a ideia da impossibilidade de identificação plena entre a riqueza e a mercadoria. Entre o espaço e a mercadoria. Sobre esse ponto Holloway desenvolve a ideia de que a crise do capital somos nós. É a humanidade e sua riqueza. É o valor de uso, o trabalho concreto e as forças produtivas (Holloway, 2017). Alinhando Holloway com Lefebvre, poderíamos concluir que a crise do capital é o espaço.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

As lutas pelo espaço precisam situar suas dinâmicas, práticas e possibilidades de ação para superar a forma valor nos interstícios das tensões entre antivalor e não valor. É necessário forçar as fissuras das contradições já existentes (produzidas pelo próprio fluxo do capital) e criar novas fraturas e contradições a partir de espacialidades alternativas e diferenciais. A ideia é fragilizar e abalar em várias frentes de ataque os pilares de sustentação da forma mercadoria. Para isso, é necessário enfraquecer o mercado intervindo diretamente na circulação de capital dando nonos sentidos aos espaços já existentes. Ocupações de fábricas, greves, motins, piquetes, manifestações de rua etc. Dificultando, limitando e/ou impedindo o deslocamento do capital, criando nós, impedindo e/ou retardando seus fluxos. Criando pontos e momentos de antivalor. De resistência a todas as formas de privatização e mercadificação. Somado a esse movimento, como uma outra camada de ação que se sobreporá dialeticamente a anterior, é necessário caminhar na produção de novas (outras) espacialidades. Produzir espaços com capacidade para negar o espaço abstrato e, ao mesmo tempo, projetar o espaço comunista (espaço como não valor).

Essas duas estratégias espaciais de ação precisam trabalhar em conjunto e se retroalimentando dialeticamente. A política espacial emancipatória e radical precisa criar instabilidades e constrangimentos para as forças do mercado e para o Estado dificultando a própria realização do valor e do mais-valor, agravando as contradições nas próprias operações do capital e através da criação de novas formas-conteúdo. A produção do espaço como negatividade – como resistência ao valor e como um projeto alternativo para o valor (alterando sua finalidade, funcionalidade, conteúdo e forma) – demonstra a centralidade das lutas pelo espaço como movimento de desidentificação do mundo em relação a forma mercadoria. O comunismo se desenvolve nesse processo e envolve um outro projeto. Um outro projeto de espaço para uma outra forma de viver e existir.

Considerações finais

É muito comum ouvirmos pessoas do próprio campo da esquerda fazerem críticas a vida sob o capitalismo contrapondo as ideias do ter e do ser. A frase típica é mais ou menos a seguinte: o ter é mais importante do que o ser.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

No capitalismo a partir das personificações que foram (e ainda são) criadas as pessoas se preocupam muito mais em acumular objetos e bens (sentido de riqueza para a forma mercadoria) do que se importam com aquilo que elas são enquanto pessoas e indivíduos (sua essência, sua moral e seus valores). Esse tipo de argumentação já virou uma máxima do senso comum do campo progressista. E ela parecia fazer sentido. Faz uma crítica ao mundo da mercadoria e ressalta a importância de ter bons valores humanos e de se identificar com eles enquanto ser humano.

De forma rápida e superficial a crítica mais banal que podemos fazer para esse entendimento é o fato de que essa abordagem foca muito no indivíduo. E não necessariamente na coletividade que o forma. Em alguma perspectiva, esse pensamento tem um corte liberal. Porém, Holloway faz uma crítica muito profunda e subverte completamente essa ótica. Não a favor do ter, é lógico. Mas estabelecendo uma dura crítica a noção do ser e o que ela representa para a luta anticapitalista. Primeiro ele transforma a relação do ter com o ser na relação entre o ser e o fazer. Em seguida ele afirma que o pensamento identitário provoca um deslocamento do verbo fazer para o verbo ser sobrepondo o ser ao fazer. O sentido dessa posição é literalmente suprimir o fazer. É negar e apagar o caráter ativo dos seres humanos. É negar a apagar o que nos define enquanto humanos (Holloway, 2017). É no fazer, na atividade prática e no processo de trabalho que o ser humano se constitui enquanto humano. Como já dizia Marx, o processo de trabalho é o momento em que a relação sociedade e natureza transforma-se mutuamente. A atividade prática do ser humano mediada pelo trabalho, ao mesmo tempo em que modifica a natureza para atender aos desejos e necessidades dessa sociedade também modifica a sua própria natureza. O ser humano se humaniza humanizando a natureza (Marx, 2017).

É somente no fazer que nos tornamos sujeitos históricos e que constituímos nossa subjetividade humana. Nos tornamos seres práticos e sociais. Mas sabemos que sob o capitalismo através do processo de identificação da nossa riqueza ao mundo da mercadoria há um processo de alienação do nosso fazer e da nossa subjetividade. E passamos a dar preferência ao ser: sou homem, sou brasileiro, sou trabalhador etc. (Holloway, 2017). Nos deixar determinar pelo ser é nos acomodar aos papeis sociais que nos foram atribuídos pelo sistema, é nos deixar classificar e hierarquizar e é reconhecer a identidade entre riqueza e a mercadoria. Portanto, precisamos criar

CONSEQUÊNCIA EDITORA

uma outra forma de existência social para a riqueza. A única riqueza capaz de dar respostas concretas possíveis para essa problemática é o espaço. O espaço como única riqueza capaz de induzir, estimular, reproduzir novas (outras) relações sociais é a única dimensão social potencialmente capaz de desidentificar o mundo e restituir os laços do fazer cindidos pela alienação e pela fetichização. Quando o espaço produzido por uma dada sociedade for o resultado direto de um fazer (de uma atividade prática) efetivamente livre, autônomo e desejante (individualmente e coletivamente), podemos, talvez, afirmar que a genericidade da vida está em processo de constituir-se.

Referências

CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A., ALVES, G. e PADUA, R. F. de. (orgs.) *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 33-62.

HARVEY, D. *A loucura da razão econômica*: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018. 223p.

HARVEY, D. *Para entender O capital*. Livro II e III. São Paulo: Boitempo, 2014. 385p.

HOLLOWAY, J. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003. 330p.

HOLLOWAY, J. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013. 272p.

HOLLOWAY, J. *Una lectura antiidentitaria de El capital*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta; Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades "Alfonso Vélez Pliego"/Dirección de Fomento Editorial, 2017. 272p.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2019. p. 212.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 190p.

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. *In*: FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. S. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 186-212.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1991. p. 454.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. 596p.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 788.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 175.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017. 894p.

NASSER, A. C. A. e FUMAGALI, M. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1996. p. 25-37.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 308p.

SANTOS, M. Espaço e dominação: uma abordagem marxista, In: SANTOS, M.; tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. *Economia espacial*: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 137-164.

SANTOS, M. *Por uma Geografia nova*: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 285p.

SANTOS, T. A. dos. A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da ação política. *In*: COSTA, G. M e COSTA, H. S. de M. e MONTE-MÓR, R. L. de MELO (orgs.). *Teorias e práticas urbanas*: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 169-192.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 22

Valor-anti-valor-uso e a reprodução contraditória do espaço urbano

Ana Fani Alessandri Carlos

A reflexão apresentada no capítulo a seguir objetiva responder o desafio proposto da **relação entre a teoria do valor e a produção do espaço**, a partir da tríade valor, antivalor e não-valor, visando pensar o papel negativo e disruptivo da produção do espaço no/para o desenvolvimento de uma outra sociedade.

Do meu ponto de vista, essa proposta acrescenta algo importante no debate sobre a teoria do valor na medida em que aponta para o papel da produção do espaço como condição, meio e produto da (re)produção das relações capitalistas de produção definidoras da acumulação continuada do capital. Por outro lado, imerso em relações sociais específicas o cotidiano submerso na sociabilidade capitalista pode ser considerado como criação da ampliação desse movimento de acumulação.

A compreensão do espaço, como produção social, se situa no movimento da história que transforma a natureza em mundo social – dando centralidade ao conceito de produção em seu duplo sentido; produção de mercadorias, produção da vida articuladas na totalidade social das relações sociais produtoras do mundo social como momento da produção da humanidade (e do homem) no movimento contraditório humanização-desumanização. Este movimento tem como ponto de partida a relação com a natureza. As atividades e ações humanas constitutivas da vida, encerram, em sua natureza, um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço – tempo determinado que é aquele da reprodução da sociedade. Nesse processo, a produção do espaço se realiza como condição-meio e produto

CONSEQUÊNCIA EDITORA

da reprodução das relações sociais de produção no sentido amplo, de produção da humanidade do homem, revelando o sentido da prática social como espaço-temporal (Carlos, 1991).

Nesse movimento se distinguem o sujeito produtor (a sociedade) e o espaço socialmente produzido (objeto) pela mediação do processo de trabalho social envolvendo a dialética entre produção do capital-produção do espaço.

O espaço social como condição-meio e produto revela a contradição fundamental da produção do espaço: sua produção é social, mas sua apropriação é privada (exercida pela mediação da propriedade privada). Esta contradição está no fundamento da desigualdade social vivida espacialmente definida por uma morfologia sócio-espacial estratificada que ganha a forma da segregação urbana. Nesse contesto, a cidade é vivida como exterioridade atualizando os conteúdos da alienação.

Essa contradição atravessa a produção capitalista do espaço exigindo de um lado a manutenção dos seus fundamentos (concentração de riqueza e poder numa classe, propriedade privada) e de outro sua renovação continuada acompanhando o processo de acumulação de modo a superar as crises internas entorno da tendência a queda da taxa de lucro colocando a necessidade de expansão do investimento continuadamente para novos setores da economia sustentada por novos acordos econômicos-políticos que se realizam contra o social.

Como consequência do processo de produção capitalista, o espaço se traduz na tríade homogêneo (por sua condição de mercadoria tornando todos os espaços intercambiáveis entre si, bem como pela ação do Estado que totaliza as ações sociais) fragmentado pela propriedade que torna cada pedaço do espaço intercambiável e hierarquizado pela justaposição das normas e das condições impostas pela realização do processo de valorização no seio da produção e das pessoas no espaço, decorrente da distribuição da riqueza socialmente produzida. Portanto a justaposição entre morfologia social-morfologia espacial que aparece sob a forma da segregação socio-espacial(Carlos, 2021).

Nesse sentido o movimento do pensamento colocaria, a meu ver, como terceiro termo o "uso" desdobrado da contradição valor-antivalor, diferente da proposta do "não-valor".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

1. Processo de acumulação-produção do espaço lida através da rotação do ciclo do capital

A contradição valor-antivalor se localiza no movimento do processo de produção do capital lido através do ciclo de rotação do capital segundo apontado por Marx na obra O capital, onde o autor se debruça na compreensão desse movimento através da análise da rotação de um capital individual. Necessário lembrar que o desenvolvimento do raciocínio demanda pensar também que há articulação-justaposição-dissociação entre capitais individuais com o capital em sua totalidade. Significa também a impossibilidade de separar cada momento do ciclo de rotação do capital, na medida em que há justaposição-diferenciação de momentos de acordo com as mercadorias a serem produzidas. Em relação à produção do espaço o problema é o mesmo, os eventos não se dissociam, mas entrelaçam-se, justapõem-se, são contínuos-descontínuos, articulados-desarticulados, todavia se sintetizam numa totalidade aberta e contraditória. Parafraseando Borges na reprodução do espaço conectam-se todos os lugares e os tempos da ação sem que possamos distingui-los, a não ser pela análise, sem esquecer os riscos.

Ao longo do livro *O capital*, Marx define o capital, inicialmente, como uma relação social. Essa consideração supera a compreensão que localiza o processo de valorização unicamente no plano da economia política para localizá-lo no plano do movimento constitutivo da sociedade. Mas também ao longo da obra capital **se conceitua como circulante**. O que significa dizer que, para Marx o capital como circulante, indica que sem movimento não há processo de valorização envolvendo a totalidade do processo. Esse articula os momentos de produção/circulação/distribuição e troca, traduzido pelo movimento de rotação do capital. Interessante observar que se observa no primeiro parágrafo da obra de Marx a riqueza aparece como "um imenso arsenal de mercadorias", no tomo 3, a riqueza se define pela possibilidade, sempre ampliada, do movimento de sua própria produção. Portanto do ciclo de rotação em movimento do capital (quadro síntese no final do capítulo).

A análise do ciclo de rotação do capital aponta os momentos/ações da produção através de um conjunto de momentos/movimentos que "entram em relação dialética uns com os outros". Este movimento reúne-articulando diferentes escalas espaciais (diferenciações sócio-espaciais em suas especi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ficidades) e períodos de tempos entre trabalho morto trabalho presente em ação no processo de produção. Esse movimento articula simultaneidade/continuidade no espaço e no tempo.

O ciclo de rotação de capital é composto por dois espaços-tempos de circulação e um de produção. O sentido do movimento é aquele da passagem de uma forma do capital a uma outra e nessa metamorfose as fases se sucedem num movimento linear e simultâneo que qualifico como espaço-temporal. Para cada fase encontra-se a exigência de um espaço produzindo e para cada passagem uma determinação rítmica. Continuidade-simultaneidade no espaço e no tempo condensam esse processo. Significa dizer que a rotação não pode ser interrompida sob o risco da desvalorização do capital.

Nesse nível a cidade é condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração espacial que aparece como justaposição de unidades produtivas formando uma cadeia interligada (em função da articulação e necessidades do processo produtor de mais-valia, através da correlação entre os capitais individuais e a circulação geral) integrando os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado, bem como, a reunião de mão de obra. Este desenvolvimento tem potencializado a aglomeração urbana enquanto exigência técnica decorrente ora do gigantismo das unidades produtivas, ora da constituição de unidades complexas, ora como exigência da "reconversão" industrial[1] apoiada pela formação do capital financeiro que comanda as operações sob o crescente processo da internacionalização do capital e mundialização das trocas num espaço contraditório organizando-se através da contradição centro-periferia (em suas várias escalas).

1.1 O primeiro momento de circulação do ciclo do capital envolve várias condições dando à produção do espaço um caráter produtivo**.** Isto é, ela orienta-se à produção das condições de realização do ciclo de rotação do capital estruturado sobre a concentração da propriedade privada da riqueza e do poder numa sociedade diferenciada em classes. Esse fundamen-

1 As mudanças no processo produtivo redimensionam o tamanho e a localização das fábricas, separam espacialmente o processo produtivo do escritório central e transformam a divisão do trabalho na fábrica, gerando uma nova divisão do trabalho através do processo de desintegração horizontal.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

to, classe/propriedade e poder concentrados, redefinidos, acompanham o desenvolvimento do capitalismo e pressupõe/criando uma aglomeração e um mercado (mercadoria, força de trabalho, capital acumulado sob a forma de dinheiro). A existência de circuitos da mercadoria articula elementos que aparecem separados: mercado de trabalho, mercado de matérias primas/auxiliares, mercado de capitais, crédito, mercado de terras etc. Em sua articulação complexa pressupõe a criação de redes de transporte de vários tipos. A cidade se produz como centralidade-simultaneidade, e como capital fixo na primeira fase do ciclo como condição de sua realização.

Como centralidade, a cidade reúne centros de conhecimento e tecnologia /maquinaria, entrepostos, aeroportos, bem como de um sistema de crédito, aglomeração de bancos, postos de comercialização e serviços etc. A exigência de concessões para viabilizar a localização de empresas e fábricas em lugares definidos do território aciona o Estado. Este também atua produzindo a infraestrutura como condição necessária da nova produção bem como ligando o produto do ciclo anterior. Necessário lembrar que essa ingestão de investimento no espaço se realiza com dinheiro público, pois se trata da construção de equipamentos que serão usados pelos capitalistas como um todo.

Mas a ação do Estado como condição à nova produção articula a centralidade econômica e poder de decisão regulando a) a o mercado da força de trabalho – normatizando a jornada de trabalho, bem como os salários; b) estabelece as normas dos contratos; c) cria normas de produção; d) regulariza a propriedade do solo urbano de modo a não onerar as localizações industriais; e) hierarquiza os lugares da cidade através de políticas públicas de orientação do orçamento público com as concessões de benefícios direcionadas à produção segundo as necessidades do crescimento. Da criação de infraestrutura de saúde, educação lazer que mitigam os custos da força de trabalho sob a forma de salário, transferindo para a sociedade parte dos custos da força de trabalho para o capital as políticas públicas de incentivo à produção orientam investimentos, bem como a produção da habitação da força de trabalho real ou potencial. A existência do mercado de trabalho, em sua forma clássica, ilumina contraditoriamente a relação do trabalho com o capital, mediada pelo contrato que pressupõe dar a forma de igualdade a uma relação desigual. É o reino da propriedade privada em suas várias formas. Portanto a **condição** da produção cria uma relação direita

CONSEQUÊNCIA EDITORA

com os meios que permitam a aglomeração/reunião (que se realizam como a **mediação** entre momentos) necessária à produção, **produzindo** um espaço e de um tempo – como condição necessária a realização do seu ciclo de rotação.

Esse movimento produz a urbanização que aparece como momento estratégico da reprodução do capital, o que significa que o lugar da fábrica se articula a outros lugares interligando-os ou excluindo-os, através da rede de fluxos de todos os tipos. Significa dizer que esse processo não só da construção de um espaço material, mas, um espaço social movido pelas condições necessárias à produção do capital.

As condições para a produção são atravessadas pela ação do Estado produtor de incentivos e criador de políticas públicas, regulando jornadas de trabalho, salários, subsumindo a sociedade e suas instâncias justificando a incorporação, a expropriação e a concessão de lugares para a produção, cujas particularidades tornam-se intercambiáveis.

O Estado não só cria os fundos públicos que atuam diretamente na produção do espaço da rotação, como produz políticas de sustentação às novas formas de produção do espaço, agora tornado negócio com as políticas públicas; renovações, mudanças de gabaritos e leis de zoneamento, planos diretores, controlando a urbanização pela mobilização do planejamento. Esta situação coroa a aliança entre setores privados da economia e o poder político que atua a favor do capital. E o espaço ganha a condição de capital fixo para a produção de mercadorias.

1.2 O segundo movimento se realiza, especificamente, como momento produtivo à materialização da relação capital-trabalho, o que requer um lugar apropriado. Trata-se da produção efetiva mobilizando a força de trabalho dentro da fábrica que, atuando sob o trabalho morto, produz algo novo, impregnado de um novo valor apontando o confronto entre trabalho remunerado-trabalho não pago. Aqui o capital-dinheiro se transforma em força produtiva em ação como processo de valorização. Um movimento que encobre a mais-valia extraída no processo da produção onde todo o trabalho aparece como trabalho pago pela existência do contrato de trabalho. O contrato pressupõe a desigualdade – e é a concretização da distribuição da riqueza sob a forma de propriedade. Já a jornada de trabalho precisa ser regulada e impossibilitada de interrupção, o que implica nas barreiras

CONSEQUÊNCIA EDITORA

contra quaisquer impossibilidades como greves ou falta de mão de obra/matérias-primas disponíveis. No ciclo, o valor de troca evolui em direção a uma abstração cada vez maior, enquanto os usos do espaço qualificam a prática social apontando uma materialidade desigual, indiscutível.

A realização do processo de valorização se configura através da produção do próprio espaço que pelo trabalho social presente e acumulado ao longo da história faz do espaço uma força produtiva para o capital. Aqui o espaço é condição e meio da produção. Refere-se àquele da fábrica, como possibilidade necessária da realização da produção numa jornada de trabalho pré-estabelecida reunindo as condições da produção num espaço dominado pela máquina que impõe a divisão do trabalho que vai orientar os gestos espaços e tempos da produção das mercadorias. Esse processo é atravessado pelas formas da abstração espaço-temporal dado pela quantificação do tempo do trabalho. Decorrente deste movimento, a fábrica como o lugar do processo produtivo, onde a exploração se realiza, é o lugar onde concentra-se as lutas em torno das condições da jornada de trabalho e dos salários.

Todavia, como cada vez mais, as atividades sociais deslocam-se do lugar da fábrica para a cidade que sempre novas formas e sentidos como momento/extensão do processo de urbanização.

1.3 O terceiro momento é aquele cujo resultado é a mercadoria, produzida como movimento de valorização que precisa se realizar. Esse momento do ciclo refere-se a um segundo momento da circulação realizando e repartindo a mais-valia produzida – contida na mercadoria- através dos meios que a conduzam ao mercado para ser trocada, isto porque o valor de troca só ganha finalização no ato de troca final, voltada ao consumo. Os dois momentos da circulação se diferenciam articulando-se. O primeiro se trata de criar conexões espaciais ligando os fluxos direcionados à produção reunindo as condições para a concretização da produção, enquanto o segundo ampliando as redes de distribuição/circulação/comunicação a partir do lugar da "porta" de onde saem os bens produzidos. Uma mercadoria em direção ao consumo. O segundo realiza a mais-valia contida na mercadoria produzida traduzidos na forma de lucros (como reposição dos custos de produção acrescidos da mais-valia), juros (realizam o custo do dinheiro usado como condição da produção, incluindo pagamento dos insumos) e o preço do solo urbano.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Ao cabo do ciclo portanto seus resultados devem cobrir os custos de produção e as expectativas de lucros criando a condição de realização de um novo ciclo. portanto, o processo de produção é ao mesmo tempo um processo e reprodução, realizada através da simultaneidade e continuidade da rotação do capital numa relação espaço-temporal. Aqui o movimento da produção do espaço é condição necessária à transformação da mercadoria em dinheiro como elo da relação produto-consumo pela mediação da rede de trocas e de comunicação. Como meio o espaço traz o sentido da circulação capaz de articular em redes (mais ou menos complexas) os momentos necessários à realização da produção-distribuição-circulação-troca-consumo.

Significa dizer que na totalidade do movimento de rotação do ciclo do capital, deve repor a continuidade-simultaneidade através da produção do espaço-tempo enquanto condição-meio e produto no processo de valorização geral, no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isto, permitir que o ciclo do capital se desenvolva possibilitando a continuidade da produção, logo de sua reprodução. Um processo que envolve também, a ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, as vezes de modo conflitante, em outros momentos de forma convergente de modo a orientar e reorganizar o processo de reprodução espacial através da realização da divisão sócio-espacial do trabalho, promovendo especializações de áreas, hierarquizando lugares e fragmentando os espaços vendidos e comprados no mercado (como mediação necessária).

Nesse nível a cidade é condição geral da produção, o que impõe uma determinada configuração espacial que aparece como justaposição de unidades produtivas formando uma cadeia interligada (em função da articulação e necessidades do processo produtivo, através da correlação entre os capitais individuais e a circulação geral) integrando os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado; reunião de mão de obra. Este desenvolvimento tem potencializado a aglomeração enquanto exigência técnica decorrente ora do gigantismo das unidades produtivas, ora da constituição de unidades complexas, ora como exigência da "reconversão" industrial apoiada pela formação do capital financeiro que comanda as operações sob o comando crescente da internacionalização do capital e mundialização das trocas. Há dois aspectos interdependentes do crescimento capitalista que estão na base da análise da aglomeração espacial: a

CONSEQUÊNCIA EDITORA

necessidade de reprodução ampliada do capital e a crescente especialização decorrente do aprofundamento da divisão social, técnica e espacial do trabalho que exige novas condições espaciais para a troca das mercadorias.

Nessa fase da rotação do ciclo, a realização do valor pode se defrontar com a possibilidade, contraditória, de sua desvalorização – o antivalor (não-realização da mais-valia integralizada no momento da sua produção). Neste momento a produção do espaço aparece como a solução para resolver a desvalorização através da ação do Estado.

Suas ações constroem sistemas de comunicação e transporte diferenciado (coletivo para a força de trabalho e desobstruído para a carga) para permitir a reunião das condições da produção, seja como condição-meio e produto da acumulação em sua totalidade. Esse movimento que totaliza o processo de acumulação se apoia no uso do fundo público que permite a criação das condições necessárias à produção com as concessões para viabilizar a localização de empresas e fábricas em lugares definidos do território; bem como criar rede de entrepostos, baseados em sistemas viários e de comunicação potentes promovendo a extensão do espaço produtivo num universo mais amplo que aquele da fábrica.

Convém acentuar que o fundo público – sustentando a produção-reprodução do valor, portanto, guarda significado em todas os momentos do ciclo.

É assim que o Estado, através da mediação do poder local, não sem contradições, intervém, continuadamente, no processo de produção da urbanização que aparece em sua dimensão produtiva. É assim que cria/reforça centralidades como forma de dominação, acentuando a hierarquia dos lugares em função de sua importância estratégica para a reprodução do capital em suas exigências sempre renovadas. Essas estratégias orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade) produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado – um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como "ato de planejar".

Deste modo, a realização do ciclo de rotação do capital, acima desenvolvido, só pode se realizar além do plano do econômico envolvendo o conjunto da sociedade definida no âmbito das relações cotidianas, como

CONSEQUÊNCIA EDITORA

o nível onde a acumulação ganha materialidade tanto no espaço como na vida.

Na sua complexidade

> "O espaço sob o capitalismo entra *na produção da mais-valia* (os investimentos na urbanização, no espaço aéreo, na indústria turística explorando as montanhas e o mar, quer dizer, os lugares vacantes fora da produção industrial etc.) – *na realização da mais-valia* (organização do consumo urbano e da vida cotidiana da "sociedade burocrática de consumo dirigido") – *na repartição da mais-valia* (renda do solo e do subsolo, bancos especializados em imobiliário, especulação etc.) (Lefebvre,1977, p. 306).

2. A materialidade do processo dominando e, em confronto, na vida cotidiana

O modo como a sociedade produz define as relações sociais tanto no movimento do ciclo (de produção-reprodução) quanto fora do âmbito da produção estrito sensu das mercadorias dominando a vida cotidiana e as relações sociais em sua totalidade. Deste modo o processo de produção do espaço contempla vários níveis da realidade que, em sua articulação dialética, contempla o conjunto da reprodução social capitalista, o que significa dizer que esta produção se abre àquela da sociedade. Esse processo se expressa no conteúdo da urbanização ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca contida na mercadoria-espaço.

As relações sociais ganham concretude realizando-se no espaço. Todavia, sob o capitalismo, o espaço se produz como mercadoria. Na condição de mercadoria o acesso à vida na cidade se determina no mercado. Isto porque o espaço tornado mercadoria, entra no circuito da troca através da compra e venda de parcelas da cidade como momento necessário a realização da mais-valia. O que se vende não é o solo em si, mas uma parcela de uma totalidade: um pedaço da superfície da cidade, um volume horizontal/ou e virtual. Portanto a produção social do espaço tem por conteúdo o trabalho embutido de um valor, portanto cada terreno, e cada lugar apropriado para

CONSEQUÊNCIA EDITORA

a realização da vida tem por referência a produção de uma totalidade desigual: a cidade como produção social.

Sob essa condição (a produção desigual da cidade, promovida pelas necessidades da acumulação), os modos de uso dos lugares como o uso dos espaços-tempos da vida, são definidos pela lógica da reprodução e subsumidos à propriedade privada de um pedaço do espaço para construção da habitação (ela própria produzida sob a forma da mercadoria), a partir da qual o indivíduo vive o espaço. A fragmentação do espaço subordinada à forma da propriedade privada do solo como condição da produção do espaço-mercadoria ao desdobrar-se em valor de uso e de troca, domina a vida cotidiana de modo conflituoso. Essa situação pode ser constatada na correlação renda-lugar da moradia que se define por relações contratuais claras (estabelecidas no plano jurídico) que encobre a desigualdade imposta pela apropriação diferenciada da riqueza social produzida sob o contrato de trabalho que define o salário, ou na atualidade sua ausência produto da fragilização dos direitos, e de outro a mercantilização do solo urbano na cidade produzida como mercadoria que se realiza no seu valor de troca, pela mediação do mercado, posto que o espaço é objeto de compra e venda. Nesse processo estabelece-se uma justaposição hierarquia social/hierarquia espacial, numa prática espacial marcada por apropriações privadas, momento no qual o cidadão é confrontado com a miséria vivida e percebida através do corpo (com a exacerbação da vigilância-violência do narcotráfico) pelos poderes coercitivos constitutivos da sociedade capitalista e autoritária que vivemos. Sua forma é aquela segregação sócio-espacial definida pela concentração da propriedade.

Neste nível de realidade, o espaço produzido pela lógica da reprodução capitalista assume a característica de fragmentado (como decorrência da generalização do processo de mercantilização do espaço (fundada na existência da propriedade privada do solo urbano) e da ação dos empreendedores imobiliários) revelando que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe.

O urbano como centralidade condensa atividade/investimento/poder de gestão e decisão, porque concentra capital centralizando suas ações e permite sua reprodução. Assim a importância do espaço como extensão do processo de acumulação cria sempre novas possiblidades de acumulação renovadas. No final do século XX, o espaço urbano (principalmente nas metrópoles) se

CONSEQUÊNCIA EDITORA

reproduz tanto como possibilidade de realização do ciclo do capital de produção da mercadoria quanto como matéria prima para efetivação do capital financeiro através do consumo produtivo do espaço. Isto porque, em momentos de crise da acumulação, a necessidade de realização do ciclo do capital revela a criação de novas esferas de valorização do capital que mostram a passagem, prioritária, da aplicação do dinheiro do setor produtivo industrial ao setor imobiliário (incluindo, aí, a infraestrutura necessária, à realização do capital financeiro). A mercadoria-espaço mudou de sentido com a mudança de orientação das aplicações financeiras, produzindo o espaço como "produto imobiliário". Esse momento esclarece uma nova fase da acumulação impondo um novo sentido para a urbanização concretizando-se, agora, como "um negócio" no movimento de expansão do capital com a criação de novos setores econômicos integrados ao capitalismo mundial. No caso da metrópole de São Paulo, o movimento de reprodução sob a égide do capital financeiro, expressa uma mudança do sentido do solo urbano para o capital momento em que o do solo urbano se transforma também, ele é também o sujeito que está de modo ativo no processo produtivo cuja atividade envolve a produção de mais-valia. Nesse sentido o capitalismo mobiliza o solo urbano para permitir novo setor de acumulação – tornando a cidade um negócio nas mãos da iniciativa privada. Nesse momento o ciclo de rotação do capital se desdobra reproduzindo o espaço.

2.1 O reino do uso como momento de confronto

A produção do espaço como **condição** para a realização da sociedade trata-se do espaço da materialização das relações sociais, como prática e suporte da realização das relações sociais, do uso e da reunião dos membros da sociedade que pela atividade real vão constituindo a identidade na prática e a partir de relações do homem com o outro. Como objetividade e subjetividade, como prática e realidade. Como **meio** este espaço realiza-se enquanto circulação de modo a permitir a mobilidade entre lugares da prática sócio-espacial improdutiva. Como **produto** teríamos o espaço enquanto uso – apropriação. Segundo Lefebvre, "a apropriação é a meta o sentido e a finalidade da vida social (…) A apropriação da

CONSEQUÊNCIA EDITORA

realidade é sempre um ato social[2]". Podemos inferir que se trata da ação do ser humano sobre o meio natural cujo resultado é a produção da vida social não-alienada. Nesta condição questionaria a lógica produtiva do capital, na medida em que gera a necessidade de produção dos espaços improdutivos. Portanto, os lugares da vida se distinguem e se diferenciam posto que marcados por um emprego de tempo que se revela num uso específico criador da vida. Portanto nesse plano – a da vida cotidiano no lugar – eclodem as lutas que primeiro se localizam no espaço da fábrica envolvendo questionamentos múltiplos sobre a jornada de trabalho, para se desdobrarem na totalidade deste processo que invade a reprodução da vida confrontada coma cidade dos negócios.

Na vida cotidiana se confrontam o valor de uso e o valor de troca das mercadorias. Uma dialética entre o uso (como apropriação necessária dos lugares de realização da vida) e o valor de troca (a extensão do mundo da mercadoria produzindo o espaço, ele próprio como mercadoria). O crescimento econômico e as estratégias do Estado se confrontam com o desenvolvimento social. A rotação do ciclo do capital é social e não econômica, ela diz respeito ao conjunto da sociedade. Deste modo o plano da produção articula a produção voltada para o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da produção da vida e de suas possibilidades, num sentido mais amplo e profundo (o que implica no desenvolvimento do conceito de produção enquanto modo de apropriação que constrói o ser humano criando a identidade que se realiza pela mediação das relações de troca. Trata-se de um processo que ocorre revelando, de um lado, persistência e preservação (dos lugares e modos de vida) e de outro, dialeticamente, rupturas e transformações. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social revelando-se numa prática que é sócio-espacial.

A vida cotidiana esta invadida por mediações referentes ao mundo da mercadoria, mas também de seu negativo: o que escapa à lógica da mercadoria. Referimo-nos aqui aos modos de apropriação dos lugares da vida que se constituem criando identidades construídas a partir da escala do plano do habitar que se realizam pela mediação do outro e não as das mercadorias**,** iluminando "um espaço improdutivo", como o outro do capital. Isto é,

2 In: *De lo rural a lo urbano*, 1971 p. 164.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

grupos sociais diferenciados, com objetivos, desejos e necessidades diferenciadas, realizando-se em estratégias conflitantes.

Uma conclusão?

O espaço produzido é produtor, não fica fora das relações sociais, na forma da cidade, torna-se instrumento lógico para a reprodução que fazem dela coação constrangimento. Seu acesso é permeado pela violência que atravessa a sociedade de classes. Nesse sentido, o processo de produção do capital não se define pelo econômico. O encadeamento das fases do ciclo de rotação se baseia em relações sociais definidas no âmbito das trocas desiguais entre membros desiguais da sociedade (fundada na contradição capital-trabalho) imersos em representações, que são aquelas do mundo das mercadorias que se realizam no plano do cotidiano, definindo espaços e tempos da vida, subsumindo os gestos, o modo como se usa a cidade e se acessa aos lugares de realização da vida. Isto porque a lógica da valorização invade a vida.

O uso ilumina o plano do vivido e questiona o modo como se distribui a produção da riqueza, uma forma importante dessa distribuição são os acessos diferenciados à moradia e a partir dela aos lugares da cidade como obra social, não só, através da mobilidade diferenciada, mas pela condição da cidade produzida como negócio (Carlos, 2015) no movimento do processo de valorização. Um movimento que está no cerne da produção do espaço alienado, vivido sua exterioridade, pela sociedade.

Sob o capital a reprodução das relações sociais guarda a sociabilidade capitalista que se assenta na desigualdade social. Todavia ele guarda, em si, uma contradição entre sua submissão ao valor de troca e como sua negação. Significa dizer que o mundo da mercadoria contém o que lhe escapa.

Assim, o uso mobiliza a possibilidade da apropriação da cidade enquanto modo de vida. Isto porque, o sentido da prática social é aquele das apropriações reais e possíveis – aquela que rompe a racionalidade imposta, como necessidade e urgência.

Nesse plano – aquele do uso – os movimentos sociais surgem e atuam no plano do vivido contestando as coações impostas ao cotidiano e o modo como as intervenções destroem os referenciais que produzem o espaço abs-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

trato e vazio das normas impostas pela privação que invade a vida. Significa considerar que o real, em sua essência, num movimento ininterrupto que traz implícita, na ação, a relação realidade-virtualidade. Essa realidade (em movimento) contempla um movimento intrínseco de superação (da realidade e do conhecimento sobre ela), o que contempla de possibilidade para o futuro da sociedade, como projeto de superação da alienação.

O uso persiste. Ele é desejo, ele guarda o sentido da obra que entra em contradição com o valor de troca. O uso como modo de apropriação guarda virtualidade, aquele do salto adiante na elaboração de um projeto social que não se contenta com as políticas públicas mitigadoras da desigualdade jamais solucionadas.

Assim, a ação da produção-reprodução do espaço ao contemplar a contestação se abre para o futuro.

Movimento do Processo de Produção/Reprodução do Espaço (Social)

Processo de Circulação

Cotidiano como produto da história

- Normatização
- Controle

Cidade como Capital Fixo

Condições de Produção

- Infraestrutura
- Concentração
- Centralização do Poder
- Educação (Marx)

Crédito / Setor Bancário

Financiamento Público

Processo de Produção

Fábrica / Jornada de Trabalho

Momento Produtivo

Momento da Produção da Mais Valia

- Capital / Trabalho (contratos, campo jurídico)
- Técnicas, Métodos, Conhecimento
- Divisão do Trabalho

Integração de Vários Processos Produtivos

Cadeia Interligada

- Definição da Composição Orgânica do Capital

Processo de Circulação

Distribuição

- Troca

Momento da Realização da Mais Valia

- Consumo
- Juros
- Lucro
- Renda

Realização de um Novo Ciclo

Centro de Intercâmbio de Serviços e Mercados

Rede de Troca Especializada

Crédito

Propaganda / Moda

Campo Jurídico

- Sustenta a Troca de Equivalentes

Espaço Como Condição

Mercado de Matérias Primas Auxiliares e de Trabalho

Força de Trabalho

- Saúde e Educação
- Habitação

Estado como Prod. / Reg. das Cond. Neces. a Produção

- Espaço Produtivo / Estratégico
- Regulação de Jornadas de Trabalho, Contratos e Trocas

A Cidade como Capital Fixo

Espaço como Meio

Localização

Concentração / Dispersão

Produção do Valor

Espaço como Produto

Tríade

- Homogêneo segundo a Ótica do Mercado
- Fragmentado
- Hierarquizado (Segregação)

Espaço Estratégico do Poder

- Desigual
- Contraditório

Ciclo de Rotação do Capital

Produção do Espaço

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referências

BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*, Alianza Editorial As, Espanha. 2000.

CARLOS, Ana Fani A. *A (re)produção do espaço urbano*: o caso de Cotia, EDUSP. São Paulo, 1991 (tese de doutorado defendida em 1987, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo). 1991.

CARLOS, Ana Fani A. A reprodução da cidade como "negócio". In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização*: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, p. 29-37. 2005.

CARLOS, Ana Fani A. A produção da metrópole: o novo sentido do solo urbano na acumulação do capital. *In: Desafios do planejamento*. RIBEIRO, A. C, LIMONAD, GUSMÃO, P. (org.) *Letra Capital*/ANPUR, Rio de Janeiro, p. 25-39. 2012.

CARLOS, Ana Fani A. (2021) Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, Brasil, v. 24, n. 3, p. 412-424, 2021.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Ediciones Península. 1971.

LEFEBVRE, Henri. *De L´etat.3*. Le mode de production Étatique, UGE, 10/18, Paris. 1977.

MARX, Karl. *El processo de producción del capital*, Tomo 2, volume 3. El capital, Siglo Vientiuno, México. 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do anti-valor*, Editora Vozes, Petrópolis. 1998.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 23

Valor, antivalor e não-valor uma tríade para pensar a produção do espaço

Paulo Cesar Xavier Pereira

Antecedentes

No VII SIMEGER foi posto o desafio de avançar o estudo sobre a produção do espaço com as noções de valor, antivalor e não-valor. Teria sido prematura a proposta de uma mesa com título tão provocativo? Ao lançar, claramente, o repto de pensar as formas negativas do valor na produção do espaço, pode parecer que sim. Mas essa tem sido a característica da organização desses simpósios, sempre apresentando desafios na fronteira do conhecimento para o debate. Neles, sempre houve preocupação com os processos socioespaciais e, também, com uma postura crítica voltada para o entendimento desses processos do ponto de vista da teoria do valor. E de uma maneira ousada, nem sempre privilegiando os pontos fortes da teoria; o que entendemos como busca de sentido para desenvolvê-la, refiná-la e torná-la uma contribuição mais efetiva para a prática.

Como explica um dos seus organizadores, esse evento não é só um momento de apresentação de ideias, mas sobretudo de novos debates. Nesse sentido, as mesas parecem estar organizadas não só para apresentar o *estado da arte*, uma discussão atualizada, mas, também, para tensionar o conhecimento nas fronteiras do possível. Por isso, elas tendem a trazer problemáticas que reviram o lugar comum e buscam a inovação. Procuram sair da mesmice, criar brechas e, também, provocar rupturas. Esse nos parece ter sido o caso do título dessa mesa, o de pensar a produção do espaço com a contribuição das formas negativas do valor.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O debate sobre a produção do espaço foi preocupação constituinte do SIMEGER – Simpósio Internacional do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rural, desde seu nascedouro, em 2012 e manteve nos eventos, mais por vocação do que por tradição, ponderações sobre o espaço em diferentes escalas, formas e estruturas nas diversas ocasiões. Talvez, o inusitado, agora, foi perfilhar que há um debate mundial sobre o valor e o fato de trazê-lo, não como um retrato do que está sendo realizado, mas de apresentá-lo pelo aspecto desafiador, quase sempre negligenciado, de ampliar a compreensão das formas negativas do valor na produção do espaço. Nesse sentido, o tema da mesa-redonda não se constitui como mais um debate das formas puras da teoria, mas um desafio que permita refletir sobre como as formas negativas do valor têm se dissimulado na valorização e no desenvolvimento da produção capitalista do espaço. Por isso, a proposta desta mesa não é algo imprevisto, pelo contrário, dado que ao revelar a preocupação com a análise socioespacial, ela o faz por meio de uma perspectiva crítica, na melhor tradição do pensamento sobre a produção capitalista do espaço. Daí que outra característica das apresentações foi a abordagem multidisciplinar do espaço com a presença de participantes com formação em Geografia Urbana, arquitetura-urbanismo e em ciências sociais[1].

Certamente, os anseios ao idealizar esse desafio teórico interferiram na nossa apresentação e eles ainda interferem sobre o que estamos a escrever. Por isso, escolhemos reiterar essa narrativa de como poderia ser percebido esse deslizamento da lei do valor para as suas formas negativas no pensamento crítico sobre a produção do espaço e ainda deixar claro que isso não se constitui em crítica à noção de valor, mas na pretensão de desenvolver a teoria do valor. Distinguimo-nos daqueles que se propuseram a criticar o valor porque pensam a presente crise do capital como se fosse derradeira – nesse sentido, a dinâmica do capital estaria entrando em decomposição[2].

Para apresentar essa proposta de desenvolvimento de aspectos da lei do valor nos apoiamos na apresentação oral de um quadro síntese, Quadro I,

1 Mesa realizada em 7 de novembro de 2024 foi composta por Ernesto Imbroisi (PUC-RJ), Ana Fani Alessandri Carlos (USP), Guilherme Moreira Petrella (Unifesp) e Paulo César Xavier Pereira (USP).

2 Autores como Robert Kurz, Anselm Jappe e outros parecem se enquadrar nessa descrição, porque procuram romper com a noção de valor como marco categorial das relações e das formas sociais.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sobre as formas de produção do espaço construído. Em seguida, focamos a discussão no desenvolvimento de suas categorias teóricas, reinterpretamos o quadro, e reorganizamos as formas capitalistas de produção do espaço, o que permitiu na montagem do Quadro II priorizar a relação entre as formas do valor e as formas de produção, o que levou, como mostraremos, à dissolução de uma forma de produção. Em seguida, procurando colocar no centro da análise as formas do valor (e não mais as formas de produção), como que para indicar a ruptura sustentada pelo movimento da tríade *não-valor, valor e antivalor*, utilizamos a Figura 1 como diagrama. Agora, nesse texto, daremos sequência à apresentação mais detalhada do resultado socioespacial do movimento e da função das formas do valor. Indicamos as formas sociais do produto e na Figura 2 apresentamos o espaço por inteiro, como um produto dominado pelas suas formas sociais de apropriação e circulação do capital. No centro dessa última figura apresentamos as formas sociais do produto – um diagrama tripartido em setores: não-mercadoria, mercadoria e antimercadoria. Consideramos que essas formas do produto, embora determinadas (pelas noções de não-valor, valor e antivalor da produção capitalista) desdobram-se em outras categorias analíticas, que nos permitirão discutir, ao final do texto, como reconhecer e pensar a cidade que queremos tornando possível planejar e lutar para que ela se torne real.

Neste texto será desenvolvida uma proposta que nos parece encontrar suas forças nos antecedentes que discutimos para se pensar o conjunto das formas de produção do espaço pela teoria do valor, considerando as formas negativas. Entendemos que há outras, a exemplo das importantes contribuições de Christian Topalov e demais pesquisadores da sociologia urbana francesa, do inglês Michael Ball e dos participantes europeus dos simpósios da Bartlett International Summer School – BISS sobre o estudo da industrialização da construção. No entanto, sem pretender demonstrar porque elas seriam insuficientes para compreender a urbanização na América Latina, buscamos priorizar a contribuição latino-americana sobre este tema, dada as particularidades dos nossos processos de urbanização e industrialização.

Para esse resgate, as referências são os estudos dos anos de 1970 feitos por intelectuais preocupados com as cidades na América Latina e, principalmente, com a grande assimetria da urbanização latino-americana caracterizada por sua extrema desigualdade e situações de pobreza urbana. Nesses estudos a preocupação socioespacial com a construção da cidade emergia com clare-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

za, mas ainda era incipiente uma metodologia para sua abordagem[3]. Esses estudos temáticos, na época, expunham uma novidade acadêmica importante, bem como uma preocupação em se institucionalizar[4].

O tema e principalmente a questão metodológica não eram em nada triviais. Primeiro, abordava-se o tema da *urbanização* como se não houvesse necessidade de considerar a sua dimensão espacial. Segundo, o tema da *industrialização* era apresentado sem se compreender a importância da Construção, omitindo-se as particularidades da organização técnica e do trabalho de construir[5]. Em paralelo, florescia a discussão da *questão urbana* pensada como se esta fosse indiferente à análise conduzida pela perspectiva da produção ou pela perspectiva do consumo urbano[6]. Ainda hoje, verifica-se semelhantes dualismos e reducionismos dicotômicos em estudos da produção do espaço, até porque, na prática, ao mesmo tempo que consumir espaço é produzi-lo, produzir espaço é, também, consumi-lo[7].

Para evitar tais reducionismos há que se explorar as relações dialéticas envolvidas, nas quais circuitam positividades e negatividades presentes na transformação-construção-produção do espaço a partir da natureza; passando também pela consideração da produção da natureza em outras naturezas. Porém, não cabe aqui avançar nessas questões, porque elas são ancilares ao objetivo deste texto, mas cabe frisar que os resultados dos estudos urbanos pelo enfoque do consumo ou da produção são muito distintos e não precisariam ser.

3 Arantes (2009) mostra a procura dos pesquisadores em fundamentar em Marx o enfrentamento do estudo das questões urbanas.

4 No Brasil, foi no final dessa década que surgiram duas instituições que até hoje organizam eventos sobre esses estudos e delas derivaram outras. Em 1983, a Anpur – *Associação Nacional de Planejamento Urbano Regional* e, em 1987, a Antac – *Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído*. O Simpurb-*Simpósio Nacional de Geografia Urbana* reunindo a Geografia urbana brasileira teve início em 1989.

5 Oseki; Pereira; Maricato; Mautner (1991) apresentam uma análise da bibliografia sobre industrialização e a urbanização que omitem a existência do setor da Construção.

6 Essa indiferença talvez seja influência de Manuel Castells (1972) *La question urbaine* e de Jean Lojkine (1977) *L'Etat et la question urbaine.* Ambos tiveram forte influência nos estudos urbanos e privilegiaram o ponto de vista do consumo urbano e das condições gerais da reprodução da força de trabalho.

7 Milton Santos (1978) em *Por uma Geografia nova* defende a ideia da Geografia como uma teoria social e a generaliza afirmando que toda produção é, também, uma produção do espaço.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Não cabe aqui, também, ampliar o debate sobre essa distinção, até porque o motivo da apresentação no SIMEGER foi enfatizar o estudo da produção do espaço do ponto de vista das formas negativas do valor na sua produção. Aqui, pretendemos dar destaque aos que estudaram o espaço pela produção e, principalmente, buscamos destacar como ponto de partida os estudos de dois pesquisadores latino-americanos. Primeiro, porque eles estão entre os pioneiros nos estudos da urbanização na América Latina e, também, porque estão entre os que, atualmente, mais estimulam e destacam a importância do ponto de vista da produção nos estudos sobre a produção da cidade e do espaço urbano. Consideramos relevante essa escolha porque esses pesquisadores além de terem mantido um constante diálogo crítico sobre os seus estudos, continuaram ressaltando a importância da teoria e o uso das categorias críticas da economia política para a pesquisa deste tema.

Esse último aspecto é mais um dos objetivos desse texto, porque ao buscar responder ao desafio proposto pelo título da Mesa, a proposição aqui é a de discutir a potencialidade das noções de valor, antivalor e não-valor, e isso, justamente, para pensar a produção do espaço na perspectiva aberta pela interpretação latino-americana do que seria essa *produção* (embora essa menção seja redundante, consideramos que é preciso frisá-la). A ciência que envolve o conhecimento da produção do espaço, embora tenha ganhado recente relevância, parece ainda não ter se estabelecido como questão e nem encontrado seu lugar institucional na Academia. O tratamento científico dessa temática tem tido dificuldades para se consolidar em um estatuto teórico definido, tanto pela amplitude de aspectos, como pelo número de disciplinas envolvidas, as quais não param de aumentar ou de se agruparem em estudos interdisciplinares[8]. Ainda mais quando não são as dimensões postas no mundo contemporâneo, pelos níveis da produção global e da produção total, contextualizadas na produção imediata do espaço impondo desafios mais próximos (e cotidianos) que exigem novas abordagens[9]. Há uma tensão persistente entre o mundial e o local impondo e multiplicando as considerações para cada caso a ser analisado.

8 Oseki (1983) tratou da indefinição do estatuto teórico da construção na sua relação com a Arquitetura.

9 "A produção do espaço, em si não é nova. […] O novo é a produção global e total do espaço social" (Lefebvre [1970] 1999, p. 142).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Essa tensão envolve a diversidade de formações socioespaciais, as suas escalas, formas e estruturas. E, em cada uma delas, as formas de produção do espaço construído são diversas e estas diferem tanto em relação à forma predominante quanto ao domínio da valorização pela produção capitalista do espaço com objetivos mercantis. Como saber até que ponto há formas de produção que escapam ou estão submetidas à valorização pela produção capitalista do espaço? Será possível avançar na análise da forma produtiva predominante e subordinada a partir das noções negativas do valor?

Para expor uma argumentação que objetiva narrar a contribuição latino-americana e deixar pistas para estimular novas reflexões sobre o tema, este texto está organizado em três partes. De início, expomos como ponto de partida, o diálogo crítico entre dois pesquisadores latino-americanos: Emilio Pradilla e Samuel Jaramillo, selecionados dentre outras contribuições. Nas seguintes, (segunda e terceira partes), resgatamos a ideia de *formas sociais da produção* e por meio dela avançamos a crítica à interpretação tecnicista e a sua fundamentação na teoria do valor para, em seguida, propormos que na análise da produção do espaço se considere a centralidade das formas do valor e a pesquisa sobre as suas formas negativas[10]. Além dessas partes expositivas, ao final do texto há considerações sobre as *formas sociais do produto* (o espaço construído em seu significado segundo a economia política) buscando suscetibilizar planejadores e urbanistas para pensar e orientar desdobramentos futuros da construção da cidade. Para iniciar, temos essa contextualização para compor alguns antecedentes e o pretendido alcance desse estudo crítico a partir do desafio sugerido pelo tema da mesa.

1. Ponto de partida

O ponto de partida de nossa discussão é o quadro intitulado *Formas de produção do espaço construído* apresentado por Jaramillo (1982) e que serviu de síntese conclusiva do seu artigo *Las formas de producción del espacio construído en Bogotá*. Nesse ensaio, que ele reputa como provisório e incompleto, identificamos relevantes contribuições e um promissor caminho para

10 Note que essa pesquisa das formas do valor se distingue daquelas com valor de troca (e o preço). Esta distinção entre forma-valor e valor de troca é uma das mais importantes descobertas científicas de Marx sobre o trabalho na produção capitalista (Rubin, 2022).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

investigações sobre a urbanização latino-americana. Nele, o autor procurou responder às muitas indagações acadêmicas sobre o desenvolvimento capitalista da indústria da construção e argumentou mapeando a existência de distintas condições, processos e produtos que "operan simultaneamente, con dinamicas internas peculiares y entrelazamientos entre ellas, que dan resultado global particular" (Jaramillo, 1982, p. 150).

Em sua descrição, ele ressalta a "coexistencia de distintas formas de producción [que] es interpretada como un momento en el proceso de introducción de las relaciones capitalistas de producción a la rama de la construcción" (ibidem). O resultado é um retrato heterogêneo das dificuldades a serem superadas pelo capital. Essa interpretação global da urbanização latino-americana caracteriza-se por sua particular diversidade de técnicas, processos e sistemas construtivos quase sempre mal compreendida: foi interpretada como consequência de bloqueios ao capital e habitualmente chamada de *atraso industrial*. O autor não desconsiderou essa polêmica e formulou a questão como advinda das dificuldades da dominação capitalista no setor da construção. Assim, ele buscou responder por que o setor apresenta "un mayor numero de dificultades para su dominación por parte do capital" (ibidem, p. 151). Mas, ainda se trata de uma visão industrial que releva a existência de obstáculos ao capital na Construção, subestimando a dimensão urbana, alimentando assim um falso problema – que, principalmente, na América Latina dividiu os pesquisadores ao discordarem sobre o que seria a característica mais relevante desse setor[11].

Cabe notar que Jaramillo (1982) é economista e, para argumentar nessa perspectiva, se ocupa de analisar teses que indicam os obstáculos e barreiras para que o capital domine a atividade industrial – isto é, para que a construção se desenvolva como uma atividade efetivamente capitalista. Este seria o problema fundamental conforme sua argumentação[12]. Aliás ele

11 Essa diferença de avaliação tem implicações para as propostas de arquitetura, da construção e, também, para as políticas habitacionais. A título de exemplo, na FAU-USP, Joao Vilanova Artigas, Paulo Bruna, Rodrigo Lefévre e Sergio Ferro, embora arquitetos modernistas, se contrapunham com suas propostas sobre arquitetura e a industrialização da construção.
12 Jaramillo (1982) enumera como dificuldades ao desenvolvimento o que chama de "principais peculiaridades" da Construção: 1) o longo período de rotação do capital; 2) a vinculação do espaço construído com o solo urbano; 3) a vulnerabilidade frente às flutuações nas condições de produção e de circulação e 4) a demanda solvente limitada.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

discute estes obstáculos, no item II, sob o título de "barreras que presenta la rama de la construcción a su penetración por parte del capital" (ibidem, p. 153), como se o capital já lá não estivesse presente e as dificuldades listadas não tivessem a ver com o movimento do valor e o desenvolvimento capitalista do setor. Depois, no item III, apresenta, sob o título de "Modelo de acumulación colombiano y urbanización" (ibidem, p. 163), as características globais da urbanização da cidade de Bogotá no contexto da formação social colombiana, pretendendo estabelecer os elementos teóricos gerais que pudessem funcionar como instrumentos para a análise dos processos e dos aspectos urbanos postos em relevo[13].

Embora Jaramillo (1982) lamente o improviso e a falta de tempo que não lhe permitiu elaborar uma reconstrução histórica mais detalhada, o seu texto revela-se uma contribuição fundamentada por elementos críticos e de superação teórica sobre a maneira como são realizados os estudos urbanos, especificamente, no que diz respeito às interpretações sobre o crescimento. Particularmente, no que concerne ao desenvolvimento capitalista da construção, sua abordagem é inteiramente inovadora.

Nesse particular, quanto à indústria da construção, cabe destacar o resgate que ele faz do texto intitulado *Notas acerca del problema de la vivenda en América Latina*, de autoria de Emilio Pradilla Cobos (1976). Jaramillo é enfático ao afirmar que o texto de Pradilla apresenta uma potente contribuição que avança "el estudio del tópico de la vivienda en nuestro país (y en formaciones sociales similares), pues inauguró una senda" (ibidem, p. 173) ao buscar entender a dinâmica da construção como um setor capitalista homogêneo. Nesse sentido, o economista considera injustificadas as críticas tradicionais endereçadas à Pradilla que descartam as categorias de análise propostas e não conseguem compreender o alcance da metodologia que, de fato, foi aplicada pelo autor criticado.

Pretendendo avançar nesse caminho, Jaramillo (1982) considera que há "un énfasis excessivo de Pradilla en el processo de trabajo" (ibidem, p. 174), essencialmente técnico, e, por isso, considera necessário aprofundar

13 Neste item III, ele considera cinco subitens: 1) Bogotá, centro nervoso da formação social colombiana; 2) crescimento demográfico acelerado; 3) pauperização de amplos setores da população e aguda segregação socioespacial; 4) diversidade de formas de produção do espaço construído e penúria da habitação; e 5) debilidade do Estado, dificuldades da planificação e subequipamento.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

a unidade das relações de produção-circulação, propondo esboçá-las sob o nome de *formas sociais de produção*[14]. Essas formas permitiriam considerar "una multiplicidad de determinaciones comunes" capazes de determinar uma dinâmica social. Para isso, concebe uma análise que aproxima os processos referenciados nas construções bogotanas e busca refinar as formas de produção do espaço na direção de superar as limitações frequentes aos estudos urbanos[15]. Os elementos teóricos considerados em sua análise da produção-circulação e das posições dos agentes em cada um dos sistemas produtivos é inspirado em Bettelheim (1970). Disto resultou o conceito de formas de produção e a síntese da análise apresentada no Quadro I.

Quadro I – FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Formas de prod. Posições	**Autoconstrução**	**Produção por encomenda**	**Promoção capitalista**	**Produção estatal capitalista desvalorizada**
Trabalhador direto	Usuário final	Trabalhador assalariado	Trabalhador assalariado	Trabalhador assalariado
Controle técnico da produção	Usuário final	Prestador de serviços	Capital ou agente subordinado	Capital estatal desvalorizado ou capital privado
Motor da produção	Autoabastecimento de valor de uso e valorização força de trabalho	Autoabastecimento de valor de uso	Acumulação de capital	Reprodução da força de trabalho Acumulação de capital construtor / Reprodução geral da relação social

14 Conforme Jaramillo ([1970] 1972, p. 177) "deberíamos hablar de formas de producción-circulación".

15 Nesse item IV, considera os quatro subitens: 1) antecedentes; 2) categorias de análises; 3) as formas de produção-circulação; e 4) formas de produção do espaço construído e sua manifestação concreta.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Controle econômico indireto	Mercado de solo e mercado de trabalho	Mercado de solo / adaptador de terrenos / órgão de planejamento	Mecanismo financeiro / órgão de planejamento	Mercado de terra / aparato político
Formas de circulação	Autoabastecimento	Autoabastecimento	Mercado livre	Atribuição mercantil

Fonte: adaptado de Jaramillo (1982, p. 211).

O autor apresenta esse enquadramento teórico das formas sociais de produção como uma síntese conclusiva de sua argumentação. Uma proposta de categorias teóricas para avançar na pesquisa que trata de reconstruir o desenvolvimento histórico das formas de produção do espaço em Bogotá que seja válido para cidades similares. A importância desse quadro reside na relevante síntese apresentada e o que importa para apresentá-lo aqui é reter algumas categorias articuladas com as formas de produção-circulação. E vale destacar que parte substancial da argumentação de Jaramillo se constitui numa elaborada exposição das categorias analíticas propostas por Bettelheim (1970), que esclarecem as posições dos agentes articulados nas relações de produção e de circulação em relação às categorias elencadas no Quadro I – foi esta análise detalhada que serviu para definir cada uma das formas de produção do espaço construído[16].

A análise científica procurou dar conta das variações nas relações sociais de produção e o procedimento foi interpretar cada posição dos agentes (ou função) nos sistemas produtivos definindo, enfim, cada forma de produção por essas características. Assim, Jaramillo propôs as seguintes posições: trabalho direto, controle técnico da produção, controle econômico direto da produção e controle econômico indireto (cada uma delas constitui uma linha a partir da primeira coluna do Quadro 1). Com esse procedimento o autor analisou e estabeleceu os elementos que definem cada uma das quatro formas de produção que foram representadas nas colunas: *autoconstruc-*

16 Esse detalhamento está no Item IV Formas de produção do espaço construído (p. 173-209), são quatro as formas: A. a produção por encomenda (p. 177); B. a construção promocional privada (p. 186); e a terceira E. (sic) a autoconstrução (p. 195); e D. a produção capitalista 'desvalorizada' por parte do Estado (p. 202).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ción, producción por encargo, promoción capitalista e producción Estatal capitalista desvalorizada. Conforme Jaramillo (1982, p. 177) temos que:

> Una forma de producción está definida entonces por naturaleza de los agentes que ocupan las anteriores posiciones, por las posibles combinaciones y fusiones entre ellas y conformando una estructura que se reproduce.

O Quadro I sintetiza a análise e representa o resultado da discussão detalhada feita por Jaramillo sobre cada forma social de produção do espaço construído. Nele se faz presente a complexidade das relações, das posições e das funções estabelecidas pelos agentes em cada um dos processos identificados em Bogotá. O autor verifica as formas de produção e as denomina de maneira banal conforme os nomes usuais para cada combinação de relações técnicas e sociais identificada. Mantém a popular denominação da forma mais conhecida, que é a chamada "autoconstrução", para denominar uma produção não-mercantil[17] que está em oposição às formas de produção em que o trabalho direto utilizado é o trabalho assalariado. A denominação de "producción por encargo" serve para caracterizar a encomenda de obra feita pelo proprietário do terreno, que tem a finalidade de se autoabastecer. Nesse caso, o foco é a produção do bem material, como valor de uso. Quanto à forma mercantil trata-se de um processo capitalista por excelência, que atua, exclusivamente, em função da valorização do capital produzindo valor[18] e, também, é comumente denominada como "promoção capitalista"[19]. Essa forma de produção se destaca por proporcionar a acumulação do capital investido e se distingue da "produção estatal capitalista desvalorizada" que, ao contrário, ocorre com desvalorização do (fundo público) dinheiro investido porque, justamente, ele é destituído da condição de capital, já que é uma produção estatizada e, portanto, atua sem finalidade de lucro.

Jaramillo, portanto, em sua análise formulou essas caracterizações, com quatro nomes banais, e as utilizou na montagem do seu quadro síntese das

17 Esta poderia ser nomeada, também, de forma de produção doméstica ou produção familiar como, frequentemente, se fala para a produção de subsistência.

18 Bethelheim ([1970] 1972 p. 53) "o valor econômico é uma categoria específica da produção mercantil".

19 Denomina de promoção, talvez, por influência de Christian Topalov (1974) *Le Promoteurs immobilier: contibuition à l'analyse de la production capitaliste du logement em France*.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

formas de produção do espaço construído. Neste item, esse quadro serviu para introduzir a questão a ser discutida. No item seguinte, o objetivo é melhor conhecer e discutir as ideias do livro de Bettelheim (1970), que inspiraram a análise das formas sociais de produção, buscando discutir a ideia de formas sociais, a sua importância na compreensão da produção capitalista do espaço e do valor e, também, se podem iluminar a perspectiva da sua superação.

2. Bettelheim, cálculo econômico e formas sociais

A partir das proposições de Charles Bettelheim ([1970] 1972), considerado um clássico, foi adotado do seu livro *Cálculo económico y formas de propiedad,* o conceito de *relação de produção*. Para o francês esse termo designa:

> Um sistema de lugares atribuídos aos agentes da produção em relação aos principais meios de produção; esse sistema determina o lugar dos produtores imediatos e, eventualmente, o dos não produtores: tais lugares são, na realidade os lugares onde se exercem certas funções (processos de apropriação da natureza, coordenação desses processos, repartição dos resultados etc.) (Ibidem, 86).

Como vimos na seção anterior, a formulação de Jaramillo (1982, p. 175) se apoiou nessa passagem para fundamentar a análise na qual o autor combina a posição dos agentes com as relações e as funções que eles exercem nos sistemas de *produção-circulação* do espaço construído. Esta combinação foi feita em conformidade com as características comuns atribuídas aos agentes tanto pelo sistema produtivo e quanto pelo de circulação da propriedade, que corresponde às formas de produção indicadas no Quadro I.

Nesses arranjos, como estamos discutindo, estão indicadas as relações sociais de produção articuladas com as condições de propriedade que estabelecem *formas de produção-circulação*, denominadas em espanhol como: *"autoconstrucción, producción por encargo, promoción capitalista y producción Estatal capitalista desvalorizada"*. Dessa maneira, ficaram identificadas quatro formas produtivas segundo categorias específicas no sistema de produção, quais sejam: trabalho direto, controle da produção e motor da

CONSEQUÊNCIA EDITORA

produção, as quais se articulam com as categorias da circulação: autoabastecimento, mercado livre e atribuição mercantil, definindo, cada articulação, uma forma de produção-circulação[20]. Deve-se destacar que por essa articulação cada uma dessas formas é, simultaneamente, relações sociais de produção, relações sociais de circulação e relações sociais de propriedade dos meios de produção, do uso e do produto: espaço construído.

Por essa argumentação, cada *forma social produtiva* assegura a produção-reprodução de "*produtos*, mas também a do *sistema de lugares* atribuídos aos *agentes* da produção. O *processo de produção* é, portanto, simultaneamente, *reprodução de relações de produção*" (Bettelheim, [1970] 1972, p. 86 e 87). As formas sociais de produção do espaço são, por sua vez, formas de reprodução de relações de produção e de apropriação do espaço. Nesse quesito, os economistas parecem bastante influenciados pela ideia de que a "reprodução implica uma certa repartição do trabalho social (sob uma dupla forma: repartição entre trabalho necessário e 'excedente de trabalho', repartição entre os sectores de atividade social)" (ibidem, p. 87). Por meio dessa *distribuição do trabalho social*, enfim da equalização do valor, pode-se compreender por que a Construção, *historicamente* tornou-se um setor trabalho-intensivo, particularizando a reprodução do capital investido na construção e, também, pode-se compreender por que internamente ao setor as formas produtivas ganharam heterogeneidade precarizando o trabalho e ampliando as capturas do trabalho excedente[21].

Além desses efeitos, cada forma de produção do espaço para Jaramillo (1982) pode ter seu conteúdo alterado. Também, para Bettelheim: "Cada tipo de *relação de produção* define-se pelas relações posse-propriedade" que alerta "o conteúdo preciso destes termos modifica-se segundo a combinação em que cada um entra com o outro" (Ibidem). Foi buscando caracterizar a forma (de produção) pelo tipo (de relação) que foram analisadas, enfim, a combinação das posições sociais ou técnicas pelo critério de como a "propriedade e a posse exercem-se através de uma série de *funções* (coordenação, direcção, controle dos processos de trabalho, adjunção dos meios de

20 Note-se, que há uma importante exceção, porque uma delas – o autoabastecimento – aparece em duas formas, na autoconstrução e na construção por encomenda.

21 Nos termos de Jaramillo e Pradilla seria a discussão sobre porque o capital encontra dificuldades em penetrar nas atividades da indústria da construção e emperra o desenvolvimento do setor, ou seja, essas "dificuldades" não estariam sendo geradas pelo próprio capital.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

produção a determinadas utilizações, adjunção dos produtos)" (ibidem, p. 88). Assim, entende-se que foi do exercício dessas funções, exercidas pelos proprietários ou por seus agentes, que Jaramillo (1982) estabeleceu as posições indicadas na primeira coluna do Quadro I: trabalhador direto, controle técnico da produção, valor da produção, controle econômico indireto. Além disso, ele estabeleceu na última linha do quadro a informação relativa a cada forma de circulação utilizando os termos "autoabastecimento" para a segunda e terceira coluna e, para as seguintes, os termos "mercado livre" e "atribuição mercantil", respectivamente (em cada coluna). Isso indica, como exposto acima, que cada uma das formas de circulação determinadas se associa a uma forma de produção, também determinada. Embora determinadas socialmente pelo capital, essas formas sociais podem assumir um número bastante significativo.

Jaramillo (1982) inovou ao apresentar a produção espaço construído de maneira articulada às formas de circulação e desprendida de uma interpretação fundada na determinação técnica do desenvolvimento da Construção. Há, aqui, uma inversão importante que o autor francês já alertava, afirmando que o desempenho das:

> funções podem ser exercidas pelos próprios proprietários (os 'portadores' das relações de propriedade) ou pelos seus 'representantes' (os seus 'agentes'). A repartição social destas funções e das funções polares de execução constituem a divis*ão social do trabalho*. Esta é, portanto, *um efeito das relações de produção* (Bettelheim, [1970] 1972, p. 88).

Essas formas poderiam ser em maior número? Sim, se pensadas apenas como associação de lógicas isoladas, fora da história, e houve quem chegou a identificar dezenas delas[22]. Porém, conforme o enfoque da determinação exercida pelo movimento do valor, até poderiam ser em menor número. O importante a reter é que esse número não é qualquer, porque cada forma produção-circulação que se consegue determinar "é sempre *subordinada* à

22 Pirez (2016), abandonando a economia política, apresenta um quadro lógico de agentes que pode não ser encontrado na história (indica duas dezenas de possibilidades), por isso não se alinha á contribuição daqueles autores e pouco contribui para o foco deste artigo que busca discutir o movimento do valor, a sua produção e distribuição.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

divisão social do trabalho, o que significa que as modalidades de repartição das tarefas são sempre socialmente determinadas" (Ibidem, p. 88).

A determinação social das tarefas, ou melhor, a distribuição do trabalho social e suas implicações nas formas de produção-circulação, ainda precisam ser melhor esclarecidas. Verificamos que em Bethelheim (1970), a discussão tem como foco o predomínio das relações mercantis em comparação com as relações não-mercantis, num contexto de transição social. Como alertou Jaramillo (1982, p. 175) o interesse do autor no livro *Calculo econômico e formas propriedade* é pensar as relações de produção na transição do capitalismo ao socialismo, por isso nele o autor francês se preocupa com a desmercantilização da produção, como uma maneira de se libertar da lei do valor, valendo lembrar que afinal ele busca uma estratégia socialista. Certamente, essas ideias foram utilizadas com outra preocupação por Jaramillo (1982), a rigor em momento oposto. Sua preocupação foi discutir as dificuldades do capital em penetrar na indústria da construção habitacional, particularmente em Bogotá. Porém, a débil industrialização da construção apresenta-se em todos os países da América Latina, com uma história em que prevalecem processos de industrialização e de urbanização extremamente desiguais – assim, no setor habitacional, ainda predomina a produção não-mercantil[23].

Por isso, é importante notar que o foco no estudo das formas de produção deve enfatizar o ponto de vista da valorização e demais movimentos do valor determinando não só a produção capitalista para mercado, mas também as demais formas de produção que, determinadas pelo capital, reproduzem-se com relações não-capitalistas. Nas formas de produção-circulação em que não se apresentam relações capitalistas, o movimento do valor assume a forma do antivalor e do não-valor – como argumentaremos ao longo deste trabalho. A rigor são relações não-capitalistas recriadas ou produzidas pelo desenvolvimento capitalista e determinadas pelo movimento do valor. Essa compreensão implica em um deslocamento do foco do estudo das formas de produção para que a análise ilumine estas formas do valor, conforme proposta do Quadro II (mais à frente).

23 Ao falar de uma urbanização global Pirez (2016) ressalta três características latino-americanas: a) *heterogeneidade estrutural* das formas de produção e consumo; b) as *fortes desigualdades*; e c) uma curiosa *urbanização inversa*, para falar da urbanização na América Latina ao contrário da europeia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Esse deslocamento não quer dizer que privilegiando o estudo da forma de produção do espaço não se considera a forma do valor e, também, não quer dizer que ao se privilegiar o foco na forma do valor se desconsidera a forma de produção, porque dialeticamente ambas as formas sociais precisam ser consideradas. Para justificar esse deslocamento, cabe relembrar que o foco do estudo do economista francês tem referência na questão da lei do valor, precisamente como a planificação socialista pode lidar com a lei do valor e influenciar o comportamento do mercado para, segundo ele, "permitir o desenvolvimento de um verdadeiro cálculo econômico social" (Bettelheim [1970] 1972, p. 207).

Note, o que importa na discussão de ambos os autores nos diferentes contextos históricos é a realização do valor, mas eles têm preocupações opostas: para um é como minimizar o que seria o domínio do valor no cálculo econômico e, para o outro, é como eliminar as dificuldades para esse domínio fazendo avançar o capital na produção. Nesse sentido, – a preocupação em desmercantilizar a produção ou a em mercantilizá-la mais intensamente – ou seja, o grau de (des)mercantilização de uma dada produção é tanto o efeito das relações de produção sobre as forças produtivas, como o efeito das relações sociais sobre a produção-circulação enquanto produção de mais valor e de propriedade. Trata-se de ampliar o entendimento da determinação do capital na produção capitalista do espaço: um espaço privatizado, que embora produzido socialmente, ainda apresenta resistências à privatização pelo capital.

Uma pista importante para avançar a compreensão dessa questão é a ideia de que o cálculo econômico, na acepção de Bettelheim, difere radicalmente do cálculo monetário sendo que esse cálculo "remete não só para a *medida* dos gastos de trabalho mais ou menos úteis, mas também para a própria utilidade social dos diferentes produtos ou atividades" (Bethelheim [1970] 1972, p. 25) de maneira que o cálculo econômico se aproxima do valor e o problematiza. Nesse cálculo novo pode-se medir não só valor (o tempo de trabalho útil, socialmente necessário), mas também os objetivos da sociedade (o antivalor da produção estatal) e as utilidades sociais (o não valor da produção familiar). O objetivo desse deslizamento é pensar não só o particular e o específico das condições da produção imediata; mas, aquelas condições gerais que determinam as posições que regulam a economia do tempo de trabalho de construir e a circulação do trabalho social, confor-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

me os processos produtos ou a forma social de apropriação dos agentes que organizam a produção do espaço.

Sendo assim, cabe uma nova organização do Quadro I, acima, adaptando-o com o objetivo de enfatizar as formas do valor e de maneira a iluminar outros aspectos no movimento da valorização.

Quadro II – FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO-CONSTRUÍDO, CIRCULAÇÃO E FORMAS DO VALOR

Formas de produção Posições	**Forma não-mercantil**	**Forma para Mercado**	**Forma Estatizada**
Trabalhador direto	Usuário final / assalariado	Assalariado	Assalariado
Motor da produção	Uso e entesouramento	Exploração do trabalho	Reprodução geral da relação social
Formas de **circulação**	Bem de uso	Mercadoria	Antimercadoria
Formas do valor	Não-valor	Valor	Antivalor

Fonte: Organizado por Pereira, P. C. X.

Nessa nova apresentação, que pretende ser mais sintética que a anterior, consideramos de maneira privilegiada, na última linha, as formas do valor (não-valor, valor e antivalor) e, na penúltima, as formas de circulação dos produtos (bem de uso, mercadoria e antimercadoria). As formas de produção, na primeira linha, e as posições selecionadas, na primeira coluna, cruzam-se e ladeiam a forma para mercado, buscando indicar a centralidade da produção capitalista, da qual resulta a mercadoria (forma da circulação) e o valor. As formas não mercantis estão emparelhadas, de cada lado da coluna, têm resultados distintos e ficam indicadas nas margens porque nelas são recriadas relações não-capitalistas, com diferentes tensões anticapitalistas.

Note-se que, embora todas elas sejam *formas capitalistas de produção do espaço*, elas não estão organizadas com relações capitalistas de produção. Apenas a produção para mercado responde à produção de mais-valor, com relações especificamente capitalistas. Nas outras formas de produção estão as formas negativas do valor e as relações não capitalistas. Colocado a discussão das formas de produção do espaço, nestes termos, como subordinadas às formas do valor, poder-se-á, no item seguinte, avançar e relativizar o diálogo crítico entre Jaramillo (1982, p. 174) e Pradillla (2018, p. 158)

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sobre o papel dos "aspectos essencialmente técnicos" para determinar uma dinâmica social.

Com essa reconsideração buscamos reproblematizar a interpretação de Pradilla (1976) e, também, o comentário de Jaramillo reafirmando a ideia da Construção como uma unidade setorial, contraditória e de produção do valor. De maneira que, agora, aceitando diversidade das formas sociais e sem negar que houvesse forças homogeneizadoras, se possa pensar a heterogeneidade estrutural dos processos socioespaciais e focar os movimentos contraditórios do valor associado às suas formas negativas. Não se trata de obscurecer, de maneira alguma, a existência de diferenças na organização da produção e a heterogeneidade nos processos de trabalho, mas de iluminar enfaticamente a importância e domínio das formas do valor. O decisivo da proposição é que no Quadro II, sob a ótica do valor, ficam representadas três formas sociais de produção (em três colunas) de maneira a ampliar a questão do valor na produção do espaço.

A questão das formas do valor na produção do espaço deve ser ampliada para que se possa pensar as tensões da valorização do capital no setor como uma unidade – com antivalor e com não-valor – em movimentos contraditórios. Ainda, do ponto de vista desses movimentos é preciso avançar na compreensão de como se impõe a lei do valor na produção do espaço; ou seja, se faz necessário ampliar a teoria do valor e a sua aplicação[24]. Para isso, não basta iluminar e ampliar o foco no valor, torna-se importante suprimir a forma de produção de encomenda por sua ambiguidade (em parte, dissolvida na autoconstrução e, em outra parte, identificada com a produção para mercado) e, também, na análise do movimento do valor, compreendê-lo em sua autonomização tanto dos aspectos técnicos quanto da forma social da produção.

3. A crítica da crítica e um salto à frente com teoria do valor

Esperamos que fique claro, mais uma vez, o propósito desse estudo: é reforçar e desenvolver a teoria do valor, não é recusá-la. O método proposto

24 Aplicação que aliás Bettelheim ([1970] 1972, p. 168) pensa em direção ao socialismo envolve o controle das tensões entre as unidades econômicas e o Estado, mesmo quando este seja dominante.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

admite considerar que se a lei do valor na produção do espaço estiver revelando insuficiências da teoria é possível repensar as partes e a totalidade do capital. Os quadros aqui apresentados são simplificações que facilitam a compreensão de movimentos complexos do valor representando os movimentos de valorização e os de desvalorização que beneficiam o capital na produção do espaço. Assim, essas facilitações viabilizam repensar a reprodução capitalista, o valor em movimento e as formas negativas envolvidas pela presença de relações capitalistas e não capitalistas no processo de produção (e apropriação) do mais-valor na produção do espaço.

É comum que as análises obscureçam essas tensões e movimentos quando referidas ao positivismo, ao reducionismo e ao fetichismo. Nesse sentido, desenvolver a teoria do valor se revela uma condição necessária para que a análise da produção do espaço e da problematização da forma-valor que, assim ampliada, avance a compreensão da realidade. Não é, portanto, a lei do valor uma teoria a ser criticada para nos livrarmos dela[25]. Cabe reconhecer sua presença prática no real e que há na teoria "uma perpétua disputa nos textos de Marx entre o que o valor é e o que ele pode vir a ser em um mundo anticapitalista" (Harvey, 2018, p. 84). Cabendo, por isso, ampliar a compreensão das manifestações do valor e das formas negativas pelas quais se revela essa potencialidade anticapitalista, ao mesmo tempo em que se verifica que é com o apoio dessas mesmas formas negativas que se propulsiona, contraditoriamente, a reprodução do capital na produção do espaço urbano.

Nesse sentido entendemos por que Jaramillo enfatizou com razão a diversidade social das formas de produção e argumentou sobre os diferentes processos de trabalho na produção-circulação do espaço construído. Esse diálogo entre os autores, que vem do final dos anos 1970, trouxe contribuições fundamentais ao discutir a articulação das formas de produção do espaço e se mostraram capazes de dar conta da *homogeneização,* da *fragmentação* e da *hierarquização* como processos socioespaciais que caracterizam as heterogeneidades encontradas no espaço das cidades latino-americanas e, também, no desenvolvimento técnico e das formas sociais da produção do espaço construído.

25 Ao contrário do que fazem alguns pesquisadores, aparentemente colapsados pela complexidade das crises a nossa tentativa é de desenvolver a teoria. Veja: Pereira; Nakama; Gemal; Cunha; Cevallos Serrano (2025).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Essas contribuições foram se assentando ao longo do diálogo e a crítica foi, inclusive, considerada em texto mais recente por Pradilla (2018), que, concordando que suas formulações apresentavam ênfase na técnica de produção, acabou reconsiderando-as. Ele afirma:

> En mi elaboración propia, estas formas eran: la construcción popular, la producción manufacturera simple y la producción semiindustrial […]; en la de Samuel Jaramillo: la autoconstrucción, la producción por encargo, la promocional privada y la capitalista desvalorizada estatal […] clasificación igualmente asumida por Martha Schteingart en su texto sobre la producción del espacio habitable en la ciudad de Mexico […] Por ser la más elaborada, retomaré la caracterización propuesta por Jaramillo, cuyo texto detalla cuidadosamente las características de cada forma, introduciendo algunas referencias particulares de mi propia caracterización (Pradilla, 2018, p. 158-159).

Assim, Pradilla (2018, p. 159-162) mostra concordância com os colegas e passa a completar, a seu modo, detalhes, os quais a seu ver melhor caracterizariam a organização das formas de produção[26]. Nesse sentido, ele retoma a proposta de Jaramillo não só mantendo uma denominação semelhante ou até a própria, como "la producción por encargo", como, também, em outros casos, acrescentando adjetivações como nos casos das formas: "autoconstrucción popular", "la forma promocional" e a do "Estado interventor", mas acrescentando detalhes.

A rigor, ambas as posições ficam quase coincidentes ao manterem as mesmas formas de produção, apenas modificando detalhes na descrição da estrutura de cada forma de produção e alguns adjetivos nas denominações[27]. O fato é que Pradilla (2018, p. 158) não persistiu em sua abordagem inicial, tão cara aos arquitetos, na qual privilegia o desenvolvimento técnico porque a "construción no llega a adquirir um carácter plenamente indus-

26 "Jaramillo señala acertadamente que mi caracterización se limitava a los aspectos del proceso técnico y no incluía otros aspectos determinados por las relaciones sociales" (Pradilla, 2018, p. 158, n. 2).

27 Pradilla (2013, p. 156) considera que as "formas productivas diversas son el resultado de las diferentes combinaciones dinámicas de los distintos elementos técnicos y sociales del proceso productivo específico" e acrescenta uma dezena pontos a serem analisados, mais que o dobro dos que Jaramillo sugeriu.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

trial de producción en serie" como também não mais ressaltou a unidade do setor em torno da movimentação do valor. Poderia manter a ideia de relativa homogeneização da indústria da construção, considerando a Construção, o setor, como a unidade capitalista produtora do espaço e de valor. Talvez, esse argumento possa ser apresentado mostrando como as formas produtivas (tal como os níveis técnicos da produção) subordinam-se diferentemente ao capital, assim como a movimentação do valor no setor apresenta um caráter duplo, simultaneamente: urbano e industrial[28].

O autor arquiteto precisaria esmiuçar a estreita relação entre o processo social (dos agentes) e o processo técnico (das coisas) na produção do mais-valor[29]. Entretanto, sua posição se aproxima e coincide com a do economista ao desconsiderar que há diferentes formas do valor e que as importantes distinções entre setores trabalho-intensivo e capital-intensivo na produção industrial, também, revelam-se externa e internamente ao setor da Construção[30]. Assim, não se observa com o devido cuidado como ocorre a institucionalização da renda absoluta, à qual se associa e condiciona histórica e estruturalmente o particular processo de valorização do capital na indústria da construção[31].

Nesse sentido, no Quadro II, a representação das formas de produção difere da formulação de ambos os autores para destacar a consideração contraditória dos movimentos do valor nas formas de circulação articulada à da produção. Esse quadro busca avançar um passo ao suprimir a forma de "producción por encargo", porque a encomenda não apresenta especificidade relevante quanto à forma valor, permitindo confusão. A rigor a encomenda como forma de produção, repetimos, apresenta uma ambiguidade

28 "A questão é que na produção do espaço, ao contrário do que ocorre em outros ramos da produção social, a apropriação capitalista da terra amplia a sua importância na qualidade de privatização imobiliária, como articulação da totalidade que envolve a industrialização e a urbanização" (Pereira, 1988, p. 5).

29 "La estrecha conexión entre lo socio-económico y lo físico-material se explica por la particular relación que existe entre el processo técnico-material y su forma social" (Rubin, 2022, p. 51).

30 Pradilla (1976) identificou do ponto de vista técnico, três formas produtivas: a autoconstrução, a produção manufatureira e a produção industrial.

31 "Aí inverte-se a importância dos aspectos da renda. A propriedade da terra como condição da produção material sobreleva-se como elemento de privatização e fator de diferenciação do espaço urbano, fazendo sobrepujar, no processo de valorização, a renda imobiliária em relação à renda fundiária" (Pereira, 1988, p. 113).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

porque, de um lado, pode ser considerada como produção não mercantil se o produto serve como valor de uso para quem o encomendou; e, de outro, pode ser considerada como uma produção para mercado, quando o produto encomendado é utilizado para obtenção de rendas de aluguel nas mãos do encomendante.

Embora, no caso da forma encomenda o objetivo não seja a realização imediata do valor de troca, a finalidade é obter de maneira prolongada no tempo, um retorno de investimentos sob a forma de renda futura. Isso deixa evidente que não é apenas o valor de uso que interessa, mas o valor de troca produzido como forma social de apropriação do produto. Por essa ambiguidade na forma do produto, a encomenda como forma social de produção de um lado se dissolve assimilada pela produção não mercantil, em que o produto é para uso do proprietário e, por outro, fica identificada com a produção para mercado, porque o produto é destinado ao mercado de aluguel, um nicho do setor imobiliário[32].

Por meio desse novo enquadramento teórico, além de suprimir a forma produção por encomenda, a denominação da forma autoconstrução é substituída pela de *forma de produção não-mercantil*. Esse novo nome assinala que o foco não está mais nas combinações técnicas rudimentares (ou da mão de obra de familiares) usualmente presentes nesta forma produção, bem como o que fica iluminado, ou ressaltado, é a produção da forma não-valor. Por isso, é importante ficar claro que na autoconstrução (forma de produção não mercantil) não há produção de mais-valor, também o produto não representa valor e nem é propriamente um produto mercantil. Embora o produto autoconstruído continue tendo um importante uso para habitação, sua consequência maior é reduzir o custo do trabalho; enfim, constitui-se num movimento em direção à *desvalorização da força de trabalho*, que tem consequências bastante conhecidas para acumulação industrial e no mercado de trabalho[33].

32 Tendo em vista esse horizonte mercantil do produto encomendado, o uso que o proprietário (inicialmente um encomendante) faz deste patrimônio no mercado torna esta poupança uma forma de capital fictício que o proprietário aloca, dispondo a sua propriedade para capturar rendas sob a forma de aluguel.

33 Não se pode esquecer, hoje, as manifestações crescentes de mercantilização dos patrimônios autoconstruídos – ora exclusivamente rentista ora simbiótico com o uso próprio do imóvel – que tendem a explodir essa categoria em duas frentes, a mercantil e a não-mercantil.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A forma promoção capitalista passa a ser rigorosamente denominada como, simplesmente, uma *produção para mercado,* uma típica produção capitalista mercantil de produtos destinados ao mercado. Primeiro, como já anotado, formas de produção de autossubsistência, que podem inclusive ter origem pré-colonial, são reconstituídas pela movimentação do valor e, de alguma maneira, subordinam-se ao capital. O fato que as diferem é que só a produção para mercado é produção de mercadorias e produção de mais-valor. As outras formas de produção, não é demais frisar, acabaram sendo capturadas e recriadas pelo capital. E, mesmo sendo subordinadas ao capital não se constituem com relações capitalistas de produção, elas apenas propulsionam a produção do valor, sem diretamente produzi-lo. Nesse sentido, a chamada promoção capitalista fica melhor denominada porque a finalidade dessa forma é a produção de mercadorias; ou seja, diretamente a produção de valor. A nova denominação deixa claro que é esse objetivo a ser realizado.

Quanto à última forma de produção, ela recebe o nome de *forma de produção estatizada*. Isso porque a origem do recurso a ser investido no espaço construído tem origem nos recursos do Estado, um fundo público, o que vai resultar em uma *desvalorização de capital*[34]. Assim, essa forma encontra-se em paralelo à desvalorização da força de trabalho, um outro vetor de desvalorização emparelhando o movimento propriamente de valorização da forma valor, o da forma de produção de mercado. Isso porque o investimento estatal, um fundo público, não reproduz o valor aplicado na produção estatizada constituindo-se num movimento do *antivalor* por ser uma aplicação sem valorização, em que não há retorno dos investimentos, mas uma desvalorização do recurso investido. Fique claro, o propósito de insistir em novas denominações das formas de produção é, justamente, para que a linguagem sirva como lente que permita melhor observar as características da movimentação do valor e deixar claro que o que articula as formas sociais é o valor, ou melhor, o processo de valorização do valor que reproduz as relações entre produtores de mercadorias[35]. Por isso, vale reter:

34 Aliás, no Quadro I a denominação é "produção estatal capitalista desvalorizada", já alertando para essa condição improdutiva do investimento estatal.

35 "A 'lei do valor' é, portanto, uma forma da *lei de repartição do trabalho social*; ela implica dominação de relações de produção determinadas sobre certas forças produtivas (isto é, sobre as forças produtivas caracterizadas por uma estrutura determinada dos processos de trabalho)" (Bettelheim, 1972, p. 85, 86).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

esse deslocamento do foco do estudo para a forma do valor tem como objetivo diferenciar as formas de produção-circulação por esse critério essencial, e não pela descrição da articulação da posição dos agentes econômicos.

A forma do valor, como critério para pensar as formas de produção, releva o valor em movimento de maneira mais rigorosa e direta. Mais rigorosa e direta porque as três formas de produção se articulam em torno da forma valor, uma vez que uma exerce a dinâmica central e decisiva da *valorização do valor* e as outras duas atuam como forças contraditórias, coadjuvantes e propulsoras ao provocarem, num caso, a *desvalorização do capital* e, no outro, a *desvalorização da força de trabalho*. Importante, ainda, é considerar que pelo ponto de vista do valor, tanto em relação à forma de produção, como com relação à forma de circulação, é possível associar tipos de desvalorização com a produção do mais-valor, lembrando sempre que, apesar das crises, o real objetivo da produção capitalista é o movimento de sua reprodução em contínua expansão (uma valorização em espiral).

Assim, revela-se central a forma de produção para mercado como produção capitalista do mais-valor e as outras como formas ancilares (ou complementares), que, embora sejam formas capitalistas, envolvem relações não capitalistas. Assim, ao impulsionarem a valorização do capital o fazem de modo contraditório, porque são formas negativas do valor[36]. De maneira que enquanto o não-valor associa-se à forma de produção não-mercantil, como produção para uso próprio; o antivalor associa-se à forma de produção estatizada, desvalorizada, uma produção de antimercadorias. Por isso, essas noções não-valor e antivalor, embora formas negativas do valor, frise-se, são formas capitalistas e, cada uma a seu modo, propulsiona a valorização e a produção do valor.

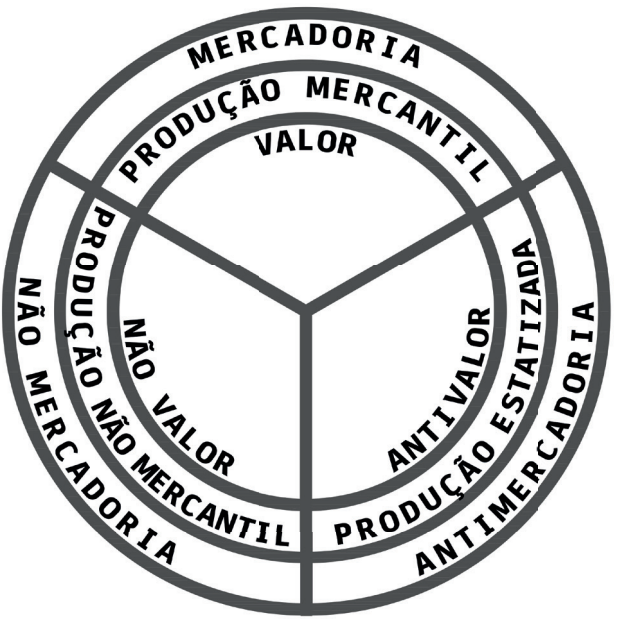
Nesse sentido, o Quadro II é um avanço em relação ao quadro anterior, não só porque nele se substitui os nomes das formas de produção por denominação mais rigorosa, mas por associá-las ao movimento do valor enquanto formas que podem ser adequadamente caracterizadas. A produção por encomenda foi suprimida e a chamada autoconstrução foi substituída por nome mais rigoroso e com maior abrangência: *forma de produção não mercantil*, as-

36 Harvey (2018, p. 85) alerta que o antivalor nem sempre é de oposição e sobre o não-valor o artigo de Oliveira (1970) tornou conhecido como a autoconstrução da casa reduz o custo da força de trabalho e fomenta a acumulação industrial.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sociada ao não-valor. Nele, no Quadro II, altera-se, também, a denominação da forma *de* promoção capitalista, para *produção para mercado,* associada diretamente à realização da produção de valor como mercadoria e simplifica-se a última delas denominando-a de *forma de produção estatizada* associada ao antivalor. Dessa maneira, objetivamos elaborar uma apresentação mais adequada e sem alterar o Quadro II mantivemos as (três) formas determinantes da produção do espaço construído e, ainda mantemos os mesmos atributos das posições, agentes e funções das estruturas anteriores, conforme Jaramillo (1982). Assim, não fosse o destaque dado às noções negativas do não-valor e do antivalor no Quadro II, este seria uma simples continuidade e não teria maior importância a dissolução de uma forma de produção. Se houve alguma descontinuidade ela deve aparecer quando a maneira de representar as formas de produção, de circulação e do valor é alterada. Essa alteração evidencia-se a seguir na Figura 1 em que as formas do valor estão no círculo central e na determinação, em cada setor, das formas sociais de produção e das formas sociais do produto, que delas se desdobram, respectivamente.

Figura 1 – Tripartição das formas do valor e desdobramentos nas formas sociais de produção e do produto



Fonte: Organizado por Pereira, P. C. X.; Arte: Petrella, G.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Temos, no segundo círculo, o intermediário, as formas sociais de produção, no setor do não-valor, a produção não mercantil; no setor do valor, a produção para mercado e no setor do antivalor, a produção estatizada ou produção com fundo público na qual o capital é desvalorizado. No terceiro círculo, o externo, estão as formas sociais dos produtos considerados pela apropriação do valor: no setor do não-valor, a não-mercadoria; no do valor, a mercadoria e no do antivalor, a antimercadoria.

Assim, essa mudança dos termos representados no Quadro II para a Figura 1 parece indicar mais uma ruptura do que uma continuidade. Nesse diagrama, ao apresentar os termos das formas de circulação alinhados aos produtos considerados segundo sua forma social ou pelo seu caráter de mercadoria sugere uma reorientação teórica sensível, embora a informação permaneça aparentemente igual. Ora, o que altera na Figura 1 em relação ao Quadro II é apenas a substituição do termo *bem de uso* para *não-mercadoria*; afinal algo que caracteriza, de fato, um bem de uso é não ser mercadoria. Frise-se: o bem de uso familiar, tal como os bens públicos, não é totalmente mercadoria e, por isso, difere dos bens produzidos para mercado.

Então, vale reafirmar que a busca de maior rigor na teoria do valor significa uma alteração substancial na análise nas formas de produção. Tanto que, do Quadro I ao seguinte houve alteração maior. O novo no Quadro II, além de suprimir uma forma de produção, trouxe a inserção da linha das formas de valor que, na última linha do quadro, refere-se às formas de não-valor, valor e antivalor. Essas formas estão em correspondência com as formas de produção e de circulação, anteriormente apresentadas; porém, elas sugerem a necessidade de mais esclarecimentos. E para que melhor se compreenda a produção do espaço e as suas formas de produção, de circulação e apropriação do valor, a hipótese é a de colocar no centro da dinâmica as formas de valor. Então, posto com essa reorientação teórica no centro dos círculos o não-valor, o valor e o antivalor e, a partir das formas de valor, pensar as formas de produção e de circulação. Abre-se uma discussão de que parece haver na Figura 1 uma significativa ruptura, agora não só nos termos, mas na metodologia que é a de *pensar a produção do espaço a partir da centralidade do valor e as suas formas sociais como um imperativo para o capital*, e de reconhecer como a reprodução da vida humana tornou-se refém dessas formas capitalistas para que, enfim, o que faremos no próximo item, possamos estabelecer a crítica e encontrar os caminhos para supera-las.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

4. Para continuar: a centralidade das formas do valor

As formas do valor representadas acima, na Figura 1, buscam sintetizar a produção do espaço, naquilo que o processo capitalista tem de essencial. O círculo central é triparte e o valor se faz acompanhar de suas formas negativas: o antivalor e o não-valor. A nosso ver não cabe privilegiar na análise da produção do espaço uma das formas do valor; porque isso revela um reducionismo metodológico que compromete a perspectiva de entender a produção do espaço inteiro e obscurece os diversos usos e funções do espaço construído ou da cidade. Principalmente, na urbanização latino-americana porque essa redução apaga a coexistência das relações capitalistas e não-capitalistas de produção do espaço e, com isso, instalam-se campos cegos na análise.

Por isso, nossa preocupação ao longo dessa exposição foi a de examinar o espaço como totalidade e com esse mesmo método pensar os movimentos das formas do valor. Procuramos mostrar que há uma contribuição latino-americana que buscou trilhar um caminho crítico com essa orientação desde os meados dos anos 1970, e pode ser considerada como um ponto de partida dos estudos urbanos nessa perspectiva. Nesse sentido, ressaltamos que uma primeira contribuição foi a de Pradilla. Talvez por ser arquiteto, ele abriu um caminho para se pensar os processos construtivos casa (tratava especialmente da construção da vivenda) com ênfase na *técnica* em função de uma homogeneização impulsionada pela valorização do próprio capital, que, todavia, encontra obstáculos, pela ótica fabril, para realizar o seu ápice industrial na Construção.

A contribuição de Jaramillo (1982) se seguiu a essa com o estudo das *formas sociais da produção* do espaço construído que, por sua diversidade e abrangência, recobre os vários processos produtivos encontrados em cidades submetidas ao impacto da urbanização desigual latino-americana, como Bogotá. Assim, a proposta desse economista, alargando o enfoque para uma diversidade de formas, estruturas e processos permitiu compreender diferentes agentes, situações e contradições capazes de avançar o entendimento da produção do espaço por inteiro.

A partir de reconhecer essas importantes contribuições, concebemos uma representação idealizada do debate, por meio de quadros e figuras buscando colocar no centro da discussão da produção do espaço as tensões

CONSEQUÊNCIA EDITORA

existentes no valor em movimento, que se manifestam em processos contraditórios de valorização e com diferentes tipos de desvalorização. Devido a essas tensões foi ressaltado o uso dos prefixos *não* e *anti* nas denominações das formas negativas (do valor e da mercadoria), porque exprimem contraposição, embora não da mesma maneira. No entanto, é preciso considerar que de alguma maneira as negativas do valor são capturadas no processo de reprodução do capital e tornam-se partes propulsoras da valorização[37].

Será a partir da atenção a esses diferentes tipos de negação, expressos no "anti" e no "não", nas margens do valor, na Figura 1, que a representação nos círculos de cada setor no processo de valorização como – não-valor, valor e antivalor – permitirá discernir como o movimento do valor se particulariza e é influenciado pelas formas negativas na produção do espaço. Essas formas rebatem nos setores, conforme as faixas dos círculos, representando a tripartição das formas do valor, das formas do processo produtivo e das formas sociais do produto: o espaço construído. Dessa maneira, temos a partir do centro, não-valor, valor e antivalor que passam a apresentar as formas de produção não-mercantil, mercantil e estatizada, no segundo círculo. Por fim, no terceiro círculo, temos o espaço construído considerado conforme o significado de sua forma social, não-mercadoria, mercadoria e antimercadoria. Portanto, repetindo, conforme cada setor, a partir do ângulo central, temos não-valor, produção não mercantil e não mercadoria. No setor seguinte, valor, produção mercantil e mercadoria. No terceiro, encontra-se antivalor, produção estatizada e antimercadoria.

Dessa representação, do círculo externo, da forma social do produto se desdobra uma representação da cidade que permite considerar partes do espaço inteiro, ou seja, levando em consideração sua totalidade e suas diferenças. Nele, conforme os processos produtivos do espaço construído se fracionam os produtos em três tipos de espaços que, considerados pelo processo de circulação, funcionam como não-mercadoria, mercadoria e antimercadoria: (a) *Não-mercadoria*, porque corresponde à parte da cidade produzida de maneira não-mercantil por seus cidadãos e como bem de uso familiar que corresponde ao que inicialmente foi chamado de autoconstru-

37 A captura de valor social tem ocorrido, cada vez mais, pelos meios modernos da acumulação financeira (Harvey, 2018) e, tradicionalmente, pela própria valorização imobiliária (Pereira, 1988, p. 15).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

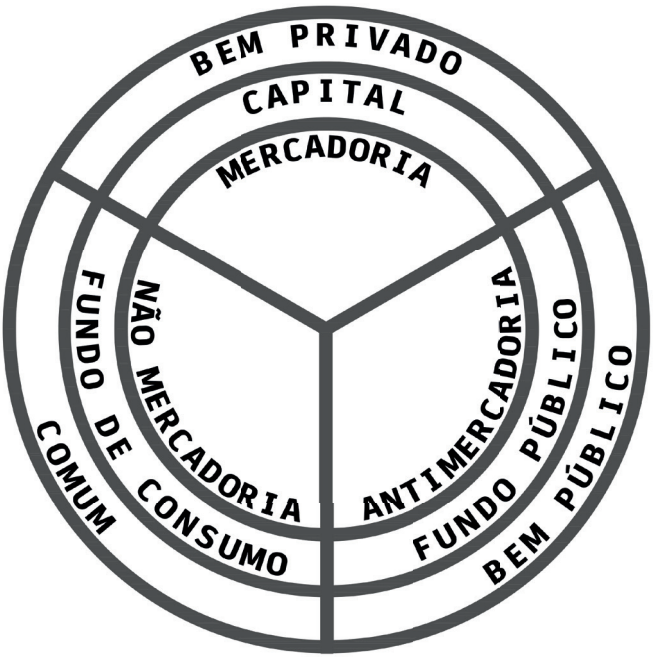
ção visando o uso pelo produtor. (b) *Mercadoria,* porque é parte da cidade produzida para (e pelo) mercado, negociada como bem privado: produz valor e realiza-se no mercado. E, por último, (c) *Antimercadoria* porque é parte produzida de maneira estatizada como bem público e com emprego de capital desvalorizado. Esses espaços partes da cidade não são contínuos e além de desiguais apresentam-se hierarquizados conforme se inserem no movimento do valor, como fragmentos capturados pelo processo de valorização. No caos urbano esses espaços construídos, como unidades, são praticamente invisíveis, mas a Figura 2, abaixo, ajuda a pensá-los pela função que realizam no movimento do valor como se eles fossem, de fato, uma unidade espacial.

A representação dos produtos em suas formas sociais no diagrama da Figura 2, a seguir, ajuda a pensar o todo da cidade capitalista, o espaço inteiro produzido em suas conexões físico-materiais e socioeconômicas; o metabolismo socioespacial e as metamorfoses do valor. Ele se revela por inteiro em suas dimensões tecno-materiais e formas sociais distribuídas e organizadas pela centralidade das formas do valor. No centro dessa representação tripartite do espaço inteiro estão as formas sociais do espaço-produto, seguido pelo círculo das formas funcionais da cidade (como condição ou como meio) servindo ao capital e para a reprodução capitalista, tais como: fundo de consumo, capital e fundo público. Dessas formas derivam as faixas do terceiro círculo que registra na Figura 2 a representação de espaços da cidade designados pelos termos *comum*, *bem privado* e *bem público*, conforme ocorre a apropriação e o uso do espaço pelas famílias (fundo de consumo), pelas empresas (capital) ou pelo Estado (fundo público), como estamos discutindo, sempre em funções subordinadas à valorização do capital.

Essas formas de apropriação dos espaços construídos estão no círculo mais externo, o terceiro, e correspondem aos produtos – mercadorias e não-mercadorias – que resultam da produção do espaço de acordo com sua representação no círculo específico da Figura 2. Importante notar que há tensões e que na realidade não são proporcionais como aparecem no diagrama, há disputas e as duas formas – "não" e "anti" – contrapõem-se à mercadoria, mas não da mesma maneira. Por isso, a partir desta, também poderiam ser pensadas as tensões nas relações de apropriação (formas de propriedade, Figura 2) tal como se pensou as relações de produção que movimentam os fluxos do valor (formas de produção, Figura 1).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Figura 2 – A representação tripartite dos espaços em subordinação ao valor



Fonte: Organizado por Pereira, P. C. X.; Arte: Petrella, G.

De maneira que a cidade, que nesse diagrama da Figura 2, o espaço instrumentalizado como *condição* e *meio* (representado no segundo círculo ou intermediário) poderia ser problematizado pelos conflitos entre as frações do capital, na condição de capital fixo ou de capital fictício, por exemplo. Ainda poderia ser observado que na função de *fundo de consumo* existem enormes assimetrias sociais desde as situações mais precarizadas da urbanização até àquelas de espaço com absoluto privilégio urbano, privatizados por excelência. Todavia, gostamos de imaginar que o *comum* seria uma possível estratégia a ser realizada no âmbito desse setor. E, da mesma maneira, cabe problematizar as diferentes acessibilidades aos bens públicos e tensionar toda problemática das condições gerais em função do capital ou das estratégias sociais de reprodução da vida.

A ideia de o espaço urbano estar representado por inteiro por meio dessas categorias socioeconômicas de apropriação na reprodução do capital é uma possibilidade de análise interessante para compreender a produção-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

-apropriação capitalista do espaço da cidade e do valor. Isso se traduz em pensar o espaço inteiro da cidade submetido às funções capitalistas. Primeiro, o espaço da produção funcionando como capital fixo com o objetivo de produção do valor e, ainda, o espaço dos negócios gerenciado como capital fictício gerando antivalor. E, depois, a cidade oferecendo espaços de consumo para a reprodução da vida. Essa função de fundo de consumo da cidade se constitui numa produção desvalorizada da força de trabalho em sua subordinação à dinâmica do capital. Mas, note-se, que o *comum* é o termo, a partir do qual emerge a possibilidade de desvencilharmo-nos dessa subordinação ao capital.

Até que ponto a formulação apresentada das noções negativas do valor permite avanços na análise sobre a representação do espaço e da sua produção capitalista? Em que medida a sua apresentação visual em uma figura é realmente didática? Consideramos que, primeiramente, há um ganho em favor da compreensão com rigor teórico e relevo do método dialético na análise socioespacial da produção na perspectiva do valor. Depois, pela possibilidade de se ampliar a análise na perspectiva da economia política e entender a articulação das (diversas) formas capitalistas de produção do espaço, inclusive com a coexistência de formas e de relações capitalistas e não-capitalistas. E, ainda, por avançar na direção de compreender como ocorre o uso capitalista (e não capitalista) da cidade em função do capital (na atualidade, a dominância do capital fictício em tensão com a do capital fixo) e, também, o papel dos fundos tanto o fundo de consumo, como o fundo público.

Como capital fixo, a função de parte da cidade é a valorização produtiva do valor que se beneficia do capital fixado à terra para produção e captura de valor. A cidade insere-se nesse movimento, pelo espaço que é instrumentalizado como se fosse componente ou elemento do processo produtivo do valor ou apenas propriedade que exige seu tributo. No primeiro caso, a cidade funciona como sendo capital fixo socializado (Folin, 1977) e, no segundo, o espaço é negociado em função da acumulação do capital que o utiliza para aumentar o valor extra, obtendo rendas. E, há também, o uso improdutivo da cidade pelo capital, como capital fictício (Harvey, 2015), ou tanto para acumulação de capital (consumo produtivo), como para a reprodução social (consumo improdutivo). Em ambos os casos, na fluência do valor é importante observar a circulação do antivalor, que se movimen-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ta sob a forma de juros e de rendas. Metamorfoses distributivas do valor necessárias para retribuir agentes (ociosos?) porque não atuam para a acumulação, mas fazem parte da reprodução social e dos que se apropriam da riqueza.

Convém ressaltar, ainda, o espaço da cidade na sua função de fundo, sobretudo porque como fundo de consumo para as famílias é uma função cotidiana do espaço da cidade e dos imóveis utilizados para a reprodução da força de trabalho, enfim para a vida. Essencialmente, no uso para moradia, o espaço é fundo para quem o usa como posse ou propriedade para viver. Não há valor de troca, não há mercadoria, não há aluguel; há, sim, *apropriação e uso do espaço* para *a vida*.

Sendo assim, e tendo esse aspecto como fim último e relevante, é significativo destacar que na Figura 2, a representação da circunferência com setores iguais (fatias) faz parecer que eles seriam equitativos. Não o são, não há nada que faça com que eles sejam. Trata-se de uma irrealidade dessa representação, até porque não há razão para coincidir a divisão dessas formas e discrepar parece ser a natureza delas. As formas negativas do valor, como vimos, atuam contraditoriamente no movimento da valorização. Dominadas pelas categorias mercantis, a função socioespacial da cidade e as formas de produção-circulação dos produtos atuam de distintas maneiras. Note-se que entre as formas capitalistas de produção, até as que ocorrem com relações não-capitalistas propulsionam o valor, embora sejam apenas a produção voltada para o mercado, aquela que, de fato, diretamente o produz.

Essa é a questão com a qual vamos concluir nossas indagações: nas figuras, cada setor foi representado como igual aos outros setores, com ângulo e curvatura semelhantes. Mas, isso não representa as proporções de como as categorias sociais se encontram na realidade. De maneira que o desenho do diagrama ainda poderia ser mais realista se acrescentado as devidas proporções, que de fato, cada setor ocuparia na figura. Assim, a representação das formas sociais pelos círculos, com suas específicas divisões desproporcionais entre os setores da circunferência apresentados, poderia revelar a característica da cidade: se mais orientada para o comum, para os bens privados ou para os bens públicos. Essa característica, tal como o grau dos ângulos dos setores, indicaria a orientação social e política da cidade pela proporção do seu espaço em direção ao comum ou em direção à privação dos bens privados e, também, a acessibilidade aos bens públicos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Assim, pela quantidade de graus nos ângulos dos setores a sociedade teria conhecimento se estamos mais distantes ou mais próximos da cidade que se quer. E por meio dessa medida haveria indicações para modular as lutas e orientar os planos para produzir e distribuir o trabalho social na cidade, remanejar na sociedade – o "cálculo econômico social" para usar um termo de Bettelheim (1970). E a partir dessa bússola seria possível orientar as características da sociedade urbana a ser construída em um caminho prático para autonomizar e orientar as forças sociais em relação ao movimento do valor e ao projetamento do urbano comum, se for essa a cidade que queremos.

Agradecimentos

Expresso meus agradecimentos aos organizadores do evento VII SIMEGER pelo estímulo e ao grupo de pós-graduandos da FAU-USP, Júlio Lamparelli, Kamir Gemal, Higor Rafael de Souza Carvalho, Luís Andrés Cevallos Serrano e Vinicius Nakama pelo debate e comentários que serviram para aprimorar o texto.

Referências

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 83, p. 103-127, mar. 2009.

BETTELHEIM, Charles. *Calculo económico e formas de propriedade*. Lisboa: Dom Quixote, [1970] 1972.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1972] 2021.

FOLIN, Marino. *La ciudad del capital y otros escritos*. Mexico, Gustavo Gilli, 1977.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*. Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, [2017] 2018.

HARVEY, David. *Limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

JARAMILLO, Samuel. Las formas de producción del espacio construído em Bogotá. *In:* PRADILLA, Emilio (org.) *Ensayos sobre el problema de la vivenda en América Latina*. Mexico: Unam, 1982. p. 150- 212.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

LEFEBVRE, Henri. *Revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG, [1970] 1999.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, [1977] 1997.

OSEKI, Jorge Hajime; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; MARICATO, Ermínia; MAUTNER, Yvonne. Bibliografia sobre indústria da construção: reflexão crítica. 1991. *Sinopses*, n. 16. São Paulo: FAUUSP, dez. 1991, p. 36- 45.

OSEKI, Jorge Hajime. Bolaffi, Gabriel, (orient). *Arquitetura em construção*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAUUSP, 1983. 172p.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier; NAKAMA, Vinicius; GEMAL, Kamir Freire; CUNHA, Tales Fontana Siqueira; CEVALLOS SERRANO, Luis Andrés. Explorações do antivalor em Francisco de Oliveira e David Harvey. *Geografares*, Vitória, Brasil, v. 5, n. 40, 2025. DOI: 10.47456/geo.v5i40.46835. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/46835. Acesso em: 29 mar. 2025.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Espaço, Técnica e Construção*. O desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1988.

PIREZ, Pedro. Las heterogeneidades en la producción de la urbanización y los servicios urbanos en America Latina. *Territorios*, Bogotá, n. 34, 2016, p. 87-112.

PRADILLA, Emilio. Formas productivas, fracciones del capital y reconstrucción urbana en América Latina. *In:* CORAGGIO, Jose Luis y MUÑOZ, Ruth (comps.) *Economia de las ciudades de América Latina hoy*. Enfoques multidisciplinarios. Vol. 1, Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento. 2018. p. 157- 179.

PRADILLA, Emilio. Notas acerca del problema de la vivenda en América Latina. *Ideologia y Sociedad*, Bogota enero/marzo, 1976.

RUBIN, Isaac Illich. *Ensayos sobre la teoria del valor de Marx*. Buenos Aires: Editorial Marat, 2022.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 8

DECOLONIALIDADE, ANARQUISMO E MARXISMO: CONSTRUINDO DIÁLOGOS POSSÍVEIS?

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 24

Caminhando no debate entre marxismo e decolonialidade: uma sinfonia das diferenças

Bernardo Agueda

Introdução

O debate entre marxismo e decolonialidade apresenta desafios teóricos e epistemológicos complexos, na medida em que as vertentes emergem de tradições intelectuais/práticas distintas, dotadas de percursos históricos singulares e arcabouços analíticos próprios. Não obstante, a tessitura de um diálogo entre tais referenciais não apenas se apresenta como uma possibilidade teórica, mas impõe-se como uma exigência incontornável para a compreensão das lutas emancipatórias contemporâneas.

É desnecessário afirmar que ambas as tradições apresentam um percurso substancial, sendo trabalhadas já há algum tempo por diversos autores e autoras, de formas variadas e enriquecedoras. Quando falamos do marxismo, sobretudo, se trata de uma longa cronologia intelectual, com caminhos distintos, ramificações e tendências variadas. O(s) campo(s) da decolonialidade, de trajetória acadêmica consideravelmente mais recente, também já constituíram, entretanto, um alicerce de conceitos próprios, concebendo uma forma de ver o mundo particular, ainda que comportando diferentes olhares e vozes. Contudo, as interseções entre essas diferentes perspectivas são ainda pouquíssimo exploradas e sistematizadas. Essa incompletude, longe de ser uma limitação, pode se constituir em potência, ao permitir a emergência de novas abordagens e perspectivas críticas.

Nesse sentido, sem a pretensão de estabelecer de maneira definitiva esse diálogo, o presente capítulo tem como objetivo explorar as possibilidades e os limites dessa interlocução, fornecendo apontamentos sobre: (i) cenários

CONSEQUÊNCIA EDITORA

possíveis para fecundar o diálogo entre o marxismo e a decolonialidade, indicando os pressupostos que permitem ou impedem essa associação; (ii) algumas convergências possíveis entre diferentes perspectivas e matrizes teóricas e epistemológicas; (iii) os caminhos teóricos e práticos que podem servir de ponto de partida para desdobramentos futuros desse debate.

É neste terceiro ponto que reside, para nós, o grande desafio: figurar práticas emancipatórias consistentes a partir desses referenciais em diálogo. Não se trata de afirmar a inexistência dessas práticas — pelo contrário, há uma multiplicidade de experiências e lutas coletivas cotidianas que apontam para caminhos alternativos. O desafio reside na teorização dessas experiências e na compreensão das "fissuras" (Holloway, 2013) que de fato provocam –, bem como na identificação das interseções, confluências e "nexos aglutinadores" (Harvey, 2004) que podem conferir-lhes caráter autônomo, universal e libertário.

É evidente que algumas experiências já nos inspiram e desafiam. Podemos sublinhar, nesse sentido, as racionalidades plurais e o "complexo de práticas sociais orientadas para a produção e reprodução democráticas de uma sociedade democrática" (Quijano, 2010) que constituem o chamado *Buen Vivir* (*Sumak Kawsay*) ou *Sumak Qamaña* (*Vivir Bien*), a depender da região andina. São ideias e condutas que reaparecem em meio às tentativas de construção de um paradigma de desenvolvimento que supere a falsa dicotomia liberal entre direitos individuais e coletivos (Radcliff, 2005). Em oposição ao pensamento hegemônico ocidental, o Bem Viver é pautado em conhecimentos múltiplos, provenientes da matriz comunitária dos "povos que vivem em harmonia com a natureza" (Acosta, 2016). Simultaneamente, configura-se como uma conjuntura propícia e fecunda, na qual se delineia como uma possibilidade concreta de edificar, por meio do esforço coletivo, modos alternativos de existência.

Orientadas ou não pelos horizontes de sentido provenientes da matriz comunitária dos povos buscam viver em harmonia com a natureza, percebem-se no continente lutas de grandes movimentos, dentre os quais poderíamos destacar os zapatistas, os mapuche, os yanomami – entre tantos outros grupos indígenas da Bolívia, Peru, Equador, Chile, México e outros países –, os quilombolas, os trabalhadores rurais sem-terra, além da proliferação de projetos em periferias urbanas. São movimentos que provocam tensões, resistências e insurgências e que "exibem em seus territórios pro-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

jetos de grande fôlego, entre os quais se destaca a capacidade de produzir e reproduzir a vida." São experiências que estariam inseridas na difícil tarefa, conforme sinaliza Acosta (2016, p. 81), de "desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos".

Refletir dialeticamente sobre o horizonte da produção e a dimensão criadora do sujeito pressupõe entender a diferença como elemento fundante e indissociável da produção do espaço. Nesse sentido, a estética comunitária zapatista, conforme salientada por Enrique Dussel (2019); a concepção yanomami do sonho como dimensão fundamental da produção do conhecimento e forma privilegiada de contato com a alteridade – entendida como afiada ferramenta ontoepistemológica por Limulja (2022); e a apreensão espaço-temporal aymara, a partir da epistemologia *ch'ixi,* como ressalta Cusicanqui (2010), são apenas alguns exemplos que apontam para a criação de outras perspectivas que tentem produzir sensibilidades, formas alternativas de ver o mundo e novas experiências, alargando os nossos – hoje contraídos – campos teóricos[1].

Nessa direção, a crítica deve ser subsumida dentro de um outro horizonte, que aponta para a libertação. Um dos desafios centrais consiste, assim, em ultrapassar o impacto localizado dessas experiências e construir possibilidades de enraizamento mais amplo, capazes de gerar escalas ampliadas de resistência e transformação. Trata-se, portanto, de abrir veredas para que, juntos, forjemos novos caminhos de vida a muitas vozes.

Pensar em movimento: Localizações, contradições e confluências

Partimos, aqui, das indagações desenhadas no simpósio anterior, bem como do capítulo publicado no livro do VI SIMEGER, no qual já discutíamos as possibilidades e tensões inerentes à interlocução entre marxismo e decolonialidade. A construção dessas chamadas "pontes teórico-conceituais" im-

1 Ressaltamos ainda que, na direção oposta de enxergar qualquer fetichização/mistificação de um "saber puro", ainda não contaminado pelo mundo ocidental, abordaremos tais concepções de mundo pela ótica das pontes para possíveis conexões, diferenças e representações conectadas no espaço marcado por um sentido global do lugar.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

põe desafios complexos, pois não se trata apenas de articular distintas tradições teóricas, mas de compreender a dialética entre diferentes formas de reprodução sociometabólica, suas especificidades culturais e suas relações com a natureza, ou seja, suas práticas espaciais particulares.

Desde aquele momento, já apontávamos as dificuldades e paradoxos dessa integração, que constitui um caminho arriscado. Afinal, seria epistemologicamente mais seguro escolher uma única matriz teórica e nela se aprofundar, ainda que reconhecendo suas limitações. O questionamento inicial, portanto, persiste: é possível conectar essas perspectivas sem abrir mão do rigor teórico-metodológico e sem incorrer em um holismo excessivamente abstrato e desconectado do real-concreto?

A resposta que defendemos é afirmativa, desde que reconheçamos as contradições inerentes a esse debate e que saibamos lidar criticamente com essas contradições, evitando, assim, uma síntese inconsistente ou a uma justaposição desprovida de coesão e precisão analítica.

No caso do marxismo, compreendido em sua ampla tradição teórico-metodológica, há formulações, pressupostos e categorias fundamentais que estruturam seu aparato analítico, orientando a forma pela qual se apreende a realidade e evidenciando aspectos frequentemente não iluminados por outras perspectivas. De modo análogo, quando falamos em decolonialidade — que não se reduz a uma teoria ou matriz epistemológica específica, mas constitui uma forma de ver o mundo, abarcando múltiplos olhares e contradições internas —, identificamos lentes particulares de análise que frequentemente tensionam as formulações marxistas, sobretudo quando observadas a partir de um viés estruturalista.

Ainda que as tensões sejam inevitáveis, sustentamos que esse diálogo não apenas é possível, mas também produtivo. Isso porque, além de haver pontos de convergência, o próprio pulsar dialético do conhecimento, em sentido hegeliano, exige que as formulações teóricas sejam constantemente tensionadas e postas em movimento. Essa interlocução permite, assim, a abertura de novos campos de reflexão, muitas vezes negligenciados no interior de cada tradição teórica, seja por limitações intrínsecas, seja pelo contexto histórico-geográfico em que suas categorias foram construídas. Contudo, é fundamental ressaltar que esse processo não se dá de maneira simétrica ou neutra, mas implica disputas, deslocamentos e reconfigurações teóricas contínuas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O diálogo em questão, ainda que pautado em um certo ecletismo – um ecletismo ativo, como preferimos –, tem um ponto de partida, em que nos postamos geográfica e epistemicamente. A localização geográfica do discurso explicita epistemes e narrativas, ao mesmo tempo em que representa, oculta ou distorce aquilo que enuncia, servindo a interesses específicos, como observa Hall (2002). Nesse sentido, o discurso opera como veículo de ideologias, desejos e condições de poder, perpetuando estruturas sociais, como indicam Lefebvre (1991) e Gramsci (2000), ao evidenciar sua ancoragem nos "meios de produção espiritual da sociedade". Em outras palavras, interno e externo ao sujeito, todo o discurso e cada narrativa são mecanismos de reprodução das relações de dominação e apresentam, ao mesmo tempo, uma localização particular que lhes definirá a intencionalidade.

Destarte, como já destacado em Rua e Agueda (2023), sustentamos o lócus epistêmico na América Latina, que vai nortear nossa argumentação. Não será uma localização plenamente latino-americana, pois como brasileiros encontramos alguns limites na construção de nossa latinoamericanidade, conforme também discute Haesbaert (2021). O Brasil tem uma inserção histórica e geopolítica singular na América Latina e isto afetará indelevelmente o teor das ideias aqui pontuadas e do posicionamento teórico-conceitual que as sustenta. Reconhecer essa especificidade é fundamental para compreender as nuances e tensões que permeiam nossa perspectiva analítica.

Como também destacamos naquela ocasião, ainda que busquemos estabelecer conexões teórico-conceituais, permanecemos mais firmemente ancorados na "margem" da teoria social crítica de inspiração marxiana e marxista — seja por meio de leituras diretas de Marx, seja por intermédio de interpretações elaboradas por autores que o retomam. No entanto, essa orientação não nos impede de reconhecer e valorizar aportes teóricos que, embora não se alinhem explicitamente ao marxismo, ou mesmo provenham de outras matrizes conceituais, oferecem contribuições relevantes.

Um ponto de partida para essa discussão está sustentado, portanto, na dialética, especialmente representada pelas contribuições da tradição marxista, mas sem perder de vista a perspectiva de Hegel, cujos contributos são dignos de realce. Assim, a concepção de dialética aqui mobilizada não se restringe à formulação de Marx, mas reporta-se a um entendimento hegeliano anterior, mais abrangente, que transcende tanto a dialética estritamen-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

te imanente aos conceitos quanto a abordagem escolástica, frequentemente reduzida à tríade tese-antítese-síntese. Em vez disso, adota-se a dialética enquanto processo de "desnaturalização", ou seja, como um instrumento epistemológico capaz de dinamizar e submeter a exame crítico aquilo que, no pensamento, se apresenta como dado ou inquestionável. Em outras palavras, trata-se de um movimento que desafia a fixidez do pensamento e da realidade, entendendo a negação interna como força propulsora da transformação, ideia que foi aprofundada por diversos filósofos, como Frederick Beiser, Frederic Jameson, Catherine Malabou e Vladimir Safatle.

A crítica ao modelo transcendental, desenvolvida por Hegel – ao associar ser e pensamento em um movimento que é inerente à própria experiência –, revela sua originalidade e significância ao colocar em movimento o que é apresentado como natural na consciência. O processo trazido pelo filósofo alemão é de "desconstruir" o pensamento, isto é, problematizar a história e a gênese das ideias. Ao mostrar como as ideias são produzidas – "rememorar", para Malabou (2004) – a aparência de coesão se desfaz. Se trata de redescobrir e contestar o que parece dotado de validade, fazendo com que as certezas imediatas se tornem insuficientes. Pensar, para Hegel, já é uma ação, uma vez que o movimento do pensamento muda os seus próprios pressupostos, redimensiona o campo da experiência.

É desse modo que Hegel reinventa e modifica a dialética, superando o raciocínio meramente formal, como a lógica da aparência[2]. A filosofia hegeliana evidencia a contradição, entendendo-a não como uma impossibilidade de pensar, mas como uma descrição mesma do próprio movimento do pensamento. A suposta identidade é destruída no processo, uma vez que a tentativa de realizar uma ideia produz o próprio princípio que é contraditório a ela, processo que faz parte do movimento de atualizar um conceito, "dar realidade" a ele. De forma semelhante, Henri Lefebvre argumenta que

> Em face de toda verdade aparentemente estabelecida e que se pretende absoluta, o pensamento em movimento implica um momento de dúvida (o espírito crítico), de negação, de ceticismo, de relativismo. Mas devemos pa-

2 Hegel refuta, por exemplo, a concepção kantiana da dialética transcendental como a "lógica da aparência", ressignificando a dialética como momento constitutivo e necessário do processo do conhecer.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> rar nessa negação? Não se trata, antes, de uma fase, de um momento do pensamento que vai superar seu ponto de partida? (Lefebvre, 1991, p. 98-99).

O famoso método dialético hegeliano[3] refere-se, assim, a uma lógica que, como aponta Beiser (2014, p. 32), "deveria mostrar como os conceitos necessariamente se contradizem a si mesmos e como suas contradições somente podem ser resolvidas por considerá-los como partes de um todo mais amplo"[4]. Essa lógica que, como destaca Lefebvre, trata do discernimento/separação própria da análise e da posterior dissolução das determinações do entendimento ao captar sua unidade (Lefebvre, 1991, p. 78), apresenta três momentos interligados, descritos de forma sintética por Frederick Beiser:

> (a) algum conceito finito, verdadeiro apenas para uma parte limitada da realidade, deveria ultrapassar seus limites na tentativa de conhecer toda a realidade. Esse conceito deveria asseverar-se adequado para descrever o absoluto porque, assim como o absoluto, ele possui um significado completo, ou autossuficiente, independentemente de qualquer outro conceito. (b) Essa alegação entra em conflito com o fato de que o conceito depende, para seu significado, de algum outro conceito, possuindo significado somente em contraste com sua negação. Haveria, então, uma contradição entre a alegação de independência e sua dependência, de fato, em relação a outro conceito. (c) A única maneira de resolver a contradição seria reinterpretar a alegação de independência, de modo que ela possa ser aplicada não apenas a um conceito, por exclusão do outro, mas à totalidade de ambos os conceitos. Ora, esses mesmos momentos poderiam ser repetidos em um nível superior, e assim por diante, até chegarmos ao sistema completo de todos os conceitos, o qual é o único adequado para descrever o absoluto (Beiser, 2014, p. 32).

3 Em verdade, para Hegel, a dialética propriamente dita é interna aos conceitos e categorias, explicando todo movimento e toda a mudança na realidade e no pensamento. Assim, na perspectiva do autor, "a dialética não é um método, no sentido de um procedimento que o pesquisador aplica ao seu objeto de estudo, mas a estrutura e o desenvolvimento intrínsecos ao próprio objeto de estudo" (Inwood, 1997, p. 101).

4 Segundo Arantes (1996 apud. Safatle, 2016), Hegel define a dialética como "o espírito de contradição organizado".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

As chamadas etapas do "entendimento", "razão" e "especulação", para Hegel, envolvem a "unidade de opostos" a partir das contradições. O duplo significado de *Aufhebung* como "supressão" e "preservação", como indica Malabou (2004, p. 146), torna-se, assim, extremamente pertinente à filosofia do autor. É por isso que Fredric Jameson afirma que "Hegel supera o dilema de sujeito e objeto projetando uma nova dimensão de pensamento, chamada especulativa, que pressupõe sua identidade de antemão […]" (Jameson, 2010, p. 9, tradução nossa). É justamente esta identidade sujeito-objeto que equivale à concepção de absoluto em Schelling, como aquilo que tem uma essência e existência independente.

Se sujeito e objeto existem em situação de interação dialética, como vimos, "estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural, etc" (Ciavatta, 2014, p. 195). Assim, na lógica chamada por Ciavatta de "reconstrução histórica", o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, ou seja, a história é utilizada enquanto método e processo para reconstruir o objeto a partir de uma realidade complexa e aberta às transformações da ação dos sujeitos sociais. Almejamos incorporar semelhante perspectiva ao longo do texto, situando nossos objetos de análise no conjunto de relações mais gerais que os cercam, atualizando as construções teórico-conceituais a partir das contradições próprias do movimento do pensamento. O condicionamento histórico e social do pensamento e, igualmente, do sujeito, do objeto e do método, ou seja, a percepção destes em meio ao fluxo da história – uma das principais contribuições da perspectiva marxista/hegeliana – é que consideramos essencial. Trabalhamos, como anunciamos acima, com uma perspectiva integradora, que busca contemplar simultaneamente categorias de análise e de prática, numa relação direta entre pensamento e ação.

Logo, enquanto a negação tende a ser compreendida, segundo a maior parte da tradição ocidental, como um entrave e/ou uma ausência de continuidade, a concebemos, em consonância com Hegel, como potência[5]. Nessa

5 Segundo Hegel, o conhecimento não se configura como uma entidade fixa e imutável, mas antes como um processo dialético em constante transformação, no qual a contradição e a negação desempenham papéis estruturantes. Para ele, é no embate entre teses antagônicas e na superação dessas oposições que se manifesta o movimento da razão. Dessa forma, a negação não é um mero obstáculo ao saber, mas constitui, paradoxalmente, seu princípio motor, possibilitando o desenvolvimento progressivo do pensamento e a ampliação da com-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mesma direção, em paralelo com Cusicanqui (2010), incorporamos a ideia de conviver e habitar as contradições (uma "mestiçagem descolonizadora"), pois são elas que impulsionam tanto o pensamento quanto a realidade.[6] É dessa forma que "o pensamento age na medida em que pensa" (Heidegger, 2008, p. 326).

Nesse sentido, iluminar outras visões de mundo não significa abrir mão dos pressupostos marxistas, mas reconhecer que o pensamento deve ser tensionado para acompanhar as transformações do real. Trata-se, portanto, de uma recusa ao epistemicídio e à homogeneização das formas de conhecimento, debate central à decolonialidade. Essa perspectiva subversiva e transitória implica o reconhecimento de convergências possíveis entre diferentes epistemologias, sem cair em um ecletismo acrítico.

Releituras, deslocamentos e a centralidade das margens no marxismo

O movimento, a subversão e a transitoriedade tanto dos referenciais conceituais quanto do próprio escopo analítico mobilizado perpassam pelo processo de identificação de possíveis aproximações e contribuições advindas das convergências com outras perspectivas e epistemologias. Os terrenos de interseção e confluência assim constituídos possibilitam a construção de diálogos teóricos sem que se abandone a centralidade do método marxista, que nos dá sustentação. Evita-se, desse modo, a armadilha de um holismo abstrato, quando a tentativa de abarcar a totalidade das perspectivas resulta na perda do rigor científico, o que compromete a coerência teórico-metodológica e enfraquece a unidade analítica necessária à apreensão da realidade concreta. Nesse sentido, optamos por um "misto de rigor e desobediência". Trata-se de um rigor não canônico, ou seja, que não se submete a uma normatividade dogmática, recusando a fixidez de cânones estritos,

preensão. Henri Lefebvre, fazendo referência à dialética, afirma: "o homem só poderia ter se desenvolvido através de contradições; portanto, o humano só poderia ter se formado em oposição ao desumano, inicialmente misturado com ele, para enfim ser discernido através de um conflito e dominá-lo pela resolução desse conflito" (Lefebvre, 2009, p. 39-40).

6 "O papel da mediação ou da negação, em Hegel, não é a de desparecer, uma vez que seu trabalho tenha sido realizado, permitindo a reconciliação dos opostos. O que desaparece é, antes, a positividade em relação à qual o negativo seria um mediador. Ou, como coloca Hegel, na passagem, 'o retorno da essência é, assim, seu rechaçar-se a si mesma.'" (LAUREANO, 2018, p. 118).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sem, contudo, abdicar da exigência metodológica fundamental à produção de um conhecimento crítico e dialeticamente fundamentado.

O que, então, estabelece essa conexão entre as perspectivas em diálogo? Em última instância, trata-se da interlocução com as margens do capitalismo e, por conseguinte, da construção de um pensamento ancorado na luta e no movimento.

Esse dinamismo já se fazia presente nos escritos tardios de Karl Marx, que deslocam a análise do desenvolvimento para as periferias ou "margens" do sistema-mundo capitalista. Suas reflexões sobre colonialismo e imperialismo revelam uma abordagem menos eurocêntrica e mais atenta às especificidades das lutas populares e das resistências locais. Assim, a edificação teórica marxiana não é estática, mas um processo contínuo de crítica e reelaboração, enriquecido pelas experiências revolucionárias. O desafio contemporâneo reside em aprofundar esse movimento, estabelecendo um campo de interlocução que preserve as especificidades de cada domínio intelectual e prático, sem perder de vista a unidade da luta pela emancipação. Um movimento que demonstra a plasticidade da tradição marxista e sua capacidade de incorporar criticamente novas experiências e formulações teóricas.

A importância do "deslocamento para as margens" no entendimento marxiano/marxista acerca do modo de produção capitalista pode ser observada, sob a ótica da Geografia, a partir dos estudos sobre o desenvolvimento geográfico desigual[7], cujos principais expoentes são Edward Soja, Neil Smith e David Harvey, estes, por sua vez, embasados em Rosa Luxemburgo, Trotsky e Lênin. Pautado na transferência geográfica de valor, isto é, no deslocamento geográfico compulsório dos excedentes imposto pela sobreacumulação do capital, o desenvolvimento geográfico desigual revela "um meio chave para a reinvenção periódica do capital por si mesmo" (Harvey, 2014, p. 149).

A transferência geográfica de valor (TGV), ou seja, "o mecanismo ou processo através do qual o valor produzido num local ou numa área é pelo menos parcialmente realizado e, portanto, contribui para a acumulação localizada em outra parte" (Soja, 1983, p. 66), é o caminho utilizado por

7 Não temos como objetivo desenvolver a discussão teórica e metodológica acerca do(s) desenvolvimento(s) geográfico(s) desigual(is), aprofundada em Agueda (2024). A construção teórica em questão, que possibilita múltiplas interpretações e caminhos metodológicos, é aqui utilizada como ponto de partida para a aproximação com as "margens" do capitalismo, possibilitando o estabelecimento de elos entre o marxismo e a decolonialidade.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Soja para melhor compreender a periodicidade do capital e suas iminentes crises. Esse processo explicita, de início, a extração sistemática de riqueza de determinadas regiões para outras, aprofundando a reprodução de desigualdades, o que nos oferece uma lente crítica para a análise das formas pelas quais o capitalismo produz o espaço, exacerbando as disparidades entre distintas áreas geográficas. Contudo, para além dessa formulação inicial (e até simplista), a transferência geográfica de valor está associada ao que denominamos de "exterioridade intrínseca" do capitalismo, conceito próximo à necessidade contraditória de um "Outro" ao próprio modo de produção, tal como formulado por Rosa Luxemburgo. Essa contradição decorre do fato de que, embora o capital tenda à totalização, apropriando-se progressivamente das esferas material e imaterial — ou "espiritual", nos termos de Marx — da produção, ele depende, contraditoriamente, da existência de um exterior. Esse exterior é essencial para que o modo de produção supere crises de sobreacumulação e realize os excedentes acumulados.

Em outras palavras, a única via pela qual o capitalismo consegue escapar de suas próprias contradições reside na constante expansão. Intrinsecamente expansiva, movida pela lei da reprodução crescente, ampliada, que acarreta a tendência do capital de dominar progressivamente todos os ramos e setores da produção, a lógica capitalista sempre encontra limites. O capitalismo precisa de algo de fora, necessita produzir (material e imaterialmente) um "Outro", de onde consegue encontrar caminhos de transformar os meios de vida em capital.

É nesse sentido que Rosa Luxemburgo caracteriza o capitalismo como a "a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente", mas também, "a primeira que não pode existir só" (Luxemburgo, 1988, p. 98). Em outras palavras, sua vocação é a "conquista" — quer fazer do globo inteiro seu domínio. No entanto, é também uma criatura paradoxal: embora deseje ser única, não sabe caminhar sozinha. Precisa devorar outras formas de vida econômica para sobreviver. E, ao tentar tornar-se absoluto, revela sua fragilidade essencial — pois não pode sustentar-se como força produtiva universal sem o alimento diverso das formas que destrói.

Luxemburgo desenvolve sua argumentação justamente no limite encontrado por Marx, que chega à constatação de que "a produção capitalista não pode existir, de modo algum, sem comércio exterior" (Marx, 1867 apud Dussel, p. 233-234, tradução nossa), mas não desenvolve sua exposi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ção sobre o assunto.[8] Mesmo esquivando-se de questões relacionadas ao mercado externo e às transações internacionais, ao menos em um primeiro momento, Marx reconhece nos processos de produção e circulação do capitalismo a necessidade de um comércio exterior, não apenas como condição prévia, mas como consequência da expansão a novos mercados, tendendo a transformar a divisão social do trabalho em um sistema geográfico de produção e troca, reproduzindo relações centro-periferia numa escala global. Tal ampliação de novos mercados, realçada por Enrique Dussel (1990, p. 234) como "a superação dos limites anteriores", segundo Marx, "não faz mais do que deslocar as contradições (*Widersprüche*) para uma esfera mais ampla, abrir a elas um campo de ação mais dilatado" (Marx, 1867, p. 571 apud Dussel, 1990, p. 234, tradução nossa).

Em passagem dos Grundrisse, Marx destaca:

> Um problema à parte é o de *como*, na produção baseada no capital, essas contradições são constantemente subsumidas e também constantemente reproduzidas […] O importante é, *por ora*[9], verificar a existência de tais

8 Segundo Harvey (2005, p. 62-63): "Marx nunca propôs uma teoria sobre o imperialismo. Em suas observações sobre relações de transporte, teoria da localização e comércio exterior, ele, no entanto, indica claramente que tinha em mente algum tipo de teoria geral da acumulação de capital numa escala geográfica expansível e intensificada."

9 Merece destaque que este "por ora", conforme apontado pelo filósofo argentino (Dussel, 1990, p. 235), é uma sugestão metodológica, ou seja, uma consideração abstrata e essencial – seguindo, de forma geral, o projeto metodológico de *O Capital* –, sem ascender (ainda) ao "nível 'concreto' da explicação 'real' complexa" (Dussel, 1990, p. 235, tradução nossa). A pergunta de "como" (essas contradições são produzidas) já envolve as investigações posteriores do autor sobre o chamado "Terceiro Mundo". Tal constatação pode ser reforçada pela aparente estranheza inicial de Harvey (2005, p. 53) quanto à posição de Marx sobre o comércio exterior. Ao mesmo tempo em que reconhece que a produção capitalista não existe sem o mesmo, Marx sugere que "a importância dada ao comércio exterior serve apenas para 'gerar confusão, sem acrescentar elemento novo algum relativo ao problema [da acumulação], ou à sua solução' (Marx, 1967, vol. 2, p. 470)" (Harvey, 2005, p. 53). Dessa forma, o desvio de Marx acerca dos questionamentos sobre o comércio exterior, em nossa concepção, explica-se pelo desenvolvimento metodológico do autor, conforme ressaltou Dussel. Os processos de produção e circulação do capital, descritos nos livros I e II d'*O Capital* permeiam uma leitura mais voltada à abstração, enquanto momento indispensável da análise ou etapa de redução provisória do conteúdo do pensamento. É somente no Livro III – e nas cartas e manuscritos de um momento posterior da obra de Marx – que percebemos com mais clareza a "volta" ao concreto a partir da exploração mais esmiuçada das formações sociais para além da Europa, na tentativa de esquadrinhar o processo global da produção capitalista.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> contradições (Marx, 1867 apud Dussel, 1990, p. 234-235, tradução nossa, grifos nossos).[10]

Logo, se Marx já criticava os chamados "harmonicistas" – que pretendiam demonstrar a possibilidade do capitalismo dentro de seu próprio mercado interno (Dussel, 1990) –, apontando para a contradição referente ao caráter expansivo da produção capitalista, Rosa Luxemburgo vai além, demonstrando a insuficiência dos esquemas de reprodução propostos e refletindo de forma mais aprofundada sobre a lei da acumulação em escala mundial. A autora não apenas "comprova" a existência das contradições destacadas pelo filósofo alemão como explora o problema de "como" estas contradições são subsumidas e reproduzidas.[11] Desse modo, supera o grau de abstração inicial de Karl Marx – que não havia terminado sua exposição, como aponta Dussel (1990) – e aprofunda os outros âmbitos de expansão do capital, com destaque para o caráter imperialista da acumulação.[12]

Muito em virtude da posição periférica da Polônia, Rosa Luxemburgo era sensível à problemática das "margens" do capitalismo e, assim, realizou estudos sobre a crescente realização de mais-valor da periferia no capitalismo central e hegemônico. Tais estudos, conforme destaca Enrique Dussel (1990, p. 268), também se tornariam importantes para o entendimento da realidade da Rússia e da América Latina, sobretudo pela análise do contato com relações não-capitalistas de produção. Para ela, o deslocamento geo-

10 Na tradução direta para a língua portuguesa, feita por Mario Duayer e Nélio Schneider para a editora Boitempo (2011), consta: "[…] o importante é primeiramente constatar a existência de tais contradições". Respeitou-se a tradução utilizada por Enrique Dussel nesse caso.

11 Nos momentos de realização e distribuição, a impossibilidade de se manter uma separação entre as contradições internas e externas do capital, já percebida por Marx, fica mais nítida, avultando-se entre as névoas das representações do espaço. É na dialética interno-externo que o caráter espaço-temporal da acumulação capitalista é evidenciado, encontrando na transferência geográfica de valor o seu fundamento mais axiomático.

12 O imperialismo, entendido por Lênin como o "estágio superior do capitalismo", representa, para Rosa Luxemburgo, a "expressão política da acumulação de capital em sua luta competitiva para o que ainda permanece aberto em relação ao ambiente não-capitalista" (Luxemburgo, 1988, p. 446). Segundo a autora: "O imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr, objetivamente, um ponto final em sua existência. […] A própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como um período de catástrofes" (1988, p. 400).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

gráfico do capital não é algo secundário, mas um dado de sua própria realização, e se manifesta na forma de exploração e/ou colonização de territórios não-capitalistas, o que consiste, fundamentalmente, em uma contradição.

Desenvolvendo este raciocínio, Edward Soja afirma que, para além de um produto, a transferência geográfica é a força material que direciona o desenvolvimento capitalista (Soja, 1983). A busca constante e indispensável de fronteiras externas também é sinalizada por Harvey (2005, p. 62, grifos do autor):

> O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para acumulação? Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções).[13]

Essa leitura lança luz sobre a escolha de Marx em encerrar o Livro I de *O Capital* com o capítulo sobre a "chamada acumulação primitiva". Em um primeiro momento, pode parecer anômalo que uma obra tão rigorosa e sistemática termine sem uma síntese ou suprassunção conclusiva, mas, ao contrário do que uma leitura superficial poderia indicar, essa escolha revela um elemento fundamental de sua crítica. Nos *Grundrisse*, Marx explicita que a acumulação primitiva não é uma etapa histórica superada[14],

13 Já Javier Amadeo e Gonzalo Rojas (2007, p. 8, grifos dos autores) afirmam que "a lógica de acumulação e reprodução do capitalismo enquanto sistema socioeconômico, político e ideológico implica *necessariamente* a expansão territorial, por ocupação física (colonialismo clássico), dominação político-econômica indireta (imperialismo e neo-colonialismo) ou dominação ideológica-cultural (pós-colonialismo)."

14 Não é propósito do trabalho explicitar a controvérsia que envolve a consideração da acumulação primitiva como um fato do passado, determinado historicamente, ou como um processo que se estende até hoje. O debate em questão já foi feito por autores como David Harvey (2004; 2005), Sandra Lencioni (2012) e Mezzadra (2020). Partimos do pressuposto, com base nas considerações marxianas sobre o tema, de que se trata de um processo em permanente recriação, ainda atuante e marcante na produção capitalista do espaço.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mas um conjunto de processos recorrentes que se reinscrevem de maneira contínua no metabolismo do capital. Trata-se, portanto, não de uma "fase inicial", mas de um mecanismo estrutural e permanente – uma "fabricação de escapatórias", para usar a expressão de Luxemburgo. Como também destaca Mezzadra (2020), trata-se da produção violenta das condições de possibilidade da relação capitalista de produção.

Assim,

> […] o eixo de compreensão se desloca: da necessidade histórica para a conquista. Indo contra a visão idílica da acumulação inicial, Marx afirma o processo histórico de separação do produtor rural dos meios de produção. A história dessa expropriação "está inscrita nos anais da humanidade em letra de sangue e fogo" (Marx, 1867a, p. 805), o capital vindo ao mundo "transbordando de sangue e de sujeira por todos os poros, da cabeça aos pés" (Tible, 2014, p. 207).

Tal expropriação, através da violenta expulsão dos camponeses de suas terras e do roubo ou espoliação de direitos de forma geral, é um processo que segue acontecendo e constantemente se ressignificando de maneiras ainda extremamente bárbaras e intensas[15]. O sentido de acumulação/expropriação originária remete, portanto, à concepção marxiana da dissociação da unidade primitiva entre o trabalhador e seus meios de trabalho, um processo que "se conserva e se renova" em uma "escala constantemente crescente, até que uma nova e radical revolução no modo de produção o derrube de novo e restaure a união original numa forma histórica nova" (Marx, 2004, p. 61). O elemento "originário" significa, na prática, a cisão fundamental – contraditoriamente provocada pelo "encontro" entre o vendedor e o comprador da força de trabalho – que viabiliza a acumulação capitalista. Ainda que calcada em uma série de processos históricos específicos, tal relação de encontro/ruptura é redefinida em distintos contextos espaço-temporais, escapando a qualquer norma preestabelecida[16]. A emer-

15 Karl Marx (1982, p. 831) chega a afirmar, no primeiro livro de *O Capital*, que "a história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes."

16 Cabe destacar que uma das dimensões da falha metabólica destacadas na teoria marxiana do metabolismo social, remete justamente à integração e, dialeticamente, às rupturas geradas pelo movimento de urbanização, hoje cada vez mais evidentes. Tendo como base a divisão so-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

gência da trama histórica do modo de produção capitalista se redefine e, violentamente, atualiza a sua própria gênese.

É nesse movimento que o processo da acumulação de capital "abre uma estrada para si", como colocava Rosa Luxemburgo (1988). Em outras palavras, cria os *fronts* e caminhos que permitem a sua existência. Apoiado em Anna Lowenhaupt Tsing, Mezzadra (2020) também sugere que

> a acumulação primitiva se coloca ao mesmo tempo como fronteira selvagem (*savage*), na medida em que sua primeira lei é a da violência, e como fronteira "de salvamento" (*salvage frontier*), na medida em que a destruição das condições sociais "tradicionais" termina por apresentar o capitalismo como o único agente capaz de desenvolver os caráteres de emergência (Mezzadra, 2020, p.147-148, grifos do autor).

Conforme destacado em Rua e Agueda (2023), é a partir da discussão sobre a acumulação primitiva ou originária que Marx desloca seu olhar para além da Europa, explorando as relações do capitalismo com outros modos de produção e formas sociais. Tal mudança no pensamento do autor, que não torna a obra do filósofo alemão imune ao eurocentrismo, é perceptível sobretudo em cartas, textos e notas que só recentemente chegaram ao alcance dos estudiosos ocidentais. É através dos *Grundrisse*, o último dos trabalhos de envergadura do Marx maduro a ser apresentado ao público, como coloca Hobsbawn (1977), que conseguimos enxergar, em meio a anotações não-lineares e por vezes desconexas, a coerência na estruturação do pensamento do autor ao longo de sua produção teórica.

O que vemos nos manuscritos são percepções muito mais dialéticas do processo histórico, revelando o que Löwy (1998) descreve como uma "revolução anticolonialista" no pensamento marxiano. É nesses escritos que

cial do trabalho, Karl Marx abordou – em especial, no livro "A ideologia alemã" – os impactos sociometabólicos do violento processo de acumulação primitiva, "acompanhado pela descampesinização e pelo crescimento urbano maciço da população da classe trabalhadora concentrada nas grandes cidades" (Saito, 2022, p. 26, tradução nossa). Essa ruptura, indissociável da corrosão dos sentidos alternativos de espaço e tempo – e cunhada por Kohei Saito, de forma um pouco reducionista, em nossa visão, de "falha espacial" –, representou uma transformação sem precedentes nos meios de vida e nas relações sociais. Nos tempos atuais, percebe-se indubitavelmente uma escala muito mais abrangente de sujeição às relações sociais de produção capitalistas e uma inserção quase integral do cotidiano aos ritmos da acumulação.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Marx se mostra em sua forma mais viva: um pensamento em constante movimento, inquieto e em transformação, capaz de romper com a rigidez das narrativas tradicionais. A história, antes concebida como uma linha reta e universal — marcada pela sucessão inevitável de colonialismo, capitalismo, socialismo e comunismo — dá lugar a uma visão mais plural, aberta a múltiplas trajetórias de desenvolvimento que não se restringem ao paradigma europeu ocidental.

Para além de perspectivas mais dialéticas e multilineares do processo histórico, nos *Grundrisse* temos acesso a um Marx sem as amarras da escrita formal. Se, por um lado, o texto se mostra fragmentado, com temas aparentemente lançados ao acaso e nem sempre retomados, além de tópicos destituídos de uma ordem, por outro, revela-se como um terreno fértil para compreender com mais nitidez a tessitura de seu pensamento — o modo como articula ideias, elabora conceitos e experimenta caminhos teóricos ainda em formação.

Cabe destacar que os manuscritos, conforme mencionou o próprio Marx a Lassale, eram "monografias escritas em períodos muito diversos, para meu próprio esclarecimento, não para publicação" (Marx, 1858 apud Hobsbawn, 1977, p. 14). São muitas vezes "observações em esboço, intercaladas com notas colaterais que, embora claras para Marx, frequentemente são, para nós, de caráter ambíguo" (Hobsbawn, 1977, p. 14). Portanto, como apontam Mann e Wainwright (2008), nos deparamos com formulações mais plásticas, sem fechamentos ou aprisionamentos em uma estrutura formal. Além disso, percebem-se noções bastante originais e fluidas, onde fica mais clara a dimensão geográfica que envolve o pensamento marxista.

Como destaca Joel Wainwright (2008, p. 880-881), é nos *Grundrisse* que Marx oferece subsídios para a construção de uma teoria capaz de compreender o desenvolvimento desigual como consequência de quatro processos relacionados: "a acumulação primitiva do capitalismo e o seu próprio 'exterior' na escravidão, a subsunção do trabalho, o 'deslocamento' ou arranjo de diversas formações pré-capitalistas e o colonialismo." Tais processos, como bem salienta o autor, convergem, em última instância, para aquilo que, sob uma perspectiva abrangente, se convencionou nomear de imperialismo.

Para além da já destacada necessidade inerente de um "exterior" ao desenvolvimento – que pode ser entendido na figura do "Outro", da alteri-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dade ou da produção da diferença –, fica nítida a ideia da subsunção ou da dilaceração imperialista, apoiada na produção de novas escalas ou do âmbito do modo de produção, marcada pela tendência de subordinar todos os elementos da sociedade e criar, a partir disso, as "faltas". Trata-se das tendências contraditórias de totalização/dilaceração e da ausência de um exterior, de um Outro.

A crescente sensibilidade à complexidade do desenvolvimento capitalista, aos rearranjos a partir das margens e à centralidade da diferença – e de um exterior – no processo de acumulação se expressa também em outros escritos do autor. Anderson (2010), em *Marx nas Margens*, demonstra o interesse crescente de Karl Marx por temas como raça, etnia e lutas anticoloniais. Esse aspecto de sua obra, frequentemente negligenciado por uma tradição marxista mais ortodoxa, evidencia um Marx que dialoga com antropólogos, se corresponde com camponeses russos e investiga sociedades não ocidentais.

Nos escritos dedicados à análise das formações econômicas anteriores ao capitalismo, Marx demonstra um interesse crescente pelas comunidades ditas primitivas – ou "comunismos primitivos" –, também referidas como formas socioeconômicas pré-modernas, com especial atenção voltada às comunidades rurais russas. Como ressalta Anderson (2010), é nessa coletânea de artigos e manuscritos que emerge a hipótese de que a comuna rural russa poderia inaugurar uma senda revolucionária rumo ao comunismo, sem necessariamente seguir o itinerário previamente percorrido pela Europa Ocidental, ou seja, sem necessariamente transitar por todas as etapas tradicionalmente delineadas. A experiência histórica de desenvolvimento do capitalismo europeu não deve ser automaticamente tomada como paradigma universal para os demais povos do mundo, especialmente aqueles situados nas "bordas do sistema". Cresce também, nesse sentido, o interesse por formas de organização social usualmente associadas ao chamado comunismo primitivo também entre os povos latino-americanos — ou seja, pelas tradições coletivistas das populações indígenas camponesas — que, conforme destaca o autor, constituem referenciais teóricos de grande valor para uma reconfiguração crítica do comunismo moderno.

O encontro de Marx com as teorias da colonização de Wakefield – amplamente explorado por autores como Dussel (1990) e Piterberg e Veracini (2015) – marca um ponto de virada em seu pensamento. A partir desse contato, e posteriormente através do diálogo com trabalhos de diversos an-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tropólogos[17], a rigidez dos estágios evolutivos começa a ceder espaço a uma crítica mais vívida e aguda ao colonialismo, que o leva a enxergar, com novo olhar, a pulsação de outras formas sociais, antes marginalizadas pela lógica eurocêntrica. Não apenas os textos o transformam — Marx mergulha também no concreto, nas entranhas do mundo empírico, e se reinventa, como observa Jean Tible (2014, p. 204), num "sociólogo", talvez num "antropólogo", guiado pela inquietação diante do real. É no choque com essas realidades vivas que ele redesenha os contornos da relação entre colonialismo e capitalismo, não como episódios paralelos, mas como alianças profundas, sustentáculos de um sistema que se alimenta de territórios, corpos e matérias-primas sob o véu de um "livre" mercado (Tible, 2014, p. 206).

É no encontro com a diversidade dos arranjos locais que Marx traça pontes sutis e poderosas entre o "comunismo primitivo" e o "comunismo por vir" (TIBLE, 2014; 2020). Essas conexões se erguem como ecos profundos entre o pensamento marxista e as vozes insurgentes de tantos povos indígenas, cujas críticas ao avanço do capitalismo no mundo não apenas resistem, mas revelam outras possibilidades de existência[18]. Nessas ressonâncias, o passado ancestral e o futuro emancipado se entrelaçam, indicando que a história não caminha em linha reta[19], mas pulsa em espirais, em

17 "[…] Marx, entre 1880 e 1882, transcreve, anota e comenta trechos das obras de quatro antropólogos: Lewis Henry Morgan, John Budd Phear, Henry Summer Maine e John Lubbock. Além destes, Marx estudou, também, obras de Georg Maurer e Maxim Kovalevsky. A intenção de Marx era apresentar esses trabalhos, embora não se saiba qual seria sua forma final, pois estava em gestação. Suas longas anotações são um quebra-cabeça" (Tible, 2014, p. 217).

18 Merece destaque o intrigante paralelo efetuado por Jean Tible (2020) entre Karl Marx e Davi Kopenawa, líder Yanomami. A convergência entre a crítica Yanomami às "fantasmagorias" – ou caráter feiticeiro e espectral – do capitalismo e a crítica marxiana ao fetichismo da mercadoria, assim como outras correspondências, representam algumas das conexões assimétricas, contraditórias e arriscadas que acreditamos que podem fomentar o diálogo aqui defendido.

19 O conflito de temporalidades do capital presente na obra marxiana é destacado por diversos autores, como Daniel Bensaïd, Massimiliano Tomba, Stavros Tombazos, Kohei Saito e David Harvey. A análise das espaço-temporalidades do valor – e do antivalor –, conforme destacado em Agueda (2024), expressa a desmistificação empreendida por Karl Marx, que se vale de um "tempo orgânico", calcado na unidade contraditória dos tempos de produção e circulação, o que permite "ver através da neblina" fantasmagórica do capital. A aludida figura da temporalidade em espiral emerge, de fato, no terceiro livro, onde os iminentes conflitos do modo de produção transparecem, no processo de superação das "antinomias do tempo linear e cíclico, da medida e da substância, do tempo ontológico e físico" (Bensaïd, 2009, p. 86, tradução nossa).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

reencontros e reencantamentos do comum. Conforme apontam Hardt e Negri, "estamos num sistema mundial híbrido e, assim, não faz sentido opor 'tradição' e 'modernidade'", pois "civilizações pré-coloniais são em muitos casos muito avançadas, ricas, complexas e sofisticadas; e as contribuições dos colonizados à assim chamada civilização moderna são substanciais e em grande medida não-reconhecidas" (Hardt e Negri, 2009, p. 68).

Em suma, percebe-se um Marx em transformação, que progressivamente adota uma perspectiva multilinear. Para Tible (2014), essa inflexão no pensamento marxiano se explica, acima de tudo, por sua "contaminação" pelas lutas concretas, levando-o a rechaçar certas formulações anteriores e a conceber a revolução como um processo em permanente movimento. Essa mudança na obra de Marx se desdobra em um duplo movimento: de um lado, a ampliação de seu olhar para as margens do capitalismo; de outro, a busca, por parte dos movimentos periféricos, de fundamentos teóricos no pensamento marxista.

Entre pontes e contradições: Encontros multidirecionais e terrenos de convergência entre diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas

O duplo movimento que atravessa a obra tardia de Marx — entre a abertura ao diverso e a recepção periférica de sua teoria — encontra ressonância notável nas elaborações críticas gestadas na América Latina, onde diversas correntes contestaram as epistemologias eurocentradas sem abrir mão de referências marxistas. Como destaca Zibechi (2022), a Teologia da Libertação, a Pedagogia do Oprimido, a Teoria da Dependência e a colonialidade do poder emergem desse cruzamento entre o pensamento crítico europeu e as experiências locais de resistência, teorias que cruzaram, de acordo com Rita Segato (2014), no sentido contrário a "grande fronteira" que divide o mundo entre o Norte e o Sul geopolíticos.

Conforme já discutido em Rua e Agueda (2023), somos iluminados por algumas dessas grandes correntes do pensamento latino-americano, que articulam saberes locais, práticas insurgentes e teorias críticas, oferecendo instrumentos analíticos potentes para a leitura da realidade concreta dos territórios marginalizados. As correntes teóricas em questão encontram-se intrinsecamente vinculadas a expressivos movimentos de resistência so-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ciocultural forjados no seio da região. Tais movimentos erguem-se sobre alicerces políticos e ideológicos oriundos de distintas matrizes contra-hegemônicas: a insurgência indígena, portadora de uma cosmovisão distinta da ocidental; as práticas da educação popular; a atuação das comunidades eclesiais de base; e o guevarismo, que inspira a militância revolucionária. Segundo o autor, essas vertentes de pensamento e ação convergem em praticamente todos os movimentos de relevância na região, "dando lugar a uma espécie de mestiçagem, sendo esta um de seus diferenciais" (Zibechi, 2022, p. 45). Tais correntes, para Raúl Zibechi, "na segunda metade do século XX, afirmaram uma personalidade diferenciada e diferente, sobre a qual vêm sendo erigidas pautas emancipatórias heterogêneas em relação às herdadas das tradições eurocêntricas". Vale ressaltar, como apontamos na introdução, que estes processos emancipatórios vêm ocorrendo em diversas partes do mundo, assumindo diferentes rótulos e denominações, mas convergindo no intento comum de afirmar práticas espaciais dissidentes, tensionando as representações hegemônicas do espaço.

Para Zibechi (2022, p. 47), os movimentos latino-americanos manifestam diversas características comuns que, para além das particularidades de cada um deles, os diferenciam daqueles existentes no Norte. Segundo o autor:

> Boa parte dessas semelhanças deriva da territorialização dos movimentos, ou seja, de seu enraizamento em espaços físicos recuperados ou conquistados por meio de prolongadas lutas, abertas ou subterrâneas. É a resposta estratégica dos pobres, à crise da velha territorialidade da fábrica e da fazenda, e à reformulação por parte do capital, dos velhos modos de dominação. O enraizamento territorial é a trajetória percorrida, por exemplo, pelos trabalhadores sem-terra por meio da criação de uma infinidade de pequenas ilhas autogeridas; mas também pelos indígenas de todo o continente, que vem expandindo suas comunidades até reconstruir seus territórios ancestrais tomados pelos colonizadores e fazendeiros (Zibechi, 2022, p. 47).

Essas características compartilhadas pelos movimentos latino-americanos também dialogam com contribuições de pensadores e líderes que buscaram articular teoria e prática a partir dos contextos dos marginalizados. Tais perspectivas encontram respaldo em figuras como José Carlos

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Mariátegui, Amílcar Cabral e Fidel Castro, além de Milton Santos, que, ao estudar o Terceiro Mundo, se aprofunda nas múltiplas "margens" do capitalismo. Seu contato com o socialismo na Tanzânia e com as ideias de Julius Neyere, por exemplo, influenciam decisivamente sua concepção de formação socioespacial, fortemente influenciada pela "entrada" do capitalismo no país africano. É nesse estimulante espaço intelectual, terreno fértil de trocas e experiências insurgentes, que o geógrafo brasileiro se aproximou definitivamente das leituras marxistas. Trata-se, assim, de um processo de enraizamento transcontinental do pensamento revolucionário, que reconhece na práxis insurgente das comunidades do Sul global não apenas um campo de aplicação, mas uma verdadeira fonte de renovação teórica e política para o marxismo contemporâneo. Dessa forma, os diálogos teóricos não se dão de maneira unilateral, mas em múltiplas direções, evidenciando a complexidade das interações entre marxismo, lutas periféricas e a crítica ao eurocentrismo.

A abertura a novas experiências, temáticas, saberes, práticas e gramáticas políticas de mundo exige, inicialmente, em nossa concepção, problematizar a correlação entre o capitalismo e alguns temas costumeiramente colocados fora de consideração pelo marxismo, como patriarcado, raça, gênero, corpo e colonização, elementos centrais e contraditoriamente fundantes das relações sociais de produção que dão sustentação ao capital. Como vimos, também requer observar com maior cuidado as relações com as "margens", que aqui entendemos em um sentido amplo e multiescalar, que compreende os territórios colonizados e em posição "periférica" na divisão internacional do trabalho, mas também aqueles espaços, grupos ou indivíduos que escapam o padrão, o modelo e as características estipulados pelos parâmetros ocidentais do progresso e do desenvolvimento – e, consequentemente, "os sujeitos desviantes". São esses sujeitos que muitas vezes dão movimento, colocam em xeque os pilares mais fundamentais das entranhas do capitalismo, possibilitando outras possibilidades de desenvolvimento.

É bem verdade que a teoria social madura de Marx baseava-se em um conceito de totalidade que não apenas acomodava particularidades e diferenças, mas também, ocasionalmente, tornava esses aspectos – raça, etnia ou nacionalidade – determinantes para a totalidade. Os estudos sobre a colonização e a identidade entre lutas de libertação nacional e lutas de classes,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

desenvolvidos pelo autor no decorrer de sua obra, demonstram, portanto, não só a atualidade da discussão, mas a necessidade de ressignificação deste debate à luz de outras matrizes teórico-conceituais. É possível estabelecer um diálogo, por exemplo, com as "geografias pós-coloniais marxistas"[20], tal como defendidas por Gillian Hart (2018), ou, como preferimos, avançar em interlocuções entre a matriz decolonial – de forma genérica – e abordagens espaço-temporais críticas alternativas. Uma análise não-teleológica e dialética é impreterível para este desafio.

Recuperamos também Rua (2019), que nos lembra que as críticas ao modelo civilizatório ocidental europocêntrico e ao desenvolvimento do capitalismo (como elemento medular desse modelo) provêm de origens muito diversas, podendo ser distinguidas em grandes matrizes teórico-conceituais, cada qual configurando ênfases distintas. Como destaca o autor, a matriz teórico-conceitual que aparece como contraponto à modernidade ocidental "repousa na ênfase à força revolucionária da colonialidade do poder".

Assim, complementarmente à mudança constatada na obra de Karl Marx, verifica-se um movimento mais recente direcionado a ressignificar esse debate a partir de outras narrativas e matrizes teóricas, que trazem as relações de tensão Norte-Sul acerca do desenvolvimento e incorporam, com maior potencialidade, o prisma da cultura.

A decolonialidade (enquanto perspectiva que comporta diferentes olhares e vozes) oferece distintas posições críticas à modernidade-colonialidade capitalista e, em interação com as lutas, sobretudo na América Latina, enuncia uma infinidade de novas perspectivas, diálogos e tendências. Dirigindo-se a múltiplas relações étnicas, raciais, sexuais, de gênero, epistêmicas, culturais e econômicas, tal perspectiva propõe que os limites ao desenvolvi-

20 "Primeiramente, o que estou chamando de geografias pós-coloniais marxistas se baseia em concepções de diferentes regiões do mundo, como sempre já interconectadas, tanto como posição ontológica quanto como procedimento epistemológico. Mais concretamente, o que o último passo significa é começar com o que parecem ser importantes processos e práticas, e não com qualquer tipo de unidade limitada […] e se envolver em uma rodada inicial de abstração ou teorização. O que são normalmente definidas como 'unidades de análise' limitadas, muitas vezes são melhor entendidas como pontos de vantagem a partir dos quais tentar começar a entender as aproximações e as interconexões do que (pelo menos inicialmente) aparecem como processos-chave" (Hart, 2018, p. 389, tradução nossa).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mento do capitalismo, como os que se enfrenta hoje em dia, só podem ser superados por uma mudança radical da lógica geral da reprodução da vida material e imaterial, implicando em outras cosmovisões.

A ênfase na transformação das formas de dominação e o entendimento da colonialidade como um processo amplo, que incide sobre as múltiplas dimensões da vida social, permitem aos autores do chamado "Giro Decolonial" formularem "posturas, posicionamentos, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar" (Walsh, 2013, p. 24-25, tradução nossa). Tendo como pilares os conceitos de colonialidade do poder, de Aníbal Quijano, colonialidade do saber, de Edgardo Lander, e colonialidade do ser, desenvolvido por Santiago Castro-Gómez, esse conjunto de acadêmicos constrói divergências com outras grandes perspectivas críticas sobre a dependência epistêmica (em especial, o pós-colonialismo e as Epistemologias do Sul) e direciona o seu campo de estudos para a continuidade da dominação impetrada na modernidade ocidental. Dessa forma, abordam as relações hierárquicas de poder para além dos movimentos histórico-administrativos de colonialismo e descolonização (desligamento das Metrópoles de suas ex-colônias).

A decolonialidade, gesto prolongado de insubordinação e ressignificação que complementa a descolonização ocorrida nos séculos XIX e XX (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 17), aprofunda essa perspectiva ao ultrapassar processo de independência formal com relação às estruturas imperiais europeias. Mais do que a ruptura com os vínculos administrativos e políticos impostos pelos poderes coloniais, a decolonialidade enfrenta aquilo que se convencionou chamar de violência epistêmica: um processo histórico sistemático de apagamento, silenciamento e subalternização de saberes outros — formas de conhecer e interpretar o mundo que escapam às molduras da razão ocidental moderna. Está dirigida, portanto, às raízes mais profundas da dominação – o processo histórico de invisibilização do outro que mina possibilidades alternativas de releitura do mundo, processo incrustrado nas formas de pensar, de existir e de nomear o real. Portanto, para além do viés cultural, das subversões e dos paradigmas distintos sobre os quais se estruturam estas construções teóricas, tal perspectiva mostra sua relevância ao direcionar a ênfase para as diferentes formas de colonialidade que estão impregnadas em nossa sociedade, trazendo, assim, um contraponto à modernidade ocidental a partir de uma episteme não-eurocentrada.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Neste sentido, a problematização da colonização não pode prescindir da escuta ativa das vozes historicamente silenciadas. Ignorar os saberes insurgentes forjados nas experiências de resistência dos povos colonizados não apenas empobrece a análise, mas incorre em um erro ético e epistêmico de graves proporções. Esses outros olhares nos mostram que as críticas ao modelo civilizatório ocidental eurocêntrico e ao desenvolvimento do capitalismo provêm de origens muito diversas, ainda que boa parte delas seja ocultada ou apenas parcialmente iluminada.

Além de "regionalizar" ou situar os saberes, essa abordagem merece destaque por facilitar e retroalimentar o diálogo com as lutas – ou, para usar algumas expressões pertinentes, empregadas por Jean Tible (2022), "existências-lutas", "fendas-lutas", "vidas-lutas" e "lutas-criações" –, constituindo inúmeras possibilidades de vínculos e conexões. Como pontua Rogério Haesbaert:

> A abordagem descolonial permite justamente essa guinada teórica ao se propor um conhecimento-ação (ou um sentir-saber-fazer, expandindo a proposição de Fals Borda), politicamente comprometido, valorizando assim perspectivas desde baixo e que promovam o diálogo inter (ou trans) cultural através do reconhecimento da diversidade (bio)regional do espaço geográfico (Haesbaert, 2021, p. 107).

Destarte, a perspectiva da colonialidade/decolonialidade possibilita conexões por trazer à tona as heranças econômicas e continuidades históricas estruturais no sistema-mundo, ainda hoje arraigadas nas sociedades colonizadas e enfrentadas por diversos grupos insurgentes. Para além disso, como já destacado, contribui ao destacar relações de poder e saber não limitadas ao domínio econômico político e jurídico-administrativo dos centros sobre as periferias, envolvendo também uma clara dimensão epistêmica e cultural (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007). Tal perspectiva, com cada vez mais variadas influências teóricas, rumos e direcionamentos, sem dúvida, incorpora novos aportes às teorias de base marxista, assim como tece duras – e constantemente pertinentes – críticas às mesmas. A subversão dos programas de estudo do marxismo tradicional e a releitura crítica das correntes da teoria social crítica pautada no par colonização/colonialidade pode constituir a base para

CONSEQUÊNCIA EDITORA

semear diálogos fecundos, capazes de apontar para outras possibilidades de desenvolvimento.

A concepção ampla da crítica à colonialidade dá consistência ao "cruzamento das opressões" – âmbito da interseccionalidade – e, acreditamos, contribui para mitigar a cooptação, sujeição ou sedução das lutas destacadas pelos parâmetros ocidentais do desenvolvimento. É o que busca fazer Françoise Vergès (2020), quando propõe um feminismo político decolonial amplo, transnacional e plural, cujas teorias e as práticas são forjadas no seio das lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais, ou Akotirene (2019), quando preconiza a descolonização das perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adverte para os perigos de omitirmos clivagens racistas, sexistas e cisheteronormativas estruturadas pelo Ocidente cristão.

Nesse sentido, dialogando com Hart (2018), procuramos alastrar, com base em uma análise não-teleológica e dialética, as associações entre a perspectiva decolonial – em seus diversos cursos e direções – e abordagens espaço-temporais críticas alternativas, "contaminadas" pelas lutas e enriquecidas por práticas e concepções de diferentes regiões do mundo interconectadas.

A perspectiva decolonial, com suas diversas trilhas, teorias e epistemologias, lança luz sobre a dimensão simbólica da dominação, apresentando concepções de mundo inovadoras e promissoras que podem engrandecer os aportes teóricos de algumas correntes da teoria social crítica de base marxista (em várias partes do mundo), na contestação à espacialidade estatal/capitalista/privatista. Essas abordagens, enriquecidas pelas variadas experiências de lutas pela apropriação do espaço, evidenciam a premente necessidade de de(s)colonizar a economia política, abrindo caminho para a constituição de formas não capitalistas, igualitárias e solidárias de organização política, social e econômica por meio de uma combinação de resistência e criação[21], conforme escreveram Pickerill e Chatterton (2006).

21 Com o enfoque nas resistências, Pickerill e Chatterton (2006) e Featherstone (2003) discutem as chamadas "geografias autônomas", tendo como base experiências contestatórias do projeto de desenvolvimento hegemônico. Os primeiros buscam discutir os "espaços onde pessoas desejam constituir formas de organização política, social e econômica não capitalistas, igualitárias e solidárias, a partir da combinação entre resistência e criação" (Pickerill; Chatterton, 2006, p. 1, tradução nossa). Com perspectiva semelhante, David Featherstone

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Tal desafio, por sua vez, exige a problematização do desenvolvimento, elemento articulador destas relações de poder, a partir da multiplicidade de respostas possíveis, em diferentes contextos. Também demanda, portanto, um olhar mais atento ao sujeito, contemplando a diversidade e a transitoriedade que o marcam.

O sujeito subalternizado não pode ser reduzido à representação universalizante de um indivíduo branco, masculino, europeu e proletariado urbano. Tampouco, pode ser pensado como um sujeito estanque, enquadrado em um contexto espaço-temporal e, a partir dele, assumindo um direcionamento específico e pré-determinado. Como destaca Guacira Lopes Louro (2018), devemos "abandonar qualquer pressuposto de um sujeito unificado que vá se desenvolvendo de modo linear e progressivo" (Louro, 2018, p. 12). A autora evoca a imagem da viagem para remeter a ideias de deslocamento, desenraizamento, trânsito (Louro, 2018, p. 13), marcantes na construção social do indivíduo. Se a espacialidade é marcada pela coexistência simultânea de múltiplas histórias ou, como aponta Massey (2015), pela pluralidade de trajetórias em contato – incluindo infinitas interações ainda não estabelecidas, em um devir de possibilidades –, o sujeito precisa ser pensado a partir da inter-relação com o "Outro", ou seja, em meio aos encontros, misturas e desencontros que constituem em seus muitos deslocamentos (Louro, 2018, p. 14).

Pensar o sujeito nesses termos também demanda, portanto, um olhar mais atento às múltiplas formas históricas de dominação que sustentam a lógica do capital, inclusive aquelas que foram silenciadas ou relegadas à condição de resíduo pelas narrativas modernizadoras. É nesse ponto que a crítica à colonialidade, aliada à noção lefebvriana de colonização – em sua abrangência radical –, pode oferecer contribuições decisivas para uma releitura radical da acumulação capitalista.

A colonização é por nós entendida como um processo em permanente recriação, sendo fundamental – como forma primordial de efetivação – à dinâmica inerentemente expansiva do capital que destacamos. Em senti-

(2003) analisa espacialidades construídas a partir de resistências à globalização que culminaram em um movimento transnacional, construindo "nexos aglutinadores" entre os particularismos e unindo indivíduos e grupos com diferentes posições perante os fluxos e interconexões da globalização.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do amplo, falamos da colonização como um processo multifacetado e não datado, intrinsecamente associado à expansão de relações de produção a uma escala quase irrestrita, em um movimento de desigualização e produção de hierarquias. Apoiados no pensamento lefebvreano, entendemos o ato de colonizar como um condicionante da produção capitalista do espaço, que, por sua vez, é mediado pelo urbano e realizado nas teias da vida cotidiana. Conforme já destacado em Agueda (2024) e Rua e Agueda (2023), o filósofo francês não vê o processo como algo historicamente circunscrito e meramente atrelado domínio econômico político e jurídico-administrativo dos centros sobre as periferias, que marcou o período colonial. Para Lefebvre, a colonização está implicada no desenvolvimento desigual e precisa ser entendida pelas formas de organização do cotidiano e experiências do dia a dia. Dessa forma, atinge todas as esferas da vida social, incluindo a subordinação das representações do espaço, dos espaços de representação e das práticas espaciais em meio ao modo de produção capitalista.

Como vimos, a tendência contraditória do capital, segundo Marx, pauta-se num duplo movimento de, por um lado, destruir e absorver modos não capitalistas de produção, e, por outro, produzir "espaço novo" para acumulação. Desse modo, o estabelecimento de práticas espaciais e a legitimação das relações de dominação persistem na contemporaneidade, significando uma colonização da vida social e das relações sociedade-natureza, em uma dinâmica indissociável de destruição/supressão e produção/criação. Como coloca Ester Limonad, a colonização seria, assim, para Henri Lefebvre, "uma prática persistente de produção de relações espaciais hierárquicas, integrante da produção social do espaço do capital, com o suporte dos Estados hegemônicos, em escala global" (Limonad, 2020, p. 30).

A conformação de relações de poder reitera, em distintos graus de amplitude e intensidade, os violentos traços da acumulação capitalista, discutidos a partir da acumulação primitiva. Para além dos Estados, as grandes corporações e os organismos multilaterais ganham força na organização de um jogo transescalar de dominação e subordinação (a partir do aludido movimento de cooptação, sujeição e sedução), subsumindo representações e formas de reprodução sociometabólicas divergentes/alternativas. Ainda de caráter violento e espoliativo, a colonização con-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

temporânea – indissociável do tecido urbano[22] – invade as tramas da vida social.[23]

Entender a extensão das referidas relações de dependência e hierarquia pressupõe perceber o urbano em meio à perspectiva do espaço-totalidade, ou seja, compreender o processo de generalização de uma racionalidade urbana, expressa em manifestações materiais e imateriais, que integra de forma assimétrica o espaço. Tal racionalidade, atrelada à colonização das estruturas de desejo, das emoções e dos sentimentos, como coloca Giraldo (2018), suscita um *habitus* que coloniza ou reveste – enquanto "complexo tecido ontológico" (Merrifield, 2013) – os arranjos da vida cotidiana.

Esse entendimento também pode significar, de um ponto de vista teórico-metodológico, um caminho para (re)conectar a crítica marxista com as margens – contato este que resultou, como ressaltamos, em uma "contaminação do marxismo" pelas experiências-lutas (Tible, 2014) e, consequentemente, em um pensamento em movimento, uma "ciência das lutas", enriquecida pelas experiências revolucionárias. Isso porque o prolongamento e a complexificação das relações de subordinação e sujeição implica em novas contradições, produzidas a partir do entrelaçamento multiforme com sociedades não ocidentais.

A concepção que articula a colonização e a planetarização do urbano exprime, portanto, um modo de produção que não pode ser entendido ape-

22 A ideia de *urban fabric* merece destaque. Entendemos que a expressão, utilizada de forma recorrente pelos partidários anglófonos da corrente lefebvreana dos estudos urbanos, é complexa e fecunda, já que evoca distintos sentidos valiosos à problemática urbana. A palavra *fabric*, que indica, em inglês, tanto a estrutura ou composição de algo, como o pano ou material para fazer roupas ou o revestimento mobiliário, nos dá o sentido de algo em fabricação/produção, mas também de fios que se entrelaçam, revestindo/tecendo o espaço de diferentes maneiras. Assim, acreditamos que o termo vá além de uma mera organização do espaço urbano, como comumente é atribuído. A interação entre os elementos físicos e sociais de uma cidade é colocada em movimento, estando aberta a transformações com novas tramas, teias e texturas, engendrando um espaço arranjado em sequências múltiplas. A concepção de diferentes formas de encadeamento da tessitura urbana nos parece mais condizente com a obra de Henri Lefebvre.

23 A colonização, tal qual a produção industrial era primeiramente localizada, tornou-se generalizada. Ao redor dos centros não há nada além de espaços sujeitados, explorados e dependentes: espaços neocoloniais. Fora dos Estados reconhecidos, a descolonização política dos impérios europeus é substituída com uma forma ainda mais insidiosa de colonização: uma em que os Estados dominantes e as multinacionais impõem relações de dependência e hierarquia dentro e além desses, assim chamados, novos Estados independentes (Lefebvre, 1978, p. 178-79, apud. Limonad, 2020, p. 30).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nas na Europa e no Ocidente. O urbano, em constante transformação no mundo, mas simultaneamente entendido como ponto de partida (criando novas fronteiras para a transferência geográfica de valor), abre caminhos para a acumulação primitiva, exercendo o papel paradoxal de *atualidade da origem*, constantemente referido por Marx. Logo, para além de um mero processo precedente e sequencial, a metamorfose do urbano reconfigura a acumulação, na busca infindável do capital por ajustes espaciais capazes de superar – ao menos momentaneamente – as suas contradições internas.

Hegel (1989) e, posteriormente, Marx, entenderam que, diante da consolidação das relações sociais de produção capitalistas, a sociedade civil seria obrigada a buscar uma transformação externa por meio da expansão geográfica – e, de forma associada, da intensificação de relações, desejos e necessidades. Ao mesmo tempo, vimos que a busca por tais ajustes espaciais, através de soluções colonialistas/imperialistas, apenas estende ou reproduz as "contradições internas" do capital, aumentando seu alcance, intensidade e complexidade. Em outras palavras, a expansão é a única forma que o capital encontra de superar as suas contradições, mas, ao mesmo tempo, essa expansão engendra novas tensões e fissuras, subsumidas e reproduzidas no seio do capitalismo, que, para Rosa Luxemburgo, é, em si, "uma contradição histórica viva". Tal ampliação e deslocamento das contradições a um "campo de ação mais dilatado" – para usar novamente a expressão de Marx –, está atrelada, em nosso ponto de vista, à mundialização do urbano, expressa, por sua vez, em uma urbanidade concebida enquanto juízo de valor ou parâmetro de diferenciação, com códigos de comportamento socialmente desejáveis.

Portanto, para além de uma perspectiva meramente instrumental – o urbano enquanto possibilidade de absorção dos excedentes para contornar crises de sobreacumulação através da transferência geográfica de valor –, é possível pensar a indissociabilidade entre a urbanização e o movimento amplo de colonização da vida cotidiana a partir dos próprios símbolos atrelados ao urbano. Historicamente, estes símbolos e representações se confundem com as ideias de desenvolvimento e progresso do mundo ocidental e acabam reafirmando um modelo economicista e teleológico, pautado no constrangimento e na coibição da diferença, tolhida em distintas escalas. Enquanto crise, a generalização da racionalidade urbana representa, ao mesmo tempo, a reprodução de um movimento de cerceamento de representações alternativas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Nesse contexto, torna-se indispensável pensar a própria produção do pensamento crítico como parte desse campo em disputa, tensionado por leituras hegemônicas e insurgências teóricas que disputam sentidos, temporalidades e territorialidades. Ou seja, essa leitura nos impele a compreender que a crítica ao urbano e à colonialidade não pode ser dissociada da crítica à própria forma como se organizam os saberes e as práticas de resistência.

É necessário lembrar que os próprios arcabouços teóricos que utilizamos para analisar o urbano e a colonialidade também são produzidos em meio a tensões, disputas e movimentos históricos. Acreditamos que tanto a edificação teórica marxiana/marxista como o escopo analítico da decolonialidade são fundamentalmente construções em contínuo dinamismo, um frenesi sempre marcado pela impetuosidade da crítica ativa e enriquecido pelas experiências revolucionárias, no esforço mais amplo de superação do capitalismo. O aspecto que valorizamos, nesse sentido, é justamente a abertura para o entrelaçamento com práticas insurgentes e trajetórias históricas de enfrentamento, o que contribui para a conformação de um pensamento em permanente deslocamento — uma elaboração teórica que pulsa e se reinventa a partir da vitalidade das lutas sociais e que intenta constituir formas comunitárias, igualitárias e solidárias de organização política, social e econômica.

Considerações Finais: Buscando a sinfonia dos novos encontros

Fazer a diferença presente a partir dos conflitos, disputas e negociações significa entendê-la de forma concreta para pensar em desenvolvimentos alternativos, em resposta ao sistema de opressões interligadas de um desenvolvimento capitalista, privatista e desigual.

Pensar, colocando em diálogo as potencialidades das diferentes matrizes teóricas mencionadas, na multiplicidade de sujeitos corporificados e desejantes produzindo o espaço pode ser o caminho rumo ao que Grosfoguel (2008, p. 144) chama de "diversidade anticapitalista descolonial, universal e radical", em contraposição aos universalismos excessivamente abstratos das epistemologias eurocentradas. Não se trata de virar as costas à racionalidade científica de matriz ocidental, mas de permitir – por meio da concepção do espaço como o domínio da multiplicidade, com trajetórias, ritmos

CONSEQUÊNCIA EDITORA

e interações distintas – vislumbrar o desenvolvimento sob novos ângulos e possibilidades, outros caminhos que concernem a um processo em devir. Na prática, caminhos em que as pessoas em sociedade façam suas próprias histórias e geografias, sob as condições de sua própria escolha, ou seja, o meio pelo qual se tornam possíveis as condições de uma existência genuinamente humana.

Nesse sentido, nos colocamos diante do desafio inicial de problematizar a produção capitalista do espaço (a partir do tensionamento entre a desigualdade e a diferença diante das transformações espaciais) e ressignificar – colocar em movimento, abrir e subverter – o desenvolvimento frente a outras narrativas e matrizes epistemológicas. Entendendo a diferença como conteúdo concreto, para além de mera mediação da identidade para a acumulação, é fundamental a articulação das "avenidas identitárias" perante o cruzamento de opressões engendrado pela produção capitalista do espaço. Pensar as interseções, as confluências, os nexos aglutinadores – teóricos e práticos – desde as "margens" torna-se tarefa essencial para a projeção de espacialidades alternativas. Subverter e abrir o desenvolvimento a partir do diálogo do marxismo com outras perspectivas, narrativas ou matrizes epistemológicas – das quais aqui enfatizamos a decolonialidade[24] – é outro exercício que consideramos primordial, não apenas para ampliar o leque de propostas, questionamentos e temáticas, mas também para fundamentar as discussões a partir de diferentes olhares. Trata-se de dialogar para questionar as certezas, profanar as heranças intelectuais e confrontar os fundamentalismos para colocar em movimento a relação dialética entre sujeito e objeto.

Ficam aqui alguns questionamentos: como estabelecer, com coerência, essa interlocução/interação? É possível associar, integrar ou conectar perspectivas e matrizes epistemológicas distintas sem abrir mão do escopo teórico-conceitual e metodológico do materialismo histórico-dialético, que dá sustentação a nossa análise?

Para além de meras pontes teórico-conceituais, fusão ou mistura entre teorias distintas – que nos parecem remeter a ideias falsas de simetria, homogeneização e harmonia –, nosso intuito, em diálogo com Borba e Benzaquen (2020, p. 1), é de "desbravar um terreno construtivo" a

24 Em Agueda (2024), estendemos o diálogo à interseccionalidade e ao pensamento de fronteira.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

partir do conflito/complementaridade entre estas perspectivas. Nessa mesma direção, em paralelo com Cusicanqui (2010), incorporamos a ideia de conviver e habitar as contradições (uma "mestiçagem descolonizadora"), configurando, como destaca Anzaldúa (2012), um "hibridismo móvel", no qual a constante tradução abre caminho para uma multiplicidade de vozes e incorporações de culturas. Destacamos, ainda, em interlocução com Jean Tible (2020), o contato via "diálogo canibal" (antropofagia ou "deglutição" como meio de diálogo, isto é, um encontro aberto "comendo relações"). As ideias de convívio, contato, confluência, conflito, complementaridade, cruzamento e coexistência compõem um mosaico de situações concretas e articulações disformes que, combinando resistência e criação, manifestam possibilidades de disrupção, visando atingir as fraturas e os antagonismos mais profundos nas entranhas do capital. Trata-se de uma tessitura movente, na qual a dissonância se faz produtiva e os antagonismos revelam possibilidades de ruptura e reinvenção.

Sob tal perspectiva, inspirados pela provocação de Merrifield (2011, p. 478), concordamos em colocar a potência dos encontros como matéria da política radical, uma dimensão imanente que atravessa o tecido social e delineia os contornos de uma práxis insurgente. Afinal, como o autor nos recorda, a noção de encontro é, em última instância, a história de como os seres humanos se aproximam, se como e por que se constituem coletividades e de que maneira a "solidariedade de alguma forma toma conta, toma forma, molda" (Merrifield, 2011, p. 478, tradução nossa). Para nós, conforme indicamos em Rua e Agueda (2023), essa solidariedade se inscreve, toma forma e molda o movimento no/do espaço como um tear coletivo, tecido por fios distintos, entrelaçados, mas sem perder as características, texturas e cores próprias de cada fio. É nesse entrelaçar que buscamos o diálogo com aqueles que, existindo e resistindo, se lançam, como nós, à tarefa de imaginar outras geografias possíveis.

Este mútuo aprendizado cultural, considerando as diferenças constitutivas de cada horizonte expressivo, caracteriza o que Enrique Dussel (2019, p. 35), entende como "uma sin-fonia (muitas expressões em diálogo e mútuo aprendizado), respeitosa das distinções analógicas que se darão entre todas elas". Esta metáfora – ainda que o termo seja mencionado apenas uma vez pelo autor nas obras consultadas – é para nós pertinente para expressar a constituição de desenvolvimentos geográficos diferentes ou alternativos,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pautados na valorização da alteridade e na constituição recíproca. Diferentemente da interpretação da produção comunitária como algo padronizado, constituindo uma mistura homogênea e harmônica, a "sinfonia das diferenças" expressa todos os "sons" (representando saberes, experiências, éticas, estéticas, epistemes e práticas) juntos[25], nos remetendo a múltiplas expressões e manifestações diferentes em interlocução.

É possível estabelecer um paralelo com Silvia Cusicanqui (2010, p. 7), que se vale do termo aymara *ch'ixi* (abigarrado) para pensar as "possibilidades de conjugar a diferença sem subsumir um ou o outro, justapondo diferenças concretas que não tendem a uma comunhão desproblematizada". O *ch'ixi* constitui assim uma imagem poderosa – mas também um conceito e uma epistemologia – para pensar a coexistência de elementos heterogêneos que não aspiram a fusão e que tampouco produzem um termo novo, superador, homogêneo e englobante (Cusicanqui, 2010).

Essa concepção é para nós fundamental para possibilitar a construção de espaços emancipadores, pautados no reconhecimento da diferença – no sentido concreto – e na viabilidade de coexistência de formas de reprodução sociometabólica distintas dos preceitos da acumulação. Refletir dialeticamente sobre o horizonte da produção e a dimensão criadora do sujeito pressupõe entender a diferença como elemento fundante e indissociável da produção do espaço.

Referências

ACOSTA, Alberto. O desenvolvimento: da euforia ao desencanto. *In*: ACOSTA, Alberto. *O bem viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AGUEDA, Bernardo Cerqueira. *Do desenvolvimento geográfico desigual às espacialidades ímpares do "Outro" urbano*: Representações do espaço, colonização e sinfonia das diferenças. 2024, 261f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

25 Conforme enuncia a definição da palavra, formada pela junção dos vocábulos de origem grega e ([συμ = Syn] e (φωνία = fonia).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*: feminismo plurais. RIBEIRO, Djamila (coordenador). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 13-33.

AMADEO, Javier; ROJAS, Gonzalo. *Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistemamundo*. 31º Encontro Anual da ANPOCS; 22 a 26 de out. de 2007, Caxambu, MG.

ANDERSON, Kevin B. *Marx at the margins*: on nationalism, ethnicity, and non-western societies. The University of Chicago Press, Ltd., London, 2010.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera*: the new mestiza. 4 ed. San Francisco: Aunte Lute Books, 2012.

BEISER, Frederick C. (Org.). *Hegel.* São Paulo: Ideias & Letras, 2014. Tradução de Guilherme Rodrigues Neto.

BENSAÏD, Daniel. *Marx for Our Times*: Adventures and Misadventures of a Critique. Verso: London, 2009. Translated by Gregory Elliott.

BORBA, Pedro dos Santos de; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. Teoria crítica nas margens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teóricometodológico das mediações. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (Orgs.) *Teoria e educação no labirinto do capital.* São Paulo: Editoria Expressão Popular, 2014.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa.* Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DUSSEL, Enrique. *O Último Marx* (1863-1882) e a Libertação Latino-Americana: Um Comentário sobre a Terceira e Quarta Escrita de "O Capital". Siglo XXI, 1990.

DUSSEL, Enrique. *Sete hipóteses para uma estética da libertação.* Revista Filosofazer. Passo Fundo, n. 52, jul./dez. 2019.

FEATHERSTONE, David. *Spacialities of transnational resistence to globalization*: The maps of grievance of the Inter-Continental Caravan. Transactions of the Institute of British Geographers, 28: 404-421. 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – Vol. 3. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais*: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março, 2008.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade*: sobre o giro (multi) territorial/ de(s)colonial na América Latina. – 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HALL, Stuart. The West and the Rest. *In*: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). *Development, a cultural studies reader.* Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd, 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HART, Gillian. *Relational comparison revisited*: Marxist postcolonial geographies in practice. Progress in Human Geography, 2018.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo.* São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Sociedade Civil Burguesa*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

HEIDEGGER, Martin. Carta sobre o Humanismo. *In*: *Marcas do caminho*. Trad. Enio Paulo Giachini e Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. *In*: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Trad. João Maia. Ver. Alexandre Addor, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1977.

HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo.* Traduzido por Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Tradução de Álvaro Cabral.

JAMESON, Fredric. *The Hegel Variations*: On the Phenomenology of Spirit. Verso: London, 2010.

LAUREANO, Pedro. *Repetição, negação e ideologia*. Marx, Hegel e o problema do sujeito. Trans/Form/Ação, Marília, v. 41, n. 3, p. 105-124, 2018.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal, Lógica Dialética.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo.* Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. Confins. *Revue franco-brésilienne de géographie/ Revista franco-brasilera de geografia*, n. 14, 2012.

LIMONAD, Ester. Para pensar a descolonização do cotidiano desentranhando o desenvolvimento. In: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz (orgs.) *et al*. *Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos.* São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

LIMULJA, Hanna. *O desejo dos outros*: uma etnografia dos sonhos yanomami. Ubu Editora, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 (Argos), p. 11-24.

LÖWY, Michael. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Outubro, São Paulo (SP), n. 1, p. 73-80, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital.* São Paulo: Nova Cultural, vol. 2, 1988.

MALABOU, Catherine. *The Future of Hegel*: Plasticity, Temporality and Dialectic. Routledge, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de produção do capital. Vol. 1. Difusão Editorial S. A. 1982.

MARX, Karl. *Preço, salário e lucro.* Bauru, SP: EDIPRO, 2004. Tradução de Eduardo Saló.

MARX, Karl. *Grundrisse*. *Manuscritos econômicos de 1857-1858*: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MERRIFIELD, Andy. *The right to the city and beyond*: notes on a Lefebvrian re-conceptualization. City, v. 15, n. 3-4, p. 473-481, 2011.

MERRIFIELD, Andy. *The Urban question under planetary urbanization*. International Journal of Urban and Regional Research, v. 37, p. 909-922, 2013.

MEZZADRA, Sandro. *A condição pós-colonial*: história e política no presente global. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2020. Tradução: Gilson de Marchi.

PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. *Progress in Human Geography*, n. 30. 2006.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PITERBERG, Gabriel; VERACINI, Lorenzo. Wakefield, Marx, and the world turned inside out. *Journal of Global History*, v. 10, n. 3, p. 457-478, 2015.

QUIJANO, Aníbal. *"Bien vivir" para redistribuir el poder*. Los pueblos indígenas y su proposta alternativa em tempos de dominación global. Informe 2009-2010. Oxfam. Pobreza, desigualdade y desarrollo em el Perú, Julio, 2010.

RADCLIFF, Sarah A. *Development and Geography*: towards a postcolonial development geography? Progress in Human Geography, n. 29. SAGE Publications, 2005.

RUA, João; AGUEDA, Bernardo. A irresistível expansão do Ocidente: Encontros e confrontos. Epistemes distintas, demandas confluentes. Isso é possível? *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; LENCIONI, Sandra (Orgs.). *Entre urgências e utopia*: múltiplas escalas da ação: que mundo estamos a construir. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023.

RUA, João. Europocentrismo e decolonialidade: estabelecendo pontes teórico-conceituais "perigosas" e ainda pouco cruzadas. *In*: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). *Produção do espaço*: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia". Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAFATLE, Vladimir. *A diferença e a contradição*. A crítica deleuzeana à dialética e as questões da dialética a Deleuze. discurso, v. 46, n. 2, 2016.

SAITO, Kohei. *Marx in the Anthropocene.* Towards the Idea of Degrowth Communism. Cambridge University Press, 2022.

SEGATO, Rita. La perspectiva de la Colonialidad del Poder y el giro descolonial. In: CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). *Reinventar la izquierda em el siglo XXI*: hacia um dialogo norte-sur. 1ª ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014.

SOJA, Edward. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha. K.; COSTA, Rogério H. da; SILVEIRA, Carmen Beatriz (Orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade.* Rio de Janeiro (RJ): UFRJ, 1983.

TIBLE, Jean. *Marx e os outros*. Lua Nova, São Paulo, 91: 199-228, 2014.

TIBLE, Jean. *Marx selvagem.* São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2020.

TIBLE, Jean. *Política selvagem*. São Paulo: GLAC edições, 2022.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 23-49.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

WAINWRIGHT, Joel. *Uneven Developments*: From the Grundrisse to Capital. Antipode, Vol 40, N. 5, 2008. p. 879-897.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales*: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em rebeldia*. São Paulo: Elefante, 2022.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 25

¿Es factible un pensamiento geográfico anarquista pacifista para el siglo XXI? Algunas ideas desde la prospectiva territorial y la utopía

Jeffer Chaparro Mendivelso

Geografía anarquista revisitada: ¿son necesarias la paz social y paz con la naturaleza?

La geografía anarquista, vista comúnmente como anacrónica debido a su rechazo de los principios dominantes de organización social y espacial contemporáneos, puede en realidad ofrecer una perspectiva crítica esencial para abordar las crisis actuales. En particular, este texto sostiene que no solo es posible, sino deseable un pensamiento geográfico anarquista pacifista para el siglo XXI, ya que ofrece alternativas significativas para alcanzar tanto la paz social como la paz con la naturaleza. En tiempos marcados por la violencia estructural, la polarización social, la devastación ecológica y las tensiones generadas por el capitalismo globalizado, recuperar las ideas y prácticas anarquistas constituye un acto revolucionario y profundamente pertinente. La geografía anarquista no solo cuestiona radicalmente los modelos hegemónicos de desarrollo, sino que además presenta alternativas prácticas basadas en principios pacifistas, autogestionarios y de cooperación mutua.[1]

La estructura temática del artículo se divide en tres partes fundamentales que exploran diferentes dimensiones del pensamiento geográfico anarquista desde una perspectiva pacifista. En la primera parte se aborda

1 Este ensayo no pretende constituirse en una revisión detallada y exhaustiva de la relación entre anarquismo y geografía. No es una genealogía. El objetivo central consiste en discutir la actualidad de las lógicas anarquistas pacifistas en clave de prospectiva geográfica.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

el supuesto anacronismo de la geografía anarquista, argumentando que lo que algunos consideran desactualizado constituye en realidad una fortaleza crítica frente al modelo actual de desarrollo económico, territorial y social. Este apartado subraya especialmente cómo la reivindicación de prácticas comunitarias y solidarias, percibidas como superadas por el individualismo neoliberal, pueden ofrecer soluciones reales frente a la crisis ecológica y social.

En la segunda parte, titulada *Perspectivas sobre la factibilidad*, el artículo presenta cuatro áreas clave donde la geografía anarquista pacifista ofrece una crítica incisiva y propuestas viables: la resistencia a la jerarquía, la crítica al capitalismo y al Estado, las relaciones entre espacio y poder, y la ecología en el contexto del Antropoceno.[2] Aquí se resalta la importancia de las redes de solidaridad, la autogestión comunitaria y la organización horizontal como mecanismos esenciales para lograr la paz social. También se enfatiza en la importancia de replantear radicalmente nuestra relación con la naturaleza, defendiendo la necesidad de modelos ecológicos sostenibles y basados en principios anarquistas para lograr una verdadera paz con la naturaleza.[3]

Finalmente, la tercera parte del artículo aborda los desafíos y limitaciones que enfrenta la implementación práctica de estas propuestas utópicas en un contexto globalizado. Se examinan críticamente las tensiones entre lo individual y lo colectivo, los problemas de escala y la replicabilidad de los modelos anarquistas, así como el riesgo de reproducir nuevas formas de jerarquía. No obstante, el documento concluye que, pese a estas dificultades, la geografía anarquista pacifista no solo es posible,[4] sino necesaria, como una forma de resistir las estructuras dominantes que perpetúan la violencia

2 Puede considerarse que una parte inicial de esta discusión se encuentra en: Chaparro, 2019, p: 73-98.

3 Quiero agradecer profundamente a los organizadores del *VII Simposio Internacional Metropolización del Espacio y Gestión Territorial (VII SIMEGER)* titulado "Visibilizar el pasado, comprender el presente y prefigurar futuros", realizado en la Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), entre los días 4 a 9 de noviembre de 2024. Su amable invitación ha sido la base y el estímulo para la elaboración del presente ensayo de tinte prospectivo. En especial deseo agradecer a los profesores: Alvaro Ferreira, Sandra Lencioni, João Rua, Gustavo Godinho y Ernesto Imbroisi. Aquí la web del evento: https://viisimeger.wixsite.com/viisimeger-1

4 Torpoco, 2024, 12 p.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

social y ambiental, y de construir caminos concretos hacia una paz duradera tanto social como ecológica.

¿La geografía anarquista es anacrónica?

Responder afirmativamente a esta cuestión implica reconocer, desde una perspectiva crítica pero también utópica,[5] que el anacronismo[6] puede ser interpretado como un valor revolucionario en tiempos dominados por la aceleración tecnológica, la crisis ecológica y la expansión capitalista. Afirmar que la geografía anarquista es anacrónica es reconocer su capacidad de desafiar la lógica dominante del presente mediante la recuperación de ideas y prácticas que parecen desfasadas pero cuya pertinencia se reafirma ante la crisis actual.

La idea de un pensamiento geográfico anarquista pacífico para el siglo XXI es factible y, de hecho, puede ofrecer una crítica valiosa al sistema económico y político dominante, así como una perspectiva transformadora en las relaciones espaciales, el uso del territorio y las formas de organización social.[7]

En primer lugar, el anacronismo de la geografía anarquista reside en su resistencia consciente frente a los modelos hegemónicos de desarrollo que impulsan la fragmentación territorial, la jerarquización espacial y la devastación ambiental. Mientras que la geografía convencional, incluso en sus vertientes críticas, ha tendido a aceptar ciertos parámetros del progreso capitalista, como el crecimiento económico ilimitado y la centralización político-administrativa, la geografía anarquista insiste en desafiar estas premisas a través de una crítica radical y sistémica. En este sentido, su aparente desajuste temporal no es una debilidad, sino precisamente una fortaleza, ya que obliga a cuestionar las certidumbres del presente y permite imaginar alternativas más profundas y emancipadoras.

Por otra parte, la geografía anarquista reivindica prácticas territoriales

5 En cuanto a la relación entre utopía, anarquía y geografía vale la pena destacar a: Ferreti, 2019.

6 Aunque existe una amplia discusión al respecto, el anacronismo puede ser considerado como positivo en ciertos casos. Un ejemplo respecto a la literatura se puede ubicar en: De Olivera, 2016, p: 219-237.

7 Para un recorrido en torno a la geografía y el anarquismo consúltese: Springer, 2013, p: 46-60.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

y comunitarias consideradas por muchos como superadas, tales como el apoyo mutuo, la autogestión o la propiedad comunal de la tierra.[8] Estos principios, formulados inicialmente en contextos históricos muy diferentes al actual, podrían ser vistos como anacrónicos en una época marcada por el individualismo extremo y la mercantilización generalizada. Sin embargo, es precisamente su carácter fuera de tiempo lo que dota a estas prácticas de una fuerza disruptiva y crítica capaz de cuestionar el *statu quo*. En un mundo donde la crisis climática y las desigualdades extremas exigen respuestas audaces, retomar ideas como la cooperación comunitaria y la autonomía territorial no constituye una nostalgia infundada, sino una reivindicación activa y urgente.

El anacronismo de la geografía anarquista se expresa también en su persistente defensa de escalas pequeñas y locales de organización social, política y espacial, frente a las tendencias actuales hacia la globalización homogenizadora y la concentración del poder político y económico en grandes estructuras supranacionales. Desde este punto de vista, la reivindicación anarquista del municipio libre, del autogobierno comunitario y de la autonomía local es una crítica radical a las formas contemporáneas de dominación que parecen diluir la capacidad política de las comunidades en favor de tecnocracias distantes y poderes globales.[9] Aunque muchos podrían interpretar esta visión como incapaz de enfrentar desafíos globales como la crisis climática o las migraciones masivas, el enfoque anarquista insiste en que solo desde abajo, desde lo local y comunitario, puede construirse una respuesta realmente justa y sostenible. Desde una arquitectura fractal lo local y lo global están íntimamente interrelacionados.

En términos utópicos, la reivindicación del anacronismo geográfico anarquista abre posibilidades esperanzadoras para imaginar futuros radicalmente diferentes. La crítica que realiza no es meramente destructiva, sino que se acompaña de una potente propuesta de reconstrucción social y espacial. La utopía que defiende no es una evasión ingenua hacia un pasado idealizado, sino una reapropiación consciente de prácticas comunitarias, ecológicas y solidarias como base para futuros sostenibles.[10] De este modo,

8 Sobre la geografía anarquista reciente véase: Springer, 2021, 280 p.
9 Springer, 2016.
10 Sobre la utopía y el anarquismo recomiendo: Méndez y Vallota, 2004.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

se posiciona explícitamente contra las soluciones tecnológicas centralizadas y dependientes del mercado, proponiendo en cambio un regreso consciente a prácticas comunitarias y territorializadas que, lejos de representar un retroceso, implican una alternativa radical al colapso ecológico y social que se avecina.

La aparente contradicción entre lo viejo y lo nuevo, entre tradición y modernidad, se disuelve en la geografía anarquista al reconocer que los tiempos no son lineales ni homogéneos. Frente al paradigma dominante que postula la inevitabilidad del progreso lineal hacia formas cada vez más complejas y centralizadas de organización, la geografía anarquista propone recuperar temporalidades múltiples, heterogéneas y situadas. Esta multiplicidad temporal implica reivindicar y valorar experiencias históricas de autonomía, resistencia y cooperación que siguen siendo profundamente relevantes y aplicables en contextos actuales.

Reconocer que la geografía anarquista es anacrónica supone reivindicar el valor disruptivo y revolucionario del pensamiento crítico. Lejos de constituir un defecto, el anacronismo emerge aquí como una potente estrategia política, como una forma consciente de resistencia ante las demandas homogéneas y lineales del capitalismo global. En tiempos marcados por la incertidumbre, la crisis ecológica y la aceleración tecnológica, afirmar el carácter anacrónico de la geografía anarquista equivale a asumir una posición crítica y éticamente comprometida desde la cual puede cuestionarse radicalmente el presente y comenzar a imaginar nuevas formas de habitar el mundo.[11]

Aceptar que la geografía anarquista es anacrónica no implica su irrelevancia o incapacidad para intervenir en los problemas contemporáneos. Por el contrario, significa reconocer y valorar su potencia crítica, utópica y revolucionaria, capaz de desafiar la lógica espacial del capitalismo y proponer alternativas reales para construir un futuro socialmente justo, ecológicamente equilibrado y territorialmente autónomo.

11 Zaar y Capel (Coords. y Eds.), 2018.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Perspectivas sobre la factibilidad

Las reflexiones sobre la posibilidad de un anarquismo geográfico y pacifista para el siglo XXI pueden ubicarse en cuatro segmentos: 1) la resistencia a la jerarquía, 2) la crítica al capitalismo y el Estado, 3) las relaciones entre espacio y poder y 4) la ecología, la crisis ambiental global y el antropoceno.[12]

El anarquismo promueve la organización horizontal y rechaza la centralización del poder, lo que puede aplicarse a las dinámicas espaciales contemporáneas.[13] En el siglo XXI, con el auge de movimientos sociales descentralizados y el acceso a tecnologías de comunicación que permiten redes horizontales, las ideas anarquistas pueden tener más relevancia. Las experiencias en comunas, ecoaldeas, grupos aborígenes, agremiaciones campesinas y distintos movimientos sociales, muestran ejemplos de autogestión territorial que responden a estos principios.

Las formas de pensamiento geográfico anarquistas pueden ofrecer críticas radicales a la geografía capitalista que reproduce desigualdades espaciales, control territorial y explotación ambiental. El modelo neoliberal,[14] que ha exacerbado la concentración de poder y riqueza en centros urbanos y en manos de corporaciones, es un campo fértil para la crítica anarquista que busca alternativas a través de la autonomía y la reflexión sobre las posibilidades de mejorar las relaciones con el ambiente.

La geografía anarquista examina cómo el espacio es utilizado para controlar a las poblaciones y cómo el Estado impone fronteras y límites. Desde esta perspectiva, en el siglo XXI, el anarquismo podría aportar análisis críticos sobre temas como la gentrificación, el control fronterizo, la vigilancia digital y las nuevas formas de colonialismo urbano.[15]

La crisis climática ha revitalizado muchas ideas anarquistas relacionadas con las crisis ambientales, el decrecimiento y la relación entre humanos y naturaleza. La geografía anarquista para el siglo XXI puede alinearse con movimientos ecológicos que rechazan la explotación de los recursos natu-

12 Algunas de estas ideas se encuentran esbozadas en: Chaparro, 2019, p: 73-98.
13 Sobre algunas de estas ideas véase: Paniagua, 2012.
14 Springer, 2021a.
15 Springer, 2021b.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

rales en favor de modelos comunitarios más equitativos y respetuosos con el ambiente.[16]

Resistencia a la jerarquía

La resistencia a la jerarquía es un principio central del anarquismo y se manifiesta en su rechazo a cualquier forma de poder centralizado, ya sea estatal, económico o social. Este principio se traduce en la búsqueda de una organización horizontal, donde las decisiones se tomen de manera colectiva y las relaciones de poder sean distribuidas de manera equitativa entre los miembros de una comunidad. En el contexto geográfico contemporáneo, las ideas anarquistas tienen gran relevancia, ya que ofrecen alternativas radicales a las formas de organización territorial dominadas por el capital y el Estado. A continuación, se profundiza en cómo esta resistencia a la jerarquía se puede aplicar a las dinámicas espaciales del siglo XXI, considerando tanto las oportunidades como los retos.[17]

Organización horizontal y autogestión territorial

El anarquismo se opone a las estructuras verticales de poder, donde unos pocos toman decisiones en nombre de la mayoría. En términos espaciales, esto significa un rechazo a los modelos de planificación urbana o territorial controlados por instituciones centralizadas, como el Estado o las grandes corporaciones. En su lugar, el anarquismo promueve una organización territorial basada en la autogestión, es decir, que las comunidades locales tengan el poder de decidir cómo usar y gestionar su espacio y recursos.

Uno de los ejemplos más notables de autogestión territorial en la actualidad son las comunas y las ecoaldeas. Estos son espacios donde la organización social, económica y territorial se lleva a cabo de manera descentralizada, sin la intervención de estructuras jerárquicas. En estas comunidades normalmente las decisiones se toman en asambleas y los

16 Sartorius, 2011.

17 Son muchas las formas de resistencia a las jerarquías. En el caso de la música véase: Castaño, 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

miembros de la comunidad se reúnen regularmente, donde todos tienen igual derecho a participar en la toma de decisiones. No hay una figura de autoridad que imponga su voluntad; en cambio, se busca el consenso o acuerdos basados en la deliberación colectiva. Además, se prioriza la sostenibilidad y la equidad, pues en lugar de basarse en el beneficio económico, muchas comunas y ecoaldeas buscan organizar su territorio de manera que se respete el entorno natural y se asegure la distribución equitativa de los recursos. Esto está en sintonía con los principios anarquistas de solidaridad y respeto mutuo.

El auge de las tecnologías de comunicación digitales ha facilitado enormemente la creación y mantenimiento de redes descentralizadas. En el siglo XXI, movimientos sociales descentralizados han ganado fuerza gracias a herramientas digitales que permiten la coordinación sin necesidad de una estructura jerárquica central.

Resistencia a la centralización del poder en el territorio

En las sociedades actuales, el control sobre el espacio y los territorios suele estar concentrado en manos de unos pocos, ya sea a través del Estado o de corporaciones privadas. El anarquismo, en su resistencia a cualquier forma de autoridad centralizada, propone la redistribución del poder espacial, es decir, que las comunidades locales y los individuos tengan mayor control sobre los territorios que habitan.

El auge de los movimientos sociales descentralizados

En el siglo XXI, la resistencia a la jerarquía también se manifiesta en el auge de los movimientos sociales descentralizados. A diferencia de los movimientos sociales tradicionales, que a menudo estaban organizados en torno a líderes o estructuras jerárquicas, muchos de los movimientos contemporáneos se organizan de manera horizontal, inspirados en los principios anarquistas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Retos de la resistencia a la jerarquía en las dinámicas espaciales contemporáneas

Si bien la resistencia a la jerarquía y la promoción de la organización horizontal ofrecen una alternativa atractiva a las formas tradicionales de organización espacial, también presentan desafíos.

Uno de los principales retos de los modelos autogestionados es la dificultad de escalar estos principios a niveles más grandes. Mientras que las comunas y las ecoaldeas pueden funcionar eficazmente en pequeñas comunidades, aplicar estos principios a ciudades enteras o territorios más amplios requiere resolver problemas complejos relacionados con la coordinación, la distribución de recursos y la gestión de infraestructuras.

La resistencia estatal y corporativa también es un asunto central. Los modelos horizontales y autogestionados a menudo enfrentan oposición de las estructuras de poder existentes, que ven en ellos una amenaza a su control.

La resistencia a la jerarquía y la promoción de la organización horizontal son principios fundamentales del anarquismo que pueden aplicarse a las dinámicas espaciales contemporáneas. A través de la autogestión territorial, los movimientos descentralizados y el uso de tecnologías de comunicación, es posible imaginar y construir alternativas al modelo de organización jerárquica y centralizada que domina la geografía actual.

Crítica al capitalismo y el Estado

La crítica al capitalismo y al Estado es uno de los fundamentos centrales del pensamiento anarquista, y cuando se lo aplica a la geografía, permite una revisión radical de las dinámicas espaciales contemporáneas. El capitalismo y el Estado, en tanto actores poderosos en la organización del espacio, han creado geografías que favorecen la concentración de la riqueza y el poder en manos de unos pocos, al tiempo que generan desigualdades espaciales y exclusión social.[18] El pensamiento geográfico anarquista ofrece una alternativa radical a este sistema, abogando por formas de organización espacial que prioricen la autonomía comunitaria, la equidad y la sostenibilidad am-

18 Errandonea, 2003.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

biental. A continuación, se desarrolla esta crítica en profundidad, abordando los principales elementos de la geografía capitalista, el control territorial del Estado y las alternativas que el anarquismo geográfico propone.

Geografía capitalista y desigualdades espaciales

El capitalismo ha configurado el espacio de manera que maximiza la acumulación de capital, generando territorios profundamente desiguales. En el marco de la globalización neoliberal, el espacio se organiza en función de la eficiencia económica, lo que lleva a la concentración de la riqueza en ciertos puntos geográficos —generalmente grandes centros urbanos y regiones metropolitanas—, mientras que otras áreas, como las periferias rurales y los barrios marginales urbanos, son despojadas de recursos y oportunidades.

El capitalismo favorece la acumulación de capital en las áreas urbanas más desarrolladas, lo que lleva a la creación de centros urbanos globales donde se concentran las corporaciones, las instituciones financieras y las élites económicas. Esto genera la urbanización del capital, donde las ciudades se convierten en motores del crecimiento económico, pero a costa de la exclusión social y la segregación espacial.

El fenómeno de la gentrificación es una manifestación clara de cómo el capitalismo organiza el espacio urbano para el beneficio de los inversores y las clases acomodadas. En muchas ciudades, barrios que antes eran accesibles para las clases trabajadoras son recuperados por la inversión inmobiliaria, que eleva los precios de las propiedades y expulsa a las comunidades originales. Este proceso, que ha afectado ciudades de todo el mundo, responde a la lógica capitalista de maximizar las ganancias a través de la especulación con el suelo y la vivienda, lo que genera una creciente exclusión territorial.

El capitalismo también ha generado una profunda brecha entre las áreas rurales y urbanas. Mientras que las ciudades se convierten en centros de poder económico y político, las zonas rurales son a menudo relegadas a la extracción de recursos naturales, lo que perpetúa las desigualdades espaciales y económicas. En muchos países del Sur Global, las zonas rurales son explotadas por industrias extractivas (minería, agricultura intensiva), generando pobreza y desplazamiento forzado de las comunidades campesinas e indígenas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Control territorial y monopolio del Estado sobre el espacio

El Estado, como actor territorial, juega un papel central en la organización y control del espacio. A través de sus leyes, políticas y estructuras de poder, el Estado configura el territorio de manera que favorece los intereses del capital y refuerza el control sobre la población. El pensamiento geográfico anarquista ofrece una crítica radical a esta forma de monopolio del espacio por parte del Estado, proponiendo en su lugar una descentralización del poder territorial y la gestión autónoma por parte de las comunidades locales.

Además, el Estado ejerce un control territorial a través de la imposición de fronteras, que delimitan su soberanía y regulan el acceso a los recursos, las personas y el capital. En un contexto de globalización, esta regulación se ha vuelto más excluyente, como se evidencia en el control de la migración. El Estado capitalista establece quién tiene derecho a cruzar fronteras, a vivir en ciertas áreas y a acceder a recursos básicos como la vivienda.

El Estado también ejerce un control significativo sobre el espacio a través de la planificación urbana centralizada, donde las decisiones sobre el uso del suelo, la construcción de infraestructuras y la distribución de servicios son tomadas desde arriba, a menudo sin tener en cuenta las necesidades de las comunidades locales. Esto no solo refuerza la desigualdad espacial, sino que también genera alienación entre los ciudadanos y su entorno. En contraste, el pensamiento anarquista aboga por un control descentralizado del territorio, donde las comunidades puedan decidir autónomamente sobre su espacio, en función de sus propias necesidades y valores.

Desde otro ángulo, la relación entre el Estado y el capitalismo se evidencia en las políticas extractivistas que, en nombre del desarrollo económico, permiten la explotación de los recursos naturales, muchas veces en detrimento de las comunidades locales y los ecosistemas. Esto es particularmente evidente en el Sur Global, donde los gobiernos otorgan concesiones a empresas multinacionales para explotar recursos como petróleo, gas, minerales o madera, a menudo ignorando las demandas de las comunidades indígenas y campesinas que habitan esos territorios. Este modelo extractivista genera geografías del despojo y la violencia, donde el territorio se convierte en un recurso a explotar en lugar de un espacio para la vida y el bienestar colectivo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Crítica al neoliberalismo y la privatización del espacio público

El neoliberalismo, como la fase más reciente del capitalismo, ha exacerbado la concentración de poder y riqueza, y ha profundizado la privatización del espacio público. Las políticas neoliberales promueven la desregulación de los mercados, la reducción del papel del Estado en la provisión de servicios públicos y la apertura de los territorios a la inversión privada. Esta lógica de privatización ha llevado a la mercantilización de casi todos los aspectos de la vida, incluidos los bienes comunes como el agua, la tierra y los servicios básicos.[19]

En muchas ciudades, el espacio público está siendo progresivamente privatizado, con plazas, parques y áreas verdes convertidos en espacios comerciales o zonas restringidas, controladas por empresas privadas. Este proceso responde a la lógica capitalista de maximizar las ganancias a través de la mercantilización del espacio. En lugar de ser lugares de encuentro y cohesión social, el espacio público se convierte en una mercancía para ser vendida o alquilada.

El neoliberalismo también ha promovido la desposesión de los bienes comunes, como la tierra, el agua y la oferta ambiental, que son privatizados y puestos al servicio de intereses corporativos. Esto ha generado una geografía de despojo, donde las comunidades locales son expulsadas de sus tierras y privadas de acceso a los recursos básicos.

Alternativas anarquistas: autonomía y conservación ambiental

El pensamiento geográfico anarquista propone una alternativa radical a la geografía capitalista y estatal, basada en los principios de autonomía comunitaria y sostenibilidad ambiental. Estas alternativas buscan reorganizar el espacio de manera que las comunidades locales tengan control sobre su territorio, se respeten los derechos de los seres humanos y no humanos, y se promueva una relación más equitativa y respetuosa con el medio ambiente.

Como se mencionó anteriormente, las comunas autogestionadas son una de las formas más claras de autonomía territorial en la práctica. Estas comunas se organizan de manera horizontal y se gestionan colectivamente,

19 Springer, 2021a.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sin intervención del Estado o del mercado. A través de la autogestión del territorio, las comunidades pueden asegurar una distribución equitativa de los recursos, así como una gestión sostenible de los bienes comunes.

En lugar de una economía competitiva y explotadora, el anarquismo propone una economía basada en la cooperación y el apoyo mutuo. Esto implica la creación de redes de solidaridad que permitan a las comunidades satisfacer sus necesidades sin recurrir a la explotación del trabajo o del medio ambiente. Las cooperativas de producción, las redes de intercambio y las economías locales sustentables son ejemplos de cómo estas ideas se pueden poner en práctica.[20]

El anarquismo también ofrece una crítica radical a la destrucción ambiental promovida por el capitalismo. A través de la ecología social, una corriente dentro del pensamiento libertario, se plantea que la crisis ecológica es inseparable de las estructuras jerárquicas y explotadoras del sistema capitalista. La ecología social argumenta que la dominación de la naturaleza es reflejo directo de la dominación humana, y por tanto, para revertir la devastación ecológica es necesario desmantelar no solo las relaciones económicas capitalistas, sino también todas las jerarquías sociales, políticas y culturales, promoviendo así relaciones humanas y ambientales basadas en la cooperación, horizontalidad y respeto mutuo.

Relaciones entre espacio y poder

La relación entre el espacio y el poder ha sido un tema central en la geografía crítica, y la geografía anarquista ofrece una perspectiva única para entender cómo el poder opera en la producción y el control del espacio. El anarquismo se caracteriza por su crítica a toda forma de autoridad y dominación, lo que incluye al Estado, las estructuras económicas capitalistas y otras instituciones jerárquicas. Desde esta perspectiva, el análisis anarquista del espacio pone el foco en cómo estas estructuras utilizan el territorio para ejercer control sobre las poblaciones, imponer jerarquías y restringir las libertades. En el siglo XXI, el anarquismo tiene mucho que aportar a temas contemporáneos como la gentrificación, el control de fronteras, la

20 Taibo, 2020.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

vigilancia digital y el colonialismo urbano, todos los cuales son expresiones del poder sobre el espacio.

El espacio como herramienta de control

El espacio no es neutral; está estructurado y organizado de acuerdo con las relaciones de poder en una sociedad. Desde la perspectiva anarquista, el espacio es una herramienta clave utilizada por el Estado y el capital para controlar a las poblaciones, gestionar la movilidad y asegurar la estabilidad del sistema dominante.

En las ciudades, el Estado y las corporaciones utilizan el espacio urbano para imponer normas, controlar el comportamiento de las personas y gestionar el flujo de capital. La planificación urbana y las políticas de desarrollo urbano a menudo reflejan los intereses de las clases dominantes, que buscan maximizar el control y la eficiencia en la distribución del territorio, en lugar de garantizar el bienestar colectivo.

Las ciudades contemporáneas a menudo están estructuradas de manera que separan a las clases sociales y refuerzan las desigualdades. Los barrios ricos y las zonas comerciales de alto valor están claramente delimitados de los barrios marginales, donde vive la clase trabajadora o las personas en situaciones de vulnerabilidad. Esta segregación espacial no es solo una consecuencia del mercado inmobiliario, sino también una forma de mantener el orden social y evitar el conflicto. Al separar físicamente a las diferentes clases, se limita la interacción y se minimizan las tensiones sociales, al tiempo que se asegura que el capital pueda fluir sin obstáculos.

La gentrificación es un fenómeno que muestra cómo el espacio puede ser utilizado para despojar a las poblaciones de sus territorios en nombre del desarrollo y la modernización. A medida que los barrios populares y tradicionales son objeto de inversiones inmobiliarias y se renuevan, las comunidades locales son desplazadas debido al aumento de los precios y la transformación del espacio en función de los intereses de las clases medias y altas. Desde una perspectiva anarquista, la gentrificación es una manifestación de la lógica capitalista que organiza el espacio para el beneficio del mercado, despojando a las personas de sus derechos al territorio y marginando aún más a los sectores vulnerables. El control espacial aquí se con-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

vierte en una herramienta para reforzar la hegemonía del capital y el poder de las élites urbanas.

El Estado, como entidad territorial, ejerce un poder significativo sobre la organización del espacio.[21] A través de la imposición de fronteras, la regulación de la movilidad y la construcción de infraestructuras, el Estado controla quién puede acceder a ciertos territorios y bajo qué condiciones. El Estado utiliza las fronteras como herramientas para regular el acceso al territorio, ejercer control sobre los movimientos de personas y asegurar su soberanía. En el contexto contemporáneo, las fronteras se han convertido en puntos de control donde las políticas de exclusión y seguridad son evidentes, como lo muestran las crisis migratorias en Europa y América del Norte. El anarquismo, con su crítica a las estructuras estatales, propone una visión de un mundo sin fronteras, donde la movilidad sea un derecho y no una concesión regulada por el Estado. Las fronteras, en esta perspectiva, no solo representan barreras físicas, sino también mecanismos de control que refuerzan las jerarquías globales y perpetúan las desigualdades.

El concepto de colonialismo urbano se refiere a cómo las ciudades y los territorios urbanos son ocupados y transformados en beneficio de las élites, replicando las dinámicas de explotación y despojo que caracterizaron el colonialismo tradicional. En las grandes ciudades globales, los barrios populares y marginales a menudo son tratados como tierras por colonizar, donde el capital y las élites pueden entrar, explotar y transformar el espacio en función de sus intereses. El desarrollo de proyectos de infraestructura, como aeropuertos, autopistas o centros comerciales, a menudo implica el desplazamiento de comunidades enteras y la destrucción de formas de vida tradicionales. Desde el anarquismo, se critica esta forma de colonialismo interno, que reproduce las mismas lógicas de explotación y dominación que las potencias coloniales impusieron en siglos anteriores.

La vigilancia y el control digital del espacio

En el siglo XXI, el control del espacio se ha expandido más allá de las fronteras físicas y las ciudades. El desarrollo de tecnologías de vigilancia digital

21 Al respecto consúltese: Nozick, 2014.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

y el uso de grandes bases de datos por parte del Estado y las corporaciones permiten un control mucho más sofisticado y omnipresente de las poblaciones. La tecnología ha transformado la manera en que el poder opera en el espacio. Los sistemas de vigilancia digital, como las cámaras de seguridad, los drones y los sistemas de reconocimiento facial, permiten al Estado y a las empresas privadas monitorear constantemente el comportamiento de las personas en el espacio público y privado.[22]

Las grandes ciudades han implementado tecnologías de vigilancia para monitorear el comportamiento de los ciudadanos en tiempo real. Este tipo de control no solo es una herramienta para gestionar el crimen o el desorden social, sino también una manera de mantener el control sobre el espacio urbano y reforzar las jerarquías de poder.[23]

Los datos generados por los dispositivos electrónicos y las plataformas digitales también son utilizados para mapear los movimientos de las personas en el espacio. Desde la perspectiva anarquista, esto representa una nueva forma de control digital del espacio, donde las corporaciones tecnológicas se convierten en actores clave en la vigilancia y la regulación del territorio, en colaboración con los Estados.

Resistencia al control del espacio

El anarquismo, con su enfoque en la autonomía y la libertad, ha sido siempre una corriente de pensamiento que resiste cualquier forma de control jerárquico, incluidas las formas de control espacial. Frente al creciente control del espacio urbano y las fronteras, los movimientos anarquistas han propuesto alternativas que buscan la descentralización del poder y el autogobierno de las comunidades.

Las ocupaciones urbanas, las comunas y los centros sociales autogestionados son ejemplos de cómo el anarquismo propone resistir el control espacial. Estos espacios, que son recuperados de la lógica del mercado y la propiedad privada, se organizan de manera horizontal, sin jerarquías, y son gestionados colectivamente por sus miembros. En estos espacios, las rela-

22 Véase: Chaparro, Coronado, García y Rabia, 2018.
23 Chaparro, 2017.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ciones de poder son redefinidas, y se busca crear una forma alternativa de habitar el espacio, basada en la solidaridad y el apoyo mutuo.

La geografía anarquista ofrece una crítica radical a las relaciones entre espacio y poder, centrándose en cómo el Estado y el capital utilizan el territorio para ejercer control sobre las poblaciones y reforzar las jerarquías.[24] Desde la gentrificación y el colonialismo urbano hasta la vigilancia digital y el control fronterizo, el espacio se convierte en un campo de batalla donde el poder se despliega de múltiples maneras. Frente a estas dinámicas, el anarquismo propone alternativas basadas en la autonomía comunitaria, la descentralización y la resistencia al control jerárquico del espacio, ofreciendo una visión de un mundo donde las comunidades tienen el poder de gestionar su territorio de manera más equitativa, libre y sostenible.

Ecología, crisis ambiental global y antropoceno

La crisis ambiental global, agravada por el cambio climático, la pérdida de biodiversidad y la explotación insostenible de los recursos naturales, ha impulsado un interés renovado en las ideas anarquistas que promueven un modo de vida más armonioso y equitativo en la relación entre los humanos y la naturaleza. En este contexto, el anarquismo ecológico ofrece una crítica radical al sistema capitalista, que es responsable de la degradación ambiental, y propone alternativas basadas en la sustentabilidad, el decrecimiento y la autogestión comunitaria.

En el siglo XXI, el concepto de antropoceno, que señala la huella irreversible que la humanidad ha dejado sobre el planeta, y la creciente crisis climática han puesto de manifiesto la necesidad de replantear las formas en que organizamos nuestras sociedades, especialmente en relación con el uso de los recursos naturales y la preservación del medio ambiente.[25]

24 Algunas ideas al respecto se encuentran en esta interesante reseña: Ribera, 2020.
25 Chaparro y Meneses, 2015. Chaparro, 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Crisis ambiental global y el capitalismo extractivista

El capitalismo ha jugado un papel central en la crisis ambiental actual, debido a su lógica de crecimiento económico ilimitado, su explotación intensiva de los recursos naturales y su promoción de patrones de consumo insostenibles. Las prácticas extractivistas, la expansión de la agricultura industrial, la deforestación y la sobreexplotación de los ecosistemas son solo algunos de los efectos del capitalismo global sobre el planeta. Este modelo ha acelerado la crisis climática, generando desigualdades ambientales tanto entre regiones del mundo como entre clases sociales, donde los más pobres y marginados son los más afectados por la degradación del entorno.

El término antropoceno hace referencia a una nueva era geológica en la que la humanidad, y en particular el sistema capitalista-industrial, ha alterado los sistemas naturales del planeta de manera irreversible. La huella humana en el medio ambiente ha generado el cambio climático, la acidificación de los océanos, la extinción masiva de especies y la transformación radical de los paisajes y la base ambiental.

Desde una perspectiva anarquista renovada, el antropoceno no es solo el resultado de la actividad humana en general, sino de un sistema específico de explotación: el capitalismo. Este sistema trata la naturaleza como una mercancía que puede ser explotada sin límites, generando ganancias a corto plazo a costa del equilibrio ecológico a largo plazo.[26]

Ecología anarquista y la relación entre humanos y naturaleza

El anarquismo ecológico, o ecología social, ha ofrecido durante décadas una crítica profunda a la relación destructiva que el sistema capitalista ha establecido entre los humanos y la naturaleza. Algunos pensadores argumentan que la crisis ambiental no es simplemente un problema técnico o de gestión, sino un problema social y político enraizado en las jerarquías

26 El extractivismo, que se refiere a la explotación masiva de los recursos naturales para la producción y exportación de materias primas, es un ejemplo claro de cómo el capitalismo ha generado desequilibrios ecológicos globales, desde la minería hasta la deforestación en la Amazonía.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

y en la explotación que define al capitalismo.[27] Para los anarquistas, la explotación de la naturaleza está profundamente vinculada a la explotación de los humanos.

La ecología anarquista busca transformar radicalmente la relación entre los humanos y el entorno natural, promoviendo una visión no jerárquica de la sociedad y la naturaleza. En lugar de ver a la naturaleza como un recurso a ser explotado, los anarquistas proponen una relación más armónica y respetuosa, donde los seres humanos vivan en equilibrio con los ecosistemas, reconociendo la interdependencia entre todas las formas de vida.

Uno de los principios centrales del anarquismo ecológico es el decrecimiento, que rechaza la idea de que el progreso y el bienestar humano dependan de un crecimiento económico continuo. En su lugar, los anarquistas proponen una reorganización de las sociedades en torno a economías locales y sostenibles, donde se limite el consumo de recursos y se reduzca la huella ecológica. El decrecimiento implica reducir la producción y el consumo a niveles que sean sostenibles a largo plazo, favoreciendo la satisfacción de las necesidades humanas de manera equitativa, sin poner en peligro los ecosistemas.

La autogestión de los recursos naturales es otro pilar del anarquismo ecológico. En lugar de que el Estado o las corporaciones controlen el acceso y el uso de los recursos, las comunidades locales deberían tener el poder de decidir cómo utilizar y conservar sus territorios.

Sensibilidad ambiental y modelos comunitarios equitativos

La sensibilidad ambiental es una de las piedras angulares de la geografía anarquista en el siglo XXI. Frente a la crisis climática, los anarquistas proponen alternativas a los modelos industriales y extractivistas que destruyen el planeta. En lugar de depender de tecnologías o políticas impuestas desde arriba, la sostenibilidad debe surgir de abajo hacia arriba, a través de modelos comunitarios que respeten los límites ecológicos y promuevan una relación equitativa entre los seres humanos y la naturaleza.

27 Bookchin, 2022.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Un ejemplo de este enfoque son las ecoaldeas y las comunas sostenibles, que buscan vivir de manera respetuosa con el entorno natural. En estas comunidades, las personas trabajan juntas para gestionar sus recursos de manera equitativa y sostenible, utilizando tecnologías apropiadas y respetuosas con el medio ambiente, como la agricultura orgánica, el uso de energías renovables y la reducción de residuos. Estas experiencias muestran cómo es posible organizar la vida comunitaria sin depender del capitalismo ni de la explotación masiva de los recursos.[28]

Los movimientos por la justicia climática también están alineados con el anarquismo ecológico, ya que luchan contra las desigualdades ambientales que genera el sistema capitalista. Las comunidades más vulnerables, especialmente en el Sur Global, son las que sufren los peores efectos de la crisis climática, a pesar de ser las que menos han contribuido a ella. El anarquismo propone una redistribución del poder y los recursos, asegurando que las decisiones sobre el medio ambiente se tomen de manera democrática y descentralizada.

Resistencia al extractivismo y el neocolonialismo ambiental

El extractivismo ha sido una de las principales causas de la degradación ambiental global, y la geografía anarquista ofrece una crítica directa a este modelo. El extractivismo, que implica la extracción intensiva de recursos como minerales, petróleo, gas y productos agrícolas, está vinculado a un neocolonialismo ambiental, donde los países y corporaciones del Norte Global explotan los recursos del Sur Global, a menudo a costa de las comunidades locales y los ecosistemas.

Los movimientos indígenas, en particular en América Latina, han sido una fuente importante de resistencia al extractivismo.[29] Estos movimientos defienden su derecho al territorio y rechazan los proyectos extractivos que amenazan sus tierras y formas de vida. El anarquismo encuentra afinidades con estos movimientos, ya que ambos rechazan las jerarquías y promueven formas de vida basadas en la autogestión y el respeto por el medio ambiente.

28 Algunas ideas al respecto se encuentran en: Mardones y Zunino, 2019.
29 Una potente investigación sobre estos asuntos se encuentra en la obra de: Svampa, 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

En muchas partes del mundo, especialmente en América Latina y África, los territorios de las comunidades indígenas y campesinas se han convertido en zonas de sacrificio, donde el Estado y las corporaciones extractivas desplazan a las personas para explotar los recursos naturales. Estas zonas de sacrificio son ejemplos de cómo el neocolonialismo ambiental perpetúa las desigualdades globales. Las luchas de estas comunidades contra el extractivismo son ejemplos contemporáneos de resistencia anarquista, ya que buscan preservar el territorio y la autonomía frente al poder del Estado y el capital.

El rol de la geografía anarquista en la crisis ambiental y climática del siglo XXI

La geografía anarquista puede desempeñar un papel clave en el análisis y la acción frente a la crisis climática del siglo XXI. Al rechazar las jerarquías y promover la descentralización, la geografía anarquista ofrece una forma de repensar la organización espacial en función de la justicia ambiental y la autonomía comunitaria. Desde esta perspectiva, se cuestionan profundamente los modelos de desarrollo extractivistas, centralizados y autoritarios que han conducido al planeta al borde del colapso ecológico. Al privilegiar formas horizontales de organización social, se abre espacio para la construcción de alternativas que sean no solo sostenibles ecológicamente, sino también equitativas socialmente, ya que vinculan íntimamente la salud del medio ambiente con la emancipación humana.

En lugar de depender de soluciones tecnológicas impuestas desde arriba, la geografía anarquista propone la creación de redes de solidaridad que permitan a las comunidades compartir recursos, conocimientos y habilidades para enfrentar la crisis climática. Estas redes pueden incluir desde la creación de huertos comunitarios hasta la organización de cooperativas. El énfasis está puesto en las prácticas cotidianas que empoderan a las comunidades, fomentando la autosuficiencia, la autogestión y la resiliencia frente a los efectos cada vez más evidentes del cambio climático. Las iniciativas de agricultura urbana, la recuperación de saberes ancestrales o el manejo comunitario del agua son ejemplos concretos de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cómo las personas pueden recuperar el control sobre sus territorios y sus vidas.[30]

La geografía anarquista enfatiza también la importancia de la escala local para abordar globalmente el problema climático. Desde su enfoque, ninguna estrategia climática efectiva puede prescindir de la participación activa y directa de las comunidades afectadas. La resistencia frente a megaproyectos destructivos, la protección colectiva de espacios naturales y el impulso a economías alternativas basadas en principios éticos y ecológicos constituyen formas concretas de transformar radicalmente las relaciones espaciales y sociales frente a la crisis climática actual.

Desafíos y limitaciones

Aunque el anarquismo plantea ideales como la eliminación de las jerarquías y el poder estatal, en la práctica, los sistemas sociales son complejos y el conflicto entre visiones colectivas e individuales puede dificultar la implementación de un modelo puramente anarquista a gran escala. En un mundo interconectado por infraestructuras globales como las cadenas de suministro, el comercio internacional y la gobernanza global, el anarquismo enfrenta desafíos importantes para ofrecer un modelo alternativo que no dependa de las estructuras estatales y corporativas actuales.[31]

Practicidad de las utopías

La practicidad de las utopías anarquistas es un tema central en la crítica y la reflexión sobre la viabilidad de los ideales anarquistas en el mundo contemporáneo. El anarquismo, como corriente política y filosófica, propone la eliminación de las jerarquías, el rechazo del poder estatal y la creación de sociedades autogestionadas, donde las relaciones entre las personas sean libres de dominación y basadas en la cooperación. Sin embargo, en la práctica, implementar estos ideales a gran escala enfrenta varios desafíos debido

30 Springer, 2021b.
31 Esta sección del capítulo debe leerse en clave de discusión y propuestas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

a la complejidad de los sistemas sociales y las tensiones entre lo individual y lo colectivo.

La complejidad de los sistemas sociales y la resistencia al cambio

Los sistemas sociales actuales, en particular los organizados bajo el capitalismo y el Estado, son altamente complejos y están profundamente entrelazados con estructuras económicas, políticas y culturales que perpetúan las jerarquías y las relaciones de poder. Estas estructuras no son fáciles de desmantelar o reemplazar, ya que dependen de una red de instituciones y prácticas que mantienen el orden social tal como lo conocemos.[32]

Uno de los mayores desafíos para la implementación de un modelo anarquista es la interdependencia de las instituciones que estructuran la sociedad. Las instituciones estatales, económicas y sociales están diseñadas para funcionar de manera jerárquica, con relaciones de poder verticales. Por ejemplo:

- El Estado proporciona servicios y regula las relaciones sociales a través de leyes y políticas.
- La economía capitalista se organiza en torno a corporaciones que operan bajo un sistema de jerarquías empresariales y explotación del trabajo.
- Las instituciones culturales, como los medios de comunicación y la educación, refuerzan las normas sociales que promueven la competencia, la propiedad privada y la obediencia a la autoridad.

Cambiar este sistema hacia un modelo anarquista descentralizado y horizontal implica desmantelar estas estructuras y sustituirlas por formas de organización radicalmente diferentes. En la práctica, esto puede generar un vacío de poder que no siempre puede ser cubierto de manera eficiente o equitativa sin una preparación adecuada o sin consenso generalizado entre la población.

32 Algunas ideas generales se encuentran en: López, Restrepo y López, 2013.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Tensiones entre lo individual y lo colectivo

Uno de los principales desafíos para la implementación práctica del anarquismo en el siglo XXI es la tensión entre las visiones colectivas e individuales. Aunque el anarquismo valora profundamente la autonomía individual, también promueve la cooperación comunitaria y la toma de decisiones colectivas. En la práctica, equilibrar estas dos dimensiones puede ser complicado.

El anarquismo se basa en la idea de que las personas deben ser libres para decidir sobre sus propias vidas, sin la interferencia de jerarquías o instituciones autoritarias. Sin embargo, cuando se vive en comunidad, es necesario tomar decisiones colectivas que afecten a todos los miembros. Aquí es donde surge una posible fricción entre las libertades individuales y las decisiones colectivas.

En los modelos anarquistas, muchas decisiones se toman por consenso, lo que significa que todos los miembros de una comunidad deben estar de acuerdo o, al menos, no oponerse activamente a una propuesta. Si bien esto asegura que las decisiones no se tomen de manera autoritaria, también puede hacer que el proceso de toma de decisiones sea lento y difícil en comunidades grandes o diversas. En algunos casos, los intereses individuales pueden entrar en conflicto con los intereses de la comunidad. Por ejemplo, una persona podría querer usar un recurso de una manera que contradiga los deseos del grupo o que amenace la sostenibilidad del entorno. En estas situaciones, equilibrar la libertad individual con la responsabilidad colectiva puede ser un desafío, especialmente si no existen mecanismos claros para la resolución de conflictos.[33]

En muchos proyectos anarquistas contemporáneos, como comunas las autogestionadas y algunos tipos de cooperativas, se han enfrentado a este tipo de tensiones. Las comunas que operan bajo principios anarquistas a menudo tienen que lidiar con la diversidad de opiniones entre sus miembros y con los diferentes enfoques hacia la organización del trabajo, el uso de los recursos y la toma de decisiones. A pesar de su éxito en muchos casos, no todas las comunas logran mantenerse a largo plazo, en parte debido a la dificultad de mantener un equilibrio entre la autonomía individual y la cohesión colectiva.

33 Un excelente estudio al respecto se encuentra en: Bookchin, 2012.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

La escala y la replicabilidad de los modelos anarquistas

El anarquismo ha demostrado ser efectivo en pequeñas escalas, como en comunidades locales, proyectos cooperativos y zonas autónomas. Sin embargo, la cuestión de la escalabilidad de estos modelos es un desafío importante. ¿Es posible aplicar los principios anarquistas a sociedades enteras o incluso a nivel global? ¿Cómo podría funcionar una sociedad anarquista en contextos complejos, como en ciudades grandes o en economías globalizadas?[34]

A medida que una sociedad crece, la coordinación entre sus diferentes partes se vuelve más complicada. En un modelo jerárquico, el Estado o una autoridad central puede imponer reglas y políticas que gestionen esta coordinación. En un modelo anarquista, basado en la descentralización, la coordinación se tendría que hacer de manera horizontal entre las diferentes comunidades y regiones. Esto puede funcionar a pequeña escala, pero a gran escala puede surgir el problema de cómo garantizar una organización eficiente sin caer en estructuras autoritarias.

En una sociedad anarquista a gran escala, la diversidad de intereses y opiniones puede hacer que el proceso de toma de decisiones sea más difícil. La pluralidad es una característica valiosa en una sociedad libre, pero también puede hacer más complicado llegar a acuerdos colectivos sin recurrir a mecanismos de poder que el anarquismo rechaza.

El riesgo de caer en nuevas formas de jerarquía

Otro desafío importante para la practicidad del anarquismo es el riesgo de que surjan nuevas formas de jerarquía dentro de los modelos supuestamente horizontales. La eliminación del Estado y las jerarquías formales no garantiza que desaparezcan todas las formas de dominación. En ausencia de estructuras claras, pueden surgir jerarquías informales o élites dentro de las comunidades.

Aunque una comunidad anarquista pueda rechazar las jerarquías formales, en la práctica, algunas personas pueden asumir roles de liderazgo informal debido a su carisma, habilidades o influencia social. Estas jerarquías

34 Algunas pistas de esta discusión se hallan en: Chaparro, 2017.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

informales pueden ser igualmente problemáticas, ya que pueden concentrar poder en manos de unos pocos sin el consentimiento o la supervisión de la comunidad.

Incluso en comunidades que practican la horizontalidad, pueden persistir desigualdades de poder basadas en el género, la raza o la clase. Si no se abordan de manera explícita, estas desigualdades pueden reproducir formas de dominación que contradicen los principios anarquistas de igualdad y libertad.

Posibles formas de superar estos desafíos

Aunque la implementación de un modelo puramente anarquista a gran escala enfrenta desafíos significativos, el anarquismo ha propuesto varias estrategias para abordar estos problemas y hacer que sus ideales sean más prácticos.

Una posible solución al problema de la escala es el confederalismo, donde las comunidades autónomas se organizan en federaciones descentralizadas. En lugar de depender de un poder central, las comunidades se coordinan a través de acuerdos voluntarios y asambleas regionales. Este modelo busca garantizar la autonomía local, al tiempo que permite la cooperación y la solidaridad a gran escala.

Para abordar la tensión entre la autonomía individual y la responsabilidad colectiva, muchas comunidades anarquistas han desarrollado mecanismos de resolución de conflictos basados en la mediación.

Infraestructura global

La infraestructura global es un componente esencial del mundo contemporáneo, y su complejidad plantea importantes desafíos para la viabilidad práctica del anarquismo a gran escala. En un sistema mundial cada vez más interconectado, las cadenas de suministro, el comercio internacional, los sistemas de transporte, las redes de comunicación y las estructuras de gobernanza global permiten que los bienes, las personas, la información y el capital fluyan entre países y regiones. Estas infraestructuras han sido

CONSEQUÊNCIA EDITORA

diseñadas y están controladas principalmente por Estados y corporaciones privadas, los cuales mantienen jerarquías y mecanismos de control centralizados. El desafío para el anarquismo consiste en proponer alternativas a este sistema que no dependan de las estructuras estatales y corporativas actuales, mientras se garantiza la satisfacción de las necesidades básicas y la cohesión social en una escala global.[35]

Cadenas de suministro globales y la interdependencia económica

Las cadenas de suministro globales son redes complejas que interconectan productores, distribuidores y consumidores a través de múltiples fronteras. Estas cadenas permiten el flujo de bienes esenciales, como alimentos, medicinas, materias primas y productos manufacturados, a nivel internacional. Aunque estas cadenas generan interdependencia económica entre países, también refuerzan las jerarquías de poder global y exacerban las desigualdades, ya que los países ricos controlan gran parte de los recursos y del capital necesario para mantenerlas.

Un reto clave para un modelo anarquista es cómo desmantelar las jerarquías estatales y corporativas que controlan las cadenas de suministro globales, sin interrumpir el acceso a bienes esenciales. Actualmente, la producción de alimentos, el acceso a productos básicos como el agua, y los suministros médicos dependen en gran medida de estas redes jerárquicas controladas por megacorporaciones, conglomerados industriales y acuerdos entre Estados. Sin estas estructuras, se necesitaría un modelo alternativo para garantizar que las comunidades tengan acceso a bienes esenciales, lo que implica una reestructuración radical de la economía global.

Una posible alternativa es reducir la dependencia de las cadenas de suministro globales a través de la producción local y el fortalecimiento de economías locales autosuficientes. En lugar de depender de la importación de productos desde el otro lado del mundo, las comunidades podrían cultivar sus propios alimentos, producir su propia energía y fabricar bienes esenciales en pequeñas escalas. Sin embargo, este modelo plantea desafíos significativos cuando se trata de bienes y servicios que requieren alta tecno-

35 Algunas reflexiones sobre este tema se encuentran en: Chaparro, 2017.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

logía o infraestructura avanzada, como dispositivos médicos o tecnologías de comunicación.

El comercio internacional ha sido una pieza clave en la expansión del capitalismo global y en la creación de una economía mundial interconectada. Los acuerdos comerciales, las tarifas, los tratados internacionales y las instituciones financieras globales como la Organización Mundial del Comercio (OMC) y el Fondo Monetario Internacional (FMI) gestionan y regulan estas relaciones económicas, lo que permite la circulación de bienes, servicios y capital entre naciones.

El anarquismo rechaza las jerarquías y la concentración de poder en manos de corporaciones y Estados que controlan el comercio internacional. Sin embargo, la sustitución de estos sistemas por redes económicas descentralizadas y cooperativas enfrenta el desafío de cómo mantener el intercambio necesario para satisfacer las diversas necesidades de las comunidades sin recurrir al sistema capitalista actual. Esto plantea cuestiones importantes sobre cómo organizar el comercio de manera justa y equitativa en ausencia de estructuras estatales y capitalistas, y cómo garantizar que las comunidades locales puedan intercambiar recursos de manera solidaria.

Una alternativa dentro del anarquismo podría ser la creación de redes de comercio justo y cooperativas internacionales, donde el intercambio de bienes se organice sobre la base de la cooperación y la solidaridad en lugar del lucro. Estas redes buscarían evitar la explotación laboral y ambiental que caracteriza al comercio capitalista, y garantizarían que las comunidades que producen bienes sean compensadas de manera justa. Sin embargo, un reto importante sería mantener la coordinación y la transparencia a gran escala sin recurrir a mecanismos autoritarios o centralizados.

Gobernanza global y el papel del Estado

Las estructuras de gobernanza global incluyen instituciones como las Naciones Unidas (ONU), el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM) y la Organización Mudial del Comercio (OMC), que regulan las relaciones internacionales, las economías mundiales y el manejo de problemas transnacionales como el cambio climático, la migración y la seguridad. Estas organizaciones están profundamente ligadas al poder estatal

CONSEQUÊNCIA EDITORA

y a los intereses de las élites globales, lo que ha llevado a la crítica de que son estructuras profundamente jerárquicas y no democráticas.

Como ya se ha mencionado, el anarquismo pacifista rechaza la autoridad estatal y las estructuras jerárquicas, lo que plantea la pregunta de cómo se podrían manejar los problemas transnacionales sin recurrir a instituciones globales de gobernanza. Fenómenos como la crisis climática, la migración masiva, las pandemias y los conflictos armados requieren coordinación internacional, y actualmente estas cuestiones se gestionan, aunque de manera imperfecta, a través de organismos estatales y multilaterales.

Una respuesta anarquista a la necesidad de coordinación internacional podría ser la creación de confederaciones descentralizadas que se organicen en torno a principios de solidaridad, cooperación y horizontalidad. En lugar de depender de instituciones jerárquicas, las comunidades locales y regionales podrían formar redes para gestionar problemas comunes y compartir recursos sin la intervención vertical de un Estado centralizado. Aunque este enfoque es coherente con los ideales anarquistas, en la práctica plantea desafíos significativos en términos de coordinación y eficiencia, especialmente cuando se trata de cuestiones globales urgentes como el cambio climático y la desertificación, que requieren una acción concertada y rápida.

Infraestructuras físicas y digitales: transporte, energía y telecomunicaciones

Las infraestructuras físicas y digitales son la columna vertebral de la economía global, regional y local. Estas incluyen sistemas de transporte, como redes de carreteras, ferrocarriles, puertos y aeropuertos; infraestructuras energéticas, como redes eléctricas, oleoductos y gasoductos; y redes de comunicación digital, como Internet y satélites. Estas infraestructuras permiten el flujo de bienes, personas, energía e información en una escala global hasta local.

Actualmente, las infraestructuras físicas y digitales están controladas por corporaciones y Estados, que las utilizan para centralizar el poder y generar beneficios. Un desafío clave para el anarquismo es cómo ofrecer un modelo alternativo para gestionar estas infraestructuras de manera des-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

centralizada y equitativa. Por ejemplo, las grandes infraestructuras energéticas, como las centrales eléctricas y las redes de distribución, suelen estar controladas por monopolios que aseguran el suministro a regiones enteras. Sin una autoridad central, el reto sería garantizar que estas infraestructuras sigan funcionando y sirviendo a todas las comunidades sin caer en nuevas formas de monopolio o control autoritario.

Una posible solución anarquista es el desarrollo de infraestructuras descentralizadas, como la energía solar, eólica o micro-redes locales de energía que permitan a las comunidades ser autosuficientes en términos de energía. De manera similar, las redes de comunicación digital descentralizadas, como las redes comunitarias de Internet, podrían ofrecer alternativas a los monopolios de las telecomunicaciones y garantizar el acceso libre a la información. Aunque estas soluciones son prometedoras, requieren un alto grado de coordinación técnica y pueden enfrentar resistencias significativas, incluso por parte de las mismas comunidades.

El sistema global contemporáneo es profundamente interdependiente. La producción de bienes esenciales, el acceso a la tecnología y los recursos energéticos dependen de redes globales que interconectan a países y regiones. En este contexto, uno de los desafíos para el anarquismo es cómo equilibrar la interdependencia global con los ideales de soberanía local y autogestión.

El anarquismo pacifista promueve la autogestión y la soberanía local, pero en un mundo globalizado, la mayoría de las comunidades dependen de bienes y recursos que no están disponibles localmente. Por ejemplo, muchos países dependen de las importaciones para acceder a alimentos, energía o tecnología avanzada. Un reto clave es cómo gestionar esta interdependencia sin depender de las jerarquías estatales y corporativas que controlan el comercio y la producción a nivel global.

Una posible solución es la creación de redes globales de cooperación basadas en principios anarquistas. Estas redes podrían organizarse sobre la base de la horizontalidad, la solidaridad internacional y el apoyo mutuo; sin embargo, su implementación enfrenta serios desafíos en un contexto dominado por intereses corporativos, estructuras estatales y organismos internacionales que defienden dinámicas jerárquicas y centralizadas. Además, existe el riesgo de que estas redes sean idealizadas y desconectadas de la realidad cotidiana de muchas comunidades, especialmente aquellas con

CONSEQUÊNCIA EDITORA

menos recursos económicos y tecnológicos. Por tanto, resulta indispensable una reflexión crítica sobre cómo asegurar que estas iniciativas no reproduzcan involuntariamente exclusiones o desigualdades.

Ideas finales: ¿y entonces qué hacer?

Un pensamiento geográfico anarquista pacífico en el siglo XXI es factible en tanto crítica y propuesta alternativa para analizar y confrontar las injusticias espaciales, el control territorial y las dinámicas de poder actuales. Aunque puede no ser sencillo traducir sus principios a una escala global, su relevancia radica en las resistencias locales, las prácticas autogestionadas y las respuestas a los problemas contemporáneos relacionados con la desigualdad, el ambiente y la autonomía. El principio de fractalidad en la organización socio-espacial es una posibilidad que permitiría implementar estas ideas y nociones.

En muchos casos, como el de los movimientos sociales, existen ideas de autogestión que no necesariamente surgen de reflexiones meramente anarquistas. Dicho de otra manera, pareciera que el anarquismo en el siglo XXI tiende a surgir como respuesta a las distintas crisis del mundo contemporáneo en un contexto hiper-capitalista y aceleracionista.

La geografía anarquista, que podría ser asumida como anacrónica, emerge como una perspectiva crucial y urgente para repensar las relaciones sociales y ecológicas del tercer milenio. A partir del análisis realizado, es evidente que adoptar una mirada geográfica anarquista pacifista puede contribuir significativamente a enfrentar y mitigar las crisis contemporáneas derivadas de la violencia estructural, la desigualdad social y la devastación ambiental. En lugar de aceptar pasivamente las condiciones impuestas por la globalización capitalista, la geografía anarquista pacifista propone una ruptura crítica con los modelos predominantes, reivindicando prácticas comunitarias, descentralizadas y ambientalmente justas como bases sólidas para la construcción de sociedades más equitativas y en armonía con la naturaleza.

Las conclusiones del presente ensayo destacan especialmente el potencial transformador que tienen las redes comunitarias de cooperación, el apoyo mutuo y la autogestión territorial, no como utopías inalcanzables,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sino como alternativas concretas que ya están en práctica en diversas partes del mundo. Estas experiencias locales y comunitarias constituyen laboratorios sociales y territoriales reales, donde se ensayan formas innovadoras de convivencia, gestión de recursos y organización política que desafían y superan los paradigmas jerárquicos tradicionales.

Para consolidar este potencial transformador se proponen diversas acciones concretas. En primer lugar, es necesario fomentar encuentros regionales e internacionales entre comunidades autogestionadas y movimientos sociales anarquistas pacíficos, que permitan intercambiar experiencias, fortalecer redes y coordinar acciones conjuntas frente a desafíos globales como la crisis climática y la segregación social y espacial. Asimismo, es fundamental impulsar programas de formación en autogestión comunitaria y organización horizontal dirigidos a grupos locales, que faciliten la creación y el mantenimiento de economías solidarias, sistemas locales de producción agroecológica, y formas de gobernanza autónoma y democrática, entre otras.

Se recomienda la creación y el fortalecimiento de plataformas digitales descentralizadas para promover la transparencia, la participación colectiva y el intercambio solidario de bienes, conocimientos y recursos. Estas plataformas pueden facilitar la gestión autónoma de bienes comunes y fortalecer las capacidades tecnológicas y comunicativas de las comunidades.

Finalmente, se enfatiza la necesidad de integrar en los currículos educativos, tanto formales como informales, temas relacionados con la cooperación comunitaria, la responsabilidad ecológica y la organización territorial autónoma. A través de campañas de sensibilización, talleres participativos y actividades culturales comunitarias, se puede cultivar una cultura que valore y promueva prácticas anarquistas pacíficas basadas en la solidaridad y la sensibilidad ambiental, contribuyendo así a construir sociedades futuras serenas, equitativas y en armonía con la naturaleza.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referencias

BOOKCHIN, Murray. *Anarquismo social o anarquismo personal. Un abismo insuperable*. Barcelona: Virus Editorial, 2012, 102 p.

BOOKCHIN, Murray. *The Philosophy of Social Ecology: Essays on Dialectical Naturalism*. AK Press, 2022, 123 p.

BORJA, Lidia; ORTIZ, María; LÓPEZ, Ignacio. El cooperativismo y la autogestión, alternativas de educación, desarrollo económico, social y cultural. *Astrolabio*, 2019, p: 10-23.

CASTAÑO, Carlos. *Música y resistencia el hardcore punk en Medellín. Nuevos movimientos sociales subterráneos que fundamentados en el anarquismo y la autogestión son actores de cambio social guiado con relación al status quo, la sociedad y el estado*. Trabajo de Grado para optar al título de Antropólogo. Universidad de Antioquia, 2019, 238 p.

CHAPARRO, Jeffer. Territocracia: propuesta embrionaria para diseñar territorios transparentes y respetuosos con la vida (capítulo 3). En: Ferreira, Alvaro; Rua, Joao; De Mattos, Regina. *Produção do Espaço: Emancipação Social, o Comum e a Verdadeira Democracia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p: 73-98, 505 p.

CHAPARRO, Jeffer. *Un mundo digital. Territorio, segregación y control a inicios del siglo XXI*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Departamento de Geografía, 2017, 357 p.

CHAPARRO, Jeffer; CORONADO, Jhoan; GARCÍA, Miguel; RABIA, Achouak; ZÁRATE, Andrés. El dron como herramienta tecnológica de control territorial. *Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 229, diciembre de 2018.

CHAPARRO, Jeffer; MENESES, Ignacio. El Antropoceno, aportes para la comprensión del cambio global. *Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 203, diciembre de 2015.

DE OLIVEIRA, Gustavo Ponciano Cunha. A tipología do anacronismo em Borges. *Remate de males*, 2016, vol. 36, no 1, p. 219-237.

ERRANDONEA, Alfredo; FERRER, Christian. Un anarquismo para el siglo XXI. *Revista de Ciencias Sociales*, 2011, p: 45-56.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

FERRETTI, Federico. Un viaje a través de la utopía: anarquismo, imaginación geográfica y futuros performativos en la obra de Marie-Louise Berneri. *Investigaciones geográficas*, 2019, n. 100.

LÓPEZ, María; RESTREPO, Luz; LÓPEZ, Gloria. Resistencia al cambio en organizaciones modernas. *Scientia et Technica*, 2013, 18(1), 149–157.

MARDONES, Rodolfo; ZUNINO, Hugo. Repensando lo comunitario: discursos de comunidades intencionales utópicas en Chile. *Convergencia,* 2019, vol. 26, n. 81.

MÉNDEZ, Nelson; VALLOTA, Alfredo. *Bitácora de la Utopía: Anarquismo para el Siglo XXI*. Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca EBUC, 2004, 165 p.

NOZICK. Robert. *Anarquía, Estado y Utopía*. Innisfree, 2014, 350 p.

PANIAGUA, JAVIER. *Breve historia del Anarquismo*. Nowtilus, 2012, 320 p.

RIBERA, Eulalia. ¿Teoría geográfica o filosofía ética anarquista? *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 10 de mayo de 2020, vol. XXV, nº 1295.

SARTORIUS, Ernesto. *Anarquismo Eco-Empático*. Lulu.com, 2011, 350 p.

SPRINGER, Simon. Anarchism and geography: a brief genealogy of anarchist geographies. *Geography Compass*, 2013, vol. 7, no 1, p. 46-60.

SPRINGER, Simon. *Fuck Neoliberalism. Translating Resistance*. PM Press, 2021a, 256 p.

SPRINGER, Simon. *Primer on anarchist geography*. *From Neoliberal Damnation to Total Liberation*. Active Distribution, 2021b, 280 p.

SPRINGER, Simon. *The anarchist roots of geography: Toward spatial emancipation*. University of Minnesota Press, 2016, 240 p.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Calas, Bielefeld University Press, 2019, 144 p.

TAIBO, Carlos. *Repensar la anarquía: Acción directa, autogestión y autonomía*. Los Libros de la Catarata, 2020, 190 p.

TORPOCO, David Efraín Misari. *De philosophia anarchiae irenicae. Sobre el anarquismo pacifista*. 2024, 12 p.

ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio (Coords. y Eds.). Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona: Universidad de Barcelona, Geocrítica, 2018. <http://www.ub.edu/geocrit/Sociedad-postcapitalista.pdf>.

CAPÍTULO 26

Marx, anarquismo e pensamento decolonial: aproximações para pensar a produção do espaço

Alvaro Ferreira

Desde o início da reflexão sobre a temática "decolonialidade, anarquismo e marxismo: construindo diálogos possíveis", tive certeza de que não se lidava com algo fácil de tratar.

Todos nós já ouvimos e lemos críticas de anarquistas a marxistas, de marxistas a anarquistas, críticas de autores que se movem a partir do pensamento decolonial a marxistas e a anarquistas, assim como de marxistas e anarquistas a autores que defendem o giro decolonial…

Entretanto, lembrei de algo que Milton Santos afirmou há tempos: "a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une". Portanto, o movimento de produção deste texto esteve inspirado no que aproxima essas três importantes linhas de pensamento e não no que as separa.

Mas antes de prosseguirmos em direção às aproximações, parece necessário salientarmos alguns pontos acerca dos debates travados pelos anarquistas, pelos defensores do pensamento decolonial e pelos marxistas.

Ao nos referirmos ao anarquismo, há diferenças internas ao debate. Há aqueles que defendem a necessidade do restabelecimento do "anarquismo puro" no modelo bakuninista ou kropotkista. Outros, como o cientista político britânico Saul Newman (2022), acreditam que o anarquismo, atualmente, tem de ser pensado em sua interface com as demandas contemporâneas e no contexto da falência do paradigma representacional. Defendem, inclusive, a utilização da expressão pós-anarquismo, que consistiria em tomar a anarquia como conduta ética fundada no princípio segundo o qual "os meios são os fins". Dessa maneira defende a ideia de que é necessário

CONSEQUÊNCIA EDITORA

fazer hoje a vida que queremos, não idealizando um projeto futuro, mas prefigurando no presente outra forma de viver.

Autores que se encontram alinhados ao denominado pensamento decolonial procuram fazer uma crítica à colonialidade do saber e ao eurocentrismo como narrativa colonial do mundo, que subalternizaria saberes, culturas e povos. Assim, defendem a necessidade de uma descolonização que passe a valorizar outras racionalidades, outras formas de saber e viver oriundas das experiências dos grupos subalternizados. Dentre esse grupo de autores, há aqueles que não se abstêm do diálogo com autores do pensamento crítico europeu, mas há aqueles mais radicais que negam qualquer diálogo com o "mundo colonizador". Alguns debates desenvolvidos pelos autores que caminham através do pensamento decolonial correm o risco de cair na armadilha da luta baseada na defesa e no fortalecimento das identidades como fim em si mesmo.

É preciso lembrar que dentro do denominado "marxismo" há a construção de diversas teorias e análises que percorrem trilhas bastante diferentes, e, inclusive, algumas vezes contraditórias. Algumas vertentes dão ênfase em aspectos de um denominado "marxismo clássico", outras combinam a análise marxista com conceitos não marxistas, outras têm uma posição mais dogmática. Essa diversidade de perspectivas teóricas levou, inclusive, à criação de partidos socialistas e comunistas, que em alguns casos deram origem a desvios totalitários com a implementação do fortalecimento do Estado. Aliás, não há como não recordar da célebre e curiosa afirmação de Marx de que "tudo que eu sei é que não sou marxista".

Algumas críticas aos denominados marxismos, anarquismo e pensamento decolonial

Definitivamente, o próprio Marx não estava confortável com o caminho trilhado por aqueles que se denominavam marxistas. Portanto, parece-nos importante trazer à tona a origem da expressão "marxista". O termo "marxista" foi criado por Mikhail Bakunin, no contexto de suas divergências com Karl Marx na I Internacional, como termo pejorativo (Haupt, 1987). Os "marxistas" a que Bakunin se referia eram os "seguidores" de Marx, especialmente na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que

CONSEQUÊNCIA EDITORA

seriam fundamentalmente os socialistas franceses e alemães. Assim, o significado pejorativo de "marxismo" destinava-se aos adeptos das ideias e posições políticas de Marx.

Havia um grupo de indivíduos que concordavam com as concepções e posições políticas de Marx, mas que já naquela época tinham posições distintas entre si. Alguns concordavam mais com a produção intelectual de Marx, ao passo que outros ligavam-se mais às suas posições políticas.

A expressão "marxismo" foi perdendo o sentido forjado por Bakunin e, paulatinamente, foi ganhando um novo sentido. No final da vida de Marx, a expressão já era utilizada com um sentido positivo, e passou a ser usada não apenas pelos adversários, mas também pelos adeptos das ideias e posições de Marx. Entretanto, podemos afirmar que foi apenas após a sua morte que o sentido positivo se impõe e passa a ser amplamente utilizado.

O contexto inicial da frase "tudo que eu sei é que não sou marxista" remete aos supostos adeptos das ideias e posições de Marx na França, Paul Lafargue e Jules Guesde. Embora Lafargue tenha iniciado sua ação política influenciado pelo anarquismo, posteriormente se aproxima das ideias de Marx. Guesde, que também era adepto das ideias de Marx, juntamente com Lafargue tornaram-se os principais articuladores do Partido Operário (PO), que após 1893 passa a se chamar Partido Operário Francês – POF (Viana, 2017).

Segundo troca de correspondências entre Engels e Bernstein (Engels, 2010), é possível perceber que o Preâmbulo do Programa do Partido Operário, escrito em 1880, teve a colaboração de Marx. Além do preâmbulo, o documento possuía duas seções, uma política e outra econômica. A seção política colocava a necessidade de liberdade de imprensa e organização, revogação de ações estatais contra os trabalhadores e suas organizações, tal como a Associação Internacional dos Trabalhadores, abolição da dívida pública e do exército permanente. Por sua vez, a seção econômica reivindicava descanso semanal para os trabalhadores, redução da jornada de trabalho, salário-mínimo baseado em estatísticas do preço local de alimentos, igualdade salarial entre os sexos e responsabilização das empresas por velhos e inválidos.

Após a adoção do Programa, ocorreu um forte embate entre os membros do próprio partido. Guesde e Lafargue consideravam que "o programa mínimo (as seções política e econômica) tinha o objetivo de apenas atrair os trabalhadores e o fundamental era o programa máximo (o preâmbulo,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

escrito por Marx), que remetia ao objetivo final, abolição do capitalismo e instauração do comunismo" (Viana, 2020). Dentro do partido, por sua vez, existiam grupos que se preocupavam apenas com o denominado programa mínimo e com as lutas e reivindicações imediatas.

Logo surgem divergências também entre Marx e os representantes do Partido Operário (PO). Marx não descartava a importância das lutas econômicas e mais imediatas que surgiam com o proletariado, acreditando que elas deveriam constituir-se, também, em metas concretas da luta. Mas acreditava, porém, que era necessário caminhar também em direção ao comunismo. Nesse sentido, "Marx discordava tanto dos minimalistas, que se limitam a reivindicações imediatas, quanto dos maximalistas, que se limitam ao discurso geral sobre revolução" (Viana, 2020). É por isso que é possível recuperar o sentido da célebre e curiosa afirmação de Marx de que "tudo que eu sei é que não sou marxista".

Marx tinha no horizonte a certeza de que a luta deveria estar baseada no mundo concreto. A crítica de Marx (e do próprio Engels) ao apoliticismo anarquista, que se aplicava aos maximalistas franceses quando criticavam o eleitoralismo, é a de abandonar a luta concreta e substituí-la por fraseologias supostamente revolucionárias. Acreditava, pois, que seria necessário usar todas as formas de luta para avançar e buscar a autonomia, até conseguir as condições para chegar a uma revolução social. Dessa forma, para Marx, a luta eleitoral era vista como uma das possibilidades de ação do movimento operário.

Portanto, o marxismo não deveria ser confundido com a ideia de ser seguidor das concepções e posições políticas de Marx (como sugeriu Bakunin), mas como definido por Karl Korsch (1977), "a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado". Isso é importante, pois reuniria o caráter de classe e sua expressão formal – a teoria. É importante acrescentar que fazia referência ao ser revolucionário, e não como classe trabalhadora determinada pelo capital[1]. A prática e a transformação norteiam o esforço teórico. Nesse sentido, a teoria marxista não pode se limitar a relatar o existente, é necessário lutar por sua ruptura.

O advogado e anarquista Bob Black (2021) afirmou que se autodenominar anarquista significava estar predisposto a uma gama imprevisível de

1 Este debate será mais aprofundado no decorrer do texto.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

associações, um conjunto que raramente significaria a mesma coisa para duas pessoas. Inclusive sobre a oposição ao Estado, chegou a afirmar que William Godwin – considerado como o precursor do anarquismo moderno – queria que o Estado definhasse gradualmente, já que antes seria necessário que o progresso do esclarecimento preparasse a população para viver sem ele. Ainda segundo Black (2021), Pierre-Joseph Proudhon teria construído uma teoria do "federalismo", que acabava por transferir a maior parte do poder do Estado aos governos locais; e, por sua vez, Kropotkin defendia uma espécie de comunas livres que se assemelhavam a cidades-estado. Ou seja, a defesa da abolição do Estado – tão cara aos anarquistas – também não tinha um consenso em sua forma por parte de alguns dos importantes nomes do anarquismo.

Saul Newman (2022, p. 31), ao refletir sobre o anarquismo, afirmou tratar-se de "um agrupamento diverso e heterodoxo de ideias, sensibilidades morais, práticas e movimentos históricos e lutas, animado pelo que chamo de um impulso anti-autoritário". E acrescenta ainda que se trata de "um desejo de interrogar, recusar, transformar e derrubar todas as relações de autoridade, particularmente aquelas centralizadas dentro do Estado soberano". Os anarquistas do século XIX buscaram abolir a autoridade política, mas acabaram por invocar outro tipo de autoridade, a autoridade moral da sociedade.

O anarquismo é visto como contendo uma posição instintiva e emocional. Talvez, por sentir instintivamente o germe do totalitarismo em qualquer sistema intelectual que busca explicar tudo, tem se oposto consciente e, com frequência, militantemente ao esforço intelectual como tal. Sua oposição não tem sido simplesmente a análises e teorias particulares, mas a análises e teorias como tais. Posições como essa levaram Conatz (2011) a afirmar que "um movimento que desdenha a teoria e adora acriticamente a ação, o anarquismo continua sendo um edifício instável, consistindo essencialmente de vários pedaços de análise marxista sustentando alguns preceitos táticos inflexíveis". O anarquismo é mantido unido principalmente por impulsos libertários — algo importantíssimo, com toda a certeza.

Por sua vez, o denominado pensamento decolonial ou giro decolonial, de maneira extremamente resumida, consiste em rejeitar a "modernidade", pois representa a "colonialidade do poder" que se constituiu a partir da conquista e colonização da América. Há nessa perspectiva um desprezo pela

CONSEQUÊNCIA EDITORA

proposta universal de luta pelos explorados e oprimidos, visto que isso significaria a reprodução da metanarrativa "totalitária" típica da modernidade. No nível programático, sua orientação está concentrada na denominada "descolonização" do conhecimento.

Grande parte dos autores que tem desenvolvido suas pesquisas a partir do pensamento decolonial promove uma dura crítica à denominada razão ocidental, abandonando inclusive as contribuições de método de Marx, que buscava explicar a sociedade em sua totalidade, realizando a articulação imprescindível entre os modos de produção e de reprodução social. Ou seja, esses autores tendem a abandonar o caráter da revolução social e o tema da totalidade em suas reflexões. Entretanto, a ideia de que o tema da revolução não seja atual diante das grandes questões do cotidiano não nos parece adequada.

Grande parte das questões cotidianas elencadas pelos pesquisadores vinculados ao pensamento decolonial está ligada às questões identitárias. E aqui há uma grande armadilha, pois os capitalistas perceberam que a identidade pode ser capturada como modo de pertencimento organizado pelo mercado (Barros, 2024). Ou seja, o identitarismo pode ser utilizado para fortalecer uma lógica de consumo voltado a determinado nicho social, contribuindo para sua mercadificação. Nesse sentido, vale salientar como a ideia de representatividade cosmética pode contribuir para manter tudo como está, mas com uma "maquiagem" de mudança. A representatividade cosmética refere-se à inclusão de imagens e narrativas de grupos marginalizados em campanhas de *marketing* e publicidade. Embora essa representatividade possa parecer positiva à primeira vista, ela pode ser cooptada pela lógica do capitalismo de diversas maneiras: mercadificação da identidade; reforço do individualismo; diluição de demandas por justiça social; exploração do trabalho emocional; e reforço de estereótipos.

Em se tratando da mercadificação da identidade, a representatividade cosmética pode transformar identidades em mercadorias, reduzindo grupos complexos a estereótipos simplificados para fins de *marketing*. Além disso, empresas podem usar imagens de diversidade para vender produtos sem se comprometer com mudanças sistêmicas que abordem as desigualdades subjacentes.

O capitalismo tende a promover o individualismo, e a representatividade cosmética pode se concentrar em histórias de sucesso individuais, ig-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

norando as barreiras sistêmicas que muitos enfrentam, reforçando assim o individualismo. Isso pode criar a falsa impressão de que o sucesso é alcançável para todos, independentemente das circunstâncias, desde que se esforcem o suficiente.

No que tange à diluição de demandas por justiça social, observamos que, ao apresentar imagens de diversidade, as empresas podem dar a impressão de que estão "fazendo sua parte" para a justiça social, desviando a atenção da necessidade de mudanças políticas e econômicas mais amplas. Inclusive, a representatividade cosmética pode ser usada como uma forma de "lavagem de imagem", permitindo que as empresas evitem críticas sobre suas práticas comerciais ou políticas.

Grupos marginalizados são frequentemente chamados a compartilhar suas histórias de opressão e resiliência[2], o que pode ser emocionalmente desgastante e explorador. As empresas podem lucrar com essas histórias sem fornecer compensação adequada ou apoio às comunidades representadas; é disso que se trata a noção de exploração do trabalho emocional.

Finalmente, o reforço de estereótipos se refere ao fato de que a representatividade cosmética pode, inadvertidamente, reforçar estereótipos se não for feita com cuidado e sensibilidade. Imagens e narrativas simplificadas podem perpetuar ideias preconceituosas sobre grupos marginalizados, em vez de desafiá-las.

Importa, então, resgatar a ideia de fetichismo, que foi a expressão utilizada por Marx para descrever a ruptura do fazer, a autonegação do fazer. Referimo-nos ao fato de que "a mercadoria é um objeto produzido por nós, mas situado fora de nós" (Holloway, 2003, p. 75). No capitalismo há uma inversão entre coisas e pessoas, ou seja, trata-se da fetichização das relações sociais. A mercadoria é vista como algo dado, como algo feito, como uma coisa, independente das relações sociais que a constituem. Entretanto, o fe-

2 O termo, originalmente da física, foi apropriado pela psicologia para descrever a capacidade de superar adversidades. No entanto, seu uso generalizado em diversos contextos esvaziou seu significado original. O discurso da resiliência muitas vezes coloca a responsabilidade da superação exclusivamente no indivíduo, ignorando fatores sociais, econômicos e políticos que contribuem para as dificuldades. Essa visão individualista pode levar à culpabilização das vítimas, como se a falta de resiliência fosse a causa de seus problemas. O foco na resiliência individual pode desviar a atenção da necessidade de mudanças sistêmicas para combater as causas das adversidades, quando, na verdade, é preciso questionar as estruturas que geram sofrimento, em vez de apenas exigir que as pessoas se adaptem a elas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tichismo é um processo incompleto, porque só é possível falarmos em um movimento desfetichizante se a fetichização não é completa; pois se fosse não perceberíamos a fetichização.

Quando se rompe a percepção do fazer, a identidade domina e a contradição pode acabar sendo destruída. O objeto criado (inclusive o sujeito objetificado) adquire uma identidade durável e, além disso, converte-se numa estrutura ilusoriamente autônoma; e essa separação é fundamental para o funcionamento do capitalismo. Ciente disso, Holloway (2003, p. 100) afirma que "a ruptura do fazer é aquilo que, por meio da definição e da classificação, constitui as identidades coletivas". Acrescenta ainda que "o apelo ao ser, à identidade, ao que se *é*, sempre implica a consolidação da identidade, o reforço, portanto, da ruptura do fazer, isto é, o reforço do capital" (Holloway, 2003, p. 101). Para superar a fetichização é necessário superar a separação entre o fazer e o feito.

O foco tem estado quase sempre no "ser" e não no "fazer". Assim, o mundo é um mundo que é, portanto, "todos os aspectos do mundo da vida se revestem de um 'ser', uma identidade. A identidade se torna a categoria-chave para conceituar o mundo (…). A identidade é o núcleo da prisão que nos segura firmemente, o ingrediente-chave na teia de aprisionamento que nós mesmos tecemos" (Holloway, 2013, p. 109). Acabamos, muitas vezes sem perceber, afirmando uma identidade sem nos dar conta de que, ao mesmo tempo, é necessário declarar a sua inadequação, pois nossa existência encontra-se para além dessa identidade.

A construção identitária, por isso, contribui também para limitar as lutas. Holloway (2013, p. 110-111) chega a afirmar que "nossa luta é a luta das mulheres, dos gays, dos trabalhadores, dos desempregados, é a luta pelos direitos indígenas, por comida não contaminada, por paz". E ele segue pontuando que "pode ser que estejamos pelo menos vagamente conscientes de que nossas lutas são parte de uma totalidade maior, (…) mas, precisamente porque (…) a forma de organização [capitalista] parece permanente, encerramos as nossas lutas dentro de limites, dentro de uma identidade". Isso é muito grave, pois temos inúmeras lutas e protestos, pessoas de alguma forma conscientes de que há algo muito errado na forma como a sociedade e o espaço estão sendo produzidos, ainda assim essas lutas seguem separadas, não se conectam. E nesse processo, a questão identitária cumpre importante papel: algo como "somos mulheres, somos gays, somos negros, somos

CONSEQUÊNCIA EDITORA

indígenas, somos anarquistas, somos marxistas, somos decoloniais". Uma percepção como essa fez com que o psicanalista Douglas Barros (2024a, p. 3) afirmasse que "o antirracismo identitário que não busca a superação definitiva da racialização é um equívoco". Um resgate histórico da construção social da raça demonstra claramente como essa construção social foi utilizada para a divisão da classe trabalhadora e para a própria manutenção do capital. Ao fim e ao cabo, essas identidades podem se tornar a base para sectarismos.

Ainda recorrendo à Barros (2024b, p. 179), o fato é que "a expressão 'política identitária' partiu de um grupo de militantes negras e lésbicas que tinham como horizonte o socialismo revolucionário, o Coletivo Combahee River. (…) A identidade, para elas, era uma construção, não uma descoberta". Segundo afirmava o próprio Coletivo, "temos direito como pessoas que não são apenas mulheres, não são unicamente negras, não são apenas lésbicas, não são apenas da classe trabalhadora." E concluem de forma contundente: "somos pessoas que incorporam todas essas identidades".

Por sua vez, o historiador estadunidense Asad Haider (2019), que é filho de imigrantes paquistaneses, desenvolve uma crítica à política identitária, que separa a luta contra o racismo da luta contra a desigualdade de classe. Haider argumenta que a política identitária é uma forma de individualismo que contribui para impedir a construção de uma luta unificada contra a opressão. Aliás, a armadilha da identidade está no seu duplo funcionamento, que serve tanto à direita quanto à "esquerda antirrevolucionária". Ao rastrear as origens da política identitária, mostrando como ela evoluiu do movimento pelos direitos civis para se tornar uma força dominante na esquerda política, Haider argumenta que essa evolução levou a uma ênfase excessiva na identidade individual, em detrimento da análise das relações de poder sistêmicas.

Trata-se de um importante debate ao demonstrar que o discurso acerca da identidade ao ser incorporado pela direita, descola a opressão do debate de exploração, esta que é produtora das desigualdades sociais. Não podemos nos furtar à realização de uma crítica à forma como a política identitária pode dividir a denominada classe trabalhadora ao criar rivalidades entre diferentes grupos oprimidos. Na verdade, devemos defender a necessidade de uma luta que reconheça a interconexão entre raça, classe e todas as outras formas de opressão. A forma atual da denominada política identi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tária frequentemente se concentra em experiências individuais de opressão, negligenciando as causas estruturais da desigualdade.

Precisamos buscar nexos aglutinadores, afinal o desenvolvimento do capitalismo deixa cada vez mais evidente o seu caráter excludente. Temos visto recorrentes reportagens sobre refugiados que morrem afogados tentando atravessar o mar mediterrâneo ou sobre imigrantes que morrem ou são presos tentando atravessar a fronteira entre o México e os Estados Unidos. A desigualdade tem crescido cada vez mais mundo afora, o que tem gerado o avanço do número de pessoas passando fome e morrendo de inanição. Sem dúvida, grande parte dessa população é composta por negros e por descendentes dos povos originários do continente americano. O que está colocado é a necessária defesa da vida e o reconhecimento das formas de ser e de viver. Portanto, a luta decolonial deveria ser também uma luta anticapitalista.

Evidentemente, é importante fazer a crítica ao eurocentrismo, ao determinismo econômico, a um racionalismo que é branco, masculino e com um fundamento patriarcal, mas isso não significa descartar todo o resto. É necessário pensar numa práxis revolucionária que seja capaz de transformar não somente as micro relações do cotidiano, mas também de enfrentar o problema do poder: a dominação de classe, da propriedade privada e da dimensão cultural. Assim, não podemos deixar de concordar com o geógrafo Valter do Carmo Cruz (2017, p. 38) quando afirmou que "não se trata de negar o pensamento europeu (…), mas sim nos propormos [a] dialogar com ele sabendo que é europeu, portanto, um lugar de enunciação específico (…) seja de afirmação da ordem, seja de perspectivas emancipatórias".

Marx, anarquistas e pensamento decolonial: buscando aproximações

A obra de Marx é uma contribuição incompleta, irregular, mas enormemente frutífera, que deve ser abordada como ele próprio abordou tudo: criticamente. Sabemos que Marx não conseguiu realizar seu plano de trabalho, então estamos falando de uma obra inacabada. O próprio autor chegou a afirmar que pretendia escrever um livro em seis volumes, em que *O Capital* era apenas o primeiro (e como sabemos este também ficou incompleto). Esses seis volumes seriam: O capital; A propriedade da terra; O trabalho

CONSEQUÊNCIA EDITORA

assalariado; O Estado; O comércio exterior; e O mercado mundial. Embora o projeto tenha sido inacabado, Marx deixou escrito alguns fragmentos de textos que nos permitem ao menos elaborar algumas provocações acerca da alienação, do desvanecimento do Estado, da autogestão, da verdadeira democracia e da própria noção de comunidade; elementos fundamentais para projetarmos uma produção do espaço outra.

O resgate dessa reflexão realizada por Karl Marx na primeira metade do século XIX e retomada por ele em 1871, na obra intitulada "A guerra civil na França", não deve e nem pode ser retomada sem a devida contextualização com o momento atual. Tal falta de cuidado seria "engessar" o tempo e esquecer que Marx falava como pensador de seu tempo e refletia sobre a realidade europeia; aliás, sobre determinada parcela da realidade do continente, mais especificamente, Inglaterra, França, Bélgica e parte do que viria a ser a Alemanha. Ou seja, retomar Marx não significa tomar seus escritos de forma dogmática, mas avançar a partir dele e tentar contribuir para a projeção de outra possibilidade de mundo. Por isso, parece-nos realmente importante enfatizar que os atores sociais envolvidos na luta pela transformação encontram-se para além da figura clássica do proletariado modelada a partir dos trabalhadores das grandes fábricas; trata-se de uma enorme parcela da sociedade que se vê expropriada, explorada, oprimida e submetida a sobreviver ao invés de viver; e quando fazemos menção a essa "enorme parcela" não nos referimos apenas à população mais pobre. O geógrafo Paulo Alentejano e a historiadora Virgínia Fontes (2024, p. 46), em uma útil retomada do pensamento do também geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, afirmam que "é nas lutas concretas, no chão-espaço-tempo da vida que populações massacradas, trucidadas e assujeitadas resistiram e resistem, trazendo seus conhecimentos, suas formas de ser, seu compartilhamento conosco de aprendizados ancestrais, de outros horizontes cognitivos".

As resistências surgem mundo afora e de diversas formas. Algumas vezes de maneira mais organizada, noutras menos estruturadas e em forma de indignação. Observando tudo isso, Porto-Gonçalves (2016, p. 23) presume que serão os grupos sociais "com outros valores que haverão de apontar caminhos/limites" à lógica de acumulação de capitais que se imagina sem limites. Mirando a América dita Latina, acrescenta ainda que há mais de 500 anos é possível observar uma luta "contra o colonialismo e a colonização que o atualiza e que nos convoca a ver que a luta contra o capitalismo

CONSEQUÊNCIA EDITORA

implica também a luta contra a colonialidade que lhe é constitutiva". Assim, não há como negar possibilidades de contato entre as preocupações do pensamento marxista, anarquista e decolonial.

Não é novidade que desde o último quartil do século XIX, o mundo mudou muito e que a experiência socialista durante o século XX trouxe novos problemas e desilusões. Portanto, como afirma Juan Conatz (2011), "não é de pouca importância (…) uma corrente marxista que é militantemente antileninista, e o ressurgimento de um movimento anarcocomunista que aceita (embora não necessariamente conscientemente) uma boa dose de análise marxista"[3]. Ao se referir à expressão "militantemente antileninista", acreditamos que Conatz está focado na ideia da necessidade de trabalhar pelo desvanecimento do Estado, além de, como eu, perceber que a noção de ditadura do proletariado recebeu significados completamente diferentes em relação à maneira como Marx a idealizava e à maneira como os leninistas a concebiam. Logo, há diálogo possível que pode unir anarquistas e certos marxistas na luta pela produção de um espaço outro.

Também deve ser reconhecido que, embora as diferenças entre marxistas e anarquistas tenham sido reais, com muita frequência, no passado, as disputas entre eles estiveram ligadas ao fato de que havia deturpações de certas posições de cada grupo, que, de lado a lado, tomavam esses posicionamentos parciais como se correspondessem à totalidade do pensamento de ambos os lados. E mais do que isso, muitas críticas anarquistas acabavam identificando "o marxismo com o leninismo, o leninismo com o stalinismo, o stalinismo com o maoísmo, e todos eles com o trotskismo também" (Conatz, 2011), o que é bastante problemático.

Concordo com Conatz (2011) quando afirma ser muito mais crítico do "marxismo" da maioria dos "marxistas-leninistas" do que do anarquismo. Até porque a percepção do que seria o comunismo, após o que foi denominado Revolução Russa, passou a ser a interpretação leninista do marxismo por Stalin, em que a própria revolução só seria possível através do partido, que foi proclamado como sendo uma necessidade histórica. A propósito, o

3 Acreditamos que a corrente marxista a que Conatz (2011) faz menção possa ser a denominada Marxismo Aberto. Esta corrente de pensamento se configura como uma corrente marxista crítica e heterodoxa, que critica o socialismo de Estado e a política partidária. O Marxismo Aberto também se refere a uma visão não determinista da história na qual a imprevisibilidade da luta de classes é colocada em primeiro plano.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

próprio termo marxismo-leninismo foi formulado apenas no período da ascensão de Stalin ao poder e após a morte de Lenin. Nesse sentido, o "marxismo" que é atacado tem pouco ou nada a ver com as teorias de Marx. Existem, e sempre existiram, correntes de pensamento enormemente diferentes que se autodenominam marxistas; portanto, é importante ter isso em conta ao formular as críticas.

Há algum tempo, a utilização da expressão "libertário" tem estado em pauta, e o anarquista P. Murtaugh (1978) chegou a afirmar que o uso dessa expressão pelos marxistas é oportunista e que "o marxismo libertário é um desenvolvimento bastante recente, no que diz respeito a teorias e movimentos políticos". Embora a utilização do termo "marxismo libertário" seja mais recente no âmbito do marxismo, trata-se de um termo desnecessário, já que a tradição remonta de longo tempo. Conatz (2011) recorreu à história e lembrou-nos que "Rosa Luxemburgo – certamente uma das figuras centrais em qualquer história do marxismo – estava condenando as teorias de Lenin sobre o partido de vanguarda e a disciplina centralizada e hierárquica há três quartos de século, em 1904". E acrescenta ainda que "em 1918 – enquanto muitos anarquistas estavam correndo para se juntar aos bolcheviques – ela estava criticando os métodos ditatoriais dos bolcheviques e alertando sobre o fracasso da Revolução Russa". Outros pensadores importantes, como Georg Lukacs, Antonio Gramsci e Wilhelm Reich, também ajudaram a alimentar um marxismo libertário. Portanto, parece-nos desperdício desnecessário de energia tentar afirmar que o libertarismo verdadeiro estaria ligado apenas ao anarquismo; até porque esse tipo de discurso desagrega.

Também no Brasil, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2017, p. 15), ao abordar a importância do anarquismo – que estaria ligado à linhagem libertária – chega a afirmar que seria necessário "escapar das armadilhas de um marxismo que, embora em crise, não sucumbiu, e busca reciclar-se, em parte, às custas da absorção seletiva de ideias, princípios e métodos libertários, como a autogestão". Parece estranha tal afirmação, pois autogestão, autogoverno, autodeterminação, autoemancipação e a verdadeira democracia já estavam colocadas na obra de Marx desde 1843 (por exemplo, na obra Crítica à filosofia do direito de Hegel), e são posteriormente retomadas em alguns escritos do final de sua vida. Além disso, como já afirmamos, não acreditamos ser positivo reeditar uma espécie de luta entre anarquistas e

CONSEQUÊNCIA EDITORA

marxistas, até porque há muitas aproximações entre aquilo que defendiam os anarquistas e o que defendia Marx.

Todavia, esperamos ter deixado claro, isso não significa que o marxismo não tenha de ser submetido à crítica. O próprio Marx (2010, p. 70), em resposta à carta de Ruge em 1843, afirmou que nossa crítica não deve temer nada, incluindo seus próprios resultados. Portanto, podemos até chegar à conclusão de que é necessário transcender Marx, mas para isso é necessário primeiro compreendê-lo. Assim, para uma análise correta acerca da interpretação daquilo que Marx defendia, é necessário ler Marx. Importa, também, não aceitar afirmações de seus opositores ou daqueles que afirmam, justificadamente ou não, ser seus seguidores. Somente assim será possível começar um diálogo profícuo entre anarquistas, marxistas e os pesquisadores ligados ao pensamento decolonial.

A despeito de que haja uma cobrança acerca da falta de uma teoria marxista de Estado, é interessante acompanhar a reflexão do cientista político argentino Atilio Boron (2006, p. 312) quando afirma que "a teoria marxista de Estado é, na realidade, uma teoria da 'extinção do Estado', uma teoria da reabsorção do Estado pela sociedade civil plasmada na fórmula do 'autogoverno'". Portanto, parece ao menos questionável o discurso que afirma ter sido Marx um defensor de um Estado autoritário e centralizador. Acreditava ele que "o Estado era, e é, uma entidade parasitária cuja permanência depende da sobrevivência de uma sociedade de classes" (Boron, 2006, p. 313). Importa esclarecer que o desvanecimento do Estado não significa o fim da administração pública. E aqui, há já uma aproximação com o discurso anarquista acerca da necessidade do fim do Estado.

Para Marx (2005, p. 21), o Estado político representa a separação do povo em relação à sua própria essência; ou seja, "o povo é o 'Estado real', a base da constituição. Ele é o 'todo', o poder constituinte; a constituição é a 'parte', o poder constituído". Portanto, quando o povo se torna submetido àquilo que ele próprio criou, ele perde seu estatuto fundante e as posições são totalmente invertidas. Presenciamos assim a separação e a oposição entre Estado e sociedade civil, entre Estado político e Estado não político; eis aí a alienação política.

Na luta pela verdadeira democracia, Marx (2005) acreditava que era necessário opor à burocracia a alternativa da autogestão. Chegar à verdadeira democracia, para Marx, significava caminhar para o desvanecimento do

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Estado (e nesse caso, necessariamente, para o fim do seu contraponto: a sociedade civil), o que levaria à constituição da comunidade.

Encaminhar-se-ia em direção a uma espécie de autogoverno, já que cada indivíduo governaria a si mesmo, assim, a comunidade como um todo se autogovernaria. Haveria funções sociais e administrativas que continuariam a ser exercidas, mas não mais como funções estatais. Marx (2012) referir-se-ia a elas como funções sociais análogas àquelas do Estado, mas não idênticas (nem coercitivas ou opressoras), pois se tornariam funções públicas. Nesse sentido, sendo funções públicas, as funções governamentais transformar-se-iam em funções administrativas. Para Marx, assim, a autoridade estatal cederia lugar à autonomia, isso porque a divisão das funções gerais transformar-se-ia em algo tão natural e rotineiro que não concederia qualquer autoridade.

O anarquismo traz consigo um conjunto de ideias, práticas, lutas e movimentos históricos animado por um impulso antiautoritário, que busca derrubar todas as formas de relações de autoridade. A sociedade anarquista equivaleria a sociedades sem Estado. Assim, as relações sociais seriam "administradas autônoma, direta e cooperativamente pelas próprias pessoas, ao invés de serem administradas pela mediação de instituições alienantes e centralizadas" (Newman, 2022, p. 32). Tal posicionamento opõe fortemente o anarquismo aos preceitos mais conservadores, ao liberalismo (que considera o Estado um mal necessário) e ao socialismo, que entende o Estado como um instrumento para a construção do próprio socialismo, seja através de reformas social-democratas ou por meio da tomada do controle do poder estatal.

No século XIX, houve forte embate entre os seguidores de Bakunin e aqueles influenciados por Marx na Primeira Associação Internacional de Trabalhadores (ou Primeira Internacional como também ficou conhecida). O grupo liderado por Bakunin considerava o Estado como uma estrutura de dominação, que se perpetuaria mesmo depois da revolução ao invés de desvanecer. Esse grupo acusava o grupo liderado por Marx de defender a utilização do Estado para realização da revolução. E aqui identificamos a primeira confusão interpretativa.

Nesse caso, a luta pelo controle da Internacional colaborou para o afastamento e o rompimento do diálogo entre esses dois grupos, o que gerou mal-entendidos. Marx não defendia a tomado do poder do Estado, ele defendia

CONSEQUÊNCIA EDITORA

o seu desvanecimento, mas tinha consciência de que ele existia e que, em um primeiro momento, há que se lidar com ele. A partir dessa posição defendida por Marx, os anarquistas passaram a acusar Marx de trabalhar pela tomada do Estado e pela instauração da ditadura do proletariado. Obviamente, essa acusação era muito potente, principalmente vindo dos anarquistas que defendem a derrubada de todas as formas de relações de autoridade.

No entanto, é necessário desmistificar a expressão "ditadura do proletariado". É preciso ter em conta o contexto histórico em que Marx e Engels trazem à tona a expressão "ditadura do proletariado". A expressão surge como contraposição àquilo que denominaram ditadura da burguesia ou da ditadura do Capital. Ademais, Marx afirmava que toda forma de poder estatal é uma forma de ditadura de classe. E, nesse sentido, era possível afirmar que a democracia burguesa era ela própria uma ditadura de classe. Assim, percebemos de fato algum exagero naqueles que supervalorizam a expressão "ditadura do proletariado" e outras assemelhadas como, por exemplo, a "ditadura democrática do proletariado". Isto porque em um certo sentido, para Marx, ditadura era a primazia de uma classe no controle; ditadura não era necessariamente o arbítrio ou a excepcionalidade. Por isso, quando Marx falava da ditadura burguesa, fazia referência ao caráter de classe burguesa do Estado; ou seja, Marx usou a palavra ditadura para caracterizar a ideia de conteúdo político do Estado (aliás, nesse sentido, não à toa, Marx utiliza a expressão "ditadura democrática do proletariado", o que sinaliza que não se tratava de uma forma autoritária).

De alguma maneira, poderíamos dizer que a instauração da experiência socialista no século XX fez muito mal à ideia do que seria o comunismo. Não é possível continuarmos a acreditar que o socialismo é uma fase que antecederia ao comunismo, isso porque, na verdade, é sua maior ameaça, já que acaba derrubando preceitos importantes do comunismo (como o desvanecimento do Estado, por exemplo).

Ao contrário do que se possa pensar, a expressão ditadura do proletariado não surge no Manifesto Comunista; aliás, essa expressão nem é utilizada no Manifesto. O fato é que Marx utiliza poucas vezes essa expressão e sequer trata de conceituá-la com precisão. Em geral, a utilização da expressão ditadura do proletariado, por Marx, foi realizada em cartas ou documentos não previstos para publicação (com exceção de "As lutas de classes na França de 1848 a 1850" e "Crítica do Programa de Gotha" de 1875). Na verdade,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Marx não explica muito bem o conceito de ditadura do proletariado. Ele chega a afirmar que "entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra" (Marx, 2012, p. 43). Em 1871, Marx havia escrito uma espécie de panfleto intitulado Guerra civil na França, onde também apresentava a ideia de ditadura do proletariado. Ali afirmara que o aspecto mais relevante da Comuna de Paris, ao contrário de todas as revoluções anteriores, estava no fato de ter iniciado o desmonte do aparelho de Estado através da transferência do poder para o povo. Ele percebeu a instituição da Comuna como uma tentativa de criação de um regime o mais próximo possível de uma democracia direta. Marx aproximava a noção de ditadura do proletariado de uma forma de governo em que a classe trabalhadora realmente governaria e se incumbiria de muitas das atividades até então executadas pelo Estado. Ou seja, o proletariado estaria exercendo a hegemonia que a burguesia exercia até então, mas revolucionando a forma de participação e engajamento (Ferreira, 2022).

Uma percepção como esta encontra-se, também, claramente em uma carta do anarquista italiano Errico Malatesta, relativa à ideia de ditadura do proletariado, enviada a Luigi Fabbri em 30 de julho de 1919. Nessa carta, em que se referia aos bolcheviques, afirmou Malatesta (2014, p. 122) que a expressão ditadura do proletariado significa "simplesmente o fato, revolucionário para os trabalhadores, (…) de construir uma sociedade, organizar um modo de vida em que não haja lugar para uma classe que explora e oprime os produtores". E em seguida afirmou ainda que "ditadura do proletariado significa dizer ditadura de todos, o que é o mesmo que dizer que não seria uma ditadura, assim como o governo de todos não é mais um governo, no sentido autoritário, histórico e prático do termo". Malatesta (2014, p. 122) acrescenta que a divergência com os marxistas não seria mais do que uma questão de palavras no que se refere ao resultado da luta, já que para os anarquistas "a ditadura do proletariado seria o poder efetivo de todos os trabalhadores visando derrubar a sociedade capitalista, e tornar-se-ia a anarquia desde que a resistência reacionária tivesse cessado e que ninguém pudesse mais pretender obrigar a massa, pela força, a obedecer-lhe e a trabalhar para ele"[4].

4 É possível aprofundar esse debate em FERREIRA, Alvaro. *A cidade que queremos*: produção do espaço e democracia. 2.ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022, mais especificamente no capítulo 4 do livro.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Em nenhum momento a ideia de ditadura do proletariado é conceituada por Marx como uma forma de manutenção do Estado, até porque ele defendia o seu desaparecimento, sua dissolução gradual. Para Marx, o conceito de desvanecimento do Estado é incompatível com a ideia de ditadura. A mesma incompatibilidade se dá com a expressão Estado proletário. Aliás, a posição de Marx parece bastante clara em dois textos escritos por ele em 1873 e em 1874; "Indiferença em matéria política" e "Comentários de Marx a Estatismo e Anarquia de Bakunin", respectivamente. Nesta segunda obra, Marx define verdadeiramente aquilo a que se está referindo como "proletariado organizado como classe governante", e que, equivocadamente, acaba equiparada a uma ditadura em sentido autoritário (Ferreira, 2022).

Afirma Marx, na mesma obra, que a ideia de proletariado organizado como classe governante "significa que o proletariado, em vez de lutar seccionalmente contra a classe economicamente privilegiada, alcançou força e organização suficientes para empregar meios gerais de pressão nessa luta". Mas acrescenta ainda que, "no entanto, ele só pode usar tais meios econômicos conquanto abole seu próprio caráter como assalariado, portanto, como classe. Com sua vitória completa, seu próprio governo também acaba, já que seu próprio caráter de classe desaparece". Importante acrescentar que na sequência de suas afirmações Marx aproxima aquilo que denominou de "meios gerais de pressão" à ideia de "função administrativa", já que a participação tornar-se-ia totalmente natural para o ser político, o que contribuiria para não o tornar superior aos demais. Assim, desmontando as bases materiais que conformam a sociabilidade capitalista, desmontam também as suas formas jurídico-políticas (Ferreira, 2022).

Esse processo levaria a uma hegemonia de formas não-capitalistas e de desalienação progressiva da sociedade, além de caminhar em direção da ideia de emancipação humana, o que traria à tona a dimensão do ser político. Para a realização da emancipação humana seria necessário a implantação da noção de comunidade e da verdadeira democracia, que contribuiriam para a desalienação.

Embora essa posição seja bem clara em Marx, o discurso de Engels era mais ambíguo e mesmo diferente da concepção defendida por Marx. Engels apresentava a ideia de abolição gradativa do Estado pelo proletariado; assim, defendia a ideia de que o Estado poderia ser usado como meio de sua própria abolição. É possível perceber, então, diferenças importantes na

CONSEQUÊNCIA EDITORA

posição defendida por esses autores. Aliás, nesse sentido o caminho trilhado por Lenin aproximou-se muito mais de Engels do que de Marx. Inclusive, a apropriação da expressão "ditadura do proletariado" feita na Rússia acabou distorcendo ainda mais essa expressão, chegando inclusive a um despotismo ilimitado. De fato, houve uma considerável diferença entre o que Marx considerou "ditadura democrática do proletariado" e o que Lenin acabou instituindo na Rússia: a ditadura do proletariado sob a direção do partido. Assim, o que se viu foi a ditadura de um partido, ou melhor, dos chefes de um partido; e isso definitivamente não é comunismo. Portanto, é difícil acreditar que tenha efetivamente sido posto em prática, de fato, o comunismo em algum país, até porque sem a instituição da verdadeira democracia, a alegação de que o povo era possuidor dos meios de produção é claramente falsa.

O movimento contra e para além para pensar a produção do espaço

O pensamento utópico é muito importante, entretanto é preciso ter cuidado, pois se a utopia for tomada como um modelo de como a sociedade deve ser organizada, ela pode se tornar opressiva. Portanto, é preciso pensar a utopia como um processo, como movimento em direção a um mundo outro. Esse movimento não deve ser pensado como uma coisa homogênea, mas deve estar aberto para múltiplas possibilidades de ação. Talvez seja por isso que o cientista político John Holloway (2013, p. 15) afirme que há "uma crescente percepção de que não podemos esperar pela grande revolução, de que temos que começar a criar algo diferente aqui e agora". E, em seguida, acrescenta ainda que "a única maneira de pensar em mudar o mundo radicalmente é com uma multiplicidade de movimentos intersticiais fluindo a partir do particular".

Embora saibamos da importância de refletir e considerar a dimensão da totalidade, é no âmbito da proximidade o ponto de partida, é aí que a pressão é sentida e vivida. Essa é a dimensão em que uma multiplicidade de rebeldias particulares vem à tona, pois é na dimensão da proximidade que vivemos, onde cotidianamente nos encontramos. Essas rebeldias são denominadas, por Holloway (2013), de fissuras no capitalismo, e constituem-se como um "movimento da experiência, muito frequentemente um aprender-na-luta".

CONSEQUÊNCIA EDITORA

O que se vê, em uma primeira instância, são lutas que esses grupos sentem como necessárias. Então, não se trata de autodeterminação pura, até porque o que se considera necessário é condicionado pela sociedade em que vivemos. Entretanto, não deixa de ser "uma força *em direção* à autodeterminação social, ela é um impulso não apenas contra, mas também para além da determinação de nossas vidas pelo capital" (Holloway, 2013, p. 24).

O caminho em direção à ideia de comunismo, de fato, é um processo que carrega em si ideais utópicos. Trata-se de um caminho a perseguir, algo que vai sendo construído a partir da valorização da participação da sociedade civil nas atividades públicas. Considerar a ideia de comunismo produz uma abertura para uma nova possibilidade, para algo diferente do que temos. Trata-se de trabalhar pela realização de um acontecimento outro; somente assim viabilizaremos a materialização das consequências dessa nova possibilidade. Portanto, precisamos refletir sobre a palavra "comunista", e assim, tentar colocar tudo em seu devido lugar. Trata-se de um movimento em direção a novos acontecimentos, que contribuirão para a realização de outra forma de produção do espaço.

O filósofo francês Alain Badiou (2010, p. 22) fala-nos da importância da necessidade de compreender que a palavra "comunista" não pode se tornar um adjetivo que qualifica determinada política; até porque, trata-se de total incongruência expressões como "partido comunista" e "Estado comunista". Essa afirmação contém em si uma crítica àqueles que instauraram regimes muitas vezes nomeados de comunistas (noutras vezes de socialistas), mas que em realidade negavam os pressupostos do próprio comunismo. Ou seja, "a forma partido, assim como a de Estado, é inadequada para garantir a sustentação real da Ideia [de comunismo]" (Badiou, 2012, p. 146). É preciso lutar para reduzir o poder do Estado. Dito de outra maneira, precisamos criar e valorizar práticas que contribuam para o desvanecimento do Estado (Ferreira, 2022).

O filólogo belga Bruno Bosteels (2010, p. 70), partindo de posição semelhante, acredita que algo fundamental para o caminho em direção ao comunismo é a mobilização contra uma série de elementos claros e incontestáveis contra os quais é preciso lutar: os privilégios de propriedade, a hierarquia e a autoridade. Posição em perfeita conexão com o pensamento anarquista e com o próprio pensamento decolonial, que alega, através da permanência da colonialidade, a existência da hierarquização do saber e do poder (Quijano, 2013, 2010, 2005, 2002).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Marx imaginava a possibilidade de chegada ao comunismo como um processo, que se realizaria através do desvanecimento do Estado. Isso em nenhum momento significava, para Marx, a manutenção do Estado pelo proletariado. Ao contrário, acreditava ele na necessidade de destruição da maquinaria do Estado. Voltamos a afirmar que não se tratava da mera mudança daqueles que estariam a frente do governo. Era necessário construir outra coisa, algo novo que possibilitasse o nascimento da verdadeira democracia e com ela a ideia de comunidade.

A radicalização da democracia é um processo, que é parte integrante do processo de desvanecimento do Estado. Assim, é fundamental apoiar e incentivar a criação de assembleias e debates populares; e não apenas consultivos, mas também deliberativos. Para tanto, colaboraria muitíssimo a criação de conselhos populares e temáticos permanentes. O que aparece aqui como uma espécie de utopia do processo de transformação, demanda a criação de espaços de diálogo que possibilitem a visibilidade das inúmeras e distintas demandas populares (Ferreira, 2022, 2019a, 2019b, 2018). Para alcançarmos a justiça social é preciso escapar da ideia da ditadura da maioria, é preciso pensar em uma democracia que tenha em conta o respeito às minorias.

As anotações realizadas por Marx em 1844, intituladas de Manuscritos Econômico-Filosóficos, deixam transparecer a construção teórica acerca da ideia de comunismo como tendo por base a abolição da propriedade privada e da alienação humana, valorizando a verdadeira apropriação da natureza humana através do e para o ser humano (Marx, 2004, p. 103). Marx defendia a ideia de que o comunismo seria "a *verdadeira* dissolução (*Auflösung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação (*Selbstbestätingung*), entre liberdade e necessidade (*Notwendigkeit*), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução" (Marx, 2004, p. 105).

Parece que algo fundamental para não reproduzirmos o estado de coisas atual seria escaparmos da separação entre gestão e propriedade. É necessário, inclusive, retrabalhar a noção de propriedade. Caso repensemos a necessidade de conviver com a propriedade da maneira segundo a qual estamos acostumados, outras possibilidades de convivência podem tomar forma. Poderíamos pensar em terrenos para usos coletivos e das famílias,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

poderíamos pensar na prioridade do valor de uso, ou em como a ideia de herança pode ser descartada[5] (Ferreira, 2024).

Por que não pensar na possibilidade da gestão como parte do trabalho coletivo? Por que não pensar na rotatividade daqueles que estão à frente da gestão para não "eternizar" determinados sujeitos dando-lhes excessivo poder de decisão? É preciso pensar em conselhos populares que se debrucem sobre questões que afligem a população mais diretamente. Não se trata de acreditar que tudo se resolve no âmbito local, mas é fato que é na escala do lugar que a população sente mais fortemente os efeitos da desigualdade na produção do espaço, e que se refletem na diferença de infraestrutura dos bairros, na falta de transportes coletivos de boa qualidade, nas péssimas condições de trabalho de determinadas parcelas da sociedade, na valorização diferenciada do espaço urbano, na criação de territórios em que o poder do tráfico de drogas e das milícias controlam e apavoram a população que está submetida ao seu controle etc. Em outras palavras, é preciso ter em conta a questão da proximidade.

Não há como pensar em transformação da forma de gestão sem pensar em mudanças sociais e econômicas, e também na construção de novos espaços de debates. Isto porque Marx acreditava que a superação do Estado e da sociedade civil se daria através da constituição da comunidade, que traz em si tanto o Estado como a sociedade civil, mas simultaneamente elimina ambos. A comunidade seria uma nova forma de organização da sociedade, dos seres políticos. Marx colocava o ser político em contraposição à política instituída. Acreditava ele que a implementação desse projeto levaria à redução das funções ligadas a um governo central, porque a luta da comunidade deveria ser contra o Estado (objetivando sua superação) e, portanto, a valorização da autonomia e dos lugares levaria à certa descentralização. Assim, cada vez mais a ideia de verdadeira democracia, desenvolvida por Marx em meados dos anos de 1840, aproxima-se da ideia de comunidade, mais desenvolvida em seus escritos do início da década de 1870, inspirado pela Comuna de Paris. São reflexões que não estão distantes das perspectivas anarquistas.

O Estado está em tal grau integrado à reprodução do capital, que acaba por contribuir para a promoção da acumulação do capital. Inclusive, as

5 O exemplo da cidade de Maras no Peru, localizada 40 km ao norte de Cusco, aponta nessa direção.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pseudorrevoluções do século XX mostraram que o socialismo não se caracterizou por ser um sistema de produção tão "eficiente" quanto o capitalismo; além disso, reproduziu as mesmas estruturas hierárquicas, a opressão e alienação que condenavam. Portanto, torna-se fundamental empenharmo-nos no movimento em direção ao desvanecimento do Estado.

Marx (2005), na obra "Crítica à Filosofia do Direito de Hegel", deixa inúmeras pistas e encaminhamentos sobre o que denominou de desvanecimento do Estado. Acreditava ele que o Estado desapareceria porque em seu lugar surgiria a verdadeira democracia, em que uma nova forma de organização política tomaria lugar. Marx falava-nos de um movimento simultâneo em que a sociedade civil ganharia força e aumentaria sua participação e o Estado, por sua vez, desvaneceria. Esse processo aconteceria justamente porque haveria um movimento de aproximação entre essas duas esferas, o que contribuiria para a dissolução de ambos: Estado e sociedade civil.

O fim do Estado, para Marx, não significava que não haveria governo ou que não haveria uma administração pública. Podemos encontrar na obra *A guerra civil na França* (2011) afirmações muito fortes indicando que a revolução emancipadora somente poderia ser "um governo do povo pelo povo" e que teria que ser "a retomada pelo povo e para o povo de sua própria vida pessoal". Marx mirava o desvanecimento do Estado e de toda a sua maquinaria, com a criação de instituições adequadas ao autogoverno popular. Isso se daria paulatinamente a partir do crescimento sistemático da participação da população na definição e gestão de políticas públicas.

A construção teórica de Marx acerca da revolução ainda é muito valiosa e nos mostra a importância de seu sentido antiautoritário e verdadeiramente democrático, além de valorizar e reafirmar as potencialidades emancipadoras no interior da sociedade. A ideia de revolução é parte integrante de sua estrutura de pensamento, pois é um ato político com fim social, já que procura dissolver a velha ordem da sociedade e o velho poder governante. Vamos assim ao encontro do sociólogo Michael Löwy (2012, p. 20), que acredita que a teoria marxiana da revolução como autoemancipação dos explorados "continua a ser uma bússola preciosa para o pensamento e a ação". A autoemancipação era, para Marx, um aspecto intrínseco do movimento em direção ao comunismo. Assim, é possível percebermos por que tentativas "de 'construção do socialismo' sem o povo (ou contra ele), 'emancipação' do trabalho de cima para baixo, imposição de uma nova sociedade pelos decretos de um

CONSEQUÊNCIA EDITORA

poder burocrático e autoritário estava inevitavelmente destinada ao fracasso" (Löwy, 2012, p. 21). Marx acreditava que o ser político somente teria autonomia e viveria seu sentido público, naquilo que denominou comunidade (um lugar que não é nem o do Estado e nem o da sociedade civil). E aqui, como esperamos ter deixado claro, não se trata de pensar que após o fim da antiga sociedade haveria uma nova dominação de classe culminando em um novo poder político; seria outra coisa. Muitas vezes, partidos de esquerda pensam em estar no poder, em assumir a maquinaria estatal, outras vezes preconizam o retorno do keynesianismo ou do compromisso social-democrata; não foi esse o caminho idealizado por Marx.

Referimo-nos à perspectiva de algo realmente novo, e o que Marx afirmava era que a verdadeira ideia de abolição do Estado não poderia se apoiar no próprio Estado; o que haveria de surgir com o desvanecimento do Estado teria de ser algo novo. Dessa maneira, não se trata de mudar quem está no poder, ou remetendo-nos ao século XIX, à conquista do Estado pelo proletariado. Isso parece claro e cristalino quando Marx (2006) afirma que o problema dos levantes revolucionários tem sido o fato de não entender que para o Estado ter fim, é preciso que ele realmente deixe de existir. Isso se exemplifica pelos próprios partidos de esquerda, que ao chegarem ao poder utilizaram-se do próprio aparato do Estado como a principal recompensa pela vitória. Acreditamos, a partir de Marx, que o fracasso das "revoluções" ocorreu exatamente porque ao invés de caminhar em direção do desvanecimento do Estado, elas acabaram reforçando o Estado, mesmo que, muitas vezes, tivessem o objetivo de melhorá-lo (Ferreira, 2022).

A ideia do fim do Estado em Marx está intimamente ligada à autonomia, que se encontra ligada à autodeterminação e ao autogoverno. Marx não trata a noção de autonomia como simples oposição à autoridade, pois acreditava que a luta deveria ser pelo fim do Estado e, consequentemente, sua autoridade. A cientista política Thamy Pogrebinschi (2009, p. 75), procurando desenvolver tal debate, afirma que a "ideia de autoridade esvazia-se, deixa de ter sentido, pois não há espaço para ela quando o que se tem é um estado de coisas no qual a comunidade em si se autogoverna porque cada uma de suas partes componentes, os homens, também se governam". A partir de então é possível entender por que a autora afirma que "o autogoverno das comunidades que Marx vislumbra como aquilo que sucederá ao fim do Estado consiste, assim, em uma espécie de autogoverno do autogoverno dos

CONSEQUÊNCIA EDITORA

homens". Nesta perspectiva é possível compreender por que não há como pensar separadamente autonomia individual e autonomia coletiva[6] a partir de Marx.

Se buscamos aquilo que ainda não existe, as reflexões de Marx vão ao encontro do novo; do impossível possível, se verdadeiramente considerado como horizonte a ser alcançado. Aqui não há como não recordar Lefebvre quando afirmava que para alcançarmos o possível temos de mirar o impossível. Assim, ao pensar no rompimento com o Estado, a forma política propiciada pela formação da comunidade surge do novo, e, a partir de então, a verdadeira democracia juntamente com a emancipação humana encontrar-se-iam e realizar-se-iam naquilo que Marx chamou de comunismo (Ferreira, 2022).

Evidentemente, estamos falando de algo que não se realizou (ainda). Quando falamos da superação do Estado, referimo-nos ao conceito de Estado moderno e de sua forma de organização, inclusive a maneira como se dá o agir político. Não se trata de fazer uma revolução para transferir o poder de uma fração de classes governantes para outra, mas para derrubar a maquinaria da própria dominação de classe (Marx, 2011). Para Marx, o Estado precisava existir, justamente para percebermos que ele não funcionava e precisava ser superado. É a partir desta consideração que Pogrebinschi (2009, p. 167) afirma que "a comunidade é o antiestado e, ao mesmo tempo, o pós-Estado. Ela ganha existência quando o Estado deixa de existir, e só quando ele deixa de existir". Por isso, mesmo sem se valer dos instrumentos do Estado, a comunidade nasceria de sua ruína; o que corrobora o discurso de Marx (2011), quando afirmava que a sociedade comunista surgiria da própria sociedade capitalista. Isso porque não acreditava que capitalismo e democracia combinassem.

Na utopia que vai em direção a uma sociedade comunista, não resta dúvida que existiriam funções de governo (até porque Marx nunca imaginou que no comunismo não houvesse governo), mas partia da ideia de um autogoverno e não de um governo que partisse do Estado; defendia a ins-

6 Embora afirmando-se crítico de determinada perspectiva de alguns autores marxistas, Cornelius Castoriadis (1982) desenvolve importante debate acerca da categoria autonomia, mas que, de certa maneira, não rompe com aquilo colocado, embora mais superficialmente, por Marx. Na Geografia, Marcelo Lopes de Souza apropria-se do debate desenvolvido por Castoriadis e promove importantes associações entre autonomia e espacialidade.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tauração de funções sociais. Mais uma vez, é importante percebermos que estamos nos referindo a um processo, um movimento em direção a algo diferente, algo novo. Haveria, portanto, uma convivência entre o que ainda existe – e que é a negação daquilo que vislumbramos – e a prefiguração de um futuro outro.

Ao se referir ao cientista político boliviano Alvaro García Linera[7], que foi vice-presidente da Bolívia de 2006 até 2019 (eleito ao lado do presidente Evo Morales), Bruno Bosteels (2010, p. 74) menciona uma entrevista concedida por García Linera, quando já havia assumido a Vice-Presidência da Bolívia, na qual afirmou que "o horizonte geral de nossa época é comunista. E este comunismo terá que ser construído sobre a base das capacidades auto-organizativas da sociedade, de processos de geração e distribuição da riqueza comunitários e autogestionados. (…) E aqui é onde surgiram as lutas com vários companheiros sobre o que é possível fazer. Quando entro no governo, o que faço é validar esta interpretação do momento atual e começar a operar no nível do Estado em função dela". Em seguida formula duas questões que ele mesmo procura responder: "então, onde está o comunismo? Que fazer a partir do Estado em função desse horizonte comunista? Apoiar tanto quanto possível o deslocamento das capacidades de organização autônomas da sociedade. Chega até aí a possibilidade do que pode fazer um Estado de esquerda. Ampliar a base trabalhadora e a autonomia do mundo do trabalho, potencializar formas de economia comunitária onde haja redes, articulações e projetos mais comunitários".

Acreditamos que é muito mais fácil a construção de diálogo com políticos de partidos de esquerda quanto a ações que visem o fortalecimento da sociedade civil do que com políticos de direita. Portanto, pensar na produção de um espaço outro passa pela construção desses diálogos e pela construção de parcerias público-comunitárias, por iniciativas locais alternativas que visam a práticas contra-hegemônicas e que contribuem para a realização de vivências transformadoras para aqueles que delas participam.

7 Em 2008, em interessante obra intitulada "*La potencia plebeya*: acción colectiva y identidades indígenas, obreras y populares em Bolivia" procurou superar a figura clássica do proletariado utilizando a expressão potência plebeia. Outros autores têm utilizado também outros nomes ao tentar transmitir um movimento para além da figura clássica do proletariado, referindo-se muitas vezes a massas sem forma ou ainda não formadas: hordas (Deleuze); plebe (Rancière); lumpen (Laclau), por exemplo.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Parece-nos fundamental incentivar as parcerias público-comunitárias, que manifestam a relação entre a esfera pública e as iniciativas comunitárias em suas múltiplas formas de organização em direção à autogestão, e que valorizam as capacidades criativas e as iniciativas por elas desenvolvidas. Apesar de sua diversidade, essas parcerias "identificam-se por serem promovidas por coletivos, redes, e formas de organização social formalizadas que conduzem ações guiadas por princípios políticos em busca da construção de autogestão de territórios e de formas contra-hegemônicas [de ação]" (Botelho, Raimundo, 2023). Nesse sentido, a dimensão da proximidade tem um papel importantíssimo na construção de táticas e estratégias revolucionárias.

A revolução se faz e refaz diariamente

Todos nós vivemos dentro de um mundo capitalista. E, sem dúvida, o capitalismo existe, hoje, não porque o criamos há duas centenas de anos, mas porque o continuamos criando cotidianamente. "Se não o criarmos amanhã, ele não existirá" (Holloway, 2013, p. 222). Nesse sentido, não se trata de afirmar que nós escolhemos lutar, porque, na verdade, nós nascemos dentro deste mundo e existimos em uma relação de luta. Se acreditamos na existência de sociedades de classe, acreditamos na luta constante por exploração e contra a exploração (Holloway, 1995, p. 100). E mais: lutar é sempre lutar dentro, contra e para além do capitalismo.

Uma perspectiva como essa ajuda-nos a não hierarquizar as lutas. Muitas vezes determinadas correntes marxistas priorizam a dimensão da "classe para si", desqualificando ou não dando importância à outra dimensão: a da "classe em si". Isso traz grande complicação, pois limita a luta de classes à luta visível, quando muitas lutas são subterrâneas. A classe não luta porque existe, ela existe porque luta. E mais, luta para se negar enquanto classe explorada. Inclusive, se não tivermos isso em conta, acabamos por fortalecer uma lógica identitária que se torna um fim nela mesma.

A luta deve ser contra o trabalho alienado e, portanto, contra a sua própria classificação como classe trabalhadora. Senão, corremos o risco de considerar a classe trabalhadora como um conceito positivo, como algo dado, quando, na verdade, isso é parte constituinte do capitalismo e não

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sua negação. Principalmente, porque a classe trabalhadora está associada ao trabalho abstrato e não ao trabalho concreto. Portanto, a identidade de classe trabalhadora é algo a ser combatido. Tal certeza fez com que Holloway (2003, p. 213) afirmasse que "a identidade de classe trabalhadora deveria ser vista como uma não-identidade: a comunhão da luta por não ser classe trabalhadora". É nesse sentido que Holloway (2017, p. 113) acredita que "a esperança revolucionária surge não do cumprimento dos papéis, mas de seus rompimentos".

A produção do espaço, que tem sido fundamental para a reprodução continuada do capitalismo, tem deixado cada vez mais marcas do aumento da desigualdade: empobrecimento da população, crescimento do desemprego, aumento dos moradores de rua, desigualdade no acesso aos benefícios de viver em cidades etc. Tudo isso aponta para a necessidade da concepção de reflexões e de práticas que apontem para a luta pela construção da ideia da cidade como comum, e isso significa também trabalhar pela realização da autogestão. Corroboramos a posição de Lefebvre (2017, p. 140) quando afirmou que a autogestão deve ser estudada através de uma dupla elaboração: como meio de luta, que proporciona a abertura para novas possibilidades; e como meio de reorganização da sociedade, ou seja, possibilitando a criação de formas outras de socialidade através da valorização do fazer-com.

Temos vivenciado a primazia do ser em detrimento do fazer. Nesse sentido, o discurso identitário funciona como reforço do mundo das identidades. E aqui não estamos negando a importância de determinadas lutas; entendemos que as lutas podem partir das identidades, mas se não se entendem como lutas que transcendem as identidades não avançamos suficientemente. Aliás, para o capitalismo, em geral, não é um problema integrar determinada identidade. É nesse sentido que Holloway (2017, p. 95) afirma que "o ponto de partida das lutas não é 'somos', mas o contrário: o ponto de partida das lutas é 'não somos'."

Percebemos facilmente os conflitos entre trabalhadores e capitalistas ou entre homens e mulheres, por exemplo; mas não nos damos conta de que isso que estamos vendo são personagens, pessoas "forçadas" a desempenhar esses papéis. Essas identidades são tão fortemente introjetadas em cada um de nós, que sequer nos damos conta disso. Importa perguntar-nos quem está dirigindo esse "espetáculo". Trata-se de um conflito muito mais profundo, algo que força as pessoas a agir dessa maneira. Por isso, é que Holloway

CONSEQUÊNCIA EDITORA

(2013, p. 204) afirma tratar-se da "luta não de uma identidade, mas contra a identificação. A revolução é uma batalha não entre os personagens no palco, mas entre atores e suas máscaras de caráter". E acrescenta ainda que "a possibilidade de mudança radical depende não de pessoas assumindo as suas máscaras de caráter [a do proletariado, por exemplo], mas, pelo contrário, (…) do fato de que as pessoas existem não apenas nos seus papéis sociais, mas também contra e mais além deles".

A ideia de "cidade dos cidadãos", desenvolvida pelo geógrafo português João Ferrão (2015, p. 219), pressupõe necessariamente uma cidade com poder político, "que possa atuar como instância de regulação e de redistribuição com legitimidade democrática, e uma rua com poder cidadão, ou seja, com indivíduos, grupos e comunidades insurgentes, portadores de uma agenda de transformação progressista da cidade". E, nessa perspectiva, o comum carrega consigo a essência do princípio político – no sentido da valorização do ser político –, pois se realiza como atividade coletiva de deliberação; ou seja, a coatividade é o fundamento da coobrigação política.

Compreendemos a dificuldade de refletir sobre algo que aponta para um futuro outro, o desejo de um futuro ancorado em valores totalmente diferentes. Essa reflexão, para tornar-se vigorosa, necessita estar baseada em teorias, mas também precisa estar em diálogo com o cidadão comum, com as pessoas que caminham pela cidade, que sofrem, que clamam por algo melhor. Essas pessoas almejam o prazer de viver, e isso é muito mais do que apenas ampliar sua condição de consumidor. Por isso, é fundamental que a reflexão sobre o desejo de futuro seja uma construção compartilhada; não se trata da cidade que eu quero, mas da cidade que queremos.

Precisamos ter sensibilidade para perceber as revoltas que estão em curso por toda parte; percebê-las e ver aí possibilidades de confluência, de construção de nexos aglutinadores. Considerar todas essas lutas é muito importante, são espaços nos quais inspiramo-nos mutuamente e aprendemos uns com os outros. São espaços de alteridade, que apontam para além do estabelecido.

As assembleias de bairros, as fábricas recuperadas, as oficinas e escolas comunitárias, as ocupações de terrenos baldios para a construção de hortas urbanas comunitárias, criação de centros sociais na vizinhança, idealização e implementação de rádios comunitárias e de *podcasts*… todas são formas de luta que se projetam dentro de um mundo que ainda não existe, ou que

CONSEQUÊNCIA EDITORA

existe enquanto processo através das nossas lutas, como um movimento em direção a um mundo diferente. Portanto, é importante compreender que essas lutas já significam um movimento pela criação de outro mundo, já que, de alguma forma, essas pessoas estariam vivendo agora o mundo que querem criar. Isso significa valorizar as rebeliões, as insubordinações, os outros fazeres.

Estamos nos referindo a lutas, que, às vezes, trazem-nos a impressão de que é possível produzir um espaço outro, de que é possível criar um mundo diferente. Um mundo que ainda não existe, que se mostra, como afirmado por Ernst Bloch (2005), como um mundo que existe como ainda-não.

Referências

ALENTEJANO, Paulo, FONTES, Virgínia. O rico e criativo debate de Carlos Walter Porto-Gonçalves com Marx. *Revista Tamoios*, v. 20, n. 2, p. 43-54, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.12957/tamoios.2024.85914 . Acesso em 22 jul. 2024.

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BADIOU, Alain. La idea del comunismo. *In*: BADIOU, Alain *et al*. *Sobre la idea del comunismo*. Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 17-32.

BARROS, Douglas. *O que é identitarismo?* São Paulo: Boitempo, 2024b. 208p.

BARROS, Douglas. Para uma crítica do identitarismo. Sérios problemas do identitarismo bem-intencionado. *Outras Palavras*, 16/08/2024a. https://outraspalavras.net/author/douglasbarros/ Acesso em: 21 set. 2025.

BLACK, Bob. *Beneath the underground*. Washington: Feral House, 1994.

BLACK, Bob. *Grouxo-marxismo*. São Paulo: Veneta, 2021.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005. V.1

BORON, Atilio A. Filosofia política e crítica da sociedade burguesa: o legado teórico de Karl Marx. *In*: BORON, Atilio A. *Filosofia política moderna*: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciencias Politicas, USP, 2006. p. 287-328.

BOSTEELS, Bruno. La hipótesis izquierdista: el comunismo en la era del terror. *In*: BADIOU, Alain *et al*. *Sobre la idea del comunismo*. Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 51-76.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

BOTELHO, Eloise Silveira, RAIMUNDO, Sidnei. Aporte teórico-conceitual sobre as parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 16 n. 3, 2023.

CONATZ, Juan. *Anarchism vs. Marxism*: A few notes on an old theme. January 14, 2011. In https://libcom.org/article/anarchism-vs-marxism-few-notes-old-theme. Acesso em: 21 set. 2025.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. *In:* CRUZ, Valter do Carmo, OLIVEIRA, Denílson Araújo de. *Geografia e giro descolonial*: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15-36.

ENGELS, Friedrich. Engels to Bernstein. 2-3 November 1882. *In*: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Collected Works*. Vol. 46. Londres: Lawrence & Wishart, 2010.

FERREIRA, Alvaro. Pela construção da verdadeira democracia: entre conselhos populares e ciberdemocracia. In: ZAAR, Miriam, CAPEL, Horacio (Coords. y Eds.) *Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2018 (http://www.ub.edu/geocrit/Sociedad-postcapitalista/Sociedad-postcapitalista.pdf Acesso em: 21 set. 2025). ISBN: 978-84-09-06079-5.

FERREIRA, Alvaro. Produção do espaço, autogestão, comunidade e estado: provocações a partir de Karl Marx. *GEOgraphia*, v. 21, p. 48-57, 2019a.

FERREIRA, Alvaro. A luta pela "verdadeira democracia" na produção do espaço: por outro projeto de sociedade. *In:* FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de (Orgs.). *Produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019b, p. 23-54.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade que queremos*: produção do espaço e democracia. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

FERREIRA, Alvaro. Entre urgências e utopia: espaço e tempo, proximidade e ação; tão longe… tão perto… *In:* FERREIRA, Alvaro, RUA, João, LENCIONI, Sandra (Orgs.). *Entre urgências e utopia*: múltiplas escalas da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2023, p. 44-56.

FERREIRA, Alvaro. It's the property, stupid! But how can we get rid of it? *Geo UERJ*, 44, 2024. https://doi.org/10.12957/geouerj.2024.77180.

GARCÍA LINERA, Alvaro. *La potencia plebeya*: acción colectiva y identidades indígenas, obreras y populares em Bolivia. Buenos Aires: Prometeu/CLACSO, 2008.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

HAIDER, Asad. *Armadilha da Identidade*: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019. 160p.

HAUPT, Georg. Marx e o Marxismo. *In*: HOBSBAWM, E. (Org.). *História do Marxismo*. Vol. 1. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOLLOWAY, John. Historia y marxismo abierto. *Dialéctica*, Nueva Epoca, año 18, n. 27, primavera de 1995, pp. 94-107.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOLLOWAY, John. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

HOLLOWAY, John. *Una lectura antiidentitaria de El capital*. Buenos Aires: Herramienta, 2017.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia.* Porto: Afrontamento, 1977.

LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. 1ed., ampl. e atual. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Comentários de Marx a "Estatismo e Anarquia" de Bakunin*. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1874/04/bakunin2.htm. S.d.

MARX, Karl. *O Capital.* Crítica da economia política. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, 3v.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos.* São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 5. Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MURTAUGH, P. The end of dialectical materialism: an anarchist reply to the libertarian marxists. *The Red Menace*, V. 2, n. 2, Spring 1978. https://www.connexions.org/RedMenace/Docs/RM3-EndofDialectical.htm. Acesso em: 21 set. 2025.

NEWMAN, Saul. *Do anarquismo ao pós-anarquismo*. São Paulo: Sobinfluencia, 2022.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político*: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A dimensão geopolítica da crise brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização. *Geographia*, ano 18, n. 37, 2016.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura, MENEZES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Bien vivir? Entre el desarrollo y la colonialidad del poder. *Revista Contrapunto*. Universidad de la República, Uruguay, n. 2. Junio, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos rumos*, 4, ano 17, n.37, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Por uma Geografia libertária*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

VIANA, Nildo. *Karl Marx: A Crítica Desapiedada do Existente*. Curitiba: Prismas, 2017.

VIANA, Nildo. Marx não é "Marxista" – As Origens do Pseudomarxismo. *Informe e Crítica*, 26 de março de 2020. https://informecritica.blogspot.com/2020/03/marx-nao-e-marxista-as-origens-do_26.html#:~:text=O%20termo%20%E2%80%9Cmarxista%E2%80%9D%20foi%20criado,os%20socialistas%20franceses%20e%20alem%C3%A3es. Acesso em: 21 set. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CONSEQUÊNCIA EDITORA

PARTE 9
PENSAR-COM, FAZER-COM: REPENSANDO A POSSIBILIDADE DO COMUM

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 27

Descentralización, dispersión y emancipación

Raúl Zibechi

> Uma forma de mobilização que raramente se vê por ser muito própria dos povos é aquela que eles realizam dentro de si. Às vezes eles os dão a conhecer, outras vezes não, dependendo da sacralidade ou espiritualidade que contêm e dos propósitos que desejam alcançar ao fazê-los (…) Como muitos não os veem ou os vendo não os entendem, pensam que os povos não se mobilizam, quando na verdade são as mobilizações mais significativas para os povos, porque a partir deles constroem sua autonomia.
>
> Francisco López Báracenas

Las revoluciones han operado siempre concentrando poder y medios de producción y de cambio en el Estado, sin llegar a evaluar si los resultados han sido los buscados o, por el contrario, dicha opción terminó perjudicando los objetivos de largo plazo decaminar hacia la extinción del aparato estatal, tal como rezan las recomendaciones de los fundadores del socialismo científicico.

La centralización de los medios de producción en el Estado se ha convertido en una idea tan potente, como lo sigue siendo la toma del poder: cuestiones fuera de la discusión, tan normalizadas que no pasan por balances o evaluaciones, cuando llevamos más de un siglo de procesos que han mostrado límites evidentes.

Como espero mostrar en este trabajo, dicha concentración ha provocado graves problemas ya que para administrar las grandes empresas estatizadas es necesario contar con una amplia camada de especialistas (administradores y gestores, profesionales y técnicos, directores y gerentes), todos ellos muy bien remunerados al punto que se convierten en un sector social interesado en reproducirse sin el menor interés en los trabajadores que gobiernan.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

En gran medida, esa decisión está en la base del fortalecimiento del Estado, proceso que han vivido todas las revoluciones. En su extenso estudio comparativo de las revoluciones francesa, rusa y china, la socióloga Theda Skocpol concluye: "De las tres grandes revoluciones surgieron Estados más centralizados, burocrático y autónomamente poderosos en el interior y en el exterior" (Skocpol, 1984: 441).

En todos los casos hubo un crecimiento considerable de las burocracias civil y militar, un mayor control de la sociedad por parte de un Estado considerablemente más fuerte y una mayor capacidad para penetrar capilarmente en los intersticios de la vida cotidiana que los Estados imperiales anteriores. Pero esos Estados poderosos los controla efectivamente una pequeña porción de la sociedad, que tiene potestades para tomar las grandes y también las pequeñas decisiones.

En la Rusia soviética se registró un rápido incremento de la administración civil burocrática, reclutada en gran medida –al igual que la oficialidad del Ejército Rojo- entre funcionarios del antiguo régimen, pero ahora controlados por miembros del partido comunista. Durante la guerra civil (1918-1921) esa burocracia civil debió ocuparse del control de la economía, ya que durante el "comunismo de guerra" el nuevo Estado era el único productor y el único distribuidor, siendo el trabajo obligatorio bajo estricto control del Estado fusionado con el Partido.

A fines del siglo XIX, para un territorio considerablemente mayor al que luego conformó la URSS, el imperio zarista tenía 155 mil empleados, que crecieron verticalmente en gran medida por "los enormes aumentos de números de administradores, especialistas técnicos y funcionarios de partidos" (Skocpol, 1984: 355).

El historiador de la Rusia soviética, Edward Hallet Carr, asegura que en 1925 ya había 474 mil funcionarios de la administración estatal, en un total de 2,3 millones de funcionarios de todas las instituciones soviéticas (Carr, 1983: 520). Según el historiador, Lenin albergada un profundo temor de que "los burócratas herederos de las costumbres y la cultura del antiguo régimen pudieran desbordar y contaminar el nuevo orden (Carr, 1983: 307). Todos los dirigentes bolcheviques (desde Trotski a Stalin) emprendieron campañas contra la burocracia demandando su "racionalización".

En paralelo, el poder soviético fue creando enormes organizaciones administrativas que no paraban de expandirse, en gran medida porque incor-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

porarse a la burocracia era el modo de ascenso social de amplias capas campesinas y obreras. La eliminación de la clase capitalista y sus colaboradores por parte de la revolución, tuvo como consecuencia inmediata "la apertura de muchas oportunidades nuevas para el avance social a nuevos ciudadanos soviéticos de clase humilde" (Skocpol, 1984: 357). Con la centralización de los grandes medios de producción en el Estado, en particular la industria, hubo una casi ilimitada necesidad de reclutar personal administrativo y técnico para desempeñar tareas que los trabajadores comunes no podían asumir, que recibieron salarios muy superiores al de los obreros manuales.

En China después de la toma del poder por los comunistas, en 1949, la expansión de esta burocracia fue mayor aún. Durante el régimen imperial el aparato estatal contaba con 40 mil funcionarios a lo largo del siglo XIX; en tanto, el gobierno nacionalista del Kuomintang tenía, antes de su derrota, dos millones de funcionarios. Y en 1952 la burocracia estatal alcanzaba 3,3 millones de empleados y en 1958 llegada a los 8 millones (Skocpol, 1984: 410). El régimen resultante fue aún más burocrático que el imperial, formado por una nueva elite que comandaba, además, nuevas organizaciones de masas.

Más allá de que Skocpol hace hincapié en la existencia de un "igualitarismo comunista chino", que marca distancias con la experiencia rusa y sobre todo con los países occidentales, Mao Zedong impulsó en la década de 1960 la "revolución cultural" con el objetivo de combatir una nueva burguesía que estaba naciendo en las entrañas del Partido/Estado, o sea entre la burocracia civil y militar que administraba el país y estaba al frente de los medios de producción centralizadas en el poder estatal.

Sin embargo, la burocracia o la nueva burguesía como la denominaban los maoístas, ganó una y otra vez hasta convertirse en el poder hegemónico indiscutible, de la mano de la "apertura económica" impulsada por Deng Xioping desde 1978. Si bien China creció enormemente desde ese momento, hasta convertirse en la principal industria del mundo, lo hizo en base a criterios capitalistas que llevaron al enriquecimiento de una minoría que controla el poder político y las grandes empresas transnacionales chinas. En efecto, la desigualdad en China es similar a la que existe en los países capitalistas: el 1% más rico tiene ingresos mayores al 50% de la población y cuenta con más millonarios que cualquier otro país, a excepción de Estados Unidos (Sanchis, 2021).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Casas de Reza como apertura a otros mundos

En este recodo de la historia, la emergencia de los pueblos originarios y de los movimientos de mujeres está removiendo profundamente las certezas heredadas. Mi experiencia personal entre los guaraní maya del Territorio Indígena Tenondé Porá, me ha llevado a revisar los modelos de transformación social en los que me eduqué políticamente desde hace ya 50 años.

Mi punto de partida es la existencia de una enorme cantidad de Casas de Reza en las comunidades de los pueblos originarios, que representan el **Común**, aquello que es todos pero no pertenece a nadie, el espacio donde la comunidad se fortalece en su cotidianidad para seguir siendo pueblo guaraní maya.

Encuentro cuatro características de las Casas de Reza. La primera es que se trata de un espacio creado y sostenido por la comunidad, para su utilización. La segunda es que es el espacio donde la comunidad pasa la mayor parte del tiempo, nos siendo un lugar físico central sino simbólico. La tercera es que se trata de un espacio horizontal, donde las personas se relacionan entre iguales sin jerarquías, y que la forma de la Casa de Reza es muy sencilla al igual que las viviendas de las familias. la cuarta característica es que no hay una Casa de Reza central, sino que la dispersión y descentalización las atraviesa a todos.

Este último rasgo es el que pretendo utilizar como hilo conductor de mis reflexiones. Gracias a su sencillez y a la dispersión, las Casas de Reza pueden irradiar la vida comunitaria, cuestión que no podrían hacer si fueran grandes templos como las iglesias y catedrales tradicionales. La dispersión facilita también la presencia mayoritaria de las mujeres, que practican cuidados colectivos en la salud y se convierten como principales reproductoras de la comunidad. En esos espacios, las relaciones entre las personas y con el mundo son establecidas como valor de uso y no como valores de cambio, si apelamos al lenguaje de la economía política.

La cuestión del tamaño está presente en numerosas investigaciones y suele relacionarse con el nacimiento del capitalismo, como sostiene Fernand Braudel. Para este historiador, la conformación de una economía-mundo, o sea del capitalismo, sólo fue posible en un espacio "evidentemente desmesurado", pero "no hubiera crecido con semejante fuerza en un espacio económico limitado" (Braudel, 1985: 95). La cuestión de la escala explica porqué el capitalismo florece y se despliega con la conquista de América. Si

CONSEQUÊNCIA EDITORA

el capitalismo lleva a la formación de grandes monopolios, ellos son intrínsecamente consecuencia de una escala determinada.

La antropóloga Anna Lovenhaupt Tsing investiga los hongos matsutake que crecen en paisajes destruidos por la acción humana, por lo que considera que son "una posibilidad de vida en las ruinas capitalistas", como subtitula su trabajo. Dedica un capítulo a la cuestión de la escala y afirma que lo "arcaico" es aquello que no puede escalarse, mientras el progreso se caracteriza por "la expansión de proyectos sin cambiar sus presupuestos marco" (Tsin, 2023: 71).

El punto central de su investigación sostiene que la escalabilidad "no es una característica ordinaria de la naturaleza", pero en el avance de la humanidad "los elementos escalares se han llevado toda la atención, al tiempo que no lo escalaba se convertía en un impedimento (ídem: 72). El lector puede vincular esta cita con las relaciones que establecieron los conquistadores y las repúblicas criollas con los pueblos originarios de Abya Yala.

La plantación colonial europea acelera la acumulación de capital pero genera desastres sociales y ambientales, esclavitud y contaminación son algunas de las peores secuelas, porque la escalabilidad requiere gran cantidad de trabajo humano y consume agua y otros bienes comunes en cantidades proporcionales al tamaño del emprendimiento. Los hongos matsutake no pueden cultivarse ni recolectarse en grandes superficies, como monocultivos, lo que indujo a Tsing a abordar la cuestión de la escala como parte de la modernización capitalista.

Cuando comprendemos la relación entre escala y capitalismo, podemos entender la lógica de aquellos pueblos que dividen sus comunidades cuando llegan a un nivel de saturación por excesiva aglomeración. Los guaraní maya de Tenondé Porá, pasaron de dos andes a catorce, pero la población creció muy poco, ya que consideraban que cuando eran dos mil personas en dos aldeas estaban hacinados y necesitaban más espacio. Como puede verse, el concepto de hacinamiento no se relaciona sólo con la cantidad de personas, sino con la necesidad de desarrollar formas de vida, desde los cultivos hasta la espiritualidad, que no pueden desplegarse en espacios abarrotados sino que deben dispersarse en pequeñas unidades donde predominan las relaciones cara a cara.

La cuestión de la descentralización y la dispersión, versus la concentración y la centralización, han sido escasamente abordadas desde el punto

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de vista de la emancipación colectiva. Por razones obvias, no voy a hablar sobre el movimiento feminista, que no ha construido grandes aparatos organizativos centralizados y homogéneos, sino que se caracteriza por una multitud de pequeños grupos y colectivos que se articulan para campañas y movilizaciones, para luego retornar a sus grupalidades. Quizá debemos investigar no sólo la relación entre las grandes escalas y el capitalismo, sino también sus vínculos con el patriarcado.

Los objetivos de los fundadores

En el *Manifiesto del Partido Comunista*, los fundadores del socialismo establecieron de forma nítida la necesidad de tomar el poder y concentrar los medios de producción arrebatados a la burguesía derrotada.

En el apartado II, "Proletarios y Comunistas", Marx y Engels establecen de forma contundente que la dominación política de la clase obrera, debe "ir arrancando gradualmente a la burguesía todo el capital, para centralizar todos los instrumentos de producción en manos del Estado, es decir, del proletariado organizado como clase dominante, y para aumentar con la mayor rapidez la suma de las fuerzas productivas" (Marx/Engels, 1973: 129).

De la cita me parece necesario retener dos facetas de lo que sería el poder obrero: centralizar los medios de producción para poder crecer rápidamente. El marxismo siempre sostuvo que la propiedad privada y el poder de la burguesía eran obstáculos para el rápido desarrollo de la economía, y que un aumento de la producción llevaba casi naturalmente a la superación del capitalismo y el antagonismo de clase y hasta las mismas clases sociales.

Ciertamente, se trata de una simplificación de las ideas del propio Marx por parte de sus seguidores. "El marxismo concibió y presentó el universo intelectual de Marx como algo absolutamente dominado por las cuestiones económicas" (Del Rio, 1993: 67). En esta versión simplificada de Marx, la clave será el crecimiento permanente y constante de la producción material, como clave de bóveda para superar las contradicciones sociales.

Una segunda cuestión, tan importante como la simplificación economicista, deriva de la propuesta de lectura de la historia en el primer apartado del Manifiesto, "Burgueses y proletarios". Allí se dice que "la burguesía pro-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

porciona a los proletarios los elementos de su propia educación, es decir, armas contra ella misma" (Marx/Engels,ídem). Al final de ese apartado, se dice que el progreso de la industria es el "agente involuntario" de la unión de los obreros y que su crecimiento "socava bajo los pies de la burguesía las bases sobre las que ésta produce y se apropia de lo producido". Por eso sostiene que la burguesía produce a sus sepultureros y que la victoria obrera resulta "inevitable".

En la medida que Marx y Engels colocan en lugar destacado el crecimiento de la economía para superar las contradicciones de clase, sostienen que la clave para permitir este despegue de la producción consiste en suprimir las viejas relaciones de producción, lo que se resume por abolir la propiedad privada de la burguesía. Nunca se plantearon el problema de la gestión de los medios de producción, tema que recién fue analizado por los bolcheviques en el poder.

En el movimiento socialista y comunista nunca hubo espacio para poner en cuestión estas verdades reveladas: toma del poder, expropiación de la burguesía y centralización de los medios de producción en el Estado para comenzar el crecimiento exponencial de la producción capaz de modernizar las sociedades. Tampoco hubo posibilidades de debatir sobre que este modelo de actuación supone que los cambios se impulsan desde arriba. Desde abajo vale el impulso para la toma del poder, pero a partir de la toma del Estado todo comienzo a fluir de arriba abajo.

Progreso y eurocentrismo

Como una de las corrientes más potentes del pensamiento crítico, el marxismo se inscribió de lleno en la creencia en el progreso, en la modernidad y en la centralidad de la ciencia. Se afirmó que el capitalismo creaba las condiciones materiales espirituales para el socialismo o el mundo nuevo, de modo que la convicción de que el movimiento nadaba a favor de la corriente, como señaló Benjamin, dañó la autonomía del pensamiento marxista y llegó a corromper a los obreros y a los militantes socialistas al instalarse la idea de la inevitabilidad de su triunfo.

Quiero traer dos análisis en los cuales aparecen de forma clara tanto el apego de los marxistas al progreso como su incapacidad para comprender

CONSEQUÊNCIA EDITORA

las lógicas de los sectores populares. La primera corresponde a un trabajo de Engels, centrado en el tema de la vivienda. La segunda es la mirada de Lenin sobre los monopolios y el trabajo fordista.

En "El problema de la vivienda" Engels señala que la propiedad, aún a pequeña propiedad familiar o campesina es una rémora del pasado que impide a la clase trabajadora la lucha por la revolución. Marx y Engels pensaban que sólo los trabajadores despojados de todo, podían llegar a conformar una clase revolucionaria, ya que no "no tienen nada que perder salvo sus cadenas", y en cambio tienen "un mundo que ganar", como se señala en el último párrafo del *Manifiesto*.

Por esa razón, pensaban que el campesinado nunca sería una clase revolucionaria porque par ello debía cortar el cordón umbilical que lo ligaba al pasado, a la propiedad de la tierra. Engels polemizó con Proudhon, quien sostuvo que el indígena que posee su propio hogar está en mejores condiciones para resistir al capital que los obreros modernos que perdieron toda propiedad. La respuesta de Engels enfatiza en que aquel campesino o el obrero que poseía su propio telar, eran a pesar de la miseria en la que vivían seres tranquilos y satisfechos, "devoto y respetuoso, que se quitaba el sombrero ante los ricos, los curas y los funcionarios del Estado y que estaba imbuido de un profundo espíritu de esclavo".

Por el contrario, la gran industria moderna ha creado al proletario de casa y hogar para ponerlo en condiciones de emanciparse. La conclusión es radical, pensando en la gesta obrera de la Comuna: "El proletariado de 1872 se halla a un nivel infinitamente más elevado que el de 1772, que poseía `casa y hogar´. ¿Acaso el troglodita con su caverna, el australiano con su cabaña de adobe y el indio con su hogar propio pueden realizar alguna vez una Comuna de París?" (Engels, 2006: 26).

Lo cierto es que por lo menos en América Latina son los indígenas y los campesinos los que encabezan la resistencia al neoliberalismo, no los obreros fabriles que tienen empleo fijo y condiciones laborales impensadas para las mayorías. No hay más que mirar a nuestro alrededor para comprender cómo los pueblos originarios y campesinos han sido capaces de crear organizaciones tan importantes como el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, la Coordinadora Arauco-Malleco o el Consejo Regional Indígena del Cauca, por poner apenas tres ejemplos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

El problema que veo es que los marxistas nunca imaginaron que el capitalismo no fue un avance en la historia sino un retroceso para tres cuartas partes de la humanidad, como sostuvo Immanuel Wallerstein. Para los pobres de la tierra, la imposición del capitalismo significó la pérdida de su escasa autonomía al tener que despojarse de sus huertos, sus viviendas y sus formas de producción, que les brindaban un paraguas protector ante la desnudez en que los deja el capitalismo.

> En términos histórico el capitalismo ha representado una regresión moral y, para la mayor parte de la población mundial, una regresión material, incluso si ha asegurado para la clase alta (que pasó del 1 a 20% de la población mundial) un nivel de vida material superior al de los "potentados orientales" de antaño (Wallerstein, 1998: 185).

Esta observación supone mirar más allá del supuesto progreso histórico que supuso el capitalismo, que sólo puede sustentarse desde la mirada eurocéntrica y desde la centralidad que se suele atribuir al desarrollo científico y el crecimiento de la economía.

Fue la irrupción de los "condenados de la tierra", las mayorías campesinas y pobres del mundo colonizado, lo que comenzó a erosionar esta mirada confiada en el progreso y, también, en la centralidad de la clase obrera industrial como sujeto de los cambios. En base a la experiencia concreta en la lucha contra el colonialismo francés, Fanon reconoció que los lumpen proletarios de los barrios más pobres estaban siendo los más decididos (los más "radicalmente revolucionarios") en el combate contra el opresor (Fanon, 2009).

El segundo ejemplo que quiero traer es la concepción de Lenin sobre los monopolios capitalistas como antesala del socialismo, así como el papel de la industria y los métodos de trabajo científicos. Por un lado, defendió la "gran industria" como "base del socialismo", pero también la subordinación miles de obreros fabriles a "una unidad de voluntad estricta y absoluta" que se concretaba, en su opinión, en "la voluntad de la subordinación de millares de hombres a la de uno solo" (Lenin, 1976, t. 28: 476).

En el mismo sentido de que el desarrollo técnico y científico conformaba la base del socialismo, estableció en "Las tareas inmediatas del poder soviético" (1918), los progresos que representaba el sistema Taylor, que in-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

trodujo una férrea división del trabajo en los talleres, donde los mandos que realizaban trabajo intelectual subordinaban a los obreros manuales. Creía en la neutralidad de la técnica, ya que el taylorismo podía adaptarse al socialismo siempre que se pueda "combinar el poder soviético y la organización soviética de la dirección con las últimas conquistas del capitalismo" (Lenin, 1976, t. 28: 467).

Esta forma de ver el capitalismo como un enorme progreso de la humanidad, lo llevo a considerar que "el socialismo no es más que el paso siguiente al monopolio capitalista de Estado", ya que con sólo ponerlo al servicio del pueblo "ha dejado de ser monopolio capitalista" (Lenin, 1976, t. 26: 441). En su texto "La catástrofe que nos amenaza y cómo combatirla" (1917), ese paso implicaba la estatización de los monopolios:

> La guerra imperialista es la víspera de la revolución socialista. Ello no sólo se debe a que la guerra engendra, con sus horrores, la insurrección proletaria –pues no hay insurrección capaz de instaurar el socialismo si no han madurado las condiciones económicas para el socialismo-, sino a que el capitalismo monopolista de Estado es la completa preparación **material** para el socialismo, la **antesala** del socialismo, un peldaño de la escalera de la historia entre el cual y el peldaño llamado socialismo *no hay ningún peldaño intermedio* (Lenin, 1976, t. 26: 442, énfasis en el original).

Esta idea de que el capitalismo crea las condiciones para la emancipación, aparece en estas citas de modo descarnado, pero también ingenuo. No toma en cuenta el daño moral del capitalismo sobre millones de personas, la tremenda alienación que ha provocado la organización del trabajo taylorista y fordista, y su saga tremendamente aniquiladora de la subjetividad como lo es el consumismo, aunque durante la vida de Lenin sus efectos no fueron aún visibles.

En América Latina los debates promovidos por Moscú, en ancas de los partidos comunistas regionales, causaron enormes daños porque introdujeron ideas que desviaron los objetivos de las luchas al subordinar los movimientos a las clases enemigas. Uno de ellos giró en torno al carácter o la naturaleza de la revolución latinoamericana. La corriente comunista interpretaba que en la región dominaban las relaciones feudales y concluía que la revolución debía ser "democrática" y sería impulsada por las

CONSEQUÊNCIA EDITORA

burguesías para desarrollar el capitalismo, luego de lo cual podía pasarse a la etapa socialista.

El secretario general del Partido Comunista de Uruguay, Rodney Arismendi, fue uno de los principales promotores de la existencia de una economía feudal en América Latina. Su argumento principal decía que el latifundio y la dependencia de las metrópolis eran las bases de ese feudalismo, anclado en relaciones de producción basadas en la servidumbre (como la mita) y la esclavitud. "Sobre la base del latifundio se originan diversos tipos de unidades económicas de cuño feudal o semifeudal", como las minas, los ingenios azucareros, la ganadería extensiva y las plantaciones (Arismendi, 1982: 239). En consecuencia se proponía una revolución democrática, antiimperialista y antifeudal que liquidara las trabas que imponían los "resabios feudales" al desarrollo del capitalismo, condición previa a la existencia de una poderosa clase obrera que encabezara la lucha por el socialismo.

Desde la década de 1950 varios destacados intelectuales se opusieron a esa lectura, haciendo hincapié en el carácter capitalista del colonialismo. Sergio Bagú fue uno de los primeros en tomar ese camino, señalando que la esclavitud no tiene nada de feudal y es completamente capitalista.

La cuestión del carácter de la revolución (democrático-burguesa o socialista) consumió no pocas energías, porque implicaba alianzas de clase completamente diferentes, así como tiempos y rutas diferentes. Piedra de toque fue si existía una "burguesía nacional", cuestión central para la corriente comunista, rechazada vivamente por sus contrincantes en el campo popular.

Entre los diversos análisis quisiera centrarme en el de André Gunder Frank, ya que aborda tanto lo que considera "el mito del feudalismo" como el carácter de la revolución. Insiste en que "la estructura contemporánea del capitalismo no consiente el desarrollo autónomo de una burguesía nacional lo bastante independiente para dirigir un verdadero movimiento de liberación nacional o lo bastante progresista para destruir la estructura capitalista del subdesarrollo de su país" (Frank, 1970: 5).

Como otros pensadores de la época, Frank atribuía el subdesarrollo al desarrollo del capitalismo y no a supuestos resabios feudales, sistema que nunca había existido en esta región. En consecuencia, las tareas "democráticas" de la revolución no podía ser impulsadas por la burguesía, cuyo papel en la región ya había concluido y el papel del progreso histórico corres-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pondería al pueblo, como enseñaba la revolución cubana. "Aplaudir y, en nombre del pueblo, respaldar incluso a la burguesía en su ya desempeñado papel en el escenario de la historia es una perfidia o una traición", señalaba Frank, mostrando lo enconado de los debates en curso

Ruy Mauro Marini en "Subdesarrollo y revolución" es igualmente contundente. La primera frase de su libro es contundente: "La historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial" (Marini, 1969: 3). Asegura que el concepto de una burguesía nacional potencialmente opuesta al imperialismo, es una categoría "forjada en contextos históricos distintos", como el mismo análisis del supuesto feudalismo.

La corriente en la que militaban Marini y Frank se había enriquecido con las reflexiones iniciales de Sergio Bagú y Caio Prado Junio, continuada con Aníbal Quijano y Luis Vitale, quienes pese a sus particularidades y diferencias no sólo rechazaban la idea del feudalismo sino también la de sociedad duales y enfatizaban en que el subdesarrollo del Sur era apenas la contracara del desarrollo del Norte.

Como apunta Michael Löwy, rechazaban la doctrina del feudalismo latinoamericano, el concepto de burguesía nacional progresista, descubrieron las razones del retraso económico acuñando la propuesta de un desarrollo capitalista dependiente y concluyeron en la imposibilidad del camino democrático nacional defendiendo la necesidad de una revolución socialista. Corriente que se benefició del "clima ideológico" de la revolución cubana, "favorable a un renacimiento del marxismo en América Latina, y a su emancipación del modelo de marxismo-leninismo vehiculado por la Unión Soviética" (Löwy, 1982: 33).

Una realidad impensada

Una vez tomado el poder y centralizados los medios de producción en el Estado, surgieron problemas que no habían sido previstos. El mayor de ellos fue la aparición de una burocracia que no dejaba de expandirse, cuya persistencia inquietó a la dirección bolchevique, hasta que luego se fue adaptando a ella y, de algún modo, subordinándose a sus modos y tiempos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Pero esa burocracia, a la que Lenin y la dirección bolchevique fustigaron sin descanso, era producto de la opción por la toma del poder y de la centralización de los medios de producción en el Estado. ¿Cómo podía ponerse en marcha la red de trenes en Rusia, que incluía cientos de miles de trabajadores, sin una burocracia que controlara todo el proceso y, sobre todo, sin una dirección fuertemente jerarquizada?

Sin embargo, la capa superior de la burocracia soviética no era similar a la que existía en los países capitalistas, sino algo completamente diferente que demoraríamos tiempo en comprender.

Por un lado, la burocracia como un todo tenía privilegios, gozaban de "derecho a viviendas más espaciosas, acceso a tiendas especiales", "transportes especiales" y, sobre todo, una diferencia salarial de 35 veces entre un alto cargo y un subalterno (Broué, 1973: 531). En 1932, según el historiador Pierre Broué, los especialistas más privilegiados ya ganaban entre 80 y cien veces más que un peón (ídem: 428), en tanto, citando a Trotski, asegura que entre 5 y 6 millones de personas "no realizan ningún trabajo productivo pero ordenan, administran y dirigen, distribuyen recompensas y forman el topo del sistema burocrático" (ídem: 439).

Contra esta capa se empeña Lenin en 1922, en la apertura del XI Congreso del partido comunista, el último en el que participa. Acusa a la burocracia y en particular a los cuadros superiores de ser incapaces de dirigir la economía y, más en general, sostiene que "no tienen suficientes habilidades para dirigir (Lenin, 1978, t. XXXXI: 257). Sin embargo el problema es más amplio y complejo. Por un lado los intentos de controlar a la burocracia, a través de la Inspección Obrera y Campesina fracasaron ya bajo Lenin. No hubo una comprensión de la autonomía relativa del Estado y se pensaba que colocando obreros en cargos burocráticos los problemas se resolverían. La burocracia es una relación social, como el Estado, que no es susceptible de separar del sistema capitalista, como luego veremos. En este punto, debemos reafirmar no sólo que en Marx no existe una concepción del Estado sino que sus seguidores no consiguieron llenar ese vacío, limitándose a balbucear ideas muy diferentes y simplificadoras.

Siguiendo los análisis de Fernand Braudel, Wallerstein enfatiza que el núcleo del capitalismo son los monopolios, mientras el mercado es algo diferente y no necesariamente capitalismo. Sobre el Estado, sostiene que "es un elemento que forma parte del sistema capitalista" y que este sistema

CONSEQUÊNCIA EDITORA

no puede, sencillamente, funcionar sin el Estado (Wallerstein, 1998: 225). Mientras la zona de la economía de mercado (en referencia a los mercados campesinos tradicionales) es de comunicaciones horizontales, la zona del capitalismo es la de los monopolios, dominada por la fuerza y la astucia. Por eso la supuesta ley de la oferta y la demanda no funciona.

El Estado funciona para garantizar los monopolios, para eliminar la competencia y evitar el control de precios que protege al consumidor. Lejos de constituir un progreso en la historia de la humanidad, el capitalismo es para Braudel –y para Wallerstein- "una tensión continua entre las fuerzas del monopolio y las fuerzas de liberación que pretenden librarse mediante actividades económicas autocontroladas dentro del marco de un complejo de mercados competitivos, donde sus actividades *apenas se destacan del trabajo ordinario* (Wallerstein, 1998: 236).

No hace falta recordar de qué lado está siempre el Estado en esta tensión sistémica entre dos modos de vivir diametralmente opuestos.

Sin embargo, para dilucidar el papel del Estado fue necesario que transcurrieran varias décadas desde la revolución rusa. La deriva de la elite dominante en la Unión Soviética, desde una burocracia estatal hasta una nueva clase en el poder, y la privatización de los fondos de pensiones en el Occidente capitalista, han sido procesos que permitieron iluminar el nacimiento de una "clase de los gestores", en palabra del pensador marxista João Bernardo: un grupo de personas que no siendo propietarios de los medios de producción (papel de la burguesía) articulan las unidades económicas con el proceso capitalistas global, se apropian colectivamente de la plusvalía (en tanto la burguesía lo hace individualmente) y desarrollan formas integrales de propiedad del capital (Bernardo, 2009).

Desde un punto de vista formal, los gestores reciben remuneraciones como los demás asalariados, pese a las enormes diferencias cuantitativas, pero están en el lugar de control del capital, no de la propiedad porque son dos funciones separadas, transitando de la propiedad privada del capital a la propiedad colectiva del mismo. Esta clase de los gestores son representantes del capital asociado, en un período donde la propiedad privada del capital se ha dispersado pero éste se ha concentrado en sus manos, lo que permite a las empresas controlar a otras empresas sin ser propietarias. El lugar que ocupan en la planificación global del capitalismo, implica estrechas relaciones con los Estados.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> Cuanto más se amplifican los conflictos sociales, cuanto más se aceleran los mecanismo de la plusvalía relativa, cuanto más estrechamente se integra la economía, tanto más declina la burguesía y los gestores se unifican y refuerzan, hasta aparecer claramente como los representantes del capital asociado y colectivo, esto es, como capitalistas globales (Bernardo, 2009: 288).

Llega a esta conclusión luego de un extenso análisis del funcionamiento real del capitalismo en su obra "Marx crítico de Marx", tres tomos dedicados a comprender los límites del análisis del fundador del socialismo científico, y de forma muy particular las razones por las cuales en su modelo no aparece el Estado.

Bernardo comienza su análisis enfatizando que Marx procede analizando lo que sucede en una sola empresa, por lo cual "es incapaz de definir el papel económico del Estado y, por tanto, no produce una visión teórica, sistemática, de la clase de los gestores" (Bernardo, 1977: 14). Considera al Estado como una institución central en la organización de la economía, porque una de sus tareas decisivas consiste en organizar las condiciones para el incremento de la intensidad del trabajo asalariado y es, por lo tanto, eje de la distribución de la plusvalía. En el análisis de Joao Bernardo el Estado es mucho más que el aparato coercitivo para contener a los trabajadores, como suelen dibujarlo los marxistas ortodoxos, y en modo alguno es algo exterior al proceso económico.

Para Marx, por el contrario, el Estado interviene en la economía sólo de modo excepcional. El análisis de Bernardo es muy similar, pese a las divergencias temporales, al que realiza Abdullah Öcalan al considerar que el capitalismo no es economía sino poder: "Podríamos describir el surgimiento del capitalismo como el eslabón moderno de la tradición de usurpación de los valores correspondientes a la mujer-madre por el hombre-fuerte y el grupo de bandidos ladrones que le acompañan" (Öcalan, 2017: 83).

Sostiene que los "cuarenta ladrones" reciben ahora el nombre de "señores burgueses" y agrega que la "ciencia de la economía" se empeña en ocultar la esencia del capitalismo, que no es otra que la violencia organizada para capturar los bienes de la humanidad. Capitalismo es por tanto sinónimo de saqueo por parte de los monopolios. De paso, recuerda que durante la guerras coloniales –que jugaron un papel destacado en la acumulación originaria de capital- no hubo reglas económicas sino la mera fuerza bruta.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

El Estado juega un papel determinante en esta historia. Sin embargo, el hecho de que estuviera casi ausente en sus análisis del funcionamiento de la economía, puede explicar que para muchos marxistas sea una herramienta neutral, que puede usarse a voluntad. No pretendo insinuar que Marx no haya considerado el papel del Estado, en la sociedad en general y en la economía de forma lateral, sino que no delineó una teoría coherente y consistente sobre la acción del Estado en la economía, y que las referencias a su papel hayan sido contradictorias a lo largo de su obra, como sostiene Bernardo.

"La forma de exposición de El Capital, hasta el nivel de sus ejemplos empíricos, no sólo descarta la concepción del Estado como objeto teórico específico, sino que habilita la simultaneidad paradojal de tesis contradictorias sobre la cuestión", que oscilan entre la afirmación del papel no económico del Estado, restringido al período de la acumulación originaria, hasta otros momentos en que lo considera una constante en la vida económica del capitalismo (Bernardo, 1977: 37).

Las caminos de los pueblos "otros"

La centralización de los medios de producción en el Estado, implica una propiedad pública o estatal que se pretende opuesta o antagónica a la propiedad privada. Sin embargo, esa contradicción es aparente. La propiedad pública no es gestionada más que por un pequeño grupo de personas, los gestores, que la administran como si fuera de ellos. O sea tenemos una propiedad formalmente pública pero la gestión sigue los criterios de lo privado.

Por otro lado, tenemos formas de propiedad comunitaria, que se caracterizan porque la gestión la realiza la asamblea de la comunidad y/o sus autoridades, electas y revocables. Si la propiedad y la gestión se concentran en el Estado, las comunidades son despojadas de ambas cosas, por lo tanto pierden todo poder sobre sus territorios y sus tierras dejan de ser suyas. Cuando eso sucede, el resultado es un Estado poderoso y una sociedad debilitada, lo que dificulta y hasta bloquea las luchas emancipatorias.

Las luchas en curso muestran que existen otras alternativas tanto a la toma del poder como a la consecuente centralización de los medios de producción en los Estados. Todos los procesos en los cuales los pueblos están

CONSEQUÊNCIA EDITORA

intentando construir realidades anticapitalistas –en Chiapas, en el Cauca y en Rojava, por lo menos- enseñan una multiplicidad de emprendimientos de pequeño y mediano tamaño, descentralizados y bajo control comunitario o cooperativo.

Todos ellos eligieron no crear extensas unidades como los monocultivos, ni empresas productivas o de servicios de gran tamaño que no puedan controlar directamente. Tampoco las han centralizado en alguna instancia de poder, ni siquiera de carácter comunitario. De hecho, las redes de emprendimientos se presentan como una enorme diversidad coordinada, o no, pero con autonomía de cada una de ellas y sin pretender aglutinarlas en una macro estructura.

En el territorio kurdo de Rojava (norte de Siria) funciona una "economía anticapitalista", o sea formas cooperativas y comunitarias de producción y de servicios que abarcan agricultura y ganadería, energía, agua y minería, industria y comercio. Se trata de una economía "comunal, democrática, ecológica y libertaria de las mujeres" (Aslan, 2021: 204). Se organiza a través de asambleas, comunas y cooperativas que no se rigen por el salario y buscan crear "mercados solidarios" y otros espacios comunes con el objetivo de auto-gestionar la economía.

En rigor, no se trata de una estructura económica ni de un aparato, sino un flujo de relaciones cuyo horizonte es que "la riqueza social este bajo gestión y control del pueblo" (ídem: 207). No han creado monopolios ni grandes empresas y discuten en asambleas cómo producir y cómo compartir lo producido. Eso es la autogestión, que las más de las veces asume la forma de cooperativa, que siempre está en tensión con el capitalismo.

En general, se trata de pequeños y medianos productores rurales y pequeños comerciantes, porque "una economía anticapitalista no puede organizarse mediante la creación de un poder centralizado jerárquico, sino que debe organizarse a través de formas de ayuda mutua, solidaridad, comunidad y resistencia" (Aslan, 2021: 216). Los sujetos colectivos de esta economía anticapitalista son las mujeres, los campesinos, los pastores y los pequeños comerciantes. La economía comunal no funciona en base al dinero sino a los intercambios y la confianza mutua, no crea juntas directivas con gerentes y administradores que no puedan ser controlados por las bases.

Se rechaza tanto la propiedad estatal como la individual pero siempre se pone en primer lugar el derecho al uso, como hacen las comunidades

CONSEQUÊNCIA EDITORA

desde siempre (derecho a usar, producir y compartir comunitariamente), en detrimento de la forma jurídica de propiedad. Más importante que la propiedad son las relaciones sociales que se establecen en cada espacio. Las cooperativas, por ejemplo, no deben ser entendidas como una estructura (con sus autoridades y estatutos) sino como un tipo de funcionamiento basado en el trabajo colectivo (minga en América Latina), el control comunitario y la producción para las necesidades de la comunidad, o sea valores de uso y no valores de cambio (Aslan, 2021: 265-274).

El mundo zapatista, el mundo nasa/misak y las cooperativas de Cecosesola en Barquisimeto (Venezuela) se organizan también como una amplia red de pequeños y medianos emprendimientos, controlados por las comunidades, cabildos, asambleas, municipios autónomos y juntas de buen gobierno. Incluso las iniciativas más complejas, como los hospitales y clínicas, la empresa nasa de truchas o el centro de salud de Cecosesola, son controladas y gestionadas por las comunidades o por personas designadas por ellas. La lógica comunitaria lo impregna todo, y las comunidades por definición tienen una escala determinada, la que hace posible el autogobierno y la autonomía, y no más.

De lo anterior surgen algunas reflexiones relacionadas con el tipo de sociedad y el carácter de la economía que están construyendo, para cuya explicación apelaré a categorías que forjadas por Braudel y Aníbal Quijano. El primero analiza la sociedad en base a tres "pisos": la "vida material" es la "planta baja", que es la vida cotidiana de los pueblos que permanece casi al margen de los intercambios y está centrada en el autoconsumo.

El segundo piso es la "economía de mercado", la de los intercambios en los mercados populares o de pueblo a los que acuden productores y clientes, donde los vínculos son transparentes, los intermediarios no son especuladores y los beneficios que unos y otros obtienen son siempre moderados y se pueden calcular aproximadamente (Braudel, 1985: 55). El piso superior lo conforman los monopolios que se desembarazan de las reglas del mercado tradicional, los intercambios se tornan desiguales y el mercader consigue romper los lazos entre el productor y el consumidor. A este mercado Braudel le llama "contramercado", es el mundo de los monopolios (y habría que agregar de los Estados). El historiador nos recuerda que el capitalismo sólo triunfa "cuando se identifica con el estado, cuando es el Estado" (ídem: 68).

Quijano por su parte, destaca que en América Latina "el trabajo asalariado no es el único sujeto antagonista o alternativo al capital" (Quijano,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

2014: 274). Distingue cuatro relaciones de trabajo: esclavitud, servidumbre, reciprocidad, pequeña producción mercantil y salario, aunque sostiene que todas ellas están articuladas al capital.

En paralelo, y estrechamente vinculado a la diversidad de formas de trabajo existentes, explica una concepción no eurocéntrica de la totalidad como la que observa en América Latina, en la cual el todo y las partes no corresponden a una misma lógica. Los pueblos originarios, negros y campesinos, así como las periferias urbanas, son unidades totales porque articulan elementos heterogéneos respecto al patrón dominante (capitalismo colonial-patriarcal), que no pueden ser homogeneizados en la lógica del Estado-nación realmente existente.

Echando luz sobre las prácticas concretas de algunos pueblos y sectores sociales que se han puesto en movimiento contra y por fuera del capitalismo, podemos sacar algunas conclusiones, siempre provisionales y sujetas a debate.

La *primera* es que los emprendimientos de la "economía anticapitalista" kurda, la "economía propia" nasa, las comunidades productivas de Cecosesola y la "resistencia económica" zapatista, se despliegan en lo que Braudel denomina la "planta baja" de la sociedad, conformada por la vida económica y la economía de mercado. Se trata de pequeños emprendimientos, familiares, comunitarios y colectivos, "unidades minúsculas" según su definición. Sostiene que una revolución debería conservar este sector que tiene una cultura independiente y que el mundo nuevo podría consistir en "una economía de mercado sin artimañas, más un poco de fraternidad" (Braudel, 1984: 530).

Esta "planta baja" en América Latina la conforman los campesinos que trabajan la tierra, los pueblos originarios y negros, las periferias urbanas, el enorme sector de la mal llamada "informalidad" que en muchos países supera el 60% de la población activa. En sus propias palabras, "la tienda en la que compro el periódico no es un ejemplo de capitalismo", como no lo son las pequeñas y medianas empresas y los talleres donde a menudo trabajan los "propietarios".

Braudel aporta un dato importante: en los países industrializados en la década de 1980, la planta baja representaba el 30 al 40% de las actividades, aunque las estadísticas en general no incluyen a este vasto sector (ídem: 532). Por lo tanto, el sistema no es capitalista de arriba abajo, integralmen-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

te, sino que existen sectores, zonas y territorios de no capitalismo, y es allí donde arraigan las resistencias que pueden formar mundos otros o mundos nuevos.

En los espacios de los pueblos en movimiento en nuestro continente, el salario no es la forma de trabajo dominante, sino la pequeña producción mercantil y la reciprocidad, o diversas combinaciones entre las tres. En el mundo zapatista, no existe el salario y la moneda juega un papel secundario, las más de las veces como valor de uso, al igual que los productos del trabajo colectivo y familiar. En Cecosesola los trabajadores reciben un "anticipo" de lo que les corresponde como cooperativistas, no estando sujeto a negociación sino a la valoración colectiva sobre les corresponde en cada situación concreta.

Una reflexión profunda sobre la vida cotidiana de los sectores populares nos lleva a concluir que el salario es sólo una de las formas que asume el trabajo, en modo alguno la única y, muchas veces, no es la dominante. Por supuesto no lo es, incluso en las ciudades, en las ollas y en las huertas comunitarias, tan importantes durante la pandemia y centrales en las revueltas que sacuden al continente.

Podemos decir que existe una "economía política de las revueltas", articulada en torno al trabajo colectivo de las poblaciones de periferias urbanas que dejan de acudir al empleo asalariado durante meses (o sencillamente no lo tienen), pero son capaces de vivir en hermandad y reciprocidad en sus barrios mientras dura la revuelta. Esta "economía" sólo existe como "poder otro", o sea en la resistencia a los machos armados, siendo las mujeres y las y los jóvenes sus dinamizadores y articuladores, productores de valores de uso en la alimentación, el cuidado de la vida (a través de primeras líneas y autodefensas), la autoformación colectiva, y en todos los aspectos de la vida. Durante la revuelta los pueblos y sectores sociales practican en los espacios comunes sus modos de relacionarse, desde el trueque y la reciprocidad hasta los rituales de armonización, para resistir y seguir siendo.

La *segunda* cuestión se relaciona con la escala, estrechamente ligada con el nacimiento de los grandes monopolios, como hemos visto líneas arriba.

Los monopolios están en el piso superior constituyen el corazón del capitalismo, junto al Estado soporte y articulador de sus intereses. Los "cuarenta ladrones" a los que se refiere Öcalan, o el "visitante nocturno" de Braudel, las aves de rapiña que se encuentran incluso en la aldea más

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pequeña, sólo pueden desplegar sus alas en una gran escala, aquella en la que se desvanecen los controles comunitarios y las reglamentaciones de los mercados populares. La cúspide capitalista monopólica y financiera, "este capitalismo de altos vuelos, flota sobre la doble capa subyacente de la vida material y de la economía coherente de mercado, representa la zona de las grandes ganancias" (Braudel, 1985: 114). Crece parasitando y despojando a los dos pisos sobre los que flota.

La *tercera* nos lleva a la izquierda de nuestros días. Una ironía de la vida es que las izquierdas han abandonado las construcciones en la vida material y en la economía de mercado (salvo para instrumentalizarlas) y se han focalizado en el nivel superior, el de los monopolios y el Estado. Eso puede explicar dos de sus características actuales: la pérdida de rumbo y el creciente rechazo que están cosechando entre los sectores populares.

Pasar de los monopolios del capitalismo a los monopolios del Estado, destaca el historiador, es tanto como quedarnos con lo peor de cada uno de ellos. En ambos los trabajadores no tienen la menor chance de gestionarlos, ya que los capitalistas y los gestores deciden en función de sus intereses, o sea los intereses del capital. Las más diversas experiencias de un siglo de revoluciones y de procesos de conquista del poder (desde Rusia hasta Venezuela), deberían convencernos que en el Estado que controla los medios de producción es imposible hacer algo que no sea más capitalismo. Las transformaciones pueden producirse en la vida material cotidiana y en la sencilla economía de mercado, pero nunca desde los espacios de los monopolios y los Estados. Las Casas de Reza y la forma de cultivar/recolectar de los pueblos originarios,

Montevideo, marzo de 2025

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Referencias

ARISMENDI, Rodney (1982) "La economía feudal en América Latina", en Löwy, Michael, *El marxismo en América Latina*, México, ERA, pp. 236-239.

ASLAN, Azize (2021) *Economía anticapitalista en Rojava*, Guadalajara, Ciesas.

BERNARDO, João (1977) *Marx crítico de Marx. Epistemologia, clases sociais e tecnología em O Capital*, vol. III, Porto, Afrontamento.

BRAUDEL, Fernand (1984) *Civilización material, economía y capitalismo. S. XV-XVIII. El tiempo del mundo*, Madrid, Alianza.

BRAUDEL, Fernand (1985) *La dinámica del capitalismo*, Madrid, Alianza.

ENGELS, Federico (2006) *Contribución al problema de la vivienda*, Madrid, Traficantes de Sueños.

FANON, Frantz (2009) *Piel negra, máscaras blancas*, Madrid, Akal.

FRANK, André Gunder (1970) *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, Buenos Aires, Signos.

LENIN, V. I. (1976- 1978) *Obras Completas*, Madrid, Akal.

LÖWY, Michael (1982) *El marxismo en América Latina*, México, ERA

MARINI, Ruy Mauro (1969) *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI, México.

MARINI, Ruy Mauro, *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI Editores, México, (quinta edición) 1974.

MARX, Carlos y ENGELS, Federico [1948] (1973) *Manifiesto del Partido Comunista,* Moscú, Editorial Progreso.

ÖCALAN, Abdullah (2017) *Civilización capitalista. La era de los dioses sin máscara y los reyes desnudos*, Caracas, Fondo Editorial Ambrosia.

QUIJANO, Aníbal (2014) "El trabajo al final del siglo XX, en Cuestiones y horizontes, Buenos Aires, Clacso, pp. 263-284.

SANCHIS, Albert (2021) "China ya es tan desigual como los países capitalistas", *Magnet*, 19 de enero en https://magnet.xataka.com/en-diez-minutos/china-desigual-como-paises-capitalistas-su-1-controla-riqueza-que-50 (consulta 4/04/2022).

SKOCPOL, Theda (1984) *Los Estados y las revoluciones sociales*, México, Fondo de Cultura Económica.

TSING, Anna Lovenhaupt (2023) *Los hongos del fin del mundo*, Buenos Aires, Caja Negra.

WALLERSTEIN, Immanuel (1998) *Impensar las ciencias sociales*, México, Siglo XXI.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 28

Moradia como direito, terra como mercadoria: tensionamentos da lógica proprietária nas ocupações urbanas

João Tonucci

1. Introdução

As cidades brasileiras testemunharam nas últimas duas décadas um aumento significativo das ocupações por moradia. Esse não é um fenômeno novo no país, onde a maior parte da população urbana pobre precisa conquistar seu espaço na cidade por meio da autoconstrução de moradias, da ocupação de terrenos ou imóveis vagos, e da compra ou aluguel em mercados informais (Caldeira, 2017; Holston, 2008). No entanto, a atual onda de ocupações urbanas se caracteriza por uma nova escala de mobilização e por formas recentes de organização social e política (Canettieri *et al*., 2020).

As ocupações podem ser realizadas por indivíduos, famílias ou grupos que identificam terrenos ou edifícios públicos ou privados desocupados, tomam posse desses espaços sem a autorização dos proprietários e estabelecem algum tipo de abrigo (Macedo, 2008). Esse processo pode ser conduzido e previamente planejado por uma força política coletiva, incluindo movimentos sociais, colaboradores e acadêmicos, ou pode assumir um caráter mais "espontâneo", à medida que famílias sem teto e diferentes atores sociais se deslocam para uma área recém-ocupada. Nas ocupações que conseguem resistir às tentativas iniciais de remoção, as moradias e parte da infraestrutura básica são autoconstruídas por meio do esforço conjunto de famílias e da comunidade (Tonucci, Castriota, 2022).

O recente ciclo de ocupações tem inspirado diferentes leituras críticas por parte de estudiosos. Esses novos territórios populares têm sido vistos como espaços insurgentes que desafiam políticas habitacionais hierárqui-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cas e padronizadas (Mayer, 2015) e questionam definições e práticas arquitetônicas convencionais e heterônomas (Lourenço, 2017). Também têm sido interpretados como plataformas para a produção de recursos comuns urbanos (Tonucci, 2017), como espaços diferenciais (Bastos *et al.*, 2017), como arenas políticas de dissenso (Nascimento, 2016) e como mobilizações em prol da desmercantilização da moradia (Paolinelli, 2018). Além disso, alguns estudos enfatizam as contradições das ocupações em relação, por exemplo, à dominância da propriedade privada da terra (Tonucci, Castriota, 2022) e à forma mercadoria (Canettieri, Machado, 2019).

Entretanto, essa literatura crescente ainda negligencia as complexas relações entre as lutas por moradia e as relações de propriedade. Neste capítulo, argumentamos que as ocupações questionam a hegemonia da propriedade privada frente às necessidades habitacionais, desafiando a ordem jurídica ao mobilizar direitos sociais, noções morais e princípios constitucionais, como a função social da propriedade, a segurança da posse e o direito à moradia. Os movimentos de ocupação articulam uma gramática política que responsabiliza o uso ilegítimo da terra para especulação, contestando uma lógica baseada em direitos absolutos e exclusivos de propriedade. No entanto, esses movimentos também acabam por reiterar essa lógica proprietária ao enfatizar a propriedade individual como único uso legítimo da terra, em detrimento de formas mais coletivas e desmercantilizadas de relação com a terra e moradia. A partir da experiência de Belo Horizonte, refletimos sobre como as ocupações têm, contraditoriamente, contestado e reproduzido as relações de propriedade por meio de práticas, discursos e táticas jurídicas.

O foco são as ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente da capital, analisadas por meio de uma leitura crítica da produção acadêmica sobre o tema, dados primários e secundários, trabalho de campo e entrevistas realizadas entre 2016 e 2017 (Tonucci, 2017), além da análise de diversas transcrições de entrevistas com lideranças comunitárias de 2019 (Canettieri *et al.*, 2020).

A primeira seção aborda a formação histórica da questão fundiária no Brasil, com ênfase na relação entre essa questão e a condição de informalidade urbana generalizada. Em seguida, discutimos como a noção jurídica da função social da propriedade foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro e de que forma tem sido mobilizada por movimentos sociais na luta pelo acesso à terra e à moradia. A seção seguinte apresenta a conjuntura

CONSEQUÊNCIA EDITORA

das últimas duas décadas, marcadas por crise habitacional, transformações econômicas e explosão das ocupações urbanas nas metrópoles brasileiras. Na última seção, analisamos como as relações de propriedade são reproduzidas e contestadas na prática concreta, focando nas ocupações urbanas de Belo Horizonte e nos desafios que enfrentam entre a constituição de comuns e a mercantilização da terra.

A conclusão sintetiza os principais achados do capítulo e aponta algumas possíveis linhas de pesquisa futuras sobre as conexões entre lutas por transformação das relações de propriedade e a condição periférica no contexto urbano brasileiro.

2. Propriedade para poucos, informalidade para muitos

A explosiva urbanização do Sul Global desde a segunda metade do século XX – impulsionada, entre outros fatores, pelo intenso êxodo rural, pela industrialização dependente e pela reestruturação neoliberal – foi moldada pelo crescimento de diversas formas de assentamentos informais (Davis, 2006). A maioria da população urbana pobre foi forçada a ocupar terras informalmente e a autoconstruir suas moradias. Essa urbanização informal assume contornos diversos e pode se manifestar em assentamentos socioespaciais tão distintos quanto favelas, loteamentos populares, *kampungs*, *gecekondus*, *barriadas*, *colonias* etc. (Harris, 2018). As condições de informalidade em relação à posse da terra, direitos de propriedade, construção, uso e parcelamento do solo variam amplamente (Caldeira, 2017). Para Rolnik (2019), estes territórios populares são caracterizados tanto pela precariedade quanto por um estado de transitoriedade permanente entre legal e ilegal.

Os estudos urbanos críticos brasileiros interpretaram a informalidade como um resultado estrutural do desenvolvimento desigual na periferia do capitalismo, marcado pela desigualdade socioeconômica, pela ausência de políticas de bem-estar social e pela aplicação seletiva da legislação urbana (Fix e Arantes, 2022). Essa urbanização desigual foi reforçada pela imposição de ideais urbanísticos elitistas e "fora de lugar" na periferia, resultando em uma ordem urbana excludente, na qual o excesso de regulação nas áreas centrais coexiste com uma ampla ilegalidade nas margens (Maricato, 2000).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

A questão da regulação fundiária no Brasil tem sido um desafio desde o início da colonização. A necessidade inicial de conquista e ocupação de um território de dimensões continentais levou Portugal a transpor para a colônia o sistema medieval de sesmarias, que concedia terras devolutas a indivíduos comprometidos com seu cultivo. Esse sistema vigorou no Brasil entre 1548 e 1822, resultando na formação de grandes latifúndios devido à falta de controle, lacunas jurídicas e conflitos na apropriação da terra (Abreu, 2011). Herdada do período colonial, essa condição de ilegalidade, contradição e violência no acesso à propriedade persiste, reproduzindo a exclusão da maioria da população. Além de excludente, essa ordem fundiária é marcada por um "emaranhado invencível" de confusão, opacidade, conflitos e ilegalidade que, segundo Holston (2008), torna a regulação fundiária paradoxalmente tanto um imperativo quanto uma impossibilidade.

Ondetti (2016) também destaca que a governança dos direitos fundiários no Brasil é marcada por desafios significativos decorrentes de deficiências históricas e de vieses na aplicação da lei, resultando em grilagem generalizada e na dificuldade de determinar a posse legítima da terra. A ausência de um cadastro fundiário nacional unificado e a fragmentação das informações sobre títulos de propriedade entre diferentes órgãos governamentais agravam ainda mais essa problemática. Essa ambiguidade compromete a efetividade do princípio da função social da propriedade, que pressupõe uma titularidade clara, e enfraquece os esforços de reforma agrária – e, poderíamos acrescentar, urbana –, uma vez que a apropriação ilegal de terras públicas, frequentemente por indivíduos e corporações abastadas, continua a minar as iniciativas de redistribuição fundiária.

No contexto da longa transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a aprovação da Lei de Terras em 1850 representou um marco fundamental na transformação do regime fundiário, estabelecendo um novo arcabouço legal que consolidou a terra como mercadoria transacionável. Essa legislação reforçou a opção pela propriedade privada, já presente na Constituição Imperial de 1824, posteriormente reafirmada pelo Código Civil de 1916 (Ribeiro, 2018). Além disso, ao extinguir a posse como forma legítima e *de facto* de aquisição da terra e ao criminalizar essa prática, a Lei de Terras eliminou o principal meio pelo qual as camadas populares acessavam a terra na ausência de títulos de propriedade (Holston, 2008). Ao sancionar uma estrutura fundiária extremamente desigual herdada do

CONSEQUÊNCIA EDITORA

período colonial, a Lei de Terras impediu que a população negra – liberta da escravidão apenas em 1888 – pudesse acessar a propriedade da terra.

Segundo Ribeiro (2018), essa transição para um regime fundiário baseado na propriedade privada, combinada com mudanças decorrentes da inserção periférica do Brasil no capitalismo global, inaugurou um cenário favorável ao desenvolvimento urbano no final do século XIX. A questão da terra urbana emergiu no país diante do intenso crescimento das cidades após a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, tornando-se ainda mais central com a aceleração da industrialização e urbanização a partir da década de 1930. O rápido crescimento de algumas cidades, aliada às ineficiências nos registros e na regulação da propriedade, fez com que o desenvolvimento urbano no Brasil ocorresse majoritariamente sobre uma base fundiária irregular.

À medida que a industrialização e a urbanização se intensificaram entre as décadas de 1930 e 1980, os baixos salários impediram que a classe trabalhadora cobrisse custos essenciais de reprodução da vida, como a moradia (Oliveira, 2003). Ademais, nunca houve no Brasil uma produção habitacional pública expressiva para as camadas populares. Mesmo nas últimas décadas, os programas habitacionais federais estiveram majoritariamente atrelados à facilitação da aquisição da casa própria, sem alcançar um número significativo de famílias de baixa renda (Paolinelli, 2018). Dessa forma, a maioria da população urbana pobre, excluída do mercado formal de terras e das políticas habitacionais, vem sendo obrigada a ocupar terras informalmente e a autoconstruir suas moradias e bairros, gerando uma situação de insegurança da posse na ausência de títulos de propriedade.

Nas últimas duas décadas, o acesso informal à terra e à moradia nas metrópoles brasileiras se expandiu por meio de processos socioespaciais antigos e novos, cada vez mais imbricados. Entre esses processos, destacam-se a consolidação e densificação das favelas por meio de mercados informais (Abramo, 2007), o crescimento do aluguel informal nas periferias (Guerreiro *et al.*, 2022), a aproximação entre o mundo do crime e os mercados fundiários informais (Canettieri, 2024), a expansão de loteamentos irregulares e clandestinos em áreas periurbanas e rurais (Tonucci, 2023) e, como discutiremos a seguir, a explosão das ocupações habitacionais em áreas periféricas e centrais.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

3. Mobilizando a função social da propriedade

Diante do cenário de acesso desigual à propriedade discutido anteriormente, as tentativas de democratizar o acesso à terra têm uma longa história no Brasil. Embora inicialmente focadas na reforma agrária em contextos rurais, nas últimas décadas a luta por justiça fundiária encontrou terreno fértil nas cidades, à medida que movimentos sociais buscaram se contrapor um padrão bastante desigual de desenvolvimento urbano. Segundo Ondetti (2016), a noção central que orienta esses esforços é a função social da propriedade, que afirma que o direito à propriedade privada inclui a obrigação de utilizar a terra para promover o bem comum. Dessa forma, os proprietários são impedidos de usar suas propriedades de maneira prejudicial a terceiros e estão sujeitos a obrigações positivas, como a exigência de que terras agrícolas cultiváveis sejam efetivamente cultivadas ou que terrenos urbanos vazios ou edifícios abandonados sejam utilizados para moradia. Esse princípio exerceu influência significativa sobre os movimentos de reforma fundiária em toda a América Latina, incluindo o Brasil, tanto no campo quanto nas cidades.

A emergência da função social da propriedade é geralmente associada aos trabalhos do jurista francês Léon Duguit, por meio de uma série de palestras realizadas em Buenos Aires em 1911. Influenciado pelo pensamento de Auguste Comte, Duguit criticava o liberalismo do século XIX, argumentando que o direito deveria ser utilizado como instrumento para promover a solidariedade social por meio da limitação dos direitos absolutos de propriedade. Em um contexto de interdependência entre as pessoas, ele defendia que o Estado deveria proteger a propriedade privada quando esta cumprisse uma função social, ou seja, quando fosse utilizada produtivamente (Friendly, 2024; Klink e Ignatios, 2024). No Brasil, ideias semelhantes podem ser rastreadas nos debates sobre reforma agrária, especialmente nos escritos do político e intelectual Alberto Torres na década de 1910, que defendia o papel do Estado na distribuição de terras improdutivas (Ondetti, 2021).

Apesar de suas raízes europeias, o princípio da função social da propriedade parece ter tido um impacto maior nas iniciativas de reforma fundiária na América Latina do que nos países do Norte Global, impulsionado pela acentuada desigualdade na posse da terra na região e pelos conflitos crônicos em torno dos direitos fundiários. No século XX, a noção de que a terra

CONSEQUÊNCIA EDITORA

rural deveria ser utilizada para fins produtivos foi incorporada explicitamente às constituições da maioria dos países latino-americanos. O Brasil se destaca, de forma excepcional, por seu arcabouço jurídico que estende explicitamente o princípio da função social ao contexto urbano (Ankersen e Ruppert, 2006).

No Brasil, a ideia da função social da propriedade entrou pela primeira vez no sistema jurídico com a Constituição de 1934, afirmando que os direitos de propriedade deveriam estar alinhados aos interesses coletivos. A Constituição de 1946 reforçou essa perspectiva ao condicionar o uso da propriedade ao bem-estar social, embora sem utilizar explicitamente o termo "função social". Esses primeiros marcos surgiram em um período de industrialização e preocupações com terras agrícolas subutilizadas. Durante a década de 1960, o regime militar conservador buscou avançar uma reforma agrária não revolucionária, restringindo os esforços da esquerda por uma redistribuição radical da terra. O Estatuto da Terra, aprovado por decreto em 1964, mencionava explicitamente a "função social" da terra rural e criava a base legal para a reforma agrária por meio da desapropriação de propriedades privadas em caso de baixa produtividade. A Constituição de 1967 foi a primeira a mencionar explicitamente a função social da propriedade. Embora o regime militar não tenha implementado tal reforma, o Estatuto da Terra e as mudanças constitucionais legitimaram ainda mais as demandas por uma reforma fundiária mais ampla (Ondetti, 2016).

Redigida durante a transição democrática do Brasil, a Constituição Federal de 1988 – também conhecida como Constituição Cidadã – é geralmente considerada bastante progressista, pois incorpora um extenso conjunto de direitos sociais. Além disso, ela incorpora explicitamente a função social tanto em contextos rurais quanto urbanos. No entanto, Ondetti (2016) aponta que a Constituição é ambivalente em relação aos direitos fundiários. O documento de 1988 afirma que a propriedade privada tem uma função social e autoriza o governo federal a desapropriar, com compensação financeira, grandes propriedades que não cumpram essa função. Também reafirma a ideia de utilizar o imposto territorial rural para desencorajar a propriedade improdutiva. Ao mesmo tempo, a Constituição proíbe a desapropriação de terras agrícolas produtivas, mesmo nos casos em que normas ambientais e trabalhistas tenham sido violadas. Apesar da

CONSEQUÊNCIA EDITORA

pressão dos ativistas da reforma agrária, a proibição da desapropriação de terras produtivas tem prevalecido.

Segundo Fernandes (2007), uma nova ordem jurídico-urbanística foi construída desde a década de 1980, inspirada no movimento de reforma urbana. Iniciada com a Constituição de 1988 e posteriormente regulamentada pelo Estatuto da Cidade, essa nova ordem redefiniu os contornos dos direitos de propriedade no arcabouço jurídico brasileiro, garantindo proteção constitucional ao direito à cidade e reforçando o princípio da função social da propriedade (Alfonsin *et al.*, 2019). O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) regulamentou os Artigos 182 e 183 da Constituição, introduzindo uma série de instrumentos de política urbana voltados para a distribuição mais equitativa dos custos e benefícios da urbanização, o reconhecimento e regularização da "cidade informal" e a governança democrática das cidades (Fernandes, 2007). Entre os instrumentos incorporados pelo Estatuto estão o plano diretor, a gestão orçamentária participativa, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a concessão especial de uso para fins de moradia, referendos e plebiscitos.

Segundo Friendly (2024), a relação entre a função social da propriedade e as ocupações habitacionais nas cidades brasileiras é marcada pela tensão entre a propriedade privada como meio de especulação e a afirmação de direitos coletivos por meio da ação popular. A propriedade privada no Brasil, central para o poder econômico e político, frequentemente funciona como um instrumento de especulação fundiária, reforçando desigualdades socioespaciais. Apesar dos desafios, o princípio da função social da propriedade mantém um forte impacto retórico, simbolizando um compromisso com o uso equitativo da terra urbana. Desde a década de 1990, os movimentos de moradia têm utilizado esse princípio para ocupar imóveis ociosos, reivindicando o direito à cidade e expondo as contradições de um mercado habitacional excludente, caracterizado por uma grande quantidade de imóveis vazios e um severo déficit habitacional. Essas ocupações, enquadradas como atos de resistência e reivindicação de moradia digna, desafiam os marcos legais e políticos vigentes, pressionando o Estado a efetivar a função social da propriedade. Ao fazê-lo, os movimentos exigem não apenas abrigo temporário, mas uma transformação sistêmica que alinhe os direitos de propriedade à justiça social.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

4. A luta pela terra urbana: uma nova onda de ocupações

Friendly (2024) observa que a questão da vacância urbana tem sido, há muito tempo, um ponto focal ao lado da escassez de moradias e das desigualdades socioespaciais. A vacância urbana emerge de processos complexos que envolvem obsolescência e comportamentos especulativos, aumentando a inacessibilidade do mercado imobiliário para os pobres urbanos. Embora a Constituição Federal consagre a função social da propriedade, muitos imóveis permanecem desocupados, evidenciando a natureza excludente do espaço urbano. Dados recentes ilustram a contradição flagrante entre os 7,906 milhões de imóveis desocupados no Brasil e um déficit habitacional de 6,355 milhões de unidades, sintetizada na afirmação "mais casas sem gente do que gente sem casa" (Boulos, 2014; Fundação João Pinheiro, 2018). Embora o uso produtivo de imóveis vagos por si só não possa resolver a situação da população sem-teto, ele destaca a gravidade da crise habitacional.

Desde a metade dos anos 1990, movimentos têm ocupado imóveis desocupados e proposto usos alternativos alinhados à função social da propriedade, mas esses esforços frequentemente falharam em se traduzir em moradias sociais, refletindo uma desconexão entre implementação e democratização do acesso à terra. A aplicação de instrumentos de política urbana permanece limitada quando desconectada de esforços políticos mais amplos, e vulnerável à apropriação por interesses imobiliários (Friendly, 2024).

Como discutido, desde o processo de redemocratização na década de 1980, as lutas em torno da produção das periferias urbanas no Brasil envolveram organizações de base e movimentos sociais, criaram novos discursos de direitos e desafiaram a desigualdade urbana (Holston, 2008). Mobilizações pelo direito à moradia ocorreram a nível nacional, e uma série de movimentos urbanos emergiu para demandar a oferta de moradias sociais. Nesse contexto, as ocupações organizadas se tornaram uma ferramenta robusta de negociação, se espalhando e ganhando força no território brasileiro. Como visto, a Constituição de 1988 determinou que o pleno gozo dos direitos de propriedade estivesse subordinado à função social da propriedade. Esse princípio foi posteriormente fortalecido no Estatuto da Cidade, tornando a especulação imobiliária – deixar a propriedade urbana desocupada, sem construção ou subutilizada por muitos anos – ilegítima e sujeita

CONSEQUÊNCIA EDITORA

a sanções legais. Isso forneceu aos movimentos sociais maior legitimidade jurídica para ocupar.

Além de ser uma estratégia para pressionar o Estado, as ocupações passaram a representar uma alternativa concreta de moradia, dado relativo fechamento de outras formas informais de acesso à terra. Por um lado, o mercado de parcelamentos irregulares e populares de terra, muito comum nas periferias das cidades brasileiras desde a década de 1940, foi enfraquecido à medida que os maiores municípios e autoridades metropolitanas impuseram regras urbanísticas mais rígidas e controles de parcelamento após a década de 1980. Novos loteamentos informais se tornaram mais distantes e com condições de infraestrutura ainda piores (Tonucci, 2023). Já os assentamentos irregulares localizados em áreas centrais (como favelas), presentes na maioria das grandes cidades desde o início ou meados do século XX, começaram a experimentar densificação e valorização, principalmente associadas às dinâmicas do mercado informal (Abramo, 2019).

Na década de 1990, os movimentos de reforma urbana investiram em estratégias coletivas para modificar os marcos legais, na esperança de que isso pudesse ser uma saída para a crise urbana. Esse processo levou à aprovação do já mencionado Estatuto da Cidade. Além disso, levou à criação do Ministério das Cidades, durante os primeiros anos do mandato do PT (Partido dos Trabalhadores) sob a presidência de Lula (2003-2011). Durante esse período, o governo federal fez ajustes fundamentais na regulamentação imobiliária. Grandes empresas nacionais de construção puderam abrir seu capital na bolsa de valores e comprar terras para expansão futura. Quando a crise de 2008 atingiu o mercado imobiliário, parte do estoque de terras permaneceu inutilizado (Rolnik, 2019).

O programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi lançado em 2009 para resgatar o setor de construção e impulsionar o crescimento econômico por meio da promoção de crédito subsidiado para a aquisição da casa própria. Apesar da construção de mais de cinco milhões de unidades pelo programa MCMV nos últimos dez anos, apenas 29% desse total correspondeu a moradias subsidiadas para famílias de baixa renda, que ainda são a maioria afetada pelo déficit habitacional (Rolnik, 2019). Nesse período, os preços das terras dobraram ou triplicaram nas cidades, em parte devido ao aumento da demanda apoiada pelo crescimento da renda e pelo crédito hipotecário barato para famílias de classe média, mas também pela

CONSEQUÊNCIA EDITORA

mercantilização da habitação sustentada pela política habitacional federal (Magalhães *et al.*, 2011). Como a produção habitacional do MCMV não foi acompanhada de medidas para conter a especulação imobiliária e colocar em prática a função social da propriedade por meio de ferramentas de planejamento, o déficit habitacional aumentou no período (Fundação João Pinheiro, 2018). O colapso desse boom imobiliário após a crise política e recessão econômica de 2015-2016, a subsequente extinção do programa MCMV durante o governo de extrema-direita do presidente Jair Bolsonaro, e a crise social decorrente da pandemia de covid-19 só acentuaram o quadro de crise habitacional.

Nesse contexto, as ocupações se tornaram uma estratégia mais radical para o acesso à moradia, e se multiplicaram nas cidades brasileiras ao longo das últimas duas décadas como forma de garantir o assentamento de milhares de famílias de baixa renda incapazes de arcar com os aumentos extremos nos aluguéis e nos preços das moradias. A maioria dos moradores que vive em ocupações anteriormente residia nas casas de parentes e amigos, muitas vezes em condições de superlotação, ou sob diferentes arranjos de aluguel informal. O aluguel costuma consumir de um terço a metade de toda a renda familiar. Assim, para muitas famílias de baixa renda, geralmente chefiadas por mães solteiras, as ocupações são vistas principalmente como uma saída da condição de inquilinas. Elas frequentemente mencionam que não podem esperar por políticas habitacionais lentas e incertas. Após os protestos de junho de 2013, esse processo se intensificou ainda mais, à medida que os sem-teto se tornaram parte e se conectaram a novos movimentos sociais (Mayer, 2015). Uma nova onda de mobilização coletiva teve início, impulsionando novas formas de politização que adotaram a ocupação como principal estratégia política e espacial.

Esse novo ciclo de ocupações no Brasil também pode ser relacionado ao processo de enfraquecimento, institucionalização, cooptação e falta de autonomia dos movimentos habitacionais mais tradicionais, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (Lourenço, 2017). Especialmente durante esse período, movimentos de moradia associados à coalizão nacional pela reforma urbana tornaram-se menos combativos, à medida que muitos de seus membros originais passaram a integrar o governo ou se envolveram cada vez mais na política habitacional. Em Belo Horizonte, por exemplo, os movimentos sociais mais estabelecidos participaram mais diretamente

CONSEQUÊNCIA EDITORA

da coalizão popular-democrática de esquerda que governou a cidade nas décadas de 1990 e 2000, período em que houve um acordo implícito de que os sem-teto organizados deveriam esperar "na fila" pela produção de moradias, evitando a ocupação de imóveis vazios (Bede, 2005). Por outro lado, os novos movimentos sociais que ganharam força nas últimas duas décadas usaram as ocupações como forma de mobilização política e acesso à moradia, em alguns casos se posicionando contra as políticas urbanas atuais (municipais e federais) e defendendo a ação direta para garantir acesso imediato à terra e à moradia. Bittencourt (2016) relaciona o entusiasmo dessas novas ocupações à ineficácia da política habitacional municipal, estadual e federal e à inocuidade das instâncias locais de participação social. Sem instrumentos eficazes para regular os aluguéis e conter a especulação imobiliária, as esferas institucionais não poderiam, por si só, combater os impactos do grande volume de investimentos urbanos e da crescente implementação da agenda de planejamento estratégico pró-mercado.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, estima-se que, até 2020, havia cerca de 15.000 a 20.000 famílias vivendo em cerca de 60 ocupações de moradia (Campos, 2020). A maioria dessas ocupações de moradia encontra-se em terrenos vagos em bairros de classe baixa na periferia (frequentemente chamadas de "ocupações horizontais"), e poucas delas estão localizadas em edifícios privados ou públicos abandonados no centro da cidade (geralmente identificadas como "ocupações verticais"). Nos últimos quinze anos, algumas dessas ocupações foram organizadas através da aglutinação de uma extensa rede de novos movimentos sociais, famílias de sem-teto, Igreja Católica, ativistas independentes, profissionais voluntários, acadêmicos e estudantes, líderes comunitários e apoiadores diversos. Dois principais movimentos estiveram envolvidos nesse processo: as Brigadas Populares (BP) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Mas algumas ocupações foram mais espontâneas (Canettieri *et al*., 2020).

As ocupações urbanas dessa nova onda costumam ser definidas em contraposição à favela, tipo de assentamento construído em terrenos invadidos e desenvolvido de forma espontânea ao longo do tempo. Segundo Guilherme Boulos, uma das lideranças do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) em São Paulo, um grande movimento que organiza ocupações, "As favelas são, em geral, produtos de ocupações não organizadas, onde os moradores vivem nas piores condições e sujeitos a todo tipo de adversi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

dade. Ninguém quer morar numa favela. Qualquer política habitacional comprometida com os interesses populares deveria ter como prioridade a transformação de favelas em moradia digna […] Mas nem toda ocupação produz favela" (Boulos, 2014, p. 104). Como muitas das novas ocupações em Belo Horizonte foram construídas com a ajuda de arquitetos e urbanistas voluntários, elas tendem a seguir princípios de planejamento urbano, como o traçado de ruas.

Além disso, o termo *ocupação* tem sido usado em oposição ao termo *invasão*, tendo em vista a carga pejorativa e de ilegalidade que esta última carrega. As manchetes da mídia e os discursos políticos hegemônicos geralmente retratam as ocupações de moradia organizadas como atos violentos e ilegais de "invasão" contra a propriedade. No entanto, enquanto "invasão" é associada a um ato ilegítimo e hostil de tomar à força uma propriedade utilizada por outros, desrespeitando não apenas a lei, mas também as regras não ditas da convivência humana, ativistas e acadêmicos críticos gostam de ressaltar que "ocupação" significa dar valor e utilizar terrenos e propriedades que foram deixados vagos por razões especulativas (Bittencourt, 2016; Lourenço, 2017). Isso é reforçado pelo lema central do MLB: "Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito".

Considerando o contexto recente de mercantilização da habitação, políticas urbanas neoliberais e a disparada dos preços da terra, movimentos sociais e organizações populares têm sido cruciais na criação de um discurso público para legitimar as ocupações. Além de escolher a área, mobilizar manifestações e fornecer assessoria jurídica para impedir despejos, movimentos sociais, acadêmicos e ativistas ajudaram os moradores a consolidar uma visão crítica da cidade neoliberal e a confrontar as políticas habitacionais locais e nacionais, conforme argumenta Nascimento (2016).

A Campanha Nacional Despejo Zero surgiu em junho de 2020 para mobilizar as pessoas a impedir despejos e reintegrações de posse, formando uma coalizão de movimentos sociais, ocupações de moradia e organizações de direitos humanos, buscando resolver a situação de insegurança enfrentada pelas famílias vulneráveis e sem-teto durante a crise pandêmica. Naquele momento, havia 132 mil famílias diretamente ameaçadas por ordens de despejo no Brasil. Por meio de uma grande campanha nas redes sociais e protestos de rua, conseguiu-se a suspensão temporária das ordens de despejo e reintegração durante a pandemia (Lei 14.216/2021) e liminares do

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Supremo Tribunal Federal que prorrogavam o prazo até outubro de 2022 (Lima, 2021). Ainda que esta proteção temporária tenha já expirado, pode ser considerada uma conquista importante, dado ter sido primeira vez que o país experimentou uma suspensão nacional de despejos, representando um desafio aos direitos plenos de propriedade. Contudo, no cotidiano, os conflitos em torno da propriedade como bem comum ou como mercadoria ainda são abundantes.

5. Propriedade tensionada: terra como mercadoria ou bem comum

Apesar de sua condição periférica, subalterna e precária, Tonucci e Castriota (2022) argumentam que as ocupações podem ser plataformas para o trabalho cooperativo e a produção de bens comuns, seja como uma estratégia de sobrevivência, seja como resultado da experimentação política. As ocupações geralmente possuem diferentes formas de espaços coletivos (como centros, cozinhas, creches e hortas comunitárias). Elas são o palco de várias práticas de comunalização (como autoconstrução coletiva, assembleias democráticas, economias solidárias etc.), que questionam a subordinação de todas as esferas da vida à racionalidade neoliberal baseada na competição e no individualismo (Dardot, Laval, 2017). Mas qual é o alcance dessas experiências quando confrontadas com a ideologia do "individualismo possessivo" (MacPherson, 1999), assentada na hegemonia do direito de propriedade individual, absoluto e exclusivo? Esse debate pode ser explorado ao se considerar como moradores e movimentos sociais têm lidado com os desafios relacionados ao projeto urbano, à ideologia da propriedade privada e à mercantilização da habitação nas ocupações em Belo Horizonte. Existem diferentes e, às vezes, contraditórias concepções sobre esses aspectos, variando conforme o território, o estágio de consolidação, a organização comunitária e o envolvimento do movimento social.

Líderes do MLB responsáveis pela ocupação Eliana Silva – localizada na região do Barreiro em Belo Horizonte – são claros quanto aos seus objetivos de reconhecê-la como um bairro regular integrado à cidade e obter a regularização por meio de titulação individualizada de terras, como ocorreu com a ocupação vizinha Corumbiara, criada em 1996. Um dos líderes foi explícito ao afirmar que não têm a intenção de transformar a ocupação

CONSEQUÊNCIA EDITORA

em uma "comuna autônoma" ou em uma "terra encantada autogestionada" (Tonucci, Castriota, 2022). Ao contrário, o movimento luta pelo reconhecimento das ocupações pelo Estado, para que os moradores possam ter seus direitos garantidos.

Essa liderança destaque enfatiza, em relação à propriedade social coletiva:

> […] legislação não dá espaço para isso. Então se a pessoa não tem o título de propriedade o risco de despejo é gigante – a insegurança da posse é um risco. E quando você tem título de propriedade, é valor de mercado. Para tirar é muito mais difícil, o processo demora mais, a resistência é muito maior. […] Até a gente ter condição da propriedade coletiva. Mesmo porque nosso inimigo é a grande propriedade (Canettieri *et al*., 2020, p. 37).

Por outro lado, membros das Brigadas Populares consideram a questão da posse da terra nas ocupações como um dos principais desafios que precisam ser mais diretamente enfrentados e discutidos. Daí a necessidade de experimentar novas formas e arranjos de propriedade nesses territórios. De acordo com uma militante do movimento:

> […] para alcançar uma propriedade coletiva, precisamos muito mais do que uma legislação. Precisamos de uma transformação do individualismo presente na ideologia contemporânea para a construção de coletividades mais fortes. É uma forte aposta para a dimensão além do Estado. Essa dimensão de luta não só contra o Estado, pelo Estado, mas para além do Estado é a mais potente e transformadora […] Só essas práticas coletivas comunitárias vão conseguir construir uma alteração substantiva das mentes e corações das pessoas. […] A resistência para além do Estado é a tentativa de produzir um novo cotidiano (Canettieri *et al*., 2020, p. 47).

Em relação ao projeto urbano, uma das primeiras propostas para as ocupações foi a utilização de terrenos coletivos ao invés dos tradicionais lotes individuais. Segundo Lourenço (2017), os terrenos coletivos seriam benéficos em termos de economias de escala e custos de infraestrutura, além de criarem mais espaços coletivos para interação nas ocupações. No entanto, as discussões iniciais sobre esse tema na ocupação Dandara, pelas Briga-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

das Populares e MST em 2009, e na Eliana Silva, pelo MLB em 2012, não tiveram sucesso. O preconceito contra formas mais coletivas de habitação e propriedade foi apontado como um dos principais desafios para o projeto, pois muitas famílias haviam vivido anteriormente sob aluguel ou sob favor em espaços superlotados. Além disso, a falta de tempo suficiente para discutir a ideia com as famílias devido à necessidade urgente de assentá-las assim que chegava à ocupação foi outro obstáculo significativo (Lourenço, 2017).

Nada disso deveria ser surpreendente, já que o status associado à propriedade e a prevalência da propriedade privada sobre outras formas de posse estão profundamente enraizados em uma sociedade patrimonialista. Como observa Holston (2008), em um país tão desigual onde o acesso à terra e à habitação sempre foi negado aos pobres, a ascensão pessoal ao status de proprietário, mesmo que ilegalmente, é vista como um passo essencial para se tornar um cidadão pleno, distanciado dos despossuídos. Grupos de baixa renda usam a terra como reserva de valor e como mecanismo de capitalização, o que é reforçado pelo legado de alta inflação, mercados de capitais subdesenvolvidos e cobertura limitada do sistema de seguridade social. Assim, a especulação fundiária não pode ser vista como uma conduta exclusiva de grupos de classe média e alta (Jaramillo, 2008).

No entanto, a preferência dos núcleos familiares por formas espaciais mais individualizadas (como lotes privados) vai além do individualismo possessivo. Está relacionada a valores culturais mais amplos, como a busca por privacidade, domesticidade e segurança. Outra vantagem das casas autoconstruídas individualizadas é permitir um processo de construção mais aberto e incremental, no qual cada família pode adaptar a casa e suas futuras extensões aos seus ritmos, possibilidades e necessidades (Tonucci, Castriota, 2022). Ainda que experiências que apontam para a terra e moradia como comuns tenham sido ensaiadas nas ocupações, para os movimentos que as organizam e apoiam, é sempre um desafio nadar contra a corrente do individualismo.

O papel central dos movimentos e líderes na gestão da terra e dos recursos comuns é similar ao da posição de diferentes agentes não estatais que operam em mercados informais de terras, dependendo de uma rede de amizades, vizinhança e relações de parentesco baseadas em confiança e lealdade. "Autoridades locais" atuam como mediadoras para resolver disputas internas (Abramo, 2019). Nas ocupações, esses mecanismos coercitivos informais são geralmente implementados por movimentos e líderes locais,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

especialmente durante os momentos iniciais, antes da consolidação e regularização. No momento da formação da ocupação Irmã Dorothy, vizinha à Eliana Silva, podiam-se encontrar faixas na entrada dizendo: "Informamos que a única maneira de morar na ocupação é através da fila de espera", e "Aqui não vende área. Sob (sic) pena de expulsão quem vender ou quem comprar". Conforme o relato de Bastos (2018, p. 13-14):

> Durante os primeiros 5 anos de qualquer ocupação do MLB é proibida a venda ou locação de imóveis, regra estabelecida e apresentada no regimento de cada ocupação que é aprovado em assembleia. Além disso, cada morador assina uma espécie de termo de responsabilidade se comprometendo ao cumprimento dessa regra. Se uma família precisa ou deseja sair da ocupação antes desse período e já investiu recursos em sua moradia, a família que assumirá seu lugar necessariamente será encaminhada de algum núcleo de formação do MLB, e irá pagar o valor do material gasto pela família desistente na construção da casa, tal valor é avaliado junto a coordenação para garantir que não houve especulação e que corresponde ao que a família pode se comprometer a pagar, mantendo assim a moradia da ocupação entre famílias que realmente necessitam […]

Na ocupação Eliana Silva, o sistema de filas dava prioridade a mulheres e pessoas com deficiência em condições extremas de precariedade habitacional. Há relatos de alguns moradores (especialmente homens) sendo expulsos por não respeitarem essas regras, como é o caso de uma entrevista documentada por Tonucci (2017, p. 224):

> Já tiveram várias expulsões. É dividido né. As pessoas acham que como eu lutei e consegui o meu terreno, eu tenho o direito de fazer o que eu quiser, mas têm outras pessoas também que não concordam […] Lá é assim, se eu não estou satisfeito, se eu tiver algum imprevisto que eu não tenha condições de permanecer no lugar, eu chego pra coordenação, converso com a coordenação, explico minha situação, e falo 'eu estou querendo devolver meu terreno', aí por votação a gente forma um equipe, junta toda a nota fiscal de material que comprou, […] e a equipe valoriza junto com a nota fiscal, a mão-de-obra, o quanto a pessoa gastou, o valor do material que construiu, que foi gasto, não do terreno. O terreno ninguém é dono.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Esse caso mostra uma experiência concreta de alguma restrição à mercantilização da terra operando nas ocupações, com base na premissa de que a terra não deve ser utilizada para fins monetários ou especulativos, mas como uma forma de garantir moradia para aqueles que necessitam e não têm outra forma de obtê-la. O controle e mediação exercidos pelo MLB permitiram isso até agora. No entanto, à medida que o prazo de cinco anos de proibição de venda se aproxima e a regularização oficial se torna possível, cresce o apoio à propriedade privada. Além disso, muitos outros movimentos e organizações locais responsáveis pela organização e apoio às ocupações não necessariamente possuem tal autoridade sobre os territórios populares ou não se preocuparam com essa questão. Finalmente, quanto maior uma ocupação e mais consolidada ela se torna, mais significativos são os desafios para manter esses mecanismos de controle funcionando.

Apesar de restrita pelos movimentos nos momentos iniciais, a mercantilização da propriedade tende a crescer nas ocupações após sua consolidação e conquista da segurança de posse (Jaramillo, 2008), colocando em risco as narrativas sobre o direito à moradia e a função social da propriedade, e minando as tentativas de tratar a terra e a moradia como uma forma de bem comum urbano (Tonucci, Castriota, 2022). Um dos maiores conflitos enfrentados por movimentos sociais, líderes locais e moradores, no que diz respeito ao controle da mercantilização da terra, tem sido o confronto com outra forma de poder coercitivo, geralmente imposta de maneira violenta: o tráfico de drogas e os mercados informais de terras. Quanto a essa questão, os casos de Dandara e Eliana Silva são extremamente paradigmáticos. Enquanto no primeiro caso o movimento (Brigadas Populares) perdeu força e controle sobre o território para esses atores externos, no segundo caso, a presença do movimento (MLB) se manteve forte. Dois fatores parecem ser cruciais quanto a essa questão: a grande diferença no tamanho das duas ocupações (Dandara abriga mais de 2000 famílias, enquanto Eliana Silva cerca de 350), e o fato de, no caso de Eliana Silva, os principais líderes do MLB residirem na própria ocupação.

Um militante das Brigadas Populares entrevistado por Tonucci (2017) destacou os desafios enfrentados pela sua organização diante da intensificação dos conflitos e até mesmo da eclosão de episódios violentos relacionados a disputas por terras. Na ocupação Dandara, o mercado informal de terras dominado pelo tráfico de drogas tomou o controle do território,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

levando ao fracasso da tentativa do movimento de conter a mercantilização da habitação e da terra dentro da ocupação. Na visão do militante, a Frente de Reforma Urbana das Brigadas Populares, mesmo inspirada pelos ideais de "revolução urbana", "revolução socialista" e "direito à cidade", ainda não consegue transformar essas ideias em propostas e práticas mais concretas. Como argumenta Machado (2017), Dandara, uma das ocupações mais emblemáticas do ciclo recente em Belo Horizonte, vem se tornando bairro regular sem infraestrutura completa. Como aponta uma moradora da ocupação:

> Ela está caminhando, vou te falar a verdade, daqui a 10 anos se eu viver até lá, pobre não vai morar aqui mais não, fia! […] Então é aquilo que eu falei com você, o futuro para mim, pela minha opinião, aqui vai ser um bairro de elite, futuramente vai ser um bairro de elite (Machado, 2017, p. 117).

A experiência de moradores e movimentos indica que as atuais lutas por habitação não podem ser facilmente reduzidas a reivindicações diretas por propriedade privada da terra e casa-própria. Essa agenda geralmente está intrinsecamente imbricada nos discursos e ações de moradores e ativistas. Nas lutas em torno da propriedade, há outros elementos, motivações e aspirações em jogo, como segurança de posse, moradia digna, acesso a serviços, direitos humanos e cidadania. Seja no discurso dos movimentos, nas políticas internas sobre a organização das ocupações, ou nos vestígios e rastros deixados pela prática cotidiana de seus habitantes, é possível encontrar algumas formulações alternativas e coletivas de propriedade da terra (Tonucci, Castriota, 2022).

No entanto, as instituições e regras que regem a vida coletiva nas ocupações ainda sob o controle de movimentos não parecem estar suficientemente arraigadas para sobreviver ao "dia seguinte" do reconhecimento, consolidação e regularização desses assentamentos, especialmente depois que os movimentos saem ou perdem o poder. A ausência de exemplos concretos e bem-sucedidos de gestão comum de terras urbanas no Brasil certamente pesa contra a longevidade de tais experiências nas ocupações. Isso é exacerbado pela pouca preocupação que os movimentos ainda demonstram quanto à questão de superar a propriedade privada em direção a formas de propriedade mais coletivas e inclusivas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Além disso, as opções de posse disponíveis para a regularização fundiária, que vão desde a propriedade privada absoluta até a concessão coletiva, são cruciais para ditar como a terra e a moradia evoluirão nas ocupações. Algumas discussões que favorecem uma abordagem diferente quanto à regularização fundiária, como a instituição de termos territoriais coletivos, tiveram início no âmbito das equipes de planejamento urbano da Prefeitura de Belo Horizonte nos últimos anos. No entanto, ainda não se viram avanços muito concretos quanto a isso. Embora a legislação urbana brasileira dê espaço para formas alternativas de posse, as autoridades locais e as instituições judiciárias geralmente tendem a preferir a propriedade individual. A nova lei federal de regularização fundiária aprovada (Lei 13.465/2017) e os retrocessos conservadores da última década em relação à política de habitação e urbanismo deixam claro que a titulação individual da terra é a opção preferida.

6. Conclusões

A urbanização explosiva do Sul Global desde meados do século XX resultou na proliferação de assentamentos informais, onde os pobres urbanos constroem suas moradias em terrenos ocupados informalmente. No Brasil, a informalidade urbana reflete desigualdades estruturais ligadas ao desenvolvimento capitalista desigual, aos ideais de planejamento excludentes e a um sistema fundiário fragmentado herdado dos tempos coloniais. O sistema colonial de sesmarias e a Lei de Terras de 1850 institucionalizaram a distribuição desigual de terras, criminalizando a posse e excluindo os ex-escravizados e os pobres da propriedade da terra. A urbanização rápida desde o final do século XIX, combinada com a regulação fundiária ineficaz e os baixos salários, aprofundaram ainda mais a informalidade, uma vez que a maioria dos habitantes urbanos foi excluída dos mercados formais de terra e dos programas públicos de habitação. Processos contemporâneos, como a adensamento de favelas, aluguel informal, parcelamentos clandestinos e o crescente número de ocupações de terra, ilustram a persistência e evolução da urbanização informal diante dos desafios contínuos de governança fundiária no Brasil.

Os esforços para democratizar o acesso à terra no Brasil, historicamente focados na reforma agrária, têm se expandido cada vez mais para os con-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

textos urbanos, onde os movimentos sociais desafiam os padrões excludentes de desenvolvimento. Central a esses esforços está o princípio da função social da propriedade, enraizado nas obras de León Duguit e adaptado ao marco jurídico brasileiro. Esse princípio afirma que a propriedade privada deve servir aos interesses coletivos, permitindo a expropriação ou regulação de terras não utilizadas ou subutilizadas para fins sociais. Introduzida na Constituição de 1934 e reforçada pela Constituição Federal de 1988, essa noção foi estendida aos contextos urbanos, capacitando os municípios a aplicar mecanismos como o uso compulsório da terra e a regularização fundiária. Legislações complementares, como o Estatuto da Cidade de 2001, forneceram instrumentos para implementar esses princípios, reconhecendo assentamentos informais e promovendo a participação. Apesar de seu potencial transformador, a implementação continua sendo limitada pelas dinâmicas políticas e pela resistência de poderosos interesses fundiários e imobiliários. Este texto demonstrou como os movimentos de base, desde os anos 1980, têm invocado a função social da propriedade para justificar ocupações habitacionais, expondo as contradições do uso especulativo da terra e pressionando por direitos coletivos e mudanças sistêmicas.

Os movimentos e ocupações habitacionais atuais surgiram como estratégias radicais para confrontar o contraste evidente entre a vacância urbana e a crise habitacional, particularmente à medida que programas habitacionais federais, como o Minha Casa Minha Vida, beneficiaram desproporcionalmente as famílias de classe média, impulsionando inadvertidamente os preços das terras e exacerbando a especulação. Ocupações recentes, distintas de outros assentamentos informais, buscaram incorporar princípios de planejamento urbano, desafiando assim tanto a estigmatização de tais ações como "invasões" quanto as políticas urbanas neoliberais que perpetuam a desigualdade. No entanto, embora essas ocupações ofereçam uma contranarrativa vital à urbanização movida pelo mercado, elas também ressaltam a persistente luta para institucionalizar o direito à moradia dentro de um sistema político e legal resistente à mudança estrutural.

A discussão sobre as ocupações urbanas em Belo Horizonte revelou uma tensão complexa entre a posse individualizada da terra e os arranjos de propriedade coletiva como estratégias para garantir os direitos à moradia. Como mostrado, apesar das tentativas de desafiar as normas de propriedade privada por meio de mecanismos como regras antimercantilização, os

CONSEQUÊNCIA EDITORA

imperativos culturais e econômicos da casa própria continuam sendo predominantes, impulsionados por fatores como a necessidade de segurança fundiária, privacidade e melhorias habitacionais incrementais. Além disso, a trajetória das ocupações frequentemente se alinha à lógica do mercado, à medida que os mercados informais de terra e as dinâmicas de mercantilização prevalecem. A preferência de formuladores de políticas e sistemas judiciários pela titulação individualizada ainda enfraquece os esforços para institucionalizar modelos de propriedade coletiva, destacando as restrições estruturais enfrentadas por movimentos que defendem a terra como bem comum.

À luz disso, este capítulo mostrou que a recente onda de ocupações habitacionais em Belo Horizonte e outras cidades brasileiras oferece um terreno rico e complexo para entender como as lutas por direitos à moradia se cruzam e desafiam as relações de propriedade enraizadas. Essas ocupações, impulsionadas por movimentos sociais e diversas coalizões de ativistas, colocam em evidência a necessidade urgente de questionar a hegemonia da propriedade privada como o quadro dominante para organizar o espaço urbano. Ao mobilizar princípios como a função social da propriedade e o direito à moradia, esses movimentos desafiam o uso especulativo da terra e seu papel na perpetuação das desigualdades urbanas. No entanto, como argumento neste capítulo, tais mobilizações não estão isentas de contradições. Embora essas ocupações desestruturem as relações convencionais de propriedade ao afirmar reivindicações coletivas e formas alternativas de uso da terra, elas também correm o risco de reproduzir o modelo de propriedade individualizada ao apresentar o título e a casa própria como solução final de regularização.

Essa tensão destaca a necessidade de abordagens mais nuançadas que abracem formas coletivas e desmercantilizadas de relação com a terra, indo além do binômio da propriedade privada versus coletiva. Além disso, os mercados informais desempenham um papel crucial, mas subestimado, na formação, consolidação e viabilidade a longo prazo das ocupações. Esses mercados borram as linhas entre legalidade e ilegalidade, entrelaçando práticas formais e informais de maneiras que complicam as narrativas de resistência e autonomia frequentemente associadas aos movimentos. Compreender essas dinâmicas exige uma atenção crítica às práticas, discursos e estratégias legais adotadas pelas ocupações e seus líderes. Exige também

CONSEQUÊNCIA EDITORA

uma reavaliação dos quadros de referência acadêmica e de políticas públicas, que frequentemente marginalizam a influência do mercado informal sobre a urbanização periférica. À medida que as lutas pelos direitos à moradia continuam a evoluir, reconhecer essas complexidades será essencial para elaborar estratégias mais justas para garantir o direito à moradia e à cidade.

Em síntese, ao explorar as ocupações urbanas, evidenciamos como essas experiências produzem tensionamentos fundamentais entre a contestação e a reprodução da lógica proprietária. Ao mesmo tempo em que mobilizam princípios constitucionais e noções morais para desestabilizar a centralidade da propriedade privada diante da urgência habitacional, como a ideia de função social da propriedade, os movimentos acabam por recorrer a estratégias que podem reforçar essa mesma lógica, reivindicando o acesso à terra em termos de titulação individual e casa própria. Essa ambivalência revela os limites e as potências da luta por moradia como uma arena onde se disputa não apenas o acesso à cidade, mas também os próprios sentidos da propriedade. Assim, entender as ocupações por moradia como práticas político-jurídicas contraditórias nos permite repensar os horizontes da reforma urbana e da democratização da terra, abrindo espaço para imaginar formas mais coletivas, desmercantilizadas e solidárias de habitar e produzir a cidade.

Referências

ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 9(2): 25. 2007.

ABRAMO, P. The Informal COMP-FUSED City: Market and Urban Structure in Latin American Metropolises. *Bulletin of Latin American Research* 38(S2): 20–40. 2019.

ABREU, M de A. A apropriação do território no Brasil colonial. *Revista Cidades* 8(14). 14: 539-568. 2011.

ALFONSIN, B de M, PEREIRA PPF, LOPES DC, *et al.* Da função social à função econômica da terra: impactos da Lei nº 13.465/17 sobre as políticas de regularização fundiária e o direito à cidade no Brasil. *Revista de Direito da Cidade* 11(2). 2: 168-193. 2019.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ANDRÉS, R. *A razão dos centavos*: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar. 2023.

ANKERSEN, TT; RUPPERT, T. Tierra y Libertad: The Social Function Doctrine and Land Reform in Latin America. *Tulane Environmental Law Journal* 19: 69. 2006.

BASTOS, C. *Ocupações Urbanas e Práticas Emancipatórias*: Estudos sobre a aplicabilidade do Community Land Trust. Monografia de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2018.

BASTOS, CD; MAGALHÃES, FNC; MIRANDA, GM; *et al*. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* 19(2). 2: 251-251. 2017.

BEDE, MMC. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996. Universidade Federal de Minas Gerais. 2005.

BITTENCOURT, RR. *Cidadania autoconstruída*: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-2015). Universidade Federal de Minas Gerais. 2016.

BOULOS, G. *Por que ocupamos?:* Uma introdução à luta dos sem-teto. 1ª edição. Autonomia Literária. 2014

CALDEIRA, TP. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space* 35(1): 3-20. 2017.

CAMPOS, CC de. *Squatting for more than housing*: alternative spaces and struggles for the right to the city in three urban areas in Brazil, Spain, and the Basque Country. PhD Thesis. Universidade Federal de Minas Gerais, Brazil. 2020.

CANETTIERI, T. Peripheral Urbanization, Informal Real Estate Markets and Criminal Activities in Belo Horizonte (MG, Brazil). *Journal of Illicit Economies and Development* 6(1). 2024.

CANETTIERI, T; MACHADO, BR. Dominação da forma-mercadoria nos territórios populares? Uma análise a partir da ocupação urbana Dandara. *Indisciplinar* 5(1). 1: 178-201. 2019.

CANETTIERI, T; PAOLINELLI, M; CAMPOS, C; *et al*. (eds) (2020) *Não São Só Quatro Paredes e Um Teto*: Uma Década de Luta Nas Ocupações Urbanas Da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Cosmópolis, UFMG.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

DARDOT, P; LAVAL, C. *Comum: Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI*. 1ª edição. Boitempo Editorial. 2017.

DAVIS M. *Planet of Slums*. London; New York: Verso. 2006.

FERNANDES, E. Implementing the urban reform agenda in Brazil. *Environment and Urbanization* 19(1). SAGE Publications Ltd: 177-189. 2007.

FIX, M; ARANTES, PF. On urban studies in Brazil: The favela, uneven urbanisation and beyond. *Urban Studies* 59(5). SAGE Publications Ltd: 893-916. 2022.

FRIENDLY, A. Common property in the city: Curbing urban vacancy in São Paulo. *Urban Studies*. SAGE Publications Ltd: 00420980241271063. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil: 2015*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 2018. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871. Acesso em: 21 set. 2025.

GUERREIRO, I de A.; ROLNIK, R.; MARÍN-TORO, A. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. *Cadernos Metrópole* 24(54). 54: 451-475. 2022.

HARRIS, R. Modes of informal urban development: A global phenomenon. *Journal of Planning Literature* 33(3): 267-286. 2018.

HOLSTON, J. *Insurgent Citizenship*: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil. In-formation series. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2008.

JARAMILLO, S. Reflexiones sobre la "informalidad" fundiaria como peculiaridad de los mercados del suelo en las ciudades de América Latina. *Territorios* (18-19). 18-19. 2008.

KLINK, JJ; IGNATIOS MF. Reform, redevelopment and rent: Dilemmas of the social function of property in the private domain of the Brazilian metropolis. *Geoforum* 148: 103936. 2024.

LIMA DV. *Changing Repertoires of Housing Mobilisation*: Struggles to Stay at Home During the Covid-19 Pandemic. 3969944, SSRN Scholarly Paper. Rochester, NY: Social Science Research Network. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/abstract=3969944. Acesso em: 21 set. 2025.

LOURENÇO, TCB. Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* 24(35). 35: 182-217. 2017.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

MACEDO, J. Urban land policy and new land tenure paradigms: Legitimacy vs. legality in Brazilian cities. *Land Use Policy* 25(2): 259-270. 2008.

MACHADO, BR. *Sobre o Rururbano*: a ocupação Dandara e os desafios da luta por moradia para além do rural e do urbano. 2017.

MACPHERSON, CB. (ed.). *Property*: Mainstream and Critical Positions. 2nd Revised ed. edition. Toronto: University of Toronto Press. 1999.

MAGALHÃES F, TONUCCI J.; SILVA H. Valorização imobiliária e produção do espaço: novas frentes na RMBH. *In*: Mendonça J and Soares H (eds) *Estado e Capital Imobiliário*: Convergências Atuais Na Produção Do Espaço Urbano Brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, p. 17-40. 2011.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. *In*: Arantes OBF, Vainer CB, and Maricato E (eds) *A Cidade Do Pensamento Único*: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 121-192. 2000.

MAYER, JGM. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. Universidade Federal de Minas Gerais. Epub ahead of print 28 August 2015. 2015.

MILANO, GB, PETRELLA, GM; PULHEZ, MM. O anjo caído na terra prometida: Propriedade, regulação e conflitos na reurbanização periférica da São Paulo do século XXI. *Novos estudos CEBRAP* 40. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento: 81-100. 2021.

NASCIMENTO, DM. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole* 18. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 145-164. 2016.

OLIVEIRA, F de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

ONDETTI, G. The social function of property, land rights and social welfare in Brazil. *Land Use Policy* 50: 29-37. 2016.

ONDETTI, G. Ideational Bases of Land Reform in Brazil: 1910 to the Present. In: Leisering L (ed.) *One Hundred Years of Social Protection*: The Changing Social Question in Brazil, India, China, and South Africa. Cham: Springer International Publishing, p. 343-379. Available at: https://doi.org/10.1007/978-3-030-54959-6_10 (accessed 25 November 2024). 2021.

PAOLINELLI, MS. *Desmercantilização da habitação: entre a luta e a política pública*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UFMG, Belo Horizonte. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-B7JJQZ. Acesso em: 21 set. 2025.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

RIBEIRO, TF. A Propriedade Privada no Capitalismo sob Dominância Financeira no Brasil: Uma Análise a Partir do Novo Marco Normativo Nacional de Regularização Fundiária. In: *Propriedades em Transformação*: Abordagens Multidisciplinares sobre a Propriedade no Brasil. Editora Blucher, p. 241-260. 2018. Disponível em: http://openaccess:8888/article-details/12-21212. Acesso em: 21 set. 2025.

ROLNIK, R. *Urban Warfare*: Housing under the Empire of Finance (tran. G Hirschhorn). Verso Books. 2019.

TONUCCI, J. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Instituto de Geociências, Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M. Acesso em 21 set. 2025.

TONUCCI, J. Property-Led Informality: Shifting Informal Land Development from Popular Housing to Middle-Class and Elite Speculation in Belo Horizonte. *International Journal of Urban and Regional Research* 47(4): 527-545. 2023.

TONUCCI, J; CASTRIOTA, R. Occupy the periphery: housing occupations and the production of urban commons in Belo Horizonte. In: Reis N and Lukas M (eds) *Beyond the Megacity*: New Dimensions of Peripheral Urbanization in Latin America. Toronto: University of Toronto Press. 2022.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAPÍTULO 29

Lo común como horizonte de transformación en la metrópolis Entre la reproducción de la vida y la lógica del capital

Huáscar Salazar Lohman

Introducción

Las discusiones contemporáneas sobre el capitaloceno y la organización capitalista de las ciudades nos confrontan con una realidad innegable: la forma en que hemos construido nuestras metrópolis latinoamericanas está en guerra contra la vida misma. Este antagonismo no representa simplemente una crisis ambiental más o un conjunto de problemas de gestión urbana que pueden resolverse con soluciones técnicas. Estamos ante el resultado de una racionalidad que sistemáticamente separa a los habitantes urbanos de las condiciones que hacen posible la reproducción de la vida, que privatiza la naturaleza y que produce realidades cada vez más violentas y militarizadas.

El concepto de capitaloceno, desarrollado por Moore (2020), nos permite entender cómo el capital ha reorganizado las relaciones socioecológicas a escala planetaria, no solo como un régimen económico sino como una forma de organizar la naturaleza. En este contexto, las metrópolis contemporáneas constituyen la materialización más intensiva de este proyecto de reorganización de las relaciones entre seres humanos y entre éstos y la trama más amplia de la vida (Heynen et al., 2006). Como señala Sassen (2015), las ciudades globales se han convertido en "formaciones predatorias" caracterizadas por lógicas de extracción cada vez más agresivas que operan tanto sobre los territorios distantes como sobre sus propios habitantes.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

La crisis multidimensional que atraviesan nuestras metrópolis no es algo externo a nosotros, un problema que "otros" deben resolver —ya sean comunidades indígenas amazónicas o países del otro lado del mundo. Es la manifestación más clara del conflicto fundamental entre la lógica de acumulación infinita del capital y los límites materiales de nuestro planeta. Nuestras metrópolis son tanto el escenario donde esta crisis se manifiesta con mayor intensidad como los laboratorios donde necesitamos y podemos construir alternativas. Como sugiere Lefebvre (2013), la producción del espacio urbano contiene simultáneamente las semillas de su propia negación, las posibilidades de otros espacios y otras formas de habitar.

Las respuestas dominantes a esta crisis —desde el "capitalismo verde" hasta las propuestas de "ciudades inteligentes"— siguen operando, sin embargo, dentro de la misma lógica que nos ha traído hasta aquí. Proponen soluciones que, en el mejor de los casos, buscan hacer más eficiente la máquina de producción de mercancías, sin cuestionar su funcionamiento fundamental. La "transición energética" está siendo capturada por nuevas formas de acumulación, la "economía digital" profundiza los procesos de control social, las propuestas de "adaptación" al cambio climático refuerzan estructuras tecnocráticas que alejan aún más a las comunidades del control sobre sus condiciones de vida. Como ha argumentado Harvey (2014), estas soluciones espaciales del capital no resuelven sus contradicciones fundamentales, sino que las desplazan temporal y geográficamente.

Sin embargo, esta misma realidad nos muestra también que la organización capitalista de la vida nunca es total ni completa. En los intersticios de nuestras ciudades, en las grietas del sistema dominante, persisten y emergen continuamente otras formas de organizar los flujos de energía, bienes y decisiones que sostienen la vida. Son prácticas que, aunque parciales y a menudo invisibilizadas, nos muestran que es posible construir relaciones sociales que no estén mediadas únicamente por el valor de cambio. Estas experiencias, como apuntan Gutiérrez y Salazar (2019), nos permiten vislumbrar que *no todo es capital*, que existen y persisten formas de reproducción de la vida que, aun estando bajo el asedio del capital, no están completamente subsumidas a su lógica.

Estas prácticas se basan en lo que denominamos el "flujo social del trabajo concreto": formas de producir, intercambiar y decidir que no pasan

CONSEQUÊNCIA EDITORA

necesariamente por la abstracción del mercado capitalista, sino que se organizan en torno a necesidades y deseos concretos de comunidades específicas. No se trata de una búsqueda romántica de saberes ancestrales pensados como algo estático, ni de imaginar una transformación total desde la toma del poder. Se trata más bien de identificar y potenciar las múltiples formas en que, aquí y ahora, en nuestras propias ciudades, se producen y reproducen prácticas que ponen la vida en el centro.

La pregunta central entonces no es cómo volver a un pasado idealizado pre-capitalista, sino cómo expandir y articular estas experiencias parciales que ya existen, cómo construir puentes entre diferentes formas de producir común sin caer en la tentación de homogeneizarlas. Es una pregunta por la posibilidad de desescalar nuestra socialidad globalizada bajo la forma capitalista, de reconstruir tramas de interdependencia más cercanas y directas, más capaces de responder a las necesidades reales de quienes habitan los territorios.

La hipótesis central de este artículo es que frente a la necrotización capitalista del tejido de la vida (Linsalata y Salazar, en prensa)[1], que vemos operar con particular intensidad en nuestras metrópolis, la producción de lo común no es simplemente una alternativa deseable: es una necesidad vital. Sin embargo, para que esta alternativa sea viable, debemos confrontar dos desafíos fundamentales: por un lado, cómo superar la abstracción del trabajo sin recaer en nuevas formas de jerarquización; por otro lado, cómo articular las experiencias parciales de lo común sin reproducir la lógica homogeneizante del capital.

Enfoque interpretativo

Para abordar la problemática planteada, es necesario presentar un aparato conceptual que nos permita comprender tanto la dinámica destructiva del capital en los contextos metropolitanos como las posibilidades de alternativas. Se plantean tres conceptos fundamentales que articulan este trabajo:

1 La noción de necrotización es un concepto que recupero del trabajo que he realizado junto a Lucia Linsalata en el artículo: "¿Qué puede lo común contra la escala de la necrotización capitalista del tejido de la vida?" y que actualmente se encuentra en proceso de publicación.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

la metrópolis como espacio de necrotización, el flujo social del trabajo concreto y lo común como categoría analítica.

El concepto de necrotización que proponemos se distingue de otras aproximaciones críticas a la urbanización capitalista. No se trata simplemente de señalar que las ciudades contemporáneas producen desigualdad o injusticia ambiental, sino de comprender cómo el proceso mismo de metropolización capitalista produce activamente la muerte de tejidos socioecológicos y convierte esta producción de muerte en motor de acumulación.

Para comprender este concepto, es preciso distinguir entre la muerte como parte de los ciclos naturales y la necrosis como proceso patológico. En un organismo vivo, la muerte celular programada es parte integral de los procesos de renovación. Sin embargo, la necrosis implica la muerte traumática y progresiva de partes de un tejido vivo, que comienza a autodestruirse y afecta también a los tejidos circundantes (McBrien, 2016). La necrotización se caracteriza por ser traumática, expansiva, autoperpetuante y funcional para la acumulación de capital.

Aplicado a los procesos metropolitanos, este concepto permite comprender cómo la urbanización capitalista no solo degrada el ambiente, sino que produce activamente la muerte de sistemas socioecológicos complejos y convierte esta producción de muerte en motor de acumulación. Como señala Machado (2021: 79), "la valorización del capital ha requerido de una constante e ininterrumpida 'guerra de conquista' contra las fuentes de vida para posibilitar y asegurar su proceso de realización".

Esta necrotización opera simultáneamente en múltiples niveles. En el plano ecosistémico, la urbanización capitalista destruye sistemáticamente los servicios ecosistémicos que sustentan la vida urbana: cuencas hidrográficas, cinturones verdes, corredores biológicos. En el plano territorial, la metropolización implica la subordinación de territorios cada vez más amplios a las necesidades metabólicas de la ciudad.

En el plano social, la necrotización opera a través de lo que Mbembe (2011) ha denominado "necropolítica": la gestión diferencial de la exposición a la muerte, donde ciertos cuerpos y poblaciones son sistemáticamente expuestos a condiciones que minan sus posibilidades de reproducción vital. Esto se manifiesta en la exposición desigual a la contaminación, el acceso diferencial a servicios básicos, y la violencia estructural que caracteriza a las periferias urbanas.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Un aspecto central de la necrotización metropolitana es su tendencia a autoamplificarse. La destrucción de sistemas vitales genera nuevas "oportunidades" de mercantilización: la contaminación del agua crea mercados para agua embotellada; la destrucción de espacios públicos genera nichos para servicios privados de ocio.

El segundo concepto fundamental para nuestro análisis es el "flujo social del trabajo concreto" (Gutiérrez y Salazar). Partimos de la distinción marxiana entre trabajo concreto y trabajo abstracto, pero la desarrollamos en una dirección que pone énfasis en las formas de circulación y distribución del trabajo social más allá de la mediación del valor.

En la teoría crítica del valor, el trabajo concreto refiere a las actividades específicas destinadas a producir valores de uso particulares, mientras que el trabajo abstracto es la forma social que adquiere el trabajo bajo el capitalismo: actividad indiferenciada medida en tiempo (Marx, 2010). El capital opera transformando el trabajo concreto en trabajo abstracto, homogeneizando las actividades humanas diversas. Como señala Holloway (2011), este proceso implica una ruptura del "flujo social del hacer", es decir, de las formas en que las actividades humanas se entrelazan para sostener la vida social.

El concepto de "flujo social del trabajo concreto" busca recuperar esta dimensión cualitativa y relacional del trabajo humano. No se trata simplemente del trabajo individual destinado a producir valores de uso particulares, sino de las formas en que las diversas actividades humanas se entrelazan para sostener la reproducción de la vida social en su conjunto.

Este flujo social del trabajo concreto tiene características específicas que lo distinguen del trabajo abstracto capitalista: está orientado hacia necesidades concretas y situadas; implica relaciones directas entre productores y usuarios; se organiza a partir de decisiones colectivas sobre prioridades; incorpora dimensiones de cuidado y reproducción; y está enraizado en contextos socioecológicos específicos.

Estas formas de trabajo orientadas a la reproducción de la vida persisten incluso bajo el dominio del capital, especialmente en las actividades de cuidado, en economías populares y en formas comunitarias de gestión de recursos (Gutiérrez y Salazar 2019). Sin embargo, enfrentan constantemente la presión de la abstracción capitalista, que busca subsumirlas a la lógica del valor.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Pensar desde el flujo social del trabajo concreto implica reconocer, como plantea Federici (2020), que existe una continuidad entre las actividades productivas y reproductivas, entre el trabajo reconocido como tal y las múltiples actividades no remuneradas que sostienen la vida. Esta perspectiva permite visibilizar las interdependencias que sostienen la reproducción social y que son sistemáticamente invisibilizadas por la abstracción capitalista.

El problema fundamental que analizaremos es cómo organizar estos flujos sociales del trabajo concreto sin recaer en las formas de abstracción propias del capital. En otras palabras, cómo *producir-para-otros* sin recurrir a los procesos que abstractalizan el intercambio en la economía capitalista.

El tercer pilar de nuestro marco conceptual es "lo común" entendido no como un conjunto de bienes o recursos, sino como una forma específica de relación social. Esta perspectiva, desarrollada entre otros por Gutiérrez, Navarro y Linsalata (2017); Laval y Dardot (2015) y Caffentzis y Federici (2014), concibe lo común como una práctica social, como formas de cooperación y de relación que producen y reproducen bienes materiales e inmateriales de manera compartida.

Es importante distinguir esta concepción de otras aproximaciones más restrictivas. No se trata simplemente de los "bienes comunes" en sentido económico, ni de la "propiedad comunal" como forma jurídica. Lo común refiere a formas de relación social caracterizadas por la gestión colectiva de recursos necesarios para la reproducción de la vida; la toma de decisiones basada en la deliberación entre los implicados; el establecimiento de reglas definidas por la propia comunidad; la distribución equitativa de beneficios y cargas; y la orientación hacia la reproducción ampliada de la vida, no del capital.

Como señala Navarro (2016: 32), lo común es una forma de "producción social de lo común que pone en el centro la reproducción material y simbólica de la vida humana y no humana, que emerge necesariamente desde relaciones sociales cooperativas". Esta producción no es un estado sino un proceso permanente, una actividad social que debe ser continuamente renovada y recreada.

Es fundamental comprender que lo común no es una isla fuera del capital, sino que existe en tensión permanente con él. Como señala De Angelis (2017), lo común y el capital constituyen sistemas sociales que coexisten y

CONSEQUÊNCIA EDITORA

se interrelacionan, pero el capital busca constantemente subsumir o cercar lo común, mientras que lo común intenta expandir sus lógicas y defender sus espacios.

La producción de lo común está intrínsecamente relacionada con el flujo social del trabajo concreto. Lo común requiere de formas de trabajo que no estén mediadas principalmente por la abstracción del valor, que permitan relaciones directas entre las necesidades sociales y las actividades que las satisfacen. Al mismo tiempo, el trabajo concreto requiere de formas de organización y coordinación no mercantiles para fluir socialmente, y estas formas son precisamente las que producen lo común.

Estos tres conceptos —necrotización metropolitana, flujo social del trabajo concreto y producción de lo común— conforman el núcleo teórico de este trabajo. A partir de ellos, analizaremos tanto los procesos destructivos del capital en contextos metropolitanos como las posibilidades de construcción de alternativas basadas en lo común.

La necrotización del tejido de la vida en metrópolis latinoamericanas

Cuando observamos nuestras metrópolis modernas desde lo alto, lo primero que vemos es un inmenso mar de mercancías. Todo parece estar organizado en función del intercambio: el suelo se compra y se vende, el agua se embotella y comercializa, el tiempo se fragmenta y monetiza, incluso el aire limpio se está convirtiendo en un privilegio que solo algunos pueden pagar. Esta mercantilización generalizada no es simplemente un "avance" del mercado sobre ámbitos antes no mercantilizados, sino un proceso sistemático de necrotización del tejido socioeocológico que sustenta la vida urbana.

Las metrópolis latinoamericanas contemporáneas presentan una paradoja fundamental: mientras se presentan como concentraciones de "oportunidades", "innovación" y "desarrollo", son en realidad organismos profundamente frágiles que dependen de la constante extracción de energía y recursos de territorios cada vez más amplios. Son, como plantea Arboleda (2020), manifestaciones de la "mina planetaria" donde las fronteras extractivas ya no son simplemente lugares distantes sino condiciones socioespaciales que reproducen a escala ampliada las lógicas de depredación que han

CONSEQUÊNCIA EDITORA

caracterizado históricamente al capitalismo latinoamericano. Esta dependencia extractiva se manifiesta en las crecientes huellas ecológica de nuestras ciudades, que en casos como São Paulo o Ciudad de México exceden en muchas veces su superficie urbanizada (Inostroza, 2014).

Para ilustrar cómo opera esta necrotización, analizaremos dos casos en profundidad (la crisis hídrica en La Paz-El Alto y la crisis energética en Quito) y examinaremos brevemente otros dos casos complementarios (Rio de Janeiro y São Paulo), que permiten visibilizar diferentes dimensiones del fenómeno.

La crisis hídrica en La Paz-El Alto

La región metropolitana de La Paz-El Alto nos ofrece un ejemplo paradigmático de necrotización del tejido socioecológico urbano. En 2016-2017, esta zona urbana de casi dos millones de habitantes enfrentó una de las peores crisis hídricas de su historia. Los glaciares que históricamente habían sido fuente vital de agua para la ciudad se han reducido dramáticamente debido al cambio climático —el glaciar Chacaltaya, que abastecía a la ciudad, desapareció completamente en 2009, décadas antes de lo previsto por los modelos científicos (Soruco et al., 2015). Las represas que almacenaban agua para la ciudad se secaron, dejando el nivel de la principal reserva, Ajuankhota, en apenas el 1% de su capacidad.

Esta crisis no fue un simple fenómeno natural o climático: fue el resultado de décadas de un modelo de urbanización que ignoró sistemáticamente los ciclos hidrológicos de los que depende la ciudad. La expansión urbana no planificada destruyó sistemas naturales de provisión de agua: humedales de altura que funcionaban como reguladores naturales fueron urbanizados; áreas de recarga de acuíferos fueron impermeabilizadas por la construcción descontrolada; y las cuencas que abastecen a la ciudad fueron sistemáticamente deforestadas para dar paso a urbanizaciones irregulares. La contaminación sistémica también jugó un papel central: los ríos urbanos se convirtieron en cloacas abiertas, inutilizables para cualquier uso; los acuíferos fueron contaminados por la infiltración de desechos industriales y domésticos; y las prácticas mineras en las cabeceras de cuenca introdujeron metales pesados en el sistema hidrológico. A esto se sumó un modelo

CONSEQUÊNCIA EDITORA

de gestión que priorizó el negocio inmobiliario sobre la preservación de áreas ecológicamente sensibles.

Lo que hace de este caso un ejemplo paradigmático de necrotización es cómo la crisis no solo evidenció la fragilidad del metabolismo urbano, sino que también se convirtió en una oportunidad de mercantilización y acumulación. Durante la crisis, el agua embotellada se volvió un mercado extremadamente lucrativo, con incrementos de precio de hasta el 100%; las empresas de perforación de pozos proliferaron, privatizando de facto el agua subterránea; y surgieron "servicios de emergencia" que mercantilizaron el acceso al agua, profundizando las desigualdades existentes (Miranda, 2016; Perales, 2018).

La respuesta estatal reveló otra dimensión de la necrotización: lejos de cuestionar el modelo de desarrollo urbano que generó la vulnerabilidad, se intensificó la búsqueda de fuentes cada vez más lejanas, extendiendo la huella hídrica de la ciudad. Se propusieron nuevos megaproyectos para traer agua desde cuencas distantes, generando conflictos con comunidades rurales e indígenas (CAF, 2021; GAMLP, 2023). La "solución" técnica implicó, así, una profundización de las mismas lógicas extractivas que produjeron la crisis, en un ciclo autoperpetuante de necrotización metropolitana.

La crisis energética de Quito

Un proceso similar, pero que revela otras dimensiones de la fragilidad metropolitana, se observa actualmente en Quito. La capital ecuatoriana enfrenta desde 2023 una crisis energética sin precedentes que ha llevado a cortes de electricidad de hasta 14 horas diarias. Esta crisis no es simplemente resultado de una sequía temporal: es la manifestación de décadas de un modelo de desarrollo urbano que ha ignorado sistemáticamente los límites ecológicos y la necesidad de diversificar las fuentes energéticas.

La dependencia casi total de la hidroelectricidad (aproximadamente 80% de la electricidad del país), en un contexto de cambio climático y degradación de cuencas hídricas, ha dejado a Ecuador —y particularmente a su capital— en una situación de extrema vulnerabilidad (Chamorro y Mera, 2025). Los diseños de energía hidroeléctrica en Ecuador no habrían considerado ade-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

cuadamente la vulnerabilidad al cambio climático, lo que ha contribuido significativamente a la actual crisis (Parra citado en Plan V: 2020).

Lo más revelador es cómo esta crisis evidencia la fragilidad sistémica de la vida urbana contemporánea: sin electricidad, los sistemas de agua potable fallan, las comunicaciones se interrumpen, los alimentos se echan a perder, los servicios médicos se ven comprometidos (Moncada, 2024). La metrópolis moderna se revela como un organismo completamente dependiente de flujos energéticos cada vez más precarios y extendidos geográficamente.

Como en otros casos, esta crisis no afecta a todos por igual: mientras algunos sectores pueden invertir en sistemas de respaldo privados —generadores, paneles solares, baterías—, los barrios populares sufren el impacto completo de los cortes. La crisis profundiza las desigualdades existentes y crea nuevos mercados: proliferan las empresas de sistemas de emergencia, mientras que el uso generalizado de generadores ha deteriorado significativamente la calidad del aire en las ciudades ecuatorianas (Vásquez et al., 2024).

La gestión gubernamental de la crisis en Ecuador revela el carácter estructural del problema: las soluciones propuestas —compra de energía a países vecinos, intensificación de la producción térmica, y nuevos proyectos hidroeléctricos— no cuestionan el modelo metabólico fundamentalmente insostenible de las metrópolis contemporáneas. Como indica el estudio del metabolismo urbano del Distrito Metropolitano de Quito, la demanda energética de la ciudad ha alcanzado niveles insostenibles (Rosales, 2023). Por el contrario, estas soluciones profundizan la dependencia de redes energéticas cada vez más extensas y frágiles, expandiendo la huella ecológica de la ciudad y generando nuevas vulnerabilidades.

Las periferias de Rio de Janeiro y la crisis socioambiental del Gran São Paulo

Los casos de Rio de Janeiro y São Paulo complementan nuestro análisis ilustrando otras dimensiones de la necrotización metropolitana. En Rio, particularmente en la Baixada Fluminense, se evidencia la producción sistemática de *zonas de sacrificio* donde confluyen múltiples procesos de degradación socioecológica (Queiroz y Plácido, 2014).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

La Baixada Fluminense es conocida específicamente como una zona de sacrificio, expresión utilizada por los movimientos de justicia ambiental para designar localidades en que se observa una superposición de emprendimientos e instalaciones responsables por daños y riesgos ambientales (Gonçalves, 2013). Estas periferias concentran simultáneamente vertederos (como el antiguo lixão de Jardim Gramacho en Duque de Caxias), industrias contaminantes, y urbanizaciones precarias sin acceso adecuado a saneamiento básico (Gonçalves, 2013).

Lo distintivo de este caso es el carácter acumulativo y sinérgico de los daños. En estas periferias los diferentes procesos de degradación se potencian mutuamente: la contaminación industrial reduce la capacidad de los ecosistemas para amortiguar eventos climáticos; la deforestación intensifica inundaciones; y la precariedad habitacional aumenta la exposición a problemas socioambientales. Como documentan Oliveira y Totti, en barrios como Santa Cruz, la costumbre de localizar actividades intensamente contaminantes y degradantes en la misma zona se repite, sin que el supuesto desarrollo económico altere significativamente la realidad material de la población directamente afectada por los riesgos y daños generados por la actividad industrial (Oliveira y Totti, s/f).

El caso del Gran São Paulo, por su parte, nos permite observar la necrotización a escala de una megalópolis de más de 20 millones de habitantes. La crisis hídrica de 2014-2015, cuando el sistema Cantareira llegó a niveles críticos, reveló la extrema vulnerabilidad de este gigante urbano. Como analizan Buckeridge y Ribeiro (2018), esta crisis fue resultado de décadas de políticas que ignoraron los límites ecológicos de la cuenca: la expansión urbana afectó los manantiales, la deforestación alteró el ciclo hidrológico local, y la contaminación deterioró la calidad de los ríos urbanos.

Particularmente relevante es cómo la crisis paulista reveló la interconexión entre diferentes dimensiones de la necrotización: la escasez de agua afectó la generación hidroeléctrica, las restricciones hídricas exacerbaron problemas sanitarios, y las soluciones propuestas generaron conflictos en otras regiones, incluso con el estado de Rio de Janeiro, ya que parte de las soluciones involucraban el Río Paraíba do Sul (Jacobi et al., 2021). Al igual que en los casos anteriores, la crisis reveló y profundizó desigualdades socioespaciales: mientras algunos sectores podían invertir en sistemas de respaldo privados, las periferias sufrieron el impacto completo de los cortes.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

La respuesta institucional a la crisis hídrica en São Paulo ilustra problemas estructurales de gobernanza. Como señalan Jacobi y otros investigadores, "durante la crisis la falta de transparencia fue una constante en el comportamiento de las instancias de gestión del sistema de gestión del agua en el estado de São Paulo" (Jacobi et al., 2021). La reiterada minimización de la situación crítica por parte de las autoridades estatales obstaculizó la participación ciudadana en los esfuerzos para enfrentar la emergencia. Simultáneamente, se implementaron medidas de infraestructura urgente sin establecer los necesarios canales de diálogo con los comités de cuenca afectados, ignorando así sus perspectivas y conocimientos particulares sobre los territorios hídricos en cuestión. (Jacobi et al., 2021).

Patrones comunes de la necrotización metropolitana

El análisis comparativo de estos casos nos permite identificar patrones comunes que caracterizan la necrotización del tejido de la vida en contextos metropolitanos. En primer lugar, observamos una ampliación constante de la huella ecológica: las metrópolis extienden continuamente su alcance metabólico, subordinando territorios cada vez más amplios a sus necesidades de recursos, energía y sumideros de residuos. Simultáneamente, se produce una intensificación de la vulnerabilidad sistémica: la complejización de las redes técnicas que sostienen la vida urbana incrementa paradójicamente su fragilidad, creando nuevos puntos de fallo y dependencias críticas. Un tercer patrón es la distribución desigual de los impactos: la necrotización se distribuye según líneas de clase, raza y género. También identificamos la mercantilización de la catástrofe: las crisis socioecológicas funcionan como oportunidades para nuevos ciclos de acumulación". Finalmente, se evidencia una autoamplificación del daño: los diferentes procesos de degradación se retroalimentan mutuamente, generando efectos sinérgicos donde el daño total es mayor que la suma de los daños individuales.

Estos patrones revelan el carácter estructural y no accidental de la necrotización metropolitana. No se trata de "efectos colaterales" de un desarrollo fundamentalmente benigno, sino de mecanismos centrales a través de los cuales opera la acumulación de capital en contextos urbanos contempo-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ráneos. Como señala Harvey (2014), el capital no solo produce crisis, sino que necesita de ellas para su propia reproducción ampliada.

El flujo social del trabajo concreto y la comunidad como horizonte de transformación metropolitana

La articulación entre el flujo social del trabajo concreto y la formación comunitaria constituye un núcleo fundamental para comprender la potencialidad de lo común como horizonte de transformación en contextos metropolitanos. Esta relación, sin embargo, no puede entenderse de manera idealizada, sino que debe analizarse en sus tensiones y contradicciones específicas dentro del proceso de metropolización capitalista que hemos caracterizado como necrotizante.

Trabajo concreto y producción comunitaria en la metrópolis

El trabajo concreto, a diferencia del trabajo abstracto característico de las relaciones capitalistas, no es una abstracción medible en tiempo e intercambiable en el mercado, sino una actividad material específica, orientada a la producción de valores de uso particulares (Marx, 2010). Esta dimensión material del trabajo concreto se manifiesta en contextos urbanos a través de prácticas que, aunque fragmentadas y parciales, crean infraestructuras materiales y simbólicas que sostienen la reproducción de la vida comunitaria frente a los procesos de necrotización metropolitana.

En las metrópolis latinoamericanas contemporáneas, ante la crisis multidimensional que hemos analizado, el trabajo concreto adquiere formas específicas que responden a las condiciones de precariedad y fragmentación urbana. La construcción y mantenimiento de sistemas comunitarios de agua en zonas periurbanas de La Paz-El Alto, por ejemplo, implica no solo la organización del trabajo para instalar y mantener infraestructuras físicas (tuberías, tanques, bombas), sino también el desarrollo de tecnologías sociales que permiten la gestión colectiva de estas infraestructuras. Estas tecnologías Pueden incluir sistemas de turnos rotativos para el mantenimiento, mecanismos de deliberación para la resolución de

CONSEQUÊNCIA EDITORA

conflictos, y prácticas de cuidado de fuentes y cuencas hidrográficas que confrontan directamente la necrotización del ciclo hidrológico que llevó a la crisis hídrica.

Lo que distingue estas prácticas de trabajo concreto no es solo su resultado material (el acceso al agua), sino el proceso social a través del cual se desarrollan. A diferencia del trabajo abstracto que está mediado primordialmente por el valor de cambio, aquí el trabajo está mediado principalmente por relaciones directas entre las personas involucradas y por necesidades concretas de la comunidad. Como señala Navarro (2016: 38), esta forma de trabajo "produce relaciones sociales distintas a las capitalistas en tanto no se orienta a la valorización del valor sino a la satisfacción de necesidades concretas".

De manera similar, ante la crisis energética de Quito, han emergido iniciativas de gestión comunitaria de la energía que, aunque todavía incipientes, buscan reducir la dependencia de redes centralizadas vulnerables. Estas iniciativas combinan tecnologías de pequeña escala (sistemas solares descentralizados, generadores comunitarios) con prácticas sociales de ahorro y redistribución energética. Lo relevante es que estas prácticas no solo proporcionan acceso a la energía, sino que generan capacidades comunitarias de autogestión que incrementan la resiliencia frente a la fragilidad del metabolismo urbano capitalista.

La comunidad, en estos contextos metropolitanos, no puede entenderse como una entidad pre-existente o natural, sino como un proceso activo de co-producción a través del trabajo compartido. Esta perspectiva se distancia tanto de visiones románticas que idealizan la comunidad como un espacio de armonía y homogeneidad, como de visiones utilitaristas que la reducen a un mero instrumento para la satisfacción de necesidades individuales. Como argumenta Gutiérrez y Salazar (2019), la comunidad se produce y reproduce a través de prácticas concretas de cooperación y reciprocidad que generan vínculos entre las personas involucradas. Este proceso no está exento de conflictos y tensiones, pero es precisamente a través de la gestión colectiva de estos conflictos que se va tejiendo lo comunitario.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Tensiones en la producción metropolitana de lo común

Sin embargo, esta materialidad del trabajo concreto en contextos urbanos enfrenta constantemente el desafío de la abstracción. Las infraestructuras urbanas están diseñadas principalmente para facilitar el flujo de mercancías y la acumulación de capital, no para sostener procesos comunitarios. El espacio urbano mismo, como argumenta Lefebvre (2013), está producido bajo la lógica de la homogeneización y la fragmentación, lo que dificulta el desarrollo de formas de trabajo que requieren continuidad espacial y temporal.

La relación entre el flujo social del trabajo concreto y la comunidad está atravesada por tensiones constantes con las formas de abstracción propias del capital. Estas tensiones no son externas a las experiencias comunitarias, sino que las penetran internamente, generando contradicciones que deben ser abordadas de manera explícita.

Una de las tensiones fundamentales se manifiesta en lo que se entiende como la "doble naturaleza del trabajo en el capitalismo": todo trabajo concreto está potencialmente sujeto a procesos de abstracción que lo subsumen a la lógica del valor. Incluso cuando las comunidades organizan su trabajo en torno a valores de uso concretos, enfrentan constantemente la presión de la abstracción en forma de necesidades monetarias, regulaciones estatales, o dependencia de insumos mercantilizados.

Esta tensión se manifiesta claramente en los sistemas comunitarios de agua en La Paz-El Alto, donde las tarifas por el servicio, aunque responden principalmente a la lógica de la reproducción comunitaria, introducen inevitablemente elementos de abstracción monetaria que pueden desembocar en procesos de mercantilización si no son gestionados adecuadamente. De manera similar, las experiencias de gestión comunitaria durante la crisis energética de Quito deben negociar constantemente con servicios públicos centralizados, regulaciones técnicas y dependencia de tecnologías producidas bajo lógicas mercantiles.

Otra tensión significativa surge de lo que podríamos llamar la "seducción de la eficiencia" abstracta. Las formas capitalistas de organización del trabajo han desarrollado mecanismos altamente eficientes para coordinar actividades complejas a gran escala, aunque esta eficiencia tiene costos sociales y ecológicos enormes. Las experiencias comunitarias, al operar con lógicas diferentes, enfrentan constantemente comparaciones desfavorables

CONSEQUÊNCIA EDITORA

en términos de eficiencia abstracta, lo que genera presiones para adoptar formas de organización más cercanas a las lógicas mercantiles.

En las redes de cuidado que han emergido en contextos como la Baixada Fluminense en Rio de Janeiro, esta tensión se manifiesta cuando las instituciones estatales intentan "formalizar" estas experiencias bajo lógicas burocráticas que prometen mayor eficiencia y cobertura, a costa de despojarlas de su carácter comunitario y de la riqueza de sus relaciones concretas. La tentación de sacrificar la cualidad de las relaciones en aras de una mayor escala o eficiencia representa una presión constante para estas experiencias.

Una tercera tensión surge de lo que De Angelis (2017) explica como la tendencia del capital a apropiarse y mercantilizar los espacios y recursos comunes a través de los cercamientos. Las experiencias comunitarias urbanas no solo deben lidiar con la presión abstractiva sobre su trabajo, sino también con la amenaza constante de desplazamiento o desposesión. Las ocupaciones urbanas en São Paulo, por ejemplo, enfrentan no solo la amenaza del desalojo, sino también la presión especulativa que busca capitalizar el valor generado por sus procesos de rehabilitación urbana (Paterniani, 2019).

Estas tensiones no implican una imposibilidad de sostener el flujo social del trabajo concreto en contextos metropolitanos, pero sí exigen estrategias explícitas para gestionarlas. Las comunidades desarrollan "políticas de lo común" que buscan regular sus relaciones con el Estado y el mercado, estableciendo límites a la penetración de lógicas abstractivas y defendiendo espacios de autonomía relativa (Gutiérrez y Salazar, 2019)

La comunidad metropolitana como creación, no como retorno

Es fundamental comprender que la comunidad urbana, como horizonte político, no representa un retorno a formas pre-capitalistas de socialidad, sino un proceso creativo de construcción de nuevas relaciones sociales. Las relaciones comunitarias no constituyen una entidad física delimitada ni un vínculo social predeterminado, sino que emergen como un entramado de interacciones cooperativas que requieren ser constantemente generadas, sostenidas y reconceptualizadas.

En contextos metropolitanos, donde la necrotización del tejido social y ecológico es particularmente intensa, la construcción comunitaria implica

CONSEQUÊNCIA EDITORA

superar múltiples divisiones: entre producción y reproducción, entre trabajo asalariado y no asalariado, entre esferas de la vida separadas por la lógica capitalista. No se trata, por tanto, de recuperar una supuesta comunidad original perdida, sino de crear formas comunitarias adaptadas a las condiciones contemporáneas que sean capaces de regenerar los tejidos vitales dañados por la necrotización capitalista.

Esta dimensión creativa de la comunidad urbana es fundamental para comprender su potencial político. No se trata de una postura nostálgica o defensiva frente al avance del capital, sino de una experimentación activa con formas de socialidad que prefiguran relaciones postcapitalistas. Como argumenta Zibechi (2015), estos territorios en resistencia no solo se oponen a la lógica del capital, sino que crean nuevos espacios de organización y resistencia que funcionan como nuevos poderes dentro de territorios autónomos. Estos espacios están ligados a relaciones sociales no capitalistas y constituyen trincheras de resistencia donde predomina "el reino del valor de uso, que queda por fuera del mercado", expandiendo así el horizonte de lo posible.

La tensión urbano-comunitaria como espacio de politización

La relación entre lo urbano (que tiende a la abstracción) y lo comunitario (que tiende a lo concreto) constituye una tensión fundamental que, lejos de resolverse en un sentido u otro, configura un campo de politización permanente. Esta tensión no es una dicotomía simple, sino un espacio de experimentación donde se negocian constantemente los límites entre diferentes lógicas sociales.

Como señala Lefebvre (2013), la ciudad moderna es simultáneamente un espacio de separación y de encuentro, de fragmentación y de potencial rearticulación. Las experiencias comunitarias urbanas operan precisamente en esta ambivalencia, aprovechando las posibilidades de conexión que ofrece la concentración urbana mientras resisten las tendencias a la fragmentación y la abstracción.

Podemos partir de las redes de economía solidaria urbana estudiadas por Mance (2008), para abordar esta problemática. Por un lado, aprovechan la densidad y diversidad urbana para establecer conexiones entre diferentes

CONSEQUÊNCIA EDITORA

iniciativas (cooperativas de producción, grupos de consumo, servicios autogestionados) que no serían posibles en contextos menos densos. Por otro lado, luchan constantemente contra las tendencias a la competencia y la mercantilización que esa misma densidad y diversidad intensifican.

Esta tensión urbano-comunitaria genera un espacio de experimentación política que no puede reducirse a modelos predefinidos. Las iniciativas de gestión comunitaria surgidas ante la crisis hídrica en La Paz-El Alto o la crisis energética en Quito no solo experimentan con formas de gestión de recursos, sino también con formas de gobierno que combinan elementos de democracia directa y representativa, autonomía local y articulación a escalas mayores, reciprocidad directa y coordinación mediada por reglas explícitas.

Lejos de ser un obstáculo para la construcción comunitaria, la complejidad urbana puede convertirse así en un campo de experimentación política donde se ensayan formas de articulación que superan tanto el localismo autorreferencial como la homogeneización centralista. La comunidad urbana, en este sentido, no es un espacio cerrado y homogéneo, sino un nodo en una red de relaciones que se extiende a diferentes escalas.

Potencial político del flujo social del trabajo concreto en la metrópolis

Las experiencias comunitarias metropolitanas, a pesar de su carácter parcial y situado, contienen potencialidades políticas significativas que trascienden su impacto inmediato. Estas potencialidades no residen principalmente en su capacidad para "escalar" linealmente o para configurarse como alternativas totales al capital, sino en su capacidad para prefigurar relaciones sociales diferentes y para articularse en ecologías del común más amplias.

En primer lugar, estas experiencias demuestran la posibilidad concreta de organizar aspectos fundamentales de la reproducción social bajo lógicas diferentes a las del capital, incluso en contextos profundamente necrotizados. Los sistemas comunitarios de agua, las cooperativas integrales de vivienda o las redes de cuidado no son utopías abstractas, sino realidades existentes que, a pesar de sus límites y contradicciones, proporcionan experiencias tangibles de otras formas de organizar la vida social frente a la crisis.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Como argumenta Gibson-Graham (2008), estas experiencias contribuyen a una política de la posibilidad que desafía el monopolio del imaginario capitalista sobre lo económicamente viable. Al demostrar que otras formas de organización son posibles y funcionan efectivamente para satisfacer necesidades concretas, estas experiencias expanden el horizonte de lo pensable y lo practicable.

En segundo lugar, estas experiencias generan procesos de politización desde la vida cotidiana que contrastan con las formas más institucionalizadas de la política tradicional. Las luchas comunitarias por el agua en La Paz-El Alto, las respuestas colectivas a la crisis energética en Quito, o las iniciativas territoriales frente a la contaminación en la Baixada Fluminense no solo abordan necesidades materiales inmediatas, sino que cuestionan las relaciones de poder que estructuran la vida urbana. Al hacer visibles y explícitas estas relaciones, contribuyen a una politización de esferas de la vida que el capital tiende a naturalizar y despolitizar.

Las redes de cuidado organizadas por mujeres en contextos de crisis socioambiental, por ejemplo, no solo proporcionan soluciones prácticas a necesidades inmediatas, sino que cuestionan la asignación por género del trabajo reproductivo y su subordinación sistemática al trabajo productivo valorizado por el capital. Estas experiencias "politizan el cuidado" al sacarlo de la esfera privada y convertirlo en objeto de deliberación y organización colectiva.

En tercer lugar, estas experiencias desarrollan lo que Gutiérrez (2017) denomina "capacidades políticas no estatales": formas de toma de decisión, resolución de conflictos y gestión de lo común que no dependen principalmente de la mediación estatal. Estas capacidades no solo son relevantes para las comunidades específicas que las desarrollan, sino que prefiguran formas de gobierno que podrían articularse a escalas mayores manteniendo su carácter democrático y situado.

Los sistemas asamblearios de gestión comunitaria de recursos vitales como el agua o la energía, los mecanismos de rendición de cuentas de los comités territoriales, o las formas de deliberación de las redes de cuidado no son solo medios para tomar decisiones específicas, sino escuelas prácticas de política que desarrollan capacidades organizativas transferibles a otros contextos y escalas.

En este sentido, el flujo social del trabajo concreto en contextos metropolitanos no se limita a satisfacer necesidades inmediatas, sino que gene-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ra un conjunto de capacidades colectivas, vínculos afectivos y horizontes políticos que prefiguran posibilidades de transformación más amplias. No se trata simplemente de "resistir" la necrotización capitalista, sino de crear activamente las condiciones para formas de socialidad que pongan la reproducción de la vida en el centro.

Sin embargo, para que estas potencialidades se desarrollen, es necesario abordar conscientemente las contradicciones y tensiones que hemos analizado. La articulación entre trabajo concreto y comunidad en contextos metropolitanos requiere estrategias explícitas para gestionar la presión de la abstracción capitalista, para sostener formas de interdependencia que no reproduzcan jerarquías opresivas, y para construir conexiones entre diferentes experiencias sin sacrificar su autonomía y diversidad.

Esto implica, como plantea De Angelis (2017), pensar en términos de "ecologías comunes": sistemas de interrelación entre diferentes formas de lo común que, como un ecosistema natural, derivan su resiliencia precisamente de su diversidad. La potencia transformadora del flujo social del trabajo concreto no reside en su capacidad para escalar homogéneamente, sino en su capacidad para tejer redes de interdependencia que, en su conjunto, puedan sostener y ampliar horizontes poscapitalistas en medio de la necrotización metropolitana.

Conclusiones. Lo común como horizonte necesario

El recorrido analítico desarrollado en este artículo nos permite proponer tres puntos fundamentales para la reflexión sobre lo común metropolitano:

En primer lugar, la producción de lo común en contextos metropolitanos aparece no como una alternativa idealista sino como respuesta material a la intensificación de la necrotización capitalista. Los casos de La Paz-El Alto, Quito, Rio de Janeiro y São Paulo revelan que cuando los sistemas mercantiles y estatales fallan sistemáticamente en garantizar condiciones mínimas para la reproducción de la vida, emergen prácticas comunitarias que, aunque contradictorias y parciales, demuestran la posibilidad concreta de organizar aspectos fundamentales de la existencia bajo lógicas diferentes.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

En segundo lugar, el carácter experimental y situado de estas experiencias constituye su fortaleza más significativa. A diferencia de los proyectos centralistas que buscan homogeneizar realidades diversas, la producción metropolitana de lo común opera a través de adaptaciones precisas a condiciones específicas, generando respuestas diferenciadas que derivan su potencia precisamente de su diversidad.

Finalmente, el análisis realizado sugiere la necesidad de superar tanto visiones románticas que idealizan lo comunitario como perspectivas tecnocráticas que reducen los problemas metropolitanos a cuestiones de gestión. Lo que está en juego no es simplemente una forma más eficiente de organizar ciertos aspectos de la vida urbana, sino la posibilidad misma de construir relaciones sociales que pongan la reproducción de la vida en el centro.

Ante la intensificación de las crisis metropolitanas, la investigación futura deberá profundizar en tres líneas fundamentales: las mediaciones no mercantiles que facilitan el flujo social del trabajo concreto sin reproducir las abstracciones del valor; y las ecologías urbanas de lo común que articulan diferentes experiencias en sistemas de apoyo mutuo sin sacrificar su diversidad y autonomía.

Estas líneas de indagación no son meramente académicas, sino que responden a la urgencia de construir, aquí y ahora, formas de organización social donde la reproducción de la vida prevalezca sobre la acumulación de capital.

Referencias

ARBOLEDA, M. (2020). *Planetary Mine: Territories of Extraction under Late Capitalism*. Verso.

BUCKERIDGE, M., y COSTA, W. (Eds.). (2018). *Livro branco da água. A crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo em 2013-2015: Origens, impactos e soluções*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. https://doi.org/10.11606/9788563007094

CAF. (2021). Plan de adaptación al cambio climático para La Paz a partir de estudio de vulnerabilidad. https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/plan-de-adaptacion-al-cambio-climatico-para-la-paz-a-partir-de-estudio-de-vulnerabilidad-impulsado-por-caf/

CONSEQUÊNCIA EDITORA

CAFFENTZIS, G., y FEDERICI, S. (2014). Commons against and beyond capitalism. *Community Development Journal, 49*(1), 92-105.

CHAMORRO, J., y MERA, E. (2025). Estudio de la crisis energética en el Ecuador por la dependencia en la generación de energía hidráulica. *Revista Científica INGENIAR: Ingeniería, Tecnología e Investigación, 8*(15), Artículo 15.

DE ANGELIS, M. (2017). *Omnia Sunt Communia: On the Commons and the Transformation to Postcapitalism*. Zed Books.

DE ANGELIS, M. (2019). Bienes comunes (Commons). En A. Kothari, A. Salleh, A. Escobar, F. Demaria, y A. Acosta (Eds.), *Pluriverso: Un diccionario del posdesarrollo* (pp. 176-180). Icaria Editorial.

FEDERICI, S. (2020). *Reencantar el mundo: el feminismo y la política de los comunes*. Tinta Limón.

GAMLP. (2023). Alcalde entrega estudio para obras estructurales y control hidráulico en ríos Jarañapampa y Chuajahuira. Recuperado el 27 de marzo de 2025, de https://lapaz.bo/alcalde-entrega-estudio-para-obras-estructurales-y-control-hidraulico-en-rios-jaranapampa-y-chuajahuira/

GIBSON-GRAHAM, J. K. (2008). Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. *Progress in Human Geography*, 32(5), 613-632.

GONÇALVES, T. C. (2013). Sustentabilidade e justiça ambiental na Baixada Fluminense: Identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. *Cadernos Metrópole, 15*(29), Artículo 29.

GUTIÉRREZ, R. (2017). *Horizontes comunitario-populares: Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas*. Traficantes de Sueños.

GUTIÉRREZ, R., NAVARRO, M., y LINSALATA, L. (2017). Repensar lo político, pensar lo común. Claves para la discusión. En D. Inclán, L. Linsalata, y M. Millán (Eds.), *Modernidades alternativas* (pp. 377-417). UNAM/DGAPA/Del Lirio.

GUTIÉRREZ, R., y SALAZAR, H. (2019). Reproducción comunitaria de la vida. Pensando la transformación social en el presente. En *Producir lo común. Entramados comunitarios y luchas por la vida* (1a ed.). Traficantes de sueños.

HARVEY, D. (2014). *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Traficantes de sueños.

HEYNEN, N., KAIKA, M., y Swyngedouw, E. (2006). *In the Nature of Cities: Urban Political Ecology and the Politics of Urban Metabolism*. Routledge.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

HOLLOWAY, J. (2011). *Agrietar el capitalismo: El hacer contra el trabajo*. Herramienta.

INOSTROZA, L. (2014). Measuring urban ecosystem functions through 'Technomass' – A novel indicator to assess urban metabolism. *Ecological Indicators, 42*, 10-19.

JACOBI, P. R., BUCKERIDGE, M., y RIBEIRO, W. C. (2021). Governança da água na Região Metropolitana de São Paulo—Desafios à luz das mudanças climáticas. *Estudos Avançados, 35*(102), 209-226. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35102.013

LAVAL, C., y DARDOT, P. (2015). *Común: Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI*. Gedisa.

LEFEBVRE, H. (2013). *La producción del espacio*. Capitán Swing.

LINSALATA, L. y SALAZAR H. (en prensa). "¿Qué puede lo común contra la escala de la necrotización capitalista del tejido de la vida?".

MACHADO, H. (2021). Violencia extractivista y sociometabolismo del capital. *Onteaiken, 32*, 73-87.

MANCE, E. (2008). *La revolución de las redes: La colaboración solidaria como una alternativa pos-capitalista a la globalización actual*. UACM.

MARX, K. (2010). *El capital. Crítica de la economía política* (Vol. 1). Siglo XXI.

MBEMBE, A. (2011). *Necropolítica* (E. F. Archambault, Trad.). Barcelona: Editorial Melusina.

MCBRIEN, J. (2016). Accumulating Extinction: Planetary Catastrophism in the Necrocene. En J. W. Moore (Ed.), *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism* (pp. 116-137). Oakland: PM Press.

MIRANDA, B. (2016). "Lo más terrible es que nos estamos acostumbrando": Cómo La Paz, en Bolivia, lleva más de un mes viviendo sin agua. BBC News Mundo. https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-38296269

MONCADA, B. (2024). Apagones | "Es como volver al siglo XVIII": Los cortes que tienen a Ecuador 12 horas sin luz por día. BBC News Mundo. https://www.bbc.com/mundo/articles/c05z0vr0rneo

MOORE, J. W. (2020). *El capitalismo en la trama de la vida. Ecología y acumulación de capital*. Traficantes de sueños.

NAVARRO, M. (2016). Hacer común contra la fragmentación en la ciudad: experiencias de autonomía urbana. En R. Gutiérrez (Ed.), *Horizontes comunitario-populares en México* (pp. 79-122). BUAP.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

OLIVEIRA, T. R., y TOTTI, V. (s.f.). Injusticia ambiental, racismo ambiental y el marco para la estratificación socio-racial en zonas de sacrificio: El caso del barrio de Santa Cruz en Rio de Janeiro. Recuperado el 29 de marzo de 2025, de https://law.yale.edu/sites/default/files/area/center/kamel/sela16_pires_cv_sp.pdf

PATERNIANI, S. (2019). *São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia*. São Paulo: Autonomia Literária.

PERALES, V. H. (2018). La crisis del agua en La Paz: Cambios y racionamiento del agua. Temas Sociales, 43, 97-124. http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttextypid=S0040-29152018000200005

PLAN V. (2020). Hidroeléctricas en Ecuador: ¿a espaldas del cambio climático? https://planv.com.ec/historias/hidroelectricas-ecuador-espaldas-del-cambio-climatico/

QUEIROZ, E., y PLÁCIDO, P. (2014). A história ambiental e educação ambiental: reflexões em 'zonas de sacrifício' na baixada fluminense/rj. *História, Natureza e Espaço – Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF, 2*(1). https://doi.org/10.12957/hne.2013.8770

ROSALES, F. (2023). *Metabolismo urbano aplicaciones desde la perspectiva ecosistémica* [Tesis de doctorado, Flacso-Ecuador]. https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/19034/2/TFLACSO-2023FORP.pdf

SASSEN, S. (2015). *Expulsiones: Brutalidad y Complejidad en la Economía Global*. Katz.

SORUCO, A., VINCENT, C., FRANCOU, B., y GONZÁLEZ, J. F. (2015). Glacier decline between 1963 and 2012 in the Cordillera Real, Bolivia. *Journal of Glaciology, 61*(229), 1101-1113.

VÁSQUEZ, M., BESORA, J., y Felipe, B. (2024). *Colapso climático, hídrico y energético*: La necesidad de una transición ecosocial urgente en Ecuador. El Salto. https://www.elsaltodiario.com/la-tecnologia-no-nos-salvara/colapso-climatico-hidrico-energetico-necesidad-una-transicion-ecosocial-urgente-ecuador

ZIBECHI, R. (2015). *Descolonizar el pensamiento crítico y las rebeldías. Autonomías y emancipaciones en la era del progresismo*. Bajo Tierra Ediciones.

CAPÍTULO 30

Território(s) feito(s) comum(ns): implicações geográficas no sentirpensarfazer o(s) comum(ns)[1]

Rogério Haesbaert

Para realizar esa no propiedad, para ir hacia ese horizonte que proponen de un común compartido se hace imprescindible habitar el territorio, poseer el espacio que habitamos, pertenecer si se quiere.

("Por lo común sobre un territorio sin dueño",
Boletín Lucha Indígena, 11.06.2024)

… la construcción de territorios es crucial en este proceso expansivo de autonomía política y material. Me refiero a la ocupación de espacios físicos en los que se compartan y resuelvan necesidades en común. Lo que tendencialmente puede derivar en potenciales procesos de independencia con respecto al Estado y al capital. Así, la producción social del espacio y de territorialidades en disputa con el orden dominante es una dimensión estratégica en la construcción emancipatoria.

(Navarro, 2019:134-135)

1 Agradeço aos organizadores do SIMEGER, que há 14 anos nos proporcionam essas semanas de intensos e estimulantes debates aliados ao fortalecimento dos laços de amizade. Sou muito grato também aos parceiros de nosso núcleo de pesquisa, o NUREG, que promovem a construção coletiva de conhecimento e, mais amplamente, que fazem do grupo uma espécie de território/laboratório do comum. Fizeram uma leitura de versão prévia deste artigo e trouxeram valiosas contribuições Willian Rocha, Maria Lucia Oliveira e Cleber Ribeiro. Obrigado ainda aos companheiros de mesa no SIMEGER, Raúl Zibechi, João Bosco Tonucci Filho e Huáscar Salazar Lohman, que tanto inspiraram estas reflexões, e ao amigo João Rua por sua leitura atenta e pelas contribuições.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Introdução: os múltiplos sentidos do comum e o território

Estas reflexões têm por objetivo principal discutir alguns dos desafios que se colocam quando nos propomos a pensar – ou, mais amplamente, sentipensarfazer – as implicações ou as condições geográficas na construção do(s) comum(ns), ou seja, quando pretendemos problematizar a territorialização do(s) comum(ns). Partiremos do pressuposto de que a dimensão geográfica ou, mais especificamente, territorial – ao enfatizar, em sentido muito amplo, as relações espacializadas de poder – é fundamental e coloca diversos desafios em qualquer processo de criação de comum(ns), ou melhor, de comum(al)ização[2], para enfatizar o seu processo de construção.

Não é demais destacar, de início, o quanto o comum/itário adquire relevância, hoje, especialmente diante do crescente desprezo que sofreu pelo modo de produção – e civilizatório – dominante. Como afirma Teruel (2024), inspirado em Enrique Dussell:

> La modernidad produjo la operación de olvidar toda referencia comunitaria con el ser humano y suponer la fetichización del individuo como punto de partida, al menos, de sus relaciones políticas y económicas. Los representantes de la filosofía política moderna y los economistas liberales han hecho abstracción en sus análisis de la dimensión ética o crítica, tal como la entiende la filosofía de la liberación, i. e., la dimensión de la proximidad cara-a-cara, al fetichizar al individuo desvinculándolo de la comunidad, o al mercado desligándolo del ser humano concreto a la vez necesitado y productor (Teruel, 2024:237).

Obviamente que a crítica a esse "esquecer toda referência comunitária" pela moderno-colonialidade não significa negar toda organização societário-racional e cair num romantismo comunitarista inalcançável diante das atuais condições de nossa complexidade social. Assim, quando se fala em

2 Diversas vezes, ao longo do texto, utilizaremos o termo "comum(al)izar" ou "comun(al)ização" para indicar o fazer/construir o comum relacionado ao mesmo tempo ao comunal (de "comuna", lembrando os movimentos comunistas, de matriz predominantemente europeia) e ao comunitário (de "comunidade", referido aos movimentos ditos comunitários, marcantes no contexto latino-americano, sem esquecer que em países como o México temos a designação oficial de "propriedade comunal").

CONSEQUÊNCIA EDITORA

construção de comum(ns), fala-se também em limites, potencialidades e, obviamente, contradições.

O termo "comum", sem dúvida, é ardiloso. Por sua ampla disseminação é importante lembrar, em primeiro lugar, a necessária distinção entre sua manifestação como categoria da prática, de uso cotidiano, como categoria de análise, enquanto instrumento analítico intelectual, e/ou como categoria normativa, na implementação política (ou jurídico-política) em que pode estar inserido. Ao mesmo tempo que são distintas, entretanto, essas categorias, obviamente, se articulam e retroalimentam.

Enquanto categoria da prática, "comum" adquire múltiplas conotações, desde o sentido daquilo que é habitual, ordinário, geral/universal, até o que é disseminado, majoritário, ou ainda, em sentido diverso, mas associado, daquilo que é modesto ou inferior (quando, por exemplo, falamos de "pessoas comuns").

Numa perspectiva normativa, lembramos que há um longo histórico dos *commons* ingleses, terras geralmente dentro ou próximas das cidades definidas juridicamente como de uso aberto ou coletivo. Do percentual correspondente a um quarto de todas as terras do país no século XVII, resta hoje cerca de 3% desses territórios no Reino Unido. Além disso, é importante lembrar que, especialmente no âmbito das relações internacionais, são considerados "comuns globais" todos os espaços/recursos fora da autoridade dos Estados nações, como águas internacionais (para além do chamado mar territorial), áreas da Antártica, da atmosfera e do espaço exterior, ainda que tenham crescido as controvérsias sobre sua jurisdição ou sobre sua condição de "patrimônios da humanidade" (Riddervold e Newsome, 2021).

Num enfoque enquanto categoria de análise, discutida e proposta intelectualmente, "comum" envolve um amplo e conhecido debate do qual não cabe retomar aqui senão alguns pontos relevantes para nossas reflexões. Com toda uma herança filosófica e sociológica (amplamente discutida, em perspectivas distintas, por Ostrom, 1990, e por Dardot e Laval, 2015, 2017), o comum envolve sobretudo a luta anticapitalista centrada no combate à propriedade da terra, à hierarquia e exploração nas relações de trabalho e, hoje, principalmente no contexto latino-americano, também contra a opressão e a segregação cultural.

Dardot e Laval (2017) ressaltam as bases mais restritas e objetivas de um comum que advém de uma coobrigação, de um agir comum, engajamento

CONSEQUÊNCIA EDITORA

conjunto que, entretanto, não é redutível à função. Ele produziria também normas morais e jurídicas comuns, numa dinâmica que não se funda num pertencimento independente da atividade – ou, para muitos, do trabalho. Assim, o comum, dizem os autores:

> … não é uma coisa, não é um bem; é tudo o que, em um dado momento, uma coletividade decide compartilhar. (…) Não é aquilo que é naturalmente comum, mas o que fazemos com que seja comum por um ato político, por um ato instituinte (Dardot & Laval, 2015:25).

Assim, no caso dos territórios indígenas e camponeses latino-americanos, dirá Rocha (2024), o comum "não é algo instituído, mas um processo instituinte", ou seja:

> … o uso compartilhado e solidário do território não é anterior às práticas sociais de "comunalização", do "pôr em comum", ou [p. 6] melhor, do fazer-comum. (…) Localizar a centralidade da questão no fazer-comum, como verbo, ajuda-nos a compreender o fenômeno da produção territorial do comum além do instituído, e compreender o processo instituinte baseado nas práticas e racionalidades que o compõem. Esse raciocínio ajuda a desmistificar e desconstruir o essencialismo que tem sido produzido sobre essa palavra nas últimas décadas (Rocha, 2024:7).

No caso latino-americano cabe sublinhar as especificidades do nosso contexto geohistórico, imbricação de uma história/memória e uma geografia/coexistência que faz da instituição do comum, sempre, "comuns", no plural. Com esta designação, "comum(ns)", pretendemos destacar justamente esse conteúdo geohistórico que, materializando-se, multiplica e diferencia a instituição do(s) comum(ns)[3].

3 Embora nossa proposta seja diversa, por utilizar o termo "comuns" para indicar a multiplicidade do "comum" como princípio, é importante recordar aqui o debate proposto por Dardot e Laval, por exemplo, ao afirmarem que "… se 'Comuna' é o nome do autogoverno político local e 'comuns' é o nome dos objetos de natureza muito diversa pelos quais a atividade coletiva dos indivíduos se responsabiliza, 'comum' é o nome propriamente dito do princípio que anima essa atividade e, ao mesmo tempo, preside a construção dessa forma de autogoverno (p. 20) (…) o princípio das lutas atuais contra o capitalismo" (Dardot e Laval, 2017:23).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Comun(al)izar, fazer-comum(ns), representa uma luta profundamente condicionada pelo/impregnada do contexto geográfico e histórico em que está inserida, e que não só estabelece normas morais e jurídicas comuns como pode estar imbricada a laços espirituais que unem certos grupos, estabelecendo elos profundos com a dimensão do mais do que humano[4] – ou seja, um comum(al)izar que inclui, obrigatoriamente, como analisaremos mais à frente, a coabitação e coafetividade com outros seres vivos – no amplo sentido spinoziano de afeto, ao mesmo tempo material e mental, que aumenta ou diminui nossa potência de agir.

Quanto ao território, repensá-lo exige, em primeiro lugar, como em relação ao comum, reconhecer o contexto espaço-temporal em que está sendo gestado – em nosso caso, os múltiplos espaços de Abya Yala/Afro/Latino-América, como denomina Arturo Escobar (2016). Aqui, território acabou se difundindo de tal forma que aparece com força em múltiplas esferas. Em primeiro lugar, como categoria analítica – em múltiplas áreas do conhecimento e, sobretudo, na Geografia, onde a propagação da obra do geógrafo Milton Santos foi fundamental. Também aparece com força como categoria normativa, por exemplo, através de diversas políticas públicas que acionam o termo, tanto à esquerda (como na Política Nacional de Ordenamento Territorial do governo Lula, no Brasil) quanto à direita (como no Plan Control Territorial do governo Bukele, em El Salvador). No caso de muitos povos tradicionais brasileiros, como os geraizeiros[5], a partir da luta (conjugada com diversos outros grupos) pela defesa de terras de uso comum eles passaram a denominar "território" espaços antes só conhecidos por seus nomes próprios, no caso, "Gerais"[6].

O mais relevante a destacar é a difusão do território como categoria da prática, disseminada no senso comum entre grupos e classes subalternizadas, e que se transmuta em categoria político-normativa, quando esses

4 Preferimos o termo "mais do que humano", tal como utilizado por muitos geógrafos anglo-saxões, a fim de evitar a falsa contraposição "humano-não humano", considerando a esfera humana inserida na "mais do que" ou "para além" da humana.

5 Habitantes dos cerrados ou "Gerais", especialmente do norte de Minas Gerais e oeste da Bahia, com a tradição de uso comum da terra, especialmente pastos utilizados para a pecuária na época da seca, e que enfrentam hoje conflitos pela terra com a ação de grileiros ligados ao agronegócio.

6 Informação prestada por Martin Mayr, coordenador da Agência 10envolvimento, de apoio aos geraizeiros, em Barreiras, Bahia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sujeitos percebem o valor do território enquanto ferramenta de luta na defesa de uma base material de existência e reconhecimento identitário, como ocorre entre afrodescendentes, indígenas e no próprio movimento feminista (Gago, 2020).

A noção ou conceito de território é de tal forma mobilizada que é possível falar hoje na proposição de uma "constelação geográfica de conceitos" (Haesbaert, 2014) dele derivada. Nesse sentido, podemos distinguir, por exemplo, a concepção de território de vida (ou de defesa da vida) e território integral, este defendido pelos indígenas awajún da Amazônia peruana. No movimento feminista, sobretudo de base indígena, destaca-se o corpo-território como primeira e/ou última trincheira de luta. Indígenas como os wayuu, da península de La Guajira, entre Colômbia e Venezuela (Quintero Weir, 2019), propõem mesmo uma leitura do corpo impregnada no território desde a escala do corpo individual e da casa até o corpo da t/Terra (terra chão e Terra planeta). Entre os guarani da área fronteiriça entre Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina emerge a reivindicação de sua condição transterritorial – a territorialidade múltipla como reconhecimento jurídico que lhes permita o livre trânsito entre os quatro países. Por fim, outra concepção, a de terricídio, proposta principalmente pelos mapuche do sul da Argentina e do Chile (Milán, 2024), permite pensar a ideia de uma desterritorialização quase absoluta, dada a brutalidade destruidora do (neo)extrativismo capitalista.

Por trás dessa espécie de irradiação territorial em Abya Yala/Afro/Latino-América, pode-se falar da construção de uma verdadeira consciência territorial comum que há décadas alimenta movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil, nos anos 1980, o movimento zapatista e a Marcha por Territorio y Dignidad na Bolívia, nos anos 1990, ou os movimentos feminista e indígena contemporâneos. O sociólogo e ativista Tiaraju d'Andrea fala mesmo do território como um potente instrumento de mobilização das periferias metropolitanas, a tal ponto que "talvez seja (…) uma nova forma de consciência de classe (…) – uma população que se afirma no território, que tem orgulho dele" (D'Andrea, 2020).

A partir da organização social indígena, Linsalata e Salazar Lohman (2023) falam da construção de um "nós(outros) territorial" em nosso continente:

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> … el sujeto político principal al interior de estos ámbitos de auto-organización barrial no es el individuo libre vendedor de fuerza de trabajo de la modernidad capitalista, sino que el nosotros: un nosotros de carne y hueso, construido a partir de una compleja red de relaciones de cooperación y convivencia cotidiana y de un ejercicio autónomo y constante de deliberación colectiva, que se renueva y se reactualiza continuamente. A lo largo de la historia relativamente reciente de Bolivia, hemos asistido a la recurrente producción de estos "nosotros territoriales".

A possibilidade de uma consciência territorial comum a partir desse "nós(outros) territorial" permite reconhecer a importância e discutir os desafios da dimensão espacial, geográfica, na construção do(s) comum(ns) em nosso continente – dentro do desafio maior de sua elaboração em pleno ascenso do capitalismo neoliberal e de governos de extrema-direita.

Implicações geográficas/territoriais para pensar/fazer o comum

Em um debate geográfico sobre o comum inúmeras são as questões a serem enfrentadas, pois o espaço ou, mais especificamente, o território, tem múltiplas implicações na sua implementação. Se o comum deve ser lido como ato – comunalizar, e a geografia como geografar (Porto-Gonçalves, 1999), então os espaços e/ou os territórios (do) comum(ns) devem ser sempre vistos como um territorializar-se feito ou em se fazendo comum. Nem por isso, entretanto, podemos prescindir da questão envolvendo o fato de que o espaço geográfico não pode ser visto apenas a partir desta perspectiva, digamos, relacional.

Tal como afirmava Milton Santos (1996), o espaço reúne concomitantemente um sistema (ou conjunto) de objetos e de ações – ou melhor, de represent-ações (ou símbolos), diríamos. Ao priorizarmos as ações, reconhecemos que o mais relevante são as relações, não apenas *entre* os objetos, relativizando-os, mas *neles* "relacionalmente" internalizadas. Assim, começando pelo espaço de nossos corpos, estes são vistos a partir das relações/des-encontros que travam(os) uns com os outros e que acabam, de alguma forma, também (n)os definindo e, portanto, não ocorrem apenas fora ou entre corpos. Mas aquilo que tomamos como espaço absoluto, isolável,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

como se fosse destituído de movimento e muitas vezes passível de ser abstraído (em coordenadas geográficas ou extensão métrica padronizada, por exemplo), como bem nos alerta Harvey (2012), não deve ser simplesmente ignorado.

Em determinados momentos essa perspectiva absoluta sobre o espaço pode ser relevante, até porque sem ela não se poderiam executar certas ações, como as de um engenheiro ou um arquiteto. Podemos conceber certo espaço como "isolado" e delimitado de modo mais nítido como momento de um fazer ou de uma luta – por exemplo, ao sermos obrigados a uma definição clara de limites para defesa da própria vida, que por diversos motivos estaria sendo ameaçada, ou quando essa delimitação é exigida para o reconhecimento jurídico, por exemplo, de uma terra indígena. Ou seja, mesmo que priorizemos as (rel)ações sobre os objetos na composição de um espaço, ambos estão intrinsecamente ligados. Assim, para a realiz-ação geográfica do comum, mesmo que, na linha de Dardot e Laval, não concebamos o comum como um bem, um recurso ou um espaço determinado (como os "comuns globais" anteriormente comentados), somos obrigados a reconhecer que essa é uma dimensão imprescindível na construção ou na instituição do(s) comum(ns).

Haveria até a possibilidade de distinguir espaços geográficos – ou territórios – a partir de sua relevância para a garantia de necessidades "comuns" fundamentais à nossa existência, como aquelas relativas à segurança físico-biológica e à autonomia alimentar. A segurança em sentido estrito é condição básica para a instituição do comum – vide o caso dos espaços periféricos latino-americanos, profundamente marcados pela violência de diversas ordens e onde, muitas vezes, o estabelecimento de autodefesas ou polícias comunitárias é um dos primeiros passos para a construção de um projeto autonomista[7].

Como afirma Estrada (2014), "autonomía y autodefensa parecen ser claves para construir poder social y forjar una vía emancipatoria frente a la

7 Como afirmávamos em Haesbaert (2021b): "somente a autonomia, incluída aí a autodeterminação territorial, assegura a realização de práticas do comum. Não é possível instituir o comum em espaços moldados basicamente por apartação e hierarquia, da mesma forma que cada grupo cultural deve buscar uma espécie de equilíbrio entre a especificidade de sua autonomia interna e a articulação com outros processos autonomistas, sob distintos contextos geo-históricos, em outras culturas" (p. 321).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

crisis actual del Estado nación" (p. 87). As autodefesas, para a autora, diferentemente do paramilitarismo, não disputam com o Estado o monopólio da violência legítima, mas a legitimidade de suas ações. Polícias comunitárias, como a de Cherán, no México, surgem da ação e da legitimidade popular, escolhidas por seus próprios moradores. Diferentemente dos grupos paramilitares, corroboram um processo autogestionário sem vínculo com grandes empresas e sem a intervenção direta do Estado.

Assim, para a garantia de acesso a bens instituídos como comuns/comunitários, como a água, os bosques, o solo agricultável ou a moradia, é fundamental essa base mínima de segurança territorial. Muitas vezes é o próprio acesso a alguns desses "recursos", frequentemente escassos, que mobiliza a população à instituição do comum, como, no caso dos purépecha de Cherán, a defesa das florestas (fonte de extração de resina) e nascentes de água – ou seja, o espaço, incluindo aí a relativa fixidez e/ou escassez de seus constituintes (sobretudo aqueles tidos como naturais), tem implicações muito importantes na criação do comum.

A primeira grande questão a colocar seria em que sentido é possível falar em espaços ou territórios feitos comuns – ou melhor, em territorializações feitas/em se fazendo comuns. Para um ensaio de resposta(s), sempre reconhecendo o risco de excessivas generalizações, propomos desdobrar essa problemática mais geral em outras mais específicas que envolvem diferentes dimensões e enfoques do espaço geográfico. Assim, na construção de territórios feitos/em se fazendo comuns:

- Quais são as implicações da distinção e imbricação sociedade-natureza (e, a ela parcialmente associada, urbano-rural)?
- Qual o papel dos limites/fronteiras e das escalas de ação (e de "govern[ament]o" do território, num amplo sentido foucaultiano[8])?
- Como se coloca a questão do que podemos denominar a corporificação do fazer-comum, na interseção de distintos corpos-territórios (do/a trabalhador/a subalternizado/a, da mulher, do/a homo/transexual, do/a negro/a, do/a indígena)?
- Qual o sentido da coabitação e da mobilidade ou do trânsito territorial?

8 Sobre o debate entre governo e governamento em Foucault, ver, por exemplo, Veiga-Neto (2005).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Como, obviamente, são muitas e complexas questões, iremos priorizar ou nos ater a algumas delas, notadamente as duas primeiras.

Implicações da distinção e imbricação sociedade-natureza (e urbano-rural) na construção de territórios feitos comum(ns)

Uma das discussões mais importantes, hoje, na construção do comum através dos territórios, ou seja, enfatizando sua condição espacial ou, mais especificamente, a dimensão espacial das relações de poder ali construídas, é a que envolve ao mesmo tempo a dissociação (moderno-colonial) e a imbricação (descolonial, pode-se dizer) sociedade-natureza – ou, em outra perspectiva, a territorialização do comum frente à nossa diferenciação e interação com o mais do que humano, e que envolve sobretudo a convivência com outras formas de vida. Segundo Blaser e Cadena:

> … os comuns são concebidos como totalidades indissolúveis de humanos e não humanos sempre em construção, sempre em processo de vir a ser. Como se costuma dizer nos círculos de discussão sobre os comuns, "não há comuns sem comunidade" (Blaser e Cadena, 2021:s/p) – e sem território, devemos acrescentar.

Como afirma Silvia Federici, citada por Blaser e Cadena, comunidade se refere a uma "qualidade das relações, um princípio de cooperação e responsabilidade uns com os outros e com a terra, as florestas, os mares, os animais", e não a "um agrupamento de pessoas unidas por interesses exclusivos que as separam de outras". Isso nos permite trabalhar aqui com um conceito mais estrito de comunidade, já que este, *lato sensu*, inclui também associações heterônomas como algumas "comunidades" de ortodoxia religiosa.

Na visão de mundo predominante entre os povos originários, central para um sentipensarfazer descolonizador, não há, como sabemos, separação entre o social ou cultural e o físico ou natural. O próprio trabalho que, numa visão moderno-ocidental, media nossa relação com a natureza, especialmente nos espaços rurais de muitos desses grupos, pode adquirir outro sentido. Enquanto na origem latina trabalho tem relação com o *tripalium*, um objeto utilizado para tortura, e está vinculado a um esforço extenuante,

CONSEQUÊNCIA EDITORA

entre indígenas mexicanos (os maseual, por ex.) ele se associa ao *tekitll/tekit* ou *tequio*, um vínculo ou obrigação coletiva que liberta e cria coesão social e, de algum modo, também, o comum (Rocha, 2024). Assim, em sentido amplo, efetiva-se:

> .. a realização humana através da práxis transformadora de si e do território, agrupando as múltiplas funções vitais necessárias para a construção permanente de um horizonte de vida digna em comunidade (yeknemilis). (…) sem trabalho, não existe o milho, e se não há milho, não há comunidade (p. 12). (…) O comum, seja como forma política, relações de produção ou como prática de vida, é intrínseco ao território de vida em que se constrói a comunidade. (…) se dá na construção permanente da integralidade entre a vida e o trabalho (…). Quer dizer, o comum como práxis, o fazer-comum, está relacionado à coletivização solidária do trabalho concreto e à coletivização da subjetividade comunitária como identidade e consciência de classe (Rocha, 2024:17).

Obviamente, a realização/instituição do (território) comum exige acesso igualitário aos meios de (re)produção da vida social/comunitária e transformações na divisão espacial (e sexual) do trabalho a ele associadas. Entretanto, não podemos ignorar a importância da complementaridade entre os espaços do trabalho e aqueles da festa. A "coletivização da subjetividade" como "identidade", aludida por Rocha, se dá tanto através das relações de trabalho quanto do intenso convívio afetivo nas comemorações e manifestações festivas – que não excluem, é claro, outra face da esfera do trabalho. Quando Zibechi (2019:76) afirma que "la comunidad se mantiene viva a través de los trabajos colectivos que son un hacer creativo, que re-crean y afirman la comunidad", devemos afirmar que este "fazer criativo", que "re--cria e afirma a comunidade" é também um fazer "recreativo", reafirmado e revivido nas inúmeras festividades e cerimônias religiosas comunitárias.

Assim, quando os povos originários de nossa Abya Yala falam da defesa de seus territórios e, aí, da construção do (ou de um) comum, estão falando de territórios de vida em seu sentido mais amplo. Se, a exemplo de muitos desses grupos, começamos a compreender o território a partir do próprio corpo (o corpo-território, já aqui citado), reconhecemos que estão aí indissociavelmente condensados o espiritual/cultural e o biológico/natural.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Há vários anos se colocaram na pauta do debate político em Abya Yala/Afro/Latino-América os chamados direitos da natureza (apenas para um entre vários exemplos, ver Gudynas, 2019). Da mesma forma, cobra-se dxs geógrafxs uma posição mais incisiva sobre a chamada dimensão natural em suas abordagens conceituais sobre o espaço e o território. Não há como falar em instituição do comum sem levar em consideração que o espaço geográfico que construímos (e/ou que destruímos) compreende, de modo inseparável, a ação ou o poder humano e a dinâmica ou as forças da chamada natureza.

Mesmo mantendo uma leitura mais estrita de território a partir das relações espacializadas de poder, vemo-nos obrigados a considerar que, numa visão não antropocêntrica de poder, este deve no mínimo ser relativizado frente às chamadas forças da natureza. Cada vez mais intensamente nosso poder – a "condução de condutas" foucaultiana – encontra-se amalgamado com as dinâmicas ditas naturais, como bem evidenciado pelas mudanças climáticas. Somos conduzidos em nossas condutas, de modo crescente, através das dinâmicas que envolvem essa interação sociedade-natureza (Haesbaert, 2021a). A moderno-colonialidade do poder socialmente produzido se tornou tão destrutiva que produziu um híbrido sobre o qual estamos perdendo completamente o controle.

Essa brutal desterritorialização depende assim, cada vez mais, desse espaço híbrido "comum", no sentido de ser partilhado por todxs, e através do qual temos de lutar por uma reterritorialização em outras bases, de territórios efetivamente comunalizados. Como as classes hegemônicas, dentro do modo de produção dominante, não abrirão mão de sua acumulação e de seus lucros, cabe aos subalternizados a batalha por essa territorialização do comum, tanto nas áreas menos transformadas e com maior biodiversidade (especialmente as terras indígenas) quanto nas periferias metropolitanas mais densamente povoadas.

Nesse caso surge outro binômio geográfico a ser devidamente considerado pelas implicações que traz à construção do comum: a especificidade de espaços ("naturais") pouco alterados pela ação humana e a de espaços altamente urbanizados. É preciso levar em conta o potencial muito distinto desses espaços para a efetivação e/ou o incremento, por exemplo, da autonomia alimentar, fundamental no aprofundamento de processos de comum(al)ização. Teremos então diferentes níveis de realização de "territórios do comum" a partir dessas distintas articulações rural-urbanas, já que cada condição de ur-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

banização favoreceria certas conquistas do comum, seja no sentido da ação/do trabalho coletivo envolvendo grande número de participantes num mesmo local, seja das redes de cooperação econômica implicadas na necessária divisão espacial do trabalho entre diferentes espaços de produção.

As complexas relações urbano-rurais indicam, portanto, a necessidade de articulação em diversas escalas e a consideração de múltiplos níveis interseccionados de (potencial) realização do comum em seus distintos vínculos com a dinâmica da chamada natureza. Assim, é muito distinto falar de construção de um comum em espaços intensamente "culturalizados", no âmbito de uma área densamente urbanizada, e de um comum intensamente conjugado com as mais diversas dimensões "naturais" do espaço, como nos "territórios integrais" de muitos povos originários[9].

Há mesmo quem questione se grandes espaços metropolitanos, *loci* ideais da reprodução do individualismo e da desigualdade capitalista, comportariam condições efetivas de realização do comum, enquanto outros admitem a cidade tanto como um "espaço diverso de muitos comuns urbanos", quanto a "totalidade de seus espaços, relações e oportunidades" como comum (Tonucci e Cruz, 2019:493). De qualquer modo, como propõe Navarro (2019), para além de "epicentro da acumulación del capital", a cidade é "también, un terreno potencialmente estratégico para subvertir y poner en entredicho los procesos de explotación y expansión continua de la valorización del valor." (p. 137)

Um dos exemplos mais expressivos e complexos de realização de um território do comum em grandes espaços urbanos é o da Comunidade Habitacional Acapatzingo, na cidade do México, da Organização Popular Francisco Villa de Izquierda Independiente (OPFVII). Segundo Pineda (2024), pode-se aí "ver y sentir otro orden en medio de la gran capital: um orden que podemos llamar comunal", uma comunidade:

9 Os indígenas awajún, da Amazônia peruana, por exemplo, defendem a autonomia e o comum através do reconhecimento de um "território integral indígena" (Burneo, 2018), definindo território como "un espacio continuo de la tierra, el agua y el cielo, que le da significado a la vida y a los seres humanos y no humanos. No solo nos brinda el alimento, también es el espacio de encuentro de la gente con otros seres, todos *en común* en la naturaleza" (grifo nosso). Este território compreende as dimensões espiritual (incluindo os lugares sagrados), material (envolvendo a reprodução socioeconômica) e ocupacional (relacionada à extensão ocupada e os caminhos). (fonte: vídeo https://www.youtube.com/watch?v=LrSfGxCrpDc. Acesso em: 15 set. 2025).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> … que toma decisiones por asamblea, tiene su propia radio, su sistema de seguridad interno, sus promotoras de salud, su bachillerato popular, sus huertos colectivos, sus plantas de potabilización, sus farolas solares y sus espacios comunes en buena medida de manera autogetionada; que levantó de la nada cientos de viviendas, todo ello em medio de una zona marginada y sumamente violenta (Pineda, 2024)

Além de experiências amplas e profundas como essa, considerada por Zibechi (2021) "una de las más formidables experiencias autónomas urbanas de América Latina" – tanto pela expressão territorial quanto pela duração no tempo (p. 21), podemos parafrasear as "zonas autônomas temporárias" de Hakim Bey, e falar de um "entramado comuntário" (Gutierrez, 2011)[10] de zonas (territorialidades) temporárias do comum no espaço urbano. Estas teriam, no mínimo, um caráter pedagógico para a posterior comunalização em sentido estrito, mesmo quando limitadas, por exemplo, à ocupação eventual de espaços públicos como ruas e praças[11]. De qualquer forma, em todas elas, ao lado da especificidade rural-urbana e dos laços com a "natureza", coloca-se a questão de seus limites – como/porque delimitar e até onde/de que modo expandir essas "fronteiras" do comum.

O papel dos limites/fronteiras e as escalas de ação (desde o corpo-território)

Como vimos, consideramos a leitura do espaço absoluto relacionada ao seu caráter separável ou até mesmo isolável e fixo, com limites claros. Em outras palavras, trata-se de uma forma de entender o espaço como passível de ser delimitado e tratado de modo independente das relações ou interações

10 "Entramados comunitários", aqui enfatizados em sua dimensão territorial, são definidos por Gutieerez (2011) como "sujetos colectivos de muy diversos formatos y clases con vínculos centrados en lo común y espacios de reproducción de la vida humana, no directa ni inmediatamente ceñido a la valorización del capital" (p. 13-14).

11 As experiências acumuladas ao longo do movimento *Occupy* em diversas cidades do mundo é bem revelador do caráter (não apenas) pedagógico dessas práticas de ocupação de espaços públicos, como expresso na análise de Halvorsen (2015). O autor enfatiza o papel aglutinador dos encontros que potencializam a criação de novas relações sociais, autogestionárias, e lembra que, em relação aos "limites", "os encontros oferecem uma reinterpretação radical da criação de fronteiras, funcionando como uma prática de territorialidade de baixo para cima, com o potencial de gerar novas relações sociais que se opõem à sociedade capitalista" (p. 320).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

sociais. Evidentemente, todo espaço é relativo, na medida em que se encontra mergulhado em relações com outros espaços, e é também relacional (Harvey, 2012), por incorporar em sua própria constituição essas relações. Mas, como afirmamos no início, seu caráter absoluto não é dispensável, sem sentido, pois através dele, como um momento de um processo mais amplo, pode-se organizar, propor e executar algumas ações concretas.

Assim, a pretensão de estabelecer limites bem definidos através da construção de muros ou barreiras físicas não deve ser subestimada – depende das relações de poder em que esses limites materiais estão inseridos ou que, de alguma forma, eles mediam e, por que não, também, compõem. Além disso, o emuramento enquanto delimitação ou "fronteira" não é a priori negativo ou positivo em si mesmo – seu papel varia conforme o contexto geohistórico da dinâmica de poder em que está situado. Embora tenha uma função mais virtual e simbólica do que efetiva, a construção de muros é parte integrante e não negligenciável da geopolítica contemporânea (Brown, 2009).

Grande parte desse debate sobre as delimitações territoriais está ausente em obras relevantes sobre o tema do comum. Cada vez mais, entretanto, ele se impõe, pois falar de comum(ns) é falar também da extensão dos territórios "comuns" que partilhamos com outros grupos ou classes sociais e com outros seres vivos no planeta, e o quanto somos responsáveis pela manutenção e gestão dessa convivência. Muitas experiências em busca do comum em Abya Yala/Afro/Latino-América enfrentam como problemática central o estabelecimento de limites espaciais ou, mais amplamente, fronteiras, garantidores, em primeiro lugar, de certa tranquilidade e segurança para a construção do comum. Como vimos, no caso da revolta que deu início formal ao processo autonomista em Cherán, no México, em 2011, uma das primeiras medidas foi o controle nas entradas rodoviárias do município, com o estabelecimento de uma polícia ("ronda") comunitária[12].

A questão mais ampla que se coloca é como se institui o comum através de determinada separação espacial e até onde se territorializa um "govern(ament)o" autônomo, no amplo sentido foucaultiano de govern(ament)o, já aqui referido. Em outras palavras e de modo mais estrito, qual o nível de controle territorial de fluxos que deve ser proposto para a construção

12 Sobre a experiência autonomista de Cherán, ver nossa abordagem em Haesbaert, 2021b, cap. 9.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

do comum e em que extensão geográfica ele deve ocorrer. Como vivemos uma época em que as fronteiras internacionais muradas proliferam como nunca, a serviço de lógicas estatais-capitalistas perversas (como a do controle seletivo da mobilidade da força de trabalho), é muito pertinente nos perguntarmos se estabelecer barreiras físicas ou mesmo muros não seria contraditório com a construção de comuns.

Por isso podemos afirmar que delimitações físicas claras propostas para definir um território/uma territorialidade no bojo de uma dinâmica comum autonomista, devem ser vistas como um momento, necessário mas obviamente não suficiente ou estabilizado, no processo muito mais amplo de realização do comum. A princípio o controle militarizado com que nos deparamos na entrada de Cherán, por exemplo, fazia lembrar barricadas do narcotráfico em entradas de favelas cariocas. Mas ali se tratava, primeiro, de um processo inverso, ou seja, de um controle para manter "los malos", especialmente traficantes de madeira e drogas ("narcoempresários"), do lado de fora, condição *sine qua non* para qualquer processo de transformação social interna; e, segundo, a barreira era construída e mantida pela própria comunidade, com os guardas escolhidos por seus próprios habitantes[13]. Processo semelhante ocorre no território autonomista da Comunidade Habitacional Acapatzingo, na cidade do México, onde as entradas, constituídas por grandes portões metálicos, e a constituição de uma guarda própria com rondas internas, foi a alternativa encontrada para enfrentar a violência, especialmente do narcotráfico. Certamente a materialização desses limites geográficos representa uma etapa necessária da luta pelo comum em espaços de intensa violência, mas isso não quer dizer que não esteja colocada a possibilidade, se e quando exigido, de sua modificação.

Em relação a esse debate, Latouche (2014) fala mesmo de:

> *Fronteiras constitutivas de um mundo comum que contém vários mundos comuns. … de forma paradoxal,* recriar os limites e as fronteiras é necessário não somente para conjurar o colapso, mas também para reencontrar um

13 Lembrando que, como bem demonstra Estrada (2014), "… una diferencia fundamental entre grupos de autodefensa [e paramilitares] sería justamente esa: su capacidad para ejercer la autonomía y pasar de la organización defensiva – centrada en la fuerza bélica y la estructura militar, a una etapa proactiva en la que se impulsan procesos instituyentes de carácter democrático". (p. 81)

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> mundo comum. Os homens não formam comunidade a não ser na proximidade e ao perceber sua diferença com os demais. *O sem-fronteira na moda entre os bobos* [acrônimo de *bourgeois* e *bohème*] *destrói o comum e o mundo.* (grifos nossos)

Se não instituímos comunidade "a não ser na proximidade" e na recriação de limites, isso não quer dizer, entretanto, que o comum só se realize em uma escala local – a existência de "um mundo comum que contém vários mundos comuns" significa a necessária sobreposição e "multiplicação" de territórios/fronteiras. Num sentido amplo em termos escalares, Bruno Latour (2020), especialmente diante da tragédia climática, ressalta o caráter ineficaz do Estado ou da escala estatal (com suas assembleias e cúpulas) para enfrentar dilemas fundamentalmente transversais e, em seus termos, "territoriais", na medida que as chamadas questões ambientais cada vez mais integram o campo da política. Ele se indaga, assim, sobre quem [e em que delimitação espacial, acrescentamos] irá governar o clima, diante de diversas "autoridades [territorialidades, deveríamos falar] sobrepostas" em uma mesma área. Vê-se aí, claramente, a necessidade de encarar uma das problemáticas centrais que envolvem o comum a partir de múltiplas escalas, pois em um ecúmeno em crise todxs partilham o mesmo "barco" global de interações, ainda que a gestão dessa crise inclua múltiplas delimitações/sobreposições territoriais.

A inter ou transescalaridade, nesse sentido, é fundamental. Se o ecúmeno terrestre se mostra/se institui cada vez mais como nosso grande mundo (que deveria ser) comum, sua defesa só se dá com intervenções em múltiplas escalas, começando, é claro, pela escala do encontro[14] e da contiguidade cotidiana onde se encontra a maior parte da humanidade e de nossas táticas de (sobre)vivência e potencial construção do comum. Como foi ressaltado, um caminho que consideramos fértil para essa interação transescalar/transterritorial é indicada pelo que se pode denominar os processos de cor-

14 Halvorsen (2015) propõe que "as práticas de encontro podem ser entendidas como um momento potencial na articulação do poder-para contra o poder-sobre [aludindo a Holloway, o primeiro relacionado à "capacidade de fazer" pela união, horizontal, o segundo concebido e executado desde cima], um momento na criação da autogestão territorial, no qual o espaço é apropriado como uma obra em oposição às tendências de dominação [inspirado em Lefebvre]" (p. 320, tradução livre).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

porificação do território, estendidos desde o corpo individual até o corpo da t/Terra.

Dessa forma, a exemplo das lutas travadas pelos povos originários de Abya Yala, especialmente as mulheres, vinculadas a suas práticas de afeto e cuidado, devemos ressaltar a comum(al)ização a partir do primeiro espaço que indica uma partilha (do) comum: nosso corpo, ou melhor, nosso corpo-território. Com todas as especificidades manifestadas, por exemplo, pelo gênero, pela etnia, pela faixa geracional e pela capacitação funcional, o corpo pode ser considerado uma base espacial, geográfica, a partir da qual todas as demais relações em prol do comum são forjadas.

Indígenas como os wayuu, da Venezuela, tratados por Quintero Weir (2019), realizam o trânsito da territorialidade corpórea individual até o corpo planetário, passando pela casa, a comunidade e a região. O movimento feminista, tantas vezes vinculado ao mundo indígena, também ressalta essa multiterritorialidade corpórea em diferentes escalas e/ou dimensões:

> Es necesario desde los pueblos tomar estos aprendizajes, potenciar la escucha feminista multiescalar, ejercitar la creatividad disidente, marica, la imaginación anticolonial, para reclamar nuestros cuerpos en todas sus escalas: cuerpo-barrio, cuerpo-tierra, cuerpo-territorio, cuerpo-comunidad, cuerpo-reclamo (Díaz Lozano *et al*., 2021:39).

Em um amplo sentido pode-se afirmar que realizar o comum, assim como significa um processo de territorialização é, igualmente, um modo de corporificação, de encontro e conjugação afetiva de corpos. Isso fica claro em muitas experiências de ocupações/apropriações (de terras para cultivar, de prédios para habitar, de construções por mutirão, de cozinhas comunitárias, de manifestações e assembleias em ruas e praças…), onde o fazer comum exige, em primeiro lugar, a concer(n)tação de corpos, corpos-território como primeira-última fronteira de luta, condensadores e emissores de rel-ações coletivizadoras, humanas e mais do que humanas.

A exemplo do que já vimos, sobre o trabalho e a festa como construtores de comuns, Fernández-Salvater afirma que "… a partir del trabajo físico conjunto (limpiar juntos) o de formas de presión colectiva difusa pueden suscitarse distintos modos de 'hacer cuerpo' con el espacio y con los demás. Otros modos y herramientas de convivência" (2016:125). Cozinhas comu-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nitárias, como as que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e outros difundem pelo Brasil, representam bem esse ensaio de territórios se fazendo comuns.

Fernández-Savater nos desafia a pensar que, mais do que uma "assembleia", quem governa o espaço do comum é o "hábito" – hábitos como "afetos congelados" (o termo pode não ser o mais adequado), comportamentos que se repetem em disposições corporais e inconscientes. A "intervenção política" seria assim:

> … el arte de facilitar encuentros [facilitar condutas] que construyan cuerpos colectivos más potentes. Pueden crearse "buenos hábitos" (que ayudan a construir y sostener formas estables de común o comunidad) y evitarse los malos (destructivos y autodestructivos. (2016:124)

Reforçando nossa ideia de que común(al)izar é territorializar/corporificar relações sociais, o autor acrescenta "un plus fundamental: no se trataba únicamente de movilizarse o protestar juntos, sino de autoorganizar materialmente la vida en común" (Fernández-Savater, 2016:119), "lo común como un tejido o un ensamblaje de situaciones concretas (…)" (p. 123) – que, acrescentaríamos, podem/devem se conjugar em diferentes escalas.

Interligar e transitar entre territórios, seja na mesma escala, ou entre escalas distintas, torna-se, portanto, imprescindível. Assim, deve-se construir toda uma estratégia de luta articulando diferentes escalas num constante abrir e fechar de nossos territórios:

> […] territórios cujas demarcações, apesar de estabelecerem limites, distinções (reconhecendo nossa multiplicidade), permanecem suficientemente flexíveis para serem reavaliados, reconstruídos e recolocados sempre que uma nova configuração sociopolítica mais democrática e justa o demandar (Haesbaert, 2014:298).

> Assim: A luta concreta implica que cada grupo tenha a capacidade, a autonomia e a liberdade para abrir ou fechar (em outras palavras, bem ou mal delimitar) seu território, quando assim o julgar necessário. Talvez pudéssemos afirmar que o território efetivamente autônomo seria aquele em que

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> temos efetivo poder para abri-lo e/ou fechá-lo quando assim, livremente, decidirmos, sem que isso afete negativamente a vida daqueles que estão a seu redor (Haesbaert, 2014:123).

Abrindo novos horizontes: o comum como um coabitar transterritorial da t/Terra

Ao destacarmos no início, com Teruel (2024), a "fetichização" do indivíduo e, consequentemente, das sociedades moderno-coloniais moldadas pela "representação" (política) e a competição pelo mercado, muito mais abstratas, (re)valorizar o comunitário não significa, entretanto, romantizá-lo, ignorando conquistas autonomistas também conjugadas a certas afirmações do sujeito individual. Da mesma forma, criticar a racionalidade objetivista e reconhecer nossa multiplicidade de saberes não quer dizer, em hipótese alguma, jogar por terra a razão e simplesmente enaltecer intersubjetividades afetivas ou mesmo eminentemente espirituais. As ricas experiências de nossa Abya Yala/Afro/Latino-America nos alertam para o necessário e constante jogo entre essas dimensões como mais um dos desafios na construção do comum.

Iniciamos este texto comentando que "comum" é um termo de múltiplas conotações, podendo ser acionado como categoria da prática, analítica e/ou normativa. Propusemos também focalizar a questão da construção do(s) comum(ns) a partir de suas bases territoriais, as "implicações (e desafios) geográficas para sentipensarfazer" o(s) comum(ns). Consideramos que, se construir/instituir o comum (ou "comuns", dado o reconhecimento de que não há uma única forma [cultural] de sua realização) é um permanente (re)fazer, e se ele somente pode ser visto através desse fazer, concreto, é também por uma constante dinâmica de re-territorialização que o comum se efetiva.

Trata-se, sem dúvida, de uma questão complexa, especialmente no contexto geo-histórico de nossa Abya Yala/Afro/Latino-América, onde se situam tantas camadas espaço-temporais de acomodações, fraturas e lutas. Mais do que através de uma tríplice categoria (da prática, de análise e normativa), percebe-se que a construção do comum deve ser vista a partir da imbricação entre um sentir, um pensar e um fazer – ou criar. Sinteti-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

zando, na relação com o espaço ou, mais estritamente, com o território, temos:

- a afetividade/sensibilidade, que se pode denominar, aqui, também, afetividade ambiental[15], e que deveria reunir a todxs na mesma luta coletiva pela manutenção (e, sempre que possível, majoração) da vida no planeta[16];
- o pensamento, a reflexão e/ou os saberes territoriais que nos permitem analisar e compreender com maior rigor as dinâmicas de construção do comum, tanto no sentido do que efetivamente (ainda) existe quanto do que podemos criar, estimular e/ou fortalecer;
- a prática/práxis transformadora, que nos impele a efetivamente produzir um novo espaço/território do(s) comum(ns), marcado ao mesmo tempo por maior igualdade, autonomia e pluralidade.

Essas três dimensões não podem ser separadas enquanto indicadoras da formulação de projetos abertos à participação da maioria e suficientemente flexíveis para alimentar a criação de propostas de autogestão política, autonomia econômica e diálogo inter ou transcultural capazes de promover a instituição e a ampliação dos comuns.

Vimos também que não há como definir o comum sem considerar o elo indissociável sociedade-natureza – só é possível instituir o comum na aliança entre cultura e natureza, ou seja, através de nosso envolvimento com as políticas e/ou os chamados direitos da natureza. A instituição do comum depende também das características espaço-temporais do que é instituído e de seus distintos níveis de (des)corporificação. Assim, nos diz Navarro:

> Notoriamente las regulaciones colectivas dependen del tipo de bien y de sus características cualitativas y cuantitativas. Cuando el común es finito – como

15 Segundo Giraldo e Toro (2020), devemos "reconocer que el encuentro en lo que llamamos 'ambiente' no se da entre sujetos, y menos entre sujetos y objetos, sino entre pieles, entre membranas diversas que se tocan, en un enlazamiento afectivo de cuerpos compuestos de múltiples mezclas, que experiencian su universo gracias a su afectividad encarnada" (p. 11).
16 "Otro aspecto que desde mi punto de vista nutre la fuerza que construye y dinamiza lo común, son los vínculos afectivos. En esa medida, el cuerpo y las emociones van apareciendo como un terreno profundamente relevante en la dimensión política de las luchas por lo común (…). Lo que Arancibia (2010) denomina 'resistência emocional'" (Navarro, 2019:133).

CONSEQUÊNCIA EDITORA

> por ejemplo las hortalizas que se cosechan durante una temporada en el terreno de la Tribu – la capacidad del usufructo es acotada. (Navarro, 2019: 128)[17]

Não há, portanto, como falar em luta pelo(s) comum(ns) sem a luta pelo que é básico e "comum" a todxs os seres vivos: o ar, a água, o solo que nos proporciona alimento e o abrigo que permite o repouso cotidiano – são estes os elementos geográficos indispensáveis em qualquer processo de instituição do comum. Dependendo das condições ecológicas de cada território, um desses elementos pode se impor e em torno dele se construírem os principais laços de reciprocidade para fortalecer a comum(al)ização.

Finalmente, em função de todos esses elementos/questões geográficas implicadas no sentipensarfazer do(s) comum(ns), trata-se de todo um exercício ou aprendizado de (co)habitar a t/Terra. Se o sentipensarfazer com a t/Terra (chão e planeta ao mesmo tempo) é fundamental na construção de nosso sentido de comum, habitá-la enquanto apropriação simbólica e afetiva é decorrência direta dessa interação. Como nos dizia Lefebvre:

> Habitar, para el individuo o para el grupo, es apropiarse de algo. Apropiarse no es tener en propiedad sino hacer su obra, modelarla, formarla, poner el sello propio […] Habitar es apropiarse de un espacio; es también hacer frente a los constreñimientos, es decir, es el lugar del conflicto, a menudo agudo, entre los constreñimientos y las fuerzas de apropiación. (Lefebvre, apud Pineda, 2024:95)

Construir territórios do comum é sobretudo criar formas dignas de encontro e, mais do que isso, de coabitação. Como afirma Ailton Krenak, a questão adquire conotações transescalares que sugerem até mesmo a instituição de "comuns planetários", na medida em que "na unidimensionalidade da noção de humanidade eurocêntrica estaria em risco não somente o habitar, mas, sobretudo, o coabitar – condição para a 'cooperação dos povos, não para salvar os outros, mas salvar a nós mesmos'" (Krenak, 2020:44).

17 Ao que a autora acrescenta, talvez ampliando exageradamente o conceito: "Mientras que hay comunes intangibles, como una publicación, una carta descriptiva para hacer un taller de educación popular, el software libre, algún material audiovisual o la música que si —sobre todo en los últimos casos— se cuenta con la infraestructura adecuada para reproducirlos, no presentan un límite en su uso." (Navarro, 2019:128)

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Enfim, "habitar incorre, nesse sentido, na própria existência, na própria maneira como decidimos ser. Como podemos, enfim, coabitar o mundo?" Esta é a questão com a qual pretensamente encerramos este e abrimos outro(s) horizonte(s) para sentipensarfazer territórios (do) comum(ns).

Referências

BLASER, M.; CADENA, M. Os incomuns. *Piseagama*, Belo Horizonte, n. 15, p. 74-83. 2021.

BROWN, W. *Murs:* les murs de sépartions et le déclin de la souverainete étatique. Paris: Les Prairies Ordinaires. 2009.

BURNEO MENDOZA, R. Territorio Integral Indígena, una propuesta awajún. *Iztapalapa.* Revista de ciencias sociales y humanidades, n. 85. 2018.

DARDOT e LAVAL. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. *Tempo Social,* 27(1). 2015.

DARDOT e LAVAL. *Comum:* ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo. 2017.

DÍAZ LOZANO, J.; CRUZ HERNANDEZ, D.; PASERO BROZOVICH, V. e TORNO, C. Espacios de vida en crisis: articulaciones comunitarias ante la (re)patriarcalización de los territorios. *In*: MELÓN, D. e RELLLI, M. (orgs.) *Geografías del conflicto*: crisis civilizatoria, resistencias y construcciones populares en la periferia capitalista. Buenos Aires: Muchos Mundos Ediciones; Fundación Rosa Luxemburgo; La Plata: Centro de Investigaciones Geográficas - UNLP. 2021.

ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino-América. *In*: GUDYNAS, E. *et al. Rescatar la esperanza:* más allá del neoliberalismo y el progresismo. Barcelona: Entre Pueblos. 2016.

ESTRADA CASTAÑON, A. T. La policía comunitaria de Guerrero y los grupos de autodefensa: legitimidad y desafíos frente a la crisis del Estado Mexicano. *In*: ALONSO, M. *et al*. (orgs.) *La rebelión ciudadana y la justicia comunitaria en Guerrero*. México: Instituto de Estudios Parlamentarios "Eduardo Neri" del Congreso del Estado de Guerrero. 2014.

FERNÁNDEZ-SAVATER, A. La asamblea y el campamento. Sobre la autoorganización de lo común. *El Apantle*: revista de estudios comunitarios n. 2. 2016.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

GAGO, V. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante. 2020.

GUDYNAS, E. *Direitos da natureza:* ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante. 2019.

GUTIERREZ, R. *Palabras para tejernos, resistir y transformar*. Oaxaca-Puebla: Pez en el árbol. 2011.

GUTIERREZ, R. *In*: El Aplante. *Producir lo común:* entramados comunitarios y luchas por la vida. Madrid: Traficantes de Sueños. 2019.

HAESBAERT, R. *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2014.

HAESBAERT, R. A corporificação "natural" do território: do territcídio à multiterritorialidade da terra. GEOgraphia v. 23, n. 50. 2021a.

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade.* Buenos Aires: CLACSO. 2021b.

HALVORSEN, S. Encountering Occupy London: boundary making and the territoriality of urban activism. *Environment and Plannning D,* v. 33. 2015.

HARVEY, D. O espaço como palavra chave. *GEOgraphia* v. 14, n. 28. 2012.

LATOUCHE, S. *Límite.* Buenos Aires: Adriana Hidalgo. 2014.

LATOUR, B. *Diante de Gaia:* oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu e Ateliê de Humanidades. 2015.

LINSALATA, L. e SALAZAR LOHMAN, H. Despliegue y repliegue del ethos comunitario en Bolivia. *Trabalho Necessário* v. 21, n. 46. 2023.

MILLÁN, M. *Territcídio*. Buenos Aires: Sudamericana. 2024.

NAVARRO, M. L. Hacer común contra la fragmentación en la ciudad: experiencias de autonomía e interdependencia para la reproducción de la vida. In: El Aplante. *Producir lo común:* entramados comunitarios y luchas por la vida. Madri: Traficantes de Sueños. 2019.

OSTROM, E. *Governing the commons*: the evolution of institutions for collective actions. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

PINEDA, C. E. *Política comunal y política urbana.* México: UNAM. 2024.

POR LO COMÚN SOBRE UN TERRITORIO SIN DUEÑO. *Boletín Lucha Indígena*, 11 Jun 2024. Disponível em: https://luchaindigena.org/gobierno-comun-sobre-un-territorio-sin-dueno/ Acesso em: 21 set. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Territorialidade Seringueira – Geografia e Movimento Social. *GEOgraphia,* v. 1, n. 2. 1999.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

QUINTERO WEIR, J. A. *Fazer comunidade:* notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo, Venezuela. Porto Alegre: Deriva. 2019.

RIDDERVOLD, M. e NEWSOME, A. Introduction: cooperation, conflict, and interaction in the global commons. *International Relations,* v. 35, n. 3. 2021

ROCHA, O. G. Território, subjetividade e trabalho: chaves para uma leitura geográfica sobre o comum. *GEOgraphia* v. 26, n. 56. 2024.

SANTOS, M. *A natureza do espaço.* São Paulo: Hucitec. 1996.

TERUEL, F. Crítica de la razón capitalista Una problematización desde la filosofía dusseliana de la liberación. *In*: RAMAGLIA, D. (org.) *La función emancipatoria de la crítica*. Buenos Aires: Teseo. 2024.

TONUCCI FILHO, J. B. e CRUZ, M. M. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? *Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 3. 2019.

VEIGA-NETO, A. Governo ou governamento. *Currículo sem Fronteiras*, v. 5, n. 2. 2005.

ZIBECHI, R. Los trabajos colectivos como bienes comunes material-simbólicos. In: El Aplante. *Producir lo común:* entramados comunitarios y luchas por la vida. Madrid: Traficantes de Sueños. 2019.

ZIBECHI, R.. La comunidad autónoma urbana. El mundo nuevo en el corazón del viejo. *In*: HOPKINS, A. E PINEDA, E. *Pensar las autonomías.* Experiencias de autogestión, poder popular y autonomía. México: Bajo Tierra. 2021.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ALVARO FERREIRA (PUC-Rio / UERJ)
Pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2003). Realizou pós-doutoramento com o Prof. Horacio Capel, na Universitat de Barcelona. É professor adjunto do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontíficia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É líder do grupo de pesquisa denominado Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM). Tem participado de congressos no Brasil e no exterior, além de produzir livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais, principalmente ligados aos temas metropolização do espaço, (re)produção do espaço urbano, tecnologias de comunicação e informação e as novas espacialidades nas cidades, representações no espaço urbano, espaço e movimentos sociais. Dentre seus livros, todos publicados pela editora Consequência, destacam-se *A cidade que queremos: produção do espaço e democracia; A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço; Entre urgências e utopia: múltiplas escalas da ação; Produção do espaço: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia"; O espaço e a metropolização*; *Desafios da metropolização do espaço*; e *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS (USP)
Pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professora Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Graduação e Licenciatura em Geografia na Universidade de São Paulo (1975); título de Mestrado (1979), Doutorado (1987) e Livre-Docência (2000) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado na Universidade de Paris VII e Paris I. É professora do programa de Pós-graduação em Geografia Humana/ FFLCH-USP (mestrado e doutorado). Foi professora convidada na Universidade de Barcelona (Espanha); na Universidade de Buenos Aires (Argentina); na Universidade de Colômbia -sede Medellin; Cátedra Elisée Reclus, Instituto Mora, Ciudad de Mexico (México), Pontifícia Universidade Bolivariana de Medellin (Colombia). Atualmente coordena o Grupo de Estudos sobre São Paulo (GESP- Grupo de geografia urbana critica). Coordenadora do Grupo de "Teoria Urbana crítica-" do IEA- Instituto de Altos Estudos da USP Autora e organizadora de vários livros na área de Geografia Humana. O livro Espaço tempo na metrópole recebeu menção Honrosa do Prêmio Jabuti, 2003. Recebeu também o prêmio "Colar do Centenário" do IPGH; o "Premio Geocrítica de 2012", e o "Prêmio Manuel Correia de Andrade", ANPEGE, 2015. Suas pesquisas e reflexões se voltam, principalmente, para os seguintes temas: produção do espaço, cidade, cotidiano, metrópole, geografia urbana, teoria e método, com a perspectiva de construção de uma "Metageografia" dando origem a uma coleção de livros sobre esse modo de "pensar e fazer Geografia".

ARLETE MOYSÉS RODRIGUES (UNICAMP)
Pesquisadora 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Graduada e Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1988). Livre Docente em Geografia pela UNICAMP (1997). Atualmente é professor colaborar ms4- inativo - Universidade Estadual de Campinas - IFCH - Mestrado e Doutorado em Sociologia e IG- Mestrado e Doutorado em Geografia. Professor visitante na UFPB – Pós-Graduação em Geografia. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e em Sociologia

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Urbana atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, espaço urbano, estatuto da cidade, habitação, ambiente, problemática ambiental urbana, movimentos populares, políticas públicas urbanas. De 1988 a 1990 foi Presidente da AGB-Associação dos Geógrafos Brasileiros. Representa a AGB no Fórum Nacional de Reforma Urbana. Foi conselheira do Conselho das Cidades de 2006 a 2010 no segmento entidades acadêmicas, cientificas e profissionais. Coordena Projeto de Pesquisa sobre a Problemática Urbana e Ambiental -registrado no CNPq. O blog http://www.arletemoysesrodrigues.blogspot.com.br/ contém vários artigos e livros para consulta.

BERNARDO AGUEDA (URAIS PUC-Rio)
Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia da População, Geografia Humana, Geografia Urbana e Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes tópicos: produção do espaço, relações urbano-rurais, metropolização do espaço, desenvolvimento, teoria e epistemologia da geografia. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no qual foi bolsista pela CAPES/PROSUC. Atualmente é pesquisador do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIS) e professor de Geografia das escolas SAP e Parque.

BRUNO MALHEIRO
É Professor, Escritor, Compositor e Roteirista Amazônida. Professor da Universidade Federal do Pará, graduado em Geografia, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA - UFPA) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. É autor de vários artigos em revistas especializadas, um dos autores do livro «Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo» (Rosa Luxemburgo e Expressão Popular, 2021) e autor de «Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil» (Amazônia Latitude Prees, 2023). Também é co-roteirista do filme documentário "Pisar Suavemente na Terra" (Amazônia Latitude Filmes, 2022). Em 2025 lançou o Álbum Musical "Segura o Céu", disponível em todas as plataformas digitais.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

DANILO VOLOCHKO (UFPR)
Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade de São Paulo (2004), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2007) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2012). Realizou Estágio de Doutorado (2010) no Departament de Geografia da Universitat de Barcelona. É pesquisador do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical) do Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia-FFLCH/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, método, pesquisa, metrópole, reflexão sobre a produção capitalista do espaço urbano (envolvendo o capital financeiro, os negócios imobiliários, as políticas habitacionais e as novas relações cidade-campo), dinâmicas populacionais. Parecerista dos periódicos Revista GEOUSP, OCULUM Ensaios, Revista Mato-Grossense de Geografia e RAE GA - O Espaço Geográfico em Análise. Atualmente é Professor Adjunto A do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus Curitiba, sendo também Professor no Programa de Pós-Graduação da UFPR. Também participa como Pesquisador Colaborador do Projeto Urbanização e Mundialização (Napurb-USP).

DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY (UFRGS)
Professora Emérita da UFRGS (2021). Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1972), mestrado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (1988). Foi professora na FIDENE, atual Unijui, entre 1973 e 1982 e na UFSM entre 1978 e 1985. Professora titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua no campo da de Geografia, com ênfase nos estudos da natureza. As temáticas na qual centra sua pesquisa são relativas aos estudos de: desertificação/ arenização, ambiente e cidade, ensino de geografia e Epistemologia da Geografia. Coordena o grupo de pesquisa Arenização/desertificação: questões ambientais CNPq. Presidente da AGB biênio 2000-2002. Coordenadora da área de Geografia CAPES 2005-2007. Professora convidada da UFRGS atua no curso e Pós-graduação em Geografia dessa instituição. Presidente da ANPEGE biênio 2016 -2017.Professora Visitante na UFPB- Departamento de Geociências - Programa de Pós-Graduação em Geografia 2018-2020. Participa do corpo docente do PPGG -UFPB.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ERNESTO GOMES IMBROISI (PUC-Rio)
Realiza pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui Graduação (2006), Mestrado (2015) e Doutorado (2022) em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi bolsista de extensão do projeto Pólo de Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento Equânime, Territorializado e Sustentável em Manguinhos e do projeto Promoção de Territórios Urbanos Saudáveis, pela Coordenadoria de Cooperação Social da Fundação Oswaldo Cruz (2017). Atualmente é professor da Rede Pública (Municipal e Estadual) de Ensino do Rio de Janeiro, bolsista de extensão da Coordenação de Cooperação Social da Presidência da Fundação Oswaldo Cruz, pós-doutorando em Geografia pela PUC-Rio e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM) do Departamento de Geografia da PUC-Rio.

FELIPE RANGEL TAVARES (UERJ)
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UERJ-FEBF e do Mestrado Profissional em Ensino da Geografia em Rede Nacional (PROFGEO). Coordenador do curso de Licenciatura em Geografia com ênfase em Meio ambiente (UERJ-FEBF). É Doutor e mestre em Geografia pela PUC--Rio. Editor-chefe da Revista História, Natureza e Espaço (B1). Coordena o grupo de pesquisa TEYAS (Territórios, Epistemologias y Ambientes desde o Sul). Possui licenciatura em Geografia pela FEBF-UERJ. Foi Professor de Geografia do Ensino Fundamental II na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro.

FERNANDA SÁNCHEZ (UFF)
Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1987), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2001). Coordena o Laboratório GPDU - Grandes Projetos Urbanos, da EAU Universidade Federal Fluminense e outro-pesquisadora associada ETTERN-IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Titular da Universidade Federal Fluminense. Editora assistente da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, RBEUR, da ANPUR nos períodos 2014-2015 e 2020-2023.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Política Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: grandes projetos urbanos, circulação de ideias e modelos no planejamento, cidades, operações urbanas e megaeventos, cultura, cidade e produção de narrativas, *city marketing*, disputas narrativas, conflitos urbanos e cartografia crítica.

GUILHERME MOREIRA PETRELLA (UNIFESP)
Arquiteto e urbanista (2002), Mestre (com a dissertação "Das fronteiras do conjunto ao Conjunto das fronteiras", 2009 - publicado em livro pela Fapesp e Annablume e 2012) e Doutor (com a tese "A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI", 2017 - publicado em livro pela Annablume em 2023) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Zona Leste, Instituto das Cidades (2018). Membro do Grupo de Pesquisa Transborda Estudos da Urbanização Crítica (CNPq Unifesp), do Grupo de Pesquisa Espaço, Produção e Política Urbana (CNPq FAUUSP) e da Rede de Pesquisa Construção Crítica Urbana (FAUUSP, IAUUSP, UFABC, Unifesp). Coordenador pró-Tempore do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo. Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Pró-tempore) Arquitetura e Urbanismo, Coordenador da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade federal de São Paulo, PPC-AU, 2025.

GUSTAVO GODINHO BENEDITO (PUC-Rio)
Realizou pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) na linha de pesquisa Espaço, Cotidiano e Sustentabilidades. É Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atualmente realiza pesquisas sobre Teoria e Epistemologia da Geografia e Geografia Urbana no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização (NEPEM), participa como pesquisador na linha de pesquisa intitulada Os Conflitos na (Re)produção e Metropolização do Espaço (pesquisa realizada junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Espaço e Metropolização - NEPEM), mi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

nistra disciplinas como professor da graduação em Geografia do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e ministra disciplinas como professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

HENRI ACSELRAD (UFRJ)
Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui mestrado em Economia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e doutorado em Planejamento, Econ. Pública e Org. do Território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1980). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Modelos de desenvolvimento e conflitos ambientais; Ecologia política da sustentabilidade; Política e regulação ambiental; Apropriações sociais da sustentabilidade urbana; Movimentos sociais, desigualdade e justiça ambiental; Cartografia social.

HUÁSCAR SALAZAR LOHMAN (Centro de Estudios Populares - CEESP - en Bolívia)
Economista e pesquisador boliviano especializado em alternativas comunitárias ao capitalismo, ao extrativismo e às relações Estado-sociedade na América Latina. Possui doutorado em Economia Política do Desenvolvimento (BUAP) e pós-doutorado pela UNAM, México. É cofundador do Centro de Estudos Populares. Sua pesquisa examina como comunidades indígenas e camponesas navegam pela captura do Estado, pela expansão capitalista e por horizontes autônomos de reprodução social da vida na Bolívia e na Amazônia.

JEFFER CHAPARRO MENDIVELSO (Universidad Nacional de Colombia – Bogotá)
É professor do Departamento de Geografia da Universidad Nacional de Colombia – Bogotá. Doutor em Geografia pela Universitat de Barcelona (2009) e Mestre também pela Universitat de Barcelona (2003). Tem graduação em Geografia pela Universidad Nacional de Colombia (2000). Par-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ticipou de inúmeros eventos nacionais e internacionais. É autor de vários artigos científicos e capítulos de livros na Colômbia e no exterior.

JEROEN JOHANNES KLINK (UFABC)
Pesquisador 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui graduação e mestrado em Economia pela Universidade de Tilburg (Holanda, 1987) e doutorado em Planejamento Urbano pela Universidade de São Paulo (2000). Acumulou experiência profissional como consultor e pesquisador em países como Holanda, Espanha, Turquia, Alemanha, Índia, África do Sul e Brasil. Na Holanda foi membro do corpo docente permanente do Institute for Housing and Urban Development Studies (Universidade de Erasmus - Roterdã). No Brasil, trabalhou durante nove anos no governo local, onde ocupou cargos como Secretário de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Santo André e Diretor Suplente na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Atualmente é Professor Associado na Universidade Federal do ABC (UFABC), onde já ocupou os cargos de Pró-Reitor de Extensão (2006-2008) e Coordenador do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Reitoria (2009-2010). No período 2012-2015 coordenou o programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território (Mestrado e Doutorado). Atualmente é professor do Bacharelado em Planejamento Territorial, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC) e do International Joint Master of Science SPRING - Regional Development Planning and Management (joint degree TU Dortmund University/UFABC). Desde 2017 faz parte da coordenação geral do Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais (LEPUR: (Site:http://lepur.com.br). Publicou em vários periódicos nacionais e internacionais indexados sobre temas relacionados com economia urbana, o campo do planejamento urbano e a governança metropolitana. É membro do Conselho Consultivo de vários periódicos internacionais, como EURE (Chile), International Journal of Urban Sustainable Development (Inglaterra/Oxford) e Journal of Economic and Human Geography (Wiley/Netherlands), assim como parecerista para revistas nacionais e internacionais como Urban Studies; Cadernos Metrópole; Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais; Ambiente e Sociedade; URBE (Revista brasileira de gestão urbana); Environment and Planning; Cities; Planning

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Theory; International Journal of Urban and Regional Research; Territory, Politics, Governance; e Housing Studies. E-mail: jeroen.klink1963@gmail.com. É membro do Conselho Diretor da Urban Studies Foundation (Glasgow, Escócia), fundação vinculada ao periódico Urban Studies.

JOÃO FERRÃO (Universidade de Lisboa)
Licenciado em Geografia, Faculdade de Letras da ULisboa. Doutorado pela ULisboa em Geografia Humana. Investigador coordenador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Especialista em geografia humana, ordenamento do território e políticas de desenvolvimento local e regional. Foi docente no departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa e na Universidade Atlântica, consultor da OCDE e da Comissão Europeia, presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades e Pró-Reitor da Universidade de Lisboa. É membro da Academia de Ciências de Lisboa, do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), do Conselho Estratégico do Instituto Nacional de Administração (INA), da Comissão de Acompanhamento da Implementação e Monitorização dos ODS (Presidência do Conselho de Ministros) e do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Portalegre. Colabora regularmente com autarquias e associações de desenvolvimento local. Coordena atualmente, enquanto membro do CNADS, a Plataforma ODSlocal, uma iniciativa que visa dinamizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas junto dos municípios portugueses.

JOÃO MONIZ (Universidade de Lisboa)
É Investigador de Pós-Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e trabalha atualmente no tema das inovações democráticas e da participação dos cidadãos na definição de políticas públicas no âmbito do projeto de investigação Inclusive Citizenship in a World in Transformation: Co-Designing for Democracy (INCITE-DEM). A sua carreira inclui várias participações em projectos de investigação nacionais e internacionais. A sua investigação, em coautoria, tem sido publicada em revistas como South European Society and Politics e European Politics and Society.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

JOÃO RUA (PUC-Rio)
Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Assistente da Pontíficia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professor Adjunto aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Participa como líder no grupo de pesquisa denominado URAIS (Grupo de Estudos Urbanos e Rurais). Atua na pós-graduação. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em geografia humana, pesquisando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento local, geografia do estado do Rio de Janeiro, estudos da população (com ênfase em migrações), o espaço agrário e as relações urbano-rurais, implicações territoriais do desenvolvimento. Publicou diversos artigos e livros nessas áreas temáticas, na Geografia e em ciências afins. É organizador e coautor dos livros *Entre urgências e utopia: múltiplas escalas da ação; Produção do espaço: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia"; O espaço e a metropolização; Desafios da metropolização do espaço; e Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*, todos publicados pela editora Consequência.

JOÃO TONUCCI (UFMG)
Professor de Economia Regional e Urbana no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG). Ele é bacharel em Ciências Econômicas (UFMG), mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP) e doutor em Geografia (UFMG). Realizou pós-doutorado no Center for Urban Studies da University of Amsterdam (CUS/UVA) e foi pesquisador visitante do City Institute da York University (CITY). É líder do Núcleo de Estudos em Urbanização e Planejamento (NUPE/UFMG), co-coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária (Colmeia), e pesquisador do Núcleo RMBH do INCT Observatório das Metrópoles e do INCT Produção da Casa e da Cidade. Suas pesquisas na área da economia política da urbanização situam-se na interseção entre estudos urbanos críticos, geografia econômica e planejamento territorial. Seus principais temas de investigação incluem urbanização extensiva e perifé-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

rica, política fundiária, dinâmica imobiliária, governança metropolitana, informalidade habitacional, comuns urbanos, economia popular e direito à cidade. Possui experiência em coordenação de projetos de planejamento e desenvolvimento urbano e regional, e assessora órgãos públicos, sociedade civil e movimentos sociais.

JOÃO TRAJANO SENTO-SÉ (UERJ)
Possui graduação em Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1997). Atualmente é professor titular de ciência política do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos sobre violência, cultura política, segurança pública e pensamento social brasileiro.

JOSÉ BORZACCHIELLO DA SILVA (UFC / PUC-Rio)
Professor titular da Universidade Federal do Ceará. Pós-doutoramento em Geografia Humana pela Universite de Paris IV - Sorbonne. Doutor e mestre em Geografia Humana pela USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC. Coordenador da área de Geografia da CAPES (2008/2010). Presidente da AGB (1986-1988). Presidente da Anpege (2003-2005). Membro do comitê científico das revistas *Terra Livre*, *Aurora Geography Journal* (Portugal), *Norba* (Espanha), *Cidades*, *Confins*, *Mercator* e *Geo UERJ*. Atua na área de geografia urbana.

JOSÉ DUARTE RIBEIRO (Universidade de Lisboa)
Concluiu a sua licenciatura em Sociologia na Universidade do Porto (2013) e o seu mestrado em Planeamento Urbano e Regional na Universidade de Aveiro (2015). Recentemente, em janeiro de 2023, obteve o doutoramento em Sociologia pela Universidade Técnica do Médio Oriente, Departamento de Sociologia em Ancara, Turquia. Atualmente, é investi-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

gador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, trabalhando em inovações democráticas e participação cidadã no âmbito do projeto de investigação financiado Horizon Europe "Inclusive Citizenship in a World in Transformation: Co- Designing for Democracy (INCITE-DEM)". É também Editor da revista RIVAR, editada pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Santiago do Chile (USACH) e é membro do Comité Executivo da Sociedade Europeia de Sociologia Rural (ESRS).

ORIOL NEL-LO (Universitat Autónoma de Barcelona)
É geógrafo especializado em estudos urbanos e ordenamento do território, temas sobre os quais tem publicado um bom número de livros e artigos científicos. Formado na Universitat Autónoma de Barcelona (Doutor em Geografia) e na Universidade Johns Hopkins (Mestrado em Assuntos Internacionais), foi diretor do Instituto de Estudos Metropolitanos de Barcelona (1988-1999), Deputado no Parlamento da Catalunha (1999-2003) e Secretário de Ordenamento do Território do Governo da Generalitat da Catalunha (2003-2011). Atualmente é membro titular do Institut d'Estudis Catalans e professor da Universitat Autónoma de Barcelona, onde voltou a atuar em 2011 para lecionar cursos de graduação, pós-graduação e doutorado do Departamento de Geografia. Ele também dirige o Grupo de Pesquisa em Energia, Território e Sociedade (GURB) da UAB.

PAULO CÉSAR XAVIER PEREIRA (USP)
Pesquisador 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor da FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, desde 1978. Dedica-se à pesquisa das condições sociais do desenvolvimento técnico da indústria da construção na cidade de São Paulo com ênfase na perspectiva dos Fundamentos Sociais da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1974), Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1975), Mestre em Ciência Sociais pela Universidade de São Paulo (1984), Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1990) e estagiou em nível de pós-doutorado na Ècole dArchitecture de Grenoble (1992). O ponto forte das pesquisas é

CONSEQUÊNCIA EDITORA

o estudo histórico da construção social da cidade do ponto de vista da produção do espaço. Esse estudo é realizado a partir da ótica de uma história urbana que busca compreender a constituição socioespacial da cidade, as condições do desenvolvimento técnico e industrial, também, os impasses e as potencialidades da política habitacional e urbana frente a propriedade e a renda da terra. Assim, para os diversos momentos da história da construção da cidade de São Paulo por meio de pesquisas específicas tem aprofundado o conhecimento das continuidades e rupturas nos processos de construção/transformação/apropriação da cidade: a sua fundação, a persistência da taipa e sua negação como técnica construtiva, a demolição da cidade colonial e sua reconstrução com tijolos pela constituição da moderna propriedade da terra e mercantilização do trabalho de construir, a primeira modernização da cidade e a difusão de materiais industrializados, a estruturação da metrópole e a incorporação imobiliária, a provisão habitacional e arquitetura moderna, a segregação e espoliação imobiliária, a crise urbana e da proposta modernista, a desconcentração metropolitana e reestruturação imobiliária, as novas formas de concepção, de realização do projeto e construção do espaço, os novos produtos imobiliários e a informatização com seus desdobramentos na arquitetura e na urbanização. Considera que um ponto crítico da gestão atual da cidade de São Paulo não está simplesmente em seu tamanho, mas está no nível atingido pela desigualdade socioespacial e, daí que aponta como relevante para a superação do impasse metropolitano, a necessidade de aprofundar o conhecimento teórico e histórico das dinâmicas industrial, urbana e imobiliária como combinação das diferentes formas de espoliação (urbana, imobiliária e financeira) com a produção do espaço construído. Enfim, tem desenvolvido pesquisas articulando os seguintes temas: arquitetura, industrialização, urbanização, política habitacional, industrialização da construção, história da cidade, trabalhador da construção, formas de produção da segregação, conflitos urbanos, metropolização, metrópole, globalização, financeirização e reestruturação imobiliária. Foi assessor da Pro-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, presidente da Comissão de Graduação dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design da FAU, participou da CoCAU Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo e participou do Conselho do Departamento e da Coordenação do Grupo de Disciplinas de Fundamentos em diferentes momentos.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

RAÚL ZIBECHI (Doutor Honoris Causa pela Universidad Mayor de San Andrés – La Paz)
Jornalista e militante social uruguaio, colabora com organizações sociais, de bairro e de meios de comunicação alternativos. Publica regularmente no semanário *Brecha*, na revista *UM*, nos jornais *Gara* e *La Jornada*, *Rebelión*, *Programa las Américas*, *Alai* e *Desde abajo*. Publicou vários livros – inclusive pela editora Consequência –, como *Os limites do progressismo*; *Territórios em resistência; Brasil potência*.

ROBERTO FALANGA (Universidade de Lisboa)
Licenciou-se em Psicologia pela Universidade "La Sapienza" de Roma onde obteve também o grau de Mestre em Psicologia Dinâmica e Clinica. Doutorou-se em Sociologia, com Louvor e Distinção, pela Universidade de Coimbra, dissertando a Tese "Developing Change. A Psychosociological action research with Civil Servants engaged in Participatory Processes" (https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24148) (Bolsa de Investigação Doutoral FCT SFRH/BD/62118/2009). É atualmente Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa com o Projeto "Beyond Big Narratives: An Inquiry into Changing Socioeconomic Paradigms and the Role of Participatory Mechanisms in Urban Contexts" (Bolsa de Investigação Pós-Doutoral FCT SFRH/BPD/109406/2015), e onde integra o GI-ATS "Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade", e o Observatório OBSERVA. Foi Investigador de Pós-Doutoramento, entre Abril 2014 e Dezembro 2015, no âmbito do Projeto Internacional MOPACT "Mobilising the Potential of Active Ageing in Europe", financiado pelo Sétimo Programa Quadro da União Europeia. Em 2014 e 2015 foi convidado a integrar a equipa docente do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Católica de Viseu como responsável da Unidade Curricular de Ciências Sociais. Desde 2014 colabora com a equipa consultora do programa "BipZip – Bairros de Intervenção Prioritária Zonas de Intervenção Prioritária" da Câmara de Lisboa (programa nomeado como "boa prática" em 2013 pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa). Entre 2015 e 2016 integrou a equipa externa de Avaliação do Projeto Nacional "Portugal Participa – Caminhos para a Inovação Societal", financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian com o apoio do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants). Entre Abril e Maio 2016 colaborou com a equipa de inves-

CONSEQUÊNCIA EDITORA

tigação CIS-ISCTE-IUL no âmbito do Projeto "Memotrade", financiado pelo Programa Circlemed. Em Maio 2016 foi co-organizador do Workshop Doutoral ICS-ULisboa "Territórios à Margem: Problematização e Intervenção" e em Junho do mesmo ano foi co-organizador da Escola de Verão ICS-ULisboa "Sociedade Civil e Território: Mobilização e Intervenção".

RODRIGO HIDALGO DATTWYLER (PUC-Chile)
Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona. Concentrou sua pesquisa na geografia da transformação neoliberal dos espaços urbanos chilenos. Em 2014, recebeu o Prêmio Nacional de Geografia, concedido pela Sociedade Chilena de Ciências Geográficas. Atualmente é chefe do Programa de Doutorado em Geografia (Pontifícia Universidade Católica do Chile). Também é diretor da Revista de Geografía Norte Grande e editor da série Geolibros. Dirige o Laboratório Urbano e participa de diversos projetos de pesquisa no Chile e na América Latina.

ROGÉRIO HAESBAERT (UFF)
Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, do Curso de Pós-Graduação em Políticas Ambientales y Territoriales da Universidad de Buenos Aires e do Doutorado em Ciencias Sociales da Universidad de Tucumán (Argentina). Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFSM (Santa Maria-RS), Mestre em Geografia pela UFRJ (Rio de Janeiro), Doutor em Geografia Humana pela USP (São Paulo, com Estágio Doutoral no Instituto de Estudos Políticos de Paris), Pós-Doutorado em Geografia na Open University (Inglaterra) sob supervisão de Doreen Massey. Professor Visitante em diversas universidades na França, Inglaterra, México, Colômbia, Equador e Argentina. Experiência nas áreas de Teoria da Geografia, Geografia Política e Geografia Cultural, atuando ao longo da trajetória com conceitos e temas como: território e des-territorialização, contenção territorial e multi/transterritorialidade; região, identidade e des-articulação regional; abordagens descoloniais na Geografia; desigualdade geográfica e diferenciação do espaço, autor, entre outros, dos livros "O Mito da Desterritorialização" (ed. em espanhol, México), "Regional-Global" (ed. em espanhol, Argentina e Colômbia), "Viver no limite" (ed. em espanhol, México) e

CONSEQUÊNCIA EDITORA

"Território e Descolonialidade" (Argentina e Brasil). Prêmio Manuel Correia de Andrade-Geógrafo destaque pela ANPEGE. Prêmio Eidorfe Moreira de Geografia Regional. Foi representante de área de Geografia Humana no comitê assessor do CNPq, membro da Comissão de Avaliação de Pós-Graduação em Geografia da CAPES e representante da Comissão de Geografia Cultural para a América Latina da União Geográfica Internacional (UGI).

SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR

Pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição na qual graduou-se em Licenciatura em Geografia (1986), Bacharelado em Direito (1988) e Bacharelado em Geografia (1989). Na mesma universidade tornou-se Especialista em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1987) e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (1993). Doutorou-se em Geografia Humana (1998) pela Universidade de São Paulo (USP) e concluiu Pós-Doutorado em Políticas Urbanas (2007) no Institut des Hautes Études de l Amérique Latine (IHEAL), Université Paris III (Sorbonne Nouvelle), e em Geografia Regional (2016) na USP. Ocupa a cadeira 21 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), é pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (Geourbam). Atua no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) e no Programa de Formação de Especialistas em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), do NAEA/UFPA. Foi agraciado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) com o Prêmio Milton Santos de artigos em 2011 e 2023, e com o Prêmio Ana Clara Torres Ribeiro de livros em 2023 e 2025. Tem experiência em Geografia Urbana e Regional, em Direito Urbanístico e em Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nos seguintes temas: teoria regional e regionalização; produção social do espaço e direito à cidade; políticas de desenvolvimento e de ordenamento territorial; cidades, urbanização e urbanodiversidade na Amazônia; e Amazônia no pensamento geográfico brasileiro.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

SANDRA LENCIONI (USP / PUC-Rio)
Pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Geógrafa, professora titular sênior da USP e professora do programa de pós-graduação da PUC-Rio. Seus títulos de bacharel, licenciada, mestre e doutora são da Universidade de São Paulo e seu pós-doutorado foi efetuado na Universidade de Paris I (Pantheon-Sorbonne). Consultora ad hoc do CNPq e da CAPES e ainda de várias Fundações de Amparo à Pesquisa e de órgãos similares no exterior vem exercendo consultoria internacional para o Conseil Scientifique da Open Edition, que desenvolve a Plataforma Revue.org. Criou o Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEO/USP), é editora do Blog Economía Política Urbana cuja sede é no Colégio del Mexico. Orientou cerca de 50 teses e participou de cerca de 300 de bancas de teses, de dissertações, de qualificações de doutorado e mestrado e de concursos públicos. Publicou cerca de 100 textos como artigos de periódicos, anais de eventos, capítulos de livros e livros e participou de cerca de 250 eventos científicos. É membro de vários conselhos editoriais de livros e revistas científicas nacionais e internacionais e de várias associações científicas. Recebeu o prêmio Eidorfe Moreira de Geografia Regional pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e dentre seus livros cabe destacar Região e Geografia e, também, o livro: Metrópole, Região e Regionalização que recebeu Menção Honrosa pela ANPUR Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Tem experiência na área de Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da região, metrópole e indústria.

VALTER DO CARMO CRUZ
É Pesquisador Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). É professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), foi chefe do Departamento de Geografia (2015-2017) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense POSGEO/UFF (2021-2025). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2003), é mestre (2006) e doutor (2011) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Território, Ações Coletivas e Justiça (NETAJ/UFF), integra o Grupo de Trabalho da CLACSO

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Territorialidades en disputa y r-existencias e a Rede Brasileira de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental. Sua pesquisa articula os campos da Geografia Agrária, da Geografia dos Movimentos Sociais, da Ecologia Política e do pensamento descolonial/anticolonial, com ênfase em temas como: movimentos sociais, identidades coletivas e direitos territoriais (as lutas pela terra, pelo território e pela reapropriação social da natureza); ecologia política dos grandes projetos de des-envolvimento; geografia e epistemologias outras; e Amazônia.

CONSEQUÊNCIA EDITORA

ÍNDICE REMISSÍVO

A

Aalbers 399
Ablas 48
Abramo 377, 409, 733, 738, 744
Abreu 9, 471, 732
Acselrad 133, 144, 234
Acumulação 129, 569, 633
acumulação primitiva 14, 20, 136, 389, 497, 507, 610, 612, 613, 624, 626
Adorno 317
Agamben 108, 243
Agueda 597, 601, 606, 612, 615, 616, 624, 628, 629
Ahumada 223, 227
Albet 432, 433, 434
Albuquerque 346
Alentejano 118, 681
Alienação 280, 283
Alier 26
Altshuler 242
Alvarado Peterson 227, 229, 231
Amadeo 126, 610
Amazônia 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 90, 91, 92, 93, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 142, 438, 786, 793
Amazônias 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 93, 102, 104, 111, 127
Ambiente 29, 30, 34, 40, 43, 56, 73, 127, 134, 182, 284, 307, 308, 417, 564, 630
Anarquismo 669, 670
Anderson 9, 497, 504, 505, 614
Andrés 249, 332, 593, 594, 669
Angatu 497
Angell 465
Ankersen 735
anti-identitárias 514, 522
Antimercadoria 577, 589

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Antivalor 485, 487, 490, 492, 493, 495, 577
Antropoceno 37, 38, 39, 40, 41, 42, 99, 638, 669, 804
Antunes 19, 276
Anzaldúa 629
Arantes 233, 240, 564, 603, 731, 754
Arboleda 763, 777
Arendt 124, 313
Arnstein 162
Aslan 723, 724, 728
Assusa 444
Atkinson 427, 433
Atria 213, 216, 228
Autopoiese 22

B

Bachelard 149
Bächtiger 154
Badiou 690
Baiocchi 163, 164, 165
Bakunin 672, 673, 674, 685, 688, 702
Baliga 409
Barbier 169
Barros 248, 676, 679
Bastos 730, 745
Bathelt 464
Bauluz 464
Becker 50
Bellei 217, 228
Benedito 11, 241, 251
Benjamin 88, 111, 713
Bensaïd 615
Bento 127, 297, 447
Bergmann 176
Bernardo 397, 417, 418, 428, 597, 630, 634, 720, 721, 722, 728
Bettelheim 569, 570, 572, 573, 574, 576, 578, 583, 593
Bhattacharya 496
Bispo dos Santos 93, 503, 505
Bittencourt 740, 741
Black 390, 674
Blanco 156, 426, 427, 430, 433, 434
Blaser 790
Bloch 700
Boltanski 148

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Bookchin 655, 660
Borba 628
Borja 262
Boron 126, 684
Bourdieu 133
Braudel 109, 710, 719, 720, 724, 725, 726, 728
Brenner 193, 228, 261, 273, 282
Bridge 170
Brown 795
Bruch 169
Buarque de Hollanda 314
Burke 313
Butler 498

C

Cabannes 164, 174, 185, 187, 357
Caffentzis 762, 778
Canales 218, 225, 228
Canettieri 412, 729, 730, 733, 740, 743
Capel 641
Capital 16, 39, 126, 129, 248, 249, 265, 283, 285, 286, 355, 392, 409, 435, 488, 489, 507, 508, 509, 523, 524, 528, 541, 559, 569, 608, 610, 611, 631, 633, 635, 680, 686, 701, 702, 722, 728, 754
Capitalismo 26, 127, 230, 269, 287, 457, 721, 728, 755
Capitaloceno 37, 39, 40, 41, 42, 99
Carlos 11, 37, 72, 73, 77, 89, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 116, 117, 121, 124, 125, 224, 231, 247, 248, 265, 306, 332, 354, 482, 485, 506, 508, 519, 526, 543, 544, 556, 562, 617, 631, 669, 670, 681, 700, 703, 728
Carneiro 296, 497, 631
Carnevalli 505
Casals 216, 228
Castaño 643
Castells 262, 564
Chambers 166
Chamorro 765, 778
Chaparro 637, 638, 642, 652, 653, 661, 663
Chauí 338
Cheshire 427, 433
Chesnais 278, 284, 386
Chess 153
Chiaretti 88
Chiavoni 407, 410

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Christophers 399, 400, 401, 402, 403
Ciavatta 604
Cidadania 301, 752
Cidade 31, 32, 33, 161, 236, 248, 249, 265, 285, 347, 365, 393, 397, 416, 507, 559, 736, 737, 738, 749, 751, 754
Clastres 504, 505
Cobos 209, 267
Coccia 92
Coli 234
Collins 452, 496
Colonialidade 96, 128, 129, 308, 703
Colonialidade do poder 96, 129, 308
Colonialidade do saber 128
Comum 28, 29, 130, 379, 506, 669, 753, 755, 803
Comunidade 793, 796
Comunista 223, 686, 712, 717, 728
Conatz 675, 682, 683
Conformismo 353
Corpo 495
Corpos-territórios 293, 297
Corrêa 48, 407
Costa 9, 234, 443, 444, 449, 452, 777
Cotidiano 331
Coutinho 253, 631
Cox 217, 228
Cremaschi 430, 433
Crise 129, 235, 284, 285, 286, 287, 354, 385, 481, 752
Crise urbana 354, 752
Crutzen 37, 38
Cruz 99, 108, 119, 120, 123, 300, 430, 433, 434, 680, 767, 780, 793
Cultura 43, 95, 123, 230, 332, 506, 728

D

Daher 208, 228
Danowski 505
Dardot 193, 219, 220, 228, 230, 254, 379, 505, 742, 762, 779, 783, 784, 788
Davidoff 179
Davis 219, 229, 275, 496, 731
De Angelis 762, 772, 776, 778
Debald 310
Decolonial 308, 620
Della Porta 156
Democracia 159, 218, 219, 241, 669

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Denaldi 401, 405, 410, 411
De Paula 34
Descartes 20
Desenvolvimento 43, 49, 73, 134, 148, 151, 168, 182, 183, 307, 372, 376, 397, 442, 443, 467, 468
Desigualdade 144, 150, 239, 284, 285, 286, 287, 444, 457, 470, 473
Desigualdades 144, 150, 169, 239, 457, 463, 482
Desmercantilização 754
Dienel 176
Dietz 450, 457
Direito 161, 236, 248, 271, 312, 355, 559, 693, 751
Direito à cidade 355
Direitos humanos 72, 309, 314, 333
Dryzek 154, 165

E

Ecologia 24, 25, 26, 40, 41, 127, 128, 134, 295
Ecologia humana 25
Economia 26, 30, 134, 138, 286, 287, 366, 367, 377, 541, 594, 633
Economia política 286
Edwards 202, 221, 229
Elstub 155, 156, 158, 166, 167, 189
Emancipação 669
Empreendedorismo 261, 390
Empreendedorismo urbano 261
Engels 21, 23, 35, 497, 522, 673, 674, 686, 688, 701, 712, 713, 714, 728
Ercan 154
Erfurth 466
Errandonea 645
Escobar 155, 156, 158, 167, 189, 294, 295, 778, 785
Espaço 9, 13, 41, 43, 75, 128, 130, 247, 248, 284, 285, 286, 332, 337, 376, 383, 485, 499, 508, 509, 540, 541, 559, 562, 594, 632, 669, 754, 780
Espinosa 255
Estado 12, 15, 36, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 70, 83, 84, 87, 95, 103, 110, 114, 115, 117, 123, 145, 147, 162, 174, 183, 193, 194, 204, 206, 207, 209, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 249, 251, 268, 272, 274, 275, 277, 278, 280, 281, 282, 287, 301, 302, 304, 310, 314, 327, 331, 333, 337, 338, 342, 344, 345, 346, 347, 349, 350, 351, 352, 359, 364, 366, 383, 386, 389, 393, 394, 395, 399, 401, 403, 404, 406, 408, 409, 410, 412, 418, 446, 456, 462, 491, 501, 506, 512, 513, 516, 535, 538, 544, 547, 548, 551, 555, 568, 570, 578, 580, 583, 589, 638, 642, 643, 644, 645, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 655, 657, 659, 661, 664, 665, 670, 672, 675, 681, 682, 684, 685, 686, 687, 688, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 707, 708, 709, 712, 713, 714, 716, 718, 719, 720, 721, 722, 724, 725, 726, 727, 734, 736, 738, 743, 754, 772, 781, 789, 797, 803

CONSEQUÊNCIA EDITORA

F

Falanga 153, 164, 181, 185
Fanon 84, 292, 293, 294, 295, 297, 301, 303, 497, 715, 728
Fascismo 285, 354
Favelas 284, 321, 332, 397, 398, 411, 417, 740
Fazio 220, 229
Featherstone 622
Federici 496, 497, 762, 778, 790
Feltran 344, 351
Ferdinand 294, 295, 296, 298, 299
Fernandes 736
Fernández-Savater 799
Ferrão 11, 459, 472, 699
Ferrari 272
Ferreira 11, 15, 259, 360, 472, 506, 638, 669, 671, 687, 688, 690, 691, 692, 694, 695
Financeirização 284, 285, 286, 287, 370, 385, 388, 396, 418, 419, 509
Finseraas 183
Fishkin 154, 166
Fix 277, 731
Foladori 26
Foley 171
Folin 591
Foster 23, 24, 35, 488, 504
Foucault 138, 254, 256, 292, 299, 789
Fratini 404
Friedman 207, 210, 211, 212, 213, 216, 219, 221, 226, 229, 230
Fung 154, 159, 166
Furtado 53, 54, 55, 57, 59, 60
Futuro 28, 29, 148, 248, 507

G

Galvão 48
Ganuza 163, 164, 165
Gárate 210, 229
García Linera 696
Garretón 220, 229, 230
Gaspari 310
Geissel 155, 158, 166, 167
Gênero 96
Geografia 13, 19, 24, 27, 32, 34, 41, 42, 43, 51, 73, 96, 99, 102, 108, 110, 111, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 248, 249, 252, 265, 308, 358, 380, 419, 481, 485, 535, 541, 559, 562, 564, 606, 695, 701, 703, 755, 785, 804

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Geografia urbana 564
Gestão 9, 13, 99, 247, 248, 284, 337, 372, 417, 485, 562, 753
Godfray 169
Governança 779
Governo 95, 238, 272, 391, 805
Gramsci 252, 253, 256, 601, 683
Grespan 486, 495
Grosfoguel 292, 620, 621, 627
Grundrisse 136, 151, 524, 541, 608, 610, 612, 613, 633, 635
Grundrisses 508
Guerreiro 281, 287, 408, 414, 733
Gutiérrez 758, 761, 762, 770, 772, 775, 778, 779

H

Habermas 154, 165
Habitação 347, 357
Haesbaert 233, 294, 296, 301, 601, 621, 781, 786, 788, 792, 795, 799, 800
Haider 679
Hall 124, 601
Halvorsen 794, 797
Haraway 37, 39
Hardt 616
Harvey 85, 119, 139, 142, 268, 271, 274, 277, 386, 401, 404, 410, 412, 414, 425, 432, 434, 493, 494, 531, 532, 533, 534, 536, 579, 584, 588, 591, 594, 598, 606, 608, 610, 615, 758, 769, 778, 788, 795
Haupt 672
Healey 179
Hegel 601, 602, 603, 604, 605, 626, 631, 632, 633, 683, 693, 702
Heidegger 605
Heiss 224, 230
Hidalgo 193, 194, 203, 209, 210, 214, 227, 229, 231, 507, 804
Hirata 400, 410, 412
Hirst 181
Hobsbawn 612, 613
Holland 169
Holloway 14, 16, 512, 513, 514, 515, 516, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 526, 527, 537, 539, 598, 677, 678, 689, 697, 698, 761, 779, 797
Holston 729, 732, 737, 744
Honneth 496
Horchild 321
Hunt 311

CONSEQUÊNCIA EDITORA

I

Identidade 127, 254, 702
identitarismo 297, 676, 700
Illouz 321
Imbroisi 11, 485, 511, 512, 519, 562, 638
Indovina 432, 434
Iniciativas 264
Inovações 155, 161, 168, 183, 184

J

Jacobs 271
Jameson 602, 604
Jappe 234, 237, 238, 247, 562
Jaramillo 267, 495, 499, 501, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 577, 578, 579, 580, 585, 587, 744, 746
Joss 176
Justiça 72, 169, 350, 540

K

Kaiser 222, 230
Kawahara 270, 285, 412, 413
King 153
Klink 399, 401, 405, 406, 411, 414, 734
Königs 466, 468
Kopenawa 79, 80, 90, 92, 505, 615
Korsch 674
Kowarick 383, 491, 496
Krenak 75, 85, 92, 244, 305, 505, 802

L

Lacerda 409, 412
Lafargue 673
Lai 403
Lander 78, 103, 105, 248, 620
Lanz 208, 230
Latouche 796
Latour 24, 37, 797
Laval 193, 219, 220, 228, 230, 254, 379, 505, 742, 762, 779, 783, 784, 788
Lavinas 282, 391
Lazzarato 305, 341, 343
Leach 169

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Leal de Oliveira 234
Lefebvre 13, 139, 161, 236, 244, 267, 269, 305, 444, 454, 457, 485, 487, 489, 503, 504, 512, 513, 514, 517, 518, 519, 520, 522, 525, 526, 529, 530, 537, 540, 541, 552, 554, 565, 695, 698, 758, 771, 773, 779, 797, 802
Leff 29, 30, 31, 33
Leite 285, 318
Lencioni 11, 280, 437, 610, 638
Lima 128, 453, 742
Limonad 126, 624, 625, 633
Limulja 599
Linsalata 759, 762, 778, 779, 786
López 432, 434, 659, 707
López-Gay 432, 434
Löwy 612, 693, 718, 728
Lugar 43
Lutas 121, 126, 355
Luxemburgo 96, 606, 607, 609, 611, 612, 626, 683, 803

M

Machado 86, 730, 747, 760, 779
Macintyre 313
MacPherson 742
Maia 272, 472, 632
Maldonado-Torres 78
Malheiro 75, 80, 83, 86, 87, 88, 89
Malheiros 106, 468
Mann 72, 464, 613
Maricato 233, 496, 564, 731, 754
Marini 718, 728
Marques 472
Martínez 207, 230, 433
Martins 41, 148, 150, 285, 446, 448, 501, 594
Marx 16, 21, 23, 35, 41, 43, 135, 136, 253, 313, 400, 401, 402, 403, 410, 417, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 492, 493, 497, 502, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 512, 515, 517, 518, 522, 523, 524, 525, 526, 528, 531, 539, 540, 545, 564, 566, 579, 593, 594, 601, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 618, 619, 624, 626, 631, 632, 634, 672, 673, 674, 676, 677, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 688, 691, 692, 693, 694, 695, 700, 701, 702, 703, 712, 713, 714, 719, 721, 722, 728, 761, 769, 779
Marxismo 14, 26, 42, 631, 632, 682, 702
Massey 623
Mattei 274
Maturana 21, 22, 23, 24, 34

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Mbembe 292, 293, 303, 760, 779
McBrien 37, 39, 760, 779
Mello 50
Méndez 231, 640
Mercado 194, 249, 395, 416, 417, 418, 570, 577
Mercado imobiliário 416, 417, 418
Mercadoria 577, 589
Merrifield 625, 629
Mészáros 505
Metrópole 285, 417, 418, 753, 754, 778
Metropolitana 51, 231, 232, 284, 338, 362, 363, 366, 393, 397, 412, 416, 434, 435, 468, 730, 740, 752, 777, 779
Metropolização 9, 13, 75, 99, 247, 248, 308, 337, 485
Michelotti 80, 86, 88, 89, 106
Mignolo 104, 233
Milanovic 459, 460, 461, 462
Millán 778
Mioto 415
Miraftab 234
Miranda 281, 765, 779
Misse 322
Modernidade 20, 21, 37, 39, 293
Moncada 412, 766, 779
Monteiro 37
Montes 193, 210, 230, 327
Moore 23, 24, 37, 38, 39, 138, 757, 779
Morin 22, 24, 34
Mouffe 319, 320, 324, 327
Moulaert 403
Murtaugh 683
Musumecci 318

N

Nakama 279, 579, 593
Não-mercadoria 588
Naredo 28, 29, 33
Nascimento 272, 296, 505, 730, 741
Navarro 227, 762, 770, 778, 779, 781, 793, 801, 802
Necropolítica 36, 308, 779
Nel·lo 423, 426, 427, 429, 430, 432, 433, 434
Neoliberal 26, 227, 670
Neoliberalismo 229, 231, 287, 354
Neto 314, 380, 631

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Neves 80, 287
Newman 671, 675, 685
Nijman 480
Norton 272, 286, 435
Nozick 651
Nunes 456

O

Oberti 425, 435
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 168
Öcalan 721, 726, 728
Ocupações 538, 749, 752, 753
Oliveira 38, 83, 126, 383, 490, 491, 494, 496, 584, 594, 733, 767, 780, 781
Oporto 224, 230
Oseki 564, 565
Ostrom 783

P

Paine 311
Paniagua 642
Parkinson 181
Participação 153, 157, 160, 173, 177, 180
Participação cidadã 153
Passerini 38
Paulani 277, 279, 281, 385, 386, 388, 389
Paulsen 210, 214, 229, 230
Peloggia 38
Pereira 96, 331, 332, 369, 485, 496, 497, 501, 561, 562, 564, 577, 579, 581, 585, 588, 590
Periferia 363, 374, 376
Periferias 247, 352
Perroux 47
Petrella 349, 485, 497, 501, 503, 505, 562, 585, 590
Pike 466
Piketty 459, 462, 463
Pinto 472
Planeamento 182, 183
Planejamento 247, 248, 363, 364, 564, 754
Pobreza 162, 169, 358, 383, 471, 473, 634
Pogrebinschi 158, 167, 694, 695
Poiesys 22
Política 24, 25, 26, 128, 129, 138, 228, 230, 295, 321, 326, 633, 634, 785, 804

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Porto-Gonçalves 75, 77, 80, 88, 89, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 233, 237, 306, 681, 700, 787
Portugal 49, 83, 158, 165, 179, 182, 187, 235, 244, 246, 286, 455, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 480, 481, 732
Posey 80
Pradilla 209, 231, 284, 566, 568, 573, 578, 580, 581, 587
Pradilla Cobos 231, 568
Presente 397
Prieto 202, 337, 349, 408
Produção 16, 170, 285, 287, 322, 380, 502, 569, 632, 634, 669, 701, 754
Produção do espaço 16, 634, 701
Propriedade 350, 398, 406, 418, 452, 731, 742, 754, 755, 803

Q

Quaini 24
Quijano 78, 109, 292, 294, 297, 598, 620, 690, 718, 724, 728
Quintero Weir 90, 786, 798

R

Radcliff 598
Rawls 165
Reclus 21
Redistribuição 126, 462
Região 51, 338, 362, 363, 366, 393, 397, 412, 416, 477, 508, 730, 740, 752, 777, 779
Reis 310, 755
Renda 381, 500
Reprodução 508, 569, 577
Resistência 481, 503
Revolução 38, 258, 354, 455, 594, 682, 683, 753
Ribeiro 153, 474, 732, 733, 767, 779, 781
Ribera 653
Riddervold 783
Rizek 383
Rocha 347, 367, 781, 784, 791
Rodrigues 9, 243, 267, 270, 321, 631
Rodríguez-Venegas 231
Rolnik 238, 242, 287, 339, 414, 731, 738
Román 218, 219, 223, 231
Royer 414
Rua 11, 601, 612, 616, 619, 624, 629, 638, 669, 781
Rubin 566, 581
Ryfe 154

CONSEQUÊNCIA EDITORA

S

Safatle 338, 511, 602, 603
Sahlins 136
Saito 23, 24, 488, 504, 612, 615
Sampaio 42, 352
Sánchez 233, 240, 241, 482
Sanfelici 279, 370
Santos 13, 29, 37, 109, 164, 234, 241, 293, 303, 358, 414, 415, 506, 509, 519, 529, 530, 531, 564, 618, 631, 671, 785, 787
Sapelli 222, 231
Sartorius 643
Sassen 259, 260, 757, 780
Schroeder 137
Secchi 425, 427, 428, 435
Segato 78, 79, 616
Segregação 559
Segurança pública 317, 331, 332
Seifert 154
Sen 169
Sento-Sé 309, 314, 318
Serres 24, 36, 37
Sheleder 269, 287
Silva 9, 49, 62, 130, 249, 281, 346, 357, 742, 744, 745, 746
Sintomer 153, 163, 165
Skidmore 310
Skocpol 708, 709, 728
Smith 23, 24, 37, 155, 156, 158, 162, 163, 166, 181, 193, 231, 273, 433, 434, 606
Soares 318, 322, 754
Sociedade 24, 51, 281, 286, 540, 632
Sodré 293, 294, 305, 306
Soja 427, 428, 435, 606, 610
Soto 207, 216, 223, 227, 230, 231, 408
Souza 115, 276, 358, 370, 414, 497, 508, 593, 683, 695
Springer 435, 481, 639, 640, 642, 648, 658, 754
Starlet 311
Stern 170
Stiglitz 435
Suertegaray 19, 34, 40
Sustentabilidade 28, 30, 133, 139, 161, 168, 170, 171, 172, 174, 182, 183, 184, 247, 778
Svampa 85, 656
Swyngedouw 140, 778

CONSEQUÊNCIA EDITORA

T

Taibo 649
Tammaru 426, 435
Tapia 465, 466
Tavares 291, 292
Telles 409, 412
Teoria da Dependência 616
Territorialidade 127, 804
Território 121, 123, 129, 247, 361, 632, 804, 805
Ter-Stepanian 37, 38
Teruel 782, 800
Tible 611, 615, 616, 621, 625, 629
Toledo 80
Tonucci 729, 730, 733, 738, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 781, 793
Topalov 563, 571
Torpoco 638
Tosics 430, 435
Trabalho 169, 243, 247, 284, 804
Trindade Júnior 45, 47, 48, 49, 50
Tsing 503, 612, 711, 728

U

Upadhya 409
Urbanismo 208, 214, 230, 353, 417, 508, 752, 753, 754
Urbanização 283, 355, 559
Uribe-Sierra 214, 231
Utopias 190, 247

V

Valor 470, 471, 473, 485, 486, 487, 488, 490, 492, 495, 577
Valorização 285, 754
Van Ham 426, 435
Varela 22, 24, 34
Vega Cantor 207, 232
Veiga-Neto 789
Viana 275, 673, 674
Vida Cotidiana 248
Vilalta 429, 435
Violência 128, 301, 321, 332, 387
Volochko 337, 339, 351

CONSEQUÊNCIA EDITORA

W

Walsh 78, 620
Weber 498
Wright 155, 166, 505

Y

Yeung 479
Young 154

Z

Zaar 641
Zapatistas 511
Zaragocin 294, 295
Zibechi 237, 616, 617, 707, 727, 773, 780, 781, 791, 794
Zuquim 407

CONSEQUÊNCIA EDITORA

Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro pela Consequência Editora em fevereiro de 2026. Na composição foi empregada a tipologia Minion Pro.